

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VII
SEMINÁRIO
INTERNO
PPgHS

ANAIS

ISSN 2447-5947

Faculdade de Formação de Professores/UERJ
Rua Francisco Portela 1470 - Patronato
São Gonçalo - RJ

PPgHS
Programa de
Pós-
Graduação
em História
Social

FACULDADE DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES
UERJ

FAPERJ
Fundação Getúlio Vargas Físico de Anísio de Anísio
e Príncipe do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.
(8. : 2020 : Rio de Janeiro)

Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social [Recurso eletrônico] / coordenação - docentes: Gelsom Rozentino; Helenice Rocha; Izabel Pimentel; Luis Resnik, Renata Siuda-Ambroziak; Rui Aniceto; discentes: Alex Silva; Diego Ramos; Guilherme Cavotti; Gustavo Dias; Leda Agnes; Luiza Tonon da Silva; Luciana Queiroz; Renato Luna; Roberto Alexandre Martins; Rafael Monteiro de Oliveira Cintra; Vanessa Leite. – Rio de Janeiro : FFP/ UERJ, 2020.

ISSN 2447-5947

1. História – Congressos. I. Rozentino, Gelsom. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB7/4924

ANAIS DO VIII SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

05 a 07 de outubro de 2020
16 a 19 de novembro de 2020

UERJ/FFP

**Anais do VIII Seminário Interno do
PPGHS**

**Programa de Pós-graduação em História
Social**

**05 a 07 de outubro
16 a 19 de novembro de 2020
UERJ / FFP**

São Gonçalo

ISSN: 2447-5947

V.8 – 2020

VIII Seminário Interno do PPGHS

Realização do Programa de Pós Graduação em História Social-PPGHS/FFP/UERJ

FICHA TÉCNICA

Rui Garcia Marques - Reitor

Maria Georgina Muniz Washington -Vice-reitora

Tania Maria de Castro Carvalho Netto - Sub-reitora da Graduação – SR-1

Egberto Gaspar de Moura - Sub-reitor de Pós-graduação – SR-2

Elaine Ferreira Torres - Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR-3

Lincoln Tavares Silva - Diretor do Centro de Educação e Humanidades – CEH

Ana Maria de Almeida Santiago - Diretora da Faculdade de Formação de Professores -FFP

Mariza de Paula Assis - Vice-diretora da Faculdade de Formação de Professores – FFP

Helenice Rocha - Coordenadora do PPGHS

Gelsom Rozentino - Coordenador Adjunto do PPGHS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes: Gelsom Rozentino de Almeida, Helenice Aparecida Bastos Rocha, Izabel Priscila Pimentel da Silva, Luís Reznik, Renata Siuda-Ambroziak, Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Discentes: Alex da Costa Silva (mestrando), Diego da Silva Ramos (doutorando), Guilherme dos Santos Cavotti Marques (doutorando), Gustavo Nascimento Rocha Dias (mestrando), Leda Agnes Simões de Melo (doutorando), Luiza Tonon da Silva, Luciana de Queiroz Pinto (doutorando), Rafael Monteiro de Oliveira Cintra, Renato Coelho Barbosa Luna Freire (doutorando), Roberto Alexandre de Jesus Martins (mestrando), Vanessa Mendonça Leite (mestrando)

* O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	11
SEÇÃO DE ALUNOS ATIVOS	12
MESA 1 – AUTORITARISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO NO SÉCULO	14
Diego Ramos (doutorando) – De “Espião Nazista” a Governador do Rio de Janeiro: A Relação Entre Raymundo Padilha e a Ditadura Militar.....	13
Leandro Rosetti de Almeida (doutorando) – Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias.....	26
Livia Ribeiro Barboza de Araújo Braga (mestranda) – Dos Ventos de Abertura aos Atos de Fechamento: contextualização e consequências do Golpe civil-militar de 1964 para a Juventude Universitária Católica.....	39
Peter Sana (doutorando) – As políticas sociais da Diocese de Nova Iguaçu nos anos de Ditadura (1964-1985).....	50
Sérgio Oliveira da Silva (doutorando) – O Protagonismo Político dos Setores Populares na Sociedade Brasileira Durante o Período da Ditadura Civil-Militar.....	59
MESA 2 – CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA	76
Alline de Assis Xavier Maia (doutoranda) – Cultura e religiosidades afro-brasileiras na efetivação da lei 10.639-03.....	77
Camille Cristina Batista da Silva (mestranda) – A Representação das Mulheres nos Livros Didáticos.....	88
Janaina Santana Alves da Silva (mestranda) – O cinema nos livros didáticos: a representações da Guerra de Canudos.....	97
Rejane Rosa do Amaral Monteiro (mestranda) – Folhetos de cordel e ensino de História.....	106
MESA 3 – CULTURA E REPRESENTAÇÕES	118
Alex da Costa Silva (mestrando) – A Nação e sua História em Exibição: a Exposição Nacional de História de 1881 e o seu catálogo.....	119
Cleisemery Campos da Costa (doutoranda) – A participação social dos Conselhos e Fóruns Culturais na aplicação da Lei Aldir Blanc na região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: Um exercício em análise.....	131
Letícia Freixo Pereira (doutoranda) – Os Mediadores Culturais na Construção da Memória da Música Popular Brasileira.....	141
Roberto Alexandre (mestrando) – Cultura, Música e Juventude ao final da ditadura civil-militar: o Festival <i>Rock in Rio</i> e o processo de Redemocratização (1982-1985)	154
Romeu Paula da Silva (mestrando) – Da Lama ao Bit: A influência da obra de Chico Science e Nação Zumbi na cena manguê-bit e na construção de uma identidade recifense/metropolitana nos anos 1990	168

MESA 4 – EXPANSÃO CATÓLICA NO MUNDO IBÉRICO	180
Gustavo Nascimento Rocha Dias (mestrando) – Pescaria das Almas: Francisco Xavier e Conversão na Costa da Pescaria	181
Lorena Gouvêa de Araújo (doutoranda) – Evangelização dos nativos no vice-reino do Peru: a chegada da moralidade cristã	193
Luiza Tonon da Silva (doutoranda) – “Estão estas Ilhas cheias de idolatria”: os processos de feiticeiros e idólatras no Santo Ofício de Goa (1560-1620)	206
Odimar Gomes Junior (mestrando) – Os Atos de Tomé – Uma análise	218
MESA 05 - ENSINO DE HISTÓRIA	231
Carla Cristina da Silva Lavinias (mestranda) – BNCC: Um contexto histórico – social permeado de com.litos e disputas em torno de seu processo de elaboração	232
Fabrcia Vieira de Araújo (doutoranda) – Os direitos humanos nas aulas de História	246
Jéssica Miranda de Souza (mestranda) – O Mestrado Profissional em Ensino de História (2014-2018): Construção de saberes – Uma análise das pesquisas em torno do Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira	259
Rafael Monteiro de Oliveira Cintra (doutorando) – Reflexões sobre experiência estética e horizontes de expectativas na aula de História	271
Renato C. B. de Luna Freire (doutorando) – Armário de Professora: a reconstrução das aulas de história através da coleção de material didático no espaço escolar	285
MESA 06 - ESTADO E NEOLIBERALISMO	298
Alexandre Lourenço de Oliveira (doutorando) – Apontamentos para uma história social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: um ator intelectual do capitalismo brasileiro (1952-2016)	299
Helena Wagner Lourenço Ferreira (mestranda) – O Governo FHC, Articulações Políticas e a Previdência Social: o caso da PEC 33.....	312
João Victor da Mota Uzer Lima (doutorando) – A crise epistêmica e a relação entre think tanks e universidades nos Estados Unidos (2008 – 2016)	321
Larissa Martins Monteiro de Barros (doutoranda) – A IIRSA e o Estado ampliado: um estudo sobre a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana a partir das relações de poder	333
Rosane de Oliveira e Silva (mestranda) – A educação superior privada brasileira e o caso do Grupo Kroton (2003 – 2018)	345

MESA 07 - HISTÓRIA DAS MULHERES: GÊNERO, DIREITOS E FEMINISMOS	356
Agda Lima Brito (doutoranda) – Cotidiano e trabalho: o trabalho feminino em áreas de seringais do Amazonas (1950-1970)	357
Hellen Dayane da Silva Corrêa (mestranda) – Emancipação Feminina na Primeira República: a atuação de Myrthes Gomes de Campos na busca por direitos civis	367
Natália Silva Elias (mestranda) – Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: a trajetória de um Grupo de Feministas em Belo Horizonte	379
Vívian Marcello Ferreira Caetano (doutoranda) – Feminismo na imprensa carioca: conquistas de direitos, relações de gênero e suas representações (1910-1950)	394
MESA 08 - HISTÓRIA E IMIGRAÇÃO	407
Guilherme dos Santos Cavotti Marques (doutorando) – Fiscalização e controle: o Serviço de Registro de Estrangeiro por Artur Hehl Neiva	408
Joyce dos Santos Borges (mestranda) – Repressão policial contra os alemães no Rio de Janeiro e a montagem do presídio político da Ilha das Flores (1937-1945)	420
Julianna Carolina Oliveira Costa (doutoranda) – Imigração e epidemias. A institucionalização da saúde pública	434
MESA 09 - HISTÓRIA E IMPRENSA	446
Adair Gomes Crespo Junior (mestrando) – Repressão, Moral e Ciência: os vendedores de “liamba” e a imprensa no Rio de Janeiro durante o primeiro governo Vargas (1930-1945)	447
Daiana Maciel Areas (doutoranda) – Desenvolvimento econômico no Segundo Governo Vargas (1951-1954) – Um tecido feito de mesclas – memória e Hegemonia nos textos do <i>Correio da Manhã</i>	460
Letícia Crespo Bomfim (mestranda) – Construindo o Consenso: privatizações e reforma do Estado nas páginas de <i>O Estado de S. Paulo</i> nas eleições de 1998	472
Ruth Miranda Oliveira da Silva (mestranda) – O <i>Jornal das Moças</i> , a condição feminina e a figura materna (1914 -1934)	485
Viviane Gomes Ribeiro (mestranda) – As representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal <i>A Noite</i> e no <i>Boletim de Eugenia</i> - nos anos 20 e 30	494
MESA 10 - HISTÓRIA E RELIGIÃO	504
Danilo Monteiro Firmino (doutorando) – A “Espiritualidade Ateísta” de Sam Harris: reflexões sobre a nova era e a ciência moderna na busca por uma espiritualidade “desencantada”	505
Marcelo M. Almeida (mestrando) – Jurumenha: a CEB que nunca foi CEB	517
Telma Lucia de Mello Castro (mestranda) – Wicca: narrativas, crenças, estigmas e resistências	535

MESA 11 – HISTÓRIA LOCAL, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO 545

André Luiz Garrido Barbosa (doutorando) – Fortificações, patrimônio histórico e história local: o forte São Mateus em Cabo Frio **546**

Carlos Henrique Ferreira Leite (doutorando) – Território, Fronteira e Cotidiano: Conceitos e reflexões para um estudo sobre a Colônia Militar do Jataí (1851 – 1897) **559**

Eliana Santos da Silva Laurentino (doutoranda) – Associação dos Amigos do Instituto Histórico: um ato político na cidade de Duque de Caxias (1973-2001) **571**

Juarez de Almeida Moraes Junior (mestrando) – Compadre dos Senhores: a nobreza da terra e os laços de compadrio entre as elites e escravos na freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668) **584**

Rodrigo Silva Magalhães (doutorando) – Ensino de História Local: Mais uma face do saber histórico **594**

MESA 12 - IMPÉRIO ULTRAMARINO NA MODERNIDADE 613

Adriana de Souza Carvalho (doutoranda) – Tomás Pereira ou Xu Risheng, um *Padre de Corte* na China Imperial, no século XVII **614**

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira (doutorando) – Renegados profanos: metamorfoses identitárias entre súditos portugueses na Índia (c.1540 – 1612) **627**

Luciana de Queiroz Pinto (doutoranda) – Do Resgate de Ptolomeu (1486) à Mercator (1569): uma breve análise da cartografia do início da era moderna **640**

Tamires Santos Pereira (doutoranda) – Considerações sobre as relações entre Índios e não Índios no processo de conquista dos territórios indígenas nos sertões do Vale do Rio Mucuri nos séculos XVIII e XIX **654**

MESA 13 - IMAGEM E HISTÓRIA 667

Bruno Rodrigues Pimentel (doutorando) – Setenta Anos da Coleção Recôncavo: representações da cultura popular baiana **668**

Kleber Oliveira dos Santos (doutorando) – Interfaces entre Semiótica e a Cultura visual: proposta de análise iconográfica das fotografias da Revolta Comunista de 1935 nos processos do TSN **683**

Reinaldo Ramos Diniz (doutorando) – Os charginistas-pedagogos da civilização de Momo **698**

Vanessa Mendonça Leite (mestranda) – A Acolhida dos Novos Habitantes: uma perspectiva visual **712**

Wallace da Silva Costa (mestrando) – Genealogia Historiográfica: da letra ao cinema **728**

MESA 14 - TERRITÓRIO E COMUNIDADE	741
Jamylle de Almeida Ferreira (doutoranda) – Narrativas que Expressam a Consolidação da Dona Yayá como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada no bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói- RJ	742
Luís de Souza Júnior (doutorando) – Centralidade Econômica Popular: o mercado de pescado diante das intervenções urbanísticas na área central do Rio de Janeiro	758
Marlon Barcelos Ferreira (doutorando) – Uma História [também indígena] de Araruama	773
Pedro Benicio Almeida Pinto (doutorando) – As políticas públicas e os pescadores artesanais no contexto da Baixada Santista-SP	786
Tamyres Pereira Campos Araujo (mestranda) – O Baobá da Discórdia: os territórios invisíveis na Ilha de Paquetá	801
MESA 15 - INTELECTUALIDADE E PENSAMENTO	814
Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo (doutorando) – O território dos intelectuais: o Estado Novo no Piauí (1937-1945), espaço de atuação dos intelectuais piauienses	815
Camila de Sousa Freire (doutoranda) – O Ceará e o Nordeste nos escritos de Gustavo Barroso: a imagem e o discurso sobre a região no início do século XX	828
Helber Renato Feydit de Medeiros (doutorando) – Lemos Britto e a questão dos menores no Brasil (1920-1963)	840
Roberta Alcântara Gomes da Silva (mestranda) – Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: ideias jurídicas e circulação de ideias na passagem à modernidade no Brasil	853
MESA 16 - GESTÃO ESTATAL, CIDADES E MEMÓRIA	865
Adauto Tavares Araujo (doutorando) – Alaor Prata Soares: um estudo sobre administração municipal e engenharia	866
Paulo César Silva (doutorando) – Nacional-Desenvolvimentismo: planejamento territorial e o Distrito Industrial de Santa Cruz no período de 1965 a 1985 (cidade do Rio de Janeiro)	877
Priscila De Moura Souza (doutoranda) – Representações de Parnaíba, Piauí, na revista <i>O Malho</i>	895
Tiago Braga da Silva (doutorando) – O Arquivo Público do Estado Espírito Santo e a produção de conhecimento historiográfico	907
Wallace Alves dos Santos (mestrando) – O Rio de Janeiro e a República: administração e o jogo político da Capital na Primeira República	919

MESA 17 - HISTÓRIA E PRODUÇÃO LITERÁRIA	932
Gustavo Orsolon de Souza (doutorando) – Editora Alfa-Omega: produção literária em tempos de censura (1973-1984)	933
Lara Cristina Veiga Bernardo (mestranda) – A criança romântica e a criança naturalista: Representações de infância em <i>Les Misérables</i>, de Victor Hugo e <i>Germinal</i>, de Émile Zola	942
Maria Angela Gomes Gonçalves (mestranda) – Bom-Crioulo: O determinismo do “meio” na obra de Adolfo Caminha	960
Raphael Matheus de Morais Ribeiro (mestrando) – Entre ficção e realidade: A ciência moderna em <i>Frankenstein</i> de Mary Shelley	975
SEÇÃO DE ALUNOS EGRESSOS	989
MESA 1 – TERRITÓRIO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES 1	990
Ana Paula Sena Gomide – Brâmanes De Cristo: O Clero Nativo Na Evangelização No Oriente Português (Séculos XVII-XVIII)	991
Bruno Rodrigues Pimentel – Pesca De Xaréu: beleza e mistérios do povo negro da Bahia	1002
Caroline Moreira Vieira Dantas – O “grande cantor negro”: protagonismo e tensão racial na trajetória artística de Patricio Teixeira (1892-1972)	1019
Grazyelle de Carvalho Fonseca – O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo em defesa da escola pública: imprensa, esfera pública e ensino religioso	1032
MESA 2 – TERRITÓRIO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES 2	1047
Rafaela Paula da Silva – Arquitetura nos hospitais de isolamento em Curitiba na primeira metade do século XX como patrimônio cultural	1048
Sayonara Faria Sisquim – O Operário Socialista Mariano Garcia E Sua Atuação No Movimento Operário Na Primeira República	1057
Juliane Tardeli – Sonho de jovens, incentivados por um visionário: democratização brasileira, política cultural fluminense e o tombamento do litoral	1070
Debora Simões de Souza Mendel – Iansã e Santa Bárbara: Sociabilidades mercantis em Salvador	1080
MESA 3 – TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER	1092
Alberto Toledo Resende – Legislações da atividade pesqueira: os terminais pesqueiros públicos suas normas e implementações	1093
Caroline Souza – O reaparecimento da floresta com o Mutirão De Reflorestamento: a experiência no Morro De Vidigal	1106
Daiana Maciel Areas – O partidarismo e campo político na década de 1950	1119
Adna Gomes Oliveira – Os limites do alinhamento da diplomacia brasileira aos EUA durante a participação na onu (1945-1949)	1131

MESA 4 – HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA 1143

Diogo Alchorne Brazão – A BNCC como objeto de disputas: a repercussão por parte dos historiadores com a apresentação da primeira versão da bncc de história **1144**

Claudia Patrícia de Oliveira Costa – História Local na Baixada Fluminense: um campo de reflexões aberto ao ensino de História **1154**

Davison Hugo Rocha Alves – Variações didáticas sobre um velho tema: a disciplina estudos amazônicos e seus livros didáticos **1165**

Diego Deziderio – O Programa Nacional do Livro Didático: as diferentes vozes e sujeitos no interior do processo **1176**

MESA 5 – TERRITÓRIO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES 3 1188

Monique Santana De Oliveira Sousa – Correo Del Orinoco: opinião pública, nação e revolução em debate **1189**

Jônatas Roque Mendes Gomes – José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves: ideias e conceitos cruciais na economia do mundo luso-brasileiro no século XIX **1201**

Leda Agnes Simões de Melo – O discurso do êxodo rural nos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo*: um estudo sobre as secas no ceará e em santiago del estero (1932-1937) **1213**

Jéssica Ramalho Crispiniano – Um Rio de Janeiro doente: uma análise a partir de Casa de Pensão de Aluísio Azevedo. (1876-1884) **1225**

MESA 6 – TERRITÓRIO, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES 4 1238

Rodrigo Sampaio Pinto – Identidades nordestinas em Duque de Caxias: a Feira de Caxias como um estudo de caso **1239**

Kleber Oliveira dos Santos – A Revolta Comunista de 1935: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa **1252**

Rafael Navarro Costa – Trabalhismo x Amaralismo: a disputa entre varguistas nas eleições fluminenses de 1958 **1263**

Thiago Luiz Turibio da Silva – Estética e política na crítica de cinema de moniz vianna (1948-1957) **1274**

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os Anais do VIII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que desdobrou-se em duas seções, no ano de 2020. Entre os dias 16 e 19 de novembro ocorreu a Seção de alunos ativos no PPGHS. Entre os dias 05 e 07 de outubro ocorreu a Seção de Egressos, na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo.

A Primeira Seção contou com a apresentação de 75 trabalhos dos mestrandos e doutorandos ativos, divididos em um total de 17 Mesas, que refletiram a diversidade temática das pesquisas atualmente desenvolvidas no PPGHS. A Segunda Seção teve os 24 trabalhos de Egressos com dissertações e teses concluídas entre 2014 e 2019 organizados em 06 mesas, de acordo com as linhas de pesquisa.

O VIII Seminário Interno contou também com duas conferências: de abertura e de encerramento do evento, proferidas respectivamente pelos professores: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE).

O debate desenvolvido a partir das pesquisas apresentadas, assim como a oportunidade de trocas interinstitucionais demonstraram a consolidação do Programa e sua efetiva interação com a vida acadêmica da FFP.

Os organizadores

SEÇÃO DE ALUNOS ATIVOS

MESA 01

Autoritarismo e Redemocratização no Século XX

DEBATEDORES:

Gelson Rozentino (UERJ/FFP)
André Guiot (SEME-Duque de Caxias)

De “Espião Nazista” a Governador do Rio de Janeiro: A Relação Entre Raymundo Padilha e a Ditadura Militar

Diego Ramos
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista da FAPERJ

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1930, o Brasil pôde experimentar a presença de grupos fascistas em meio a seu espectro político. Numa análise mais ampla, não era só no Brasil que o fascismo ganhava terreno. Desde os anos de 1920, o movimento vinha representando uma força política crescente na Europa. Países como a Romênia e a Hungria já haviam presenciado fenômenos semelhantes a esse modelo político. Mas foi na Itália que o fascismo ganhou sua projeção mundial. Com o discurso de resgate das glórias do antigo Império Romano e de retirar a Itália da situação de humilhação e decadência após a Primeira Guerra Mundial, ganhou milhares de adeptos, mentes e corações. Mas para chegar à condição de regime predominante na Itália, é evidente que o fascismo precisou apresentar resultados práticos (POULANTZAS, 1978: 178). E foi o que aconteceu¹. A Itália entrou num ciclo de crescimento e de otimismo que deu as credenciais necessárias ao *Duce* comandar a arrancada de sucesso de seu país. No entanto, nem só de promessas e ganhos viveu o fascismo italiano (HOBSBAWN, 2011: 113).

Além das conquistas econômicas, o regime acumulou outras “virtudes”. Tornava-se, naquela altura, um modelo político impressionante aos olhos de autoridades estrangeiras, que assistiam aos desfiles e discursos fascistas acompanhados por milhares de expectadores inebriados com sua retórica. A disciplina militar também era uma forma de demonstração de controle das massas que chamava a atenção, principalmente, pelo fato de que seus líderes não eram militares (HOBSBAWN, 2011: 117).

Porém o que na época era mais atraente para as tais lideranças, que acompanhavam de longe o fascismo, foi a possibilidade de existência de um programa que, de certa forma,

¹ Embora Poulantzas problematize sobre a relação de causa e consequência explicando de forma detalhada as relações entre inflação e salário real dos trabalhadores, o que indica que tal recuperação econômica não foi tão espetacular assim (POULANTZAS, 1978: 206).

tratava-se de uma alternativa aos modelos políticos que existiam na época, como o recentemente “fracassado” capitalismo liberal e o socialismo da Revolução Russa (PAXTON, 2008: 101-102). E foi nesse vácuo que o fascismo cresceu na Europa, assim como foi num vácuo semelhante que o fascismo se fortaleceu no Brasil também. A crise remanescente da virada do século, acentuada ainda mais pela crise de 1929, chegou ao país deixando um quadro difícil de ser resolvido pelas autoridades da época (HOBSBAWN, 2011: 116).

Sobre essa temática, acreditamos serem fundamentais as propostas oriundas da análise de “Fascismo e Ditadura” de Nicos Poulantzas, além de obra mais recente de Robert Paxton intitulado “Anatomia do Fascismo”. Entendemos que a visão destes autores é fundamental para esclarecer os debates que giram em torno do conceito de fascismo. Achemos oportuna, ainda, prestigiarmos a visão de Leandro Konder em “Introdução ao Fascismo”. Além disso, o artigo de Francisco Carlos Teixeira da Silva na coleção “O Século XX” organizada por Daniel Aarão Reis também deve ser citada. Tomamos ainda como base o capítulo “A Queda do Liberalismo” em a “Era dos Extremos” do historiador inglês Eric Hobsbawn. Todos os autores, contribuíram de alguma forma para a percepção das características do fascismo apontadas neste artigo.

A partir deste ambiente é que surgiu a Ação Integralista Brasileira, mais conhecida como AIB. A associação foi fruto de um curto período de democratização que ocorreu após a instauração da Constituição de 1934, onde a liberdade política momentânea permitiu o estabelecimento de grupos políticos bem organizados e estruturados, tanto com inspirações fascistas (como o caso da AIB) como grupos que se espelhavam na revolução dos trabalhadores que ocorreu na Rússia alguns anos antes. Os “integralistas” compunham um grupo organizado em torno da liderança do jornalista e intelectual Plínio Salgado. Militaristas, seus partidários captavam toda a ritualística militar (embora boa parte deles jamais foram militares), principalmente o princípio de hierarquia e obediência às lideranças (BERTONHA, 2014). Possuíam ainda um caráter autoritário, de imposição de suas ideias através do uso da força, pregando a tomada do poder e a implantação de uma ditadura. Como seus congêneres europeus, a AIB combatia a expansão comunista partindo inclusive para o enfrentamento direto contra os militantes de esquerda. Além dessas características, a associação defendia o nacionalismo, aspecto contraditório de sua ideologia pelo fato de se inspirarem em regimes estrangeiros. Concomitante a isso, pregavam o nativismo, a valorização do passado indígena

brasileiro (VASCONCELLOS, 1979). Conservadores, a base social que compunha o movimento era de membros das camadas médias da sociedade, muito próximos ao catolicismo e ao espiritualismo desta religião.

Analisando as características do movimento, utilizamos como base as propostas de João Fabio Bertonha, que ao tratar do tema em seus livros “*O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*” e “Integralismo. Problemas, Perspectivas e Questões Historiográficas” nos ofereceu uma visão moderna e atualizada sobre as características clássicas do movimento integralista. Em contraponto aos escritos de Bertonha, utilizamos a obra clássica de Gilberto Vasconcellos, “A Ideologia Curupira”. Neste livro, basicamente nos apropriamos das suas críticas às contradições existentes no discurso fascista brasileiro. Nosso intuito foi de compararmos os dois escritos (o clássico e o moderno) para podermos aprofundar as discussões sobre “as contradições do que é ser um fascista no Brasil”. Acreditamos este ser um debate carregado de todo um conteúdo histórico, mas que é atual. Sendo assim, para nós a AIB era uma associação que atuou ativamente no Brasil nos anos de 1930 com forte caráter fascista. Um dos mais ativos membros desse grupo foi o integralista Raymundo Delmiriano Padilha.

O CASO RAYMUNDO PADILHA

Raymundo Padilha nasceu no Rio de Janeiro em 1899. Embora tenha estudado Direito, sua formação deu-se em economia, mas foi na política que encontrou terreno fértil para a construção de sua vida profissional. No início da década de 1930 se juntou ao “Clube 3 de Outubro”, que visava aprofundar as reformas defendidas pelos revolucionários de 1930. Após um breve período, teve contato com as primeiras ideias conservadoras a partir de grupos políticos nacionais, mas recebeu forte influência fascista vinda da Europa através de Plínio Salgado. Tempos depois, participou da criação da Ação Integralista Brasileira.

A ideia dos fundadores da AIB era forjar uma instituição que representasse os interesses das pessoas que enxergavam no fascismo a solução para o atraso e o coronelismo ainda muito presente no país, mesmo após o golpe de 1930. Sem contar o fato de que naquele momento, o fascismo era um modelo “bem-sucedido” na Europa. Nesse contexto, Raymundo Padilha alimentou a ideia da formação do grupo e ainda comandou a criação dos núcleos integralistas em Niterói, e posteriormente, na Guanabara, ocupando o cargo de membro do

“Conselho Nacional”, uma cúpula que assessorava o chefe maior, Plínio Salgado. Chegou ao Conselho Supremo da AIB e tornou-se chefe do então já “partido político” no Rio de Janeiro, em 1936 (OLIVEIRA, 2014).

A principal fonte utilizada para dar embasamento ao trabalho e que corrobora no sentido de seu ineditismo foi a utilização da pesquisa com base em fontes documentais no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. No APERJ encontra-se um fundo chamado “Polícia Política” no qual a repressão traçou um consistente dossiê sobre o Integralismo, desde os tempos do primeiro governo de Vargas até à ditadura militar². Raymundo Padilha foi mantido sob constante vigília desde os tempos de integralista até seu período como deputado e depois governador. Foi a pesquisa a este fundo que possibilitou a reconstrução de algumas lacunas na trajetória política de Padilha, como observaremos adiante, pois é a partir do Estado Novo que a produção de dossiês pela polícia política se ampliaram consideravelmente.

Quando Getúlio Vargas instaurou o golpe do “Estado Novo” em 1937, os integralistas entenderam que seu momento de chegada ao poder estava bem próximo. Pensando que o golpe abriria espaço para a acomodação dos integralistas no governo, o Estado Novo inicialmente gerou uma sensação de conquista, mas que logo é perdida quando são postos na ilegalidade todos os partidos políticos, inclusive a AIB. Convictos da necessidade de derrubarem Vargas e tomarem o poder, os integralistas optaram pelo golpe, que rapidamente foi barrado pelas tropas governistas (VIANNA, 2018: 449). Padilha, uma das lideranças, foi detido. Após o fracasso do levante, Plínio Salgado deixou o Brasil indicando Raymundo Padilha para substituí-lo na chefia do movimento. Meses depois, Padilha já estava solto e liderando o grupo (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Relatório de 26/12/1938). Sua principal função era manter os militantes integralistas unidos e articulados. Nesse período, entre os anos de 1939 a 1945, os integralistas, liderados por Padilha, se envolveram em diversos episódios que deixaram claro como as forças integralistas se mantiveram ativas durante o período da ilegalidade. Além disso, ficou claro como as autoridades acompanhavam de perto as movimentações dos militantes, embora pouco fizesse para coibi-los. O período de ilegalidade vivido pelo movimento foi bastante agitado e permitiu que o “espírito” integralista se mantivesse vivo. Todavia, o mais impressionante

² Durante a ditadura foram produzidos três dossiês.

episódio da carreira política clandestina de Padilha nesse período foi o seu envolvimento num caso de coleta de informações para alimentar a inteligência de guerra alemã, um eufemismo para “ato de espionagem” durante a Segunda Guerra Mundial (Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Norte Americano. Relatório de 27/10/1942).

Com o fim do Estado Novo e a reordenação dos atores políticos no Brasil, e seguindo as ordens de Salgado no exterior, Padilha declarou apoio ao general Eurico Gaspar Dutra na eleição que ocorreu em 1945. Aproveitando o momento de conquista da liberdade democrática, a AIB ensaiou um retorno à vida pública. Contudo, rapidamente foram sufocados, pois se tratava de um movimento de inspiração fascista em um mundo onde o fascismo era amplamente hostilizado. Tal condição não se dava só pela guerra, mas por todas as atrocidades cometidas que iam sendo reveladas ao mundo. Convencionou-se então deixar o retorno da AIB para “outro momento”, o que nunca mais viria a acontecer. A saída encontrada por Plínio Salgado, Padilha e a cúpula da AIB foi buscar uma alternativa democrática para mudar a imagem de autoritarismo do movimento: a criação do Partido de Representação Popular, o PRP (CALIL, 2001).

Trabalhando indiretamente o tema, Gilberto Calil analisou o momento em que o antigo movimento integralista passou à condição de partido político, no período do pós-guerra, com o nome de Partido de Representação Popular (PRP). O autor, em “O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP” trata da criação deste partido e da sua composição entre 1945 até 1950 e dentro desse contexto, a figura de Raymundo Padilha é citada sempre que se registra o seu papel de representante de Plínio Salgado no Brasil durante seu exílio em Portugal. Embora Padilha seja uma figura extremamente importante na hierarquia partidária, percebemos que não foi o foco dos estudos de Calil.

Valendo-se da novidade democrática que se afirmou no país, Padilha se lançou como candidato em 1950, mas apenas conseguindo uma vaga como suplente do PRP, que foi ocupada após a morte do deputado José Monteiro Soares Filho. Em seu mandato, promoveu grande oposição ao governo Getúlio Vargas, juntamente com Carlos Lacerda no chamado “Clube da Lanterna”, uma agremiação que unia os mais ferrenhos opositores ao governo varguista (DHBB, Raymundo Padilha).

Após toda a crise instaurada no Brasil pelo atentado da Rua Tonelero (que direcionado à Lacerda, tem como vítima fatal o Major Rubem Vaz) e o consequente suicídio de Vargas

com o aprofundamento da crise política no Brasil, foi chegando a hora de se reorganizarem novamente. E pelos idos de 1954, Padilha disputou a eleição para deputado federal, desta vez pela UDN, e nesse momento obteve êxito.

Demonstrando seu viés ideológico logo na primeira crise onde Padilha pôde agir como congressista, sua votação foi contra a legalidade democrática (OLIVEIRA, 2014).

Setores udenistas alegaram fraude, abrindo uma crise política que levou a um movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott (11/11/1955) para assegurar a posse do candidato eleito. Contra o voto de Padilha, o Congresso decidiu o impedimento dos presidentes Carlos Luz (em exercício) e Café Filho (vice de Getúlio, licenciado) e empossou o vice-presidente da Câmara, Nereu Ramos, que garantiu a posse de Juscelino em janeiro de 1956 (DHBB, Raymundo Padilha).

Em outras palavras, durante a crise sucessória à Vargas (que havia cometido suicídio) rondava uma forte intenção golpista desejando se aproveitar do momento confuso para tentar garantir o poder nas mãos da UDN e fazer o máximo possível para não permitir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Numa manobra dentro do Congresso, tentaram “legalizar” o mandato de Carlos Luz (UDN), mas o projeto não foi avante. Carlos Luz e Café Filho foram impedidos de continuarem no cargo, através de votação, onde Raymundo Padilha defendeu o mandato de Carlos Luz votando contra o impedimento e conseqüentemente, contra a legalidade democrática.

Durante sua atuação como parlamentar, Padilha ficou marcado como um político anticomunista, um legado de sua vida integralista. Atacando colegas de Parlamento constantemente, Padilha se colocou como deputado de oposição à Juscelino Kubitschek e utilizou-se constantemente do temor comunista para fazer disso a sua plataforma. No entanto, sempre que elevava o tom de suas críticas, era lembrada a acusação que lhe pesava como herança, a acusação de espionagem nazista (HILTON, 1977: 308 e Última Hora, 03/02/1954).

Já no governo de João Goulart, Raymundo Padilha manteve a sua cruzada anticomunista tendo como alvo, além do próprio presidente, fatos da época como a retomada das relações diplomáticas com a União Soviética, a qual foi radical opositor. Além de votar contra a lei de remessas de lucros defendida por Goulart, exaltando todo o seu viés oposicionista, característica da UDN nos tempos da chamada “experiência democrática”.

Em seguida, durante a gestão de Castello Branco após o golpe de 1964, Raymundo Padilha passa a ser um deputado situacionista e, líder do governo na Câmara dos Deputados

(DHBB, Raymundo Padilha). Com isso, acabou rompendo com seu antes aliado Carlos Lacerda. O governador da Guanabara rompeu com a ditadura logo após perceber que ficava cada vez mais distante a eleição democrática que ocorreria em 1965. Importante notarmos nesse momento a aproximação de Padilha com os militares e seu progressivo afastamento do grupo do Clube da Lanterna. Ainda no governo de Castello, com a extinção dos partidos políticos e a migração dos políticos do antigo PRP (e, em sua maioria, ex-integralistas) para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Padilha se reelegeu por esta mesma agremiação. Sua principal defesa neste momento foi a criação e promulgação da nova Constituição dos militares, a Constituição de 1967 (DHBB, Raymundo Padilha).

Selando definitivamente seus laços com a ditadura militar, Padilha foi eleito indiretamente governador do estado do Rio de Janeiro em 1970, donde permaneceu no cargo até a fusão com o antigo estado da Guanabara. Padilha, nesse momento, estava cada vez mais enfraquecido politicamente, principalmente pelo fato de não conseguir manter sua posição contrária à fusão. O ex-integralista entendeu que a criação da Ponte Rio-Niterói seria um acelerador do processo de fusão entre o estado do Rio de Janeiro e o estado da Guanabara. Se a fusão ocorresse (como de fato ocorreu), Padilha perderia seu poder político, haja vista que a capital do estado passaria a ser a cidade do Rio de Janeiro, e não mais Niterói. E, definitivamente, dali para frente Raymundo Padilha viu seu poder político diminuir até que encerrou sua carreira política praticamente esquecido.

Durante a ditadura militar, Raymundo Padilha se aproximou dos militares e constituiu seus laços de relacionamento com o governo. Durante o governo Castello Branco, foi chefe do governo na Câmara dos Deputados. No entanto, mesmo estando na condição de apoiador do regime, um dossiê montado ricamente, constando inúmeras fotos, inclusive onde ocorreu uma recepção para Padilha em Petrópolis que contou com a presença de Dutra. O relatório de um agente mostrou com detalhes como foi o encontro. Ou seja, embora o encontro fosse público, havia preocupações com o que seria tratado lá. Na qualidade de deputado, Padilha proferiu nesse encontro um discurso defendendo o fim da “lei de estabilidade” e a criação do FGTS numa reunião no final do evento. Importante registrar que por inúmeras vezes, Padilha vem a público defender a ditadura. A visita contou ainda com uma reunião com os proprietários da Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Provavelmente, por isso, Padilha defende em discurso o fim da “lei de estabilidade”, algo que beneficiaria diretamente àqueles

proprietários. Existe ainda um *book* fotográfico com imagens das reuniões e a descrição de todos os presentes nas fotografias, além de suas funções. A reunião foi promovida pelo “Posto do Ministério do Trabalho e Previdência Social” de Petrópolis (Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha).

A partir de 1971, é indicado como governador do Rio de Janeiro. Faz seu mandato pautado na defesa dos ideais da “revolução” e sempre procurando estar próximo dos militares. Realizamos para tanto a leitura e interpretação dos discursos de Padilha enquanto Deputado Federal. Tais nos deram uma direção interessante do que defendia e atacava o parlamentar enquanto deputado pela ARENA. Os discursos nos revelam determinados aspectos do pensamento político das lideranças de um país. Mas curiosamente, nos momentos finais de sua vida política, Raymundo Padilha rompe com a ditadura. Acredita-se que o rompimento tenha sido pelo fato do governador ser contrário à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Independentemente de qualquer coisa, Padilha termina sua vida política deixado de lado e esquecido pelos militares.

CONCLUSÃO

Um ex-integralista, na visão tomada pelo radicalismo da guerra, era um colaboracionista em potencial. Com todos estes elementos reunidos, até este momento, podemos entender claramente como Padilha sendo um ativo colaboracionista. Talvez a utilização do termo “espião” possa ser encarada como uma ferramenta de disputa política, pois após a guerra Padilha foi eternamente lembrado como um “espião nazista”. As acusações que constam no dossiê montado pela polícia brasileira e pelo governo americano também reforçam a ideia de que Padilha não agiu apenas uma vez e que a sanha colaboracionista, fascista e entreguista falou mais alto.

Nossa pesquisa ainda busca evidenciar que a ditadura militar acomodou inúmeras figuras integralistas. Algumas delas já há tempos renegavam o integralismo. Mas outras, como no caso de Padilha, defenderam-no ainda no período ditatorial, mesmo que de formas mais discretas. A própria ditadura em vários momentos se apropriou do discurso integralista como a valorização do nacionalismo, da brasilidade e, através disso, utilizou esse pensamento da maneira que melhor atendia seus interesses.

Com isso, temos o entendimento de outro aspecto que acabou sendo muito comum durante a ditadura, mas que ainda é muito pouco explorado pela historiografia, que é a presença dos integralistas apoiando o golpe de 1964 e a conseguinte ditadura que foi instaurada. Raimundo Padilha é apenas um exemplo dos inúmeros “ex-integralistas” que participaram do golpe e fundamentaram as bases para a criação da ditadura militar no Brasil. Buscamos resgatar essa memória na tentativa de não deixarmos que o integralismo como movimento político fique restrito aos tempos de Vargas. Se o movimento integralista foi desarticulado durante o Estado Novo, a ideologia integralista foi presente durante a ditadura.

Defendemos a ideia de que por outro lado, enquanto governador do estado do Rio de Janeiro, Raimundo Padilha tenha cada vez mais se aproximado da ditadura. Analisando a gestão de Castello Branco após o golpe de 1964, por exemplo, Raymundo Padilha passa a ser um deputado situacionista e, líder do governo na Câmara dos Deputados. Com isso, acabou rompendo com seu antes aliado Carlos Lacerda. O governador da Guanabara rompeu com a ditadura logo após perceber que ficava cada vez mais distante a eleição democrática que ocorreria em 1965. Outro importante ponto para a pesquisa, onde deixamos registrado a questão da aproximação de Padilha com os militares e seu progressivo afastamento do grupo do Clube da Lanterna. Ainda no governo de Castello, com a extinção dos partidos políticos e a migração dos políticos do antigo PRP (e, em sua maioria, ex-integralistas) para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Padilha se reelegeu por esta mesma agremiação. Sua principal defesa neste momento foi a criação e promulgação da nova Constituição dos militares, a Constituição de 1967. No entanto, o passado integralista dele, assim como de outros integralistas, foi sendo apagado pela ditadura militar. Pensamos que esse apagamento da memória integralista pode ter sido uma prática comum e sistemática dentro do regime.

Outro detalhe que nos chamou a atenção e pensamos ser um aspecto interessante que vem dando corpo à pesquisa foi o fato de existirem no mínimo três dossiês sobre Padilha durante a ditadura militar. Em um deles, uma visita à cidade de Petrópolis foi detalhadamente relatada, inclusive com fotos feitas por um “agente” que mostrou todos os passos do ex-governador. Entendemos, com isso, que mesmo sendo um aliado da ditadura, o passado integralista de Padilha envolvido com o golpismo e com as acusações de relações com o Reich durante a guerra, de certa forma, incomodava a ditadura militar. Devemos ressaltar que foi em Petrópolis que Padilha forjou sua carreira política integralista e onde tinha ainda

inúmeros contatos. Mesmo sendo um aliado, a ditadura desconfiava de Padilha como um golpista e entreguista (devido ao caso da espionagem) em potencial. No entanto, o passado integralista dele, assim como de outros integralistas, foi sendo apagado pela ditadura militar. Pensamos que esse apagamento da memória integralista pode ter sido uma prática comum e sistemática dentro do regime.

Um ponto que também vislumbramos como promissor foi o momento em que Raimundo Padilha rompeu com a ditadura militar. Quando chegou o momento em que a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro ocorreu, Padilha viu seu cargo, sua posição política e seu poder sucumbirem em meio à mudança da capital para a cidade do Rio de Janeiro e, por conta disso, se posicionou como ferrenho opositor ao processo, contrariando nesse momento o regime. Essa passagem é muito pouco estudada pela historiografia e sobre ela enxergamos a possibilidade de que a fusão foi muito mais do que um simples processo de corte de custos.

Ela representou a disputa entre grupos políticos que pretendiam a possibilidade de ampliar seus poderes e outros que fizeram de tudo para não perder seu posto. Ao redor dessas disputas, acreditamos que Raimundo Padilha terminou sua vida política afastado da ditadura a qual tanto defendeu durante sua atuação política. Além disso, compreender o processo de fusão do extinto estado do Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. Pensamos que tal processo tenha sido alvo de inúmeras disputas entre os grupos que entendiam que a fusão seria uma manobra de otimização da manutenção da máquina do estado e outros grupos que a temiam por pensarem o processo como um diminuidor do seu poder político, como o caso de Padilha.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Policia Política – Acervo Integralismo.

Hemeroteca Digital - [http://memoria.bn.br/DocReader/386030/17419?pesq=Espião Padilha](http://memoria.bn.br/DocReader/386030/17419?pesq=Espião%20Padilha)

BIBLIOGRAFIA

BERTONHA, João Fábio. Integralismo. Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: EDUEM, 2014.

_____. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). Diálogos. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009.

Blue Book on Argentina. Memorandum of the United States Government. Washington, D.C., February 1946.

BRILL, Paulo. Raymundo Padilha/seleção de discursos e introdução por Paulo Brill. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. (Perfis Parlamentares; n. 46).

CALIL, Gilberto Grassi. O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

COUTINHO, Amélia. Raymundo Delmiriano Padilha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/08/2015.

HILTON, Stanley E.. Suástica Sobre o Brasil. A História da Espionagem Alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWN, Eric J. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 2ª ed. 2011.

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 2ª ed.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva e FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. Do Integralismo ao Udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação de mestrado. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. Juiz de Fora: PPGH - UFJF, 2014.

PAXTON, Robert O. A Anatomia do Fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, Francisco Carlos T. da Silva. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel A., FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. O Século XX: o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VASCONCELLOS, Gilberto. A Ideologia Curupira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

VIANNA, Marly de Almeida G. Rebeliões Integralistas – Março e Maio de 1938. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues... et al. (Orgs). Militares e Política no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

TRINDADE, Héliqio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel; 1974.

Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias

Leandro Rosetti de Almeida
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

INTRODUÇÃO

Desde que esta pesquisa começou a ser realizada, os motivos primeiros que nortearam esta investigação têm passado pelo incômodo gerado pelas lacunas entre a história local do município de Duque de Caxias e uma historiografia geral, de viés mais institucionalizado, atrelado à construção da história política do Brasil. É importante marcar este descompasso porque ele foi a matriz dos caminhos pelos quais a pesquisa passou, seus muitos becos sem saída, seus revezes, e seus oásis. A pesquisa começou tendo a ditadura como pano de fundo e enveredou pelos caminhos do ensino da história e da memória em Duque de Caxias.

A trajetória desta pesquisa, com suas idas e vindas, figura para mim como imprescindível na busca de sentido do fazer historiográfico. Num exercício de viés meta-histórico, incorporo a história mesma desta investigação nesta comunicação, porque ela é produto das provocações do tempo presente, especialmente desses anos últimos em que a suspensão da lógica do tempo parece dar o tom da vida, e porque, afinal de contas, o ofício historiográfico prevê a autorreflexão. Refletir sobre a história do estudo tem a ver também com os trânsitos entre sujeito e objeto de pesquisa. No nosso caso, os lugares que passado e presente podem ocupar nesse trânsito entre subjetividade e objetividade.

As flamas de um presente incendiário que impulsionaram o olhar historiográfico para o passado – a partir da constatação (e da consternação) em relação a apropriações, no mínimo, curiosas, sobre o passado recente da história do Brasil (sobretudo no apagar das luzes das disputas eleitorais de 2018) – levaram-me ao interesse em investigar como se têm construído as memórias em relação à ditadura no país; precisamente, no município de Duque de Caxias, que é onde nasci e me criei (novamente observo os trânsitos entre objetividade e subjetividade na pesquisa).

Diante das muitas possibilidades que os estudos da memória podem suscitar na pesquisa histórica, esta comunicação optou por buscar entender, através dos dispositivos da

memória, como a cultura histórica do município de Duque de Caxias impactou as percepções e os sentidos que a ditadura civil-militar imprimiu na cidade. A pesquisa tem foco no município que acumulou durante anos o rótulo de cidade-dormitório, título que ignora as transformações socioeconômicas pelas quais a cidade passou, especialmente durante os anos 1960 e 70, e as relações sociopolíticas que emergiram a partir dessas transformações. Nesse sentido, a pesquisa sinaliza para a necessidade de contextualizar os sentidos que termos como segurança, trabalho e cidadania ocupam na memória de seus moradores quando ela se volta para os anos da ditadura vividos na cidade.

UMA CIDADE ROTULADA

O município de Duque de Caxias está localizado na Baixada Fluminense, o primeiro com o qual a cidade do Rio de Janeiro estabelece limite, partindo do centro da capital carioca. Embora limítrofe com outros municípios da Baixada, como São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu, ou da Região Serrana, como Petrópolis, foi a proximidade com o Rio de Janeiro que imputou ao município de Caxias a alcunha de *cidade-dormitório*.

O título parece amparar-se no fato de que os trabalhadores duquecaxienses se deslocariam para a capital fluminense para seus ofícios e retornariam para suas residências para o descanso. Durante muitos anos, este modo de vida era efetivamente comum à população do município, mas o perigo está na estereotipificação da cidade a partir de dados contingenciais. Os estereótipos não são mentira em si mesmos, mas verdades incompletas e parciais. E porque incompletas, são insuficientes para explicar realidades mais profundas e complexas como as relacionadas às experiências locais dos moradores daquele município.

Ao tomarmos a capital fluminense como baliza para compreender outras realidades que lhe escapam, corremos o risco de produzir e reproduzir compreensões equivocadas nos mais diversos campos do conhecimento, e com a historiografia não é diferente. E porque o alvo desta comunicação é uma dimensão do campo historiográfico, a saber, as contingências da ditadura civil-militar e as memórias duquecaxienses sobre elas, é que se faz necessário debulhar a realidade daquele município nos anos em que viveu a ditadura no Brasil.

A CIDADE E SEU TEMPO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE CAXIAS NOS ANOS 1960 E 1970

Pretendo levantar algumas questões de ordem socioeconômica para buscar compreender a experiência de cidade vivida pelos moradores de Duque de Caxias entre os anos 1960 e 1970. A primeira delas, muito bem elucidadas por Pierre Costa (2009) tem a ver com as condições de moradia e habitação que, à luz da história do município de Duque de Caxias, são dimensões diretamente relacionadas às políticas de loteamento que caracterizaram as cidades atingidas diretamente pelo nacional desenvolvimentismo. No caso de Caxias, que foi bastante afetada desde a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, nos anos 1940, a explosão demográfica também se relacionaria à instalação da rodovia Rio-Petrópolis no final dos anos 1920, conectando a capital fluminense à Região Serrana do estado. Assim, é na década de 1950 que o município atingiu o auge da aprovação de loteamentos em seu território³. As décadas seguintes – precisamente as que nos interessam – são seguidas por um decréscimo progressivo na aprovação de loteamentos. Segundo Costa (2009), a década de 1970 reduziu a menos da metade os loteamentos aprovados na década anterior⁴. O resultado foi duplo: a diminuição da oferta e do tamanho dos terrenos oferecidos e o encarecimento de seu preço de mercado. A rede de transporte não acompanhou a explosão demográfica, de forma que morar em Caxias durante os anos 1960 e 70, para grande parte de sua população, era equilibrar-se entre uma moradia cada vez mais encarecida e espremida por entre lotes cada vez menores, e um deslocamento ineficiente cujos custos podiam chegar a consumir até um quarto da renda do trabalhador.

A segunda questão que trago à reflexão é, em certo sentido, derivada da primeira. Trata-se do crescimento demográfico⁵ da cidade. De acordo com Pierre Costa (2009), em 1960, a cidade que contava com pouco mais de 92 mil habitantes no decênio anterior, ultrapassa a marca dos 240 mil. O número quase dobra em 1970, chegando a mais de 430 mil. Foi precisamente nesta década que o município viveu um processo de urbanização sem precedentes em sua história. De forma acelerada e não planejada, a população duquecaxiense se urbanizou. Em 1960, a população urbana do município chegava aos 72,1% da população total. Mas em 1970, esse número despontou para avassaladores 93,8%. As condições básicas de vida também melhoraram em termos absolutos, mas nem de longe os números são

³ Resultando num total de 85.642 lotes, segundo o cadastro municipal de 1978.

⁴ Na década de 1960, o total de lotes aprovados foi de 60.038 e, na década seguinte, o número foi reduzido para 27.988.

⁵ IBGE – Censos Demográficos do IBGE – 1940, 1950, 1970.

satisfatórios. Nos anos 1960 nem mesmo uma rede geral de esgoto havia em Caxias, e apenas 20% de sua população, aproximadamente, teria, no ano de 1970, um destino mais ou menos “adequado” para seus dejetos⁶. Se somarmos os números da demografia do município às precárias condições nas quais sua população vivia nas décadas de 1960 e 70, teremos uma forte combinação de fatores que ajudam a explicar o crescimento da violência urbana e o aumento da insegurança no município.

A terceira questão que me parece fundamental nesta investigação são os dados do mundo do trabalho daquele município durante os anos da ditadura. Esses dados são importantes porque eles estão diretamente ligados à alcunha de *cidade-dormitório* pela qual o município ficou conhecido. De fato, Caxias foi uma grande fornecedora de mão-de-obra, especialmente no setor de serviços, para o Rio de Janeiro – mas também para outros municípios. Apesar da industrialização que se impôs à cidade (FNM, FABOR, REDUC etc.), ela não correspondeu na mesma proporção à empregabilidade local para sua população economicamente ativa, conforme apontado por Pierre Costa (2009: 187). Em 1960, eram 64,5% da população duquecaxiense os que trabalhavam fora do município de Caxias no setor industrial, e no setor de serviços esse número chegava a assustadores 88,9%. No ano de 1970, a proporção era de 70,3% no setor industrial e 83,5% no de serviços. Em relação aos ganhos da população economicamente ativa naquele município, quase metade (46,6%) recebia até 1 salário mínimo, e uma outra fatia significativa (37,6%) abarcava entre 1 e 2,5 salários mínimos⁷. Apenas pouco mais de 10% da população recebia mais de 2,5 salários mínimos (COSTA, 2009: 188).

Esses dados, contudo, possuem natureza estritamente socioeconômica. O rótulo de *cidade-dormitório*, ao que parece, se sustenta sobre eles, mas esquiva-se de outras dimensões da realidade local, como as de natureza política. Um estudo da década de 1970 – portanto, contemporâneo ao estrato temporal que nos interessa – critica o uso daquele rótulo à cidade justamente porque limitado ao âmbito da esfera econômica. Nancy Alessio e Irene Lopes contestam o título de Caxias como *cidade-dormitório* porque

“trata-se de um exemplo típico de um município que, por força do crescimento de suas atividades econômicas, transformou-se rapidamente em centro industrial e

⁶ Justificam-se as aspas: as instalações a que se referem o percentual são de fossas sépticas, que totalizam 20.831 em 1970, para uma população geral de 89.482 habitantes.

⁷ Salário mínimo entre maio de 1970 e abril de 1971: Cr\$187,20.

mercado consumidor de primeiro grau, sem que esse desenvolvimento econômico fosse acompanhado de idêntico desenvolvimento institucional, quer no plano social, quer no plano político. (ALESSIO; LOPES, 1971: 45)

O *xis* da questão sob esta perspectiva desloca-se da dependência em relação à metrópole fluminense e incide sobre a forma como o município cresceu, pelo menos, até o início da década de 1970. Além disso, as autoras sustentam que aspectos de outra ordem precisam ser considerados. Por exemplo, o descompasso existente entre a ampla produção industrial (atrelada aos altos índices de urbanização) e o processo de modernização da ação política; ou a profunda dependência entre mecanismos pessoais e informais da ação política e a influência das lideranças partidárias; ou ainda, o fato de que os conflitos políticos se dariam precisamente a partir de querelas locais e não de pautas mais amplas com impactos nos âmbitos estadual e federal (ALESSIO; LOPES, 1971: 45-46).

A crítica das autoras caminha em direção à busca de uma organicidade do município bastante *sui generis* do ponto de vista do lugar que ele ocupa no espaço e no tempo. No espaço, porque o município havia sido enquadrado como Área de Segurança Nacional em 1968⁸. No tempo, porque o próprio enquadramento de Caxias dentro de interesse muito específico para a segurança do país era parte central de um período de expressivo controle militar de pessoas e lugares, de endurecimento da vigilância política e do acirramento das práticas persecutórias, de censura e de violência de estado. Essa organicidade *sui generis* do município de Caxias, em termos teóricos, será buscada e conduzida neste trabalho a partir do conceito de *cultura histórica* (RÜSEN, 2010).

À LUZ DA TEORIA: A CULTURA HISTÓRICA COMO CHAVE DE LEITURA DE UMA ÉPOCA

O conceito de cultura histórica tem sido desenvolvido e mobilizado desde os anos 1980 e 1990 por nomes importantes e referenciais nas discussões da teoria da história, como Jacques Le Goff, Bernard Guenée e Jörn Rüsen. É especialmente sobre este último que me amparo para desenvolver minha reflexão sobre o conceito de cultura histórica nesta pesquisa.

Segundo Rüsen (2010: 121), a cultura histórica é “o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática”, ou seja, “o campo da

⁸ Lei Nº 5.449 de 4 de junho de 1968.

interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência no tempo, determinantes da consciência histórica humana”. A visão que uma determinada sociedade, de quaisquer tempos ou espaços, possui sobre seu próprio passado, é resultado de fatores muito diversos, os quais produzem um conjunto igualmente variado de imagens, idealizações, projeções e conclusões a respeito do tempo que passou e que também atuam de forma dinâmica para dar sentido ao tempo em que se está, o presente (GONTIJO, 2014). O passado de um povo, de um grupo, de uma nação, de um coletivo específico, é compreendido a partir dessa diversidade de forças que atuam para atribuir sentido ao presente. Para frustração (ou nem tanto) dos historiadores profissionais, a matéria-prima da história, que é o tempo da experiência humana (com destaque para o tempo passado), não é compreendida e significada pelos grupos sociais exclusivamente a partir dos poderes notabilíssimos da pesquisa historiográfica. Cada grupo, sociedade, povo, constrói seu olhar para o passado a partir daquele emaranhado de fatores de origens diversificadas. É ao produto desse conjunto imbricado de forças construtivas do passado e orientadoras do presente que Rüsen chama de cultura histórica.

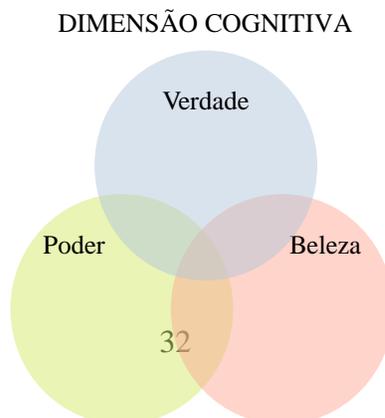
Para compreender o conceito, é importante levar em consideração as três dimensões de que é constituído (RÜSEN, 2010: 122-123). A primeira delas é a dimensão cognitiva. Esta é a dimensão que orienta as impressões sobre o passado a partir do rigor científico que se quer mediador das questões relacionadas à memória histórica. Trata-se do saber histórico propriamente dito, que forma e performa uma determinada visão sobre o passado para e/ou de uma sociedade ou um grupo, a partir do dispositivo da verdade. Esta dimensão não caminha sozinha – daí a anedota em relação à possível frustração dos historiadores profissionais – na construção de uma visão sobre o passado. Ela coexiste com duas outras dimensões. A cultura histórica de uma comunidade, a partir da dimensão cognitiva, pode ser construída pelo ensino de história nas escolas, pelo livro didático, pelo debate fomentado nas universidades e os impactos que eles geram na sociedade, pela produção de livros e revistas de história, pelos institutos históricos e espaços de memória de um município ou instituição, entre outros.

A segunda dimensão da cultura histórica é a dimensão política. Ela é aquela cuja razão assegura a validade de dominação e de poder, e que orienta o presente a partir da perspectiva da legitimidade. A dimensão política da cultura histórica está relacionada ao princípio da legitimação jurídica e ao sistema de direitos do homem e do cidadão. Uma comunidade

específica poderá ter uma cultura histórica alicerçada na dimensão política quando este passado é explicado e/ou ensinado a partir de dispositivos do poder, como podemos ver nos hinos oficiais dos municípios, nos discursos políticos, na filiação partidária e no funcionamento dos partidos, no estabelecimento de vínculos com base em tradições familiares, como o casamento ou a circuncisão, na promoção ou negação do direito baseada em preceitos da legislação vigente ou mesmo em práticas coronelistas. Sempre que o poder, em toda a sua expressão, recorre ao passado para justificar e/ou legitimar o presente, aí está se expressando a cultura histórica através de sua dimensão política.

Finalmente, a terceira dimensão é a estética. Ela está associada aos princípios da apresentação formal, a qual promove a eficácia da primeira dimensão, a da ciência, e colabora para que se enraíze a segunda dimensão, a do poder. A dimensão estética, em relação às outras duas, é marcada pela autonomia de si enquanto fator constitutivo do sentido narrativo e encontra ecos no campo da arte e da religião enquanto conhecimento que molda o passado e orienta o presente. A dimensão estética se dá no estilo de uma fotografia que remonta ao passado, na letra de um samba-enredo ou no próprio desfile da escola de samba, na disposição das peças em uma exposição em um museu, na retórica e na oratória de uma apresentação pública de um político ou de um professor, nas séries televisivas sobre a época da colonização, no cinema com seus filmes de guerra, ou ainda nos *games* ambientados num cenário medieval. A dimensão estética não é meramente ilustrativa (apesar de comumente ser vista como tal), mas traz em si um valor que participa ontologicamente do sentido de passado que ela comunica.

FIGURA 1 – As dimensões da cultura histórica



Jörn Rüsen (2010: 122) busca avaliar de que forma essas três dimensões se relacionam. Aliás, o fato de que se relacionam já é, em si, fator a ser considerado. A cultura histórica existe a partir desta interação, não necessariamente de forma isonômica, mas obrigatoriamente com conexões. A forma como se dão essas conexões é que será objeto de problematização do teórico alemão. Sua questão precisamente está em apresentar como as dimensões política e estética da cultura histórica se articulam com a cognitiva.

Não pretendo aqui esmiuçar a apresentação de Rüsen sobre essa articulação das dimensões política e estética com a cognitiva. Mas sublinhar que, para o autor, é uma tendência natural e espontânea que haja uma instrumentalização mútua do saber científico tanto com os argumentos políticos quanto com os aparatos estéticos. Os jogos de instrumentalização entre as três dimensões da cultura histórica suscitam a reflexão sobre o fato de que o passado sobre o qual se ancoram as dimensões da cultura histórica será sempre produto de disputas (conscientes ou não). O passado enquanto conhecimento de uma comunidade sobre si sempre será um conjunto de saberes que se duelam e se equacionam a partir das disputas de sentido entre os campos da ciência, do poder e da beleza. O que sabemos sobre nós, isto é, sobre o passado que nos constitui no presente, enquanto coletivo, é fruto das conexões entre o poder e as ideias políticas, o universo do sensível e as formas estéticas, e suas imbricações com a ciência e seus aparatos cognitivos. Os sentidos que a consciência histórica implica à vida prática, a partir do princípio da orientação, serão necessariamente atravessados pelas memórias dos sujeitos – seja por meio de lembranças ou através dos esquecimentos – as quais são materializadas nas narrativas, elas mesmas constituídas de razão, uma razão para esses mesmos sujeitos que dela se valem para o (re)conhecimento do mundo e de si mesmos.

CULTURA HISTÓRICA E AS CAMADAS DE MEMÓRIA

Ao se evocar o conceito de cultura histórica, evoca-se também cada uma daquelas dimensões e, conseqüentemente, as respectivas disputas a elas atreladas. Cada uma delas comunica de uma forma o passado que se quer, e dependendo de como essa comunicação se instala e enraíza na comunidade, a memória se encarrega de agir no intuito de atribuir sentido

ao passado no tempo presente, ora recorrendo à dimensão do poder e das ideias políticas, ora se amparando no universo do sensível e do estético.

Pensar as relações entre cultura histórica e memória em Duque de Caxias traz algumas possibilidades e dúvidas, principalmente porque temos como foco o período da ditadura – ditadura que pública e notadamente é explicada nos mais diversos meios a partir de recursos estéticos (filmes, novelas, livros etc.) e políticos (partidos políticos, prisões, censura, tortura etc.). Como entender como esses recursos se constroem no caso do município de Duque de Caxias?

São pelo menos dois os caminhos possíveis de trilhar nesta seara: o primeiro deles, entender de que forma a população duquecaxiense experienciou a ditadura e que sentidos este período confere ao tempo presente para ela. Neste caso, interessaria aqui entender as forças que atuaram, especialmente no contexto dos anos 1960 e 1970, no sentido de forjar uma determinada visão daquele período para os moradores da cidade. Caberia investigar o que estudaram ou deixaram de estudar na escola, quem eram os seus familiares, onde trabalhavam e que profissões tinham, as relações sociais que nutriam, se participaram de algum movimento de resistência, se tiveram algum familiar desaparecido durante o regime, se eram militares ou se o militarismo era parte da cultura familiar, entre outras questões. Todas essas inquietudes são fatores que ajudam a compor, hoje, uma visão de passado em determinado segmento social.

O segundo caminho é entender como a sociedade duquecaxiense construiu sua visão de passado no contexto mesmo das décadas de 1960 e 70. É investigar o passado do passado, ou seja, o tempo que passou quando os anos 1960 e 70 eram considerados o presente que se vivia. Um presente constituído de sentido a partir de forças outras e questões tão diversas quanto aquelas sugeridas na seção anterior. Uma investigação que mira no passado do passado mas que é disparada a partir do presente e só a partir dele pode obter respostas. Ao nos debruçarmos sobre o passado da Caxias dos anos 1960 e 70 (e não sobre o passado da Caxias de hoje), importará inquirir sobre outras questões que não necessária ou diretamente se conectam com as vicissitudes da ditadura civil-militar especificamente. Assim, por exemplo, a investigação poderá inquirir sobre práticas migratórias, sobre o êxodo rural (especialmente numa região notadamente conhecida pela ascendência nordestina), sobre a política de concessão de terras, sobre as negociações com as lideranças políticas locais, sobre as

dificuldades ou as facilidades de locomoção, sobre o impacto de uma carteira de trabalho e sobre questões relacionadas à violência urbana e a segurança pública. Todas essas contingências são fatores que antecedem os anos 1960, portanto, não são diretamente produto ou resultado dos desdobramentos da ditadura em Duque de Caxias. São sombras de passado que se projetam sobre o presente dos anos da ditadura, a partir dos construtos da memória, e fazem com que os rigores da cronologia escorram pelos dedos do pesquisador ávido por datas e marcos situacionais.

Esses dois caminhos possíveis não se excluem mutuamente. Eles se complementam. Isso significa que não é possível enveredar por um sem levar o outro em consideração, mas é possível realizar escolhas conscientes de perspectivas teóricas e metodológicas para a pesquisa. Neste caso, o segundo caminho é o que nos interessará neste estudo, com a perspectiva de que o trabalho com memórias deve ser conduzido tal como é degustada uma sobremesa folhada, cujas camadas existentes de trigo perderiam o sentido e o sabor se apreciadas isoladamente e sem o recheio, quer seja o doce de leite, quer sejam as narrativas.

CONSIDERAÇÕES (NADA FINAIS)

Esta comunicação é o ensaio de uma pesquisa que possui uma trajetória. É um ensaio de um estudo revisitado e repensado, uma pesquisa que sofreu revezes e ainda está em construção. Nessas considerações nada finais, a proposta é alinhar os pontos que me parecem necessários para costurar a pesquisa para o futuro.

A primeira consideração aponta para a necessidade de relacionar os fatores socioeconômicos apresentados no início da comunicação às dimensões cognitiva, política e estética da cultura histórica. Por aqui, limito-me a esboçar a possibilidade que me salta aos olhos e que me parece bastante profícua. Entendo que aqueles fatores fornecem um quadro interessante para pensar a realidade da Caxias dos anos 1960 e 70. Mais do que pensar propriamente na relação com a historiografia da ditadura civil-militar, meu interesse está em entender de que forma trabalho, renda, moradia, segurança, transporte e cidadania dos duquecaxienses naqueles anos se relacionam com o passado que as memórias daqueles moradores é capaz de acionar hoje. Aponto a necessidade de me aproximar das memórias sobre os loteamentos, a compra dos terrenos, a construção das casas, as dificuldades enfrentadas no plano da construção das famílias, porque essas realidades me parecem ser

fundamentais na forma como aqueles sujeitos compreendiam o seu passado. Por exemplo, ter um emprego de carteira assinada nos anos 1970 não é apenas ter trabalho e renda: é se relacionar com uma memória trabalhista com profundas conexões com a era áurea do getulismo e, ao mesmo tempo, operar a estratégia de se esquivar da violência de estado em abordagens policiais ávidas pelo exercício do controle da população nos anos de chumbo. Esta é uma dimensão política, por exemplo, que pode ter atuado na cultura histórica daquele município, especialmente no universo dos trabalhadores.

A segunda consideração é de natureza ainda teórica. Entendo que esta comunicação não trouxe elementos consistentes para uma discussão mais elaborada e necessária sobre os dispositivos de memória e sua relação com a história. Menciono, mas não me permito discutir como é preciso, as camadas de memória que se constroem na constituição de sentido do tempo presente. Sinalizo aqui o intuito de aprimorar a discussão a respeito da relação entre memória e identidade, e para isso me parecem pertinentes as contribuições de Pierre Nora e de Joël Candau. Entendo que faltam elementos significativos para dizer que este trabalho relaciona cultura histórica e memória.

A terceira consideração é de natureza metodológica e justamente tem a ver com estes elementos: as memórias. Que memórias serão estas? Quem as possui? Onde estão os sujeitos da história? Aqui identifico a lacuna em relação à explicitação da metodologia para que essas memórias venham à tona. Para tanto, sinalizo para a necessidade de mirar em um público-alvo que, no meu entender, são os moradores de Duque de Caxias que durante os anos da ditadura trabalhavam fora do município. Não me proponho aqui a me dedicar às experiências dos moradores trabalhadores das indústrias do município, porque eles representam uma parcela muito pouco expressiva da realidade da cidade naquele contexto. Pretendo buscar aqueles que passaram pelo processo de urbanização ou estavam urbanizados naqueles anos, portanto, não me aterei aos moradores de zonas rurais daquela época. Essa busca deverá acontecer em duas etapas: uma primeira, através de um formulário eletrônico, com o objetivo de circular na Internet e conseguir dados estatísticos que me permitam fazer um recorte de público; e uma segunda, mais direcionada a partir do recorte da primeira, que consistirá em entrevistar esses moradores.

Por fim, aponto a necessidade de me aproximar da bibliografia e dos debates historiográficos sobre a ditadura. Acredito que eles não são a base da minha pesquisa mas

poderão fornecer subsídios importantes para que eu possa discorrer, inclusive de maneira crítica, sobre os descompassos entre uma historiografia que aborda a ditadura de forma mais genérica e, via de regra, por parâmetros de uma história nacional, como nos livros didáticos, e uma historiografia que examina, a partir da experiência local, os sentidos que a ditadura tem assumido, no passado e no presente, em um município que, mesmo não sendo a capital do estado, foi diretamente atingido pelas deliberações daquele regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉSSIO, Nancy, LOPES, Irene Maria Magalhães. Transformação Política ao nível do poder local – Estudo de caso (Caxias). Relatório Preliminar. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro: V. 5, n° 4, out/dez, 1971.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. O Município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964 -1985. 2008, 183f, Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ PPGHIS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2008.

COSTA, Pierre Alves. Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. 2009, 339f, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. Almanack. Guarulhos, n.08, pp.44-53, 2 sem. 2014.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Militantes da Cultura em área periférica Duque de Caxias (1950- 1980). Dissertação de Mestrado em História. Vassouras: USS. 2005.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2010.

_____. ¿Qué es la cultura historica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher.

SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. Cultura historica [2009]. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf >. Acesso em 7 out 2020.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

Dos Ventos de Abertura aos Atos de Fechamento: contextualização e consequências do Golpe civil-militar de 1964 para a Juventude Universitária Católica

Livia Ribeiro Barboza de Araújo Braga
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

Nos debates históricos que retomam os 21 anos da ditadura civil-militar no Brasil, existe uma longa controvérsia sobre a postura de uma das principais instituições não governamentais presente no país: a Igreja Católica. Pensar e rever a participação dessa instituição e de seus membros é dirigir o olhar para um significativo agrupamento social. Além da significação numérica, que já seria suficiente, uma vez que mais de 90% da população se declarava católica⁹, desde os princípios da formação do Estado Brasileiro existe uma relação de poder e influência dessa instituição sobre a história e a política do país. A Igreja é personagem notório e notável em diversos momentos, cabendo, portanto, espaço para o levantamento de pesquisas dispostas a ampliar o entendimento do que significou e significa essa presença no cenário nacional, especialmente nos conturbados anos de início do regime ditatorial. Nesse sentido busca-se compreender “se e como” a Igreja Católica, com suas diferentes tendências, influenciou o posicionamento político de diferentes grupos: “A religião pode ser uma força poderosa na determinação da orientação política, frequentemente até mais poderosa do que a classe” (MAINWARING, 2004: 26)

A Igreja Católica é comumente lembrada nesse período pelo apoio ao movimento de derrubada do governo Goulart. As referências historiográficas usualmente apresentam os movimentos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a assinatura de uma carta por 26 bispos dando suporte aos militares (BEZERRA, 2014), como exemplo desse apoio ao Golpe que destituiu o governo de Jango. Entretanto, também se reconhecem a existência de diversas lideranças e grupos que se colocaram contrários a essa tomada do poder democrático. Mais que isso, é importante destacar que 26 bispos não representam um número

⁹ Dado retirado da publicação Tendências Demográficas – IBGE,. Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv773.pdf>. Com acesso em 10 de setembro de 20186.

significativo quando pensamos que o Brasil tem o maior contingente de católicos do mundo, orientados por mais de 270 territórios, mais bispos auxiliares e eméritos, 26 nomes, não representavam nem 10 % das autoridades eclesiais à época.

A Igreja Católica, reconhecidamente tradicional, vivia desde 1962 um momento de atualização. O Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, prometia um “*aggiornamento*”, uma atualização, em toda a Igreja. Em 1964, os bispos do Brasil tiveram sua assembleia feita em meio a reunião geral do Concílio. Enquanto se dividiam entre Roma e suas dioceses, os diferentes movimentos liderados por agentes pastorais leigos ganhavam força num cenário político instável, conforme pode-se ler nos Documentos referentes as Circulares Conciliares de Dom Helder Câmara (MARQUES E FARIA, 2009: 378).

Nesse contexto de abertura que tomou o céu da Igreja após o pontificado de João XXIII, é necessário entender o que esse *aggiornamento* significa quando retoma as bases que constituem os movimentos sociais relacionados a Igreja Católica. Se no Brasil a Igreja se dividia entre progressistas e conservadores, isso era reflexo das duas principais tendências que tomaram o Concílio Vaticano II. Não há formas de entender os ecos latino-americanos sem perceber as mudanças estruturais que os documentos conciliares trouxeram para as bases eclesiais. A abertura ao laicato, a liturgia, a formação dos religiosos, o diálogo inter-religioso e ecumênico, os movimentos sinodais (apontando para um governo menos centralizado e mais “democrático”), os inúmeros cursos de liderança e estudos dos novos documentos que chegavam intensos. Tudo isso mantinha parte das inspirações que tomavam as juventudes católica e motivava seus esforços em continuar na luta pelas ideias que seguissem a linha do humanismo solidário.

Tratando a temática de forma mais específica e concentrados no objeto de estudo, abordar a JUC significa estudar um grupo composto por jovens (população até 30 anos), católicos, organizados de forma permanente e orgânica, isso é, parte de uma estrutura maior que o grupo de base em si, que continha uma metodologia de trabalho específica. A formação dos jovens da JUC, não eram com a intencionalidade de torná-los políticos no campo das disputas partidárias. Mas era uma formação que entendia a necessidade de vincular fé e prática, fé e política, e torná-los sujeitos sociais ativos. Essa prática ia, necessariamente além da caridade esporádica. Desde a encíclica papal, *Rerum Novarum* (1891), os temas

relacionados a justiça social passaram a compor a doutrina social da Igreja e a aparecerem nos espaços formativos, inclusive da juventude laica.

Além disso, com o papado de João XXIII e o Concílio Vaticano II, grande parte dos religiosos e assessores (adultos leigos) viviam a efervescência de uma instituição que ansiava por espaços de participação e formação. Enquanto a América Latina era tomada por atos de restrição e fechamentos nos campos políticos e legais, na Igreja católica sopravam fortes ventos de abertura.

A história Conciliar tem uma importante disputa teórica entre progressistas e conservadores, conforme destaca Libâneo (2000). E a América Latina passa a ser uma referência para um novo “jeito de ser igreja”, mais sinodal e participativa, marcada pela força das Conferências Episcopais que tornam pública a opção preferencial pelos pobres: “a Igreja do Brasil põe fim à fase de repetição de modelos pastorais importados sobretudo da Europa. O padre Henrique Vaz (1968), em frase lapidar resume bem esse momento como a passagem “de uma Igreja-reflexo pra uma Igreja-fonte” (LIBÂNEO, 2000: 118).

Nesse cenário internacional tão dinâmico, vão se fortalecendo as lideranças pastorais nas diversas comunidades, paróquias e regionais. Assim, a JUC, nos primeiros anos de 1960, começa um importante movimento para eleger seus militantes aos cargos de liderança das Uniões Municipais de Estudantes e da UNE. E torna-se uma das tendências mais relevantes do movimento estudantil brasileiro, no período. Entre os anos de 1961 até o congresso da UNE de Ibiúna (1968) elegeram-se para presidentes da instituição líderes da JUC. Até o ano de 1962, essas lideranças poderiam se referenciar a JUC, foi quando, por instrução da CNBB, todos os militantes JUCistas estavam proibidos de concorrer a cargos públicos, em nome do movimento. É então que os jovens líderes fundam a Ação Popular, e continuam se elegendo aos cargos e mantendo seus espaços de formação.

No cenário político brasileiro, a instabilidade pós-renúncia de Jânio Quadros e as tentativas de reformas populares de João Goulart, transformaram o cenário em solo fértil para os movimentos e grupos de extrema direita, apoiados também por setores da Igreja Católica. Existe um abismo entre a Igreja base e a Igreja cúpula, possibilitando um distanciamento entre as duas principais tendências do catolicismo.

No que diz respeito à história da Igreja Católica na contemporaneidade, vale retomar os relatos de Libâneo, em sua análise sobre a realidade eclesial, especialmente a brasileira

entre os anos anteriores ao Concílio Vaticano II e suas consequências posteriores. No que diz respeito a América Latina, um marco dessa realidade eclesial é o Conferência Episcopal Latino Americana, em Medellín, que traduz a realidade presente no continente das práticas e movimentos pastorais e dos avanços teológicos, indicando, por exemplo, os fatores mais relevantes da identidade dessa Igreja local. Medellín é um marco de síntese do que já se experimentava na América Latina a partir do crescimento do movimento do laicato e das Conferências Nacionais:

“Temos, portanto, os três pontos básicos de originalidade da Igreja da América Latina nos próximos anos: opção pelos pobres, comunidades eclesiais de base e teologia e pastoral da libertação.” (LIBÂNIO, 2000: 127)

Durante os anos anteriores ao golpe, todo o movimento de leigos católicos se organizava em meios específicos, formando entre os anos de 1950 e 1968 a Ação Católica Especializada (ACE). É no seio dessa ação que surgem os diversos movimentos voltados para Juventude Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), nosso objeto de pesquisa (DE MORAIS, 2002). Os movimentos de leigos que se fortaleceram desde a década de 1930, ganharam, a partir dessas participações, uma presença mais ativa e relevante das juventudes. Essa participação saiu do campo eclesial e deu início a uma série de participações e lideranças em movimentos populares, organizados por meios específicos.

Para analisar o contexto da JUC em 1964, é preciso explicar que a partir de 1962 e até os primeiros meses de 1964 sua ação se conecta e por vezes se confunde à da Ação Popular. A Ação Popular conforme relata Frei Betto é “instrumento independente adequado a ação política” (BETTO, 2006: 142). Isto significa dizer que a partir de 1962, impedidos pelas autoridades eclesiais, por carta diretamente dirigida a militância da JUC, aos jovens JUCistas ficava proibida a militância política. A partir dessa proibição, dá-se início a Ação Popular – idealizada primeiramente por Betinho (Hebert de Souza) e os demais militantes da JUC que já atuavam diretamente junto aos setores populares, disputando cargos de liderança, como a presidência da UNE. Conforme explica (RIDENTI, 1998) A Ação Popular é reconhecida como o braço político da JUC. Com o avançar da militância e do Golpe, a “AP supera suas origens reformista, aprofundando-se sempre mais na teoria marxista” (BETTO, 2006: 142)

“A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, no qual manteve a Presidência da UNE e de muitos centros acadêmicos locais e regionais durante os anos 60. Gestou-se no interior da JUC, que mostrara sua força política organizada no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1960, quando compôs a chapa eleita para a diretoria da UNE com outros grupos de esquerda.” (RIDENTI, 1998: 9)

Abordar a trajetória da JUC é tratar de um movimento social que se fortaleceu na década de 50, alcançou seu apogeu no início dos anos 1960 e chegou ao fim, no ano de 1968. A Juventude Estudantil Católica (JUC) será analisada como movimento social, a partir da teoria da mobilização de recursos, isso é, eles não se organizavam em movimento social por nenhum tipo de dificuldade específica ou carência financeira, exatamente. O faziam porque seu meio específico – a universidade – permitia um relevante espaço de mobilização para as diversas reivindicações da sociedade.

A teoria da mobilização de recursos considerava os movimentos sociais enquanto grupos de interesse organizados, rejeitando a noção de falta ou carência e a provisoriedade a partir das quais as abordagens funcionalistas os caracterizavam. Segundo a teoria, para o desenvolvimento de um movimento social, o fundamental era a capacidade de mobilização de recursos para encaminhar as reivindicações do grupo. (MATTOS, in CARDOSO, 2012: 99)

Além disso, cabe considerar que esse movimento social em questão constituía-se especialmente de intelectuais, ou de jovens em formação para tal, aqueles que à frente se tornariam sujeitos sociais ativos. Dessa forma, organizava-se assim um relevante grupo de líderes fortalecidos pelo capital cultural e pelo poder simbólico da intelectualidade.

O científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), e o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade). (BOURDIEU, 1983: 122)

A legitimidade dada a esses líderes fez com que fossem duplamente reconhecidos. Tanto sob o aspecto cultural/ científico, quanto, sob o aspecto religioso. E, assim, somavam à força intelectual, a força moral e espiritual.

Frei Betto, em um editorial sobre a morte do sociólogo Hebert de Souza, no ano de 1997, destaca essa força de liderança:

Betinho era o líder, o mais perspicaz, o mais sagaz. Muito magro, com um sorriso esperto, sobressaía-se por sua inteligência. Era o estrategista de nossas lutas estudantis. Nunca chegou a presidente da UNE, mas levou ao cargo Vinicius Caldeira Brandt, Aldo Arantes e José Serra. (... Betinho) era dirigente da Ação Popular, organização de esquerda, derivada da JUC e que tinha sua inspiração nas obras do padre Henrique Vaz, S.J. Pela primeira vez, a geografia da esquerda brasileira ganhava uma vereda não-comunista. (BETTO, 1997)

As lideranças JUCistas, não estavam apenas assumindo os quadros de direção da UNE, outras experiências de liderança política se davam em diferentes espaços, conforme intencionava a formação oferecida aos leigos católicos ligadas a ACE (Ação Católica Especializada): “Movimentos de leigos brasileiros e agentes pastorais progressistas já haviam feito uma reflexão sobre os principais temas que seriam sistematizados pela nova teologia e apresentado uma concepção de fé vinculada a posições políticas progressistas” (MAINWAIRING, 2004: 28).

Apresenta-se acima dois diferentes trechos de artigo e entrevista dadas pelo frei Dominicano Carlos Alberto Libânio – Frei Betto, para dar destaque a participação das lideranças da JUC na fundação e continuidade das atividades da Ação Popular.

Opta-se nesse momento por dar destaque a figura de Betinho por entender que seu papel na formação da AP e sua militância na JUC, marcaram definitivamente a maneira como o movimento de Jovens Católicos, sai de um movimento de formação da juventude para o aprofundamento de uma militância mais elaborada e destacada, inclusive assumindo papel notório na caminhada da UNE – União Brasileira de Estudantes. E assumindo um papel político de ingerência direta a partir do mandato de João Goulart.

“Hebert de Souza, foi militante da JEC e da JUC, tendo após o ano de 1962, sido figura chave na fundação da Ação Popular. Seu papel era tão significativo, que durante o mandato de João Goulard assumir cargos na administração pública. Quando João Goulart chegou à Presidência da República, a turma do "chá das seis" deu os primeiros passos na direção do poder. Betinho tornou-se chefe de gabinete do ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, e frei Mateus, reitor da Universidade de Brasília quando Darcy Ribeiro passou à Casa Civil. No ministério, Betinho conspirava em favor do projeto de alfabetização de adultos de um jovem professor pernambucano: Paulo Freire.” (BETTO, 1997)

A partir daí a ocupação de espaços de militância política direta começam a ser feitos de forma mais enfática pelos quadros de lideranças da JUC. Causando diferentes efeitos para o movimento, especialmente após o golpe civil militar de 1964. Essas posições políticas

ganham ainda mais espaço no cenário brasileiro de 1963. Reforça essa análise o depoimento de Luiz Alberto de Souza¹⁰, militante da JUC durante os finais da década de 1950 e início de 1960, ele e Betinho compuseram, durante o governo de João Goulart, o Gabinete do Ministro da Educação, Paulo de Tarso dos Santos, e posteriormente, até abril de 1964, a SUPRA (superintendência para a Reforma Agrária).

Ainda buscando analisar os relatos de Frei Betto, acerca do período, retoma-se o episódio do ARRASTÃO DA AP. Confundido com Betinho, Frei Betto, a época da Coordenação Nacional da JEC, foi preso, em junho de 1964, com os demais militantes da JUC, porque o Cenimar (Órgão de Inteligência da Marinha) não sabia distinguir (ou não queria) a JUC da Ação Popular. A prisão dos militantes da JUC – suas lideranças nacionais – aconteceu no apartamento em Laranjeiras, no qual moravam as lideranças nacionais de outros estados (BETTO, 2006: 143). Além do nome o frei e o sociólogo (irmão do Henfil) dividiam algumas coincidências na trajetória, ambos haviam passado pela formação de lideranças da JEC mineira.

“No Rio, no início dos anos 60, costumava hospedar-se no apartamento em que eu morava, na esquina das ruas Laranjeiras com Pereira da Silva. Era uma república de estudantes, todos militantes cristãos, que dividiam o pequeno espaço: Osmar Fávero, Luiz Eduardo Wanderley, Paulo Eduardo Arantes, José Roberto Soeiro, Júlio Olímpio Mourão Filho, Celso Guimarães e outros.” (BETTO, 1997)

A prisão desses militantes, diretamente ligados a hierarquia eclesial, não pode ser vista como um acidente cometido por ordens mal entendidas. Pensar nos jovens da JUC era fazer referência a nomes que posteriormente retornaram ao Brasil e assumiram importantes lugares políticos. Sua prisão pode ser lida como uma clara demonstração de que já se tratava, desde o início de 1964 de uma ditadura, de um regime de exceção. Não haveria como pressupor que aqueles eram jovens ligados aos movimentos que a direita estava combatendo. Pode-se pensar que sua prisão foi orquestrada com muito mais critério do que se percebe numa análise superficial. A maior autoridade católica ligada a esses jovens era Dom Helder Câmara. O Bispo auxiliar do Rio, foi orientador direto da JUC e da ACE durante a década de 1950. Sua transferência do Rio de Janeiro se deu às vésperas do Golpe, em meados de março de 1964, a

¹⁰ Depoimento dado ao Conselho Nacional do Laicato <https://www.cnlb.org.br/?p=61>

principal figura ligada aos movimentos populares da Igreja, seguia transferida para assumir uma arquidiocese no nordeste – Recife- Olinda.

“Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e portanto, da confiança) (...) 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consente, nem ativa, nem passivamente” (GRAMSCI, 2006: 21)

A prisão das lideranças da JUC, assim como de outros religiosos, colocou diretamente em confronto o posicionamento da Igreja. Enquanto alguns intelectuais haviam ajudado a construir o que antes parecia “consenso espontâneo dado pelas massas”, presentes nas Marchas da família com Deus, torna-se claramente conflituoso, quando outra linha de intelectuais, forjados na mesma instituição, são vitimados pelo aparelho de coerção estatal.

Abordar a JUC não é estudar qualquer grupo de estudantes universitários que se auto intitulem católicos. Apesar de estarmos tratando do papel da principal instituição não governamental do país, o grupo que compunha a JUC era restrito. Ainda se buscam dados mais objetivos sobre esses números, tanto no que diz respeito ao número de grupos, quanto ao número de pessoas que se envolviam no movimento. Além disso, faltam ainda mais dados no que diz respeito a juventude universitária católica feminina, já sabe-se a partir do depoimento de Luiz Alberto de Souza, que a liderança feminina também vinham morar no Rio de Janeiro, tendo em vista que ele casou-se com uma das militantes femininas da JUC – Lucia Ribeiro de Oliveira. Entretanto, é preciso buscar mais dados, documentos e depoimentos que comprovem essas evidências, não tendo ainda encontrado relatos que abordem nomes ou trajetórias pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, D. P. E. Card. Brasil Nunca Mais: Um Relato Para a História. – Petrópolis: Vozes,1985.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro: Rocco,2006.

BETTO, Frei. Igreja Católica e o Golpe de 1964 (artigo). Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>, acessado em: 27 de outubro de 2018.

BEZERRA, Paulo C. G. Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: A Visão da Espionagem. Editora Record, 2014.

BOFF, L. Teoria do Cativo e da Libertação. Petrópolis,:Vozes,1998.

BORAN, J. C. S. Sp. O Futuro Tem Nome: Juventude: sugestões práticas pra trabalhar com jovens. São Paulo: Paulinas, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe e Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: PIERRE BOURDIEU: Sociologia. Organização por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, Pierre. O espaço social e suas transformações. In: A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

CORREA, Maria Leticia. História e sociologia. In: MOTTA, M. M. M.; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. (Org.). História e Parceria. Seropédica: EDUR, 2018.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DE MORAIS, S. Ferro; CORRÊA A.; MOREIRA S.C. ; DICK, H.H. Pastoral da Juventude Estudantil do Brasil. “Nossa vida, Nossos Sonhos”. Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil. CNBB, 2002.

DEMIER, Felipe e BENJAMIN, Cid. Meio Século de 1968: Barricadas, história e política. Mauad X, Rio de Janeiro, 2018.

FICO, Carlos. Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, E. A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 3.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). Igreja nas bases em tempo de transição. Porto Alegre: Editora L&PM/CEDECP, 1986.

LIBANIO, J.B. Igreja Contemporânea: Encontro com a Modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MARITAIN, Jacques. Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã. 4ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro. F. e VAINFAS, R. Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL, Marco Referencial - Quem somos? A que viemos? Brasil São Paulo / 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994.

PEREIRA, L. C. Bresser. As Revoluções Utópicas. Petrópolis: Vozes, 1979.

REIS, Daniel Aarão, Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.

REIS, Daniel Aarão, Ditadura e Democracia no Brasil: Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2014.

RIDENTI, MARCELO. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. Latin American Studies Association's meeting, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. SMO14 Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acessado em: 24/10/2018.

SIGRIST, José L. A JUC no Brasil, evolução e impasse de uma ideologia. São Paulo, Cortez/UNIMEP, 1982.

SOUZA, Herbert José de. Revoluções da minha geração. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996b.

SOUZA, L. A. Gómez. A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política. Petrópolis: Vozes, 1984.

JORNAIS E REVISTAS:

ÚLTIMO SEGUNDO – Entrevista com Frei Betto. Ricardo Garlhado, 19/07/2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-19/a-partir-de-d-paulo-mudou-tudo-diz-frei-betto-sobre-apoio-da-igreja-ao-golpe.html> . Acessado em 02 de fevereiro de 2020

FOLHA DE SÃO PAULO – BRASIL – Artigo: Betinho, o militante da Utopia. Frei Betto. 11 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110811.htm> acessado em 02 de fevereiro de 2020.

As políticas sociais da Diocese de Nova Iguaçu nos anos de Ditadura (1964-1985)

Peter Sana
Doutorando do PPGHS/UERJ/FFP

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho aqui apresentado faz parte de uma longa pesquisa que realizamos desde 2007, e conta com alguns resultados e outros esclarecimentos que têm contribuído para melhor compreensão da história de luta dos movimentos sociais na Baixada Fluminense.¹¹

Ademais, também precisamos compreender melhor o papel da Igreja no período pré-golpe de 64 e sua postura conseguinte, que por sua vez foi determinante, principalmente no período após 1970, quando se intensificou a resistência e também a repressão dos militares e simpatizantes ao modelo autoritário de governo.

Em nossas recentes análises, compreendemos que o papel da diocese de Nova Iguaçu na liderança dos movimentos sociais que foram surgindo como alternativas de resistência criou um cenário de importante participação política vinculada ao projeto cristão de resgate de fiéis, visto o grande crescimento do cristianismo na Baixada Fluminense. Este resgate reaproximou a Igreja das classes menos abastadas e reformulou o pensamento e a atuação católica nas comunidades (SANA, 2009).

As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) foram uma alternativa da Igreja que buscou atender as demandas de luta em tempos de repressão no Brasil. Segundo Leonardo Boff, as CEB's são uma nova maneira da Igreja atuar no âmago da sociedade, e partem do princípio da existência de uma resposta específica a uma conjuntura, isto é, uma nova experiência eclesiológica sendo ressignificada de acordo com as novas demandas sociais e políticas de acordo com a urgência do período (BOFF, 2008: 18-19).

A urgência de pessoas na Igreja que pudessem orientar os novos caminhos fez com que houvesse uma reaproximação da comunidade e deixasse de se manter nos caminhos que a

¹¹ Neste caso, o conceito de Baixada Fluminense que estamos utilizando compreende a área de atuação da Diocese de Nova Iguaçu, e não à extensão geográfica que demanda outros municípios. Consideramos essa atuação nos atuais municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Queimados, Japeri e Paracambi.

levavam somente para uma elite, sem atuação social, apenas orientada à espiritualização (SANA, 2009: 8-20). “*Não se trata da expansão do sistema eclesiástico vigente, assentado sobre o eixo sacramental e clerical, mas da emergência de uma outra forma de ser Igreja, assentada sobre o eixo da palavra, da caridade e do leigo*” (BOFF, 2008: 19).

Com essa nova maneira de agir da Igreja, a atuação política dos leigos e dos religiosos voltados para a prática da Teologia da Libertação¹² passou a incomodar certos setores da elite e também ao governo militar.

Entre 1974 e 1978, o governo de Geisel caracterizou-se por ter uma dicotomia entre a política de liberalização e a realidade dura que ainda focava esforços com a segurança e manutenção interna do regime militar. Esta intensificação das medidas que protegessem o Estado se deu à medida que o crescimento dos direitos humanos afrontava a maneira com que os militares levavam adiante seu sistema político. E foi neste ambiente repressivo que a sociedade encontrou amparo na Igreja e obteve resposta da mesma na medida que os religiosos buscavam dar conta do suporte às massas, quer seja no âmbito espiritual ou no campo das políticas sociais (ALVES, 1984: 200).

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA POPULAR NA BAIXADA FLUMINENSE

Conforme o Brasil foi se desenvolvendo politicamente após o Golpe de 1964, os pronunciamentos dos generais em relação à atuação de alguns bispos e padres que simpatizavam com a Teologia da Libertação se tornavam cada vez mais constantes no que diz respeito à crítica sobre a conduta dos religiosos. Como exemplo desta atuação desafiadora da Igreja¹³, temos o Bispo Dom Adriano Hypólito, nosso principal exemplo de atuação na

¹² Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação é a reflexão crítica no horizonte da fé sobre a prática humana. Essa teologia parte do princípio de que a Igreja, como uma instituição que deve liderar a busca por caminhos de justiça e paz, busca trazer aos sujeitos a consciência do cativo para a produção de ideias críticas para a geração de uma proposta de paz e equilíbrio na vida aqui. “*Uma das tarefas da Igreja é inserir-se no povo. Ela compõe um lugar legal onde pode exercer a livre crítica*” (BOFF, 1980: 40). Portanto, essa teologia procura empenhar os homens, quer sejam cristãos ou não, à denúncia às ideologias imperiais que mantêm as classes menos abastadas reféns da pobreza e da violência, sem nenhuma possibilidade, ou quase nenhuma, de reagirem contra esta opressão e cativo (BOFF, 1980: 42). “*A Teologia da Libertação não nasceu voluntaristicamente. Constitui-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos*” (BOFF, 1980: 27).

¹³ Compreendemos que a Igreja, enquanto uma instituição conservadora, buscou alternativas para manter-se ativa na sociedade e, além do mais, conservar sua cultura e seus ritos religiosos e formas de compreender a realidade que a cerca. No entanto, grande parte da Igreja se manteve alinhada ao golpe, todavia, alguns bispos, padres e religiosos em geral puderam criar um novo debate político que afrontava a maneira com que a política militar resolvia os problemas políticos e econômicos, além da maneira com que repreendia possíveis rebeldias

Baixada, que buscou diversas maneiras de compreender o contexto social em que a Diocese de Nova Iguaçu estava inserida e buscou respostas para os dilemas, desafiando a ordem dos militares vigente. Também temos exemplos de outros líderes, como o Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, dizendo em público, como resposta aos pronunciamentos dos generais, que estava a serviço de Deus e do Povo, não de um general, como eles pensavam.

Dom Adriano Hypólito, em entrevista ao Jornal do Brasil (03/08/1986) relatou o quanto a Igreja era visada durante o governo militar. Não foram poucos os membros das comunidades que pagaram caro com o engajamento eclesial, mesmo que não tivessem conotação religiosa, pois o clero em si passou a ter uma identidade de atuação política que assustava demais o governo militar.

O bispo segue, ainda, dizendo que a democracia sempre foi marcada pelo elitismo, e não havia condições de participação do povo, propositalmente pensado pela elite, que não se aproximava desses grupos para o diálogo e aceitação de um estado miserável que deveria ter maior preocupação pelos ideais de dignidade e igualdade social. O único momento em que o povo tinha alguma participação era em época de eleições, por isso o bispo considera tão importante as CEB's e as associações de moradores, que juntavam a comunidade para um debate franco e que propunha um novo estado de consciência e emancipação do povo.

Quando o repórter Jorge Antônio Barros questiona a prioridade da Igreja na região (de atuação da diocese), o bispo responde:

Uma atividade que decorre necessariamente da evangelização, e é muito mal entendida, é a participação dos organismos pastorais nas grandes causas do povo: emprego, subemprego e desemprego, salários, greves, reivindicações, transportes, ocupação de terras para trabalho, problemas dos conjuntos habitacionais, etc, - tudo que se pode resumir em marginalização do povo no processo social (DOM HYPÓLITO).

Um dos grandes problemas em Nova Iguaçu era a situação das terras que não eram exploradas enquanto milhares de pessoas tinham a necessidade de trabalhar para satisfazerem suas necessidades básicas urgentes, como moradia, vestuário e alimentação.

contra o sistema. Tratamos em nossa pesquisa uma crescente tomada de partido de religioso, que não representavam o todo da Igreja, mas que tinham uma participação ativa nas comunidades mais pobres nas quais atuavam como líderes religiosos e também, doravante, como líderes comunitários.

As áreas da Baixada Fluminense, mais especificamente Nova Iguaçu, Itaguaí, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Niterói eram vistas como “Cinturão Vermelho”, nas quais se pratica esse “Negócio de Comunismo”. Muita gente sofreu agressão sem nem saber o que é comunismo, sem ter sequer algum tipo de ligação ou mínimo envolvimento com a luta armada ou ideologia de viés marxista. Era apenas uma questão de controle e demonstração de força para expandir a cultura do medo (RIBEIRO, 1964: 21).

Nesta região, logo nos primeiros anos do regime, as entidades sindicais foram invadidas, alguns políticos presos e a repressão se mantinha firme com as acusações deles como líderes de mobilizações e ocupação da Campanha América Fabril, com o objetivo de desencadear a reforma agrária. Os políticos eram acusados pelos militares de liderarem e manterem ativas as ocupações em terras da Baixada, o que deixava a situação um tanto quanto tensa (RIBEIRO, 1964: 23).

A própria prefeitura de Nova Iguaçu ficou totalmente desestruturada com as novas diretrizes após o golpe. No dia que o prefeito Aloísio Pinto de Barros, eleito em 1962, se empossou do cargo de tabelião (setembro de 1964), no Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu, foi afastado por 90 dias do cargo de prefeito. João Luíz do Nascimento, seu vice-prefeito eleito em 1962. Em seguida, o prefeito foi cassado e perdeu seu direito de governar (BATISTA, 2016: 146-147).

Após João Luíz do Nascimento, José de Lima, presidente da Câmara, assumiu, sendo substituído pelo primeiro interventor nomeado pelo presidente Castelo Branco: Joaquim de Freitas. A nomeação aquietaria as agitações na Câmara, mas não atendia as questões locais, pois sua nomeação fazia parte de um pensamento de dominação das políticas arenistas, em contrapartida a qualquer desenvolvimento de agitações subversivas (BATISTA, 2016: 148).

Mas para compreendermos como a atuação política se reformulava, tentaremos compreender como a política local e regional foi tecida para determinado funcionamento.

Buscando uma compreensão macro deste fenômeno, entendendo o conceito de desenvolvimento como expansão da capacidade produtiva, o Brasil após 1950 passou a ter grande dependência do capital externo, sem autonomia (capacidade de gerar seu próprio crescimento). Sem autonomia econômica, o Brasil se desenvolve entrelaçando o capital nacional ao estrangeiro, que por sua vez, está atrelado ao Estado (ALVES, 1984: 19).

O desenvolvimento dependente não mantém, necessariamente, um país estagnado, mas gera uma distorção agravando as disparidades entre as regiões do país e entre alguns postos de trabalho, acentuando ainda graves problemas na distribuição de renda (ALVES, 1984: 20).

A cooperação das forças internas com os interesses estrangeiros se deu pela possibilidade de criação de um sistema de “clientelismo” que beneficie a classe interna quando sua política está alinhada aos interesses externos. Deste modo, a dominação do sistema internacional ocorre de uma maneira mais intensa (ALVES, 1984: 21).

O governo de João Goulart promoveu diversas restrições aos investimentos multinacionais, apoiando uma política nacionalista, o que fez aumentar a mobilização de setores anteriormente marginalizados da população, e a classe trabalhadora passou a se organizar e ser apoiada pelo governo. Esta rápida organização da classe trabalhadora obrigou as classes mais altas a renegociarem algumas exigências feitas pelos trabalhadores, assustando as classes mais altas e promovendo certa tensão (ALVES, 1984: 22).

Não obstante, em entrevista citada acima, o bispo de Nova Iguaçu contextualiza essa necessidade de renegociar certos problemas causados por ocupações em terras que não estão sendo usadas. Primeiramente destaca a postura da Igreja em não incentivar e nem organizar as invasões nas terras,

(...) mas diante dos fatos consumados e diante dos apelos de irmãos sofridos, procurou tomar uma posição cristã e humana: mediar para encontrar a solução mais adequada, sem violência, sem derramamento de sangue. Posso dizer que durante o regime militar, nosso trabalho foi frustrado pela prepotência e pela noção absoluta da propriedade. Nos conflitos, a regra durante o governo militar era a polícia evacuar, com violência os humildes e pobres, dando sempre razão aos fortes, aos poderosos, aos donos do poder. O trabalho de conciliação, de justiça e de caridade tentado pela Igreja era tachado de subversivo, de marxista, de comunista. Felizmente as coisas melhoraram. O atual Governo do Estado do Rio tem se mostrado sensível ao problema e, na medida do possível tem tomado a defesa do pequeno e do pobre. Foram desapropriadas algumas áreas, em Campo Alegre e no mutirão de Nova Aurora (DOM HYPÓLITO).

E quando questionado sobre a importância da participação da Igreja na luta dos sem-terra, o bispo respondeu:

Reforma Agrária é muito mais do que somente distribuir terra. É solidariedade cristã de todas as comunidades católicas, através da formação de lideranças, através

também do sacrifício. Veja o exemplo do Pe. Josimo, assassinado em Imperatriz por ordem de latifundiários (DOM HYPÓLITO).

Esta identidade de luta da Igreja foi tomando conta de suas mais diversas áreas de atuação. Esta identidade veio como a construção de um significado, um atributo, e este autoconhecimento também foi passado para aqueles que de alguma forma eram atingidos pela experiência com a luta travada pela atuação eclesial, como uma construção daquilo que se quer ser ou parecer aos outros, como revela Castells (2003: 2).

Seguiremos adiante traçando um perfil de como esta atuação da Diocese de Nova Iguaçu contribuiu para a emancipação do sujeito oprimido pelo regime militar e como a identidade de luta contribuiu para solucionar algumas limitações políticas e econômicas em nível de participação popular.

DA CRISE AO RESSURGIMENTO DA LUTA POPULAR

Como dissemos anteriormente, a Igreja reconstruiu sua identidade a partir da atuação junto à resistência popular, não só contra o regime militar, mas em relação a toda opressão causada pela miséria e pela violência a qual estava sujeita e conforme a acentuação desses problemas sociais entranhavam no âmago da sociedade menos abastada.

O grande problema que gerou a crise de liberdade no campo de atuação política, além dos problemas que acentuavam as desigualdades sociais, a tomada de decisão da Diocese de Nova Iguaçu reconfigurou os processos de emancipação humana.

Entendemos este processo de consciência social como um movimento que vai se construindo de acordo com o contexto social, político e econômico com que o indivíduo ou a instituição está inserida (IASI, 2007: 12). Contudo, este processo vai se formando de acordo com o modo que o pensamento novo entra em contradição com valores anteriores, produzindo um aumento produtivo em níveis de emancipação deste novo sujeito consciente. Segundo Iasi, tudo acaba ocorrendo no contexto da luta de classes, que modelando os conceitos e atribuindo valores ligados às novas perspectivas deste sujeito (IASI, 2007: 8).

Castells (2003: 4) nos propõe três tipos de identidades, estas que nos apropriaremos para ilustrar este novo momento da Igreja na Baixada Fluminense, e traremos também a nova perspectiva deste sujeito que se forma neste cenário de luta. Para tanto, expõe o autor, uma *identidade legitimadora* é o traço da apropriação das instituições dominantes em busca de

racionalizar a dominação sobre os atores sociais. Em contexto pós-golpe, a busca por essa legitimação também se fez do uso da força, pois havia uma constante luta entre a busca pela legitimação de uma ideologia dominante, e os novos agentes sociais que emergiam em meio ao cenário de injustiça e insatisfação com os problemas sociais. Surge a *identidade de resistência*, que traz à tona toda a experiência dos que eclodem de posições/condições de extrema pobreza, ou desvalorização pelas imposições da dominação. Por último, a *identidade de projeto*, em que os atores sociais se apropriam daquilo que faz parte de sua realidade, recriam sua identidade redefinindo sua posição na sociedade, mudança essa capaz de trazer novas transformações na estrutura social (CASTELLS, 2003: 4-5).

Os organismos que caracterizam a sociedade e institucionalizam um tipo de identidade colaboram com o engessamento na dinâmica social, gerando um modelo de poder que é extremamente voltado para os organismos institucionalizados, sem recorrer tanto às singularidades existentes nos espaços políticos alternativos (CASTELLS, 2003: 6).

Uma luta constante da Igreja era desfazer dos valores que compactuavam com sua atuação até metade do século XX. A Igreja voltada apenas para a espiritualidade, se afastava dos caminhos que, após 1964, com o acirramento e a perseguição aos considerados subversivos, traziam uma nova identidade de luta da Igreja. Era uma *identidade de projeto* que previa a participação da instituição eclesial no combate à perseguição das classes menos abastadas.

Não há dúvidas do quanto essa nova identidade clerical contribuiu para a luta popular no Brasil. No nosso foco de estudo, ou seja, a Diocese de Nova Iguaçu, a atuação do Bispo Dom Adriano Hypólito, temos a clareza das ressignificações que a resistência sofreu mediante esta mudança.

Compreendemos que houve também resistência de religiosos que não se alinhavam ao novo projeto evangélico da diocese, como o exemplo do Pe. Ros, no bairro do Riachão, em Nova Iguaçu. Até hoje (2017), quando buscamos compreender todo o contexto desta rejeição daquela comunidade, entramos em conflito com uma postura um tanto quanto estranha, de acordo com nossas conclusões sobre a importância da atuação do bispo. Percebemos que falar deste período é como conspirar contra os novos rumos da diocese, algo que parecia ser punido por possíveis radicais que trabalhavam em favor do bispo, inclusive com uso de violência.

Porém, nos manteremos em outro foco, por enquanto, para que consigamos dar mais um passo no nosso objetivo aqui, que é esclarecer as novas posturas de resistência da comunidade iguaçuana e sua nova identidade de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora segundo Castells (2003: 8) quanto mais a história e tradição de um povo perdem espaço para as novas ideias e estilos de vida dominantes, mais são forçadas a negociar sua tradição e estilo de vida, as pessoas tendem a se agruparem em um processo de resistência quanto a individualização e criarem sentimentos de pertença a um determinado lugar, criando uma certa identidade cultural e comunitária. E o movimento de resistência pelos interesses em comum de tais indivíduos reforça esta tônica identitária (CASTELLS, 2003: 73).

O que queremos propor, no entanto, é que as necessidades de luta, de participação política, orientados também por esta nova identidade da Diocese de Nova Iguaçu, criou um sentimento de pertencimento a uma causa maior que a própria Igreja e à comunidade como uma instituição orgânica. Ela uniu grande parte dos que se sentiam expostos pelas condições sociais do país, e principalmente de sua cidade ou de seu bairro, recriando um universo de luta pautado nas exigências que sua emancipação humana trouxe à tona com certo esclarecimento de sua condição social.

REFERÊNCIAS

Documentação:

Entrevista cedida por Dom Adriano Hypólito ao Jornal do Brasil – 03/08/1986

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984). Vozes - Petrópolis, 1984.

BATISTA, Allofs Daniel. Onze Prefeitos em Onze Anos: Das Vitórias do MDB à Hegemonia arenista – 1964 – 1975. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar – movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba, Editora Prismas, 2016.

BOFF, Leonardo. Teologia do Cativo e da Libertação, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Eclesiogênese: A Reinvenção da Igreja* – Record – Rio de Janeiro, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II – O PODER DA IDENTIDADE*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio Sobre Consciência e Emancipação*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. 1964: em Magé: Memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar – movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba, Editora Prismas, 2016.

SANA, Peter. *Liberdade dos homens e liberdade de Deus: D. Adriano Mandarino Hypólito e a Ordem dos Militares em Nova Iguaçu*. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Educação e Letras, Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, 2009.

_____. *A dimensão educativa do pensamento e da ação do bispo D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)*. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

O Protagonismo Político dos Setores Populares na Sociedade Brasileira Durante o Período da Ditadura Civil-Militar

Sérgio Oliveira da Silva
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

“A consciência não está para além da evolução histórica real.
Não é o filósofo que lança no mundo;
o filósofo não tem o direito,
portanto, de lançar um olhar arrogante
sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezar.”

Lukács

APRESENTAÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar alguns aspectos do protagonismo político dos setores populares durante os denominados "Anos de Chumbo", período da história política do Brasil marcado pela ditadura civil-militar, refletindo sobre a realidade social e enfrentando as estruturas de opressão do regime através da organização dos movimentos sociais a partir do espaço da cotidianidade da sociedade brasileira.

Essa apresentação se dará pelos registros da experiência de trabalho popular desenvolvido pela Equipe Pastoral de orientação teológica libertadora, no território de abrangência da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, localizada no bairro do Boaçu, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 1980.

Experiência de trabalho que compôs meu objeto de pesquisa durante o curso de mestrado em História Social do Território - PPGHS/UERJ, e que continua presente em meus estudos e pesquisas no doutorado sobre a luta pela democracia de viés popular e contra os interesses do capital imperialista na América Latina.

Dos trabalhos realizados pela Equipe Pastoral da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no período já mencionado, destacaremos a organização dos Círculos Bíblicos ou Grupos de Ruas, pois através dessas organizações populares podemos identificar a reflexão política sendo incentivada e exercitada criticamente pelos setores sociais subalternizados da sociedade, processo de fundamental importância para o estudo das lutas sociais em defesa da democracia na América Latina e, em especial no Brasil, principalmente dentro de categorias históricas profundamente amplas, dinâmicas e marcadas por diferentes experiências e

manifestações coletivas, como por exemplo a vida cotidiana.

Neste sentido, os Círculos Bíblicos podem ser estudados, contando com o apoio da produção de outros pensadores dos fenômenos humanos e os conceitos por eles desenvolvidos, como um acontecimento histórico importante para o estudo dos movimentos sociais, pois sendo organizações populares desenvolvidas pela ação das frações religiosas que adotaram como orientação a Teologia da Libertação, podem nos permitir também captar a natureza contraditória da religião, tanto como a legitimação das condições existentes como o protesto contra elas, como bem salienta Michael Löwy, ao criticar as visões reducionistas sobre a crítica de Karl Marx a “religião como ópio do povo”.

A religião “é uma realidade social e histórica (...), como uma das muitas formas de ideologia – ou seja, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes”. A partir dessa definição, podemos tratar a religião como uma *totalidade* dialética e não como mero *reflexo* dos interesses das classes dominantes. Com esse ponto de partida, podemos voltar a tese de Marx: “a crítica da religião é a condição preliminar de toda a crítica” (MARX, 1983: 47). Sem uma crítica permanente que seja capaz de evidenciar as suas ambiguidades e ambivalências, a religião pode se tornar alienante e, assim, abafar a sua própria potência libertária (LÖWY, 2016: 9-10)

Neste sentido um outro aspecto político relevante que o estudo dos Círculos Bíblicos pode nos revelar é o potencial revolucionário que a fé tem, pois a partir da leitura e interpretação dos textos bíblicos os subalternizados, enquanto “Povo de Deus”, passam a se colocar na história buscando a realização do Reino do Pai na Terra. Ou seja, passam a atuar politicamente na sociedade civil, não mais como uma fração social confusa, dispersa ou organizada dentro do conjunto das práticas, normas e instituições dos dominantes, mas com uma consciência antagônica aos interesses da classe dominante para mudar o estado de coisas presente, em especial dentro da estrutura eclesial, na defesa da reorientação do Estado para os interesses e demandas da maioria da população, isto é, a classe trabalhadora.

Portanto, podemos inserir os movimentos dos Círculos Bíblicos no cenário político brasileiro, dos anos de 1980, no campo dos movimentos sociais que intensificaram as lutas pelo fim do regime ditador, pois a concentração de renda e o pauperismo presentes no cotidiano da sociedade brasileira foram desnaturalizados do senso comum de frações dos

subalternos¹⁴ pelas leituras e debates que aconteciam nos encontros dos Círculos Bíblicos, processo que os provocam a refletir sobre a realidade social e entender sua estruturação.

Uma outra questão relevante a destacar do estudo dos Círculos Bíblicos ou Grupos de Rua é a percepção de que essas organizações sociais estão conectadas a uma história de longa duração dos coletivos formados por escravizados, indígenas, pobres, explorados e oprimidos, que motivados pela fé, pela relação com o sagrado, com o mito, organizaram suas ações de resistência e luta contra as frações das classes dominantes, sendo portanto, processos históricos que contribuíram para a ampliação da consciência de classe no conjunto da população subalternizada, que passa a enfrentar os discursos e as práticas políticas voltadas para assegurar a hegemonia das frações dominantes da classe burguesa na sociedade.

Apresentadas tais questões, entendemos que o estudo dos movimentos populares latino americanos em defesa da democracia e contra a concepção de mundo voltada para os interesses do capital pode ser esclarecedor do potencial revolucionário da religiosidade popular, pois como realidade social e histórica a fé, a relação com o sagrado, a religião podem motivar os subalternizados ao estudo e compreensão da realidade social, desenvolvendo nesse segmento social o potencial político de organização e luta contra-hegemônica na sociedade.

Enfim, reside aí nossa leitura de que os Círculos Bíblicos de orientação teológica libertadora foram importantes núcleos políticos de base, presentes na sociedade civil brasileira durante os "Anos de Chumbo". Núcleos que deram grandes contribuições ao campo político voltado para a defesa da democracia e aos movimentos sociais em luta por uma concepção de Estado voltado para os interesses dos trabalhadoras.

OS CÍRCULOS BÍBLICOS OU GRUPOS DE RUA DO BOAÇU: SEMENTES DE TRANSFORMAÇÃO

Os Círculos Bíblicos são grupos sociais organizados para a reflexão e para a ação concreta na realidade social a partir dos textos bíblicos e das representações, simbolismos e crenças do catolicismo popular.

A comunidade do Boaçu reuniu cerca de 15 Círculos Bíblicos. Somados à comunidade do Portão do Rosa (Nossa Senhora da Conceição), que se tratava de uma paróquia vizinha, que passou à responsabilidade do pároco de Nossa Senhora do Pilar, esse número chegou a 30

¹⁴ Quando falamos em subalternos, estamos tratando daqueles que estão desprovidos de discurso próprio, vale dizer, de programa autônomo de classe.

grupos, alguns com maior atividade e mais duradouros do que outros, em razão do papel exercido pelas suas lideranças. Esses grupos, na experiência de trabalho realizada no Boaçú, reuniam de seis a trinta pessoas. Sua dinâmica compreendia três textos para a leitura e discussão, mas todos relacionados a um determinado tema específico: um fragmento do Antigo Testamento; um trecho relacionado, mas pertencente a um dos Evangelhos; e um texto retirado da vida cotidiana que tivesse relação direta com o tema presente nos documentos bíblicos.

As reuniões dos Círculos Bíblicos se iniciavam e terminavam com cânticos religiosos ou populares, mas esses cânticos também tinham um componente de luta aliada a fé. Os encontros terminavam sempre com a oração da Ave Maria, seguida pelo Pai Nosso, onde todos davam as mãos. Na maior parte dos grupos, vários membros das famílias participavam - os donos da casa e seus pais, filhos, noras, e quem mais morasse perto -, principalmente quando o encontro ocorria em uma residência. Os encontros eram semanais, num dia e horário fixos, e itinerantes.

O debate era provocado por perguntas que questionavam e interligavam os textos bíblicos com a realidade contada pelo texto do "fato da vida" relacionado. As ações concretas implicavam em tomadas de atitude por parte dos membros do círculo, desde levar comida para uma família vizinha que tivesse passando necessidade, à decisão de fundar uma associação de moradores para lutar pelos equipamentos públicos e melhorias das condições de vida nos bairros ou apoiar e participar da organização e lutas sindicais.

A organização dos Círculos Bíblicos exigia dos membros da equipe pastoral uma atitude orgânica de trabalho militante e de formulação com a comunidade, pois as tarefas de estudo e preparação dos materiais para serem trabalhados, as visitas as famílias para organização dos encontros, os trabalhos de coordenação dos grupos de reflexão, as articulações necessárias para os encaminhamentos das propostas aprovadas nas reuniões, a preparação das celebrações etc, eram constantes.

Portanto, o avanço dos trabalhos dependia dessa ação intelectual orgânica dos agentes pastorais no cotidiano dos setores populares, pois a eles cabia incentivar suas lideranças, provocar as potencialidades de reflexão das pessoas sobre a realidade social e ajudar nos encaminhamentos das propostas de ação aprovadas pela comunidade.

Com os Círculos Bíblicos acontecendo, as frações dos setores populares que deles

participavam começaram a fortalecer suas relações afetivas e sociais pela dinâmica da vida comunitária, processo que ampliou e aprofundou o diálogo, a reflexão crítica sobre a realidade social nos territórios dos bairros através das iniciativas de atuação social em defesa de melhorias para a comunidade como um todo, fator que também contribuiu para o despertar do potencial político das pessoas, pois com a existência da comunidade, da união, dos laços afetivos, das relações pessoais entre as pessoas dos Círculos com os demais moradores do bairro o engajamento nas ações concretas de intervenção na realidade social, buscando sua transformação, se ampliaram.

Os Círculos Bíblicos espalhados pelas diferentes áreas do território do Boaçu e adjacências constituíram uma rede de relações comunitárias na região de abrangência da Igreja de Nossa Senhora do Pilar , pois o poder que antes estava concentrado nas mãos do padre e das famílias dos comerciantes que hegemonizavam a Igreja, passou a ser partilhado pelos leigos, cuja maioria eram pessoas trabalhadoras, pobres com poucos estudos, mas que ao participar dos encontros semanais dos Círculos Bíblicos, tomavam consciência de seu valor e passavam a atuar dentro e fora da Igreja em defesa de uma vida social justa e igualitária.

Assim sendo, como poderemos observar nas ilustrações que registraram a dinâmica de organização e trabalho do Círculos Bíblicos do Boaçu, nos anos de 1980, dispostas abaixo, o modo de vida¹⁵ dos subalternizados começa a ser criticado, fator de risco para a hegemonia do capital, pois o exercício da crítica coloca para os subalternizados a real possibilidade do despertar do núcleo sadio de seu senso comum, isto é, o despertar da sua capacidade de ler o modo de vida por uma consciência que não aceita viver dirigida pela hegemonia das frações da classe burguesa dominante.

Neste processo portanto, podemos identificar que o trabalho social de matriz religiosa pode se desenvolver na esfera da vida cotidiana a serviço do convencimento de uma socialização disciplinada pela ordem burguesa ou se contrapondo a ela, fato que contribui para o entendimento da história como um grande laboratório das lutas e das teorias sociais.

ILUSTRAÇÃO COM OS REGISTROS DOS TRABALHOS REALIZADOS PELOS CÍRCULOS BÍBLICOS DO BOAÇU E ADJACÊNCIAS

¹⁵ Empregamos no texto o conceito de modo de vida como sendo todas as formas de produzir e de consumir (bens, valores, formas de pensar) desenvolvidas pelos seres humanos.



1. Cartaz da 1ª Assembleia da Comunidade Paroquial Nossa Senhora da Conceição convocada pelos participantes dos Círculos Bíblicos - Portão do Rosa.

No cartaz que divulga a Assembleia Paroquial podemos identificar claramente a presença de membros dos setores populares, homens e mulheres trabalhadores, pobres carregando uma faixa onde agradecem à Igreja pela sua caminhada, que tem na imagem de Nossa Senhora, que vai à frente, a proteção necessária para que a caminhada avance e alcance seus objetivos.

Nossa Senhora vai à frente abrindo os caminhos para os trabalhadores que, como agentes da vontade de Deus, apresentam a Boa Nova, isto é, um mundo sem injustiças e desigualdades. Um mundo fraterno e de amor, elementos da vontade de Deus expressos pela presença de Nossa Senhora que caminha junto com os trabalhadores.

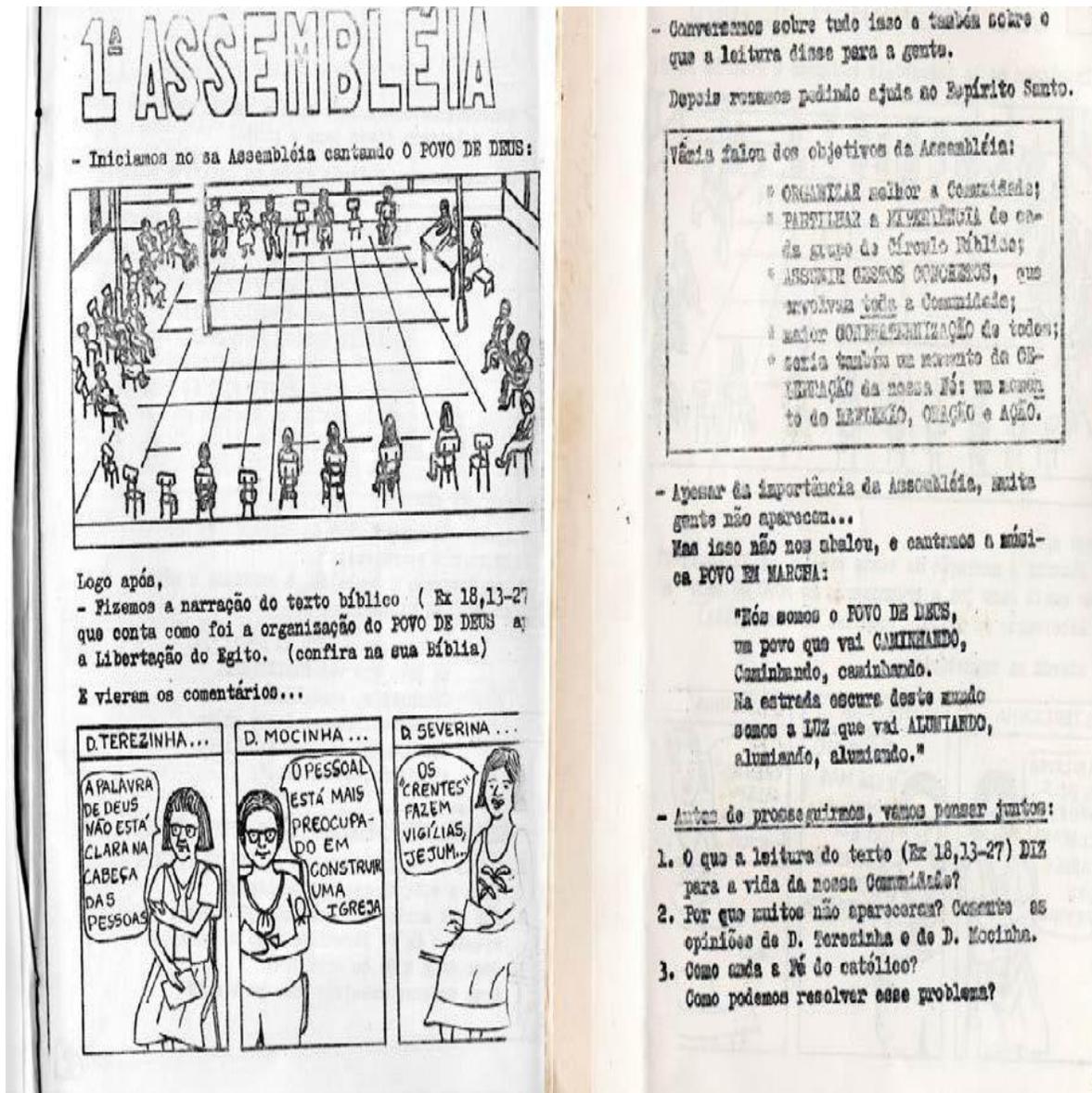
Esses simbolismos do catolicismo popular são elementos que alimentam a mística que está na base dessas pequenas comunidades de fiéis, que são os Círculos Bíblicos, pois é das crenças religiosas, da fé que vem a força que alimenta a dinâmica desse movimento e de suas lutas, mobilizações e reivindicações. Uma verdadeira emoção revolucionária, como bem expressou José Carlos Mariátegui ao afirmar que existe um terreno comum entre os revolucionários e os de mente religiosa

Os intelectuais burgueses se ocupam com a crítica racionalista, a teoria e a técnica do método revolucionário. Que falta de compreensão! A força dos revolucionários não reside em sua ciência; ela reside em sua fé, sua paixão, sua força de vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito... A emoção revolucionária... é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se mudaram do céu para a terra. Não são mais divinas; são humanas, são sociais. (MARIÁTEGUI, 1971: 18-22)

Ao comentar a expressão de Mariátegui, assim Michael Löwy esclarece:

a expressão de uma rebelião romântica/marxista contra a interpretação predominante (semipositivista) do materialismo histórico – pode parecer demasiado radical. De qualquer forma, devemos deixar claro que Mariátegui não queria fazer do socialismo uma Igreja ou uma seita religiosa, e sim tinha a intenção de trazer à tona a dimensão espiritual e ética da luta revolucionária: a fé (mística), a solidariedade, a indignação moral, o compromisso com risco da própria vida (ao que ele chamava de “heroico”). O socialismo, para Mariátegui, era inseparável de uma tentativa de re-encantar o mundo através da ação revolucionária. (LÖWY, 2016: 52)

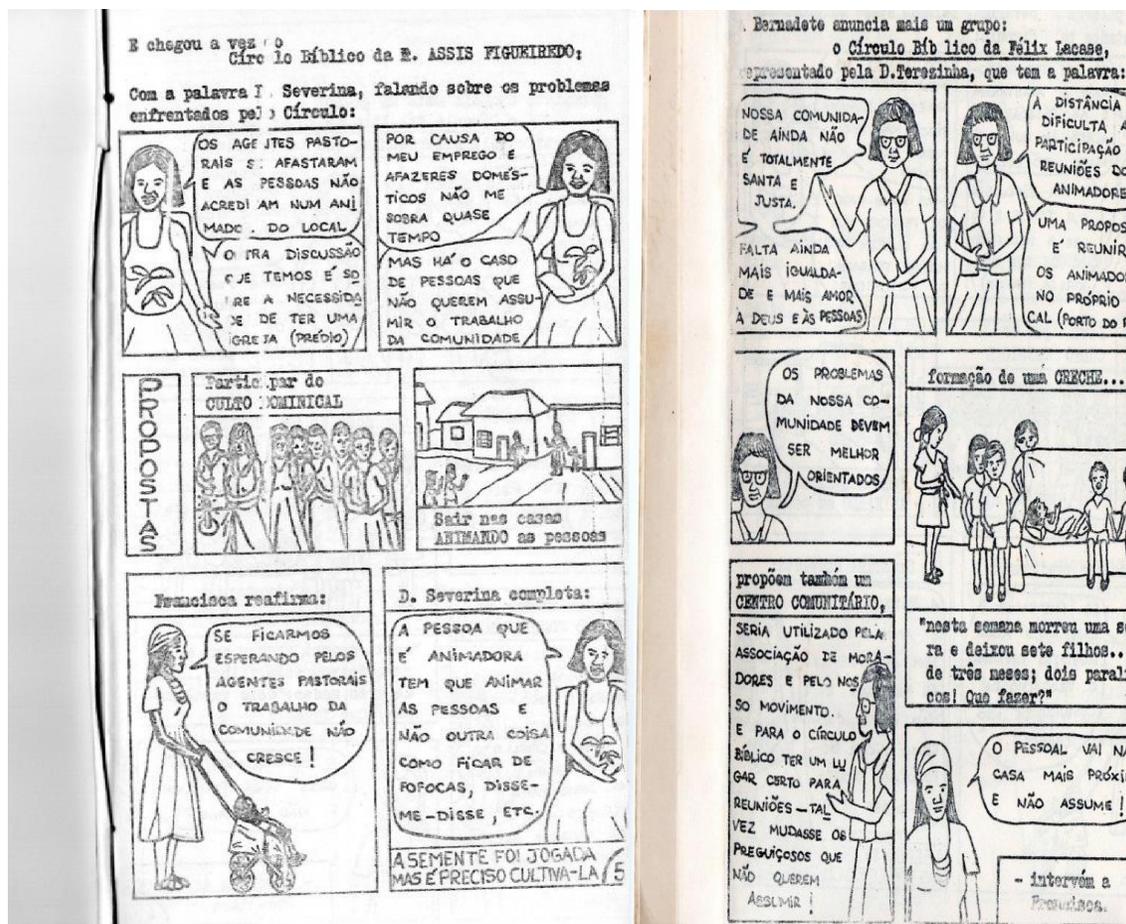
Essa perspectiva de re-encantar o mundo, que Michael Löwy ressalta ao comentar a expressão do socialismo de José Carlos Mariátegui, pode ser percebida na sociedade civil brasileira pelas ações dos Círculos Bíblicos do Boiaçu, por exemplo, durante os anos da ditadura civil-militar, pois nessas ações, conforme podemos identificar na sequência das ilustrações destacadas abaixo, temos as sementes da dimensão espiritual e ética da luta revolucionária ressaltada por Löwy do pensamento de Mariátegui.



2. Cartilha da 1ª Assembleia dos Círculos Bíblicos do Boaqu e Adjacências.

Podemos observar na ilustração que a Assembleia começa com os participantes dos Círculos Bíblicos sentados em cadeiras dispostas em círculo e se apresentando através da música 'O Povo de Deus'. Um povo que segue a tradição daqueles que no passado se organizaram para se libertar do regime de escravidão que viviam no Egito, conforme narra os textos Bíblicos. A libertação para ser alcançada exige que o povo se organize e, para se alcançar a organização, o debate sobre as questões sociais precisa acontecer.

Assim, é no debate democrático que os membros dos Círculos Bíblicos exercitam a



3. Registros dos debates ocorridos na 1ª Assembleia dos Círculos Bíblicos do Boagu e Adjacências.

A dinâmica de trabalho apresentada na Assembleia dos Círculos Bíblicos permite que os Círculos sejam estudados como sujeitos sociais coletivos, pois cada grupo desse movimento constitui uma pequena comunidade que, através das falas de seus membros, expressam em múltiplas dimensões, leituras de realidade, experiências e estratégias de vida, religiosidade e saberes comuns.

Neste sentido, Os Círculos Bíblicos organizam e norteiam suas ações pelo princípio ético da solidariedade, como podemos observar nos registros das imagens acima. Nessas imagens também é importante observarmos que no decorrer dos debates as pessoas dos diferentes Círculos Bíblicos, ao falarem, identificam que a sociedade está estruturada de uma determinada maneira que gera para elas grandes dificuldades sociais.

Ao identificarem, pela experiência concreta de suas vidas, que as dificuldades que enfrentam constituem os elementos que as vinculam a uma mesma realidade social que, para

ser transformada, a comunidade precisa se organizar, os membros dos Círculos Bíblicos desenvolvem a consciência da importância da ação coletiva como a ação que pode gerar as mudanças que todos almejam.

Esse processo evidencia também que essas pequenas comunidades podem ser compreendidas como coletividades políticas atuantes na sociedade civil. Coletividades nas quais as pessoas ao vivenciarem processos pedagógicos de formação e debate político, potencializam sua capacidade de ver, analisar e agir sobre a realidade social.

Os processo pedagógicos desenvolvido nos Círculos Bíblicos, portanto, colocava concretamente a possibilidade de transformações culturais e políticas para os setores populares subalternizados, conforme podemos observar nas imagens dispostas abaixo, que registram o envolvimento e as proposições políticas dos participantes dos Círculos Bíblicos do Boaçú e Adjacências nos debates que ocorreram na sociedade brasileira, nos anos 1980, sobre o processo constituinte.

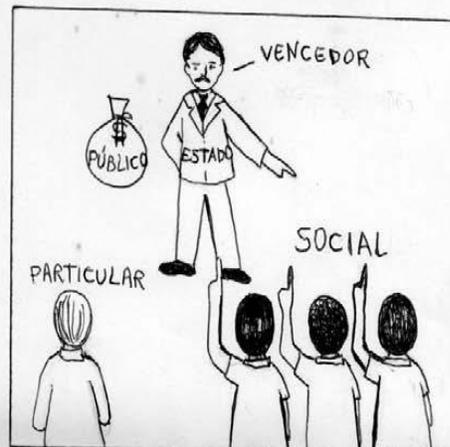


Art. 13º - COMPETE AO PODER PÚBLICO GARANTIR A DESTINAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO.

ÚNICO - É PROIBIDO USAR O DINHEIRO PÚBLICO PARA INTERESSES PRIVADOS (PARTICULAR).

Art. 16º - O SERVIÇO PÚBLICO PERTENCE SÓMENTE AO PODER PÚBLICO.

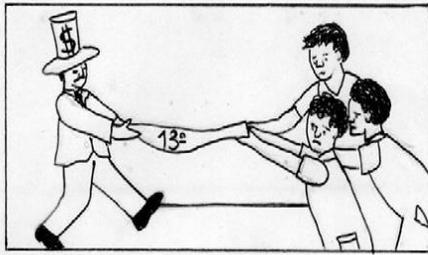
ÚNICO - TODO DINHEIRO PÚBLICO NÃO PODERÁ SER USADO PARA INTERESSES DE EMPRESAS PRIVADAS (PARTICULARES).



Art. 17º - AS PASSAGENS DOS TRANSPORTES PÚBLICOS USADOS EM UM MÊS NÃO PASSARÃO DE 6% DO SALÁRIO MÍNIMO MENSAL.

Art. 18º - O PODER MUNICIPAL SÓ PODERÁ DECIDIR SOBRE HABITAÇÃO, TRANSPORTE E SERVIÇO PÚBLICO, COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS, DE





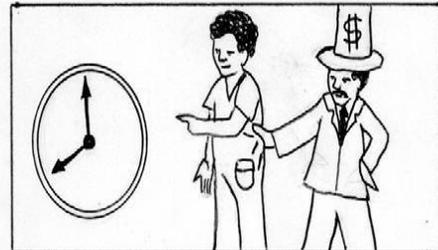
IV_ DIREITO A UM 13º SALÁRIO NO VALOR DO SEU SALÁRIO MENSAL PAGO EM DEZEMBRO DE CADA ANO;

V_ DIREITO A DIVISÃO ENTRE OS TRABALHADORES DE UMA PARTE DO LUCRO DA EMPRESA.



VII_ AUMENTO MENSAL DE SALÁRIOS E PENSÕES DE ACORDO COM O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA.

VIII_ TEMPO MÁXIMO DE 8 HORAS DE TRABALHO POR DIA E DE 40 HORAS DE TRABALHO POR SEMANA.



XII_ LICENÇA REMUNERADA DA GESTANTE ANTES E DEPOIS DO PARTO OU NO CASO DE INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ COM O TEMPO NÃO MENOR A 180 DIAS.

XIII_ GARANTIA DE NÃO DEMISSÃO (ESTABILIDADE) DO EMPREGO A NÃO SER QUE SE COMETA FALTA GRAVE COMPROVADA DIANTE DE JUIZ.



4. Registros dos debates ocorridos nos Círculos Bíblicos, durante o processo do Movimento Pró- Participação Popular na Constituinte.

CONCLUSÃO

No seu estudo sobre Democracia, Ellen Meiksins Wood nos apresenta um conjunto de reflexões e conceitos que muito contribuem para a conclusão da exposição do estudo dos Círculos Bíblicos organizados pela orientação teológica da libertação ou cristianismo da libertação na sociedade brasileira, no contexto do regime da ditadura civil-militar.

Do conjunto das contribuições do estudo de Ellen M. Wood (2006: 184), destacamos :

Do capitalismo e a cidadania democrática: “Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania - e é isso o democrático na democracia capitalista - , mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe - e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas deixa fundamentalmente intacta”.

O tema da desigualdade socioeconômica é um tema frequente nos encontros dos Círculos Bíblicos. Nesses encontros as pessoas ao trabalharem os textos bíblicos, que os coordenadores escolhiam para motivar a reflexão sobre a realidade social, se identificavam como “Povo de Deus”, isto é, os pobres oprimidos - os que vivem a realidade da desigualdade socioeconômica. Nesses textos, como trata Leonardo Boff (1992: 60),

Os pobres possuem um privilégio divino e jesuânico, pois são os primeiros destinatários da palavra da revelação e da intervenção libertadora de Deus na história. Se partirmos dos pobres e marginalizados, estaremos seguros de que nos encontramos naquele lugar que Deus mesmo se encontra. Só a partir dessas majorias empobrecidas se pode visualizar a radicalidade da exigência de justiça, de restabelecimento das culturas silenciadas e de respeito pela alteridade cultural.

Na sociedade capitalista, vemos em ação a hegemonia da lógica do capital. As classes não são figuras dedutíveis da estrutura econômica, mas seres históricos concretos que estruturam a história das sociedades. Isto é, são as classes que objetivamente se confrontam e portam as subjetividades que efetivamente atuam como personalidades concretas na história (DIAS, 2017: 66).

O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, nos seus Cadernos do Cárcere, nos fala

das diferenças no interior das classes. Assim sendo, na sociedade capitalista encontramos os subalternizados, uma gigantesca fração de seres humanos formada a partir dos interesses da classe capitalista (industriais, banqueiros, mineradores, latifundiários etc).

Dialogando com as contribuições de Wood e Boff, citadas acima, podemos concluir que as questões que esses estudiosos colocam em seus textos podem ser percebidas nos trabalhos dos Círculos Bíblicos do Boaçu, pois nos encontros desses grupos sociais seus participantes exercitavam uma concepção de democracia crítica à ditadura do capital, pois ao se identificarem como “Povo de Deus” na história, buscavam organizar intervenções na sociedade motivados por essa vontade libertadora, isto é, passavam a atuar na história em defesa de uma sociedade justa e igualitária.

Portanto, esse processo pode ser estudado como uma ação social presente na sociedade civil que busca encantar a política de uma vontade revolucionária cujos princípios residem na relação dos seres humanos com o sagrado, com a religião e não com a orientação científica. Ou seja, como “Povo de Deus” os subalternos passam a reconhecer que devem organizar ações coletivas e lutar contra os responsáveis pela miséria, exploração, desigualdade social e opressão que vivem.

A experiência empírica e a presença da religião como é apresentada pela Teologia da Libertação amplia na sociedade civil o confronto de classes, isto é, o confronto entre os capitalistas e os subalternizados, pois os trabalhos sociais dos Círculos Bíblicos, incentivados pelos agentes pastorais vinculados a hermenêutica da Teologia da Libertação, enfrentam na vida cotidiana o discurso do poder, ou seja, a fala daqueles que exercem o comando da totalidade social, processo que nos ajuda a compreender a ampliação de uma consciência de classe nos setores subalternizados pelo capitalismo.

Por fim, entendemos que esse processo pode ser percebido nas ilustrações que registram a história dos trabalhos dos Círculos Bíblicos do Boaçu e adjacências, pois neles os subalternos, em sua condição cívica, enfrentam o discurso do poder com o poder do discurso que condena o capitalismo, um sistema contrário a vontade de Deus.

Assim sendo, na história dos Círculos Bíblicos do Boaçu, nos anos de 1980, temos àqueles que de rebeldes imaturos passam, motivados pela vontade de querer encantar o mundo com a sua fé - a implantação de uma sociedade justa e igualitária na Terra: “O Reino de Deus”, a discursar em defesa de uma nova sociabilidade, enfrentando os regimes

ditatoriais ou democráticos que servem aos capitalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. América Latina: Da Conquista à Nova Evangelização. São Paulo: Ática, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: perspectivas. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. Beber no próprio poço: itinerário espiritual de um povo. Petrópolis: Vozes, 1984.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019

LESBAUPIN, Ivo. As Comunidades de Base e a Transformação Social. In.: BOFF, Clodovis (et. al.). As Comunidades de Base em questão. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. CEBs, Poder e Participação na Igreja. In.: BOFF, Clodovis ...[et al.]. As Comunidades de Base em Questão. São Paulo: Paulinas, 1997.

LÖWY, Michael. O que é Cristianismo da Libertação? Religião e Política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abrama, 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “El hombre y el mito” (1925). In.:El alma matinal. Lima: Amauta, 1971

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier: CAMPUS, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de.; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier: CAMPUS, 2012.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre "Classes Populares" No Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth. A Aventura Antropológica - Teoria e Prática. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SILVA, Sérgio Oliveira. Teologia da libertação e movimentos Sociais: a história dos círculos bíblicos do Boçu nos anos de 1980. Dissertação de Mestrado em História Social do Território - UERJ/FFP. São Gonçalo:Rio de janeiro, 2016.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades de base e educação popular. In.: Revista Eclesiástica Brasileira, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MESA 02

Cultura e Ensino de História

DEBATEDORES:

Daniel Pinha (UERJ/FFP)

Larissa Costard (CAp/UERJ)

Cultura e religiosidades afro-brasileiras na efetivação da lei 10.639-03

Alline de Assis Xavier Maia
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

Em face à atual conjuntura política vivenciada pelo Brasil, na qual há uma tentativa de silenciar os grupos minoritários, e que parte dos professores têm sido acusados de “propagação de ideologias inadequadas às salas de aula”, que este trabalho se propõe a refletir sobre as estratégias e os recursos didáticos utilizados pelos professores de história na efetivação da lei 10.639-03, posteriormente transformada em 11.645-08, no cotidiano de duas escolas estaduais do município de São Gonçalo.

As reflexões surgiram durante trabalho etnográfico realizado nessas unidades de ensino, no qual foram utilizadas entrevistas com docentes regentes¹⁶ no 7º ano do ensino fundamental e 1ª série do ensino médio, aplicação de questionário do tipo *survey* além do acompanhamento das aulas que se destinavam ao ensino de História da África, e que indicaram que os aspectos culturais e religiosos afro-brasileiros são mobilizados com maior frequência pelos professores, uma vez que acreditam que tais opções didáticas resultariam em melhor aprendizagem já que poderiam ser capaz de “sensibilizar” os alunos¹⁷.

Para melhor compreensão, o trabalho foi dividido em duas partes: na primeira, partindo do pressuposto de que os professores carregam suas vivências para a sala de aula, farei uma breve exposição sobre o conceito de currículo, em consonância com a promulgação da Lei 10.639-03, buscando refletir sobre o “currículo de História da África”. No segundo momento, mapeio o currículo praticado pelos professores, atrelando os aspectos identitários destes às seleções realizadas enfatizando o quanto estas priorizam determinados temas para a sala de aula. A ideia é mostrar quais as escolhas que realmente acontecem no cotidiano do chão da escola e em que medida elas configuram o ensino de História da África.

CURRÍCULO E A LEI 10.639-03

¹⁶ Em conformidade com o Comitê de Ética Brasileiro, as identidades dos entrevistados serão preservadas e estes receberão nomes fictícios neste trabalho.

¹⁷ A pesquisa pretende ter um olhar tanto sobre o Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio. As turmas foram selecionadas de acordo com a disponibilidade dos docentes.

Antes de adentrar no mapeamento das escolhas curriculares dos professores para a efetivação da Lei 10.639-03 no cotidiano da sala de aula, esclareço que minha inserção no trabalho de campo, ou seja, o acompanhamento das aulas de História da África teve como objetivo elencar as formas como a História da África e os africanos são abordados nas aulas. Busquei identificar a relevância concedida à História da África, assim como se o tratamento concedido ao continente recebia o mesmo grau de importância dado a outras regiões, como a Europa.

Para tanto, durante as aulas busquei observar como a África e os africanos eram representados através das imagens ou dos textos selecionados pelos docentes, além de localizar os principais momentos cronológicos e históricos selecionados pelos professores. Neste sentido, rondava-me o questionamento: que referências conceituais e imagéticas os docentes carregam para a sala de aula acerca da África¹⁸?

Nem sempre o cotidiano da sala de aula é capaz de propiciar a oportunidade dos docentes cumprirem todos os conteúdos que estão previstos pelos aspectos formais dos currículos e, por vezes, os professores fazem seleções, tanto considerando o tempo hábil para a efetivação dos mesmos, como o perfil de cada turma.

Segundo os autores Moreira e Silva (MOREIRA, SILVA, 2001), o currículo visto como uma forma de organização do conhecimento escolar não pode ser considerado neutro, uma vez que pode ser um artefato social e cultural e, por isso, está imbuído de relações de poder. Os autores ainda chamam a atenção para o fato de ser o currículo uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma dada sociedade. Nesta perspectiva, Moreira e Silva destacam o fato de ser este reduzido a local de transmissão incontestada de uma cultura, mas configura-se como um campo, no qual até pode ser movimentado por intenções oficiais de transmissão de uma cultura oficial, mas o resultado nunca será o intencionado porque, precisamente, essa transmissão se dá em um contexto cultural de significação ativa dos materiais recebidos (MOREIRA, SILVA, 2001: 27).

¹⁸ O objetivo da tese é compreender a recepção da História da África pelos alunos evangélicos, partindo do pressuposto que as igrejas constroem outras narrativas sobre o continente, que tendem a se chocar com o que é aprendido nas escolas. Contudo, acredito que é necessário compreender qual África está sendo construída ou trazida para as aulas por parte dos docentes.

Durante o trabalho de campo, partindo do pressuposto que o professor não é um mero reprodutor do currículo oficial, priorizei compreender se o continente africano era tratado em sua diversidade, ou seja, se os docentes buscavam se afastar ou dar uma nova interpretação, diferente da visão eurocêntrica, tal como nos adverte Munanga (MUNANGA, 2011). Ou seja, se os professores estavam preocupados em incluir outras visões de mundo.

Ainda dentro desta perspectiva podemos citar:

“Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.” (GOMES, 2008)

Neste sentido destaco que compreendo o currículo sob a perspectiva de Monteiro, na qual os professores fazem currículos em suas aulas, onde os saberes são produzidos e mobilizados e os docentes não podem ser reduzidos a reprodutores do currículo formal. Ou seja, estou apostando na perspectiva do currículo enquanto um discurso.

Oliva (OLIVA, 2010), ao se debruçar sobre o “currículo de História da África”, descreveu que esta História já estava sendo inserida no ambiente escolar antes da promulgação da lei 10639-03. Os PCN’s já apontavam para a necessidade de valorizar os afro-brasileiros. Contudo, de acordo com o autor até a década de 1990, a África não aparecia nos manuais escolares. Por essa via, os PCN’s apenas sugeriam os conteúdos africanos, uma vez que estes tinham um caráter mais sugestivo do que indicativo, ficando a cargo dos governos estaduais, o estabelecimento pontual dos conteúdos.

Nesta lógica, os autores dos PCN’s, levaram as indicações ao longo do documento pela perspectiva de trabalhar a temática sob a ótica da “pluralidade cultural brasileira”. Assim, a lei 10 639-03 e o posterior artigo 26 A, de acordo com Oliva, apesar de refletir inquietações do movimento negro e por isso traçarem linhas mais claras sobre a abordagem afro-brasileira, não foram capazes de trazer pontos mais suficientes sobre a questão. Segundo Oliva,

“Apesar de apontarem de forma mais substanciada para possíveis temas e objetos a serem tratados nas salas de aula, e, conseqüentemente, nos manuais escolares, os textos citados dedicam pouca atenção à África, concentrando suas propostas nas questões relacionadas aos estudos da história e da cultura afro brasileira” (OLIVA, 2010: 221)

Oliva destaca ainda o fato de que os conteúdos voltados para o estudo da cultura africana recebem um tópico próprio para sua abordagem, nas palavras do autor, como se a história e a cultura fossem forças antagônicas e não relacionáveis em um mesmo título. Deste modo, parece que as indicações dos assuntos se caracterizam pela tendência de deixar escapar o foco do continente africano para colocá-los sobre os afro-descendentes. Apesar disso, Oliva reconhece nesse processo um importante avanço para uma adequada abordagem escolar da história da África.

Tal situação sugere que parece não haver uma conexão sólida entre aquilo que se pesquisa na academia, a própria formação dos professores, os conteúdos apresentados em livros escolares e as opções didáticas dos docentes.

Durante o trabalho de campo de minha pesquisa, percebi que os conteúdos relacionados ao ensino de História da África, além dos fatores acima citados traziam mais um elemento na seleção: a identidade dos professores. Em outras palavras, a seleção dos conteúdos para a efetivação do ensino de História da África, está imbuída da forma como o docente “enxerga” a situação dos afro-brasileiros e conseqüentemente, da forma como pretende “contribuir”, através do ensino de história, para uma sociedade mais tolerante e menos racista, que afinal, é o pilar que mobilizou a aprovação da lei 10.639-03.

Ressalto que segundo Tardif (TARDIF, 2002) o saber docente está relacionado com a identidade, com a experiência profissional, com a experiência de vida, com sua vivência com alunos, assim como todo o conjunto que forma a comunidade escolar. Ou seja, o saber do professor é plural, envolvendo uma série de elementos, e que é no contexto em que ocorre o ensino que cada professor desenvolve seu *habitus*.

Neste sentido, o saber docente é plural uma vez que envolve diferentes setores: formado pela mistura, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais, que configura os saberes profissionais dos professores em três esferas: temporais, plurais e heterogêneos. Em outras palavras, o currículo de História da África, tal como formalizado pelos documentos oficiais, acabam por deixar lacunas, que levam cada professor a preencher segundo suas perspectivas pessoais, o que nem sempre ocorre com os conteúdos eurocêntricos já naturalizados no contexto escolar da disciplina de História.

SOBRE A REALIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Considerando o exposto anteriormente, que os professores carregam suas experiências e a partir dessas, interferem no currículo, que está longe de ser neutro, passo agora a analisar as experiências docentes identificadas no trabalho de campo, refletindo como estas interferiram no currículo praticado nas aulas de História da África.

Acompanhei seis professores de História durante o quarto bimestre de 2019 em duas escolas de um conjunto de favelas no município de São Gonçalo, sendo 3 docentes atuantes em turmas de 7º ano do Ensino Fundamental e 3 atuantes na primeira série do ensino médio. Afim de melhor conhecer os docentes, apliquei um questionário, composto de perguntas abertas e fechadas e que buscou saber além do perfil social e econômico dos professores e de suas formações acadêmicas, a frequência e a importância que tratavam da História da África, quais conteúdos mais trabalhavam e os recursos didáticos selecionados nesta efetivação.

Assim, temos um universo de seis professores acompanhados durante trabalho de campo, sendo duas professoras e quatro professores, nos quais quatro identificaram-se como brancos e dois como pardos, com uma média etária de 40 anos. Quatro são oriundos de universidades públicas e dois de universidades privadas. Cinco professores alegaram serem os primeiros a alcançar o ensino superior em suas famílias, todos são funcionários públicos efetivados e atuam em mais de uma escola.

Quando questionados sobre a lei 10.639-03, a afirmação da importância da mesma foi unânime, embora todos tenham alegado que não receberam orientações durante a formação acadêmica para tanto. Dos seis docentes, apenas um havia investido num curso de capacitação, oferecido por uma universidade privada para a efetivação da referida lei. Contudo, alegaram que sempre que possível, traziam a temática para o cotidiano escolar dada sua importância e urgência.

Quando indagados sobre o recorte curricular que realizavam para a prática da lei, alegaram que tinham um currículo mínimo a seguir, proposto pela secretaria estadual de educação, contudo, ao menos em um bimestre o tema aparecia. Todos destacaram o mês de novembro como primordial para a efetivação da lei, mas disseram que a História da África aparecia em outros momentos durante o curso do ano letivo.

De acordo com as respostas ao questionário a temática aparece da seguinte forma: 1º lugar, ao tratar do Brasil Colônia e conseqüentemente da escravidão africana; em segundo

lugar ao tratar da África enquanto berço da humanidade; em terceiro lugar, o Egito, e na última posição ao tratar do processo de descolonização da África.

Através destas respostas, observo que o ensino de História da África ainda ocorre de maneira pontual, e que os recortes cronológicos selecionados podem levar a perpetuação de uma imagem estereotipada do continente e seus habitantes. Porém, o que mais chamou a atenção durante o trabalho de campo foi o fato de que apesar dos recortes apontados pelos docentes, em virtude do trabalho de campo ter ocorrido durante o quarto bimestre, entre os meses de outubro e novembro, e em função do dia da consciência negra, os aspectos culturais, com ênfase para a religiosidade afro-brasileira apareceram com grande frequência, sendo consolidado como a efetivação da História da África.

Durante entrevista, a professora Carolina, de 45 anos esclareceu que era umbandista e que a sociedade brasileira na atualidade ainda convivia com o preconceito religioso, e que este preconceito era devido ao fato desta religião ser relacionada aos negros, a uma herança africana e por isso, pretendia através do trabalho proposto em sala de aula, ajudar a esclarecer a juventude. Quando indagada sobre a importância do Ensino de História da África, a docente respondeu:

“Estamos dando aula em escola pública, onde a maioria dos alunos é negra. E, às vezes, eles não tem muita noção do que é ser negro, de quais são as raízes africanas deixadas para o nosso povo. Então a gente tem que sacudir as estruturas e mostrar, olha (...) a gente veio daqui. Nossos ancestrais são importantes. Essa é nossa identidade. E a religião ajuda a mostrar tudo isso de uma forma bem bonita. E assim, a gente vai aos pouquinhos quebrando o preconceito. Mostrando que a gente tem que ter orgulho e não vergonha. Vergonha tem que ter eles, os que escravizaram, os que tem preconceito.”

Nas aulas do 7º ano da escola A, a professora Carolina, seguindo o currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro, estava durante o trabalho de campo, em meio ao 4º bimestre e, portanto, trabalhando os aspectos da sociedade e da economia durante o Brasil Colônia.

Após duas aulas expositivas sobre o tema, seguiu-se a realização de exercícios e a respectiva correção. Como a disciplina de História no Ensino Fundamental na rede estadual conta com três aulas semanais, na aula posterior a docente propôs um trabalho para a culminância do Dia da Consciência Negra que, segundo a mesma estaria dentro do conteúdo a

ser trabalhado: realizar a confecção de um painel que explicasse a história dos orixás e a importância da ancestralidade para os africanos.

O objetivo do trabalho era mostrar como os aspectos religiosos foram importantes no processo de resistência, ajudando os negros a lidar com a situação de escravidão. As controvérsias geradas sobre a religiosidade e o espaço público, serão tratadas em outra oportunidade. Por ora, detenho-me apenas a enfatizar como a professora mobilizou o aspecto cultural religioso, como um caminho possível para pôr em prática a Lei 10.639-03, acreditando num suposto poder que esta mobilização teria para sensibilizar e esclarecer.

Durante o trabalho de campo, o professor Rodolfo, atuante na turma de 1ª série do Ensino Médio da escola B, enfatizou a luta e a resistência dos negros em nossa sociedade. Como estava dando aulas sobre o Brasil Colônia, em conformidade com o currículo mínimo estadual, buscou ressaltar a luta dos escravos e a utilização da capoeira como forma de resistência. Para tanto, utilizou-se do filme “Besouro¹⁹”, e após a exibição, propôs um debate, no qual buscou esclarecer o quanto a ancestralidade se configurava como um fator importante para os afro-brasileiros.

Este professor utilizou-se de um filme para despertar a sensibilidade dos alunos em relação ao tema. Ou seja, o filme tinha o objetivo de tocar, de fazer com que através das imagens e dos diálogos da obra, os discentes, grande parte deles, pudesse compreender a importância da relação entre a capoeira e a religiosidade como artefatos de grande valia utilizados pelos negros escravos e que ainda hoje poderiam configurar a identidade ou ao menos as raízes dos afro-brasileiros.

A professora Hilda, que se identifica como parda e candomblecista atuante na 1ª série do Ensino Médio da escola A, também optou por sensibilizar os alunos através dos aspectos culturais. Para tanto, apostou na alimentação dos escravos, ou seja, na nossa herança culinária. Sua idéia era sensibilizar os alunos, mostrando como a comida também poderia ser vista como uma forma de resistência e ao mesmo tempo combater o racismo ou preconceito religioso que tanto está em voga na atualidade. Assim, ela buscou apresentar, através de uma sequência de imagens e receitas, comidas que são produzidas nos terreiros de candomblé, esclarecendo os alunos. Nas palavras da docente, queria “sensibilizar via estômago”.

¹⁹ Besouro é um filme brasileiro que conta a vida de Besouro Mangangá (Ailton Carmo), um capoeirista brasileiro da década de 1920, a quem eram atribuídos feitos heroicos e lendários.

A docente falou sobre a pipoca, o acarajé, a feijoada, vatapá, caruru, canjica, entre outras iguarias culinárias. Propôs a realização de um caderno de receitas culinárias pela turma e propôs a distribuição de algum quitute no dia da culminância da Consciência Negra. Para tanto, os alunos deveriam levar para a sala de aula, receitas de família norteada pela ideia de “comida de terreiro”. Quando indagada por mim sobre o porquê desta proposta didática, que pretendia fundir o conteúdo do 4º bimestre e o projeto da Consciência Negra, a docente relatou:

“É muito importante que o aluno conheça suas raízes. Que eles tenham consciência e esclarecimento sobre suas identidades e que não devem ter vergonha da negritude. Essa identidade faz parte do nosso cotidiano e a gente não percebe. Ou melhor, às vezes a gente nem sabe o motivo. E é importante mostrar que a comida está ali, na sua frente, mostrando que um dia ela teve um sentido de ser produzida, que um dia ela foi ofertada e, que hoje ela está naturalizada e você nem percebe. Por isso, é tarefa da escola, do professor mostrar essas raízes africanas, porque as outras são mostradas o tempo todo, sem nenhum preconceito. Ninguém come carne na sexta-feira santa, todo mundo tem uma receita portuguesa na família para esse dia. Então, por que não esclarecer que outras receitas, que estão às vezes por gerações em família fazem parte de nossa herança africana?”

O professor Fernando, que durante horas vagas é baixista numa banda de rock, e se considera um “sem religião”, e se apresenta em alguns bares de São Gonçalo para complementar a renda, resolveu unir o conteúdo do sétimo ano do Ensino Fundamental, neste caso o Brasil Colonial, à música, que segundo relato do regente é sua segunda paixão depois da História. Levou para sala de aula instrumentos de origem africana: um berimbau, um tambor e um atabaque. Alternou o som dos instrumentos com explicações sobre suas origens, relatando a importância dos mesmos para o funcionamento de um terreiro. Quando indagado sobre a opção pedagógica por ele proposta, respondeu:

“A música une nações. E os alunos têm que saber qual a origem desses instrumentos. Considero a música um meio de esclarecer de forma natural e bela. Faço questão de mostrar para eles que durante muito tempo, alguns instrumentos eram vistos como coisas de “macumba” e que hoje estão dentro das igrejas evangélicas, e tocados de forma naturalmente. Seja para louvar a Deus ou um orixá, o instrumento está lá. É de origem negra, africana. E nós, professores temos que explicar isso. Que a gente tem uma herança. Que isso (...) a história como um todo tem que ser respeitada.”

Dos seis professores acompanhados em trabalho de campo, quatro optaram por utilizar a mobilização dos aspectos culturais e religiosos afro-brasileiros como vias possíveis de efetivar o ensino de História da África e desta maneira, pôr em prática a lei 10.639-03.

Seja por ser uma via considerada de melhor domínio didático, em virtude da defasagem de formação acadêmica, seja com o intuito de combater o preconceito racial ou religioso, a opção cultural e religiosa, parece reduzir a História da África, uma vez que ao que tudo indica, os aspectos formais do currículo mínimo seguido pela rede estadual do Rio de Janeiro apontam pela prevalência do currículo eurocêntrico e a abordagem cultural religiosa, acaba por propagar uma visão estereotipada do continente e seus descendentes, o que já é realizado com grande ênfase pela mídia, que perpetua o continente como pobre, mas rico culturalmente. Ou seja, os africanos são negros, pobres, mas carregam a alegria, como um aspecto cultural.

Assim, a escola, que muitas vezes é a única via em que o aluno pode acessar informações sobre a África, que não seja tão pejorativa quanto à mídia, acaba por dar continuidade à forma folclorizada de se imaginar a África. Oliva, em sua tese de doutorado, também percebeu essa questão. Ao analisar a representação dos afro-brasileiros nos livros didáticos do Brasil e de Portugal, concluiu que a mídia se configura como grande fonte em que os estudantes adquirem conhecimentos e informações sobre a África, e que na maior parte das vezes, esta contribui de forma enfática para depreciar o continente africano e seus descendentes.

Assim, segundo o autor, a escola seria para maior parte da população brasileira o único local em que esse discurso poderia ser reverberado, contudo, os livros didáticos analisados pelo autor não cumpriam essa necessidade de se ter um novo olhar. Nas palavras de Oliva: A mídia ajudou a “depreciar” a África e a escola não fez nada (OLIVA, 2007: 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo revelou que, ao menos para esses professores, a mobilização de aspectos culturais e religiosos afro-brasileiros pode aparecer como uma solução viável para a implementação da História da África, em conformidade com o artigo 26 A. Isto porque, segundo os docentes em suas experiências, os aspectos culturais e religiosos podem se encaixar em qualquer série, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio,

independente do conteúdo curricular formal que esteja sendo trabalhado no momento em que consideram apropriado ensinar a “História da África”.

Em segundo lugar, este tipo de abordagem, na opinião dos docentes, não exige necessariamente um saber científico, acadêmico, uma vez que alegam não ter recebido formação para tanto. É um assunto, que em muitos casos, dominam pela via religiosa ou do lazer, no caso nas rodas de samba. É como se fizesse parte da “formação do brasileiro”.

Em terceiro lugar, a mobilização de tais conteúdos ocorre dada a sensibilidade que a suposta beleza de uma religião e do seu panteão pode suscitar. Dentro desta perspectiva, ao esclarecer sobre uma religião afro brasileira o professor acredita que a partir do terreno da sensibilidade poderá fazer com que o aluno repense seus atos, contribuindo para uma sociedade mais tolerante.

Por todos os apontamentos aqui citados me parece que embora a mobilização cultural e religiosa afro-brasileiras seja importante no combate ao racismo, e seja um passo importante na implementação da lei 10.639-03, tal abordagem deixa a desejar quanto à efetivação do ensino de História da África, uma vez que há, a meu ver, uma perpetuação dos estereótipos do continente africano e seus descendentes, além de uma pretensão de um retorno à uma África mítica, retorno que nem sempre é bem acolhido pelos discentes devido suas identidades religiosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papirus, 2005.

GOMES, Nilma Lido. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017

MONTEIRO, A. M. Professores de História: entre saberes e práticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Maua Editora, 2010.

MUNANGA, Kabenguele. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639-03 e os desafios para a formação de professores. In: Revista Educação e Políticas em Debate. V.2, n.1 jan.-jul.2013. P.27-33.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Reflexos da África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental. Estudos de caso no Brasil e em Portugal. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010;

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio. O Currículo como Política Cultural e a Formação Docente. In SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.). Territórios Contestados – O Currículo e os Novos Mapas Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

A Representação das Mulheres nos Livros Didáticos

Camille Cristina Batista da Silva
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

Ainda que seja possível notar mudanças substantivas nos últimos anos, de maneira geral ainda é incipiente o campo de investigações acadêmicas acerca da história de mulheres, tanto nas pesquisas sobre historiografia quanto naquelas associadas ao ensino da história. Embora os movimentos sociais e debates públicos contemporâneos apontem para a centralidade das mulheres na cena política moderna, este movimento ainda não tem o mesmo alcance na historiografia, quando pensamos no papel das mulheres nas formações sociais ao longo do tempo.

A mulher entra em cena com protagonismo na história a partir do desenvolvimento das análises em história social, quando se começa a pensar os acontecimentos do cotidiano. E o aparecimento das mulheres no livro didático não é diferente: sabemos que a partir do século XIX, com a formação das nações na América Latina, alguns dos instrumentos mais utilizados para a consolidação da nação foram a escola e o livro didático. Um material voltado à formação do mito das origens, utilizado para a construção das histórias nacionais, partindo de um modelo que reforça a diferenciação social entre homens e mulheres, colocando um papel separado para cada um e a mulher como submissa e inferior – refletindo, neste sentido, a própria diferenciação imposta entre homens e mulheres na sociedade.

As mulheres começam a aparecer na historiografia a partir dos movimentos feministas da década de 1960, em suas demandas por melhores condições profissionais e igualdade salarial, como aponta a historiadora Joan Scott (1992), reivindicando a história das heroínas. A autora aponta que como resposta às ativistas as historiadoras produziram uma conexão entre política e intelectualidade, mas a partir da década de 70, as historiadoras se afastam do viés político e começam a pensar a Historiografia das mulheres a partir dos aspectos sociais, produzindo assim um conjunto de artigos e monografias. E já no início da década de 80 a questão do gênero começa a aparecer como objeto de estudo e ganha espaço dentro das universidades, como uma categoria que questiona a naturalização do homem como o sujeito

universal No cerne da argumentação de Scott está a apresentação de uma “incômoda ambiguidade” inerente ao projeto de história das mulheres, isto é, “ela é, ao mesmo tempo, um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história” (SCOTT, 1992: 75), ou seja, pode servir como mero complemento da história tradicional ou potencializar uma mudança na perspectiva do olhar sobre a história.

No Brasil algumas mulheres também foram protagonistas nas escritas a cerca das mulheres e suas histórias, como a escritora Lélia Gonzalez que já na década de 1980 apresentava as questões feministas com um recorte social e racial, de forma brilhante ela toca em assuntos primordiais para entendermos a realidade da mulher brasileira, apresentando inclusive a questão da mulata do carnaval carioca Ao refletir sobre a abordagem de Lélia fica exposto de forma clara que não existe um conceito mulher de forma singular, são várias mulheres que formam esse grupo heterogêneo.

O lugar em que nos situamos determinar nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e o sexismo. Para nós, o racismo se constituiu como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZÁLES, 2019: 238)

Os livros didáticos no Brasil, começaram a ser produzidos em larga escala a partir da década de 1970, a partir do aumento do consumo, fazendo crescer, também, a preocupação com a escrita dos textos, cores e imagens utilizados, além de trazerem os sistemas de valor associados à cultura. Também foi um período em que o país viveu sob o comando de uma Ditadura Militar, onde as disciplinas de história e geografia muitas vezes foram substituídas por “estudos sociais”, “educação moral e cívica” e “Organização política social do Brasil”. Segundo Ana Maria Monteiro (2009), os livros didáticos de história seguiam o modelo conservador correspondente ao tipo de sociedade projetada pelos militares, que preservava uma história geral única., e do homem como o principal ator histórico. Mas a partir da democratização no país uma nova safra de livros didáticos foi produzida, com uma versão diferente da história, mais ligada ao marxismo.

Cristiani Bereta da Silva (2007) destaca que o livro didático precisa se adaptar às demandas sociais, inclusive por ser um bem cultural de alto consumo. Segundo a autora, a partir da década de 1980, temas relacionados às identidades como a de gênero, como a questão indígena e a dos negros, estavam aparecendo e ganhando bastante espaço.

Principalmente por conta do crescimento desses debates no meio acadêmico, além do fato de que foi o momento de debate sobre Parâmetros Curriculares Nacionais para os níveis Fundamental e Médio e o Programa Nacional do Livro Didático.

De modo geral, os livros didáticos utilizados nas escolas trazem apropriações persistentes de imagens que informam um “mundo” ainda bastante masculino, de raça branca, adulto, cristão, O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história heterossexual; de grupos que vivem em cidades, sujeitos que estão trabalhando, que são magros, sadios, entre outros padrões hegemônicos. (SILVA, 2007: 229)

De acordo com Circe Bittencourt (2004), estava em jogo a contribuição da história na construção de identidades, no plural, mas ainda associada de maneira mais explícita à formação do cidadão político, portanto, capaz de atuar e contribuir com o desenvolvimento do regime democrático. Um modelo de cidadania que se fundamenta também nas singularidades e no respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, sexuais das diversas sociedades, em acordo com os princípios democráticos estabelecidos na Constituição de 1988.

No mesmo contexto, da década de 1990 foi importante não só pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mas pela adoção do Programa Nacional do Livro Didático, passo fundamental na crítica e regulamentação da distribuição dos livros em todo o país. E especificamente os livros de história tem a preocupação com a renovação historiográfica a partir do PNLD de 2005 e 2007, pois é um dos critérios apresentados neles. Dentre desses temas aparece a história das mulheres. Mas um grande problema abordado por Cristiani Bereta da Silva (2007) é que a questão só foi incorporada por meio de textos complementares e imagens, sem mudar a estrutura eurocêntrica e patriarcal do livro didático, ou seja, não são realmente apresentados os sujeitos de forma plural.

Atualmente, o livro didático ocupa um papel central no ensino de história na escola. Em função do contexto de precarização do trabalho do professor, com rotina extensa de aulas e turmas superlotadas, muitos professores e professoras montam suas aulas exclusivamente a partir de livros didáticos, elevando ainda mais sua centralidade. Além disso, mesmo antes da Base Nacional Comum Curricular ser aprovada, os livros didáticos serviam como organizadores de conteúdos curriculares, servindo também como base para provas e exames de avaliação externos realizados pelo governo. Quando o sistema educacional brasileiro é colocado em questão, notamos o papel fundamental exercido pelo livro didático enquanto

ferramenta didática, utilizado por quase todas as escolas – em muitos lugares do Brasil é o único recurso disponível para os professores(as) – pois mesmo com o avanço no mundo digital, não abarca toda a comunidade escolar. Sendo assim, sob a mediação do(a) professor(a), o livro didático tem potencial para impulsionar a reflexão e a autonomia dos alunos, ajudando assim na construção da formação cidadã, pois é concentrado nele o papel de representação do mundo.

Entendemos que o(a) professor(a) não é inteiramente subordinado aos conhecimentos contidos no livro, ou seja, a utilização do livro didático amplia as possibilidades de autoria do professor (MATTOS, 2006), na forma como são pensados conteúdos e metodologias para a aula. O livro implica na exposição de um determinado saber histórico, mas não é o único saber abordado em sala de aula. Pois os saberes escolares são construídos em diversas frentes (MONTEIRO, 2007), dentre as quais o uso do livro didático, entendido aqui como uma ferramenta pedagógica fundamental à disposição do(a) professor(a), levando em conta o contexto cultural em que o livro está inserido e sua transposição para a sala de aula.

Tendo em vista estes pressupostos, a pesquisa assume o desafio de analisar o livro didático de história em sua condição historiográfica e de fronteira entre a historiografia acadêmica e a escolar, levando em conta, ainda, os aspectos destacados por Ana Maria Monteiro: “Instrumento pedagógico, referência sobre conteúdos selecionados, objeto cultural, documento histórico, mercadoria, o livro didático é certamente um objeto de grande complexidade” (MONTEIRO, 2009: 198), possibilitando a produção de narrativas por parte dos professores e a compreensão e formação de raciocínio histórico pelos estudantes. Ou seja, na mesma linha proposta pela autora, consideramos o caráter aberto e não prescritivo possibilitado pelo uso do livro na escola, evitando análises que “ora superdimensiona e denunciam o poder de ação regulatória do Estado, ora supervalorizam a instituição escolar como espaço de resistência” (MONTEIRO, 2009: 199). Deste modo, compreendemos que a escola é local privilegiado para a formação de saberes através de debates que implicam na formação crítica do estudante. Os livros didáticos atuam no sentido de promover a ligação do conhecimento histórico produzido na universidade e, sob a mediação autoral dos professores(a) – autores da aula como texto, nos termos de Ilmar de Mattos (2006) – cumprem uma tarefa central na formação dos estudantes.

A pesquisa tem como objetivo pensar sobre o atual contexto educacional brasileiro, marcado por transformações importantes como a Reforma do Ensino Médio, de 2017, e a nova Base Nacional Curricular Comum. Além disso, observamos a existência de uma onda conservadora cuja expressão mais evidente é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), e suas narrativas ofensivas contra os professores e a tentativa de censura e interdição do debate sobre gênero nas escolas. E por outro lado o movimento educação democrática, que reúne grupos e movimentos sociais que buscam qualificar a difusão de uma cultura democrática. E a “onda feminista” que se insere como uma resistência que vem crescendo no país nos últimos anos – nos meios de comunicação, como os temas de novelas que tratam da questão da mulher no mundo do trabalho, dos direitos das mulheres e campanhas contra a violência e assédio. Na política as mulheres estão ganhando espaço, tivemos pela primeira vez uma mulher como presidente do país, retirada do poder através de um impeachment que teve uma conotação machista. Pois ao mesmo tempo que podemos observar o avanço das pautas identitárias também podemos constatar que o conservadorismo está reagindo.

O intitulado “Escola Sem Partido” acabou alcançando grandes proporções, independente de não ter se concretizado em uma lei nacional que alterasse a Constituição. Esse movimento surge com o advogado Miguel Nagib apontando que a história ensinada nas escolas segue uma doutrinação marxista. Um dos principais ataques do movimento é contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”. Luis Felipe Miguel (2016) aborda essa questão, destacando como o MESP determina que o papel do professor é ser um mero instrutor de conhecimentos, reproduzindo apenas conteúdos preestabelecidos.

Ao vetar do vocabulário escolar os termos “gênero” e “orientação sexual”, o projeto impede que vastos setores do conhecimento produzido na sociologia e na psicologia cheguem ao ensino. A meta é evitar qualquer questionamento da percepção naturalizada dos papéis sexuais. Com isso, fica impedido o combate a formas recorrentes de violência ocasionada por gênero, dentro e fora da instituição escolar, culminando no feminicídio e no assassinato de gays, lésbicas e travestis. A defesa da instituição familiar, a “base da sociedade”, é um objetivo que parece compensar tais problemas – que ficam completamente invisibilizados. (MIGUEL, 2016: 607)

E uma das principais propostas do movimento é a censura aos livros didáticos. Seus idealizadores apontam que o livro é um instrumento de doutrinação ideológica, devendo permanecer “neutros”. Mas sabemos que um livro didático nunca será neutro, pois ele é resultado da relação do sujeito histórico com a cultura e seu tempo. Quando o MESP fala em

conhecimento neutro, na verdade, ele propõe um conhecimento conservador, onde só o lado tradicional é abordado, tirando da escola o seu papel de formação humana e atingindo frontalmente, deste modo, as perspectivas da história de gênero.

É em meio a este contexto que a pesquisa tem o objetivo de analisar como e quais são as mulheres representadas nos livros didáticos de história adotados pela rede pública estadual do Rio de Janeiro, e as estratégias pedagógicas utilizadas por professores (as) para o tratamento das questões de gênero. Visto que a escola faz parte da construção cultural e política dos estudantes, falar sobre gênero é fundamental, pois a mesma é formada por homens e mulheres.

Maria da Glória de Oliveira (2018) propõe a reflexão acerca da invisibilidade das produções de autoria feminina na história intelectual, e conclui que tais produções não são um tema frequente na história da historiografia, e que o tema gênero não é usado para a análise histórica. Podemos entender o livro didático como uma modalidade da historiografia escolar, entender como temas acerca das mulheres são refletidos, examinando justamente se a mulher foi reproduzida nos livros didáticos apenas de uma forma estereotipada, como a dona do lar, a boa mãe e esposa, ou seja, se a mulher é vista como “sexo frágil”; ou se a mulher sendo representada qualitativamente enquanto sujeito e protagonista em processos históricos. Pois o livro didático é o material que estará presente na vida do estudante durante todo o ano letivo, e esse material que faz parte da construção do aluno ou aluna, levando em conta o papel da escola na formação cidadã.

O livro didático como produção historiográfica que relaciona dimensões acadêmicas – em seu esforço por contínua atualização antes as novidades nas pesquisas universitárias – e escolares, tendo em vista o público para o qual o livro se dirige, isto é, professores(as) e estudantes da escola básica em seus objetivos específicos. Compreenderemos a análise dos livros didáticos como tema de fronteira entre o conhecimento histórico produzido na universidade e na escola, algo que vem ganhando bastante destaque em pesquisas acadêmicas recentes associadas tanto à História da Historiografia quanto às pesquisas sobre o Ensino da História (ROCHA, MAGALHÃES, GONTIJO, 2009; ROCHA, REZNIK, MAGALHÃES, 2009).

Uma questão que nos remete aos vínculos entre a produção do conhecimento histórico na escola e na universidade, envolvendo os diversos vetores desta conexão, nos termos de

Luis Reznik, “a formação de professores, o mercado editorial, política pública para a produção e distribuição de livros didáticos, política de extensão universitária, além dos caminhos da historiografia contemporânea, entre outros.” (REZNIK, 2009: 411).

A pesquisa tem em sua base pensar a discussão de gênero nos livros didáticos, buscando o como, qual e de qual forma a mulher é representada, para isso é preciso debater primordialmente sobre a elaboração dos livros. De acordo com Ana Maria Monteiro (2009), o autor de livro didático não é neutro, ele pertence a um universo cultural que influencia diretamente em sua escrita. Seus posicionamentos políticos, ideológicos e pedagógicos são implicados no momento da escrita do livro. Ana Monteiro também evidencia que um bom livro didático nas mãos de professores evita erros de ensino e possibilita a introdução de atualização de conteúdos e a implementação de ensino e aprendizagem criativos, afinados com o que tem de novo nas pesquisas acadêmicas.

Ana Monteiro também trabalha com as visões de Chopin sobre as quatro funções dos livros didáticos. A primeira ligada à função referencial, a segunda é a instrumental, a terceira documental e a quarta, que é a que mais interessa ser pensada pela pesquisa, é a função ideológico-cultural (MONTEIRO, 2009: 187). Pois é ela que é responsável por pensar os valores inseridos no livro didático, visto como um instrumento de identidade coletiva. Por isso a necessidade de que eles contenham os discursos de gênero de uma forma mais profunda, não tratando superficialmente ou então só utilizando a palavra mulher para tratá-la como inferior.

Helenice Rocha, Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo (2009), autores do texto “A Aula como texto: Historiografia e ensino de história” defendem um pressuposto teórico metodológico importante para a pesquisa no sentido de pensar sobre os objetivos do conhecimento escolar. Os autores apontam que o conhecimento histórico tem a tarefa de orientar os estudantes no mundo, oferecendo leituras para cumprir esse papel, estimulando a produção de capacidade crítica do estudante para reconhecer e lidar com as diferenças. Para os autores, o objetivo da história escolar é ensinar e aprender historicamente rompendo com as naturalizações.

O ponto de partida da pesquisa foi a análise do Guia dos Livros Didáticos 2017 - Ensino fundamental, que tem como objetivo reunir informações sobre as coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro didático de 2017, para auxiliar os(as) professores(as) na

escolha das coleções adotadas pelas escolas para os anos de 2017, 2018 e 2019. O Guia é dividido em quatro partes: a primeira está problematizando os objetivos do ensino de história estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular e a implementação do novo programa do Ensino Médio, posteriormente apresenta os princípios e os critérios de avaliação, em seguida ele fornece o perfil das obras analisadas e obras aprovadas e, por fim, uma resenha das coleções.

A pesquisa tem como seu principal objetivo examinar coleções dos livros didáticos do fundamental aprovadas pelo PNLD de 2017 que foram utilizadas nas escolas municipais do Rio de Janeiro, buscando avaliar se tais coleções acompanham as tendências historiográficas, e quais são os grupos de mulheres representadas nas obras. Analisando como os(as) professores (as) e equipe pedagógica das escolas pensam a questão de gênero, no ensino da história e na educação de maneira geral. Tentando entender as estratégias pedagógicas de professores(as) de história para superar as lacunas presentes nos livros didáticos sobre o tema. E buscar se o livro possui atividades que provoquem o debate e a reflexão sobre o papel da mulher na realidade social na qual ela está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto. Rio de Janeiro, Bazar Tempo, 2019, p.237-256.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. Tempo [online]. 2006, vol.11, n.21, pp.5-16. ISSN 1413-7704.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia”, História da Historiografia, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140

MIGUEL, Luis Felipe. “Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" -Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro”. *Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621.

MONTEIRO, Ana Maria, “Professores e Livros didáticos: narrativas e leituras do ensino de história” in ROCHA, H; REZNIK, L; MAGALHÃES, M; *A História na Escola*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009. P.177-199.

REZNIK, Luís. “História da Historiografia: a era Vargas”. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO. *A escrita da história escola: memória e historiografia*-Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009 p.13-31.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca “Aula como texto históriográfico e ensino de história”. In: *A escrita da história escola: memória e historiografia*-Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009 p.13-31.

SCOTT, Joan, “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter, *Escrita a historia: Novas Perspectivas / tradução de Magda Lopes*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista 1992. P.63-96.

SILVA, Cristiani Bereta. “O saber histórico escolar sobre as mulheres: O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero e relações de gênero nos livros didáticos de história”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

O cinema nos livros didáticos: a representações da Guerra de Canudos

Janaina Santana Alves da Silva
Mestranda PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

A aurora do século XX viu o nascimento de uma nova forma de percepção do mundo, o *Cinema*. Essa máquina de imagens, que em si possui um imaginário próprio e uma nova forma de compreensão do campo político, econômico e social. Os filmes apresentam um objeto, e sua relação com a vitrine que o exhibe e o público que o assiste. Jean Baudrillard afirma que estamos no “*Tempo dos objetos*” (RAMOS, 2008: 67). Atualmente existe uma floresta ilimitada de imagens sedutoras que de modo peculiar seduz o olhar humano.

O cinema é um objeto dentro de uma vitrine, que ao indivíduo olhar, seleciona as suas imagens, suas paixões, seus ódios, seus personagens favoritos, suas ideologias, além de outras questões imagéticas.

O FILME COMO DOCUMENTÁRIO

Quando surgiu a ideia de estudar os filmes como pesquisa histórica, de entender por outro aspecto a sociedade utilizando este método, o mundo acadêmico estremeceu. Naquele momento somente se abordava/escrevia sobre a história quantitativa. Como salienta Marc Ferro, em “História e Cinema”, “em, meados do século XX, tudo o que possuía a imagem era uma legitimidade contestada; apenas sua alta aristocracia – a pintura, os museus, as coleções – podiam adentrar as portas do mundo da cultura ou do poder” (FERRO, 2010: 9).

No início do século XX, o cinema não possuía tantos recursos tecnológicos e nem ao menos era considerado uma expressão artística. Com o passar do tempo - a partir dos avanços tecnológicos, da reprodutividade de técnicas e das melhorias nos equipamentos - o cinema se tornou o que conhecemos hoje, e passou a ser caracterizado como uma grande obra de arte. A evolução do cinema acompanhou a exigência de seus espectadores e cada vez mais deu asas as imaginações dos indivíduos.

O grande questionamento dos historiadores foi compreender o binômio cinema-história, pois observando os filmes já não se crítica mais o diretor ou o roteiro, mas sim a sua

conotação histórica, ou seja, a percepção do registro historiográfico que o filme retrata em seu roteiro. Segundo Jorge Nóvoa nenhuma obra se impôs tanto como o filme o fez. O cientista social, o psicólogo, o psicanalista conseguiram compreender que o cinema era um *“modelador de mentalidades, sentimentos e emoções de milhões de indivíduos, de anônimos agentes históricos, mas também como registro do imaginário e das ações dos homens nos vários quadrantes do planeta”* (NÓVOA, 1995: 01). Cabe ainda destacar que essa interferência do cinema aconteceu por meio de ações que tornaram o filme eficaz como uma máquina de reprodução da realidade, do cotidiano, da ficção dentre outras modalidades em que este veículo produziu e se reproduziu. Marc Ferro enfatizava que o cinema se tornou uma arte de iludir os iletrados, de explicar por um viés mais simples os fatos não tão históricos.

Para o historiador francês o filme ajuda na compreensão de uma história não oficial. Os arquivos escritos, muito frequentemente nada teria além da memória conservada pelas instituições que os guardam, e as películas desempenhariam um papel importante na história contribuindo para uma conscientização da população. Corroborando com esta assertiva Jorge Nóvoa destaca que o filme possui uma eficácia como um instrumento formador de consciência tautócrono²⁰ como uma função de agente da história. O autor ainda aponta que:

“os filmes podem e devem ser tratados como documentos para a investigação historiográfica do mesmo modo que a literatura, a pintura, a arquitetura e os monumentos. [...] O cinema tornou-se um insubstituível instrumento de produção e difusão, não de consciência real, muito menos de ciência, mas de massificação de ideologia mantenedora do status quo” (NÓVOA, 1995: 6).

Com isso torna-se evidente que o cinema será um propulsor de ideias, de culturas, de educação, de visões, de realidades, de ficção, de sociedade e sociabilidade, bem como a sua influência em vários períodos tornou-se um instrumento de arma contra a grande massa da população, que alienada de seus deveres pouco ou quase nada percebeu o seu uso indiscriminado.

²⁰ Segundo a Enciclopédia da Conscienciologia “a sincronicidade; a sincronicidade universal; a expressão coincidências significativas proposta por Carl Gustav Jung (1875–1961); a interconectividade cósmica; o fluxo cósmico; as sincronidades em geral; a complexidade dos fenômenos das sincronidades; as ocorrências ao mesmo tempo; as sincronidades despercebidas; a sincronicidade do conjunto dos fatos integrados evidenciando a interação mais lúcida da consciência com o fluxo do Cosmos; [...] a intrassincronicidade atuante nos fatos das pesquisas; as instituições tautócronas; as sincronidades evolutivas; o Universalismo; a Tudologia; a sincronicidade dos temas, dos fatos ou das realidades compondo a Tudologia; as reações em cadeia das associações de ideias cosmoéticas”. Disponível em: <<http://67.223.248.71/tertulialib/Verbetes/Sincronicidade>> acessado em: 05/07/2016

Desta forma, podemos compreender que nas décadas adjacentes o cinema seria utilizado pelo Estado como máquina manipuladora da opinião pública; um exemplo deste uso pode ser encontrado/verificado nos governos de Adolf Hitler, Benito Mussolini e Josef Stalin, governos europeus de origem autoritária e violenta. Nas Américas, os EUA também utilizou deste método com “*American way of life (jeito ou estilo americano de vida)*” para exportar a sua cultura e para difundir a sua hegemonia.

“[...] os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar dele e pô-lo a seu serviço: em relação a isso, as diferenças se situam ao nível da tomada de consciência e não ao nível das ideologias, pois tanto no Ocidente como no Leste os dirigentes tiveram a mesma atitude [...]” (FERRO, 2010: 16).

Sendo assim, inferimos que várias autoridades (cineasta, diretor, historiadores, psicólogos, sociólogos, dentre outras categorias) buscaram modificar o cinema de modo a mostrar suas versões dos acontecimentos, dos fatos, procurando ilustrar a forma do acontecimento ou do que poderia ter sido.

Os filmes de uma forma geral podem ser considerados como um veículo de comunicação e entretenimento que possui uma intenção no campo da política, da ideologia e do social-cultural. Além disso, normalmente os filmes desejam criticar ou enaltecer alguma situação, retratar algum acontecimento histórico ou apenas fazem uma história fictícia. Portanto, é a partir do ponto de vista do seu idealizador que a sua produção deve passar uma verossimilhança para seus espectadores, aproximando-o o máximo possível da realidade e para isso, são utilizados efeitos especiais, cenário característico do período retratado, figurinos específicos, dentre outros apetrechos.

Na primeira parte da pesquisa, em curso, procuramos evidenciar a historiografia, bem como alguns historiadores interpelam o cinema como documento historiográfico. Na segunda parte iremos fazer uma apresentação dos livros didáticos que utilizaremos para averiguar quais são os filmes da Guerra de Canudos mais recorrentes que aparecem com frequência nos livros didáticos.

A QUESTÃO DO CINEMA NOS LIVROS DIDÁTICOS ENQUANTO RECURSO METODOLÓGICO

É muito comum os professores usarem filmes para iniciar um debate ou para refletir algum tema histórico. Ao analisarmos a questão dos filmes como recursos metodológicos percebemos que ao longo da história do cinema sempre tivemos historiadores defendendo essa ferramenta em sala de aula. Aqui no Brasil, por exemplo, quando aventou-se a possibilidade de usar filmes nas escolas os historiadores Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho preocuparam-se em orientar os professores quanto ao uso do cinema em sala de aula” (PEREIRA e SILVA, 2014: 320).

Segundo Eduardo Morettin a partir dos anos 70, “o cinema, elevado à categoria de “novo objeto”, é definitivamente incorporado ao fazer histórico dentro dos domínios da chamada História Nova. Um dos grandes responsáveis por essa incorporação foi o historiador francês Marc Ferro” (MORETTIN, 2003: 12).

Cabe ainda mencionarmos que o emprego da cinematografia em sala de aula foram modificados ao longo do tempo e aqui no Brasil foram institucionalizados através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – História (PCNs), publicados em 1998. Com base no art. 210 da Constituição Federal, os PCNs teriam a prerrogativa de fixar “conteúdos mínimos” com a finalidade de “assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos” (PEREIRA e SILVA, 2014: 323). Desta forma, percebe-se que o cinema, tornasse um aporte teórico e metodológico dos professores. Ou seja, percebe-se a valorização do uso de “diferentes fontes na consecução dos objetivos do ensino de História” (PEREIRA e SILVA, 2014: 323). Por este Caminho, os PCNs apontam o cinema como uma importante fonte, e a citação abaixo deixa isso claro:

“No caso do trabalho didático com filmes que abordam temas históricos é comum a preocupação do professor em verificar se a reconstituição das vestimentas é ou não precisa, se os cenários são ou não fiéis, se os diálogos são ou não autênticos. Um filme abordando temas históricos ou de ficção pode ser trabalhado como documento, se o professor tiver a consciência de que as informações extraídas estão mais diretamente ligadas à época em que a película foi produzida do que à época que retrata. É preciso antes de tudo ter em mente que a fita está impregnada de valores, compreensões, visões de mundo, tentativas de explicação, de reconstituição, de recriação, de criação livre e artística, de inserção de cenários históricos construídos intencionalmente ou não por seus autores, diretores, produtores, pesquisadores, cenógrafos, etc. [...] Todo o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentido e verdades plurais. São valiosas as situações em que os alunos podem estudar a história do cinema, a invenção e a história da técnica, como acontecia e acontece a aceitação do filme, as campanhas de divulgação, o filme como mercadoria, os diferentes estilos criados na história do cinema, a construção e recriação das estéticas cinematográficas etc” (BRASIL, 1998: 88-89).

Essa passagem, os PCNs destacam alguns métodos, meios que cada professor poderá utilizar para usar as películas fílmicas em suas aulas. Neste trecho também fica evidente que os PCNs legitimam o cinema como uma fonte histórica.

ANÁLISE DOS FILMES DA GUERRA DE CANUDOS:

Elegemos nove livros para compreender quais eram os filmes da Guerra de Canudos que apareciam nos livros didáticos como fontes sobre o tema:

- MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. SP, moderna, 1997;
- PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. História & vida volume 3. SP: editora Ática, 1997;
- FARIA, Ricardo de Moura. História & Companhia. Virgílio Velozo; cartografia – Belo Horizonte, MG. Ed. Lê, 1998;
- SCHMIDT, Mario Furluy. “Nova História Crítica”. Para alunos de 5ª a 8ª séries. São Paulo, Editora Nova Geração, 1999;
- RODRIGUES, Joelza Ester. História em documento: imagem e texto. São Paulo, FTD, 2000.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. "Brasil: História e sociedade". São Paulo: Ática, 2000. p. 274.
- PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. “História e Vida Integrada”, 7ª serie, São Paulo, Editora Ática, 2001;
- SCHMIDT, Mario Furluy. “Nova História Crítica”. Volume único, São Paulo, Editora Nova Geração, 2002;
- BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar história: das origens do homem à era digital. 9º ano, SP: Moderna, 2011;
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo e SERIACOPI, Reinaldo. “História em Movimento: do Século XIX aos Dias de Hoje”, Volume 3, São Paulo: Editora Ática, 2013;
- APOLINÁRIO, Maria Raquel. “Projeto Araribá - História”, 9º ano, SP: Ed. Moderna, 2014;

Para o presente artigo, escolhemos onze livros didáticos de diferentes editoras que estavam voltados para o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Esses livros abarcam os PNLDs de 1997 á 2014 perfazendo um total de seis

avaliações diferentes. Para responder as nossas questões, separamos os livros que não contém nenhuma especificação ou apontamento de filmes sobre a Guerra de Canudos e aos que tem uma mínima indicação de alguma película fílmica.

Nos livros de Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota, Nelson Piletti e Claudino Piletti, Ricardo de Moura Faria, Mario Furluy Schmidt, e Joelza Ester Rodrigues, a história da Guerra de Canudos é narrada, Alguns contém mais páginas que outros, no entanto nenhum deles mencionam algum filme que retrate o Arraia de Belo Monte, nem no corpo do texto, nem como sugestão, atividade extras.

Por conta disso, entendemos que mesmo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) estimularem a utilização de “*documentação variada, como sítios arqueológicos, edificações, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes*” (BRASIL, 1998: 77). O intuito é proporcionar aos alunos uma ferramenta/mecanismo para a compreensão de que eles fazem parte de um passado que se reflete no presente e, assim, capacitá-lo a desenvolver a consciência de pertencer a uma cultura e a uma sociedade.

É pertinente ainda observarmos que alguns professores não consegue trabalhar os filmes em sala de aula porque não consegue compreender/perceber que o mesmo é um “recorte da realidade” ou “uma mera ficção”, bem como, assimilar os elementos constitutivos da linguagem cinematográfica, as representações visuais, os diálogos, os sons, etc. para elaborar várias hipóteses que direciona para a compreensão do próprio filme, por exemplo: quais conflitos são narrados? Quais são as imagens que os diretores usam para representar as suas hipóteses? Como os heróis são colocados nas cenas? Existe alguma denúncia implícita ou explícita nas cenas? Como é abordada a temporalidade nos filmes? Como o filme relaciona o passado/presente/futuro? (FONSECA, 2016: 61). Essas perguntas ajudam a direcionar a concepção dos alunos na compreensão dos filmes.

FORMAS COMO O CINEMA COMPARECE NOS LIVROS DIDÁTICOS

Francisco M. P. Teixeira, Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi, Maria Raquel Apolinário, apresentaram, nos seus livros didáticos, filmes que retratam a Guerra de Canudos. O primeiro livro em que encontramos a menção de filmes foi do autor Francisco Teixeira. Após apresentar a narrativa da guerra insere a clássica foto do fim do conflito, de

Flávio de Barros, retratando o contingente de pessoas que sobra após a luta sangrenta entre conselheiristas e o exército. Ao mesmo tempo Teixeira colocar um quadro intitulado: “*História e Cinema*” indicando três filmes diferentes: “*Guerra de Canudos*”, de Sérgio Rezende, 1997; “*O cangaceiro*”, de Lima Barreto, 1953 e “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, de Glauber Rocha 1964. Após esses apontamentos o autor usa mais dois quadros para explicar a história de Antonio Conselheiro. O segundo livro é de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi que refletem sobre os desdobramentos dos “movimentos messiânicos”. Canudos seria um desses movimentos. No meio de sua narração da história, os autores indicam filme: “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*”. O terceiro Livro é de Maria Apolinário que retrata/expõe a Belo Monte com textos, fotos do fotógrafo de Guerra, Flávio de Barros, e até um pequeno mapa que indicaria onde ficaria Canudos. Do lado direito da página quase chegando no seu fim tem um quadrinho escrito: sugestão de filme – “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*”.

Nos três livros analisados um filme foi o mais divulgado: “*Guerra de Canudos, de Sergio Resende, 1997*”. Por este motivo se faz necessário apresentá-lo para compreender essa referencialidade.

“A sua ficha catalográfica: Ficção, 170 min. 1997, Brasil; Direção e Roteiro: Sérgio Rezende; Elenco: Cláudia Abreu, José Wilker, Paulo Betti, Marieta Severo, Selton Mello, Roberto Bomtempo, Tônico Pereira. Locações: Junco do Salitre (Juazeiro - BA) Produção: Morena Filmes/Mariza Leão. Sinopse: “Guerra de Canudos (1896/97): conflito entre as tropas federais e os sertanejos, seguidores do líder religioso Antônio Conselheiro. É nesse contexto, que aparece a história de uma família, seguidora de Conselheiro. Pais e irmãos seguem sua peregrinação, mas Luiza, a filha mais velha, se recusa a continuar. A família segue seu destino até Belo Monte, região de Canudos, onde junto com os demais fiéis de Conselheiro, tentam resistir aos vários ataques dos soldados que desejam acabar com Canudos, que não se rende. O grupo de fiéis encontra força no ideal que defende.” (Adoro Cinema, 10/07/2017).

CONCLUSÃO

Quando iniciamos esta pesquisa sobre a ideia/pensamento dos filmes nos livros didáticos, entendemos que o nosso objeto (os filmes da guerra de Canudos) representam uma forma teórica metodológica diferenciada de compreensão deste tema. Para além da arte cinematográfica que trouxe a existência, o cinema não era somente uma tela em movimento com paisagens e pessoas circulando era algo que no século XX e XXI seria febre entre os

adolescentes, bem como, renderia bilhões de dinheiro quando a película ganha as maiores bilheterias do mundo.

Percebemos que nas três coleções que apresentamos os filmes são retratados por intermédio de boxes, quadros, sugestões nos quais se apresentam algumas películas dos temas abordados na unidade. Buscamos aqui apontar, por meio da análise dos livros didáticos de ensino de História, quais os filmes sobre a Guerra de Canudos teriam a maior recorrência nos livros.

Cabe ainda destacar que alguns livros didáticos que utilizamos acompanham as indicações dos PCNs e utilizam as películas para refletir/pensar as construções sociais que aconteceram ao longo do tempo, no entanto, a grande maioria das editoras não seguem estas recomendações. Saber compreender o filme analisado em sala de aula contribui para que os alunos treinem seu olhar para futuras exhibições de filmes em casa ou no cinema. Este prepara é importante para ampliação dos conhecimentos dos alunos dentro e fora dos muros da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRO, Marc. “Cinema e História”. Tradução Flávia Nascimento – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FERRO, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. “História: novos objetos”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FONSECA, Vitória Azevedo Da. FILMES NO ENSINO DE HISTÓRIA NA VISÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS: “USE COM MODERAÇÃO”. REVISTA LABIRINTO ANO XVI Volume 24 Número 2 (JAN-JUN) 2016 PP. 57-70.

HORCADES, Alvim Martins. Descrição de uma viagem a Canudos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia”. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KORNIS, MÔNICA ALMEIDA. “História e Cinema: um debate metodológico”. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/1940-3419-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/1940-3419-1-PB%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016.

LERA, Josep María Caparrós e ROSA, Cristina Souza da Rosa. O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de história. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 189-210, jul. / out. 2013.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

ODIN, Roger. “Filme documentário, leitura documentarizante”. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/71238-95273-1-SM%20(1).pdf)> acessado em: 30/05/2016.

QUEIROZ, Teresinha. “Cinema, invenção do diabo?”. In: BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. “História, Cinema e Outras Imagens Juvenis”. Teresina: EDUFPI, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. “O Jogo das Vitrines”. In: RAMOS, F. R. L., “A Danação do Objeto – O Museu do Ensino de História”. Chapecó: Argos, 1ª reimpressão – 2008.

ROSENSTONE, Robert A. “A história nos filmes, os filmes na história”. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Folhetos de cordel e ensino de História

Rejane Rosa do Amaral Monteiro
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que ensinar é uma arte, pode-se observar que, na sociedade atual, existe uma diversidade de ferramentas ou recursos didáticos disponíveis. Uma variedade de linguagens como o cinema, a TV, a fotografia, a música, os jornais, revistas e todo tipo de literatura em prosa e verso. Desse modo, essa pesquisa, fazendo uma reflexão sobre o ensino de História, pretende abordar o uso da literatura de cordel nessa área, como um caminho possível para a construção do conhecimento histórico escolar.

O cordel, que através de sua narrativa conta os acontecimentos de um dado período e de um dado lugar, se transforma em memória, documento e registro da história brasileira. Tais acontecimentos recordados e reportados pelo cordelista, que além de autor, se coloca como conselheiro do povo e historiador popular, dão origem a uma crônica de sua época. (GRILLO, 2003: 117)

A literatura de cordel como fonte histórica, considerando as suas próprias peculiaridades, permite justamente pensar as diversidades das práticas culturais, os significados que os grupos sociais dão ao seu cotidiano. Ao lado disso, o próprio texto do cordel, devido ao seu caráter de poesia rimada e de fácil entendimento, pode se apresentar como um ponto de partida para que muitas crianças, adolescentes e jovens tenham mais contato com a leitura e com a escrita, problemas sempre abordados por professores, tanto do ensino Fundamental como do Médio, quando se trata de apontar dificuldades para o ensino de História.

A possibilidade de utilização do folheto de cordel como ferramenta no ensino de História escolar, embora pareça simples, para um leitor mais atento caberiam algumas questões: Qual a narrativa encontrada nos folhetos? Como essa narrativa histórica se relaciona com aquela produzida pela cultura escolar? Além dessas, muitas outras perguntas podem ser feitas. Mas, as elencadas constituem a linha de discussão desse texto introdutório. Para o brasileiro norte-americano Mark Curram,

Aquela literatura, então pouco privilegiada e de fato humilde, narra a história do Brasil tão bem quanto os livros de História, os romances, a poesia, as peças dramáticas, e que as ilustrações de capa dos folhetos são tão reveladoras quanto a arte..., um retrato de um povo, de uma maneira de viver, de um país e de sua visão dos eventos da época. (CURRAN, 2009: 12)

Os folhetos de cordel são um recurso interdisciplinar. Nesse sentido, os “folhetos de acontecido” ou “folhetos de época” são os mais instigantes para os professores de História. Maria Grillo aponta que “inúmeros são os eventos do século XX contidos nos folhetos que relatam o cotidiano da nossa História e nos quais são dadas representações diversas das contidas nos livros didáticos.” (GRILLO, 2006: 83). Já Mark Curran assinala que “os poemas de acontecido do cordel existem como crônica poética popular, de fato, documentando uma história popular que engloba cem anos da realidade brasileira.” (CURRAN, 2001: 27).

Há mais de cem anos os cordelistas escrevem histórias no Brasil. Não, é claro, do tipo que o historiador escreve, pois, os poetas não têm preocupação, via de regra, com um método histórico de pesquisa, em que nele estejam esboçados os procedimentos de análises das fontes, a elaboração do objeto de pesquisa e as hipóteses que justifiquem seus procedimentos. O discurso que emerge do folheto tem a pretensão de validade histórica, à medida que a “trama” e o “conflito” – tão comuns na ficção – ganham significado na descrição de acontecimentos e fatos históricos, na narrativa das ações de personagens de notoriedade na história, na análise da conjuntura política e no relato pormenorizado do cotidiano. Essas histórias nos possibilitam saber a perspectiva de quem não estava no centro do poder político, de quem não figurava entre as elites de intelectuais da literatura nacional, de quem fora testemunha ocular ou o próprio sujeito da omissão do Estado ou do seu autoritarismo, das intempéries da natureza, da violência nos grandes centros urbanos ou no campo, dos desmandos dos poderosos contra os desvalidos. Nesse sentido, o cordel se configura como uma narrativa “paralela” àquelas oficiais dos livros de história, mas também como um “testemunho” dos sujeitos que vivenciaram e experienciaram à sua maneira os processos históricos, portanto, se configura também como fonte histórica.

Essa discussão é relevante para o ensino de história ao menos por dois motivos: primeiro porque a história como disciplina escolar é eminentemente narrativa. Se considerarmos o ofício do professor de história, a narrativa, nas suas mais variadas formas, permeia praticamente todas as etapas no processo de ensino. A aula de história é um texto,

não necessariamente escrito, é uma narrativa ou uma combinação de narrativas. Percebe-se a predominância da verbalização sobre a escrita; em segundo lugar, o professor seleciona narrativas como prática frequente no seu cotidiano de trabalho, seja do livro didático ou de materiais que emprega como recursos (filme, livro, música etc.), e, por vezes, cria, separa, combina narrativas de diversos tipos para explicar um conteúdo.

Mediante estudo de experiências iniciais em sala de aula, é possível perceber também, que o cordel, por meio de sua musicalidade e forma lúdica, chama bastante a atenção dos alunos, conseguindo por algumas vezes facilitar a interação entre aluno e professor, conseqüentemente podendo servir como um meio de aproximação entre docentes e discentes.

Para essa pesquisa, o referencial teórico utilizado para discussão sobre o saber escolar e o ensino de História foram os estudos de Ana Maria Monteiro. No que se refere ao uso do cordel no cotidiano escolar, serão verificados os apontamentos de Ana Cristina Marinho e Hélder Pinheiro. Para a discussão sobre Literatura e História, serão verificados os estudos de Sandra Pesavento. Nas questões sobre memória coletiva, Maurice Halbwachs. Para reflexões sobre a didática da história teremos como referência os teóricos Jörn Rusen e Luis Fernando Cerri, principalmente no tocante ao ensino de história pautado na prática.

Em seus estudos, Monteiro (2007), aborda o ensino de História enquanto “lugar”. Lugar de produção e transmissão de saberes, lugar de fronteira entre História e Educação, de convergência com outros múltiplos saberes. Essa discussão referente ao ensino de história é instigante, pois

nos desafia permanentemente ao dever de vigilância ética, política e epistemológica ao atuar entre a necessidade de ensinar saberes referentes ao passado, ao mesmo tempo em que se contribui para desenvolver o pensamento e a reflexão crítica dos alunos, cidadãos atuantes na sociedade em que vivem; ‘lugar de memória’, na perspectiva que possibilita relacionar o vivido (memórias espontâneas) com o ensinado/aprendido (saberes curricularizados, saberes ensinados, saberes aprendidos), rever saberes e compreensões que os tornam próprios e particulares, plenos de um saber do mundo na construção de conhecimentos de uso cotidiano, de memórias. Relação estrutural que gera conflitos, resistências, negações. Relação que põe em confronto diferentes culturas, visões de mundo. (MONTEIRO, 2007: 3)

Ainda de acordo com a autora, embora tenhamos currículos movidos por intenções oficiais, que prescrevem conteúdos à serem ensinados, o que efetivamente é aprendido nunca é literalmente o intencionado. Isso porque a transmissão se dá em um contexto cultural de significação ativa dos materiais recebidos. Essa significação, além de envolver os alunos,

envolve também os professores que, ao prepararem suas aulas, elaboram e reelaboram os conteúdos prescritos em novas construções, tornando aqueles saberes possíveis de serem ensinados e apreendidos. Discute-se então, o ensino de História como “lugar de fronteira”.

Fronteira no sentido de ‘border’, lugar de marcação de diferenças, mas que também permite o encontro, as trocas; zona híbrida onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias, zona de imensas possibilidades de criação cultural. (CERTEAU, 2000, apud MONTEIRO, 2007: 9)

Nesse sentido, Monteiro (2007) discute a relação entre História, Educação e Memória, destacando que o ensino de história contribui de forma importante para construção e reconstrução do conhecimento.

O professor seleciona narrativas como prática frequente no seu cotidiano de trabalho, seja do livro didático ou de materiais que emprega como recursos paradidáticos. Monteiro afirma ainda que:

nossos alunos, ao chegarem à escola são portadores de saberes, referências construídas nos grupos familiares que cultivam suas memórias: sejam memórias de trabalhadores, migrantes nordestinos, desempregados, de lutas e combates diários pela sobrevivência, de referências étnicas, religiosas que oferecem explicações do mundo e de seu devir (MONTEIRO, 2007: 12)

Esses saberes, carregados de memórias individuais e coletivas, não devem ser negligenciados. No processo historiográfico, memória, Literatura e História se inter cruzam na busca pela compreensão do social.

NARRATIVAS HISTÓRICAS E LITERÁRIAS

No que diz respeito às possíveis relações entre a História e a Literatura no decorrer do século XX, Pesavento (2003) enfatiza que ambas se colocavam a serviço de uma causa, que define assim o seu valor e positividade. Segundo a autora:

Hoje, são outras as questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem *o mundo como texto*. (PESAVENTO, 2003: 32)

Dessa forma, verificamos que essas áreas do conhecimento estão mais próximas do que nunca, pois “História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a

realidade e de lhe atribuir/desvelar sentidos” (PESAVENTO, 2003: 32). Nessa perspectiva, a autora ressalta que:

[...] à concepção de que a História, tal como a Literatura, é uma narrativa que constrói um enredo e desvenda uma trama. A História é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo. (PESAVENTO, 2003: 33)

Portanto, a partir dessa ideia, a História como construção de uma narrativa sobre o passado está ligada ao conceito de representação, e tanto a História, quanto a Literatura teriam o seu lugar, como formas ou modalidades discursivas que tem sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transfigurá-lo.

Ainda como desdobramento desta compreensão da História que a aproxima da Literatura, temos o entendimento de que ambas as narrativas realizam a configuração de um tempo. Seja este o que se passou, no caso da História, ou que poderia ter se passado, mas que realmente se passa, para a voz narrativa da Literatura, este tempo se constrói como uma nova temporalidade, nem presente nem passado, mas que ocupa o lugar do passado e, no caso da História, a ele se substitui. É este presente da escrita que inventa um passado ou constrói um futuro, para melhor explicar-se. Nesta medida, o momento da feitura do texto torna-se essencial para o entendimento das ações narradas, sejam elas acontecidas ou não. (PESAVENTO, 2003: 33)

Ao que se refere aos distanciamentos existentes entre a Literatura e a História, uma primeira questão levantada relaciona-se ao fato de que há uma distinção no que diz respeito aos compromissos de cada narrativa com a realidade, posto que a história, nesse sentido, estaria preocupada com uma busca incessante pela verdade dos fatos. No entanto, mesmo que já por volta do século XIX, essa perspectiva de abordagem da história já comece a receber críticas, é com a chamada “crise dos paradigmas”, na década de 1970, que essas críticas já anteriormente feitas por parte de alguns, passam a ganhar força, ocorrendo a partir daí uma maior aproximação entre História e Literatura, inclusive passando esta última a ser fonte e objeto de pesquisas historiográficas.

Conforme Pesavento, que segue em uma linha de pensamento semelhante à de Paul Veyne e Michel de Certeau, uma diferença entre a literatura e a história está pautada na ideia de que a história recria seu mundo através do texto a partir de algo que realmente aconteceu, uma espécie de “romance verdadeiro”, “fabricação do passado”, “narrativa do que aconteceu” (VEYNE, 1971, CERTEAU, 1975 apud PESAVENTO, 2003: 35). Nesse sentido:

as estratégias ficcionais do historiador estariam presentes na escolha, seleção e rejeição de materiais, organização de um enredo, escolha e uso de palavras e metáforas, desvendamento de sentidos implícitos. Mas, sem sombra de dúvida, o exercício ficcional de escrita da História encontra limites, se formos considerá-lo com relação àquele que preside a escrita da Literatura. Estes limites se dão, por um lado, pela exigência deste acontecido, ou de que os personagens e fatos sejam reais. (PESAVENTO, 2003: 35)

De acordo com Sarlo (2007), o historiador, embora tenha a intenção de relatar o passado, o faz sob a luz das inquietações do presente. A irrupção do passado no presente só pode ser compreendida devido à linguagem. Ela é mobilizada através da palavra organizada em discurso, nesse caso, organizada em procedimentos de narrativa. Os acontecimentos do passado são repletos de discontinuidades, de informações desconhecidas, ou que não são consideradas importantes no momento da construção do discurso historiográfico. A organização das histórias em uma narrativa histórica tem o intuito de amenizar essas lacunas, evidenciando as continuidades e viabilizando a interpretação.

CORDEL E MEMÓRIA COLETIVA

A memória é uma das mais importantes características do ser humano. Está tanto na constituição do indivíduo quanto na base da civilização, de maneira que é possível identificá-la nas lembranças pessoais, na oralidade, nos lugares, nas comemorações, nos documentos e monumentos. O termo memória nos remete à tradição de um determinado povo, uma reconstrução dos momentos históricos e interpretação que se tem dos mesmos.

Trataremos nessa pesquisa de algumas questões referentes à memória coletiva, que para Halbwachs (2006) tem função de formar a identidade de um grupo social, visto que ela representa a projeção do passado de determinado povo. Para esse autor,

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006: 30).

Assim, podemos entender a memória como um processo de construção da formação da identidade e do imaginário, através das representações e reproduções coletivas. Em sua tese, Halbwachs (1994) ressalta que, quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos

ter, sejam elas resultados de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. “Nós não temos memórias individuais, porque na realidade nós nunca somos seres solitários” (HALBWACHS, 1968: 2-3, apud SANTOS, 2003: 70). Portanto, a memória individual não é possível sem palavras e ideias vindas da coletividade.

A memória de cada sujeito está ligada de forma inerente à memória dos que convivem com ele, mostrando associações entre a memória pessoal e a memória do grupo, fazendo com que a memória individual se transforme em coletiva. Já para o teórico Le Goff (1990),

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990: 368)

Dessa forma, entende-se que a memória é conduta da recordação de fatos vivenciados pela sociedade, transmitindo, para o futuro, os valores ou experiências que resultam na consolidação de um grupo. Ela é reconhecida como um instrumento de poder, permanece no grupo e fundamenta sua identidade. Na literatura de cordel, objeto dessa pesquisa, o cordelista registra sentimentos, assuntos ligados à política, problemas sociais, fatos cotidianos e históricos. Os versos divertem, traçam a identidade de seu povo e testemunham a história. Assim, podemos entender a literatura de cordel como um artefato cultural que é fonte de memória.

O cordel expressa a realidade, não só daqueles que o produz, mas também do público leitor. Na verdade, um dos fatores que mais enriquecem esses registros é a reprodução que diversas vezes se faz de elementos regionais, sejam no contexto político ou de ênfase das características culturais do Nordeste. Há uma capacidade de aproximar as pessoas do tema tratado, contribuindo para uma maior interação entre o leitor e o texto, onde aquele que lê, consegue, ao mesmo tempo, enxergar-se em meio às cenas de seca no sertão, do descaso dos políticos com os problemas da população, do esquecimento de muitas pessoas da riqueza cultural nordestina.

O cordelista é geralmente um cronista de tempos passados e presente. Passeia pelos dias do descobrimento, aborda a questão da escravidão, vai até Canudos, descreve o

movimento do Cangaço, vê perplexo as mazelas da seca, acompanha o movimento que reverencia o Padre Cícero, presencia as grandes manifestações nas ruas. O cordelista acompanha as calamidades públicas, fatos de grande comoção popular e acaba compondo um extenso material de interesse histórico.

O cordel ainda é considerado uma arte dos menos favorecidos, pobres e analfabetos. Uma obra espontânea do povo, vinda da tradição oral e, principalmente, uma obra da coletividade. As temáticas em seus folhetos expressam o cotidiano de uma população permeado entre o real e o imaginário. Em suas páginas são transcritas vivências atreladas ao contexto histórico-social. Esse registro da cultura popular revela, através de sua linguagem, a produção de conhecimento de mundo, suas visões do passado, do presente, as relações críticas com a época em questão e o desenvolvimento da vida em sociedade, perfazendo um conhecimento da produção cultural da humanidade. Dessa forma, o cordel como suporte de relatos vivenciados é um construto social oriundo da memória coletiva.

A utilização do cordel no ambiente escolar, significa valorizar e trazer para o ambiente escolar uma produção de conhecimento baseada na realidade do aluno, do professor, uma história onde aqueles que a estudam e procuram conhecê-la, também se sintam participantes da sua construção.

A predileção pelo cordel foi mesmo uma escolha pessoal, mas embasada em algumas perspectivas que considerei decisivas. À parte as minhas experiências com o cordel, catalogando e divulgando para os usuários de uma biblioteca, essa literatura tem feito parte do “imaginário coletivo” e tem lugar de destaque em muitas pesquisas acadêmicas das mais diversas áreas do conhecimento. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) declarou o cordel como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro no mês de setembro de 2018, isso por si só denota a posição da literatura de cordel no âmbito cultural.

A CORDELTECA DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

As ações culturais existentes em bibliotecas universitárias possibilitam que as bibliotecas cumpram a sua missão como instituições democráticas e sociais, provedoras de ações educativas em prol da leitura e de atitudes voltadas para práticas educacionais. De acordo com Milanesi (2002), ao permitir que haja um novo diálogo entre o acervo e o usuário

por meio das atividades relacionadas às artes, as ações culturais transformam as bibliotecas em espaços de convivência.

Na biblioteca da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro funciona a cordelteca Gonçalo Ferreira da Silva. Fundada em 2007, ela recebeu o nome de seu patrono, o presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Incansável na divulgação do Cordel em nosso Estado, foi ele quem doou grande parte dos folhetos e está sempre presente nos eventos que a Cordelteca promove.

O espaço funciona e é dinamizado através do projeto de extensão Leitura na Cordelteca da FFP. Coordenado pela professora Maria Isaura Rodrigues Pinto²¹, o projeto tem duas vertentes de atuação. A primeira diz respeito a atividade *Folhetos andarilhos*, onde os folhetos de cordel são levados para as escolas públicas gonçalenses, e a segunda, refere-se ao *Folheto aberto: cordel em cena*, atividade realizada dentro da própria Faculdade. O trabalho de leitura desenvolvido, atuando dentro do encaminhamento lúdico e intertextual que o próprio gênero cordel suscita, favorece o diálogo acadêmico entre alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

A cordelteca possui cerca de 2.000 folhetos de cordel, livros e reportagens sobre o tema. Tem como principal objetivo levar a Literatura de Cordel ao município de São Gonçalo e cidades adjacentes, e assim incentivar estudos e práticas pedagógicas e artísticas referentes à cultura popular brasileira.

As atividades do projeto, certamente contribuem para direcionar o nosso olhar sobre a coleção da cordelteca, de forma a compreender sua importância como um instrumento incentivador da prática de leitura e artefato cultural a ser utilizada na área de ensino.

O trabalho com o cordel para a formação histórica dos alunos é importante no sentido de demonstrar uma forma de interpretar o mundo, o diferente e a si mesmo, ao mesmo tempo a vinculação entre o saber e a ação. Pois, o conhecimento histórico sendo capaz de formar subjetividades, ou seja, identidades é também capaz de orientar os indivíduos no tempo, fazendo com que ajam intencionalmente.

Nesse processo de formação de consciência é importante definir a relação entre experiência, interpretação da experiência e orientação no tempo presente, sendo que:

²¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Prof.^a Dra. Associada do Dep. Letras da FFP).

A experiência é o aumento dos saberes sobre o que foi o caso no passado, para isso a consciência deve abrir-se a novas experiências. Por outro lado, o olhar histórico formado, voltado para a alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para a especificidade de seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas. (RÜSEN, 2007: 113)

A apropriação dos folhetos de cordel pelo ensino de história torna possível o entendimento de vários acontecimentos. A partir da demonstração de uma constituição histórica de sentido tradicional, de uma experiência interpretativa e subjetiva e por sua vez de uma constituição crítica de sentido na orientação do agir. Sendo assim, a formação histórica pelo viés do saber e da ação trabalha a experiência, a interpretação da experiência e a orientação no tempo presente. A criança e o jovem como protagonista no processo histórico, “o sujeito afirma a si próprio ao aprender, firma a dimensão temporal de sua própria identidade e assenhoreia-se de si, de seu tempo.” (RÜSEN, 2010: 107- 108)

A partir desse contexto podemos ressaltar o papel e a importância da Didática da história para o aprendizado histórico. Ousamos afirmar, como Rüsen (2016), que a aprendizagem histórica é um processo mental que se fundamenta na mobilização de quatro diferentes capacidades que estão sistematicamente inter-relacionadas e são interdependentes: a capacidade de vivenciar a experiência histórica; a capacidade de interpretação da experiência histórica; a capacidade de usar a experiência histórica interpretada (conhecimento histórico) para orientar a sua própria vida no quadro de uma ideia corroborada empiricamente no decurso do tempo das vidas humanas

As competências necessárias são apreendidas para orientar a sua própria vida através da consciência histórica que foi previamente dada pela cultura histórica da sociedade onde o indivíduo está inserido. Dessa maneira, podemos concluir que a intenção central da didática da história é ser competente na orientação histórica e na capacidade de partilhar os discursos públicos na cultura histórica das sociedades. Um aprendizado histórico que torne a História ‘viva’, ou seja, um modo consciente de recuperação do passado na orientação da vida prática. Percebe-se que na Literatura de cordel, o cordelista é porta-voz de uma consciência histórica que é expressa na narrativa e que está relacionada imediatamente com a vida das pessoas.

Seguindo o modelo proposto por Rüsen, talvez a consciência histórica latente na narrativa se configure como “exemplar”, pois nela o indivíduo pretende explicar o seu mundo

através de exemplos do passado, de referências sobre situações que experienciou, não tentando inserir o passado no presente, mas explicar o presente pelo passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de história através da utilização e investigação de uma fonte como os folhetos de cordel é capaz de produzir um olhar mais amplo do tempo. Ao analisarmos o discurso do cordelista expresso na narrativa, fica claro que ele se utiliza da experiência (dele ou coletiva) para afirmar sua posição. Verifica-se que é possível trabalhar com as três dimensões - passado, presente e futuro. Ao valorizar uma experiência, uma consciência, interpretá-la no tempo presente e orientar a ação de jovens através da criação de narrativas do seu próprio tempo, podemos perceber um processo de relativização entre o presente e a história inserida nele e o contraste com outras histórias. Essa relativização histórica é importante porque dilui as naturalidades que caracterizam as orientações do agir. A função contemporânea do ensino de história deve ser a de ensinar e permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, os diferentes saberes, de entender a temporalidade e a vida humana. Dessa maneira, a história deve servir para o aprendizado da alteridade, para compreender outras formas de existir, outras formas de se manifestar e de ser humano. Implica a compreensão de outros valores e costumes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Histórias de cordéis e folhetos. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

CERRI, Luis Fernando. Ensino da história: fronteiras interdisciplinares, avanços e problemas. Cad. História, v. 12/13, n. 1, p. 7-21, 2005.

_____. Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 138p.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CURRAN, Mark. História do Brasil em cordel. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009. 283p.

GALVÃO, A.M.O. Cordel: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GRILLO, Maria. História em verso e reverso. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 13, outubro de 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Rio de Janeiro: Vértice, 1990
_____. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Albin Michel, 1994.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, UNICAMP, 2003.

LIMA, Arievaldo Viana. Acorda cordel na sala de aula: a literatura popular como ferramenta auxiliar na Educação. Fortaleza: Tupynanquim, 2006. 111p.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. O Cordel no Cotidiano Escolar. São Paulo: Cortez, 2012.

MILANESI, Luís. Biblioteca. Cotia. Ateliê, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de história: entre memória e história. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). História e Educação: territórios em convergência. Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2019.

_____; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15080/11518>. Acesso em 15 de maio de 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 107.

PINTO, Maria Isaura Rodrigues. O cordel do Brasil e o cordel de Portugal: possíveis diálogos. Soletas, 2009: 117-132.

RÜSEN, Jörn. A Razão histórica: a teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2010. 160p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2003. 208p.

MESA 03

Cultura e Representações

DEBATEDORES:

Joana Bahia (UERJ/FFP)

Adriana Facina (Museu Nacional/UFRJ)

A Nação e sua História em Exibição: a Exposição Nacional de História de 1881 e o seu catálogo

Alex da Costa Silva
Mestrando no PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

O tema de nossa pesquisa é a Exposição Nacional de História realizada em dezembro de 1881 no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e organizada por um grupo de letrados e intelectuais da corte no contexto histórico das exposições universais que aconteceram durante o século XIX. A exposição tinha como objetivo apresentar um inventário da História do Brasil e com isso produziu um documento histórico de grande relevância: o catálogo da Exposição Nacional de História.

Nossa pesquisa, em fase inicial, se debruça no exame das seguintes fontes: o *Catálogo da Exposição Nacional de História*, nossa fonte principal, o *Guia da Exposição do Brasil* e das edições dos periódicos da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio*. Cabe ressaltar que este elenco de fontes está presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Com estes documentos buscamos compreender como a exposição e a produção deste documento foi um importante elemento para a construção da história e da sua narrativa para a nacionalidade que se forjava no Brasil do século XIX.

Para Mariana Kazan, as Exposições Universais no século XIX devem ser consideradas no seu conjunto como um marco, um elemento, um rol de acontecimentos no período de consolidação da cultura de massas, da divisão internacional do trabalho, no início da produção em larga escala das “mercadorias-fetichê” eram a representação física e monumental da sociedade, da economia e da cultura burguesas que apoiavam e validaram com diversas iniciativas dentre elas, os discursos nacionalistas que também proliferam neste período (KAZAN, 2005).

Nesta perspectiva identificamos os discursos de modernidade e nacionalismo presentes nas Exposições Universais. Na modernidade presente no século XIX os sinais estavam perceptíveis na modernidade em vistas de ser modificada pela atuação mais célere na ação do homem na construção de fábricas com combustão a carvão, máquinas a vapor, a consolidação

da imprensa, da comunicação por telégrafos, à expansão das cidades aliado ao desenvolvimento urbano na lógica capitalista, a implementação da ligação das distâncias por linhas férreas nisto é presente a cristalização material e parcialmente econômica da modernidade.

Além desta concretização material, a modernidade vem na consolidação da organização das nações e a identidade deste evento o sentimento, os discursos e símbolos do nacionalismo que vai emergir concretamente a partir da década de 40 do século XIX. Estes movimentos nacionais vão propiciar mudanças políticas e geográficas importantes que vão configurar a economia, as relações entre os países e as mentalidades. Na economia a formação dos conglomerados financeiros, industriais e comerciais para além das fronteiras das nações vão mudar as relações do capital, do comércio e da consolidação das redes financeiras e das bolsas de valores é a consolidação do capitalismo financeiro que está na base da modernidade do século XIX.

A modernidade presente nas exposições universais trazia todo potencial do sistema fabril e seus benéficos, de maneira didática. Uma pedagogia visual que ao indicar naqueles espaços, nas Exposições Universais que toda ação humana estava inclinada para a realização de sonhos que visavam ter como primado o conhecimento tecnológico, onde as mercadorias tinham a marca do futuro, incorporadas do fetiche, da magia e do encanto que, na verdade, encobrem o que o modo de produção fabril causava na alienação do trabalho humano.

As Exposições Universais também buscavam traduzir e transmitir discursos de diálogo, cooperação, solidariedade, trocas intelectuais e promoção dos povos a partir das inovações científicas, teológicas e do primado da razão sobre a fé como elemento de conagração no mundo ocidental, ou melhor, dizendo na supremacia da Europa como modelo civilizacional diante das demais nações do mundo. Tudo que era exposto nesses eventos eram a concretização e afirmação de um modo e ethos de vida, a consolidação de uma política onde homens e máquinas estavam construindo o futuro e a modernidade de modo concreto e objetivo (DA SILVA COSTA, 2009: 99).

As Exposições Universais foram uma vitrine e arena privilegiadas do discurso nacionalista. Ali eram encenadas práticas e mentalidades, no século XIX, no contexto da formação das nacionalidades, das nações e suas políticas de expansão imperialistas na

consolidação do capitalismo financeiro e industrial. A definição de nação no século XIX foi interpretada e compreendida por intelectuais contemporâneos deste período.

No célebre e clássico texto sobre a definição das nações e do nacionalismo no século XIX, Ernest Renan interpreta e apresenta as nações como a resposta espontânea e da vontade das comunidades e sociedades com o objetivo de construir a vida comum para homens e mulheres que teriam um papel fundamental na obra de civilização, progresso e desenvolvimento. Para Renan, as nações surgem como resposta de um espírito sadio e de um chamamento moral de consciência (RENAN, 1997: 174-175).

Outro intelectual do século XIX e início do século XX, Otto Bauer indica que a nação é o reconhecimento de uma comunidade diante dos elementos estrangeiros e como eles se reconhecem, dialogam, atuam e interagem entre em si. Outro aspecto para Otto Bauer é o desenvolvimento educacional que se impôs no século XIX, como uma necessidade instrumental para o desenvolvimento das sociedades e dos cidadãos na concepção do capitalismo industrial que estava sendo implementado neste período (BAUER, in BALAKRISHNAN, 2000: 50, 60-61).

Ambos os autores, contemporâneos ao século XIX e, portanto, em algum momento e de algum modo tiveram contato direto ou indireto com as exposições universais, que aconteciam neste momento.

Destacamos também as críticas de intelectuais que assistiram o surgimento das Exposições Universais e estas críticas foram direcionadas a exploração da mão-de-obra do proletário que se consolidava a partir dos movimentos advindos das Revoluções de 1848, a primeira Exposição Universal denominada “The Great Exhibition” Ela aconteceu em Londres, em 1851, e foi duramente criticado Karl Marx e Friedrich Engels. Eles indicaram sua crítica acerca da realização das exposições e as associavam à exploração mais crescente advinda da consolidação do capitalismo e alienação do operariado agora consolidada por uma rede do capitalismo mundial que servia muito mais a hegemonia econômica e do que a verdadeira unidade das nações e dos povos (PLUM, 1979: 19-20). Marx e Engels afirmaram:

Está exposição é uma prova contundente do poder concentrado, com o qual a grande indústria moderna rompe as barreiras nacionais e confunde cada vez mais as peculiaridades locais da produção, as condições sociais, o caráter de cada povo em particular (MARX & ENGELS, apud PLUM, 1979: 20-21).

Em outro texto Karl Marx, crítica a primeira Exposição Universal denunciando-a como um espaço de exibicionismo burguês, da exploração dos trabalhadores e da perda dos ideais revolucionários de 1848:

“A prosperidade da indústria será ainda incrementada pela [...] grande exposição industrial de 1851. Já em 1849, quando todo o continente ainda sonhava com revoluções, foi a exposição convocada pela burguesia com o mais admirável sangue frio. Ela convoca todos os seus vassalos, da França à China, para um grande exame, no qual eles devem demonstrar de que maneira utilizaram o seu tempo. [...] esse grande congresso mundial de produtos e produtores tem um significado totalmente diferente de congressos absolutistas [...] ou de congressos europeus-democráticos que os diferentes governos provisórios não cessavam de organizar para a salvação do mundo. [...] esta exposição é uma prova gritante da violência concentrada com a qual a grande indústria moderna modifica por tudo as barreiras nacionais, apagando mais e mais as particularidades locais na produção, as relações sociais e o caráter de cada povo. [...] Com esta exposição, na Roma moderna, a burguesia mundial edifica o seu panteon, onde ela mostra, orgulhosamente satisfeita de si mesma, os deuses que ela se criou [...] a sua maior festa no momento onde a derrocada de todo o seu esplendor está próximo [...].” (MARX citado por PLUM, in PESAVENTO, 1997: 81-82).

Diante das críticas citadas acima, pelos intelectuais que assistiam o alvorecer destes eventos, estava a noção de progresso. Norberto Bobbio, para ele a define progresso como uma ideia e movimento que tem como tendência e finalidade gerar o bem estar e da felicidade como a evolução do homem e da humanidade.

Outra ideia veiculada, naquele momento, era a da cooperação entre homem e máquina. Neste sentido temos o primado da tecnologia e da ciência sobre a religião e a autonomia da natureza sobre o homem. As Exposições Universais consolidam os avanços técnicos e científicos, na indústria e na vida social e cotidiana das pessoas.

A esperança por uma organização "científica" da humanidade, e pelo controle científico de todos os fenômenos sociais tornou-se difundido. Ao mesmo tempo, os termos "progresso" e "civilização" vieram a tornarem-se sinônimos. A ideia de progresso era usada para legitimar a colonização, supostamente para difundir os benefícios da "civilização" por todo o mundo.

Era um direito dos países centrais no novo sistema capitalista e assumidamente burguês cumprir a missão de iluminar as regiões do orbe onde a barbárie marcas da violência social e o atraso econômico persistem naquele momento histórico. Nas exposições universais, do século XIX, o progresso era mais do que apenas um discurso, era a ordem de condução das

mentalidades, das nações e dos homens daquele tempo. O conceito de progresso também foi reformulado à luz do evolucionismo darwiniano. De fato, o caráter do progresso mudou consideravelmente. Essa reinterpretação reforçou o imperialismo ocidental: porque era "mais evoluída", a civilização do Ocidente também era necessariamente a melhor.

Assim a civilização Ocidental era o ponto alto da evolução social, política, tecnológica: era podemos considerar o modelo de sociedade para todos os povos do mundo. Assim fica evidente de que as exposições eram vitrines para vendas de tudo o que era produzido pelo trabalho humano enriquecido pelo papel das máquinas e tecnologias para gerar de modo espetacular a “riqueza das nações e seus modelos de nacionalidade e civilização”. Sendo assim de modo mais objetivo um universo de das coleções de mercadorias, exotismos era o universo em venda no contexto da formação da sociedade de consumo na esteira da Segunda Revolução Industrial.

Nessa perspectiva de Bobbio, cabe ressaltar que, o que se escolhe como medida para indicar o progresso é a transformação das matérias da natureza em bens de consumo. Nesse sentido e medida o homem a partir da Revolução Industrial está muito aquém dos homens da Idade Média que tinham na sua relação com a natureza um tratamento além de uma produção de caráter artesanal e ainda de associação a explicações de origem sobrenatural num ambiente mágico-religioso.

No século XIX, a teoria do progresso alcançou seu apogeu na Europa Ocidental e nos E.U.A. Como indicado anteriormente, com a industrialização e mecanização do trabalho, advindas da Revolução Industrial, a compreensão e conceito de progresso foi reformulada e associada às descobertas e invenções de caráter técnico-científico, ao evolucionismo, e ao aparecimento das teorias historicistas (BOBBIO, 1983: 1009-1015).

O Brasil Imperial participou das Exposições Universais de 1862, 1867, 1873, 1876 e 1889 e apresentava-se como uma Nação de alto teor civilizatório por seu sistema de governo que assemelhava as nações europeias guardiãs do modelo civilização. O Brasil era, na visão dos operadores de estado imperial, os responsáveis por apresentar o país para o hall das nações, que, apesar de possuir a contradição de ter cerca de 70% de sua mão de obra estabelecida na escravidão de negros desde fins do século XVI, era também a nação da força e do exotismo tropical, representada pela presença dos indígenas que tributaram a população uma coragem, idealismo e um amor pela terra. Estes são elementos bases dos discursos

nacionalistas do século XIX utilizados como instrumentos estéticos e literários do romantismo deste período.

O Brasil também era apresentado como a nação da abundância, da beleza e da diversidade de aves, de peixes, dos animais selvagens e das plantas. Estes eram os elementos que representavam uma terra de exotismo quase paradisíaca. Afirmava-se não haver contradição entre ser um país governado com as heranças do Antigo Regime, onde a monarquia, ou seja, o Imperador possuía um poder de controle quase total do sistema político, e possuir na escravização de negros a instituição base da economia nacional.

Em nossa compressão, indicamos que a participação do Brasil nas Exposições Internacionais tinha o papel não apenas de propaganda do país no cenário internacional, mas também como afirmação para a própria população nacional da singularidade e grandeza do Império do Brasil, como modelo para os cidadãos e os países vizinhos. O Brasil era “um fragmento da Europa em meio nos trópicos” e neste sentido um modelo.

Também, no Império do Brasil se realizam Exposições Nacionais no contexto de representação das nações no século XIX. Podemos dizer que elas eram um exercício de “imagem e auto-imagem”, tomando a compreensão de Ana Maria Maud, em relação à produção de imagens (fotografias, pinturas, gravuras, litografias e afins), de monumentos e ornamentos que tinham como objetivo representar a nação e nacionalidade a partir da figura do Imperador e da família imperial como modelos de representatividade civilizatória e guarda da identidade nacional (MAUD, 2011: 181-231).

O Brasil realizou exposições nacionais aos moldes das exposições universais em 1861, 1866 e também participou de uma exposição de caráter continental em Buenos Aires em 1882 onde o signo civilizatório do Império do Brasil nos trópicos. Os nativos indígenas eram a representação grandiosa da nação no aspecto de personagem fundador da nacionalidade brasileira, como já indicamos produto do romantismo do século XIX que elegia personagens como marcar do mito fundador da nacionalidade.

A Exposição Nacional de História de 1881 insere-se nesse contexto de ações congêneres internacionais e nacionais. Seu catálogo é uma fonte do seu tempo. Está impregnada do discurso de construção da identidade do país na lógica nacionalista presente no século XIX. Um dos colaboradores da confecção do catálogo e da organização da exposição, o historiador Capistrano de Abreu, afirmava que a Exposição foi apenas o motivo

para dar materialidade à organização e publicação do catálogo que seria um legado da administração de Ramiz Galvão e de seus colaboradores para a construção da história da pátria. Esta é a mesma impressão de José Honório Rodrigues, no prefácio da edição fac-símile de 1981 (RODRIGUES, 1981: VII-X).

O catálogo é a principal fonte para a reflexão sobre como uma obra pode ser interpretada e mobilizada na construção de conhecimento historiográfico e também elemento do discurso de construção da nacionalidade. O Catálogo da Exposição pode ser compreendido na perspectiva de documento-monumento, como nos enuncia Jacques Le Goff. Em obras similares, que advém desde o final do século XVIII, pelo modo de organização e confecção do catálogo, se vêem indícios da construção de novos métodos e modelos da memória coletiva e da história, em sua narrativa e discursos (LE GOFF, 2003).

Nessa chave de análise, a do catálogo como “*documento-monumento*”, retornemos ao dia da inauguração da exposição e da apresentação do catálogo, por Ramiz Galvão, o diretor da Biblioteca Nacional de 1870-1882. Sua inauguração aconteceu no dia do aniversário natalício do Imperador, Dom Pedro II. Ramiz Galvão afirmava: “[...] procurou-se abranger o que respeita à história do país, e dos seus habitantes em todas as manifestações da atividade humana” em outro fragmento do discurso, ele afirma a grandiosidade em dimensões para além da nação brasileira do documento produzido pela Biblioteca Nacional sobre a sua coordenação:

Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que concerne à história pátria, oferecendo aos seus concidadãos em um só e amplo quadro copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir²².

Neste sentido podemos observar uma hipótese e dois indícios importantes da realização da Exposição de História e da produção do Catálogo neste ano de 1881. O primeiro é que a História nacional estava sendo reinventada a partir da tradição a partir das estruturas nacionais estabelecidas desde o empreendimento colonizador e principalmente a partir da independência do Brasil como uma obra da Monarquia. Neste sentido era uma

²² Ramiz Galvão, discurso de inauguração da Exposição Nacional de História em 02 de dezembro de 1881. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hist%C3%B3ria%201881&pagfis=4504>

monumentalização desta instituição, no momento em que o regime vinha sendo contestado, atacado e declarado como aquele que legava à nação o atraso e injustiças.

O movimento de inaugurar uma Exposição de forma monumentalizada sobre a História contada a partir da ótica do regime – a Monarquia estabelecida no ato de independência e que formou um Império gigantesco consolidado e civilizado nas Américas – é o primeiro indício sobre a possibilidade de escolha da data da Exposição. Outro indício diz respeito ao como foi pensada, construída, organizada e montada a disposição das salas no espaço da Biblioteca Nacional.

A Exposição foi organizada em 05 salas temáticas que tinham figuras relevantes da história nacional desde a colônia. A sala principal era a *Sala Pedro II*, que apresentava História Política do Brasil destacando a imprescindível participação dos portugueses e em particular da Dinastia dos Bragança na formação do país onde a peça principal era um quadro do Imperador Dom Pedro II e também havia bustos, quadros e gravuras dos Reis de Portugal e de membros da Família Imperial.

As demais salas homenageavam Ayres do Casal sobre corográfica²³ brasileira que tratava da paisagem da nação como elemento particular nossa nacionalidade; a *Sala Varnhagen* sobre a História Nacional; a *Sala Silva Lisboa* (o Visconde Cairú) sobre a Economia, os Estadistas e a Administração do Império e a *Sala Conceição Veloso* sobre Botânica e História Natural.

A Exposição Nacional de História referêcia a Biblioteca Nacional como um espaço para além da guarda de livros e documentos, sendo um repositório da memória bibliográfica e historiográfica do país. Caracterizava-se como instituição de protagonismo no processo de produção intelectual e científica no Brasil do século XIX.

É importante destacarmos, quem foi o idealizador e coordenador dos trabalhos de preparação e organização da Exposição Nacional de História de 1881: Ramiz Galvão. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz, foi médico, professor, intelectual, filólogo, biógrafo e orador. Nasceu em Rio Pardo, RS, em 16 de junho de 1846, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de março de 1938. Filho de João Galvão e de D. Maria Joana Ramiz Galvão, veio aos seis anos para o Rio de Janeiro. Após os estudos primários no Colégio

²³ Foi a especialidade da Geografia que se dedicava ao estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões, mais concretamente «estudo geográfico particular de uma região ou de um país» ou «compêndio que trata do estudo geográfico de uma região ou de um país». *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2008.

Amante da Instrução, fez gratuitamente, com o apoio do Imperador, toda a instrução secundária no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras, em 1861. Aos 19 anos escrevia o seu primeiro livro, *O púlpito no Brasil* (1926), publicado em 1867. Formou-se em Medicina, em 1868. Trabalhou inicialmente como cirurgião no Hospital Militar da Ponta da Armação, abraçando depois o magistério.

Helenista emérito foi professor de Grego no Colégio Pedro II e de Química orgânica, Zoologia e Botânica na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Nos anos de 1870 a 1882 foi diretor da Biblioteca Nacional que tinha sua sede naquele momento na Rua do Passeio. Nos doze anos em que dirigiu a Biblioteca Nacional, organizou a exposição camoniana de 1880 e a de História do Brasil como já citado em 1881. Também promoveu a partir de 1876 a publicação dos Anais da instituição e que são publicados até os dias de hoje. Organizou o Asilo Gonçalves de Araújo, instituição destinada a educar crianças pobres, conforme vontade expressa do seu doador, e foi seu diretor desde 1899 até 1931.

Gozou da amizade de D. Pedro II desde os anos escolares. De 1882 a 1889, foi preceptor dos príncipes imperiais, os filhos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu. Teve assim ocasião de conviver com o Imperador, que o chamou ao exercício de cargos honrosos. Ramiz Galvão teve, tanto no Império como na República, ocasião de ocupar vários cargos importantes, graças à sua capacidade de trabalho, valor intelectual e profunda cultura. Por decreto do governo imperial de 18 de junho de 1888, recebeu o título de Barão de Ramiz. Foi sócio grande benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi orador perpétuo; membro honorário da Academia Nacional de Medicina e de diversas associações científicas e literárias. Foi diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1920 foi nomeado como primeiro reitor da Universidade do Brasil, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro²⁴.

Em conclusão, a nossa pesquisa tem como proposta cooperar na produção de estudos sobre o tema que conta uma pequena produção historiográfica b como nos indica Ana Paula Caldeira em sua tese de Doutorado²⁵ e ela mesma cita esta pouca, mas relevante preciosa produção sobre o tema:

²⁴ <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia>

²⁵ CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

(...) poucos também foram os historiadores que se debruçaram sobre essa iniciativa editorial. Além da introdução escrita por José Honório Rodrigues e do artigo de Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, duas importantes análises foram feitas por Eliana Dutra e Maria Inês Turazzi (CALDEIRA, 2015).

É importante ressaltar que já foi produzida uma monografia²⁶ e dissertação de Mestrado²⁷ sobre o tema da Exposição Nacional de História, ambos os trabalhos, são de autoria de Maria Eliza de Souza Gomes Amadeo, em que ela realiza um trabalho a partir da documentação para identificar os indícios de como o Brasil foi documentado em séculos de história e apresentado no catálogo.

Algumas informações relevantes sobre o Catálogo demonstram a grandeza física e sentido monumentalização da Exposição que ele apresenta e ratifica para posteridade histórica: O catálogo da exposição de história do Brasil tem dois volumes e um suplemento, com 19.288 referências que, somadas às do suplemento, atingem o espantoso número de 20.337 entradas. Até hoje, o catálogo teve três edições, sendo uma original, de 1881, e outras duas fac-similares: a de 1981, editada pela UNB, fac-similar da original, e a de 2000, editada pelo Senado Federal, fac-similar da edição de 1981. Essas duas últimas edições têm um lapso numérico de 10 páginas, que não foi corrigido, essas informações estão apresentadas de modo consolidado em artigo produzido por Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo em artigo publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, no volume nº 120 (AMADEO, KURY, 2000: 232-234).

Nosso objetivo com essa pesquisa é indicar que a realização da Exposição Nacional de História e confecção do catálogo neste período, década de 1880, realiza um esforço a partir da compreensão da parte dos letrados e intelectuais para recontar, rememorar e reinventar a História Nacional a partir da monumentalização desta História. Uma História construída a partir do empreendimento colonizador e da instituição Monarquia com o objetivo de demonstrar a sua eficácia e importância para a nação e nacionalidade brasileira, já num momento de desgaste e constatação do regime.

²⁶ AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. O Catálogo da Exposição Nacional de História (1881): Documentando a Nação. Rio de Janeiro, UERJ, Departamento de História. Monografia de Bacharelado, 2003, p.32.

²⁷ AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Maria Eliza O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 120, p. 323-34, 2000.

BARBUY, Heloisa. A exposição universal de 1889 em Paris. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-325, 1996.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

DA SILVA COSTA, Maria de Fatima; DE MATTOS, Garcia. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. dObra [s]: revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, 2009, 3.6: 96-103.

DUTRA, E. de F. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 37, p. 159-79, 2005.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação de brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB. Rio de Janeiro, v. 388, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 525-541, 2003.

KAZAN, Mariana Thomas. “O império do Brasil nas Exposições Universais: um Projeto Nacional de Modernidade”. In: Museu Histórico Nacional, v. 37, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Artista Nacional, 2005.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nós e por meio dos periódicos. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. In: VAINFAS, R. (Org.); . Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, p 252-253, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997. 231 p.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 2, n. 1, p. 151-168, 1994.

PLUM, Werner. Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural. Bom: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

RODRIGUES, José Honório. Catálogo da exposição de história do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 1981.

Internet:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca> (site da Biblioteca do Senado Federal).

<https://bndigital.bn.gov.br/> (site da Biblioteca Nacional Digital).

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Hemeroteca Digital).

A participação social dos Conselhos e Fóruns Culturais na aplicação da Lei Aldir Blanc na região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: Um exercício em análise

Cleisemery Campos da Costa
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

As recentes estruturas e funcionamento dos conselhos de cultura no Brasil, a partir de 2005, se movimentam para ocupar seu papel de participação social na elaboração e efetivação de políticas culturais nas cidades e estados, impulsionados pela institucionalização dos Sistemas de Cultura na três esferas públicas – municipal, estadual e federal. Em exercício bastante atual, observa-se a presença dos Conselhos, assessorados pelos Fóruns Culturais, no acompanhamento e fiscalização da gestão e aplicação da implementação e execução da Lei 14017/2020 Emergência Cultural - a Lei Aldir Blanc, como ficou conhecida, uma iniciativa dos Deputados Federais em socorro ao setor cultural atingido pela pandemia do coronavírus.

Diante de uma tarefa pontual, com prazo e legislação específica para seu cumprimento, a tentativa de localizar resultados na aplicação da Lei Aldir Blanc caminha em paralelo com a própria condição de cumprimento das políticas culturais, fruto do acompanhamento e atuação de Conselhos e Fóruns de Cultura, ao longo dos processos de discussão do setor cultural nas cidades e Estados, em especial na última década. Agora, com a aplicação da Lei Aldir Blanc em todos os municípios do Brasil, esse artigo discorre sobre o papel inicial dos Conselhos e Fóruns Culturais da região Leste Fluminense (Estado do Rio de Janeiro), que compreende as cidades de Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, Maricá, São Gonçalo e Niterói, na fundamental etapa de “saída e desembolso” dos recursos seja efetivada.

Os Conselhos de Cultura são peças estruturantes para a construção de políticas democráticas e ferramentas estratégicas para a implantação de políticas culturais em nossas cidades, estados e no Brasil. Vale refletir sobre a identificação de limites, ou não, quanto à atuação dos Conselhos de Cultura, considerando os aspectos de formação do próprio setor cultural e da tradição que acompanha boa parte da História brasileira, notadamente, sob a marca do dirigismo, do autoritarismo, e da exclusão social, segundo destaca o ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia “[...]a trajetória brasileira das políticas culturais

produziu tristes tradições e enormes desafios, que podem ser sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.” (RUBIM, 2007). Com o início da redemocratização do Brasil, após o triste e difícil período da ditadura civil militar de 1964-1985, a Constituição de 1988 e a ampliação da discussão das políticas culturais pós-2003, nas duas gestões do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (que apresentam marcas de impactante incentivo à escuta da sociedade), a condição de diálogo e de participação social nas esferas de poder é exercício a ser cada vez mais estimulado, no oportuno alerta da filósofa Marilena Chauí: “é perceptível à fragilidade da condição da chamada participação social, e ainda, os mecanismos de controle social, fruto da construção ideológica do Estado Brasileiro, de não aceitação de uma real democratização do mesmo” (CHAUÍ, 2006).

Mais estudos sobre o cenário das políticas vigentes na História do Brasil Colônia, Império e República, investigando as trajetórias no campo das políticas culturais, observando atitudes, modos de pensamento, costumes e iniciativas é bom assunto para entender mais a fragilidade que destaca a filósofa, mas por agora, temos uma urgência: Aplicar a Lei Emergência Cultural nas cidades - nº 14017 de 2020 (autoria da Deputada Benedita da Silva, com mais de trinta deputados federais co-autores e relatoria da Deputada Jandira Feghali), aprovado no Congresso Nacional com ampla maioria em 04 de junho último, sancionado pela Presidência da República em 29 de junho, a Lei Aldir Blanc, em homenagem ao compositor carioca falecido vítima do COVID-19. Aliar esse caráter de urgência, frente o cenário da pandemia, com a relação Cultura e Direito, é caminho para aprofundar o compartilhamento da representação social, das dinâmicas de tentativa de ocupação dos espaços, por parte da sociedade civil. Imperioso neste momento, quando cidades e estados discutem como materializar em tempo hábil os 3 bilhões de reais na mãos dos artistas e trabalhadores do setor cultural.

A implementação de políticas públicas de cultura que estimulem uma constante relação entre Estado e Sociedade, de forma abrangente, é preocupação evidente na orientação do Plano Nacional de Cultura, além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, artistas, produtores, gestores, agentes, animadores e empreendedores culturais, são alertados para sua condição de corresponsáveis na implementação e na avaliação das diretrizes e metas do Plano, participando de programas, projetos e ações que efetivem seu cumprimento e dos Sistemas (municipais, estaduais e

nacional), situando a participação da sociedade civil como imprescindível para uma democracia participativa e representativa.

Analisar a atuação dos Conselhos de Cultura e a relação de efetivação de políticas culturais tece um ponto crucial: o antagonismo do processo democrático frente suas condições de formação, participação e limites enfrentados, onde o poder executivo, em várias ocasiões, se ressentia pela “novidade da participação e representação social”, ou seja, não assimilou, ainda, de modo confortável o novo papel atribuído aos Conselhos, de “salvaguarda” do conjunto das políticas públicas criadas no Brasil, quando iniciado o processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura. Prática recente, é a própria democracia brasileira em evidência, onde junto com os conselhos de cultura, as conferências, os fóruns, as trocas entre os órgãos culturais dos entes federados, a destinação de recursos, o acesso à fruição dos bens e meios de produção culturais, e as iniciativas para formação e capacitação no setor cultural, consolidam as articulações possíveis para que o direito à cultura seja materializado, em uma realidade mais próxima do exequível. A pauta iniciada no mês de maio no Congresso Nacional, trata disso: tornar exequível a Lei Aldir Blanc, em uma tarefa de competência do poder executivo (prefeituras e governos estaduais), com atenta participação, acompanhamento e fiscalização da sociedade civil.

No recorte Brasil, mapa do estado do Rio de Janeiro, as cidades da Região Leste Fluminense retratam em cópia quase fiel o cenário brasileiro: Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí e Maricá não tem Conselho de Cultura em funcionamento, onde a rápida movimentação de grupos e a intensificação da instalação de Fóruns Culturais faz as vezes de Coletivo credenciado a dialogar com as suas respectivas prefeituras, em atitude de nítida ocupação do espaço de participação social, onde na falta de um Conselho de Cultura, realidade de várias outras cidades que ainda não atravessaram o processo de criação de uma Lei (aprovada na Câmara de vereadores, regulamentada pelo executivo), investem na possibilidade de organização dos Fóruns Culturais, que funcionam como assessoramento dos Conselhos, integrando os artistas e trabalhadores culturais em uma dinâmica que garanta ponte de diálogo com o poder executivo.

Já as cidades de São Gonçalo e Niterói, com seus Conselhos de Cultura instituídos, tratam da discussão envolvendo os Conselheiros e gestores públicos, com notada diferença entre uma e outra cidade: Niterói vivencia o resultado dos investimentos da Prefeitura na

discussão das políticas culturais ao longo dos recentes quinze, dez anos com a criação do famoso CPF Cultural (Conselho/Plano/Fundo), em uma sequência de grande movimentação junto ao setor cultural, com um Conselho de Cultura de marcante atuação, onde poder público e sociedade civil caminham em conexão cadenciada com o agora ex - Ministério da Cultura, durante os anos de 2003/2004 na gestão Gilberto Gil. Neste investimento de mais de uma década a Prefeitura Niteroiense reúne instrumentos de gestão cultural norteadores para a efetivação das políticas culturais que se coloca a cidade como referência de excelência de gestão cultural no estado e Brasil. Apesar de uma notada movimentação da sociedade civil, no mesmo período, na cidade de São Gonçalo, o município não apresenta esse arcabouço em funcionamento (Conselho/Plano e Fundo), onde é visível as diferenças estratégicas para aplicação da Lei Aldir Blanc. Das seis cidades da Leste Fluminense, pelo acúmulo de proatividade na gestão cultural e pela fundamental participação do Conselho de Cultura e grupos organizados, Niterói apresenta um quadro bastante confortável para dar cabo do pagamento dos três milhões e 120 mil reais dos recursos liberados da Lei Aldir Blanc. Já São Gonçalo (seis milhões e trezentos e oitenta e dois mil reais); Itaboraí (um milhão e quinhentos e seiscentos e dois mil reais); Maricá (um milhão, cento e nove mil reais); Rio Bonito (quatrocentos e vinte e três mil reais), e Tanguá (duzentos e cinquenta e três mil reais), operam em situação mais lenta, quer seja pela ausência da organicidade dos seus Conselhos, quer seja pela própria limitação de gestão das prefeituras, resultado da dificuldade na operacionalização das políticas culturais vivenciadas na Cultura local (com ou sem Conselhos, Planos e Fundos de Cultura).

A considerar o caráter de emergência da Lei Aldir Blanc, os artistas das cidades de Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí e Maricá, de imediato promovem encontro virtuais convidando representantes da prefeitura que atuam naquela secretaria onde está localizada a unidade da Cultura, inaugurando Fóruns Culturais na “carona” da Lei Aldir Blanc: a Lei tem promovido a oportunidade de aprimorar em várias instâncias a política cultural, justamente pelo exercício de uma ação de caráter colaborativo, que aprofunda a democracia, vivendo mais a nossa condição cidadã do direito exercido. No Estado do RJ, dos 92 municípios, são quase 60 cidades onde a Cultura integra outras pastas, sem uma secretaria exclusiva, com menos de quarenta Conselhos municipais de Cultura. A prática vigilante da democratização, onde o exercício da participação social é, ainda, cenário de estranhamento para muitos, é também

elemento motivador para que agentes culturais reconheçam seus direitos, ou alguns dos novos direitos garantidos na Constituição de 88: A presença dos conselhos é a novidade que possibilita forma de expressão, transpassando anos de proibição ou inibição da representação popular.

Ao contrário das experiências anteriores de organização, os Conselhos de Cultura instalados a partir de 2004 reúnem representantes do poder público e dos movimentos sociais, aprofundando a dimensão da importância da participação social. É a chamada composição paritária, com igual número de participantes entre poder público e a sociedade civil. Tal ação é medida indiscutível na potencial ampliação do acesso e democratização da cultura, desejo comum entre quase todos que atuam na área cultural.

Vale observar como se deu o processo de escrita, criação, aprimoramento da Lei Emergência Cultura: A Deputada Federal Jandira Feghali, a atuante relatora da Lei, fez repetidas falas do quanto alterou o PL, a cada encontro virtual nos vários cantos do Brasil. Esse exercício de aprimoramento da política cultural já está dado, onde os Conselhos Municipais, Estaduais e os Fóruns (municipais, regionais e estaduais – instrumentos de assessoramento dos Conselhos), vem impulsionando o processo, estimulando, cobrando e acompanhando o poder executivo na sua ação. As cidades e Estados foram tomados como por um “chamamento”, foram despertadas de um sono (ou mesmo um estado anestésico), em que vivia a cena cultural nos recentes anos.

O chamamento está sendo operado, em grande parte, pelos atores que se colocam como os verdadeiros protagonistas: trabalhadores de cultura e artistas. O Conselho de Cultura de São Gonçalo, por exemplo, com poucas atividades após a posse dos seus integrantes em dezembro de 2019, passa a ser cobrado pelos artistas e produtores culturais para acompanhar a execução da Lei Aldir Blanc, convocado a atuar, em pleno isolamento social, através das webs reuniões, webs encontros para discutir os procedimentos que acelerem o pagamentos dos recursos autorizados pela Lei Aldir Blanc, em discussão que vai desde o uso do Fundo Municipal de Cultura, eleição de nomes da sociedade civil no Comitê Gestor da Lei, publicidade na elaboração dos editais e discussão nos prazos para as diferentes etapas de execução da Lei que traz o nome do compositor carioca, vitimado pela COVID-19 meses antes na cidade do Rio de Janeiro. Além do Conselho Municipal, o Fórum Gonçalense de

Cultura discute e propõe formas de “tomar” conta dos recursos da Lei Aldir Blanc, para que seja assegurado o destino dos recursos no tempo da urgência que a própria lei reconhece.

Identificamos na ampla mobilização pela aprovação da Lei Emergência Cultural, tanto na contribuição para sua própria elaboração com a escuta do parlamento e a marcante campanha pelos votos dos Deputados Federais e Senadores, a participação dos Conselhos de Cultura, Fóruns e Coletivos na defesa do conceito Cultura é Direito, onde a articulação nacional provocada se apresenta crescente, onde a transposição do discurso institucional para execução da ação será cobrado bem de perto.

O acompanhamento do processo de desembolso dos recursos da Lei Aldir Blanc é tarefa de todos, considerando a novidade de repasse dos recursos diretamente para as cidades. Os estudos e frequentes boletins da Confederação Nacional de Municípios (CNM), tem contribuído no processo de informar e dar transparência aos Conselhos de Cultura e Fóruns, auxiliando tanto os gestores públicos como a sociedade civil, no seu papel estratégico de acompanhar as equipes de gestores públicos, em estreita e atenta fiscalização na destinação final dos recursos.

Pelo ano que estamos atravessando, onde a máquina pública apresenta visível alteração no seu expediente - nas seis cidades da Região Leste Fluminense a pasta da Cultura não entrou nos decretos e portarias como serviço essencial na pandemia, numa contramão de não reconhecimento do quanto a arte e a cultura tem sido fundamentais no isolamento social, são os representantes da sociedade civil que devem assumir papel decisivo para máquina pública andar.

O estímulo que foi estabelecido para garantir a presença da sociedade civil na discussão das políticas culturais no Brasil na recente década, entre 2004 à 2014, desde os primeiros Seminários “Cultura para Todos” e a sequência de Conferências Nacionais, promovidos pelo Ministério da Cultura, por assim dizer opera um “um caminho sem volta” – ou se avança, ou se avança: Os delegados eleitos pela sociedade civil para participar das três conferências nacionais (onde estive delegada eleita pela sociedade civil), foram maioria em todas as suas etapas – municipais, estaduais e nacional, em uma conta percentual propositadamente estabelecida pelo Ministério da Cultura, numa clara medida de garantir “voz” de protagonismo da sociedade civil.

As conferências e conselhos não foram invenções da Constituição de 1988, uma vez que desde a era Vargas já eram uma realidade, mas foram os anos que compreendem o Governo Lula que mais incentivo foram operados no avanço dos Conselhos e realização de Conferências, onde a sociedade foi “convocada” a participar, com potencial estímulo e condições proporcionadas pelo do governo.

Em 2005, quando foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural, a inovação de eleição dos representantes da sociedade civil, quebra finalmente a antiga tradição da indicação de nomes, com uma nova composição paritária entre governo e sociedade, com caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador. Um momento chave de rompimento com o histórico dos conselhos e fóruns de cultura anteriores, como um lugar de notáveis, sem eleição, a exemplo do próprio Conselho Nacional de Cultura - CNC, criado em 1938, ou o Conselho Federal de Cultura, criado em 1961, que foram referência para os modelos de conselhos municipais e estaduais no Brasil, com integrantes convidados e/ou indicados pelos respectivos chefes do executivo.

Vários estados e municípios passam a aderir o novo formato a partir de 2009/2010, para composição dos Conselhos – a exemplo do Estado do Rio de Janeiro, que aprova a Lei 7035/2015, quando é criado e instituído o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro/ Plano Estadual de Cultura. No tocante a atuação do colegiado no Estado do RJ, cabe o destaque de três fatos de renomada importância sob sua coordenação, em produtivo atesto de competência das atribuições de um Conselho: A campanha do #FicaSEC RJ (defesa da permanência da estrutura administrativa da pasta, em face da publicação de decreto do governador em 04 de novembro de 2016 que extinguiu a Secretaria de Estado de Cultura), proposta de implantação do Programa de Ocupação Cultural do Estado do RJ – POC RJ (mapeamento de imóveis sem uso, de propriedade do estado, para destinação a ações culturais), e a elaboração das ações e metas do Plano Estadual de Cultura do RJ, ao longo dos meses de debate e execução da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, ao longo do ano de 2018, com expressiva participação dos Fóruns Regionais - os mesmos Fóruns que se destacaram nas semanas recentes, em apoio a aprovação da Lei Aldir Blanc, que buscaram a confirmação dos deputados federais da bancada do RJ.

O que temos hoje é um conjunto legal com várias leis e decretos que inauguram a linha norteadora das políticas culturais em velocidade ímpar, como o Plano Nacional de

Cultura (Lei no 12.343, de 02 de dezembro de em 2010), e com a nova emenda constitucional de Nº 71, 29/NOV-2012, quando é designada a organização do Sistema Nacional de Cultura. É neste novo cenário que são organizados os novos Conselhos de Cultura, com claro objetivo de promoção de ampliação do diálogo e escuta entre poder executivo e sociedade civil, favorecendo que pessoas comuns tenham voz, que as histórias, versões e narrativas coletivas se interliguem diretamente na formulação de políticas culturais. Neste aspecto, cabe analisar o papel dos Conselhos de Cultura, se podem ou não apresentar um quadro que atenua a condição histórica da inibição – e em alguns casos de desconfiança de boa parte dos participantes da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos sobre políticas e ações culturais.

Quando atravessamos o cenário de emergência frente a pandemia, onde a participação social já está dada como um dos fatores determinantes na contribuição de materialização da Lei Aldir Blanc, na ponta, algumas metas podem ser estimuladas na “carona” da grande movimentação que a aplicação da Lei vem operando nas cidades da Região Leste Fluminense, em especial nas cidades de São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito, para além do seu caráter de emergência:

- a. Identificar o percurso de participação social do setor cultural, no tocante sua atuação na efetivação e instalação dos Sistemas de Cultura, sua representação social e identidades;
- b. Localizar as potencialidades, limites e tensões quando da atuação dos Conselhos e Fóruns de Cultura na efetivação de políticas culturais, considerando a configuração dos limites históricos identificados no contexto brasileiro;
- c. Relacionar o exercício de vivência dos direitos culturais e a democracia representativa e participativa, através da atuação dos conselhos e fóruns de cultura;
- d. Reconhecer as diversas vozes que atuam de modo convergente ou divergente, como atores do processo de construção das políticas culturais, envolvendo de modo mais efetivo os poderes executivo e legislativo, e a sociedade civil;
- e. Incentivar as iniciativas que promovam a formação cultural (realização de curso, oficinas, seminários), com pontual atualização sobre o tema das políticas culturais nas cidades e Estados, envolvendo mais a academia;

f. Associar e incentivar mais iniciativas de comunicação cultural no âmbito da atuação dos Conselhos e Fóruns, com o local e o regional.

No tempo que a própria importância da Cultura é questionada vivenciamos um cenário de avanços e retrocessos, ganhos e perdas, sendo fundamental investir mais no “tamanho” da participação social no processo. Se ainda figura entre o tímido e o modesto, é importante alçar patamares mais ousados. Nos últimos meses foi emocionante identificar a potente defesa coletiva pela aprovação da Lei Emergência Cultural, quando tantas vozes foram ouvidas nos mais variados canais de comunicação digital, as redes sociais se transformaram nas praças de reivindicações e manifestações.

Colaborar nos próximos dois, três, quatro meses para colocar na rua as três janelas de saída dos 3 Bilhões de dinheiros para os trabalhadores de Cultura da Lei Aldir Blanc é estimular a ampliação da promoção da igualdade nas políticas públicas culturais, constatando assim que esta ação se apresenta como um caminho para o alargamento de direitos culturais, onde todos somos capazes de executá-lo no interesse público.

Pensando em parte dessas reflexões, caminhamos na tentativa de desnudar as cenas correntes de antagonismo no processo democrático de construção das políticas culturais ainda presentes em muitas cidades, como na maioria dos municípios da Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, e superá-las. Assimilar essa tarefa como uma contribuição na preservação do conjunto das políticas que foram criadas no Brasil redemocratizado nos anos iniciais do século XXI, é fundamental para que tais políticas não sejam perdidas (ou esquecidas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Cleise; CALABRE, Lia; LEMOS, Guilherme. (Orgs.), Políticas Públicas de Cultura do Estado do RJ, 2004 – 2005. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República. Brasília. DF, 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO. Brasília. DF. 2005. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71-Sistema Nacional de Cultura. Brasília, DF. 2012.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Sistema Estadual de Cultura - Lei 7053/2015, Rio de Janeiro, 2015. MINISTÉRIO DA CULTURA, Brasil. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. Coleção Cadernos. Brasília, DF. 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Brasil. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006 Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura. MinC. Brasília, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. Conselho Nacional de Cultura/Decreto Nº 526, de 01/Julho-1938. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. Conselho Federal de Cultura/Decreto nº 50.293, de 23/Fevereiro-1961. Brasília, DF. 1961.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. Conselho Nacional de Política Cultural Cultural/Decreto - Nº 5520,24/Agosto-2005. Brasília, DF. 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. Plano Nacional de Cultura/Decreto-12.343,02/ dezembro -2010. Brasília, DF. 2010. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. Lei Emergência Cultural Nº 14017/ 2020. Junho de 2020 - Brasília, DF. 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canela. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafio. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

ORDINE, Nuccio. A Utilidade do Inútil. Editora Zahar. Milão, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da História. São Paulo, SP: 2002.

Os Mediadores Culturais na Construção da Memória da Música Popular Brasileira

Letícia Freixo Pereira
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ,
Bolsista FAPERJ

Este trabalho se propõe analisar os discursos que foram construídos em diferentes espaços culturais por intelectuais da sociedade brasileira sobre a música popular do país. Estes intelectuais - críticos, estudiosos, memorialistas, jornalistas, especialistas, pesquisadores, admiradores - construíram uma memória da música popular brasileira e consagraram seus representantes. O Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro (RJ), a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB) e a Editora Abril com seus fascículos da coleção *História da Música Popular Brasileira* serão os espaços culturais abordados neste trabalho. Porém, mais do que analisar estes locais, esta pesquisa irá trabalhar com os discursos, ações, projetos realizados por intelectuais brasileiros dentro destes espaços culturais para legitimar e preservar a memória da música popular do país. Ressalto que, os discursos e projetos dos intelectuais desenvolvidos nestes espaços estão conectados. O período em que esta pesquisa irá se focalizar será de 1965 com a criação do MIS até o final dos anos 1980, momento em que a Funarte realizou uma série de programas com esta temática da canção popular. Ficarei atenta também à relação destes intelectuais com o governo federal. Pois todos estes locais culturais foram criados no período do regime militar, alguns deles receberam apoio financeiro do governo como a APMPB e, no caso da Funarte, foi criada como política do próprio regime como argumentarei adiante.

O que não se pode deixar de mencionar é que muitos intelectuais ligados à música popular brasileira atuaram em todos estes espaços culturais (MIS, Funarte, APMPB, Editora Abril), podemos citar os nomes de: Hermínio Bello de Carvalho, Paulo Tapajós, Jota Efegê, Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Almirante, José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcellos, entre outros. Estes estudiosos da música popular brasileira já trabalhavam na preservação e consagração da mesma desde os anos 1940, atuando nas rádios, nos jornais (FERNANDES, 2010: 10). Estes sujeitos são herdeiros da Revista da Música Popular Brasileira, que fora um

periódico que circulou na imprensa nos anos de 1950 e legitimava os sambistas cariocas da velha guarda como os representantes da cultura popular do Brasil (WASSERMAN, 2002: 20). Esta revista teve como um de seus criadores Lúcio Rangel e contou com muitos destes intelectuais já citados como seus colaboradores. Muitos desses agentes culturais participaram em 1962 do *I Congresso Nacional do Samba*, no Rio de Janeiro. Neste congresso, sambistas, especialistas e estudiosos em música popular, sugeriram medidas para proteger o Samba tradicional (CARNEIRO, 1962: 33).

Estes intelectuais possuem uma longa trajetória na preservação da música popular brasileira, eles atuavam como mediadores culturais. A mediação foi fundamental para a construção da memória da música popular. Para Marcos Napolitano: “Os mediadores, agentes socioculturais, conscientemente construíram as pontes entre a herança étnica e comunitária do samba e a identidade regional (carioca) e, depois, nacional da música popular brasileira.” (NAPOLITANO, 2007: 27). Esses sujeitos não mediam esforços para legitimar a “tradicional” canção do país, aquela considerada por eles como autêntica, como tipicamente brasileira. A vertente intelectual de maior impacto dentro destes espaços culturais era aquela que entendia que a música popular brasileira era o Samba carioca das primeiras décadas da República. Desta forma, a maioria dos intelectuais do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril buscam nos anos 1920 – 1930 as referências musicais que deviam ser consagradas. Frequentadores da boemia carioca (das rodas de samba, dos desfiles de carnaval) estes estudiosos em música popular estabeleceram uma relação de amizade com seus objetos de estudo (MORAES, 2007: 271). Sempre que possível vão privilegiar as memórias de Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Cartola, Sinhô, Ismael Silva. Porém, embora seja predominante nestes locais esta concepção sobre a música popular, reconheço que ela não era exclusiva. Nestes espaços culturais era comum existir debates onde vertentes intelectuais opostas muitas vezes entravam em choque.

O primeiro espaço cultural abordado neste trabalho será o MIS do Rio de Janeiro. O MIS carioca foi criado em 1965. O museu era uma fundação, ou seja, um órgão ligado ao governo da Guanabara, mas com liberdade de gestão. Ele foi um projeto do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Com a transferência da capital federal para Brasília o governador queria firmar o Rio como capital cultural do país (SANTOS, 2015: 13). Desta forma, o MIS foi inaugurado nas comemorações do IV centenário da cidade (MESQUITA,

2009: 9). Nos planos políticos de Lacerda o museu ajudaria também na sua campanha à presidência da República em 1966. O MIS no projeto de Lacerda contaria através de áudios e vídeos a história do Rio de Janeiro, o museu representaria a síntese da identidade carioca (AGUIAR, 2012: 11). Porém, logo na sua inauguração Lacerda adquiriu/selecionou para o museu duas importantes coleções sobre a música popular brasileira, são elas: a coleção Almirante que é composta de milhares de partituras, livros, fotos, recortes de jornais, instrumentos musicais e a coleção de Lúcio Rangel, que era composta por documentos sonoros que faziam parte do acervo da Casa Édson. Em 1965 Carlos Lacerda saiu do posto de governador do Estado da Guanabara e a situação do museu ficou bastante crítica. O museu perdeu seu maior mecenas e passou a enfrentar dificuldades para se manter aberto. O MIS era financiado pelo BEG (Banco do Estado da Guanabara) e o novo governador pretendia transformar o museu em um espaço de lazer para os funcionários do banco. A justificativa do novo governo era que Carlos Lacerda tinha gasto demais com o MIS, e, já que a instituição ficava perto do BEG, o local se transformaria em um clube para seus funcionários. É neste contexto que o vice-governador do Estado da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, nomeia Ricardo Cravo Albin para a presidência do museu. Embora Carlos Lacerda já tivesse adquirido coleções sobre a música popular para o museu, foi na gestão de Ricardo Cravo Albin que o MIS se firmou como um museu da música popular. O diretor da instituição em conjunto com intelectuais realizaram uma série de esforços para consagrar, através de projetos do museu, a memória dos sambistas da Primeira República.

Para impedir o fechamento do museu, Ricardo Cravo Albin e os seus conselheiros Ary Vasconcelos e Almirante criaram o Conselho de Música Popular Brasileira (MPB) e o Programa Depoimentos para Posteridade. De acordo com as atas das reuniões do Conselho de MPB o primeiro encontro deste órgão aconteceu em 04 de Março de 1966²⁸. Durante os anos do seu funcionamento (de 1966 a 1972) este conselho contou com a colaboração de 40 conselheiros. Embora não houvesse unanimidade no pensamento dos conselheiros, a grande maioria dos seus membros era adepto de uma corrente de pensamento nacionalista que consagrava o Samba autêntico do início do século XX à cultura popular brasileira. Os intelectuais deste conselho formaram um forte núcleo da música popular brasileira. Seus

²⁸ Atas das Reuniões do Conselho de MPB - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa*.

posicionamentos e ações ultrapassaram os muros do museu e passaram a influenciar outros espaços culturais, e a própria sociedade. Esse Conselho realizou uma série de ações para firmar a música popular brasileira: cursos (de música popular brasileira, de folclore), palestras, gravações de LP's (como os de Carmem Miranda, Noel Rosa, Elizeth Cardoso com Jacob do Bandolim e Zimbo Trio, 70º aniversário de Pixinguinha, Helena de Lima lembrando Ataulfo Alves), shows (dos artistas João da Baiana, Pixinguinha, Nelson Cavaquinho, Renato Murse, Clementina de Jesus), eventos para atrair a mídia (como as comemorações do “Cartola 60”, um almoço organizado pelo museu para homenagear os 60 anos do poeta da Mangueira e “O Ano Pixinguinha”, projeto para homenagear os 70 anos deste artista), o I Festival de Música dos Penitenciários e o Festival de Música Universitária. Em 1967 foram criados pelo museu os prêmios Estácio de Sá e Golfinho de Ouro. Na ata da reunião do dia 02 de Fevereiro de 1968 os membros do Conselho de MPB debateram sobre o caráter destas premiações: “1º Troféu Golfinho: à personalidade que durante o ano apresentou melhor criação de música popular brasileira; 2º Troféu Estácio de Sá: a quem nesse ano mais tenha contribuído para o desenvolvimento e promoção desse gênero”.²⁹

Os membros do Conselho de MPB selecionavam quem seriam entrevistados para o Programa Depoimentos para Posteridade. Esta coleção é constituída a partir da gravação, em áudio e vídeo, de depoimentos prestados por personalidades vinculadas aos diversos setores da cultura. Com o objetivo de guardar a memória daqueles brasileiros que “valiam a pena”, o MIS fez um verdadeiro trabalho de guardião da memória, de uma memória selecionada pela instituição. O primeiro a depor para o programa foi o sambista João da Baiana. Sua entrevista repercutiu em todas as mídias brasileiras (ALBIN, 2000: 28).

As entrevistas que os sambistas João da Baiana, Pixinguinha e Donga deram ao programa Depoimentos para Posteridade foram transcritas e publicadas em 1970 em um livro produzido pelo museu intitulado: *As Vozes Desassombradas do Museu*. Dentre aqueles muitos selecionados para gravarem entrevistas para o programa apenas três sambistas da Primeira República tiveram suas falas publicadas em um livro. Neste material o diretor, Ricardo Cravo Albin, escreveu um prefácio todo voltado para a legitimação destes artistas.

²⁹ Reunião do Conselho de MPB - 02 de Fevereiro de 1968. *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro*.

O Conselho de MPB foi extinto em 1972. Mesmo antes do conselho se extinguir por completo, fica claro ao analisar as atas que as reuniões ficaram cada vez mais espaçadas, com um número cada vez menor de conselheiros. O regime militar fechou o Conselho de MPB e acabou com as premiações do Golfinho de Ouro e do Estácio de Sá, sob a alegação de conter comunistas dentro do conselho do museu. De fato, a grande maioria dos membros do conselho era ligada ao Partido Comunista. O MIS foi um espaço de grande efervescência cultural, onde um órgão ligado ao Estado lutou contra o próprio governo.

Na década de 1970 começou haver uma mudança de postura do governo militar em relação aos setores culturais (LAMARÃO, 2012: 34). O Estado neste momento passou a desenvolver políticas nacionalistas de preservação à cultura brasileira. No governo Geisel iniciou uma abertura política no país, o regime percebeu a necessidade de uma aproximação com os agentes dos setores culturais para garantir a estabilidade da sua gestão. Como pontua Sean Stroud, os intelectuais ligados à cultura sempre foram avessos à ditadura (STROUD, 2008: 40). Porém, o regime precisou fazer uma associação com esse setor para assegurar uma abertura política lenta, gradual e segura. Desta forma, o governo passou a buscar uma aproximação com agentes até então avessos ao regime (MAIA, 2011: 50). Marcelo Ridenti argumenta que paradoxalmente nos anos 1970 ao mesmo tempo em que o governo exercia a censura e a repressão política incentivava e desenvolvia políticas culturais (RIDENTI, 2001: 56). Houve um grande investimento no polo cultural brasileiro, com a criação de uma série de órgãos ligados a este setor. Tânia da Costa Garcia sinaliza neste sentido que “após anos sem uma política de incentivo para o setor, o regime militar demonstrava disposição de aproximar-se da classe artística” (GARCIA, 2017: 74). Muitos funcionários independentes ao Estado foram contratados para executar programas culturais (BOTELHO, 2001: 76). Ironicamente, ao mesmo tempo em que o regime militar favoreceu a entrada de capital estrangeiro e expandiu as multinacionais no país, exercia uma política nacionalista com a criação de projetos e instituições voltadas para a preservação da cultura brasileira (FONTES, 2010: 22).

Foi a partir dessa política do governo que a Funarte foi criada em 1975 pela lei 6.312, assinada por Geisel. E, uma série de intelectuais que faziam parte do Conselho de MPB do MIS (que fora dissolvido pelo próprio regime militar) foram contratados para esta instituição. Estes intelectuais viram uma oportunidade de continuar na Funarte os trabalhos de preservação da música popular autêntica que realizavam no MIS. Continuaram desta forma

divulgando a memória daqueles sambistas que já eram muito contemplados pelo museu carioca. A Funarte patrocinou e realizou uma série de projetos culturais espalhados pelo Brasil. Um dos projetos que recebera verbas da instituição foi o Projeto Pixinguinha. Este projeto além de divulgar a memória do Pixinguinha também realizava uma série de espetáculos no país divulgando a música popular brasileira. Segundo os intelectuais do projeto estes espetáculos eram fundamentais porque nossas canções estavam cada vez mais esquecidas pela internacionalização da cultura (LAMARÃO, 2012: 22).

Devemos destacar o papel dos intelectuais admiradores da música popular brasileira dentro da Divisão de Música Popular (DMP) da Funarte. O líder da DMP foi Hermínio Bello de Carvalho, o intelectual criou junto com seus assessores dois projetos que merecem ser abordados, são eles: o Projeto Lúcio Rangel de Monografias e o Projeto Almirante. Esses dois projetos atuavam de forma interligada e ocorreram de 1979 ao final dos anos 1980. O Projeto Lúcio Rangel de Monografias foi o primeiro da Funarte a concentrar acervos bibliográficos sobre a música popular. Neste projeto a instituição realizou um grande concurso em âmbito nacional que julgava monografias de músicos ligados à música popular brasileira. Uma comissão julgadora composta por especialistas em música popular selecionava quais artistas teriam a honra de ter sua vida biografada e depois publicada pela Funarte. Esta mesma comissão julgava quem seriam os ganhadores das monografias. Os vencedores ganhavam premiações em dinheiro. Entre os artistas selecionados pela instituição para terem suas vidas monografadas temos muitos nomes ligados ao Samba carioca: Pixinguinha, Paulo da Portela, Cartola, Jararaca e Ratinho, Tia Ciata. Um fato curioso é que alguns vencedores do concurso também faziam parte da comissão julgadora, como foi o caso de Sérgio Cabral que ganhou o concurso ao monografar a vida de Pixinguinha. Estas monografias queriam passar um conteúdo científico para o público, pois em seu manual de elaboração dizia que: “Todas as fontes de pesquisa explicitadas devem ser minuciosamente explicadas³⁰”. Este projeto foi muito divulgado nos jornais do país. Era neste veículo de comunicação que eram expostas as regras e os prazos estabelecidos pela instituição. Ao serem publicadas por uma instituição ligada ao governo, estas memórias presentes nas monografias eram institucionalizadas e ganhavam o selo da oficialidade. O Projeto Almirante lançava os discos dos artistas consagrados no Projeto Lúcio Rangel. Dentro de cada disco continha um livreto contando um

³⁰ *A Gazeta de São Paulo*, 22 de Agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.

pouco da trajetória do cantor. Tânia da Costa Garcia argumenta sobre a trajetória destes intelectuais na Funarte: “[Estes intelectuais] lograram nas brechas da política cultural instituída pelo regime militar para monumentalizar artistas e repertórios do universo musical do Rio de Janeiro como patrimônio da cultura nacional.” (GARCIA, 2017: 73)

Um outro espaço cultural que recebeu verbas da Funarte para realizar seus projetos foi a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB). Esta associação embora fosse independente, contou com as verbas do governo militar para organizar suas reuniões. Nos seus encontros, especialistas e pesquisadores de todo o Brasil se reuniram para pensar estratégias para preservar a autenticidade da música do país. O primeiro encontro deste órgão aconteceu em 1975 em Curitiba. Esta primeira reunião ocorreu em conjunto com o 1º Encontro da Música Popular Brasileira, que fora um festival musical organizado pelo jornalista curitibano Aramis Millarch. Com o objetivo de conservar a memória da autêntica música popular brasileira, Aramis Millarch entrou em contato com Ricardo Cravo Albin para reunir os membros do antigo Conselho de MPB do MIS nos encontros da APMPB. A associação seria composta por um corpo de pesquisadores que atuariam em todo o Brasil para proteger a música popular brasileira, eles teriam o objetivo de formar acervos e arquivos públicos com esta temática (FERNANDES, 2010: 83). Logo no primeiro encontro da APMPB seus membros realizaram uma *Carta de Princípios*³¹ que foi dada ao ministro Ney Braga. Segundo Sean Stroud esta carta é nacionalista e cobra do governo medidas para proteger a música popular brasileira (STROUD, 2008: 33). A cartilha de abertura do II encontro da associação realizado em 1976 no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, pontua que os integrantes da APMPB passaram a trabalhar na Divisão de MPB da Funarte³². Este dado mostra como estes espaços culturais estão conectados e como estes intelectuais considerados especialistas em música popular brasileira circulam nestes diferentes espaços, compartilhando suas ideologias e formando uma rede de preservação da música “tipicamente brasileira”. Na III reunião da APMPB realizada em 1982 seus membros argumentaram sobre a necessidade do governo controlar as gravadoras instaladas no Brasil, para impedir as constantes gravações de canções estrangeiras no país. Neste encontro eles redigiram um

³¹ Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios*. Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

³² Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

documento, nomeado como *Carta dos Pesquisadores*, que além de cobrar do governo uma série de medidas protecionistas pedia a volta do Conselho de MPB do MIS, fechado pelos militares: “que sejam restaurados ou restabelecidos os Conselhos do Museu da Imagem e do Som”³³.

Nos anos de 1970 a Editora Abril também contribuiu na construção de uma memória sobre a música popular brasileira. Esta empresa lançou através do seu setor Abril Cultural uma coleção em fascículos intitulados *História da Música Popular Brasileira*. A Editora Abril era uma empresa privada que através da publicação de seus fascículos fez um trabalho biográfico sobre a vida do artista selecionado. Os fascículos poderiam ser adquiridos com facilidade, pois eram vendidos em bancas de jornal quinzenalmente (PEREIRA, 2005: 23). Dentro de cada fascículo encontramos referenciais fonográficos, iconográficos e textuais. Cada edição continha textos da vida e das obras do artista selecionado, muitas fotos e um disco com a gravação dos maiores sucessos do artista, que podiam ser gravações originais ou regravações exclusivas para compor o fascículo (MILANI, 2015: 11). Antigos agentes culturais que já lutavam para a preservação da música popular brasileira desde a década de 1940 e atuaram no Conselho de MPB do MIS, também foram colaboradores das edições dos fascículos, como por exemplo: José Ramos Tinhorão, Sérgio Cabral, Ary Vasconcellos, Almirante, Jota Efegê, Lúcio Rangel, entre outros. Esses especialistas em música popular foram os responsáveis pela seleção dos artistas que tiveram suas biografias publicadas. Fato curioso é que muitos entrevistados pelo Programa Depoimentos para Posteridade do MIS também foram agraciados nos fascículos. Temos o exemplo dos artistas: Pixinguinha, Ataulfo Alves, Cartola, Ismael Silva, Ary Barroso, e muitos outros. Ao biografar a vida do artista escolhido os colaboradores dos fascículos perguntavam sobre sua infância, família, carreira. Estes mesmos dados eram questionados aos artistas quando davam seus depoimentos ao programa Depoimentos para Posteridade.

O fascículo do compositor Pixinguinha foi o segundo a chegar às bancas de jornal de todo o país. Nesta edição foi feita uma grande consagração ao artista - consagração similar àquela que o MIS já havia feito e que posteriormente a Funarte e a APMPB fez. Fica evidente a intenção dos intelectuais consultores da Editora Abril em preservar a memória do sambista:

³³ Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

“Seu trabalho [Pixinguinha] como instrumentalista, compositor e orquestrador está definitivamente gravado na história da música popular brasileira.³⁴” Nestes fascículos a maioria dos artistas selecionados para terem suas memórias preservadas eram ligados ao Samba carioca da “época de ouro” da música brasileira, dos anos 1920-1930. Porém, como a Editora Abril era uma empresa privada, que precisava das verbas das vendas dos fascículos para pagar seus funcionários e se manter aberta, era necessário que lançassem também fascículos de artistas vendáveis. Os artistas vendáveis eram aqueles que estavam no auge do sucesso e trariam lucro a editora. Desta forma, podemos encontrar na mesma coleção *História da Música Popular Brasileira* duas vertentes: uma ligada ao Samba carioca da Primeira República (que era a vertente predominante em que mais trabalhos foram produzidos) e outra ligada a artistas vendáveis no mercado fonográfico (MILANI, 2015: 43). O mesmo ocorria nas gravadoras do período. Elas eram compostas por duas linhas de catálogos opostas: o “comercial” e o “cultural”. Aqueles que se classificavam como comerciais geravam muito lucro para as gravadoras rapidamente. Já aqueles que se enquadravam no polo cultural, escapavam desta lógica de mercado, eles vendiam a longo prazo. Este polo cultural era formado por artistas nacionais, que quanto mais antigos ficavam mais consagrados seriam para um público seletivo. O Samba e o Choro tradicionais, considerados como autênticos para os seus admiradores, se enquadravam nesta linha “cultural” (NAPOLITANO, 2017: 54). Para poder atingir sua meta de venda, a Editora Abril lançou o fascículo de Roberto Carlos. O cantor fazia muito sucesso entre os jovens e batia recorde na venda de LP. Mas, a maioria dos especialistas em música popular que selecionavam os artistas para serem lançados nos fascículos não concordou com a publicação de Roberto Carlos. Por esse motivo, realizaram a biografia do cantor em tom crítico, ressaltando as características mercantis de sua produção e o marketing que era feito por trás de sua figura (MILANI, 2015: 43).

Embora muitos intelectuais ligados a estes espaços culturais abordados sejam adeptos de uma corrente nacionalista que considera como música popular brasileira o Samba das primeiras décadas da República, não posso deixar de destacar que dentro destes órgãos também ocorriam debates e não havia homogeneidade no pensamento de todos os intelectuais que compunham os quadros destes locais. Concepções diferenciadas sobre o que seria a “verdadeira” música popular brasileira também estavam em pauta. Porém, esta vertente

³⁴ PIXINGUINHA. *História da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Abril Cultural, 1970.

nacionalista prevaleceu entre os intelectuais devido à conjuntura do período: contexto da Guerra Fria, avanço do imperialismo norte-americano. Miliandre Garcia aponta que era importado para o país um padrão do estilo de vida norte-americano: “American way of life” (SOUZA, 2007: 80). José Ramos Tinhorão analisa o cenário brasileiro, deixando duras críticas a uma cultura americanizada que cada vez mais se reproduzia no Brasil. Para ele, a Segunda Guerra trouxe para o Brasil, e, sobretudo para a classe média, a assimilação da cultura, dos costumes e dos estereótipos estadunidenses: “após a Segunda Guerra Mundial, todos os países foram progressivamente levados a sufocar a expressão de sua cultura, no campo da música popular, para dar lugar a ritmos, melodias e harmonias cujas raízes não estão na música tradicional de seus povos, mas na música norte-americana.” (TINHORÃO, 1969: 9) Os jovens seriam os principais responsáveis por essa assimilação de valores norte-americanos.

Por estes motivos, neste período, muitos intelectuais vão construir uma identidade que se contraponha aos valores estrangeiros (ORTIZ, 1986: 15). Havia um medo de se perder as raízes nacionais, medo da descaracterização das canções brasileiras. Muitos projetos foram realizados neste sentido, buscando a preservação da canção tipicamente brasileira, aquela considerada pura, livre de influências externas. E é exatamente desta forma que muitos intelectuais vão agir dentro do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril, vão construir estratégias para preservar a memória de uma determinada música popular, realizando projetos e ações em toda a sociedade brasileira (CATROGA, 2001: 32).

REFERÊNCIAS

FONTES

A Gazeta de São Paulo, 1979 -1987. Disponível no CEDOC/ Funarte do Rio de Janeiro.

A Gazeta de São Paulo, 22 de Agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta de Princípios. Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Atas das reuniões do Conselho de Música Popular Brasileira - Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa.

CARNEIRO, Édson. Carta do samba. Palácio Ernesto, 1962.

Coleção História da Música Popular Brasileira. São Paulo, Editora Abril, 1970-1982.

FERNANDES, Antonio Barroso (org.) As vozes desassombradas do museu. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

TINHORÃO, José Ramos. O Samba Agora Vai... A Farsa da Música Popular no Exterior. Rio de Janeiro: JCM Editores, 1969.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Tânia Mara. Museu da Imagem e do Som: O desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil. 212. 397f. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia, Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2012.

ALBIN, Ricardo Cravo. Museu da Imagem e do Som, Rastros de Memória. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOTELHO, Isaura. Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A Inteligência da Música Popular: a “autenticidade” no samba e no choro. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

GARCIA, Tânia. Afinidades eletivas. A Funarte e o samba carioca como patrimônio da cultura nacional. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 70 - 92, set./dez. 2017.

LAMARÃO, Luisa Quarti. A crista é a parte mais superficial da onda. Mediações culturais na MPB (1968-1982). 2012. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MAIA, Tatyana de Amaral. As políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1974). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2011, Anais Eletrônicos, São Paulo: ANPUH, 2011.

MESQUITA. Cláudia. Um museu para Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MILANI, Vanessa Pironato. Samba em fascículos: vertentes do gênero na coleção História da Música Popular Brasileira em tempos de consolidação da indústria cultural brasileira. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

MORAES, J. Geraldo Vinci de. História e historiadores da música popular no Brasil. Latin American Music Review, Texas, v. 28, n.2, p. 271-299, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. A Síncopa das Idéias: a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO. Marcos. Cultura brasileira, Utopia e Massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2017.

ORTIZ. Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Mateus H. F. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). Em Questão, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 239-258, jul./dez. 2005.

RIDENTI. Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p. abril-junho 2001.

SANTOS, Vicente Saul dos. A cidade do Rio de Janeiro no IV Centenário em algumas páginas literárias. Acervo, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.132-143, jan./jun. 2015.

SOUZA. Miliandre Garcia de. Do teatro militante à música engajada. A experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

STROUD, Sean. *The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music: Politics, Culture and the Creation of Musica Popular*. Brasileira. London: Ashgate, 2008.

WASSERMAN, Maria Clara. “Abre a Cortina do Passado”. *A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro 1954-1956)*. 2002. 156f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Cultura, Música e Juventude ao final da ditadura civil-militar: o Festival *Rock in Rio* e o processo de Redemocratização (1982-1985)

Roberto Alexandre
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a cultura que emergiu, espontaneamente e especificamente, na década de 1980 e foi o mote propulsor para realização de um megaevento que foi alvo de debates políticos, religiosos e econômicos, dando ênfase a vanguarda e o protagonismo da cidade do Rio de Janeiro. Estudo em curso, é parcialmente possível problematizar o impacto que o *Rock in Rio* foi causa e consequência, num momento particular e importante para o Brasil: a Redemocratização. Onde descobriu-se que o jovem brasileiro além de produzir, consumia.

Apesar da década de 1980 ser um passado muito próximo, para o Brasil, foi um momento recheado de vários eventos que tinham uma mesma motivação: a “Liberdade”. Hoje, com o devido distanciamento histórico, percebemos a necessidade de resgatar e analisar o festival *Rock in Rio* de 1985, fatos que o antecederam e o desenrolar das consequências sócio culturais de que o evento foi catalizador. Afinal, em que medida há verdade no senso comum de que tanto a geração jovem dos anos 80, como fator e o primeiro *Rock in Rio*, como consequência, representam – em alguns discursos – uma geração narcisista, alienada, egoísta, hedonista e pouco politizada?

O *Rock in Rio* aconteceu ao raiar do ano de 1985, durante dez dias ininterruptos. Onde, entre os dias 11 e 20 do mês janeiro, a cidade do Rio de Janeiro abrigou o primeiro megafestival de música realizado em território nacional. Um “divisor de águas” cultural; que catapultou o Brasil para a rota do “show business” mundial, afirmando um novo “status” para a cultura jovem brasileira e palco onde foi “anunciado” o fim da ditadura civil-militar para toda uma geração. Transformando-se num “personagem” representativo da recente história do Brasil, como símbolo de uma “geração otimista” com os rumos que o país indicava depois de anos de ditadura militar, ao ressaltar um novo papel cultural e participativo dos jovens.

O *Rock in Rio*, além de “inaugurar” o termo megaevento, é um “personagem” representativo da recente história do país, como símbolo de uma “geração otimista” com os

rumos que o país indicava depois de anos de ditadura militar, ao ressaltar um novo papel cultural e participativo da geração dos anos 1980. A partir do sucesso do revolucionário empreendimento empresarial se “descobriu” a juventude brasileira como força cultural e econômica.

A História Cultural é o nosso mecanismo teórico para compreender alguns sentidos e caracterizar a juventude da época através dos seus hábitos culturais e sociais, especificamente no período de 1982 até 1985, por considerarmos o auge de fatores que estimularam o “clima” e o sucesso do festival. Logo, é obrigatório discorrer também sobre o panorama político: o fim da ditadura militar e suas implicações sobre o futuro do país e o impacto que este momento teve sobre os brasileiros.

Anistia, ampla, geral e irrestrita assim começou o “fim” da ditadura militar brasileira no poder, em 1979, com o sucessor do então ditador Ernesto Geisel o general João Figueiredo – sob a legenda da "Abertura Política" – prosseguindo com o projeto de institucionalização do governo militar. Logo, cedendo ao clamor popular através de ampla mobilização de setores da sociedade civil – que articulavam-se desde de o início da década – sancionou a “Lei da Anistia”³⁵. Neste contexto, a lei da anistia significou o retorno de nomes importantes para a retomada política e cultural do país, somados a nova geração que estava crescendo sob tais signos e influências e a truculência e sufocamento ditatorial.

Concomitantemente aos modestos “ventos de liberdade”, agravou-se a crise econômica e com aqueles que queriam a continuidade da administração da repressão e, que por isto, tornaram usual a prática de atentados a bomba, para propagar o terror. Conivente, Figueiredo os reconhecia como “radicais, porém sinceros”. Tal sinceridade, culminou em atos como a carta-bomba enviada à OAB e o famoso atentado – que não deu certo – do Riocentro (30 de abril de 1981), no qual houve a tentativa de explosão de duas bombas em um show de MPB em homenagem ao dia do trabalhador (SILVA, 2012; CARVALHO, 2004; GASPARI, 2002).

³⁵Aprovada em 28 de agosto de 1979, a lei nº 6.683 concedeu a anistia a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais (AI) e Complementares, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Excluiu do benefício aqueles que foram condenados por crime de terrorismo, atentado pessoal ou sequestro, mas incluiu as esposas de militares que foram demitidos por AI. Além disso, permite o retorno a vida político-partidária dos anistiados, desde que em partidos legalmente constituídos (BRASIL, 1979). BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede a anistia e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1979. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Último acesso 27/05/2018.

Nítida intenção, de entre mortos e feridos, criar culpabilidade para movimentos da esquerda já desarticulados ou mesmo inexistentes. Crime sem punição por parte do governo, mas símbolo marcante de que não era mais possível a manutenção e governabilidade de um Estado de exceção de direitos.

Em 1982 ocorreram as eleições da qual os partidos: PDS, PMDB, PT, PDT e PTB, criados em 1980 a partir da reforma partidária de 1979, disputaram a predileção dos eleitores. Tal competição eleitoral significou a retomada do voto direto para os governos estaduais. O que não acontecia desde 1966 (FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M., STABILE, M. 1982-2006). As eleições foram marcadas pelo temor de fraude eleitoral pela oposição e reclamação a respeito da crise e do SNI por parte da situação, mas de fato abriram o caminho para movimentos que cobravam eleições diretas para o cargo maior do Poder Executivo. O partido do governo foi o grande vencedor na maior parte do país, mas os três principais Estados da federação ficaram nas mãos da oposição. Com o processo de abertura política marcado pelo afrouxamento da censura, o fim do AI-5, a lei de anistia e eleições distritais; faltava ainda o cumprimento de uma grande demanda da população: o retorno de eleições diretas para presidente, como exigia a emenda Dante de Oliveira³⁶.

Paralelamente, 1982 foi um ano de grande efervescência cultural. Ano do lançamento do filme *Menino do Rio*, que muito mais que contar uma história, ditava um “novo” estilo de vida. Foi o ano que a banda de *rock* Blitz tocou nas rádios de todo país a música: *Você Não Soube me Amar*³⁷, se tornando a pioneira da nova safra do *rock* brasileiro a fazer sucesso. A seleção brasileira era futebol-arte sem repressão³⁸ e o *Sport Club Corinthians Paulista*, o time do povo, praticava a “*Democracia Corinthiana*”³⁹. O vôlei era descoberto pela grande massa e os comerciais da marca de cigarros *Hollywood* se tornaram icônicos, aliando esportes radicais e *rock and roll* a um jeito de ser “jovem e saudável”. Pranchas de *surf* e *bodyboard*

³⁶ Em 2 de março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição prevendo o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República em dezembro do ano seguinte. Em abril, o PMDB lançou oficialmente a campanha nacional de apoio à emenda, com o slogan que ganharia as ruas: “Diretas já”. Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>. Último acesso em 29/05/2018.

³⁷ BLITZ. *Você Não Soube Me Amar*. Rio de Janeiro. EMI Odeon: 1982. Compacto (3:43 min.)

³⁸ Ao contrário do uso político da Seleção Brasileira de 1970 pela ditadura nos “Anos de Chumbo” do governo Médici. A Seleção Brasileira de 1982, considerada tão talentosa quanto a campeã de 1970, alimentou sonhos e tinha em vários jogadores uma postura bem clara a favor da redemocratização do país.

³⁹ Ver: SER Campeão é Detalhe – *Democracia Corinthiana*. Direção Gustavo Forti Leitão e Caetano Biasi. São Paulo: Produção DNA Filmes, Instituto de Artes da UNICAMP, 2011. Documentário. <https://www.youtube.com/watch?v=MNyRGt95cWw>. Visto em 08/06/2019.

nas ondas, velas de *windsurf* no mar, asas coloridas de asa delta no céu, foi o ano em que o espaço cultural *Circo Voador* aterrissava na cultura carioca e a rádio *Fluminense FM: A Maldita*, iniciava a sua nova fase; dois importantes veículos de propagação das nascentes bandas do *Rock Brasileiro*. Voltando a cena política, o movimento “Diretas Já!”, encabeçado pelos governadores de oposição eleitos em 1982, além de outras personalidades políticas da época, representantes da sociedade civil e artistas, que resultaram em colossais manifestações exigindo eleições diretas, não conseguiu aprovação parlamentar. Com o país em grave crise econômica, cada vez mais dependente dos Estados Unidos da América, com um presidente com problemas de saúde e uma população insatisfeita em vários níveis e setores.⁴⁰

Sendo assim, a eleição indireta de Tancredo Neves ocorreu em 1985, marcando o fim da ditadura militar iniciada em 1964. Para a juventude de classe média daquela época, o anúncio oficial se deu no primeiro e inédito megaevento do país: o festival de música *Rock in Rio*, transmitido nos telões da cidade do rock e celebrado por Cazuza; vocalista e letrista da banda Barão Vermelho, ao final da canção *Pro dia nascer feliz*, que se tornou uma espécie de hino naquele momento, para um “Brasil novo” que estava por vir (CASTRO, 2010: 209).

Em suma, temos como horizonte de pesquisa analisar, compreender e caracterizar a primeira edição do *Rock in Rio* como um evento inédito, uma “chave” para compreender os aspectos culturais e políticos da época; suas premissas e consequências para um Brasil que se pretendia começar uma nova história; cercada de otimismo e liberdade.

Pretendemos compreender e desenvolver o tema *Rock in Rio* como virada cultural para um Brasil de otimismo, sua consequência política e social para uma geração específica. O principal referencial teórico para a pesquisa é a História Cultural (BURKE, 2005; CHARTIER, 1990; CUCHE, 1999; THOMPSON, 1997) como um horizonte onde perpassam elementos da História Política, haja vista o momento particular da redemocratização do Brasil. Seguindo assim os conceitos propostos pelo professor e cientista político estadunidense Gabriel A. Almond, que define a teoria da cultura política de acordo com quatro aspectos:

⁴⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicoes-de-1982-foram-primeiro-passo-para-redemocratizacao-do-pais,8097552b1be6d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 28/ 06/2018.

1. A cultura política é o conjunto de orientações subjetivas para a política dos membros de uma nacionalidade ou subconjunto destes na mesma nacionalidade;
2. A cultura política possui componentes cognitivos, afetivos e avaliativos; inclui conhecimentos e crenças sobre a realidade política, sentimentos sobre política e compromisso com valores políticos;
3. O conteúdo da cultura política é o resultado da socialização infantil, educação e exposição aos meios de comunicação e experiências durante a vida adulta em relação à ação do governo. Social e econômico;
4. A cultura política afeta a estrutura política e governamental e o desempenho a restringe, mas, sem dúvida, não a determina. As setas causais entre cultura, estrutura e desempenho vão nos dois sentidos. (ALMOND, 1988: 79-80)

Além de interfaces com a História Social, como ferramentas para o estudo e investigação de como agiam e pensavam os atores daquele momento.

A caracterização da juventude, que vivenciou e teve no festival a concretização de seus desejos de liberdade, se faz necessária através de conceitos desenvolvidos pelo autor Peter Burke (1937) em seu livro: *O que é história cultural?* importante obra acadêmica que, além de descrever os avanços e recuos da História da História Cultural, problematiza a relação entre o estudo do local com o global e o debate entre a micro e a macro História.

Outro aparato intelectual que serve de rumo para nossa análise – no caso específico do *Rock*, como propagador de comportamentos e capital cultural poderoso da indústria musical – é o livro do historiador Eric Hobsbawm (1917): *A história social do Jazz*, que nos traz definições sobre as idiossincrasias e a importância que um estilo musical tem dentro do meio social em momentos diversos e suas implicações econômicas e sociais. A música numa perspectiva maior como prática e produto cultural; elemento de resistência e rebelião não explicitamente política, de consumo de massa através da sua industrialização e popularização. Hobsbawm serve de modelo de como tratar uma arte: a música – que foi feita para ser ouvida – através de uma análise histórica. Segundo o autor, esta deve ser simples, direta, traduzindo para o leitor os fatos através de uma conexão de intimidade. Também uma análise sociológica ao expor as disputas e associações de diferentes grupos sociais e raças distintas, todavia, em comum serem oprimidos, em torno de uma manifestação artística.

Para tratarmos da principal estrela do evento: o público e as tribos dele emergidas, além de toda fauna jovial oitentista – que mesmo sem um modelo ou manifesto de um movimento produziram e desfrutaram da arte, moda, esporte e cultura; feita por jovens e para jovens, construindo um caráter nacional novo – recorreremos ao pianista de *jazz* e sociólogo Howard Becker que em sua obra: *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*; tratado sobre

indivíduos que vivem segundo suas próprias regras, sob conceitos próprios de normalidade, mas que nem por isso estão à margem do corpo social, mesmo seguindo padrões de comportamento diferentes do que se considera normal. De acordo com Becker, regras, desvios e rótulos são sempre construídos em processos políticos, nos quais alguns grupos conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros. “Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008: 26-27).

A música neste projeto, especificamente o *Rock and Roll*, é o ponto de partida para quebra de vários paradigmas, mas também a trilha sonora para um momento peculiar pelo qual todo o povo brasileiro estava atravessando: a “Redemocratização”. Numa sociedade que ainda não havia se dado conta que seus jovens se agrupavam em várias e diferentes “tribos”, motivados pelas suas paixões. A produção cultural não oficialmente reconhecida, ou seja, a cultura popular, as representações, as práticas discursivas de vários grupos sociais ou qualquer espaço analisado e conectado a plurívoca noção de cultura, são o resultado da ampliação dos objetos historiográficos que definem a nova História Cultural (BARROS, 2004: 126). História Cultural esta, não no sentido de uma corrente historiográfica específica, mas a perspectiva cultural de uma determinada coletividade factualmente situada. Além do mais, todo cotidiano faz parte do universo da cultura, pois todo ser humano produz cultura pelo simples fato de existir.

Georges Duby delimita a História Cultural como o estudo da produção dos objetos culturais, salientando que tal produção é um ciclo interminável que abrange tanto o produtor, quanto o receptor de tais objetos, haja vista que a forma como tais são recebidos já traduzem uma nova produção cultural. Podendo os objetos da História Cultural serem distribuídos em cinco eixos fundamentais: objetos culturais, sujeitos, práticas, processos e padrões. Corroborando com as definições de Chartier (1990: 13-27):

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos (...) Representação, prática, apropriação (...) é preciso pensá-la como análise da representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas

figuras. São estas demarcações e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como repetindo-o ou dele se desviando.

Burke (1937), ao problematizar “O que é cultura?”, observa que, em um dado momento da história, a cultura era sinônimo de “alta” cultura, mas que esta passa a ter seu conceito estendido, para abarcar as diversas formas de expressão: arte, hábitos, comportamentos, impressões; produções cotidianas em vários níveis da sociedade. Posteriormente, o termo, sob a ótica antropológica, passa a ser usado por vários autores como similar a “antropologia cultural” ou “nova história cultural”. Segundo o autor, “movimentos gêmeos”, que estudam e traduzem todo o complexo que inclui “conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (1937: 43), de acordo com Edward Tylor citado pelo autor.

Roger Chartier tem interesse pelas práticas culturais, ou seja, a transmissão entre cultura oral e escrita como exemplo de que pessoas, não exatamente letradas, tem a capacidade de atuar dentro da cultura ilustrada através de múltiplos mecanismos culturais. São práticas culturais os modos como em uma dada sociedade as pessoas vivem e interagem com os seus pares ou estrangeiros e convivem com suas diferenças e não somente atividades ligadas a uma produção de cultura de caráter oficial (BARROS, 2004: 131).

Por conseguinte, acreditamos que eleger eventos na arte visual, moda, comunicação, música e teatro, ou seja, a efervescência cultural que aflorou no ano de 1982, espontaneamente. Exemplificam muito mais a realidade da juventude brasileira e a construção do comportamento daquela geração, do que toda movimentação política que, concomitantemente, acontecia no final do regime militar brasileiro. Sem deixar de reconhecer que a história política vivida pelo país naqueles tempos era influenciadora direta para tais ideais e propostas.

Quase ao final da sua análise histórica e sociológica em: *A história social do Jazz*, ao tratar do estilo como fonte de resistência e protesto, Eric Hobsbawm afirma:

Meu objetivo é mostrar, não porque as pessoas precisam de maneiras de fazer protestos através da música, ou válvulas de escape, mas porque, tendo tais necessidades, elas encontram no jazz um veículo tão adequado. E isso se dá porque é “música de pessoas comuns” que tanto por suas origens sociais quanto por suas

associações e peculiaridades musicais, se presta a tal interpretação mesmo quando esse não é o seu objetivo (HOBSBAWM, 1990: 281).

Assim como o *Jazz*, objeto do autor, o *Rock and Roll*, após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um veículo de contestação da juventude, ultrapassando o caráter de estilo musical para se tornar um estilo de vida; transformando-se em uma espécie de cultura universal. Para Hobsbawm a face de protesto do *jazz* residia na sua origem negra, raça oprimida historicamente. Podemos transportar o mesmo conceito para o *rock*, nos anos 1980 no Brasil. Todos eram oprimidos por um governo ditatorial de certa forma, mesmo que a juventude nascida durante a ditadura já a tivesse como um fator da vida. Havia a necessidade de se expressar e o estilo musical adequava-se, na sua simplicidade de execução e assimilação, a urgência que a carência por liberdade, diversão e conexão com o mundo pediam.

Becker fez uso da palavra *outsider* para definir pessoas com comportamentos diferentes diante de um determinado grupo; suas regras e opiniões, mas salientava que aqueles que impõe tais regras, os empreendedores morais, também são vistos como desviantes por aqueles que estão sendo rotulados como tal. Na sequência da sua obra, ao tratar dos músicos de casas noturnas, o autor alerta que apesar de serem um grupo, uma classe de comportamento desviante, não significa serem infratores da lei. Pelo contrário, pela extravagância da sua vida diante do que é tomado por normal no meio social, os músicos criam culturas e subculturas próprias a fim de garantir um modo de existir legítimo e adequado as suas necessidades e desejos, apenas diferente e não necessariamente em desacordo com a média da sociedade. Portanto, acreditamos que a produção cultural que adentrava a década de 1980 era constituída pela juventude, urbana e reativa. Haja vista, o Brasil ser um país com uma base social alargada na faixa etária abaixo dos trinta anos de idade, concentrada nas cidades em decorrência das modificações impostas pelo “milagre econômico” e independente diante de uma governança autoritária presente, porém enfraquecida.

Outsiders de forma abrangente tendo em vista um país fechado, com um certo grau de atraso frente ao que o mundo vivia e, internamente, não mais identificada pelas representações de resistência exercida pela cultura das décadas anteriores. Tributária de um otimismo inerente a sensação de recomeço que uma nova década criava. Alheia a debates

políticos mais profundos devido ao “caos” e o “lixo”: comercial e industrial, produzidos pela modernização conservadora do país. Mas, principalmente, criativa, buscando autenticidade no presente, para produzir e consumir em seus próprios termos, diante da impossibilidade de se organizar, planejar e executar as mudanças para um novo futuro.

Os signos e significados da geração da década de 1980, nasceram da necessidade de representatividade e expressão vinda do cotidiano de uma geração, que ao nascer sob o “traço” da ditadura; a encarava como uma contingência da vida.

Nossa metodologia esta segmentada em três etapas principais, que compreendem: revisão bibliográfica sobre o *Rock in Rio* em si, artigos e pesquisas acadêmicas sobre a época em que o festival aconteceu; investigação de registros documentais e iconográficos.

Com a revisão bibliográfica é possível investigar e confrontar dados para viabilização deste projeto, são fundamentais os livros: *Rock in Rio: a história do maior festival de música do mundo* do Luiz Felipe Carneiro e *Metendo o Pé na Lama: os bastidores do Rock in Rio 1985* do Cid Castro, bem como o artigo *Rock in Rio: um festival (im) pertinente à música brasileira e à redemocratização nacional* do Paulo Gustavo Encanação. Estes trabalhos não só são fontes de informações, mas objeto de confrontação de tais informações, por segurança, principalmente no levantamento de dados quantitativos do festival.

Para a construção e análise do que se produziu de música jovem, como ela se propagou por todo território nacional, recorreremos, principalmente, as obras : *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos de 80* do jornalista Ricardo Alexandre, *Rádio Fluminense FM: A porta de entrada para o rock brasileiro nos anos 80* da jornalista e baterista nas horas vagas Maria Estrella, *Brock: o rock brasileiro dos anos 80* do jornalista, professor e crítico musical Atrthur Dapieve e *Guia politicamente incorreto dos anos 80 pelo rock* do roqueiro Lobão.

Através de periódicos do período pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a construção do evento *Rock in Rio* e desenvolver um panorama sócio cultural mais elaborado e perscrutado dos pensamentos, discursos e representações do período. Por conseguinte, signos da moda, música, hábitos e costumes.

Outro importante recurso de comunicação que nos serve de apoio são os registros visuais e áudio visuais produzidos durante e posteriormente ao acontecimento. Segundo Ciro Flamarion Cardoso:

O historiador interessado em trabalhar com fontes iconográficas — seja que as encare como testemunhas de outros aspectos do social, seja como objeto específico de estudos históricos — pode contar, hoje, com uma gama bastante variada de enfoques e métodos disponíveis. A escolha entre eles dependerá, como é natural, do tema a pesquisar, das hipóteses de trabalho formuladas e da natureza e características e corpus de documentos iconográficos que se escolheu.

Seguindo a conclusão do autor, pretende-se uma pesquisa iconográfica com o uso de imagens da época como amparo ilustrativo daquilo que se quer tratar e transmitir, ora como aclaração exata sobre o objeto que está sendo descrito. Ora como material visual simbólico de um determinado momento.

Acreditamos que uma abordagem exclusivamente econômica ou política não dá conta do “ser jovem nos anos 80” e sua importância. Refutamos então o estigma distorcido de “década perdida”, como adjetivo de que nada relevante acontecera na cultura nacional na década de 1980⁴¹. Passados 36 anos da primeira edição do evento, que resultam em quase três gerações de novos adolescentes, é relevante sua narrativa, pois o festival ainda existe como um dos maiores espetáculos do mundo. Em 2019 aconteceu a sua oitava edição brasileira, com ingressos esgotados todos os dias e, somadas as edições em: Lisboa, Madri e Las Vegas, chegou ao total de dezenove. Mesmo com a incerteza imposta pela crise sanitária mundial, promete uma nova edição para 2021, simultaneamente, em Portugal e Brasil. Ainda é um acontecimento de números estratosféricos, mas sem a mesma representatividade daquele momento específico. Passou a ser um megaevento “com” música e não “de” música. Mas também a música, com o avanço tecnológico e a internet, já não possui a mesma relevância. Sinal dos tempos!

REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes textuais: periódicos da época como o jornal O Globo, Folha de São Paulo e revista Veja. Disponíveis respectivamente para consulta on-line através dos sítios:

⁴¹ Concordamos que os danos na economia em toda América Latina foi um fato. Logo a década perdida, economicamente, é uma verdade. Mas este termo não deve ser usado para tudo que aconteceu, principalmente, na cultura.

- <https://acervo.oglobo.globo.com>
- <https://acervo.folha.com.br>
- <https://acervo.veja.abril.com.br>

Fontes áudio-visuais: há um vasto material da cobertura feita pela TV Globo durante o festival. Reportagens, melhores momentos e shows completos das principais atrações, estão disponíveis no *Youtube*; plataforma digital de compartilhamento de vídeos da Internet. Na mesma plataforma existem várias e outras reportagens, entrevistas e programas que abordam direta ou indiretamente o assunto.

DOCUMENTÁRIOS

CIRCO Voador – A nave. Direção: Tainá Menezes. Rio de Janeiro: Produção Kanoa Filmes e Circo Voador, 2013. Documentário (1h 34 min.)

JULIO Barroso: Marginal Conservador. Direção: Ricardo Alexandre. Produção: Ricardo Alexandre e David Barkan. Fotografia: David Barkan. Montagem: Scott Pelzel. Uma coprodução Tudo Certo Conteúdo Editorial, Diretório de Filmes e Canal BIS. Documentário – 2013.

ROCK in Rio 30 anos. Direção: Daniel Ferro. Diy Vídeo. Realização Canal Multishow, 2015. Documentário. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J53H4Yavf1A>. Visto em 07/05/2018.

RUIDO de Minas. Direção: Filipe Satoreto. Produção: Gracielle Fonseca Locar: produtora, 2009. Documentário. 1 DVD (83 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8EEGZUz2jI0>. Visto em 14/06/2019.

SER Campeão é Detalhe – Democracia Corinthians. Direção Gustavo Forti Leitão e Caetano Biasi. São Paulo: Produção DNA Filmes, Instituto de Artes da UNICAMP, 2011. Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNyRGt95cWw>. Visto em 07/10/2020.

UM sonho intenso. Direção: José Mariani. Brasil, BRETZ – BACK FIVE, 2015. 1 DVD (101 minutos), NTSC, colorido. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2JwOKMup2rw&t=4241s>. Visto em 10/07/2019.

WOODSTOCK mais que uma loja... Documentário. Direção: Wladimir Cruz. Produção: Wladimir Cruz e Jaqueline Abbud. BDT Filmes. 2014. 1 DVD. (2:50 horas).

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Ricardo, 1974 - Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos de 80. / Ricardo Alexandre. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

ALMOND, Gabriel A.- EL ESTUDIO DE LA CULTURA POLITICA/ Gabriel A. Almond – Revista de Ciencia Política – Vol. X – Nº2 – 1988. pp.79-80

ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. Almanaque Anos 80. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARROS, José D'Assunção. O Campo da História – Especialidades e Abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp.169-196. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>. Visto em 09/07/2019.

BECKER, Howard Saul, 1928 - B356o Outsiders: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BURKE, Peter, 1937 - O que é história cultural? / Peter Burke; tradução: Sérgio Goes de Paula - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAMARGO, Aspásia. As Dimensões da Crise. In. CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli. Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 20-56.

CARDOSO, C. F. S. (2010). Iconografia e História. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 9-18. <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.864545>.

CARNEIRO, Luiz Felipe. Rock in Rio: a história do maior festival de música do mundo/ Luiz Felipe Carneiro - São Paulo: Globo, 2011.

CASTRO, Cid. 1960 -Metendo o Pé na Lama: os bastidores do Rock in Rio 1985/ Cid Castro- 2 eds. revista e ampliada - Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre Práticas e Representações. Lisboa. Difel, 1990.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2005, n.25. Pp.83-106. ISSN 1678-9873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Visto em 22/05/2019.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais/ Denys Cucho; tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DAPIEVE, Arthur. Brock: o rock brasileiro dos anos 80/ Arthur Dapieve. - Rio de Janeiro Ed.34, 1995. 224p. (Coleção Ouvido Musical).

DUBY, Georges. “Problemas e Métodos em História Cultural” in Idade Média, Idade dos Homens – do Amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo. Rock in Rio: um festival (im) pertinente à música brasileira e à redemocratização nacional. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 07, 2011. pp. 348-368.

ESTRELLA, Maria, 1968. Rádio Fluminense FM: a porta de entrada do rock brasileiro nos anos 80/ Maria Estrella. – 2 ed. – Rio de Janeiro: outras Letras, 2012.

FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M., STABILE, M. A evolução do sistema partidário número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 168-205.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In. STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. pp. 137-198.

GASPARI, Elio. 2002a. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. História contemporânea da América Latina:1960-1990/ Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. – 2. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBBSAWM, Eric J., 1917 - História social do jazz/ Eric J., Hobsbawm: [Tradução Angela Noronha]. — Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

KUCINSKI, Bernardo. O Fim da Ditadura Militar: o colapso do “milagre econômico”; a volta aos quartéis; a luta pela democracia. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

LOBÃO,1957 – Guia politicamente incorreto dos anos 80 pelo rock/ Lobão; [ilustração Lambuja]. - Rio de Janeiro: LeYa, 2017.il.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 97-126.

MOTTA, Nelson. Noites Tropicais. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016.

REIS, Daniel Aarão (org.). Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015. pp. 437-466.

SCHUARZ, Roberto. “Cultura e Política 1964-1969” (1978). O Pai de Família e Outros Estudos, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia D. A. N. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.

Da Lama ao Bit: A influência da obra de Chico Science e Nação Zumbi na cena mangue-bit e na construção de uma identidade recifense/metropolitana nos anos 1990.

Romeu Paula da Silva
Mestrando DO PPGHS/FFP/UERJ.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a influência do movimento *Mangue Beat* na formação de uma identidade recifense e de cidades de sua região metropolitana (Jaboatão dos Guararapes e Olinda) na década de 1990, discutindo a temática e a simbologia utilizada pelos grupos originários componentes deste fenômeno, em particular Chico Science e Nação Zumbi. Ao mesmo tempo, a pesquisa busca enfatizar a questão da compreensão desse fenômeno como um conceito de ‘*cena*’ em contraposição ao de ‘*movimento*’ – apontado já à época pelos seus participantes (PEIXE, 2010) – e o desdobramento deste mesmo fenômeno no cenário sociocultural da “Grande-Recife”, principalmente nas comunidades identificadas com o mangue, os mocambos e arredores.

Um das cidades mais antigas da história do país, capital da extinta Capitania e atual estado de Pernambuco, Recife, após o início do período de dominação holandesa e o posterior conflito com Olinda (Guerra dos Mascates), o qual lhe rendeu a condição de capital, se torna uma das cidades mais importantes do país. Até os dias atuais permanece no imaginário Recifense o título de “Capital do Nordeste”.

Centro econômico e político de boa parte da atividade canavieira da região Nordeste brasileira, a cidade alcançou *status* de importância que permanecerá até a transferência da capital da colônia de Salvador (Bahia-Nordeste) para o Rio de Janeiro (Sudeste) devido ao crescimento e importância da atividade de mineração. Durante o séc. XIX, quando a atividade cafeeira assume o lugar de principal atividade econômica do país, Recife e Pernambuco, assim como o Nordeste de um modo geral, sofrem mais um revés em sua história, reduzindo cada vez mais seu valor econômico, influência nacional e poder político.

CONTEXTO HISTÓRICO

No século XX, a cidade de Recife vivencia momentos de intensa atividade cultural, econômica e política. Primeiro exemplo a que podemos citar, em termos cinematográficos, é o conhecido “Clico do Recife” (1923-1931). Contexto no qual a cidade inicia uma produção – no sentido qualitativo e quantitativo - cinematográfica de renome e reconhecimento nacional e internacional, apesar de, em certo sentido, sectário, por ter sido promovido por determinados setores da sociedade que possuíam acesso ao material e maquinário não poucas vezes de alto custo.

Outro exemplo é proveniente da intervenção do governo Getulista perpetrada por Agamenon Magalhães que leva o projeto nacionalista e desenvolvimentista da Era Vargas para a Região. No entanto, apesar de algumas intervenções urbanísticas, essa movimentação gravita o entorno do Carnaval Pernambucano e suas atividades culturais (Maracatu, Frevo, Caboclinho etc.) as quais vão fomentar o contexto de criação/formatação da identidade regional/nacional.

A despeito do conhecido movimento cinematográfico “Ciclo da Super-8” e do movimento musical ‘*Udigrudi*’ (forma popular regional de se pronunciar a palavra inglesa “*underground*”) ou ‘Desbunde’ (as pessoas integrantes desse movimento cultural eram comumente chamadas de “desbundadas”) no final dos anos 1960 e 1970 - ambos de grande relevância para a história cultural do país porém alcançando apenas determinados setores da sociedade -, a região metropolitana recifense mergulha em uma situação de aparente estagnação cultural, política e econômica. , com adensamento populacional e falta de plano de urbanização e logística., acarretando segregação e processo de favelização.

Esse contexto formulou uma Recife paradoxal/contraditória e caótica, onde obras arquitetônicas do período holandês convivem com palafitas à beira dos rios e dos mangues; arranha-céus disputam espaços com favelas que se alastram sobre o mangue e a praia - o caso Boa Viagem/Pina – e bairros valorizados como Casa Forte se encontra cercado por regiões muito pobres como Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Bomba do Hemetério e Parnamirim.

A arquitetura e urbanística do Recife apresentam muito bem sua realidade social paradoxal. Não há distância física muito grande entre a parte pobre e a rica da região: ambas se entrecruzam. As praias do Pina e de Boa Viagem são vizinhas e não possuem uma demarcação física oficial visível, mas é totalmente perceptível em qual delas se encontra no

momento: as vestimentas, as práticas de lazer as formas de relações sociais entre os indivíduos, a tonalidade da pele e a linguagem identificam e separam perceptivelmente as duas praias. Nesse contexto juntaram-se as bandas Chico Science e Nação Zumbi, a Banda Samba Reggae Lamento Negro e a banda Chico Science e Lostal.

Por um lado, formada por moradores da Zona Sul de Recife e Jaboatão dos Guararapes a nação Zumbi traz consigo um ‘arsenal’ musical de muita influência de *rock n’ roll*, *punk*, *pós-punk* e *eletrônico*, comumente apreciados pela juventude daquela região, composta por classe média alta e classe alta em sua maioria. Também era composta por jovens da região central do Recife muito identificados com a *black music*, *hip-hop* e *soul* e composta majoritariamente por setores de classe média e média baixa. Por sua vez, na “outra ponta” da banda, há jovens da região Norte do Recife e Portuária de Olinda como Peixinhos e Rio Doce, majoritariamente composta por pobres, comunidades pesqueiras, caiçara, remanescente dos ajuntamentos quilombolas, onde esses jovens se identificavam com a cultura e música regional/popular e de origem negra e indígena.

Chico Science é, ao mesmo tempo, *front-man* e elo entre as duas pontas sociais, raciais e culturais da Nação Zumbi. No ano de 1991, junto a Fred 04 (vocalista da banda Mundo Livre S/A), Chico Science assina o realize do texto que viria a ser reconhecido como a síntese da Cena Mangue. Esse texto foi lançado por Fred 04 com o título de “*Manifesto dos Caranguejos-Sapiens*” e repercutiu na imprensa local e nacional. No ano de 1992, Chico grava um documentário sobre o Mangue e em 1994 é lançado o primeiro álbum da banda. O disco se chamou “*Da Lama ao Caos*” e foi reconhecido e premiado em nível Nacional e internacional e tido como um dos 10 melhores álbuns da história da música brasileira. Esse álbum evidência a temática do mangue, da cultura pernambucana, das condições de miséria da população recifense caiçara, dos mocambos e das favelas e apresenta a efervescência cultural local e a conexão recifense com o que vinha sendo produzido na música internacional. Após o sucesso do primeiro álbum, a banda grava seu segundo disco, “*Afro-ciberdelia*” onde a temática musical afro-brasileira é fundida à música eletrônica. O álbum ganha repercussão internacional quase de imediato. No entanto, em um acidente de trânsito em Olinda Chico Science vem a falecer e a banda sofre uma mudança significativa. A figura de Chico Science havia se sobreposto à da banda. Após a morte de Chico Science, a banda continua, mas dá início a um novo formato sonoro, onde a influência afro-brasileira e regional

vai se dissipando, o que é enfatizado com a saída e morte de alguns membros no decorrer dos anos.

No ano de 1990, a cidade de Recife recebeu o título de 4ª pior cidade do mundo para se viver, devido à sua estagnação econômica, o alto índice de violência, miséria, desigualdade social e ausência de saneamento básico para a ampla maioria da população, a qual estava alojada em favelas, mocambos e nas regiões de mangue.

Em meio a esse contexto surgem vários grupos de jovens de diversas regiões da cidade e seus arredores que passam a se encontrar para compartilhar seus gostos musicais e culturais. Nesses encontros surgem ideias de movimentações culturais que vão da música, cinema, literatura às artes plásticas, onde o atores propõem um mergulho na realidade social, cultural e ambiental recifense em alinhamento com o que havia de mais atual, cultural e tecnologicamente, sendo produzido no mundo à época, como: a música eletrônica, o hip-hop, o pós-punk, as literaturas pós modernas e existencialistas, a arte-plástica pós-moderna/pop e a tecnologia digital e a internet.

No ano de 1991, Fred 04 e Chico Science fincam uma antena parabólica no mangue ligando simbolicamente o mangue ao universo digital/tecno-científico-informacional e lançam o manifesto dos Caranguejos com Cérebro em que descrevem sua proposta inicial. Assim se dá o início simbólico da Cena Mangue.

Festivais musicais – como o Abril Pró Rock-, artísticos e de cinema são criados. Assim forma-se As músicas Mangue, O Cinema Mangue, A Mídia Mangue, A Arte Mangue, A Cultura Mangue e seus participantes são denominados *Mangue-boys* e *Mangue-girls*. No entanto, toda essa atuação forma, não um movimento, mas o que os próprios participantes vão chamar de cena ou cenário. Porque, segundo eles, quem compunha os grupos não seguia um padrão estético e comportamental específico. Tocar qualquer ritmo e se vestir de qualquer modo já possibilitavam ser visto como Mangue.

Dessa forma, no cinema, na música, na literatura e nas artes plásticas, a Cena Mangue se Caracterizou por uma série de trabalhos que abordavam Recife e sua cultura a partir da imagem do mangue, do caranguejo e da antena parabólica simbolizando à ligação da cultura musical recifense ao mundo, formando um *humus digital* que originou: bandas como *Chico Science & Nação Zubi*, *Mundo Livre S/A*, *Cordel de Fogo Encantado*; artistas como *Otto* e *DJ*

Hd Mabuse; filmes como *Baile Perfumado*, e *A Perna Cabeluda e Josué de Castro, cidadão do mundo*.1995 (52 min. Cor).

A escolha deste tema se faz pertinente devido a certa leitura acadêmica que se observa em relação à indústria cultural, a identidade regional e ao conceito de cena em termos gerais e ao Manguê-bit e a Chico Science & Nação Zumbi, em particular.

Tendo em vista a condição social, econômica e a formação cultural da região metropolitana de Recife, o surgimento, a organização/ação e desdobramento da cena do manguê-bit compõe, ao mesmo tempo, micro e macrocosmo que refletem os processos de mudanças e transformações ocorridas na sociedade recifense e metropolitana central e costeira (Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes) de Pernambuco como reflexo de um contexto macrorregional (Nordeste), nacional e intercontinental. Tal fato é perceptível por meio de uma observação do decorrer da história recente do Recife, passando por sua condição de estagnada 4ª pior cidade do mundo para se viver, de acordo com avaliação da ONU no final dos anos 1980, e o (re)surgimento da valorização das atividades culturais em exaltação à tradição dialogando com o circuito cultural internacional (eletrônico, rock, pop e hip-hop) e a crescente informatização do mundo, assim revitalizando o cenário cultural de modo a refletir no econômico e social da região, o que denota a relevância e pertinência do tema, a qual se reforça pela influência dessa cena no cenário artístico/cultural de outras regiões do país (Rio de Janeiro com O RAPPÁ e Planet Hamp; Santos com Charlie Brown Jr.; Ceará com O SURTO; e, com menor alcance nacional, as bandas catarinenses do “Mané-bit”) bandas que reconhecem a influência do manguê-bit em seus trabalhos.

Em meio a esse cenário de mescla cultural, social, econômica interna, soma-se o advento da informática (meio técnico científico informacional) que permitiu uma troca a nível mundial com suas redes cibernéticas acelerando o câmbio de informações e conteúdos permitindo maiores conexões com fenômenos culturais de outros locais do mundo e sua assimilação, formando um emaranhado de códigos e símbolos que vão formar várias identidades cosmopolitas e globalizantes. Nesse interim se dá um conflito que servirá de ilustração do período contemporâneo de fim da modernidade e ascensão da assim chamada pós-modernidade globalizada. Veremos o ‘conflito’ entre A cena Manguê e o Movimento Harmorial. Tal conflito se dá, por que o Movimento Harmorial, iniciado pelo escritor Ariano Suassuna, traz consigo o projeto de formação de uma identidade cultural nacional erudita que,

mesmo aceitando as manifestações de origem afro e aborígene, é norteado por modelos europeus ibéricos e latinos. Devido à natureza diversa das duas propostas, o conflito se deu, mesmo que apenas a título de discurso ou debate, pois Chico Science e Ariano Suassuna nutriam sentimentos mútuos de admiração e uma amizade pessoal.

Os anos 90 marcam uma mudança na História política, econômica, social e cultural do país com o fim do período de governo militar e o primeiro governo civil eleito (a saber, Governo Collor), o qual, apesar de sua curta duração, dará início a significativas mudanças para o cenário nacional, as quais se intensificarão no decorrer da década com a ascensão de Itamar Franco e do Governo Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, 1997 é uma data importante, pois nesse ano o mangue-bit perde uma de suas principais referências, o músico Chico Science, da banda *Chico Science e o Nação Zumbi*, em um acidente de carro. Esse fato causa uma comoção de grandes proporções, tamanha importância e visibilidade de sua pessoa. Este fato é perceptível, porque a partir da figura de Chico Science é que o mangue-bit se projeta para o mundo quando o mesmo acaba se tornando uma espécie de símbolo/signo, à exemplo do Festival Brazilian Day em Nova York onde Chico Science, trajando seu Mateus, fora ovacionado pelo público em uma performance junto a Gilberto Gil, o qual pediu para que transferisse a sua apresentação para o mesmo da Nação Zumbi.

Por último, o cenário mangue-bit representa um dos fenômenos mais simbólicos e emblemáticos da história da música pernambucana e brasileira. Desperta-nos grande curiosidade e admiração o fato de o mangue-bit ter se estabelecido como um fenômeno de origens regionais, mas de efeitos e alcances também internacionais, formando assim o que a literatura contemporânea descreve como “*glocal*” (global e local).

QUADRO TEÓRICO

Para se tratar da Chico Science & Nação Zumbi é de vital importância o conhecimento da vida e carreira de seus integrantes, que possuem momentos marcantes e decisivos, os quais podem auxiliar na compreensão de sua sociedade, cultura e época. Para tanto, as obras de Moisés Neto, José Teles e Jorge Du Peixe são de grande contribuição, para a narrativa histórica da banda dando ênfase a momentos em que Chico Science, Jorge Du Peixe, Gilmar Bola 8, Toca Ogã e Alceu Maia vivem e expressam o mangue-bit.

Mesmo expressando objetivos peculiares, essas obras são uníssonas em atribuir à banda Chico Science & Nação Zumbi a intitulação de mangue-bit/manguebeat devido às condições às quais a banda conduziu sua carreira, postura e iniciativa. José Teles afirma o próprio Chico Science criaram o conceito de manguebeat, fator que é implícito nas obras de Moisés Neto e Jorge Du Peixe. Os autores trabalham também a questão das origens socioeconômicas e culturais dos atores, sua forma de se vestir (o clássico uso dos chapéus de palha de aba dobrada, óculos escuros e a roupa larga), e a criação da rede de contatos que lhes permitiam usufruir de certos favores e vantagens, e suas composições que direta e indiretamente apontavam tal *modus vivendi*.

Para compreendermos as razões as quais caracterizam a banda como mangue-bit nas visões desses e de outros autores é de grande relevância a especificação e o entendimento do próprio conceito da Cena Mangue, Mangue-bit ou Manguebeat e sua derivações, como: mangue-boy e mangue-girl.

Para tanto, basearemos nosso trabalho nos conceitos de cena e mangue-bit desenvolvidos por Esdras C. de L Oliveira em suas obras “*Artífices da Manguetown: a constituição de um novo campo artístico no Recife (1991-1997)*” e “*A ideia de cultura da Cenas Manguebeat e a ideia de uma nova representação para a cidade do Recife*” por B. Picchi em seu texto “*Um Geografia do Mangue: Movimento Manguebit, Josué de Castro e regionalismo nordestino contemporâneo.*”

HIPÓTESES

- A utilização de símbolos e signos regionais tanto para formação identitária, quanto do reconhecimento supra regional da cena mangue, assim como o uso midiático.
- A resignificação da imagem do mangue, do caranguejo, e da região metropolitana de Recife contribuiu para o desenvolvimento regional através do mercado cultural e criação de uma consciência de preservação dos patrimônios culturais e ambientais.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica, com uso de fontes: a documentação existente de/sobre a Cena Mangue desde letras e composições que datam do período dentro do recorte cronológico temático da pesquisa, as quais podem ser encontradas no arquivo do MIS (Museu da Imagem e do Som) e arquivos digitais on-line à textos bibliográficos produzidos por autores

especialistas em História da Música Popular Brasileira; matérias jornalísticas, arte gráfica das capas e contracapas dos discos (lp's/cd's), entrevistas arquivadas em vídeo, áudio e escrita; vasta documentação audiovisual produzida à época pelos próprios atores. A partir dessas produções, analisar-se-á o conteúdo das obras produzidas pela banda referida no trabalho a fim de evidenciar a sua identificação com o mangue, a cidade, a cultura popular e o universo tecnológico que permite tanto o reconhecimento de sua identidade quanto sua propagação. Também serão utilizados os principais jornais do Estado de Pernambuco, disponíveis para a consulta digital.

FONTES DISCOGRÁFICAS

CHICO Science & Nação Zumbi. Da lama ao caos, 1994.

_____. Afrociberdelia, 1996.

MONTENEGRO, Fred Soares e Mundo livre S/A, Samba esquema noise, 1994.

FONTES AUDIOVISUAIS (FILMOGRAFIA)

BORBA, Alvaro; Lesnoki, Ana. Chico Science vs Ariano Suassuna: battle for Pernambuco. Meteoro Brasil.

https://www.youtube.com/watch?v=9tEOHb3vCIQ&t=615s&ab_channel=MeteoroBrasil

MONTENEGRO Fred Rodrigo. Caranguejos Com Cérebro, o manifesto, 1992. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html> Acesso em: 01 julho 2015.

MGLIOLI, Zé Eduardo. "Chico Science - Um Caranguejo Elétrico". RTV Produções 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=j299EbU-UnQ>.

PEIXE, Jorge du. Ocupação Chico Science. Instituto Itaú Cultural. 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9zuoJg0A1m4>

SCIENCE, Chico; MONTEGGERO, Fred. Manguetown: A Cidade. TV Cultura. 1992. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=E-H_sDIXWWw

FONTES IMPRESSAS (JORNAIS)

Diário de Pernambuco,

Correio de Pernambuco,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Bia. Os sustos do mangue. In: Verbum. <http://www.latITUDE.uol.com.br>).
- ANDRADE, Manoel Correia de. "A constituição do Recife metrópole regional". In Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/Acqua-Plan, 1990, p. 71.
- BARROS, Frederico Machado de Cantiga de Longe: o Movimento Armorial e a proposta de uma música de concerto brasileira Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BHABHA, Homi K.. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BERNARDES, Denis. Recife: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996, p. 71.
- CAIAFA, Janice. Nosso século XXI: notas sobre Arte, Técnica e Poderes. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2000.
- CASTRO, Josué de. Homens e caranguejos. São Paulo. Editora Brasiliense. 1967.
- CASTRO, Josué de. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. Porto Alegre: Livraria da Globo, 1937.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.
- _____. Visibilidade e Região e do Regionalismo: A Escala Brasileira em Questão. Trabalho apresentado no Seminário: Integração, Região e Regionalismo. São José do Barreiro, ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1992. p. 164.
- CUNHA FILHO, Paulo C. da. “Da arte de mutilar as cidades: a cultura periférica e a ilusão da modernidade”, Seminário Regional do Fórum Mundial de Cultura, Fórum Mundial de Cultura/SEBRAE/ FUNDAJ, Recife, 2003. [mimeo.]
- DIRLIK, Arif. The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism. In: Critical Inquiry, 20, 1994, pp. 328-56.
- FIGUEIRÔA, Alexandre. Cinema pernambucano: uma história em ciclos. Recife: Editora FCCR, 2000.

FONSECA, Nara Aragão. O Manguêbeat como Política de Representação. Universidade Federal de Pernambuco. Trabalho apresentado ao NP 21 – Comunicação e Culturas Urbanas, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005.

GONLAVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. Enpublicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. ISBN: 950-9231-92-4. Disponible en la World Wide Web:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>

GONÇALVES, Fernando do Nascimento. Comunicação, cultura e arte contemporânea. 2007. Disponível em www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_08/

HOPENHAYN, Martín. "Postmodernism and Neo-Liberalism in Latin America, In: Boundary 2, 20:3, 1993, pp.93-109.

IANNI, Otávio. Nacionalismo, Regionalismo e Globalismo. In: BOLAÑO, C. R. S. (org). Globalização e Regionalização das Comunicações. São Paulo: Educ/UFS, 1999.

LEÃO, Carolina Carneiro. A MARAVILHA MUTANTE – Batuque, sampler e pop no Recife dos anos 90. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49. São Paulo, 2002.

MARCHI, Dorival Donizeti. O pensamento geográfico de Josué de Castro nas Décadas de 40 e 50: a Fome e a Produção de Alimentos. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Silvio Carlos Bray. IGCE. Rio Claro. 1998. p. 10.

MARRAMAIO, Giacomo: «Dopo babele.Per un cosmopolitismo della differenza» In: Passaggio a Occidente. Eikasia. Revista de Filosofía, año IV, 25 (mayo 2009). 2ª ed. pp 39-56.

MELO FILHO, D. A. de. Manguê, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 10(2): 505-524, mai-ago, 2003.

MORAIS DE SOUZA, Cláudio. “Da Lama ao Caos”: Diversidade, diferença e identidade cultural na cena Manguê do Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Informe final del concurso: Culturas e identidades em América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2001. p.3.

MONTENEGRO, Fred Rodrigo. Fred Zero Quatro revê "manifesto do manguê" 15 anos após a morte de Chico Science: depoimento. [02 de fevereiro, 2012]. Portal UOL. Disponível em:

<http://musica.uol.com.br/ultnot/2012/02/02/nodiaemqueamor15anosfred04reescreveocaranguejoscomcerebro.jhtm>.

tede.chicsciencefaz

NELSON, Lourenço, « Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local», Mulemba [Online], 4 (8) | 2014, posto online no dia 28 novembro 2016, consultado o 30 abril 2019. URL : [http:// journals.openedition.org/mulemba/203](http://journals.openedition.org/mulemba/203) ; DOI : 10.4000/mulemba.203

OLIVEIRA, E. C. L. A ideia de cultura da cena Manguebeat e a criação de uma nova representação para a cidade do Recife. In: Anais do IV Congresso Internacional de História - 'Cultura, sociedade e poder', 2014, Jataí/GO. IV Congresso Internacional de História - "Cultura, sociedade e poder". Jataí/GO: UFG, 2014. p. 01-15.

PICCHI, B. Uma geografia do mangue: movimento Manguebit, Josué de Castro e regionalismo nordestino contemporâneo. In: Anais do XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. O espaço não pára: por uma AGB em movimento, 2008. v. 15. p. 1-13.

PRYSTHON, Angela. Cosmopolitismos periféricos. Ensaios sobre modernidade, pós-modernidade e estudos culturais na América Latina. Recife: Bagaço/PPGCOM-UFPE, 2002.

RENATO L. MANGUE BEAT – Breve Histórico de seu Nascimento. - www.manguebit.org.br

ROCHA, Tadeu. Diário de Pernambuco de 20/4/1958.

ROWE, William e SCHELLING, Vivian. Memory and Modernity. Popular Culture in Latin America. London: Verso, 1992.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura nos trópicos. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

SPENGLER, Oswald. The Soul of the City. In: Classic Essays on the Culture of the Cities. [Richard Sennett, ed.] Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1969.

SHARP, Daniel Benson. A Satellite Dish in the Shantytown Swamps: Musical Hybridity in the 'New Scene' of Recife, Pernambuco, Brazil. Dissertação de Mestrado em Artes, The University of Texas at Austin, EUA, 2001.

SOUZA, Felipe Castro de; GOMES, Ana Cecília Aragão; A Força Comunicativa no Movimento MangueBeat. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015.

TALES, José. Do frevo ao mangue beat. São Paulo: Editora 34, 2000.

TATIT, Luiz. A cumplicidade do público. In: Folha de São Paulo, 12 de abril de 1998.

UCELLA, Orlando Brandão Meza. A Poética da Crioulização em Chico Science e Nação Zumbi: análise de três canções de álbum Afrociberdelia. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

VARGAS, Heron. Hibridismos musicais de Chico Science e Nação Zumbi. Cotia. Ateliê Cultural. 2007.

MESA 04

Expansão Católica no Mundo Ibérico

DEBATEDORES:

Daniela Calainho (UERJ/FFP)
Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)

Pescaria das Almas: Francisco Xavier e Conversão na Costa da Pescaria

Gustavo Nascimento Rocha Dias
Mestrando PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO

Quando em maio de 1542 Francisco Xavier e dois companheiros seus – Francisco Mansilhas e Paulo Camarte – chegaram à Cidade de Goa, deu-se início oficialmente a presença jesuíta nos domínios portugueses na Ásia. Os membros da Companhia, porém, aportaram no centro administrativo luso juntamente com as naus que levavam Martim Afonso de Sousa, o novo Governador do Estado da Índia. Era uma conjuntura de uma nova etapa na política religiosa em Goa (se assim podemos nominar). Desde meados de 1540 há uma viragem nos ares de tolerância que, em certa medida, vigoraram até então. Houve perseguições e repressões às práticas consideradas “gentílicas”, destruição dos templos nativos e tentativas de imprimir alguma ortodoxia.

Como um espelho, o Oriente Português⁴² refletia as políticas executadas no Reino, o que não quer dizer que os reflexos não possuíssem distorções nas suas imagens. A conjuntura histórica no Reino, e no restante da Europa, era de conflagração dos conflitos internos à Cristandade – ou Catolicidade como prefere Delumeau (1983). Divergências advindas desde séculos anteriores ao XVI tonaram-se insustentáveis, e a reação da Igreja foi firme. Por vezes este movimento é denominado como Contrarreforma, por outras como Reforma Católica. De toda forma, dentro desse contexto reativo foram criadas instituições como a Mesa de Consciência⁴³, o Tribunal do Santo Ofício em Portugal⁴⁴ e a própria Companhia de Jesus pelo Papa Paulo III⁴⁵. Esta

⁴² Designação que aqui utilizamos para as possessões diretas e indiretas portuguesas, para além do Cabo da Boa Esperança.

⁴³ Criada em 1532 durante reinado de D. João III, é exemplo da progressiva centralização de poder da Coroa portuguesa. Para melhores descrições sobre o tema, veja Nunes (2019) e seu artigo *O Ocaso da Mesa da Consciência e Ordens (1821-1833)*.

⁴⁴ Oficialmente, a Inquisição portuguesa tem princípio com a aprovação do Papa Paulo III em 1536. Porém, é fruto de intensas negociações entre a Coroa e a Mitra desde 1531. Há, também, negociações que transcorrem até finais da década seguinte do XVI. Ver Alexandre Herculano (2012) e sua obra *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*.

nova ordem religiosa, dentro de suas missões, tinha por objetivo recuperar o número de almas perdidas pela divisão interna que as Reformas Protestantes “tomaram” – tanto no continente europeu, quanto nas novas conquistas. Portanto, dentre as manifestações do período, percebe-se que há uma tendência crescente da intolerância.

Entretanto, é importante frisar que desde o século XV, na Península Ibérica, há uma tentativa constante de (re)cristianizar a região dentro dos moldes de alguma ortodoxia. Isto devido à presença histórica de alguma diversidade demográfica⁴⁶, resultado de séculos de presença e dominação islâmica. De modo que em 1478 há criação da Inquisição espanhola – por exemplo – com finalidade de impor doutrina e ética cristãs, logo impor como pensar e viver, sobretudo, em relação aos judeus convertidos ao cristianismo (IGLESIAS, 2019). Não é o caso de afirmar que a intolerância aumentou ao longo do tempo apenas por influências externas a Portugal, mas sim demonstrar que há histórico e conjuntura propícia para tanto.

Conforme Ângela Xavier (2003), o Império Português é marcado por uma constante mudança, sobretudo durante o reinado de D. João III (1502 – 1557). A instalação das novas instituições, a expansão de políticas voltadas para a centralização do poder político da Coroa, e a adoção das missões como instrumento de expansão, por exemplo, ocorreram durante o período joanino. É possível que as mudanças drásticas, em especial no campo religioso, que aqui nos interessam, permitam dividir cronologicamente seu reinado. Foi comum atribuir a característica de influenciável a D. João III, como maneira de explicar como o princípio de seu governo teve características fortes do Humanismo – em oposição ao segundo momento menos tolerante. O primeiro período, porém, teria sido uma espécie de Renascença que aproximou Portugal de indivíduos como Damião de Góis e Erasmo de Roterdã.

Entretanto, Subrahmanyam (1995) reforça que essa caricatura em nada tem a ver com a personagem histórica. Desde antes ascender ao trono, aproximou-se de ideias e figuras pouco afeitas ao espírito humanista. O momento de virada em seu reinado, portanto, ocorreu em um momento que conseguiu consolidar sua posição na Corte. De

⁴⁵ A congregação religiosa foi pensada por Inácio de Loyola em 1534, aprovada posteriormente pelo papado em 1540 através da bula *Regimini Militantis Ecclesiae* em 1540. Ver artigo de Célia Tavares (2007) denominado *Francisco Xavier e o Colégio de Goa*.

⁴⁶ Como judeus e magrebinos, por exemplo.

maneira que este período foi quando D. João III desassociou-se da forte influência que seu predecessor deixou no Reino.

FRANCISCO XAVIER E AS MISSÕES ASIÁTICAS

Fruto de um exercício *anagógico*⁴⁷ do fundador Inácio de Loyola, quando convalescia de um ferimento de batalha, a Companhia construiu sob sua liderança uma perspectiva própria da Cristandade e das funções que deveriam exercer. Os inacianos podem ser descritos como herdeiros da *devotio moderna*, portanto, de algum humanismo; bem como herdeiros de uma tradição escolástica que pretende compreender a fé através da razão. Desta feita, os componentes característicos da ordem moderna conjugam os exercícios pastorais, a mendicância, o ensino e a conversão como meio de alargar a própria Cristandade. Portanto, tomando para si a noção Paulina de Missão⁴⁸, isto é, da ação missionária, os jesuítas lançaram-se por quase todos os continentes, com a finalidade de evangelizar muçulmanos, hereges ou infiéis (O'MALLEY, 2014: 4).

Sob esses parâmetros que Francisco Xavier foi chamado a Portugal pelo rei D. João III, e posteriormente enviado a Ásia para atuar na Conversão. Adotada como política da Coroa para expandir não somente a fé, mas a cada nova alma conquistada a Cristo, ampliava-se o domínio e senhorio lusitano. Fator este que caracterizou a expansão portuguesa, ou seja, a associação “da intenção missionária com aquisição territorial” (SCHWARTZ, 2010: 21). Assim, com o favor joanino e breves papais tornando-o Núncio Apostólico, Francisco Xavier promoveu a fé Católica durante dez anos na Ásia, entre 1542 e 1552 – ano este que faleceu tentando adentrar o grande Império Ming.

Sua chegada em Goa, então, iniciou as atividades da Companhia naquela mesma cidade, deixando no Seminário da Santa Fé⁴⁹ o irmão Paulo Camarte. Intenção era

⁴⁷ Leitura metafísica não apenas da Escritura, mas do mundo como representação divina. Inspiração que é alcançada através de êxtase místico, contemplativo ou espiritual.

⁴⁸ Na conjuntura que viveu Paulo de Tarso, Missão possuía perspectiva militar e/ou diplomática. Um grupo ou pessoa eram incumbidos de algum propósito e enviados a algum lugar pré-determinado a fim de cumpri-lo. A personagem bíblica adota terminologia para descrever como encarava sua ação evangelista, uma Missão em nome de Deus com o propósito de converter os gentios.

⁴⁹ Fundado em 1541 por iniciativa do Vigário Geral Miguel Vaz e Mestre Diogo Borba, estava dentro do arcabouço das ações da Confraria da Conversão da Santa Fé – fundada também por ambos os clérigos. Inicialmente, o objetivo principal da instituição era a formação de um clero nativo a fim de tornarem eficientes

auxiliar Mestre Diogo Borba nos assuntos do ensino – ou Borba teria o encarregado da “lição de Grãmatica, & o cuidado espiritual dos Collegiaes” (SOUSA, 1710). Mestre Francisco, porém, ficou pouco tempo em Goa, partindo poucos meses depois para atuar por volta de dois anos em uma região habitada por pobres pescadores ao sul do subcontinente indiano – sobretudo entre os *paravás* e *macuás*⁵⁰. Esta região também foi alvo das ações missionárias do Vigário Geral Miguel Vaz, que na década anterior efetuou a primeira conversão em massa entre estes mesmos nativos. Entretanto, há de se levar em conta, tanto para Vaz, quanto para o próprio Xavier ou mesmo quaisquer outros agentes da conversão, os possíveis exageros numéricos em relação aos batismos efetuados; além da própria “qualidade” destas conversões. De toda maneira, é creditado ao jesuíta um grande número de conversões efetuadas entre estes pobres habitantes, bem como de outros povos e em outros locais, ao longo dos seus dez anos de evangelização. Verdadeira peregrinação evangélica, possivelmente rendeu algo entre dezenas ou centenas de milhares de conversos. Entretanto, é menos provável a realidade desses últimos números (TAVARES, 2007).

É importante ressaltar, porém, que historiadores e a historiografia em geral tratam como um dado natural a proeminência – ou mesmo a criação – de um projeto para a conversão a partir da chegada do clérigo navarro. Sejam pelas características e aptidões da Companhia para uma comunicação eficaz, devido influência humanista para a escrita e divulgação em meio também impresso; seja pela eficaz propaganda que estes meios proporcionaram, há consolidação das narrativas construídas *a posteriori* por cronistas jesuítas, e reproduzidas pela historiografia, tornando os jesuítas a imagem que nos vem à mente ao imaginar as missões do mundo moderno. Entretanto, é questionável a centralidade que os jesuítas teriam no campo da missionação durante a segunda metade do XVI. Antes mesmo da formação da Ordem religiosa, da formação do próprio Xavier, existiam outros agentes trabalhando e planejando maneiras de converter e conformar os lugares e gentes no Oriente Português. Se levarmos em conta o que Ângela Xavier

as pregações/missões asiáticas. Isto pelo fato de que um clero nativo, conhecedor da língua, sociedade e cultura dela, aproximariam as populações ditas gentias da fé Católica.

⁵⁰ Segundo Monsenhor Dalgado (1919), *paravá* deriva do malaiala e designa uma casta de pescadores muito pobres e alienados do restante da sociedade por matarem e comerem peixes. Enquanto que nome *macuá*, que também deriva do malaiala, designaria a profissão de pescador. Por conta destes indivíduos, a região em que habitavam ao sul da Península Indiana ficou conhecida como Costa da Pescaria pelos portugueses.

(2003: 158-161) informa, franciscanos, por exemplo, possuíam uma agenda e metodologia próprias não apenas na Cidade de Goa, mas pelo restante da Ásia e das Américas. Como é o caso das experiências da Nova Espanha (hoje o México, grosso modo).

Não significa, porém, afirmar que a importância da ordem e de seus agentes foi menor ou teve menor impacto. Significa colocar em perspectiva. Assim sendo, podemos afirmar que foi graças às peregrinações do núncio, ao seu voluntarismo e energia nos afazeres dos assuntos da conversão, que foi possível construir a memória da ordem. Assim, também coloca-la em evidência para seus contemporâneos. Tanto que rapidamente a Companhia de Jesus ascendeu no Reino – e nos domínios ultramarinos – conseguindo ainda no XVI aumentar substancialmente o número de novas admissões à ordem, fundação de Colégios e assumirem direção das Universidades em Coimbra e Évora (TAVARES, 2002: 102).

Conforme chegou em Goa, Xavier relatou sua viagem e os caminhos que navegou, bem como sua pousada em Moçambique, Melinde e Socotorá. Assim, quando a narrativa dá conta da Cidade de Goa e aquilo que fez durante sua estadia, é notório como dá ênfase aos feitos da pregação, da doutrinação e/ou seus exercícios pastorais. Quando escreveu passagens como “los domingos y fiestas predicava [...] á los cristianos de la tierra um artículo de la fe” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 257), deixou subentendido, por exemplo, que sua atuação desde muito cedo se deu em espaços não ocupados pelos demais agentes da conversão. Isto é, frisando sempre que muita gente ia ouvir suas pregações, que havia tantos a procura por se confessar nos hospitais, tantos meninos a ensinar orações e mandamentos da fé Católica, que era como se não houvesse outros exercendo tais funções. Estas memórias, portanto, buscavam exaltar os grandes feitos dos inicianos, de modo que (posteriormente), na construção da memória da ordem, foram utilizados estes relatos como meio de propagandear e legitimar os feitos da Companhia. Diz Célia Tavares:

Aparentemente essa função foi conscientemente trabalhada por parte do fundador da ordem, uma vez que, em 1541, Inácio de Loyola instituiu a *hijuela*, onde determinava que os problemas enfrentados pelos jesuítas deveriam ser escritos em folha separada da carta que informava os feitos edificantes e exemplares (TAVARES, 2002: 115)

A COSTA DA PESCARIA E A CONVERSÃO DOS NATIVOS

Cerca de cinco meses após sua chegada em Goa, Xavier escreveu sobre seu caminho até Tuticorim⁵¹, descrevendo o estado da Cristandade na região – e seu encontro com os *paravás*. A terra era pobre e a gente dela também. Os cristãos não tinham quem os doutrinasse e ensinasse o básico da fé. Apesar disto, diz “que agora abrá ocho años que se hizieran xpistianos” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 273). Novamente, Xavier reforça implicitamente que suas ações ocorriam no vazio deixado por outros. Curioso, pois o mesmo diz em janeiro de 1545 da necessidade do envio de “muita gente á Índia, porque acrescentarão muito os limites da sancta madre Igreja” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 372). Pode indicar, também de maneira implícita, após três anos intensos de atuação, reconhecimento das grandes dificuldades que um número reduzido de agentes enfrentava na tarefa da conversão.

Ainda ao final de 1542 afirma que batizou muitos nativos, principalmente jovens “*quid inter dextram et sinistram intersit ignorantes*” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 273). A passagem é referência ao livro de Jonas 4:11, “que não conhecem nem a [mão] direita nem a [mão] esquerda deles”⁵². Ou seja, os nativos permaneciam em seus costumes, pois não tinham consciência da gravidade de seus atos. Condizente com o relato do Padre Sebastião Gonçalves⁵³, que descreve o encontro entre Xavier e Vaz ainda em Goa. Neste encontro, segundo Gonçalves, o Vigário teria incentivado o jesuíta a ir peregrinar na Costa da Pescaria. Isto devido ao fato que esses “christãos não têmão mais que o nome por falta de quem os doutrinase” (GONÇALVES, 1957: 133).

Hiperbólico, Xavier diz que não conseguia fazer suas obrigações sem que as crianças o exigissem ensino de rudimentos da fé. É difícil acreditar, sendo verdade que os pequenos não dessem sossego, que elas queriam exatamente aulas sobre a fé. Porém, é argumento para o jesuíta recitar outra passagem da Escritura. Disse ele que iniciou seu conhecimento do céu, pois “*quoniam talium est regnum celorum*” (IN: Monumenta

⁵¹ Atual Thoothukudi, no Estado de Tâmil Nadu próxima ao Golfo de Manar, no sul da Índia.

⁵² As passagens bíblicas utilizadas neste trabalho são as traduções do Professor Frederico Lourenço (2017, 2018 e 2019); por vezes utilizaremos a versão Bíblia de Jerusalém (2013) da Editora Paulus.

⁵³ Padre Sebastião Gonçalves (1555-1619) foi importante agente jesuíta na Índia Portuguesa. Dentre suas obras, produziu em três volumes uma história para a Companhia de Jesus no Oriente. Esta republicada por José Wicki (1957).

Xaveriana, 1899: 274). Isto é, em Mateus 19:14 “Jesus disse: ‘Deixai as crianças e não as impeçais de virem até mim, pois delas é o reino dos céus’”. É interessante como nesta primeira carta sobre sua missão na região, o próprio Xavier descreve seu *modus operandi* durante o restante das suas evangelizações. Uma rotina pastoral que girava em torno da peregrinação sempre que possível, o batismo do maior número de pessoas e em especial os jovens, o ensino de orações e preceitos básicos da fé Católica.

Infelizmente, poucas são as cartas de Xavier que sobreviveram ao tempo que datam do ano de 1543. Sabemos, porém, destas cartas perdidas houve um Catecismo Breve e um Sermão direcionados aos tâmeis⁵⁴. Portanto, é difícil analisar os feitos de Xavier neste ano. Entretanto, em Janeiro de 1544 escreveu para a Companhia em Portugal, e faz uma longa descrição do período de quase um ano que esteve por aquelas partes. Neste extenso relato descreve de maneira minuciosa sua rotina catequética. Diz que a principal dificuldade é a ignorância que os missionários e nativos tinham um da língua do outro. Portanto, Xavier teria trabalhado “sacando las oraciones de nuestra lengua em la suya y enseñándolas quatro meses” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 284)⁵⁵. Traduziram do latim para língua local os doze artigos da fé, os dez mandamentos, as principais orações; diz o jesuíta que duas vezes ao dia ensinava as crianças e pedia que elas ensinassem seus pais e vizinhos. Logo, o biscainho percebeu que para ter chance de sucesso em suas ações deveria aproximar-se em algum grau da cultura nativa.

Apesar da grande lacuna cronológica, há muito que aproveitar de suas descrições ao longo do ano de 1544. Seu interlocutor preferencial foi Francisco Mansilhas, irmão jesuíta que também evangelizava no sul indiano. Com este discutiu assuntos da conversão e os enormes problemas que os paupérrimos “cristãos da terra”⁵⁶ enfrentavam. Dessas cartas endereçadas a Mansilhas, é relevante sua reclamação sobre os “aggravos que fazem a esses christãos, assim os gentios como os portuguezes, não posso deixar de o sentir dentro em minha alma, como hé rezão” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 317). É interessante esta colocação, pois percebemos que suas posições mudaram após dois anos de serviço junto aos nativos. Pois, antes afirmava que os cristãos “tienen al Señor

⁵⁴ Etnia dos nativos ao sul da Índia.

⁵⁵ Adiante na cronologia, Xavier repetiria o procedimento. Em Malaca, ao preparar-se para partir para Macaçar, trabalhou na tradução “en language que en las Macaçares se pueda entender: es cosa mui trabajosa no saber la lengua” (Monumenta Xaveriana, 1899: 387).

⁵⁶ Termo que também surge nas documentações coevas quando se referiam aos nativos convertidos.

Governador por padre, y el Señor Governador los tiene por hijos *in Christo genitos*” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 276).

Também é relevante notar que na longa carta de 1543 do Vigário Geral para D. João III, dentre assuntos tratados, Vaz também descreve que “os cristãos de Tutecury foram por nossos pecados tam maltratados ate guora dos maes deses capitães e Portugueses que la amdaram” (REGO: 332, v. 2). Assim, interveio junto ao então Governador D. Estevão da Gama que enviou para aquela região o Licenciado Antonio Roiz. Este devia efetuar uma devassa, e assim prender quem tinha ofendido os pobres pescadores. Logo, diz Vaz que atitude agradou muito os “jemtios”, pois “cousa nova pera eles e grande comtento de verem que ouve lembrança de lhe fazerem justiça” (REGO: 332, v.2). Esta descrição, porém, remete a feitos ainda de 1542. Provavelmente a impressão de Xavier de que os nativos tinham em alta conta o Governador, não se tratava de Martim Afonso de Sousa, mas sim de D. Estevão da Gama.

Porém, ao tempo do governo de Sousa, parece que as vexações retornaram. Sendo as informações verdadeiras, verificamos isso pelas falas de Xavier e do próprio Vigário Geral. Em novembro de 1545⁵⁷, portanto, dois anos após a carta antes citada, Miguel Vaz pedia a Coroa que intervisse protegendo os pescadores. Pois quando estes não atuavam na pesca do aljofre/pérolas, pescavam o chanco/búzio – cujo comércio era monopolizado pelos portugueses de Bengala. Ou seja, impediam os pescadores de vender o produto a quem quisessem pelo preço que consideravam justo. O Secretário do Estado da Índia Pedro de Alcáçova Carneiro, a margem da carta, diz que o novo Governador D. João de Castro⁵⁸ devia agir em favor destes cristãos (REGO: 218, v. 3). Mais adiante, diz Vaz que se tratando das coisas da conversão, haja “alguma temporalidade pera favor e ajuda desta espiritualidade, porque, como se convertem os da terra, perdem todo o socorro e bem fazer dos seus naturaes, e ficam-lhe por inimigos” (REGO: 219, v. 3).

É interessante notar a deferência com que Xavier tratava Miguel Vaz em suas cartas. Ao relatar o caminho que percorreu do extremo sul da Península Indostânica até

⁵⁷ O Vigário Geral Miguel Vaz foi chamado ao reino e lá escreveu seu extenso relatório ou Apontamentos em Évora.

⁵⁸ Este foi nomeado em fevereiro de 1545.

Cochim no final de 1544, diz a Mansilhas que muitos ficaram por batizar e que devia Mansilhas pregar pela região de Travancor, “senão parecêra ao senhor Vigario Geral [Miguel Vaz] que era mais serviço de Deos hir donde está o senhor Governador”⁵⁹ (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 351). Portanto, ao mesmo tempo em que criticava de forma velada os missionários anteriores, valorizou os trabalhos do Vigário.

O processo que levou Xavier a conseguir permissão para peregrinar e evangelizar pela região de Travancor foi longo e remonta o decorrer conturbado do mesmo ano. Conflitos entre potentados locais desestabilizaram a região. Xavier estava trabalhando com os patangatins⁶⁰ desde início do ano e incitava Mansilhas o mesmo, para assim conseguirem impor uma mudança dos costumes das aldeias convertidas. Entretanto, os conflitos deflagram no meio do ano, e o impacto para os pescadores foi grande. Em junho de 1544, Xavier relatou que os badegás⁶¹ apresaram cristãos do Cabo do Camorim⁶² e que ia com vinte tonéis para socorrer os que se refugiavam. Encontrava-se em Manapar⁶³ e disse que chegavam mais e mais pessoas fugidas, pobres e desassistidos. Solicitava aos mesmos patangatins que enviassem rendas para sustentação dessas pessoas, mas que ninguém tirasse dos pobres. Situação calamitosa, pede “ao Senhor Deos que mova os coraçoes dos ricos, que hajão piedade d’estes pobres” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 330).

Porém, a um canacar⁶⁴ “amigo destes christãos” e oficial do Rei de Travancor, o jesuíta solicitou proteção aos convertidos. Xavier tentou interceder junto ao Governador para que auxiliasse Iniquitiberim, rei de Travancor ou o Grande Rei como o chamava. Diz que encontrou muitos amigos que ajudam na conversão e que Deus os recompensaria, pois “qui non est mecum, contra me est”⁶⁵ (IN: Monumenta Xaveriana,

⁵⁹ Neste caso, talvez Xavier tenha sido um dos letrados chamados para um Conselho deliberativo, sobretudo, para tratar do martírio promovido pelo Rei de Jafanapatão (Jaffna, ao norte do Sri Lanka).

⁶⁰ Equivalentes aos regedores lusitanos, administradores das aldeias paravás.

⁶¹ Era o “antigo nome do povo de Bisnaga [...] faziam frequentes incursões no sul da Índia e maltratavam em especial os cristãos”, segundo Dalgado (1919: 76, v. 1). O Império de Bisnaga dominava todo o sul indiano. Neste caso, tratava-se de um conflito local entre dois senhores, Iniquitiberim (rei de Travancor) e Beterbemal (rei de Tuticorim).

⁶² Segundo o missionário, atacavam em cavalaria e à noite. Capturavam os passíveis de pedir resgate.

⁶³ Atual Manapad, no extremo sul da Índia.

⁶⁴ Termo derivado do tâmil. Podia designar uma “casta” produtora de adagas, “sombreiros” ou que se ocupava da astrologia. Ocupavam-se de papéis administrativos no sul da Índia. Os missionários associaram o nome aqueles responsáveis pelos cristãos ou catequistas.

⁶⁵ Mateus 12:30 “Quem não está comigo está contra mim”.

1899: 334). As ondas de ataques continuavam, mas tomavam atenção. Conseguiu negociar com o príncipe e sobrinho do Grande Rei a proteção dos cristãos. Esforçou-se para tanto – mesmo com oposição do Capitão português do lugar, pois vendia cavalos de guerra ao rival (SEULE, 2015: 1235).

Esta situação, muito resumida, eventualmente seria resolvida e pacificada. Porém, os escritos de Xavier orientando Mansilhas nos assuntos da conversão da Pescaria e do Malabar continuaram. O próprio Xavier não retornou ou atuou naquela região, ao menos não como nestes dois primeiros anos de missões na Ásia. Dedicou o princípio de 1545 em Cochim, reunido em conselho do Governador, mas já era desejoso de partir para Malaca, para as Celebes e Molucas. Portanto, exercia a peregrinação evangélica com rigor, apesar das preocupações expressas em suas cartas com as comunidades que deixava para trás.

Estava sempre a procura de novas almas, de estabelecer novas comunidades, novas igrejas. Em oito de maio de 1545, quando em São Tomé de Meliapor esperava ir a Malaca, pede a Deus que lhe desse em sua alma sua “sanctissima vontade, com firme proposito de ha cumprir, he com firme esperança *qui dabit perficere qui dederit velle*” (IN: Monumenta Xaveriana, 1899: 383). Em nota, o autor da Monumenta diz que esta passagem refere-se à Filipenses 2:13 “Pois Deus é quem atua em vós [para] o querer e o agir segundo [Seu] bel-prazer”; porém, penso também em Mateus 7:7 “pede e ser-vos-á dado” e Mateus 7:12 “[...] dará coisas boas àqueles que lhe pedem”; ou ainda João 15:7 “se permanecerdes em mim e se as minhas palavras permanecerem em vós, aquilo que quiserdes solicitai – e acontecerá para vós”. Como afirmado, as bases catequéticas e missionárias do beato foram consolidadas no sul da Índia. Portanto, é possível afirmar que suas ações missionárias criaram fundamentos para as ações jesuítas.

REFERÊNCIAS

FONTES

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus Editora, 2013.

GONÇALVES, Sebastião. Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus [...]. Coimbra: Atlântida, 1957, v. 1.

LOURENÇO, Frederico. Bíblia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 – 2019. 3 v.
MONUMENTA Xaveriana. Matriti: Typis Augustini Avrial, 1899-1900, 2 v.

REGO, Antonio da Silva. Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947-1958, 12 v.

SOUSA, Francisco de. Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Cia. de Jesus da Província de Goa de Francisco de Sousa. Lisboa: Oficina de Valentim Deslandes, 1710, 2v.

BIBLIOGRAFIA

DALGADO, Sebastião. Glossário Luso-Asiático. Academia das Ciências de Lisboa, 1919, 2 v.

DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, v. 1.

HERCULANO, Alexandre. História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa: Europa-América, s/d. 3v.

IGLESIAS, Tânia Conceição. Raízes da Evangelização do “Novo Mundo”: a Península Ibérica, a Santa Sé e os franciscanos. In: SANGENIS, Luis Fernando Conde (org.). Franciscanos no Brasil: protagonismos na educação, na história e na política. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

NUNES, João Andrade. O Ocaso da Mesa da Consciência e Ordens (1821-1833). In: e-Legal History Review 29 (2018). ISSN: 1699-5317, núm. 29, Enero (2019). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340609276_O_OCASO_DA_MESA_DA_CONSCIENCIA_E_ORDENS_1821-1833

O’MALLEY, John W. The Jesuits: a brief history from Ignatius to the presente. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010.

SEULE, Karla Katherine de Souza. Francisco Xavier e Fernão Mendes Pinto: O Missionário e o Mercador frente ao Império Português no Oriente. In: VII Congresso Internacional de

História, 2015, Maringá. VII Congresso Internacional de História. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1229-1241

SUBRAHMANYAM, Sanjay. O império asiático português, 1500-1700. Uma história política e económica. Carnaxide: Difel, 1995.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. A Cristandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540 – 1682). Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2002.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. Francisco Xavier e o Colégio de Goa. In: Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 121-134, dez. 2007.

XAVIER, Ângela Barreto. A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII. Florence, European University Institute, 2003.

Evangelização dos nativos no vice-reino do Peru: a chegada da moralidade cristã

Lorena Gouvêa de Araújo
Doutoranda PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende compreender o processo de evangelização no vice-reino do Peru ocorrida a partir do século XVI, especialmente no que diz respeito à influência da moralidade cristã sobre a cultura autóctone peruana e ao controle do corpo feminino.

Partimos da concepção de que este feminino, no mundo colonial peruano, é fruto de um processo histórico que compreende o que é ser mulher desde o Peru antigo, passando pelo período incaico e chegando até a sociedade pós conquista. As mulheres, nestas antigas sociedades, eram reverenciadas por suas biólogias, por suas funções reprodutivas e pela anatomia de seus corpos.

A ideia de inferioridade, pautada no sexo biológico, era inexistente nos Andes e, pelo contrário, elas eram reconhecidas enquanto partes de uma orgânica dualidade que compunha, junto aos seres masculinos, a cosmovisão andina. Muitas vezes eram divinizadas, a ponto de serem, comumente, consideradas *madre* de toda uma comunidade – *Pachamama* (Mãe Terra), *Mama Sara* (Mãe Milho), *Mama Quilla* (Mãe Lua), *Mama Cocha* (Mãe Mar), etc. (VILLAVICENCIO, 2017: 65). As mulheres nativas do vice-reino do Peru, evangelizadas pelos clérigos cristãos a partir da chegada hispânica, são aqui compreendidas enquanto herdeiras dessas antigas personagens que, através dos rituais sagrados, se mantinham vivas no pensamento religioso andino.⁶⁶

COSMOVISÃO ANDINA

Ao discorrer-se a respeito do mundo andino, é essencial que se compreenda conceitos como os de reciprocidade e de oposição-complementaridade (*yanantin*) essenciais na manutenção de sua cosmovisão. Para esta população, os fenômenos naturais e as atividades realizadas entre humanos e natureza, entre seres animados e inanimados, no mundo terreno e

⁶⁶A respeito do mundo mítico andino ver: RITOS Y TRADICIONES DE HUAROCHIRÍ, 1987.

visível são, na realidade, reflexos dos mesmos fenômenos e atividades que ocorrem no mundo cósmico. Isso porque a percepção de mundo que possuem é holística, onde este se concebe enquanto um composto organizado em *pacha* (mundo): *kay pacha* (este mundo) e *uku pacha* (mundo interior), principalmente (YÁNEZ, 2002: 38). Se as comunidades usufruem de alimentos para todos, de chuvas periódicas, fertilidade das terras, bem-estar dos animais etc., é porque a interação e a harmonia entres os *pachas* está alcançada. O estabelecimento dessa harmonia perpassa pela ideia de reciprocidade, isto é, a noção de que todo o esforço em uma direção é recompensado com outro esforço em direção contrária, por parte do receptor. Por essa razão, nas comunidades andinas é tão comum (ou era) a oferta de alimentos aos deuses míticos (que habitam a *uku pacha*) por parte dos seres que habitam este mundo (*kay pacha*), no objetivo da manutenção do equilíbrio cósmico.

No que diz respeito à ideia de oposição-complementaridade (*yanantin*), que move a concepção andina, Tristan Platt recorreu à alusão do espelho para explicá-la. O autor relata que, este objeto, não apenas duplica a imagem que está à sua frente, mas também a inverte com precisão (PLATT, 1989: 247), o que representaria a dupla de opostos complementares existente no universo simbólico andino. Esta dinâmica, pode ser observada em variados esquemas existentes nos mitos nativos, como o Sol e a Lua; o *Hanan* (mundo de cima) e o *Hunin* (mundo de baixo); o Inca e a *Coya*, dentre outros casais presentes nas histórias locais. Através dos ritos dedicados aos personagens míticos, o mundo andino se converte em espaço onde a experiência humana se encontra constantemente em relação, e interação, com os demais seres que compunham o cosmos. Estes seres, de igual maneira que os humanos, também possuem suas vidas vinculadas entre si, fator que dá sentido à cosmovisão. (DEPAZ TOLEDO, 2015: 21).

EVANGELIZAÇÃO NO VICE-REINO DO PERU

Esta maneira holística de observar o mundo, através da reciprocidade, da manutenção (ou busca) do *yanantin*, do mundo enquanto local de integração entre os diversos níveis de *pacha*, não foi compreendida pela mentalidade hispânica que desembarcou no território do atual Peru, no século XVI. A crença de haver chegado a um mundo paradisíaco foi substituída, rapidamente, pela da América enquanto terreno fértil para o estabelecimento e enraizamento do demônio e de suas forças. Especialmente quando este espaço geográfico

passou a ser percebido, pelos hispânicos, enquanto local nunca antes amparado pelas leis de Cristo (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2008).

Uma vez que compreende-se, minimamente, as agências que manejam/manejaram os nativos em sua religiosidade, se faz necessário, do mesmo modo, compreender a mentalidade religiosa que desembarcou no vice-reino do Peru justo aos clérigos espanhóis. A partir de conceitos próprios de seu tempo, o cristianismo foi ministrado na evangelização de corpos e almas nativas. A doutrina católica operante no século XVI na América, demonizou as práticas autóctones e enquadrou seus praticantes em crimes de idolatria. Esta demonização da cultura andina, originalmente operada pelos doutrinadores cristãos espanhóis, vai se refletir, dentre outras fontes, nas crônicas coloniais.

Reconhecidas oficialmente pela Coroa hispânica enquanto formato ideal de descrição – e (re)conhecimento – da cultura exógena, as crônicas foram modelo literário preferido por toda sorte de escritores que desejassem ser reconhecidos pela administração do além-mar, tal como dos que desejavam relatar a dinâmica colonial. Esta teria sido a principal intenção de Guaman Poma de Ayala ao escrever seu manuscrito.

Felipe Guamán Poma de Ayala (1550-1616), autor da crônica *Nueva Cronica y Buen Gobierno* (1615), foi um autóctone de elevada casta e originário da região de *Huamanga*, hoje conhecida por *Ayacucho*, localizada na parte sul dos Andes peruanos. Teria pertencido a elite da linhagem dos *Yarovilcas*, antecessores dos Incas. Poma de Ayala levou uma vida itinerante e, durante o período colonial (a partir da década de 1560), esteve em contato com o corpo religioso católico. Em sua trajetória cristã, atuou junto a Juan Pérez de Gamboa – *corregidor* de Huancavelica e, posteriormente, visitador de Cusco, Huamanga, Huancavelica, Castrovirreyna e Jauja – e Cristóbal de Albornoz, chegando a ser “teniente corregidor” deste, operando na luta contra o movimento nativo do *Taqui Ongoy*. Foi com Albornoz que Guaman Poma aprendeu os códigos culturais europeus e passou a dominá-los (índio ladino). Durante o período colonial, utilizou tais códigos para obter prestígio junto aos espanhóis e pleitear seus direitos, tanto por ser descendente da nobreza do grupo indígena *Yarovilca*, quanto por ser filho e neto de homens que haviam servido a importantes postos, ao lado dos senhores Incas do Tawantinsuyu.⁶⁷ Sua crônica foi eleita, para este estudo, por compreender-se que os

⁶⁷ Ver. ADORNO, s/d.

escritos do cronista guardam traços que nos demonstram vestígios da mentalidade que ancorava a doutrina católica, na prática evangelizadora do vice-reino do Peru.

Seu manuscrito é dividido em duas partes. A primeira, chamada *Nueva Crónica*, é onde o autor trata desde a origem dos primeiros nativos da região andina até a chegada dos espanhóis no continente. Na segunda parte, chamada *Buen Gobierno*, Guaman Poma relata tanto a chegada dos espanhóis na América, quanto os sucessos e abusos da empresa colonial. Esta fonte foi endereçada ao rei Felipe III, da Espanha, a fim de denunciar as consequências da colonização espanhola no vice-reino do Peru.

Início esta análise, analisando o mito do casal fundador do Tawantinsuyo, isto é, do primeiro inca *Manco Cápac* e de sua mãe/esposa *Mama Huaco*. Este relato se encontra no quarto capítulo de seu manuscrito, que trata sobre os *Doce reyes incas*. Na ocasião, o cronista considera *Mama Huaco* enquanto uma *huaca*⁶⁸ fingidora, idólatra e feiticeira. Esclarece que esta mulher mítica falava com os demônios do inferno, realizava cerimônias de feitiçaria, falava com pedras, rochedos, morros, lagoas e paus, pois o diabo lhe respondia. Também afirma que ela teria sido a inventora das *huacas*, da bruxaria e dos encantamentos. Atribui ainda a *Mama Huaco*, a responsabilidade de haver enganado os nativos, a descreve enquanto uma mulher que teria se deitado, livremente, com os homens que desejasse, além de a considerar enquanto a primeira a servir aos demônios, sendo seu filho, *Manco Cápac*, fruto desta relação. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 42).

Guaman Poma não anula o protagonismo de *Mama Huaco* no estabelecimento do Tawantinsuyo. Ao contrário, a descreve enquanto a primeira *Coya* e *Reyna* de Cusco e destaca sua capacidade de liderança frente a um governo. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 57-58). No entanto, não economizou em adjetivos que aproximassem esta personagem ao demoníaco; atitude que pode ser interpretada enquanto relacionada à função de fiscal, nas visitas de Cristóbal de Albornóz, desempenhada por Guaman Poma durante o período de luta contra o movimento nativo dos *Taki Onkoy* (1560).

Se era impossível apagar, na mitologia cosmogônica andina, a existência de um casal fundador primordial, estabelecido com bases no *yanantin* e na complementaridade; Poma de Ayala utilizou adjetivos que desqualificaram moralmente [baseado na concepção cristã

⁶⁸ Segundo a crônica de Garcilaso de la Vega, *huaca* é uma palavra andina de conotação sobrenatural, que se manifesta através de algum objeto. Também pode ter o significado de adoratório. Ver: GARCILASO DE LA VEGA, 2005: 757.

católica] *Mama Huaco*. No entanto, a questão que se faz evidente é: porque nesta crônica, escrita por um nativo – cuja sociedade, originalmente, compreende o feminino e o masculino não enquanto gêneros hierarquizados e sim complementares – o personagem feminino está relatado a partir de atributos exógenos à concepção andina? Qual origem desta concepção sobre o feminino? Para responder a estas questões, se fez necessária a compreensão das agências existentes na mentalidade hispânica católica, que aterrissaram em terras americanas no século XVI.

Curiosamente, os adjetivos atribuídos, pelo cronista, à personagem mítica *Mama Huaco*, encontram consonância na linguagem proferida pelos evangelizadores europeus no estabelecimento de uma liturgia misógina. A partir de Delumeau, tem-se informação a respeito da forma a qual o franciscano alsaciano Thomas Murner se referiu ao feminino em suas obras *Conjuração dos locos* e *Confraria dos diabretes*, ambas de 1512. Segundo o autor, Murner dizia que o feminino “(...) Em primeiro lugar, (...) é um <diabo doméstico>: à esposa dominadora é preciso portanto não hesitar em aplicar surras – não se diz que ela tem sete vidas? – Em seguida, é comumente infiel, vaidosa, viciosa e coquete. (...)”. (DELUMEAU, 2009: 478). Também está nas obras de Murner a crença, comum no mundo europeu do século XIV, do feminino enquanto gênero possuidor de uma íntima relação com o demônio. Além disso, se nota a legitimação dos maus-tratos aplicados às mulheres (DELUMEAU, 2009: 478). Um típico relato misógino, no qual se justifica a força física do masculino frente ao feminino, no objetivo de corrigi-lo.

Outra fonte europeia, também mencionada por Delumeau, chama atenção para a presente análise. Se trata da obra do franciscano Alvarado Pelayo, denominada *De planctu ecclesiae*, datada de 1330. Nela encontramos, dentre outras questões, o medo imemorial das mulheres, o autoritarismo das sociedades patriarcais, o orgulho do clérigo ao masculino e a ideia da mulher enquanto ministra da apostasia, fazendo com que o homem caia em tentação. (DELUMEAU, 2009: 482-483). Estas concepções europeias, tais como a hierarquização entre os gêneros e uma suposta subordinação “natural” do feminino ao masculino, foram trasladados para a América no período da conquista e utilizadas nas bases da evangelização nativa.

No entanto, pode-se considerar que esta mentalidade é consequência de um pensamento muito mais antigo. Em realidade, a misoginia pode ser observada ainda nas obras

de Santo Agostinho, como aponta Lana Lage da Gama Lima. A autora menciona que já nos séculos IV e V, este teólogo consolidou a imagem negativa do feminino no imaginário moral cristão, a partir da associação do pecado original ao sexo. (LIMA, 2011: 151-152). Com sua genialidade discursiva, Santo Agostinho, ao sexualizar o pecado original, indica que se Adão (carne), tentado por Eva, não tivesse desobedecido a Deus (espírito), e comido o fruto da árvore do conhecimento do pecado, o sexo que praticaria seria com objetivo da procriação e não por virtude do desejo sexual. “Assim como o homem/carne rebela-se contra Deus/espírito, seu corpo se rebelaria contra sua alma, por meio de apetites vergonhosos, que misturavam o desejo da carne com o afeto do ânimo.” (LIMA, 2011: 151-152).

Neste período, ainda que a castidade fosse assunto que dissesse respeito a homens e mulheres, a dupla moralidade se construiu de maneira diferente para cada sexo. O homem, tentando pela mulher, deveria controlar seu apetite sexual, através do matrimônio, da mesma maneira que ela. Contudo, a fêmea passou a ser representada por dois arquétipos, opostos e excludentes entre si. De um lado, estava a Virgem Maria, mulher exemplar e sacralizada. De outro lado, Eva, mulher símbolo da transgressão, que teria levado Adão a cometer o pecado original (LIMA, 2011). Neste sentido, a castidade passou a ser elemento-chave de classificação do feminino. Quanto mais casta, mais se aproximava à Maria. Quanto mais libertina, mais se aproximava de Eva.

Ainda que este pensamento diga respeito a um mundo europeu muito anterior à produção da obra de Poma de Ayala, é possível perceber o reflexo desta teologia em seu manuscrito. Por exemplo, ao descrever o prólogo do quinto capítulo, intitulado “Las Doce Coyas”, o cronista diz:

(...) No os espantéis, mujeres, el primer pecado que cometió fue mujer, la Eva. Pecó con la manzana, quebró el mandamiento de dios y así la primera idolatría comenzasteis mujer y servisteis a los demonios. Todo ello es cosa de burla y mentira. Dejad todo y tened devoción a la santísima trinidad, dios padre, dios hijo, dios espíritu santo, un solo dios y a su madre de dios, santa María siempre virgen, que ella os favorecerá y rogará por vosotras del cielo, para que gocemos y nos juntemos en el cielo y en este mundo para que no nos tiente Satanás. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 63).

Na passagem, seu manuscrito ganha ares de conselho sobre o melhor caminho a ser seguido pelas nativas. Deve-se notar, em tal extrato, que, embora Poma de Ayala indique que a primeira mulher que cometeu pecado no mundo foi Eva e que a primeira idolatria se iniciou

com ela, ele completará afirmando que tudo é “*burla y mentira*”, afastando as nativas do determinismo irremediável. Para o cronista, as mulheres autóctones não estavam fadadas ao castigo do inferno – ainda que a primeira *Coya* tenha sido esposa do demônio –, para isto, ele apela e adverte a respeito de seu comportamento. Considera que, enquanto mulheres, estavam em íntima relação com Eva e com o pecado original, no entanto reflete sobre a possibilidade de mudarem seus destinos. Assim, deveriam tornar-se servas da doutrina cristã.

Esta passagem da crônica de Guaman Poma, também se encontra em confluência com a linguagem utilizada por Alvarado de Pelayo, quando este indica a relação entre a mulher e o pecado original. Relata o franciscano que:

Eva foi o “começo” e a “mãe do pecado”. Ela significa para seus infelizes descendentes, “a expulsão do paraíso terrestre”. A mulher é então doravante “a arma do diabo”, “a corrupção de toda lei”, a fonte de toda perdição. Ela é “uma fossa profunda”, “um poço estreito”. “Ela mata aqueles a quem enganou”; “a flecha de seu olhar ultrapassa os mais valorosos”. Seu coração é “a rede do caçador”. É “uma morte amarga” e por ela fomos todos condenados ao trespasse (...).” (DELUMEAU, 2009: 482).

É possível estabelecer, especialmente, dois pontos de convergência entre a escrita de Guaman Poma e de Alvarado Pelayo. Destaco, primeiramente, o momento em que o cronista relaciona *Mama Huaco* com a invenção do “pecado” [no modelo cristão]. Ao comentar sobre o primeiro Inca, Poma de Ayala considera, a respeito de *Mama Huaco*, “*Esta señora fue la primera inventora de los huacas ídolos, hechicerías y encantamientos y con ello les engañó a los indios*”. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 42). A seguir menciona Eva como a primeira mulher a cometer pecado no mundo e a servir aos demônios. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 63). A partir destas passagens, podemos refletir acerca de uma possível aproximação entre esta *huaca* e Eva. Ambas são apresentadas enquanto instituidoras da idolatria e servas do diabo, cada qual em sua respectiva sociedade. Contudo, na advertência do cronista, de uma maneira mais ampla, todas as mulheres são potencialmente Evas e todas, em potencial, podem cair nas tentações do demônio. Apenas o cristianismo e o controle de seus desejos, corpos e mentes, as podem blindar e amenizar a amálgama do pecado original.

Retomando à moralidade feminina na mentalidade cristã, destaco mais uma importante contribuição de Santo Agostinho. Nesta ocasião o teólogo busca conciliar o antifeminismo ao ensinamento evangélico, que pregava igual dignidade a homens e mulheres. Ratificando sua

genialidade, Santo Agostinho dirá que “todo ser humano (...) tem uma alma espiritual assexuada e um corpo sexuado. No indivíduo masculino, o corpo reflete a alma, o que não é o caso da mulher.” (DELUMEAU, 2009: 472). Assim, o corpo feminino (sexuado e não divino) se constituiu em um obstáculo ao exercício de sua razão. “Inferior ao homem, a mulher deve então ser-lhe submissa.” (DELUMEAU, 2009: 472).

Por esta razão, não há inovação no pensamento de Santo Tomás de Aquino (XIII), ao descrever a mulher enquanto um homem imperfeito. Contudo, em *Suma Teológica*, Santo Tomás agrega valor a esta rejeição, pois acrescenta que, em uma relação, apenas o homem desempenha papel positivo na geração de um ser, uma vez que à mulher – macho deficiente – está reservado apenas o papel de receptáculo dos dejetos masculinos. Enquanto sujeito débil, o teólogo afirma não se espantar dela ter caído nas seduções do tentador. (DELUMEAU, 2009: 472-473). Em *Contra Gentiles*, Santo Tomás de Aquino ratifica este pensamento, reiterando que “A mulher tem necessidade do macho não só para gerar, como entre outros animais, mas até mesmo para governar-se, pois o macho é mais perfeito por sua razão e mais forte em virtude.” (DELUMEAU, 2009: 473).

Como pode ser visto, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino não foram os únicos na construção do pensamento misógino, mas se consolidaram enquanto mestres de uma progressiva imagem degradante do gênero feminino. Graças à genialidade de suas palavras, transformaram Eva em pecadora, Maria em sagrada e apontaram estes como os dois únicos caminhos a serem seguidos pelas mulheres. A castidade era o termômetro dessa sacralidade. Quem a quebrasse estava, imediatamente, do outro lado da equação. Organizados e difundidos, seus pensamentos ganharam o mundo europeu.

Foi bebendo destas fontes que a sexualidade feminina compôs o imaginário da bruxaria europeia no século XIV. O feminino, responsabilizado pela fome e miséria que assolou a Europa pré-industrial, se traduziu em ameaça global, delineando uma sólida aproximação entre este gênero e Satan. (LIMA, 2014: 187). Através da reivindicação de antigas inquietações relacionadas à maternidade, menstruação e sexualidade feminina, e da imagem dicotômica da mulher – que oscilava entre Eva, marcada pela lascívia, des pudor e

vício, e Maria, casta, santa, virtuosa e honrada – a demonização do feminino foi ganhando espaço na Europa.⁶⁹

As concepções misóginas organizadas na bula *Summis desiderantes affectibus* (1484), do papa Inocêncio VIII, foram ratificadas e ganharam vigor e força a partir da publicação da obra *Malleus Maleficarum* (1487), escrita pelos inquisidores dominicanos alemães Sprenger e Kramer. Este manual de bruxaria, muito utilizado na caça às bruxas no período moderno, além de esmiuçar o diagnóstico e as punições que deveriam ser aplicadas às bruxas, recorreu, em seu argumento, às concepções formuladas por Santo Agostinho, no que diz respeito à articulação que este teólogo realizou entre magia e demônio.

Por exemplo, ao discorrer a respeito da Questão II, o manual informa:

E as palavras de S. Agostinho em *De Ciuitate Dei* são muito relevantes, por nos dizerem quem realmente são os magos e as bruxas. Bruxas, também chamadas de feiticeiras, são assim denominadas por causa da magnitude de seus atos maléficis. São as que, pela permissão de Deus, perturbam os elementos (...), são as que confundem a mente dos homens, conduzindo-os à descrença em Deus, e que, pela força terrível de suas fórmulas malignas, sem qualquer poção ou veneno, matam seres humanos. (...) E é certo que em operações dessa natureza a bruxa trabalha em íntima cooperação com o demônio. (SPRENGER, KRAMER, 1997: 67-68)

Através da análise da obra de Santo Agostinho, o manual *Malleus* discorre a respeito do que seriam as bruxas, por muitas vezes consideradas diferentes das feiticeiras. Estas foram compreendidas como as mulheres que realizavam seus feitiços sem a ajuda do demônio. Neste sentido, seus feitos eram abomináveis, mas não suas pessoas, em si. Já as bruxas eram consideradas braço do demônio. Seus poderes eram doados a elas através do pacto demoníaco, realizado durante o Sabbat.⁷⁰ (MELLO E SOUZA, 1987: 12-21).

Pela fragilidade de seus corpos e mentes, as mulheres se configuraram enquanto os seres que menos tentações demoníacas poderiam resistir, por isso, era preciso que seus corpos fossem controlados. Enquanto elementos naturalmente sexualizados e fontes da lascívia, como mencionado por Santo Agostinho, eles empobreciam a razão feminina.

⁶⁹ Ver. LIMA, 2014.

⁷⁰ “Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite, geralmente em lugares solitários (...). Às vezes, chegavam voando, depois de ter untado o corpo com unguentos, montando bastões ou cabos de vassoura; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados eles próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagem ao diabo, presente sob a forma humana ou (...) como animal ou semi-animal. Seguiam-se banquetes, danças, orgias sexuais. Antes de voltar para casa, bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficis, produzidos com gordura de crianças e outros ingredientes.” (GINZBURG, 2007: 9).

Na própria crônica de Poma de Ayala é possível encontrar este tipo de informação. Possivelmente, uma maneira eficaz de doutrinar os nativos seria pela educação cristã, sendo assim, ao discorrer a respeito da prática educadora, o cronista aponta que o feminino deveria ser tratado com maior preocupação do que masculino. Inclusive, é indicada constante vigília e controle sobre o corpo das mulheres. Além disso, é indicado que elas recebessem o evangelho dentro de suas casas, tal como manda a lei cristã de Castela. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 282). Guaman Poma ainda informa que, na ausência de seus maridos, as mulheres são “*bellacas, putas, cuando ronda el teniente de corregidor o el mismo corregidor o el padre, fiscales, (...) las fuerzan en ausencia de sus maridos.*” (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 390). As solteiras e viúvas, quando estão embriagadas, buscam homens de todo tipo. (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 390). Estas evidências demonstram preocupação a respeito da castidade feminina, condição que tampouco era valorizada pelas sociedades andinas em período pré-conquista. (CÁCERES VELÁSQUEZ, 1992).

Poma de Ayala também indica que é pertinente que seja aplicado maior castigo às mulheres do que aos homens (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 391), e enumera motivos os quais fazem delas pessoas mais luxuriosas que estes. Descorre que, o que “*(...) las mujeres (...) son más borrachas que los hombres, que estando borrachas ellas propias buscan a los hombres y no se hartan con uno solo, cuantos borrachos hay la fornican y se huelgan de ello.*” (GUAMAN POMA DE AYALA, 2015: 395). O cronista demonstra preocupação no que diz respeito ao controle do corpo feminino, à castidade e à sexualidade. Se se considera que estas não eram categorias naturais do mundo andino, consegue-se inferir que, pertencentes ao mundo cultural europeu, esta mentalidade foi inserida nas almas e corpos autóctones, durante o traumatizante processo de conquista, recaindo, às mulheres nativas, a mácula originada em Eva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a imagem sobre o feminino que desembarcou no vice-reino do Peru no século XVI era fruto das concepções misóginas que ancoraram o pensamento religioso europeu. Ainda que a primeira modernidade seja o lugar de fala dos evangelizadores que chegaram às terras americanas, as raízes de seus pensamentos podem ser apreciadas em

períodos muito mais longínquos, como a partir de Santo Agostinho e/ou Santo Tomás de Aquino.

Ao analisar a obra do cronista Guaman Poma de Ayala, fica evidente que tais concepções morais se entranharam na colonialidade e se fizeram presentes, e “naturalizadas”, no cotidiano nativo. Após a conquista, o gênero feminino foi forjado a partir de outros tons, outrora inexistentes nos Andes. Miticamente relatadas enquanto livres,⁷¹ as mulheres passaram a ter suas vidas e atividades regradas a partir da moralidade imposta pela doutrina. Esta, por sua vez, garantia na castidade a salvação da mulher nativa, antes libidinosa e, portanto, pecadora. Os tratados demonológicos chegaram ao vice-reino do Peru⁷² e se consolidaram neste território a partir da transformação dos corpos e almas nativas. A estreita relação entre corpo sexuado, pouca capacidade de discernimento e tentação demoníaca também foi um esquema deslocado para a América e reinterpretado.

A antiga dualidade nativa tornou-se binarismo hierárquico de gêneros, no qual às mulheres estavam reservadas funções inferiores à dos homens, pois eram vistas enquanto menos capazes e menos racionais que eles. As novas estruturas sociais, advindas da conquista, ainda que tenham transformado os sentidos da dinâmica nativa, manteve a aparência de continuidade (SEGATO, 2012: 118), o que dificultou sua percepção e resulta em um exercício extenso e de atenta observação aos meandros.

O objetivo deste artigo foi o de compreender as agências hispânicas que chegaram ao vice-reino do Peru no século XVI e que transformaram e ressignificaram a vida dos nativos. Estruturada sob outra ótica e visão de mundo, chamada cosmovisão andina, a dinâmica andina era caracterizada pelos princípios da reciprocidade e pela ideia de oposição-complementaridade (*yanantin*). Incompreendidos, foram demonizados, considerados idólatras e, ainda que bulas de proteção tenham sido expedidas, a realidade colonial levou à prática da tentativa de extirpação de suas crenças andinas, a partir de 1610. Nativos e nativas, homens e mulheres foram perseguidos. A doutrina misógina transformou suas mulheres, que na dinâmica da conquista passaram a ser as principais responsáveis pela manutenção da ritualidade nativa – uma vez que as tarefas atribuídas aos homens passaram a ser no trabalho

⁷¹ Cf. Relato mítico da divindade Chawpiñamca. RITOS Y TRADICIONES DE HUAROCHIRÍ DEL SIGLO XVII, 1987, cap. 10 e 13.

⁷² Cf. ESTENSSORO, 2003, cap. 2.

da *mita*⁷³ (antiga prática nativa ressignificada pelos conquistadores) –, em bruxas, feiticeiras e agentes demoníacos. Seres até então, inexistentes na mentalidade dos Andes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rolena. Guaman Poma y su crónica ilustrada del Perú colonial: un siglo de investigaciones hacia una nueva era de lectura. Nueva crónica y buen gobierno – Ensayo. s/d (Disponível em: <http://wayback-01.kb.dk/wayback/20101126102603/http://www2.kb.dk/elib/mss/poma/presentation/pres.ht>)

CÁCERES VELÁSQUEZ, Antidoro. La sexualidad en el Perú Pre-colombino. Lima: Editorial Universo, 1992.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Católicos y Puritanos en la colonización de América. Madrid: Fundación Jorge Juan/Marcial Pons Historia, 2008.

DELUMEAU, Jean. História do medo no ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEPAZ TOLEDO, Zenón. La cosmo-visión andina en el Manuscrito de Huarochirí. Lima: Vicio Perpetuo, 2015.

ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. Del paganismo a la santidad. La incorporación de los Indios del Perú al Catolicismo 1532-17150. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2003.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. Comentarios Reales de los incas. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

GINZBURG, Carlo. História Noturna: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. Nueva crónica y buen gobierno. Lima: Evisa ediciones, 2011.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LIMA, Lana Lage da Gama. “Misoginia e racismo no Brasil setecentista”. Gênero e racismo: múltiplos olhares. Espírito Santo: Editora da UFES, 2014.

⁷³ Sobre este tema cf. SPALDING, 1974: 147-196.

LIMA, Lana Lage da Gama. “Mulheres e Sexualidade no Brasil Colonial”. Estudos CEDHAL, v. 12, p. 143-189, 2011.

MELLO E SOUZA, Laura. A Feitiçaria na Europa Moderna. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

PLATT, Tristan. “Mirrors and maize: The concept of yanantin among the Macha of Bolivia”. In. MURRA, John; WACHTEL, Nathan e REVEL, Jacques (Ed.). Anthropological History of andean polities. London: Cambridge, 1989. (Ed. Digital, 2009).

RITOS Y TRADICIONES DE HUAROCHIRÍ DEL SIGLO XVII. TAYLOR, Gerald (Trad.) Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1987.

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. E-cadernos CES, 18, 106-131, 2012.

SPALDING, Karen. De indio a campesino: cambios en la estructura social del Perú colonial. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

VILLAVICENCIO, Maritza. Mujer, poder y alimentación en el antiguo Perú. Lima: USMP – Fondo Editorial, 2017.

YÁNEZ DEL POZO, José. Yanantin: La filosofía dialógica intelectual del Manuscrito de Huaro chirí. Quito: Abya-Yala, 2002.

**“Estão estas Ilhas cheias de idolatria”: os processos de feiticeiros e idólatras no Santo
Ofício de Goa (1560-1620)**

Luiza Tonon da Silva
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

“E dentro desta capela havia uma pequena imagem, a qual representava Nossa Senhora. (...) Muitos outros santos estavam pintados nas paredes, vestidos com coroas. Mas suas pinturas eram de estilo diferente (...), cada santo tinha quatro ou cinco braços”. Tal descrição de como seria uma capela cristã no Sul da Índia foi feita pelo cronista português Álvaro Velho (1838: 77) que acompanhava Vasco da Gama em 1498, quando recém-chegados a Calicute, cidade da costa do Malabar. Enxergava em alguma deusa local - Devaki, a mãe do deus Krishna, ou Mariaamma, pela qual a sonoridade do nome fez o navegador achar que os sacerdotes cantavam para Maria - a Virgem, e em tantos outros deuses possíveis imagens de santos; talvez como Cristóvão Colombo vira sereias em meio ao mar que cruzada de volta para a Espanha (COLOMBO, 1999: 86).

As ideias iniciais dos homens europeus que aportavam naquelas terras asiáticas -como aconteceria simultaneamente em meio a povos e lugares antes não conhecidas por eles nos continentes americano e africano -, embebidas no desejo de encontrar distantes reinos cristãos, ou minimamente, populações que se submeteriam às Coroas e cruzes da Europa, projetavam traços daquilo do que já conheciam, e principalmente, do que gostariam de ver naquela realidade que vinham a se deparar. Desse modo, Vasco da Gama e seus homens sentiram o toque da água benta quando servidores do templo hindu os abençoaram com gotas de águas sagradas⁷⁴, viram santos católicos nas imagens e estátuas⁷⁵ hindus, ouviram os nomes de Cristo ou Maria nas vozes indianas que saudavam (AMES, 2009: 67). Seus “olhos enxergavam primeiro o que se ouvira dizer”, como ocorreria em semelhança nos primeiros momentos dos ibéricos no continente americano, quando do contato e primeiras impressões

⁷⁴ Nos templos hindus, é habitual o uso de águas para bênção e purificação, sendo considerada a vinda do Rio Ganges a mais sagrada. Esse rio é tido como o corpo de uma divindade - no caso, a deusa Ganga -, e há similar paralelo com muitos outros rios do subcontinente indiano, reverenciados enquanto deuses.

⁷⁵ O termo para as estátuas de deidades no sânscrito seria *murti*, que não possui tradução exata, pois denota também o caráter vivo e divino da imagem esculpida, carregam a manifestação do deus ou deusa ali representada. As *murti* podem ser feitas a partir de madeiras ou pedras, com ritos específicos para sua confecção, e são de grande importância nos cultos hindus há séculos.

emitidas a respeito das populações ameríndias (MELLO E SOUZA, 1987). Mesmo que, como aponta o historiador Glenn Ames⁷⁶, a ilusão com a cristandade dos indianos pudesse ser muito menor da exposta no relato dessa primeira expedição portuguesa, e propositalmente exagerada com a finalidade de impressionar em Portugal e obter maiores incentivos para futuras viagens, os encontros e desencontros nos entendimentos de diferentes mundos, assim como o olhar já previamente direcionado a uma interpretação não deixou de ser uma realidade dessas situações a partir do século XV.

Passados alguns anos da presença e domínio colonial português sobre determinadas terras asiáticas, que passaram a integrar o chamado Estado da Índia - que abrangia da África Oriental a Macau, de localidades do Oriente Médio a possessões em ilhas do Sudeste Asiático -, a expectativa da força que Cristianismo teria ou poderia chegar a ter não se concretizava. Localizada em alguns pontos com maiores atuações de missionários, a expansão do catolicismo na Ásia caminhava a passos lentos na primeira metade do século XVI. As políticas de batismo de aldeias inteiras de uma só vez, por exemplo⁷⁷, ou de estímulos à conversão, como por meio de alimentos e vestimentas dadas por missionários aos mais pobres, geravam cristãos instantaneamente, mas não erradicavam costumes e crenças islâmicas e hindus com a mesma facilidade. Trocas de palavras - os sacramentos ministrados sobre centenas de indivíduos e mudanças de nomes que remetiam a deuses e castas locais para nomes bíblicos e portugueses - e trocas de símbolos - como as construções de capelas sobre montes considerados sagrados, e igrejas sobre as ruínas de templos destruídos - não bastaram para impedir as mulheres e homens convertidos de manterem práticas de suas fés originais, já entrelaçadas a tantos hábitos culturais. Sobre um ato de evangelização do território goês o jesuíta português Sebastião Fernandes escreveu em 1569⁷⁸:

Visitando em procissão levando todos seus ramos nas mãos e com muitos tangeres de trombetas portuguesas e atabales e outros instrumentos da terra, e indo os meninos cantando muitos motetes e cantigas em louvor de Deus; e foram, em louvor da cruz, arvorar uma cruz da a um pedaço em um outeiro junto onde estivera o mais suntuoso e rico pagode de todas essas terras. Foi também tanto o prazer e alegria vir ver, depois de postas, bailando e cantando alvoraçam os gentios e os fizeram vir ver as festas com

⁷⁶ O historiador argumenta também que seria curioso o fato de Vasco da Gama não promover em sua estadia de três meses em Calicute uma missa, por exemplo, ao passo que no litoral africano chegou a fazê-lo (AMES, 2009: 23-24).

⁷⁷ Como ocorreu em lugares como regiões rurais de Goa, onde as cartas enviadas para a Europa relatavam conversões de centenas de uma só vez (XAVIER, 2008: 281)

⁷⁸ *Documenta Indica*, vol. VIII, doc. 12.

dor de seu coração vendo irem tanto descaindo das suas gentilidades e idolatrias, que não somente sendo privados de seus pagodes, não podiam usar de suas cerimônias e ritos diabólicos, mas ainda em os lugares aonde iam fazer viam o Senhor ser venerado e honrado (...)

Onde houvera “o mais suntuoso e rico pagode de todas essas terras” colocou-se uma cruz, após uma procissão com canto e dança - também elementos muito importantes na ritualística hindu -, e em tese ali não mais “podiam usar cerimônias e ritos diabólicos”. A cruz se consolidava em substituição ao templo hindu; sobre o pó de sua ruína ela era erguida, e as “gentilidades e idolatrias” em questão de tempo e do alegado êxito missionário seriam erradicadas. Contudo, o quanto da adoração da cruz sobre o monte que continuou sagrado não carregaria também uma adoração a divindades locais?

Entusiasmados pelos números de convertidos e com a destruição física dos templos hindus⁷⁹ - estima-se que mais de 500 deles no período das poucas décadas após 1540 (TAVARES, 2002: 62), quando a política de perseguição aos cultos hindus se estabelece com veemência - missionários católicos relatam à Europa seus sucessos na suposta quase totalidade de convertidos naquelas terras. Não sem intenções, claro, pois visavam também aumentar seus recursos, ao apontar a quase inevitabilidade da erradicação num curto período da tamanha *gentilidade* que encontravam naquelas terras - essa última também bastante ressaltada, por outro lado. Como colocado pelo historiador Charles Boxer (1989), eles costumeiramente

dão a ideia de que as coisas corriam muito melhor do que na realidade acontecia. Para eles, os convertidos são numerosos, inteligente e espetacularmente devotos. Os pagãos são invariavelmente derrotados nas discussões com os cristãos em geral e com os missionários em particular. Há um tom geral de otimismo, por vezes à beira do triunfalismo. Tem-se a ideia de que a conversão de incontáveis milhares seria uma

⁷⁹ Numa provisão de 15 de março de 1550, escrita pelo administrador colonial João de Castro, para se “derrubarem os pagodes por mandado Del Rey, a idolatria aparece como péssima assim por mim como para os servos de Deus, a quem eu encomendo pelo qual rogo e peço ao padre Belchior Gonçalves e aos da Companhia de Jesus e (...) aos padres de São Francisco que onde me que acharem pagodes feitos, ou começados a fazer ou a reparar os destruam e derrubem para o qual eu lhe dou poder e autoridade”. Os missionários são, de acordo com a carta, incumbidos de destruir os templos, e impedir que sejam reparados, no caso dos que já haviam sido depredados antes de 1550; e a religião não-cristã, chamada de idolatria, é nomeada expressamente enquanto um problema tanto ao administrador como para os religiosos. Não só os templos são especificamente proibidos, mas também as cerimônias, como aparece na provisão redigida em 25 de março de 1559 e apregoada na cidade de Goa em 6 de outubro de 1559, intitulada “Da Rainha, pera que não aja nenhuma cerimônia gentílica nas suas terras: (...) que aqui em diante na dita Ilha de Goa e nas outras suas anexas não aja mais pagodes, nem ídolos em casa alguma nem fora dela e se queimem, e desfaçam todos os que houver, e que nenhum nem outra alguma pessoa os faça, nem consintam fazer nenhuma festa gentílica pública nas casas nem fora delas, nem haja brâmanes pregadores”. Historical Archives of Goa, Livro 9529.

coisa relativamente simples, bastava apenas haver mais missionários no campo para assegurar a colheita potencialmente rica.

Todavia, ao se desconfiar do engrandecimento próprio feito pelos missionários europeus, e em consulta a outras fontes históricas - mesmo que também produzidas por membros eclesiásticos -, outra realidade pode ser aferida: a das incontáveis práticas hindus, *idólatras* e *diabólicas* segundo o jugo colonial, que continuavam a ocorrer mesmo entre os que haviam recebido a água da pia batismal e passavam a ser chamados por nomes e sobrenomes portugueses. Um Tribunal do Santo Ofício, o único de todo o Império Português para além das fronteiras do Reino, foi instalado oficialmente no ano de 1560 na cidade de Goa por variados motivos e após duradouras discussões entre clérigos e governantes. Um desses motivos, além dos mais conhecidos e mencionados pela historiografia, como a abundância de cristãos-novos em terras do Estado da Índia, foi ao encontro da política confessional do Império Português propulsionada na região, em que bons súditos deveriam também serem bons cristãos. Para isso, a falta de conhecimento do Evangelho e da sinceridade das conversões asiáticas já se mostrava motivo de preocupação que não deixa de ser mencionado ao que se discute a criação de um tribunal inquisitorial em Goa, como mostra o historiador José Pedro Paiva (2017: 26).

A heresia e apostasia não partiam apenas dos portugueses e descendentes que se instalaram na Ásia - nos casos já mais conhecidos no Reino, como do relevante criptojudáísmo, assim como do criptoislamismo, também bastante acusado e encontrado no tribunal goês -, mas também dos nativos recém convertidos do continente sob a jurisdição lusitana. Essa particularidade do Santo Ofício de Goa, a de expressiva perseguição a mulheres e homens de origem asiática, passou a ser ainda maior a partir do fim do século XVI, quando muitas famílias cristãs-novas haviam já sido perseguidas, e tantas outras se refugiado em locais ainda mais distante das garras inquisitoriais. Cristãos-velhos, evidentemente, como no Reino, também foram processados no tribunal goês, entretanto, em compasso com a disparidade étnica do Estado da Índia, com maioria de súditos asiáticos, nunca chegaram a ser o grupo de réus mais numeroso. E, se como visto, o criptoislamismo e o criptojudáísmo, ali muito presentes, parecem ter sido o pretexto para a instalação do Santo Ofício, não foram os delitos mais frequentes poucas décadas após o pedido de alguns jesuítas para um tribunal que

desse maior ordem naquelas terras⁸⁰ houvesse sido realizado. As práticas consideradas de feitiçaria, de idolatria, de cultos gentílicos não tardaram a aparecer e intrigar e atarefar os inquisidores, já cientes de que aqueles povos do subcontinente indiano não cultuavam a Nossa Senhora nem utilizavam água benta cristã. Pelo contrário: percebiam - e então já notificavam a seus colegas e superiores no Reino - que a conversão a um perfeito catolicismo das populações locais não era tarefa simples, como relatava Jorge Ferreira, inquisidor de Goa, em 1603, ano que passou a cumprir a função:

Estão estas Ilhas de Goa todas infeccionadas, cheias de idolatria, e se a nossa houver de correr ordinariamente com este gentio da terra que de sua colheita é trabalhosa de encaminhar bem há que fazer esses dois anos, que vier, conquanto se trabalhou neste em que ficaram muitas confissões tomadas (...)

Em sua carta, compilada por António Baião (1930: 317) junto a de tantos outros inquisidores, que com palavras distintas frequentemente também relatavam a abundância dos delitos *idólatras*, *diabólicos* e *gentílicos* de Goa e demais regiões do Estado da Índia. Ferreira coloca esse local repleto de idolatria como *infeccionado*, como algo que precisa de cura e extirpação do motivo daquela da infecção, assim como usa a metáfora de *colheita* para se referir à evangelização do “gentio da terra”. Refere-se também aos muitos processos que iniciou naquele ano, que se findava, e aos tantos que ainda haveria de iniciar – e, de fato, o período marcado pela sua atuação, até o ano de 1612, foi de grande perseguição, em especial aos relatados crimes de ligação com a idolatria.

Foi possível ter a análise mais ampla de números e dados desse período graças à documentação do “Reportorio geral de tres mil oito centos processos, que sam todos os despachados neste sancto Officio de Goa & mais partes da India, do anno de Mil & quinhentos & secenta & huum, que começou o dito sancto Officio atè o anno de Mil & seiscentos & e vinte & tres, com a lista dos Inquisidores que tem sido nelle, & dos autos públicos da Fee, que se tem celebrado na dita Cidade de Goa”, manuscrito singular para o estudo dos réus do Tribunal do Santo Ofício de Goa nos séculos XVI e XVII, feito pelo então deputado inquisitorial Francisco Delgado Figueira em 1624 no intuito de catalogar todos os

⁸⁰ “Que mande Vossa Alteza a Santa Inquisição, porque há muitos que vivem a lei mosaica e a seita mourisca, sem nenhum temor de Deus nem vergonha do mundo” foi o pedido do inaciano Francisco Xavier em 1546, em referência aos presentes judaísmo e islamismo no cotidiano do Estado da Índia. Ver Documentação Histórica para as Missões do Padroado do Oriente (DHMPPO), v. III, p. 351.

processos realizados naquela Inquisição. Nele se encontra uma notável perseguição a homens e mulheres da Ásia já desde as primeiras décadas do Tribunal. Denúncias como as que levaram ao encarceramento no Palácio do Sabaio, sede da Inquisição goesa, homens como André Fernandes⁸¹ ou Henrique Dias⁸², já de uma segunda geração de cristãos asiáticos, que saíram em auto-de-fé no ano de 1562 por retomarem práticas religiosas locais. O primeiro, relatado como mestiço - presumivelmente filho de homem português com mulher asiática -, e do qual se tem o raro registro da sentença⁸³, transitou entre as fés hindu e islâmica durante diferentes momentos de sua vida⁸⁴, sendo então condenado como apóstata; o segundo, consta no “Reportorio” como processado por praticar “gentilidades” sendo cristão. Se, nessa primeira década de atuação do Santo Ofício no Estado da Índia os processos pelas alegadas gentilidades, idolatrias, adorações ao Diabo, adivinhações, sortilégios ou acusações afins foram minoritários - 4% do todo, muito menos que os alegados criptojudeus ou criptoislâmicos -, eles tendem a crescer, e na primeira década do século XVII, quase 70% dos processos inquisitoriais de Goa se referem a esses delitos⁸⁵. Para o período de 1560 a 1623, verificou-se a partir da mesma documentação que cerca de 44% dos processados pelo Santo Ofício no Estado da Índia foram acusados de atos de adivinhação, adorações ao Diabo, adorações a pagodes, bruxaria, feitiçaria, idolatria, sacrifício, invocar o Diabo, superstições, ter visões, buscar tesouros e gentilidades - proporção que, como apontam os estudos da historiadora Maria de Jesus dos Mártires Lopes (1999), tendem a aumentar de modo significativo durante os séculos XVII e XVIII. Ou seja, a ação inquisitorial em Goa foi amplamente marcada pela classificação, análise e julgamento dessas práticas - que em alguns casos eram aproximadas das ocorridas e já conhecidas no Reino, e outras novas, que mostravam a realidade distinta e diversa das sociedades do Estado da Índia.

Enquanto muitos dos casos de feitiçaria registrados se assemelham aos condenados pelos tribunais de Portugal, envoltos no pensamento seiscentista e setecentista da demonologia e das práticas bruxólicas, outros se mesclam aos julgamentos elaborados nas

⁸¹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), códice 203, fl. 94.

⁸² BNP, Códice 203, fl. 94v.

⁸³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), série 28, doc. 12578.

⁸⁴ André Fernandes, como consta em sua sentença de processo de 1562, praticou rituais hindus em diferentes situações e tinha um relacionamento com uma mulher dançarina de templos (*kalavant*),

⁸⁵ Análise com maior profundidade os números e proporções dos delitos inquisitoriais do Santo Ofício de Goa em meu trabalho de dissertação de mestrado. SILVA, Luiza Tonon da. Inquisição e mestiçagem cultural no Estado da Índia (1560-1623). 186 p. Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2018.

décadas de convivência e conflitos com as práticas religiosas da Ásia. É válido acrescentar que a bruxaria é costumeiramente mais marcada no período moderno por não requerer um meio, como objetos, para facilitar o objetivo, o que implicaria uma relação próxima com o Diabo – o que na feitiçaria nem sempre é requerido, ainda que seja também vista como uma prática de cunho diabólico; porém, por vezes, ambos os termos foram usados sem grande distinção entre si (PORTUGAL, 2011: 140). Assim aconteceu com Violante⁸⁶, mulher originária da ilha de Java e acusada de ser bruxa. Ela era residente em uma aldeia próxima a Cochim, na costa do Malabar, Sul da Índia - aonde provavelmente viera como escrava -, e batizada já adulta, foi processada e condenada por ser “bruxa e chupar meninos e ter ajuntamento por vezes com o diabo” no ano de 1565. Infelizmente, a ausência do processo de Violante não permite afirmar de que modo se deu a denúncia a seu respeito e os encaminhamentos que foram tomados, em detalhes; contudo, a partir dos indícios deixados no Reportorio, presumimos que a classificação de seu delito como “bruxaria”, de uma mulher que era cristã há poucos anos e vinha de um contexto sociocultural extremamente distinto do ibérico era perpassada pelos filtros coloniais que não só enquadravam as práticas religiosas da Ásia como idólatras, mas também como diabólicas e voltadas ao mal, comparáveis ao que as mulheres e homens portugueses eram simultaneamente eram acusados no Reino. Beber sangue e ter relações com o diabo eram algumas características marcantes das pessoas tidas como bruxas e que faziam pactos identificadas pelos inquisidores de Portugal, assim como de outros locais na Europa (BETHENCOURT, 2004); feitos que se descobriam por vezes por insistentes questionamentos aos réus, a moldarem as respostas a um ideal presente nos manuais e imaginário. Tal imaginário, transplantado às terras asiáticas, ganhava novos contornos, e se associava com as figuras de muitas deusas e deuses hindus e sua variedade de cultos⁸⁷. Contudo, a bruxaria foi motivos de poucos outros processos, de acordo com o Reportorio, nesse período, enquanto as feitiçarias e gentilidades, muitas vezes entrelaçadas, acabaram por ser motivo de encarceramento de centenas de pessoas.

⁸⁶ BNP, Códice 203, fl. 638.

⁸⁷ A historiadora brasileira Laura de Mello e Souza (op. cit.) explora esses acontecimentos, recorrentes em seu estudo e exemplos de condenados por feitiçaria na América Portuguesa e no Reino no século XVIII. Depois de sucessivos interrogatórios, e por vezes da aplicação dos tormentos, algumas confissões como a de José Antonio, homem africano que viveu no Brasil e Lisboa, passavam a corresponder às expectativas de pacto, cópula e obediência a Satanás inquiridas, como registradas em manuais e tratados de demonologia contemporâneos seus.

Antônio de Mendonça⁸⁸, um cristão-da-terra, ou seja, asiático, mas filho de pais já cristianizados, da região de Bardês, foi processado em Goa em 1593 por “se curar com feiticeiros e fazer ofertas aos pagodes”. Provavelmente o fez passando pelas fronteiras de Goa e buscando curas junto dos deuses e sacerdotes hindus do outro lado dos domínios portugueses; porém, pode também ter buscado pessoas que fizessem os ritos mesmo dentro o Estado da Índia, ainda que os templos tenham sido destruídos, como visto. Antônia do Casal⁸⁹, em 1619, na cidade de Baçaim, uma região mais ao norte de Goa, na costa oeste indiana, foi processada “consultar feiticeiros para saber com quem havia de casar e para ter filhos e por seu conselho fazia muitas cerimônias supersticiosas para o dito efeito”. Ela era uma cristã-velha, nascida na ilha de Ormuz, no Oriente Médio, e, como pode mais uma vez apenas se conjecturar, pois não há registro mais detalhado de seu processo além deste presente no Reportorio, seu contato com diferentes populações e culturas pode a ter levado a recorrer às tais “cerimônias supersticiosas”, pelo que também foi enquadrada no delito inquisitorial de feitiçaria. Pessoas como Antônia, de origem portuguesa e cristã-velha, e processados por se apropriarem de práticas hindus em situações diversas de suas vidas não foram incomuns nos processos inquisitoriais de Goa: Estevão de Lemos⁹⁰, natural de Lisboa, foi em Goa julgado por idolatria ao “jurar a seus ídolos solenemente”, o que se mostrava um reconhecimento e mesmo reverência às divindades locais. Dona Anna Espanholim, uma mulher da nobreza, e esposa do governador Manoel de Sousa Coutinho, confessou ter práticas divinatórias, costumeiramente por meio de sonhos, e “com muitos feiticeiros” mandava fazer feitiços, pelo que consta numa carta de 1593 redigida pelos inquisidores Tomás Pinto e António de Barros - o que deveria configurar um grande escândalo, pelo que não parece ter sido Dona Anna uma ré encarcerada no Palácio do Sabaio.

A referência aos “ídolos” acompanha as diferentes décadas analisadas, muitas vezes correlacionadas à menção da feitiçaria, dos sortilégios e atos diabólicos. A feitiçaria em si, que foi presente em mais de 40 processos da Inquisição de Goa de 1560 a 1620, poderia estar contida em outros delitos como de “adoração aos pagodes” ou às genéricas “gentilidades”, muito presentes na documentação inquisitorial do período, com centenas de réu. Antônio Pires, um convertido há poucos anos em Damão, terra onde houve visitação em 1620, foi

⁸⁸ BNP, Códice 203, fl. 120.

⁸⁹ BNP, Códice 203, fl. 164.

⁹⁰ BNP, Códice 203, fl. 293.

processado pelos motivos de “sacrifício”, “gentilidade” e “feitiçaria” simultaneamente, quando supostamente descoberto por “se curar com feiticeiros que faziam sacrifício ao diabo”. Esses motivos também incriminaram Joana de Noronha, quem, em Baçaim, “por se curar com feiticeiros gentios que a curaram por sete ou oito dias com muitas cerimônias gentílicas com sacrifício de um galo o que tornou a fazer por outras vezes tendo seus filhos doentes” foi sentenciada a abjurar pelo inquisidor e visitador João Fernandes de Almeida, no ano de 1619. Práticas de cura aparecem com frequência relacionadas às feitiçarias e gentilidades perseguidas, e não raro, como no caso de Joana, feitas a alguém da família, com a ajuda de pessoas tidas como feiticeiras – o que, nota-se, poderia ser mais viável em locais do Estado da Índia como Damão ou Baçaim, menos cristianizados e socialmente controlados pelos portugueses.

Ambos os casos supracitados, de indivíduos “cristãos-da-terra” e que procuraram ritos gentílicos para cura, tiveram penas brandas - diferentemente de casos em que o processado foi acusado de ele mesmo ser feiticeiro. Simão Pereira, um cristão-da-terra morador da aldeia de Assolna, em Salcete, teve a pena de degredo para as galés por cinco anos por ser “feiticeiro, adivinhador, invocar o diabo e passar-se a seita gentílica”. Sua região, Salcete, fazia fronteiras com reinos indianos, portanto, provavelmente as atravessava, no intuito de retorno a crenças hindus, e talvez exercesse em terras portuguesas a alegada adivinhação e feitiçaria, as quais acarretariam sua denúncia. Outro degredado para as galés por realizar feitiços foi António Lopes, um homem bengali que estava na longínqua Macau, dito “feiticeiro e adivinhador e fazer sacrifício de duas pombas ao diabo”. Por não haver seus processos, não é possível obter maiores detalhes sobre essas condenações, ou se chegaram a cumprir integralmente todo o penoso destino das galés; todavia, nota-se a variedade de situações que geraram esses processos, ainda que com traços em comum, da nítida associação da feitiçaria, gentilidade, idolatria e ligações ao Diabo - referidas tantas vezes a homens e mulheres que provinham de culturas em que a figura diabólica não era presente, tampouco a ritualística de sacrifícios, uso de plantas e palavras não era distinta de uma reza por cura.

Assim, pode-se concluir que a persistência dos ritos e práticas que há décadas sofriam tentativas de erradicação é notável e perceptível através da documentação do Santo Ofício. E, com o passar dos tempos, o desconhecimento inicial a respeito deles - como o do caso extremo narrado de Vasco da Gama ao aportar - cede espaço ao julgamento e à classificação

como ritos diabólicos, idólatras, feitiçarias, que deveriam se findar naquelas terras para dar lugar ao catolicismo. Como visto, foram práticas atribuídas a pessoas de variadas origens, condições e regiões do Estado da Índia, com suas particularidades, e que, principalmente no caso da feitiçaria, variavam quanto à consulta de alguém a feiticeiros, ou se a própria pessoa era acusada de realizar os feitiços. A *infecção* atribuída Jorge Ferreira às Ilhas de Goa continuou a ser matéria de trabalho para os inquisidores por mais muitas décadas, que jamais veriam a totalidade da população goesa cristã. E, por ser um tema tão amplo, com várias possibilidades de mais estudos, percebe-se, por fim, que as feitiçarias e idolatrias na Inquisição de Goa retratam um aspecto importante da sociedade do Estado da Índia, de difusões de diferentes culturas e de uma diversidade vivenciada no cotidiano que pouco cabiam nos planos iniciais portugueses.

REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa

Série Temática 028 - Processos

Biblioteca Nacional

Coleção 25 (Inquisição de Goa).

Biblioteca Nacional de Portugal

Códice 203.

Historical Archives of Goa

Livro 9529 – Provisões a favor da Cristandade (1513-1840).

Fontes Impressas

BAIÃO, António. *A Inquisição de Goa: correspondência dos inquisidores da Índia*. Lisboa: Academia das Ciências, 1930.

BAIÃO, António. *A Inquisição de Goa: tentativa de suas origens tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*. Lisboa: Academia das Ciências, 1949.

COLOMBO, Cristóvão. Diários da descoberta da América. São Paulo: LPM, 1998 [1492].

REGO, Antonio da Silva. Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1947-1958 6v. Disponível em: <<https://archive.org/details/documentacaopara01silv>>. Acesso em 27 set. 2017.

VELHO, Álvaro. Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez dom Vasco da Gama em 1497. Typographia comercial portuense: Porto, 1838.

WICKI, Joseph. Tratado do Padre Gonçalo Fernandes Trancoso sobre o hinduísmo (Maduré, 1611). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1973.

WICKI, Joseph. *Documenta Indica*. Roma: Monumenta Societatis Historica Iesu, 1948-1988. 18v.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Glenn . Em nome de Deus: the journal of the first voyage of Vasco da Gama to India, 1497-1499. Boston: Brill, 2009.

BETHENCOURT, Francisco. O imaginário da magia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOXER, Charles Ralph. A Igreja e a Expansão Ibérica: 1440-1770. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

GELL, Alfred. Arte e agência. São Paulo: UBU, 2018.

LOPES, Maria de Jesus Mártires. Goa setecentista: tradição e modernidade (1750 - 1800). Lisboa : Universidade Católica Portuguesa, 1999.

MELLO E SOUZA, Laura de. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO E SOUZA, Laura de. Inferno Atlântico. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 58-88.

PAIVA, José Pedro. The Inquisition Tribunal in Goa: why and for what purpose? In: Journal of Early Modern History. v. 21, p. 26, 2017.

PORTUGAL, Ana Raquel. Feitiçaria, bruxaria e o pacto demoníaco. *Maracanan*, vol. 7, jan.-jul. 2011, p. 137-153.

SILVA, Luiza Tonon da. Inquisição e mestiçagem cultural no Estado da Índia (1560-1623). 186 p. Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2018.

TAVARES, Célia Cristina. A Crisandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682). 229 p. Tese (Doutorado em História) - UFF. Niterói, 2002, p. 62.

XAVIER, Ângela Barreto. A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII. Lisboa: ICS, 2008.

Os Atos de Tomé – Uma Análise

Odimar Gomes Junior
Mestrando pelo PPGHSFFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Frykenberg (2008: 4) tem a tese de que o cristianismo na Índia desenvolveu-se a partir de pequenos fluxos de cristãos que se infiltraram na Índia, juntando-se com o passar do tempo, formando grupos maiores com padrões complexos. Apesar desses fluxos sugeridos por Frykenberg, há uma tradição de que o Apóstolo São Tomé teria dado início à cristianização da Índia quando de sua chegada ao local no ano de 52, tradição esta mantida pela oralidade do *Thomma Parvam*, ou canção de Tomé, por Os Atos de Tomé, documento da primeira metade do século III que será analisado nesse trabalho e pela força litúrgica da Igreja Tomesina. Esses ritos comuns das igrejas do Malabar foram mantidos até que a Igreja Ocidental começasse a sua tentativa de latinização na região via Padroado Português, fato este que culminará em 1599 com o Sínodo de Diamper e sua imposição do rito Latino.

A IGREJA DE SÃO TOMÉ NO MALABAR: SEU COMEÇO E SUAS TRADIÇÕES

Apesar de a tradição ligar os cristãos de São Tomé ao apóstolo de mesmo nome, se for considerado que a obra missionária é um dever dos discípulos do Cristo, a chegada e o avanço do evangelho no Malabar não se restringiria somente a este apóstolo, mas abrangeria a todos os cristãos que lá chegaram, talvez alguns presentes na festa de Pentecostes registrada no livro de Atos em seu segundo capítulo, o que corroboraria a tese de Frykenberg de sucessiva levadas de cristãos que foram se infiltrando na Índia. Se tal fato for tido como verdadeiro, isso faria com que o evangelho chegasse à Índia antes mesmo que São Tomé ou qualquer outro líder eclesiástico tivesse ido levar a mensagem do Nazareno, podendo ter estes líderes caminhado

até a Índia para, além de confirmar as boas novas, conformar a fé cristã aos dogmas apostólicos.⁹¹

A relação de povos de Atos 2:9-11 dá conta de gente desde o Leste à Ásia Menor chegando a Roma, “judeus e também prosélitos”, ou seja, gentios convertidos ao judaísmo. Neil tem posição semelhante à desenvolvida aqui ao afirmar que “entre os povos do Leste e aqueles da Ásia Menor, nós encontramos no meio ‘Judaea’, um nome inadequado, uma vez que este era o país em que todos estavam.” Ele continua discorrendo que essa inadequação foi sentida cedo, fazendo com que Tertuliano optasse por Armênia no lugar de Judeia; Jerônimo utiliza Síria e João Crisóstomo, Índia. Contudo, uma vez que não há registro de manuscritos Gregos com a leitura de Índia no lugar de Judeia, depreende-se não o testemunho de uma era apostólica na Índia, mas tão somente a consciência do cristianismo nesse local (NEIL, 1984: 38). Contudo, a tradição mais aceita do início da comunidade cristã no Malabar é a que atribui a São Tomé a sua fundação e é a partir dessa tradição que este trabalho se desenvolverá, em especial com a análise do documento que traria à luz seus atos.

Apesar da falta de documentação comprobatória (Malekandathil vai discordar dessa afirmação como se verá adiante) de que São Tomé, ou outro apóstolo qualquer, tenha levado o cristianismo para essa região, observando a afirmação de Navarro (2008: 2) de que “antes mesmo de muitas regiões do mundo serem convertidas ao Cristianismo, a Índia já possuía milhares de cristãos”, pode-se supor que a mensagem do Evangelho tenha chegado cedo ao sudoeste da Índia.

Para Malekandathil (2003), a chegada de São Tomé ao noroeste da Índia é praticamente aceito como um evento histórico e tem como base moedas (figura 1) que foram desenterradas nesta região com a inscrição do rei pártico (ou parto) cujo nome estava grafado Gundophoros, mencionado em Os Atos de Judas Tomé como Gudnapar ou Gudnaphar. “O nome do rei Gundafar aparece no texto Siríaco de Os Atos como *Gūdnaphar*; na versão grega como *Γουνδαφορος* [Gōundaphōrōs]” (MEDLYCOTT, 1905: 2). Este autor (1905: 16) chega à conclusão de que seria impossível que um escritor tardio conseguisse, apenas baseado em sua imaginação, ter causado tamanha coincidência entre esses dois personagens, sendo que

⁹¹ Não se trata aqui de uma afirmação, mas de uma suposição baseada nos relatos neotestamentários, principalmente nas epístolas que tentam corrigir as igrejas de seus desvios doutrinários. Sendo assim, não é improvável supor que os mensageiros do Evangelho ao chegarem à Índia, além de proclamarem as boas novas, também poderiam tentar corrigir o que considerariam erros, como viria a acontecer no século XVI.

Gundafar era uma figura praticamente desconhecida até a descoberta das moedas com o seu nome, não existindo nenhuma indicação histórica de um rei com esse nome, exceto em Os Atos de Tomé.⁹² Por isso, deduz, há razões para se crer que o Apóstolo Tomé havia penetrado nos domínios do rei Gundafar. A partir de tais afirmações, pode-se também concluir que o conhecimento de Os Atos de Tomé é parte importante para o conhecimento dessa tradição que atribui a esse apóstolo o começo do cristianismo na Índia.

J. N. Farquhar (1926: 80) assevera que tanto o rei Gundafar quanto o seu irmão, Gad, foram personagens históricos e que este rei, sendo de dinastia parta, governou grande porção dos domínios partos, bem como sua grande província Indiana. As moedas que fazem referência a esse rei estão escritas em Caroste⁹³ como Guduphara ou Godapharna e em Grego como Gondophares. As duas línguas refletem a época em que governantes Greco-Bactrianos estabeleceram uma espécie de principado em Taxila.

O que é definitivamente conhecido, contudo, e o que está confirmado pelas descobertas da arqueologia e da numismática, é o fato de que um rei chamado Gundafar (também escrito Gondophares em Grego), junto com seu irmão Gad, realmente reinou sobre um reino dentro de um imenso império Indo-Bactriano (ou Indo-Partiano) que se estendia por ambos os lados do rio Indo durante os anos de 19 a 55 e que forças cuchanas do norte logo destruíram este regime. (FRYKENBERG, 2008: 97,98).

Figura 1 – Moedas achadas do rei Gundafar



⁹² Ver também Frykenberg (2008: 98).

⁹³ Trata-se de um abugida ou alfassilabário utilizado no sudeste asiático entre os séculos III a.C. e III d.C. de origem do Aramaico. A língua foi decifrada no século XIX graças a inscrições bilingues como as das moedas encontradas. Fontes: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caroste#CITEREFPereira1991> e <https://www.omniglot.com/writing/kharosthi.htm> (Acesso em 01/03/2020)

Não somente Os Atos de Tomé são relevantes para se conhecer a tradição de sua chegada à Índia. O *Thomma Parvam*, ou canção de Tomé, também tem sua contribuição, podendo ser esse cântico o relato mais antigo dessa tradição que conta como o apóstolo teria desembarcado em Malankar (Malabar) em dezembro de 50 ou 52, tendo ocorrido conversões entre os judeus que ali viviam. Também relata que o rei local teria permitido que seu sobrinho fosse ordenado como um cassanar.⁹⁵ Após esses episódios, Tomé teria se dirigido para a região de Quilon onde teria batizado mil e quatrocentos novos fiéis. Em seguida, o apóstolo teria se dirigido para o leste, em direção ao reino Chola, tendo terminado seus dias como mártir em Meliapor, ao ter o seu lado perfurado com um tridente (trishula) após se negar a adorar a imagem de Kali.⁹⁶ Esse fato teria ocorrido em três de julho do ano 73 (FRYKENBERG, 2008: 99- 100).

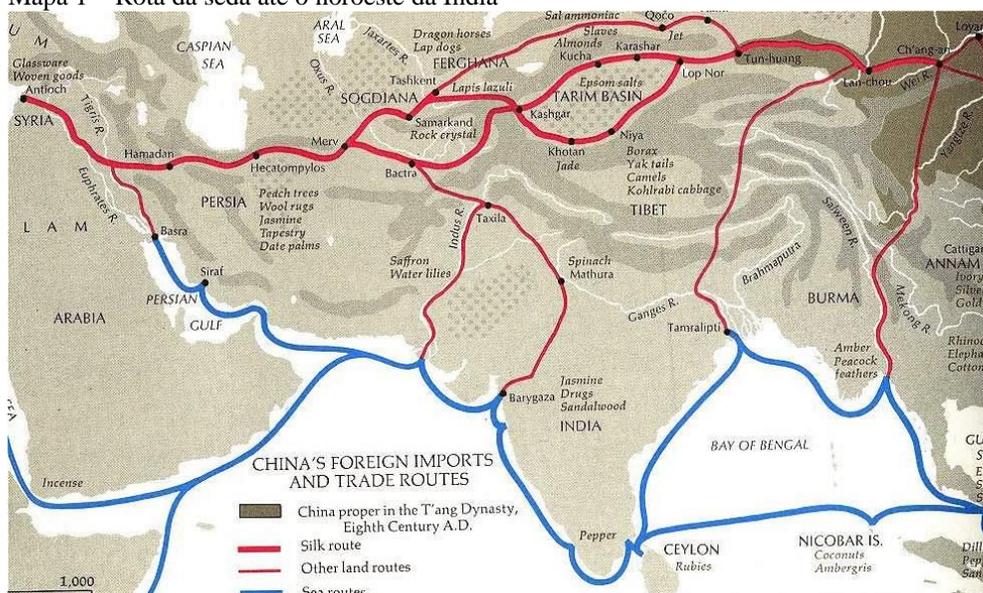
Atentando-se mais para os caminhos que teriam sido percorridos por Tomé, não é improvável que ele tenha chegado ao noroeste da Índia via Rota da Seda continental (mapa 1). Para Malekandathil (2003: 1), é possível que Tomé tenha partido de Antioquia na Síria chegando a Selência e Ctesifonte passando, depois, pelos Montes Zagros, Ecbatana, alcançando Merv (Antioquia de Margiana ou Alexandria de Margiana). De Merv ele teria chegado ao noroeste da Índia via Rota da Seda e, após pregar o evangelho, teria retornado a Jerusalém para o primeiro concílio nesse local. Teria voltado São Tomé para a Índia no ano 52, mas dessa vez para o sul, via Golfo Pérsico, passando por Socotorá. Chegando lá, teria convertido alguns brâmanes ao cristianismo e estabelecido sete comunidades cristãs em Cranganor (Muziris, Kodungallur), Palur (Palayoor), Paravur, Kokkamangalam, Niranam, Nilakkal (Chayal) e Coulão (Quilon).

⁹⁴ Tetradracma contendo, em um dos lados, o rei Gundafar a cavalo e, no verso, a imagem de Shiva com o trishula. As inscrições estão em Grego, todas em genitivo (GUNDAFAR, REI DOS REIS), e em Caroste. Os ômegas e os sigmas utilizados são diferentes dos atuais. No nome de Gundafar, o autor deste trabalho ficou na dúvida se a antepenúltima letra é um gama (Γ - GONDOFAGGOY) ou um rô (Ρ - GONDOFARROY) maiúsculo com o relevo danificado. In: http://www.columbia.edu/itc/mealac/pritchett/00routesdata/0001_0099/gondopharescoins/gondopharescoins.html. Acesso em 05/02/2020.

⁹⁵ Sacerdote cristão de São Tomé.

⁹⁶ A narrativa da canção difere em relação a de Os Atos de Tomé, pois, neste, o Apóstolo teria sido morto, também trespassado, a mando do rei Mazdai. Há também a narrativa de que ele teria sido morto por engano quando um caçador o acertou enquanto caçava pavões. Tomé, em êxtase, estaria metamorfoseado em pavão e acabou sendo acertado, voltando o seu corpo à forma humana após a morte.

Mapa 1 – Rota da seda até o noroeste da Índia



Fonte: <https://ontrip.in/the-old-silk-route/> (Acesso em 22/02/2020)

OS ATOS DE TOMÉ

Para esta sucinta análise de Os Atos de Tomé foram utilizados a edição siríaca publicada por William Wright, o manuscrito B.L., o mais antigo texto integral em Siríaco⁹⁷ datado de 936, edição usada por A. F. J. Klijn (2003), e o texto Grego de Lipsius e Bonnet (1903). Há vinte e um manuscritos Gregos dos Atos, mas apenas um contém o texto completo (KLIJN, 2003: 3). Esse autor vai argumentar que, embora os Atos pareçam terem sido escritos originalmente em Siríaco e traduzidos depois para o Grego, devido aos numerosos usos de termos Siríacos e de passagens sobre o batismo e a eucaristia que refletem o uso e a origem Oriental, talvez eles tenham tido um desenvolvimento simultâneo bilíngue, i.e., em Siríaco e em Grego (KLIJN, 2003: 3, 4), posição esta refutada por Bremmer (2001: 78) ao afirmar que o texto foi escrito em Siríaco, tendo sido em seguida traduzido para o Grego. Os Atos também se encontram em alguns manuscritos em Latim, Armeno, Copta, Etíope, Árabe, Esloveno e Georgiano (KLIJN, 2003: 4).

No que diz respeito à data e ao local da escrita, Bremmer (2001: 74) esclarece que não há uma resposta fácil, sendo sugerido a Síria no terceiro século, leste da Síria no início do terceiro século ou Edessa, podendo ter sido o seu autor um membro da elite edessena. Por sua

⁹⁷ Dialeto do Aramaico que se tornou a língua literária e litúrgica dos cristãos orientais (FRYKENBERG, 2008: 104).

vez, o Hino da Pérola (cap. 108-113) parece ter sido uma interpolação atribuída pelos maniqueus no curso do século III (BREMNER, 2001: 76). O interesse pela Índia pode sugerir data não muito distante do reinado de Heliogábalo (218-222) quando Bardesanes encontrou-se com uma embaixada indiana e compôs um livro sobre a Índia e seus costumes. Isto colocaria a data da escrita entre 220 e 230. Assim, conclui Bremner (2001: 77), que a data da composição deve ter sido um pouco antes da dominação de Sapor I sobre a região de Edessa, cerca do ano 241.

Outro fato relevante quanto à localização está no nome da personagem em torno de quem se dará a trama na segunda parte de Os Atos, Mygdônia. Esse nome incomum só aparece duas vezes na literatura e era o nome de um local próximo a Nisibe conhecido como Mygdônia de Antioquia (BREMNER, 2001: 75).

Analisados em conjunto, esses fatores indicam que a obra foi escrita no Oriente, talvez em Edessa. Quanto à data, a mais antiga sugerida foram 212 ou 213 quando o rei Abgar foi deposto. Contudo, há de se notar ao menos duas influências romanas no texto: no capítulo três, quando Tomé fala de suas habilidades de carpinteiro, ele diz que poderia fazer monumentos, templos e palácios reais em pedra, sendo que palácios está grafado em Grego como *praitória*, do latim *prætorium*, e no capítulo 120, quando é revelado o nome da ama de Mygdônia que se chamava Márcia (gr. *Μαρχία*). Este fato também ajuda na datação, uma vez que reis edessenos começaram a assumir nomes romanos por volta do ano 200 (BREMNER, 2001: 77).

O TEXTO DE OS ATOS DE TOMÉ

O texto pode ser dividido conforme os atos deste apóstolo da seguinte forma:

PRIMEIRO ATO – Cap. 1-16: Os apóstolos estão reunidos em Jerusalém após o dia de Pentecostes e Tomé foi designado para a Índia, o que ele recusou, mas foi vendido por Jesus como escravo para o mercador do rei Gundafar, Habban, por vinte moedas de prata. Ao desembarcar numa primeira parada, Tomé foi levado para uma festa de casamento, porém não comeu nem bebeu nada. Durante a festa, um copeiro feriu Tomé no rosto, ao que Tomé respondeu que Deus o perdoaria por isto no mundo vindouro, mas neste mundo ele mostraria suas maravilhas e Tomé veria a mão que o feriu sendo arrastada por um cão. Após esse episódio, o copeiro foi pegar água em uma fonte, sendo surpreendido por um leão que o despedaçou. Sua mão direita foi carregada por um cão para o meio do banquete, ao que todos

ficaram maravilhados. O rei, impressionado, levou Tomé para orar pelos noivos. Após a oração e a saída de Tomé do local, Jesus apareceu aos noivos na forma de Tomé e os convenceu a não terem relações sexuais, mas a manterem-se puros. Ao serem questionados por seus pais, o casal revelou a intenção de não terem um “intercurso sujo”. O rei mandou que Tomé fosse procurado e trazido à sua presença. O Apóstolo não foi encontrado, pois já partira.

Destaca-se nesse primeiro ato a diferença entre os dois manuscritos aqui analisados. Enquanto o Siríaco B.L. traz apenas Simão Cefas e André quando da apresentação dos apóstolos, o Grego traz Simão, que é chamado Pedro e o seu irmão André. Os nomes Pedro e Cefas não representam grande diferença, uma vez que ambas as palavras têm o mesmo significado, pedra, sendo a primeira em Grego e a segunda em Aramaico. Destaque-se também que o texto Grego é muito semelhante ao texto do Evangelho de Mateus (Tabela 1) apresentado na quarta edição da UBS de Aland (1994), principalmente com a versão siríaca (Syr^s) do quarto século que contém os Evangelhos e que acrescenta após Simão, o cananeu, a frase “Judas, o filho de Tiago”.⁹⁸ Outra diferença com relação aos nomes se dá com o personagem principal. Na tradução de Klijn (2003: 17), após a distribuição das nações entre os apóstolos, se diz: “e a Índia caiu por sorte e divisão para Judas Tomé, o Apóstolo.” Na versão grega ele é chamado de Judas Tomé, Dídimos.

Tabela 1 – Comparação da lista dos apóstolos entre Mateus e os Atos de Tomé nas versões Siríaca e Grega.

Lista de Mateus ⁹⁹	Lista da Versão Siríaca	Lista da Versão Grega
Simão Pedro	Simão Cefas	Simão Pedro
André, irmão de Pedro	André	André, irmão de Pedro
Tiago, filho de Zebedeu	Tiago	Tiago, filho de Zebedeu
João, irmão de Tiago	João	João, irmão de Tiago
Filipe	Filipe	Filipe
Bartolomeu	Bartolomeu	Bartolomeu
Tomé	Tomé	Tomé

⁹⁸ O texto em língua estrangeira, conforme o aparato crítico da 4ª edição da UBS, é: “Σίμων ὁ Καναναῖος καὶ Ἰούδας ὁ τοῦ Ἰάκωβος.”

⁹⁹ A lista de apóstolos do Novo Testamento pode ser encontrada em Mateus 10:2-4, Marcos 3:16-19, Lucas 6:14-16 e em Atos 1:13, sendo que neste último o nome de Judas Iscariotes é omitido.

Mateus, o publicano	Mateus, o publicano	Mateu, o publicano
Tiago, filho de Alfeu	Tiago, filho de Alfeu	Tiago, filho de Alfeu
Tadeu (Lebeu no <i>Textus Receptus</i>)	Simão, o cananita	Simão, o cananita
Simão (o zelote ou o cananeu)	Judas, filho de Tiago	Judas, filho de Tiago
Judas Iscariotes	-----	-----

Fonte: O autor, 2020.

Ainda neste primeiro ato, no segundo capítulo percebe-se também alguma diferença entre os manuscritos aqui analisados. Quando Jesus vende o seu servo para Habban, o texto Siríaco diz que o custo foi de vinte peças de prata e o texto Grego diz três libras (romanas) de prata. Outro ponto a se destacar é que no recibo de venda, na versão Siríaca, Jesus se diz filho do carpinteiro José da vila de Belém, mas o texto Grego omite Belém.

SEGUNDO ATO – Cap. 17-29: Judas Tomé chegou ao Reino da Índia (o texto Grego dirá que o Apóstolo chegou às cidades da Índia: “εἰς τὰς πόλεις τῆς Ἰνδίας”) com Habban. O rei Gundaforos mandou que ele lhe construísse um palácio e lhe deu grandes somas de dinheiro para a construção, contudo, Tomé distribuiu o dinheiro entre os pobres. O rei, enfurecido, mandou prender Tomé e Habban e decidiu queimá-los após esfolá-los. Nessa mesma noite, o irmão do rei, Gad, morreu e foi levado por anjos ao céu, onde viu o palácio que Tomé construía. Gundafar mandou soltar Tomé e Habban e implorou que o Apóstolo lhe perdoasse. O rei e seu irmão converteram-se ao cristianismo.

TERCEIRO ATO – Cap. 30-38: O Apóstolo encontrou o corpo de um jovem rapaz que jazia no caminho e orou por ele. Saiu ao encontro de Judas uma serpente negra que lhe disse por que matara aquele jovem. Ela viu uma linda mulher e se apaixonou por ela, mas viu também aquele jovem beijando-a e se deitando com a mulher, por isso a serpente o matou. Tomé ordenou à cobra que retirasse o veneno do rapaz e, ao fazê-lo, a cobra inchou e explodiu. Quanto ao rapaz, ele tornou a viver pelas mãos do Apóstolo.

Com relação à serpente, o texto Grego diz uma grande serpente ou dragão (*δράκων μέγας*), mesmo termo utilizado em Apocalipse 12:9 para se referir ao grande dragão que foi lançado do céu, ele é “a antiga serpente que se chama Diabo e também Satanás, o que desvia do caminho todos os habitantes da Terra”. Tomé perguntou à serpente de quem ela descendia e teve como resposta: “eu sou filho dele, daquele que fez a si mesmo como Deus para aqueles

que lhe obedecem. Eu sou parente daquele que falou com Eva.” O texto Grego nesse ponto traz o acréscimo de que a serpente, junto a Eva, teria dito: “falei tudo quanto o meu pai me ordenou que falasse a ela.”¹⁰⁰

Ainda nessa divisão, há uma passagem praticamente idêntica à do Apóstolo Paulo em sua primeira carta aos Coríntios 2:9 conforme analisado a seguir (Tabela 2):

Tabela 2 – comparação entre 2 Coríntios e a versão Grega de Os Atos de Tomé

2 Coríntios 2:9	<i>Ἡ ὀφθαλμὸς οὐκ εἶδεν καὶ οὐκ ἤκουσεν καὶ ἐπὶ καρδίαν ἀνθρώπου οὐκ ἀνέβη, ὅσα ἠτοίμασεν ὁ θεὸς τοῖς ἀγαπῶσιν αὐτόν.</i>	O que os olhos não viram, ouvidos não ouviram e não subiu ao coração do homem, são essas coisas que Deus preparou para os que o amam.
Atos de Tomé, cap. 36	<i>περὶ ὧν ὀφθαλμὸς οὐκ εἶδεν οὐδὲ οὐκ ἤκουσεν, οὐδὲ ἐπὶ καρδίαν ἀνθρώπων ἀμαρτωλῶν ἀνέβη, ἃ ὁ θεὸς ἠτοίμασεν τοῖς ἀγαπῶσιν αὐτόν.</i>	Concernente ao que os olhos não viram, nem ouvidos ouviram, nem subiu ao coração dos homens pecadores, [isto é] o que Deus preparou para os que o amam.

Fonte: O autor, 2020.

QUARTO ATO – Cap. 39-41: Enquanto Tomé pregava a respeito do Reino de Deus, um jumentinho parou diante dele e, falando, o convidou para montar e entrar na cidade. Chegando à cidade, ao apaar do Apóstolo, o jumentinho faleceu.

Há aqui clara analogia entre os episódios de Balaão e sua jumenta que falou (Números 22:28) e a entrada de Cristo na cidade de Jerusalém montado em seu jumentinho (Mateus 21:6-11) como se pode ver no capítulo quarenta, sem mencionar que o jumento reconhece Judas Tomé como o duplo, o gêmeo de Jesus, ao chamá-lo de “o dídimo (duplo, gêmeo) do Cristo” (“*Ὁ δίδυμος τοῦ Χριστοῦ*” – Cap. 39), nome também utilizado no Evangelho de João.¹⁰¹ No final do ato, diante da morte do jumento, o apóstolo se recusou a ressuscitá-lo, pois a morte é vista como algo mais vantajoso do que a vida, seguindo o mesmo raciocínio do Apóstolo Paulo (cf. Filipenses 1:23).

QUINTO ATO – Cap. 42-50: O Apóstolo entrou na cidade tentando ir à casa do jovem que ressuscitara quando uma mulher piedosa clamou por se aproximar de Tomé. Esta mulher era afligida por um homem ou um demônio que queria manter relações sexuais com ela e isso já durava cinco anos. O demônio, ao ser confrontado por Judas, deu a ele resposta semelhante a que os demônios deram a Jesus em Mateus 8: 29: “o que nós temos contigo, filho de Deus? Vieste aqui antes do tempo para nos atormentar?” e em Marcos 1:24: “vieste

¹⁰⁰ O texto em língua estrangeira é: “*λαλήσας ὅσα ὁ πατήρ μου ἐνετείλατό μοι λαλήσαι αὐτῇ*”.

¹⁰¹ Vide capítulos 11:16, 20:24 e 21:2 do Evangelho de João.

para nos destruir?”, pois ele falou a Tomé: “que temos nós contigo, apóstolo do Altíssimo? Que temos nós contigo, servo de Jesus Cristo? Que temos nós contigo, conselheiro do santo filho de Deus? Por que desejas nos destruir se ainda não chegou o nosso tempo?”. Por fim, ele deixou a mulher e ela pediu ao Apóstolo para que lha fosse concedida o selo do Senhor para que o demônio não mais retornasse e a perturbasse. Ela foi batizada em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo juntamente com os outros que ali se encontravam.

SEXTO ATO – Cap. 51-61: Certo homem que cometera um pecado foi participar da eucaristia, mas ambas as mãos ressecaram. Vê-se aqui um reflexo da mensagem de Paulo em sua primeira carta aos coríntios, cap. 11:29,30, quando ele afirma que quem come e bebe sem discernir o corpo de Cristo, o faz para a sua própria condenação, e por isso há muitos doentes e mortos. Esse jovem havia matado uma mulher que ele amava porque não suportava vê-la tendo relações sexuais com outros homens. Ele confessou e se arrependeu, a que o Apóstolo o mandou lavar as mãos em uma bacia, e suas mãos ficaram como outrora. Tomé seguiu com o jovem até a estalagem onde a defunta estava e a ressuscitou. Após isso, ela passou a descrever o que viu.

Segundo Klijn (2003: 136), a descrição do inferno feita pela mulher no manuscrito Grego é muito semelhante à encontrada no Apocalipse de Pedro e geralmente se supõe que Os Atos de Tomé dependem do Apocalipse de Pedro, cuja tradição sugere ser este da primeira metade do segundo século, mais antigo do que aquele. Contudo essa semelhança se dá somente nas descrições das punições, sendo que Os Atos de Tomé também demonstram muita similaridade neste ponto com alguns escritos judaicos, como a Revelação de Joshua ben Levi. Assim, Os Atos de Tomé parecem depender muito mais de fontes judaicas do que do Apocalipse de Pedro.

SÉTIMO ATO – Cap. 62-67: Um oficial do rei foi até Tomé suplicar-lhe por sua esposa e filha que estavam possuídas por demônios (vide João 4.46-49). Ao partir com o oficial, ocorre a despedida de Tomé, de forma semelhante à despedida de Paulo de seus amigos em Mileto quando ele disse que não mais veriam o seu rosto, pois morreria (Atos 20:17-38). Assim Tomé deixou o diácono Xantipo para cuidar da igreja.

OITAVO ATO – Cap. 68-81: Tomé foi com o oficial e, no caminho, substituiu o gado cansado por jumentos selvagens apenas fazendo com que o oficial desse uma ordem aos animais. Chegando à casa do oficial, ele expulsou os demônios das mulheres.

NONO ATO – Cap. 82-118: Mygdônia, esposa de Karish, um parente (ou oficial) do rei Mazdai, desejou conhecer Tomé. Tendo-o ouvido, converteu-se e, para manter-se pura, não mais desejou ter relações com seu esposo. No capítulo 86, Tomé descreveu o que seriam as três virtudes cardinais que tornam o cristão semelhante a Cristo: pureza (santidade = *ἀγιωσύνη*), temperança (lit. livre de ansiedade, de preocupação = *ἀμέριμος*) e humildade (também gentileza, cortesia = *πραότης*). Karish ficou furioso com o comportamento de sua esposa e convenceu o rei a prender Tomé. Diante do rei, enquanto ele o interrogava, Judas permaneceu calado, à semelhança de Jesus (João 19.9). Aqui, no nono ato, entre os capítulos 108 a 113, ocorre a interpolação do Hino da Pérola.

DÉCIMO ATO – Cap. 119-133: Tomé saiu da prisão para batizar Mygdônia. Também batizou Sifur, o oficial do rei de quem ele curara a esposa e a filha, batizando-as também. Este fato é paralelo ao relatado em Atos 16:23-34 quando Paulo e Silas batizaram o carcereiro com toda a sua família.

DÉCIMO PRIMEIRO ATO – Cap. 134-138: O rei Mazdai contou à sua esposa Tertia o que aconteceu com Mygdônia. Tertia procurou Mygdônia para tentar convencê-la a voltar para o seu esposo Karish, mas a esposa deste não mudou de ideia. Tertia procurou por Tomé e, ao ouvi-lo, desejou se converter. Mazdai ficou furioso e arrastou Tomé até o lugar onde costumava julgar.

DÉCIMO SEGUNDO ATO – Cap. 139-149: Vizan, filho do rei Mazdai, procurou saber de Tomé quem era o Deus que ele pregava. Ele se deixou persuadir por Judas Tomé e procurava um meio de libertá-lo. Mazdai mandou prender Tomé e, no capítulo 140, durante o interrogatório, Judas deixou claro para o rei: “Não tens poder sobre mim como pensas¹⁰² do mesmo modo que Jesus disse a Pilatos que o rei não tinha poder sobre ele (João 19:11). Na prisão, Judas Tomé continuou pregando e, por fim, fez a oração do Pai Nosso e deu conselhos àqueles que o ouviam para que continuassem firmes na fé.

DÉCIMO TERCEIRO ATO – Cap. 150-158: Vizan pediu para ser batizado juntamente com sua esposa Manashar que estava doente. Tomé saiu da prisão e foi com outras pessoas até a casa de Vizan. Lá Tomé batizou-os e ungiu-os.

DÉCIMO QUARTO ATO (o martírio de Tomé) – Cap. 159-170: Judas Tomé retornou à prisão acompanhado por algumas pessoas. Tomé, conforme Cristo, foi julgado. Mazdai

¹⁰² O texto em língua estrangeira é: “οὐχ ἔχεις ἐξουσίαν ὡς νομίζεις κατ’ ἐμοῦ.”

queria matá-lo, mas temia a multidão. O rei saiu da cidade com Tomé e o entregou aos soldados para ser morto. Judas, após orar, foi morto e sepultado no sepulcro onde os antigos reis foram enterrados. Judas, à semelhança de Cristo, apareceu aos seus discípulos após a sua morte. Passado algum tempo, um filho do rei ficou possuído e ninguém conseguia expulsar o demônio. O rei pensou em ir até o sepulcro e pegar um dos ossos de Tomé para curar o filho, tocando-o com ele, mas não encontrou os restos mortais, pois alguém havia retirado o corpo e levado para o Ocidente. O rei pegou o pó do local e curou o filho com ele. Após isso, o rei suplicou aos cristãos para que orassem por ele a fim de encontrar misericórdia diante de Nosso Senhor Jesus, o Messias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda assim o relato de Os Atos de Judas Tomé, o Dídimos, na Índia, obra onde ficam patentes não somente as semelhanças entre o Apóstolo e o Cristo, mas principalmente entre este escrito e as Escrituras, do mesmo modo que o Evangelho de Tomé e outros apócrifos que não convém analisar aqui devido ao recorte temático deste trabalho.

A análise do documento mostra que o seu autor (pode-se pensar em autores para os casos de interpolações posteriores) tinha conhecimento bíblico suficiente para mesclar passagens bíblicas com a lenda da viagem do apóstolo à Índia, e assim se, conforme Thomaz (1991) e Frykenberg (2008), nem tudo é lendário, há que se reconhecer que apesar das moedas encontradas com o nome de Gundafar e da possibilidade da chegada de Tomé à Índia, os relatos fantásticos e miraculosos e a ênfase em Tomé como o gêmeo do Cristo, faz com que o próprio Cristo esteja na Índia na figura desse apóstolo. Assim esse documento viabiliza a autoridade apostólica na fundação das comunidades cristãs no Malabar.

Outro ponto importante nesse registro de Os Atos está no fato de que, devido ao seu conhecimento, a cristandade na Índia não chegou a ficar inteiramente esquecida mesmo em épocas de maior isolamento conforme o relato a seguir:

Graças à popularidade dos *Actos de Tomé* e das tradições concernentes ao seu túmulo indiano, o Ocidente medieval não deve ter nunca esquecido inteiramente a existência de cristandades na Índia. Mesmo no século de maior isolamento, houve contactos esporádicos: sabe-se, por exemplo, que em 883 Alfredo, o Grande, rei de Inglaterra, mandou à Índia uma embaixada com presentes, a agradecer a S. Tomé a libertação de Londres, cercada pelos Dinamarqueses. (THOMAZ, 1991: 126).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAND, Kurt et al. The Greek New Testament. Fourth Revised Edition. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.
- BREMMER, Jan N. The Acts of Thomas: place, date and women. in: BREMMER (ed.). St. in Studies on early christian apocrypha. Leuven: Peeters Publishers, 2001. p.74-90.
- FARQUHAR, John Nicol. The Apostle Thomas in North India. Manchester: University Press, 1926. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:1m1186&datastreamId=POST-PEER-REVIEWPUBLISHERS-DOCUMENT.PDF>
- FRYKENBERG, Robert Eric. Christianity in India: from beginnings to the present. New York: Oxford University Press, 2008.
- KLIJN, Albertus Frederik Johanen. The acts of Thomas: introduction, text, and comentary. Leiden: Koninklijke Brill NF, 2nd rev. ed., 2003.
- LIPSIUS, Ricardus Adelbertus; BONNET, Maximilianus;. Acta Apostolorum Apocrypha II II. Leipzig: Hermannum Mendelssohn, 1903.
- MALEKANDATHIL, Pius. St. Thomas Christians: A Historical Analysis of their Origins and Development up to 9th century AD. In: Bosco Puthur (ed.), St. Thomas Christians and Nambudiris, Jews and Sangam Literature: A Historical Appraisal, Kochi: LRC Publications, 2003, pp.1-48.
- MEDLYCOTT, A. E. India and the Apostle Thomas: an inquiry. With a critical analisys of the Acta Thomae. Londres: David Nutt, 1905.
- MINGANA, Alphonse. The early spread of Christianity in India. Bulletin of the John Rylands Library, v. 10, nº 2, julho de 1926. p. 435-514.
- NAVARRO, E. D. A. A origem indiana de um mito do Brasil colonial. Revista de Estudos Orientais. São Paulo, n. 6, 2008. ISSN 1415-9171. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reo/article/view/90747>. Acesso em: 03/03/2018.
- NEIL, Stephen. A History of Christian in India: the beginnings to AD 1707. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. A carta que mandaram os padres da Índia, da China e da Magna China: um relato sirfaco da chegada dos portugueses ao malabar e seu primeiro encontro com a hierarquia cristã local. Revista da Universidade de Coimbra, Coimbra, vol. XXXVI, p. 119-181, 1991b.

MESA 05

Ensino de História

DEBATEDORES:

Helenice Rocha (UERJ/FFP)

Patrícia Teixeira de Sá (UFF)

BNCC: Um contexto histórico – social permeado de conflitos e disputas em torno de seu processo de elaboração

Carla Cristina da Silva Lavinas
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

Mesmo sendo tema(s) muito debatido(s) nos últimos anos, é válido recordar que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e suas versões fazem parte da classificação histórica-temporal denominada de História Recente¹⁰³ por terem sido elaboradas há poucos anos atrás: a primeira versão foi elaborada em 2015, a segunda em 2016 e a última versão foi aprovada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); não de forma linear, mas sob um processo complexo permeado por debates e disputas, principalmente por parte dos profissionais da educação e do meio político, como pretendemos demonstrar nas linhas a seguir.

Além disto, é necessário que se reflita um pouco mais a seu respeito, mesmo que brevemente, sem a pretensão de limitá-la ou mesmo de restringir futuras argumentações sobre o assunto. Por isso, como parte da pesquisa que estamos realizando, este texto tem como objeto de estudo a elaboração da primeira versão da BNCC ou BNC – Base Nacional Comum¹⁰⁴. E, como objetivo, buscou-se analisar a tessitura da construção de tal versão, valorizando sua conexão com o aspecto global e nacional relacionado às reformas educacionais. Tal análise possibilitou a identificação de diversos conflitos e disputas que permeiam o contexto histórico-social presentes no seu processo de elaboração e que nos permite apontar para a produção de um sentido hegemônico na condução dos sistemas educacionais, pois se relacionam diretamente ao controle político-econômico da Educação proposto, sobretudo, por organizações internacionais.

¹⁰³ Conforme Marina Franco e Florencia Levín (2007) a história do passado próximo tem se manifestado e alcançado seu auge como campo de investigações que, por sua vez, possui várias denominações: “história muito contemporânea, história do presente, história de nossos tempos, história imediata, história vivida, história atual, [história recente, entre outras] – propondo-se a fazer do presente passado um objeto de estudo legítimo para o historiador” (FRANCO e LEVÍN, 2007: 2 - tradução própria com adaptações).

¹⁰⁴ É válido esclarecer que, no decorrer do texto, quando aparecer a sigla BNC estaremos nos referindo à primeira versão da Base, aprovada em 2015; Já a sigla BNCC, estaremos nos reportando às versões elaboradas e aprovadas em 2015, 2016 e 2017 respectivamente.

Em continuidade a essas reflexões sobre a BNCC, particularmente em relação à sua primeira versão (a BNC), levantaremos alguns questionamentos que nos nortearão na realização deste texto, pois - sem a ambição de esgotar o assunto-, tentaremos respondê-las, não necessariamente na ordem que se apresentam, a saber: o que vem a ser a BNCC? Quem/ como emergiu o processo de elaboração do documento que culminou na BNC? Quais os atores que participaram desse processo? Quem os convidou? Quando os convidou? Quais os principais conflitos e disputas que permearam esse processo? Há organizações internacionais que participaram do processo? Quais?

No ensejo de responder a estes questionamentos nos apoiaremos metodologicamente no levantamento bibliográfico qualitativo e documental. Assim, para explicar um pouco sobre esse método, contamos com a colaboração de alguns autores. De acordo com Lima e Miotto

(...) a pesquisa denominada **pesquisa bibliográfica** consiste em um importante procedimento metodológico na construção do conhecimento científico, capaz de gerar a postulação de hipóteses ou interpretações que poderão ser utilizadas como ponto de partida para outros estudos. (LIMA & MIOTTO, 2007, grifo nosso.)

Em relação à pesquisa qualitativa, nos atemos à explicação de Antônio Chizzotti quando nos diz que tal pesquisa é considerada atualmente como *um campo transdisciplinar*, pois *envolve as ciências humanas e sociais assumindo tradições ou multiparadigmas de análise* e que, por sua vez, *se derivam de correntes teóricas e servem para a investigação de um fenômeno situado no ambiente a ser pesquisado* (CHIZZOTTI, 2014: 29). Desta forma, parafraseando Vivian Rodrigues, nós [também] escolhemos nos valer dessa metodologia - levantamento bibliográfico qualitativo e documental-, porque nossa pesquisa *tratou de dados voltados às ciências humanas e sociais, cujas influências das políticas públicas foram percebidas no todo dos espaços educacionais, sejam eles públicas ou privados* (RODRIGUES, 2016: 24), sobretudo em relação ao processo de elaboração da BNC.

Retornando aos questionamentos e utilizando nossa metodologia, podemos nos valer do que alguns autores pensam sobre o que é a BNCC. Deste modo, Santos e Coelho dizem que a Base *é um documento que visa nortear as práticas educacionais no País, em vista de uma educação em nível igualitário para todos, estabelecendo conteúdos para as disciplinas da educação básica das instituições nacionais de ensino público e privado* (SANTOS e COELHO, 2017: 9).

Corroborando com tal assertiva e completando-a, Garcia Neira, Alviano Júnior e Ferreira de Almeida (2016: 32), Fernandes da Silva Júnior (2016: 92) e Santos e Coelho (2017: 9) entendem que a BNCC foi concebida inicialmente como ponto de partida, sobretudo as duas primeiras versões, e não como um currículo mínimo, devendo apoiar os sistemas educacionais calibrando as propostas existentes. E dizem mais, que em sua concepção inicial, a ideia era que o documento fosse um material de apoio constituído de princípios norteadores para a elaboração dos currículos em nível estaduais, municipais e privados, podendo inspirar professores, professoras e profissionais da educação a pensarem em objetivos que se coadunam com as intenções educativas das escolas, sendo definidas coletivamente e com a participação da comunidade.

Nessa direção a BNCC é a base para que, a partir dela, as instituições de ensino no Brasil (privadas ou não) construam seus respectivos projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos.

Logo, poderíamos confinar o uso da palavra “currículo” às atividades planejadas ou que resultem de alguma intencionalidade por parte dos professores e planejadores, tratando esses outros tipos de aprendizagem como resultados ocultos ou subprodutos do currículo, e não como parte do próprio currículo. Além desta definição, o currículo também é compreendido como um campo de constantes conflitos.

Desta forma, podemos destacar as argumentações de Miguel Arroyo, ao mencionar que o *currículo não é somente um território de disputas teóricas voltadas para o interior das instituições educacionais*, ele também o é para além dessas instituições, especialmente, no que se referem aos *saberes do trabalho docente* que disputam uma posição nos currículos, assim como em relação aos professores e alunos que reivindicam *seus direitos de terem vez* nos currículos não apenas como *ensinantes e aprendizes* dos conhecimentos dos currículos, mas exigem ser reconhecidos como *sujeitos de experiências sociais e de saberes* que requerem ter vez no *território dos currículos*. (ARROYO, 2011, *passim*).

Neste sentido, alguns autores entendem que a BNCC pode ser identificada como sendo um currículo comum brasileiro para todas as instituições do país, públicas e privadas, tais

como Ivor Goodson (1991), que compreende o documento como um tipo de currículo, como um currículo prescrito¹⁰⁵.

Um dos focos das reflexões de Goodson, talvez seu principal foco, conforme Anjos (2013: 284) gire entorno do *artefato social* que é o currículo prescrito e, como tal, o currículo prescrito é também para Goodson um terreno onde há disputas ocorridas tanto entre agentes internos à escola quanto externos a ela, sobretudo, na produção de tal *artefato* (GOODSON, 1991: 13). Complementando Anjos, Cardoso (2007) afirma que Goodson acredita que a história do currículo está centrada na *epistemologia social do conhecimento escolar*, portanto se preocupa *com os determinantes sociais e políticos desse conhecimento, pois o currículo não se constitui de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos* (CARDOSO, 2007: 3).

Assim, a partir desses argumentos podemos inferir que Goodson entende que o currículo prescrito – ou *artefato social*, como costuma chamá-lo -, é socialmente construído (GOODSON, 1995: 78) e, como tal, não é neutro e pode ser usado para atender a interesses vários e/ou, até mesmo almejar a construir um ambiente democrático e reflexivo para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e alunas como sujeito críticos e autônomos dentro e fora do ambiente escolar.

Seguindo nossos questionamentos norteadores, podemos nos indagar: Quem/ como emergiu o processo de elaboração do documento que culminou na BNC? Para nos auxiliar a encontrar respostas para a questão, faremos um breve histórico com a ajuda de alguns autores.

De acordo com Vivian Rodrigues (2016: 53) houve várias tentativas do Estado nacional brasileiro, mesmo que não totalmente de maneira explícita, em manter o controle e também em garantir aprendizagens comuns nas escolas públicas e privadas de todo o país na forma de leis, decretos, programas, planos, etc., nos quais, por diversas vezes, foi manifestada a necessidade de se ter uma base.

Para exemplo dessas tentativas, na década de 1930 o processo de industrialização foi um marco no Brasil que, por sua vez, influenciou vários setores do país, particularmente na educação por três aspectos: econômicos, políticos e sociais, o que demarcou relevantemente a

¹⁰⁵ Currículo Prescrito: é aquele que define seus próprios conteúdos, que obedecem as determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por estancias políticas e administrativas Podemos citar que currículo prescrito é um currículo igual para todos, elaborado para que o professor simplesmente pegue pronto, execute como foi elaborado [grifo nosso] (MOREIRA e CANDAU, 2007: 18).

estrutura do ensino. Esse processo foi impulsionado fortemente pela Quebra da Bolsa de Nova York em 1929 que deflagrou a crise do café brasileiro, que *reagiu encaminhando o país ao desenvolvimento industrial, introduzindo um capitalismo industrial, substituindo as importações propiciando o crescimento de novas indústrias* (RODRIGUES, 2016: 53).

Na esfera educacional, os dez anos subsequentes, foi marcada pelo crescimento do número das escolas técnicas e da multiplicação no número de escolas primárias e secundárias (ensino fundamental nos dias atuais). A mesma autora nos exemplifica esse momento citando Aranha (1989 *apud* RODRIGUES, 2016: 54) dizendo que, no período que compreende os anos de 1933 até 1945, as escolas técnicas multiplicaram-se, passando de 133 para 1.368 e as matrículas, de 15 mil para 65 mil.

Ainda no ano de 1930, continua Rodrigues (2016: 54), foi criado o Ministério da Educação associado ao da Saúde (Ministério da Educação e de Saúde Pública - MESP). Neste período, o MESP organizou um plano nacional [de educação] que visava cumprir o artigo 35 da Constituição de 1891 no qual incumbia à União a responsabilidade pela criação de *instituições de ensino superior e secundário nos Estados e promover a instituição secundária no Distrito Federal* [que ainda situava-se no Rio de Janeiro] (LIBÂNEO, 2012: 153-154), com o objetivo de priorizar o ensino comercial colocando o ensino primário em segundo plano e de tentar a descentralização.

Mais à frente, no ano de 1932, na esfera política, foi realizado um documento, denominado *O Manifesto dos Pioneiros*, que objetivava *criar determinações legais sobre os princípios escolares* (RODRIGUES, 2016: 54), uma vez que a educação deveria acompanhar significativamente os passos que o Brasil estava experimentando com a emergência da modernidade. No entanto, continua a autora, os reformadores revelaram certa desorganização do sistema escolar, apontada por eles como *inorganização* no Manifesto. Rodrigues destaca também que o Manifesto adicionado ao momento político que o país vivenciava ficou conhecido como um Movimento de Reconstrução Educacional [brasileiro], tendo como inspiração as transformações educacionais que alguns países estavam experimentando, tais como Chile, Argentina e México.

Acrescentando a este contexto, particularmente por conta da Segunda Revolução Industrial – que emergia -, outros seguimentos institucionais brasileiros estavam sob intensas mudanças, por exemplo, a escassez de *mão-de-obra qualificada para operar determinados*

espaços industriais e, além do mais, *as escolas* não estavam preparadas para atender a esta nova demanda. Paulatinamente, o Movimento foi propiciando aos docentes indicativos de que a reforma também atingiria a esfera social, o que os motivava, pois se esperava que essa reforma enfatizasse o *indivíduo e seus valores morais, servindo seus interesses pessoais e afastando-se cada vez mais da ideia que tinham de escola tradicional sob a visão burguesa* (RODRIGUES, 2016: 54-55).

Assim, resumidamente vimos que, em especial com auxílio de Vivian Rodrigues, no período compreendido de 1930 a 1964, o Estado brasileiro buscou trabalhar sua nacionalização e desenvolvimento econômico, essencialmente, através da adoção de programas de educação e saúde públicas. Inclusive, no pós Segunda Guerra, *o discurso de universalização do ensino fundamental* se fortaleceu acrescido pelo [discurso] baseado na *eficiência e qualidade* para conter a expansão da *educação pública e gratuita*. Porém, a autora acrescenta, um discurso deveria substituir o outro, pois ambos não poderiam coexistir concomitantemente por se opor entre si; *não poderia universalizar o ensino e garantir educação de qualidade a todos os que dele se servissem* (RODRIGUES, 2016: 56).

Após esse breve recuo na história, - em especial, com o auxílio da pesquisadora Vivian Rodrigues (2016), verificamos o quanto o Sistema Educacional Brasileiro esteve relacionado às questões políticas e econômicas, sejam elas internas ou externas ao país - através de seus representantes/organizadores que se ligam direta ou indiretamente aos governantes que atuam no período de suas elaborações e implementações -, pois tal sistema busca, entre outras coisas, influências de acontecimentos internacionais, tais como as reformas educacionais do Chile, Argentina, México e outros países; além de ser influenciado também por eles, como a depressão econômica mundial pós a Quebra na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Segunda Guerra Mundial, etc.

Continuando essa verificação, vamos dar um salto no tempo e nos debruçarmos um pouco mais sobre a relação entre a educação, a política e a economia em nosso país.

As transformações experimentadas pela sociedade brasileira nos anos de 1980, particularmente no seu final com a promulgação da Constituição Federal, forjaram condições favoráveis para a emergência de uma corrente curricular que talvez pudessem trazer em cena a redemocratização pela qual o país estava presenciando, principalmente por conta do contexto de profunda pressão e cobranças educacionais no âmbito curricular – mesmo que de

uma pequena parcela da população, provavelmente os educadores e pesquisadores de época. Assim, na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 210, prevê que *serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais* (BRASIL, 1988: 151).

Com o intuito de cumprir o artigo supracitado, em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e que, no artigo 9º, nos fala que *a União incumbir-se-á de: IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum* (BRASIL, 2015: 12-13). No entanto, em abril de 2013, foi aprovada a Lei 12.796 que altera a LDBEN conferindo ênfase que os currículos de todos os níveis da Educação Básica - Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM) -, fossem calcados numa base nacional comum, como podemos conferir:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Antes de prosseguirmos em nossa análise, é fundamental mencionar que entre a homologação da Constituinte e a aprovação da LDBEN de 1996 o cenário internacional estava vivenciando um momento de reorganização propiciado pela Nova Ordem Mundial¹⁰⁶. Assim, o final da década de 80 e toda a década de 90 em diante foi um período onde houve profundas transformações políticas, econômicas e socioculturais na esfera global, inclusive na inovação das tecnologias [que hoje são mais desenvolvidas] acelerando a globalização e a adoção do Estado mínimo que, por sua vez, influenciaram intensamente as políticas educacionais e curriculares no Brasil e no mundo. Nestes termos, Frigotto e Ciavatta (2003: 95 *apud* COSTA, 2018: 98) nos apontam que *o projeto ideológico em vigor estava associado à ideia de justificar a necessidade de reformas profundas no aparelho do Estado e nas relações*

¹⁰⁶ A Nova Ordem Mundial é um conceito político e econômico que se refere ao contexto histórico do mundo pós-Guerra Fria. Estabeleceu-se no final da década de 80, com a queda do muro de Berlim (1989), no quadro das transformações ocorridas no Leste Europeu com a desintegração do bloco soviético. (SOLDERA, 2016: 112-117)

capital/trabalho, impactando frontalmente a educação e as políticas educacionais e curriculares.

Retornando à nossa análise, com o objetivo de elaborar uma proposta de reorientação curricular, em 1997 foram publicados os dez Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) direcionados aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Em seguida, em 1998 lançou-se mais outros dez Parâmetros correspondendo aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e, em 2000 divulgaram mais quatro volumes, estes direcionados ao Ensino Médio (PCNEM).

Conforme Vivian Rodrigues (2016: 59-60), ao serem lançados os vinte PCN's – referente ao Ensino Fundamental I e II, em 1997 e 1999 respectivamente -, houve *debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para quê ensinar e aprender* (Brasil, 1998: 9), visando envolver os pais, o governo e a sociedade brasileira. Nos documentos introdutórios de tais Parâmetros, continua Rodrigues, é anunciado – através das diretrizes curriculares -, que a educação deve ser democrática e participativa para que se construa uma educação para a cidadania, ou seja, o que está em debate é a *função social da escola propondo reflexões acerca da aprendizagem e seu processo.*

No que tange aos quatro volumes dos Parâmetros para o Ensino Médio (PCNEM), Rodrigues (2016: 60) aponta ainda que nesta etapa final do ensino da Educação Básica o documento trata de consolidar a orientação de como os docentes devem agir em sala de aula no intuito de dar prosseguimento em cumprir com a reforma curricular proposta.

Posto isto, percebemos que os PCN's, como reforma curricular, apontam para preparar força de mão-de-obra para o mercado de trabalho, não que seja inútil ou até mesmo desonroso estudar para se obter um emprego que garanta a subsistência do próprio aluno e/ou de sua família, logo após terminar o ensino médio ou que, ao estar empregado, lhe confira a oportunidade de continuar seus estudos no ensino superior. Ao contrário, é útil e importante, porém não é suficiente e nem é garantia de sucesso, porque, em especial, essa reforma nos aponta que está direcionada em diminuir a autonomia docente e aderir irrestritamente a uma concepção burocratizada onde o educador tem a função de apenas ser instrutor de educandos para a realização de questionários padronizados que, ao fim e ao cabo, irão fornecer índices de avaliação das escolas. Como nos mostra Rodrigues (2016: 61), que a orientação das propostas da reforma curricular assim como a organização do Ensino Médio estão balizadas nos quatro

pilares da UNESCO¹⁰⁷, apontando para uma educação nos moldes neoliberais mercadológicos, tal como nos mostra Macedo (2014: 1542-1543).

Prosseguindo nossa reflexão sobre as reformas curriculares que antecederam a BNC e também foram apontando para a mesma [Base], alguns anos após os PCN's, realizou-se a Conferência Nacional da Educação (CONAE) – no período de 28 de março a 01 de abril de 2010, em Brasília-, com o objetivo de debater questões em torno da educação compreendendo a Educação Básica e a Pós-Graduação. Dentre os assuntos tratados, destacamos: a organização de um Sistema Nacional Articulado de Educação (já proposto na Constituição de 1988) e a proposta para a construção de um novo Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, em 2014 foi divulgado o documento final da CONAE, intitulado de *Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e o desenvolvimento*, com o objetivo de construir uma proposta sobre a possível elaboração da base comum nacional (RODRIGUES, 2016: 65; PEREIRA, 2018: 35).

Fixadas na Lei nº. 4.024 de 1961, em julho de 2010 foram definidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB ou apenas DCN's) e, como uns de seus objetivos, ressaltamos a sistematização prevista na Constituinte e na LDBEN, numa tentativa de organizar a Educação Básica assegurando-a como direito comum à nação, focando o sujeito, além de garantir a participação da sociedade nas discussões em torno da melhoria da educação no país.

Em 2014, esse tema volta ganhar força com a regulamentação do Plano Nacional de Educação (PNE). Vale dizer que este Plano foi previsto na LDBEN de 1961, o primeiro PNE estava sob a coordenação de Anísio Teixeira, porém não foi implementado devido ao golpe militar de 1964. Mas seu espaço foi assegurado em 2001, com legitimidade de dez anos, pelo Congresso Nacional. Recentemente, o atual Plano foi regulamentado na Lei nº 13.005 e sancionado em 2014 (lei do PNE 2014-2024), com o objetivo de, através de vinte metas, melhorar a qualidade da Educação Básica ao estabelecer compromissos comuns a todas as regiões brasileiras, considerando as particularidades dos estados, municípios e das escolas,

¹⁰⁷ UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. São eles: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

tendo em vista uma identidade nacional para o sistema educacional do Brasil (PERTUZATTI e DICKIMANN, 2016: 117; PEREIRA, 2018: 35).

Para além, Elizabeth Macedo (2014, 2015), nas suas pesquisas sobre a conjunção de forças para a elaboração da BNCC, enfatiza que a definição dos “direitos de aprendizagem”, presentes no PNE e na orientação para a composição da Base, como fatores que determinam um caráter centralizador do currículo quando definem direitos como expectativas de aprendizagem - que os alunos brasileiros deverão alcançar em determinado ano/série ou ciclo, utilizando a avaliação para fixar padrões de aprendizagem -, são características advindas das influências de agentes privados, denominado de movimento *Todos pela Educação*¹⁰⁸, influenciando, principalmente, as decisões do Estado, protagonizando os debates relativos às normatizações educacionais e a respeito da definição e direção de sentido em que deve prosseguir a educação brasileira. (COSTA, 2018: 112)

Em tempo, Dalila Oliveira (2014) nos mostra que, assim como nos momentos da aprovação dos outros Planos, Diretrizes e Leis (educacionais), sobretudo, a aprovação do PNE (2014-2024) incorpora(m) uma agenda educacional permeada por disputas e conflitos, entre setores organizados de procedência privada e não privada, na definição dos rumos e objetivos destinados a educação no país. Corroborando com Oliveira, Vanessa Costa (2018, p. 110) denuncia que, para o PNE, a BNCC não é uma meta a ser alcançada, mas é uma estratégia para que se alcance as metas relacionadas à: universalização do ensino fundamental (metas 2 e 3); avaliação e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB¹⁰⁹) (meta 7); e formação de professores (meta 15).

Ainda conforme Costa (2018: 109), com a apresentação das vinte metas do PNE, em 2015, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) iniciou o processo de seleção do grupo de especialistas responsáveis pela elaboração da primeira versão da Base. É válido dizer que o período de discussão sobre a Base Nacional Comum (BNC) atravessa o final do Governo Lula vindo se concretizar no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Entre sua elaboração

¹⁰⁸ Configura-se como um movimento da sociedade civil criado em 2006 e, caracterizado por Freitas (2012: 380) como os reformadores empresariais, que representam a coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores que acreditam na ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação.

¹⁰⁹ Foi formulado para medir a qualidade do aprendizado, em nível nacional, e estabelecer metas para a educação, sendo o resultado da combinação entre o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nos exames nacionais (SANTOS, CROCE, 2016: 9)

até sua aprovação foram três anos de tensões e impasses político-econômicos a respeito da aprovação da destinação de recursos financeiros para o Plano. Também o “troca-troca” dos Ministros da Educação¹¹⁰ aprofundou a instabilidade neste setor provocando certa rejeição da equipe governamental responsável em dar continuidade às ações planejadas, mesmo sendo gestores ligados ao governo em vigor.

Assim, parafraseando Acácia Pereira (2018: 23) os esforços para colocá-la em prática *ganharam força* entre os anos de 2013 e 2014, período também marcado pela transição entre o primeiro e o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Deste modo, percebemos que a renovação na educação nacional foi (e ainda é nos dias de hoje) um ambiente de disputas e teve várias tentativas de experimentações, de lutas e debates culminando nas três versões da Base.

Assim, a BNC (2015) foi elaborada por uma Comissão de Especialistas, composta por 116 membros, indicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a Educação Básica e formação de professores, docentes em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas com vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação (BRASIL: 2015a). Neste contexto, Rosa e Ferreira (2019: 36) esclarecem que, embora o jogo de poderes, as disputas pelo controle do currículo já estivessem postas nesse momento, o grupo de professores democrático e crítico e os representantes dos movimentos sociais dominavam o debate até então.

É importante enfatizar que a mesma versão foi duramente criticada, principalmente em relação ao Componente História por, entre outras coisas, ter sido apresentada publicamente em setembro de 2015 sem o referido Componente, também por desconsiderar a História Antiga e Medieval de seu texto colocando a História do Brasil num lugar de destaque - considerando as leis 10.639 e 11.645¹¹¹, numa tentativa de valorizar as culturas afro-

¹¹⁰ Em 2011, Fernando Haddad, nomeado como Ministro da Educação, ainda durante a gestão Lula, permanecendo na função até 2012, quando foi substituído por Aloizio Mercadante. Este ficou no cargo até fevereiro de 2014 sendo substituído por Henrique Paim que ficou até 1 de janeiro de 2015 sendo sucedido por Cid Gomes, que permaneceu no cargo até 18 de março de 2015. Seu substituto foi Luiz Cláudio Costa que assumiu interinamente até 6 de abril de 2015, quando foi substituído por Renato Janine Ribeiro que continuou na função até 1 de outubro de 2015. Aloizio Mercadante foi o próximo ministro, permanecendo até 12 de maio de 2016, final do mandato de Dilma Rousseff (COSTA, 2018: 109).

¹¹¹ As leis 10.639 e 11.645 tornaram obrigatório o ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica.

brasileiras e indígenas para romper com uma História tradicional e eurocêntrica que era ensinada por tempos nas aulas de História na educação básica.

Posto isto, sem a pretensão de sinalizarmos para qualquer conclusão sobre os pontos elencados neste texto, procuraremos, ao final deste, somente pontuar algumas questões que entendemos como relevantes para o momento, no contexto do estudo sobre as questões relacionadas à formulação da BNC.

Ao longo dos anos, nos Planos Nacionais de Educação e na própria Lei, por diversas vezes foi manifestada a necessidade de se ter uma base, pois se pensava na tentativa, mesmo que não completamente explícita, de manter o controle educacional por parte do Estado e garantir aprendizagens comuns. Concordando e completando essa assertiva, em relação aos vinte PCN's, mais uma vez, podemos perceber a intervenção do Estado na forma de controle - como agente regulador -, o que podemos comparar com o que aponta Renan Correa (2016: 83) quando menciona que a BNCC representa uma concepção de educação na qual a relação entre o Estado e profissionais da educação é monitorada por índices e estatísticas ligados diretamente a premiações e punições. Reforçando o parecer de Correa, Vivian Rodrigues (2016: 71) nos aponta que as vinte metas do PNE (2014-2024) se referem à seguridade e universalização da educação brasileira em suas distintas etapas e modalidades.

Nestes termos, a respeito das políticas educacionais, tais como a BNC, em serem um instrumento de universalização do ensino, é essencial mostrar o que Elizabeth Macedo (2013, 2015) nos diz. A autora nos auxilia dizendo que o ensino deve ser individual e universal e não padronizado, pois todos (universal) perdem a diferença (individual) ao serem integrados na promessa do todos como um (padronização). A mesma autora também nos mostra (MACEDO, 2013, 2014, 2015) que a BNC possui metas mensuráveis focadas em resultados, sobretudo, por conta das influências das redes público-privadas, como os Organismos Internacionais já citados, no intuito de controlar e direcionar os discursos dos professores e profissionais da educação para a lógica do mercado financeiro ligado à eficiência e eficácia.

Através dos autores compreendemos que a Base Nacional Comum foi elaborada tendo em vista as exigências da ordem econômica global que gira em torno do modelo de globalização econômica neoliberal, pois observamos também que há profunda e complexa influência dos Organismos Internacionais, como UNESCO, OCDE, entre outros, na educação e nas políticas públicas e curriculares brasileiras. Além de percebermos ainda que o Estado

tem assumido o papel regulador e promotor dessas políticas além de compartilhar o poder com as forças de mercado de interesse privado na implementação das mesmas [políticas].

Com esses apontamentos podemos apreender que a BNCC é um campo de disputas teóricas voltadas ou não para o interior das instituições escolares (ARROYO, 2011, *passim*) e que – sobretudo - o currículo no Brasil na forma da BNCC, deveria estar pautado sob uma abordagem democrática e estar teoricamente fundamentado, para que haja, singularmente, um ambiente (escolar ou não) de confiança e apoio para com os professores e alunos (MOREIRA, 2013: 550).

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 1ª Versão Revista. Abril 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acessado em: 25 de julho de 2018.

BRASIL. Lei 9,394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v,11, 2015.

_____. Ministério da Educação; Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. CNE. Estabelece as DCN Gerais da Educação. MEC, SEB, DICEI, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação; Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. CNE. Estabelece as DCN Gerais da Educação. MEC, SEB, DICEI, 2010.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Plano Nacional da Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Historiografia:

COSTA, V. S. S. da. Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local: o que pensam os professores?. 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21910> - Acesso em: 18/08/2020.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. In: AGUIAR, M. A. da S. e DOURADO, L. F. (Orgs.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

GOODSON, I. F. La construcción social del curriculum: posibilidad y ámbitos de investigación de la historia del curriculum. Revista de Educación. N. 295 (I), p.7-37, 1991.
_____. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEREIRA, A. R. Percursos do ensino de História da África e dos Afro-brasileiros na 1ª versão do Componente Curricular História da BNCC. 2018, 139f. Dissertação (Mestrado) - UERJ. FFP. Depto. de História – São Gonçalo, RJ, 2018.

RODRIGUES, V. A. da C. A Base Nacional Comum Curricular em questão. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/112921392-Pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo-puc-sp-vivian-aparecida-da-cruz-rodrigues-a-base-nacional-comum-curricular-em-questao.html>
Acesso em: 18/08/2020

SANTOS, P. S. dos; CROCE, Marta L. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Breves Considerações. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

Os direitos humanos nas aulas de História

Fabírcia Vieira de Araújo
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

Os direitos humanos, tema candente nos dias atuais, tornaram-se objeto de políticas públicas no Brasil, de debates em torno da sua afirmação ou violação, sendo incorporados e deixando suas marcas inclusive em documentos normativos curriculares. Assim, partindo da constatação de que, em certos limites, os conteúdos curriculares do ensino de História evocam o tema dos direitos humanos, o presente trabalho objetiva analisar e discutir como tal tema atravessa as aulas de História destinadas aos alunos do Ensino Médio.

Foram observadas as aulas ministradas por dois professores que atuam em escolas estaduais na cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, no ano de 2018. Os docentes serão aqui chamados de Raoni e Vanda¹¹². As aulas do professor Raoni foram observadas entre os dias 21 de agosto a 30 de outubro, e as da professora Vanda, entre os dias 28 de setembro a 26 de outubro. Com a autorização dos docentes, as aulas foram gravadas em áudio. Eles foram selecionados por serem os professores que ministraram aulas de História a um grupo de 63 estudantes do Ensino Médio, que, tal como os docentes, contribuíram com a pesquisa de doutorado realizada em Campos. Ambos os educadores são concursados e atuam como docente há 20 anos.

Abordarei, nos limites desse texto, uma breve discussão acerca dos direitos humanos, para, posteriormente, discorrer acerca das possibilidades de articulação entre a História ensinada e os direitos humanos a partir do que os docentes realizam em suas aulas.

OS DIREITOS HUMANOS EM FOCO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme Piovesan (2004), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, representa um referencial para se pensar os direitos humanos na contemporaneidade. A Declaração nasceu em contexto posterior às guerras mundiais que ocorreram na primeira metade do século XX, com a

¹¹² Conforme compromisso estabelecido com o Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ, serão utilizados nomes fictícios para representar os professores.

tentativa de superar os horrores por elas acarretados. A partir da Declaração, foram criados vários tratados e instrumentos internacionais direcionados a proteção dos direitos humanos, iniciou-se um movimento de internacionalização dos direitos. A DUDH, firmada por 48 nações, introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pautada não apenas na universalidade desses direitos, mas também na sua indivisibilidade. Segundo Piovesan (2004: 22):

Universalidade, porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade, porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais – e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada [...].

Sabe-se que a universalidade dos direitos humanos e a Declaração em que foram inscritos receberam múltiplas críticas. Algumas delas apontavam que os direitos, por variarem historicamente, não poderiam ser considerados universais, e que o documento foi construído de modo a atender apenas o mundo ocidental. Conforme Baets (2010), a universalidade do documento significou, na prática, uma falta de desacordo e não uma unanimidade. Estudiosos que se debruçaram sobre o processo de elaboração da Declaração evidenciaram que sua natureza multicultural era significativa e demasiadamente subestimada, “tornando assim infundada a alegação de que a DUDH seria um instrumento puramente ocidental. Prova adicional do apelo universal da DUDH foi o fato de ela ter sido frequentemente invocada por vítimas não ocidentais de violações de direitos humanos” (BAETS, 2010: 108).

Para Santos (2014), os chamados direitos humanos hegemônicos ou convencionais estão mais ligados à matriz liberal e ocidental, definida como aquela que entende os direitos humanos como direitos individuais e evidencia os direitos civis e políticos. Outras concepções de direitos humanos também foram formuladas sobre aquela matriz, “as de inspiração marxista ou socialista, que reconhecem os direitos coletivos e privilegiam os direitos econômicos e sociais” (SANTOS, 2014: 24).

Conforme Piovesan (2004), um dos desafios para a implementação dos direitos humanos na contemporaneidade diz respeito à incorporação do enfoque de gênero, raça, etnia na compreensão de direitos humanos, bem como a criação de políticas particulares destinadas

aos grupos vulneráveis, como os migrantes, afrodescendentes, crianças, entre outros. Ao lado das políticas universalistas devem ser adotadas as políticas específicas que evidenciem os sujeitos mais vulneráveis, com o intuito de propiciar o direito à inclusão social:

A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas também específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão. Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e a indivisibilidade desses direitos, acrescidas do valor da diversidade (PIOVESAN, 2004: 29).

Para Piovesan (2004: 30), “ao lado do direito à igualdade surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade”, assegurando às categorias vulneráveis um tratamento especial. De modo semelhante, Boaventura de Souza Santos (2003) compreende que, nos dias atuais, os direitos humanos precisam ser ressignificados à luz de um prisma multicultural, necessitam incluir aspectos ligados à diversidade cultural. Cabe aos direitos humanos promover a articulação entre igualdade e diferença: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003: 458). Assim, faz-se necessária uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza desigualdades.

Benevides (1998) aponta que direitos humanos é um conceito aparentemente assemelhado à cidadania. Faz-se necessário enfatizar que os direitos de cidadania referem-se a uma ordem jurídico-política de um determinado Estado, “no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc.” (BENEVIDES, 1998: 4). O conceito de cidadania está vinculado às decisões políticas, os direitos do cidadão dizem respeito aos direitos específicos dos indivíduos de um dado país. Todavia, como lembra Benevides (1998), os direitos de cidadania coincidem com os direitos humanos em muitos casos. Os direitos humanos podem ser (ou são) incorporados a uma Constituição, tornando-se também direitos dos cidadãos, como no caso do nosso país. Piovesan (2010) assevera que a Constituição de 1988 simboliza a institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Assim, os estudos sobre a cidadania ou os direitos do cidadão não são apartados do tema dos direitos humanos.

Entende-se que a proteção aos direitos humanos pode ser fortalecida pela educação, e, nesse sentido, temos que o tema dos direitos permeia a própria dimensão do que se convencionou chamar currículo formal (MOREIRA, 2011) destinado à educação básica. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), a escola, enquanto espaço coletivo de convívio, tem como missão primordial construir uma cultura de direitos humanos a fim de preparar cidadãos plenos. As Diretrizes recomendam que os componentes curriculares que conservam relativa ou forte relação temática com os direitos humanos abordem esse tema ao longo de seu desenvolvimento.

Defendo que a História escolar possui intensa relação com o universo dos direitos humanos, os conteúdos de História podem evocar tal tema, os direitos humanos podem se inserir em determinados conteúdos que fazem parte da própria tradição curricular. Entendo o ensino de História enquanto um lugar de fronteira (MONTEIRO e PENNA, 2011), assim, um espaço em que o diálogo e o encontro com os direitos humanos podem ser possíveis. Para além do currículo formal, verificou-se, ao longo do trabalho de campo, que os direitos humanos também perpassam o currículo em ação, essa será a discussão do próximo tópico.

OS DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

Os conhecimentos ensinados nas aulas que foram observadas não se resumem apenas a conhecimentos científicos elaborados por pesquisadores nas universidades e que foram traduzidos pelos docentes, de modo a serem assimilados pelos estudantes. Fazendo alusão a Chervel (1990), compreendo que esses conhecimentos foram construídos pela e na própria escola, no âmbito do ensino de História, e para os sujeitos da escola. Conforme Monteiro (2003), o saber escolar apresenta uma interlocução com o conhecimento científico, mas também com outros saberes circunscritos no âmbito sociocultural de referência, configurando um conhecimento específico, constituído por uma dimensão educativa própria. Assim, os saberes ministrados nas aulas de História são expressão do conhecimento escolar, conhecimento esse que tem uma finalidade específica, ou seja, a educação, o ensino e a formação de cidadãos (MONTEIRO, PENNA, 2011).

Ao longo das aulas de História ministradas pelo professor Raoni, foi possível verificar que ele evocou questões que estão ligadas ao tema dos direitos humanos. Isso ocorreu nas turmas do 1º ano, 2º e 3º ano. Na turma de 1º ano, o conteúdo ensinado naquele momento da

observação, dia 03 de outubro, era sobre o Iluminismo. O professor, em aulas anteriores, havia abordado os teóricos do absolutismo e a ideia de concentração de poder nas mãos de um grupo, de uma pessoa, trazendo agora os iluministas como contrários a tais ideias, o poder deveria estar “nas mãos de todos”, em suas palavras. Apesar de não elucidar as restrições próprias daquela conjuntura, Raoni fez uma ponte com esse assunto, partindo do passado e voltando ao presente vivido pelos alunos para aludir à questão da democracia – o poder nas mãos do povo – destacando o direito ao voto. Naquela semana iriam ocorrer as eleições gerais, para presidente, governadores, senadores e deputados, então o docente aproveitou a discussão candente do momento para externá-la na aula de História:

[...] Mesmo entendendo que democracia não é somente você ir votar, democracia é muito mais do que isso, mas sim, a eleição ou o voto é um meio de todo indivíduo se posicionar e dizer o que pensa [...]. O seu voto é uma forma de você ser consultado, você é ouvido através de seu voto. Quantos aqui vão votar no domingo? 1, 2, 3... [...]. Lembrando, 16-17 podem votar, mas não é obrigatório, lembrando, a partir de 18 anos votar não é direito é obrigação, 16-17 é direito [...]. Mas aí a gente já sabe, 18 anos é obrigatório, 16-17 é direito, por quê? Porque direito você escolhe exercer ou não. A partir de 18 anos você não pode escolher exercer ou não, você tem que exercer e se você não exerce, tem que justificar e pagar multa [...]. Lembrando que os únicos que podem mudar o Brasil são os brasileiros.

A partir de um conteúdo de História, o Iluminismo, o professor contextualizou a realidade dos alunos e abordou um direito político, o direito ao voto, que nesse caso é um direito do cidadão, mas que também não deixa de fazer parte do rol de direitos humanos. Entretanto, para o docente, o direito você decide exercer ou não, dessa forma, voto é direito apenas para os menores de idade (16 ou 17 anos), pois eles podem escolher se votam ou não, já para os maiores de idade, o voto deixa de ser um direito e passa a ser um dever. Raoni aponta o pagamento de multa para quem não exerce essa obrigação, mas, na verdade, a multa é cobrada apenas se o cidadão não justificar a sua ausência às urnas.

Continuando a explorar o contexto atual e partindo de suas referências culturais (MONTEIRO, 2015), o professor fala de uma pesquisa do Datafolha acerca do que as pessoas sentiam em relação ao Brasil daquele momento. Nisso, insere os jovens, que estavam sem expectativas, sem esperanças, e começa a questionar os seus alunos sobre o que sentiam quando ouviam falar a respeito do nosso país, sobre a política, a corrupção. Resultado: os alunos que se manifestaram sentiam-se decepcionados, frustrados. Então, Raoni indaga: “o que vocês vão fazer com essa frustração? [...] todo mundo tem direito de ficar frustrado e

decepcionado, mas se esta frustração e decepção não te levar a uma ação, vai tudo continuar como está. [...] o que vocês estão dispostos a fazer pra mudar o seu país?” Os alunos estavam aparentemente atentos à fala do docente, mas ninguém se pronunciou. Quando o professor perguntou se alguém pensava em fazer carreira política para despontar enquanto alternativa e propor mudanças, três pessoas levantaram a mão, o que deixou o docente esperançoso, pois, segundo ele, em boa parte de suas turmas os estudantes não se manifestam.

Em seguida, o docente volta às explicações sobre o Iluminismo em contraposição ao Absolutismo, e toca também no mote das liberdades individuais:

Quando a gente começa aqui no iluminismo, nós estamos falando que existe um discurso extremo opressor que não permite liberdades, absolutismo. E agora tá aparecendo uma galera que está disposto a desbancar o sistema absolutismo e tá defendendo as liberdades, alguns pagaram um preço muito alto.

Para prosseguir a discussão em torno das liberdades e do próprio engajamento político, em paralelo ao desânimo atual de muitos jovens frente às questões políticas, o docente se desvia do conteúdo sobre o Iluminismo, toca na Ditadura Militar no Brasil e levanta alguns questionamentos:

Quando a gente volta pra 1964, tivemos um golpe no país, os militares assumiram o governo brasileiro durante mais de vinte anos, não tivemos eleições. Muitos jovens deram suas vidas pra que hoje vocês pudessem ter oportunidade pra dizer que não querem mudar. Muitos jovens desapareceram nos porões da ditadura militar. [...] Se vocês pudessem encontrar esses jovens que deram as suas vidas por essa liberdade que nós usufruímos hoje, vocês diriam o que pra eles? Ou vocês acham que eles diriam o que pra vocês? Caramba, eu dei a vida, eu morri lutando por isso, eu morri pra que vocês pudessem votar, eu morri pra que vocês pudessem manifestar [...].

O docente dispara as perguntas para fazer os alunos atentarem às questões políticas, e estabelece uma ligação entre a Ditadura, a privação das liberdades e o não exercício do voto. Aqui, por ser ausente, o voto é percebido como um direito e não como mera obrigação. É importante salientar que o foco na participação política pelo professor está atrelado a todo aquele contexto vivido pelos sujeitos, abrasado pelos meios digitais e que diz respeito não apenas aos acirramentos das eleições, mas também ao próprio movimento de lutas por direitos e por mudanças nos anos anteriores.

Nessa aula de História, o professor abordou os direitos civis, políticos, a própria participação política, recorrendo a diferentes espaços e tempos, mas sem elucidar as especificidades históricas de cada conjuntura. Ainda no conteúdo sobre o Iluminismo para o

1º ano, dessa vez em aula realizada no dia 10 de outubro, o professor Raoni ditou as seguintes informações que estavam escritas em seu celular e que foram copiadas pelos alunos: “- O que o Iluminismo defendia? a) igualdade jurídica; b) tolerância religiosa ou filosófica; c) liberdade pessoal e social; d) direito à propriedade privada; defesa do contrato como mediador das relações sociais.” Em seguida, começou a discutir com os estudantes cada tópico. Focaremos aqui parte do que foi explicado em torno do item b. Assim, a discussão ocorreu da seguinte maneira:

Raoni: bom, vivemos num país, num mundo, onde a diversidade religiosa, a diversidade de ideias, é respeitada? Você pode ter a ideia que você quiser, postar no seu perfil do Facebook sem que alguém chegue lá pra te xingar porque não concorda com você?

Aluno: não.

Raoni: você, por exemplo, é petista e contra o Bolsonaro, e você tem liberdade de postar no seu perfil sem que alguém vá te buzinar? [...] Provavelmente a maioria de vocês aqui pensa duas vezes antes de escrever alguma coisa com relação à política, no seu... no seu... não tô nem falando no perfil dos outros não, tô falando no seu perfil. Então nós vivemos no tempo da intolerância [...]. Se não é a questão da intolerância filosófica, também viveu essa intolerância religiosa? As pessoas são incapazes de respeitar a profissão de fé do outro? Sim, não ou mais ou menos?

Três alunos: sim.

A partir do conteúdo sobre o que o Iluminismo defendia, o docente mais uma vez procurou estabelecer relações com o presente vivido pelos alunos e tocou na questão das liberdades. Raoni partiu das ideias dos iluministas para contrapô-las ao que vivenciamos atualmente: a intolerância religiosa e filosófica. Em outra aula, realizada no dia 24 de outubro, com conteúdo que versava sobre os pensadores iluministas, o tema da liberdade emergiu novamente:

Raoni: Voltaire... o Voltaire, quê que nós colocamos aí na frente?

Aluno (lendo o caderno): liberdade de pensamento.

Raoni: então essa frase dele é muito interessante. É... frase legal pra colocar no seu perfil de Facebook nesses tempos de extremismo de esquerda e extremismo de direita, onde prevalece uma certa intolerância, as pessoas não conseguem nem conversar. [...] Essa galera intolerante, extrema, deveria ouvir o Voltaire. Quê que ele fala aí mesmo, nessa frase?

Aluno: posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.

Raoni: é isso aí, oh, posso não concordar no que o Haddad diz, posso concordar o que o Bolsonaro diz, posso concordar o que alguém diz e assim por diante, mas vou defender o direito de todos defender seus pontos de vistas, e ponto. Até porque nós falamos sobre a defesa do iluminismo, é... o que o iluminismo defendia, nós falamos o... a tolerância religiosa e filosófica. Então, quer dizer, tanto no campo religioso como no filosófico, todos têm direito de defender e acreditar nas verdades que julgarem que são boas pra cada um. Vivemos isso hoje? Não. Nós vivemos o

contrário, daí o respeito, a defesa dessas liberdades, nós vivemos a intolerância, onde um quer mastigar o outro, quer destruir o outro.

O professor, ao elucidar um conteúdo de História, dialogando com seus alunos e remetendo novamente ao momento político em que estavam vivendo, trouxe à tona mais uma vez o direito de livre expressão, a liberdade de pensamento, a tolerância religiosa e filosófica, que fazem parte da discussão acerca dos direitos humanos. Ele também evidenciou a contemporaneidade das ideias de Voltaire. Todavia, sabe-se que a famosa frase do excerto acima que foi atribuída a Voltaire pelo docente, na verdade não foi dita pelo referido filósofo, mas foi escrita pela autora britânica Evelyn Beatrice Hall, em seu livro “The Friends of Voltaire”.

Assim, é possível perceber que o saber escolar é elaborado com as marcas do conhecimento acadêmico, como nos casos em que o professor concretiza as elucidações acerca do Iluminismo, mas o saber escolar também conta com as referências culturais dos sujeitos envolvidos, quando, por exemplo, o docente faz menção às redes sociais e aos chavões célebres, que podem contribuir para dar inteligibilidade ao conteúdo ensinado e negociar as distâncias entre alunos e os saberes produzidos (MONTEIRO, 2015). As referências políticas em pauta naquele momento também foram mobilizadas, como já dito em linhas anteriores.

Ao longo das observações, pude verificar que questões que envolvem os direitos humanos também estavam presentes no conteúdo de uma aula direcionada aos estudantes do 2º ano. A aula, ministrada no dia 9 de outubro, abordou a Revolução Industrial. Nela, o educador fez uma conexão com os direitos do trabalhador, remetendo também aos dias atuais como forma de negociar a distância entre o conteúdo ensinado sobre o passado e os estudantes:

Interessante que os primeiros trabalhadores da indústria, lembrando que não havia leis trabalhistas, né, leis que garantam o direito do trabalhador. Esse negócio de ah, 8 horas diárias, hora extra, férias, é, fundo de garantia, que, aliás, os grandes trabalhadores da indústria não tem esse negócio não, é trabalhar 7 dias por semana, 16 horas por dia, tão reclamando que vocês estudam 4 horas? [...] e mais, galera, escola pública? Século XVIII? Não rola isso não, a galera desde os 4 anos tá trabalhando... e se não é na indústria têxtil, a outra indústria que vai surgir nesse mesmo instante é a mineração, até porque as primeiras máquinas são máquinas a vapor e... a energia, a fonte de energia é a queima do carvão, então as indústrias de mineração é outra indústria também muito importante do momento, daquele momento [...].

O professor estabeleceu a relação entre um fato histórico e a ausência de direitos, nesse caso, os direitos dos trabalhadores.

Ainda sobre as aulas do professor Raoni, agora para os alunos do 3º ano, foi possível verificar outro conteúdo de História em que os direitos trabalhistas foram novamente abordados. A aula, que ocorreu no dia 3 de outubro, versava um conteúdo da história do Brasil, a Era Vargas, e tocou nos direitos dispostos na Constituição de 1934:

Raoni: Constituição que fica pronta em 1934. E por que essa Constituição é tão importante? Porque é a primeira Constituição que contém direitos trabalhistas. Então é a primeira vez que os nossos direitos trabalhistas agora são direitos, que é da Constituição de 34, como?

Aluna: ah, agora você vai falar do 13º salário, direito a férias, é... Remuneração de hora extra [...] folgas semanais.

Raoni: [...] isso é interessante porque os trabalhadores não tinham ao que recorrer, porque não era lei. Agora, por que Vargas faz isso? Ele faz isso porque ele entende que ele não pode ficar naquele cargo provisoriamente por tempo indeterminado, e ele precisa fazer novas eleições, ele precisa fazer novas eleições e ele já perdeu uma [...]. Mas ele precisa trazer o povo pro lado dele. [...] Bom, daí uma coisa em particular então dessa Constituição, além da criação das leis trabalhistas, o ministério do trabalho e... o fato que as primeiras eleições após a Constituição serão eleições indiretas. Então pergunta, minha co-professora, o que significa eleições indiretas?

Aluna: o povo não vota.

Nesse sentido, o professor prosseguiu suas explicações indicando que os direitos trabalhistas e as eleições indiretas era uma forma de Getúlio Vargas permanecer no poder. Por meio dos direitos, Vargas mantinha a população ao lado dele, e as eleições indiretas, sem o voto do povo, possibilitariam que Vargas controlasse o Congresso:

Mas, nós acabamos de falar agora que o Getúlio era muito astuto, por que ele tirou o voto da população? Porque era mais fácil controlar o Congresso do que controlar milhões de pessoas, então ele entendia que esse seria um instrumento útil pra sentar na cadeira; controlar o Congresso, tirar o povo, tirar o voto da população, criar as leis trabalhistas, passar quatro anos de mandato, e pra conquistar o povo, ele conseguiu? Conseguiu, porque como presidente da república é que, é... na forma populista dele trabalhar...

Essa pode ser uma forma utilizada pelo docente para apontar que os direitos sociais e trabalhistas foram implementados no governo Vargas não porque ele era o generoso pai dos pobres, havia interesses por detrás das suas ações, e diferentes recursos foram empregados para reforçar a positividade de sua pessoa: “ele não tinha Facebook, Twitter, mas ele sabia operar os meios de comunicação de tal forma que trabalhasse a favor dele.”

Assim, percebe-se que nas explicações de um conteúdo ensinado na aula de História, nesse exemplo, acerca da Era Vargas, o educador tocou em pontos que dizem respeito aos direitos trabalhistas, direitos de cidadania nesse caso. Também abordou uma Constituição, o que é indicado desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Passando, agora, para aula ministrada por outra professora, Vanda, foi possível verificar que ela também evocou questões que envolvem o tema dos direitos ao ensinar um conteúdo de História. Em uma parte da aula para o 2º ano, cujo conteúdo era o Primeiro Reinado e que ocorreu no dia 19 de outubro, Vanda abordou os aspectos entendidos como os mais importantes, em suas palavras, acerca da Constituição de 1824, a primeira do Brasil. Dessa forma, vemos que questões relativas ao tema dos direitos despontam entre tais aspectos considerados relevantes, emergindo, então, a liberdade religiosa e o direito ao voto no conteúdo ensinado. Sobre a liberdade religiosa, Vanda apontou:

O quê que essa Constituição traz de mais importante? [...] Uma outra questão é que o catolicismo era a religião oficial do Brasil. [...] Bom, ter uma religião, com uma religião oficial, em termos de direito, é complicado, porque você limita os outros de praticarem os seus cultos, então se você não fosse católico você não tinha a liberdade, direito, como se hoje prevê na Constituição, Constituição Federal de 1988, você não tinha o direito de livre culto da sua religião, do seu credo religioso. Então se você tivesse uma outra religião que não fosse católica, você não poderia praticá-la, sob pena de ser o quê? Perseguido, torturado [...].

A professora Vanda apresentou os limites da liberdade religiosa presente em uma Constituição elaborada no contexto do Brasil império, e os problemas em praticar outras religiões que não fosse a Católica, contrapondo ainda ao direito à liberdade de religião que hoje nos é garantida na Constituição de 1988. A docente estabelece uma relação entre passado e presente e situa os direitos na perspectiva da generalização dos exemplos da história, exemplos de negação ou afirmação, ausência ou presença dos direitos nos diferentes tempos: no contexto do Primeiro Reinado a liberdade religiosa era negada ou estava ausente da Constituição, mas, nos dias atuais em que estamos inseridos, tal liberdade é afirmada ou se faz presente na nossa Constituição.

A educadora continua sua explicação em torno da Constituição de 1824:

As eleições eram apenas para quem? Para deputados e senadores, uma vez que, o chefe de Estado, né, é... o poder executivo era cargo vitalício. O voto era censitário, quê que é um voto censitário? É um voto baseado na renda, na riqueza do indivíduo. Isso significava dizer que uma parcela muito pequena, uma parcela ínfima da

população tinha direito à participação política, porque se só os ricos votavam, se os ricos são a minoria, quer dizer que nós temos uma margem muito grande de pessoas que não tinham o direito ao voto, que não tinham direito de pensar, de manifestar sobre os destinos políticos do país. Então, o voto censitário é aquele voto baseado em quê? Na renda do indivíduo. Nesse sentido, quem é que votava? Os grandes comerciantes, como também os grandes proprietários de terras. Então você tem uma parcela muito grande de pessoas que não participam das decisões políticas do país, porque não tem acesso ao voto [...].

A partir da abordagem da Constituição, a professora também evocou a participação política e o direito limitado ao voto em um período da história brasileira. Compreende-se que os direitos estão atrelados aos documentos que os afirmam, isso perpassa determinados conteúdos indicados pelo currículo formal, como nos PCNs e a recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e também o próprio currículo em ação. Tanto os PCNs como a BNCC para o ensino de História indicam o trabalho com Constituições e outros documentos relativos aos direitos. No caso das aulas observadas, foram as Constituições brasileiras que receberam protagonismo.

Portanto, por tudo o que foi até aqui desenvolvido, constata-se que as questões que se relacionam aos direitos humanos se fizeram presentes na prática dos professores em sala de aula, nos links e ilações realizadas por eles. Os direitos civis (liberdade de pensamento e liberdade religiosa), os direitos políticos (direito ao voto e participação política) e os direitos sociais (direitos do trabalhador) foram assuntos abordados nos conteúdos de História, referentes ao Iluminismo, à Revolução Industrial, à Era Vargas e ao Primeiro Reinado. Chama atenção o fato de os professores não aludirem esses direitos apenas como congelados em um passado longínquo, mas trazerem os mesmos para o presente de seus alunos. O que os docentes realizaram em sala de aula atende as próprias indicações dos documentos normativos curriculares.

Faz-se necessário ressaltar ainda, que os direitos humanos também podem ser objeto de discussão no desenvolvimento de outros conteúdos que abarcam não só a história europeia ou a do Brasil, como apresentado em linhas anteriores. A título de exemplo, podemos mencionar o processo de independência política da Índia e o *apartheid* na África do Sul, comumente inseridos nas propostas curriculares. Ambos os conteúdos reforçam lutas por direitos, em diferentes espaços e culturas. Outros direitos para além dos civis, políticos e sociais também podem se articular a História que é ensinada. Múltiplas podem ser as inter-relações entre direitos humanos e conteúdos de História.

Em tempos de inúmeras violações de direitos, o ensino de História com seus conteúdos podem despontar enquanto uma importante contribuição para apresentar aos jovens o amplo âmbito dos direitos humanos, possibilitando que eles desenvolvam um pensamento crítico e analítico acerca desses direitos e do contexto nos quais estão inseridos. O presente texto procurou evidenciar o que os docentes realizaram em suas aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAETS, Antoon De. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. *Revista História da Historiografia*, n.5, p.86-114, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e Direitos Humanos. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fund. Carlos Chagas, nº 104, 1998.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n.2, p.177-229, 1990.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.36. n.1, p.191-211, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, Londrina, v.9, p.9-35, 2003.

_____. Aulas de História: questões do/no tempo presente. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 58, p. 165-182, out./dez. 2015.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org). *Currículo: questões atuais*. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 9-27.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 1, n.1, p.20-47, 2004.

_____. A constitucionalidade do PNDH-3. *Revista Direitos Humanos*, v. 5. Brasília, SDH, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Santos, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 427-461.

_____. Introdução - direitos humanos: uma hegemonia frágil. In: Santos, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos* [livro eletrônico]. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014, p.14-27.

O Mestrado Profissional em Ensino de História (2014-2018): Construção de saberes – Uma análise das pesquisas em torno do Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira

Jéssica Miranda de Souza
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

No final do século XX e início do XXI propostas com interface multicultural vêm sendo instrumentalizadas no sistema educacional brasileiro; estratégias que vão ao encontro de uma educação pautada no respeito às diferenças, buscando prevenir, qualquer tipo de discriminação e preconceito no ambiente escolar. A Lei 10.639/03 que traz a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas em todo país é exemplo de uma política afirmativa em Educação pautada no ideal multicultural, reconhecendo e valorizando as diversas perspectivas culturais a qual a sociedade brasileira é formada. Encaminhando, enquanto proposta de educação democrática, a formação cidadã pautada na identidade cultural dos sujeitos.

Ao cumprir as prerrogativas da Lei 10.639, os docentes da educação básica viram-se em um entrelace de desafios, entre eles: a resistência da comunidade escolar, a falta de formação, a construção de currículos e a produção de materiais didáticos. E mesmo passados dezessete anos de vigência da legislação, a educação das relações étnico-raciais é um campo intenso de debates em diversas áreas de conhecimento e, de nosso interesse particular, o campo do Ensino de História. E para compreender, mesmo que minimamente, como os professores de História da educação básica tratam a temática racial em suas proposições pedagógicas, teremos que nos dedicar ao exame de suas pesquisas.

Para tal, procuro refletir sob a ótica de trabalho dos professores de História com a introdução de políticas afirmativas em Educação. A pesquisa em desenvolvimento faz uma análise das dissertações aprovadas no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), 2014-2018, período que abarca as duas primeiras turmas do curso, pondo em diálogo as concepções desses professores com a Pedagogia Decolonial. A partir de algumas

triagens realizadas no acervo digital da Plataforma Educapes¹¹³ foram selecionados trabalhos que orbitavam teórica e metodologicamente a temática racial nos anos finais do ensino fundamental.

Destaco ainda que optar pelo ProfHistória é circunscrever como, neste século, o ensino de História vem ganhando relevante evidência no campo da ciência histórica no Brasil. Voltados estritamente aos professores da educação básica em exercício da função, o ProfHistória reflete acerca dos saberes que são mobilizados na prática docente, valorizando a sala de aula e a escola como espaços de pesquisa, possibilitando uma formação continuada que dê conta da complexidade do ambiente escolar.

Para uma melhor apreensão da pesquisa o artigo será dividido em duas partes, a primeira vai aprofundar a discussão quanto a literatura Decolonial e conceito de Pedagogia Decolonial, bem como os critérios de seleção das dissertações previamente escolhidas. E a segunda parte descreve a importância que o Mestrado Profissional em Ensino de História vem ganhando como formação continuada tornando-se expoente nas pesquisas do Ensino de História da África e Cultura afrobrasileira, sinalizando como a temática racial no país ainda carece de reflexão.

EXAME DAS DISSERTAÇÕES – PEDAGOGIA DECOLONIAL EM PAUTA

As dissertações previamente selecionadas no acervo digital, em um total de dezesseis, seguiram alguns critérios importantes em vista de garantir integridade, confiabilidade à construção de dados e ao uso das fontes. Os parâmetros para seleção foram: a) pesquisas de todo Brasil que fossem oriundas do ProfHistória; b) trabalhassem com a temática étnico-racial na perspectiva da Lei 10/639; c) privilegiassem o trato da temática nos anos finais do ensino fundamental; d) não abordassem o livro didático como objeto central da pesquisa; e) e, por último, que não tratassem da formação de professores.

A leitura das dissertações será guiada por algumas questões norteadoras para uma melhor construção da análise: 1. Os conteúdos selecionados de história da África e cultura

¹¹³ O EduCAPES é um portal online desenvolvido pela Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES aberto para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós-graduação que busquem aprimorar seus conhecimentos. O EduCAPES engloba em seu acervo milhares de objetos de aprendizagem, incluindo textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, áudios, imagens e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta, publicados com autorização expressa do autor ou ainda que estejam sob domínio público. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/>>

afro-brasileira obedecem a um caráter de aproximação com a realidade dos estudantes? 2. Os produtos das pesquisas têm por finalidade valorização e reconhecimento das identidades coletiva e individual negras? 3. Foram utilizadas estratégias e linguagens diferenciadas com a finalidade de conscientização e combate ao preconceito racial? O intuito é traçar uma linha de reflexão capaz de amparar as múltiplas estratégias traçadas pelos docentes em suas dissertações. E assim, ao me deter nas escolhas realizadas pelos docentes do ProfHistória, procuro explorar o pensamento Decolonial, na perspectiva da categoria: Pedagogia Decolonial, a qual dedicarei atenção especial na primeira parte deste trabalho.

A historiografia, durante muito tempo, não cuidou satisfatoriamente da contribuição das sociedades e culturas africanas para História da humanidade, deixando para as organizações sociais o papel de disseminadores da História e Cultura africana e dos afrodescendentes. Claudilene Silva e Eliete Santiago (2016), no estudo do pensamento negro em Educação no Brasil, identificam três movimentos de aproximação e vivência da escolarização da população afrodescendente: escolarização como portal, escolarização como espelho e escolarização como enraizamento.

O primeiro momento refere-se ao reconhecimento e inclusão social no pós-abolição, quando o afro-brasileiro torna-se parte da sociedade e não mais um instrumento de trabalho. No segundo, a população negra passa a reivindicar a sua existência física, denunciando práticas discriminatórias e questionando a invisibilidade de sua cultura no espaço escolar. E o último, como necessidade de acolhimento, levando em conta a heterogeneidade da escola e a história de resistência da população afrodescendente, incluindo a importância da cultura negra para constituição do nosso país e nossa cultura. Em síntese, as autoras afirmam:

O pensamento negro em educação no Brasil trata-se, portanto, de um conjunto de ideias e práticas educativas que foram sendo construídas a partir das experiências vivenciadas por ativistas e/ ou organizações do movimento negro brasileiro, com a intenção de prover uma educação de efetiva qualidade para a população negra. (SILVA, SANTIAGO, 2016: 82).

Consideramos, então, que a Educação regular oficial não foi capaz de amparar os afrobrasileiros de forma adequada. À vista disso, a reflexão acerca da relação entre o ensino de História e a educação étnico-racial nos faz repensar o racismo na atualidade,

fundamentando o seu combate, assim como reflete por meio do ensino da história escolar, os lugares de subalternidade impostos aos sujeitos indígenas, africanos e afrodescendentes.

O pensamento Decolonial, visibilizando os limites das concepções teóricas eurocêntricas, ganha espaço nas mais diversas áreas de conhecimento. Em especial na historiografia mas, sem dúvida, torna-se também uma perspectiva relevante para se pensar um ensino de História que avalie a questão da diversidade cultural e os muitos ocultamentos históricos. Reis e Andrade sintetizam essa perspectiva.

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. (REIS, ANDRADE, 2018: 03)

Para Silva e Santiago (2016) o pensamento decolonial – como eixo de luta e ferramenta de análise – aponta e quer transformar a matriz colonial presente em todos os países da América do sul. Pois a região ainda mantém as relações de poder no Estado-nação por meio do binômio colonialismo/colonialidade. Refere-se, portanto à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e a ideia de raça.

Frantz Fanon, pensador anticolonial martiniquense, teceu lúcidas críticas aos efeitos do colonialismo e do racismo na produção de narrativas históricas.

Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética. (FANON, 1968: 175)

Entendo assim, que o pensamento intelectual que moldou o sistema mundo moderno/colonial foi acionado a partir dos Estados-nações europeus em pleno desenvolvimento, a partir da desumanização do outro – os povos não europeus. Então como pensar em um mundo descolonizado, como desaprender e voltar a reaprender a partir de culturas relegadas ao esquecimento pelo pensamento oficial? Nelson Maldonado Torres,

refletindo sobre a literatura decolonial, nos traz o conceito por ele chamado de transdisciplinaridade decolonial e a concepção de consciência decolonial.

Estou definindo transdisciplinaridade decolonial como orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como projeto e como atitude. Esta atitude e este projeto são parte do que podemos chamar de consciência decolonial (decolonial consciousness), em contraposição à consciência moderna (modern consciousness). (TORRES, 2016: 93)

Admitimos que o pensamento decolonial seja muito abrangente, ainda não há um consenso até mesmo sobre sua nomenclatura, muitos ainda se referindo a estudos pós-coloniais. Pontuamos analisar essa literatura como ferramenta pedagógica com intuito de descolonizar o pensamento, assim como proposto por Catherine Walsh (2016). Essa autora pondera que a multiculturalidade no ambiente escolar não basta para que haja a transformação social. Ela se posiciona a favor da interculturalidade crítica, perspectiva que implica aceitar a inter-relação entre diferentes grupos culturais; a permanente renovação das culturas; o processo de hibridização das culturas e a vinculação entre questões de diferença e de desigualdade. Considerando que a diferença se encontra na base dos processos educativos. Essa pedagogia solicitada pela interculturalidade crítica é identificada por Walsh como uma forma de pedagogia decolonial.

Em coletânea que produziu em 2013, Walsh já havia definido o que chama pedagogias decoloniais. Para a autora seriam metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência. Pedagogias como práticas que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver. Segundo Walsh, as várias possibilidades pedagógicas devem pretender e ser decoloniais, a fim de desaprender o que foi imposto pela colonização e criar novas práticas.

Novas práticas já vêm sendo acionadas por diversos professores da educação básica pelo mundo, e no Brasil não é diferente. A investigação em torno da prática docente compreende dedicar esforços em assimilar as variadas possibilidades e como as estratégias utilizadas afetam o ensino- aprendizagem. Os docentes ao tentarem dar conta da Lei 10.639/03 são defrontados com a construção de uma Educação Antirracista. Por esse motivo, entender se há e como se constrói o diálogo entre as propostas didáticas dos mestrados do

ProfHistória com a pedagogia Decolonial é essencial para nossos objetivos de analisar a constituição de uma educação antirracista no Brasil pós Lei 10.639/03.

Isso também permite explorar como o campo do Ensino de História no Brasil vem tratando a temática étnico-racial. Evidentemente que um recorte específico possui suas restrições e insuficiências, mas pode ajudar-nos a sistematizar algumas tendências e possibilidades refletidas nas dissertações a serem analisadas.

O PROFHISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) é um Programa de PósGraduação *stricto sensu* em rede nacional, atualmente composto por 39 instituições associadas, distribuídas em todas as regiões do país, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e financiado pela CAPES. Criada em 2014, essa rede nacional é composta predominantemente de universidades públicas (estaduais e federais). A rede contava com 12 Instituições de Ensino Superior no ano de seu surgimento, 27 em 2016, e passará a ser formada por 39, a partir de 2020, com um quadro docente de 510 professores. Até 2019, foram concluídas 435 dissertações.

O ProfHistória ocupa um lugar importante nos debates sobre o ensino de História no país, somente com pesquisas neste campo de conhecimento, manifestado em competência nacional, trazendo perspectivas diferenciadas dos professores de História da educação básica. É bom lembrar que o ensino de História está longe de ser um campo de discussões recente no Brasil, como afirma Marieta Ferreira:

A temática da necessidade de transformações no ensino da História se manifestou em diversas ocasiões e através de diferentes canais. No I Congresso Brasileiro de Universitários de História, em 1960, as questões debatidas foram as problemáticas do ensino da História, a formação profissional do professor e as deficiências do livro didático no ensino secundário. (FERREIRA, 2016: 24)

O percurso da área porém, não foi tão auspicioso, o campo historiográfico não enxergava o ensino de História na escola no mesmo nível. Somente na década de 1970 do século passado os professores de História escolar foram aceitos na ANPUH que se chamava

então Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH)¹¹⁴ . Demonstrando problemas de aceitação do ensino de História como objeto de estudo do campo historiográfico e dos Programas de Pós-graduação em História.

A partir da iniciativa de alguns teóricos do campo do Ensino de História foram criados congressos regulares que trabalhavam com a área: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e o Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História (ENPEH) que desde de 1993 passaram a coexistir. Esses pesquisadores uniram-se em 2006 no VII ENPEH e criaram a Associação Brasileira de Ensino de História – ABEH. O registro do estatuto da ABEH ocorre em 14 de janeiro de 2009, data de fundação oficial da Associação. Ainda assim a área não contava com expressivo número de pesquisadores especialistas em Ensino de História, até a criação dos mestrados profissionais, e as universidades brasileiras contabilizavam poucos programas de pós-graduação em História que apresentavam linhas de pesquisa em Ensino.

A título de exemplo, o Brasil na soma do seu contingente total de universidades públicas dispõe apenas de seis programas de pós-graduação acadêmicos com linha de pesquisa específica em Ensino de História: o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG); o Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); o Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); o Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e o Programa de Pós graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Alertando-nos para o fato de que a maioria dos PPGHs acadêmicos satisfazem necessidades para o magistério no ensino superior, mas, não satisfazem as necessidades do grupo de profissionais da educação básica, que são a maioria entre os que pesquisam e trabalham com a ciência Histórica.

Matos e Senna (2013) exibem o cenário de tensões bastante comuns na graduação em História: a divergência entre o bacharelado e a licenciatura, pesquisador versus professor. Demonstrando incoerências no discurso sobre a união entre ensino e pesquisa, emergindo daí discussões necessárias à formação no nível da pós-graduação. O profissional formando em

¹¹⁴ Atualmente Associação Nacional de História (ANPUH).

um curso de mestrado ou doutorado acadêmico, que não exerce função no ensino superior, é capaz de dar conta da complexidade ou da singularidade do ensino na educação básica? Eles terminam seus cursos com capacitação para enfrentar os desafios das salas de aulas com crianças e jovens? Seja no mestrado profissional ou acadêmico os meios de avaliação da atuação docente são definidos em termos de sua produção enquanto pesquisador, então, por que historiadores *stricto sensu* se sentem superiores aos docentes da educação básica? A escola não é um ambiente de produção de conhecimento?

Para melhor apreensão das especificidades e importância do Mestrado Profissional em Ensino de História precisamos entender seu funcionamento e objetivos. E assim tentar mesmo que brevemente elucidar sobre a essencialidade do Ensino de História dentro do campo da ciência histórica.

Em 2012 um grupo de docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) propôs levar adiante um projeto de mestrado profissional em nível Regional, mas a CAPES em suas atribuições legais aceitava somente propostas de caráter nacional. No final do ano de 2012 até março de 2013, um grupo de professores¹¹⁵ dedicou-se à formatação do projeto do ProfHistória, estruturando finalidades norteadoras ao curso profissional em ensino de História:

(...) qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em ambiente on-line e offline; desenvolver com os mestrandos/docentes estratégias para estimular a capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas, levando em consideração sua origem, o momento e o contexto de sua produção; oferecer subsídios para o reconhecimento do potencial patrimonial dos espaços urbanos e rurais para o ensino de História na Educação Básica; fornecer instrumental para que os mestrandos/docentes possam conduzir o processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas. (FERREIRA, 2016: 41).

Objetivos definidos, foi o momento da comissão então definir a estrutura do curso, dividida em três linhas de pesquisas: Saberes Históricos no Espaço Escolar, Linguagens e

¹¹⁵ A proposta foi inicialmente apresentada pela Prof^a Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e desenvolvida por docentes vinculados a seis instituições do Rio de Janeiro, a saber: Alexandre Fortes (UFRRJ), Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (UFRJ), Carmen Teresa Gabriel Anhorn (UFRJ), Felipe Magalhães (UFRRJ), Giselle Martins Venâncio (UFF), Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ), Keila Grinberg (UNIRIO), Luis Reznik (PUC-Rio), Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO), Márcia Chuva (UNIRIO), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ), Mariana Aguiar Ferreira Muaze (UNIRIO), Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ) e Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ). Esse grupo inicial foi responsável pela elaboração do Projeto e do Regimento do Programa de Mestrado Profissional de Ensino em História (PROFHISTÓRIA).

Narrativas Históricas, Produção e Difusão e Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. O projeto foi enviado a CAPES para análise no ano de 2013 e aprovado no mesmo ano. A primeira turma inicia-se no ano seguinte com expressivo número de alunos, multiplicando-se em seu segundo processo seletivo.

Turmas	Vagas ofertadas	Candidatos	Aprovados	Matriculados
2014-16	152	463	371	146
2016-18	423	3.284	794	405

Tabela: FERREIRA, 2016: 43

Observamos que o Mestrado Profissional em Ensino de História tem como diretriz efetivar no contexto nacional a “formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.” (FERREIRA, 2016: 44).

O ProfHistória conta ainda com um processo seletivo diferenciado, que apresenta características muito diferentes aos processos dos cursos considerados acadêmicos, lembrando os vestibulares tradicionais. O perfil do candidato ao mestrado profissional é critério relevante, professores em exercício da função. No seu edital o ProfHistória traz os requisitos básicos para concorrer as vagas: ser portador de diploma de curso superior de licenciatura, devidamente registrado no Ministério da Educação; atuar como professor de História em qualquer ano da Educação Básica. Ao compararmos com as seleções em cursos acadêmicos percebemos distanciamentos. Programas de pós-graduação acadêmicos baseiam-se corriqueiramente seus processos em fases: uma destinada ao envio do pré-projeto a qual o discente expõe seu objeto de pesquisa; a prova teórica, normalmente norteadas por bibliografia referente a área de pesquisa selecionada pelo discente; a entrevista, com banca examinadora do programa almejado; e por fim a prova de línguas.

O contratante que mais chama atenção entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional é o produto, isto é, o resultado almejado. No mestrado acadêmico pretende-se pela imersão teórica formar, a longo prazo, um pesquisador, sem a necessidade de afirmação no exercício da sua atividade profissional, no caso, o magistério. No mestrado profissional, como pontuado por Ribeiro na página eletrônica oficial do MEC:

(...) No mestrado profissional também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e sobretudo utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam estas de interesse pessoal ou social.¹¹⁶

E os pesquisadores formandos nos cursos profissionais sejam capazes igualmente de multiplicar suas capacidades com os colegas docentes. No regimento geral do ProfHistória em seu décimo quinto artigo, inciso um e dois, fica determinado a dimensão propositiva a qual o discente deve se orientar ao final do seu percurso de formação.

§ 1º – A natureza da dissertação, a despeito do formato que possa vir a assumir, deve traduzir obrigatoriamente as três dimensões trabalhadas ao longo do curso: (i) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas; (ii) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área e (iii) as possibilidades de produção e atuação na área do Ensino de História que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula. Para tal, ele constará de duas partes: uma parte crítico analítica (dimensões i e ii) e uma parte propositiva (dimensão iii). § 2º – O produto final pode assumir diferentes formatos como: texto dissertativo, documentário, exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar, a condição que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas.¹¹⁷

Com base nessa reflexão, entendo que a escola por si só apresente no seu cotidiano demandas sociais que estão para além dos conteúdos programáticos e por esse motivo muitos programas de pós-graduação acadêmicos, mesmo aqueles com linha de pesquisa específica em Ensino de História, não deem conta de temáticas como o racismo, intolerância religiosa, violência de gênero. E que com o mestrado profissional essas temáticas ganham escopo, como pode ser verificado no número expressivo de dissertações no curso que vem trazendo essas temáticas.

CONCLUSÃO

A geração de professores formados pelo Mestrado Profissional em Ensino de História reflete um novo rumo para a disciplina na educação básica, proporcionando maior visibilidade ao trabalho do docente de História do ensino fundamental e médio e trazendo formalidade a

¹¹⁶ Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/3670-sp-1301073090>> Acesso em: 20 de ago. de 2020.

¹¹⁷ Disponível em < https://profhistoria.ufrj.br/uploads/regulamentos_formularios/58dad185519ae_Regimento_Geral.pdf>

projetos que já vem sendo feitos há anos, desconhecidos no meio acadêmico. Como as iniciativas de educação nãoformal em vários lugares do território nacional, das grandes cidades, no meio rural, em assentamentos quilombolas, terras indígenas por professores e professoras sem titulação acadêmica, buscando dar conta da fragilidade educacional do Brasil.

Pensar o Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira no âmbito da educação das relações étnico-raciais na perspectiva da prática docente é essencial para entender como a sociedade percebe o Ensino de História pois, para a maioria da população o único momento que vão se debruçar em torno dessa ciência é na escola. E para um ensino-aprendizagem que se proponha conscientizador é primordial sobretudo emancipar, mas suscitar um pensamento emancipador aos nossos jovens é de longe tarefa fácil e se fechar em torno dos nossos pares acadêmicos, não fará alusão da real função social que o professor/historiador tem. Assim é possível intuir que os docentes da educação básica são antes de mais nada pesquisadores e produtores de conhecimento, muito antes de ingressarem formalmente nos mestrados profissionais ou acadêmicos.

Ao identificar nos trabalhos realizados por professores de História oriundos do Mestrado Profissional, a partir de um programa acadêmico, é minimamente dar voz a experiências diferenciadas, transportando esta pesquisa para a sua função social. Retornando a sociedade a preocupação necessária com a educação democrática. Pois o debate sobre a educação nunca se faz infrutífero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. REIS, Maurício de Novais. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico, nº 202, p. 1-11, 2018.

FANON, F. Os condenados da Terra. Título do original francês: Les damnés de la terre. Copyright © 1961 by Maspero éditeur S.A.R.L. Tradução da EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A. RIO DE JANEIRO, 1968. FERREIRA, Marieta. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski. Mestrado profissional de história e a formação docente para a pesquisa. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6, p. 210-222. Agosto de 2013.

SILVA, Claudilene. SANTIAGO, Eliete. Pensamento negro e educação intercultural no Brasil. INTERRITÓRIOS | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, BR v.2 n.3 2016.

TORRES, Maldonado Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade/Traduzido do original "Transdisciplinariedad y decolonialidad". Tradução de Joaze Bernardino-Costa. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: in-surgir, re-existir y revivir. Revista "Entre palabras", Fac. Humanidades y Ciencias de la Educación, No.3 - No.4, UMSA, La Paz - Bolívia, p 129-156, 2009.

Reflexões sobre experiência estética e horizontes de expectativas na aula de História¹¹⁸

Rafael Monteiro de Oliveira Cintra
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

O presente artigo tem o objetivo de apresentar os principais caminhos teórico-metodológicos que estamos trilhando na pesquisa intitulada “‘A aula que a gente lembra é aquela que nos toca’: estética e política no ensino de História”, que culminará em uma tese de doutorado. Nossa principal preocupação consiste em operar um vocabulário que nos ajude a compreender a aula de História, no ensino básico, em dois níveis: o cognitivo e o sensível. Propomos um trabalho analítico capaz de driblar o binarismo *razão x emoção*, que marca a relação ocidental com o conhecimento desde a modernidade (DUARTE JUNIOR, 2000; GUMBRECHT, 2016). Nossa aposta é que o ensino de História desperta subjetividades e sensibilidades tanto quanto racionalidades, e que as fronteiras entre essas instâncias não estão tão delimitadas quanto parece. A noção de “experiência estética”, forjada na relação da humanidade com o mundo (e com a arte) nos auxilia nessa mirada (que nos leva à *política* e aos projetos), e é a partir dessa categoria que gostaríamos de focalizar a discussão deste texto.

Antes disso, cabe salientar que nosso foco recai na figura do professor e os seus saberes, que, segundo Maurice Tardif (2014), se originam na sua vida social *e não somente* na sua formação profissional. Como o professor explica o que quer explicar? Quais materiais evoca para tecer sua aula? Quais relações existem entre as escolhas da “pessoa” e a do “professor”, utilizando essas posições que, segundo António Nóvoa (1995), são difíceis de distinguir? A brevidade deste texto não nos permite explorar possíveis respostas a estas perguntas, mas elas embalam a discussão que se segue.

A AULA DE HISTÓRIA COMO PRODUÇÃO DE UM REGIME HISTORIOGRÁFICO

Fernando Penna (2013) identifica que a teoria da História não está preocupada em tecer reflexões sobre o ensino de História, já que ela focaliza a epistemologia, a construção do conhecimento, e não a sua transmissão. O pesquisador reforça que as reflexões de tal teoria

¹¹⁸ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

“parecem negar que exista outro registro de conhecimento histórico além daquele produzido na academia” (PENNA, 2013: 82), e é através da contribuição da teoria da transposição didática de Yves Chevallard que sustenta a existência de uma operação historiográfica escolar.

Fernando Nicolazzi (2019), em um movimento próximo ao de Penna, afirma que existem pelo menos três regimes historiográficos: o acadêmico, o escolar e aquele dirigido ao grande público. Apropriando-se dos regimes de historicidade de François Hartog, que, grosso modo, evoca os modos possíveis de experiência do tempo (em sua dimensão tripartite de passado, presente e futuro), Nicolazzi defende que em cada regime de historicidade existem distintos regimes historiográficos. Sendo assim, é possível que o público tenha um interesse pelo passado sem necessariamente ter um interesse pela História enquanto disciplina. Ainda, propõe que cada lugar provoca uma relação/reação específica desse conhecimento com o público ao qual se dirige, e que a noção de “operação historiográfica”, na perspectiva de Michel de Certeau, não oferece subsídios para compreendermos a sua recepção pelo público. Como afirma Nicolazzi, “não se trata, obviamente, da mesma coisa assistir a um vídeo na internet ou ler um livro na poltrona, ainda que o conteúdo possa ser equivalente” (NICOLAZZI, 2019:12). Em nossos próprios termos, se quisermos pensar assim, propomos: *os diferentes regimes historiográficos convocam experiências distintas*. Desse modo, se o público estiver recebendo, em um mesmo momento, diferentes regimes historiográficos, ele estará suscetível a diferentes experiências¹¹⁹.

O que os autores supracitados têm em comum é a proposição de que o ambiente escolar é lugar de produção do conhecimento histórico, cujos objetivos diferem da história produzida na academia. Portanto, a partir dessas reflexões, partimos das seguintes perspectivas: 1) a aula de História se apresenta como lugar de produção de conhecimento histórico; 2) professores/as no ensino básico constroem suas versões locais desse conhecimento, tendo os/as estudantes como destinatários; 3) os objetivos da produção historiográfica escolar diferem daqueles referentes à produção historiográfica acadêmica. Desse modo, para cumprir os objetivos que almejam cumprir, como os professores de História produzem suas versões do conhecimento histórico? Nossa aposta é que para essa produção

¹¹⁹ Trilhamos esse caminho na dissertação defendida em 2019, quando afirmamos que os filmes (um regime historiográfico destinado ao grande público) na aula de História cumpre o objetivo de despertar a “presença”: aquilo que foge à compreensão racional.

são convocados elementos que despertam tanto aspectos cognitivos quanto sensíveis, que revelam, ainda, um compromisso ético e uma perspectiva política para o ensino da nossa disciplina na educação básica. As discussões postas no tempo presente, os desacertos históricos e nosso compromisso com o futuro são também uma chave de análise.

EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E TEMAS SENSÍVEIS

A discussão da seção anterior nos fornece elementos para compreender a aula de História como lócus de produção do conhecimento¹²⁰. Quais objetivos tem ela, então, na relação que o professor estabelece com o seu auditório? Certamente não há uma única resposta para esta pergunta, mas os pesquisadores Fernando Seffner e Nilton Mullet nos fornecem um referencial. Para eles,

O caráter ético do ensino de história está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e, ao mesmo tempo, do seu lugar no presente. Estudar os passados sensíveis não significa apresentar ao aluno um conteúdo disciplinado e frio (WHITE, 1995), mas colocá-lo diante de algo que desperta indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos. (SEFFNER, PEREIRA, 2018: 17).

A perspectiva dos autores está na esteira daquilo que compreendem como “temas sensíveis”: aqueles que, no ensino de história, revelam a residualidade do passado no presente e que devem ser ensinados como uma experiência capaz de provocar indignação, desespero, medo ou alguma outra reação, mas nunca a apatia. A residualidade diz respeito a aspectos do passado cujos efeitos resistem ao tempo – desafiando a própria perspectiva ocidental da temporalidade tripartite – como é o caso, no Brasil, dos resíduos deixados pela escravização de africanos. Compreendemos que essa discussão precisa estar vinculada a uma reflexão sobre a própria temporalidade em história, como o “não-contemporâneo no contemporâneo”,

¹²⁰ Para a tese em curso, abordaremos como essa produção, focalizada na operação historiográfica que acontece na sala de aula e não nos programas e políticas educacionais podem se vincular à literatura sobre autoria. Existem algumas perspectivas teóricas a partir das quais a noção de autoria pode ser encarada. No nosso caso, nos valeremos sobretudo de Bakhtin e Sírio Possenti, mas não nos distanciaremos da discussão mais ampla a respeito do tema.

como sugere François Dosse (2012), que encara a conexão do presente com as estruturas de longa duração¹²¹.

Sendo assim, concordamos que o ensino de história deve assumir um compromisso ético, como na construção de temas sensíveis proposta por Seffner e Pereira. Inicialmente, não vinculávamos a noção de experiência estética a esta reflexão. Contudo, a combinação dessas perspectivas nos parece ser um profícuo caminho de análise, sobretudo porque a concepção de experiência estética compreende a potente combinação entre o sensível e a criação. Afinal, se a nossa disciplina realmente carrega um compromisso ético, é preciso que o “choque” não se encerre em uma aula, mas contribua para um projeto que embaralhe a própria partilha do sensível, como veremos.

Segundo François Soulage (2004), a experiência estética é, por excelência, um método. Mas, contrariando os padrões ocidentais de racionalidade, ela evoca, ao mesmo tempo, uma perspectiva sensível (corpo) e uma perspectiva teórica (espírito). Trata-se, portanto, de uma experimentação sensível e criadora com/a partir da obra de arte. Existem algumas perspectivas teóricas com as quais poderíamos encarar essa categoria, como a de John Dewey (2010), que define a experiência estética como abertura sensível e disruptiva com o cotidiano. Concordamos com essa premissa, mas a perspectiva da experiência estética que abarca múltiplas direções nos parece mais profícua como categoria e referencial analítico para alcançarmos nossos objetivos. Sendo assim, como método, a experiência estética deve fundar-se, primeiramente, como uma experiência sensível. Isto é: uma experiência do corpo. Existe, em qualquer obra de arte, uma parte intraduzível e que resiste à análise:

A aproximação de uma obra de arte se parece – sob este ponto de vista – àquela da filosofia, na medida em que esta última é amor, mas não possessão, da sabedoria; do contrário ela seria dogmática e, por isso mesmo, antifilosófica; portanto, uma aproximação que pretendesse possuir a obra de arte e dar conta totalmente dela seria dogmática e, conseqüentemente, deveria ser rejeitada. (SOULAGE, 2004: 19)¹²²

¹²¹ Submetemos um artigo a respeito desse tema. Para mais informações, v.: LEITE; CINTRA, no prelo.

¹²² Esta parte “intraduzível” é aquilo que alguns teóricos, como Hans Ulrich Gumbrecht, categorizam como “presença”. Gumbrecht afirma que existe um maior interesse pela produção teórica a respeito do mundo e menos pelo efeito da “presença” das coisas em nós. O autor afirma que vivemos em um mundo marcado pela racionalidade que descarta aquilo “que o sentido não consegue transmitir”. A presença como possibilidade de perceber o mundo é descartada – poderíamos falar disso a respeito da própria escrita da história, como fez Verena Alberti (2011), mas não é o tema que por hora propomos.

O que Soulage propõe é um pressuposto antropológico que toma o homem como um ser sensível. No entanto, há uma complexidade na nossa relação com o mundo que interpela o binarismo “sensibilidade x razão”. Como afirma, o homem é o ser do “e” ou do “ao mesmo tempo”, por exemplo: “face a uma obra de arte, o homem experimenta *essa tensão oscilante entre sensação recebida e significação solicitada*, entre ruído e linguagem” (SOULAGE, 2004: 20). Soulage propõe, portanto, uma compreensão da experiência estética como um caminho metodológico que passa tanto pela sensibilidade quanto pelos processos de criação, articulando momentos de apreciação sensível (do corpo) e das operações mentais. Soulage é um pesquisador da fotografia e sua teoria é focada nessa modalidade artística. Entretanto, acreditamos que é possível estabelecer um diálogo com este campo para ampliarmos a compreensão do nosso objeto.

Para o filósofo francês Jacques Rancière (2009, 2011), podemos refletir sobre a estética a partir de três formas articuláveis: 1) como experiência sensível, que se relaciona à proposta de Soulage; 2) como o próprio ordenamento das pessoas no mundo: o mundo visível como o “sensível”, que é partilhado; 3) como regime de interpretação da arte. O filósofo defende que as discussões sociológicas da segunda metade do século XX, em torno da autonomização da obra de arte, evidenciam o estatuto dessa categoria como possibilidade de pensar a própria relação da humanidade com a vida social a partir da sua relação com a “arte”. Para isso, elabora uma instigante análise de três regimes de interpretação da arte ao longo da história ocidental.

O primeiro regime é o ético de Platão, no qual não existe arte, mas as *technai*. Não há nessa sociedade a possibilidade de os homens experimentarem o mundo fora das técnicas que lhes foram atribuídas. Existe, portanto, uma normatização das sensibilidades. O segundo regime é o de Aristóteles, no qual prevalece o modelo de verossimilitude do cosmos. Os homens experimentam a arte dentro da noção de *mimesis*: a combinação entre a *poiesis*, que produz as obras, e a *aisthesis*, que é o seu meio de recepção. Quer dizer: a arte está dentro de um espectro e cada obra determina, previamente, o que o espectador deve sentir diante dela.

É o terceiro regime, o regime estético de Kant e Schiller, que, segundo Rancière, desmorona o edifício mimético que desde a antiguidade clássica construiu a relação do homem com a arte e, conseqüentemente, com o próprio mundo. Agora, existe a prerrogativa de que comum aos homens está a sua sensibilidade: todo homem é capaz de jogar com a

realidade e, por consequência, senti-la. É nesse sentido que o regime estético propõe a autonomia da obra de arte, que agora depende tanto do artista quanto do receptor. O que mais nos chama a atenção nessa formulação de Rancière, cujos desdobramentos meticulosos não são possíveis de realizarmos aqui¹²³, é que o filósofo vai relacionar tal autonomização à experiência estética como processo que nos permite questionar nossas existências dentro das “partes” que nos foram atribuídas.

Na segunda metade do século XX, alguns sociólogos e filósofos criticaram a perspectiva de Kant e Schiller, como Bourdieu, alegando que a concepção de autonomia da arte escamoteia uma sociedade dividida em classes, pois os juízos estão definidos à medida que as classes também estão. Rancière, entretanto, questiona essa perspectiva ao formular que tal sentença atribui um lugar estanque dentro da sociedade a cada sujeito, como na sociedade de Platão. A categoria de “experiência estética”, assim, ganha uma conotação política à medida que nos ajuda a compreender como cada um de nós pode reagir as coisas do mundo, fissurando a ordem sensível e os papéis que nos foram atribuídos.

A categoria de “partilha do sensível” em Rancière trata, portanto, das partes atribuídas a cada sujeito dentro do ordenamento da sociedade. “Partilhar” não é “compartilhar”: os mesmos lugares não estão disponíveis a todos, mas cada um deles é atribuído a cada um. Por conseguinte, a cada um de nós são atribuídas formas de ver, agir e sentir. Entretanto, o filósofo acredita que podemos “fissurar” esse ordenamento (que denomina de “polícia”) à medida que nos relacionamos com o mundo e nos desviamos das sensibilidades que nos foram atribuídas. A “política” é esse processo de subjetivação: quando cada indivíduo percebe que não precisa viver segundo as formas limitadas pela partilha do sensível.

Estamos todos sujeitos às experiências estéticas na nossa relação com o mundo e os seus objetos (“artísticos” ou não). Como afirma o filósofo francês: “[D]e fato, a capacidade estética enforma um mundo de experiência possível que transcende a distribuição policial dos corpos e das formas de ver, sentir e pensar tidas como ‘apropriadas’ a condição de cada um” (RANCIÈRE, 2011: 11). Sendo assim, a possibilidade da experiência estética é o que causa a “fissura” nessa partilha do sensível, para utilizarmos uma imagem do próprio autor.

¹²³ Para uma leitura mais aprofundada a respeito desse tema na relação com os professores de História, ver CINTRA, 2020.

Gostaríamos de pensar na experiência estética, na sua relação com a partilha do sensível e a política, como trouxemos aqui, conectada ao compromisso ético sobre o qual falamos no início desta seção. Parece-nos que a aula de História é um momento de evidenciar um passado cujos traumas ainda se podem fazer sentir. Professores de História podem estar interessados em evidenciar uma partilha do sensível que escancara os desacertos do passado: o silenciamento da fala de mulheres advindo de uma sociedade patriarcal ou o racismo engendrado na nossa sociedade, cujas raízes podem ser identificadas na escravidão, para citarmos alguns exemplos¹²⁴. Segundo Rancière, “o regime estético da arte é atravessado pelo projeto de uma arte que realiza suas potencialidades essenciais ultrapassando a si mesma, criando, como diz Malevitch, não quadros, mas sim formas de vida”. (RANCIÈRE, 2005: 17)

Frisamos, portanto, que a noção de experiência estética leva em consideração a sensibilidade, o engajamento afetivo do receptor com aquilo que se depara, ao mesmo tempo em que fornece uma perspectiva para analisarmos uma ação. Parece-nos que, em Rancière, essa “ação” ganha o nome de política e, na relação com a partilha do sensível, se torna uma conexão profícua para pensarmos o ensino de história como possibilidade de fornecer a professores e estudantes um projeto de realidade menos fragmentada. Soulage nos oferece a perspectiva da experiência estética como um método, enquanto Rancière vai propor desdobramentos mais refinados para o estudo de nosso objeto.

PROJETOS, HORIZONTES DE EXPECTATIVAS: PARA ONDE VAMOS

Como definimos acima, em Rancière, a política é um processo subjetivo. Ela está ligada à percepção de que é possível existir de outra maneira, para além daquelas que foram social e historicamente determinadas. Ao mesmo tempo em que essa dimensão parece responder aos compromissos éticos da nossa disciplina, como apontado por Seffner e Pereira, parece também indicar um caminho para pensarmos em uma finalidade da Educação que,

¹²⁴ Estes exemplos foram retirados de uma análise que fizemos sobre um conjunto de curtas metragens produzidos por estudantes do ensino básico. A atividade foi proposta em conjunto pelos professores de Português e de História. Os curtas são produzidos para um festival que acontece há quatro anos e percebemos a recorrência desses temas. Aos estudantes é pedido que façam uma pesquisa histórica, consultando arquivos e realizando entrevistas. Em nossa análise, destacamos como estudantes partem de questões prementes no presente para pensar suas relações com o passado e, ainda, que os filmes sugerem outras partilhas do sensível dentro de um cenário fragmentado. (LEITE; CINTRA, 2020)

segundo Gert Biesta (2012)¹²⁵, geralmente é desprezada: a subjetivação. Estamos falando de construção de subjetividades e, portanto, não essencializamos os sujeitos envolvidos na aula de História. Embora estejamos nos referindo a ações individuais, retomamos tal ação à sociedade quando a política se torna aquilo que fissa a partilha do sensível. Quer dizer, o que queremos demonstrar é que existem muitas formas possíveis de ser e estar no mundo, ou seja, na vida em comum. Demarcando esse ponto de vista, gostaríamos de esboçar a relação que inferimos entre as categorias de política em Rancière e as noções antropológicas de horizonte de expectativas e projetos.

Desde que a história ganhou a dimensão de “marcha da humanidade”, parece ser possível pensar em sua disponibilidade, como afirma o pensador alemão Reinhart Koselleck (2006). Desde que o futuro deixou de ser determinado pelas leis cristãs, a humanidade no presente se percebe com a agência de construir um futuro desejado – ideia que se vincula à própria noção de progresso na modernidade. O que o historiador dos conceitos nos apresenta é a alternativa de olharmos para o passado através das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” para enxergarmos a *possibilidade* de uma história: “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem” (KOSELLECK, 2006: 306). Diante disso, perguntamos: face a um espaço de experiência que evidencia os desacertos históricos e suas consequências no presente, como elaborar um horizonte de expectativas? Como pensar no que virá?

Nosso espaço de experiência parece nos levar à perpetuação dos desacertos ou, como preferimos, à manutenção da partilha do sensível que é dada. Mas não é isso que argumenta Koselleck, pois, para ele, as experiências são capazes de liberar prognósticos que não dependem dela, necessariamente: “fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Em outras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2015: 312). Dessa forma, o futuro não está mais atrelado ao passado, mas a um espaço de experiência com o qual é possível fazer prognósticos para, quem sabe, “distanciar-se” dele. Sendo assim, os horizontes de

¹²⁵ O pesquisador reforça que há pelo menos três finalidades básicas da educação: a qualificação, a socialização e a subjetivação. A finalidade mensurável, a primeira, ganha mais atenção das políticas e consequentemente da relação que a sociedade estabelece com os processos educativos. O autor questiona essa premissa, destacando a importância de pensarmos em formação de subjetividades humanas. Para conhecer mais, V.: BIESTA, 2012.

expectativas podem se valer desses passados dolorosos ou dos traumas históricos para imaginar uma nova experiência no futuro. Citamos o próprio Koselleck:

Expectativas baseadas em experiência não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela existência anterior. (KOSELLECK, 2015: 313)

A relação que estabelecemos entre o horizonte de expectativa e a política é justamente esse espaço de “ser” o que não era. Parece-nos, portanto, que as “novas experiências” referem-se, justamente, à possibilidade de fissurar o espaço de experiência que se vivia até então; ou, como em Rancière, a égide policial que enquadra as sensibilidades. Portanto, a política, como ação individual, ganha sentido na vida em comum quando é capaz de (re)definir tal horizonte de expectativas.

Em pesquisa anterior, realizamos entrevistas com professores de história do ensino básico de uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nosso objetivo era entender por que professores de História utilizam filmes em sala de aula. Ali, descobrimos que a utilização desse recurso não era apenas um mecanismo pedagógico com o qual o professor ministrava sua aula. Alguns professores empreendiam esforços hercúleos, segundo seus próprios relatos, para retirar os estudantes da escola e ofertar a eles experiências que não tinham em seus cotidianos. Os professores partiam do diagnóstico de que os estudantes se inferiorizavam com o discurso sobre a falta de oportunidades culturais da cidade e, por conta disso, os levavam a espaços nos quais poderiam ter acesso a outras experiências. Inferimos também que essa ação está vinculada à própria trajetória de vida dos professores, que viram nos filmes, nas idas aos cinemas e nas viagens a outras cidades, uma maneira de “ser” para além daquelas que pareciam ser as únicas possíveis¹²⁶. Sendo assim, parece-nos que os professores estavam atuando na proposição de uma experiência disruptiva, que não se baseava no habitual dos estudantes (em seus espaços de experiência), mas em algo novo, capaz de modificar o rumo dos seus horizontes de expectativas ou da partilha do sensível. É por isso que acreditamos existir uma profícua conexão entre as categorias de política e horizonte de expectativas, já que a primeira parece agir sobre o presente, enquanto a segunda indica um

¹²⁶ Para mais detalhes a respeito, v.: CINTRA, 2019; 2020.

caminho, um projeto. Poderíamos, assim, formular: *a política incide sobre um novo horizonte de expectativas*.

Próxima a essas discussões está a noção antropológica de *projeto*. Segundo Gilberto Velho (1999), podemos identificar projetos sociais e coletivos dentro de determinado contexto histórico, como o próprio presente. E é justamente a circunscrição cultural do indivíduo, na relação que estabelece com os outros, que aponta as possibilidades para o futuro. Essa noção parece contribuir para o nosso objetivo pois ela considera uma dimensão afetiva além do plano cognitivo:

As minhas emoções estão ligadas, são matéria-prima e, de certa forma, constituem o meu projeto. Há sentimentos e emoções valorizados, tolerados ou condenados dentro de um grupo, de uma sociedade.[...] Um código ético-moral definirá o errado, inadequado, incestuoso, impróprio, sujo, poluído, perigoso, que possa haver nos corações e mentes dos homens e nas suas condutas e interações (VELHO, 1999: 27-28).

Quer dizer, a noção antropológica considera as trocas mútuas entre a comunidade dentro da qual o indivíduo está inserido. Certamente a escola é um espaço de cultura e os significados partilhados nesse ambiente afetam e direcionam os projetos que serão construídos por professores e estudantes.

CONSTITUINDO UM CAMPO

Reunimos aqui um quadro teórico que assume uma perspectiva ontológica e antropológica. Nosso objetivo é fazer uma pesquisa de inspiração etnográfica, pois gostaríamos de compreender a dinâmica das aulas de história como espaço de criação e compartilhamento de significados sobre o passado – que, como vimos, parecem reverberar no presente e nos projetos para o futuro.

Na pesquisa anterior supramencionada, realizamos entrevistas e um grupo focal que constituíram nosso *corpus* de análise. No entanto, a análise das fontes nos mostrou que seria interessante se estivéssemos presentes quando aqueles relatos aconteceram. Por conta disso, propomos para a pesquisa atual a observação participante e a realização de entrevistas etnográficas.

Essa justificativa não é a única. Consideramos a aula de história como espaço de apropriação que se revela no cotidiano. Estamos falando da possibilidade de criação, de jogar

com as normas ou com os programas pré-estabelecidos. Sendo assim, temos como pressupostos que a sala de aula abarca tanto conformidades (estratégias) quanto as apropriações (táticas), como na tipologia proposta por Michel de Certeau (2014) para pensarmos o cotidiano.

Para nós, a perspectiva etnográfica não é apenas um conjunto de técnicas com as quais nos munimos para adentrar o universo de professores e estudantes de história. Partimos de suas implicações epistemológicas, quer dizer, o próprio modo como etnógrafos devem encarar os objetos analisados. Salientamos que não se tratará de uma etnografia *stricto sensu*, pois não nos preocuparemos em fazer, necessariamente, um trabalho de cunho descritivo – embora saibamos que em etnografia as descrições estão imbuídas de trabalho analítico e teórico. Além desse fator, nosso núcleo de análise poderá ir além da comunidade (escolar), que é o núcleo de análise na etnografia, como nos lembra Justa Ezpeleta e Elsie Rockwell (1989). Não nos furtaremos, se preciso, a olhar para documentos excêntricos à escola se forem pertinentes ao estudo do nosso objeto.

Portanto, não se tratando somente da manipulação de um conjunto de técnicas costumeiramente atribuídas a etnografia, adotaremos algumas posturas que julgamos necessárias às pesquisas que dizem se vincular a ela de alguma maneira. A primeira delas diz respeito à própria noção de campo, que não se trata apenas daquele espaço físico (ou virtual) adentrado, mas aos caminhos mentais percorridos pelo pesquisador ao elaborar suas observações a partir das leituras que fazem, dos filmes que assistem, das notícias que consomem, como nos lembra Bernard Lahire (1999). O segundo diz respeito à ideia de que não vamos a campo tentando identificar padrões constituídos na teoria: todo objeto de pesquisa não prescinde de um corpus teórico, mas, tratando-se de uma postura ontológica, não nos parece pertinente sobrepor os textos aos indivíduos. Isso quer dizer que, caso seja preciso, iniciaremos novas leituras e elaboraremos outras categorias mais profícuas para pensar o que estamos vendo. Na verdade, isso já aconteceu em relação à pesquisa anterior: operávamos com a noção de “presença” e não de experiência estética, mas o relato dos professores nos evidenciou que a segunda categoria era mais pertinente para a análise do que estávamos estudando.

Dito isto, neste momento estamos constituindo um corpus de análise baseado em aulas virtuais, materiais pedagógicos e trocas entre professores de História em um grupo de

Facebook. Uma crise sanitária global interpelou nossos objetivos iniciais e, por conta dela, tivemos que modificar o rumo que estávamos seguindo. A perspectiva etnográfica nos auxilia, inclusive, nessa mudança. Agora estamos reunindo um conjunto de leituras sobre etnografia no ambiente virtual, tendo em vista a especificidade da teia de sociabilidade engendrada nesse espaço (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). O fechamento das escolas e todas as outras consequências da pandemia do novo coronavírus certamente revelarão aspectos ainda mais prementes para a nossa disciplina, como já podemos assistir nos múltiplos debates que vêm acontecendo sobre historiografia e recepção da história. A incorporação desse “novo” ambiente é o desafio que estamos enfrentando atualmente.

PODE A AULA DE HISTÓRIA, COMO A ARTE, CRIAR FORMAS DE VIDA?

Destacamos aqui os principais atravessamentos da pesquisa atualmente em curso. Preocupamo-nos em trabalhar com categorias potentes para pensarmos nossa problemática de pesquisa, que poderia assim ser definida: *como o sensível e o cognitivo se articulam na aula de história? Que aspectos éticos revelam tais dimensões?*

Estamos permeados por muitas perguntas e dúvidas, mas seguimos com o intuito de contribuir para o campo do ensino de História, para acadêmicos e professores do ensino básico, na tentativa de realizar um trabalho que ofereça subsídios para a valorização da profissão, da prática docente e do ensino da nossa disciplina. Nossa aposta é que se aproximarmos a narrativa dos professores à própria noção de arte a partir do regime estético, como apresentamos aqui, podemos pensar no ensino de história como possibilidade de formar novas formas de vida. Como afirma Durval Muniz (2008), “a história é um saber pautado para a produção de subjetividades.” Se isso for verdade, nós, professores e pesquisadores, temos um desafiador e instigante caminho para percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. Entre as Madalenas de Proust e o riso sob o guarda-chuva de Bataille. In: NEVES, L. M. B. P. et al. (Org.). Estudos de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

AMARAL, Adriana. Et. Al. Métodos de pesquisa para a internet. Porto Alegre, Editora meridional/ Sulina, 2011.

BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. Cadernos de pesquisa, v. 42, n. 147, p. 808-825. 2012.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 22 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

CINTRA, R. Professores de história sob a perspectiva de estética e política em Jacques Rancière: reflexões sobre possíveis abordagens teóricas e metodológicas. Clio: Revista de pesquisa histórica, v. 38, jan-jun, p. 09-26, 2020.

DEWEY, John. A arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível. Tese (Tese de doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 234p. 2000.

EZPELETA, J; ROCKWELL, E. Etnografia e pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. O que significa estética. 2011. Disponível em: <http://www.proymago.pt/Ranciere-Txt-2>. Acesso em 05/09/2019.

SEFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

LEITE, Marcelo; CINTRA, R. A abordagem de temas sensíveis em curtas-documentário: reflexões sobre os usos do passado. No prelo. FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.). Vida de Professores. Portugal: Porto Editora LTDA. p. 11-30, 1995.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. Revista História Hoje, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

PENNA, F.A. Ensino de História: operação historiográfica escolar. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013 (Tese de Doutorado em Educação).

SOULAGES, François. Estética e método. ARS (São Paulo), São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-41, 2004.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Armário de Professora: a reconstrução das aulas de história através da coleção de material didático no espaço escolar.

Renato C. B. de Luna Freire
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

Dá-me tristeza narrar estas lembranças! Já faz seis anos que meu amigo se foi com o seu carneiro. Se tento descrevê-lo aqui, é justamente porque não o quero esquecer-lo. É triste esquecer um amigo (SAINT-EXUPÉRY, 2015: 20).

Em “O Pequeno Príncipe”, o conto se desenrola no deserto, onde o solitário aviador se encontrava após sofrer uma emergência no motor de sua aeronave, forçando-o a aterrizar. Determinado a sair daquela situação periclitante, reparava o avião numa luta contra o tempo, já que os recursos para sua sobrevivência eram limitados. Neste contexto indesejado, o narrador é surpreendido por uma presença, que foi determinante para a existência da própria narrativa.

A epígrafe recupera a motivação do aviador em narrar o inesperado encontro: relaciona o acontecimento à sua lembrança de uma presença e diante de forte sentimento recorreu à memória como “estratégia de conservação e mecanismo de lembrança” (GAGNEBIN, 2009: 97), temeroso de que o distanciamento temporal do episódio se reverta em esquecimento. É a evocação da memória que produziu a “presença do ausente e a ausência da presença” (GAGNEBIN, 2009: 44).

Determinado no tempo (seis anos), a passagem apresenta um “trabalho de memória” (CHARTIER, 2011), traduzido numa recordação pessoal laboriosa e dolorosa, que ao ser narrada e registrada, abre possibilidade ao contentamento; ao fazer uso do processo escriturário para elaborar uma narrativa, produz uma dupla presença de memória: como *evocação mental* e como *texto escrito*. Ao fixar a memória pela via da escrita documentária, confirma a fragilidade e vulnerabilidade da memória que é temporária e efêmera, predisposta a caducar. Ao materializar a narrativa através da escrita de um texto, produz um discurso escrito, que o torna um suporte material de recordação.

O breve recorte literário serviu para partimos dos conceitos de *memória* e *narrativa* na epistemologia do conhecimento histórico para realizarmos abordagem sobre a categoria de *tempo*, já que validamos o tempo e a narrativa como fundamentos da história. Por esse motivo, apresentamos uma investigação sobre a pluralidade temporal na história, mais

especificamente em seu formato de ensino escolar, com a proposta de compreender como são articuladas nas narrativas escolares, as conexões entre a teoria e os processos de cognição do componente curricular escolar. Selecionamos deliberadamente a categoria tempo, pois a assumimos como fundamental para as elaborações e reelaborações dos objetos de ensino, que são mobilizados com o propósito de construir saberes, considerando-se, ainda, as pressões exercidas pela midiaticização das relações sociais que impactam nas variadas percepções de tempo da contemporaneidade. O *tempo histórico* possui uma centralidade na produção do conhecimento histórico (GABRIEL, 2012; MENDONÇA, 2012). Os professores de história, produtores e divulgadores de conhecimento histórico, ao buscarem inteligibilidade para o que se ensina, produzem narrativas históricas escolares autênticas que objetivam viabilizar aprendizagens e conseqüentemente, fixam sentidos para a disciplina.

Para atingir nossa finalidade, utilizamos a coleção de materiais didáticos selecionados sistematicamente para a realização do trabalho da professora em sua atividade profissional (materiais didáticos autorais e de terceiros, livro didático, planos de curso e de aula, registros das aulas) que mobilizamos como evidências para compreendermos os caminhos para a estruturação/organização e distribuição de conhecimento histórico em unidade escolar pública da Rede Municipal de Niterói, nos anos finais do Ensino Fundamental, possibilitando interpretações sobre a desnaturalização do tempo e a construção de saberes pela prática pedagógica no ensino oficial.

Através do dialogismo presente nas ações educativas, a questão norteadora considerou compreender os sentidos produzidos na escolarização dos sujeitos pela autoria da professora em sua “aula como texto” (MATTOS, 2006): sua seleção e mobilização de conhecimentos formatados em “conteúdo escolar”, sua organização das estruturas temporais, confecção de materiais didáticos e na produção de narrativas que demandam saberes científicos e experienciais. O lugar da partida foi uma breve reflexão sobre a epistemologia do ensino de história e a valorização da aula como objeto de estudo, seguindo da reflexão sobre o trabalho do professor para, enfim, apresentar uma *sequência de aulas* que nos permitiu extrairmos conclusões sobre a prática de ensino.

AULA DE HISTÓRIA COMO OBJETO DE PESQUISA

O debate em torno do ensino de história vem sendo colocado no centro das indagações de historiadores e educadores preocupados com os “passados” produzidos entre as novas gerações na cultura história e mediado nas instituições escolares. Diante de tais questionamentos, a epistemologia da história voltou-se com mais atenção para o objeto “ensino de história”, pela necessidade de compreender a natureza epistemológica dos saberes que circulam em nossa cultura histórica, através das práticas dos historiadores acadêmicos e escolares (GUIMARÃES, 2010).

Nesta encruzilhada de possibilidades para investigar os diferentes caminhos em que a experiência histórica em sua versão didatizada é produzida, distribuída e apropriada, por um complexo processo de significações e ressignificações de saberes (GABRIEL, MORAES, 2014), decidimos observar as possibilidades do fazer pedagógico na dimensão da aula enquanto atividade cultural de nossa sociedade, a partir de epistemologia específica, mas não distanciada de outras funções do saber histórico que tem a competência de produzir passados por regimes distintos. O ambiente escolar e mais precisamente as aulas de história nos evidencia as percepções do tempo que circulam a partir das marcas discursivas das narrativas escolares voltadas ao ensino de história, já que professores e alunos são leitores e produtores de história, oferecendo pistas para conhecermos as experiências de aprendizagens de temporalidades por meio do ensino escolar (GABRIEL, 2012).

Os saberes que circulam nas aulas pelos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem são determinantes para o que será veiculado nas aulas. As experiências docentes que são construídas através de suas formações inicial e continuada, saberes adquiridos pelas vivências, além dos saberes dos alunos, que trazem vivências e experiências para o cotidiano escolar (ROCHA, 2009). A aula, enquanto acontecimento único e complexo é uma atividade que interpretamos como *texto*, já que sua realização se deve ao conjunto de fatores que é sintetizado através de uma narrativa que pretende criar sentidos, tanto para quem conduz a atividade – o professor – quanto para aqueles às aulas são planejadas e direcionadas: o aluno (MATTOS, 2006).

Ao enquadrarmos a aula como *texto*, abre-se a possibilidade de leitura de uma prática sociocultural localizada em sua historicidade, que tem como foco “contar uma história” e, ao contar uma história faz com que conhecimentos sejam produzidos e divulgados através de narrativas que, no processo de significação dos saberes considera o contexto da sala de aula,

os objetivos e práticas educacionais, o público e seus saberes, a seleção e manipulação do que será ensinado, produzindo como resultado um conhecimento histórico peculiar especificado no produto “escolar”, portador de finalidades próprias. Nos processos de significação para o ensino institucionalizado procura-se considerar, segundo Jörn Rüsen, os usos do conhecimento histórico aplicado na vida prática dos sujeitos individuais e coletivos, que venha a proporcionar “uma compreensão mais profunda da vida humana” (SHMIDT, BARCA, GARCIA, 2011: 11).

Tempo e narrativa tornaram-se os fios condutores para compreender as múltiplas articulações desenvolvidas pelos professores em direção aos estudantes, com o propósito de realizarem aprendizagens históricas, já que “o tempo só se deixa dizer na forma narrativa e é por meio dessa forma que a experiência temporal se torna significativa” (GABRIEL, 2015: 92). O protagonismo da professora através da sua atuação como mediadora de saberes (científicos e experienciais) articulado com os materiais didáticos sistematizados através de seleção, produção, organização e distribuição, fornece personalidade própria ao texto aula, produzindo um conhecimento histórico escolar autêntico e marcando a sua autoria na prática de ensino.

Por fim, ainda que “toda reflexão histórica é sempre inevitavelmente, uma reflexão sobre o nosso presente” (LAGROU, 2007: 44), a observação de uma prática social em ação nos insere no tempo presente do acontecimento, o que nos colocou como desafio epistemológico diante do “presente em andamento” (LEPETIT, 2001), levando-nos a nos orientar pela reflexão sobre o tempo presente do papel dos atores sociais, como também as temporalidades impressas em suas práticas, redefinidas em suas historicidades, pois o tempo em que se desenrola o acontecimento imprime marcas e define o campo de ação possível.

O OFÍCIO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

Os professores procuram promover experiências temporais no ensino de história (sejam tais experiências pessoais e coletivas) para que ocorram aprendizagens, pois estamos tratando de profissional ativo que “assume sua prática a partir de significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e orienta” (TARDIF, 2014: 230). Para tal, faz-se

necessária a busca de inteligibilidade na prática de sentidos aos conteúdos para que sejam apropriados enquanto conhecimento, motivo pelo qual esforçam-se para demonstrar utilidade prática como forma de garantir a validade das aprendizagens junto aos alunos. Assim, as aplicações das *experiências de memória* nada mais são do que experiências pessoais e/ou coletivas extraídas pela memória que se relaciona à prática profissional em sua subjetividade e que tem como utilidade demonstrar a aplicação prática de um conceito histórico, motivo pelo qual professores reelaboram o conhecimento e reconfiguram as temporalidades para que seu objetivo de ensinar seja alcançado ao passo que se procura possibilidades para o ensino histórico superar a versão tradicional da história como único sentido temporal linear sucessivo para a construção de conhecimento disciplinar. Tal memória ganha sua materialidade na aula, seja pela narrativa oral ou escrita.

Não indicamos que qualquer experiência que é acionada, mas aquela que considera a possibilidade de reelaboração didática que determina a autenticidade e legitimidade do saber, pois professores e alunos são produtores de subjetividades já que o processo de escolarização considera a tomada de decisões e ações pelos atores do processo (TARDIF, 2014: 237).

Os professores de profissão possuem saberes específicos que são mobilizados, utilizados e produzidos por eles no âmbito de suas tarefas cotidianas. Noutras palavras, o que se propõe é considerar os professores como sujeitos que possuem, utilizam e produzem saberes específicos ao seu ofício, ao seu trabalho (TARDIF, 2014: 228).

Daí a importância da apropriação cultural, o reconhecimento das realidades escolares e de vida dos alunos, as práticas desenvolvidas por eles para que percebam os sentidos nas narrativas escolares, em que se espera o entendimento da historicidade humana, que se liga diretamente à compreensão das temporalidades históricas, ou seja, de perceberem que uma realidade é construída historicamente.

A questão norteadora foi compreender como os professores produzem sentidos em suas práticas escolares, através das diferentes possibilidades de relacionarem as temporalidades e procuram criar sentidos para a própria condição histórica, já que consideram uma ferramenta de interpretação das sociedades e de compreensão do tempo vivido, mobilizando seus saberes na vida prática, incluindo a dimensão do trabalho em sala de aula.

A COLEÇÃO DIDÁTICA DA PROFESSORA CRISTINA E A CONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS ESCOLAR

A Escola Municipal Altivo César está localizada na cidade de Niterói, bairro Barreto e compõe a Rede Municipal de Educação. Atende especificamente o segundo segmento do ensino fundamental, no ensino regular nos turnos diurnos e a noite atende a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os materiais que compõe a coleção são: livros didáticos, caderno de planejamento das aulas, agenda de registro das aulas, livro de mapas, atividades diversas produzidas pela professora, avaliações (com gabarito de próprio punho), pastas com registros de conceitos dos estudantes e anotações diversas (comportamentais, apresentação do material escolar, realização de atividades), revistas. O ano letivo foi 2018 e tivemos oportunidade de observar aulas, das quais selecionamos qualitativamente uma sequência que nos permitiu extrairmos algumas evidências da prática profissional voltada ao ensino escolar de história.

A professora Cristina desenvolveu trabalho minucioso, registrando seu planejamento e atividades. O que procuramos na coleção foi a articulação elaborada entre o conjunto de materiais disponibilizados para a realização das conexões necessárias para a produção de sentido e realização de aprendizagens e a sua efetivação pela atuação em sala de aula, considerando o aluno em sua dimensão sociocultural.

No 8º ano (4º Ciclo) foi desenvolvido o tema “Crise do Antigo Regime” (tema 2 do livro didático). As sequências das aulas, ocorridas em cinco semanas (uma semana a professora esteve de licença médica) tiveram como “conteúdos”: Revolução Francesa (capítulo 6), Mineração no Brasil (capítulo 7) e Revolução Industrial (capítulo 8). Para alcançar seus objetivos, a professora utilizou o livro didático (VAINFAS [*et al.*], 2015) seguindo a sua sequência de organização didática e mobilizando seus textos para leitura e análise de imagens em sala de aula ou para efetivar atividades com questões reelaboradas, selecionando arbitrariamente exercícios dos capítulos a serem desenvolvidos na complementação de estudos e como texto para a avaliação trimestral.

Paralelamente ao livro didático, desenvolveu atividades denominadas criptograma e “bingo de palavras” onde selecionou termos e nomes presentes nos textos do livro didático para que os alunos se apropriassem do conhecimento de personagens históricos e de conceitos necessários para a compreensão dos fenômenos estudados, buscando diversificar o cotidiano

da aula, através de atividade desafiadora. Para concluir a sequência das aulas, ocorreu a avaliação em que considerou o conjunto de saberes distribuídos e organizados em formato de exercícios para verificação das aprendizagens.

Em relação ao seu papel mediador, criou sentidos nas aulas através de situações práticas do cotidiano, buscando em suas experiências exemplos facilitadores de entendimento, ao deslocar um evento do passado para o presente em situações práticas da vida ou mesmo chamar atenção para outras possibilidades de observação, como filmes e novelas televisivas, redefinindo o tempo para melhor compreensão por parte dos alunos.

No caso da Inconfidência Mineira, deslocou temporalmente o entendimento da *derrama* trazendo para os descontentamentos do tempo presente como estratégia para demonstrar o descontentamento dos mineradores com a prática: “alguém gosta de pagar impostos”? Mobilizando o livro didático, selecionou a verificação de aprendizagens os exercícios 3,4,5,6 e 10 direcionados para a complementação dos estudos individuais e desconsiderou os demais. Em sala utilizou a atividade do *box* intitulado “O passado presente” em que apresenta a reflexão da mineração na região da Serra Pelada através de fotografia do ano 1986 (VAINFAS [*et al.*], 2015: 123), chamando atenção para as condições de trabalho dos mineiros¹²⁷.

Para construir a compreensão sobre o episódio da Revolução Francesa, utilizou o texto do livro didático, com leitura compartilhada, realizando intervenções ao pontuar os papéis dos personagens no episódio (Luis XVI, Voltaire, Maria Antonieta, etc.) como maneira de localizar a ação histórica para a dimensão decisória dos sujeitos, já que a temática valoriza as trajetórias dos atores para trazer a compreensão do evento complexo e denso em informações. Nas atividades de verificação do livro didático, selecionou os exercícios 1, 2, 4, 6 e 8 e, na sequência das aulas, o *box* “OUTRAS HISTÓRIAS: Modos de viver” (VAINFAS [*et al.*], 2015: 93) em que tratou dos *sans-cullotes*, explicando a expressão localizando o grupo no contexto social revolucionário francês.

Por fim, a temática Revolução Industrial teve seu foco nas relações de trabalho, ainda que refletisse sobre as inovações tecnológicas, através da introdução das máquinas a vapor.

¹²⁷ O espaço permitido para o desenvolvimento da narrativa impediu ampliarmos a discussão para a análise do livro didático e dos exercícios propostos e assim sublinhamos que as atividades eleitas condicionaram suas narrativas e a levou a excluir outros exercícios justificando as dificuldades cognitivas para sua elaboração como também os conhecimentos mobilizados que não vieram a compor a sua narrativa na construção do objeto de ensino.

Em paralelo a leitura coletiva do texto didático (página 131), explicou os termos “proletário” e “burguesia”, na lógica da luta de classes. Através da explicação da “venda da força de trabalho braçal ou intelectual” exemplificou a diferença através de reportagem veiculada na televisão, onde uma empresa em São Paulo não conseguiu preencher as vagas de trabalho disponíveis por falta de qualificação dos pretendentes ao cargo. E trouxe para a realidade dos estudantes o papel da escola na formação dos trabalhadores, através do fragmento da aula:

“Só copiar na sala não adianta! Se vocês fossem do Egito Antigo seriam a nata da sociedade, mas hoje não é valorizado. O que se valoriza é a criação, saber aplicar o conhecimento. Vejam aquelas empresas da Califórnia. O pessoal recebe pela criação. A empresa favorece para que eles criem. Não conseguem criar? Vão dormir, jogar pingue-pongue, lanchar... tudo que temos hoje é fruto de uma criação: caneta esferográfica, celular, ar-condicionado. Por isso, eles ganham muito bem para criar algo que seja consumido. Só carregar caixa não é valorizado”.

Em seguida, fala da criação promovida pelo vapor, relacionando com a introdução da ferrovia no transporte de carvão e ferro que permitiu o desenvolvimento industrial inglês, conforme transcrição apresentada neste fragmento: “já viram uma locomotiva antiga nos filmes? Essa nova novela das sete (referindo-se a “O tempo não para”, transmitida pela Rede Globo em 2018)... é muito interessante, que fala de hoje e de 1887. E a panela de pressão? O que faz o pininho rodar”?

Alunos: *O vapor!*

Professora: *Prestem atenção nos filmes que tiverem uma locomotiva. Vocês verão que terá só um vagão para transportar o carvão.*

Como atividade do livro didático, selecionou os exercícios 3, 4, 6, 8, 9 e 10 (página 140), que refletem sobre as relações das classes sociais e os motivos do pioneirismo inglês na industrialização. Na aula seguinte, desenvolveu com os alunos o *box* “Documento” (página 133), o fragmento do depoimento de um operária dado ao parlamento inglês sobre as condições de trabalho nas fábricas. Contudo, as questões apresentadas aos alunos foram elaboradas pela professora e não utilizadas a proposta de atividade oferecida pelo livro didático.

Por fim, as atividades de autoria da professora – criptograma e bingo de palavras – são estratégias para consolidar termos para compreensão do período estudado, em que procura diversificar a prática de sala de aula com atividade desafiadora. O criptograma parte da

definição do termo ou a trajetória do sujeito em questão para que o estudante escreva o termo ou o seu nome, por exemplo, “fortaleza tomada pela população civil parisiense em 14 de julho de 1789”, tendo como resposta “Bastilha”. Já o bingo de palavras, inverte a lógica: parte da palavra para que o estudante preencha o termo ou a participação do sujeito no acontecimento, exemplificando “Marques de Pombal”, que teve como resposta “ministro do rei D. José I, e Portugal, que foi responsável pela reconstrução de Lisboa no século XVIII”. Tanto no criptograma quanto no bingo, as enunciações foram retiradas do livro didático. Nesta sequência, foi trabalhado o criptograma da Revolução Francesa e o bingo de palavras como revisão para a avaliação.

Como fechamento da sequência, a professora aplicou avaliação que foi construída da seguinte maneira: dividida em três partes, na primeira apresentou o fragmento do depoimento da operária retirado do livro didático, reelaborando as questões. Na segunda parte, apresentou dez palavras e nomes retirados do bingo de palavras envolvendo os três capítulos abordados, em que a proposta foi de relacionar as definições e trajetórias com os termos e nomes. Por fim, seis questões optativas sobre a Revolução Francesa e Revolução Industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo que a descrição da sequência no formato narrativo foi um fator limitador, pois deixou de lado a dinâmica das aulas, procuramos ilustrar as escolhas individuais da professora que se realizaram num campo coletivo de possibilidades, em negociações tensas que envolvem o ensino de história e a cultura escolar e os sujeitos das aprendizagens.

O material possibilitou um panorama metodológico da prática da professora, ainda que numa escala reduzida de sequência de aulas de cinco semanas (planejadas para seis semanas), através da atuação da professora e da mobilização de materiais, investigar a racionalização em seu fazer pedagógico. Seu conjunto produzido para o desenvolvimento do trabalho da professora permitiu refletir sobre os fatores diversificados da narração histórica, como a busca de uma orientação em relação ao passado através da mobilização de aspectos existentes no tempo presente, como filmes, telenovelas e elementos que participam da realidade do aluno, além da evocação da memória enquanto experiência pretérita que ganha força no processo escriturário do *texto* da aula, permitindo evidenciar o pensamento histórico constitutivo da

prática docente, através de seus procedimentos metodológicos. Os materiais em conjunto com a mediação são pensados estrategicamente para construir conhecimentos através da desnaturalização do tempo e das ações históricas, motivo pelo qual se reforça as diferentes relações temporais.

O *texto* desenvolvido a partir de sua prática afirma que o professor é sujeito do conhecimento, ao mobilizar subjetividades na elaboração e distribuição de atividades concretas, em que a teoria do saber e a prática de ensinar este saber não são colocadas em polos opostos e neste ponto foi que a pesquisa procurou reconhecer suas interligações. Os exemplos utilizados buscaram não apenas suas *experiências de memória* em que o conhecimento histórico foi validado como um saber prático, como no caso do escriba egípcio numa sociedade em que a escrita era disponibilizada para um pequeno grupo, como também nas relações possíveis com esse conhecimento, ao exemplificar a realidade do estudante, como a panela de pressão ou indicar a telenovela que é acessível ao consumo cultural do aluno, o que fez com que modificasse os esquemas temporais de referência: ora relacionando o passado ao presente, ora partindo do presente em direção ao passado. Soma-se ainda o horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) ao abrir possibilidades ao futuro, em seu ativismo na educação e formação das novas gerações, percebido na seleção de atividades em que reconheceu as ações coletivas dos sujeitos (como os *sans-cullotes* e a exploração do trabalhador das fábricas), considerando a potencialidade do ensino de história na formação de consciências, motivo pelo qual fez as escolhas dessas atividades em detrimento de outras ao valorizar a formação sóciohistórica do grupo, possibilitando o reconhecimento do indivíduo na história, já que “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou de uma comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo” (HOBSBAWN, 2013: 25). Por esse motivo se torna necessário conhecer o ambiente concreto onde se realizam as aprendizagens e as interações sociais entre os atores do conhecimento.

A revisitação do passado ocorre por diferentes caminhos e o conjunto de atividades articuladas da professora é um deles, em que apresenta uma condição histórica em sua produção que relaciona diferentes temporalidades. O processo de significação e identificação do conhecimento é possibilitado pela mediação profissional que, como sujeito ativo do conhecimento, produz sentidos em conjunto com os alunos, já que suas ações reconhecem a participação e para eles é direcionada. Assim, a dimensão alteritária do ensino de história

considera a aproximação ao nos reconhecermos como seres humanos que vivemos e criamos fatos históricos e, em seu distanciamento, através do manejo de ferramentas científicas, que nos permite compreender melhor e entender as circunstâncias que diferem para que as histórias e a história sejam produzidas (GOULART, 2012).

Para finalizarmos em nosso trabalho de memória, retornamos ao pequeno viajante de outro planeta, o Pequeno Príncipe, que marcou seu encontro com o aviador. Essas linhas foram tecidas com a alegria da presença da professora Cristina na vida de professores e funcionários da Rede Municipal de Educação de Niterói. Cativados pela sua amizade, testemunhamos sua estadia num planeta distante, onde se fez rosa única entre milhares de rosas. Mas não fique o leitor desconfiado. Basta que numa noite estrelada mire o olhar para o céu que avistará na estrela mais brilhante o seu sorriso alegre e cativante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GABRIEL, Carmem Teresa. Que passados e futuros circulam nas escolas do nosso presente? In.: GONÇALVES, Marcia de Almeida [et al.] (org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV- Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 215 – 240.

_____ & MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In.: MONTEIRO, Ana Maria [et al.] (org.). Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2014, pp. 23 - 40.

_____ & MORAES, Luciene Maciel Stumbo. Conhecimento escolar e conteúdo: possibilidades de articulação nas tramas da didatização. In.: _____ & _____ (org.). Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas. Petrópolis, RJ: De Petrus: Faperj, 2014, pp. 23 – 42.

_____. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar (ou Por uma outra definição de Didática da História). In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES , Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.) O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 161-182.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GOULART, Cecília M. A. Alteridade e ensino de história: valores, espaços-tempos e discursos. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida [et al.] (org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV- Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 263 – 281.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado. As artes da Clio em tempos de memória. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 25 – 41.
- HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- HOBBSAWM, Eric. Sobre história: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Rd. PUC-rio, 2006.
- LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JR., Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007, pp. 31-45.
- LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério? In.: _____. Por uma nova história urbana. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 227-244.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo* [online]. Vol. 11, n. 21, pp. 5-16, 2006.
- MIRANDA, S. R. Aprender e Ensinar o Tempo histórico em tempos de incertezas. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida [et al.] (org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV- Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 241-262.
- ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de história: que bagagem levar? In.: _____.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. (org.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 81 – 103.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O Pequeno Príncipe. Antoine de Saint-Exupéry com aquarelas do autor; tradução de Dom Marcos Barbosa – 51. ed. – Rio de Janeiro: Agir, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VAINFAS, Ronaldo [et al.]. História.doc, 8º ano. São Paulo: Saraiva, 2015.

MESA 06

Estado e Neoliberalismo

DEBATEDORES:

Rafael Brandão (UERJ/FFP)

Monica Piccolo (UEMA)

Apontamentos para uma história social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: um ator intelectual do capitalismo brasileiro (1952-2016)

Alexandre Lourenço de Oliveira
Doutorando do PPGH/FFP/UERJ

O BNDES EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 1952-2016

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social desempenhou, desde o seu surgimento, em 1952, um destacado papel na política e na economia brasileira. Na primeira metade dos anos 1950 foi implementado um padrão de acumulação no Brasil fundado em uma prévia expansão do setor de bens de produção, considerado essencial para o crescimento equilibrado entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis. Isso se materializou em diversos empreendimentos produtivos do Estado que se beneficiaram, grosso modo, da conjuntura instaurada com a “Grande Depressão”, permitindo o avanço do setor industrial obstaculizado, em primeiro lugar, pela hegemonia do café; e tempo depois, pela II Guerra Mundial que representou impedimentos à importação de bens de capital e de produção (OLIVEIRA, 1977).

Nesse sentido, já em 1948, constituiu-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), também conhecida por Missão Abbink, sob a presidência de John Abbink e Octávio Gouvêa Bulhões. Segundo Ianni (1977), o objetivo dessa comissão era o de estudar os problemas e pontos nevrálgicos da economia brasileira e fazer recomendações que reorientariam, por assim dizer, a política econômica do país. As análises da comissão tinham grande preocupação em criar as condições políticas e institucionais para uma maior liberdade do capital estrangeiro no país, e em tornar possível o desenvolvimento do setor privado. Além do aprofundamento do debate técnico e político sobre as perspectivas de expansão da economia, foram instituídos órgãos governamentais especificamente para impulsionar a industrialização. Assim, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), por meio da Lei 1.628 de 20 de junho de 1952 (BERNADINO, 2005) e como parte dos resultados da CMBEU.

Outro aspecto de grande importância a ser destacado na atuação do BNDES, já nos seus primeiros anos de existência, vai além de seu papel como instituição financeira – relativamente modesto até então – e engloba sua relevância nas tomadas de decisões políticas e de estratégias econômicas do país. A formação do Grupo Misto CEPAL/BNDES, em 1953, para desenvolver projeções de longo prazo com vistas a definir áreas prioritárias de investimento, e o acordo entre o banco e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV) para elaborar estatísticas sobre as contas nacionais foi determinante para isso. Esses grupos de trabalho começavam a capacitar a agência estatal para atuar como um think tank do desenvolvimento brasileiro (BATISTA, 2002; IANNI, 1977).

Um grande exemplo dessa capacidade do BNDES de pensar e traçar diretrizes do desenvolvimento no Brasil fica evidente na sua relevante participação na elaboração do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK). Com a chegada de JK à presidência em 1956, iniciou-se uma das fases mais importantes da história econômica do país, pois, realizou-se até 1960 uma profunda transformação na economia brasileira, por meio da política governamental sistematizada naquele plano. Dessa forma, o que distingue esse período do anterior, de Getúlio Vargas (1951-54), é o fato de ter havido uma transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional, no governo Vargas, para uma política orientada para o desenvolvimento dependente ou associado, na administração Kubitschek (IANNI, 1977).

Se no governo Kubitschek o Brasil passou por um intenso programa de industrialização que provocou a consolidação e a expansão do setor privado, impulsionado por estímulos do setor público, viu-se, nos anos de 1962 a 1967, o desenrolar de uma recessão econômica. Com a reconfiguração do bloco no poder a partir de 1964, o Estado brasileiro deliberou políticas claramente favoráveis às multinacionais que atuavam no país, bem como às empresas que participavam de forma associada a grupos internacionais. As mudanças ocorridas no âmbito das políticas econômicas e de cunho institucional puderam ser materializadas através do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), um plano anti-inflacionário deliberado para acentuar a recessão econômica que já vinha ocorrendo desde 1962 (CAMPOS, 2014). E o BNDES que fora criado no governo democrático de Vargas e que, até meados dos anos de

1960, havia se destacado pelo financiamento do setor público, na implantação da infraestrutura e indústria siderúrgica, sofreu importante reorientação nas suas políticas.

Dentre as mudanças no BNDES sublinha-se, em primeiro lugar, a ampliação do leque de setores apoiados e a concomitante redução dos benefícios para os setores priorizados anteriormente – transporte, energia elétrica e siderurgia. Essa redução não impossibilitou, contudo, que os recursos continuassem concentrados principalmente nos setores siderúrgico e de transporte até o ano de 1973. A segunda está relacionada a uma virada, a partir de 1964, no destino dos financiamentos da instituição, que passou a ser alocados cada vez mais nos investimentos do setor privado. Essa guinada tem como marco o ano de 1968, quando o setor privado se tornou predominante nos financiamentos da agência estatal (NAJBERG, 2002). Por último, ressalta-se alterações das suas fontes de recursos, com a extinção do adicional sobre o imposto de renda – principal componente do funding da instituição (CURRALERO, 1998).

Apesar de ter havido disputas e um intenso debate sobre a necessidade da existência do BNDES para o financiamento de investimentos privados no Brasil (MEDEIROS, 2019), o ano de 1967 parece ter sido expressão, em certa medida, dos interesses de grupos favoráveis à atuação do banco. A instituição foi transferida do Ministério da Fazenda para a alçada do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que, durante a presidência de Médici, teria como Ministro João Carlos dos Reis Velloso. E entre 1967 e 1970, já no período do chamado “milagre econômico”, o BNDES viveu o momento de maior estabilidade financeira desde sua criação, suas fontes se mantiveram estáveis e crescentes em termos reais (CARVALHO, 2011).

Na década de 1970, a situação de instabilidade no Brasil devido à crise do capitalismo mundial em 1973 é agravada, em 1979, devido a nova elevação dos preços internacionais do petróleo e do aumento das taxas de juros norte-americanas, com repercussões importantes para a economia brasileira. A estratégia de desenvolvimento deixou de estar baseada prioritariamente no departamento III – muito dependente de financiamento externo –, dando ênfase à expansão do setor produtor de bens de capital (Departamento I); e, diante da limitada liquidez internacional, com amplo aporte financeiro estatal para a produção doméstica de itens até então importados, como produtos siderúrgicos, metais não ferrosos, papel e celulose, químicos, petroquímicos e fertilizantes etc (OLIVEIRA, 1977). Assim, foi lançado em 1974 o

II PND com o objetivo de manter as altas taxas de crescimento econômico. Tal plano objetivava promover a empresa privada nacional, considerada o elo mais frágil do sistema, através dos créditos subsidiados do BNDES. Com a criação das subsidiárias Ibrasa, Fibase e Embramec a instituição passou a deter participação acionária nas empresas. A Finame, criada em 1965 para fomentar o setor de máquinas e equipamentos, concedeu financiamentos a juros progressivamente mais favoráveis. Além disso, foram construídos mecanismos de financiamento com correção monetária inferior à inflação, principalmente a uma taxa de 20 % a.a. (NAJBERG, 1989).

Coube também ao BNDES uma contundente atuação condução do Plano Nacional de Desestatização (PND) e gestão do Fundo Nacional de Desestatização o BNDES realizou um amplo processo de privatização, que se consolidou a partir da administração de Fernando Henrique Cardoso (BATISTA, 2002; MIRANDA e TAVARES, 1999). Não obstante a posição de centralidade do banco na condução das privatizações, o mesmo empreendeu esforços no sentido de promover a inserção internacional das empresas brasileiras. A criação, no âmbito da Agência Especial para o Financiamento Industrial (Finame), do Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), em 1990, marca o início desse processo. Em 1997, o apoio da instituição à transnacionalização de empresas ganhou mais pujança com a criação do BNDES-Exim. Em 2002, com a inauguração de uma linha específica para a internacionalização de empresas, aquela estratégia ganhou novo ímpeto. Por fim, essas políticas alcançaram um novo patamar a partir de 2003, quando o BNDES também expandiu seu apoio a investimentos diretos, adquirindo participações acionárias em diversas empresas e patrocinando fusões e aquisições delas dentro e fora do Brasil através da BNDESPAR (OLIVEIRA, 2018).

UM BREVE BALANÇO DA LITERATURA ESPECIALIZADO NO BNDES

Currallero (1998) analisou a atuação do BNDES no período 1952 a 1996. Partindo da percepção de que a atuação do banco está relacionada à existência de políticas industriais e/ou macroeconômicas consistentes com o desenvolvimento, ela busca saber se o mesmo atuou como como Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD). Nesse sentido, a autora defende existência de duas fases da atuação do BNDES no período examinado: a primeira de 1952-1979, em que o banco se caracterizou como IFD, pois, em consonância com o

contundente ativismo estatal, altas taxas de crescimento e implementação de políticas industriais, notadamente Plano de Metas e o II PND, a instituição teve destacada importância no financiamento da infraestrutura econômica e de investimentos industriais. E a segunda, a partir dos anos 1980, sublinha-se a progressiva descaracterização da agência estatal como IFD até a sua consolidação como agente privatista, na gestão do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Não obstante o fato desse trabalho, que aborda o BNDES a partir do debate desenvolvimentista, realizar um importante panorama histórico da atuação do banco, o mesmo passa ao largo de discussões sobre as ideologias e os interesses em disputa em torno das políticas do banco (MARTINS, 1985 apud TORRES FILHO; COSTA, 2012). Não se discute, ainda, os termos do “desenvolvimento” em questão - amplamente utilizado nos discursos oficiais, o mesmo aparece de forma genérica, convertendo em interesse nacional políticas destinadas a atender, principalmente, a grupos particulares e a interesses bastante específicos. Não por acaso, nos momentos em que a instituição se voltou para demandas de curto prazo, priorizando ações de estabilização econômica e na gestão do PND (TORRES FILHO; COSTA, 2012), mobilizou-se amplamente o mesmo termo nas falas emanadas pelo banco.

Najberg (1989) ilustra bem a necessidade de se qualificar o “desenvolvimento” fomentado pelo BNDES. A autora analisa a concessão de crédito para o financiamento de empresas privadas ‘nacionais’ durante o II PND, sobretudo dos setores de insumos básicos e bens de capital. Segundo a autora, diante da elevação nos custos de importação e queda nas exportações, influenciados pelo choque dos preços do petróleo (1973), o governo decidiu implementar um amplo programa de substituição de importações naqueles setores. Para a viabilização financeira dessa estratégia contou-se com uma contundente atuação do BNDES na concessão de vultosos recursos para o financiamento de investimentos e para a capitalização de empresas. O principal mecanismo utilizado pelo banco foi o financiamento com correção monetária pré-fixada a 20% a. a., o que resultou, em razão do contexto de forte crescimento da inflação, em uma verdadeira transferência de recursos públicos ao setor privado nacional.

Recentemente, uma quantidade razoável de pesquisas analisando, principalmente, a atuação do BNDES durante o governo Lula (2003-2010) foi produzida. Cerqueira (2014)

investigou o processo de integração sul-americano objetivando saber se foram criadas condições para a superação da sua condição de dependência. A autora traçou o perfil do Investimento Externo Direto (IED) brasileiro para a América do Sul, tendo em vista a IIRSA e os financiamentos do BNDES para a área de infraestrutura e energia. E, de porte de um quadro teórico fornecido pela Teoria da Dependência (TMD) - pelo marxista Ruy Mauro Marini, ela concluiu que o IED brasileiro na região está vinculado ao processo de internacionalização de companhias brasileiras e objetiva o aumento dos seus lucros. E que Estado define diretrizes prioritárias para a integração, como a definição de setores estratégicos e de metas de inovação que visem à redução da dependência dos países da região. Além disso, auferiu que os investimentos em infraestrutura reforçam o padrão de comércio exterior entre o Brasil e a região, reafirmando sua posição como exportador de bens manufaturados e importador de matérias-primas.

Bugiato (2016) examinou a política de financiamento do BNDES para as empresas brasileiras e suas implicações no Brasil e no exterior. O autor se insere numa tradição de pesquisa da Unicamp que tem como instrumental teórico os escritos de Poulantzas, particularmente o conceito de bloco no poder, para compreender o desenvolvimento do capitalismo e a luta de classes no Brasil. O autor advoga que durante o governo Lula, a ‘grande burguesia interna’ foi a fração da burguesia privilegiada pela política “neodesenvolvimentista” do governo federal. Tal fração da burguesia teve suas atividades ampliadas e seus negócios protegidos em relação às suas disputas com o capital internacional. Assim, a atuação do BNDES nos anos 2000 significou uma ruptura com os anos 1990, pois, o banco teria recuperado seu papel histórico de financiador do desenvolvimento e priorizado o empresariado nacional (BUGIATO, 2016).

Já em 2017, foi publicado o livro “BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil”, organizado por Flávia Braga Vieira e Carlos Vainer. Tal livro tem como premissa a centralidade do BNDES, a partir dos anos de 1950, nos processos de acumulação de capital, reconfiguração do território brasileiro e de redefinição dos padrões de integração subordinada do Brasil à economia internacional na construção de sua tese. Segundo os autores, o governo Lula gerou grandes expectativas na mudança de política de desenvolvimento e na centralidade do BNDES. Assim, defendem que “o padrão de acumulação capitalista no Brasil não mudou profundamente no período recente, mas o banco mudou: mais recursos, novos atores, novos

territórios de atuação”. Isso porque “o banco é mais pautado por outras instâncias do governo e da sociedade do que propriamente pauta o país, apresentando-se como pouco capaz de gerar dinâmicas novas no desenvolvimento brasileiro” (VAINER; VIEIRA, 2017: 11).

O importante papel do BNDES no financiamento, bem como na formulação de projetos de desenvolvimento no Brasil é um sólido consenso. Apesar de os autores afirmarem o papel intelectual como característica da instituição, são quase inexistentes os estudos que examinam tal aspecto como objeto principal. A maioria dos textos apenas tangenciam a questão, limitando-se a reafirmar aquele consenso, ou, numa análise pouco crítica, a descrever os ritos formais de formulação de políticas da instituição – processos de planejamento estratégico, atividades de grupos de trabalho etc. Reafirma-se a postura dos especialistas do banco de ressaltar o alto nível de qualificação de seu corpo técnico; bem como um processo de elaboração de políticas a partir de uma análise puramente técnica da conjuntura. Se é razoável afirmar que BNDES dispõem de profissionais reconhecidamente capacitados, isso é insuficiente para entender o seu real “peso intelectual”, pois, exclui-se as distintas ideologias no interior do seu quadro de pessoal, e o interesses em disputa, já que o mesmo constitui a própria ossatura material do Estado.

A exemplo disso, Klüger (2015) verificou que os processos seletivos e o perfil da burocracia do BNDES sofreram consideráveis inflexões no período que vai de 1952 a 2012. Segundo a autora, as mudanças ocorreram em consonância com as prioridades, bem como com o grau de prestígio da agência estatal frente aos demais organismos do Estado. Essas inflexões referem-se ao conteúdo exigido nos editais e tiveram como objetivo selecionar profissionais mais afinados com a estratégia de desenvolvimento realizada pelo banco. Assim, é possível perceber a existência não só de um quadro técnico bastante qualificado no BNDES, mas também a justeza de suas publicações com tais estratégias. Há que se levar em consideração, no entanto, que esse estudo abarca somente a parcela dos profissionais recrutados via concurso público. Os quadros de primeiro e segundo escalão do banco - presidência e diretoria - são indicados “a dedo” pelo presidente da República, no primeiro caso, e pelo próprio presidente da instituição, no segundo. São escolhidos especialistas com uma produção acadêmica reconhecida e com atuação de destaque em órgãos econômicos e grupos privados.

O BNDES COMO UM ATOR INTELECTUAL: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Apresentamos no item 2 alguns dos muitos trabalhos que visaram examinar algum aspecto da história do BNDES, a partir de matizes teóricas distintas e variados campos do saber. Apesar da ampla gama de estudos já produzidos, percebemos a existência lacunas importantes na bibliografia especializada. Dentre essas, destacamos a ausência de uma história da agência estatal, tendo como objeto principal de investigação a sua atuação como um ator intelectual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, queremos entender qual é o peso do banco na formulação de políticas públicas e de amplas propostas para o regime de acumulação capitalista encampadas pelo Estado brasileiro no período 1952-2016. Acreditamos que o BNDES, com um quadro técnico muito bem montado e contando com um pessoal altamente qualificado, constitui uma espécie de intelectual coletivo do capitalismo brasileiro desde a segunda metade do século XX, se notabilizando pela formulação de políticas públicas e propostas amplas para o regime de acumulação de capital no Brasil; oscilando no que tange às estratégias formuladas segundo os diferentes momentos e conjunturas do sistema internacional, da correlação de forças na sociedade brasileira e das diferentes composições do bloco no poder no Estado.

Para a análise do objeto desta pesquisa utiliza-se um aparato teórico-metodológico marxista-gramsciano do Estado que, diferentemente de como outras concepções bastante recorrentes procedem, concebe a noção de Estado Ampliado. Este não apresenta o Estado como sujeito ou objeto da história, nem como um ente que paira sobre a sociedade civil passiva. O mesmo é constituído e atravessado por relações sociais, pelas constantes lutas entre as classes e frações de classes existentes em seu interior (GRAMSCI, 2000). Segundo Sonia Mendonça, este é a maior contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo, tendo em vista que o mesmo supera “as dicotomias vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica” (MENDONÇA; FONTES, 2012: 62 apud MENDONÇA, 2014: 34). Nesse sentido, a noção gramsciana do Estado é constituída tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil.

Nicos Poulantzas também propôs uma definição muito sofisticada do Estado e bastante coerente com os escritos do pensador italiano. Nesse sentido, ele considera que o Estado no capitalismo não deve considerado como uma entidade intrínseca, mas, à semelhança do próprio ‘capital’, “[...]como uma relação, mais exatamente como uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira

sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1980: 130). Com isso, o autor pretende evitar, por um lado, uma noção herdada da matriz liberal que concebe o Estado como sujeito e, por outro, uma visão desenvolvida dentro do próprio marxismo que concebe o Estado como coisa ou, caso prefira, objeto da história. No primeiro caso, o Estado detém autonomia absoluta, é visto como um ente que paira sobre a sociedade civil amorfa e passiva. Já no segundo, pelo contrário, o Estado é visto como neutro, manipulável, um instrumento de uma classe ou fração de uma única classe, ou seja, a burguesia. Essas concepções desconsideram completamente a heterogeneidade existente no interior da classe burguesa e seus múltiplos interesses em disputa.

Consideramos também que o BNDES se configurou ao longo de sua trajetória como uma espécie de “intelectual coletivo”, congregando especialistas de mais alto nível técnico e científico em assuntos vinculados ao desenvolvimento econômico, e formados em importantes instituições universitárias no Brasil e no exterior. Nesse sentido, adotamos os ensinamentos de Gramsci sobre a categoria dos intelectuais, seu processo de formação e suas funções nas superestruturas da sociedade civil e sociedade política no mundo moderno (GRAMSCI, 2000). Tal concepção é cara a esta pesquisa por sua capacidade de acompanhar o concreto processo de desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, de promover uma maior aproximação às “formas reais de vida”. Assim, intelectual não é entendido somente a partir das características intrínsecas às atividades por ele realizada (acepção tradicional – vulgar da categoria intelectual em que se leva em consideração apenas a imediata função social da profissão), cuja capacitação se dá sobretudo em um ambiente escolar, mas é concebido também, e principalmente, a partir das condições e relações sociais específicas em que o mesmo está inserido.

Esse novo tipo de intelectual, que desempenha na sociedade essa função, nasce, em certa medida, da sinergia entre as mudanças ocorridas na organização escolar – estreitamente ligada à educação técnica e ao trabalho industrial – e a necessidade de cada grupo social fundamental que desempenha uma função essencial no mundo da produção econômica de dispor daqueles agentes capazes de lhes garantir homogeneidade de ideias e interesses, bem como de organizar a sociedade em geral e o próprio Estado. Assim, os empresários devem ser capazes de organizar a sociedade geral, bem como o Estado com o objetivo de necessidade de “criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, devem

possuir capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica” (GRAMSCI, 1982: 4).

Por fim, advogamos a existência de um capitalismo avançado no Brasil, com alto grau de complexidade, com profundas desigualdades sociais e com um padrão de acumulação de porte monopolista. Essa sociedade complexa e este padrão de acumulação monopolista tiveram suas bases consolidadas desde a segunda metade do século XX com os processos de expansão experimentados pela economia brasileira no governo JK e, depois, com o chamado ‘milagre econômico’, já no período da ditadura civil-militar. Essa hipótese encontra apoio nos escritos de Mantega e Moraes. Para os autores, o Brasil entrava no “rol dos países de acumulação monopolista” já em meados da década de 50, período de grande expansão capitalista da economia brasileira e intensificação do processo de industrialização sob o comando do governo Juscelino Kubitschek. Segundo os mesmos, “o governo Kubitschek percorria o primeiro grande ciclo da acumulação monopolista (de 1956 a 61), contornando as contradições sociais e viabilizando a arrancada do grande capital” (MANTEGA; MORAES, 1991: 14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

BADIN, Lucina et al. “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010). Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: Seminário Especial 50 Anos de Desenvolvimento – 1952/2002: o papel do BNDES e do Banco do Nordeste. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, nº 39, 2002.

BERNARDINO, Ana Paula da Silva. Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23. p. 53-72, 2005.

BNDES. Documento Histórico. O BNDES e o Plano de Metas. Disponível em: . Acesso em 15 de set. de 2019. p. 19.

BORGES, Caio. Desenvolvimento para as pessoas? o financiamento do BNDES e os direitos humanos. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2014.

BRAGA, JORGE Luiz Raposo. O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul. Tese de Doutorado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2015.

BUGIATO, Caio Martins. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civilmilitar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Editora da UFF. 2014.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de. A atuação do BNDES na integração da América do Sul. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Pernambuco: UFPE, 2011.

CERQUEIRA, Daniela Franco. A Integração com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e consolidação da dependência. Tese de Doutorado em Economia. Niterói: UFF, 2014.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996. 1998. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1998.

FIORI, José Luís. Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latinoamericano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (orgs.). Polarização mundial e crescimento. São Paulo: Vozes, 2001.

GARZON, Luis Fernando Novoa. BNDES: Processos decisórios e articulação Estado-capital de 2003-2013. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982. GRAMSCI, Antônio. “Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais.”. In: Cadernos do Cárcere. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-55.

GRAMSCI, Antônio. “Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 11-109.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KLÜGER, Elisa. Construindo uma burocracia econômica de excelência: concursos de seleção para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012. Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 22.2, p. 81-111, 2015.

KLÜGER, Elisa. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2017.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1980].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1946].

MEDEIROS, Lea Vidigal. BNDES, desenvolvimento e soberania nacional. Entrevista ao Tutameia. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F8I6mYpZm90&t=2145s>> . Acesso em 15 de set. de 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado Ampliado como ferramenta metodológica. Revista: Marx e Marxismo, v.2, n.2, p. 27-43, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. “História e teoria política” In: Cardoso, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: editora Vozes, 1999. p. 327-350.

NAJBERG, Sheila. Transformação do Sistema BNDES em financiador do setor privado nacional. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Orgs.). BNDES, um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 345-354.

NAJBERG, Shela. Privatização de recursos público: os empréstimos do Sistema BNDES ao setor privado nacional com correção monetária parcial. Dissertação de Mestrado em Economia. Rio de Janeiro: PUC, 1989.

OLIVEIRA, Alexandre Lourenço de. O BNDES e a transnacionalização do grande capital brasileiro (1990-2010). Dissertação de Mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PAIVA, Márcia de. BNDES: um banco de história e do futuro. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980 [1978].

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; COSTA, Fernando Nogueira. BNDES e o financiamento do desenvolvimento. Revista Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, p. 975-1009, 2012.

VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga (Orgs.). BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

O Governo FHC, Articulações Políticas e a Previdência Social: o caso da PEC 33

Helena Wagner Lourenço Ferreira
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Após vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985), iniciou-se um período de transição democrática que culminou na Constituição de 1988, que, a seu turno, vigora, atualmente, no país. Essa foi considerada como "Constituição cidadã" porque, segundo o criador do termo, Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados na década de 80, "tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição [...] introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços", além de trazer um rol extenso de garantias individuais e direitos sociais. De acordo com Daniel Aarão Reis:

A elaboração da Constituição mobilizou a opinião pública, os meios de comunicação e as forças políticas. Numa extensa pauta, consagrou direitos políticos e sociais e as tradições corporativas e nacional-estatistas [...] O país [Brasil] estava na contracorrente do que se passava no mundo. De fato, os anos 1980 assinalaram o triunfo do chamado neoliberalismo. Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, lançavam políticas diplomáticas e militares ofensivas [...] Na Europa Ocidental, núcleo histórico das propostas de Estado de Bem-Estar Social, os partidos socialistas recuavam sob a ofensiva das ideias liberais [...] Entretanto, a Constituição-cidadã, como a chamou Ulysses Guimarães, resistira àquela onda. (REIS, 2014: 108 - 110)

O artigo 60 da referida Constituição Federal autoriza modificações do texto dos seus artigos, supressão ou inclusão através da chamada Emenda Constitucional (EC). Para tanto, é necessário que seja enviada uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que passará por um trâmite que esta seja "discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros". Ou seja, a PEC se tornará uma EC se, pelo menos, 308 deputados e 49 senadores votarem a favor da mesma, em dois turnos.

Esse mesmo artigo ainda revela que a proposta pode ser iniciada por "um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação,

manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros". Dessa forma, levando em consideração que é o chefe do Poder Executivo que tem a iniciativa de propor uma mudança no texto da Lei, verifica-se a necessidade de articulação política entre o Poder Legislativo (deputados federais e senadores) e o Presidente da República para que este consiga angariar os votos necessários para a aprovação da proposta, havendo a necessidade da formação de uma base aliada no Congresso.

Nesse contexto, o cientista político Sérgio Abranches formulou o termo “presidencialismo de coalizão Nova Versão” em 2018, se referindo à logística da Constituição de 1988, informando que

O modelo se baseia numa aguda interdependência entre os poderes Executivo e Legislativo, porém com um viés de concentração de autoridade no primeiro. A capacidade de governança do presidente depende do apoio parlamentar para poder transformar em leis as suas principais escolhas de políticas públicas. (ABRANCHES, 2018: 77)

O autor afirma ainda que o conceito teve que ser alterado porque na Terceira República¹²⁸

O Senado deixou de ser apenas a câmara revisora, ganhando o poder de iniciar legislação. A necessidade de maioria passou a valer criticamente para as duas Casas do parlamento [...] O Senado perdeu a função de revisor em última instância. Se ele inicia o processo legislativo, a Câmara pode alterar o que foi aprovado, caso em que o projeto retorna ao Senado, para que ele dê a última palavra, e vice-versa. (ABRANCHES, 2018: 77)

Dessa forma, verifica-se que a prática de formar coalizões se tornou muito mais complexa do que era na Segunda República (1946-1964), exigindo do chefe do poder Executivo formar uma base aliada na Câmara e no Senado, concomitantemente. Além disso, a possibilidade que a Constituição de 1988 trouxe de facultar ao Presidente da República legislar através de medidas provisórias também alterou a lógica da formação das alianças. De acordo com Abranches (2008: 345)

A Constituição fortaleceu o Legislativo, ampliando sua capacidade de fiscalizar e controlar o Executivo, no entanto, ao mesmo tempo, deu ao Executivo o poder de legislar por meio de medidas provisórias [...] é clara a ampliação de poderes presidenciais na segunda experiência com o presidencialismo de coalizão [...]

¹²⁸ Segundo o referido autor, trata-se do ano de 1988 até atualmente.

O autor ainda declara que a hiperfragmentaçãopartidária fez com que as coalizões se tornassem maiores e mais difíceis de serem alcançadas

há problemas e falhas graves no perfil do presidencialismo de coalizão reformado de 1988. O mais visível deles é a hiperfragmentação partidária, pois afeta diretamente a formação de coalizões, o seu tamanho e a probabilidade de serem estáveis, além de propiciar terreno fértil para o clientelismo e a corrupção. A fragmentação reflete o aumento excessivo do número de partidos com poder de veto e impõe coalizões mais extensas e heterôgeneas.

E também “a hiperfragmentação [...] resulta em coalizões enormes, difíceis de manejar” (ABRANCHES, 2018: 363). A partir do exposto, verifica-se a necessidade de uma nova versão do conceito de “presidencialismo de coalizão”, pois a lógica da formação de alianças foi bem alterada através da Carta Magna.

Vale ressaltar que “O presidencialismo de coalizão não foi uma invenção da Constituinte de 1988. A Constituinte gerou o que se poderia qualificar de ‘versão reformada’ desse modelo” (ABRANCHES, 2018: 75) e o conceito de “Presidencialismo de Coalizão” também elaborado pelo mesmo autor, em 1987, referia-se à Constituição de 1946, conforme suas próprias palavras

Jamais escrevi em detalhe sobre o presidencialismo de coalizão desenhado e praticado na Terceira República. Ele havia acabado de ser instaurado, quando publiquei o artigo [...] Minha análise original referia-se à experiência da Segunda República (1946-64), a qual tinha muitas diferenças em relação ao modelo republicano de 1988 [...] Pela primeira vez, me proponho a analisar a experiência do presidencialismo de coalizão revisto pela Constituição de 1988, trinta anos após a sua promulgação. (ABRANCHES, 2018: 10)

Conforme dito, Sérgio Abranches, após analisar a Constituição de 1988, verificou a necessidade de nova versão do conceito supra citado. Até esse momento, a Carta ainda não sofrera influências do neoliberalismo. No entanto, em 1989 ocorreu o Consenso de Washington que consistiu em uma reunião com representantes de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A partir desse encontro, o FMI passou a emprestar dinheiro apenas àqueles países que seguissem as suas orientações, todas de caráter liberal. A respeito do assunto, Rafael Vaz da Motta Brandão afirma que

o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de "consenso de Washington". Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia parte de amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos. (BRANDÃO, 2013: 61)

Ou seja, para o Brasil continuar recebendo a ajuda financeira do FMI, o país deveria seguir as medidas impostas pelo Consenso e começar a implantar medidas de caráter neoliberais. Curiosamente, um ano após essa reunião, no contexto de imposição de mudanças para obtenção de empréstimo financeiro, Collor se torna chefe do Poder Executivo e observa-se que aí iniciou-se uma série de medidas para a implementação do modelo neoliberal no Brasil, que acabou por marcar a década e, ainda, pode-se afirmar que, segundo Sotilli (2018: 66) “[...] os primeiros golpes do neoliberalismo passam a atacar os direitos sociais”, sobretudo os direitos previdenciários. Ainda sobre o assunto, Braga e Costa (2016: 63) afirmam que

[...] a ideologia neoconservadora tem afetado os direitos sociais previdenciários, especialmente a partir da década de 90, e predominado no momento da aprovação da legislação regulamentadora dos benefícios previdenciários, o que deu azo a várias reformas estruturais dos sistemas de Previdência Social [...]. Em verdade, são reformas contrárias a um sistema amplo de proteção social.

Apesar do *impeachment* de Collor, a doutrina econômica não caiu junto com o presidente. Em 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, o novo governo seguiu a cartilha do Consenso de Washington. Ainda durante a presidência de FHC ocorreu a primeira reforma da Previdência:

Em março de 1995, foi encaminhado ao Congresso Nacional a PEC 33 – Projeto de Emenda Constitucional para promover mudanças nos regulamentos previdenciários contidos na Constituição. Em dezembro de 1998, foi aprovada pelo Parlamento e promulgada a Emenda Constitucional nº 20, que promoveu uma importante reforma. (MATIJASCIC, 2002: 231)

GOVERNO FHC

Em que pese o Jornal O Globo ser pró reforma da previdência e a favor das medidas neoliberais, analisando esse jornal, percebe-se que vários ângulos da notícia são abordados, possibilitando ao pesquisador problematizar essas fontes. Dessa maneira, analisar-se-á o

funcionamento do presidencialismo de coalizão durante o trâmite da tentativa de aprovação da Emenda Constitucional nº20/98.

Acompanhando diariamente o Jornal O Globo, verifica-se que as alianças políticas são construídas todos os dias. De segunda a domingo, o então presidente FHC se encontrava em reuniões, almoços e jantares nesse intuito. Ao mesmo tempo, percebe-se que a coligação é frágil e complexa, quando por qualquer questão, ainda que pareça irrelevante, pode ocorrer descontentamento e fragilidade da negociação. No dia da posse do chefe do Executivo, dia 01 de janeiro de 1995, os representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) já estavam insatisfeitos porque houve intervenção no Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) sem nenhum aviso anterior e também, o fato de FHC querer adiar as nomeações do segundo escalão para fevereiro daquele mesmo ano, foi o suficiente para desagradar alguns integrantes do Partido Progressista (PP). Desde do primeiro dia de governo, o assunto é o orçamento apertado, o desequilíbrio financeiro do setor público, falência do modelo previdenciário, necessidade de diversas reformas constitucionais (O Globo, 04 jan. 1995, primeiro caderno, p. 1).

Conforme já exposto, o “jogo” no Congresso Nacional tem que ser “jogado” pelo chefe do Executivo que quer aprovar alterações na Constituição. Para tanto, se faz mister ter um bom relacionamento com a maior quantidade possível de deputados, senadores e partidos. Quanto a isso, Abranches (2018, p. 14) aponta que

O presidente é, ao mesmo tempo, meio de campo e atacante [...] Ele forma e articula a coalizão. Mas, uma vez obtido esse apoio político, precisa manter a ofensiva e mostrar quem é o capitão do time. Comando e iniciativa. Isso é coisa de presidente. É o que requer o presidencialismo [...] Ao mesmo tempo precisa ter flexibilidade e habilidade para negociar com o Congresso, encontrar o ponto de entendimento comum em cada matéria. Coisa de político [...]

No entanto, já no segundo dia de governo, a relação de FHC com o PMDB já estava se tornando difícil: o peemedebista Cícero Lucena ficou sem pasta. A consequência foi que este passou a articular a candidatura de Alberto Goldman, do próprio PMDB, para a presidência da Câmara e não Luís Eduardo Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL), apoiado por aquele, inclusive, negociando com o PTB, que era aliado de FHC, inicialmente. E, sem o apoio dos peemedebistas, a possibilidade de aprovação de reformasse torna cada vez mais distante.

No intuito de conseguir a coalizão necessária para governar o país, o chefe do Executivo se mostrou aberto ao diálogo com diversos partidos, inclusive aqueles autodeclarados “partidos de oposição” (PT e PDT, por exemplo), através de conversas com os presidentes dos partidos e seus líderes.

Porém, manter alianças não é algo fácil. O fato de FHC não ter convidado alguns representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PP e Partido Liberal (PL) para a reunião do seu Conselho Político iniciou a primeira crise de relacionamento entre o Executivo e o Congresso. Inclusive, o seu próprio partido o condena pela sua posse ter ocorrido antes da nomeação dos seus líderes. O Senado não aprovou a indicação de Pécio Arida para a presidência do Banco Central. Ainda assim, buscando o maior número possível de votos, no dia 9 de janeiro de seu primeiro ano como Presidente da República, FHC anunciou que gostaria de conversar com os partidos de oposição a respeito das reformas constitucionais, que julgava ser totalmente necessárias. (O Globo, 10 jan. 1995, primeiro caderno, p. 3)

No entanto, na contramão da argumentação presidencial, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria nas contas da previdência e em abril de 1995 declarou, através de relatório, que em 1994 a previdência não teve déficit, mas sim, um superávit de R\$ 1,8 bilhão de reais e ainda que “o INSS vem tendo superávit de caixa nos últimos três anos” (O Globo, 18 abr. 1995, primeiro caderno, p. 5). Após esse relatório, o ministro da previdência, Reinhold Stephanes (PFL), informou que esse valor é considerado reserva de caixa (Ibid). Ou seja, em nenhum momento o ministro confrontou a informação trazida pelo TCU, o que leva a crer que de fato havia superávit e não déficit no sistema em questão, ao menos em 1994, permitindo-se, portanto, concluir a respeito da ausência de necessidade da reforma.

Após a exposição desse relatório, não havia mais clima para a reforma previdenciária seguir no ritmo acelerado que estava sendo conduzida. Assim, houve pressão dos parlamentares para a retirada da emenda ou sustá-la por 30 a 60 dias, justamente para diminuir a polêmica em volta dos fatos relatados pelo Tribunal e evitar o desgaste do ministro em questão. No entanto, FHC se recusou a retirar o projeto de tramitação e de adiar a votação, o que ocasionou uma divergência dentro do PMDB, que chegou a declarar que não iria votar a favor da admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). (O Globo, 27 abr. 1995, primeiro caderno, p. 3).

Entretanto, o líder peemedebista liberou para que seus membros votassem conforme a vontade própria de cada um. O governo decidiu recuar e prolongar a discussão devido às polêmicas, o chefe do executivo teve que atuar como articulador político do seu próprio governo. O resultado foi que nove dos onze integrantes do partido mencionado votaram em prol do governo, culminando na admissibilidade da proposta aos 27 dias de abril de 1995 (O Globo, 28 abr. 1995, primeiro caderno, p. 2).

Na tentativa de aprovar a emenda, FHC começa a articular com o PMDB para esse votar a favor desta e em troca a participação desse partido seria aumentada, possuindo mais cargos no segundo escalão. Como sinalização do acordo, o presidente da república anunciou que o novo ministro dos Transportes seria o peemedebista Odacir Klein.

Surge mais uma situação complicada para o governo: apesar do aumento do salário mínimo e, conseqüentemente, a elevação do valor das aposentadorias e pensões, o secretário-executivo da Previdência declarou que a Previdência Social terá superávit em 1995 e não déficit, o que, mais uma vez, corrobora o relatório do TCU. Tudo leva a crer que FHC assumiu o poder Executivo sem déficit no sistema previdenciário (O Globo, 31 maio. 1995, primeiro caderno, p. 7).

Após esses acontecimentos, em maio de 1995, o governo decide desacelerar a reforma previdenciária, no que logrou êxito, e investir todos os seus esforços na aprovação de outras reformas¹²⁹ e só estuda retomar as discussões da proposta posteriormente. O que tem causado dificuldade na aprovação da proposta são as aposentadorias especiais¹³⁰ e a aposentadoria por tempo de serviço¹³¹, que seriam extintas.

No entanto, apesar de todas essas complicações, o então presidente da República consegue aprovar a reforma da previdência, através da EC nº 20/98, em dezembro de 1998.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, verifica-se que a Constituição de 1988 foi o resultado da volta da fase da democracia no Brasil, após longo período de ditaduracivil- militar, consagrando um extenso

¹²⁹ No presente caso, FHC desacelerou a reforma da previdência para se concentrar na aprovação da emenda da Ordem Econômica.

¹³⁰ Algumas categorias profissionais podem se aposentar antes do prazo geral devido a especificidade doseu trabalho.

¹³¹ Quando a pessoa completa a quantidade de tempo necessário para se aposentar, pode fazê-lo, independentemente de ter contribuído para o sistema previdenciário.

rol de direitos sociais aos cidadãos, sobretudo, previdenciários. Nesse momento a Carta não sofrera influências neoliberais, que já assombravam os Estados Unidos e a Inglaterra.

Essa Lei Maior permite modificação, inclusão ou supressão de seus textos, através de uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que, se aprovada por 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos, se torna uma Emenda a Constituição (EC). Assim, se é o Presidente da República que quer iniciar uma mudança na Constituição, observa-se a necessidade de articulação política entre os Poderes Executivo e Legislativo.

No entanto, após o Consenso de Washington, essa Constituição passa a ser influenciada pelas medidas neoliberais, sobretudo através do Governo de Fernando Henrique Cardoso que realiza uma grande transformação no sistema previdenciário, através da EC 20/98. Dessa forma, o presente trabalho identificou as alianças formadas pelo então Presidente da República para lograr êxito na aprovação da referida emenda, trazendo à tona se de fato havia necessidade de tal reforma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRAGA, Juliana Toralles dos Santos; COSTA, José Ricardo Caetano. O déficit da previdência social e os reflexos do pensamento neoconservador nos direitos previdenciários no Brasil, México e Chile. *JURIS - Revista da Faculdade de Direito, Rio Grande*, v. 24, p. 63, nov. 2016. ISSN 2447-3855. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6334>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988 na Câmara dos Deputados. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/atividade/legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>> Acesso em 25/03/2020

JORNAL O GLOBO. Diversos números. 1995.

MATIJASCIC, Milko. Crise e reformas do complexo previdenciário no Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285876>>. Acesso em: 02 out. 2019.

REIS, Daniel Aarão. Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SOTTILI, L.; BRAGA, J. A reforma da previdência e o aumento da exclusão social. Revista Brasileira De Direito Social, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 65-81, 2018.

A crise epistêmica e a relação entre think tanks e universidades nos Estados Unidos (2008 – 2016)

João Victor da Mota Uzer Lima
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO

Conforme Peter Burke (2016: 55), as principais instituições de conhecimento componentes de uma determinada sociedade, somada aos valores associados a estas instituições, constituem um sistema (ordem). Este sistema não é planejado, mas formado pelos valores culturais da sociedade, assim como pelas interações entre as instituições de conhecimento (universidades, bibliotecas, museus, imprensa e afins). Observar este sistema é observar como uma sociedade constrói conhecimento sobre e para si.

Think tanks são comumente reconhecidos como instituições não governamentais dedicadas a elaborar ideias, teorias e programas que não poderiam ser desenvolvidos pelo Estado. As universidades, por outro lado, são reconhecidas como locais de conhecimento que concentram a imagem de “autoridades”, são majoritariamente mantidas com apoio estatal e integram parte da economia geral. Portanto, contrapor estas instituições é observar a relação entre ciência, mercado e política.

Ao longo só século XXI, os Estados Unidos passou por diversas crises que abalaram a confiança pública no poder do Estado e nos analistas, especialistas e intelectuais. Durante a crise financeira de 2008, ambos partidos políticos estadunidenses foram acusados de priorizar o sistema financeiro, o que gerou um ressentimento. A eleição de Barack Obama em 2007 que, conforme Castells (2017: 129-131) “havia deixado sua marca em milhares de pessoas que acreditavam na possibilidade de uma mudança real”, sofreu pela crise, pois o presidente “foi esmagado pela profundidade da crise e logo deixou de lado a maioria de suas promessas de campanha”. Deste contexto, movimentos sociais e políticos emergiram, como o Occupy Wall Street e o Tea Party Movement. E estes movimentos populares ignoravam partidos políticos e desconfiavam de analistas financeiros e da mídia tradicional. (CASTELLS, 2017: 19).

Os magos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvo de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. (CASTELLS, 2017: 17).

Este contexto de crise de confiança contribuiu para o ressurgimento do “estilo paranoico” da política estadunidense. Segundo Hofstadter (1964: 1-8), este estilo de visão política tende a manifestar-se em ondas episódicas, tendo maior visibilidade em tempos de crise. Parte de sua característica é o ataque aos intelectuais.

Como afirmou Burke (2016: 56), os sistemas de conhecimento (ou ordem do conhecimento) mudam, mesmo que em ritmos lentos. Nos Estados Unidos, houve uma mudança gradual na qual as universidades, antes em posição dominante, perderam espaço para os think tanks. Este trabalho procura observar a relação existente entre think tanks e universidades na produção de conhecimento na sociedade estadunidense ao longo da segunda década do século XXI, e chamar atenção para o surgimento de uma cultura da desinformação, que consolidou a “eu-pistemologia”, que vem, cada vez mais, influenciando o sistema de conhecimento estadunidense.

UNIVERSIDADES VS THINK TANKS

Ao longo do século XIX três modelos de universidades emergiram e balizaram as instituições de ensino e pesquisa modernas, são os modelos francês, alemão e estadunidense. Este último apresentou uma abordagem mais voltada para o consumo, numa dissociação do Estado. Numa forma empresarial, tradicionalmente, as universidades estadunidenses procuram “atender aos interesses imediatos do setor produtivo, do Estado e da sociedade, produzindo especialistas, conhecimento tecnológico e aplicado, pesquisas de interesse utilitário, assim como serviços de uma maneira geral.” (PAULA, 2009: 78). Entretanto, vale ressaltar que as universidades “privadas” estadunidenses “recebem um apoio muito substancial na forma de bolsas de pesquisa, ajuda a estudantes e assim por diante dos governos federal e estadual” (VITZ, 1998: 105).

Segundo John Kekes (1996), o que fundamenta a existência de uma universidade é a busca pela verdade. Mas, para Kekes, diversas práticas corromperiam este propósito, pois, acadêmicos com frequência abririam mão da busca pela verdade para assegurar financiamento

e cargos ou para publicar artigos e livros. O autor afirma que estes comportamentos não são respostas às demandas externas, o que distanciaria ainda mais as universidades de seu propósito de contribuir para a sociedade através da busca pela verdade. E que estas práticas podem “ser inspirados pela política de esquerda, pelo interesse acadêmico ou pela ganância pelo poder que consome muitos acadêmicos.” (KEKES, 1996).

Numa crítica mais direta às instituições e não aos acadêmicos, Richard Vedder (2004, 20), afirmou que as universidades estadunidenses teriam seus desempenhos diminutos se comparados aos de instituições privadas (como think tanks). O autor conclui que embora as universidades sejam importantes produtoras de pesquisa, o desempenho das universidades americanas no campo diminuiu na mesma proporção em que empresas privadas ascenderam ao mesmo propósito. Além, as universidades receberiam bolsas e subsídios específicos para cobrir pesquisas, e “algumas pesquisas universitárias são relativamente triviais e improdutivas, feitas mais para promover os membros do corpo docente do que realmente expandindo o estoque de conhecimento humano.” (VEDDER, 2004: 23)

Por outro lado, uma das percepções comuns acerca da função de um think tank é a de que estas instituições são responsáveis por elaborar ideias e teorias que não poderiam ser desenvolvidos nos órgãos de Estado. Portanto, um think tank seria uma instituição dedicada a pensar e a expor tais formulações, educando o público, como verdadeiras “fábricas de mentes” (TEIXEIRA, 2007: 101). Desta forma, principalmente nos Estados Unidos, estas instituições apresentaram-se como ferramentas alternativas às universidades na produção de conhecimento, e concentram-se mais na produção de pesquisas que na docência, aproximam-se do mercado ao estudarem mais as políticas econômicas em lugar das ciências humanas em geral (BURKE, 2012: 171).

Tais instituições possuem diversas formas de ação para atingir seus objetivos. Algumas das mais difundidas são seminários, conferências e encontros de especialistas, organizados em empresas e universidades tendo por objetivo disseminar ideias e conhecimento (MCGANN, 2005: 16). Outro tipo de ação são as publicações, a grande maioria dos think tanks atuam como editoras e mantêm seus próprios periódicos, que integram não só publicações de membros da instituição, como também análises acadêmicas externas. Pode-se mencionar como exemplos as revistas *Foreign Policy*, da Carnegie Endowment for International Peace, e a *Foreign Affairs*, do Council on Foreign Relations. Os

membros de think tanks também têm presença importante na mídia, ocupando espaço em colunas de jornais que se aproveitam de sua credibilidade e experiência para discutir certos assuntos. Por sua vez, o think tank, assim como o especialista, ganha nesses órgãos espaço para se expressar. Assim, analistas ligados a think tanks são citados como especialistas na mídia impressa e televisiva. Por último, os think tanks preocupam-se em manter relações com membros do Congresso, funcionários administrativos, juízes federais e representantes de órgãos estaduais. Frequentemente, esses especialistas são convocados como testemunhas em audiências no Congresso e prestam consultorias aos órgãos governamentais. Em contrapartida, membros do Congresso são convidados para falar em eventos promovidos pelos think tanks (MCGANN, 2005: 17). Assim, think tanks usam das autoridades intelectuais de acadêmicos para divulgar e desenvolver pesquisas ao mesmo passo que suas pesquisas influenciam o debate público e são utilizadas por agentes governamentais. Sendo assim, o que define um think tank é, sobretudo, o seu poder de influência. Portanto, uma das características mais caras a uma destas instituições é sua credibilidade refletida em sua capacidade de manter sua imagem de imparcialidade e apartidarismo.

No entanto, como demonstrou Thomas Medvetz (2012: 6), think tanks vivem em um ciclo contraditório interminável. Se por um lado buscam manter-se separados e ressaltam a suas diferenças em relação a universidades, agências estatais, lobbys, grupos de mídia ou grupos ativistas – reafirmando-se como independentes para manter a imagem de imparcial –, ao mesmo tempo, buscam acumular a autoridade e a influência que estes tipos de organizações projetam.

A tese do Choque de Civilizações apresenta um bom exemplo de como estas instituições tradicionalmente se relacionam. A tese foi criada por um acadêmico da universidade de Harvard (Samuel Huntington) após proferir a uma série de palestras em um think tank (o American Enterprise Institute). As palestras foram organizadas em um artigo publicado por outro think tank (o Council on Foreign Relations, pela Foreign Affairs). E, posteriormente, este mesmo acadêmico recebeu financiamento de outro think tank (a Fundação John M. Olin) para pesquisar e publicar uma obra mais extensa (HUNTINGTON, 1996: 10). A tese foi amplamente difundida e discutida. Ainda no ano de 1993, só a Foreign Affairs publicou oito artigos sobre o tema, inclusive um texto do próprio Huntington defendendo sua posição. Após os ataques de Onze de setembro, a teoria voltou a tona, os

ataques foram frequentemente compreendidos como fruto de um ódio islâmico e fundamentalista, devido ao Choque de Civilizações (RESENDE, 2012: 133). Portanto, o termo “choque de civilizações” originou-se de um acadêmico em ação conjunta com alguns think tanks, entrou no léxico político estadunidense e tornou-se parte do conhecimento sobre organização política mundial.

Este exemplo demonstra como think tanks não podem se separar por completo de uma instituição parceira, já que estas fornecem diferentes formas de autoridade e influência. Por outro lado, não podem se apresentar ou como uma universidade, órgão de mídia ou grupo ativista, pois perderiam a imagem de “imparcialidade” e de ponte entre a produção intelectual e a sociedade. Assim, viveriam em uma interminável contradição de desapego e associação (TEIXEIRA, 2007: 7), hora criticando e se distanciando de ações políticas, órgãos de comunicação e produção acadêmica, hora se apropriando.

Não há nada de excepcional neste movimento, ao contrário, a integração entre mercado, indústria, governo e academia (tanto nas universidades quanto nos think tanks) é tradicional nos Estados Unidos. Até mesmo “a universidade americana de pesquisa se tornou francamente empresarial” (BURKE, 2012: 173), o modelo de educação e produção universitária estadunidense sempre foi voltada para o mercado. A relação entre universidades, think tanks e governo é um dos elementos particulares da ordem de conhecimento estadunidense que levam pesquisadores a concluir que think tanks são “naturais”, se não exclusivos, dos Estados Unidos devido à cultura anglo-saxã. (TEIXEIRA, 2007: 111). Mas think tanks são atores políticos na produção de conhecimento, assim como na promoção de desinformação. E, longe de “buscar a verdade”, como seria o propósito da universidade conforme Kekes, muitas vezes os think tanks tratam o conhecimento como mercadoria.

A CRISE EPISTÊMICA

A “corrosão” da imagem da universidade estadunidenses como produtora de conhecimento é mais evidente na forma como as instituições são vistas pelo público geral. Segundo dados do Pew Research Center, em 2011:

47% [dos estadunidenses] dizem que o objetivo principal de uma educação universitária é ensinar habilidades e conhecimentos relacionados ao trabalho, enquanto 39% dizem que é para ajudar um estudante crescer pessoal e intelectualmente; para o restante ambas as missões são igualmente importante. Os graduados colocam mais ênfase no crescimento intelectual; aqueles que não são

graduados colocar mais ênfase na preparação de carreira (PEW RESEARCH CENTER, 2011: 2)

Os próprios presidentes das universidades estadunidenses divergiram sobre a missão das instituições. Cerca de 51% afirmou que o propósito da universidade é de contribuir para o crescimento intelectual do aluno, enquanto, para 48% ajudar e treinar o aluno para o sucesso no mercado de trabalho é o principal propósito da universidade. Além, quando questionados sobre o principal papel das universidades na sociedade, 40% afirmou ser o de preparar os estudantes para se tornarem membros produtivos da força de trabalho; 28% declarou ser o de construir cidadãos responsáveis; e para 21%, o papel da universidade é de assegurar que todos estudantes tenham igual acesso à educação universitária (PEW RESEARCH CENTER, 2011: 15). Em 2016, o governador Wisconsin, nos Estados Unidos, propôs alterar a declaração de missão do Sistema da Universidade do Estado para incluir afirmação de que a missão do sistema seria de desenvolver recursos humanos para atender às necessidades da força de trabalho do estado. A proposta ainda excluía da declaração de missão as propostas de ampliar o conhecimento e sua aplicação, e de servir e estimular a sociedade (CHAN, 2017: 15).

Além, ao longo dos anos de 2010, os campus universitários estadunidenses tornaram-se locais disputados entre grupos para discursos e comícios controversos que com frequência acabaram em confrontos. Em janeiro de 2017, um encontro promovido pela University of Whashington College Republicans com a controversa personalidade da internet Milo Yiannopoulos terminou num confronto violento. Menos de duas semanas depois, milhares de manifestantes protestaram contra a participação de Yiannopoulos num evento na Universidade da Califórnia em Berkeley. Embora tenha começado pacificamente, manifestantes mascarados deram início a confrontos com as barricadas policiais. (SCHOLARS AT RISK, 2017). Em fevereiro de 2018 um confronto violento foi desencadeado durante o evento “Rally da liberdade” organizado pelo University of Whashington College Republicans, cinco indivíduos foram presos. Além, a crença de que há no ambiente universitário uma resistência à visões conservadoras gerou uma série de manifestações. Em 2016 foi lançado o portal Professor Watchlist, com a missão de “expor e documentar professores universitários que discriminam estudantes conservadores e promovem propaganda esquerdista na sala de aula” (SCHOLARS AT RISK, 2018). O site Canary Mission foi ao ar em 2014 com o intuito de publicar perfis on-line de professores e

alunos – incluindo fotografias, vídeos, afiliação institucionais, links pessoais e de amigos e mais – acusados de promoverem ódio aos Estados Unidos, Israel e aos judeus nos campus universitários. (SCHOLARS AT RISK, 2018).

Por outro lado, em 2015 o Washington Post publicou o artigo *Are think tanks obsolete?* Por Amanda Bennet. No artigo Bennet argumenta que os think tanks estadunidenses estão sofrendo uma crise pois, com o crescimento das redes sociais digitais, estas instituições perderiam espaço de influência. Ademais, é afirmado que think tanks tradicionalmente fundamentam-se em livros e artigos para disseminar suas ideias, e que este tipo de publicação já não teria apelo popular como antes. No entanto, conforme o próprio artigo:

O Council on Foreign Relations pode criar um mapa interativo de doenças evitáveis por vacinação em todo o mundo. No entanto, grupos como o Educate Before You Vaccinate, com 13.000 membros do Facebook, consegue manter o debate em aberto mesmo diante de surtos de doenças evitáveis, como o sarampo. (BENNET, 2015)

Mais que resultado de uma adoção de novas mídias de comunicação, esta crise pela qual os think tanks passariam é também pautada pela desconfiança paranoica nos especialistas e intelectuais.

O termo “estilo paranoico” foi cunhado originalmente por Richard Hofstadter em 1964 para denominar uma forma de pensar a política repleta de exagero, desconfiança e fantasia conspiratória. Para o autor, esta forma de observar a política seria recorrente nos Estados Unidos e veria, desde a fundação da nação, uma série de inimigos interno e externos – como os jesuítas, os illuminatis, os mações ou os comunistas – conspirando contra o país. “O estilo paranoico é um fenômeno antigo e recorrente em nossa vida pública, que tem sido frequentemente associado a movimentos de descontentamento suspeito.” (HOFSTADTER, 1964: 77)

Em 2005 foi lançado na internet o documentário *Loose Change* no qual os ataques de Onze de Setembro são tratados como um trabalho interno da administração Bush. As afirmações feitas ao longo do documentário foram amplamente desmentidas pelo relatório da Comissão de Onze de Setembro, mas o vídeo chegou em primeiro lugar no Top 100 vídeos do Google e somou mais de 10 milhões de visualizações (KEEN, 2009: 68-69). Em 2006, os blogs mais acessados eram os que continham conteúdo conspiratório, antiestablishment e sensacionalista, incluindo aqueles acerca dos ataques de Onze de Setembro. Em 2014, 51%

dos estadunidenses acreditavam que o mundo era comandado por um pequeno grupo de pessoas, que o Onze de Setembro foi um trabalho interno, que Barack Obama não nasceu nos Estados Unidos, entre outras teorias (OLIVER; WOOD, 2014: 963). Verifica-se que o estilo paranoico evidenciado por Hofstadter em meados dos anos sessenta ainda é presente.

Teorias conspiratórias são naturais num cenário político, são resultados de uma forma de enxergar e interpretar o mundo, algumas são espontâneas, outras surgem através de agentes, mas, são tradicionalmente marginais. Portanto, vale ressaltar que este estilo de pensamento paranoico e conspiratório não é, por excelência, característica de uma ingenuidade política ou baixa escolaridade, mas revela como as pessoas compreendem eventos específicos, e as tendências psicológicas de uma sociedade ou grupo para entender o mundo político (OLIVER; WOOD, 2014: 963).

Segundo Liesbet van Zoonen (2012: 5), quando não há confiança nas instituições, os indivíduos tendem a se comportarem de duas formas: 1) encontrando alguém a quem atribuir culpa, o que fundamenta a xenofobia ou teorias conspiratórias; ou 2) voltando-se para si mesmas como resposta, o que Zoonen denominou de eu-pistemologia.

Instituições de conhecimento como universidades e outras instituições de pesquisa e ensino, mas também governos e mídia dependem de pessoas que confiam que seus fatos e resultados sejam relevantes, imparciais e replicáveis; em outras palavras, eles esperam que as informações que saem dessas instituições sejam verdadeiras [...] No entanto, o próprio progresso criou novos problemas que somos muito menos capazes de gerenciar; o crescimento econômico também causa danos ambientais; (o desejo de) crescimento financeiro levou à crise bancária; a globalização também trouxe terrorismo; e ainda enfrentamos riscos mais tradicionais de doenças pandêmicas, desastres naturais e pobreza [...] As instituições que gostaríamos de recorrer para obter conhecimento e segurança sobre os riscos que enfrentamos, têm problemas próprios. Nossos governos obviamente não estão no controle, por exemplo, dos bancos. Além disso, muitos dos riscos atuais estão ligados a redes corporativas globais pouco claras que escapam à fácil prestação de contas. De fato, nem temos mais certeza se todos esses riscos são verdadeiros. (ZOONEN, 2012: 2-5)

No entanto, o anti-intelectualismo e a desconfiança no Estado que ganharam folego ao longo da primeira década do século XXI, esteve presente nas próprias ações do Estado em conjunto com think tanks.

Com George W. Bush na presidência, entre outras ações unilaterais, os Estados Unidos rompeu com o protocolo de Quioto (VISENTINI, 2015: 80). Alinhado ideologicamente com o governo Bush, o American Enterprise Institute (AEI) passou a publicar trabalhos a fim de construir uma imagem de incerteza acerca do aquecimento global,

o que legitimaria as decisões do governo. Algumas dessas publicações tratavam o aquecimento global como um problema real, mas discutiam se as causas eram humanas, como o ensaio intitulado *Censorship and the Uncertain Science of Climate Change* de 2003. Outros argumentavam que não haveria um consenso acadêmico acerca do assunto, nem mesmo sobre suas origens e efeitos, como o artigo *Climate Change and Discounting the Future* de 2008 por David Weisbach, membro do AEI desde 2007. Em resultado dos esforços de think tanks como o AEI – segundo pesquisas realizadas pelo Yale Project on Climate Change – em 2008 71% dos americanos acreditavam que o aquecimento global era um fenômeno real, em 2010 este número caiu para 57%. (LEISEROWITZ; MAIBACH; ROSER-RENOUF, 2010: 2).

Outra medida do governo Bush, em ação conjunta de think tanks, que contribuiu com o anti-intelectualismo, foi a Guerra ao Terror. Com a Guerra do Iraque, ao mesmo tempo em que a confiança no Estado ruía na medida em que a guerra se prolongava e as armas de destruição em massa não eram encontradas, o Patriot Act levantava discussões sobre o governo espionar civis. Mas foi o próprio Estado quem começou a ignorar os especialistas.

Apoiadas por think tanks (tanto conservadores, como o AEI e o PNAC¹³², quanto de “centro” como o CFR), as políticas da Guerra ao Terrorismo e da invasão ao Iraque ignoravam, por exemplo, as advertências do Chefe do Estado-Maior do Exército, Eric K. Shinseki, e do relatório produzido pelo Army War College, que afirmavam que o pós-guerra no Iraque necessitaria de centenas de milhares de soldados (KAKUTANI, 2017, p. 34). Por outro lado, conforme o esforço da guerra custava a imagem do governo republicano, em uma tentativa de mudar a dinâmica do combate, a administração Bush recorreu a consultorias de Lawrence Korb, Arthur Helton e do general David Petraeus. Korb era membro do CFR desde 1992 e dirigiu o Programa de Estudos de 1998 a 2002, sendo, em 2003, membro sênior para estudos de segurança nacional. Em novembro daquele ano, foi levado ao Iraque pelo Pentágono, para auxiliar na construção de uma estratégia. Arthur Helton era diretor para estudos de paz e conflitos do CFR, sendo membro sênior para estudos de refugiados e ações preventivas. Também foi levado ao Iraque, onde foi morto no bombardeio à sede da ONU em Bagdá, em agosto de 2003. Em 2004, foi enviado ao país o general David Petraeus. PhD pela

¹³² *Project for a New American Century* (Projeto para Um Novo Século Americano ou PNAC), foi um *think tank* com o objetivo de promover os Estados Unidos como potência mundial, fundado em 1997. Entre os signatários de sua declaração de princípios estavam Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Zalmay Khalilzad, nomes que viriam a ser, poucos anos depois, respectivamente, vice-presidente, secretário de defesa, subsecretário de defesa e emissário do Pentágono ao Afeganistão do governo de George Walker Bush.

Universidade de Princeton e membro do CFR, tendo liderado diversos Grupos de Trabalhos na instituição (SHOUP, 2015: 163-164). Ou seja, ignorando os especialistas afiliados ao próprio governo (como o Chefe de Estado-Maior do Exército), a administração Bush buscava auxílio intelectual nos think tanks.

Ou seja, embora o anti-intelectualismo e a negação da academia tenha ganhado voz ativa, política e socialmente, principalmente a partir de 2010, suas raízes já estavam presentes em comportamentos e decisões governamentais anteriores.

CONCLUSÕES

O surgimento desta sociedade do conhecimento veio associada a um declínio da importância e imagem das universidades como centros de produção do conhecimento. Estas instituições nunca monopolizaram esta área, mas nas últimas décadas, com o crescimento de grupos ligados a empresas, laboratórios industriais, e principalmente com aumento do número de think tanks, as universidades perderam espaço como centros de conhecimento em relação ao mercado. As universidades atualmente “lutam para conservar sua posição num mundo cada vez mais competitivo, concorrendo não só entre si, mas também com instituições de pesquisas, como os think tanks e os laboratórios industriais” (BURKE, 2012: 334). A demanda por gestão de conhecimento não é uma necessidade atual, mas a globalização do conhecimento, e o uso da internet e das redes sociais digitais como fontes de informação, aumentam esta demanda no cenário de uma “explosão de informação”. A “epistemologia”, por sua vez, também não é essencialmente um fenômeno da sociedade do conhecimento, ou oriundo das redes sociais digitais, mas as alegações diversas sobre “a verdade” agora possuem ferramentas de propagação mais fortes que nunca. “A Internet é um grande multiplicador que não apenas oferece acesso fácil a todos que desejam exalar sua verdade, mas também permite conexões mais rápidas entre essas verdades.” (ZONEN, 2012: 9).

As instituições do conhecimento – e mesmo aquelas que dependendo da confiança para legitimar suas afirmações, como a imprensa ou até mesmo o Estado – enfrentam hoje dois grandes desafios: 1) Obter confiabilidade entre tantas alegações conflitantes sobre a “verdade”; 2) Competir com a cada vez maior pluralidade de vozes reivindicando “a verdade” com base em conhecimento pessoal (ZONEN, 2012: 10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENNET, Amanda. Are think tanks obsolete?. The Washington Post. October 5, 2015.
- BURKE, Peter. O que é História do Conhecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- BURKE, Peter. Uma história Social do Conhecimento. II da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.
- CHAN, Gerald. The Research University in Today's Society. London: UCL Press. 2017.
- HOFSTADTER, Richards. The Paranoid Style in American Politics, and others Essays. Cambridge massachusetts: Harvard University Press. 1964.
- HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- KEEN, Andrew. O culto ao amador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- KEKES, John. Academic Corruption. The Monist, Vol. 79, No. 4, Academic Ethics. October 1996. pp. 564-576.
- LEISEROWITZ, A., MAIBACH, E., ROSER-RENOUF, C. Climate change in the American Mind: Americans' global warming beliefs and attitudes in January 2010. Yale University and George Mason University. New Haven, CT: Yale Project on Climate Change. 2010.
- MCGANN, James. Think tanks and policy advice. Pennsylvania: The US. Foreign Policy Research Institute. 2005.
- MEDVETZ, Thomas. Think tanks in America. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- MICHIKO, Kakutani. A Morte da Verdade. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2018.
- OLIVER, J. Eric; WOOD, Thomas J. Conspiracy Theories and the Paranoid Style(s) of Mass Opinion. American Journal of Political Science, Vol. 58, No. 4, October 2014, Pp. 952–966.

PAULA, Maria de Fátima de. A Formação Universitária No Brasil: Concepções e Influências. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009.

PEW RESEARCH CENTER. Is College Worth It?. May 16, 2011.

RESENDE, Erica. Americanidade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

SCHOLARS AT RISK. Free to Think Report of the Scholars at Risk: Academic Freedom Monitoring Project. New York University: New York. 2017. Disponível em: <<https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2017/>> Acesso em 18 de out. de 2020.

SCHOLARS AT RISK. Free to Think Report of the Scholars at Risk: Academic Freedom Monitoring Project. New York University: New York. 2018. Disponível em: <<https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2018/>> Acesso em 18 de out. de 2020.

SHOUP, Laurence. Wall Street's think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014. Nova York: Monthly Review Press, 2015.

TEIXEIRA, Tatiana. Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VEDDER, Richard K. Going broke by degree: why college costs too much. Washington, D.C: The AEI Press. 2004.

VISENTINI, Paulo. O caótico século XXI. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VITZ, Paul. The Future Of The University: From Postmodern To Transmodern. In: JEFFREY, David Lyle; MANGANIELLO, Dominic (org). Rethinking the Future of the University. University of Ottawa Press. 1998.

ZOONEN, Liesb van. I-Pistemology: Changing Truth Claims. Popular And Political Culture. European Journal of Communication, 27(1) – 2012.

A IIRSA e o Estado ampliado: um estudo sobre a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana a partir das relações de poder

Larissa Martins Monteiro de Barros
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

Perder de vista as relações de poder ao se estudar temas referentes ao Estado pode nos levar à naturalização de algo que é eminentemente histórico. Nesse sentido, o presente trabalho visa a realizar uma breve discussão teórica a respeito do Estado, para que então seja possível refletir sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a partir de suas contradições e complexidades, tentando fugir daquilo que se apresenta como monolítico.

A IIRSA: PARA QUÊ E PARA QUEM?

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um empreendimento conjunto de todos os Estados da América do Sul. Criada em 2000, no âmbito do I Encontro de Presidentes da América do Sul, ela se configura como um grande projeto de infraestrutura, com obras nos setores de transporte, energia e comunicação. A maioria dos projetos é do setor de transporte que, de forma geral, visam a conectar leste e oeste da América do Sul, criando corredores de exportação tanto com acesso ao Atlântico, quanto ao Pacífico.

A política externa brasileira do início do século XXI, que tinha como foco prioritário o fortalecimento das relações com os países da América do Sul e o impulsionamento da integração sul-americana foi fundamental para possibilitar a realização de um projeto amplo como a IIRSA, sugerida aos outros países pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em um momento de expansão da China no mercado mundial, com uma crescente demanda por matérias primas para dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento, a América do Sul parece ter se tornado um lugar estratégico para a economia chinesa (MEDEIROS, 2008). Do ponto de vista da Brasil, o acesso ao pacífico por meio da IIRSA permite uma expansão do comércio com o país asiático.

Nesse sentido, a IIRSA parece favorecer setores do agronegócio e da mineração: com a China se tornando o principal parceiro comercial do Brasil, sendo sobretudo importador de soja, carnes e minérios, um corredor logístico que possibilite a conexão dos principais pontos de exploração aos portos no pacífico parece ter trazido ao Brasil a garantia da infraestrutura para impulsionar suas exportações de *commodities* (FUSER, 2008). Outro setor beneficiado foi o da construção pesada. Empresas como a Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez ficaram responsáveis por grandes obras realizadas dentro e fora do país (BARROS, 2018). Essas empresas tinham vantagem no processo de licitação, uma vez que já se apresentavam com garantia do financiamento da obra, papel exercido pelo BNDES (LUCE, 2007).

Pode então ser percebido como o Estado brasileiro, seja por meio do BNDES oferecendo o financiamento das obras com a contrapartida da atuação de empresas brasileiras, ou por meio de uma política externa voltada à integração sul-americana, foi peça fundamental para a realização da IIRSA, favorecendo determinados grupos da economia brasileira.

Nesse sentido, para uma análise da IIRSA parece ser imprescindível realizar algumas considerações teóricas sobre o que se entende por Estado e suas configurações. Uma análise que tenda a eclipsar as dimensões do poder e do conflito presentes fora, mas sobretudo dentro, das fronteiras do Estado brasileiro, parece servir exclusivamente como embasamento, fortalecimento e até expressão da hegemonia de determinadas classes.

ABRINDO O DEBATE SOBRE O ESTADO

Com a banalização da organização social em torno de um Estado, o resgate teórico e a consciência histórica de sua formação são elementos caros a análises do mundo contemporâneo no campo das ciências sociais. Portanto, realizaremos nesta sessão um debate acerca do Estado, apresentando algumas das principais contribuições teóricas e conceituais para o assunto.

Inicialmente, cabe pensar dois principais autores modernos: Hobbes e Locke, que devem ser compreendidos levando em consideração o contexto em que se inserem, evitando assim possíveis anacronismos. Thomas Hobbes nasceu na Inglaterra, em 1588, e sua obra mais famosa, onde teoriza a respeito do Estado é “*O Leviatã*”, de 1651. Para o autor, o Estado é fruto de um contrato racional, em que todas as partes aceitam a tutela de um poder

maior a fim de garantir a sua sobrevivência, uma vez que o estado de natureza seria caracterizado pelo caos. Em suas palavras:

A causa final, fim ou desígnio dos homens (que apreciam, naturalmente, a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir a restrição a si mesmo que os leva a viver em Estados, é a preocupação com sua própria conservação e a garantia de uma vida mais feliz. Ou seja, a vontade de abandonar a mísera condição de guerra, consequência necessária das paixões naturais dos homens, se não houver um poder visível que os mantenha em atitude de respeito, forçando-os, por temor à punição, a cumprir seus pactos e a observar as leis naturais [...] (HOBBS, 1651: 123)

Ou seja, para Hobbes, no estado de natureza o homem é movido pelas suas paixões, pela sua ambição, vingança e cobiça. Ele abre mão desses desejos naturais delegando ao Estado a função de organizador e pacificador da sociedade, por meio do uso de todo poder e força que ao Estado é conferido. Esse “contrato” é firmado entre todos os homens entre si e um poder superior, quando abrem mão de governar a si mesmos. Uma vez conferido ao Estado esse poder, o homem não pode libertar-se da sujeição, deve reconhecer todos os atos do soberano como seus próprios atos, não pode considerar o soberano injusto e querer condená-lo a morte ou a qualquer punição pelos seus súditos (HOBBS, 1651).

Em linhas gerais, o que podemos perceber é que o Estado para Hobbes deveria ser um estado absoluto, soberano e inquestionável, capaz de utilizar seu poder para manter o povo controlado sobre seu domínio, criando uma estabilidade interna por meio de um poder coercitivo rígido e externa por meio da sua capacidade de coesão da sua população para enfrentar inimigos estrangeiros. Essa preocupação com a paz e estabilidade interna e externa pode estar relacionada com o contexto vivenciado por Hobbes, de instabilidade política na Europa e guerra civil na Inglaterra.

Enquanto Hobbes acreditava que o Estado tinha que ser absoluto e inquestionável, entendendo que a ação dos governantes deveria ser compreendida como uma ação de todos os homens, de forma que ele não poderia ser considerado injusto por seus súditos, Locke se posiciona de forma oposta a esse pensamento. John Locke, nascido em 1632, escreveu o *“Segundo Tratado sobre o governo civil”*, publicado anonimamente em 1689, em que se posiciona a favor da resistência do povo contra o governo, caso este não esteja agindo de forma a garantir os direitos naturais do homem: vida, liberdade e propriedade (LOCKE, 1689).

Para Locke, no estado de natureza o homem tem acesso aos seus direitos naturais, com plena liberdade e igualdade, sem que haja subordinação ou sujeição a nenhum poder superior. Nesse estado de natureza, caberia ao homem punir transgressores que agissem contra os direitos naturais. Os homens decidem racionalmente por firmar um contrato entre eles atribuindo poder a um governante para que esse possa agir enquanto um juiz imparcial para resolver possíveis conflitos e que disponha dos meios de coerção para a defesa dos direitos naturais. O governo civil formado a partir desse contrato de todos os homens entre si só é legítimo caso tenha o apoio do povo. Nesse sentido Locke é enfático em garantir o direito à rebelião, colocando o governo a crivo e julgo do povo:

É provável que se coloque aqui a indagação habitual: Quem vai julgar se o príncipe ou o legislativo agiram contra a missão que lhes foi confiada? Isso, talvez, homens maldispostos e facciosos possam espalhar entre o povo quando o príncipe só faz uso de sua devida prerrogativa. Eu respondo: O povo será o juiz; quem vai julgar se o comissionado ou o mandatário age bem e de acordo com a confiança nele depositada, senão aquele que o comissionou, e deve, por havê-lo comissionado, ter ainda o poder de destituí-lo quando falha em sua confiança? (LOCKE, 1689: 198)

Essa preocupação em afirmar que o governo deve estar balizado pela vontade do povo que concedeu a ele seu poder e assim tem o direito de confiscá-lo é coerente com o contexto da vida de Locke, que viveu a Revolução Inglesa, uma revolução burguesa contra o Estado absolutista, contexto em que refugiou-se na Holanda, retornando à Inglaterra apenas quando acabara a Revolução Gloriosa.

O que podemos concluir é que tanto na abordagem de Hobbes, quanto na abordagem de Locke a criação do Estado é uma escolha racional do homem, visando a garantir aquilo que lhe é caro. Para Hobbes, o contrato social seria a garantia da paz, ou, em última instância, a garantia da sobrevivência e por essa razão os homens escolheriam delegar o poder de controle de suas paixões, de sua natureza má a um poder maior, absoluto e soberano. Para Locke, essa escolha racional se daria com base na necessidade humana de um poder imparcial, capaz de julgar possíveis arbitrariedades da sociedade a fim de garantir os direitos ditos naturais: vida, liberdade e propriedade, sendo esta última uma preocupação de destaque dentro da obra do autor. Ao contrário do Estado incontestável pensado por Hobbes, para Locke o Estado deveria ser legitimado pelo povo, tendo este último o poder de destituir o governo, caso esse ferisse algum direito natural.

Todavia, é necessário salientar que ambos os autores estavam comprometidos com a constituição de um Estado no contexto em que viviam. Hobbes, estava inserido em um momento de centralização dos Estados europeus em torno da figura de um monarca, enquanto Locke foi influenciado pela Revolução Gloriosa, comprometendo-se com a criação de uma monarquia constitucional, em oposição aos regimes absolutistas. De toda forma, para Locke e Hobbes o Estado seria a entidade capaz de resolver os conflitos da sociedade civil em favor de um “bem comum”.

Analisando Locke e Hobbes, é possível perceber que eles se dispõem a realizar não somente uma teoria racional do Estado, mas uma teoria do Estado racional, uma vez que o Estado é apresentado como única esfera possível dentro da qual o homem pode exercer sua racionalidade (BOBBIO, 1994), por ser capaz de conter as paixões (Hobbes) e resolver conflitos decorrentes das arbitrariedades dos interesses individuais (Locke). Nas palavras de Bobbio:

Numa história ideal da humanidade, como aquela que vai da liberdade selvagem do estado de natureza à liberdade refreada da sociedade civil, a instituição do Estado é um momento decisivo, a ponto de constituir uma ideia reguladora para o projeto daquela futura sociedade jurídica universal para a qual tende o homem em sua gradual aproximação a uma forma de existência cada vez mais conforme a razão (BOBBIO, 1994: 92).

A racionalidade do Estado se explicita pela forma da lei e, como continuamente ressaltado por Max Weber, uma característica fundamental da formação do Estado moderno é a redução de toda forma de direito ao direito estatal (WEBER *apud* BOBBIO, 1994). Nesse sentido, o Estado moderno seria uma instituição dotada do monopólio da violência e do uso legítimo da força, para que pudesse garantir o cumprimento das leis. Tal pensamento explicita a característica fundamental do Estado weberiano: uma relação de dominação de homens sobre homens, que, para garantir sua manutenção, deve buscar sua legitimação (WEBER, 1988).

CONTRIBUIÇÕES DE MARX E GRAMSCI PARA SE PENSAR O ESTADO

Em um momento de grandes transformações e envolvido ativamente com um projeto de sociedade, Marx, embora não tenha escrito nenhuma obra concreta de análise teórica a respeito do Estado, teceu importantes contribuições para se refletir acerca do tema, que serviram de base para trabalhos posteriores sobre o Estado e a sociedade civil.

Karl Marx nasceu na Prússia, em 1818 e é referências nos estudos de ciências sociais, com importantes contribuições para diversas áreas do conhecimento. Foi redator do Gazeta Renana, onde foi alvo de censura. Expulso da Prússia em 1843, começou a escrever nos Anais Franco-Alemães, em Paris, quando conheceu vários intelectuais, entre eles Friedrich Engels, com quem escreveu uma série de trabalhos, como o “*Manifesto comunista*”, publicado em 1848, mesmo momento em que explodiram diversas rebeliões operárias pela Europa. Também expulso da França, Marx viveu grande parte da sua vida em Londres, onde faleceu em 1883.

As formulações de Marx das quais podemos extrair contribuições para pensarmos o Estado são, em grande medida, frutos de sua crítica a Hegel. Marx se posiciona contra a ideia de que o Estado é decorrência da evolução do espírito humano, explicitando que essa instituição é produto histórico das relações sociais, não havendo um espírito humano que preceda a existência social do homem (MARX, 1859). Em suas palavras:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 1859: 47).

Com isso, podemos entender que o Estado, para Marx, é uma instituição histórica, criada por homens com base na sua consciência, também histórica. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1859: 47). Essa consciência é formada com base nas relações de produção de cada sociedade, que dependem do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Essas relações de produção configuram a estrutura econômica da sociedade, sobre a qual uma estrutura política e jurídica é construída (MARX, 1859). Em outras palavras, são as bases materiais de uma sociedade que determinam as relações sociais de produção, que, por sua vez, constituem a estrutura econômica de uma sociedade sobre a qual instituições jurídicas e políticas são erguidas, com base na consciência social do homem.

Enquanto para Hegel o Estado é a realização da razão, instituição dotada de uma moral que organiza a sociedade civil (HEGEL, 2009), Marx inverte essa lógica, buscando compreender o Estado a partir da sociedade. Como Marx enxerga a sociedade dividida entre a

classe burguesa e a classe trabalhadora, o Estado está necessariamente marcado pela dimensão do conflito.

A dimensão conflituosa presente no Estado fica evidente quando Marx analisa o que ele chamou de 18 de Brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2011). Ao escrever sobre o golpe realizado por Carlos Luís Napoleão Bonaparte em 1851, Marx expõe de forma detalhada como se movimentaram as classes na luta pelo Estado na França. No curto período de pouco mais de três anos analisados por Marx, fica evidente a existência de disputa no Estado, proveniente do conflito da sociedade civil. O Estado, em Marx, não aparece como apaziguador, detentor de uma moral extra-social, ou como garantidor de direitos naturais e do bem comum. O que aparece é um Estado como agente coercitivo, utilizado pela classe dominante, mas não de forma automática e sim como um reflexo das disputas provenientes da sociedade civil. Essas disputas ocorrem tendo em vista a base material sobre a qual a sociedade se assenta e a consciência social adquirida pelo homem a partir das relações sociais de produção nas quais se insere.

É dessa forma que Marx, embora não tenha escrito uma obra de teoria sobre o Estado, tem contribuição mister para a sua reflexão. Apontar o Estado em sua dimensão de conflito lança luz sobre questões que são eclipsadas por sua aparência de homogeneidade, que não se sustenta frente a um olhar mais atencioso. Suas obras influenciaram muitos autores a pensar o Estado e a dimensão de poder a partir da reprodução da vida social.

Entre os autores influenciados por Marx, cabe ressaltar a importância de Antônio Gramsci, que se posicionou de forma crítica aos estudos dentro das ciências sociais que tomavam o Estado como algo dado, uma instituição tida como natural, deslocada de suas bases históricas e fundamentação social. Nascido na Sardenha, Itália, em 1891, foi um intelectual, ativista político e um dos fundadores do PCdI (Partido Comunista da Itália), preso em 1926, durante o governo do fascista Mussolini. Enquanto estava no cárcere, escreveu uma série de cadernos, em cujas notas é possível encontrar conceitos fundamentais para o tema aqui debatido, dos quais ressaltaremos dois: o conceito de Estado ampliado e de hegemonia.

Em primeiro lugar, cabe pontuar algumas considerações feitas por Bianchi (2008), que parecem ser fundamentais para qualquer análise dos escritos de Gramsci no cárcere. O autor mostra como Gramsci, no conjunto de sua obra construída no período em que esteve preso, tem o cuidado de advertir o leitor sobre o caráter provisório da mesma, dada as condições sob

as quais fora produzida. Bianchi adverte para os problemas de algumas edições publicadas após a morte de Gramsci, que deram forma de uma obra coerente e acabada, onde o processo de construção do pensamento do autor italiano, fundamental para a sua compreensão, fora eclipsado. Um exemplo disso é o lançamento do primeiro volume das obras de Gramsci, editado por Palmiro Togliatti, que, entre outros problemas, misturava material dos cadernos miscelâneos e dos cadernos especiais, construindo uma colcha de retalhos, com escritos fora de ordem cronológica e com partes descartadas (BIANCHI, 2008).

No que tange a análise do Estado, existe uma nota presente no primeiro caderno onde Gramsci afirma que o Estado é uma expressão de uma determinada forma da organização social da produção, assim a conquista do poder está indissociável da afirmação econômica. Mas esse é apenas um ponto de partida. No caderno dez, o autor se mostra preocupado com análises reducionistas de um economicismo puro, afirmando que essa relação entre poder e afirmação econômica não é óbvia, ou facilmente determinada. Essas duas esferas compõem uma totalidade, com diferentes temporalidades e é esse desencontro temporal que, segundo Bianchi é o grande problema das teorias instrumentalistas do Estado, que o associam diretamente à um reflexo do mundo econômico, não conseguindo explicar as transformações políticas que antecedem as transformações econômicas. Nas palavras de Bianchi:

O desenvolvimento da economia e da política encontram intimamente vinculados e marcados por influências, ações e reações recíprocas, pelas lutas que protagonizam as classes em presença e suas formas superestruturais no terreno nacional e internacional. Reconhecer esse vínculo não implica admitir que transformações no mundo econômico provoquem uma reação imediata que modifique as formas superestruturais, ou vice-versa (BIANCHI, 2008: 175).

Essa questão apontada por Bianchi é de grande relevância para contrapor as críticas que alegam que Marx e aqueles influenciados por ele são economicamente deterministas, que reduzem todas as relações às econômicas.

No caderno 13, nota 17, Gramsci apresenta um ponto central de seu pensamento sobre o Estado, onde fica evidente que ele é até certo ponto a expressão da classe dominante, mas não de forma automática, passiva ou instantânea:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como força

motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinado, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto [...] (GRAMSCI, 2000, Caderno 13: 41-42).

O Estado, então, não aparece em Gramsci como o reflexo da vontade de um grupo, ele é fruto de disputa, acomodação de tensões, inclusive dentro do próprio grupo. Isso está presente no pensamento de Gramsci, mas também estava presente em Marx, ao analisar o 18 de Brumário de Luís Bonaparte. A dimensão do conflito e da disputa está presente o tempo inteiro dentro dessas análises. Assim, o Estado não é uma transposição dos interesses imediatos de uma classe, mas uma adequação aos conflitos de interesses. Nesse sentido, o Estado e a sociedade civil só aparecem como esferas distintas em termos de análise, já que no pensamento marxista as duas estão em interação constante, recíproca, dialética.

Por essa razão, o Estado ampliado não pode ser entendido apenas em seu caráter coercitivo, que impõe a vontade de uma classe. Deve ser assimilado na sua dupla perspectiva: da coerção e também do consenso e por isso o conceito de hegemonia em Gramsci também é fundamental para nossa análise. Para Gramsci existe uma dupla natureza do poder que pode ser ilustrada pela figura do centauro maquiavélico, metade férica e metade humana, representando a força, mas também o consenso. A coerção por si só é insuficiente para garantia do poder, sendo o convencimento fundamental nesse processo, por isso a figura do intelectual, peça fundamental na criação do consenso é tão importante na obra de Gramsci. Nas palavras do autor:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-cooperativas; mas também é indubitável que tais compromissos e sacrifícios não comprometem o essencial. (GRAMSCI, 2000, Caderno 13: 48).

A partir disso, podemos compreender que, para o pensamento marxista em geral e para Gramsci em particular, o Estado não é uma ferramenta necessária à realização do bem-comum, à garantia da sobrevivência, ou à maximização do bem-estar coletivo, como pode ter afirmado os autores como Hobbes e Locke. Ele também não é apenas um aparelho

burocrático, esfera desinteressada e apartada da sociedade, ou uma expressão direta da dominação de homens sobre homens. Ele só pode ser compreendido a partir da sua dimensão dialética, de constante luta, em que política e economia são duas faces de uma mesma moeda.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, é necessário entender que a IIRSA é uma iniciativa levada a cabo pelo Estado brasileiro. Como explicitado no início deste trabalho, o Brasil teve papel fundamental não só na idealização do projeto como um todo, mas também atuou de forma decisiva com a sua política externa voltada para a integração dos países sul-americanos e com uma política de financiamento das grandes empreiteiras brasileiras a partir do BNDES na realização de tais obras.

A IIRSA nasce do entendimento de que existe uma debilidade na infraestrutura sul-americana, sendo essa debilidade apontada por diversas vezes como o motivo do fracasso das tentativas de integração regional. Sob ótica do regionalismo aberto da Cepal nos anos 90, era preciso resolver o “problema” da infraestrutura para integrar a América Latina ao mercado mundial. A IIRSA cumpre essa lógica: ela é a garantia logística de escoamento da produção sul-americana pelos portos do Atlântico e do Pacífico.

A exploração de produtos primários da América do Sul para atender ao mercado mundial não é um movimento novo. Mas, uma coisa é a Inglaterra, no século XIX, com capital inglês e empresas inglesas construindo ferrovias na América do Sul para explorar seus recursos naturais. Outra coisa é o Brasil, com empresas brasileiras e capital brasileiro realizando essas obras, fortalecendo uma divisão internacional do trabalho hierarquizada e desigual. Tal prática evidencia a dinâmica de mudança no sistema capitalista e o surgimento de classes e frações de classes brasileiras, agindo para garantir a expansão de seus capitais monopolistas, sem deixar de favorecer os grandes setores privados internacionais. Tudo isso a partir do Estado.

A IIRSA não parece ser uma apropriação direta do Estado brasileiro pelas classes dominantes. Ela reflete a complexidade dos conflitos e das relações de poder na sociedade civil: ao mesmo tempo em que favoreceu os grandes capitais privados, contribuiu para a expansão do emprego e da renda de parcela significativa da população, uma vez que o setor da construção pesada, por exemplo, necessita de mão de obra em grande escala. Considerando

os índices de desemprego e a situação da classe trabalhadora nos anos 90, a IIRSA agradou também à classe trabalhadora. Alguns intelectuais de esquerda se posicionaram a favor da Iniciativa, dada a melhoria da situação da classe trabalhadora no início dos anos 2000, assim como abraçaram o projeto da integração sul-americana. Setores nacionalistas também nutriram expectativas com relação a IIRSA, acreditando que uma integração sul-americana faria frente ao imperialismo estadunidense na região.

Por outro lado, houve forte resistência de ambientalistas, comunidades indígenas e parcelas de uma esquerda mais crítica frente às desapropriações, remoções, agressões ao meio ambiente e ao crescimento exponencial de capitais de grupos privados brasileiros. Parte desses movimentos foi reprimida com violência estatal.

A complexidade daquilo que significou a IIRSA para a América do Sul e especialmente para o Brasil, não pode ser entendida a partir de uma análise superficial do Estado brasileiro. Com Marx podemos pensar como esse Estado agiu favorecendo as classes dominantes; as contribuições de Gramsci - a partir do conceito de hegemonia, entendendo a via do consenso e a via da coerção - são fundamentais para fazer-nos refletir a respeito de como classes e frações de classes conseguem legitimar um projeto de expansão de capitais privados e podemos questionar como a classe trabalhadora se vê favorecida por um projeto que reforça a sua condição de exploração.

Enfim, as contribuições de Marx e Gramsci a respeito do Estado e poder parecem ter aberto uma agenda de pesquisa para se pensar o capitalismo no mundo contemporâneo. No caso dos estudos sobre a IIRSA, ainda há grandes lacunas a serem preenchidas, para as quais esses autores oferecem um interessante ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.

BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008

BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista. *In*: BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=128>> Acesso em: 05 jul. 2019 .

GRAMSCI, Antonio [1932-1934]. Cadernos do Cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich [1820]. Princípios de Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOBBS, Thomas[1651]. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LOCKE, JOHN [1689]. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1983

LUCE, Mathias Seibel. O sub-imperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MARX, Karl [1859]. Contribuição à crítica da Economia Política. Prefácio. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008

_____. [1852]. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. China: Desenvolvimento econômico e ascensão nacional. Funag, 2008

WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.; WEBER, Max. Escritos políticos, 1988.

_____. Economia e sociedade: *fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, 1991.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. *In*: COHN, Gabriel (org.): Max Weber: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

A educação superior privada brasileira e o caso do Grupo Kroton (2003 – 2018)

Rosane de Oliveira e Silva
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o processo de mercantilização do ensino superior privado brasileiro e de seu controle pelo capital financeiro, assim como a nova luta de classes que se instaura a partir da instauração do trabalho na educação superior, em nosso caso, no Grupo Kroton Educacional, a maior empresa do setor de educação brasileiro e mundial.

O recorte temporal delimitado para a nossa investigação compreende o período entre 2003 e 2018. Em 2003, com o início do primeiro governo Lula da Silva, foi sancionada a Lei nº 10.260, de 12/07/2001, estabelecendo a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O FIES, que visa ao financiamento de cursos de graduação a estudantes de baixa renda, foi a principal política de fomento à formação de grandes conglomerados empresariais do setor de ensino superior privado no Brasil, como é o caso do Grupo Kroton Educacional.

Desde esse período, o Grupo Kroton vem atingindo uma posição monopolista na área educacional, incorporando para si várias instituições privadas de ensino superior. Em 2018, marco cronológico final de nossa pesquisa, temos a consolidação do Grupo, adquirindo novos polos –que já somavam 1.110 em 2017–, incentivando o processo de transformação digital e criando parceria com o Banco Itaú, de acordo com o Portal do Kroton 2018.

O neoliberalismo foi implantado, enquanto projeto político hegemônico, configurando-se uma reação do capital na busca de recomposição de sua taxa de lucro, que vinha decaindo desde os anos 1970. Com a difusão dos valores do Estado “mínimo” e do livre mercado, os princípios neoliberais no Brasil puseram a configurar-se enquanto agenda política de Estado, a partir dos governos Fernando Collor (1990/1992) e, primordialmente, no de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), tendo havido uma continuidade, de certa maneira, porém mais atenuadamente, nos governos do PT (BRENNER, 2003).

A partir do vasto pacto hegemônico, firmado pelo governo FHC, em torno das diferentes frações do capital, que o processo mais acentuado da mercantilização da educação avançou para o ensino superior. No cenário histórico de nossa educação, verificaram-se mudanças relevantes, com imensa elevação na procura de vagas, além de uma proliferação de instituições de ensino superior privadas.

Com falas e posturas liberalizantes, a educação começa a ser considerada como uma mera prestação de serviços, em uma dinâmica mercantil de boas condições de resultados, sustentada pelos educadores / fornecedores. A qualidade de ensino, a formação de pessoal, as reais condições de acesso à universidade passam por bruscas mudanças.

Em 2018, o número de universitários matriculados na rede superior privada continuou em ritmo de crescimento. As instituições de ensino superior (IES) privadas tiveram, então, uma participação de 75,4% (6.373.274) no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública participou com 24,6% (2.077.481), deixando à vista o avanço da educação superior privada no Brasil (Censo da Educação Superior – INEP; disponível em inep.gov.br/censo-da-educacao-su...; acesso em 02/07/19).

Ora, havendo trabalhado durante longo tempo na rede pública estadual, acompanhei, pois, a queda da qualidade do ensino público em relação ao denominado Ensino Médio. Percebia que a quase totalidade daqueles alunos carentes não obtinham sucesso em dar continuidade a seus estudos, sendo uma quase utopia a graduação em ensino superior. Com os anos 2000, a realidade começou a mudar: diversos alunos, oriundos de escolas públicas, começaram a ingressar no ensino superior, através do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) e, outros, mais aplicados, por meio do PROUNI (Programa Universidade Para Todos). Ao mesmo tempo, via o ensino público de qualidade se desmoronar. Contudo, para os mais aplicados e interessados em aprender, sem chances de concorrer com os alunos advindos de escolas privadas e de reconhecida qualidade, havia estes dois programas como opção. Buscando orientar meus alunos, comecei a pesquisar sobre ambos programas educacionais, observando o grande crescimento de um grupo, que, até então, me era desconhecido: o Grupo Kroton Educacional. Logo, ao retornar aos estudos de Mestrado, percebi que o grupo educacional em questão seria um ótimo objeto de estudo, quer no que respeita à sua viabilidade, quer no que respeita à sua relevância.

Dominantes e dominados, oprimidos e opressores fazem parte de relações sociais concretas, nas quais se encontram ainda relações de interesses contrários. Nessa perspectiva, segundo Evangelista (2012), os conceitos empregados para a análise de um tema não podem possuir uma função autoexplicativa, assim como não podem ser usados de forma aleatória.

Conceitos ou categorias teóricas como “contradição”, “classes sociais”, “exploração”, “hegemonia”, “apropriação”, “mercadoria”, “capital”, “ideologia”, “hegemonia”, “luta de classes” são necessários a uma teoria crítica, já que a recusa a seu emprego pode significar uma aceitação, consciente ou não, à ideologia dominante.

Toda investigação trará luz sobre os projetos históricos que ela informa. Há um grande conjunto de reformas no Brasil, desde os anos 1990, no setor da educação, as quais pretendem levar as universidades a uma adaptação às finalidades econômico-político-ideológicas, no aparelho ideológico do Estado, do projeto da burguesia mundial inclinada para a periferia do capitalismo, em uma nova etapa do capitalismo monopolista, em um regime de acumulação com dominação financeira.

Na verdade, as dinâmicas e configurações atuais do capitalismo ultrapassam os limites da luta de classes, uma vez que parecem ser manejadas a partir “de cima”, em âmbito de dominância financeira que não teria “chão social”. Assim, o neoliberalismo e a financeirização são, com efeito, resultados e expressões das formas atuais de expropriações da classe trabalhadora pelo capital.

A presente pesquisa busca demonstrar a luta de classes no universo da educação superior privada no Brasil contemporâneo, uma vez que direitos estão sendo retirados dos trabalhadores –dos professores, em sua relação de emprego- e dos alunos da educação superior privada brasileira- em seu direito a uma educação de qualidade, com ensino, pesquisa e extensão.

O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO

Ao observarmos o panorama da educação superior privada brasileira no momento atual, faz-se necessário um exame das redefinições do Estado, além da expansão do capital, tornando-nos próximos à doutrina do neoliberalismo, notadamente no que diz respeito às suas relações com as políticas de ensino, na educação superior brasileira.

Diante da crise visceral do capitalismo, em início dos anos 1970, as classes dominantes internacionais propuseram novos caminhos de enfrentamento e resistência. A partir daí, uma doutrina estrutural diferente passa a ser gestada –o neoliberalismo–, na qual o Estado de Bem-Estar Social começa a ser “demonizado”, encarado como o causador das agudas questões sociais (FERREIRA, 2009).

Um Estado forte, máximo na aptidão de destruir o poder dos sindicatos e dos movimentos sociais, e mínimo no que se refere aos gastos sociais e às intervenções econômicas, alcançando a estabilidade monetária: eis a solução neoliberal para a primeira grande crise do mundo capitalista pós-guerra (ANDERSON, 1995: 10).

O cunho econômico-político-ideológico do neoliberalismo está sempre presente, de forma articulada. Ele é encarado como a grande vitória do capital na luta de classes, ocasião em que os grandes proprietários retomam o poder, com a recuperação das altas rendas para os altos gestores. Com a finalidade de aumentar suas taxas de lucro, os proprietários estão determinados a “rasgar” leis e regulamentos relativos ao mercado de trabalho e ao mercado de capitais.

Em face de uma classe média contaminada pelos valores burgueses, uma séria dispersão da classe trabalhadora e dos movimentos populares, o neoliberalismo no Brasil tornou-se ideologia dominante. E atingiu em cheio a Educação, valor resguardado constitucionalmente, mas, doravante, mera mercadoria. Em vez de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a nova ordem preconiza Desregulamentação, Flexibilização e Desigualdade.

A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E OS FUNDOS DE PENSÃO

Vê-se, em nossos dias, uma dinâmica de desigualdade, na qual se vislumbra o desmonte do Estado e de seus serviços públicos, imposto pelo projeto neoliberal e pelas estratégias do capital. Em uma nova luta de classes, os trabalhadores vivenciam a expropriação de seus direitos e conquistas sociais, através do descaso das políticas públicas e da flexibilização das leis trabalhistas.

Atingem-se, assim, as políticas de educação superior em base de desigualdades, dando prioridade aos grandes empresários e sua busca pelo lucro. Nossa Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) compreendem a Educação como

um direito de todos e um dever do Estado para o exercício da cidadania e a qualificação relativamente ao trabalho. O projeto político-ideológico neoliberal, entretanto, vem retirando os direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora, além do direito à educação superior pública de qualidade (LOPES; VALLINA, 2017).

A mercantilização da educação superior no Brasil se dá quando a educação passa a agregar valor de mercadoria ao mercado global. As reformas nas instituições de ensino superior foram motivo de debates, principalmente a partir dos anos 1980/1990, períodos cruciais no processo da globalização do capital, no qual a educação passa a ser considerada como mera mercadoria, quando é, com efeito, um bem público a ser assegurado pelo Estado.

Desde que a formação educacional, com níveis apreciáveis de escolaridade, passou a ser um fator fundamental para a competitividade no processo da globalização, houve grandes transformações na educação brasileira. Todas essas mudanças, no Brasil, viabilizaram-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB / 96), eivada de orientações neoliberais, fomentando a iniciativa privada nas instituições de ensino superior particulares. Sempre houve, contudo, resistência a essas disposições neoliberais e estrangeiras no meio docente, todos na luta pela educação pública de qualidade, assim como pelos direitos humanos, civis e políticos (AGAPITO, 2016).

As relações sociais e de trabalho se imiscuem com a educação, mas devemos estar atentos para as interferências do capital na formação educacional, o que explica a mercantilização e a conseqüente financeirização da educação superior na educação superior brasileira, deficiente e entrincheirada entre interesses do capital. Grupos empresariais de ensino fazem com que grande parcela da população receba “uma educação minimalista”, pois, afirma Leher, é “indubitável que, hoje no mundo, a educação está carregada de conflitos sociais, ou seja, ela está carregada de luta de classes” (LEHER; VITTÓRIA; MOTTA, 2017).

O capitalismo atual, com orientação da ideologia neoliberal, se caracteriza por um novo regime de acumulação de capital, denominado financeirização. O processo de financeirização da economia brasileira é orientado principalmente pelo Estado, com os fundos públicos e os fundos de pensão principalmente. Financeirização compreende uma nova forma de gerir, definir e fazer a riqueza no capitalismo contemporâneo (PRATES et al., 2017).

Os fundos de pensão, em nosso país, são megaportadores de concentração de capitais, sendo um dos principais agentes de investimento na educação superior privada brasileira, o

que converge em expropriações de direitos e luta de classes, como ocorre no Grupo Kroton Educacional.

A acumulação com dominação financeira, por meio dos fundos de pensão e outros investidores institucionais, concentra uma grande massa de recursos –oriundos das poupanças dos trabalhadores- , tornando-se estes acionistas de grandes grupos econômicos mundiais, impondo, assim, seus interesses de grandes proprietários (CHESNAIS, 1996).

O fundo de poupança previdenciária dos trabalhadores gerando grandes investidores institucionais cria uma contradição, já que é um meio de recurso dos trabalhadores e também um ator financeiro com destaque nos fluxos de capitais mundiais. As políticas sociais passam a deixar de realizar os direitos sociais, com o fim de que os espaços antes ocupados por elas sejam viabilizados aos mercados. Ora, os fundos de recursos dos trabalhadores servem de instrumento de força contra eles próprios, enfraquecendo a classe trabalhadora. A nova luta de classes agora é da classe trabalhadora contra o capital financeirizado –ou o novo capital-, produzido por eles mesmos (SALVADOR, 2010).

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Há um consenso sobre a importância fundamental da educação para o desenvolvimento de qualquer sociedade, porém há um “dissenso” sobre a efetivação dos investimentos em educação, as prioridades, o desempenho do Estado e, em nosso caso, a participação do setor privado. A realidade nos mostra que a burguesia não se preocupa com trabalhadores portadores de educação de qualidade, mas, sim, com conhecimentos necessários ao processo de trabalho, evitando também a politização da classe trabalhadora, numa subjugação das classes dominadas à ideologia dominante (ALMEIDA, 2018).

O que se verifica, em nossos dias, é um temor que ronda a classe trabalhadora –e, em nosso caso, os professores- do desemprego, fazendo com que os trabalhadores aceitem a redução dos salários reais, as perdas das conquistas trabalhistas e da seguridade social, entre outras. Tudo isso é imposto pela classe dominante –a burguesia, fragilizando as manifestações e a organização das lutas e conquistas sindicais (BOSCHETTI, 1994).

Roberto Leher, em seu artigo “Um Novo Senhor da Educação?..”, de 2015, defende a ideia de que a redefinição dos sistemas educacionais se situa no âmago das reformas estruturais direcionadas pelo Banco Mundial, em uma forte união entre governabilidade e

segurança. A verdadeira natureza das ideologias que permeia a reforma educacional se revela quando as concepções ideológicas se tornam concretas nas instituições, justamente como ocorre na América Latina, África e parte da Ásia, onde há forte influência do Banco Mundial, “o ministério mundial da educação dos países periféricos” (LEHER, 2015, p. 19).

Ana Paula Ferreira Agapito (2016) define em seu artigo a LDB e as diretrizes gerais para os cursos de graduação das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas e privadas, determinando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino, em meio a uma perspectiva de ajustes neoliberais, segundo os acordos e práticas selados com o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O FIES E O PROUNI

Tudo o que diga respeito a planejamento educacional brasileiro está instituído no Plano Nacional de Educação (PNE), tendo periodicidade decenal, significando que planos plurianuais devem considerá-lo uma referência necessária. Ele é um articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), sendo a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, os quais, sendo aprovados em lei, devem prever os recursos orçamentários para sua execução (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Sabe-se que o financiamento do governo nacional brasileiro para estudantes carentes do ensino superior privado, através dos programas FIES e PROUNI, foi de relevância para a expansão do ensino superior, como também para o crescimento de grupos empresariais de ensino superior privado, principalmente a partir dos anos 1990. Assim, as ações do Estado, através dos fundos de pensão, se voltam notadamente para privilegiar o setor privado (PEREIRA; BRITO, 2018).

O FIES não é um programa buscado pelos cursos (“nobres”) de Medicina (oriundos de famílias com renda superior a 10 SM (7% da sociedade), Odontologia e Direito; já a preferência por esse projeto vem de alunos com família de renda de até 3 SM, à procura de cursos (“pobres”) de “baixa demanda”, como Matemática, História e Pedagogia. Dessa maneira, o programa ainda não teria atingido seu objetivo de igualdade de oportunidade para todos, sendo um programa de exclusão.

O PROUNI visa preencher vagas nas instituições superiores privadas para estudantes carentes, que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas ou em escolas privadas como bolsista integral, assim como para professores da rede pública de ensino. Considera-se o PROUNI uma política pública distributiva, em razão da existência de cotas, mas tal concepção não é aceitável. Há uma falsa ideia de democratização, pois priorizaria o ingresso de alunos carentes na educação superior brasileira, o que não se efetivou. O Ministério da Cultura, instituidor do PNE, para alcançar as metas fixadas, preferiu conceder “benefícios”, não promovendo “direitos”. O programa é um projeto de parceria público-privado, em vez de um investimento no segmento público; a educação é mercadoria; e a universidade é o lugar do “capitalismo acadêmico” (LEHER, 2004).

O CASO DO GRUPO KROTON EDUCACIONAL

Em 1966, o Curso Pré-Vestibular Pitágoras foi fundado, na cidade de Belo Horizonte (MG). Essa instituição de ensino preparatório, para o então chamado Vestibular, teve como fundadores Walfrido dos Mares Guia Neto, Marcos Mares Guia, Evando Neiva, João Lucas Mazoni Andrade e Júlio Cabizuca.

Com crescente sucesso, em 1972, inaugurou-se o Colégio Pitágoras, para estudantes do então 1º e 2º graus, com cerca de cinco mil alunos. O sucesso continuou nos anos 1980 e, como consequência, no início dos anos 1990, criou-se a Rede Pitágoras. Em 1999, surgiu a Fundação Pitágoras, instituindo projetos educacionais em instituições públicas e privadas. Em início dos anos 2000, inaugurou-se a primeira Faculdade Pitágoras, em parceria com a Apollo International (Arizona, EUA), com novos sistemas de ensino e metodologia. Em 2005, a Apollo vendeu sua participação aos proprietários da Pitágoras. O ano de 2007 foi decisivo para a abertura de capital do Pitágoras na Bolsa de Valores, na BM&F Bovespa, denominando-se, então, Kroton Educacional (KROT11), concretizando uma era de enorme expansão e desenvolvimento da instituição. Em 2013, após várias aquisições, o Kroton se torna a maior empresa de educação superior privada do Brasil e do mundo.

A educação, através do Grupo Kroton, na Bolsa de Valores e nas parcerias bancário-empresariais, sonega a responsabilidade do Estado em sua atribuição constitucional de zelar e assegurar uma esfera educacional pública e de qualidade para todos, não apenas “formalmente” democrática.

Como explicar a educação brasileira na Bolsa de Valores, diante de um país amordaçado entre desigualdades, contradições e exploração da classe docente? Como pode se encarar como normal que, com a educação na Bolsa de Valores, as crises se sucedam em maior ou menor graus, devido às ações e seus valores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando abordamos aqui o panorama da educação superior privada nos anos 2000, ou seja, de 2003 a 2018, fez-se necessário um estudo das redefinições do Estado, assim como da expansão do capital, voltando-nos em direção à doutrina do neoliberalismo, principalmente no que se atém às suas relações com as políticas educacionais na educação superior brasileira.

Nos primeiros anos do século XXI, houve uma proliferação de instituições de ensino superior privadas, além do vertiginoso crescimento de grupos empresariais da educação superior privada, notadamente do Grupo Kroton Educacional, todos beneficiados pelas políticas do FIES e do PROUNI.

Não se pode conceber a Educação unida à Bolsa de Valores! Aquela não pode se subjugar a esta, em uma união absurda e inimaginável há tempos atrás.

Professores são tratados como robôs, enquanto os alunos são “paparicados”, como uma estranha extensão dos acionistas. Se o valor das ações cai, alunado e professorado sofrem as consequências. Professores são demitidos, alunos sofrem cobranças de professores amargurados, inseguros e estressados. Tudo depende das ações na Bolsa de Valores invertidos...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. Brasília: Temporalis, 2016.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente. Bauru: Canal 6, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? Disponível em [www.niepmarx.blog.br>anai...](http://www.niepmarx.blog.br/anai...); acessado em 10/09/19.

BRENNER, Robert. O Boom e a Bolha. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas, SP: Alínea, p. 51-71, 2012.

FERREIRA, S. A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867 – 891, Especial – Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>; acessado em 19/11/2019.

LEHER, Roberto. “Roberto Leher critica a mercantilização da educação”, Aula Magna UEFS, ADUFS, Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, 24/11/2015.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n. 1, 2017.

LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 22 – 25 agosto 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Planejando a próxima década – Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC, SASE), 2014.

PEREIRA, Tarcísio Luiz; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 47, p. 337-354, set./dez. 2018.

PRATES, Daniela M.; OLIVEIRA, Giuliano, C.; FERREIRA, Adriana N.; BALTAR, Carolina T. Financeirização e dinâmica do capitalismo. Notas de apresentação. ECONOMIA e SOCIEDADE, Campinas, Unicamp, IE, v. 26, Número Especial, p. i – vi, dezembro de 2017.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MESA 07

História das Mulheres: Gênero, Direitos e Feminismos

DEBATEDORES:

Izabel Pimentel (UERJ/FFP)

Karla Carloni (UFF)

Cotidiano e trabalho: o trabalho feminino em áreas de seringais do Amazonas (1950-1970)

Agda Lima Brito
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Faperj

Considera-se que a metodologia da história oral nos permite analisar, neste caso, a experiência das entrevistadas nos seringais (PORTELLI, 1997: 30), optamos por dar maior atenção a essas fontes. A história oral nos possibilita analisar a experiência e modos de vida de pessoas ou grupos, possibilitando assim uma mudança de perspectiva acerca de fatos históricos que outrora, privilegiavam a história de “vencedores”. Dito isso, sabemos que a história oral contribui para a história e memória, para compreender as ações de grupos e valores coletivos (ALBERTI, PINSKY, 2008). Sobre as fontes orais Verena Alberti, nos traz uma importante perspectiva metodológica, de como através da oralidade é possível tratar das experiências desses indivíduos:

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado (ALBERTI, PINSKY, 2008: 170).

Conforme aponta Alberti, o trabalho com (quem utiliza) as fontes orais deve ser rigoroso e cuidadoso, uma vez que mesmo que sejam fundamentais para tratar da vivência dessas pessoas, não deve ser tomada como cópia do passado, deve ser analisada de forma detalhada e aprofundada como qualquer outra fonte.

Nossa atenção está em tratar da história desses sujeitos e como principalmente as mulheres contribuíram para a sobrevivência dessas famílias, nas matas amazônicas. Não estamos tentando vitimizar esses sujeitos, a preocupação está além de “dar voz” a esses trabalhadores e trabalhadoras, a questão é mostrar através do testemunho dessas pessoas, reconhecendo seus significados e suas próprias experiências, dessa forma buscando entender

a história de trabalho dessas famílias que viveram nos seringais do Amazonas e como, sobretudo as mulheres, que ficaram durante anos invisibilizadas dentro das matas, com isso dificilmente terão seu trabalho reconhecido pelos setores responsáveis, sofrendo dificuldades para se aposentar, dentre muitas outras questões que serão tratadas sobre o trabalho feminino nos seringais (FERREIRA, 2011: 176).

No âmbito da memória, exploram-se, neste caso, as vivências, as experiências, as memórias e as histórias das mulheres nos seringais, considerando-se que a memória envolve experiências, emoções e sensibilidades, este trabalho de compreensão da vida de pessoas de setores subalternos, não poderia ser realizado caso não se recorresse à entrevista. Como aponta Portelli, “os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute” (PORTELLI, 2009: 2). Acredito que escutar e observar a humanidade destas pessoas é algo que tão somente recorrendo a periódicos, por exemplo, e tendo em conta o tema tratado, não poderia ser resgatado.

Nesse sentido, as discussões em torno da categoria memória acabaram se intensificando no século XX, passada a Segunda Guerra Mundial, historiadores se preocuparam com as questões que surgiam em torno da memória e história, sobre tudo historiadores franceses com as novas questões que foram surgindo, como a história das mentalidades coletivas, por exemplo (FERREIRA, 2011: 175).

Um dos historiadores que sem dúvida contribuiu para os estudos acerca de memória, foi Jacques Le Goff que usa como título do seu livro justamente essa chave “História e Memória” (LE GOFF, 1990), preocupado em destrinchar a categoria memória, Le Goff traz um panorama do desenvolvimento dos usos dessa categoria desde a antiguidade até o século XX, demonstrando que foi no século XX, sobretudo no Pós-Guerra que a memória passa por uma verdadeira revolução e as discussões sobre história e memória ganham cada vez mais o interesse de pesquisadores, dessa forma, entendemos que a história não é memória, mas a memória seria um dos meios de elaboração da história.

Fernando Catroga (CATROGA, 2001) em seus estudos sobre memória e história dialogando com pesquisadores que escreveram sobre memória, como por exemplo, Maurice Halbwachs, Paul Ricouer, entre outros e história como François Hartog, entre outros, nos mostrar como a história está próxima da memória e mesmo não sendo iguais ambas carregam

suas especificidades, mas mesmo assim, estariam bem próximas nos processos de pesquisas, podendo então a memória colaborar com a história.

Para Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 2004: 47) as lembranças são construídas através da interação com outros grupos, formando a memória coletiva. Halbwachs foi um sociólogo que contribuiu consideravelmente para os estudos em torno da memória coletiva, para o autor a memória é formada sofrendo influência dos grupos que convivemos logo a memória individual existe baseada na memória coletiva, uma vez que sofre influência dos grupos que convive. Para o autor, a memória coletiva seria limitada no espaço e no tempo, só que de modo diferenciado, pois precisamos ao narrar determinados casos confiar na memória do outro, “carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou leitura. Mas é uma memória emprestada, que não é minha” (HALBWACHS, 2004: 54). Nos estudos acerca da categoria memória coletiva as observações de Halbwachs são bem conhecidas e utilizada por pesquisadores, pois suas reflexões ajudam a entender a formação da memória coletiva e usos da memória enquanto ferramenta de estudo para a história.

Para Le Goff os estudos acerca da memória têm evoluído e contribuído para a história, sobre a memória coletiva o autor indica que:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990: 410)

Importante frisar o papel de pesquisadores em desconstruir a história do ponto de vista dominante, partindo, portanto, de uma história democrática, preocupada com os usos da memória de forma coerente.

Dito isso sabemos que as fontes sobre mulheres dentro do tema trabalhado e na região que está sendo estudada são escassas, por isso mesmo tentamos dar conta dos trabalhos nos seringais através do trabalho com a memória, entendendo que a história analisa a memória, neste caso através da entrevista e ainda que o depoimento que é colhido no presente sobre o passado, esteja carregado de características do presente e que o entrevistador (ainda que tome todos os cuidados) interfira no depoimento do(a) entrevistado(a) (CATROGA, 2001), o papel

social da história é revisitar a memória e botar em cheque questões que estão sendo colocadas no presente.

AS FAMÍLIAS NOS SERINGAIS

A fim de entender como se dava o sistema de trabalho familiar, onde homens realizavam inicialmente em sua maioria a coleta da borracha (considerados por eles o trabalho pesado) e suas mulheres e crianças realizavam o trabalho da agricultura, com a intenção de evitar comprar gêneros alimentícios nos barracões.

Dentro dessa dinâmica de trabalho, a atividade feminina sofrera uma menor valorização, ainda que essas mulheres tenham uma rotina de trabalho extremamente cansativa, conforme apontam às fontes, entrevistas de homens e mulheres que trabalharam nos seringais nesse período, o serviço feminino acabava tendo um olhar desvalorizado¹³³. Por isso decidimos ter como ponto principal o trabalho feminino nos seringais.

Para realizar a investigação deste tema é válido delinear como foram se dando essas mudanças dentro dos seringais, desde a chegada dessas famílias até depois da Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que no pós-guerra com a crise da borracha, vai ocorrer uma preocupação com o destino econômico da Amazônia. Na realidade a Amazônia sempre foi um problema para o governo federal, vista como uma região que não conseguia se manter sozinha, percebemos como o governo Vargas e seus sucessores até Castello Branco, iram ter o mesmo ponto em comum acerca da região, que será a busca pela integração da Amazônia e seu desenvolvimento (RENHA, 2017: 34).

Portando, sem a fiscalização do Estado, estes trabalhadores nos interiores do Amazonas, que na década de 1940 se apresentaram para o trabalho nos seringais, acabaram tendo problemas com os seringalistas como, por exemplo, o sistema de dívidas. Pois os patrões (os patrões eram também chamados de seringalistas) cobravam deles os utensílios de trabalho, tais como as ferramentas que receberam para o trabalho em meio à mata, como tigelas, entre outros produtos.

¹³³ NOGUEIRA, Raimundo. Raimundo Nogueira. Depoimento [06 Abril 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014./ GUIMARÃES, Antônio. Antônio Guimarães. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014./ Percebemos este tipo de visão presente também no trabalho de WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998, onde a autora aponta a relação de trabalho nos seringais na região do Acre.

As famílias deveriam consumir nos barracões, que vendiam ferramentas, alimentos, remédios. Os seringalistas exerciam uma dupla exploração, como patrões e como donos dos barracões. O consumo nesses espaços contribuía ainda mais para que as dívidas dessas famílias aumentassem. Tudo o que era vendido dentro dos barracões, até a medicação que segundo os relatórios do *Serviço Especial de Saúde Pública* - SESP¹³⁴ deveria ser distribuída de forma gratuita, eram vendidas a preços exorbitantes.

Passada a Segunda Guerra Mundial, outros cultivos vão ter maior evidencia além da borracha. Na realidade em *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas 1943*¹³⁵ já encontramos uma preocupação em instigar o plantio de certos gêneros como coco, castanha, pau rosa dentre outros, a fim de abastecer a cidade de Manaus. Em contrapartida segundo as fontes orais, existia uma pressão por parte dos patrões para que somente a coleta da borracha fosse realizada e as famílias que insistiam em fazer roçados eram consideradas preguiçosas, “seringueiros ruins” (ALBUQUERQUE, 2005: 60), Wolff trata bem dessas dificuldades:

A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos. (WOLFF, 1999: 139)

No entanto esses trabalhadores iram resistir a esse sistema de trabalho, onde principalmente as mulheres iram ser responsáveis pela produção de outros gêneros alimentícios a fim de evitar consumir nos barracões. As famílias que trabalhavam em outros serviços, como por exemplo, os cultivos da roça, acabaram sofrendo maior repressão por parte dos patrões. Acreditamos que esse controle tenha perdurado até o pós-guerra, pois conforme a extração da borracha entra em crise, ocorre um maior empenho do seringalista em manter esse sistema de dívidas para amarrar o trabalhador ao local. Nos *Relatórios do*

¹³⁴ Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro

¹³⁵ Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

Directório do Comercio do Amazonas de 1950 percebemos como os donos de seringais ainda enxergam na extração da borracha, uma saída para a crise na região.

Mas o governo visava criar uma política de recuperação para a região da Amazônia discutida desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. (RENHA, 1999: 46)

No entanto somente em 1953 que foi criada a lei nº1.806 O Plano de Valorização Econômica da Amazônia¹³⁶, tratava – se de uma série de medidas que visavam incentivar o desenvolvimento da região, dentre eles incentivar o desenvolvimento agrícola, destacamos o artigo 1 que resumi parte do plano de valorização:

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.¹³⁷

Acreditamos que a criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a seringa. *Nos Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.

Segundo Rodolfo Coelho e Carlos José a SPVEA não teriam tido êxito em seus planos de desenvolvimento devido a uma serie de fatores que tornavam inviáveis modernizar aquelas

¹³⁶ Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 19 de setembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

¹³⁷ Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 20 de novembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

regiões, a falta de recursos suficientes para isso, seria um desses fatores. Já durante o governo Juscelino Kubitschek seria realizado o planejamento da construção de Rodovias através dos planos de metas, para os autores essas rodovias teriam contribuído para o desmatamento da região conforme aponta Rodolfo:

O principal elemento que deu condições para a ampliação do desmatamento na região foi a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29, atualmente BR-364). Esses dois grandes eixos rodoviários permitiram a formação de muitos povoados, vilas e cidades que, adotando como atividade econômica a agricultura e a pecuária em áreas próximas a essas rodovias, culminaram no desmatamento ao longo dos mesmos. (PRATES, 2011: 608)

Além de contribuírem para o desmatamento nos arredores daquelas regiões, segundo Gilberto Marques (MARQUES, 2013) o governo de Juscelino Kubitschek acabou favorecendo os conflitos na região da Amazônia, uma vez que apoiaram empresários, passando títulos de terras para seus nomes, sobretudo no Pará. Gilberto Marques fala sobre a situação dos trabalhadores: - “Enquanto na nova política se propõe o estabelecimento do capitalismo na Amazônia (como que se, de alguma forma, ele já não estivesse presente), o Programa de Emergência negava o assalariamento entre os camponeses” (MARQUES, 2013: 178)

Então se por um lado ocorriam mudanças nos investimentos na Amazônia e nos incentivos do que seriam produzidos naquele momento, as famílias que trabalhavam no campo, possivelmente continuavam em uma situação difícil. Além disso, a degradação do meio onde viviam, acarretaram tensões no meio do trabalho. Para isso é importante analisar os serviços que realizavam e o cotidiano dessa população na mata.

Nas entrevistas percebemos como estas famílias, sobretudo as mulheres e crianças trataram de trabalhar em outros afazeres, dentre eles os mais presentes são o roçado, plantio de milho, mandioca, tabaco, coleta de castanha, fabricação de farinha, defumação da borracha, pesca, coleta de frutas. Uma infinidade de práticas que eram usadas para ficarem menos dependentes dos barracões.

Ainda que fosse difícil até para os patrões fiscalizar o serviço dos seringueiros, se ele descobrisse que o trabalhador estava vendendo borracha para os regatões (que se tratavam de embarcações fluviais que atracavam na beira dos rios, normalmente de noite para comprar

borracha dos seringueiros escondido dos patrões) ele confiscava toda mercadoria do seringueiro, entre outras práticas mais violentas.

Constatando que no pós-guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos, na realidade essa prática de trabalho análogo ao escravo tem se perpetuado por diversas regiões da Amazônia. Neste sentido, estamos tentando dar conta desse período de 1946 onde existe uma preocupação do governo federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1966 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM que vem atuando até o tempo presente. Estamos tentando entender é o porque de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras.

Se pensarmos que essas mudanças incentivaram principalmente a agricultura, poderemos perceber também que atingiram essas trabalhadoras que tinham como principal tarefa o roçado. Boa parte da família estará envolvida nessa atividade de agricultura e também na extração da madeira, que já está em voga em 1960.

Acreditamos que surge aí outro problema, pois essa degradação do meio onde vivem essas famílias implicara uma quebra com sua cultura de preservação, tendo em vista que aprenderam outras práticas além do trabalho com a terra, como as práticas de cura dependiam da preservação do meio onde viviam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Regina Marcia. Delírios e agruras do látex: o amazonas de 1880 a 1920. Dissertação de Mestrado. Ano de obtenção: 1991.

ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema RO. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. *ANTHROPOLÓGICAS*, ano 16, volume 23(1): 2012.

CHEROBIM, M. —Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. *Perspectivas*, São Paulo, 6:102-107, 1983.

DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. A história das mulheres. *Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. Gênero. NUTEG- Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001- vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.

FERREIRA, Maria Liége Freitas. *Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945)*. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.

LEAL, Davi Avelino. Por uma arqueologia dos seringais. *Revista Canoa do tempo (UFAM)*, v. 1, p. 205-2201, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. N° 9,1997.

LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Dissertação de mestrado. Ufam: Manaus, 2013.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. *Os Degredados Filhos da Seca*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MCGRATH, David. *Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano*. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.

NASCIMENTO, Maria das Graças. O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente- Março. - Nº 11, Vol. II, 1998.

PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. Revista Somanlu, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. 2º Ed. ver. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas- Governo do Estado do Amazonas, 1997.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico. Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R.História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. “Varadouros da Liberdade”: Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre. Projeto História, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

WOORTMANN, Ellen .Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In. Os estudos rurais e estudos urbanos. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

Emancipação Feminina na Primeira República: a atuação de Myrthes Gomes de Campos na busca por direitos civis

Hellen Dayane da Silva Corrêa
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Neste trabalho refletiremos acerca da atuação feminina na busca por direitos civis durante a Primeira República, período no qual a sociedade se modernizava e buscava se inserir nos ideais de um mundo civilizado. Nesse momento, percebemos a construção de uma nova moralidade feminina que moldava e limitava os papéis que as mulheres poderiam exercer. Nesse sentido, é necessário perceber o protagonismo feminino na campanha pela obtenção de seus direitos. Para isso, buscaremos analisar a trajetória de Myrthes Gomes de Campos, primeira advogada do Brasil, destacando-se seu empenho na busca pela emancipação feminina e combatendo a ideia de que a advocacia seria um ofício masculino.

Acreditamos que a escolha do tema e a forma como pretendemos abordá-lo seja relevante para os estudos acerca das relações de gênero. Conforme apontam Raquel Soihet e Joana Maria Pedro, é a partir da década de 1960 que a historiografia deixa de dar ênfase somente a aspectos econômicos e passa por mudanças significativas revendo sua metodologia e conceitos teóricos. A partir daí, vemos a importância assumida pela história social que passa a ressaltar “as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos da história” (SOIHET, PEDRO, 2007: 285), bem como suas lutas e reivindicações.

O final da década de 1970 trouxe consigo a necessidade de fazer com que as mulheres não fossem pensadas a partir de uma identidade comum. Segundo Maria Izilda S. de Matos, preocupações emergiram fazendo com que a mulher fosse entendida a partir de suas pluralidades e especificidades, de acordo com o contexto social ao qual ela pertence (MATOS, 1998: 71). Soihet e Pedro afirmam ser necessário revelar que existem “múltiplas diferenças dentro da diferença, ou seja, entre mulheres, como entre homens, embora não se pudesse esquecer as desigualdades e relações de poder entre os sexos” (SOIHET; PEDRO, 2007: 287). Assim, a ideia universal de mulher deixa de existir, passando a serem consideradas as diferenças relativas à raça, classe, etnia, sexualidade e diferenças políticas.

Conforme afirma Margareth Rago, na década de 1980 a historiografia deixa de pensar o sujeito universal, as ações individuais e as práticas coletivas, predominantemente masculinas, ampliando-se o leque temático em relação aos novos agentes sociais. Esse tipo de estudo se preocupa em resgatar a história das mulheres e mostrar que elas são capazes de questionar, na prática, o discurso desqualificador (RAGO,1995: 81-84). Conforme aponta Maria Izilda S. de Matos, “a presença crescente nas mulheres em diferentes espaços instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos históricos e objeto de estudo” (MATOS, 1998: 67). Com isso, há o surgimento de um universo feminino próprio no qual as mulheres são consideradas sujeitos capazes de fazer sua história e investir contra as manifestações de poder.

MYRTHES DE CAMPOS E OS EMPASSES PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Durante o final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações decorrentes, sobretudo, da Proclamação da República, em 1889, e da abolição da escravidão, em 1888. Com o objetivo de se inserir nos ideais do mundo capitalista, o Estado precisava ser modernizado e reorganizado, o que incluía pensar a ruptura com as práticas de um passado arcaico. A construção de uma nova moralidade feminina é parte desse processo. Maria Angela D’Íncão aponta para o surgimento de uma nova mulher na família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Idealizava-se um lar aconchegante, filhos educados e uma esposa dedicada (D’ÍNCÃO, 2013: 235). Para Cláudia Fonseca:

(...) a receita para uma mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado Positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. (FONSECA, 2013: 529)

Sendo assim, apesar de um discurso de modernização, as mulheres ainda estariam direcionadas, sobretudo, à maternidade e ao casamento. Rachel Soihet afirma que “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal” (SOIHET, 2013: 363) foram características imputadas às mulheres a fim de garantir uma atitude de submissão e um comportamento que não ferisse sua honra.

Nesse período, algumas mulheres passaram a reivindicar seus direitos políticos e sociais, dentre elas Myrthes Gomes de Campos. De acordo com Lúcia Maria Guimarães e Tânia Maria Bessone Ferreira, Myrthes Campos nasceu em 1875, no município de Macaé. Ao concluir o Ensino Médio, ingressou na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e obteve seu diploma de bacharel em 1898. Myrthes Campos precisou se empenhar, primeiramente, para que seu diploma fosse reconhecido. Guimarães e Ferreira apontam que o presidente da Corte, o desembargador José Joaquim Rodrigues, considerava que a jovem não poderia exercer a advocacia, pois acreditava que o foro não era um ambiente propício para o sexo feminino. A demanda pelo reconhecimento demorou meses e, após o registro ter sido concedido na Corte de Apelação, restava ainda um obstáculo: a legitimação profissional. Isso só poderia acontecer após a filiação de Myrthes ao Instituto da Ordem de Advogados, o que seria um fato inédito no Brasil (GUIMARÃES; FERREIRA, 2009: 136).

Em julho de 1899, devido ao pedido de filiação de Myrthes Campos, o Instituto da Ordem de Advogados Brasileiros divulgou um parecer discutindo a seguinte questão: “Uma mulher que possui diploma de bacharel em Direito, dadas as condições de capacidade moral, pode exercer a advocacia?”. Ressaltou-se, em primeiro lugar, que as atribuições do lar, inerentes ao sexo feminino, não precisavam ser a única aspiração da mulher e que aquelas que se sentissem à vontade em se dedicar somente a família poderiam escolher não exercer funções públicas. Além disso, tratando de questões biológicas, foi rejeitada a premissa na qual o homem teria “a força do corpo e a intrepidez da alma para afrontar os perigos e as fadigas e a mulher uma compleição fraca e delicada que a torna mais própria da vida sedentária” (IOAB, 1899: 307). Foi defendida a ideia de que a mulher seria tão inteligente quanto o homem e que não ocupava grandes posições públicas por não ter acesso à educação de qualidade. Ao tratar do Direito Romano, que negava à mulher o exercício da advocacia por acreditar que esse seria um “ofício viril”, foi defendida a ideia de que a mulher já exercia cargos públicos, tais como os o magistério, e que em países europeus, como no caso da França, a mulher já podia ser advogada. Por fim, foi declarado que a proibição ao exercício da advocacia deveria estar expressa na lei e que todo aquele que adquiriu um diploma poderia, sem restrições, exercer o ofício.

Com os argumentos apresentados acima, foi emitido um parecer favorável à inscrição de Myrthes Campos no Instituto dos Advogados Brasileiros. Entretanto, o requerimento de

admissão ficou sem resposta durante meses. Mesmo diante de tais dificuldades, Myrthes não desanimou e estabeleceu escritório na rua da Alfândega, nº 83, no centro do Rio de Janeiro. Logo após, ela foi admitida no Tribunal do Júri e conseguiu licença para exercer a advocacia. Em agosto de 1899, a advogada estreou na Tribuna. Sua primeira causa se referia a uma agressão e, embora por si só não despertasse muito interesse, o Rio de Janeiro não falava de outra coisa. O Paiz noticiou que Myrthes Campos chegou na Tribuna às 11:00 da manhã, acompanhada de sua mãe, vestindo “custoso vestido de seda preta, guarnecido de gaze branco nos punhos e na gola” (O PAIZ, 1899: 1). Por essa descrição, percebemos que a advogada buscava adaptar a vestimenta tradicional dos advogados para o sexo feminino. O local estava cheio e ao receber a palavra, Myrthes aproveitou para falar do papel da mulher na sociedade:

Envidarei, portanto, todos os esforços, afim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada.

Cada vez que penetramos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível a mulher em quase todas as partes do mundo civilizado (...) devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada.

Tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso é de se esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial, como pensam os portadores de antigos preconceitos (O PAIZ, 1899: 1)

Dessa forma, podemos notar que em seu primeiro caso na Tribuna, sob o olhar de muitos curiosos, Myrthes de Campos ressalta que, apesar de estar consciente do difícil caminho que teria pela frente, se esforçaria em prol da emancipação feminina. A advogada apresenta argumentos que demonstram a necessidade da mulher ter consciência de seu papel na busca pela igualdade entre os sexos. Além disso, mostra-se empenhada em exercer com responsabilidade a função que lhe foi confiada e em provar ser uma profissional competente. Ao encerrar a defesa dos direitos das mulheres, Myrthes afirma ainda que “se não nos emanciparmos perante a lei, não podemos deixar de ter a emancipação de consciência, que é peculiar de toda pessoa instruída” (O PAIZ, 1899: 1).

Seguindo para a apresentação dos argumentos em defesa do réu, Myrthes de Campos demonstrou um grande domínio sobre o Código Penal. Em primeiro lugar, realizou uma análise da embriaguez em suas diversas fases para que, caso houvesse uma sentença, a responsabilidade do acusado fosse minimizada. Além disso, para tentar desclassificar o delito,

a advogada realizou um estudo médico legal para a análise da lesão. Por fim, procurou testemunhas para acabar com os argumentos apresentados pela promotoria e terminou pedindo a absolvição do acusado. Após a reunião do conselho para a discussão do caso, o réu foi absolvido por 11 votos. “Ouviru-se nova e prolongada salva de palmas, sendo a oradora cumprimentada por grande número de pessoas presentes” (O PAIZ, 1899: 1).

Apesar de Myrthes de Campos ter ganhado as páginas dos jornais, o Instituto dos Advogados Brasileiros não havia emitido pronunciamento sobre o parecer que havia sido favorável à admissão da advogada na instituição. Foi somente em 1 de dezembro de 1899, em um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, que o Dr. Carvalho Mourão apresentou as “Razões e Fundamentos da opinião contrária ao parecer da comissão do Instituto de Advogados” em um artigo intitulado “A mulher advogada ante a legislação vigente”. Mourão repeliu a igualdade entre os sexos, argumentando que a maioria das nações civilizadas não aceita que a mulher exerça cargos públicos; que advocacia é um ofício viril e, portanto, incompatível com as aptidões femininas; que intelectualmente a mulher é inferior ao homem; que a lei limita a capacidade civil da mulher casada; que a mulher que cursa Direito deveria buscar, apenas, saciar sua curiosidade científica; que o diploma “não é o único requisito para ser advogado” (MOURÃO, 1899: 1). Por fim, ressaltamos que Mourão rejeita o argumento de que a palavra “homem”, na Constituição, seria uma referência a gênero humano. Sobre isso, Mourão afirma o seguinte:

Imagine-se que na época em que foram redigidas as Ordenações a interdição da advocacia às mulheres fosse um preceito imperativo que modelava ao sabor de sua intenção as crenças, os sentimentos íntimos do povo portuguez, pelo influxo constante de uma tradição ininterrupta de pelo menos 17 seculos de império dessa lei em todo ocidente da Europa, de modo a não concorrer nem mesmo com a ideia de reclamar a faculdade absurda para a opinião; tão forte era a autoridade do costume. Seria, nessa hypothese, racional optar entre as duas acepções possíveis do vocábulo, pelo sentido genérico que abrangesse as mulheres (MOURÃO, 1899: 1)

Sendo assim, podemos notar que Mourão embasa sua argumentação na necessidade da permanência da tradição e dos costumes e reforça os estereótipos femininos já mencionados acima. Essa seria, portanto, mais uma contradição de uma sociedade que adotava um discurso de modernização. A modernidade se apresenta conservadora e limitada, não permitindo que as mulheres ocupassem determinados espaços e restringindo sua atuação profissional. A filiação de Myrthes Gomes de Campos ao Instituto dos Advogados Brasileiros demoraria

ainda 7 anos. Em 29 de junho de 1906, o Correio da Manhã noticiou a formação de uma Comissão Especial para discutir o exercício da advocacia por mulheres. “Posta a votos ficou resolvido, por 15 contra 9, que não há lei que proíba a mulher formada em direito de exercer a advocacia” (CORREIO DA MANHÃ, 1906: 3). Resolvida essa questão, Myrthes Campos finalmente se filiou ao Instituto em 12 de julho de 1906.

A ATUAÇÃO DE MYRTHES DE CAMPOS

Conforme buscamos demonstrar, a Primeira República foi marcada pela busca das mulheres por igualdade em relação aos homens, sobretudo quando se tratava de seus direitos e do seu posicionamento enquanto sujeitos capazes de direcionar as decisões relativas à sua vida profissional e pessoal. Myrthes de Campos fez parte de um quadro de mulheres que demonstraram forte resistência aos papéis designados para cada gênero. No campo da jurisprudência, a advogada publicou artigos em diversos periódicos de grande circulação no período, tratando da necessidade de se estabelecer o sufrágio feminino e, inclusive, o aborto. É importante ressaltar que o primeiro assunto era pauta de grande parte dos movimentos feministas da época. Contudo, o segundo era uma questão bastante controversa e pouco discutida, o que faz com que a advogada ganhe destaque no assunto.

Ao tratar de tais questões, o tom utilizado por Myrthes de Campos era moderado. Notaremos que não se pretendia romper totalmente com os valores da época e, tampouco, alterar os padrões de dominação social. Almejava-se, sobretudo, a conquista de direitos políticos e, por isso, o movimento feminista que Myrthes integrava recebeu inúmeras críticas voltadas, sobretudo, para a suposta aceitação das relações de poder que incidem sobre a família.

Contudo, Soihet aponta para a necessidade de compreendermos que as feministas da Primeira República se valeram dos meios que estavam disponíveis para garantir a concessão de direitos para as mulheres, o que não significa que elas se colocaram em uma posição de submissão. A autora ressalta que ir contra a família seria uma afronta direta para a sociedade e dificultaria a aprovação das medidas aspiradas. Para ela, as referidas feministas “(...) embora aceitando certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente, buscam sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma” (SOIHET, 2000: 106). Além disso, a autora lembra a necessidade de pensarmos

o movimento em consonância com o contexto no qual ele estava inserido. Baseada em E. Thompson, Soihet afirma: “(...) consideramos que aquelas mulheres, conscientes do tempo e do espaço em que estavam inseridas, seguiram a trilha mais adequada para atingir seus alvos” (SOIHET, 2000: 107).

Em 20 de julho de 1913, Myrthes de Campos publica um artigo em *A Época* tratando justamente das atitudes exageradas adotadas pelas chamadas sufragistas. A princípio, a advogada menciona a tentativa de promover danos materiais à catedral de São Paulo, que havia sido alvejada com uma bomba de dinamite. Para ela, esse tipo de atitude só serviria para causar má impressão, não colaborando em nada com as aspirações do movimento feminista. “Desastradamente, mais um argumento fornecem assim aos adversários, e cada vez mais vão prejudicando a justa causa que mal defendem!” (CAMPOS, 1913: 2). Em seguida, Myrthes apresenta uma série de mulheres que ficaram longe de agitações revolucionárias radicais, mas que mesmo assim provaram a capacidade intelectual feminina. Ao final do artigo, a advogada afirma crer “que a insânia das sufragistas não perturbará a harmonia universal e que a mulher moderna (...), sem abandonar o papel de esposa e mãe tende cada vez mais a ser colaboradora do homem, na sua múltipla ação na vida” (CAMPOS, 1913: 2). Com isso, podemos perceber que Myrthes defendia que a emancipação feminina aconteceria sem que houvesse alterações no papel que a mulher poderia exercer. Ser boa mãe e esposa seria algo natural e não comprometeria a capacidade intelectual feminina. Estando de acordo com Raquel Soihet, acreditamos que isso não a faz menos engajada no movimento feminista, apenas a coloca como uma mulher de seu tempo, que reivindica um maior espaço de atuação sem, no entanto, fazer afrontas diretas à ordem e à moralidade instauradas.

Ao tratar do sufrágio feminino, Myrthes de Campos apresenta o mesmo tom moderado. Em “Comentário Jurídico sobre o voto feminino”, a advogada esclarece que a busca pelo voto em nada afetaria as relações familiares, pois não se tratava de uma revolução moral e não haveria nenhuma pretensão em fazer com que a mulher estivesse em uma posição superior à dos homens. Seriam, portanto, desnecessários os “preconceitos sobre a supposta desorganização da família e a imaginária rivalidade entre os sexos” (CAMPOS, 1929: 67). O voto apenas seguiria uma determinada lógica “que colocou a mulher no mesmo pé de igualdade com o homem, desde que as condições de trabalho se tornaram as mesmas para ambos os sexos” (CAMPOS, 1929: 67). Dessa maneira, as aspirações políticas seriam

consequências do que já se vivia. Se as mulheres já ocupavam cargos na indústria, no comércio e nas profissões liberais, não haveria motivos para que o voto fosse negado a elas. Além disso, Myrthes argumenta que não existe obstáculo constitucional para o sufrágio feminino, pois se a Constituição não estabeleceu de forma direta os direitos das mulheres, ela também não os vedou.

Em “Voto feminino e Serviço Militar”, além de reafirmar as questões apresentadas acima, a advogada expõe outros argumentos. Myrthes salienta que no campo da jurisprudência a mulher ocupa cada vez mais espaço, já que o alistamento feminino teria se tornado frequente. Constitucionalmente e doutrinariamente, a questão do voto feminino já teria sido discutida e aprovada. Para ela:

Liquidada está a dúvida sobre a constitucionalidade do voto feminino, desde a aprovação em 1ª discussão dos projetos de lei que expressamente o autorizavam, tendo sido apresentadas em épocas diversas na Câmara e no Senado. Doutrinariamente é também vencedora a pretensão feminina, apoiada pelo Congresso Jurídico convocado pelo Instituto de Advogados em 1922, assim como pelas opiniões de juristas como Rui Barbosa, Clovis Bevilacqua, Affonso Celso, Manoel Villaboin, Agenor de Roure, Araújo Castro, Arthur Lemos, Evaristo de Moraes, Levi Carneiro, actual presidente do Instituto de Advogados e outros (CAMPOS, 1929: 4).

Seguindo na construção de seu artigo, Myrthes de Campos constrói argumentos que rebatem a ideia de que a mulher não poderia votar, pois não era obrigada ao serviço militar. Para a advogada, deve-se, em primeiro lugar, evitar combates e procurar soluções diplomáticas que levem à paz:

Em vez de multiplicarmos os combatentes, procuremos suavizar a dureza dos combates e preparemos uma mentalidade nova, fundamentalmente contrária a solução pelos conflitos, se não for para converter em realidade o sonho magnânimo da paz universal, ao menos para reduzir ao mínimo possível a guerra já algumas vezes evitada pela arbitragem (CAMPOS, 1929: 4).

Além disso, a advogada afirma que, mesmo havendo a possibilidade de guerras e a necessidade do aumento do número de soldados, o alistamento feminino não deve ser uma condição para o sufrágio, pois a Constituição não prevê essa necessidade. Myrthes aponta, ainda, que muitos homens não são obrigados a se alistar, como seria o caso dos membros do legislativo, do judiciário e de deficientes, e nem por isso seriam impedidos de votar. Ademais, conforme a advogada mostra, historicamente não faltam exemplos de grandes mulheres que

se destacaram no campo de batalha, dentre elas Joana D'Arc, Annita Garibaldi e as próprias amazonas. Myrthes ainda menciona a importância das enfermeiras durante os conflitos: “Esquecem os que reclamam da mulher eleitora o concurso das armas, que não menos valiosos que os serviços dos combatentes, são o de hygiene e assistência como factores de vitória” (CAMPOS, 1929: 4).

O último ponto que trataremos é o aborto. O fato de Myrthes de Campos ter tratado desse assunto muito nos chamou atenção, pois, conforme já mencionado, ele não costumava aparecer nas pautas do movimento feminista da época. Além disso, o posicionamento da advogada mostrou-se bastante interessante pois, como veremos, ela não via o aborto como uma questão moral e sim como um direito da mulher que deveria ser respeitado em caso de estupro. Ao publicar “O direito ao aborto” em O Paiz, Myrthes mostrou-se bastante cautelosa, já que sabia que a discussão do assunto poderia provocar grande alvoroço. No início do seu artigo, a advogada comenta que historicamente o aborto já foi permitido, sendo uma escolha da mulher. Para ela, a doutrina jurídica que rege o assunto só teria sofrido mudanças para que a existência humana fosse garantida desde a concepção. Além disso, a teologia, aparada na ciência, já teria considerado a interrupção da gravidez um pecado, devido à necessidade de proteção da vida. “Parece que se dissiparam as dúvidas a respeito, ficando reconhecido o dever de protecção ao ser humano, desde o seu início, o que está de accordo com princípios biológicos que demostram ser “o óvulo fecundado uma vida em evolução” (CAMPOS, 1915: 2).

Entretanto, a Dr. Myrthes ressalta que os argumentos apresentados acima foram amplamente contestados. Na França, por exemplo, já eram realizadas propagandas sobre o direito ao aborto. Alguns médicos, como Klotz-Forest e Magdalena Pelletier, chegaram a considerar que a interrupção da gravidez seria um meio para a completa emancipação feminina:

A ousadia da médica francesa chega ao ponto de, depois de commentar scenas tragicas de suicídio e de aborto criminoso, motivadas pela vergonha da maternidade illegitima e pelas difficuldades econômicas afirmar que graças ao aborto estes desfechos diminuem de frequência; deixarão de existir, quando a lei, cessando de fazer o aborto um crime reconhecer o direito da mulher só ser mãe, quando quiser (CAMPOS, 1915: 2).

Contudo, Myrthes considera que o exemplo francês deve ser totalmente rejeitado. Para ela, essa seria “assombrosa defesa dos direitos da mulher” (CAMPOS, 1915: 2). Não se deveria colocar o triunfo de uma causa social em detrimento da recusa pela maternidade:

Entendo que a mulher, como o ser consciente, deve assumir a responsabilidade dos seus actos, praticado livremente, aceitando as consequências naturaes do amor, a despeito das dificuldades economicas que lhe possam acarratar a existência do filho, mesmo no casamento, e affrontando os obstáculos sociaes á maternidade illegitima. E’ contra o preconceito que rebaixa a mãe e o filho natural que se deve dirigir a companhia emancipadora (CAMPOS, 1915: 2).

Como podemos notar acima, Myrthes não vê o aborto como um meio para atingir a emancipação feminina. Para ela, o que deve ser alterado é a rejeição vivida pela mãe que teve uma gestação fora do casamento e que cria seu filho sem a presença do pai. A sociedade, nesse caso, deveria apoiá-la e não discriminá-la; essa sim seria uma forma de emancipação.

Para a advogada, a única exceção para a realização do aborto seria a de gravidez em caso de estupro, já que a mulher não teve escolha e sua dignidade teria sido ferida. Myrthes argumenta que, nesses casos, um filho seria o mesmo que impor “encargos a que não pôde ser obrigada, visto decorrerem de acto dependente exclusivamente de uma violência sofrida” (CAMPOS, 1915: 2). Além disso, diversos Códigos Penais já reduzem as penas do aborto em tais circunstancias, não sendo absurdo que, futuramente, a interrupção da gravidez seja aceita em caso de violação sexual. Myrthes argumenta ainda que não se pode colocar os direitos de um feto em detrimento dos direitos de uma mulher, impondo a ela viver as consequências de uma maternidade desonrosa e exposta a grande depreciação social. Por fim, a advogada afirma que o direito ao aborto deveria ser estendido, inclusive, às mulheres que foram abusadas durante a guerra. Nesses casos, a sociedade não teria vantagens em manter vidas geradas por uma ação de tão extrema violência e perversidade. A advogada afirma que:

Encarando a questão de modo geral, (...) creio que em caso incontestável de estupro, não tem vantagem a sociedade em conservar vidas geradas nas piores condições, portadoras de maos factores hereditários, revelados pela manifesta perversidade de quem se faz autor de actos brutaes de erotismo, que é com o alcoolismo, no dizer de Lauessan “o hábito passional que representa maior papel como fonte particular da criminalidade”

Myrthes de Campos ressalta que o direito ao aborto não impede que as mulheres decidam ter seus filhos. Entretanto, aquelas que escolhem dar à luz, muitas vezes não

conseguem “suportar as penosíssimas consequências de uma maternidade humilhante” (CAMPOS, 1915: 2) e acabam abandonando seus filhos. Se assim acontecer, essas crianças serão de responsabilidade do Estado que “recebendo anonymamente esses infelizes, que sem direito á paternidade, perdem também as vantagens que pela maternidade, talvez futurosamente pudesse conferir a lei civil, regulando a sucessão” (CAMPOS, 1915: 2).

A partir do que foi apresentado, podemos concluir que Myrthes Gomes de Campos exerceu um importante papel enquanto sufragista e defensora dos direitos das mulheres. A advogada fez parte de um contexto no qual se iniciavam as discussões relativas à emancipação feminina no Brasil e obteve destaque em debates relacionados ao voto feminino e ao aborto, estando inserida em um quadro de colaboradores que fizeram com que as mulheres pudessem ter acesso a determinados direitos que a elas eram negados. Portanto, defendemos que a atuação profissional direta de Myrthes de Campos no campo da jurisprudência contribuiu amplamente para a compreensão do engajamento feminino na luta por seus direitos civis e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

O Paiz, RJ, 28 de setembro de 1899.

Correio da Manhã, RJ, 29 de junho de 1906.

CAMPOS, Myrthes Gomes de. “A propósito das sufragistas”. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1913.

_____. “O Direito ao aborto (resposta à questão formulada pelo dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres válidas na guerra?)”. O País, Rio de Janeiro, 9 nov. 1915.

_____. “Commentario jurídico sobre o voto feminino”. Arquivo Judiciário, Rio de Janeiro, v.9, jan. 1929.

_____. “Voto feminino e serviço militar”. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 jan. 1929.

Instituto da Ordem de Advogados Brasileiros. “Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência do IOAB”. Revista do IOAB, Rio de Janeiro, v.81, jul 1899, p.305-313.

MOURÃO, Carvalho. “A mulher advogada ante a legislação vigente”. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1899.

BIBLIOGRAFIA

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Contexto, 2013.

FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Contexto, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone. “Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina”. In: Revista do Instituto de Estudos de Gênero, v.9, n.2. Niterói, RJ, 2009.

MATOS, Maria Izilda S. de. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. Cadernos Pagu, 1998, v. 11, p.67-75.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes dos (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-84.

_____. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs). Masculino Feminino e Plural. Florianópolis: Ed: Mulheres, 1998.

SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquistado espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. Revista Brasileira de Educação, 2000, n.15, pp.97-117.

_____. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Contexto, 2013.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. Revista Brasileira de História, 2007, vol.27, n.54, pp.281-300.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, 1995, v. 15, n.2, p. 71-99.

Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: a trajetória de um Grupo de Feministas em Belo Horizonte

Natália Silva Elias
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a trajetória de um grupo de mulheres que atuou na sociedade belo-horizontina entre 1975 e 1980. Essas mulheres, estudantes universitárias, brancas e de classe média, se mobilizaram e formaram um grupo de estudos, para discutir teorias feministas. Escreviam também denúncias sobre o período repressivo e questões feministas no jornal alternativo “De Fato”. Em agosto de 1980, organizaram um ato público em resposta ao assassinato de duas mulheres por seus companheiros, movimento que ficaria conhecido como “Quem Ama Não Mata”. Em 2018, quase quarenta anos depois, num novo contexto político, realizou-se novamente o mesmo ato, com a participação do grupo original e outras mulheres, em resposta a novos feminicídios ocorridos no país. Interessa-nos apresentar a trajetória dessas mulheres e suas contribuições à sociedade em relação aos avanços das discussões feministas no Brasil.

Na primeira metade da década de 1970, sete universitárias, estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) se juntaram em Belo Horizonte e formaram um grupo de estudos para discutir questões que permaneciam no silêncio do indizível. Queriam descobrir e desvendar aquilo que era proibido ao feminino. O sexo e o gozo, o corpo e seus tabus; as relações entre os sexos, os relacionamentos afetivos e seus desdobramentos na subjetividade de cada uma delas: “A busca pelo prazer, claro todas nós tínhamos 23, 24 anos e estávamos loucas para ter nossos orgasmos maravilhosos. E cadê esses orgasmos que não chegavam?”. (SILVA, 2017a). O espaço público se tornou palco para o debate de assuntos antes reservados ao espaço privado. O que motivava essas mulheres era o desejo de discutir a fundo as disparidades de gênero, entendê-las e combater as opressões sob o feminino, fazendo transformações necessárias, nas mentalidades e ações: “Eu brinco que éramos as *bad girls!*”. (SILVA, 2017a). O grupo era formado pelas jornalistas Mirian Chrystus de Melo e Silva; Elizabeth Maria Fleury Teixeira; Elizabeth Cataldo; a economista Márcia Flausina; a

advogada Elizabete Almeida Assunção; Lúcia Afonso, bacharel em Letras; e Cátia Gallauer.

Antes de prosseguirmos é de fundamental importância ressaltar que, a partir das entrevistas com essas mulheres – realizadas segundo a metodologia de História Oral – é possível perceber a rememoração subjetiva de cada uma dessas mulheres, cada qual com sua lembrança do período. É importante, pois, levar em consideração as questões da memória dividida: demonstrar aqui que o objeto de estudo desse trabalho não é uma história ou uma memória dominada, nem tão pouco construí-la como dominante ou oficial. Seguindo Portelli, é importante ressaltar que a questão não é discutir uma memória versus outra, e, sim, destacar que são múltiplas memórias fragmentadas, com diversas influências culturais, sociais e ideológicas, e que a grande diferença entre elas está na transformação das representações sem fatos por parte de cada memória. (PORTELLI, 1996: 103-130)

A trajetória dessas mulheres foi impactada em 1975 com o Ano Internacional da Mulher. Foi realizado no Rio de Janeiro no mesmo ano, o Seminário sobre Feminismo com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mirian Chystus relata que:

Então, eu vi uma notícia no Jornal que ia haver um Congresso Feminista, um Encontro Feminista no Rio de Janeiro. Aí, eu resolvi, eu peguei minha malinha, fui pra rodoviária, fui pro Rio. [...] Ali, eu aprendi duas coisas: o que que era uma sociedade dividida em classes e como é que a mulher participava dessa divisão na sociedade. [...] Mudou a minha forma de perceber a vida, a questão da mulher. (SILVA, 2020a)

Foi a partir dessa experiência que Mirian Chystus voltou a Belo Horizonte, com a ideia de organizar um Seminário na capital: “[...] participo desse Congresso no Rio e volto pra Belo Horizonte pensando por que não fazer algo semelhante aqui. Aí, eu juntei com umas duas, três amigas lá do *Jornal de Minas*, jornalistas também, a Beth Cataldo, a Beth Fleury.” (SILVA, 2020a).

Em um primeiro momento, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG foi contatado, com a proposta de realização do Seminário, mas houve resistência por parte da diretoria. O desejo de realizar o Seminário, no entanto, se manteve, e foi com a ajuda de Afonso Paulino, dono do *Jornal de Minas*, que no ano de 1975 se realizou o “Mulher em Debate”. Nos testemunhos, é possível perceber os embates políticos dentro do *Jornal de*

Minas, que sempre colocam Afonso em uma posição de extrema direita e que, posteriormente veremos, viria a contribuir para a saída de vários jornalistas da redação:

O cara de direita, de extrema direita, convivendo com torturador no DOPS, uma coisa estranhíssima, mas, ao mesmo tempo, muito, muito liberal [...] Ele tinha um respeito muito grande em relação aos jornalistas, o tratamento que ele nos dava, mas enfim. Conversando com ele, eu comentei do meu desapontamento em relação a essa ideia que a gente tinha, e ele falou, “eu vou bancar esse Seminário pra vocês. Você me fala que vocês precisam. (SILVA, 2020a)

Apesar da recusa por parte do movimento estudantil, o espaço físico do DCE foi disponibilizado e em outubro de 1975, durante três dias, aconteceu o Seminário, que teve a participação de vários profissionais e intelectuais que discutiram sobre temas relacionados à questão da mulher. Assim, constituíram a primeira celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975 em Belo Horizonte.

Assim, no testemunho de Mirian Chystus, existe a afirmação de que o Seminário abriu espaço para a fundação do grupo de estudos:

Aí, a gente cria esse grupo, que é um grupo pequeno... A gente falou: “Olha, a gente vai fazer um grupo de estudos”. [...] umas seis ou oito mulheres que participavam desse grupo... você tinha a Cátia Gaulier, que era uma suíça que morava aqui, Beth Fleury, Beth Cataldo, Beth Almeida, que era uma advogada recém-formada, eu, Lúcia Afonso, que era uma poeta, participava. (SILVA, 2020a)

Em todos os testemunhos existe a construção de uma narrativa que coloca o grupo de estudos intrinsecamente ligado à redação do jornal alternativo *De fato*, que veio a ser fundado no final de 1975 com a saída de vários jornalistas do *Jornal de Minas*, após uma matéria publicada sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog:

O jornal De fato nasce então desse esforço contra a ditadura. A gente teve a morte do Vladimir Herzog, [...] foi barbaramente torturado durante dois ou três dias, e depois foi dito que ele tinha se matado, quando a gente sabe hoje que Vladimir Herzog foi morto sobre tortura. Então, aquilo foi tão chocante para nós jornalistas que trabalhávamos no “Jornal de Minas”, [...] houve uma saída em massa do “Jornal de Minas”. (SILVA, 2020a)

A partir da criação do jornal alternativo, os encontros passaram a ocorrer no bairro Floresta em Belo Horizonte. Dividiam-se então entre reuniões sobre feminismo e pautas jornalísticas. Os encontros para discussões feministas aconteciam uma vez na semana, tendo

divergência nos testemunhos, mas sendo possível afirmar, aos finais de semana. Eram feitas leituras, e dentre elas são citadas Simone de Beauvoir, Bett Friedan, Helleieth Saffiotti, Engels, Marta Harnecker, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Branca Moreira Alves.

As mudanças na cultura, na sociabilidade, construídas a partir do movimento de contracultura nos anos 1960 e as novas filosofias do começo dos anos 1970 tiveram impactos significativos na construção de novos símbolos e significações na vivência dessas mulheres belorizontinas. As autoras citadas anteriormente, e suas obras, podem ser vistas como grande influência vinda dos movimentos feministas que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Europa na década anterior. É que, mesmo em uma conjuntura política repressiva, a partir do golpe de 1964, o Brasil seguiu diretrizes tecnocratas, possibilitando a transição de pensamentos, ideologias e conseqüentemente o contato com os movimentos contraculturais dos países centrais:

Aqui, a própria estrutura de poder organizada a partir do Golpe, com base na Doutrina de Segurança Nacional era de natureza tecnocrática e serviu de esteio para a consolidação de um parque industrial transnacional, integrando o país no circuito capitalista desenvolvido, ainda que de forma dependente. [...] Se, por um lado, o Estado propugnava por um controle cada vez maior da sociedade brasileira, por outro, em virtude de sua opção pelo desenvolvimento atrelado ao capitalismo transnacional, essa mesma sociedade se tornava permeável, via indústria cultural, ao internacionalismo. (CAPELLARI, 2007: 8)

Ainda, fazendo um adendo às características desse grupo de mulheres, referente às manifestações contraculturais, é possível perceber a construção de uma estética que ia de frente às normas construídas socialmente como padrão de feminilidade: “Nessa data, você tinha toda uma estética, como eu sempre digo, a gente estava numa ditadura, e estava também na época dos hippies, que era... era negação do consumo, a negação.” (SILVA, 2020a). Assim, o movimento feminista criava naquele momento uma resistência aos padrões estabelecidos, que permitia às mulheres determinarem novas práticas que podiam ser tanto no âmbito político quanto no simbólico.

Relevante pois, dizer que, o grupo de estudos tinha a característica de um grupo intelectual e de reflexão, com um caráter de formação política e de apreensão de saberes, adquirido no contexto social e político dos anos 1970 no Brasil, no espaço de experiência na luta contra a ditadura. Portanto nos cabe o pensamento de Sirinelli, ao definir a

intelectualidade como produto de ações políticas e/ou difusoras da cultura, abrangendo indivíduos no âmbito da criação ou mediação, assim como a inserção na coletividade, de modo a contribuir nas decisões de caráter conjunto:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador, não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003: 248)

Sendo assim, ao passo que, com maior acúmulo de informações e também visibilidade criada a partir da realização do Seminário *Mulheres em Debate*, o grupo foi ganhando espaço e notoriedade na sociedade belorizontina, passando então a ser um ponto de referência para as discussões sobre “questões da mulher”. As ações realizadas entre 1975 a 1977 dizem respeito a convites e realizações de palestras em escolas, entrevistas para a imprensa e debates relacionados a datas específicas como os dias das mães e/ou oito de março.

Ainda que fizessem essas ações como forma de conscientização é importante ressaltar que era um grupo formado por mulheres brancas, de classe média/média alta e que afirmavam e reafirmavam suas identidades como mulheres intelectuais. Mantinham uma consciência de classe, e era visível para elas o cruzamento entre os dois marcadores sociais: gênero e classe, mas a teoria não levava à prática. Não se dialogava com mulheres metalúrgicas, de classes sociais menos favorecidas ou mulheres negras. Havia um distanciamento entre os grupos, que pode ser atribuído também à falta de compreensão ou aceitação entre um e outro, com mais ênfase nas pautas feministas que eram vistas como algo fora do padrão.

Nesse período, em meados de 1977, o grupo começa a ter suas primeiras divergências internas, contribuindo para o desmantelamento do mesmo. Ligado a essas divergências se encontra novamente o jornal *De Fato*, onde o grupo se destacou na atuação, ocupando o espaço discursivo dentro da Imprensa Alternativa. Essas mulheres, a partir de suas discussões, estudos e debates levaram para o “*De Fato*” pautas feministas, utilizando-o como porta-voz, produzindo matérias sobre aborto, violência contra mulher, mulheres domésticas e outras pautas.

A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: O ALTERNATIVO *DE FATO*

Durante as décadas de 1970 e 1980, especialmente ligados à explosão dos movimentos de contracultura no Brasil, constituindo novas formas de resistência e na busca pela liberdade de expressão, período esse ainda marcado pela censura derivada do regime ditatorial, surgia por todo Brasil a imprensa alternativa com jornais, revistas e periódicos criados na busca por um espaço em que poderiam se desvincular da chamada grande Imprensa:

Entre os meios encontrados para a expressão livre das idéias, neste contexto, estavam a chamada imprensa alternativa designada também de underground, tropicalista, marginal, nanica, não-alinhada, emergente, poesia jovem, entre outros vocábulos com suas múltiplas conotações e contradições, usados genericamente como sinônimos perfeitos de produção literária independente. (BARROS, 2003: 63)

Assim, na busca por uma via para se expressarem, inserindo-se neste fenômeno político e cultural que permeava o Brasil, foi criado o jornal *De Fato*. Jornal alternativo que circulou mensalmente entre 1976 e 1978 em Belo Horizonte contando com vinte e sete edições. O jornal foi idealizado pelo jornalista Aloísio Moraes e foi fruto de uma intensa mobilização de vários outros jornalistas que trabalhavam no Jornal de Minas como dito anteriormente. É pois, com o cruzamento sempre perceptível entre o jornal e o grupo de mulheres, que veio constituir diversas matérias de cunho feminista ao alternativo, utilizando-o como porta voz para tais pautas sobre a mulher. Foram diversas as matérias: sobre as precárias condições de empregadas domésticas, prostituição, críticas a concursos de beleza, violência doméstica, e tantas outras, não cabendo neste trabalho a análise de todas pela sua grande extensão.

Na edição de número cinco do alternativo, de julho de 1976, o aborto foi tema central em sua capa. A matéria feita por Mirian Chystus e Elizabeth Almeida, contou com quatro páginas e possui um caráter crítico e descritivo sobre o assunto:



Jornal DeFato - Capa da Edição número 5 – Julho de 1976

Levando em conta o aspecto discursivo, é importante ressaltar a premissa dessas matérias de cunho feminista, à qual expunham o lugar social em que as mulheres se encontraram durante tanto tempo, ao privado. Em uma forma de denúncia, as mulheres dentro do *De Fato*, conseguiram transportar em sua linguagem, esses temas, ao público. “Nos processos discursivos, passa a ser possível para os interlocutores a projeção do lugar social da feminista enquanto posição, enquanto *formação imaginária*.” (CESTARI, 2008). Ainda que não fosse um jornal eminentemente feminista, essas denúncias e explicitação do privado, passaram então a ganhar o espaço público, quando colocavam em cheque e transportavam para o âmbito do dizível, aquilo que se manteve no silêncio por tanto tempo.

O alternativo foi portanto, um espaço em que essas mulheres inseridas na conjuntura política brasileira com suas repressões no período ditatorial conseguiram dar voz ao indizível, superando matrizes patriarcais profundas, levando a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais. Assim, essas mulheres permaneceram entre leituras, reuniões, ações e escrita jornalística, de 1975 até a primeira metade do ano de 1977. Nesse ano, no entanto, o grupo já contava com algumas dispersões. Nesse período o *De Fato* passou por uma mudança administrativa e no perfil de sua redação, com a entrada, de acordo com as

entrevistas, de pessoas ligadas ao movimento estudantil, de esquerda mais radical, construindo assim a ideia de duas fases de funcionamento da Redação:

Você tinha essa linha, digamos, progressista, mas num determinado momento, o pessoal da esquerda, que estava todo na clandestinidade, com o *De Fato* tendo uma notoriedade e uma penetração muito grande no mundo estudantil, que a gente tirava uns cinco mil exemplares a cada quinze dias, [...] a esquerda resolveu participar do jornal *De Fato*. Mas resolveu, também, radicalizar a linha do Jornal. Então, eles entram de uma forma muito organizada. (SILVA, 2020a)

Foi assim, nessa segunda fase que houve a expulsão de alguns integrantes do jornal, quando os mesmos fizeram uso de substância ilícita depois de uma reunião na sede do jornal. Após a decisão de desligamento de alguns integrantes da redação do jornal, ocorreu o suicídio de um dos participantes, meses depois. Esse fato acabou gerando uma divisão, entre aqueles que foram expulsos e outros que decidiram se afastar do *De Fato*, e os que permaneceram até os momentos finais de seu funcionamento em 1978. Consequentemente houve também um “racha” entre as mulheres do grupo de estudos, por exemplo com a decisão de Elizabeth Fleury de abandonar as reuniões e o jornal alternativo: “Eles expulsaram amigos nossos. Um deles se matou enforcado pelo pescoço [...] eles foram expulsos do grupo, porque fumaram maconha na redação do “*De Fato*””. (TEIXEIRA, 2020).

Esse também era um momento em que essas mulheres estavam amadurecendo, tentando transformar suas vivências a partir das experiências universitárias, com produções em suas áreas, buscando estabilidade financeira e profissional:

Era um momento de busca de carreira, você tinha que construir uma carreira profissional, era um momento muito difícil. Pessoas também estavam se casando. Construindo uma definição de, amadurecendo. Além do mais nós tivemos um “racha” político seríssimo. (TEIXEIRA, 2020)

Assim, em 1978 o grupo de estudos já estava disperso, e cada uma dessas mulheres, com novas trajetórias, constituindo família e/ou trabalhando em outros locais. Mas, a história de atuação, no entanto, não termina aqui.

UM ATO DE REVOLTA: “QUEM AMA, NÃO MATA” EM DOIS TEMPOS

Em julho de 1980, em Belo Horizonte, no intervalo de quinze dias em apenas um mês, ocorreram dois assassinatos de mulheres em detrimento do machismo estrutural. Maria

Regina dos Santos Souza Rocha e Eloísa Ballesteros foram mortas por seus respectivos maridos, Eduardo Souza Rocha e Márcio Stancioli. A repercussão foi grande na imprensa, havendo então um reagrupamento, que contou novamente com algumas integrantes do antigo grupo de estudos. Com a participação desses distintos grupos, foi idealizado o Ato “QUEM AMA NÃO MATA”.

Mirian Chystus explica que o ato não teve relação direta com o grupo de estudos, uma vez que esse já estava disperso, mas é possível ver a partir dos testemunhos, a participação de Elizabeth Fleury e Elizabeth Cataldo na organização, assim como a presença de Márcia Flausina e Elizabete Almeida no dia do ato, como espectadoras. Elizabeth Fleury explica: “Nós estávamos dispersas, do ponto de vista do grupo de mulheres, meio que o balão que desinflou, tipo isso. Mas nós estávamos o tempo inteiro articuladas nesses lugares todos, espaços que a gente trafegava era praticamente os mesmos.” (TEIXEIRA, 2020).

O ato se desenvolveu como uma passeata em 18 de agosto de 1980, fazendo o trajeto da Avenida Afonso Pena até a Igreja São José em Belo Horizonte. Ali, nas escadarias da igreja, contou-se com a presença de mais de quinhentas pessoas, mulheres de diversas faixas etárias, assim como a presença de homens que se uniram à causa. Iniciado às 16:30 horas, com os participantes portando rosas vermelhas e velas às mãos, o trajeto se iniciou, se reunindo no centro da cidade, espaço estrategicamente escolhido, para que às 17 horas contasse com discursos e declamação de poemas na junção de diversas organizações, que elaboraram falas referentes aos acontecimentos e em memória às mulheres vítimas de violência conjugal. Assim, o ato foi feito, que repercutiu na Imprensa, na Rede Globo e no resto do Brasil, colocando em evidência a violência contra a mulher no aspecto de comunicação de massas. Como ação efetiva, em decorrência do mesmo, foi criado o *Centro de Defesa da Mulher-Núcleo MG* e, meses depois, o *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher* (CDDM). Assim, o CDDM se evoluiu, em conjunto com novos grupos e lideranças, resultando no *Conselho Estadual da Mulher*, criado pelo então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

O ato “Quem Ama Não Mata”, pode ser visto, portanto, como um das primeiras movimentações em Minas relativa à implementação de políticas públicas, em defesa aos direitos das mulheres, que se desdobrou em diversas ações ao longo dos anos, repercutindo durante décadas no imaginário e memória das mulheres presentes.

Ainda, destacamos uma das facetas mais fantásticas da história dessas mulheres, quando trinta e oito anos depois, em um conjuntura política totalmente diferente, inserida em um contexto dos novos feminismos, se reuniram em 2018 para novamente realizar o ato QUEM AMA NÃO MATA. A indignação permaneceu sendo a mesma: a violência contra a mulher, a partir de novos episódios de assassinatos de mulheres por seus receptivos companheiros. Mas agora, com o advento da tecnologia e novas formulações nas teorias de gênero/feministas, o que fez com que a organização do evento demandasse mais tempo e novas abordagens. A partir de uma narrativa interseccional, na negação de definições essencialistas da feminilidade, com uma ótica reflexiva a partir da subjetividade e pluralidade do ser feminino, ultrapassando as experiências e vivências de mulheres brancas de classe média como uma definição universal das opressões de gênero, o feminismo a partir do final da década de 1980 carregava novas formas de atuação:

Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. (NARVAZ, 2006: 647-654)

Ainda que de uma maneira geral seja aceita a ideia de três fases ou três ondas do feminismo, é importante ressaltar que tal campo não sustenta uma linearidade, apesar de suas diversas atuações em diversos momentos históricos possuírem bases teóricas comuns: “a percepção de que inúmeras desigualdades e violências são geradas em nossa sociedade por causa das diferenças produzidas a partir das relações de gênero – o masculino e o feminino.” (GUIMARÃES, 2020: 4). Assim, no artigo *Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro*, Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto oferecem uma nova ótica reflexiva a partir de obras de teóricas feministas:

Apesar de ser uma periodização artificial, de certo modo linear, ela é recorrentemente reproduzida em publicações feministas. Clare Hemmings (2009) e Joana Maria Pedro (2006), entre outras, criticam o caráter reprodutivista comum nas publicações feministas sobre tais periodizações. Hemmings (2009) oferece um útil contraponto ao caráter “etnocêntrico” angloamericano presente em narrativas como estas. Para a autora, é como se o feminismo radical dos anos 1970 ignorasse a diversidade no movimento e somente as teóricas feministas pósestruturalistas a tivessem denunciado. Jane Gallop (1997) enfatiza que parte dessa crítica das teóricas feministas pós-estruturalistas aos “fetiches essencialistas” da categoria “mulher” de suas predecessoras obscurece os contextos e, portanto, os momentos históricos,

essencializando a categoria “feminista dos anos 1970”: “Não somente mulhernão é um universal atemporal, mas nem as feministas o são: não podemos ser eternamente atualizadas” (Gallop, 1997:17). Como aponta a autora, as críticas devem levar em conta “os diferentes momentos de linguagem” a que cada época oferece ao feminismo. (GONÇALVES; PINTO, 2011: 25-46)

É a partir desse contexto que se transita entre terceira onda, pós feminismo, ou ainda, uma quarta fase a partir da virada do século XX para o XXI, com revoluções tecnológicas, colocando o(s) feminismo(s) na categoria digital a partir da larga utilização das redes sociais. Esse momento de efervescência nas redes sociais em 2018 foi palco para as primeiras discussões para a realização do segundo ato, logo após a repercussão na grande mídia em julho do mesmo ano, em relação ao assassinato da advogada Tatiane Spitzner, arremessada do sexto andar pelo seu marido, em Guarapuava, no Paraná. Como explica Mirian: Conversando no facebook com a Hélia, aí vem aquela história, a gente comenta “nossa que absurdo, mais uma mulher que morreu, [...]Daí ela falou, “quem sabe em reeditar o QUEM AMA NÃO MATA”. É mesmo... aí eu lancei a ideia no facebook. (SILVA, 2020a).

No intervalo de quase quarenta anos, o contato entre as mulheres do grupo original formado em 1975 se perdeu. Apenas em 2018 Beth Fleury foi contatada. Em 2018, o nível de organização se torna maior, principalmente em relação às mudanças percebidas por ela e pelas outras mulheres, dentro do movimento feminista. Ainda que pensassem na junção de novos movimentos identitários, houve a dificuldade de aderência de mulheres da nova geração, da juventude feminista atual: “moças jovens de uma geração mais nova, que poderiam pensar numa renovação. Coisa que não aconteceu, que nosso movimento continua um grupo de mulheres da nossa geração”. (TEIXEIRA, 2020). Nesse processo de organização outro ponto de dificuldade se deu na busca pela representação de mulheres negras, que pudessem contribuir no dia: “É aliás, foi muito difícil conseguir a representação das mulheres negras no nosso ato. Nós ficamos quase dois meses tentando conseguir uma representação que falasse no ato.” (SILVA, 2020a). Apesar disso, conseguiram construir uma programação que abrangesse diversas representações de mulheres. Assim o Ato foi realizado, dessa vez, não mais nas escadarias da Igreja São José, mas na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade, em frente ao Sindicato de Jornalistas de Belo Horizonte. Realizado de forma artística e cultural também, não contou com uma passeata, mas na centralização e concentração em

forma de evento, com uma estrutura totalmente diferente da anterior. Teve início às 18 horas do dia nove de novembro.

Assim, após a realização do segundo ato QUEM AMA NÃO MATA, constituiu-se novamente um grupo, caracterizado por Mirian como um grupo político cultural: “A gente funcionou quase como uma agência de cultura. Assim, são caracterizadas agora como “Movimento Feminista Mineiro - Quem Ama Não Mata”, e continuam fazendo ações na divulgação das teorias feministas na sociedade Belo Horizontina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois atos realizados por essas mulheres mantêm características semelhantes mesmo com o intervalo de décadas, à exemplo do distanciamento do grupo de mulheres brancas das mulheres de outras camadas sociais e das negras em especial, assim como a dificuldade no diálogo com a esquerda em sua maior expressão com partidos políticos. Essas duas características tem um ponto fundamental que põe em xeque as discussões relacionadas aos três imbricadores sociais: gênero, classe e raça. Em suas memórias e em suas representações do passado vivido, existe a forte narrativa sobre a intelectualidade que vem da experiência universitária e da posição que ocupavam dentre da classe média/média alta. O distanciamento então pode ser visto e analisado quando nas décadas de 1970 e 1980 as mulheres negras ou inseridas em outras camadas sociais estavam fora do ambiente científico e acadêmico, sendo perceptível nos testemunhos a ideia de raça e classe estarem sempre relacionados à pobreza. Existe ainda a construção de uma identidade do movimento feminista de segunda onda, que abarcava a liberdade sexual, como um eixo central de discussões, o que provocava ainda mais o distanciamento entre esses grupos identitários. As pautas se chocavam quando expostas, o que traz à tona também a discussão da diferença entre o movimento feminista e o amplo movimento de mulheres.

Décadas depois, mesmo que em maior diálogo, e na tentativa de uma organização mais plural, a bolha intelectual, de mulheres brancas e de classe média/média alta dos anos 1970 e 1980 se manteve por exemplo na organização do ato de 2018. Não houve a incorporação de outros grupos, como mulheres negras e mulheres mais jovens no processo criativo e organizacional do ato, estando presentes apenas na efetivação do mesmo, como representação e com certo espaço de fala no evento. Assim sendo, podemos afirmar que,

dentro desse aspecto de um grupo feminista de reflexão e disseminação de ideias, nos dois momentos, não houve uma definitiva incorporação e abertura de demandas (para além do espaço “cedido” em 2018) para as pautas identitárias de outras mulheres.

Ainda que na tentativa de adaptação relativas às mudanças dentro dos debates contemporâneos sobre feminismos, essas mulheres permanecem com discussões que carregam desde as décadas de 1970 e 1980, mesmo que em suas representações haja a construção de novas identidades que se distinguem entre as épocas analisadas. No entanto, analisando suas ações, é importante ressaltar o processo de incorporação dos discursos, na interdiscursividade, que começa a acontecer ao longo das décadas, trazendo não apenas de uma maneira espontânea nas bases, mas o cruzamento de narrativas e de pautas que viriam a se desenvolver até o momento presente, ou seja vários fragmentos de discursos que nascendo em vários pontos do tecido social, vão aproximando, se chocando ou se juntando para o surgimento de novas causas e pautas. Neste sentido, por mais que os grupos feministas e de mulheres mantivessem diferenças em suas pautas e ações, não podem ser compreendidos como fenômenos estanques. Muitas são as mulheres que participaram e participam de um e de outro, bem como muitos são os momentos em que os diferentes movimentos se encontram, se irmanam em torno de um mesmo objetivo, incorporando narrativas, discursos e a construção de identidades. Deixemos aqui um pequeno, mas impactante trecho de Mirian Chyustus: “Você tem morte, amor e resistência política, são três coisas que unem os dois atos. Cada ato foi expressão de um determinado momento cultural e político do país.” (SILVA, 2020a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Periódicos:

DE FATO, edição nº 5, julho de 1976.

Fontes Orais:

ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/202

_____. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020.

SILVA, Flausina Márcia. (b) Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 19/05/2020.

SILVA, Mirian Chystus (a) Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

_____. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020 .

TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016.

_____. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Patrícia Marcondes de. “A imprensa alternativa brasileira nos ‘anos de chumbo’”. v. 11, n. 2. Umuarama: Akrópolis, 2003.

CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: Um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. Publicado em: Língua, Literatura e Ensino. Maio de 2008 – Vol. III.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. Cadernos Pagu, Campinas, n. 36, p. 25-46, janeiro-junho de 2011.

GUIMARÃES, Gêssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. v. 12, n. 29, e0107. Florianópolis:Tempo e Argumento, jan./abr. 2020

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.v. 11,n. 3. Psicol. estud. Maringá: Dec.2006

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.).Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 248.

ZUBA, Fernando Horta. *Jornal de Minas: Histórias que ninguém leu*. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2018.

Feminismo na imprensa carioca: conquistas de direitos, relações de gênero e suas representações (1910-1950)

Vívian Marcello Ferreira Caetano
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

“Nessa questão de feminismo há uma coisa que me intriga: As mulheres como usarão a barba e os bigodes?”¹³⁸. O trecho da revista *Fon-Fon* revela uma prática utilizada por muitas revistas ilustradas no período. Esses periódicos utilizavam o humor e a irreverência na abordagem de temas sobre a política e a sociedade brasileira. Dentre tais temas, destacam-se as questões femininas, com muitas críticas nas quais o deboche era uma arma significativa. Segundo Rachel Soihet, os usos da sátira e das caricaturas como forma de expressão crítica sobre os acontecimentos políticos e sociais estiveram “intimamente relacionados com o processo de expansão dos periódicos impressos” (SOIHET, 2003: 1). A imprensa do período passou a ser vista como importante instrumento veiculador dos novos ideários, cabendo à linguagem gráfica do humor retratar o ambiente de tensões e lutas por meio da deformação ou exagero nos traços.

Nesse sentido, o que se pretende aqui é discutir as representações da mulher presentes nas revistas ilustradas e as construções da imagem do feminino e do masculino durante a primeira metade do século XX, pontuando algumas dimensões que revelam a pluralidade e a complexidade dessa produção. Pretendemos analisar, também, o quanto essas representações auxiliaram no projeto burguês conservador para a manutenção do padrão feminino considerado correto e na tentativa de esvaziamento e enfraquecimento do feminismo entre as mulheres. Para isto utilizamos os periódicos *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*, como fonte e objeto, por considerá-los formadores e reprodutores de opiniões e comportamentos sociais. Focalizamos na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde a modernidade chegava com avanços tecnológicos, científicos e com as reformas urbanas.

Para Ilka Stern Cohen, as revistas ilustradas eram concebidas como “objeto de lazer, que se revelaram essencialmente normativas, definindo o papel social e determinando os padrões de comportamento desejáveis para a mulher na época”. (COHEN, 2013: 117). Assim, muitas leitoras se identificavam com os conteúdos dessas revistas e seguiam suas orientações,

¹³⁸ “Reflexão de Simplicio”. *Fon-Fon*, Anno IV, n.22, 28 de maio de 1910.

pois, eles eram apresentados como exemplos a serem seguidos e copiados, auxiliando na coesão interna da classe dominante. Como já destacamos anteriormente, vários mecanismos foram utilizados para abafar os movimentos feministas que ocorriam no mundo e que chegavam com força no Brasil. As charges, piadas e ironias faziam parte destas táticas para enfraquecer e desmobilizar as mulheres com a causa feminista. Desde o início do século XX, é possível perceber esse aspecto. Para Susan K. Besse, a imprensa restringia a compreensão e a aceitação do feminismo pelo público associando seguidamente o movimento com questões que eram marginais para o problema da emancipação das mulheres (BESSE, 1999: 89). Neste contexto, a mulher para conquistar sua independência, além da luta para ascender aos espaços públicos, enfrentava questões de ordem moral.

O termo *charge*, conceito adotado neste artigo, refere-se a uma forma de representação humorística, caricatural e de caráter potencialmente político que satiriza um fato específico. Neste processo, as revistas, em detrimento dos jornais, foram consideradas o suporte ideal para comportar tais mudanças, porque a periodicidade dos semanários permitia melhores condições para receber as ilustrações que demandavam tempo para serem produzidas. Os humoristas e caricaturistas encontraram nesta imprensa moderna um espaço fértil para a produção de figuras e desenhos alegres e jocosos que, além de inovarem uma imprensa carregada pelo rigor e pela austeridade dos noticiários verbais, alcançava um novo tipo de público: a população analfabeta. Assim, de maneira fácil e interpretativa conseguia-se passar a posição crítica da revista sem precisar escrever nada, apenas através da representação contida na charge.

As charges, fotografias e artigos eram utilizados para divulgar estas ideias, pois como Ana Maria Mauad destaca, são:

Janelas que se abriam para o mundo representado na foto, tais revistas contribuíram, em grande medida, para a generalização da crença da verdade fotográfica. Ao mesmo tempo que através de suas crônicas e notas sociais, impunham valores, normas e criavam realidades, num processo que transformaria a cidade em cenário e a burguesia em seu principal ator. Sendo assim, foram importante instrumento, desta classe social, para a naturalização das suas representações através da imposição de uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo sobre todas as outras possíveis: (MAUAD, 1990: 206).

Assim, naquele contexto, com o comportamento feminino reivindicador de uma participação maior na sociedade sendo visto como uma ameaça à ordem estabelecida, sob o signo dos interesses masculinos, na qual se teme a perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros, a imprensa fazia seu papel de divulgação e manutenção do padrão feminino. Então, juntamente com outras áreas, a imprensa reiterava o discurso da mulher obediente, casada e mãe.

De acordo com Margareth Rago, a luta pela afirmação da mulher, diante destes padrões comportamentais, envolve a “necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina”. (RAGO, 2014: 134). Renato Ortiz, ao analisar Pierre Bourdieu, afirma que, na divisão entre classes dominante e dominada, temos uma classe dominante que deseja: “(...) conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação (...) Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de ‘subversão’ o que implica em confronto permanente”(ORTIZ, 1983: 22-23).

Então, enquanto esse “estatuto de dominação” era imposto sobre as mulheres, as mesmas manifestavam seu “inconformismo” lutando pelos seus direitos. Era um momento em que as mulheres perceberam que podiam ser ouvidas, não precisavam mais se manterem caladas diante de insatisfações. Percebemos que há um “confronto permanente” das revistas ilustradas com a questão feminina. Assim, elas utilizam de estratégias antifeministas para ridicularizar o feminismo. Vejamos a seguinte charge presente na revista *Careta*:

Figura 1:



Fonte: *Careta*, Anno VII, n 341, 31 de janeiro de 1914

Legenda: Machou-se? Qual macho couce! Foi um couce feminino...

A charge acima ilustra como o comportamento feminino havia mudado. A mulher não ficava mais quieta ao ser assediada e isso incomodava muito os homens. Em 1928, na *Fon-Fon*, podemos perceber este incômodo por parte deles:

O feminismo, igualou as mulheres aos seus companheiros na terra e ... adeus galanteios e rapapés, adeus combates singulares, adeus rompantes quixotescos pagos com sorrisos! A mulher tornou-se forte, guarneceu barcos de regatas, jogou tênis, basket-ball, luta romana e box e, por fim, passou a andar armada de agressivos guarda-chuvas, com cabos desta grossura e feitos de pedra mármore...⁷

No trecho acima, podemos deduzir que a escrita masculina parece ser de alguém que relatava uma experiência própria, e que estava indignado com o feminismo e as novas atitudes das mulheres. As charges e os escritos humorísticos, são constantes nessas revistas, fazendo uma representação do feminismo com mulheres loucas ou masculinizadas, como vemos neste trecho da revista *O Malho* em 14 de abril de 1936:

Creio que não há mais dúvidas sobre os triumphos do feminismo. Isto é: as mulheres masculinizam-se. Porque será que as prophetisas do novo credo, são quase todas feias? (...) Se o feminismo continuar nessa marcha de fáceis conquistas, os dias serão tristemente contados. A volta do matriarcado será então a maior do século. Uma vez este instituto inicial da vida collectiva reorganizados, si algum perigo novo o ameaçar, como o advento de um terceiro sexo!⁸

A partir do texto notamos novamente a questão de desqualificação do movimento feminista. O periódico passava uma ideia de que toda mulher feminista era masculinizada e feia. Como afirma Rachel Soihet, destacam-se: “(...) a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconstância, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens”. (SOIHET, 2003: 595). Assim, era considerado o surgimento de um terceiro sexo, entendido como um “perigo novo o ameaçar”. Nesse ponto, a revista pode estar se referindo às mulheres homossexuais. Pois, como afirma Judith Butler, “uma sociedade com a relação binária da sexualidade determinada, anula a multiplicidade de uma sexualidade que romperia com a hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica”. Sendo assim, acreditamos que o feminismo por romper com a superioridade

⁷ “Feminismo”. *Fon-Fon*, Anno XXII, n.15, 14 de abril de 1928.

⁸ “A volta do matriarcado”. *O Malho*. Anno XXXV, n. 152, 30 de abril de 1936.

masculina atingiria sua identidade de gênero, construída culturalmente. Assim, ““a lésbica” emerge como um terceiro gênero, prometendo transcender a restrição binária ao sexo, imposta pelo sistema da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2017: 47).

A imprensa divulgava frequentemente a ideia de que mulheres feministas poderiam se tornar lésbicas, devido ao suposto ódio estimulado contra os homens. A sexualidade feminina era um alvo importante para alcançar a manutenção da ordem e das hierarquias. Sendo assim, várias publicações ofendendo e atacando a moral e a conduta femininas eram relacionadas ao feminismo. Pois, enfraquecer aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo do patriarcado.

Acreditamos que os valores patriarcais do período colonial serviram como referência ao longo da história do Brasil, se mantendo presentes, então, na construção da modernidade durante a república, principalmente no que se refere ao direito de família e à mulher. Assumindo contornos diferenciados, o patriarcalismo permanece nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais do país. Isto porque, mesmo com as grandes mudanças que ocorriam, como a abolição oficial da escravidão, a grande imigração e o processo de urbanização e de industrialização, a subordinação e dependência da mulher em relação ao homem “se mantiveram ainda por um longo tempo, mesmo que disfarçadas sob um verniz de modernidade” (SCOTT,1990: 16).

Uma estratégia utilizada constantemente pela imprensa era relacionar o feminismo à desmoralização feminina. O radicalismo agressivo e a masculinidade atribuídos às mulheres que se diziam feministas podem ser observados numa publicação da revista *Careta* de 10 de agosto de 1946, com o título de “Perigo feminista”. No texto é destacado que na Itália foram espalhadas várias placas nas estradas com recomendações para tomarem cuidado com os mosquitos, na imagem da placa havia uma “mulher volutuosa com a seguinte legenda: “cuidado com a Greta Squito. Mete-se na cama com qualquer um”⁹. Segundo o artigo, o feminismo tornava as mulheres promíscuas, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo sexual. A revista mostra sua posição machista com o intuito de descaracterizar o real significado e as lutas das feministas. Não esqueçamos dos valores da pureza e da virgindade como garantias da honra feminina, sendo o principal exemplo a Virgem Maria.

⁹ “Perigo feminista”. *Careta*. Anno XXXIX, n. 1989, 10 de agosto de 1946.

Portanto, a mulher que pensa, que fala, que escreve, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia, solteira e altamente perigosa. Nesse sentido, a modernização precisava encontrar limites, principalmente no que tange à divisão de papéis sexistas e à religião. Um exemplo dessa preocupação estava na matéria da *Fon-Fon* do dia 24 de janeiro de 1920:

Quando um homem procura imitar uma mulher, usando maneiras afeminadas, pondo carmim nos lábios e cintando suas roupas ao ponto de bem moldarem as formas toda a gente, com um risinho irônico de mofa, logo exclama: lá vae um autentico almofadinha¹⁰.

A partir do texto, podemos notar que a ideia passada sobre masculinidade é a de um homem autossuficiente, independente, descuidado consigo mesmo, com sua saúde, com seu corpo, pois como afirma George Boris:

O comportamento que a maioria das culturas e das sociedades costuma definir – e conseqüentemente reforçar – para os homens como adequadamente masculino é construído através de um conjunto de manobras de defesa: temor às mulheres; temor à expressão de qualquer tipo de feminilidade, particularmente sob a forma da ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros. (BORIS, 2000: 25).

Vemos, a partir da citação acima da revista, que a masculinidade é construída pelo homem através do medo do que os outros vão pensar ou falar de suas atitudes: ou ele nega veementemente tudo o que a sociedade não quer que ele seja, ou ele será considerado um “não homem”: um homossexual, o símbolo da negação e do avesso, o homem que quer ser “mulher” e é passivo. Esses atributos assim definidos como “masculinos” se manifestam como a identidade do homem, assim como os atributos ditos “femininos” como a identidade das mulheres.

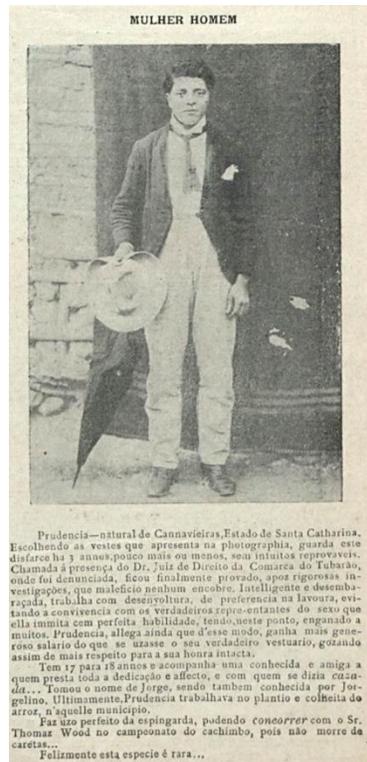
Nesse sentido, a “mistura” de características masculinas e femininas, evidenciada nas revistas *O Malho* e *Fon-Fon* neste período da década de 1920, abria uma discussão acerca do surgimento de um “novo” homem neste momento de modernidade. Estaria o homem iniciando sua trajetória de mudança, no mesmo momento em que se alterava a condição feminina? O feminismo estaria afetando também a condição masculina na sociedade? Defendemos a ideia de que para o homem também foi um tempo de mudanças, de adaptação à entrada das mulheres em espaços antes somente ocupados por eles. Surgiram neste período

¹⁰ “Coisas”. *Fon-Fon*. Anno XIV, n. 4, 24 de janeiro de 1920.

novas vestimentas e produtos destinados aos homens influenciando, assim, na vaidade masculina. Acreditamos que o patriarcalismo, também pese para os homens. Há um medo de ser taxado com estereótipos femininos. As revistas ilustradas através do humor e da ironia, tentavam afastar essas possíveis alterações nas relações de gênero, buscando, ao mesmo tempo, enfraquecer as lutas feministas e, assim, proteger a honra e a virilidade masculina.

Ainda no início do século XX, vimos que não eram somente o feminismo e a feminização do homem que preocupavam a sociedade. Mas, também, os casos de transgêneros. Nos levantamentos sobre as representações do feminismo feitos nos periódicos, encontramos uma matéria em cada enfatizando casos ocorridos no Brasil. Sabemos que as questões de gênero vão além da condição feminina, mas no período raramente encontramos notícias como estas e, por escassez de fontes, essas relações acabam não sendo aprofundadas. Nosso foco principal nesta pesquisa continuam sendo as questões femininas, mas não podemos deixar de abordar este assunto, até porque está intimamente relacionado às mudanças ocorridas nas relações de gênero como um todo. Assim, o primeiro caso encontrado foi publicado na revista *O Malho* no dia 25 de junho de 1910, com a seguinte fotografia:

Figura 2:



Fonte: *O Malho*. Anno IX, n.406, 25 de junho de 1910.

Legenda: Mulher Homem. Prudencia - natural de Cannaveiras, Estado de Santa Catharina. Escolhendo as vestes que apresenta na fotografia, guarda este disfarce há 3 annos, pouco mais ou menos, sem intuitos reprováveis. Chama à presença do Dra. Juiz de Direito da Comarca do Tubarão, onde foi denunciada, ficou finalmente provado, apoz rigorosas investigações, que maleficio nenhum encobre. Inteligente e desembaraçada, trabalha com desenvoltura, de preferencia na lavoura, evitando a convivência com os verdadeiros representantes do sexo que ella imita com perfeita habilidade, tendo, neste ponto, enganado a muitos. Prudencia, alega ainda que desse modo, ganha mais generoso salario do que se uzasse o seu verdadeiro vestuário, gozando assim de mais respeito para a sua honra intacta. Tem 17 para 18 annos e acompanha uma conhecida e amiga a quem presta toda dedicação e affecto, e com quem se dizia cazada... Tomou o nome de Jorge, sendo também conhecida por Jorgelino. Ultimamente, Prudencia trabalhava no plantio de colheita do arroz, n'aquele município. Faz uzo perfeito da espingarda, podendo concorrer com o Sr. Thomaz Wood no campeonato do cachimbo, pois não morre de caretas... Felizmente esta espécie é rara...

Naquela época, os casos transsexuais eram vistos como “inversão sexual” (NEWTON, 2008). Este discurso associa homossexualidade feminina com “masculinização” (como era feito constantemente com as feministas), com especial ênfase na questão da vestimenta. Considera-se que o olhar de quem fotografa está direcionado para o cotidiano, com intuito de captar um efeito estético ou de notícia, podendo gerar assim uma visão parcial da realidade. Esta publicação nos mostra um problema de gênero e de sexualidade vivido no período. Segundo Luciana Bittencourt, as fotografias:

Retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e aprofundam a compreensão da cultura material, sua iconografia e suas transformações ao longo do tempo. Mais ainda, a análise de registros fotográficos tem permitido a reconstrução da história cultural de alguns grupos sociais, bem como um melhor entendimento dos processos de mudança social, do impacto do colonialismo e da dinâmica das relações interétnicas: (BITTENCOURT, 2004: 199)

Nesse sentido, a maneira como ela se vestia e o uso da espingarda evidenciam elementos que remetiam ao gênero com o qual ela se identificava (o masculino), mas que não representava os padrões sociais determinados como “naturais femininos”. Ou seja, a revista entendia o homem-trans Jorge (Prudencia), como uma mulher que se vestia de homem, e ainda vivia acompanhada, assumindo um relacionamento com outra mulher, evidenciando sua homossexualidade. Fato este que foi invalidado e desqualificado pelo periódico quando é enfatizado que sua “honra está intacta”, ou seja, não houve penetração e sua virgindade estava mantida. A revista evidencia essa informação como uma forma de justificativa para a mulher se vestir de homem, dando a entender que ela estava fazendo isso apenas para preservar sua

virgindade e ganhar um salário melhor, como podemos observar em: “Prudencia, alega ainda que desse modo, ganha mais generoso salario do que se uzasse o seu verdadeiro vestuário, gozando assim de mais respeito”. Fato que, neste caso, acabava dando respaldo para as teorias falsas das revistas e que permeavam o senso comum.

Questões como essas, geralmente, tinham pouco ou nenhum espaço na imprensa, tanto que só encontramos esta notícia no periódico. As questões de gênero no período estavam relacionadas mais especificamente à questão feminina. O que não quer dizer que casos como este não acontecessem com frequência. O fato da revista ter noticiado este homem-trans, não significa dizer que ela o apoiasse, tanto que nela é observado o uso do deboche e da ironia. Portanto, como forma de crítica ao caso, o periódico relata o ocorrido e encerra o seu texto com a seguinte frase: “Felizmente esta espécie é rara...”, despreocupando seus leitores e menosprezando a mulher noticiada.

A segunda notícia ocorre em 28 de dezembro de 1912, na revista *Careta*, intitulada, como em *O Malho*, “Mulher-Homem”. Observemos abaixo:

Figura 3:



Fonte: *Careta*. Anno V, n.239, 28 de dezembro de 1912.

Legenda: Pedro Peres ou Armando Airati, gatuno que operava vestido de mulher com o nome de Princesa de Bourbon, foi expulso do território nacional.

A notícia apresenta um homem que se vestia de mulher e que praticava roubos vestido desta forma. Também é enfatizado que ele teria sido expulso do país. Mas, isso aconteceu porque era ladrão ou por se vestir de mulher? Não sabemos. Fica a dúvida, pois em tempos de manutenção de padrões sexistas, não seria estranho que isso acontecesse. Por outro lado, precisamos destacar o fato de que também havia notícias positivas sobre o feminismo, embora de maneira sutil e, muitas vezes, comparando-se com notícias do movimento feminista internacional. Como exemplo, podemos destacar um artigo de *O Malho* em 24 de janeiro de 1935. Aqui é possível perceber como era feito o elogio ao feminismo internacional:

O feminismo que já havia conquistado a Inglaterra, em cuja Camara dos Communs há 13 mulheres e que no seu actual governo trabalhista conta duas representantes do sexo fraco, estão invadindo vários parlamentos. Apesar de estar notavelmente desenvolvido o feminismo na Suecia, são somente três as deputadas nesse país, cujo parlamento se compõe de 230 membros. As suas conselheiras municipais são, porém, 702. (...) O total mundial de parlamentares femininos, excluídas as de assembleas estadoaes e municipaes, é de 237, senado 157 na Europa, 10 na América do Norte, 67 na Russia dos Soviets, 2 na Austria e 1 na África. A proporção nos parlamentos europeus (exceptuada a Russia) é de 1 mulher e 32 homens, nos parlamentos nacionais dos Estados Unidos e do Canadá 1 mulher e 74 homens e na Russia sovietica 1 mulher e 8 homens. (...) Esperemos a estatística de 1935 para avaliarmos a marcha do feminismo¹¹.

A notícia aponta o crescimento da ocupação feminina na esfera política internacional no ano de 1930, e nada foi dito sobre essa mesma ocupação no Brasil. As notícias que falavam bem sobre o feminismo não destacavam mulheres na política nacional, se limitavam aos acontecimentos e não introduziam ou alertavam para as mudanças necessárias no Brasil. Segundo Carla Pinsky, as revistas veiculavam conteúdos marcados pela história e “nunca surgem com ideias revolucionárias, não abrem caminhos, mas também não podem ficar muito distantes das transformações de seu tempo, pois correm o risco de perder seu público leitor” (PINSKY, 1996: 15)

Portanto, destacamos que as revistas ilustradas mostravam as notícias a fim de agradar um maior número de leitores, precisavam vender e ter lucro, pois essa era a lógica de mercado capitalista. Afinal, esta era a perspectiva empresarial do periódico, que visava corresponder às expectativas de seu público consumidor, buscando sempre atingir um maior número de

¹¹ “O feminismo em 1930”. *O Malho*. Anno XXXIV, n.86, 24 de janeiro de 1935.

clientes. Eram tempos de incertezas, de desconfianças com relação ao futuro, de buscar o progresso, mas sem abandonar o passado.

Apesar dessas sequências de charges e crônicas irônicas, muitas mulheres reagiram no sentido de alterar a sua posição na sociedade, nas esferas pública e privada.

Logo, as mulheres que, como vimos, queriam trabalhar fora de casa, circular livremente pelas ruas, utilizar modas consideradas inadequadas, permanecerem solteiras, se formarem em faculdades, eram alvos da imprensa que as considerava jovens levadas pelo feminismo e pelo objetivo de se igualarem aos homens. Nesse contexto, não poucas assumem abertamente a campanha pela conquista de seus direitos, pois como afirma Rachel Soihet: “Com projetos para organizações de associações, pronunciamentos públicos, utilização da imprensa, buscavam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública, etc” (SOIHET, 2013: 2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, George.D.J.B. Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2000.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. “Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica”. In: Desafios da imagem. Bela Feldman-Bianco; Míriam L. Moreira Leite (orgs.). 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1919-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

MACENA, Fabiana Francisca. Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010, 128f.

MAUAD, Ana Maria. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Tese de doutorado. 2 v. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1990.

NEWTON, Esther. “Le mythe de la lesbienne masculine: Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme”. Cahiers du Genre, N. 45, p. 15-42, 2008.

ORTIZ, Renato(org). Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PINSKY, Carla Bassanezi. Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil da análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, o. 5-22, jul./dez., 1990, pp. 5- 22.

SOIHET, Raquel. Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FONTES:

Revista Fon-Fon:

“Reflexão de Simplicio”. Fon-Fon, Anno IV, n.22, 28 de maio de 1910.

“O leilão das moças”. Fon-Fon. Anno, n. 5 de janeiro de 1918.

“Coisas”. Fon-Fon. Anno XIV, n. 4, 24 de janeiro de 1920.

Feminismo”. Fon-Fon, Anno XXII, n.15, 14 de abril de 1928.

Revista O Malho:

O Malho. Anno IX, n.406, 25 de junho de 1910.

“O feminismo em 1930”. O Malho. Anno XXXIV, n.86, 24 de janeiro de 1935.

“A volta do matriarcado”. O Malho. Anno XXXV, n. 152, 30 de abril de 1936.

Revista Careta:

Careta. Anno V, n.239, 28 de dezembro de 1912.

Careta, Anno VII, n 341, 31 de janeiro de 1914.

“Perigo feminista”. Careta. Anno XXXIX, n. 1989, 10 de agosto de 1946.

MESA 08

História e Imigração

DEBATEDORES:

Luís Reznik (UERJ/FFP)

Paulo Cesar Gonçalves (UNESP)

Fiscalização e controle: o Serviço de Registro de Estrangeiro por Artur Hehl Neiva

Guilherme dos Santos Cavotti Marques
Doutorando PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

O presente artigo visa analisar as atividades e a reorganização do serviço imigratório brasileiro, notadamente durante o período do Estado Novo, tendo como centro de nossa perspectiva a criação do Serviço de Registro de Estrangeiros (SRE). Suas atribuições estavam direcionadas ao controle e a fiscalização do imigrante que pretendesse ingressar no país, seja a partir de fluxos espontâneos, seja de fluxos dirigidos, como também se voltava ao controle daqueles estrangeiros que fossem residentes no Brasil.

Para que possamos vislumbrar os argumentos elencados pelos agentes pertencentes a burocracia do Estado brasileiro, espelhando em suas colocações os anseios do próprio presidente Vargas, selecionamos duas publicações da *Revista de Imigração e Colonização* (RIC) em 1940, que nos oferecem indícios da reorganização do aparato burocrático-legal do Estado no concernente a questão imigratória: um artigo escrito por Artur Hehl Neiva que trata especificamente sobre o SRE e o relatório dos serviços desenvolvidos pelo SRE do Distrito Federal em 1939 escrito pelo seu primeiro presidente Ociola Martinelli. A RIC era vinculada ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC), organismo criado em 1938 e responsável pela promoção das políticas de imigração no Brasil.

Antes de entrar propriamente nas reflexões que tais escritos nos sugerem, é fundamental situarmos a criação do SRE, bem como do próprio CIC, em um contexto de intensas transformações na estrutura do Estado brasileiro que ganhou impulso definitivo após a instauração do Estado Novo, em 1937. Ambas estruturas foram criadas no ano seguinte, notadamente através dos decretos-leis 406 e 3.010.

OS CAMINHOS DA REORGANIZAÇÃO DO ESTADO

A criação dessas estruturas tem como ponto de partida as transformações que se desenrolaram entre os anos de 1930 e 1945 na conformação de um novo aparato burocrático que se diferenciava do modelo de Estado da Primeira República.

Para refletirmos sobre esse período, recuperamos as proposições feitas por Eli Diniz sobre a “estrutura de poder” alicerçada nesse momento com uma nova “engenharia institucional”. Ambas as ideias ligam-se umbilicalmente, tendo na premissa de que a estrutura de poder criada no projeto varguista, no movimento de hipertrofia do Estado, de controle e gestão de diferentes áreas da vida política, econômica e social necessitava de uma engenharia institucional não mais calcada nas bases consagradas do setor agroexportador e suscetíveis aos interesses das elites locais (DINIZ, 1991).

A partir de tais reformas institucionais nas quais se vislumbravam a desarticulação dos centros de poderes oligárquicos e o fortalecimento do projeto de Estado varguista, se encerra uma dimensão importante, a racional-legal, que basilava o surgimento das novas instituições bem como a nova legislação. Ainda assim, Diniz (1999: 26) afirma o aparecimento de um Estado híbrido, na concomitância de ações de cunho racional-legal e de práticas clientelistas, ainda que no discurso oficial tal caracterização tenha se restringido ao período anterior.

Porém, as transformações institucionais marcaram uma etapa decisiva na conformação do Estado brasileiro, isso também se verificarmos o “legado” do período Vargas, que aqui não nos cabe analisar. Neste processo, os conselhos técnicos ocuparam papel central na construção dessa nova engenharia institucional. Em tais espaços, buscavam-se a formulação e implementação de políticas públicas que, insuladas dentro do aparato estatal, estivesse alheia aos interesses dos grupos de poder locais, evitando por um lado manifestações particulares de interesses e, por outro, fortalecendo a figura do Estado enquanto mediador de interesses divergentes e promotor da modernização. Tal mobilização guarda em si elementos bastante heterogêneos, trazendo uma complexidade considerável ao aparelho estatal.

Do ponto de vista legal, o surgimento de tais conselhos técnicos estava em acordo com pressupostos consagrados na Constituição de 1934. O art. 103 indicava que tais órgãos visavam assessorar o Estado na formulação de políticas e na tomada de decisões em diferentes áreas e setores sociais, porém, devemos atentar que não havia um modelo único de conselho, variando em sua composição e/ou caráter. Enquanto uns, por exemplo, eram dotados de caráter deliberativo e normativo, outros cumpriam apenas uma função consultiva (DINIZ, 1999: 28). Outro aspecto importante para a efetivação de tais conselhos foi a dicotomia criada, em alguns momentos com maior peso no campo discursivo, entre a

primazia técnica sobre a política, sendo esta última concebida pelos defensores de um Estado forte e interventor como campo de distorção e irracionalidade da condução da coisa pública.

É singular notar que a burocratização do modelo político adotado deu condições do sistema em lidar com diferentes perspectivas e conflitos que se desenvolviam em seu interior. Sem alterar a estrutura econômico-social já existente, mas incorporando novos personagens da elite econômica, notadamente do meio urbano-industrial, nos parece bastante pertinente pensar na ideia de um movimento de “modernização conservadora” desenvolvida nesse contexto. Não devemos perder de vista que, como sustentação às suas ações, construiu-se uma associação quase sinonímica entre Estado e Pátria, como instância unificadora dos interesses coletivos.

CIC: *ETHOS* DA IMIGRAÇÃO

A reestruturação promovida nas instituições políticas do Brasil a partir de 1930 e o alargamento do campo de atuação do Estado enquanto principal promotor da modernização alcançariam igualmente as questões relativas à imigração, a exemplo da criação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) em 1938. Ressaltamos que o CIC não seria uma experiência *sui generis* no interior do Estado Novo, mas se insere no movimento de criação de diferentes conselhos técnicos criados nesse período sobre diferentes temas e que legitimavam as ações do governo (D'ARAÚJO, 2000).

O CIC foi uma importante instituição onde se debatiam propostas e apontamentos legislativos sobre o campo imigratório brasileiro e sua criação, após a promulgação do Decreto-Lei 406 de 4 de maio de 1938, estava ancorada nos intensos debates sobre o imigrante desejável sob diversos primas, dentre eles a saúde, o caráter laboral, o poder de assimilação, dentre outros. Efetivamente, o CIC começou suas atividades em setembro daquele ano.

Dentre suas atribuições, estavam a deliberação das cotas de admissão de estrangeiros e dos pedidos relativos à entrada de estrangeiros no país solicitados pelos estados ou por empresas, associações ou particulares. Era composto por sete membros nomeados pelo presidente da República. A estreita ligação com o chefe do executivo não se limitava às nomeações, mas a própria estrutura governamental na qual se insere o CIC denota esta proximidade, afinal de contas, o conselho estava subordinado diretamente ao gabinete

presidencial. Muitos dos temas abordados no interior do conselho versavam sobre a assimilação dos estrangeiros, sobretudo dos já residentes no país, do imigrante ideal, da gestão do sistema de cotas, da colonização da “nova fronteira agrícola”, dentre outros.

Sua criação estava inserida em um contexto de crescente centralização do poder e maior intervenção em diferentes setores sociais, tendo por meta coordenar e sistematizar as questões relativas à imigração, colonização e concentração de estrangeiros no país. Se de um lado, o argumento oficial para sua criação ligava-se ao caráter eminentemente técnico deste conselho, a fim de trazer a administração parâmetros “racionais e científicos”, por outro, o conselho deveria coordenar as atividades dos diversos órgãos dos ministérios que se debruçavam sobre o tema. Os membros do CIC tinham ligações com a burocracia estatal, a exemplo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Relações Exteriores e da polícia do Distrito Federal. Ocupavam assim, uma, duas, ou mesmo três funções distintas na engenharia institucional do Estado brasileiro.

Assim, as questões ligadas à imigração e colonização centralizavam-se em um órgão diretamente ligado ao presidente. O art. 2º do Decreto-lei 406 de 4 de maio de 1938 determinava que “o Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização” (BRASIL, 1938).

A esse respeito, o cônsul João Carlos Muniz indicava na apresentação da primeira edição da *Revista de Imigração e Colonização* (RIC), em janeiro de 1940, que a intervenção do Estado nos movimentos migratórios era decisiva, de modo que planejando, selecionando e dirigindo as correntes migratórias se poderia conciliar os interesses dos países de emigração e de imigração. Tal afirmativa traz a primeiro plano o caráter de que os interesses nacionais deveriam nortear as ações de atração e controle dos imigrantes para o Brasil. O cônsul igualmente apontava que a imigração seria uma solução ao problema brasileiro de vazios demográficos, ressaltando que “controle, fiscalização e seleção não significaria proibição ou restrição somente”, pois se assim o fosse privaria o país “do único remédio contra as crises de população” (RIC, 1940: 4).

Essa visão do presidente do conselho estava em plena conformidade com a posição institucional do CIC. Um tema bastante corriqueiro nos debates em torno da imigração entre as décadas de 1930 e 1950, publicado em diversos artigos da RIC, é a densidade demográfica

brasileira. A secretaria do conselho ao elaborar o relatório de atividades do primeiro ano de trabalho destacava que uma população de certa densidade é condição fundamental para que o país extenso possa alcançar um rendimento que possibilite a sua população um alto nível de vida. Pelo discurso oficial, a imigração possibilitaria ao Brasil progredir e aumentar o nível de vida da população ao passo que conseguisse “retirar de seus recursos naturais o máximo de vantagens” (RIC, 1940: 5).

Nesse sentido, a imigração se revestia como um tema fundamental para o desenvolvimento da nação, sobretudo em seu aspecto econômico. Tal afirmativa da secretaria do conselho evidencia o caráter laboral deste imigrante a ser selecionado, que deveriam fundamentalmente estar aptos para o trabalho e em setores que fossem ainda carentes no país, seja pela ausência de técnicos, seja pelos “vazios demográficos” ainda verificados. Comumente os argumentos que buscavam legitimar a intervenção do governo na questão da imigração e colonização se direcionava à gestão e controle dos fluxos, colocando sempre em contraposição ao modelo de imigração do século XIX e de princípio do século XX. É exatamente na criação desta dicotomia que o CIC está inserido e parte considerável das produções sobre o tema estão permeados. Ainda que entendidos como exitosos em contextos específicos, vaticinava-se que “o período da livre imigração” estava encerrado (RIC, 1940: 6-7).

Cabe ressaltar, no âmbito de divulgação e circulação dos debates em torno da imigração, que com a criação do CIC surgira também a *Revista de Imigração e Colonização* (RIC), que foi publicada entre os anos de 1940 e 1955. Suas publicações centravam em assuntos diretamente ligados a questão imigratória, reproduzindo artigos publicados na grande imprensa, legislação em vigor, relatórios, estudos, pareceres e artigos. É interessante observar que muitos dos intelectuais que escreviam na RIC tinham ligações estreitas com o estado varguista, onde muitos assumiram cargos políticos, circulando nas estruturas de poder ou realizando apontamentos acerca do tema (PERES, 1997: 86). Desta forma, nos oferecem bons elementos para refletir sobre os debates desenvolvidos no CIC, assim como vislumbrar os posicionamentos dos agentes burocráticos ou, nas palavras de Eli Diniz, elite técnica do governo. Personagens fundamentais para compreender o jogo político e as negociações a ele subjacentes no tocante a imigração.

“SABER PARA PREVER, A FIM DE PROVER”: O SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS (SRE)

O título desta seção pode ao primeiro olhar parecer bastante estranho. O que uma das principais ideias defendidas e propagadas por Augusto Comte, em alusão ao positivismo, teria a ver com a questão da imigração? O trecho em questão foi utilizado por Hehl Neiva abaixo do título de seu artigo publicado na RIC em janeiro de 1940. Entendemos que a utilização desta frase encerra em si mesma o argumento utilizado por esse personagem como justificativa e legitimação da criação do SRE: tal como o “conhecimento positivo” possibilitaria “conhecer a realidade” para subsidiar as ações a fim de melhorar a condição humana, o SRE possibilitaria um conhecimento mais abrangente sobre as condições e a realidade da presença de estrangeiros no país e, assim, ofertaria meios e possibilidades para seu controle e gestão.

Entendemos ser importante compreender as funções e a organização do SRE para que possamos refletir sobre este órgão. Em junho de 1940, foi publicado na RIC um relatório dos trabalhos da matriz do Distrito Federal, escrito pelo então presidente desta, Ociola Martinelli. A escolha da publicação do relatório deste SRE não foi à toa, porque este estava diretamente subordinado a orientação do CIC, sendo o único em todo Brasil. Assim, a publicação de suas diretrizes e *modus operandi* ofertaria aos serviços congêneres subsídios importantes para seu pleno funcionamento. Esse diálogo se fazia extremamente necessário para alcançar uma uniformidade nas ações deste órgão que, espalhado por todo o Brasil, era organizado pelas polícias estaduais, o que em certa medida fornecia a flexibilização necessária para ações concretas, mas igualmente estava subordinado à dispositivos constitucionais de competência federal.

As indicações acima nos revelam que as ações promovidas no SRE lidavam também com as tensões entre o regionalismo e a nacionalização dos serviços. Assim, a busca pelo maior controle possível sobre os estrangeiros no Brasil abria a possibilidade de se verificar as adaptações entendidas como necessárias ao local onde este organismo se encontrava, ainda que orientado a partir dos ditames constitucionais e das deliberações vindas do CIC. A eficiência dos serviços realizados por esse órgão, que se argumentava pelos princípios da “administração científica”, se filiava as vantagens da padronização das medidas, pois se respeitando um único princípio, nas palavras de Hehl Neiva, estabeleceriam “um controle

cada vez mais perfeito, e extensivo a todos os recantos do nosso território, [...] cuja intensificação só pode trazer resultados altamente proveitosos ao Brasil.” (MARTINELLI, 1940: 476).

A atração e seleção de imigrantes, como é sabido, levava em conta alguns parâmetros, o qual destacamos a “capacidade de assimilação”. Tal parâmetro é destacado por Martinelli em seu relatório, tendo em vista que a reorganização dos serviços de imigração tinha em conta também essa premissa, de modo que a máquina então presente fosse reajustada a fim de dar condições a esse controle. Koifman (2012: 157) nos recorda que o sistema de controle se aprimorou nos detalhamentos e na especialização da máquina estatal. Especificamente sob o prisma da reestruturação institucional, Martinelli (1940: 478) destacava que havia uma hipertrofia da polícia na fiscalização dos estrangeiros, enquanto outros setores trabalhavam de maneira secundária nesse processo, o que na visão do chefe do SRE/DF trazia desarmonia ao conjunto dos órgãos que se debruçavam sobre a imigração. Interessante observar que a proeminência da polícia nessa frente de atuação se afigurava também pela imigração de “caráter espontâneo”, onde o conjunto de formalidades e exigência de documentação se voltava mais àquele residente no país do que ao estrangeiro que estava sendo chamado.

Segundo Koifman (2012: 159), o constante desembarcar de estrangeiros nos portos brasileiros trazia grandes preocupações aos grupos que se debruçavam sobre a imigração, tendo suas atenções voltadas para a “boa formação étnica da população brasileira”. Esse posicionamento reflete dois movimentos complementares. Primeiro, visava destacar a inclinação do governo brasileiro ao “fluxo dirigido” controlado e fiscalizado pela máquina burocrática estatal. Por outro lado, visava interesses próprios, a partir de parâmetros étnicos, laborais, religiosos, políticos dos imigrantes considerados mais aptos a virem para o país, no movimento de modernização projetado pelo Estado. É nesse sentido que novos procedimentos são adotados, de modo que os cônsules ganham novamente destaque na fiscalização, cuja primeira etapa era a seleção e análise dos solicitantes. Assim, proceder-se-ia um controle do exterior para o interior e, quando ingressado no país, o imigrante teria contato com os organismos de permanência.

Martinelli (1940: 481) destaca que esse ordenamento estava dotado de grande liberdade e necessitava de um contrabalanceamento a partir da observação das normas já reguladas na legislação. Daí que se escolheu a Polícia Civil, em virtude de estar disseminada

por todo território nacional, fazendo, igualmente, com que a fiscalização se conjugasse a identificação, com a instituição da carteira de identidade modelo 19. O SRE/DF estava dividido em 9 seções, das quais 3 se destinavam a identificação e 6 ao registro, além de um local específico ao chefe do serviço. Dos 56.776 processos recebidos em 1939, aproximadamente 2,23% (1.266) não tiveram solução e ficaram retidos. Tais cifras foram mobilizadas por Martinelli (1940, p. 488) no sentido de configurar uma eficiência ao novo órgão.

Decerto que tais transformações evolviam disputas internas no governo. Como os trabalhos do SRE estavam ancorados tanto na centralização quanto no regionalismo, o ministro Francisco Campos se preocupava que pudesse ocorrer uma desorientação dos trabalhos. Para Koifman (2012: 166) ainda que subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o ministro não confiava plenamente no discernimento das autoridades incumbidas à frente do SRE. É bem verdade que Martinelli faz a ressalva em seu relatório da modificação relativa à portaria 2.676, onde o julgamento dos processos foi passado à competência do ministro da Justiça, sendo que essa modificação

teve o alto objetivo de restringir a concessão dessa transformação de permanência, condicionando o seu deferimento a fatores humanitários ou a razões de interesse nacional. [...] Só por iniciativa do Ministério da Justiça pode ser exercida fiscalização rigorosa contra tais elementos (MARTINELLI, 1940: 505).

O SRE se ligava, de certa maneira, à seleção dos imigrantes, pois na concepção dos agentes da burocracia a primeira etapa seria identificar aqueles que já estavam no país. Por norma, os recém-chegados tinham 30 dias após o desembarque para a “regularização de sua situação”, que se ia dando baixa a partir das listas de desembarque enviadas pela polícia marítima. Até 1938, o controle de entrada e permanência de estrangeiros no país tinha um caráter precário e limitado, sendo as listas nominiais de passageiros registradas nos vapores um dos poucos recursos para as autoridades (KOIFMAN, 2012). Incumbia também ao imigrante informar às autoridades qualquer mudança de residência, bem como de emprego durante os primeiros quatro anos de entrada no país; não havendo mudanças, a revalidação seria realizada anualmente, buscando assim a manutenção do contato entre o imigrante e a polícia (BRASIL, 1938).

Voltemos ao início deste ponto, atentando mais uma vez a frase usada por Hehl Neiva. A partir dela, o autor identificava a necessidade de o Estado agregar o maior número possível de informações sobre os imigrantes, e isso se daria por órgãos especializados. Desta forma, seria possível “prever” o que poderia acontecer, além de legitimar suas ações. No caso do SRE, o intelectual burocrata afirmava que sua criação se direcionava aos problemas relativos à nacionalidade, sua constituição, seus desafios e ao já aludido processo de assimilação do estrangeiro como uma das soluções defendidas pelos membros do CIC.

Para Hehl Neiva, a criação desses órgãos especializados que possibilitavam ao Estado maior poder de intervenção estava ancorada a um movimento internacional que possibilitaria o seu controle nas mais diversas áreas da vida social e política. A imigração, certamente, era uma dessas. Embora defensor de maior centralização do Estado, destacava que para “situações diversas exige-se a flexibilidade por parte dos órgãos encarregados de assegurar a organização social tendo em conta a realidade dos fatos e não o simples idealismo” (NEIVA, 1940: 49). Tal afirmativa é bastante interessante quando cotejamos ao posicionamento do então ministro da Justiça Francisco Campos de trazer para sua área de atuação os processos de concessão de visto, sob o argumento de que a flexibilidade do serviço, a cargo das polícias locais, poderia levar a uma dispersão. Hehl Neiva colocava-se, não temos dúvidas disso, a favor de uma diretriz única vinda do alto escalão do governo e emanado das orientações do CIC. Ainda assim, a flexibilização possibilitava maior escopo e raio de ação a partir da realidade vivida em cada região do país.

Essa reorganização dos serviços de imigração estava baseada na compreensão de que o Brasil estava apto a receber “imigrantes pioneiros”, elevando sua densidade demográfica e promovendo condições favoráveis ao desejado desenvolvimento do país. Em contraposição à imigração do século XIX, adjetivada por ele como “época áurea da imigração”, o momento era bastante diverso daquele: “passaporte, vistos consulares, atestados de diversas naturezas, quotas, restrições à imigração por parte de países exacerbadamente nacionalistas” eram tidos como aspectos importantes da realidade migratória internacional que influíam na estrutura e nas ações dos Estados perante os deslocamentos que, comparados ao século anterior, eram encarados como fluxo insuficiente para as necessidades nacionais (NEIVA, 1940: 50).

Tais mudanças eram analisadas por Hehl Neiva (1940: 51) como condições de vida que se ligavam ao “progresso”, sem dar maiores explicações. Mas é na esteira desse processo

que vislumbrava o movimento de maior controle e gestão dos fluxos migratórios pelo Estado, no sentido de que, visando defender seus nacionais, haveria a necessidade de se realizar os processos de seleção. Para tanto, o Estado deveria manter-se em estreito contato com o “alienígena”, sendo indispensável o conhecimento quanto às capacidades de trabalho, ao seu estado sanitário e as “condições antropológicas e sociais” dos grupos que fossem mais facilmente assimiláveis (NEIVA, 1940: 51). Tal conhecimento seria alcançado, de acordo com o autor, tornando obrigatório o processo de registro.

Por fim, Hehl Neiva (1940: 53-57) apontava para a incorporação de impressões datiloscópicas, palmares ou plantares, consideradas mais seguras que *bertillonage*, baseado em medidas antropométricas. Seja como for, o Brasil havia enveredado pela senda da identificação e registro, incorporando as “modernas tendências de organização e controle no setor da demografia social” e da imigração.

CONCLUSÃO

As transformações que a estrutura institucional-legal brasileira passou pela década de 1930 esteve inserida dentro de um processo mais amplo de transformação da sociedade brasileira na sua dimensão econômica, com o gradual fortalecimento de setores da elite que pertencia a camada urbano-industrial e que fora incorporada aos centros decisórios do Estado sem alterar profundamente a estrutura econômica nacional; mas fundamentalmente, passou pela dimensão política com a chegada de Getúlio Vargas, verticalizando tal movimento de transformações com a instauração do Estado Novo.

Esse movimento de centralização política e maior controle por parte de um Estado intervencionista nos diversos campos sociais teve uma base legitimadora e central a partir do surgimento e proliferação de conselhos e instituições técnicas que, denotado já na Constituição de 1934, tinham por meta oferecer informações e dados ao Estado visando a sua intervenção. O campo imigratório não ficou alheio a tais circunstâncias, a exemplo do surgimento do Conselho de Imigração e Colonização e do Serviço de Registros de Estrangeiros em 1938, ambos inclusive ancorados no mesmo debate que levou a reformulação da legislação e a implementação dos Decretos-leis 406 e 3.010.

Registro, controle, fiscalização, intervenção passaram a serem palavras de primeira ordem não apenas no léxico oficial do Estado, como também de todo um conjunto de pessoas

que trabalhavam nos escalões burocráticos e técnicos, mas embasavam as ações institucionalizadas como a definição de parâmetros para a seleção dos imigrantes, o processo de registro e identificação se estendendo não apenas estrangeiros que chegavam ao país, mas alcançando também àqueles já residentes no Brasil. Exemplar desse movimento de debate e sustentação dessas instituições por parte de agentes de Estado pode ser percebido a partir do artigo escrito por Artur Hehl Neiva, que trouxe em sua argumentação central os elementos que deram sustentação e efetividade a essa nova postura frente a questão imigratória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação. RIC, I, n.1, jan. 1940.

BRASIL. Decreto-lei nº406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20entrada%20de%20estrangeiros%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional>

BRASIL. Decreto-lei nº3.010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamenta%20o%20decreto%20n.que%20lhe%20conferem%20o%20art.>

D'ARAÚJO. Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DEBASTIANI, Jesiane. A Política imigratória do governo Vargas (1940-1945): teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. Dissertação de mestrado. Unesp. Assis, 2018.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano; v. III: Sociedade e Política (1930-1964). 5ª ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1991.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARTINELLI, Ociola. O Serviço de Registro de Estrangeiros do Distrito Federal – Relatório dos trabalhos realizados em 1939. *RIC*, I, n. 3, jul. 1940, p. 475-580.

MOORE JR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

NEIVA, Arthur Hehl. O “Serviço de Registro de Estrangeiros”. *RIC*, I, n. 1, jan.1940, p. 48-66.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”?: A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*, v. 10, n. 2, p. 53-70, 1997.

Repressão policial contra os alemães no Rio de Janeiro e a montagem do presídio político da Ilha das Flores (1937-1945)

Joyce dos Santos Borges
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

A constituição do aparato policial nos anos 1920 e 1930 no Brasil representou a tentativa de limpeza dos inimigos sociais do regime político então vigente. Importa notar que neste contexto de perseguição e de repressão, a polícia estadonovista ampliou sua esfera de atuação, com a criação de departamentos específicos de controle do complexo universo institucional sobre o qual sobrevivia o Estado autoritário. Engajados nesse propósito estavam diferentes departamentos e delegacias, como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Departamento de Ordem Política e Social, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), além do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (WEIZENMANN, 2008: 49). As polícias procuram organizar as diretrizes de seu funcionamento apoiando-se na ordem constitucional vigente e como justificativa do seu plano de ação, utilizam os conceitos de ordem pública e segurança interna. Enquanto o direito define quem são os desviantes e o modelo de organização social estabelece o padrão de ordem, a polícia se apresenta como um “poder mantenedor do direito” (PEDROSO, 2005: 40). A Constituição Federal de 1934 declarou o “estado de emergência”, suspendendo os direitos e garantias individuais e os crimes cometidos contra a “segurança do Estado”, seriam julgados por uma justiça especial. Dispositivos estes que foram recompilados na Constituição do Estado Novo, de 1937. A estratégia de isolamento do réu político foi implementada em 1938 que regulamentou a “prisão preventiva do alienígena”, visando sobretudo, o réu estrangeiro. Com o Código Penal de 1940, as ditas medidas de segurança podem ser aplicadas no pressuposto da perigosidade. Pedroso define a legislação penal como a racionalização “por escrito” da repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação (PEDROSO, 2005: 54). E afirma:

Comportando a manutenção do poder como finalidade, o Estado estabelecerá um duplo controle: o controle social (dos corpos) e o controle político (dos ideais). A

ação intensiva da polícia também se ampliará: da vigilância cotidiana e normativa para instâncias especializadas de ordenamento e controle. Esta metamorfose marca o aparecimento das polícias política e social, que do mero controle da população, transformaram-se em espaços de registros especializados (PEDROSO, 2005: 54).

Na prática, a atuação policial caracterizava-se como essencialmente federalizada, pois a Polícia do Distrito Federal reunia os instrumentos legais que determinavam padrões e critérios para a sua atuação nacional. A Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPS) tornava-se o elemento original dentro da estrutura policial, sofrendo um redimensionamento, entre 1939 e 1941, com definição de uma estrutura administrativa mais complexa e com a criação do Gabinete Técnico, responsável pelas informações do serviço de repressão examinadas as publicações consideradas suspeitas e nocivas; dentre outras coisas. (PEDROSO, 2005: 54-55)

Ações públicas e ações sigilosas caracterizavam as atividades policiais. O saneamento ideológico passou a ser tarefa de setores secretos. A presença de uma polícia secreta constituía um departamento especial para desenvolver atividades de contra-espionagem e, assim, desvendar as tramas que se desenhavam contra os interesses nacionais (PEDROSO, 2005: 50).

A partir de 1942, o serviço secreto do governo passava a ter um reforço específico dos ministérios públicos, especialmente do Ministério da Justiça, através da criação do regimento interno da Seção de Segurança Nacional. Diante de um contexto internacional instável, o controle de estrangeiros pela polícia secreta – principalmente aqueles originários das nações do Eixo, transformados, ao lado de comunistas, em “inimigos objetivos” – foi amparado pelos princípios de segurança nacional. Esta circunstância criou novos episódios de repressão e de violência por parte da polícia brasileira, atingindo inclusive grupos étnicos que eram relacionados pelas autoridades aos países beligerantes do Eixo Roma–Berlim–Tóquio. Conseqüentemente, o olhar vigilante sobre os estrangeiros e sobre as comunidades imigrantes se acentuou, juntamente com a execução de medidas concretas por parte das autoridades para que a situação fosse completamente controlável (PEDROSO, 2005: 50-51).

ESPIONAGEM POLICIAL

A estigmatização do sujeito envolve a concepção ditada pelas leis e pelo temor ideológico dos governos autoritários brasileiros; assim, a simples suspeita das práticas

nazistas acionou um dispositivo automático da perseguição e da prisão do acusado, carecendo de provas objetivas para que o réu seja declarado culpado (PEDROSO, 2005: 143).

O espião da polícia política, em muitos casos, relacionava-se com os suspeitos, declarava ser simpatizante dos mesmos ideais e, principalmente, frequentava rotineiramente os mesmos lugares de encontro do suspeito (PEDROSO, 2005: 130-131). Em um relatório¹³⁹ da polícia política intitulado de “nazismo” de 9 de julho de 1940, por exemplo, lê-se as seguintes informações acerca de alguns alemães ditos “nazistas”: *“Wagner e Paul Grutter costumam reunir-se todos os dias, excéto aos sábados, no Hotel Leblon, onde aguardam a chegada de Altermann, entre 16 e 18 horas”*; mais adiante: *“Wagner não vêm sempre da cidade, pois algumas vezes vem da sua residencia, outras da Estrada da Gávea”*. E conclui: *“Nestes ultimos dias, Altermann tem sido conduzido para sua residencia por Wagner ou por Grutter, aproximadamente às 19,30 horas”*.

Dois dias antes do relatório acima citado, o policial datilografou outro relatório afirmando que Altermann não havia viajado, ficando em casa. O espião afirmou estar presente durante o diálogo entre Altermann e Reiffaud, e atesta que este fato não ocorria desde o início da guerra; Altermann teria dito ao outro alemão que a futura aliança franco-germânica dominaria o mundo, insultou a Itália e ainda insinuou que os nazistas radicados na capital do Brasil preferiam fazer aliança com os franceses e não com os italianos (Idem).

A investigação a partir da busca do inimigo interno, balizada pelas atitudes e comportamentos, compuseram o trabalho de vigilância e dos relatórios policiais sobre a atuação dos suspeitos. Neste caso, afirma Carneiro, quem “monta” a história oficial é a autoridade policial que, com base na observação e na materialização do crime (provas concretas), “constrói” realidades. E estas ao serem julgadas pelas instâncias superiores e propagadas junto à grande imprensa tornam-se consenso, legitimando a repressão. Através desta última, difundia-se a imagem do bom e eficiente policial, diretamente ligada à sua capacidade de “observação” e de “intuição” vinculada à tarefa de “profilaxia social” Nesse ponto, valia muito mais a astúcia do policial do que os conhecimentos técnicos-científicos (NEUMANN, 2003: 149).

¹³⁹ Documento disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). *Fundo: Polícia Política Setor: Espionagem, Notação: 2, dossiê: 2 “Nazistas condenados por espionagem”*.

Após denúncia ou por conhecimento prévio de que o suspeito pertencera a algum movimento sindical, político ou que possuísse alguma crítica ao governo, ou então praticasse algum ato anti-cívico; o policial enviava relatório apontando para algum desses itens, circunstanciando o fato e fazendo análises conclusivas. Assim, partindo de um dado “real” ou suposto, o suspeito era fichado na polícia política e tinha um prontuário aberto. Nesse prontuário eram recolhidos todos os documentos comprobatórios da prática subversiva realizada pelo prontuariado.

Em uma série de relatórios escritos pelo oficial de vigilância, Leonel Ferrão, entre 1941 e 1942, que ficou com a responsabilidade de supervisionar as “atividades subversivas” na Ilha do Governador, no Distrito Federal, notou-se a recorrente busca de demonstrar as “provas” dos indivíduos que estariam associados aos movimentos políticos que atuavam a fim de desestabilizar a soberania nacional. O curioso deste fato é que na falta de provas concretas e na tentativa de comprovar as atividades subversivas do indivíduo, acionou-se um discurso estereotipado e carregado de estigmas. Existe ainda, residindo à rua Magno Martins nº 151, um indivíduo de nome Arnaldo, integralista fichado, que apesar de ser empregado do banco alemão, exhibe sempre recibos de um banco espírita que diz ser cobrador, justificando assim a sua entrada em várias casas suspeitas. Ele traja-se mal, tem um pequeno defeito no pescoço que o faz entortar a cabeça para o lado esquerdo, e com o seu ar humilde passa despercebido, sendo entretanto um grande propagandista do nazismo.¹⁴⁰

A convivência da população, participe e colaboracionista, envolvida pelo discurso oficial, foi fundamental para o efetivo trabalho da polícia política, pois facilitou o desempenho policial para a obtenção das provas do crime (PEDROSO, 2005: 139). Era necessário “fazer crer a toda a população que cada 14 pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime” (CANCELI, 1993: 37). Para Baczko, os imaginários sociais elaboram seus próprios objetivos, através deles, uma coletividade designa a sua identidade; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”. Foucault chama este fenômeno de “normalização disciplinar”, que consiste em primeiro colocar um modelo ótimo que é

¹⁴⁰ 3 Documento disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). *Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 6, dossiê: 13, “Nazistas da Ilha do Governador”*.

construído em função de certo resultado, e a disciplina tem por finalidade estabelecer os procedimentos de adestramento progressivo de controle permanente. Portanto, a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme o modelo estabelecido (BACZKO, 1985: 309).

Produz-se, assim, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser. Ao designar, portanto, a identidade coletiva delimita-se o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e com os “outros”, formando ainda as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados (BACZKO, 1985: 309). Balandier atesta que o poder transforma durante algum tempo a cena política em um teatro trágico, pois que a meta do drama é a morte física ou moral daqueles que o poder acusa em nome da salvaguarda da forma e dos valores supremos da sociedade (BALANDIER, 1982: 10).

Denúncias anônimas ou não de brasileiros contra os “desnacionalizados” e os “Súditos do Eixo” foram constantes. Diversos “bons súditos”, imbuídos de sua missão cívica para com o Estado, corroboraram com as autoridades policiais denunciando aqueles que supostamente estariam planejando atividades atentatórias contra o Estado. É o caso de Constancia, que trabalhava como doméstica na casa de um casal de alemães, no bairro de Freguesia, na Ilha do Governador. Constancia afirma para um agente da polícia que seus antigos patrões, Schulze e Ruth, fabricavam em casa, durante a noite, “pequenas balas para armas”. O oficial de Vigilância, Leonel Ferrão, em relatório, afirma considerar a informação da mulher, mas diz ter recebido outras denúncias sobre o mesmo casal, considera não serem balas (munição) mas espoletas. Diz ainda que Schulze mantinha enterrado em seu quintal “qualquer coisa de suspeita” e que na fossa daquela residência estaria guardado algo de suspeito.¹⁴¹ Ora, pelo seu conteúdo, as denúncias são claramente oriundas de pessoas que frequentavam a casa do casal, ou que trabalhavam para os alemães, como Constancia; pessoas que dadas as circunstâncias, incorporaram seus papéis sociais contra o “inimigo potencial”, mesmo que este fosse seu patrão, ou amigo. Quando uma coletividade se sente agredida, ela põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias de seus membros, unindo e guiando suas ações (BACZKO, 1985: 310).

¹⁴¹ Documento disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). *Fundo: Polícia Política Setor: Espionagem, Notação: 2, dossiê: 2 “Nazistas condenados por espionagem”*.

A PRISÃO POLÍTICA DA ILHA DAS FLORES (1942-1945)

Sob a ótica autoritária, a intensificação da ação policial alterou o cotidiano carcerário. Prisões relâmpago, torturas, humilhações, fome, doenças e descaso com os enfermos nas prisões constituíam episódios corriqueiros e aparentemente normais para um regime que defendia a segregação dos indesejáveis sociais. Eram através das prisões, das deportações e das declarações públicas contra os “portadores de idéias exóticas” que as autoridades policiais se auto definiam como ordenadores da sociedade.

Além das prisões, que normalmente encontravam-se superlotadas, campos de concentração foram sendo instalados em diversos pontos do país, mantendo presas nesses locais pessoas que geralmente representavam perigos maiores às autoridades e à sociedade¹⁴².

Dentre os inúmeros espaços prisionais criados ou adaptados em diversos estados brasileiros¹⁴³ para receber os “súditos do Eixo” somados a qualquer indivíduo, brasileiro ou não, que fossem acusados de crimes contra a segurança nacional¹⁴⁴, escolhemos o caso do presídio político sediado na Ilha das Flores, localizada em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1942 a 1945.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, fundada em 1883 pelo governo imperial, funcionou até 1966 como a porta de entrada de diversos imigrantes das mais diferentes nacionalidades, que ingressaram no Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro. A Hospedaria integrava a política imigratória brasileira como um dos instrumentos de atração de estrangeiros (REZNIK; COSTA; MARQUES, 2016). Tratando em específico do caso alemão

¹⁴² Segundo Priscila Perazzo (2009: 36-37), independentemente da diversidade de características encontradas nos ambientes naquilo que se refere ao confinamento de indesejáveis no Brasil, não impede definir campo de concentração como aquele mecanismo de caráter autoritário que visa a afastar do meio social todo aquele cidadão “perigoso à ordem de segurança nacional” num ambiente em que o governo possa manter o seu controle absoluto. A ideia de utilizar o termo campo de concentração para esses locais de confinamento destinados aos estrangeiros do Eixo aplica-se “sem se basear na existência ou não de maus-tratos aos prisioneiros, até mesmo porque não se pretende comparar ou dimensionar” com os confinamentos ocorridos nos campos de concentração nazista (p. 37-38). Os presos eram majoritariamente de origem alemã, seguidos de italianos e japoneses. Eram presas aquelas pessoas que tivessem envolvimento com atividades políticas ou qualquer outro tipo de atividade entendida como subversiva; estes estabelecimentos eram precários e pouco higiênicos, e a alimentação era controlada e por vezes insuficiente; as correspondências eram censuradas e foram libertados após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

¹⁴³ Nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas, é possível encontrar registros que foram criados ou adaptados estabelecimentos para aprisionar esses estrangeiros.⁶ Esses locais de internamento no Brasil durante a guerra possuíam características próprias e variáveis (PERAZZO, 2009: 97).

¹⁴⁴ Esta modalidade de crime era julgada pelo Tribunal de Segurança Nacional, órgão em vigor desde 1936.

e do acesso deste grupo imigrante à Hospedaria, constata-se que o mesmo não foi tão numeroso quanto os registros de entradas de portugueses, italianos e espanhóis por aquela ilha.

Entretanto, para a década de 1920, em específico, notou-se um pico para a entrada de alemães pela hospedaria de imigrantes. Marília Ramos, elaborou um relatório sobre a imigração alemã e a sua relação com a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, verificando, para este grupo, um total de 20.579¹⁴⁵ entradas (RAMOS, 2019). Ressalta-se neste ponto os números oferecidos pelos Relatórios Ministeriais da década de 1920 (RAMOS, 2019: 18) referente à entrada de alemães no Brasil durante toda a década de 1920, totalizando 67. 557. Tendo como base esses dados, compreendemos que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores absorveu aproximadamente 30% do total de alemães que ingressaram no Brasil durante esta década. Indo além, para esta década contabilizou-se 40.117 alemães que desembarcaram no Porto do Rio de Janeiro, ou seja, aproximadamente 51% desses alemães se dirigem para a Ilha das Flores.

Esses dados são importantes para avaliarmos o conteúdo dos relatórios de Leonel Ferrão, fruto de suas investigações, enviados desde outubro ou novembro de 1941, ao diretor do Departamento de Vigilância da Polícia Civil. Através dos relatórios conclui-se que na Ilha do Governador existiam diversos alemães que foram sendo denunciados por Ferrão, em seus relatórios, acusados de serem quinta colonistas. Ferrão afirma que através dos seus serviços, possuía “perfeito conhecimento dos planos desses miseráveis traidores”. Pelo número de alemães residentes naquela ilha classificou-a como “ninho da quinta coluna”¹⁴⁶.

(...) que ainda pululam nesta Ilha e agora então com grande arrogância juntam-se e comentam nas barcas, com verdadeiras idéias de quintacolonistas, todos os fatos que se passam e ordens emanadas de nosso governo. Desde outubro ou novembro do ano findo venho trazendo ao conhecimento de V. S. (...) o que de anormal se vem passando nesta localidade, que já foi muito acertadamente classificada por um jornal como ninho da quinta coluna e onde, embora depois da prisão de vários súditos da Alemanha, por mim denunciados (...) do que resultou até apreensões de estações

¹⁴⁵ Foram analisados os seguintes livros: AN_003_95 (livro 109) de (19/01/1920 à 02/10/1922); AN_069_94 (livro 110) de (27/10/1922 à 17/07/1924); AN_061_95 (livro 111) de (17/07/1924 à 31/12/1925); AN_060_94 (livros 113 e 114) de (21/02/1928 à 08/09/1929 e 03/01/1929 à 31/12/1929) ,AN_061_94 (livro 112) de (03/01/1928 à 03/03/1929), AN_062_94 (livro 118) de (05/04/1929 à 22/06/1931); AN_063_93 (livro 116) de (01/07/1929 à 31/01/1931); AN_070_94 (livro 115) de (02/01/1928 à 25/03/1930)

¹⁴⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 6, dossiê: 13, “Nazistas da Ilha do Governador”.

transmissoras e a reclusão de muitos desses elementos na Ilha das Flores, continuam em liberdade elevado número de suspeitíssimos alemães.

Compreende-se que o crescimento do número de alemães residentes na capital do país gerou nas autoridades política e policial um crescente temor de que a quinta coluna nazista realmente existia. Acreditava-se que os “alemães do Reich”, portanto os alemães que entraram no Brasil a partir da década de 1920, estariam armando complôs na costa brasileira para possíveis “surpresas”. Ferrão é enfático ao afirmar que haveria uma surpresa reservada aos brasileiros para o dia 7 de setembro de 1942¹⁴⁷, o interessante é a sua conclusão de que o ataque não aconteceria pelos alemães “de lá” mas se concretizaria pelo “grande número dos existentes neste paiz abençoado e, ainda pelo grande número de adeptos”¹⁴⁸.

A montagem do presídio político da Ilha das Flores é compreendida como consequência direta do crescente temor aos “quinta colonistas” e dos seus supostos planos de sabotagem. Portanto, em março de 1942, instalou-se naquela ilha uma seção de presídio administrada pelo então diretor da Hospedaria de Imigrantes, João Martins de Almeida. Em julho de 1942, Felisberto Batista Teixeira¹⁴⁹, Delegado Especial de Segurança Política e Social, sob determinação de Filinto Müller, visita a Ilha das Flores com o intuito de junto ao diretor da Hospedaria de Imigrantes, iniciar os preparativos para a instalação do presídio¹⁵⁰. Uma das missões de Teixeira era apresentar os novos funcionários¹⁵¹ para o presídio político.

A prisão política estivera sob o controle do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assim, no ano de 1942 temos na Ilha o controle de dois ministérios sobre duas

¹⁴⁷ Ferrão afirma que lera sobre o plano nos jornais “Correio da Manhã” e a “Vanguarda”

¹⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 6, dossiê: 13, “Nazistas da Ilha do Governador”.

¹⁴⁹ Teixeira foi “empossado, em novembro de 1937, na chefia do Serviço de Censura, da Divisão de Comunicações, Estatística e Relações Culturais com as Polícias Estrangeiras, participou do combate ao levante integralista, ocorrido em maio do ano seguinte. Deixou o cargo em setembro de 1938, para tornar-se titular da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Em 1939, organizou o Serviço Secreto de Informações, tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro daquele ano. No primeiro semestre de 1942, em articulação com o Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, desmantelou o serviço de espionagem alemão no Brasil, apreendendo oito estações transmissoras e 14 receptoras clandestinas e efetuando a prisão de 67 agentes. Em julho desse ano, deixou a chefia da DESPS e assumiu interinamente a chefia de Polícia do Distrito Federal. Promovido a major em junho de 1943, no mês seguinte foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e, em março de 1944, interventor na firma alemã Knoll”. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/felisberto-batista-teixeira>).

¹⁵⁰ Documento disponível no APERJ. *Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores” idem: Fundo: Polícia Política, Setor: Alemão, Notação: 17, dossiê: 1, “Presos recolhidos à Ilha das Flores”*.

¹⁵¹ Para os cargos de: Escrivão-Chefe Classe “J”, Escrivão-Classe “G”, 2 investigadores e um intérprete.

instâncias separadas: no que tange à hospedaria o controle permanece nas mãos do Ministério do Trabalho; já a prisão política ficará a cargo do Ministério da Justiça. Durante o período em que ali funcionou o presídio foi reservado um espaço na Ala Norte da Ilha para a recepção dos presos políticos e somente no ano de 1942 ficaram detidas na Ilha das Flores 349 pessoas¹⁵².

Para a detecção dos “inimigos potenciais” que para lá iriam ser direcionados, os relatórios elaborados pelo Serviço Secreto da Polícia Civil, que contou, em grande medida, com denúncias feitas por brasileiros, foram, em muitos casos, decisivos para a prisão do inimigo. Esses relatórios são uma importante fonte de análise para o historiador. Vejamos, em um documento gerido pelo Departamento de administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, datado de março de 1943, consta a informação de que encontravam-se detidos na Ilha das Flores 128 indivíduos, dentre eles, 86 alemães¹⁵³. Somente Ferrão, através de suas investigações na Ilha do Governador, contribuiu com a denúncia de pelo menos dez alemães dentre os detidos¹⁵⁴.

Propagandas reproduzidas pela DNB¹⁵⁵, responsável por realizar as propagandas do partido nazista, acusavam que o governo brasileiro maltratava e/ou não prestava a devida atenção aos seus nacionais. A rádio germânica realizou duras críticas à Ilha das Flores afirmando que a mesma não possuía condições salubres para receber prisioneiros alemães. Além disso, afirmam que os alemães detidos na Ilha sofriam torturas e que os cidadãos alemães residentes no Brasil sofriam perseguições por parte das autoridades brasileiras. Contudo, algumas reportagens indicam que tais informações poderiam ser consideradas facciosas, pois trazem dados que corroboraria a defesa do Brasil frente tais acusações. Demonstram que no país residem hoje 100.000 alemães que trabalham normalmente e apenas 483 encontram-se presos. Apesar disto, alguns jornais ainda destacam as ameaças de represálias proferidas pelo governo sediado em Berlim¹⁵⁶.

¹⁵² Documento disponível no APERJ. *Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores”*.

¹⁵³ Relação numérica dos detentos na Ilha das Flores em 1943, divididos por nacionalidades. APERJ. *Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores”*.

¹⁵⁴ Ferrão denunciou diversos alemães, mas levou-se em consideração somente os que ficarão reclusos na Ilha das Flores. São eles: João Hacser, Joseph Pesseck, Karl Hansen, Schulze, Eric Lehernan, W. Stein, Ineje Corg. Hansen, Otto Sternecker, Franz Timon, A. Hamburger e Eduardo.

¹⁵⁵ Deutsches Nachrichtenburo - Instituto responsável pela propaganda nazista.

¹⁵⁶ Documento disponível no APERJ. *Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores”*.

Em vista das acusações sofridas pelo governo brasileiro houve a visita do embaixador espanhol Fernandez Cuesta, representante dos interesses do Reich no Brasil, ao presídio situado na Ilha das Flores. Esta visita deveu-se por motivo dos ataques sofridos pelo governo brasileiro do “centro nazista”, Berlim. Atacavam estes que os brasileiros não tratavam os súditos alemães de maneira adequados aos nossos foros de povo civilizados. O embaixador constatou, segundo a reportagem, que as notícias proferidas pela Rádio de Berlim [DNB] são facciosas, exaltou ainda o cuidado dispensado à todos os prisioneiros e as belas instalações.

Em setembro de 1942, João Martins de Almeida, a fim de evitar “alguns mal entendidos surgidos” quanto ao presídio da Polícia Civil, e procurando melhor organizar a situação deste, enviou ao chefe de polícia do Distrito Federal, Alcides Gonçalves, um modelo de regulamento para o Destacamento Policial que estava encarregado da segurança do espaço prisional¹⁵⁷. A resposta de aprovação do modelo apareceria em novembro, quando o Delegado Especial de Segurança Política e Social, Olindo Denys, considerou “desnecessária qualquer alteração no Regulamento das Atribuições do Destacamento Policial daquele presídio” sendo este publicado no Boletim de Serviço nº 243, de 22 de outubro do corrente ano¹⁵⁸.

Devido ao funcionamento do presídio, o acesso à Ala Norte da Ilha das Flores de civis, funcionários da hospedaria ou mesmo autoridades políticas, por exemplo, ficou limitado. De acordo com o regulamento, o prisioneiro deveria ser escoltado por policiais e, viajando em lancha da Polícia Marítima, seria recebido no cais de desembarque pelas autoridades do presídio, sendo identificados pelo nome. O acusado então seria revistado e entregue à escolta e enviado ao presídio, onde as autoridade determinariam o seu alojamento, sendo-lhe fornecido imediatamente roupas de cama.

Segundo o regulamento, o prisioneiro contava com assistência médica diária e dentária duas vezes por semana. Exista a possibilidade do detento participar de práticas religiosas no salão do refeitório geral da hospedaria, podendo assistí-las sob vigilância e escolta até aquele local. Possuía também direito a três refeições diárias, poderia praticar esportes na área do presídio em horas regulamentares e receber visitas de familiares desde que estes

¹⁵⁷ Regulamento para o funcionamento do presídio no interior da Hospedaria de Imigrantes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores”.

¹⁵⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) “Dossiê Ilha das Flores”. 17 de novembro de 1942.

apresentassem um cartão de identidade e autorização, assinado pelo Delegado Especial de Ordem Política e Social¹⁵⁹.

Por ordem do Ministro da Justiça, em maio de 1942, são transferidos para o presídio da Polícia Civil da Ilha das Flores 28 alemães envolvidos no caso “Montevideo”, apresentados pela Polícia de Porto Alegre. “Detidos por haverem desrespeitado instruções policiais vigorantes e reguladoras sobre a permanência de estrangeiros no país”. A chefia de Polícia do Rio Grande do Sul os considerou “elementos perigosos contra a ordem Política de Estado”¹⁶⁰. Todos esses tripulantes chegaram ao Brasil no ano de 1939, ou seja, são “alemães do Reich”, curioso é fato de todos declararem o não envolvimento “em quaisquer atividades suspeitas”, como também em atividades políticas neste país. Mesmo os que se declararam filiados ao NSDAP na Alemanha, aqui disseram não se envolver com simpatizantes deste movimento¹⁶¹, visto que o partido já se encontrava na ilegalidade.

Com o fim da guerra, são encerradas as atividades daquele presídio político. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores passou por diversas reformas e o local onde existiu o espaço prisional voltou a servir de alojamentos que passariam a abrigar centenas de refugiados do pós guerra, através da Organização Internacional de Refugiados.

CONCLUSÃO

René Gertz (1998: 17), em seu livro “O Perigo alemão”, tratando da perseguição à comunidade alemã no sul do Brasil, afirma que as fontes históricas que dispomos sobre o assunto referente ao “perigo alemão” (concreto no imaginário de grande parte da população brasileira durante os anos 30 e 40) costumam ser “daqueles que falaram, e falaram alto, mas é preciso averiguar se aquilo que disseram corresponde aos fatos”. Enfatiza ainda que a maioria da população era silenciosa e “a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes”. O historiador defende a tese de que a história política nas regiões de colonização alemã é “normal”, designando por “normal” o fato de que esta história “pode e deve ser entendida a partir da constelação local do poder, de sua

¹⁵⁹ A visita deveria ser feita fora do presídio e de suas imediações, sob vigilância de vários policiais, e em presença dos oficiais do Destacamento.

¹⁶⁰ “Caso Montevideo”, documentação disponível no APERJ. Fundo: Polícia Política, Setor: Geral, Notação: 2, dossiê: 16, “Presídio da Ilha das Flores”.

¹⁶¹ Idem.

inserção no Estado e no país e não a partir de fatores externos (a política imperialista alemã e sua ação teleguiadora).” (GERTZ, 1998: 22)

Cynthia Machado Campos (2005), em sua tese de doutorado sobre a proibição do “falar alemão” durante o Estado Novo, nos estados sulistas do Brasil, afirma que do ponto de vista do regime e de sua propaganda, a criação de um inimigo externo poderoso e ameaçador facilitava-lhes ganhar a coesão interna, o inimigo servia também como justificativa para um movimento interno de militarização do país e de sua gente, sendo tal movimento necessário à defesa nacional.

Em concordância com os trabalhos acima citados, defendemos que quanto mais se produziu relatos e discursos contra os alemães residentes no Brasil, associando toda essa comunidade étnica ao nacional socialismo, mais o projeto estadonovista encontrava bases para legitimar o uso da violência e da repressão policial contra as comunidades de origem teuta no território nacional (GERTZ, 1998; CAMPOS, 2006). Para esses trabalhos se torna inegável: *o peso da mão de ferro do Estado Novo se fez sentir principalmente através da atuação policial, que (...) traduziu em ações concretas o modelo autoritário, legitimando muitas de suas ações por meio de um discurso salvacionista e nacionalista* (WEIZENMANN, 2008: 40-41).

A existência do partido nazista no Brasil, pode ter sido pensada, por muitos que viveram este tempo, como “indício suficiente” para justificar a sensação de perigo e o conjunto de medidas pensadas e executadas como antecipatórias em relação ao risco que então se apresentava. Desejamos apresentar que fora portanto a disseminação das diversas construções discursivas acerca do “perigo alemão” e não a realidade que produziu consequências concretas nas políticas de Estado em relação à população de língua alemã no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BALANDIER, Georges. O Poder em Cena. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1982.

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 11^a ed. 2007. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. (O que falar quer dizer). São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. O poder simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. O mundo da Violência. A Polícia da era Vargas. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1993.

CARNEIRO, Tucci Maria Luiza. Os arquivos da Polícia Política Brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. USP, São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>.

_____. Segurança, Território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, São Paulo, 2008.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete, Petrópolis, Vozes, 1987.

GERTZ, René. O Perigo alemão. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MORAES, Luís Edmundo de Souza e GAK, Igor “O partido Nazista e o mito da Quinta Coluna no Brasil”, In: Revista brasileira de Estudos Estratégicos, dossiê: “O Brasil na Segunda Guerra: 70 anos”. Nº 14, jul- dez 2015.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O NSDAP no Brasil: Problemas de Pesquisa. In: Fascismos: conceitos e experiências, PARADA, Maurício (org), Rio de Janeiro, Mauad X, 2008.

NEUMANN, Rosane Marcia. 'Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!' As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2003.

PEDROSO, Regina Célia. Estado autoritário e ideologia policial. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros da Guerra: os "súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009.

REZNIK, Luís; FERNANDES; Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores, In: História (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf>>. Acesso em: 16 de out. de 2019

_____. Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. Navegar, vol. 2, nº 3, Jul.-Dez. 2016, pp. 77-107.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro, Tempos de Capanema. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

WEIZENMANN, Tiago. CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944). Unisinos, São Leopoldo, 2008.

Imigração e epidemias. A institucionalização da saúde pública.

Julianna Carolina Oliveira Costa
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

O século XIX foi marcado pelo deslocamento massivo de europeus para outros continentes, sobretudo para as Américas. O intenso fluxo migratório iniciado no oitocentos se estendeu até as primeiras décadas do século XX, sendo brevemente interrompido devido à Primeira Guerra Mundial. As pesquisas de Gianfausto Rosoli apontam que, entre 1815 e 1914, mais de 50 milhões de indivíduos partiram da Europa em direção ao continente americano (ROSOLI *apud* GONÇALVES, 2012: 17), principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil. O crescente fluxo de pessoas significou também uma maior circulação dos microrganismos causadores de doenças. Consequentemente, o século XIX presenciou grandes epidemias como as de cólera e de febre amarela.

A internacionalização das doenças ensejou a necessidade de estabelecer medidas de proteção à saúde em níveis nacionais e internacionais. Nesse contexto foi realizada a Primeira Conferência Sanitária Internacional, que reuniu médicos e cientistas de diversas nações na cidade de Paris, em 1851. Discussões sobre a etiologia das doenças e sobre as técnicas de controle das enfermidades foram travadas, revelando a fragilidade e as limitações do saber médico naquele momento. Os debates se estenderam por muitas outras conferências, na tentativa de normatizar e padronizar as práticas de recepção dos navios que transportavam cargas, mercadorias e pessoas pelos mais diferentes portos do mundo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o governo brasileiro se inseriu nesses debates e quais foram as suas respostas frente às questões sanitárias suscitadas pelo movimento imigratório. Para tanto, iremos utilizar documentos oficiais que revelam as estruturas governamentais de recepção, inspeção e acolhimento de imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, além de demonstrar a influência da regulamentação norte-americana nas práticas de defesa sanitária adotadas nos portos brasileiros.

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO DA CÓLERA

Na primeira metade do século XIX, a cólera propagou-se da Ásia para toda a Europa até chegar as Américas, em uma verdadeira “peregrinação global” (SANTOS, 1994, p. 83). A

doença possuía um caráter endêmico na Índia, mas campanhas militares, juntamente com as rotas de comércio dos ingleses, possibilitaram a propagação do bacilo *Vibrio comma* do Delta do Ganges até o Reino Unido. No ano de 1832, a moléstia invadiu a Irlanda sendo posteriormente transportada para os Estados Unidos através da corrente migratória que havia se estabelecido entre os dois países.

Em pouco tempo a epidemia se alastrou por todo o território norte-americano, mas seus efeitos foram sentidos mais fortemente nas maiores cidades portuárias, como Chicago e Nova York. O medo da doença que provocava intensas diarreias, seguidas por vômitos, desidratação e, em muitos casos, por óbito, levou à fuga dos nova-iorquinos mais abastados para lugares considerados indenes. Em contrapartida, os que permaneciam na cidade olhavam com desconfiança para os imigrantes irlandeses. Os doentes passaram a ser discriminados. Médicos e demais funcionários da saúde que tentavam interná-los também eram tratados de maneira hostil, pois os hospitais que foram improvisados durante a epidemia eram considerados “casas da morte” (SANTOS, 1994: 94).

No final do ano de 1832, a epidemia chegou ao fim com elevado índice de mortalidade, o que gerou a preocupação dos governos locais com a saúde e o saneamento. Gradativamente, as juntas de higiene – como o *Board of Health* de Nova York – foram tendo suas funções e poderes ampliados (BUSHEL, 1966). Em 1866, a Assembleia Legislativa de Nova York determinou que as ações da junta deveriam se estender por toda região metropolitana. Além disso, foi decidido que a recém-criada Junta de Higiene Metropolitana deveria ser composta apenas por higienistas que ocupariam os cargos de presidente, inspetor de saúde dos portos, médicos e comissários de polícia.

A organização sanitária criada para impedir o avanço da cólera incluía ações como à drenagem de pântanos, canalização dos esgotos e limpeza das cidades. No porto de Nova York, mais especificamente na *New York State Quarantine Station*, o inspetor de saúde permaneceria encarregado de examinar toda a tripulação e todos os passageiros dos navios à procura de doenças infectocontagiosas. Os indivíduos que apresentassem sintomas de cólera, peste e febre amarela, ficavam detidos na estação de quarentena, recebendo o tratamento adequado até completar o período quarentenário (REBELO, 2010: 104). Os imigrantes supostamente sadios eram encaminhados para *Castle Garden*, onde eram novamente

examinados para verificar se nenhum doente havia passado indevidamente pela inspeção médica do porto (SILVA, 2014: 86).

O controle sobre os corpos dos imigrantes se justificava na crença de que estes eram os responsáveis pela difusão da cólera. Os norte-americanos, de maneira geral, acreditavam que dificilmente o mal iria atingir “uma nação que vivia em liberdade, era educada e muito piedosa”. Para eles, a ira de Deus pairava sobre “os miseráveis e mal-alimentados de outras terras” (SANTOS, 1994: 93), ou seja, os imigrantes que eram majoritariamente muito pobres e viviam nas áreas mais precárias do país. Assim, os imigrantes foram considerados os culpados pelo alastramento da epidemia ao invés de serem tratados como vítimas da cólera.

Na primeira metade do século XIX os movimentos migratórios internacionais ainda não incluíam o Brasil. Desse modo, o país manteve-se livre da cólera até o mês de maio de 1855, quando o navio Defensor aportou em Belém do Pará, trazendo 288 imigrantes portugueses da cidade do Porto. Embora o Porto tenha sido considerado oficialmente limpo até o dia 1º de julho, as autoridades brasileiras sabiam que durante a viagem havia ocorrido um surto de cólera a bordo do Defensor, mesmo assim não adotaram medidas de quarentena. A situação tornou-se ainda mais grave após o navio receber autorização para continuar sua viagem em direção ao sul, espalhando a moléstia por outras cidades costeiras.

A ausência de cordões sanitários ou da imposição de quarentenas se justifica na composição da Junta Central de Higiene Pública, formada em sua maioria por anticontagionistas. Segundo Czeresnia (1997: 84), os anticontagionistas relacionavam a origem das doenças às condições atmosféricas, entre outras influências da natureza e da sociedade. Esta corrente da medicina acreditava que partículas venenosas – conhecidas como miasmas – desprendiam-se das águas estagnadas ou das matérias em decomposição, espalhando-se pelo ar e possibilitando a proliferação de vários males. Para combater a propagação as doenças, os anticontagionistas defendiam procedimentos de controle do ambiente.

Os contagionistas se opunham aos anticontagionistas no que diz respeito às práticas sanitárias (CZERESNIA, 1997: 84). Ao entender que as doenças se propagavam de um indivíduo para outro, defenderam medidas de controle e isolamento dos enfermos, além das impopulares quarentenas. De acordo com Ackerknecht, “a discussão nunca foi somente sobre contágio, mas sim sobre contágio e quarentena” (ACKERKNECHT *apud* CZERESNIA,

1997: 84), pois medidas restritivas causavam embaraços às relações comerciais internacionais, trazendo prejuízos econômicos e transtornos políticos às nações.

As divergências entre contagionistas e anticontagionistas só foram encerradas após a aceitação das pesquisas realizadas por Robert Koch. Em 1883, Koch isolou o bacilo da cólera e determinou que a água e os alimentos contaminados por dejetos eram os principais meios de propagação da doença. Anteriormente, buscando explicar a etiologia da cólera e estabelecer as medidas profiláticas a serem adotadas, autoridades de diversas nações se reuniram em fóruns mundiais, como a Primeira Conferência Sanitária Internacional ocorrida em Paris, no ano de 1851. Na ocasião não houve consenso entre os representantes dos países liberais e conservadores, pois os liberais defenderam a teoria miasmática e a adoção de práticas higienistas enquanto os conservadores optaram por manter as medidas referentes à teoria do contágio (REBELO, 2010: 98).

No Brasil, embora as autoridades médicas e sanitárias estivessem mais alinhadas ao pensamento liberal, a devastação causada pela cólera forçou o presidente da Junta Central de Higiene Pública, Francisco de Paula Cândido, a adotar medidas de quarentena. Desse modo, em 1855, foram criados os Lazaretos de Maricá e da Várzea, que funcionaram agregados ao Hospital Marítimo de Santa Isabel. Entretanto, a duração da quarentena ficou sujeita apenas à desinfecção do navio, considerada a base das medidas preventivas. A desinfecção era realizada pela visita sanitária do porto, no próprio navio, a fim de destruir o germe causador da infecção e impedir o desenvolvimento da epidemia (CÂNDIDO, 1856: 71).

A teoria do germe foi uma doutrina contagionista defendida pelo italiano Girolamo Fracastoro, no século XVI. De acordo com Czeresnia (1997: 86-87), na falta de explicações científicas capazes de explicar a propagação da cólera, o saber médico oscilou entre miasmas e germes na medida em que o conceito de transmissão foi sendo elaborado tanto por contagionistas quanto por anticontagionistas.

Para Francisco de Paula Cândido (1856: 4), ao atracar em Belém do Pará o navio Defensor não trazia nenhum caso de cólera a bordo, pois todos os doentes haviam falecido durante a viagem. O presidente da Junta Central de Higiene Pública afirmou ainda que os primeiros casos registrados em Belém não haviam se manifestado nos imigrantes portugueses, mas nos escravos que abasteceram o Defensor (CÂNDIDO, 1856: 6). Portanto, acreditava que

a transmissão havia ocorrido por meio do ar, da madeira e dos demais objetos do navio, o que justificava a desinfecção como base das medidas preventivas.

No ano de 1859, o serviço sanitário dos portos brasileiros foi reorganizado. A partir de então as embarcações estrangeiras provenientes de portos sem a ocorrência de epidemias deveriam ser inspecionadas por um funcionário da Junta Central de Higiene Pública, a fim de verificar suas condições sanitárias. Constatando-se casos de cólera, febre amarela e peste a bordo do navio, os doentes deveriam ser conduzidos para o Hospital Marítimo de Santa Isabel. Os demais passageiros deveriam passar por um processo de desinfecção, assim como as suas bagagens (DECRETO 2.409, 27 de abril de 1859). Após desembarcar no Porto do Rio de Janeiro, os imigrantes eram recolhidos em hospedarias, onde aguardavam até serem encaminhados para um núcleo colonial ou alguma grande fazenda.

Os navios procedentes de portos infectados deveriam seguir um protocolo diferenciado. Somente às embarcações com mais de 25 dias de viagem e sem nenhum caso de doença a bordo seria permitida a livre prática, após a desinfecção dos tripulantes, dos passageiros, das bagagens e das cargas do navio. Nas embarcações suspeitas e infectadas a tripulação e os passageiros eram submetidos à desinfecção a bordo do navio. Em seguida, eram imediatamente encaminhados para os lazaretos de observação a fim de cumprir o período de quarentena. As pessoas com sintomas de doenças infectocontagiosas, no entanto, eram transferidas para o Hospital Marítimo de Santa Isabel (DECRETO 2.409, 27 de abril de 1859).

Posteriormente, o governo brasileiro passou a fechar os seus portos para navios oriundos de portos infectados pela cólera e em alguns casos extremamente graves o “torna-viagem” foi a medida profilática adotada. Em 1893, durante a epidemia de cólera que se iniciou na França e rapidamente se espalhou para outros países, quatro navios infectados que chegaram ao Rio de Janeiro foram obrigados a retornar para os seus portos de origem, ancorando no Lazareto da Ilha Grande apenas para reabastecer (REBELO, 2010).

As preocupações das autoridades sanitárias com as doenças trazidas pelos imigrantes tornaram-se mais evidentes após 1857, quando o governo imperial estabeleceu as bases dos contratos de colonização de terras. De acordo com a decisão n. 340, de 26 de setembro de 1857, foram concedidos adiantamentos para pessoas e companhias que se dedicavam a

introdução de imigrantes com destino aos núcleos coloniais. Além disso, a decisão garantiu a esses imigrantes um auxílio em dinheiro para o abatimento das suas dívidas com transporte.

A política de incentivo à imigração e colonização, por sua vez, esteve relacionada ao problema de abastecimento de mão-de-obra. O primeiro surto de cólera ocorrido no Brasil ceifou a vida de milhares de escravos e pessoas de cor (KODAMA; PIMENTA; BASTOS; BELLIDO, 2012). Desse modo, em 1856, o ministro dos Negócios do Império já declarava que “a falta de braços em estabelecimentos rurais foi agravada pela epidemia” (FERRAZ, 1856: 86).

A FEBRE AMARELA E OS ENTRAVES PARA A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A carência de braços nas lavouras era a maior preocupação das elites agrárias desde 1850, quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil. Nesse momento intensificaram-se as discussões sobre a substituição do trabalho escravo pelo livre, chegando a admitir por um breve período a vinda de trabalhadores chineses para o país. No entanto, as teorias raciais vigentes no período redirecionaram as políticas de imigração e colonização para os europeus, pois acreditava-se que somente com a vinda de trabalhadores brancos o Brasil atingiria a civilização e o progresso (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2002).

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro passou a adotar uma série de medidas para promover e estimular a imigração. Entretanto, apesar das garantias e favores concedidos aos estrangeiros que decidissem se estabelecer em território brasileiro, o movimento de entrada de imigrantes não atendia às expectativas do governo imperial. Para Alfredo d’Escragnolle Taunay, a principal razão para o Brasil não obter o resultado desejado estava relacionada à precariedade das condições sanitárias da Capital do Império, noticiada constantemente tanto pela imprensa nacional quanto pela estrangeira (TAUNAY, 1877).

A cidade do Rio de Janeiro, principal porta de entrada para o Brasil, sofria com constantes epidemias de febre amarela. A doença havia chegado pela primeira vez à Corte no verão de 1849/50, retornando ano após ano, com maior ou menor intensidade. Na década de 1870, o médico José Pereira Rego presidiu uma comissão encarregada de estudar as causas do desenvolvimento da febre amarela, chegando à conclusão de que a doença foi desencadeada

pela importação de um veneno específico, mas as condições sanitárias da Corte haviam provocado os surtos posteriores (CHALHOUB, 2001)

Os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado, relacionando as constantes epidemias que afligiam o Rio de Janeiro com as condições de vida na cidade (BENCHIMOL, 2001). Eles atribuíram o seu desenvolvimento a existência de pântanos malcheirosos, poças de água estagnada e matérias em decomposição que se encontravam espalhadas por toda parte, visto que a ausência de um sistema de esgoto tornava comum o despejo de dejetos em lugares impróprios, como praias, valas, ruas e terrenos baldios. Os inúmeros cortiços, localizados no centro do Rio de Janeiro, também foram considerados um dos principais responsáveis pela precariedade das condições sanitárias.

A insalubridade do Rio de Janeiro exigia atenção, pois, frequentemente, doenças endêmicas atingiam os estrangeiros recém-chegados. Na segunda metade do século XIX, não existiam bases científicas que explicassem a ação do mosquito como transmissor da febre amarela. Assim como ocorreu com a cólera, as explicações se apoiaram nas teorias dos miasmas e dos germes e as discussões sobre as medidas profiláticas a serem adotadas variou entre o controle do ambiente e a imposição das quarentenas.

A discordância entre as autoridades médicas e sanitárias revela que o conhecimento sobre doenças como a febre amarela não permitia respostas seguras a várias questões. Porém, com base nas estatísticas coletadas pela Junta Central de Higiene Pública, podia-se afirmar com certeza que entre os doentes acometidos pela febre amarela os imigrantes foram os que mais sofreram em termos de perdas de vidas humanas.

ARTIGO_Luis_Juliana.indd 6 / 18

Tabela 1: Nacionalidade dos doentes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em 1876

Nacionalidades	Doentes	Mortos
Brasileiros	420	99
Portugueses	3.808	1.208
Italianos	339	191
Franceses	195	93
Espanhóis	432	138
Outras	848	244
Não indicadas	224	77
Total:	6.266	2.050

Fonte: Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, citado em Taunay (1877, Anexo F, p.50).

As estatísticas indicavam ainda que os indivíduos que estavam sujeitos às condições sanitárias da cidade por um período de tempo maior suportavam a doença melhor do que aqueles que estavam em processo de adaptação a esse meio ambiente.

casos mais graves, ordenando que o navio retornasse para a Europa.

Tabela 2: Tempo de permanência dos imigrantes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em 1876

Tempo de permanência	Doentes
De dias até seis meses	676
Até um ano	523
Até dois anos	175
Até três anos	72
Mais de três anos	55

Fonte: Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, citado em Taunay (1877, Anexo F, p.52).

Prestando conta das ações empreendidas pelo seu departamento, José de Cupertino Coelho Cintra (1877, p.3), inspetor geral de Terras e Colonização,⁹ relatou que as casas

A defesa da ideia de aclimatamento se tornou a posição oficial do governo imperial. Em 1876, uma grave epidemia de febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro, atingindo alguns imigrantes alojados na Hospedaria do Morro da Saúde. As recomendações

da Inspeção Geral de Terras e Colonização foram para que os imigrantes alojados na hospedaria, bem como todos os outros que chegassem à cidade do Rio de Janeiro, fossem conduzidos diretamente para os depósitos de Mendes, Barra do Piraí e Porto Real, onde ficariam aguardando o encerramento do surto epidêmico.

Prestando conta das ações empreendidas pelo seu departamento, José de Cupertino Coelho Cintra (1877: 3), inspetor geral de Terras e Colonização, relatou que as casas arrendadas pelo governo na povoação de Mendes foram organizadas para receber os imigrantes da Hospedaria do Morro da Saúde, ficando esta última fechada durante o período epidêmico. Porém, as casas de Mendes foram insuficientes para abrigar o crescente número de imigrantes, obrigando o governo a recorrer às casas alugadas na Barra do Piraí e a aceitar favores do diretor da Colônia de Porto Real, que passou a receber imigrantes para aclimação e não apenas os que desejavam se estabelecer na colônia.

Coelho Cintra também informou que encontrar locais adequados para realizar os serviços de hospedagem dos imigrantes não foi o único problema enfrentado durante a sua gestão. Para transportar os recém-chegados da cidade do Rio de Janeiro para a região da serra foi necessário um verdadeiro esforço em conjunto, envolvendo a Companhia de Bondes a Vapor, o Trapiche da Prainha, a Companhia Locomotora e a Estação de Ferro Pedro II.

Em julho de 1876, com o fim da epidemia de febre amarela, os serviços de recepção e hospedagem dos imigrantes voltaram a funcionar normalmente, após a reabertura da Hospedaria do Morro da Saúde. No ano de 1881, as atividades da hospedaria foram definitivamente encerradas sob o argumento de que, em épocas de epidemia, exigiam “conveniências da saúde pública o recolhimento dos imigrantes recém-chegados à localidade” (D’ÁVILA, 1882: 222).

O elevado índice de mortalidade entre os imigrantes durante as epidemias de febre amarela garantiu a capital do Império a fama de “túmulo dos estrangeiros”. A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco depois em virtude dessa doença fez com que muitos emigrantes escolhessem se estabelecer em outros países, como Estados Unidos, Argentina e Canadá, ao invés de eleger o Brasil como destino. O sucesso das políticas imigratórias dependia, portanto, de promover uma boa imagem do Brasil, especialmente da cidade do Rio de Janeiro, principal porta de entrada do país.

Diante disso, o governo imperial autorizou a

construção de um edifício adequado a recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 30.000 indivíduos, e organização de um serviço de informação, locação e venda de terras que habilitasse o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo (D'ÁVILA, 1882: 222).

Para este fim, em 16 de janeiro de 1883, a Inspeção Geral de Terras e Colonização adquiriu a Ilha das Flores que tornou-se uma opção viável para o estabelecimento de uma Hospedaria de Imigrantes por estar localizada na Baía de Guanabara, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro, próxima de águas navegáveis e de estradas férreas. Ademais, por se tratar de uma ilha, a região era adequada para a construção de uma hospedaria capaz de receber os imigrantes recém-chegados, afastando-os do contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX a imigração tornou-se um problema de saúde pública em nível internacional, devido à relação entre as doenças e a movimentação de pessoas e mercadorias. Para as nações mais liberais era necessário proteger a saúde dos portos e das cidades sem prejudicar o livre comércio e as liberdades individuais, com a imposição das quarentenas de navios e passageiros.

Os países de imigração, como Estados Unidos, Argentina e Brasil, temiam que os imigrantes importassem a cólera ou a peste e, portanto, participaram de fóruns juntamente com as nações europeias para propor medidas de combate as epidemias. Se por um lado a imigração era entendida como trabalho civilizado em oposição ao escravo, por outro era o foco de novas doenças vindas da Europa.

Para os países americanos a imigração representava ainda uma ameaça à propagação de endemias locais, como a febre amarela. Países europeus chegaram a proibir a emigração para o Brasil, por exemplo, sob o argumento de que o país não era suficientemente salubre para receber os imigrantes europeus. No entanto, as nações europeias mostraram-se desinteressadas em discutir o problema da febre amarela, o que ensejou a organização de convenções americanas.

Pode-se afirmar que as epidemias e as suas respectivas medidas profiláticas trouxeram a questão da saúde para a pauta política do século XIX, tendo os Estados Unidos como um dos principais protagonistas. Além disso, o sistema de recepção de imigrantes montado pelos norte-americanos serviu de modelo para outros países, como o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.

BUSHEL, Arthur. Chronology of New York City Department of Health (1655-1966). New York: Department of Health, 1966.

CÂNDIDO, Francisco de Paula. Relatório da Saúde Pública. In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CINTRA, José de Cupertino Coelho. Relatório da Inspeção Geral de Terras e Colonização. In: ALMEIDA, João Thomaz José Coelho de. Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, v. IV, 1997, pp. 75-94.

D'AVILA, Henrique Francisco. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Mercadores de Braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia; BASTOS, Francisco; BELLIDO, Jaime. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.19, dez. 2012.

MORENO, Barry. *Images of America: Ellis Island*. South Carolina: Arcadia, 2003.

REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2010. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Um século de cólera: itinerário do medo. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, 1994, pp. 79-110.

SANTOS, Victor da Costa. “As ordens necessárias para o agasalho e sustento dessa gente”: Hospedagem e recepção de imigrantes na província e na Corte do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. *Espectáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, pp. 117-149, 2002.

SILVA, Gabriela Ucoski da. *História e aspectos do cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal Porto Alegre (1890-1898)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. Dissertação de Mestrado em História.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Relatório da Junta Central de Higiene In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

MESA 09

História e Imprensa

DEBATEDORES:

Eduardo Scheidt (UERJ/FFP)

Tatyana de Amaral Maia (PUCRS)

Repressão, Moral e Ciência: os vendedores de “liamba” e a imprensa no Rio de Janeiro durante o primeiro governo Vargas (1930-1945)

Adair Gomes Crespo Junior
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ

Este artigo propõe a análise da representação dos vendedores de liamba¹⁶² na imprensa do Rio de Janeiro durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945). Para isso, buscaremos alguns jornais¹⁶³ desse período a partir do referencial teórico-metodológico da análise de discursos, preconizado por Michel Foucault. Buscaremos refletir sobre a questão do controle social no Brasil, sobretudo na primeira parte do século XX, bem como o desenvolvimento e hegemonização dos discursos científicos e da criminologia, com isso objetivamos pensar a relação do contexto social e político do primeiro governo de Vargas com a construção das representações do controle social na imprensa carioca, permeado pelo racismo estrutural e voltado para o controle e a repressão dos indesejáveis (COIMBRA, NASCIMENTO, 2003). Sob a perspectiva da História Social do Território, a importante contribuição deve-se reafirmar a importância de um método de análise a partir da abordagem interdisciplinar, ou multidisciplinar, como podemos ver evidenciadas nas contribuições de pesquisadores como Milton Santos, no sentido de apreendermos básicos conceitos no que diz respeito a questão do território. outro como Edward Soja traça observações acerca da tríade espaço/tempo/ser, com vista nos estudos de Foucault e Berger. Segundo Foucault, se no passado o espaço era visto como imóvel e não dialético, e o tempo visto como algo dinâmico e interativo, a partir do século XX essa visão começa a ser o período da simultaneidade entre tempo e espaço relaciona pesquisas sobretudo entre geógrafos e historiadores, para Soja essa convergência ocorre principalmente a partir dos anos 60 dando difusão ao conceito de Imaginação Sociológica (MILLS), que tem por objetivo desconstruir a história cumulativa e enfatizar a

¹⁶² O termo foi preferido por sua recorrência constante durante a pesquisa nos jornais do período em recorte, embora outras várias denominações lhes fossem atribuídas, entre elas: *diamba*, *liamba*, *marijuana*, *rafí*, *baseado*, *morrão*, *fumo brabo*, *gongo* e *malva*.

¹⁶³ Diário de Notícias-RJ; O Radical; Jornal do Commercio; Diário Carioca; Correio da Manhã; Jornal do Brasil; Jornal A Noite e Gazeta de Notícias.

narrativa histórica especializada, com vertente sociológica. Na imaginação sociológica, o indivíduo só compreende sua própria experiência, considerando o tempo, o espaço e os outros indivíduos naquele mesmo tempo.

Forma-se uma visão social dos acontecimentos no mundo e suas repercussões no coletivo e no individual. Assim, as histórias de vida tendem a assumir papel de importância dentro da Teoria Social Crítica. Nossa análise tem como principal objeto, vendedores de Liamba como Manuel Galvão, vulgo “Gato Bravo”, homem negro estivador, morador do Morro da Favella e nome recorrente nos jornais cariocas entre os anos de 1932 e 1935. Vemos como as diversas notícias representam as condições de vida e relações de poder impostas não casualmente sobre o corpo e os devires do negro num momento tão crucial pra se pensar a consolidação do Estado moderno no Brasil intimamente ligada à uma ordem estrutural do racismo no Brasil, antes de tudo nas relações de poder entre o negro e o Estado brasileiro, sobretudo como há relação entre os discursos e práticas institucionais como médico-sanitário, criminológico, científico e jurídico neste momento e todo um pensamento estruturalizado na hegemônica e vigente hierarquia racial brasileira.

Também nos será muito caro pensar a partir dos pressupostos apresentados na pesquisa de Rosa Del Olmo (1990), que apontam para o contexto de predomínio de um discurso ético-jurídico fomentador da mentalidade moral da droga, fundamentalmente como sinônimo de periculosidade, para a autora, o fenômeno da ilegalidade da maconha agrega em si os processos de construção do *estereótipo cultural*, através do discurso dos meios de comunicação, o *estereótipo moral*, ao qualificar o usuário como ocioso, e o *estereótipo da dependência*, embasado no discurso médico (produto da difusão do modelo médico-sanitário) (OLMO, 1990: 23-24). O debate acerca da política criminal de drogas no Brasil integra uma vasta multiplicidade de objetos, que emergem de diferentes processos e assumem também diferentes significados a depender de certa conjuntura, a cannabis, mesmo com sua ilegalidade tendo sido instituída a mais de um século, tem sido objeto de discussão em diferentes setores da sociedade, como política, saúde, direito, e atualmente, sobretudo no campo das ciências sociais.

André Barros (2006) vai apontar que antes mesmo de ser promulgada a Constituição da República (1891), no ano de 1890 já são instaurados dois instrumentos de controle social dos indesejáveis, sobretudo visando à população negra, são estes, o Código Penal e a ‘Seção

de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação’, processos históricos que viriam a auxiliar na repressão e controle da liberdade da população negra. Conforme aponta Ana Paula Barcelos, “a substituição da mão de obra escrava pela assalariada incluía a tentativa de apagar o passado escravista e colonial do país” - nesse sentido, se estabeleceu um processo de reorganização de forma excludente e autoritária, e principalmente, como apontou Barcelos, “acentuam-se a desqualificação moral e ideológica e a perseguição policial às classes subalternas que lembram diretamente o passado que se deseja omitir” (BARCELOS, 2012: 103). Assim, pensando a partir das determinantes considerações da ‘história vista de baixo’ (THOMPSON, 1997), que certamente nos auxiliaram a aprofundar nossa perspectiva articulando assim, experiências históricas e culturais - como conexão entre ‘conjuntura e processo’, daqueles indivíduos, em torno dos quais os debates históricos clássicos (articulados a partir apenas dos ‘modos de produção’ ou de outras tipificações ideais) não dariam conta de problematizar, conseqüentemente enxertando-os na própria História como ‘nota de rodapé’, a saber: a mulher e o homem negro.

O período analisado compreende um recorte temporal que se inicia em 1930 e é finalizado em 1945. De modo geral, este contexto é marcado por significativas transformações políticas, identificadas com a reorganização do espaço público, a modernização e a incorporação de valores técnico-científicos na administração do controle social. Logo, devemos refletir a produção de alguns perfis estigmatizantes a partir dos saberes médico-científicos e também como estas construções se relacionam a um processo de normalização da sociedade civil brasileira, nos parâmetros já evidenciados por Antonio Gramsci, a saber, a importância crucial numa análise histórica que pensa as relações entre as classes e suas lutas (tanto por hegemonia quanto por ruptura) no fazer-histórico materialista, entretanto não deixa de articular essa infraestrutura econômica as superestruturas hegemônicas perpetradas através da ação do Estado através da Sociedade civil, política e todas as instituições. No momento que estamos analisando essa relação não se dá apenas no nível das práticas judiciais, mas pela medicalização, escolarização, inserção no mercado de trabalho, etc. - que se relacionam íntima e intrinsecamente com a dinâmica de industrialização crescente. Conforme aponta Gizlene Neder (1997: 111), a modernização da cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito à reorganização do espaço público e a configuração populacional, representa um dos aspectos históricos da passagem ao capitalismo. Desta maneira buscaremos

compreender como certas práticas jurídicas e políticas fomentaram a produção das novas categorias de delinquente, e outras práticas médico-científicas produziram a doença e o vício como problema nacional na década de 1930.

Na seção final deste artigo iremos articular o debate oral proposto na apresentação do Seminário Interno e as notícias publicadas no Rio de Janeiro no recorte então proposto, para a partir daí relacionarmos as dinâmicas de subjetivação dos vendedores da maconha na imprensa do Rio de Janeiro na década de 1930, sobretudo a partir do olhar ‘periférico’ no debate sobre biopolítica e controle social em Foucault e a categoria necropolítica de Achille Mbembe (2018). Nesse sentido, chamamos a atenção à relação do passado histórico analisada na pesquisa, com os presentes processos estruturais de acentuação das desigualdades civis, políticas, sociais e econômicas na conjuntura final deste mesmo século (elemento chave para pensar as controvérsias dos processos de redemocratização a partir de 1980) e começo do XXI.

Alba Zaluar (2005: 66) aponta o processo acelerado de urbanização, a partir da década de 50, como em grande parte responsável pelo surgimento das grandes regiões metropolitanas e muitas cidades médias no interior do país. Com isso, os problemas das grandes concentrações urbanas relativos à habitação, o trabalho, à saúde, à educação coexistem até nossos dias com os do controle social e da vigilância policial, onde emprego da violência - como *meio e fim*, e sua *territorialização* - no caso brasileiro ainda é um tema de acirrado debate em torno do idealismo do ‘homem cordial brasileiro’. Nesse sentido, o conceito de biopolítica pós-política, de Slavok Žizek (2009) (o anexo pós advém da concepção do autor de que há uma “governamentalidade liberal despolitizada preocupada na produção de consensos”, segundo Žizek, a violência e o medo circulam por meio da linguagem.

Vera Malaguti Batista (2003a) nos aponta a construção de uma ordem social burguesa e o medo da rebeldia que a seguiu. Um medo de insurreição popular, de um caos representado pela chegada das camadas mais pobres ao poder, segundo a autora “a ocupação do espaço público pelas classes subalternas produz fantasias de pânico e ‘caos social’ que se ancoram nas matrizes constitutivas de nossa formação ideológica” (BATISTA, 2003a: 34). Estes medos reverberam na fomentação de políticas públicas penadas necessariamente em torno da manutenção das relações hegemônicas de poder. Luciano Góes (2017), fundamentado na decolonialidade que estrutura o saber criminológico libertário latino, a partir da perspectiva de

uma Criminologia brasileira, “rechaça” qualquer novidade que o termo *genocídio* possa induzir, pois, resultado do racismo brasileiro, se apresenta como processo político ininterrupto de extermínio do negro, “cuja última legitimação é nossa guerra contra as drogas fundamentada na saúde pública que se traduz na prática em uma guerra racial declarada.”

Desta maneira, empreendendo o modelo de análise genealógica do controle social do negro brasileiro, pensaremos a partir das ideias dos ‘dispositivos de poder’ inicialmente levantadas por Foucault (1977), tendo neste sentido, sido o negro no Brasil e suas ‘práticas culturais’ segregadas, marginalizadas e passíveis de punição. Investigaremos a conjuntura histórica da criminalização da cannabis no Brasil como um processo relacionado à Diáspora Africana. Como aponta Barros (2006: 54), no caso brasileiro, o enfraquecimento das oligarquias escravocratas que decorre a partir dos processos de modernização e difusão do positivismo liberal não significa necessariamente uma ruptura nas relações hegemônicas de poder. Para o autor, os fenômenos políticos estavam fortemente relacionados ao pensamento de Lombroso, ou seja, nas origens etiológicas do crime, razões biológicas, hereditárias ou até climáticas como determinantes a certos indivíduos não respeitarem a ‘ordem’ (BARROS, 2006: 121). Esse pensamento foi possivelmente o que mais influenciou criminologistas, juristas e médicos brasileiros e europeus no começo do século XX.

A partir das problemáticas levantadas por Dale Tomich (2011), que propõe o olhar sobre a dinâmica que chamamos ‘segunda escravidão’ (SALLES, MARQUESE, 2016), consolidada no decorrer do longo século XIX - conceito que certamente contribuiu às pesquisas de importantes historiadores brasileiros, entre eles, Ilmar de Mattos e Ricardo Salles - entretanto devemos apontar as propostas conceituais dentro dessa temática, as pesquisas de Emília Viotti da Costa (1999: 24), que apontam que a partir da segunda metade do XIX, embora a escravidão venha tornar-se uma antítese do então emergente/vigente pensamento moderno, para Viotti, uma “*antítese das formas emergentes de Estado, sensibilidade moral e atividade econômica*” (TOMICH, 2011: 87). Será o ‘ciclo do café’ no Brasil um ‘último suspiro’ dos modos de produção escravistas já inseridos na dinâmica dos processos históricos da economia capitalista mundial, para a autora, marcos históricos como a ‘Abolição da Escravatura’ (1888) e a ‘Proclamação da República’ (1889) devem ser problematizados como decorrentes dessa ‘onda’ positivista no Brasil não simplesmente como ruptura, mas a adaptação a uma ordem capitalista.

Nos é muito caro considerar as contribuições de Maria Letícia Corrêa (2008), que apontam a importância de problematizar essa conjuntura ‘prévia’, a partir da trajetória individual daqueles que participaram efetivamente deste amplo e complexo processo de modernização no Brasil, alguns como Rafael Vieira Souto e Serzedelo Corrêa, entre alguns outros, como políticos, engenheiros, advogados, médicos, jornalistas, romancistas, etc. M. Letícia aponta que no último quarto no XIX, o campo político e intelectual é marcado pela emergência das discussões acerca das medidas “em defesa da nascente indústria nacional” (CORRÊA, 2008: 2), processo político, social e, sobretudo econômico de caráter avassalador, que vai abarcar uma série de dispositivos de segregação e controle através da marginalização das precárias condições de vida e trabalho, principalmente das classes pobres, em outras palavras, os descendentes dos escravos, ou libertos pela abolição, que em sua maioria ocuparam esse papel nessa dinâmica social e política, a qual assegurava que as “classes perigosas”, como estuda Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1997: 20-29), fossem segregadas e vigiadas, pois representavam o avesso dos ideais de ordem e higiene.

Cláudio Monteiro nos chama atenção as perspectivas ‘publicistas’¹⁶⁴, sobretudo em jornais e periódicos da década de 1930, para assim discorrermos a partir das problematizações levantadas em torno do conceito de representações coletivas do historiador Roger Chartier (1990), a fim de investigar os processos de construção, ou produção de algumas categorias socioculturais estigmatizantes. Para assim, compreendermos a partir de que ideias a temática da maconha foi discutida em alguns jornais dos anos 1930. Para discutirmos o processo de constituição do uso de drogas como um problema *médico-científico* no Brasil, principalmente na conjuntura que pretendemos contextualizar - 1930-1938 - recorreremos às contribuições de Maria Clementina Cunha (1986), que apontam que foi nesta mesma década em que se amplia e consolida a atuação da classe médica dentro do aparelho estatal, processo decorrente do desaparecimento das Ligas eugênicas e de higiene mental, na década de 1920 (o que nesse sentido culmina não com o fim destas, mas a aplicação prática das suas proposições), no interior desse processo ocorre assim, no decorrer dos anos 1930 a distribuição destes profissionais dentro do poder público, através da criação de órgãos técnicos.

¹⁶⁴ Ver: Projeto de Pesquisa (UERJ-FFP), Coordenador, professor Cláudio Antonio Santos Monteiro. “Publicistas e intelectuais brasileiros em atuação entre a França e o Brasil (1870-1920).

Um marco jurídico importante para problematização histórica acerca das representações sociais da ‘Liamba’ e seus vendedores na Imprensa - seria o Decreto nº 4.294 de 6 de julho de 1921, que estabelecia as drogas como “*substâncias venenosas*” (CARNEIRO, 2006: 24), algumas delas como a cocaína e ópio ainda poderiam ser comercializadas mas apenas pelas vias legítimas, ou seja, mediante prescrição médica. Esse dado é importante para nós na medida em que se identifica a partir de então, a produção de uma nova modalidade de criminoso: que faz ‘uso ilícito’ das drogas, construção vai agregar-se aos dispositivos de controle e sobretudo de punição formal por parte do Estado (BATISTA, 1997: 131). Para isto esta pesquisa acompanhará a atuação dos jornais na produção e legitimação do discurso proibicionista e na construção/produção das ‘imagens’ dos vendedores da maconha no contexto estudado.

Conforme Foucault afirma, é necessário deslocar a ideia de que o sistema punitivo tem como função primária, simplesmente sancionar, para a concepção de que os mecanismos punitivos produzem efeitos de *subjetividades* (FOUCAULT, 1977: 132), assim pensaremos a imprensa como um elemento chave para apreciação de nossa temática nesse momento, como Luca e Martins (2008: 87) nos apresentam uma “imprensa a serviço do progresso”, buscaremos compreender como o processo de modernização principalmente com o advento e uso de ilustrações ou fotografia, aumento das tiragens e qualidade da impressão, entre outros ‘avanços’ podemos situar o que a autora vai chamar de “tripé da sustentação da grande imprensa” (LUCA, MARTINS, 2008: 159) – o jornal, a revista e o cartaz. A crise do liberalismo, no início do século XX, marcado pela primeira guerra mundial (1914-1918), pela Revolução Russa de 1917 e pela crise de 1929, tornou possível que ideias autoritárias e nacionalistas florescessem ao longo da década de 1930 em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Com a revolução de 1930, Getúlio Vargas vai instituir um regime totalista de trabalho, como preconiza Ângela de Castro Gomes, quando diz que esse governo concentrou diferentes instituições e saberes em prol da normalização do trabalho e da ordem social. De acordo com a autora, “a revolução de 1930 assumia assim o caráter de um movimento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República” (GOMES, 1988: 103). Contudo, para Boris Fausto, apesar da revolução de 1930 representar um rompimento nas relações políticas entre as oligarquias nacionais, o caráter “fundamental da economia cafeeira e a modelação das instituições do país em seu proveito, permitiram à classe

hegemônica conservar a hegemonia (...)"'. Nesse processo, além das relações de poder não terem rompido com o quadro político estrutural na década de 1930, as próprias hierarquias sociais, o racismo, foram ressignificados, permitindo a continuidade de relações de poder de dominação colonialista¹⁶⁵ e racista.

Voltaremos nossa atenção para os jornais, visando com isso entender as relações de poder existentes entre a construção das imagens associadas aos negros pobres vendedores de *liamba* no primeiro Governo Vargas (1930-1945) e a moral do fato ocorrido idealizada pelos jornais. Assim, buscaremos os sinais e pistas que se destacam na análise de discursos que façam a intersecção entre raça, gênero e classe. Na pesquisa surgem perguntas essenciais que a guiam, como: o que se entendia por *liamba*, ou *maconha*, na década de 1930? Quem eram esses atores indesejáveis da imprensa que vendiam essa planta? Quais reações jurídicas existem para esses atores que vendem, ou seja, quais punições o sistema penal reservava a eles? Por que é fundamental entender a questão racial para conseguir perceber os mecanismos de repressão associadas aos vendedores de *liamba*? Mecanismos coloniais resinificados, como apontou Carlos Hozembal, de modo que o racismo passou de uma sociedade estruturada na escravidão para uma sociedade baseada no trabalho livre, o que levou à reavaliação do racismo depois da abolição, mantendo a estrutura das hierarquias sociais, ainda que agora com brechas.

Este artigo é uma tentativa de síntese de um projeto ainda em período de estruturação e construção para ser apresentado no Seminário Interno do Programa de pós-Graduação em História Social da UERJ-FFP, ano de 2020. Assim, objetivamos primeiramente analisar a atuação de alguns jornais no Rio de Janeiro para além de sua estrutura política-institucional, investigando seus discursos sobre a *maconha* e seus comercializadores caracterizando assim as ideias que envolviam o pensamento criminológico e o surgimento de categorias socioculturais estigmatizantes, sobretudo a partir da década de 1930, e como a estigmatização destes sujeitos, em sua maioria homens negros, reproduzia naquele momento o discurso conservador e dominante dos sistemas policial, judiciário, médico e de parte da própria população que procurava no outro os estigmas legitimados por características biológicas.

¹⁶⁵ Propomos um ponto de vista decolonialista nas análises das relações de poder ao longo da pesquisa, a partir das leituras de Franz Fanon, Paul Gilroy, Achille Mbembe e Lélia Gonzales.

Os processos históricos da ilegalidade da Maconha no Brasil devem ser problematizados na conjuntura modernizadora da 1ª República como parte de uma complexa dinâmica de subalternização e controle da população negra. Discutiremos o fenômeno da ilegalidade da maconha no Brasil construído a partir da ‘medicina legal’, convergindo na produção de novas categorias sociais estigmatizantes, sobretudo a partir da conjuntura ético-moral-normativa no Brasil no início do séc. XX. A Imprensa, nessa perspectiva, opera como fonte fundamental para análise histórica acerca das práticas de repressão e representação dos vendedores da liamba nos anos 1930. O primeiro Governo Vargas, nesse sentido, deve ser pensada como um momento de difusão dos saberes científicos - sobretudo neo-lombrosianos - como agentes de suporte teórico e legitimador dos mecanismos de intervenção e controle, por parte do Estado, conjuntura de uma ordem ética e jurídica pautadas na estigmatização e repressão.

DOCUMENTAÇÃO E MÉTODO DE PESQUISA

A partir de uma abordagem teórico-metodológica cartográfica e genealógica, faremos um levantamento documental dos periódicos selecionados, que se encontram disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

RECORTES DE JORNAIS UTILIZADOS PARA APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO

“A Noite” em 16.02.1938



“A Noite” 10.07.1937:

“Gato Bravo” foi baleado

“Gato Bravo” é o vulgo do larapio Manoel Gairão de Souza, de 38 annos, que bastante trabalho já tem dado ás nossas autoridades. Alta madrugada de hontem, descia a ladeira do Barroso, certamente para praticar mais uma das suas façanhas. Os guardas municipaes de numeros 1.049 e 1.355, o detiveram, encaminhando-o á delegacia do 11.º districto. A caminho encontraram o investigador Castilhões, daquelle districto e os guardas o entregaram o dotido. “Gato Bravo” saccou então de uma faca procurando cravar-a no policial, que se valeu do seu revolver. O larapio foi attingido por um projectil e ficou com fractura exposta da perna esquerda.

O investigador providenciou os soccorros da Assistencia para elle, que foi internado no Hospital de Prompto Socorro. Hontem mesmo, as autoridades do 11.º districto estiveram naquelle hospital, onde atuaram “Gato Bravo” por hâver tentado esfaquear o investigador.

“Diário Carioca em 15.03.1936:

“Maconha”!...

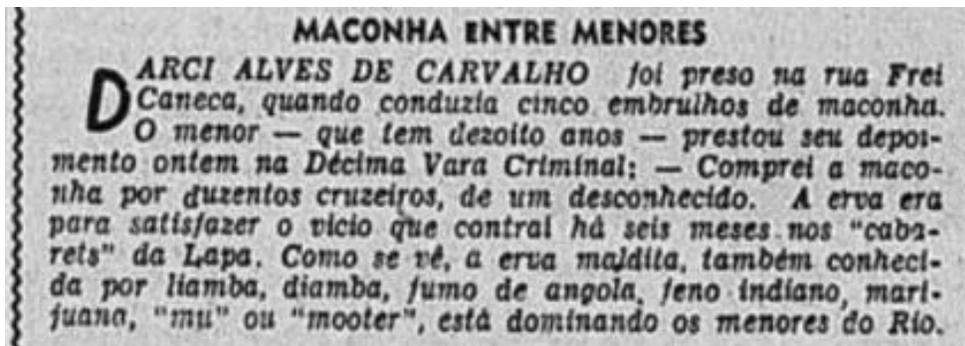
“BARÃO”, O SOCIO DE GATO BRAVO, FOI PRESO PELA SECÇÃO DE TOXICOS E ENTORPECENTES

Proseguem as diligencias policiaes em torno dos vendedores e dos fumadores da terrivel herva nacional



Antonio da Silva Oliveira, o “Barão”, no centro da gravura, cercado de fumadores de “Maconha”

“A Manhã” em 11.7.1952:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, Ana P. R. S. Trajetória Individual, Subjetividade e Circulação de Ideias: Evaristo de Moraes e a (Des)qualificação Moral e Ideológica das Classes Subalternas (1871-1939). In: PEREIRA, Aline P. P; x los, Ana P. S.(Orgs.). Trajetórias individuais e experiências sociais: sociabilidade e ideias políticas no Brasil(1820/1940) - Niterói : Editora da UFF, 2012.

BARROS, André Magalhães. A acumulação do poder punitivo no Brasil. Dissertação de Mestrado em Direito (Ciências Penais). Orientadora: Vera Malaguti Batista. Universidade Cândido Mendes, 2006.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. Revista brasileira de ciências criminais, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 20, 1999.

CANGUILHEM, G. Escritos sobre a medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CARNEIRO, Henrique. Entre o delírio e o perigo: o sonho e o pesadelo. Nossa História, São Paulo, ano 3, n. 33, jul. 2006.

CORRÊA, Maria Letícia. O debate de idéias econômicas na implantação da República no Brasil: progresso, modernização e construção da nação. Artigo IN: XIII Encontro de História Anpuh-Rio de Janeiro, UFRRJ, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias no corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COIMBRA, C., & Nascimento, M. C. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir; nascimento da prisão. Trad. Lígia M.P. Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1977.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, Emblemas e Sinais. SP: Cia das Letras, 2003.

GÓES, Luciano. Pátria Exterminadora: o projeto genocida brasileiro. IN Revista Transgressões: ciências criminais em debate, Vol. 5, N. 2, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. São Paulo: Vértice, 1988. LUCA, T. R. de (Org.) ; MARTINS, A. L. (Org.) . História da Imprensa no Brasil (co-organização Ana Luiza Martins). 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Cláudio. Projeto de Pesquisa (UERJ-FFP), Coordenador, professor Cláudio Antonio Santos Monteiro. “Publicistas e intelectuais brasileiros em atuação entre a França e o Brasil (1870-1920).

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997. OLMO, R D. A face oculta das drogas. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael. Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos / organização Rafael Marquese e Ricardo Salles. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

THOMPSON, E. P. Prefácio. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução Denise Bottman. V. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOMICICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

Desenvolvimento econômico no Segundo Governo Vargas (1951-1954) – Um tecido feito de mesclas – memória e Hegemonia nos textos do *Correio da Manhã*

Daiana Maciel Areas
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

A década de 1950 foi marcada por um panorama peculiar, do ponto de vista político, social e econômico no Brasil, a partir da segunda metade desse período o país enfrentou uma série de desafios diante do compromisso de acelerar as transformações e o crescimento econômico. O papel do executivo federal reorientou-se, adquirindo novas funções específicas pertinentes ao projeto de desenvolvimento econômico, sendo mantido o regime democrático, com o governo estritamente dentro dos limites constitucionais. Ganhou destaque a chamada “utopia nacionalista”, que estaria associada ao projeto de superação do atraso econômico. Industrialização, urbanização e tecnologia tornaram-se palavras de ordem, sendo todos os grupos sociais envolvidos pelo ideal ufanista de desenvolvimento. (VELLOSO: 2002:173)

Nesse período verificou-se uma reorganização do Estado, criou-se organismos objetivando a elaboração de políticas econômicas, exemplo, a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Essas duas agências demonstravam que o executivo federal, se colocava como protagonista na formulação e execução de projetos econômicos. O termo *Desenvolvimento* era a expressão de destaque e ordem dos anos 1950, o *Nacionalismo*, era o vocábulo mestre, ligado aos setores getulistas e de esquerda.

O *Correio da Manhã* chamava atenção para a política nacionalista atrelada ao governo Vargas, enfatizando que ela estava ligada a um “radicalismo jacobinista”, “nacionalismo exaltado” e “nacionalismo demagógico”.(*Correio da Manhã*.p.2, 03/01/1954) As críticas do jornal dos Bittencourt foi se intensificando a medida que o governo se aproximava das políticas de assistência social e conseqüentemente do projeto trabalhista e de esquerda, além de consolidar o projeto de exploração do petróleo que culminou na criação da Petrobrás. A utilização de adjetivos pejorativos em relação a ideia de nacionalismo do governo de Vargas e de seus aliados tentou deslegitimar o projeto econômico atrelado ao estatismo e ao capital nacional. Chamado de “nacionalismo irresponsável”, o jornal acusava o governo de “pobreza

ideológica” ao defender o “movimento a favor do Petróleo.” (*Correio da Manhã*, 23/04/1952).

CRIAÇÃO DO BNDE E CONTRADIÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

O projeto de desenvolvimento econômico vislumbrava a criação de uma política industrial. Em julho de 1951 foi instalada a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão primário ligado ao executivo federal, e ao Ministério da Fazenda. A CDI tinha a função de traçar diagnoses e a partir dos resultados e propor direcionamentos econômicos, financeiros e soluções administrativas ligadas ao planejamento industrial.

A Assessoria Econômica da Presidência da República levou ao debate de questões mais regionais e ajudou a fortalecer a ideia do dirigismo estatal para o desenvolvimento. Podemos atrelar as análises desse órgão, estudos e projetos como, Petrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Capes, Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Banco do Nordeste. Teve importante destaque na divulgação de projetos para o setor energético, com planejamento para geração de energia elétrica e exploração de petróleo.

A historiadora Maria Celina D’Araújo afirma que a Assessoria juntamente com a Comissão Mista Brasil Estado Unidos e o Ministério da Fazenda refletiam o esforço do governo para conciliar os anseios dos diferentes grupos de poder no país. A Comissão objetivava traçar uma diagnose da economia brasileira, e assim propor um bloco de soluções, para o desenvolvimento econômico. A priori esse conjunto soluções seria financiado pelo Bird e pelo Eximbank. O executivo federal brasileiro tinha a expectativa de receber aproximadamente US\$ 300 milhões.

As pautas prioritárias analisadas pela Comissão Mista, abordavam duas temáticas: energia e transporte. O resultado levou a formulação e implementação de 41 projetos inseridos no plano para reaparelhamento da economia seguindo, orientações do governo federal. Esse planejamento orçou a necessidade de 22 bilhões de cruzeiros, divididos em 14 bilhões financiados pelos Estados e pelo governo federal, e os 8 bilhões restantes, cerca de 387 milhões de dólares, em financiamentos pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Esse valor seria dividido

em 60,6% que deveriam ser destinados ao setor de transportes, 33,1% ao setor de energia elétrica e 6,3% em planejamento da indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. A oficialidade se deu com a criação de um plano quinquenal para o desenvolvimento, para além o Congresso propôs a criação do Fundo de Reparcelamento Econômico, em 1951.

O *Correio da Manhã* foi entusiasta da formação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, e destacou que não era um favor americano para os tupiniquins, pois os benefícios da provável cooperação seriam mútuos.

O jornal carioca, destacou que o Brasil estava bem representado, na *Comissão Mista*, um de seus representantes,mas receava que outras partes do governo e da política brasileira não harmonizando com a proposta apresentada nas reuniões. Exaltou a cultura e ideologia americana e destacou que apenas a nação americana capaz de barrar o nacionalismo russo. Para o periódico o nacionalismo ianque representava a cultura ocidental e como tal deveria ser a nação a proteger outras nações da América.

Um dos resultados mais sólidos da *Comissão Mista* foi proposta de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), objetivando financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira. O BNDE foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628.

No segundo semestre de 1951, as superintendências dos organismos internacionais, Eximbank e BIRD sinalizaram a disposição de financiar os projetos sugestionados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Criando uma certa euforia entre as autoridades e a própria imprensa, já que os recursos a serem liberados poderiam chegar a 500 milhões de dólares. O *Correio da Manhã* chamou a atenção para a criação para criação do Plano de Reparcelamento da Economia e do Banco de Desenvolvimento Econômico, em dois editoriais de mesmo título “Urgência par o Banco”, datados respectivamente de 05/04/1952 e 06/06/1952, fazem referência aos entraves que a burocracia do legislativo brasileiro estava apresentando para a aprovação dos projetos propostos pela Comissão Mista, e que o BNDE seria de essencial importância para dar caminho ao desenvolvimento efetivo do país.

O segundo editorial de mesmo título, “*Urgência para o Banco*”, datado de 06 de junho do ano corrente, repete os mesmos receios, chamando atenção que existia um clima de cooperação da América do Norte, mas que havia também um “grupo” que pendia “para o

isolacionismo e aversão ao Brasil”, e sem não tivesse um esforço brasileiro para a aprovação do Plano Reparcelamento e criação do BNDE, poderíamos “enfraquecer a relação entre os dois países” e “perder o financiamento em moeda estrangeira.” (*Correio da Manhã*. 06/06/1952)

O jornal faz referência a parte do Legislativo que tentava bloquear ou atrasar a votação das medidas para a formação do Plano de Reparcelamento e conseqüentemente a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico. Faz insinuações que um certo grupo do Banco do Brasil estaria insatisfeito com a criação da BNDE, mas que este grupo estaria ligado a interesses externos, que seria o grupo ligado ao chamado “nacionalismo exacerbado”, ou “nacionalismo jacobinista” que tentava barrar a ajuda e cooperação americana, e estava ligado ao Palácio do Catete, ou a pessoas próximas a Getúlio.

No período do governo Vargas foram concebidos mais de 180 milhões de dólares pelos organismos financeiros internacionais, porém só parte dos projetos apontados pela Comissão Mista foram contemplados. Ressaltamos que o papel desempenhado pela Comissão e pelo BNDE, foi de basilar relevância para iniciar uma práxis racional de gestão e aplicação de recursos públicos em investimentos na economia.

O “NACIONALISMO JACOBINISTA” DE VARGAS

A gestão anterior ao governo democrático de Vargas, período do Governo Dutra, destacou a defesa do liberalismo cambial e alfandegário, ou seja, uma mínima intervenção estatal na economia, porém o déficit na balança comercial levou a mudança na política econômica a partir de 1947. Fonseca destaca que nesse momento foi criado o sistema de licença prévia, ou seja, o dinheiro direcionado para importação era autorizado após análise, por parte de uma equipe do governo, minuciosamente cada processo de importação era avaliado para ser liberado. Duas instituições ligados ao Banco do Brasil: a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) e a Fiscalização Bancária (Fiban) eram direcionados para fazer o estudo de cada processo e suas especificidades. Esse sistema criou um instrumento para proteção industrial, e foi levado para gestão de Vargas, o agravamento do desequilíbrio na balança de pagamentos, para além, a inflação cresceu de 12,3%, em 1951 para 20,6% em 1953.

Vargas chegou ao governo em uma fase mais tranquila no que se refere as relações externas e balanço de pagamentos, beneficiado pelo aumento, a partir de 1949, do preço externo do café, o sistema de licença prévia, exposto acima limitou importações, e paralisa parte da expansão promovida pela valorização da moeda nacional, em decorrência da conservação da taxa cambial fixada. A equipe econômica do governo Vargas, assumiu já enfrentando a ascendência inflacionário, o índice era medido pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), chegando em 1950 à 12,4%. Como resolver ou equilibra para colocar o projeto de desenvolvimento econômico em prática.

O planejamento econômico do governo foi dividido em dois momentos, o primeiro objetivava a estabilização cambial. Teoricamente foi conhecido como fórmula “Campos Sales-Rodrigues Alves”,¹⁶⁶ em uma visão mais ortodoxia consistia em equilibrar as finanças públicas, ajudando na aplicação de uma política monetária restritiva, levando assim, o fim da inflação. O segundo momento direcionaria para empreender e realizar a os projetos.

O ano posterior não acompanhou o resultado, mesmo com todo esforço feito pela equipe econômica. Exemplo foi o papel desempenhado por Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, na política de estabilização, a mesma não prejudicou a expansão dos créditos, que eram utilizados para saldar débitos dos importadores. O governo enfrentou problemas no balanço de pagamentos, devido ao relaxamento das concessões para o licenciamentos para importações, medida ortodoxia vivenciada em governos anteriores, uma das ferramentas de combate a inflação; retraimento do comércio internacional motivado pela Guerra da Coreia, para além da indústria internacional têxtil do algodão (segundo item de exportação do Brasil), no mesmo momento de desvalorização da moeda brasileira, o cruzeiro. Esse período de crise evidenciou a lógica da equipe econômica, e levando solidificação das medidas restritivas, objetivando assim o saneamento e cumprimento das metas, estipuladas na “fórmula” Campos Sales.

O início de 1953, a situação econômica do país estava colapsada devido a crise no câmbio. O país acumulava mais de US\$ 600 milhões de atrasados comerciais, além do insucesso na política de redução da inflação, o que evidenciava que a política de saneamento das finanças estava perdendo fôlego.

¹⁶⁶ Devido à similitude como o ocorrido nos primeiros governos republicanos da virada do século, o projeto econômico do Governo Democrático de Vargas, foi comparado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, por Osvaldo Aranha e por Vargas, como fórmula “Campos Sales- Rodrigues Alves.

A adversidade aumentaria ao passo que o governo tentava negociar empréstimos para sanar os atrasados comerciais, a relação com os Estados Unidos se tornou frágil, após a vitória do militar republicano, Eisenhower, no final de 1952. A equipe econômica ainda enfrentou a mudança na dinâmica de negociação com os organismos financeiros internacionais, principalmente o Banco Mundial. Fonseca e Vianna refutam a ideia que nesse momento ocorreu a chamada “virada nacionalista”, apregoada por parte da literatura sobre o período e que fora destaque e manchete nos principais periódicos da época. Os autores enfatizam que essa visão é associada a Vargas a respeito da posição da equipe econômica acerca da remessa de lucro para o exterior, que precipitou um conflito entre o Brasil, Estados Unidos e o Banco Mundial, querela está que precipitou o fim da Comissão Mista Brasil Estados Unidos. O que não explicaria a suposta fase nacionalista.

O ano de 1953 foi marcado por conflitos sociais, com o aumento de greves, aumento da taxa de inflação e exaltação de grupos ao nacionalismo, vide a campanha pela nacionalização do petróleo. Vargas mostrou-se ambivalente, pois parte estimulava o grupo nacionalista e outro momento afastava -se, mostrando uma conduta indecisa, como se fosse barganhar algo com o governo americano.

O *Correio da Manhã* em vários editoriais e artigos denunciou a posição do governo Vargas e frisou que a política de afastamento do alinhamento ideológico ocidental, cujo líder era os Estados Unidos da América, levaria o país a se aproximar do bloco comunista. Em artigo de Augusto Frederico Schmidt, enfatiza que a campanha antinacionalista promovida em sua coluna continuaria durante o ano de 1954.

A exposição de Frederico Schimdt, revela o receio do articulista, de que as ações do governo no campo econômico, para além dos embates políticos criavam um clima tenso, gerando uma crise institucional que dificilmente seria revertida, pois segundo o articulista o poder não estava sendo exercido pelas verdadeiras elites do país. ((*Correio da Manhã*. 03/01/1954)

O nacionalismo jacobinista lembrado pelo jornalista do *Correio da Manhã*, que atrelava a virada da política econômica de Vargas, de ortodoxia para mais flexível, e a nacionalização do Petróleo e criação da Petrobrás, não pode ser entendido como uma virada nacionalista, segundo Fonseca, a mudança de direcionamento com o afrouxamento dos compromissos de estabilização, foi direcionado através de uma política econômica flutuante,

stop and go, com taxas de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) que alternam fases de crescimento mais baixo e outras com um maior dinamismo, ou seja, aplicação de medidas mais ortodoxia convivendo com os apelos mais nacionalistas e medidas de expansão sucedidas por políticas restritivas, podendo acontecer o inverso. Isso pode ser entendido pelo baixo nível de investimento, em contrapartida ao espaço de exploração econômica do país.

No início do ano de 1953, foi promulgada a Lei do Mercado Livre (nº 1.806), na conjuntura da propaganda ideológica nacionalista. Nesse contexto, liberdade cambial e o afrouxamento as normas de reinvestimento ao capital estrangeiro, vale observar que nesse momento o governo introduziu um sistema cambial heterodoxo, com taxas múltiplas de câmbio, para importações e exportações. (FONSECA, 2010:226) A implantação de um sistema cambial heterodoxo, antecipou as partes cambiais da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).¹⁶⁷ Essa flexibilização levou a desvalorização do câmbio, porém tentou diminuir os danos ao setor industrial, ao garantir a importação de bens de capital e insumos essenciais, fazendo o equilíbrio entre os ganhos e perdas, no processo de crise cambial.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E REAÇÃO DOS CONSERVADORES

As paralisações surgiram organizadas e no bojo do ideário do Partido Comunista Brasileiro, que conduziu a “Greve Geral dos 300 mil”, em São Paulo, o precedente foi a Assembleia Geral dos Tecelões, em 10 de março de 1953, onde foi decidido pela suspensão do expediente justificado pela carestia. Várias fábricas e setores produtivos aderiram ao movimento, incluindo as indústrias de Tecidos Matarazzo e o Lanifício Santista.

O movimento avançou e os trabalhadores organizaram uma caminhada, com o ponto inicial na Praça da Sé, centro de São Paulo, até o palácio Campos Elíseos, sede do governo estadual, no período supramencionado. Com a reivindicação principal do aumento de salários, que eram baixos na maioria das fábricas, o movimento ficou conhecido como

¹⁶⁷ Medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 9 de outubro de 1953, seus formuladores ministro da Fazenda Osvaldo Aranha e o presidente da SUMOC José Soares Maciel Filho. A medida introduziu o sistema de taxas múltiplas de câmbio, abandonando o regime de taxa de câmbio única que havia vigido entre início de 1946 e meados de 1947 sem controle de importações e, depois de junho de 1947, juntamente com o sistema de controle de importações administrado pela Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil. A Instrução nº 70 correspondeu à desvalorização diferenciada do cruzeiro em relação ao dólar, em vista da posição do balanço de pagamentos ter sido agravada pela demanda especulativa de importações associada à Guerra da Coréia. C.f. : LESSA, 1984; VIANNA, 1987; D'ARAÚJO, 1982 e FONSECA, 2010.

“passeata das Painéis Vazias”, o ato foi debelado de forma violenta, e muitos dos trabalhadores envolvidos no episódio foram presos. A repressão levou ao movimento de greve, iniciada em 26 de março, envolvendo trabalhadores das indústrias têxtil e metalúrgica.

Esse movimento terminou de forma oficial, em 23 de abril de 1953, depois de ser negociado pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, um aumento de 32% nos salários, reconhecido pelos sindicatos patronais e por boa parte dos sindicatos dos trabalhadores dos segmentos envolvidos. Apesar disso, boa parte dos trabalhadores foram demitidos, rompendo um dos itens do acordo. Vale ressaltar que a “Greve dos 300 mil”, foi a semente que levou a organização do Comando Intersindical¹⁶⁸, embrião do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que organizou a mobilização sindical no Brasil.

Em junho do ano supramencionado, o governo enfrentou uma segunda grande greve, que levou a exoneração do Ministro do Trabalho, Segadas Vianna, e a entrada de João Goulart. A substituição se deu no bojo da greve do Marítimos, no momento de eclosão da parada, Vianna propõem a utilização da lei de segurança nacional de 1935, pedindo a Vargas para convocação militar dos marítimos, desse modo os envolvidos seriam direcionados a deserção do serviço militar e prisão. Jango ao ser consultado aconselhou a não aplicação da lei, pois está seria equivocada e agravaria a situação de crise. Ao consultar perguntar a Segadas Vianna sobre uma possível solução, este teria dito ao presidente que “nomeia-se Jango Ministro do Trabalho.” Aceitando a demissão de Vianna, o presidente articula com Jango um acordo com os grevistas, este por sua vez apresentou um relatório sobre o movimento, apontando situação “grave” que implicariam na “economia, caso não fosse encerrada.” (LIMA, 1986: 180) O movimento de paralisação ameaçava o fechamento de portos na capital federal, Rio de Janeiro, Santos e Belém, que poderia implicar em problemas políticos e econômicos, visto que o transporte no Brasil, era feito necessariamente, por ferrovias ou pelo mar.(GOMES, 2006: 31-55)

¹⁶⁸ Depois da Greve Geral dos 300 mil, foi organizada a comissão intersindical de greve, que em 1954 deu espaço ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI). O PUI direcionou as pautas políticas e sindicais dos trabalhadores de São Paulo, porém a partir de 1958, foi substituído pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST) na capital Paulista, e no Rio de Janeiro foi criada a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS), com o objetivo de sistematizar as atividades dos sindicatos. No mesmo ano, ferroviários, marítimos e os portuários do Rio de Janeiro também fizeram campanha para o aumento salarial, originando a Frente de Unidade Intersindical de Ferroviários, Marítimos e Portuários, gênese do Pacto de Unidade e Ação (PUA), criado em 1961 após a Greve Geral da Paridade, união de 45 sindicatos filiados Federação Nacional dos Portuários, à Federação Nacional dos Marítimos, e à União dos Portuários do Brasil.

O *Correio da Manhã* publicou editorial no dia 16 de junho de 1953 receosos com o envolvimento de Jango na negociação da paralisação dos Marítimos e atrelou a organização da greve, além de intitulá-lo de comensal de Vargas. A instabilidade econômica estava atrelada ao quadro político em crise. Um dos pontos de maior desgaste foi a nomeação de João Goulart, para o Ministério do Trabalho, presidente do PTB, e figura criticada pela imprensa e oposição, por se tratar do homem político mais próximo a Vargas, além da influência no meio sindical e de mediação entre o governo e parte da esquerda radical. A imprensa periódica fez campanha virulenta, negativando a sua nomeação para a pasta do trabalho.

Preparando o Golpe

Desencadeou-se a greve dos marítimos. Este é o fato, concreto, imediato, ocorrido às zero horas de hoje, que paralisou 80 mil trabalhadores. Quinta-Feira passada, quando a muitos ainda parecia que os acontecimentos políticos se resumiam a uma simples remodelação ministerial, proferíamos as seguintes advertências: “embora seja ainda cedo para definir o rumo dos acontecimentos, vislumbram-se as coisas mais graves para o regime. Chegou a hora de ficarem alerta todas as forças responsáveis pela defesa das instituições.” Agora, podemos dizer que acontece o seguinte:

O Grupo Jango

O sr. João Goulart, presidente do PTB e comensal do sr. Getúlio Vargas, em cujo palácio está residindo, organizou-se para assumir o comando das massas brasileiras e mobilizá-las para o controle do poder. Compõem o seu estado-maior os srs. Dinarte Dornelles, Gurgel do Amaral e Frota Moreira, este último secretário geral do Partido. Esta pequena cúpula, que já conseguiu o domínio do PTB, graças ao apoio que lhe vem dando o presidente da República, encontra-se em vias de expandir e consolidar seu controle entre os principais sindicatos operários de todo o país. Um dos principais pontos de apoio é a Federação Marítimos, que abrange os diversos sindicatos da classe, inclusive os portuários. E na classe, o líder que representa o grupo do sr. Jango Goulart é sr. Duque de Assis, portuário. (*Correio da Manhã*. 16/06/1953)

O governo tentou pacificar os movimentos de paralisação em massa, mas não agiu efetivamente para impedir ou apoiar a radicalização, não direcionou suas ações para debelar abertamente o movimento. Essa postura foi condenada pela classe patronal, o que levou o aumento da posição radical contrária ao governo, a posse de Jango confirmou o receio dos donos do meio de produção. O novo ministro seria um elo entre o governo e o meio sindical. O *Correio da Manhã* publicou editorial para fazer crítica e alertou para um possível golpe de Vargas manobrando a classe trabalhadora.

Em 11 de junho de 1953, sob o título acima, escrevíamos, a propósito da exoneração política do sr. Souza Lima, então ministro da aviação, estas palavras: (...)

Publicamos em nossa primeira página as razões do *Alerta*. Era o golpe peronista em marcha. Vários líderes sindicais haviam recebido instruções dos sr. João Goulart, Dinarte Dornelles e outros comensais do sr. Getúlio Vargas para arrematamento de cinco milhões de trabalhadores.

Com que objetivo?

“Se isso fosse feito”, diziam os preparadores do golpe e nós, na época, copiamos palavras deles “seria completamente dominada a vida nacional e as próprias forças armadas, que são o único obstáculo para esse intento, seriam controladas por essa força popular.” (*Correio da Manhã*, p.4, 06/04/1954.)

O editorial intitulado, *Alerta*, argumenta que o Governo Vargas estava planejando um golpe político, pela segunda vez, referência ao Estado Novo (1937-1945), assim como Perón havia feito na Argentina.¹⁶⁹ O governo brasileiro utilizaria os 5 milhões de operários, que poderiam entrar em greve geral, desafiando até as forças armadas, para consolidar um golpe. O texto enfatiza que, Vargas sem o apoio do Congresso, buscava colocar em prática uma conspiração getulista peronista, firmada com o líder argentino para dar continuidade a seu governo. O jornal citou o “nacionalismo jacobinista da política Varguista”, destaca assim que esse tipo de “nacionalismo comunista e peronista”, “nacionalismo do petróleo é nosso”, não seria o “nacionalismo do brasileiro livre”. A forma pejorativa que o jornal dos Bittencourt nomeia a política de criação da Petrobrás, e as atitudes chamadas de nacionalistas, tentaram deslegitimar, o movimento de greve geral do operário, a forma negociada que o governo tratou a situação, evidencia a posição do jornal. Contrário à nacionalização do investimento do Petróleo, contrário a política de negociação direta com a classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

No final do ano de 1953 percebe-se que o governo ingressou no terceiro momento mergulhado em uma crise política e econômica. A equipe econômica de Vargas abandonou qualquer proposta de estabilização; um momento ambivalente, pois a opção pelo desenvolvimento, diante das pressões sociais, e da classe dominante, se colocaram mais urgentes, mesmo sem ter colocado a economia em equilíbrio. Em fevereiro, João Goulart deixou a pasta do Trabalho, muito por pressão das frações de classe dominante e imprensa, principalmente pela pressão política gerada pelo “Manifesto do Coronéis”, que exigia seu

¹⁶⁹Juan Domingo Perón foi reeleito em 1951, na Argentina, com mais de 60% dos votos, para seu segundo mandato modificou algumas políticas públicas em relação a seu primeiro governo (1946-1952). Nesse segundo momento aprofundou-seas políticas distributivas, dando destaque à melhoria da educação e da saúde pública.

afastamento, mais do que a mudança da política econômica. O jornal dos Bittencourt em crítica ao presidente exige que ele comece de fato a trabalhar, o que não fazia, pois vivia para articular sua permanência via golpe, como em 1937, com o Estado Novo.

“Em síntese, o sr. Getúlio Vargas parece e aparece sempre mais preocupado em justificar-se do que em efetivamente governar; em incidir em um nacionalismo extremado, que afugenta capitais e transforma o Brasil numa vasta ilha econômica, mas que, é paradoxal, vive a mendigar dos Estados Unidos, por exemplo, que nos compre- café (...) (*Correio da Manhã*. p.6, 24/02/1954)

Para o jornal a flexibilização da política de equilíbrio cambial, o afastamento dos organismos financeiros e internacionais e do Governo dos Estados Unidos, além do avanço da política de nacionalização através do surgimento da Petrobrás e Eletrobrás, gerava no país um clima de incerteza e desequilíbrio político

Seu afastamento não esvaziou as pautas propostas por Jango, tanto que o presidente anunciou em 1º de maio, o aumento de 100% do salário mínimo, tornando-o lei, anunciando outras medidas que ampliavam os direitos sociais, como: extensão dos benefícios previdenciários a vários setores para trabalhadores e dependentes, incluindo profissionais liberais autônomos, domésticas e trabalhadores rurais; beneficiados com a Carteira do Trabalhador Rural, para além garantiu estabilidade, duração de jornada e proteção a mulheres e menores de idade; fim do limite dos valores das pensões, que passaram a ser proporcionais aos salários; aposentadoria aos 55 anos de idade para atividades insalubres e desgastantes; auxílio matrimônio, e participação dos trabalhadores nas instituições de aposentadorias e pensões, dessa forma o governo deixou claro a sua opção por políticas sociais. Agravava-se assim consideravelmente a crise institucional que culminou no suicídio de Vargas em agosto de 1954.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O Segundo Governo de Vargas - 1951-1954. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 31-55.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas. Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.19-58.

LESSA, Carlos e FIORI, José Luis. “Houve uma Política Nacional-populista?”, XII Encontro nacional de Economia, São Paulo, ANPEC, 1984.

LIMA, Valentina da Rocha. Getúlio: uma história oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 180.

SKIDMORE, Thomas. O Brasil de Getúlio a Castelo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.124.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jango: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 173.

VIANNA, Sérgio Besserman. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem de progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FONTE

CORREIO DA MANHÃ

Nacionalismo e atraso. p. 2, 03/01/1954.

O partido do Petróleo. p. 4, 23/04/1952.

Comissão Mista. p. 4, 21/07/1951.

Urgência para o Plano. p. 4, 05/04/1952.

Urgência para o Plano. p. 4, 06/06/1952.

Nacionalismo e atraso. p. 4, 03/01/1954,

Preparando o Golpe. p. 4, 16/06/1953.

Alerta. p. 4, 06/04/1954.

Comece a Trabalhar. p. 6, 24/02/1954

Construindo o Consenso: privatizações e reforma do Estado nas páginas de *O Estado de S. Paulo* nas eleições de 1998

Letícia Crespo Bomfim
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO

O presente trabalho – realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – se insere na pesquisa que tem como objetivo estudar a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 1998, a partir matérias publicadas entre junho de 1997 e outubro de 1998, quando ocorrem as eleições.

Mais especificamente, este artigo tem como objetivo apresentar o jornal *O Estado de S. Paulo* como um *aparelho privado de hegemonia*¹⁷⁰, atuando ativamente em torno de ideias neoliberais buscando uma adesão da sociedade à política de reformas administrativas e econômicas do Estado brasileiro que se aprofundavam no primeiro governo FHC, de forma a convencer seus leitores de que a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso era também uma garantia de manutenção da reestruturação do Estado, de uma política neoliberal no Brasil. Assim, o respaldo do jornal às iniciativas do governo é também um apoio a reeleição do candidato-presidente FHC.

O governo FHC: as reformas do Estado e o processo de privatizações

¹⁷⁰ Para Antônio Gramsci, a conquista do poder dentro da sociedade capitalista se dá na esfera da luta pela hegemonia, conquistada a partir de conflitos que se dão não apenas na esfera econômica e política, mas também no que diz respeito ao plano ético-cultural; assim, a construção de *hegemonia* se faz através de um determinado *consenso*, não apenas através de uma força material. Ao pensar o processo pelo qual se dá a obtenção da hegemonia, Gramsci analisa os contornos do Estado, entendido a partir de uma concepção ampliada de Estado, sendo isto a soma da *sociedade política* (Estado restrito, responsável pelos mecanismos de repressão) e *sociedade civil* (espaço de luta pelo consenso onde atuam os *aparelhos privados de hegemonia*), ou seja, hegemonia encorajada de coerção' (Q 6, § 88: 763-764). De acordo com Antonio Gramsci, os aparelhos “privados” de hegemonia devem ser entendidos como conjunto de organismos comumente chamados de “privados”, no qual a hegemonia, o consentimento e as concepções de mundo são organizados. (GRAMSCI, 2000); (COUTINHO, 1992); (GRUPPI, 1978: 12-13)

Como mencionamos, a lógica que se segue para a abordagem deste capítulo é de que as reformas propostas por Fernando Henrique Cardoso não são medidas isoladas de seu governo. Entendemos, assim como Lúcia Costa, que tais reformas são um resultado de “uma série de mudanças nas relações internacionais, especialmente nas relações do comércio mundial e na organização das forças políticas entre os diferentes países. [...] é um elemento da organização de um novo padrão das relações sociais dentro da sociedade capitalista”(COSTA, 2000: 51). Desta forma, a análise do processo pelo qual passa o Brasil no período objeto deste estudo deve partir, portanto, de um contexto global.

Assim, ao tratarmos do contexto das eleições presidenciais de 1998, devemos levar em consideração o contexto internacional, de expansão do modelo neoliberal, que se disseminou nas décadas de 1970 e 1980 a partir de governos europeus e norte-americanos, chegando na década de 1990 aos países periféricos, como o Brasil. Neste cenário, o discurso que torna-se hegemônico é de que a conjuntura torna necessária a reforma do Estado, que se transforma em um ponto central no que se refere à inserção da economia nacional a uma economia mundial. Chamamos a atenção para o fato de que a discussão sobre a reforma do Estado parte de diretrizes de organismos e agências financeiras internacionais que expandem seu domínio em diversos países e que se articulam em torno deste novo projeto de desenvolvimento do capitalismo.

Em um intento de consolidar as propostas e objetivos citados, além de orientar, incentivar os países nesse sentido e conduzi-los rumo às reformas, as diretrizes são emanadas pelo que chamamos de *Consenso de Washington*.¹⁷¹

¹⁷¹ O Consenso de Washington se tratou de conclusões debatidas a partir de um encontro organizado pelo Instituto de Economia Internacional, em novembro de 1989, em Washington, capital dos Estados Unidos, no qual reuniram-se as já citadas organizações financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, além de funcionários do governo norte-americano. A organização deste evento teve como objetivo avaliar a América Latina, ou melhor, o desempenho desta região no que diz respeito ao empreendimento de reformas nos países que a compõe. Decorreu então dessas conclusões um “consenso” acerca das medidas, ou reformas, que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina. São dez os pontos recomendados a esta região: disciplina fiscal; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico; Reforma Tributária; Liberalização financeira; Taxa de câmbio competitiva, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; Abertura do comércio exterior; Eliminação das restrições ao capital estrangeiro; Privatização com a transferência de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); Desregulamentação da Economia, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Direito à propriedade intelectual.

Neste cenário, o discurso adotado foi o de que a reforma do Estado era necessária para a conformidade das economias nacionais à economia internacional, e esta condição não fugiu ao Brasil. Os governos eleitos a partir dos anos 90 no país foram responsáveis pela adoção de uma agenda de redefinição do papel do Estado. Esta ruptura teve início com o governo Collor, com continuidade no governo de Itamar Franco (1992-1994), mas um empenho e aprofundamento maior no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) (BRANDÃO, 2019: 61). Marcelo Carvalho aponta que os três governos que implementaram o processo de reforma do Estado no Brasil, o fizeram de formas diferenciadas. No entanto, todos apresentavam como enfático que “o mercado, e não o Estado, deve ser o elemento central da definição das estratégias de apropriação e uso do excedente econômico”, e colocaram em prática leis, projetos, decretos que direcionavam a política econômica brasileira rumo a um projeto neoliberal de privatizações, abertura e desregulamentação econômica, além da transformação administrativa estatal (CARVALHO, 2002: 49-50).

No entanto, apesar destas semelhanças, é importante ressaltar que

diferentemente do governo de Collor, FHC conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representadas por diversas entidades e instituições, tais como Febraban, Fiesp, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores. (BRANDÃO, 2019: 174)

Antes mesmo de sua posse, Fernando Henrique Cardoso já lançava as bases de seu governo. Em seu *Discurso de Despedida do Senado*, em 1994, quando já eleito ao seu primeiro mandato a Presidente da República, FHC endossa seu compromisso em aprovar as reformas do Estado (CARDOSO, 1994). Segundo FHC, as eleições daquele ano carregavam um significado: um novo ciclo de desenvolvimento, o fim de uma transição, ou melhor, o fim da *Era Vargas* – que diz respeito à forte intervenção estatal na economia e na sociedade, e já apresentava sintomas de esgotamento.¹⁷² Para o presidente eleito, este novo ciclo seria de um grande esforço em torno da reforma do Estado e de uma integração do Brasil na nova ordem mundial.

¹⁷² Este modelo, para ele, contribuiu para o desenvolvimento industrial do Brasil à sua época. Porém, já desde o fim dos anos 70 e durante a década de 80, era atormentado por problemas conjunturais, como choques das economias externas e superinflação.

A partir destas conclusões, Fernando Henrique Cardoso divulga o projeto de seu governo no que diz respeito às reformas de Estado, lançando em seu discurso as *Bases do novo modelo de desenvolvimento* do seu governo, que incluía a estabilidade econômica com o aprofundamento do programa de estabilização; abertura econômica objetivando a integração da economia brasileira com o mercado mundial; uma nova relação Estado-mercado, pela qual o “eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado” (CARDOSO, 1994: 17); a aceleração das privatizações no setor de infra-estrutura, tendo como objetivo de reduzir a dívida pública, mas principalmente aumentar a possibilidade de investimento do Estado naquilo que ele é essencial: investindo em seu povo, em saúde, educação, cultura e segurança (CARDOSO, 1994: 21); reforma tributária; reforma da Previdência; e o fim dos monopólios estatais.

Assim, já em seu primeiro mandato, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso concentrava uma alta expectativa da implementação daquelas bases de desenvolvimento no Brasil. Neste período, as reformas de Estado – tributária, administrativa e previdenciária – e as privatizações tornaram-se centrais em seu governo, além de alvo de pressões de diversos setores da sociedade, seja de forma contrária ou favorável à aprovação e continuidade destas medidas políticas e econômicas. Vale ressaltar que se criou um discurso de que o sucesso da estabilização econômica e do Plano Real dependeriam também de uma reestruturação do Estado brasileiro.

No que diz respeito às reformas de Estado, a reforma tributária não chegou a ser aprovada no primeiro governo FHC, pois enfrentava grande oposição dentro do Congresso e mesmo dentro do governo e, desta forma, não se chega a uma projeto que fosse enviado ao Congresso¹⁷³ (FILGUEIRAS, 2000: 111). Quanto às reformas previdenciária e administrativa, estas encontraram suporte na elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PRDAE), um programa de reformas do Estado e redefinição de suas funções elaborado pelo Ministério da Administração Federal e de Reforma do Estado (MARE) produzido em 1995.

Bem como expõe Fernando Henrique em seu discurso de despedida, o PRDAE aponta o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista como o catalisador da crise do Estado e as reformas constitucionais, um meio de superação desta crise. Uma das estratégias de

¹⁷³ A reforma fiscal só chega a ser debatida a partir da crise cambial de 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

reforma do aparelho do Estado seria então por meio de emendas constitucionais que incluíam a reforma administrativa e a reforma previdenciária, que facilitariam o ajuste fiscal e modernizariam o Estado. Ambas as reformas, apesar de modificações e derrotas por parte do governo no processo de votação no Congresso, começam a ter diversos pontos de discussão aprovados no final do primeiro mandato de FHC.

Outro importante aspecto que ganhou espaço no discurso de Fernando Henrique Cardoso foram as privatizações, a partir de uma “nova relação Estado-mercado”. Para ele, a atividade produtiva deveria deixar o setor estatal e passar para o setor privado; o Estado não deixaria de ser relevante para o desenvolvimento econômico, mas passaria a ocupar apenas o papel de Estado regulador, garantindo a eficácia do mercado no país. Este objetivo se daria através da abertura econômica ao capital estrangeiro, bem como pela aceleração das privatizações, que garantiriam a constituição de uma infra-estrutura no Brasil com parceria com a iniciativa privada – já que o setor público não teria capacidade de financiar sozinho – e aumentaria a eficiência da economia, além de recuperar a poupança pública e, assim, reduzir a dívida pública (CARDOSO, 1994: 17-21).

O PRDAE, uma vez mais, estrutura esses projetos do governo FHC. O documento deixa claro que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais” (BRASIL, 1995: 12). O PRDAE tinha como um dos intuitos, portanto, mudar a forma de propriedade do Estado, sua reestruturação, diminuindo sua atuação.

Apesar do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado apresentar diretrizes para uma ampla reforma do Estado, voltada para a economia de mercado e colocando as privatizações como prioridade, as alterações no que se refere a um programa de privatizações é anterior ao PDRAE. Na década de 1990, foi instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND), no governo Fernando Collor (BRASIL. *Lei nº 8.031*, 12 de abril de 1990).

Como pudemos ver, as privatizações fazem parte de um pacote de recomendações neoliberais que estavam em pauta em diversos países. No Brasil, a primeira etapa do processo de privatizações tem seu início já na década de 1980, ainda sob a ditadura empresarial-militar. No final daquela década e início da década seguinte, o contexto do país era de endividamento

e crise econômica, o que tornou o Brasil ambiente favorável para a implementação de medidas neoliberais.

A partir do governo Fernando Collor de Mello perceberam então uma mudança na condução das privatizações no Brasil. Brandão destaca que a distinção a partir de Collor e o processo de desestatização apresentada pelos governos anteriores encontravam-se no espaço que ocupavam as privatizações em suas políticas econômicas (2019: 168). Como argumenta Piccolo, o projeto de privatizações, na década de 90, se tornava intrínseco ao “ajuste estrutural” de várias economias do mundo – o que era ratificado pela escolha dos presidentes, que desde suas campanhas eleitorais adotassem um discurso favorável às “reformas do Estado” (2009: 345). Isto fica evidente nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que defendiam a inserção do Brasil na nova ordem internacional, marcada então pelo modelo político-econômico neoliberal e, assim, esforçavam-se a ideia de redução do Estado. Para tanto, os governos da década de 1990, ao contrário daqueles da década anterior, apresentam o programa de privatizações como política econômica central de seus governos.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) (BRASIL. *Lei nº 8.031*, 12 de abril de 1990,) como destaca Brandão, coloca o processo de privatizações como um elemento central nas políticas econômicas e neoliberais dos governos seguintes. É, no entanto, o governo de FHC que dá continuidade, aprofunda e acelera o Plano Nacional de Desestatização (PND), sendo responsável por 70% do total de privatizações, quando considerado apenas o PND (FILGUEIRAS, 2000: 109).

Alguns fatores acabaram por contribuir para isto. O primeiro deles é o Plano Real, já que seu plano de estabilidade econômica há maior segurança para investimentos neste aspecto; o segundo é a coalizão já citada anteriormente, que se fez entre Fernando Henrique Cardoso e instituições financeiras internacionais, bem como nacionais, além de sua coligação política – aliança entre PFL e PSDB –, capazes de garantir apoio e conduzir o Estado no processo de desestatização.

Piccolo demonstra em sua tese que é no governo de Fernando Collor que o PND se consolida e se torna peça-chave da agenda política brasileira. No entanto,

deu-se aos anos de 1995-1998, indubitavelmente, o momento de envergadura do PND. [...] Não por acaso, coube a “ilustração paulista” transformá-

lo em elemento em torno do qual se consolariam e seriam nacionalizados os interesses das frações de classe diretamente ligadas ao setor financeiro que se encontravam inseridas no Estado Restrito. Muito menos coube ao acaso que a privatização tenha sido transformada em única solução possível para a promoção do desenvolvimento econômico e saneamento financeiro de um setor estatal que, segundo o sociólogo-presidente ainda mantinha muitas características herdadas do varguismo. (PICCOLO, 2009: 347)

O ESTADO DE S. PAULO NAS ELEIÇÕES DE 1998: CONSTRUINDO UM CONSENSO EM TORNO DAS PRIVATIZAÇÕES E REFORMAS DO ESTADO

O jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo¹⁷⁴ nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café¹⁷⁵ – já é percebido que, desde o seu início, o jornal atende aos interesses de uma classe, de uma elite agrária. Desenvolveu seu trabalho em torno de ideias republicanas, apresentando-se como autônomo em relação às discussões políticas e sociais no Brasil, independente do Partido Republicano Paulista (PRP), partido nascente na época. Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, tornando-se co-diretor do jornal três anos depois, em 1888, ao lado de Rangel Pestana. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Analisando *OESP* entre os anos de 1927 e 1937, Capelato (1980) aponta características próprias do jornal, que se destacam na imprensa brasileira e que estão em sua maioria presentes atualmente. Ressalta característica como a defesa dos princípios liberais, sua própria definição de se constituir oposição aos governos constituídos e sua preocupação e uso político da “opinião pública”. *OESP* age conforme seus interesses particulares, seus valores, propondo programas com os quais a classe dominante se identifique. Os representantes do jornal não ficam omissos diante dos acontecimentos da história do Brasil,

¹⁷⁴ Teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de São Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas.

¹⁷⁵ Principalmente fazendeiros de café do Oeste Novo paulista Américo Brasília de Campos, Antônio Carlos de Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, o major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira César, José de Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Martinho Prado Júnior e Rafael Pais de Barros.

ao contrário, tem uma participação ativa nos debates que se colocam, buscando influenciar e direcionar o comportamento de seus leitores. Desta forma, o que é produzido no jornal se faz com o intuito de atuar politicamente, idealizando um projeto de futuro para o Brasil, projeto este calcado em bases da doutrina liberal.

Ainda segundo Capelato, desde o início do século XX, o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasiona em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade, propriedade (CAPELATO, PRADO, 1980: 98). Soma-se a estas ideias o apoio de *O Estado de São Paulo* a entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento.

Quando analisamos OESP, no que diz respeito ao processo eleitoral de 1998 na imprensa, chamamos a atenção para uma característica específica comparada às anteriores no Brasil: a possibilidade de reeleição para o cargo Executivo. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso ocupou um duplo papel na eleição presidencial, sendo candidato e governante, fato que não pode ser desprezado pois,

“[...] no que concerne estritamente ao período eleitoral, os dados oferecem fortes indícios de que o maior desequilíbrio entre Fernando Henrique e os demais concorrentes não estava no tempo de TV e rádio de que cada candidato dispunha, nem na enorme desigualdade entre a disponibilidade de recursos financeiros do presidente e de seus adversários. Estava, antes, na própria condição de candidato à reeleição, agravada pelo fato de não ter deixado de exercer a presidência, com o que isto lhe rendeu de exposição adicional nos meios de comunicação e à sua versão dos fatos, seja por fala própria ou pela de vários porta-vozes do governo, a respeito dos temas que foram pautados ao longo do processo eleitoral”. (SOARES, 2000)

O jornal *O Estado de S. Paulo* pautou a agenda de reformas do Estado e do processo de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, atuando como *aparelho privado de hegemonia*, de forma a convencer seus leitores da urgência e necessidade destas ações. No período analisado – entre junho de 1997 e outubro de 1997 –, percebemos que o jornal tomou “partido” de forma favorável a um dos principais receituários do modelo neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso. Neste artigo, pelo espaço limitado, não trataremos de todos os destaques. Assim, chamaremos a atenção para algumas manchetes e editoriais que nos parecem ser um apoio irrestrito às ações do governo FHC no que concerne

às reformas do Estado e às privatizações, e, desta forma, um apoio à reeleição do presidente-candidato e a manutenção daquele projeto de governo neoliberal.

Em relação às reformas do Estado, destacamos o discurso assumido *OESP* de que as reformas constitucionais apresentavam-se como o principal “remédio” para apresentar o descontrole dos gastos públicos, o aumento do déficit fiscal e da dívida pública do Brasil, e o de que o governo FHC estava ciente disto e agia nesta direção. No entanto, coloca o jornal que os congressistas obstruíam as reformas e projetavam uma imagem de falta de noção de responsabilidade com os eleitores, além de custar seus empregos e bem-estar social (O Estado de S. Paulo, 03 de fevereiro de 1998, p. 3). Para o jornal, os opositores das reformas queriam desmoralizar o governo FHC, outros queriam afagar eleitores ou fazer das reformas moedas de troca a seu favor e, na verdade, mantinham um “*círculo vicioso do déficit*”, “*sacrificando o interesse público*”¹⁷⁶ (O Estado de S. Paulo, 07 de maio de 1998, p. 3). O único meio de modificar este cenário, para *OESP*, era que o Congresso aprovasse as reformas.

Pela análise das fontes, nos parece que o jornal se utiliza daqueles argumentos de forma a culpar o Congresso pela permanência dos problemas econômicos e sociais brasileiros através do atraso da aprovação das reformas constitucionais, isentando assim Fernando Henrique Cardoso. Argumentavam que “*o Congresso deve dotar o governo de instrumentos que reduzam a dependência de capitais voláteis*” (O Estado de S. Paulo, 06 de novembro de 1997, p. 3), e que “*Eles são os responsáveis*” (O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1997, p. 3), referindo-se aos parlamentares que se recusavam a escutar o pedido do presidente para que votassem as reformas constitucionais.

[...] eles não pensam. [...] *Se assim é, que o governo saia de sua atitude de respeito cerimonioso e aproveite politicamente a ocasião para apontar à execração pública os responsáveis pelo que de ruim puder vir a acontecer ao País.* (O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1997: 3)

Em outro editorial, acrescenta:

O governo, esse, não hesitou em agir quando a situação exigiu – e jogou numa só cartada todo o prestígio que havia amealhado ao longo de três anos.
[...]

¹⁷⁶ Segundo coloco *O Estado de S. Paulo*, “[...] por falta das reformas administrativas e previdenciária em momento oportuno e devido a outras vulnerabilidades estruturais, o governo é obrigado a financiar o déficit, embarcando na ciranda sem-fim da colocação de títulos públicos no mercado, o qual, por sua vez, só toma papéis remunerados por juros cada vez mais altos, o que aumenta a dívida pública e fecha o círculo”.

As oposições não irão ensarilhar suas armas. Para elas, olhos postos no pleito de 98,, não é a reabilitação do Estado que está em jogo, mas sim a sorte do governo, de cujo fracasso dependem para ter uma chance de chegar ao poder. (O Estado de S. Paulo, 17 de novembro de 1997: 3)

No que concerne às privatizações, a “ineficácia” da gestão do Estado nas empresas estatais é invariavelmente utilizada como justificativa em favor das desestatizações. Em editorial de 02 de agosto de 1998, esse posicionamento é explícito: como Fernando Henrique Cardoso, o jornal mantém o discurso de que no passado, as estatais cumpriram seu papel e impulsionaram o crescimento do Brasil, mas que muitas delas, naquele contexto, tornaram-se “*peso morto*”. Para editorialistas, “*as estatais foram privatizadas não pelo que fizeram no passado, mas pelo que não fariam no futuro*” (O Estado de S. Paulo, 02 de agosto de 1998: 4).

Para servir de exemplo à atuação de *OESP* favorável às privatizações implementadas no governo FHC, destacamos o processo de desestatização do setor de telefonia. No período em que foram analisadas as fontes, o setor de telefonia ganhou grande destaque nas páginas do jornal *OESP* – principalmente porque era um contexto de amplo debate acerca do fim do monopólio do Estado sobre esse setor. O que se percebe é uma ferrenha defesa do fim do monopólio das telecomunicações no Brasil. Em diferentes editoriais, bem como em matérias internas do jornal, se afirma que a licitações das telecomunicações são “*revolucionárias*”, um “*marco histórico*”, uma “*vitória*”, um “*umbral da modernidade*”.

Quando ocorre a primeira concessão da Banda B de telefonia, os editorialistas enumeram os benefícios deste processo:

as primeiras informações fornecidas pelos ganhadores, prenunciam a importância da *revolução* que se desencadeará com a oferta dos novos serviços de telefonia pelos consórcios que disputam a Banda B. São inúmeros os fatos que mostram a amplitude dos benefícios que essa revolução proporcionará. Primeiro, ela permitirá a modernização das comunicações, que são o mais importante dos setores de serviços, nas sociedades de serviços [...]. Segundo, será possível, de fato, unir o País, pois, em algumas localidades não há telefones [...]. Além disso, os preços dos celulares, já anunciado, vão cair. Os serviços também custarão muito menos do que hoje. [...] a outorga das concessões para o conjunto das áreas da Banda B poderá demorar alguns meses [...] *Mas, desde já, pode-se considerar o dia de junho uma data histórica, o marco inicial do processo de privatização da telefonia, que permitirá que o País anule rapidamente um atraso de décadas nas telecomunicações* (O Estado de S. Paulo, 08 de junho de 1997: 4).

Quando no dia 10 de julho de 1997 o governo fica autorizado a privatizar todas as empresas do Sistema Telebrás pela Lei Geral das Telecomunicações, a notícia é destaque na capa de *OESP* no dia seguinte, assim como no Caderno de Economia da edição (O Estado de S. Paulo, 11 de julho de 1997, p. 43). As matérias são acompanhadas de um mapa que representa a exploração da telefonia no Brasil, indicando que o “*fim do monopólio atrai investimentos*” (O Estado de S. Paulo, 11 de julho de 1998: 43), enfatizando os argumentos pró privatizações e complementando o editorial do dia anterior.

Ainda no dia 10 de julho, quando ainda era noticiada a privatização da Banda B de telefonia da região metropolitana de São Paulo “*em preço recorde*”¹⁷⁷ – destaque do jornal –, assim como também a Banda B da Bahia e do Sergipe, o editorial de *OESP* chama a atenção para o fato. Afirmava que “*a modernização avança*”, e que “*o peso que os investidores estrangeiros conferem ao mercado brasileiro é simbolizado pelo lance vitorioso na licitação [...]. O leilão da telefonia celular mostrou o acerto da política de investimentos*”. Destaca-se que as privatizações das estatais de telefonia modernizam o setor e que isto se tornaria “*símbolo da sociedade de serviços, instrumento essencial das comunicações, acesso à informação e da educação*” (O Estado de S. Paulo, 10 de julho de 1997: 4). Os editorialistas não deixam de indicar os compromissos que assume o consórcio vencedor da licitação, parabenizando o governo pela “orientação correta” de oferecer ao país aquilo que lhe faltava, a “vitória sobre o atraso”, representado pelas companhias estatais.

Ainda sobre a privatização do sistema de telefonia, após elencar os pontos negativos das estatais (“*ineficiência*”, “*ineficiência*”, “*ninhos de privilégios*”), o consumidor ganha destaque na matéria:

consumada a privatização, acredito que possa ficar não completamente tranquilo, mas, ao menos mais seguro quanto aos seus direitos como consumidor e cidadão ou mesmo como acionista minoritário das empresas privatizadas. Poderá até reclamar mais, inclusive tendo daqui para a frente o governo como aliado, e não mais como o todo poderoso e efetivo dono e administrador dos *monstros estatais* que, sem sucesso, eram enfrentados no outro lado. (O Estado de S. Paulo, 30 de julho de 1998: 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁷⁷ A área de São Paulo foi vendida por R\$ 2,647 bilhões. Segundo matéria em destaque, o preço conseguido pela privatização da Banda B de telefonia bateu recorde mundial na venda de área de concessão desse serviço. “Concessão de celular em preço recorde”. *O Estado de S. Paulo*: Página da Edição de 10 de julho de 1997: 1.

O que pretendemos com a exposição de algumas matérias e editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* é defender a hipótese de que o jornal toma “partido” a favor da manutenção de um projeto neoliberal para o Brasil que envolve as reformas de Estado e o processo de desestatização, que se daria, no contexto eleitoral de 1998, também pela manutenção de quem ocupava o cargo Executivo, Fernando Henrique Cardoso. Assim, entendemos que o jornal *O Estado de S. Paulo* atua como um *aparelho privado de hegemonia*, buscando uma adesão da sociedade à política de reformas administrativas e econômicas do Estado brasileiro que se aprofundavam no primeiro governo FHC, de forma a convencer seus leitores de que a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso era também uma garantia de manutenção da reestruturação do Estado, de uma política neoliberal no Brasil. Assim, o respaldo do jornal às iniciativas do governo é também um apoio a reeleição do candidato-presidente FHC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

“Perspectivas auspiciosas na telefonia”. *O Estado de S. Paulo*: Página da Edição de 08 de junho de 1997, página 4.

“A modernização avança”. *O Estado de S. Paulo*: Página da Edição de 10 de julho de 1997, p. 4.

“Fim do monopólio atrai investimentos”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 11 de julho de 1997, p. 43.

“Senado aprova Lei Geral das Telecomunicações”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 11 de julho de 1997, p. 43.

“Eles são os responsáveis”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 31 de outubro de 1997, p. 3

“A defesa do interesse comum”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 06 de novembro de 1997, p. 3

“O real sentido da reforma administrativa”. O Estado de S. Paulo: Páginas da Edição de 17 de novembro de 1997, p. 3

“Recado de Davos ao Congresso Nacional”. O Estado de S. Paulo: Páginas da Edição de 03 de fevereiro de 1998, p. 3.

“A responsabilidade pelo déficit público”. O Estado de S. Paulo: Páginas da Edição de 07 de maio de 1998, p. 3.

“Ainda a privatização”. O Estado de S. Paulo: Páginas da Edição 30 de julho de 1998, p. 2.

“Com a cabeça no passado”. O Estado de S. Paulo: Páginas da Edição de 02 de agosto de 1998, p. 4.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais no Brasil: as privatizações dos bancos estaduais. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.031, 12 de abril de 1990.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso no Senado Federal, 14 de dezembro de 1994.

CARVALHO, Marcelo. A Reforma do Estado no Brasil. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. In: Pesquisa e Debate. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 109.

PICCOLO, Monica. Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização no governo Collor. In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, Fortaleza, 2009, p 25.

O *Jornal das Moças*, a condição feminina e a figura materna (1914 -1934)

Ruth Miranda Oliveira da Silva
Mestranda PPGHS/FFP/UERJ

O lugar da mulher na sociedade e os papéis a serem ocupados por ela são marcados no Brasil por dois discursos fundamentais que são confrontados frequentemente pelos movimentos feministas: o discurso médico e discurso da Igreja. Esses discursos eram propagados de forma oral e escrita. O discurso escrito é considerado aqui como uma prática cultural que promove, “afirma ou reafirma os lugares sociais”. Nesse trabalho trataremos do discurso escrito através da imprensa, pois através da leitura, “o indivíduo se apropria de regras sociais e porque os discursos dizem das configurações sociais de que eles fazem parte.” (ALMEIDA, 2008: 19)

Como aponta Karolina Carula sobre a tentativa de “civilizar” o Brasil por meio do discurso médico, que se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX, ainda encontramos no início do século XX nas páginas do *Jornal das Moças* essa influência associada à influência das ideias europeias. (CARULA, 2012)

O *Jornal das Moças* circulou de 1914-1965, ficando em oitavo lugar entre as revistas mais lidas. Era publicado de modo quinzenal e distribuído em todo o Brasil, vendido em bancas ou entregue na casa dos assinantes. A edição do periódico era feita pelo *Jornal das Moças* – Menezes, Filho & C. Ltda. A direção cabia a Álvaro Menezes e Agostinho Menezes (ALMEIDA, 2008).

Denominado também como revista semanal ilustrada, possuía em média 75 páginas, apresentando conteúdo com informações sobre culinária, moda, comportamento, dicas de beleza, produtos, entre outros, com ilustrações, fotos e textos. Era voltado especificamente para o público feminino. O *Jornal das Moças* não era apenas um meio de entretenimento com receitas e moda, mas era um meio de informação para as mulheres através de artigos, buscando, com isso, ditar comportamentos em âmbito social, familiar e religioso. Funcionava como uma forma de reforço do papel idealizado e esperado para a mulher na sociedade brasileira. (SOARES, 2013:2) As expectativas sociais colocadas nas mulheres foram construídas criando padrões específicos justificados pela diferença biológica. Assim, destacar características biológicas femininas e masculinas, era um meio de justificar a dominação do

sexo masculino sobre o feminino, imputando-lhes papéis diferenciados dentro da sociedade. (MORAES, 2017: 2)

A imprensa, na passagem do século XIX para o XX, passa a construir uma ideia de imparcialidade e de neutralidade. Essa imprensa alcança cada vez mais as diferentes classes sociais, popularizando a informação (BARBOSA, 2008). Desse modo, compreendemos o *Jornal das Moças* como parte das relações de poder. Já em seu título o jornal faz referência a um conteúdo voltado para as mulheres. Percebemos que seus artigos reforçavam o lugar imposto a mulher dentro da sociedade. No artigo “A Mulher”, encontramos um destaque para a diferença entre homens e mulheres dizendo que “O homem pensa e a mulher sonha. Pensar é ter um cérebro; sonhar é ter na fonte uma aureola”. As diferenças vão sendo colocadas de modo a reafirmar uma dominação masculina. No mesmo artigo, encontramos uma frase que coloca a mulher como fêmea do homem num discurso que busca diminuí-la e submetê-la: “a mulher é a fêmea do homem, sua amiguinha, carinhosa e boa” (*Jornal das Moças*, 06/02/1919-edição:190- p.15).

A dominação masculina, como afirma Pierre Bourdieu, se impõe nas estruturas, nas atividades produtivas bem como nas reprodutivas. Portanto, os homens funcionam como matrizes tanto dos pensamentos como das ações. A diferença entre os seres humanos faz parte da história, se fazendo presente no discurso religioso, no filosófico, no psicológico, no antropológico, no biológico e etc. As representações de gênero compõem o modo de perceber e de regular a vida social. O gênero estaria envolvido tanto na criação quanto na execução das relações de poder. A mulher, muitas vezes, é socialmente tratada como objeto estético, com destaque para tudo que se refere à beleza, ao comportamento, à postura, às roupas e também ao trabalho doméstico. Portanto, a relação de dominação entre homens e mulheres é reforçada cada vez mais no espaço social - na família, na escola, no trabalho, na mídia. (BORDIEU, 1995)

O artigo “A cultura intelectual da mulher” afirma que seria importante a mulher estudar para “adquirir cultura intelectual, porém após os afazeres do lar, ela deveria encontrar espaço para se instruir” (*Jornal das moças*, 16/10/1919-edição 226-p.16). A função dessa instrução feminina seria desempenhar com maior “habilidade as suas atribuições domésticas”. As conquistas das mulheres por maior igualdade, vão sendo permitidas socialmente, com a condição de que ela ainda exercesse o papel social de dona de casa e mãe. Esses papéis

sociais sempre vão sendo reforçados, como se lembrassem a mulher do que ela precisaria fazer para ser socialmente respeitada. (*Jornal das Moças*, 16/10/1919: 16)

Na tentativa de “civilizar” o Brasil, há uma grande influência e propagação das ideias higienistas. Os movimentos higienistas ou sanitaristas se desenrolaram no país entre meados do século XIX, quando ocorreu um surto de febre amarela, e o início do século XX. Surge aqui uma preocupação em intervir no meio ambiente. Esses movimentos tinham a preocupação principal com a saúde e com a educação para novos hábitos higiênicos. “Uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos”. Valorizando hábitos e assim estabeleceram relação das doenças com o meio natural. Esse era um novo ramo da medicina, visto como uma medicina não vai justificar as causas da doença no corpo, mais também uma relação com meio. (SILVA; 2017: 13)

Diante dessas ideias os movimentos higienistas irão se apresentar para organização do urbano. Como nos aponta Gisele Machado:

[...] analisando o desenvolvimento da Medicina Social no Brasil e como suas ideias foram utilizadas como justificativa para as transformações urbanas no início do século XX. Apoiado pelos grupos dirigentes e pelo Estado, os difusores desse novo pensamento intervieram no espaço urbano e na vida particular das pessoas. (MACHADO, 2011:3)

“Neste contexto, encontramos na família um novo elemento: a preocupação com a higiene. Tudo que diz respeito a criança passa a demandar atenção. A higiene impõe à família uma educação física, moral, intelectual e sexual.” O discurso higienista se atrelava ao civilizatório. (ARIÉS, 2012: 158)

O *Jornal das Moças* apresenta diversos artigos escritos por médicos e resumos de conferências em que médicos participavam. A influência dessa medicina social, mesmo tendo sido mais forte no século XIX, continuava presente no periódico. Um artigo baseado numa conferência do médico Dr. Adonias Lima, intitulado “A mulher e sua cultura intelectual”, destaca a “importância da mulher não apenas saber ler, escrever e contar histórias” (*Jornal das Moças* 29/08/1914-edição 08 p.9). As mulheres deveriam estudar, sobretudo, literatura para conhecer as histórias de romance. Seria um absurdo levá-las a lerem histórias de perversão e adultério. Cita, então, livros como *Madame Bovary* e *o Intruso* do primo Basílio (*Jornal das moças*; 29/08/1914- edição 08 p.9.). A mulher deveria “educar-se nos bons preceitos de higiene”. Assim, estaria preparada para “desempenhar dignamente as funções de

esposa e de mãe” (*Jornal das Moças*; 29/08/1914- edição 08 p.9). Observamos nesse artigo a exaltação e a valorização da mulher enquanto esposa e mãe.

Como diz Elizabeth Badinter (1985), a mulher, portanto, deveria se manter como uma figura doce e sensata de quem se esperava comedimento e a procriação é reforçada como uma das delicadezas do casamento. A maternidade deveria continuar sendo objetivo feminino. As mulheres deveriam ser mães antes de tudo para serem consideradas sãs e felizes. (BADINTER, 1985). A propagação dessa mulher como doce e sensata fica evidente no artigo publicado no *Jornal das Moças* intitulado “Mulher de Sócrates” que faz referência a uma mulher com gênio forte, baseada na história de que “Sócrates teria levado um amigo para jantar e sua mulher tirando a toalha da mesa jogou todas as coisas no chão” (*Jornal das Moças* 01/08/1915- edição 30, p.8). O artigo fala que a mulher deveria ter uma candura e bondade e a doçura da mulher teria mais beleza do que a própria beleza física.

Ressaltamos outro artigo com o título “A influência das mulheres” que fazia uma crítica a um texto publicado anteriormente no jornal e que descrevia a mulher como uma mistura de anjo e demônio. O artigo defendia a mulher dizendo que ela seria soberana na vida doméstica, não podendo ser descrita desse modo. Tendo em vista que “a vida doméstica do filho com a mãe, prepararia o menino para vida adulta e social” (01/08/1915- edição 30 p.8). Dessa forma, a mulher teria “muita importância e valor no papel que desempenhava dentro do lar e como mãe” (01/08/1915- edição 30 p.8). Sua função estaria na esfera doméstica.

O discurso propagado pelos higienistas representava um modo de controle exercido sobre a mulher e também uma tentativa de impedir os avanços do feminismo. (RUBIO, 2009). O movimento feminista foi dividido historicamente em três períodos: o feminismo de primeira onda, o de segunda onda e o de terceira onda. No recorte cronológico desta pesquisa, analisaremos apenas o feminismo de primeira onda, pois este ocorreu até a década de 1930 quando começou a perder força. Como aponta Céli Pinto (2010), a chamada primeira onda do feminismo se deu no final do século XIX, quando as mulheres na Inglaterra se reuniram para buscar o direito ao voto. Eram as chamadas sufragistas que organizavam manifestações, greves de fome e foram presas inúmeras vezes. O primeiro país a aprovar o voto feminino foi o Reino Unido em 1918. (PINTO, 2010)

A primeira onda do feminismo no Brasil teve como principal representante Bertha Lutz. Ela era brasileira, porém, por ter vivido na Europa, esteve próxima às feministas

européias. Assim, quando volta ao Brasil em 1918, se une às lutas femininas no Brasil, agregando forças políticas e se tornando uma das fundadoras da FBPF Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa organização foi importante, pois levou em 1927 um abaixo assinado ao Senado, solicitando a aprovação do Projeto de Lei do Senador Juvenal Lamartine, que possibilitaria o direito de voto às mulheres. (COSTA, 2006)

Portanto, é preciso entender que ainda existia um caminho a ser percorrido pelas mulheres. Suas pretensões na busca por igualdade de direitos não eram bem vistas pelos políticos e juristas. Observamos nesse contexto um respaldo no discurso médico, que vem do século XIX, mas ainda exerce influência no início do século XX. Os higienistas falavam de prejuízos que poderia trazer às famílias a presença das mulheres fora do espaço privado. Era comum que as peças de teatro, a literatura, as crônicas e a imprensa ridicularizassem as mulheres dos movimentos. Estas eram colocadas como feias, masculinizadas, amorais e despeitadas. (SOIHET, 2000)

As mulheres que não correspondiam a esses papéis sociais imputados a elas socialmente eram muitas vezes vistas como histéricas. Na coluna “A Notícia” do *Jornal das Moças* escrito pelo Dr F. Cardim, ele relata que as mulheres estariam mais sujeitas a distúrbios nervosos e manifestações histéricas. Nesse quadro de histeria, descreve que os sintomas seriam que “as mulheres não se ocupam mais de seus afazeres, inquieta-se com tudo, discute e se exalta por qualquer coisa” (*Jornal das Moças*_01/12/1916- edição-77 p.11). Elas ainda poderiam apresentar “mudanças de caráter e de moral e enfraquecimento considerável da vontade” (*Jornal das Moças* 01/12/1916- edição 77, p.11). No artigo, as mulheres que não estivessem dispostas a cumprir as obrigações dadas a elas socialmente eram apresentadas como doentes.

Como aponta Rachel Soihet, os movimentos feministas utilizam do contexto social que buscava o progresso brasileiro, dizendo que a posição ocupada pela mulher na nossa sociedade era humilhante e faria com que o país ficasse preso no passado, sendo incoerente com os planos de progresso da nação. É nesse contexto que o movimento feminista pressiona pelos direitos da mulher; apropriando-se desse cenário. (SOIHET, 2000)

Uma crônica de 1918 do *Jornal das Moças* destaca que o voto feminino já havia sido conquistado na Inglaterra e nos Estados Unidos como uma “justíssima causa em defesa de liberdade e justiça” (*Jornal das Moças*; 01/12/1918- edição 135 p.11). Após esses países, os

próximos seriam França, Itália e Portugal e o Brasil deveria vir em seguida: “Então, teremos de ver o Brasil seguir a esteira gloriosa, permitindo também o voto feminino” (*Jornal das Moças*; 01/12/1918- edição 135 p.11). Nesse contexto, podemos observar a ideia de que se os outros países já em progresso haviam aprovado o voto às mulheres, para que o Brasil também conseguisse ser uma nação civilizada, deveria fazer o mesmo.

Ocorreram diversas manifestações da FBPF, porque o direito ao voto ainda não havia sido conquistado. Assim, as mulheres realizam o II Congresso Internacional Feminista em junho de 1931. Encaminharam para Getúlio Vargas o que havia sido tratado no congresso ressaltando o direito ao voto feminino e o da mulher casada não precisar de autorização do marido para votar. Com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 estabeleceram-se o voto feminino e o voto secreto. (SOIHET, 2000:1)

Assim, as mulheres conquistaram o direito ao voto, o que foi um grande marco para o movimento. Portanto, a emancipação da mulher deveria ser impedida de alguma forma. Ressaltamos que o reforço das políticas de amamentação, contribuiu para delimitar a mulher ao espaço privado. As mulheres deveriam dedicar-se à nobre função de amamentar. A amamentação faria a mãe estar mais próxima do seu bebê, estreitaria os laços familiares. Segundo o discurso médico, a mãe que não amamentasse seria “desnaturada”. Reforçando a figura da mulher enquanto mãe amorosa que amamenta seu filho em seu próprio seio. (COSTA, 2004: 258)

A psicanálise também contribuiu para que as políticas de amamentação fossem reforçadas. Sigmund Freud, na passagem do século XIX para o XX, afirmava que a mãe simboliza antes de tudo o amor e a ternura, e o pai, a lei e a autoridade. A mãe também representaria o primeiro objeto de amor do filho estabelecendo um vínculo entre feminilidade e maternidade. Deste modo, a psicanálise confirma a mãe como o personagem principal da família, exercendo uma relação de poder através desse discurso. Nesse contexto, vários psicanalistas se tornaram populares com seus livros e orientações de como ser a mãe perfeita e que se estendem por todo século XX. (BADINTER,1985)

Encontramos no *Jornal das Moças* O artigo “Evangelho das mães”, publicado um pouco após a conquista do voto feminino, traz a maternidade como uma função sagrada. Destacamos frases como: “são mães, por isso que são as que mais obrigação tem de cuidar das crianças, seus filhos” (*Jornal das Moças* -17/08/1933, edição:948, p.19). Os cuidados com os filhos

seriam responsabilidade apenas da mulher. Encontramos a influência desse tipo de leitura da psicanálise no artigo “Fora de série”, já em 1935. Nele, o autor explica que para que a mulher dita fútil se tornasse “inteligente e brilhante, seria aconselhável a leitura das obras de Freud” mostrando como eram valorizadas as obras do autor, constituindo um tipo de saber dentro desse contexto histórico. (*Jornal das Moças*;12/12/1935, edição:1069, p.11)

Desse modo, como afirma Patrícia de Moraes, o perfil de mulher ideal que o *Jornal das Moças* destaca apresenta algumas funções como sendo específicas das mulheres. “As tarefas de dona de casa e mãe são reforçadas como imperativos ao gênero feminino, responsabilizando as mulheres pela manutenção de tudo estar em ordem no lar”. (MORAES, 2017: 9). A noção de mulher presente no *Jornal das Moças* revela o conservadorismo em relação ao gênero feminino, no qual o homem é visto como superior. Deste modo, como alerta Nukácia Almeida, não havia publicações no *Jornal das Moças* que apontassem para as mulheres leitoras outro horizonte que não fosse o circunscrito ao lar, à maternidade, à esfera doméstica e à educadora dos filhos. (ALMEIDA, 2008)

REFERÊNCIAS

FONTES:

JORNAL DAS MOÇAS. In: Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil/Jornal das Moças digitalizado. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>

06/02/1919, edição:190 p.15
16/10/1919, edição: 226 p.16
29/08/1914, edição:08 p.9
01/08/1915, edição: 30 p.8
01/12/1916, edição:77 p.11
01/12/1918, edição:135 p.11
17/08-1933, edição: 948 p.19
12/12/1935, edição:1069 p.11

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo. *Jornal das Moças: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945)*. 261f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2008. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3186>

- ARIÉS, Philippe. História social da Criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Marialva. “Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa”. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 41, n. 2, p. 21-36, Aug. 2018. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201821>
- BORDIEU, Pierre, 1930-2002. A dominação masculina/Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena. Kühner. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012 <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27092012-115018/pt-br.php>
- COSTA, F. J. Ordem médica e norma familiar (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COSTA, Suely Gomes. “Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz”. Cadernos Pagu. Campinas, n. 27, pág. 449-454, dezembro de 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200017>
- LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Organizadoras). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. “A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais”. In: Anais Anpuh. São Paulo, julho 2011 <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710>
- MORAES, Patricia Canabarro Coelho de. “Jornal das Moças: as enunciações midiáticas e a noção de gênero e imaginário feminino no século XX”. UNIOESTE, Brasil -EDUCAÇÃO v. 11, n. 3, 2017.
- PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, v.18, n:36, p.15-23, June 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- RUBIO, Katia. “As mulheres e as práticas corporais em clubes da cidade de São Paulo do início do século XX”. Rev. Port. Cien. Desp., Porto, v. 9, n. 2-3, p. 195-202, 2009. Disponível

em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1645-05232009000300007&lng=pt&tlng=pt

SILVA, Poliana Moreira. Movimento higienista: construção da figura feminina.. 35 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22397>

SOARES, Diego dos Santos; SILVA, Ursula Rosa da. “O jornal das moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 & sua passagem por pelotas nas décadas”. Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/3013/2594>

SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 15, p.97-117, Dec.2000 https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007&lang=pt

As representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal *A Noite* e no *Boletim de Eugenia* - nos anos 20 e 30

Viviane Gomes Ribeiro
Mestranda PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

APRESENTAÇÃO

A origem da eugenia está associada ao contexto do final do século XIX e início do XX quando o mundo conheceu o ápice da modernidade, mas também começava a sentir os efeitos negativos de tantos avanços tecnológicos. O crescimento das indústrias, favoreceu a migração de um grande número de pessoas do campo para as cidades em busca de empregos e este fluxo intenso fez com que grande parte dos trabalhadores vivessem sob condições deploráveis nas cidades, tal como a miséria, as más condições de higiene, a falta de trabalho ocasionada pelo excesso de mão-de-obra, bem como a exploração dos trabalhadores por parte das industriais, contribuindo para o aumento da propagação de doenças e a baixa estimativa de vida. (ROCHA, 2010: 06)

As [péssimas] condições de saúde provocadas pelos novos ambientes urbanos e as péssimas condições de higiene dos fétidos bairros operários, onde aglomerações de indivíduos favoreciam à proliferação de doenças que logo se transformavam em verdadeiras epidemias, contrastavam com o otimismo alardeado por uma reflexão técnica científica baseada na pressuposição de que os avanços da sociedade industrializada provocariam uma melhora substancial na qualidade de vida do conjunto da população [que tinha levado homens a migrarem para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida]. (CONT, 2008: 209)

Foi nesse contexto que Francis Galton (1822-1911), antropólogo, metologista, matemático e estatístico inglês, primo de Charles Darwin, elaborou em sua obra *Inquiries into human faculties* (1883) um estudo onde cunhou o termo eugenia¹⁷⁸ (ROCHA, 2010). Tal palavra é de origem grega e significa “*bom em sua origem*”, em Esparta, existia um grande estímulo em prol do nascimento apenas de crianças saudáveis, as nascidas com imperfeições eram eliminadas da sociedade por não corresponder ao ideal de guerreiro perfeito. Francis

¹⁷⁸ Apesar do termo “eugenia” ter sido cunhado em 1883, Nancy Stepan explica que o livro *Hereditary Genius*, publicado por Francis Galton em 1969, é ainda hoje considerado o texto seminal sobre a formação das ideias eugênicas (STEPAN, 1991:03).

Galton¹⁷⁹, em 1883, resgatou o termo eugenia apresentando como um estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, ou seja, sistematizou em argumentos científicos a prática de eliminar os indivíduos “indesejáveis” que rompiam com a ideia de progresso, perfeição e de sociedade civilizada, tal como: os vagabundos, os ladrões, as prostitutas e os loucos. Segundo Valdeir Del Cont (2008: 08) ao invés de conceber os graves problemas sociais como decorrentes das próprias condições sócio políticas geradoras de tais condições, a proposta eugênica de Francis Galton insistia em procurar nos indivíduos, ou melhor, nos traços ou características consideradas inatas, as origens de suas mazelas. Para o cientista, a causa da marginalização não ocorria devido às condições sociais miseráveis. Assim, por exemplo: a crise econômica não era responsável pelo desemprego, aumento de pedintes e da prostituição, a condição desses indivíduos era causada, segundo Galton, por terem características genéticas degenerativas que os levavam a marginalização.

Se não houvesse um controle da qualidade reprodutiva dos indivíduos na sociedade, o resultado em pouco tempo seria o avanço reprodutivo de indivíduos degenerados. [...] ampliando consequentemente, a criminalidade, a prostituição, a delinquência, a insanidade e todo tipo de distúrbio social. Nesse sentido, o controle reprodutivo permitiria, segundo Galton, não somente elevar o nível de qualidade da raça humana, mas também se constituiria em uma ferramenta de reforma das condições sociais degenerescentes. (CONT, 2008: 207, apud COWAN, 1972: 511)

Assim surgia a eugenia, com o intento de solucionar um cenário tido como nada agradável. O que nos remete ao seguinte questionamento: Foi um projeto científico ou social? Nancy Stepan (1991: 01) assevera que:

Como ciência, a eugenia baseou-se nas leis da hereditariedade para promover o aprimoramento humano; como movimento social, apresentou propostas que permitiam à sociedade a melhoria na população pelo controle da reprodução dos aptos e evitando a reprodução dos inaptos. (apud SANTOS, 2006: 18)

A eugenia dividiu-se em duas categorias a negativa que é a mais conhecida no imaginário social por ter sido base para o evento histórico – Holocausto¹⁸⁰ (1941-1945). Preconizava a esterilização de milhares de pessoas e estimulava o controle de casamentos, tal como ocorreu nos Estados Unidos e Alemanha. E a positiva ou preventiva que buscava

¹⁷⁹ Antropólogo, metologista, matemático e estatístico inglês, primo de Charles Darwin, elaborou a ciência eugênica em sua obra *Inquiries into human faculties de 1883*.

¹⁸⁰ O evento da história em que os nazistas utilizaram dos pressupostos da ciência eugênica para justificar o extermínio de seres humanos que fossem considerados “inferiores” por serem uma ameaça externa à chamada comunidade racial alemã.

melhorar a humanidade através de hábitos sanitários e educar a população. O pensamento eugênico no Brasil ficou fortemente caracterizado pelo modelo positivo, pois encaixava com as necessidades do contexto brasileiro da época que vivia a conformação de um novo sistema político, a República, que implicava numa série de homens que eram escravos e tornaram-se livres andando pelas ruas da capital e diante de tal cenário a grande pergunta e preocupação da elite era que homem brasileiro iremos construir? Que Brasil será construído? Que país queremos ser? Saudável! Forte! Assim a Eugenia é uma ciência que abraçaria tais necessidades. Tal como é pontuado por Vanderlei Souza (2012) :

Através das diferentes formas de terapêuticas, a ‘ciência eugênica’ poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores como para o aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional. A ideia de progresso e civilização exigia, sobretudo, a saúde, a força e a beleza física (SOUZA, 2012: 49).

Para agravar o cenário de marginalização de alguns indivíduos, havia os imigrantes que durante o fim do século XIX e início do XX, muitos fazendeiros financiaram a vinda destes para usá-los como uma opção de mão de obra barata na agricultura. Conforme a autora Simone Souza (2017:1589) *“De 1819 a 1939 chegaram ao Brasil 4.705.367 imigrantes, os imigrantes somados aos recém escravos libertos, e ao contingente de sertanejos que foram buscar o progresso nas capitais, fez de São Paulo, um centro de mão de obra barata”*. Esse cenário social resultou em más condições de moradia, os baixos salários recebidos, a pouca ou nenhuma participação política e fizeram dos anos finais da segunda década do século XX o cenário perfeito para adoção da eugenia como uma ciência que iria salvar o Brasil do processo de degeneração, além de enquadrar a população brasileira nos moldes civilizadores do progresso, instrumentalizar o processo de constituição de uma nação brasileira “sadia”.

Dessa forma ocorreram iniciativas para pôr a eugenia em prática, em 1918 houve a criação da sociedade eugênica de São Paulo, com a colaboração do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, e o médico, Renato Kehl que se consagrou como o pai da eugenia no Brasil, por se dedicar à difusão e implantação das ideias eugênicas - realizando conferências no Brasil e em vários países, publicou cerca de 30 livros e inúmeros artigos em jornais sobre o tema eugenia. Além de vários outros intelectuais que possuíam muita influência política, tal como educadores, médicos e juristas, intelectuais

influentes da época, podemos citar: Artur Neiva (diretor do instituto Butantã e vital Brasil) e Belisário Penna (Diretoria Geral de Saúde Pública). Outra mobilização importante para a promoção da causa eugênica no Brasil foi a chegada em 1918 da fundação Rockefeller no Brasil, instituição norte americana que no início do século XX, auxiliava de forma filantrópica a disseminação da eugenia para vários países. Com isso quero apontar que a eugenia se apresentou e foi vista por atores influentes da época como uma solução para os problemas sociais do país, sendo encarada assim não só pelo Brasil, mas outros países também e só vindo perder influência com o fim da Segunda Guerra Mundial devido aos horrores que foram feitos em nome da eugenia. Logo analisaremos um jornal especializado em noticiar sobre eugenia e outro de grande circulação para identificarmos e compreendermos a influência do conhecimento eugênico produzido no Brasil e como os atores dos jornais ocuparam os diversos espaços dos periódicos da época.

DIVULGAÇÃO E RECEPÇÃO DA EUGENIA NOS PERIÓDICOS

Ao fazermos uma análise de como a eugenia era passada para o público, concordaremos com a definição de *difusão*, termo que diz respeito ao envio de quaisquer mensagens com conteúdo científico, abrangendo uma totalidade de pessoas, com códigos e linguagens compreensíveis universalmente, enviadas para um público especializado ou não. Acerca disso podemos apontar uma contribuição de Kapil Raj (2006) ao mobilizar o conceito de natureza de negociação para definir que *“as ideias e práticas só se deslocam do seu lugar de invenção, e só se universalizam, à custa de acomodações que consistem em reconfigurar os novos objetos ou procedimentos científicos e o corpo social em que se inserem”* (2006:155). Assim para o autor quando falamos em divulgar ou difundir as ideias científicas, há uma troca de conhecimento e uma série de movimentações que nos permitem compreender difusão como algo nada passivo, pois os atores são ativos no processo, apropriam, reconfiguram e naturalizam em diferentes localidades as práticas e os saberes dessas conexões. Negociam com as ideias que irão adotar e adaptam o conhecimento “puro” as suas realidades externas valores, meio sociais e etc.

A partir dessa perspectiva analisaremos como a eugenia foi difundida em dois jornais o *A Noite* que circulou de 1911 até 1964 sobre a direção de Irineu Marinho¹⁸¹, no Rio de Janeiro, nos anos 1920 a 1930 alcançava de 11 até 17 páginas. E o *Boletim de eugenia*, que possuiu várias fases, mas em média possuía uma periodicidade era mensal, ele era distribuído gratuitamente, editado por Renato Kehl¹⁸² e com aproximadamente 8/10 páginas.

considerando que os próprios atores dos jornais sabiam que a ciência necessitava de aceitação social para circular, podemos evidenciar isso no decorrer da análise das fontes veremos o quanto usaram de estratégias para tornar a eugenia mais conhecida e podemos citar algumas reportagens que mostram os conhecimentos eugênicos sendo implementados em outros locais fora das instituições médicas. Por exemplo a divulgação do concurso de Robuztes em que todos os candidatos ganhavam um prêmio de consolação de 10\$. Concursos como esse foram promovidos em diversos momentos e por diferentes instituições para promover a eugenia (*A noite*, Rio de Janeiro, Março, edição 4783). Vale observar que concurso de robustez era destinado a atrair famílias humildes e fazer com que a eugenia caísse no cotidiano popular até mesmo premiando com dinheiro a todos os participantes.

Na edição de 5445, o jornal faz propagando do livro *O choque das Raças* de Monteiro Lobato “*Romance dos tempos futuros, com a visão de um mundo rico e feliz graças a vitória final das grandes ideias e da eficiência da eugenia*”(A noite, Rio de Janeiro, 1927, edição 5445): Podemos refletir que obras que Monteiro Lobato é o literário mais famoso do Brasil, com prestígio e as suas obras já desse período que estamos analisando repercutia na sociedade, considerando outras obras que seguem a mesma linha que é “*O homem que se fez macaco*”, “*O presidente Negro*”, “*O jeca*” e o “*problema vital*”. Dessa forma podemos pensar que a sociedade do jornal *A noite* a partir de 1926 passa a divulgar algumas informações sobre leituras que atualmente classificamos como do grupo da eugenia negativa, pois contam histórias que visam a eliminação de indivíduos. Vale ressaltar que as obras de Monteiro Lobato é um nome de suma importância para a literatura no Brasil até hoje. E no mês seguinte caso os leitores não tenham entendido o *A noite* lança o livro de Monteiro Lobato em formato resenha comentada (A noite, Rio de Janeiro, 1927, edição 05480). De

¹⁸¹ Uma figura de destaque, por possuir uma longa trajetória em outros jornais tal como a *Gazeta de Notícias*, onde era secretário geral e abandonou o cargo para fundar o seu próprio jornal *A noite* junto com outros 13 ex funcionários. E somente o deixando a direção em 1929 para fundar o jornal *O Globo*.

¹⁸² Médico que ficou conhecido como o pai da eugenia no Brasil por ter sido o principal disseminador das ideias eugênicas no Brasil.

forma que podemos verificar a Marinha brasileira também é associada ao termo eugenia para divulgar a turma de educação física que havia formado atletas e profissionais cientificamente qualificados, que se dizia conforme os parâmetros da verdadeira eugenia (A noite, 1928, edição 5806). Com isso notamos que o jornal *A noite* esteve aberto a receber notas sobre a eugenia ao decorrer das fontes percebemos que ora a eugenia é curiosidade e outra é ideia base para ações do governo, organizações e instituições. O que nos permite pensar que não era apenas o jornal especializado que dava conta dos assuntos eugênicos, pois estavam presentes nas políticas governamentais e eram pautas para instituições brasileiras. Podemos notar esse aspecto por meio da leitura do jornal que era voltado para o grande público. Já o *Boletim de eugenia* era o periódico que se apresentava como divulgador e na primeira edição se lança com a proposta de apresentar a campanha eugênica com:

Os conhecimentos cultos e elementos embora medianos desejam orientar-se sobre os mesmos assuntos [...] lançar resumos de artigos científicos em linguagens simples e clara. [...] [O autor reconhece] que falta circulação de ideias eugênicas e eugenistas no Brasil e o boletim preencherá essa lacuna. (1929: 01, v.1)

A difusão da eugenia no jornal ocorreu por meio da produção de vários textos autorais ensinando sobre eugenia tal como: “*Cruzamento de raça: o problema, o ponto de vista brasileiro*” e “*Os nossos avós quereis saber quem sois e o que sereis? Estudai a vida de vossos avós*”, presentes na quarta edição (S.A, 1929: 03-04). No entanto quero destacar que havia até mesmo reportagem ensinado aos leitores a pronunciar a palavra eugenia. O que nos mostra que houve um investimento em aproximar o público, seja qual fosse, ao conteúdo do *Boletim*. Assim como o *A noite*, o *Boletim* realizou propagandas de livros, de congressos, concursos de eugenia – esse último havia pais que levavam os seus filhos, pois diversas publicações e propagandas diferenciavam o concurso de beleza e o de eugenia, numa tentativa de torná-lo mais sério do que o de beleza, pois “*no concurso de eugenia avalia-se as qualidades físicas, mentais e os antepassados dos candidatos*” (S.A, 1929: 03, v.1). Assim, na 11ª edição (S.A, 1929: 04) anunciava-se o segundo congresso de eugenia para crianças de 3 a 5 anos, enfatizando que foi devido ao sucesso do primeiro concurso que ele ocorreria.

Os eugenistas buscavam estratégias de passar o conhecimento eugênico para quem não estava no meio do médico ou acadêmico. Podemos através da análise dos jornais realizar um breve levantamento de que os leitores interagiam com o jornal ou com as ideias que eram

postas ao longo dos anos estava conectada e em diálogo com a realidade e o contexto da época. Os jornais circulavam, leitores, admiradores e fazer uso de contos, linguagens simples e não somente científica. Os periódicos também evidenciam a interação dos leitores, podemos apontar alguns recortes que nos fazem constatar que fora do discurso médico percebemos que a palavra eugenia aparecia como forma de fortalecer os discursos feitos nas reportagens as vezes de forma mínima sem muito envolvimento com a questão, porém a palavra ciência eugênica constava. O que nos permite associar com o que Souza (2012) aponta na sua pesquisa que as propostas eugênicas eram para os atores da época um símbolo de modernidade cultural e um importante aliada no processo de reforma social e de construção de uma nova nacionalidade. Um exemplo são as reportagens da área esportiva e discursos de diretor de clube de futebol, porém destaco a edição 4901 de 1925 com título “*Os sports*” no qual abordava a parceria entre dois times o Fluminense e o Paulistano e no meio de um longo discurso usa-se a frase: “*Amizade esportiva que unem o Paulistano ao Fluminense, no ideal comum da eugenia da raça*” (A noite, Rio de Janeiro, 1925). Outra reportagem que é a palavra eugenia sendo usada no discurso da Associação dos padeiros que diziam sobre a “*eugenia dos panificadores*” que por uma qualidade de vida lutavam pelos fechamentos das padarias aos domingos (A noite, Rio de Janeiro, 1932, edição 7283).

Na edição (4444) de Abril com o título “*Por causa das duvidas*” o jornal demonstra que muitas pessoas não entenderam o texto publicado em Março do autor Coelho Neto e o próprio autor faz um texto explicando de uma forma bem mais clara o objetivo da crônica que havia sido publicada que no geral é resumida pela frase “*A terra está contaminada, mas os médicos se baseiam na eugenia para evitar complicações futuras entenda que preceitos eugenia*”. (Coelho Neto, Por causa das duvidas, A noite, 1924). O que nos chama atenção para o fato que as reportagens eram lidas e comentadas. E sobretudo a atenção que o jornal deu aos leitores em explicar o texto.

O *Boletim de eugenia* podemos apontar a carta de um pai lamentando que a lei do casamento tenha se tornado facultativa, enviada ao jornal *O globo*, e que o *Boletim* republicou. E a passagem mais significativa que nos mostram a interação do leitor com os editores do periódico foi quando os leitores enviaram suas opiniões e respondessem ao questionário sobre educação sexual.

Eis o motivo por que organizamos este inquérito, pedindo aos leitores do Boletim de Eugenia que nos enviem, resumida ou detalhadamente, sua opinião a respeito. Afim de tornar o inquérito mais simples e a concatenação das respostas mais fácil, estabelecemos as seguintes perguntas, que podem ser total ou parcialmente respondidas. (S.A, 1930:04, v.19)

A partir disso, nas próximas edições notamos um grande retorno de pais e casais noivos escrevendo para o jornal pedindo conselhos, quase que consultas médicas, sobre qual melhor casamento poderia ser feito, riscos que corriam ao fazer uniões sem consultar os antecedentes das famílias, tal como o número trinta e seis “*consulta pré nupcial*” que usa como mote perguntas e aconselhamentos médicos acerca de casamentos (1931: 1-3)

A dissiminação assutadora dos males veneros no seio da mocidade e a crescente desorgnaização matriomonal tem por causa principal a ignorancia sobre questões do sexo. Quasi todos senão todos rapazes e moças fazem ideia errone sobre o assumpto, quando não desconhecem, completamente, as consequencias desastrosa que tal ignorancia acarrera a propria saude e para a especie. [...] Torna-se mister uma imediata e intelligência campanhas popular, intensa e continuada que propague as pais menos instruídos os ensinamentos de que carecem.” (Boletim de eugenia, vº22, 1930: 1-3)

Por fim reunindo de forma resumida algumas das fontes que nos motivam a pesquisar e compreender como os indivíduos entendiam e recebiam a eugenia nos possibilitam analisar os motivos que fizeram que ideias que atualmente são condenáveis por ser base para eliminação de indivíduos e estimulam o preconceito circularam por longos anos e foram presentes não apenas no discurso dos intelectuais ou médicos, mas buscou alcançar as diferentes esferas da sociedade, por meio de concursos de robustez, contos eugênicos e propagandas para divulgar a eugenia como a solução para os problemas sociais do país. Ao longo da análise das fontes constatamos que houve a divulgação da ciência, pois entendia como regeneradora da população e também ocorreu a recepção dos leitores por mais que muitos não compreendessem eugenia conforme a sua definição científica e assim adotaram a eugenia como palavra sinônima para modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O estudo ainda está em fase de análise, mas já podemos compreender que o conhecimento eugênico inicia na Inglaterra e penetra na população de diferentes países, no caso do Brasil podemos perceber como os atores compreenderam a eugenia como uma solução para os seus problemas e assim promoveram e tentaram através dos espaços dos

periódicos da época para difundir a eugenia em vários setores sociais -instruir os leitores. Sendo assim podemos afirmar que a sociedade brasileira não era carente de conteúdo eugenistas, pois muitas ideias foram produzidas, debates realizados e como vimos jornais especializados ou não conseguiram sustentar anos de publicações sobre a temática adotando várias faces da eugenia “suave” ou “dura” a ideia circulou no meio social.

REFERÊNCIAS

FONTES

KEHL, Renato Ferraz. Instituto Brasileiro de Eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1, fev. 1929.

KEHL, Renato Ferraz. Que é eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v, 10, p. 2-3, out. 1929.

UM, Pae. Carta de um Pae. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 3, p. 2, mar, 1929.

O nosso boletim. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, p. 01, jan. 1929.

Os Sports. A Noite, Rio de Janeiro, ed. 4901, 15 jul. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=27030&Pesq=eugenia. Acesso em: 07 OUT .2020.

NETO, Coelho. Por causa das dúvidas, A Noite, Rio de Janeiro, ed. 4444, 14 abr. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=14823&Pesq=eugenia. Acesso em: 07 OUT .2020.

A grande festa da criança pobre. A Noite, Rio de Janeiro, ed. 4783, 10 mar. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=14823&Pesq=eugenia. Acesso em: 07 OUT .2020.

O choque das raças, A Noite, Rio de Janeiro, ed. 5445, 17 jan. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=13977&Pesq=eugenia. Acesso em: 07 OUT .2020.

O trabalho consciente de aperfeiçoamento da raça, A Noite, ed. 5806, 18 jan. 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=22172&Pesq=eugenia. Acesso em: 07 OUT. 2020.

BIBLIOGRAFIA

CONT, Valdeir– Francis Galton: Eugenia e hereditariedade, SCIENTIA STUDIA, SÃO PAULO, V.6, N.2, P.201-18, 2008.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias, v. 24, p. 155-179, 2007.

ROCHA, Simone. Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia 1929-1933. São Paulo :2010.

SANTOS, Alessandra Rosa. Quando a eugenia se distancia do saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia. 2005. Tese de Doutorado.

SOUZA, Simone. O ideário da eugenia no periódico correio paulistano. 2017 (anais VIII congresso internacional de história) <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3731.pdf>

SOUZA, Vanderlei Sebastião - AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

STEPAN, Nancy Leys. A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MESA 10

História e Religião

DEBATEDORES:

Renata Siuda-Ambroziak (UERJ/FFP)

Gizele Zanotto (UPF)

A “Espiritualidade Ateísta” de Sam Harris: reflexões sobre a nova era e a ciência moderna na busca por uma espiritualidade “desencantada”

Danilo Monteiro Firmino
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Esse trabalho procura estabelecer um recorte na pesquisa de doutorado intitulada “Uma “Nova Era” no Ateísmo: ciência moderna, espiritualidade e desencantamento religioso na perspectiva de Sam Harris”. Sam Harris é um neurocientista e filósofo ateu norte-americano, sendo um dos principais autores do movimento que ficou conhecido como “neo-ateísmo” ou “Novo Ateísmo”. Esse movimento ateu militante considera a religião como um elemento danoso para o gênero humano, sendo um atraso para a ciência e para o desenvolvimento da sociedade. Embora a militância antirreligiosa seja uma constante nas obras do autor, ele também aborda a possibilidade do desenvolvimento da espiritualidade humana afastada de qualquer conceito religioso/místico e é nesse sentido que pretendemos analisar os estudos de Harris.

Colocaremos em destaque o livro *Despertar: um guia para a espiritualidade sem religião* (2015), tendo como a preocupação central demonstrar como o autor utiliza a ciência moderna para “desencantar” a Nova Era. Ao utilizar o termo “desencantar”, o trabalho se remete ao conceito de “desencantamento do mundo” proposto por Max Weber e busca entender como Harris racionaliza as experiências pertencentes à Nova Era, introduzindo assim o tema da espiritualidade em seus discursos antirreligiosos e nos debates sobre ateísmo.

A ATUAÇÃO DE SAM HARRIS E O “NEO-ATEÍSMO”

Por ter a maior parte de suas obras e atuações no espaço público pautadas pela militância ateísta e antirreligiosa, pretendemos dedicar algumas palavras sobre Sam Harris e o ateísmo para assim ajudar na compreensão da sua tentativa de “desmistificar” a Nova Era. Harris é um dos mais destacados autores de um movimento ateu contemporâneo conhecido como “neo-ateísmo”. O nome do movimento se relaciona com uma matéria chamada *The*

Church of the non-believers publicada na famosa revista *Wired*.¹⁸³ Esse texto destaca Sam Harris, Daniel Dennett e Richard Dawkins como líderes do “Novo Ateísmo” (*New Atheism*), um movimento ateu militante, científico e antirreligioso. Desde então, essa expressão tornou-se corrente na mídia e na Academia ao se tratar das obras dos autores citados.

Esse movimento tem ampla relação com os ataques da Al-Qaeda ocorridos contra as Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001¹⁸⁴ (GORDON, 2011; MOREIRA, 2014). Culpando a religião pela tragédia e ainda sob o calor dos atentados, Harris escreveu a obra *The End of Faith: Religion, Terror, and the Future of Reason* (2004), dando início ao fenômeno ateu que se seguiu com o lançamento dos livros *The God Delusion* (2006), de Richard Dawkins, *Breaking the Spell: Religion as a Natural Phenomenon* (2006) de Daniel Dennett e *God Is Not Great* (2007) de Christopher Hitchens.¹⁸⁵ Esses autores lançaram, ainda, o documentário *The Four Horsemen*¹⁸⁶ (2007), começando a ser chamados pela mídia de Os Quatro Cavaleiros do Ateísmo, fazendo menção aos Quatro Cavaleiros do Apocalipse bíblico.

O que torna o “neo-ateísmo” um movimento é o fato de não estar ligado a nenhum autor ou instituição específica, mas ser composto por diversos grupos que defendem o ateísmo de maneira politizada e pública¹⁸⁷ (MOREIRA, 2014; FRANCO, 2014). Clarissa de Franco enumera cinco fatores para demonstrar que existe um movimento em curso:

“1) Característica de movimento social; 2) estado secular que dá proteção e força aos ateus, relegando os religiosos para o lugar da obsolescência; 3) passagem do paradigma filosófico para o científico na defesa do ateísmo, com penetração pelo senso comum; 4) cenário de terrorismo religioso, que assustou o mundo com mais intensidade desde 11/09/01, e 5) internet, que possibilita a formação de redes e o espraiamento das ideias ateístas, focando o público jovem” (FRANCO, 2014: 13)

¹⁸³ Matéria disponível em: <https://www.wired.com/2006/11/atheism/>, acesso em 23 de julho de 2020. É importante notar que o termo “neo-ateísmo” ou “neo-ateu” não é utilizado pelas instituições e grupos ateístas da contemporaneidade, sendo considerado pejorativo (FRANCO, 2014: 12).

¹⁸⁴ Franco (2014, p. 59) considera o lançamento de “O Gene Egoísta” (1976) de Dawkins como a semente do ateísmo contemporâneo, bem como destaca a importância de Carl Sagan na divulgação científica e as discussões entre religião e ciência. Porém, esse trabalho considera os atentados de 11 de setembro de 2001 fundamentais, pois foi o momento onde diversos autores ateus se organizaram e deram forma ao “neo-ateísmo”, considerando esse o marco inicial da organização ateu mundo afora.

¹⁸⁵ Hitchens faleceu em 2011 devido a um câncer do esôfago. Antes de sua morte, escreveu os livros *Hitch 22* (2011), sua biografia, e *Últimas Palavras* (2011), que conta a evolução de seu câncer e como aceitar essa condição de maneira racional e moderada.

¹⁸⁶ Esse documentário foi analisado por FIRMINO (2018) e se encontra disponível no canal do Youtube de Richard Dawkins “Richard Dawkins Foundation for Reason & Science”. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=9DKhc1pcDFM>, acesso em 29 de julho de 2020.

¹⁸⁷ No Brasil, o maior representante desse amplo movimento é a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA). Maiores informações ver <https://www.atea.org.br/> e FIRMINO (2018).

Flavio Gordon afirma existir uma rivalidade aberta travada pelo movimento “neo-ateu” contra a religião, com esses autores entendendo que “toda a realidade é realidade material e, sendo assim, apenas a ciência estaria equipada intelectualmente para oferecer informações sobre ela” (GORDON, 2011: 319-320). Isso encontra eco nas afirmativas de Harris em considerar a religião irracional por natureza e defender a ciência como único critério válido em diversas âmbitos, inclusive o espiritual (HARRIS, 2013; 2015).

A ESPIRITUALIDADE DA NOVA ERA

O movimento Nova Era, também conhecido como *New Age*, é derivado da cosmologia astrológica, sendo a indicação de uma nova forma de pensar e agir. De acordo com Max Klim, um dos grandes nomes da astrologia no Brasil, a década de 1960 marcou um período de transição entre a Era de Peixes e a Era de Aquário, passagem essa ligada a um fenômeno astronômico conhecido como precessão. A precessão é interpretada pelos astrólogos como dotado de propriedades místicas, pois é responsável por movimentos específicos do planeta Terra que modificam o alinhamento dos polos magnéticos com constelações específicas.

A precessão ocorre ao mesmo tempo que o movimento de rotação (giro da Terra em torno do seu eixo), sendo relacionado com a inclinação do eixo da Terra (aproximadamente 23,5°). Com essa leve inclinação, o planeta gira em torno do seu eixo inclinado e também de um “eixo imaginário vertical” – como um pião – caracterizando assim o fenômeno da precessão.¹⁸⁸ De acordo com Klim

“O movimento, para qual a astrologia estipula um tempo aproximado de 26 mil anos, coloca o nosso planeta sob a regência periódica dos signos do Zodíaco, da mesma forma como o ano é dividido em períodos aproximados de trinta dias, um para cada signo (...) A divisão dos Ciclos Astrais em 25.920 anos e em 12 Eras de 2.160 anos, cada uma com o nome de um signo, rege os diferentes períodos da história humana com lapsos de tempo nos quais a nossa espécie tem sido condicionada a agir em consonância com uma escala de valores que, de forma impressionante, representa a influência que os signos exercem sobre todos os seres humanos”. (KLIM, 2000: 23).

¹⁸⁸ Informações mais detalhadas sobre o movimento de precessão podem ser encontradas em: http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/v21_507.pdf e <http://astro.if.ufrgs.br/fordif/node8.htm>. O canal do Youtube “Steven Sanders” possui um ótimo vídeo animado que ilustra o movimento, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIVgEoZDjok&feature=youtu.be> Links consultados em: 29/07/2020.

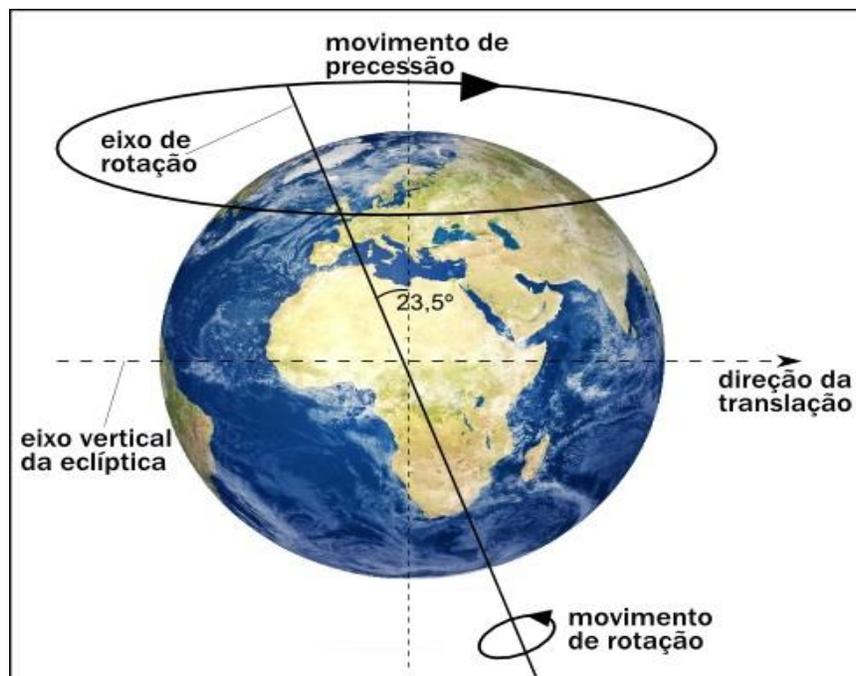


Imagem: Movimento de Precessão

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/precessao-dos-equinocios.htm>

Segundo Klim, o ano de 1969 d.C marcou o início de uma nova Era Astrológica, onde a Terra estaria sob a influência da constelação de Aquário – a Era de Aquário.¹⁸⁹ Segundo afirma José Magnani, a Era de Peixes teve início com o cristianismo e estabeleceu o modo de vida ocidental e a valorização radical da Razão, causando assim grandes desequilíbrios espirituais na humanidade. A Era de Aquário, por outro lado, se inicia

“trazendo ou anunciando profundas alterações para os homens em sua maneira de pensar, sentir, agir e relacionar-se uns com os outros, com a natureza e com a esfera do sobrenatural (...) essas transformações são entendidas no sentido de um reequilíbrio entre os polos – corpo/mente, espírito/matéria, masculino/feminino, ciência/tradição (...) até então opostos em conflito” (MAGNANI, 2000: 10).

María Carozzi entende a Nova Era como um “fenômeno ao mesmo tempo social, cultural, religioso e terapêutico (...) constituído por uma rede internacional de indivíduos,

¹⁸⁹ De acordo com Klim, a era de Aquário irá terminar em 4129 d.C e as datações dos anos utilizados nesse trabalho seguem as referências dos estudos do autor. Embora outros astrólogos possam utilizar datações diferentes, os números aproximados são geralmente de 26.000 anos para o Ano Cósmico e 2100 anos para as Eras Astrológicas. Em relação ao início da Era de Aquário, alguns autores consideram a virada do século XX para o XXI como o momento de transição.

majoritariamente habitantes urbanos do ocidente” (CAROZZI, 1999: 9). Suas origens se remetem, segundo a autora, a uma colônia localizada em Esalen¹⁹⁰, Califórnia. Em relação íntima com os movimentos de contracultura dos anos 60,¹⁹¹ os moradores dessa comunidade tinham muito interesse nas religiões orientais e suas práticas espirituais, se opondo às instituições ocidentais.

Esalen começa a receber grande atenção quando Michael Murphy, dono de suas terras, decide abrir a comunidade para o público. Dessa forma, surgem diversos interessados nas “distintas disciplinas à procura da ampliação da consciência e a atualização do próprio potencial” originando assim “uma rede de indivíduos que circulam por distintos centros e, em ocasiões, fundam os próprios, oferecendo suas sínteses pessoais de técnicas aprendidas” (CAROZZI, 1999: 12).

Wouter Hanegraaff divide cronologicamente a Nova Era em dois momentos, A Nova Era *stricto sensu* (1950-1970) e a Nova Era *lato sensu* (1980-1990). O período conhecido como *stricto sensu* tem origem do entrecruzamento das ideias de grupos de estudo de óvnis e comunidades alternativas em busca de iluminação espiritual desenvolvidas a partir das experiências de Esalen.

De acordo com Hanegraaff, o interesse por assuntos óvnis (sigla para objeto voador não identificado) cresce na Europa ocidental e nos EUA no pós-guerra, durante a década de 1950. Diversos grupos acreditavam que essas espaçonaves traziam seres evoluídos de outro planeta na intenção de avisar aos seres humanos sobre a chegada de uma Nova Era. Segundo afirmavam, a humanidade estava corrompida pelo materialismo e uma série de desastres naturais iriam causar o colapso mundial. Apenas seres humanos em sintonia com a nova cultura estariam protegidos, sendo essa era vindoura, a Era de Aquário, repleta de “abundância, felicidade e iluminação espiritual, quando a humanidade poderia mais uma vez viver de acordo com as leis cósmicas universais” (HANEGRAAFF, 2005: 2).

¹⁹⁰ Maiores informações sobre Esalen podem ser obtidas em: <https://www.esalen.org/> acesso em 30/07/2020.

¹⁹¹ Ken Goffman e Dan Joy (2004) destacam a contracultura como um fenômeno multifacetado, mas com algumas características em comum. Sendo muito mais do que uma rebelião cultural e intelectual contra os valores da sociedade ocidental, é o apelo ao “individualismo compartilhado” que une os distintos grupos contraculturais. Esses grupos demonstram três características: 1) a precedência da individualidade acima de convenções sociais e restrições governamentais; 2) o desafio ao autoritarismo; 3) defesa das mudanças individuais e sociais (GOFFMAN & JOY, 2004: 5). Esse individualismo não pode ser entendido como egoísmo, pois a certeza que a mudança interna impacta o externo, atingindo um todo, que move a maioria desses movimentos – inclusive a Nova Era.

Durante a década de 60, várias comunidades alternativas se difundiram pelo mundo. Esses “centros de luz”, com destaque para a comunidade Findhorn na Escócia¹⁹² (HANEGRRAAFF, 2005; CAROZZI, 1999), entraram em contato com a ideias dos círculos óvnis, mas adotaram uma postura não apocalíptica, dando ênfase ao desenvolvimento da espiritualidade e harmonia, afirmando que a Nova Era já estava em andamento. Desde então, esse pensamento tornou-se a proposta típica da Nova Era até o final dos anos 70 (HANEGRRAAFF, 2005: 3).

Entre o final da década de 70 e início de 80, Hanegraaff detecta o surgimento da Nova Era *lato sensu*. Ciente de seu sucesso, vários grupos “novaeristas” passam “a se considerar parte de uma comunidade internacional invisível de indivíduos com pensamentos semelhantes, cujos esforços coletivos estavam destinados a transformar o mundo em um lugar melhor e mais espiritual” (HANEGRRAAFF, 2005: 5). A palavra “Nova Era” passa a ter um sentido vago, abarcando diversas propostas em sua maioria ligadas ao oriente e ao esoterismo europeu, criando um “mercado espiritual”¹⁹³ que funciona de acordo com a sociedade capitalista ocidental (HANEGRRAAFF, 2005:10) e procura satisfazer os anseios dos praticantes. Essas propostas variam entre “sistemas divinatórios, propostas de autoajuda, técnicas de relaxamento e meditação (...) exercícios de yoga, tai-chi-chuan, liangong; (...) o consumo de incenso e a crença em duendes” (MAGNANI, 1996: 7-8), dentre outros. São com essas diversas práticas que o sujeito procura despertar o seu “Eu”, o *self*, conseguindo então atingir uma totalidade com o cosmos. Essa jornada nunca alcança seu fim, pois o indivíduo se encontra em um constante *devoir* (AMARAL, 1999: 75), procurando ser o próprio o agente transformador de si e do mundo exterior (CONTEPOMI, 1999: 136).

A ESPIRITUALIDADE ATEÍSTA DE SAM HARRIS

Embora a pesquisa esteja em sua fase inicial, é possível evidenciar alguns aspectos da espiritualidade de Harris, para assim refletir sobre o impacto das ideias da Nova Era na proposta do neurocientista ateu. *Despertar: um guia para a espiritualidade sem religião*

¹⁹² Maiores informações sobre Findhorna em: <https://www.findhorn.org/>, acesso em 30/07/2020.

¹⁹³ Magnani destaca a variedade de práticas que são incorporadas na década de 80 e início da de 90: “sistemas divinatórios, propostas de autoajuda, técnicas de relaxamento e meditação (...) exercícios de yoga, tai-chi-chuan, liangong; (...) o consumo de incenso e a crença em duendes” (MAGNANI, 1996: 7-8).

(2015), tem carácter de “autoajuda”, sendo um guia que intenciona colaborar com o leitor para desenvolver sua espiritualidade.

Essa espiritualidade, para o autor, se encontra totalmente afastada de qualquer questão mística ou religiosa. O neurocientista defende que não existe nenhum processo sobrenatural na busca pelo desenvolvimento interior. “Experiências místicas” são apenas processos neuroquímicos do cérebro, sendo por isso explicáveis pela neurociência. Harris tem na meditação o grande aliado dessa busca:

“quando fazemos silêncio e meditamos durante semanas ou meses seguidos, sem fazer mais nada (...) temos experiências que em geral estão fora do alcance de pessoas que não se dedicaram a uma prática semelhante. Acredito que tais estados mentais dizem muito sobre a natureza da consciência e as possibilidades de bem-estar humano. Deixando de lado a metafísica, a mitologia e o dogma sectário, o que as pessoas contemplativas descobriram ao longo da história é que existe uma alternativa ao feitiço contínuo das conversas que temos conosco; há uma alternativa a simples identificação com o próximo pensamento que brota na consciência. O vislumbre dessa alternativa dissipa a ilusão convencional do self” (HARRIS, 2015: 23)

Silas Guerriero afirma que, no contexto de globalização, não existem religiões “intocadas”, pois as fronteiras são fluídas e as trocas constantes. Tal dinâmica resulta em resistências e mudanças na religiosidade, ocorrendo assim a visibilidade de práticas religiosas de grupos étnicos ou locais bem específicos que agora são procurados por indivíduos dos centros urbanos ditos secularizados (GUERRIERO, 2009: 36). O autor explica que a Nova Era “resgata tradições, passadas e atuais. Com as passadas empreende um processo de recriação. Com as presentes, ressignifica-as” (GUERRIERO, 2009: 37). Nesse sentido, a Nova Era não promove um resgate “perfeito” das antigas religiosidades, ressignificando assim as religiosidades atuais e passadas.

Guerriero sugere que “as práticas que costumam ser classificadas como de Nova Era são a ponta de um *iceberg*, a parte visível de um estilo diferente de lidar com a *espiritualidade*, com o *corpo* e com o *desenvolvimento pessoal*” (GUERRIERO, 2009: 38 [grifo nosso]). A tríplice busca destacada pelo autor – as formas de lidar com a espiritualidade, com o corpo e com o desenvolvimento pessoal – encontram-se presentes nas ideias de Harris. O autor ateu procura demonstrar que esses três aspectos podem ser

alcançados por um ateu de maneira plena através da moral guiada pela ciência, da meditação e da espiritualidade.

Guerriero afirma que a Nova Era parte do pressuposto de que a “divindade” está dentro de cada um, colocando-a como a “religião do *self*” (GUERRIERO, 2009: 9). O *self* é o ser, nossa identidade, nosso lugar no mundo. De acordo com Charles Taylor, um dos sentidos ao se referir a uma pessoa como “*self*” significa dizer que “elas são seres da profundidade e complexidade necessárias para ter (ou para estar empenhadas na descoberta de) uma identidade” (TAYLOR, 1997: 50). O *self*, de acordo com Taylor, também tem relação direta com a busca pela moralidade

“À noção de *self* que o vincula à nossa necessidade de identidade pretende apreender esta característica crucial do agir humano, a de que não podemos dispensar alguma orientação para o bem, de que essencialmente somos (...) a posição que assumimos em relação a isso (...) só se é um *self* no meio dos outros. Um *self* nunca pode ser descrito sem referência aos que o cercam (TAYLOR, 1997: 51 e 53).

Para Harris, só é possível entender a natureza humana se livrando dos dogmas religiosos, com a ciência sendo o único caminho confiável para o esclarecimento. A meditação, para o autor, leva diretamente à dissipação do *self*:

“o sentimento que chamamos de “eu” é uma ilusão. Não existe um *self* ou ego distinto (...) e a sensação de que ele existe – a ideia de que você se encontra em algum lugar atrás de seus olhos, olhando para um mundo destacado de você – pode ser alterada ou completamente extinta. Embora as experiências de “autotranscendência” costumem ser interpretadas em bases religiosas, não há nelas, em princípio, nada de irracional (...) “espiritualidade” significa o aprofundamento da compreensão e a indicação reiterada da ilusão representada pelo *self*” (HARRIS, 2015: 17-18).

A grande questão que se coloca é a dificuldade em estudar esses estados mentais, pois a religião é um grande impeditivo, monopolizando tais experiências e interpretando-as como uma evidência da ação sobrenatural (HARRIS, 2015: 24). Para o autor, o “espiritual” nada mais é do que “os esforços que as pessoas fazem, através da meditação, substâncias psicodélicas ou de outros meios, para trazer a mente por inteiro ao presente ou para induzir estados incomuns de consciência” (HARRIS, 2015: 15), e por isso pretende entender a espiritualidade de maneira racional e científica, separando-a da religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESPIRITUALIDADE “DESENCANTADA” DE SAM HARRIS

A espiritualidade, embora geralmente seja entendida como parte da experiência religiosa, encontra outras interpretações, inclusive de acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde). Ela pode ser entendida como “sistema de crenças que enfoca elementos intangíveis, que transmite vitalidade e significado a eventos da vida” (SAAD *at al* 2001: 108), não necessariamente tendo ligação com alguma prática religiosa (NERI, 2005: 71).

Nesse sentido, a espiritualidade pode ser alcançada até mesmo por um indivíduo ateu antirreligioso, como Harris. Estudando diversos filósofos ateus contemporâneos, Franco destacou o surgimento de uma “espiritualidade laica” que se coloca como “uma prática ou uma posição ideológica que, embora rejeite (...) elementos identificados com pensamento mágico e religioso, apontam para uma vivência (...) [de] integração e conexão do indivíduo com o cosmos” (FRANCO, 2015: 102).

Assim como o movimento “neo-ateu” procura o desencantamento da religião como uma de suas principais estratégias na militância ateuista (MOREIRA, 2014), Harris, no âmbito da busca pela espiritualidade, objetiva “desencantar” o oriente, em especial as práticas da Nova Era. Proposta inicialmente por Max Weber, o conceito de “desencantamento do mundo” postula que a desvalorização dos sacramentos por seitas protestantes impôs ao ocidente uma visão racional da realidade, desmistificando um mundo antes considerado “encantado”. Em razão dessa desmistificação ocorre a secularização. Nas palavras de Antônio Pierucci, a secularização “nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica o mundo moderno e o declínio da religião como potência” (PIERUCCI, 1998: 9).

Segundo a socióloga Danièle Hervieu-Léger, a religião na sociedade ocidental contemporânea perdeu seu *status* de doadora hegemônica de sentido, sem nenhuma autoridade capaz de impô-la em esfera pública. Isso provocaria a difusão de um “crer” individualista devido ao fato das grandes instituições religiosas perderem o controle de seus fiéis, promovendo a “generalização de uma busca espiritual que toca, sob formas diversas, todas as camadas da sociedade” (HERVIEU-LÉGER, 2015: 115).

Diante dessa descentralização e falta de controle institucional, a “generalização de uma busca espiritual” não ocorre apenas com grupos religiosos e “místicos”, mas também

entre indivíduos ateus. É nesse sentido que a “espiritualidade ateísta” do autor surge do “desencantar” de práticas que pertencem a Nova Era. Isso “permite” ao sujeito ateu, mesmo que seja radical em sua militância antirreligiosa, o ingresso nas experiências espirituais típicas da contemporaneidade, descentralizadas, sem nenhum vínculo institucional, sendo inclusive supostamente esclarecidas pela ciência moderna, afastando seu teor religioso/místico – marcando assim a entrada da Nova Era nas discussões ateístas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Leila. Sincretismo em movimento - O estilo Nova Era de lidar com o sagrado. In: A Nova Era no Mercosul. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes: 1999.

_____. Carnaval da Alma – comunidade, essência e sincretismo na Nova Era. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Odair José de. “Secularização e efervescência religiosa: contrastes da modernidade”. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. UNICAMP, Campinas, SP, GT 19: Religião e Sociedade. 1 a 5 de setembro de 2003, pp: 1-14.

CAROZZI, María Julia. Introdução. In: A Nova Era no Mercosul. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes: 1999.

CONTEPOMI, María. Nova Era e Pós-Modernidade: Valores, crenças e práticas no contexto sociocultural contemporâneo. In: A Nova Era no Mercosul. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes: 1999.

CONCEIÇÃO, Marcio. A fé em diálogo. Aspectos da teologia de André Torres Queiruga em diálogo com o pensamento neo-ateu de Richard Dawkins. Tese de Mestrado. PUC, RJ: 2010.

DAWKINS, Richard. Deus, um delírio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DENNETT, Daniel. Quebrando o encanto: a religião como um fenômeno natural. São Paulo: Globo, 2011.

FERRY, Luc. A Revolução do amor São Paulo: Objetiva, 2012.

FRANCO, Clarissa de. O ateísmo de Richard Dawkins nas fronteiras da ciência evolucionista e do senso comum. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2014.

_____. Ateísmo contemporâneo e celebração da ética do bem-estar: elementos festivos da espiritualidade atea. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura* - Ano XI, 2015.

FIRMINO, Danilo. Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA) x Estado Laico brasileiro: ateísmo, laicidade e conflitos jurídicos na formação do primeiro movimento social ateu do Brasil. Dissertação de Mestrado. UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

GOFFMAN, Ken & JOY, Dan. Definindo Contracultura. IN: *Contracultura através dos tempos*. (versão digital do capítulo 2 disponível em: <https://pt.scribd.com/document/26758728/DefinindoContracultura-Ken-Goffman-e-Dan-Joy>) acesso em: 29/07/2020.

GORDON, Flavio. *A Cidade dos Brights: Religião, Política e Ciência no Movimento Neo-ateísta*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 2011.

GUERRIERO, Silas. Novas configurações das religiões tradicionais: re-significação e influência do universo Nova Era. IN: *Tomo, Sergipe: São Cristóvão*, n14, 2009.

HANEGRAAF, Wouder. New Age spiritualities as secular religion: a historian's perspective. IN: *Social Compass*, 46, 1999).

_____. New Age Movement. In: JONES, Lindsay (Org.). *Encyclopedia Of Religion*. 10 v. 2ª ed. Farmington Hills: Thomson Gale, 2005, p. 6495-6500. Portuguese translation by Fábio L. Stern & Carlos Q. Bein Disponível: https://www.academia.edu/25678254/Movimento_da_Nova_Era, acesso em 30/07/2020.

HARRIS, Sam. *O Fim da Fé: religião, terrorismo e o futuro da razão*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

_____. *A Paisagem Moral: como a ciência pode determinar os valores humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Despertar: um guia para a espiritualidade sem religião*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HEELAS, Paul. *The New Age Movement: the Celebration of the Self and the Sacralization of Modernity*. Oxford Black-well Publishers, 1996.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HITCHENS, Christopher. Deus não é grande: como a religião envenena tudo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

KLIM, Max. A História reinterpretada pela Astrologia. Rio de Janeiro, RecordNova Era:2000.

MAGNANI, José. O neo-esoterismo na cidade. In: Revista USP, São Paulo, 1996.

_____. O circuito neo-esotérico na cidade de São Paulo. In: A Nova Era no Mercosul. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes: 1999.

NERI, Anita Liberalesso. (Org.) Palavras-chave em gerontologia. 2.ed. Campinas: Alínea, 2005. 214.

OLIVEIRA, Amurabi. NOVA ERA E NEW AGE POPULAR: as transformações nas religiões brasileiras. IN: Cad. De Pesq. Interdisc. Florianópolis, 2011.

PEREIRA, Carlos Alberto. O que é contracultura? IN: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIERUCCI, Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Reencantamento e dessecularização - a propósito do auto-engano em sociologia da religião. Novos Estudos Cebrap, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

_____. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13, n. 37, São Paulo, 1998.

_____. Religião como solvente: uma aula. Novos Estudos 75 p. 111-127, jul. 2006.

SAAD, Marcelo; MASIERO, Danilo; BATTISTELLA, Linamara. Espiritualidade baseada em evidências. In: Acta Fisiátrica 8(3): p. 107-112, 2001.

TAYLOR, Charles. As fontes do Self: a construção da identidade moderna. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Jurumenha: a CEB que nunca foi CEB

Marcelo M. Almeida
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ

Este artigo trata da trajetória do Grupo Jovem São José e sua atuação no Morro do Jurumenha. Dentre os grupos da Pastoral de Juventude (PJ) de São Gonçalo entre os anos 1970 e 1999, ele foi o que conseguiu efetivar um trabalho social mais conciso, acolhendo ainda jovens oriundos de outros grupos que encerravam suas atividades. Tendo como pano de fundo a luta pela terra desempenhada pela Associação de Moradores do Morro da Jurumenha (AMOAJ), o texto evidencia a influência das ideias religiosas, sociais e políticas da Teologia da Libertação (TdL) sobre a Comunidade do Jurumenha, sendo os jovens os responsáveis diretos pela fundação da associação de moradores. Os agentes pastorais buscavam formas de atuação à luz da TdL e se entendiam como uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) atuando em apoio a esta comunidade que estava sendo ameaçada ordem de despejo.

Para colocar os acontecimentos do Jurumenha em seu tempo histórico é preciso evidenciar fatores socioeconômicos de São Gonçalo e sua peculiaridade frente às demais cidades do Leste Fluminense, como Niterói, Maricá e Itaboraí, levando em consideração as mudanças ocasionadas pela fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975 que alteraram profundamente a vida nas cidades nos anos seguintes. Isso porque as tentativas de criação de CEBs em São Gonçalo muito se devem a sua condição social e econômica no período que é semelhante a realidade social apresentada por Scott Mainwaring (2004) ao falar de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense: uma cidade próxima da capital, com grande densidade demográfica e pouco poder econômico de sua população. Pelo lado político foi preciso entender o funcionamento dos programas habitacionais dos governadores Leonel Brizola e Moreira Franco e de que forma a luta pela terra dos posseiros do Jurumenha se enquadra na política pública estadual.

Através de depoimentos orais de agentes pastorais e moradores foi possível evidenciar a influência da CEB e da Teologia da Libertação na vida da comunidade a partir dos anos 1980 desde a notificação dos moradores sobre a possibilidade de perda de suas residências até a decisão judicial em favor dos moradores, em 1987, e o posterior recebimento do Termo de

Posse, em 1994, quando a luta pela terra foi vencida pela comunidade. Neste trajeto será evidenciada a atuação do Grupo Jovem em seu trabalho social e religioso, além das implicações políticas envolvidas no processo. Após a posse da terra, busca-se compreender os motivos que levaram a atuação da CEB do Jurumenha ao seu esfriamento.

O JURUMENHA E A CIDADE DE SÃO GONÇALO

O Morro do Jurumenha se localiza no bairro de Santa Catarina, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A comunidade ganhou este nome por conta de sua fundação ter sido em uma antiga chácara de propriedade de Antônio Pinheiro Menezes Lobo Jurumenha, nomeando assim o sub-bairro. Doutor Jurumenha, como era conhecido, nasceu no Ceará em 1851 e formou-se em direito em 1877, em Pernambuco. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1890, onde atuou como advogado da Estrada de Ferro de Maricá, delegado de polícia e exerceu os cargos de deputado estadual (1904-1906) e também deputado federal entre 1906-1911. Depois foi eleito vereador por São Gonçalo (1913-1917), onde chegou a ser presidente da Câmara¹⁹⁴, ocupando em alguns momentos as funções de prefeito (NUNES, 2006). Faleceu em 1921 e foi sepultado no Cemitério Municipal de São Gonçalo. Sob sua posse, o terreno foi utilizado para diversos fins: olaria, exploração mineral, agricultura, dentre outras atividades. A área foi loteada e, inicialmente, seus antigos empregados a ocuparam na parte baixa do terreno, na atual Rua Doutor Jurumenha¹⁹⁵.

As vendas dos lotes localizados na parte alta da propriedade não tinham registro em cartório ou reconhecimento legal¹⁹⁶. Assim, logo após a Morte de Jurumenha a cidade teve o seu primeiro grande aumento demográfico, entre as décadas de 1920 e 1940, com os primeiros loteamentos urbanos devido à queda da produção agrícola provocada pela crise de 1929 (FREIRE, 2002). Neste período, o Rio de Janeiro já havia perdido a hegemonia industrial para São Paulo, sendo São Gonçalo o último ponto de grande industrialização do Estado (LESSA, 2018). O fim das lavouras e o surgimento de loteamentos, assim como o das indústrias, eram colocados pelos políticos da cidade dentro de um discurso da chegada do

¹⁹⁴ CPDOC, Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/dicionarioprimeira-republica> acesso em 23 de julho de 2019.

¹⁹⁵ Revista Especial São Gonçalo 126 Anos: De grandes fazendas a uma grande cidade. Parte integrante da edição de 21 de setembro de 2016 do jornal O São Gonçalo; Jornal O São Gonçalo edição de 21 de setembro de 1985; e <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php> acesso em 21 de janeiro de 2019.

¹⁹⁶ Depoimentos dos moradores do Jurumenha Miguel José de Souza, Maria José Araújo e Vera Lúcia da Silva.

progresso (FREIRE, 2002). A industrialização gonçalense ocorreu de forma “espontânea” dentro do cenário nacional sem a participação do poder municipal ou estadual. Até os anos 1950 a cidade foi um dos mais importantes distritos industriais do Estado, chegando a ganhar a alcunha de “Manchester Fluminense”. Porém com a estagnação do crescimento da indústria a cidade continuava a inflar sua população ao mesmo tempo em que perdia postos de trabalho. Ao mesmo tempo a fusão dos estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro (TEIXEIRA FILHO, SEIXAS, 1975) e a construção Ponte Presidente Costa e Silva, a popular Ponte Rio-Niterói, e da Rodovia Niterói-Manilha (BR-101) na segunda metade dos anos 1970 ao mesmo tempo em que a Ponte ajudou a aumentar drasticamente a densidade demográfica (MELO, ARAÚJO, 2014).

É neste segundo momento de aumento demográfico que o loteamento do Morro do Jurumenha começou a ficar mais povoado, principalmente com nordestinos e pessoas do interior do Estado que haviam migrado para a cidade do Rio de Janeiro, mas que naquele momento atravessaram a baía em busca de condições mais baratas de vida (ROSA, 2010). Histórias como estas são encontradas no Jurumenha entre eles pernambucano Miguel José de Souza, líder comunitário e presidente/fundador da Amoaj que liderou a luta pela terra por parte dos moradores¹⁹⁷.

Os impactos negativos da Ponte Rio-Niterói eram argumentos frequentes dos políticos de São Gonçalo para justificar o declínio industrial e econômico, apontando ainda a fusão dos estados como elemento explicativo dessa desindustrialização. A política gonçalense no período é marcada por uma disputa entre grupos rivais e por denúncias de corrupção (SILVA, 2008). São Gonçalo no início dos anos 1980 tem um cenário político conturbado, um setor econômico em retração que se refletiam na realidade social de uma população cada vez maior e vivendo em precárias condições de urbanização com cada vez menos oportunidades de emprego próximo de suas casas. Com os terrenos não sendo procurados para empreendimentos comerciais e industriais, a construção de imóveis para moradia na cidade passa a ser a melhor opção para os investidores. Aproveitando-se do crescimento do setor imobiliário, herdeiros do espólio de Amália da Rocha Souza¹⁹⁸ através da Sociedade Imobiliária Simil Ltda., de propriedade de Ernesto de Souza Lima (Jornal O Fluminense.

¹⁹⁷ Depoimento de Miguel José de Souza, rodoviário aposentado, cedido em 08 de outubro 2017.

¹⁹⁸ Processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj).

Edição de 4 de dezembro de 1982), entram com uma ordem de despejo contra os moradores do Morro do Jurumenha através de uma ação de reintegração de posse na Justiça, concedida pelo juiz da 2ª Vara Cível de São Gonçalo, Nagib Slaib Filho (Jornal O São Gonçalo. Edição de 26 de outubro de 1982), com o objetivo de lotear a área para a construção de um condomínio.

Os moradores da comunidade eram pessoas de famílias consideradas carentes mesmo para a realidade socioeconômica da cidade. Muitos ganhavam apenas o mínimo para se sustentar ou, às vezes, nem mesmo o suficiente para se alimentar. Com isso, muitos moradores pegavam cestas de mantimentos em igrejas, entre elas, a Capela da Sagrada Família, na Mangueira. Ali eles conheceram o Grupo Jovem São José, que viria a se tornar a base central da Comunidade Eclesial de Base (CEB) a partir deste encontro, modificando completamente o curso dos despejos e da história do Jurumenha, assim como a dos jovens agentes pastorais.

O GRUPO JOVEM SÃO JOSÉ

Antes de chegar ao Jurumenha, o Grupo Jovem São José foi parte integrante de toda a movimentação da Pastoral de Juventude de São Gonçalo, sendo apontado por muitos como sendo um dos mais influenciadores do engajamento social (ALMEIDA, 2019). Sua movimentação na igreja da cidade pode ser entendida dentro da disputa pela referência religiosa entre progressistas e conservadores dentro do Campo Religioso descrito por Bourdieu (2004) em disputa pela hegemonia. Ao conhecerem a realidade dos moradores do Jurumenha, os jovens decidem ir até o morro e fundam uma CEB que dividia-se em duas frentes de trabalho específicas: uma religiosa liderada pelos jovens agentes pastorais; e outra composta pelos jovens e pelos moradores que focava na luta pela terra e outras questões de cunho social. Muito embora seja por vezes difícil apontar exatamente onde começa ou termina a atuação religiosa da política. Os membros do Grupo São José assumem assim a postura de agentes pastorais de uma comunidade de base, fiéis leigos católicos atuando segundo suas vocações pastorais e representando um novo carisma da Igreja concedido pelo Concílio Vaticano II e reafirmado nos encontros latino-americanos de Medellín (1968) e de Puebla (1979).

ATUAÇÃO POLÍTICA NO MORRO

Ao chegarem ao Jurumenha os agentes pastorais encontraram o rodoviário Miguel José de Souza, o Seu Miguel, que estava à frente das mobilizações populares e foi ele fez a ponte entre os membros do grupo e o restante da população local para que se realizasse uma primeira reunião, ainda na Capela Sagrada Família, em setembro de 1982, que contou com cerca de 40 moradores. Como era ano de eleição, os moradores suspeitaram que toda aquela mobilização fosse por conta do pleito eleitoral e que, após as urnas, eles seriam esquecidos novamente. Contudo os jovens se colocaram como agindo em nome de Deus:

“Aí eu falei para o Seu Miguel: ‘Seu Miguel. O senhor pode ter certeza de uma coisa. A única pessoa que está atrás de nós é esse aqui’. Aí apontei para o sacário, que estava na frente. ‘É por ele que a gente está fazendo isso por vocês. [...] pode ter certeza que não tem político nenhum, a gente está fazendo isso em nome do evangelho. Em nome daquilo que a gente acredita’” (Depoimento de Carlos Henrique Carrilho Cruz, 2018).

Depois deste primeiro encontro os jovens começaram a frequentar a comunidade e o cenário encontrado no morro era de uma guerra entre a especulação imobiliária e famílias empobrecidas. Em cumprimento de ordens judiciais impetradas pela Simil, policiais do 11º Batalhão de Polícia Militar derrubavam as casas no alto do morro e deixavam as pessoas sem ter onde morar (Jornal O Fluminense. Edição de 17 de dezembro de 1982). Inconformados com essa realidade, a forma de atuação dos jovens muda, deixando de lado os trabalhos assistenciais e focando na luta pela terra, mobilizando o povo para suportar essa luta. Entre as primeiras ações dos jovens foi enviar um documento pastoral (Jornal O Fluminense. Edições de 19 e 21 de dezembro de 1982) para a Polícia Militar para que fossem interrompidas as derrubadas das casas no morro, sempre feitas com muita violência¹⁹⁹ e levaram as questões ao conhecimento da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Jornal O Fluminense. Edição de 29 de outubro de 1982). O apoio dos jovens e da Igreja na luta pela terra deu mais confiança aos moradores, principalmente depois que o morro recebeu a visita de Dom Paulo Lopes Faria, então bispo auxiliar da Arquidiocese de Niterói, em outubro de 1982 e aconselhou os moradores a seguirem as orientações do Grupo Jovem São José (Jornal O São Gonçalo. Edições de 22 e 26 de outubro de 1982).

¹⁹⁹ Depoimento de Carlos Henrique Carrilho Cruz, professor e agente pastoral, cedido em 11 de março de 2018.

O advogado Raimundo dos Santos (O São Gonçalo. Edição de 1º de outubro de 1983), da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), foi quem representou os moradores, indicado pelo Grupo Jovem. Com seu auxílio, surgiu em 7 de novembro de 1982 a Associação de Moradores e Amigos do Morro do Jurumenha (Amoaj) com 202 pessoas presentes para a eleição do primeiro presidente: Miguel José de Souza. Entre os presentes citados na ata desta reunião constam alguns membros do grupo jovem, citado como “Sagrada Família²⁰⁰”, em referência a capela onde os conheceram²⁰¹. Assim Raimundo dos Santos passou a atuar como representante legal dos moradores e pediu uma lista de documentos que pudesse comprovar a posse da terra para iniciar uma defesa dos moradores no âmbito judicial. Todos na comunidade davam como endereço a Rua Manuel da Costa, via que dá acesso ao morro, não sendo possível comprovar a real viela ou beco em que moravam. Durante o levantamento dos dados, entre 1983 e 1984, poucas casas tinham medidores de energia elétrica, sendo a grande parte das instalações feitas de forma clandestina. Sem documentos formais de compra e venda dos terrenos e barracos, qualquer coisa passou a servir como comprovante de residência. A documentação levantada foi utilizada para dada entrada em uma Liminar de Manutenção de Posse para impedir novas derrubadas de barracos. Depois de reunida toda a documentação das 220 famílias, foi dada a entrada na liminar na 4ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo, que foi concedida pela Justiça e as constantes ameaças de despejo e de demolições de barracos cessaram²⁰².

Sem barracos sendo derrubados e com o advogado cuidando judicialmente da questão da propriedade, os agentes pastorais puderam ajudar os moradores a enfrentar outros problemas vividos pela população local, como a falta de infraestrutura da comunidade, a falta energia legalizada, água encanada, saneamento básico, calçamento das ruas, becos e vielas. Tudo isso foi conseguido através da atuação da associação de moradores e sua atuação junto da Famerj (Jornal O Fluminense. Edição de 12 de junho de 1984) e da União das Associações de Moradores de São Gonçalo (UniBairros) (Jornal O São Gonçalo edição de 29 de dezembro de 1984), conseguindo melhorias significativas para as condições de vida durante os primeiros anos de atuação, principalmente através de ações da prefeitura de São Gonçalo

²⁰⁰ Ata de reunião da Amoaj de 7 de novembro de 1982.

²⁰¹ As narrativas dos agentes pastorais sobre como foram feitas as primeiras reuniões na comunidade, tanto as de cunho pastoral como as realizadas pela associação de moradores, são muito semelhantes.

²⁰² Depoimentos dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz e Robson Goudard Santarém.

como a Operação Bairros (Jornal O São Gonçalo edição de 29 de dezembro de 1984), que atendia de forma itinerante diversas regiões da cidade.

O movimento de associações de bairro, representado pela UniBairros, encontrou muitas dificuldades em estabelecer um diálogo com o governo Hairson Monteiro (1983-1988), contudo o quadro se altera com a eleição do engenheiro civil Edson Ezequiel (1989-1992) que começa a receber os representantes da instituição com frequência para ouvir as reclamações dos moradores (Jornal do São Gonçalo de 16 de agosto de 1987). Ezequiel estava filiado à época no PDT e representava naquele momento político do Rio de Janeiro um prolongamento e a continuação do Brizolismo em São Gonçalo. Foi no último ano do primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) que foi concedido o título de propriedade aos “posseiros” da cidade²⁰³ e isso aumentou a ligação dos membros de associação de bairros com o PDT, levando a filiação de Raimundo dos Santos que se tornou subprocurador da prefeitura no governo Ezequiel (KAROL, 2013) e fez com que a Amoaj, na pessoa de Seu Miguel, fizesse campanha na porta da capela do Jurumenha para então deputado estadual e candidato a prefeito pedetista²⁰⁴.

É neste cenário político que se dá o processo de legalização da comunidade do Jurumenha, iniciada em 1987, último ano do primeiro governo Brizola. Naquele ano funcionários do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) foram até a comunidade para a medição do terreno para fazer a planta baixa do assentamento. O dinheiro disponibilizado para a compra da terra pelo governo foi de CR\$ 281.614 (duzentos e oitenta e um mil seiscientos e quatorze cruzeiros), que foi liberado naquele ano pelo governo estadual, mas em seguida sustado por uma intervenção federal no Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj)²⁰⁵. Enquanto o pagamento não fosse feito, o título de posse não poderia ser emitido. Com esse impasse bancário, foi apenas em 1993 que o título de posse foi finalmente concedido²⁰⁶ e a entrega aos moradores foi feita no ano seguinte (Jornal O Fluminense de 21 de março de 1994). Todo o processo de legalização dos imóveis do Morro do Jurumenha se

²⁰³ RIO DE JANEIRO. Processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj).

²⁰⁴ Depoimentos de Miguel José de Souza e Robson Goudard Santarém.

²⁰⁵ Jornal O Fluminense de 3 de abril de 1987. Ata da Amoaj de 11 de janeiro de 1987.

²⁰⁶ Processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj).

encaixa na política de Habitação mais abrangente dos governos de Leonel Brizola (PDT) à frente do Estado do Rio de Janeiro²⁰⁷.

ATUAÇÃO E IDENTIDADE RELIGIOSA

Paralelamente a esta atuação política da CEB do Jurumenha, era desenvolvido um trabalho de formação religiosa na comunidade tendo como foco principal os princípios da Teologia da Libertação²⁰⁸. Os depoimentos de todos²⁰⁹ indicam que os trabalhos de cunho religioso se iniciaram primeiramente de forma itinerante nas casas dos moradores, tendo os jovens como base a casa do casal Marlinda e Francisco, que anos depois foi comprada pelos jovens e doada à Mitra Diocesana e elevada a condição de Capela. A prática da Teologia da Libertação entre os jovens aconteceria de maneira natural, sem nenhuma pregação sobre a forma específica de teologia que usavam. Muitos dos agentes pastorais mais jovens que passaram atuar no grupo já nos anos 1980 se deram conta que o que ocorria na comunidade era uma teologia diferente depois de anos de atuação no morro ou mesmo depois de sua atuação mais efetiva no Jurumenha. Contudo, ocorria ali a divisão tradicional das CEBs apontada por Steil (1997) sobre a divisão do trabalho entre os agentes pastorais e os membros da comunidade, entre os que sabem e os que não sabem acerca da Libertação, com a criação de uma série de círculos bíblicos com a finalidade de passar o conhecimento aos demais com a finalidade de conscientizar os fiéis tanto para sacramentos e catequeses até questões políticas e sociais.

As reuniões semanais entre os agentes pastorais e os moradores tinham um caráter social e religioso. A liderança protagonizada pelos agentes leigos nas reuniões semanais representava para os moradores a real presença da Igreja da comunidade, modificando sua forma de entender o papel social da fé cristã (BOFF, 1977). Até mesmo dentro dos grupos da PJ, onde essa nova relação com o trabalho social já estava difundido entre os agentes pastorais, vivência no Jurumenha aumentou a conscientização política. Como o enfermeiro Francisco Vieira da Costa Neto²¹⁰, que fazia parte de um grupo mais tradicional quando foi convidado para o São José já para atuar no Jurumenha.

²⁰⁷ Para entender melhor a política brizolista ver Sento-Sé (1999) e sobre a política habitacional dos governo Brizola ver Neves (2007).

²⁰⁸ Depoimento dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz e Robson Goudard Santarém.

²⁰⁹ Lembrança é semelhante entre todos os entrevistados, agentes pastorais e moradores.

²¹⁰ Depoimento do agente pastoral Francisco Vieira da Costa Neto.

“Eu na época não tinha essa consciência de Teologia da Libertação. O Maranató fazia um trabalho totalmente diferente do São José e eu fui mais por querer ajudar ao próximo. Naquela comunidade eu achei pessoas bastante carentes, realmente precisando muito de ajuda e foi aonde eu me encontrei desenvolvendo este tipo de trabalho. Mas não tinha muito essa conscientização na época das questões políticas e das questões da Igreja” (depoimento do agente pastoral Francisco Vieira da Costa Neto).

Para os moradores do Morro do Jurumenha, o São José era um grupo da Igreja Católica e que não teria nada de diferente em relação aos demais grupos existentes em outras paróquias²¹¹. Muitos moradores são do agreste ou sertão nordestinos e frequentavam a igreja em capelas distantes uma vez ao mês, ou quando possível se deslocar até um local mais central onde tivesse uma igreja. Desta forma, o fazer Igreja desempenhado pelos jovens do Jurumenha era para eles seu único entendimento de congregação religiosa. Muitos, ao saírem dali para assistir a missa em outros lugares não se sentem acolhidos. Apesar de não conseguirem qualificar nominalmente a prática religiosa do Jurumenha como Teologia da Libertação, todos conseguem identificar que a religiosidade vivida por eles é diferente da prática vivenciada em outras paróquias e capelas²¹². A diferença sentida pelos membros da CEB em relação a outras igrejas e se deve principalmente ao fato de que ali a comunidade nasceu antes da capela. No geral, o que se percebe na formação de capelas em São Gonçalo no período eram pessoas frequentadoras de uma paróquia que moravam em locais mais distantes da matriz fundar uma capela para irem durante a semana, recorrendo à sede paroquial apenas aos domingos e nos encontros. No Jurumenha, apesar de se declararem católicos, os moradores não frequentavam nenhuma igreja. A presença dos agentes pastorais no morro os levou de volta a religiosidade com uma prática de fé que não dependia de um espaço físico, pois ocorria nas casas, a céu aberto, em lugares improvisados. Quando a capela surge ela abriga uma comunidade já existente, uma prática de fé independente de se ter um local físico ou não para abrigá-la²¹³, pois ocorriam no “*templo paroquial, na capela da periferia [...] ou sob a sombra de uma árvore*” (BETTO, 1985: 63) ou no caso do Jurumenha em garagens com bancos rústicos de madeira.

²¹¹ Ao serem perguntados sobre o que era Teologia da Libertação, os moradores do Jurumenha entrevistados para esta pesquisa não souberam explicar do que se tratava.

²¹² Depoimento da moradora do Jurumenha Vera Lucia da Silva.

²¹³ Lembrança é semelhante entre todos os entrevistados, agentes pastorais e moradores.

Nada no Jurumenha era feito de maneira automática como se pudesse ser aplicada em qualquer igreja, capela ou comunidade, era pensado exatamente na realidade da população que morava ali. Para Prandi e Souza (1997) as CEBs não pensavam o indivíduo nem a religião sem se questionar a sociedade, suas estruturas e seus valores. Seguindo essa dinâmica, as reuniões e celebrações religiosas ali sempre possibilitavam uma pregação constantemente interrompida pela comunidade e suas próprias interpretações que contribuíam no entendimento de todos e ouvindo o povo para saber o eles precisam.

A forma de agir dos agentes pastorais no Jurumenha criou uma consciência política a partir das discussões feitas nas reuniões que tinham um cunho político/religioso e devido a isso muitos membros da CEB acabaram por entrar na luta sindical organizada. Para Prandi & Souza (1997), a interação dessas comunidades com a política acabou por ocasionar o surgimento de diversas iniciativas populares lideradas por militantes católicos, assim como membros de CEBs presentes na fundação até de partidos políticos em diversas cidades.

Foi na luta pelos direitos da população do Jurumenha que os jovens começaram a atuar mais politicamente, principalmente depois de fundada a associação de moradores. A ação política e a prática religiosa se misturam completamente. Isso pode ser verificado nas atas das reuniões da associação de moradores que registram o dia a dia da luta pela terra e citam inúmeras vezes festividades religiosas que estavam sendo promovidas no morro. A prática religiosa da CEB do Jurumenha era independente de uma hierarquia formal da Igreja Católica e antes de ser capela esta experiência precisa ser compreendida como comunidade com características eclesiais (BOFF, 1977). Uma resposta cristã para os problemas enfrentados pela população que busca sempre a salvação e a libertação das pessoas, espiritual, social e politicamente, uma ação política no sentido evangélico, sendo a Igreja um lugar em que se expressa a palavra do oprimido e se cria uma consciência crítica no povo, não partidária (BETTO, 1985).

Os círculos bíblicos tinham como objetivo seguir a prática freiriana seguindo a máxima de que toda a educação deve ser libertadora e de que não escolher o lado colabora para a manutenção do status quo existente. Para isso os encontros davam ênfase a uma politização da vida religiosa falando sobre os problemas locais o que, de certa forma, inverte a tradição de um catolicismo popular que traz consigo a memória o uso colonialista da religião feito ao longo dos tempos com fins de dominação das classes populares (ESTIL, 1997).

A Diocese de Niterói não se abriu à Teologia da Libertação, se tornando um refúgio para conservadores. Conservadora era também a formação dos padres no Seminário de São José de Niterói, diferente de outros estudos sobre CEBs realizados em outras dioceses do país. Essa não abertura fez com que o grupo do Jurumenha, apesar de se entenderem como uma autêntica CEB, nunca a nomearam oficialmente desta forma nem diante a igreja nem diante os moradores. Das vezes que esboçaram chamar experiência de CEB foram repreendidos por bispos e padres²¹⁴.

Mesmo não se declarando como tal, o trabalho era feito seguindo preceitos e orientações de autores e sacerdotes ligados à Teologia da Libertação²¹⁵. Era assim que a formação política dos moradores do Morro do Jurumenha foi feita, não apenas da luta pela terra, mas também com as ações pastorais que ganhavam um cunho social e, principalmente, através dos círculos bíblicos que iam de casa em casa na aplicação da Teologia da Libertação. Nesses encontros a palavra de Deus era discutida sem a dissociar da dimensão social, política e humana do que ocorria na comunidade que acompanhava o processo religioso do Jurumenha. A libertação tirada da leitura da Bíblia era passada aos moradores não era apenas como a salvação da alma, mas diretamente associada à libertação da pessoa humana em sua dimensão social. Discussões propriamente políticas ficavam a cargo da Amoaj, não havendo nos círculos bíblicos encontros específicos que falassem de política ou questões sociais, o tom político estava dentro do discurso bíblico através de uma leitura popular que dava orientações ao povo, assim como na catequese, nos encontros e nas palestras²¹⁶. Dentre o material utilizado pelos jovens para as ações religiosas no morro, e mesmo internamente entre os jovens, estavam os textos das Campanhas da Fraternidade (CFs), estudos do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) produzido pelo frei Carlos Mesters, além de inspirações na obra de Leonardo Boff, Frei Betto e outros. Mais importante que definir oficialmente o trabalho dos jovens como uma CEB era sua prática da fé que praticavam aos moldes da Teologia da Libertação e o propósito de ajudar os moradores na luta pela terra.

A partir de 1987, por problemas familiares, Carlos Henrique começa a se afastar gradativamente da liderança do movimento e Robson fica a frente do grupo. Como os dois

²¹⁴ Depoimento dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz e Robson Goudard Santarém.

²¹⁵ Depoimento dos agentes pastorais Robson Goudard Santarém e Cátia Regina Soares de Oliveira Costa.

²¹⁶ Depoimento dos agentes pastorais Carlos Henrique Carrilho Cruz, Robson Goudard Santarém e Cátia Regina Soares de Oliveira Costa.

sempre estavam juntos a frente do trabalho da CEB a substituição se deu de forma natural. O ano é marcado também pelo início da regulamentação fundiária e, após a conquista da posse da terra, o trabalho dos agentes pastorais começa a perder sua força inicial. A CEB do Morro do Jurumenha viveu seu auge entre os anos 1980 e início dos anos 1990, fosse com sua postura mais politizada de luta pela terra ou com o trabalho de cunho propriamente religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento do Jurumenha perde força a partir dos anos 1990 devido a um incentivo vindo da cúria arquidiocesana para outros movimentos jovens que a engajada Pastoral da Juventude de onde saiu o Grupo São José, mas sim com a Renovação Carismática Católica (RCC), o Encontro de Jovens com Cristo (EJC) e o Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC)²¹⁷, que sempre existiram dentro da Igreja, mas que naquele momento passam a ser mais incentivados que outras formas de organização da juventude. Para aquela geração que forjou entre os anos 1970 e 1980 estes dois movimentos representam uma escolha da Arquidiocese de Niterói pelo retorno dos grupões de juventude e suas reflexões introspectivas sobre a vida afetiva dos jovens, retirando dos temas de debates o problema social, a política e ação libertadora que orientava a Pastoral da Juventude até aquele momento.

Soafiati (2004) afirma a década de 1980 marcou um ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil e que a Igreja Católica esteve ligada a este processo através dos segmentos ligados a Teologia da Libertação com as CEBs e que a Pastoral da Juventude se configurou como um dos principais centros de formação dessa cristandade progressista. Esse foi o quadro do que ocorreu em São Gonçalo em relação aos grupos da PJ que se configuraram como uma militância católica progressista da se configurando como um novo sujeito coletivo na busca por direitos a partir de uma prática social do mesmo modo como aponta Sader (2001) sobre o estudo que faz dos grupos progressistas católicos em São Paulo. Em ambos os casos a falta de uma representação de seus interesses e os das comunidades por eles assistidas fez com que esses atores sociais optassem em partir para a atuação política. A consciência da necessidade de uma luta por melhores condições sociais fez com que esses jovens adquirissem uma motivação que os levou à luta por melhorias nas condições materiais (SADER, 2001).

²¹⁷ Depoimento do agente pastoral Almir Barbio de Azevedo.

Uma estimativa exposta por Betto (1985) aponta cerca de 80 mil CEBs no período em que os acontecimentos deste trabalho se desenrolavam. Porém, certamente elas não levam em conta acontecimentos como o do Jurumenha da PJ de São Gonçalo que, duradouras ou não, buscaram expressar a nova filosofia político/religiosa latino-americana enquanto duraram. A realidade conservadora que os impediavam de efetivar o trabalho social não existia apenas em São Gonçalo, mas em toda a Arquidiocese de Niterói. Desta forma surge a pergunta: Quantas CEBs como a do Jurumenha e as outras iniciativas que ocorreram em São Gonçalo não podem ter ocorrido na Igreja de Niterói, que se estende até a Região dos Lagos, e que não puderam se colocar oficialmente como tal devido aos mesmos problemas encontrados em São Gonçalo? Novos estudos sobre a história de grupos progressistas, da PJ ou outra pastoral, que atuaram em ambientes conservadores como a diocese de Niterói podem ajudar a esclarecer não apenas números, mas revelar a forma de atuação e de resistência por parte da esquerda católica.

Uma particularidade sobre a CEB do Morro do Jurumenha é que ela viveu seu auge entre os anos 1982 e 1987. Justamente no momento de abertura política que, em 1985, teria sido uma das causas do esfriamento das CEBs com a volta das liberdades políticas e possibilidades de militância em sindicatos. Segundo Betto (1985) até aquele momento, ainda sob a ditadura militar, a Igreja seria um local privilegiado para a organização popular, pois a repressão aos espaços de articulação da sociedade civil não atingia as instituições religiosas, permitindo assim, o crescimento de lutas sociais na instituição (BETTO, 1985). Essa premissa não se aplica ao Grupo Jovem São José, pois as influências dos militares no que se refere à questão da posse da terra no Jurumenha, curiosamente, não aparecem na fala dos personagens.

O engajamento social dos agentes da PJ teve seu auge em meados dos anos 1980 justamente pela falta de apoio por parte do clero de Niterói. Essa dificuldade local impediu que aqueles jovens fizessem um trabalho social ao longo dos anos 1970 acompanhando a movimentação da PJ nacional, que opta pelo método Ver, Julgar e Agir e pela formação de pequenos grupos de base a partir do 3º Encontro Nacional em 1978 (PIERDONÁ & FURLANETTO, 1990). O São José era um dos pouquíssimos grupos da PJ da cidade já alinhados com as determinações nacionais, mas esbarrava na dificuldade de estar em uma arquidiocese conservadora. Devido a isso, a opção feita em nível nacional em 1978 só foi

possível a partir da não nomeação oficial do trabalho no morro como CEB, seguindo atuando como que “clandestinamente” e fora do período apontado pelos autores referenciais como sendo o tempo de seu surgimento, que seria entre as décadas de 1950 (VALÉRIO, 2012) e 1960 (BOFF, 1977; BETTO, 1985).

Somadas a todas as dificuldades estruturais que enfrentavam na conservadora diocese de Niterói, as questões políticas nacionais ainda atrapalhavam o espírito de luta dos jovens da PJ da cidade. As frustrações da juventude brasileira com a derrota no movimento das Diretas Já, em 1985, a posse do governo conservador de José Sarney (1985-1989), vice-presidente eleito de Tancredo Neves, a eleição do neoliberal Fernando Collor, em 1989, e o fim da perspectiva do socialismo com o fim da União Soviética, em 1991, fizeram com que muitos jovens, dentro e fora da igreja, se dessem por vencidos. Seus sonhos de uma sociedade mais justa e igualitária baseada em valores, por que não socialistas, estavam sendo derrubados um atrás do outro.

Paralelo a isso o movimento da RCC fez com que os católicos voltassem a questões mais introspectivas, sem o ímpeto de fazer algo de concreto para mudar a realidade. Isso atingiu todos os grupos jovens de São Gonçalo e até a CEB do Morro do Jurumenha. Boff (2000a) afirma ter uma falta de conexão com a realidade por parte da RCC, por seus grupos são desligados da igreja local e se remetem mais ao Vaticano que a paróquia a qual estão inseridos. Esse distanciamento da comunidade local é o que a distancia o fiel do trabalho social apesar de ter a Doutrina Social da Igreja como pilar de sustentação de suas práticas. O lema da RCC está no reavivamento da fé através da transformação moral da vida possibilitadas por uma “redescoberta” do Espírito Santo. Uma espiritualidade mais emocional e do orgulho de pertencimento ao mundo católico. O incentivo da vida comunitária entre os carismáticos se resume a grupos de oração onde fiéis criam laços emocionais em torno da religião, não mais com o apelo social (BOFF, 2000a).

Com efeito, essa religiosidade acaba por retirar a relação do cristão para com o outro e sua realidade social e direciona para a relação diretamente com Deus. Com o uso desta orientação, o trabalho social deixa de existir como prática de fé, resumida neste caso a afazeres como meditar sobre a bíblia, orar e louvar. Seria um erro acreditar que nas CEBs não havia a relação do homem com Deus, mas ela se dava na relação entre os seus membros. Na prática, a RCC não retira os engajados de suas práticas sociais, mas por outro lado, não

encoraja os não engajados a fazerem (BOFF, 2000a). Esse era o quadro geral na Igreja local da Arquidiocese de Niterói, pois novas orientações para a juventude retiravam o trabalho social e o atendimento ao próximo do centro das discussões e incentivava uma espiritualidade mais ritualística.

Por fim, ao falar sobre os acontecimentos ocorridos no Morro do Jurumenha, de como se desenrolou toda a história de luta dos moradores, o que fica claro é a importância da participação dos jovens agentes pastorais do Grupo Jovem São José na luta pela terra. Suas histórias não podem ser contadas separadamente. Há uma reciprocidade entre ambos que formavam, de fato, uma legítima Comunidade Eclesial de Base (CEB). O trabalho de evangelização pastoral desenvolvido pelo grupo tinha, para além da questão religiosa, um cunho ação social muito forte se articulando politicamente e contribuindo de forma decisiva para a conquista da posse da terra. Impossível saber se Miguel e os outros moradores teriam conquistado a posse da terra ou não sem o São José, porém é possível concluir que o percurso traçado pelos moradores seria totalmente diferente caso o grupo não os tivessem encontrado.

REFERÊNCIAS

FONTES

AMOAJ. Atas das reuniões da Associação de Moradores e Amigos do Morro da Jurumenha (Amoaj) entre os anos de 1982 e 1994. Disponíveis no arquivo da Amoaj.

NITERÓI, III Plano de Ação Pastoral: Diretrizes pastorais para 1984 – 1986. Arquidiocese de Niterói, 1984.

RIO DE JANEIRO, O Rio e sua região metropolitana. Instituto Pereira Passos (IPP) IN: Coleção Estudos da Cidade, Rio de Janeiro, 2001. RIO

DE JANEIRO. Processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) da secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAFAH), Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1993

FLUMINENSE, Jornal. Reportagens entre os anos de 1982 e 1995, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SÃO GONÇALO, Jornal. Reportagens entre os anos de 1982 e 1995, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SÃO PAULO, Conclusões de Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois Medellín ainda é atual? Editora Paulinas, São Paulo, 2010.

IBGE. Censos demográficos de 1970, 1980 e 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FONTES ORAIS

ARAÚJO, Maria José de (Marly) [10 de abril de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

COSTA NETO, Francisco Vieira [25 de abril 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho [11 de março de 2018]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

DUTRA, José Antônio Abreu [14 de abril de 2018]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

_____ [23 de junho de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRINHA, Maria de Fátima Carlos [25 de abril 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SANTARÉM, Lúcia Maria Paes Alves [18 de abril de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SANTARÉM, Robson Goudard [11 de março de 2018]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2018.

_____ [14 de junho de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Vera Lúcia da [10 de abril de 2019]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Miguel José [08 de outubro 2017]. Entrevistador: Marcelo Macêdo de Almeida, São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2017.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Eveline Martins Xavier de. O fenômeno do Brizolismo manifestado na política do município de São Gonçalo através do Partido democrático Trabalhista (PDT), no período de 1988 a 2000. (Monografia) FFP/Uerj. São Gonçalo, 2004.

ALMEIDA, Marcelo Macêdo de. Atuação e repressão à Teologia da Libertação em São Gonçalo. IN. DANTAS & LEMOS (ORG), A construção da (des)ordem na América Latina e no Mundo Antigo. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019 p78-90.

ARAÚJO, Victor Leonardo de & MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014, 65-87.

BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. BOFF, Clódovis. Carismáticos e libertadores na Igreja. Revista de Estudos Bíblicos n° 237. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Presente e futuro das CEBs: “Volta às fontes”. Encontro Nacional de Assessoras e Assessores do X Intereclesial. Goiânia, 2000. BOFF, Leonardo. Eclesiogenese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja. Petrópolis, Vozes: 1977.

___ Teologia do cativo e da Libertação. Petrópolis, Vozes: 1980

___ Igreja Carisma e Poder. Petrópolis, Vozes: 1981.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas . Difel Difusão Editorial, Lisboa, 2004.

FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna. Poder e sociedade na [trans]formação da cidade: história dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950. (monografia) Uerj/FFP, São Gonçalo, 2002.

KAROL, Rafaela Oliveira. Associações de moradores em São Gonçalo: A UnBairros na década de 1980. (Monografia) FFP/Uerj, São Gonçalo, 2013.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo, Brasiliense: 2004.

NEVES, Gabriela Klôh Müller. Ações e discontinuidades na política habitacional no Rio de Janeiro: o descompasso entre a concepção e a implementação de programas habitacionais nos governos Leonel Brizola e Moreira Franco (1983-1995). UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em www.livrosgratis.com.br

NUNES, Jorge Cesar Pereira. Chefes do Executivo e vice-prefeitos de São Gonçalo. Niterói, NitPress, 2006.

PIERDONÁ, E, & FURLANETTO, I Souza. História da PJ no Brasil. Instituto de Pastoral da Juventude, Santo Ângelo, 1990.

ROSA, Daniel Pereira. São Gonçalo: Divisão do Trabalho na Metrópole e a Formação da Nova Periferia Metropolitana. IN: Revista Tamoios, Ano VI. n°1, 2010, 19-33.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo, 1970-80. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2001.

SENTO-SÉ, João Trajano. Brizolismo: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Sábado é dia de inauguração: política e clientelismo em São Gonçalo/RJ (1988-1983). (Dissertação) PPGHS/Uerj. São Gonçalo, 2008.

STEIL, Carlos Alberto. CEBs e o catolicismo popular. IN:BOFF, Clodovis [et al.]. As comunidades de base em questão. São Paulo: Paulinas, 1997.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro & SEIXAS, Agostinho. Fusão: Estado da Guabanara e Estado do Rio de Janeiro. Histórico e legislação. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1975. LINKS <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php> Acessado em 21/01/2018.

Wicca: narrativas, crenças, estigmas e resistências

Telma Lucia de Mello Castro
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Atualmente, o sentido da palavra religião está desgastado no Brasil, principalmente por maus exemplos de líderes religiosos. Segundo Cunningham (2001: 10) a busca por uma religião que traga plenitude espiritual, o contato com o sobrenatural e uma sintonia com a natureza, aliada à insatisfação pelas religiões tradicionais, tem levado ao aumento do número de adeptos da religião Wicca:

Wicca, a religião das bruxas, há muito está encoberta em segredos. (...) Os Wiccanos não revelavam muito, a não ser que não estavam buscando novos seguidores. Atualmente, um número crescente de pessoas anda insatisfeito com a estrutura das religiões tradicionais. Muitos buscam uma religião de apelo pessoal, uma que celebre tanto a realidade física como a espiritual, na qual a sintonia com a deidade seja complementada pela prática da magia (CUNNINGHAM, 2001: 10)

A liberdade de consciência e de crença aparecem na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, precisamente no TÍTULO II (DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS); CAPÍTULO I (DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS); Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”; e inciso VI: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. (BRASIL, 1988).

Porém, quando observamos a realidade social do país, vemos que há, além de um caminhar muito lento nesse sistema, também um retrocesso delineando a mentalidade coletiva. A constatação dessa afirmação não segue um único fluxo, porém irrompe como “igarapés” de um canal maior, como veremos em trechos de narrativas aqui apresentados.

A abordagem deste trabalho se estabelecerá pelas vertentes da história oral, que “é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar,

através de narrativas (...), testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões.” (DELGADO, 2006: 15). A respeito da utilização da história oral: “Historicamente, essa forma de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas sobre acontecimentos passados” (VERENA, 2004: 24). Por esta razão, utilizaremos trechos de narrativas de mulheres wiccanas, que ilustram e promovem um dos caminhos para a história das mentalidades, no campo religioso e, sempre que necessário, recorreremos à Antropologia; olhares que contribuem decisivamente para o fortalecimento identitário, e que iluminam as discussões envolvendo as minorias, além de destacarem a importância dos ideais de respeito à natureza e às relações com a Terra.

No tema escolhido, destacamos como o pensamento não cristão pode ser punido ou malvisto. Essa atitude estigmatizante aprofunda-se no tocante às mulheres, em relação ao pecado, como lemos na Bíblia, no livro de Gênesis (3:16):²¹⁸ “E à mulher ele declarou: Multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará.”. Tal ideia ainda perdura, mas, na contemporaneidade, as mulheres buscam, para além do conhecimento, resistir aos dogmas que as suprimiu, minimizou; ou até as demonizou. Trataremos, pois, da religião Wicca; sua propagação no Brasil e de que maneira as bruxas se utilizam dela como instrumento de resistência identitária.

Segundo Bloch (2002: 20): “(...) por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar.”. Dessa forma, tentaremos “capturar” as bruxas, não no sentido de aprisioná-las, como era característica dos contos de fadas, ou no sentido literal do período inquisitorial, mas sim na tentativa de elucidar suas razões e escolhas, através da própria história e testemunhos (ou narrativas) das bruxas contemporâneas, ou Wiccanas.

A opção pelo tema “bruxas” (no sentido de gênero) não se deve apenas ao fato de o termo usado no masculino ter a conotação de elogio (genialidade, magia, perspicácia, etc.), a exemplo de como alguns cronistas de futebol se referiam ao ex-jogador de futebol Ronaldinho

²¹⁸ GÊNESIS: A queda do homem.

Gaúcho, o “Bruxo”²¹⁹. Sendo assim, trataremos do estigma da palavra bruxa em vários sentidos; nenhum deles socialmente bem aceito. Esses equívocos de conceituação situam-se primordialmente no imaginário humano, mas estendem-se na utilização pejorativa da expressão. Segundo Gardner (2019: 23), “há tanto bruxas homens quanto mulheres, mas em inglês (...) e em português uma bruxa é sempre chamada “ela” (...) e o leitor deve entender como sendo tanto masculino como feminino”.

A partir dessa concepção de gênero comum, em toda sua obra Gardner refere-se a bruxas²²⁰. Porém, essa questão de gênero parece mal compreendida entre outros autores, que vinculam a expressão “bruxa” apenas ao gênero feminino. Gori (2016: 14) diz que “(...) bruxas são mulheres que buscam o equilíbrio natural da Natureza. A importância dessa ressalva é o recorte da pesquisa, que tem foco apenas em mulheres, mas respeitando a conceituação de Gardner. Outra razão para este recorte é que: “As mulheres possuem o arquivo mental em desenvolvida extensão.” (CASCUDO, 2006: 177)

Para falar de bruxas, sem consultá-las, é fazer uma história distante. Então, as narrativas se aproximam da visão da bruxa sobre si e da prática da magia:

Agora, pra falar de bruxaria em si, de como você pratica a bruxaria, é uma delícia e algo que você pode explorar muito a sua criatividade e o misticismo, e a sua imaginação. Enfim, eu acho que a melhor parte da bruxaria é que ela dá pra ser muito divertida. Você consegue se divertir muito sendo uma bruxa (risos). Ela também pode ser muita luz, sabe!? Por exemplo: a ideia que as pessoas têm de que as bruxas são seres do mal, e que a gente faz magia pra machucar outras pessoas, é muito passada (sic). É um estereótipo, né?! (...) (Narrativa 1: mulher cisgênero, 20 anos, graduanda em Biblioteconomia)

A Wicca, como toda religião, tem tradição e história; crenças e ética; mitos, ritos e simbolismos e sofre algum tipo de intolerância. Conseqüentemente, há resistência. Dessa forma, o presente trabalho irá desenvolver-se dentro desses quatro tópicos.

TRADIÇÃO E HISTÓRIA

Quanto à análise histórica sobre religião e tradição, Certeau afirma:

²¹⁹ FILOMENO, Leonardo. 5 Momentos de magia do Bruxo Ronaldinho Gaúcho no futebol. 2019. Manual do Homem Moderno. Disponível em: < <https://manualdohomemmoderno.com.br/esportes/5-momentos-de-magiado-bruxo-ronaldinho-gaucha-no-futebol>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

²²⁰ Por essa razão, este artigo irá se referir às pessoas que praticam a religião Wicca, da mesma forma com o seu fundador fazia.

A história moderna ocidental começa efetivamente com a diferenciação entre o presente e o passado. Desta maneira se distingue também da tradição (religiosa) da qual, entretanto, não conseguirá jamais separar-se totalmente, mantendo com esta arqueologia uma relação de dívida e de rejeição (CERTEAU, 1982: 13)

A questão da transcendência entre passado e presente torna-se algo sagrado, que a religião neopagã valoriza e cultua. A sabedoria ancestral traz à tona o poder e a sororidade.

(...) Um pouquinho da minha trajetória dentro da espiritualidade: uma construção de saberes, muitas coisas ocultas, que acabaram por ser reveladas, não é!? Porque a gente traz essa sabedoria dentro da gente; a gente só precisa despertar, para a gente poder entender o nosso propósito com o mundo. Então (...) eu fico muito grata (...) por você dar voz às mulheres. Porque toda mulher é uma bruxa em potencial; e a gente sabe disso. Toda mulher é um ser sagrado, um ser iluminado (...). E aí, a gente consegue honrar nossa ancestralidade; reverenciar nossos ancestrais e fazer a diferença nas gerações presentes. (Narrativa 2. Mulher cisgênero, 33 anos, graduada em Psicologia)

Dessa forma, a história do tempo presente há de nos remeter, invariavelmente, a um diálogo com o passado; no caso da religião em questão, com a ancestralidade. A tradição é um dos caminhos que a religião, em geral, toma para si. Especificamente a Wicca é uma religião; ainda que nova, segue as diretrizes de um longínquo pretérito. Segundo Cascudo (2006: 53), a respeito da tradição:

Parece articular-se aos rumores clássicos, o rumor antigo conta, como dizia Camões, numa forma de comunicação de valores indistintos do saber coletivo. Sua caracterização é compreendida quando uma tradição é evocada. Quase sempre inicia-se pela frase: ‘os antigos diziam’... Não é uma lenda, nem um mito, fábula ou conto. É uma informação, um dado, um elemento indispensável para que se possa sentir o conjunto mental de um julgamento antigo.

Gerald Brousseau Gardner (1884-1964), considerado o pai da religião Wicca, atribuiu sua iniciação no neopaganismo a uma mulher a quem ele chamava de “Old Dorothy Clutterbuck”, em 1939. Naquela época, ele ainda não se sentia à vontade para escrever sobre o tema. Apenas em 1954, três anos após as últimas leis contra a bruxaria no mundo serem abolidas, ele publicou seu primeiro livro sobre a Wicca: *A bruxaria hoje*, obra baseada na antiga religião pagã. (RUSSELL; ALEXANDER, 2019: 199).

A busca pela ancestralidade faz-se presente na Wicca, afirmação pautada em Cascudo (2013, p.130): “As mais remotas religiões são herdeiras de outras, anteriores e mortas. Há sempre liames de comunicação entre umas e outras. Os velhos livros registraram a espantosa contemporaneidade”.

A Wicca chega ao Brasil, timidamente, na década de 60, mas propaga-se com intensidade em 1985, quando passa a ser reconhecida, internacionalmente, como religião; embora nessa época houvesse uma distinção entre crentes tradicionais e “crentes alternativos“, e estes fossem vistos como membros de religiões marginalizadas (RUSSEL; BROOKS, 2019: 233). Atualmente a religião conta com uma estrutura mais fortalecida e organizada. Hoje existem vários covens²²¹ institucionalizados pelo país; outros tantos não institucionalizados, uma extensa literatura disponibilizada na World Wide Web em cursos online e em livrarias e, a principal instituição, a Religião Wicca no Brasil²²². O perfil das mulheres wiccanas entrevistadas para esta pesquisa tem, majoritariamente, idade entre 20 e 35 anos.

CRENÇAS E ÉTICA

A Wicca, ou “Arte”, é uma religião da natureza. Também chamada de “Religião Antiga” tem muitas vertentes, como é característica das demais religiões. Nesse sentido, a espacialidade social, abre repertórios de investigação e de inovação que servirão melhor para descrever sistemas, criando uniões harmoniosas entre a terra e as sociedades. (BOMFIM, 2008: 15). Quanto ao uso da magia, entende-se que a maioria das bruxas aprendeu a arte com familiares; porém, atualmente, a Wicca é também uma filosofia de vida, na qual busca-se a ausência de dogmas, a liberdade e o caminho pessoal para a plenitude espiritual. Segundo Cunningham (2010: 18) “A visão de uma flor perfeita num campo árido pode suscitar sentimentos tão fortes quanto os originados pelo mais poderoso dos ritos formais.”. Portanto, é uma religião em que o contato com animais, árvores, pedras e areia já é um rito, pois leva às

²²¹ Coven, conventículo ou conciliábulo é o nome genérico dado a uma agregação ou reunião de bruxos para a realização de rituais religiosos e ritos. COVEN. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: . Acesso em: 7 abr. 2019.

²²² APOLLONIO NICOMEDH. Curso de Iniciação à Wicca. 2020. Wicca do Brasil. Disponível em: <https://wiccabrasil.com/cursodeiniciacaoawicca/?gclid=CjwKCAjw-5v7BRAMeiwAJ3DpuMcv3Yc7V8_H9CdCmQyEOXs6isuw_0Ao2OIUqH2ZIHik1OiyBrRNVBoCNk0QAvD_BwE&ref=V17378797E&hsrc=YWR3MDE%3D>. Acesso em: 20 set. 2020.

suas origens mais primitivas. Sobre magia e feitiçaria, a Bíblia diz, em Êxodo (22:18):²²³ “A feiticeira não deixarás viver”. Porém, na tradução hebraica, encontramos: “A assassina não deixarás viver”. Não havia, no povo hebreu, a marginalização da prática da magia (GORI, 2020: 21). Temos ainda a referência de RUSSEL; BROOKS:

A feitiçaria hebraica, predominantemente derivada dos cananeus e babilônicos, exercia grande influência, embora indireta, sobre a bruxaria europeia. Quando a Bíblia hebraica foi traduzida para o grego, para o latim e para as línguas modernas, o significado das palavras hebraicas sofreu transformações. Por vezes, as traduções promoveram perseguições. O caso mais importante neste sentido está em Êxodo (22:18), que no original hebraico ordena que seja dada morte a um kashap. O kashap era um mago, (...) mas em nada se assemelhava a um diabolista. (2019: 43-44)

De acordo com Gori (2016: 27-30), existem nove pilares de comportamento ético para as bruxas:

- 1-Tu farás tudo o que tiveres vontade, desde que não prejudiques a ninguém.
- 2-Tudo o que fizeres voltará triplicado para ti.
- 3-Estarás sempre em equilíbrio com os quatro elementos e com todos os seres da Natureza.
- 4- Nunca negarás uma informação.
- 5-Terás consciência de que o Universo se formou por meio de duas grandes forças.
- 6-Saberás ouvir teu próximo e respeitar a evolução dele.
- 7- Terás consciência de que nunca saberás tudo.
- 8- Serás sempre alegre e passarás tua alegria a todos que o cercarem.
- 9- Trabalharás com a Magia.

MITOS, RITOS E SIMBOLISMOS

A Wicca é uma religião derivada do xamanismo, considerada a religião primeira. Seus integrantes reverenciam a Deusa (a Lua) e o Deus (o Sol); porém, uma pluralidade de outras deidades são cultuadas a partir de mitologias diversas, sempre relacionando-as à Deusa e ao Deus. Por isso, a Wicca é vista como uma religião politeísta, de diversas vertentes. Para seus adeptos, a “Deusa” e o “Deus” estão dentro de nós e manifestam-se em toda a natureza. É uma religião festiva e muitos praticantes são voltados para a ecologia. A Wicca acredita que o mundo físico é apenas uma dentre muitas realidades. Creem na reencarnação, porque entendem a vida como um ciclo. (CUNNINGHAM, 2001:14). Essa ideia sugere os estudos de Gould (1991:50) sobre seta e ciclo do tempo, analisando o Fronsplício de Burnet, que retrata “a regularidade imanente do ciclo”.

²²³ Responsabilidade social.

Platão (1987: 514a-518b; 532b-d), na “alegoria do mito da caverna”, enquadra bem essa crença num mundo de realidades paralelas, entre o físico e o espiritual. O filósofo ateniense faz referência às sombras como a falta de conhecimento; e à luz, como o conhecimento real. Assim, podemos usar esta alegoria para comparar a religião Wicca, que busca em seus ritos o “círculo de luz”. Gardner (2018: 113) afirma que “o círculo das bruxas não é criado para manter os demônios do lado de fora, porque nenhum demônio é evocado: o círculo é formado para manter o ‘poder do lado de dentro’ ”

De acordo com Cunningham (2010: 18): “A visão de uma flor perfeita num campo árido pode suscitar sentimentos tão fortes quanto os originados pelo mais poderoso dos ritos formais.” Portanto, é uma religião em que o contato com animais, árvores, pedras e areia já é um rito, pois leva às origens mais primitivas. “Os Wiccanos geralmente escolhem formas simples e naturais (...). Normalmente, entretanto, envolvem ervas, cristais e pedras; a utilização de símbolos e cores; (...), projeção astral, meditação, concentração e visualização.” (CUNNINGHAM, 2010: 34)

Meu primeiro encontro com a bruxaria foi o chamado da Deusa. Eu falo “chamado” porque muitas sincronicidades aconteceram, muitos sonhos. E eu senti muito em meu coração insights. Quando você tem esses insights de que não é apenas um sonho, que tem uma energia ali, algo conversando com você, seja na natureza também, Não é!? (...). (Narrativa 4: mulher transgênero, 24 anos, Graduada em Biblioteconomia)

Segundo Hobsbawm e Ranger (2018: 224), “os elementos contidos numa constituição simbólico-cultural não são uma mera reunião de itens e coisas, mas organizam-se seguindo um padrão que afirma a relação entre os elementos e determina seu valor.

INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA

“É, no Brasil, a bruxa europeia, via Portugal, velha, alta, magra, enrugada, horrorosa de feiúra e hedionda de sujeira, coberta de trapos, com um saco cheio de coisas misturadas e confusas, andando de noite, misteriosa, sinistra, silenciosa.” (CASCUDO, 1954: 191). Esse imaginário percorreu o mundo por séculos; porém, o que percebemos na pesquisa, é que as bruxas se cuidam. Dão importância ao ambiente limpo, assim como os instrumentos que utilizam devem estar limpos e purificados (aliás, isso é um requisito). “À medida que encontra cada instrumento, pode prepará-los para rituais. (...) Para começar este processo,

limpe o instrumento fisicamente, usando o método apropriado”. Wiccanas são jovens, dinâmicas, intelectualizadas e afáveis (um dos requisitos para tornar-se sacerdotiza, ou a representação da Deusa, é a doçura).

Og Sperle, sacerdote da religião Wicca e conselheiro da Religião Wicca do Brasil, escreve sobre intolerância:

Hoje em dia, estamos engajados nesse movimento contra a intolerância religiosa e, atualmente, este tem sido um dos assuntos mais discutidos em nosso meio. A questão da intolerância preocupa tanto os que estão começando na prática wiccana quanto os sacerdotes e sacerdotisas que já trilham nosso caminho há algum tempo. E a pergunta mais frequente é: "Como devemos lidar com os adeptos de outras religiões que nutrem preconceitos contra a Wicca e o neopaganismo?" (SPERLE, 2011: 1)

“A religião da bruxaria moderna não está ligada ao fenômeno medieval de mesmo nome, mas sim às especulações sobre bruxaria que começaram a emergir (...)” (RUSSEL; ALEXANDER, 2019: 179). O Brasil, país de múltiplas culturas, ainda tem o preconceito arraigado em sua sociedade. Existe uma luta interminável das minorias nesse sentido. Há os dogmas das religiões tradicionais, propagando que qualquer outra religião que não for cristã, é do Diabo. A influência que essa ideia exerce, facilita em muito a intolerância e o preconceito quanto às religiões não-cristãs. Quanto à Wicca, ainda que esse preconceito seja velado, as entrevistadas para o presente trabalho, em cerca de 70%, afirmaram não terem explicitado para a família suas crenças e ritos: “Quando estou na casa da minha família, eu não uso nada disso, porque não performo rituais! É algo que para mim seria muito difícil de disfarçar (...); então, normalmente fico com a alternativa de uma altar astral.” (Narradora 1: Mulher cisgênero, 20 anos, graduanda em Biblioteconomia).

APONTAMENTOS FINAIS

Como a Idade Média foi marcada por absurdos embasados em teorias impostas pelo clero, Michelet (1798-1874), nas primeiras décadas do século XIX, inquietava-se com essa conceituação totalizante e despreocupada da superficialidade histórica. Com ética, esse filósofo e historiador sofreu as consequências profissionais por questionar alguns conceitos estabelecidos pela Igreja como verdade absoluta. Mais tarde, Lucien Febvre (1878-1956) valorizaria a subjetividade na reconstituição histórica e o aprofundamento na forma de pensar.

No intuito de dar ênfase à subjetividade das narrativas registradas, percebemos que o respeito à ancestralidade é ainda latente, e que há um movimento íntimo e próprio de cada entrevistada de seguir a religião escolhida; ainda que sofrendo intolerância, em geral por parte dos familiares. Enfim, seguir a religião Wicca e tantas outras neopagãs significa dizer à sociedade que não se está presa às amarras sociais vigentes; que se é livre para escolher o próprio estilo de vida, importando que cada praticante da wicca se aceite e tenha plenitude espiritual.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 386 p. Edição revista e atualizada.

Bíblia do pescador. Niterói: Bv Book Editora, 2015. 1.760 p. Primeira edição autorizada.

BLOCH, Marc. Apologia da história: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMFIM, Natanael Reis, Noção Social do Território: em busca de um conceito didático em geografia : a territorialidade - Ilhéus : Editus, 2009.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Editora Global, 1954.

CASCUDO, Luis da Câmara. Literatura Oral no Brasil. São Paulo: Editora Global, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. Tradição, Ciência do povo. São Paulo: Editora Global, 2012.

CERTEAU, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNNINGHAM, Scott. Guia essencial da bruxa solitária. São Paulo: Editora Gaia, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

GARDNER, Gerald B. A Bruxaria Hoje. São Paulo: Madras, 2003. 149 p. Tradução de Julia Vidili.

GARDNER, Gerald B. O Significado da Bruxaria: Uma Introdução ao Universo da Magia. São Paulo: Madras, 2018.

GORI, Tânia. Bruxaria Natural: uma filosofia de vida. São Paulo: Madras, 2016.

GOULD, Stephen Jay. Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. A invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 12ª edição, 2018.

PLATÃO. Livro VII. In: PLATÃO. A República: a alegoria do mito da caverna. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. p. 514a-518b; 532b-d. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira

MESA 11

História Local, Território e Patrimônio

DEBATEDORES:

Rui Aniceto (UERJ/FFP)

Warley Costa (UFRJ)

Fortificações, patrimônio histórico e história local: o forte São Mateus em Cabo Frio

André Luiz Garrido Barbosa
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA LOCAL EM CABO FRIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O presente trabalho surgiu a partir das inquietações relativas à escassez de material sobre a história local de Cabo Frio e, partindo dessa problemática, produziremos uma reflexão historiográfica a respeito de um dos monumentos emblemáticos da cidade, o Forte São Mateus.

A presente reflexão tem por base o estudo de um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Cabo Frio. Esta escolha se justifica por ele ser um bem simbólico referencial relacionado à história local, tendo obtido o reconhecimento dessa autarquia do poder público, que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do país para as gerações do presente e do futuro.

Considerando o patrimônio histórico como todo legado material e imaterial que tenha importante significado e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais, podemos considerar os bens tombados, dentro da perspectiva de Pierre Nora (1993), como lugares de memória. Dessa forma, como lugares de memória, os bens tombados para preservar aquela memória perdem seus significados originais e passam a ser ressignificados, a partir dos usos que serão dados a eles, como monumentos a serem reverenciados.

Para que a preservação desse bem patrimonial e a manutenção de laços identitários dele com a coletividade em que está inserida seja efetiva e permanente, é necessário que ele seja despersonalizado de suas características originais e possa, segundo Paulo Peixoto, ser ressignificado, por meio da refuncionalização do passado em que uma consciência patrimonial substitua uma identidade que foi vivida.

A refuncionalização do passado que as políticas urbanas promovem adquire formas diversas. Oscilando entre a reativação, a reinvenção e a idealização, os processos de patrimonialização manifestam-se quando uma consciência patrimonial e o patrimônio substituem uma identidade vivida e partilhada, ou quando uma identidade é branqueada, depurada ou imaginada (PEIXOTO, 2004: 3).

Esse processo de desritualização, ressignificação e retirada de seu sentido primordial nos bens tombados pelo IPHAN²²⁴ em Cabo Frio acontece, em parte, antes do próprio tombamento²²⁵, quando no momento em que as edificações deixaram de ser utilizadas para suas finalidades originais. Como no caso do Forte São Matheus, que deixa de ser utilizado para fins defensivos, como originalmente fora projetado, e utilizado para diferentes finalidades: depósito, local de confinamento de enfermos contagiosos ou simplesmente abandonado.

O processo de degradação e desvirtuamento de finalidade continua com o tombamento do forte pelo poder estatal, em que o mesmo assume a função de um lugar de memória, e esse fragmento do passado sofre uma idealização, por meio do ímpeto preservacionista e o estabelecimento de novas funções identitárias com as pessoas que frequentam esse local para visitação (moradores, estudantes e turistas), ressignificando esse objeto, com diferentes finalidades.

[...] toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce a sua autoridade e para cuja produção enquanto grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências (BOURDIEU, 2008: 119).

A patrimonialização efetuada no forte São Mateus em Cabo Frio pelo IPHAN acontece por meio de uma linguagem autorizada, em que a autoridade investida por um ente estatal, que tem a função de regular e legitimar os espaços que serão reconhecidos como detentores de uma especificidade pretérita, que deve ser alçada como identidade histórica de

²²⁴Como o IPHAN, ao longo de sua trajetória, teve diversas denominações, a fim de evitar a utilização repetida dessas variadas siglas no decorrer do artigo, utilizaremos a perspectiva adotada por Leila Bianchi Aguiar, que elucida de maneira breve essas transformações: “Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto nº 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343.” (AGUIAR, 2016).

²²⁵Entendemos o tombamento, a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo, assim, o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado o referido bem, é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996: 66).

uma coletividade local e relacionada à outra identidade histórica nacional, criando laços de permanência entre o presente e as futuras gerações (CHUVA, 2009).

Criado durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, por meio de decreto presidencial em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cuja finalidade era a conservação de bens móveis e imóveis existentes no Brasil e que fossem do interesse público, relevantes para construção e preservação da História nacional, sendo posteriormente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é o responsável por selecionar, dar legitimidade e salvaguarda institucional – estatal e simbólica para os bens patrimonializados.

Historicamente atribuída com exclusividade ao Estado, a ação de preservação dos bens culturais confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade, cuja legitimidade é conquistada pela ritualização das práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, por meio desses bens culturais, uma continuidade em relação a um passado selecionado (CHUVA, 2009: 33).

Antes mesmo da fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565) e da própria cidade de Cabo Frio, a região tinha uma função importante em termos econômicos e militares, nesse início de colonização portuguesa na América do Sul. Tudo isso devido à presença em abundância de pau-brasil e sal, além de enseadas que permitiam o reabastecimento das naus, somada à grande quantidade de índios Tamoios na região (RIBEIRO, 2017).

A cidade de Cabo Frio foi fundada pelos portugueses em 1616, como a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, tendo como atividade econômica inicial a exploração de pau-brasil. Local estratégico para os portugueses no início do processo de colonização do litoral brasileiro, a região foi alvo de cobiça dos franceses, expulsos pelo português Constantino Menelau, com ajuda de Mem de Sá e índios aliados.

No decorrer do século XVII, Cabo Frio foi alçada à categoria de cidade, recebendo regimento militar e judicial, tendo como destaque, a construção do prédio da Câmara Municipal e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Com o passar do tempo, Cabo Frio foi se destacando no cenário econômico regional como grande produtora de sal, sendo esse produto o carro-chefe da economia local.²²⁶

²²⁶Sobre Cabo Frio, o IPHAN e a sua finalidade institucional utilizamos como base de informações disponíveis no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 26/02/2019.

Considerando a importância do estudo da história de Cabo Frio para construção de uma memória local e de sentimentos de identidade e pertencimento, torna-se relevante uma reflexão que pondere sobre elementos da sua história local e permita trazer, a luz da historiografia, considerações relevantes sobre essa localidade que ajudem na compreensão de sua história local e de suas conexões com a história colonial. Vale dizer que o estudo da história local em Cabo Frio ajuda na compreensão de suas especificidades locais, sua relação com a história colonial brasileira e a sua posterior inserção na história nacional e possibilidades de diálogo com a história global. (SCHMIDT, 2007)

Lidar com a história local traz algumas problemáticas, como a escassez de fontes sobre o período estudado, material de cunho administrativo e, muitas vezes, enaltecedor da vida dos governantes e lideranças políticas e econômicas que exerceram influência no passado (FONSECA, 2006). Apesar dos problemas advindos dos estudos provenientes de história local não serem poucos, ainda sim, é necessário romper as amarras da perspectiva desse campo de estudo, como algo à parte na produção do conhecimento historiográfico, e trazer para as reflexões produzidas no campo histórico a perspectiva de que o estudo do local permite uma compreensão das suas singularidades e a possibilidade de diálogo com temáticas de amplitudes mais gerais e totalizantes (LEPETIT, 1998).

SOBRE PEDRA E CAL: DEFESA E PROTEÇÃO POR MEIO DE FORTALEZAS NO PERÍODO COLONIAL

Durante o período colonial, a presença portuguesa nas Américas foi diversas vezes colocada em xeque e ameaçada, com a presença de outras nações europeias, que tentaram se fazer presente no atual território brasileiro. Isso foi possível graças a trocas de produtos e alianças com as populações nativas, tentativas de colonização, como nos casos da França e da Holanda, ou saques efetuados a cidades por corsários.²²⁷

²²⁷Desde o início da presença portuguesa nas Américas, as suas possessões estiveram sobre o risco de caírem em mãos de outras nações europeias, principalmente da França, da Holanda e da Inglaterra (ABREU, 1988; WEHLING, 1999).

Franceses e ingleses traficavam pau-brasil com as populações nativas em grande parte do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII. Franceses e Holandeses tentaram criar núcleos de colonização permanente, como: a) a França Antártica (de 1550 a 1560) na região onde hoje se situa a cidade do Rio de Janeiro; b) a França Equinocial (1612 a 1615) na região do atual Maranhão; c) as Invasões Holandesas que ocorreram em Salvador (1624) e Pernambuco (1630 a 1654). Devemos considerar também as ameaças promovidas por saques efetuados

Essas ameaças ao domínio português no novo mundo levaram com que fossem construídas diversas fortificações ao longo do litoral brasileiro, com o objetivo de defender suas possessões, intimidar os potenciais invasores e dar segurança para a população colonial que lá viviam (CASTRO, 2013).

As fortificações foram responsáveis pelo povoamento de diversas regiões do Brasil colonial, garantindo a segurança necessária para ocupação por parte da população portuguesa seja de maneira espontânea ou planejada. Essas obras de defesa estão presentes desde os primórdios da História colonial, confundindo-se em alguns momentos a lógica defensiva predominante com as próprias ações de ocupação e exploração colonial.

[...] as obras defensivas não têm interesse apenas por si, estão relacionadas de forma indelével com a história do País: a primeira delas, a feitoria de Américo Vespúcio, foi construída no Rio de Janeiro, sendo ao mesmo tempo o primeiro estabelecimento permanente em nosso território, erguido em 1504 (CASTRO, 2013: 2, 3).

As fortificações, em sua grande maioria, aproveitavam os materiais disponíveis nas localidades para a sua construção e manutenção. Esse processo ocorreu muitas vezes de maneira precária e efêmera. E, à medida que as ameaças se efetivavam, crescia em importância econômica uma localidade ou devido a uma localização estratégica em uma determinada região, o governo português e seus representantes na colônia passaram a construir estruturas de caráter permanente e planejada por engenheiros, com fortalezas de pedra e cal (MARTINS, 2016).

A necessidade de proteção contra invasões estrangeiras ou ataques indígenas levou os portugueses a se aproveitarem, quando possível dos recursos do meio natural, e procurarem edificar parte das construções coloniais em promontórios naturais e valerem-se de ilhas próximas a baías, a fim de construírem fortalezas capazes de ajudar na proteção.

Como caso emblemático da importância que a segurança tinha para os portugueses na edificação de cidades no período colonial, temos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, que inicialmente foi estruturada nas proximidades dos morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Em seguida, a cidade acabou sofrendo uma reformulação estrutural, tendo sido transferida já nos seus primórdios para a localidade do morro do Castelo, devido a melhores condições de defesa desse núcleo de povoamento e à proximidade de fontes de água potável, bem como à

por corsários em cidades do litoral, como o realizado por Dugay-Troin na cidade do Rio de Janeiro em 1711 (ABREU, 1988; WEHLING, 1999).

facilidade de escoamento da população e do governo para o interior em caso de tomada da cidade (ABREU,1988; WEHLING, 1999; MARTINS, 2013; CASTRO, 2015).

O FORTE SÃO MATEUS EM CABO FRIO: UM LUGAR DE MEMÓRIA

O Forte São Mateus foi construído em 1618 para proteger a cidade de Cabo Frio, criada em 1615, das investidas de ingleses e franceses que, na época, vinham ao litoral brasileiro explorar o pau-brasil, ajudar no controle do fluxo de embarcações que poderiam adentrar a lagoa de Araruama, como também ter acesso ao interior da província fluminense e ser também um bastião de defesa prévio a possíveis ataques que poderiam ocorrer contra a cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, s.d. ; ABREU,1988).

Antes da criação do forte e da cidade, a presença portuguesa e de aventureiros de outras nações europeias foi conflituosa na região pelas disputas, envolvendo a exploração do pau-brasil. Tal situação contribuiu para que o governo português tomasse ações de caráter defensivo e criasse um núcleo de povoamento capaz de ajudar a preservar seus domínios no atlântico sul.

Em um estudo, denominado “Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio”, de Márcio Werneck da Cunha, historiador natural de Cabo Frio, há relatos, produzidos para a prefeitura local, bem como sem referências a fontes, de que a partir de 1540

[...] os franceses começaram a frequentar o porto da barra de Araruama, em busca de pau-brasil abundante na margem continental da lagoa... Em 1556, um ano depois dos franceses estabelecerem na Guanabara, os armadores da Cidade de Rouen construíram uma fortaleza-feitoria... O estabelecimento francês conhecido como casa de pedra, funcionou durante vinte anos. Em 1575, foi cercado e arrasado por tropas portuguesas e indígenas do Rio de Janeiro (CUNHA, s.d.,: 39).

O fracasso do empreendimento francês na Baía de Guanabara, em 1560, levou com que os mesmos voltassem as suas atenções para Cabo Frio e, após o estabelecimento do núcleo de povoamento que daria origem à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os portugueses promoveram, com índios aliados, uma intensa perseguição aos franceses e seus aliados indígenas, tendo, por consequência, a expulsão deles da região.

Por sua vez, Capistrano de Abreu relata que a repressão portuguesa aos franceses foi tão intensa que desestabilizou a presença dos mesmos e seus aliados indígenas na região sul da colônia.

No Rio, Antônio Salema, auxiliado pelo capitão-mor de São Vicente, deu guerra aos índios de Cabo Frio e pacificou o território entre a cidade de S. Sebastião e Macaé,

distância de trinta léguas na estima do tempo. Foram mortos muitos dos Tamoios, escravizados não poucos, e alguns incorporados aos aldeamentos jesuíticos. Quem pôde emigrou para o sertão. Os franceses desta feita receberam um golpe de que não puderam mais se recobrar-se inteiramente (ABREU, 1988: 97).

Apesar de mitigada a tentativa francesa de se estabelecer permanentemente na região sul da colônia portuguesa, expedições esporádicas de franceses, ingleses e holandeses aconteciam na região de Cabo Frio, no intuito de explorarem a extração de pau-brasil. A fim de eliminar essa presença externa em domínios portugueses, o governador Constantino Menelau recebeu, por ordem régia, de 1617, a incumbência de criar uma fortificação provisória para proteger a região da ameaça externa. Assim, foi fundada, em 1614, a cidade de Cabo Frio.

Com o apoio de alguns portugueses e índios aliados, Menelau criou uma fortificação provisória, batizada de Forte Santo Inácio. Para isso, usou o local em que funcionava uma feitora inglesa e, lá, instalou uma guarnição de soldados e 7 canhões de bronze, assim como mandou fechar a boca da barra do canal do Itajuru, com pedra para barrar a livre navegação na lagoa de Araruama (ABREU, 1988; CUNHA, s.d.).

Em 1618, o então governador geral Martim Correia de Sá, temendo a precariedade da construção do Forte Santo Inácio e, a fim de barrar possíveis ameaças, deu prosseguimento à ordem régia e estabeleceu a construção de uma fortaleza permanente de pedra e cal para substituir o Forte Santo Inácio. A partir de então, iniciou a construção do Forte São Mateus, sob a supervisão do engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita²²⁸ (REVISTA DO PATRIMÔNIO, 1945).

Poucas décadas após a instalação do Forte São Mateus, o governador Salvador Correia de Sá retira a guarnição e os canhões do forte, sob o pretexto de combater os holandeses em Angola, deixando a população de Cabo Frio desprotegida, que veio ser revertida com a instalação da Câmara Municipal, Cadeia pública e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção entre 1660 e 1661 (CUNHA, s.d.).

²²⁸Segundo o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Teles, o engenheiro-mor Francisco Frias da Mesquita atuou de 1603 a 1635 em diversas partes do Brasil colonial na construção, reforma, supervisionamento e ampliação de diversas construções militares. Foi a atribuída a esse engenheiro uma longa lista na participação de diversas intervenções no campo da engenharia militar: Castelo do Mar – Forte da Laje, em Recife-PE; Forte do Mar, em Salvador-BA; Forte de São Diogo, em Salvador-BA; Forte dos Reis Magos, em Natal-RN; Forte de São Mateus, em Cabo Frio-RJ; Fortes de São Felipe, em São Francisco e São José-MA; Forte de Santa Catarina, em Cabedelo-PB (TELLES, 2005: 1-6).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, o forte sofreu com a falta de cuidados das autoridades governamentais, tendo a sua guarnição reduzida. Com falta de cuidados em sua manutenção, sofreu um processo de degradação intensa, e não tendo mais a necessidade prática pelo qual foi criado de defender de ameaças externas a cidade de Cabo Frio, passou aos cuidados da municipalidade e, ao ser utilizado como lazareto para abrigar doentes de epidemias que afetavam a localidade no final do século XIX, foi desvirtuado de sua finalidade original (CUNHA, s.d.).

Depois de um longo processo de degradação e desvirtuamento de finalidade, o forte passou a ser protegido depois do processo de tombamento²²⁹ nº 447-T-51, de 1951, realizado pelo IPHAN. No documento, essa autarquia pública, responsável pela preservação e manutenção de bens patrimoniais referentes à história nacional, reconheceu essa construção como um dos elementos constituintes da história de Cabo Frio, do Estado do Rio de Janeiro e nacional, constituindo, com isso, parte do patrimônio que, em seguida, compôs a memória histórica local (CHUVA, 2009).

A preservação do patrimônio material e natural da cidade de Cabo Frio segue na lógica de se preservar um bem que tem ou possa ser atribuída uma relação de memória material, institucional e coletiva com a comunidade em que está relacionada. Tal crédito é possível graças ao seu uso ao longo do tempo e de sua possível representatividade material e simbólica.

O primeiro processo de tombamento de nº 447-T-51, de 1951, trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus²³⁰. Passados 14 anos do tombamento desses bens, foi aberto um novo processo de tombamento em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local, bem como da ampliação da área de proteção, devido ao processo de degradação promovido pela falta de cuidados e a

²²⁹A perspectiva de tombamento aplicada em Cabo Frio, por meio dos processos de nº 0447-T-51 e o 0757-T-65, está dentro do conceito utilizado pelos técnicos do SPHAN que, à época, entendia-se o patrimônio histórico e artístico nacional como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. São também classificados como patrimônio “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (GONÇALVES, 1996: 68).

²³⁰Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51, de 1951, p. 1.

destruição oriunda da expansão imobiliária na Cidade. Desta como casos emblemáticos a destruição da cadeia pública, a presença de projetos para construção de prédios próximos à orla da praia e um hotel construído próximo à praia em um local de dunas.²³¹

Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio²³². Desse novo processo de reordenamento dos bens tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas, tendo como elementos a serem preservados e destacados na pesquisa o:

1. “Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da ordem terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.
2. Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.
3. Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta, e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio traçada a partir do centro geométrico do Forte.”²³³

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e de tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio, datados do período colonial e selecionados dentro de uma lógica de escolha desses monumentos como constituintes de uma identidade local que se relaciona com uma identidade nacional a partir das ações do estado brasileiro que os reconhece e legitimam como tal, terá como bojo a preocupação com a sua preservação. Esse movimento se deve à sua degradação, destruição e a transformações ocorridas na cidade, decorrentes das transformações urbanas que ela vinha sofrendo nesse contexto.

Esse ímpeto preservacionista colonial promovido desde os primórdios pelo SPHAN marcou, de tal forma, a instituição que, mesmo passado algumas décadas, essa preocupação com preservação, da chamada arquitetura tradicional do período colonial, fixou raízes institucionais. Cumpre notar que, no processo de tombamento patrimonial em Cabo Frio, todos os bens tombados obedeceram a essa lógica. Também vale destacar que essa marca de preservação colonial, que se estruturou no IPHAN desde os seus primórdios, quando ainda era denominado SPHAN, por meio dessa apropriação de conteúdo técnico e conceitual, visto

²³¹Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65, de 1965, v. 1, p. 2.

²³² Ibid., v. 2, p. 2.

²³³ Ibid., anexo 69.

como um “precioso patrimônio”, transformou esses bens elencados em quadros de referência e fixados na memória. Esse processo ocorreu pelo exercício de um poder estatizado que visava identificar a nação brasileira²³⁴ (CHUVA, 2009).

A análise entre as aproximações, distâncias e transposições de narrativas entre a patrimonialização promovida pelo IPHAN em Cabo Frio e a produção de uma memória histórica que é legitimada por um órgão oficial do governo e que promove uma construção de sentido, permanência e seleção do que deve ser enquadrado como memória oficial, estão dentro da perspectiva do uso do conceito de enquadramento de memória trabalhado por Michael Pollak²³⁵.

Por fim, como é possível observar, o estudo da história local de Cabo Frio permite inverter a lógica tradicional de alguns estudos históricos. Comumente, os estudos são realizados a partir de elementos das elites políticas e econômicas ou ficam centralizados a partir de reflexões a respeito de grandes cidades e de capitais. Em Cabo Frio, ocorreu um processo distinto desse, considerando que, ainda que sendo uma cidade pequena, foram realizados estudos que permitiram compreender as suas especificidades locais e as suas relações com uma história de características gerais. O que ocorreu em Cabo Frio, portanto, foi uma inversão da escala de observação, e, por conseguinte, mudou a perspectiva da reflexão historiográfica (LEPETIT, 1998; GOUBERT, 1972).

REFERÊNCIAS

FONTES

1.1 Arquivo Noronha Santos: Arquivo Central do IPHAN

1.1.1 Processos de tombamento em Cabo Frio: As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo *Wetransfer* que transferiu os processos digitalizados.

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.

²³⁴ A perspectiva de “preservar tudo” como marcas de um passado glorioso é muito utilizado quando a preservação vem vinculada ao discurso nacionalista que foi muito influente nas questões de patrimônio e que varia ao longo do tempo de acordo, com a história de cada nação. Esse viés é muito utilizado quando percebemos, no caso do Brasil, a valorização dos bens edificados como representantes de fragmentos de uma história nacional e que a preservação desses bens esteja vinculada a uma narrativa história nacionalista (CHUVA, 2009; GONÇALVES, 1996).

²³⁵ Pollak (1989: 4-8) cita as disputas de memória entre na Europa em torno da Memória de Stalin no contexto de desestalinização ocorrida no século XX e os diferentes usos e silenciamentos dessa memória.

BIBLIOGRAFIA

ABREU. Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

BOURDIEU, P. Descrever, prescrever. In: A economia das Tocas Linguísticas. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTRO. Adler Homero Fonseca da. Amadores pensam em estratégia, gerais em logística: o exército como mercado consumidor. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434169485_ARQUIVO_Generais.pdf. Acessado em 20/07/2017.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 08-22, out. 2013. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/903>. Acessado em 20/07/2017.

CHUVA, Márcia. Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio. Disponível em <http://acervomarciowerneck.com.br/cmdownloads/relat%C3%B3rio-sobre-monumentos-e-esp%C3%A7os-culturais-de-cabo-frio/>. Acessado em 21/07/2017.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. História Oral, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

GONÇALVES, J. R. S. 1996. A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN.

GOUBERT, Pierre. História Local. (Trad. Marta M. Lago) In: Historical Studies Today. Ed. By Felix Bert and Stephen R. Graubart. N.Y. Norton & Co., 1972.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: Informações sobre bens tombados em Cabo Frio – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acessado em 26/02/2017.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: Revel, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

MARTINS, Francisco José Corrêa. A Representação cartográfica de fortificações ao longo do tempo: o caso do Rio de Janeiro. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte, 2016 – Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio2016/pdf/2FranciscoMartins_3SBCH.pdf. Acessado em 20/07/2017.

_____. “Jeitinho Carioca (?)”: A Cidade de São Sebastião do Rio De Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial. <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf>. Acessado em 20/07/2017.

NORRA, Pierre. “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”. In: Projeto História. São Paulo. V. 10, 1993, p. 7 – 28. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 20/01/2017.

PEIXOTO, Paulo. Identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70/2004. (CES-UC, Coimbra).

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: Revista Estudos Históricos. V. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In: Revista Estudos Históricos. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Francisco da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, 1945. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf. Acessado: 20/07/2017.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015. Brasília: Ibram, 2017.

SCHMIDT, M. A. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M. et alii. Ensino de História; sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, p. 187-198.

TELLES, Augusto C. da Silva. Francisco de Frias de Mesquita – Engenheiro-mor do Brasil. Revista da Cultura, Ano V, nº 9. 2005. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/revista/18_7q5t.pdf. Acessado em 21/07/2017.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. Formação do Brasil Colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Território, Fronteira e Cotidiano: Conceitos e reflexões para um estudo sobre a Colônia Militar do Jataí (1851 – 1897)

Carlos Henrique Ferreira Leite
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o tema das colônias militares brasileiras instituídas durante o Segundo Reinado tem atraído o olhar dos historiadores. Em um século marcado por intensas transformações políticas, econômicas e sociais, a tomada destes núcleos como objeto central de investigação em projetos de pesquisa, artigos, dissertações e teses, reflete a sua relevância para compreensão dos diferentes processos que caracterizaram o Brasil oitocentista. Colonização, ocupação, povoamento, território, fronteira, migração, cotidiano, trabalho, agricultura, campesinato, conflitos agrários, nação e civilização são alguns dos conceitos e problemáticas que tem cercado e embasado as pesquisas sobre a colonização militar brasileira.

O presente trabalho se insere neste contexto de construção de uma historiografia das colônias militares e faz parte dos estudos iniciais da tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social do Território (FFP / UERJ), que tem como proposta problematizar o cotidiano dos colonos na Colônia Militar do Jataí. O recorte temático desta comunicação visa realizar uma breve apresentação sobre o tema e refletir, especificamente, sobre os conceitos de Território, Fronteira e Cotidiano, destacando as suas possibilidades e contribuições para o desenvolvimento do estudo em questão.

A COLÔNIA MILITAR DO JATAÍ E A COLONIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL IMPÉRIO²³⁶

A Colônia Militar do Jataí teve a sua criação formalizada pelo Decreto Imperial nº 751, de 02 de janeiro de 1851 e foi instalada em 10 de agosto de 1855 ao norte da até então

²³⁶ A discussão neste tópico foi apresentada em nosso artigo intitulado “História agrária e Brasil no Século XIX: Contribuições e reflexões para o estudo da Colônia Militar do Jataí (1851-1897), no XIX Encontro de História da ANPUH-Rio 2020.

recém-criada Província do Paraná, no vale do rio Tibagi. O núcleo manteve as suas atividades por 42 anos, quando foi emancipado em 1897.

Esta colônia foi uma dentre aproximadamente 30 colônias militares fundadas entre 1840 e 1889. Estabelecidas e distribuídas estrategicamente nas regiões fronteiriças e interioranas do território brasileiro a partir da década de 1840, elas fizeram parte de uma política centralizadora promovida pelo governo imperial, que tinha dentre outros objetivos, consolidar a unidade territorial, criar e desenvolver núcleos de colonização, policiar as matas, proteger as fronteiras e manter o controle social das populações pobres.

Embora houvesse objetivos gerais por parte do governo imperial, cada núcleo atenderia também aos interesses provinciais e particulares, possuindo características específicas relacionadas às questões políticas, econômicas e sociais de cada região. A criação, fundação e manutenção destas colônias também dependiam da convergência de interesses entre o Império, a Província e as oligarquias regionais.

A iniciativa de criar uma colônia militar no vale do Tibagi partiu de João da Silva Machado (1782-1875), o Barão de Antonina. Machado atrelou seus interesses pessoais as necessidades político-ideológicas da época, “orientando as suas iniciativas aos planos maiores que presidiam a constituição da nação” (WISSENBACH, 1995: 139). Isto lhe permitiu a exploração dos territórios do Brasil Meridional, buscando expandir seus domínios e negócios comerciais. Estas explorações podem ser associadas a projetos políticos mais amplos, especialmente aos planos de “intercomunicação do território nacional, aos sonhos de incremento da navegação fluvial e à problemática premente de colonização e catequese, que somados, efetivariam a ocupação das regiões do interior” (WISSENBACH, 1995: 139). Observa-se também, a expansão das “atividades pastoris e agrícolas em busca de novas áreas produtivas ou novos centros de criação e de comércio, no caso a integração econômica do chamado oeste brasileiro” (WISSENBACH, 1995:139), incluindo a região norte do Paraná.

Neste contexto se deu a criação da Colônia Militar do Jataí, em terras já apossadas pelo Barão de Antonina. Em conjunto, ergueram-se três aldeamentos indígenas, sendo eles: São Pedro de Alcântara, Nossa Senhora Loreto do Pirapó e São Jerônimo. No plano imperial, a colônia também deveria garantir o trânsito entre os Campos Gerais do Paraná e a Província do Mato Grosso, colaborar com o policiamento, catequese e “civilização” da população indígena e auxiliar na defesa das fronteiras meridionais. Desta forma, a colônia estava sendo

direcionada para se transformar em um núcleo de desenvolvimento econômico e de povoamento, sendo sua região apontada como muito fértil para a agricultura (BEZERRA, 2015: 51-52). O núcleo também atenderia aos interesses da recém-criada Província do Paraná, já que com sua emancipação em 1853, era necessário conhecer, ocupar e integrar política, econômica e socialmente a região do norte paranaense (BEZERRA, 2015: 37-38).

Entre sua fundação e emancipação, por determinação do Decreto nº 751, a colônia deveria reger-se pelo mesmo regulamento estabelecido no Decreto nº 662 de 22 de dezembro de 1849, que regulava as colônias militares fundadas na Província do Pará. Este documento determinava dentre outras questões relativas à fundação, administração e organização, quais os tipos de colonos deveriam habitá-la e seus respectivos deveres e direitos, diluídos nas normas de convivência e comportamento, nas formas de trabalho e principalmente, no direito à propriedade da terra, condicionada a uma série de exigências de ordem moral, religiosa e econômica.

De acordo com o documento estabelecido pelo Decreto nº 662, composto por 26 artigos, os colonos engajados deveriam ser praças militares, tendo em vista que na visão dos estadistas, estes já estariam habituados à rigidez da disciplina militar, bem como a ambientes isolados e hostis. Contudo, não haviam soldados suficientemente disponíveis para habitar os diversos núcleos instalados no Brasil, o que levou no caso da Colônia Militar do Jataí, a um maior engajamento de uma população conhecida como homens livres e pobres²³⁷ para desenvolver as tarefas que seriam destinadas, conforme o regulamento, aos militares, como atividades agrícolas, construções, manutenção e policiamento do núcleo.

Atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários de um lote de terra, estes homens enfrentariam as dificuldades pertinentes a uma região de matas densas e desconhecidas sob um regulamento rígido e estranho a sua realidade, além do desinteresse das autoridades em atender os seus direitos e necessidades, como no caso das concessões dos títulos de posse. Os problemas enfrentados pelos colonos para garantir a posse de seus lotes de terra, que serão analisados em nossa tese, resultaram em períodos de “agitação” na colônia (REIS, 2002, p.26), gerando conflitos contra os interesses das oligarquias dominantes do

²³⁷ A estrutura social da colônia militar era composta por oficiais reformados e de baixa patente, colonos livres e pobres, além de escravos ou africanos livres (BEZERRA, 2015: 154).

Paraná, “que não estavam interessadas em abrir o acesso à propriedade da terra as populações rurais” (WACHOWICZ, 1987: 29).

Este enfoque na questão da luta pela terra nos remete a História Agrária²³⁸. Marcio Both da Silva observa que pouco se conhece do universo, da cultura e da vida das populações que habitaram as regiões interioranas do país, de suas formas de relação com o espaço e com o meio ambiente, de suas concepções diferenciadas de propriedade, dos conflitos nos quais se envolveram e de sua sociabilidade cotidiana. Como observado por Motta, é necessário “reconhecer a existência de conflitos de terra nos brasis de outrora”, cujas as “relações sociais e seus sujeitos estão em movimento” (MOTTA, 1998:18). Trata-se, em uma percepção mais ampla, de observar a terra onde estes atores viveram e circularam e problematizá-la como um espaço vivo, de luta e resistência, onde os colonos conheciam e reivindicavam seus direitos. Neste sentido e com base neste contexto, de que forma os conceitos de “Território”, “Fronteira” e “Cotidiano” podem contribuir para o aprofundamento desta problemática?

A COLONIZAÇÃO MILITAR: UMA “TERRITORIALIZAÇÃO” DO ESPAÇO?!

Como podemos observar, o plano de colonização militar implementado durante o Segundo Reinado, com sua estrutura jurídica e administrativa, visava dentre outros objetivos, estabelecer um controle do Estado sobre os espaços considerados despovoados e estratégicos pelo Império. Além de integrá-los política e economicamente, o governo imperial pretendia transformar esses espaços em núcleos de “civilização”, povoamento e trabalho, guiados por regras impostas de disciplina e “bom comportamento” aos colonos.

Ao mesmo tempo, os habitantes buscavam sobreviver e se adaptar neste espaço, lutando pela manutenção de suas crenças, modos de vida e conquista de um pedaço de terra, o que nos leva a refletir sobre uma “territorialização” do espaço por diferentes agentes.

No decorrer do século XX o conceito de “território” passou a ser problematizado e reinterpretado por diversos autores, sendo incorporado por outros campos do saber, como a História. Segundo Rogério Haesbaert, apesar de ser um conceito central para a geografia, “território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva (HAESBAERT, 2011: 37). A relação e a “troca” de conceitos entre História e

²³⁸ Marcia Motta define a História Agrária ou História Social da Agricultura como o conjunto de pesquisas que privilegia o universo rural em seus múltiplos desdobramentos (MOTTA, 2005: 239).

Geografia, teve inicialmente como base a percepção dos historiadores de que a História “não se constitui apenas um estudo sobre os homens no tempo, mas também um estudo sobre os “homens no espaço” (BARROS, 2017: 22). A partir dos geógrafos, o “território” se desenvolveu e construiu os limites de seus significados atuais, tendo como uma de suas premissas, a dissociação da noção de espaço. De acordo com Claude Raffestin

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc”. O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993: 143-144).

Como podemos identificar no caso das colônias militares, e no contexto específico da Colônia Militar do Jataí, o governo imperial em conjunto com o governo provincial e com o Barão de Antonina, “territorializaram” o espaço escolhido e localizado no vale do Tibagi e instalaram ali a colônia militar, os aldeamentos e suas respectivas estruturas (casas, ruas capela, escola, prédios e etc.), estabelecendo desta forma, o poder e o controle sobre o espaço e suas estruturas, recursos e população. Neste sentido, “o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como poder político do Estado.” (HAESBAERT, 2003: 13).

Observa-se também neste contexto, a territorialidade como uma estratégia de controle de pessoas e coisas pelo controle da área, sendo utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas, ou seja, o espaço se torna território quando seus limites são usados para afetar o comportamento ou controlar seu acesso e uso (SACK, 1986 apud. VENSON, 2020: 15).

No entanto, o governo e seus agentes não são os únicos a “territorializar” este espaço. Conforme Marcelo José Lopes de Souza, o território é um espaço que se define e se delimita por e a partir de relações de poder, que pode ser entendido a partir das ações do Estado, mas não somente a ele, pois os territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, configurando-se como um campo de forças (SOUZA, 2000). Em sua realidade vivida,

[...] os seres humanos estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e no qual estabelecem suas variadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade - seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas - um sujeito humano define ou redefine o território. Ao estabelecer um certo sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí nova territorialização do espaço, caracterizada por uma nova paisagem produzida culturalmente e por uma produção que implicará controle e conferirá poder. O território que se produz e se converte em propriedade fundiária - ou em unidade política estável para considerar um nível mais amplo - pode existir em uma duração bastante longa antes de ser tragado por um novo processo de reterritorialização. [...] A vida é devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações (BARROS, 2017: 99-100).

Os colonos que chegavam à colônia buscavam se estabelecer e fazer daquele espaço o seu lar, apropriando-se desse espaço e adaptando-o ao seu modo de vida e lutando pela sua sobrevivência. Eles trabalhavam dois dias por semana nos serviços “comunitários”, na olaria, em construções e nas lavouras coletivas. Nos outros dias ficavam livres para desenvolver labores particulares, como plantio e colheita, manutenção das casas, soque de milho, produção de farinha, cuidados com as criações, etc. Costumavam se ajudar mutuamente em ocasiões de plantação, colheitas e derrubadas (BEZERRA, 2015: 128).

Neste sentido, ao olharmos para o projeto de colonização militar implementado durante o Segundo Reinado, em um diálogo com o “território”, podemos identificar um processo de territorialização do espaço em diferentes escalas, seja pela atuação do Estado Imperial, seja pela atuação dos colonos. Como observado por Barros,

Os caminhos recentes da Geografia humana convergiram para considerar o espaço como "campo de forças". É a um espaço social, conforme vimos atrás, que Milton Santos se refere quando propõe associar a noção de campo a uma Geografia Nova. Abordando a questão do ponto de vista do Materialismo Dialético, ele chama atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. "O ato de produzir é igualmente o ator de produzir espaço". O homem que devido a sua materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço. Ao par disso, poderíamos mais uma vez unir estas pontas para ressaltar que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios”. Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhes novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. [...] Os poderes que se estabelecem ou controlam um território, dito de outra maneira, são poderes de participar do controle de um ou mais fluxos que o perpassam. Mais uma vez, podemos falar em superposição de territórios (BARROS, 2017: 101).

LUTAS E RESISTÊNCIAS: UM OLHAR A PARTIR DO “COTIDIANO”

Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, o cotidiano não consistia como uma das preocupações dos historiadores, que estavam voltados para os estudos da História Política e Econômica. Apenas no decorrer do século XX que as renovações conceituais e metodológicas da disciplina se abriram para os estudos deste campo a partir da Nova História, intensificando os estudos sobre diversos temas, dentre os quais, estavam os significados dos gestos cotidianos.

Maria Izilda Santos de Matos destaca que a Nova História, ao ampliar as “áreas de investigação com a utilização da metodologia e marcos conceituais renovados (modificando paradigmas históricos), também influenciou a abertura de perspectivas para os estudos do cotidiano”. O poder passa a ser observado não apenas no Estado e nas instituições, mas também nos espaços do privado e do cotidiano, trazendo novas questões sobre o “papel da família, da disciplina dos corpos e mentes, das relações entre homens e mulheres, os significados e representações dos fatos, enfim, a esfera política nas diversas tramas sociais do habitual”, nos quais nomes como Michel Foucault, Jacques Derrida, Edward Palmer Thompson e Michel de Certeau deixaram suas contribuições dando luz a uma “cultura de resistência” (MATOS, 2002: 22).

O estudo do cotidiano, segundo Maria Odila, abarca uma frente ampla de áreas multidisciplinares e envolve estratégias de questionamentos e de crítica a cultura”, e a história de suas experiências

[...] voltou-se para a crítica das ideologias dominantes de controle social e suas múltiplas representações. Na medida do possível, procurou desconstruir discursos normativos do passado, de modo a abrir caminhos novos no mapa dos nossos conhecimentos; ao revisitarmos a historiografia institucionalizada procurando incorporar nela os resultados de pesquisas pontuais das relações sociais do cotidiano, estaremos desvendando novos horizontes e pontos de vista globais abertos para novos modos de ver e de apreender experiências vividas no tempo (DIAS, 1998: 238).

Como analisado por Kalina Silva, dentre as diferentes perspectivas acerca do cotidiano, Michel de Certeau o identifica como um lugar de invenção, interpretação, resistências e desvios, no qual o “homem ordinário”, ou seja, as pessoas comuns em seu anonimato e invisibilidade são capazes de criar e elaborar práticas cotidianas, interpretando e forjando “microresistências” e “microliberdades” opostas às estruturas de dominação, subvertendo desta forma, a racionalidade do poder.

Em contraposição ao cotidiano pensado como lugar de opressão e controle social, em que os homens se comportam de forma uniforme a partir das imposições sociais, Certeau apresenta o cotidiano como movimento, no qual os indivíduos escapam a opressão por meio de táticas “sutis e silenciosas”. Deve-se ver não apenas opressão e disciplina por todo lado, “mas também o cotidiano como o espaço de surpresas interessantes, de resistências miúdas quase imperceptíveis, de antidisciplinas que são formas criativas de sobreviver e de inteligências acionadas nas mais diversas situações” (SILVA, 2008: 77).

Neste sentido, a reflexão em torno deste conceito possibilita identificar e perceber, que as tentativas de regular e controlar a vida dos colonos pelos diversos mecanismos do poder, como as leis, decretos e regulamentos baseados na disciplina militar, poderiam ser burlados, readaptados, reinterpretados ou mesmo improvisados e ignorados por meio das táticas criadas por estes sujeitos, resultando nas diferentes formas de resistência e conflitos promovidos pelos colonos na Colônia Militar do Jataí, que agindo de acordo com as suas necessidades e interesses, ousaram muitas vezes subverter a ordem, questionar o poder dos diretores e lutar pela sua sobrevivência e acesso à terra.

Como discutido anteriormente, o ambiente nas colônias militares deveria ser controlado pelo diretor de acordo com os regulamentos estabelecidos pelos decretos imperiais, que na concepção de cotidiano de Michel de Certeau, podem ser compreendidos como “estratégia”, que implica em práticas destinadas a um lugar próprio por uma determinada instituição. Assim, configura-se a “estratégia” como

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...] (CERTEAU, 1998: 97).

O controle imposto pelo regulamento enfrentaria diversos tipos de resistência por parte dos colonos, que possuíam interesse em melhores condições de vida e na propriedade da terra garantidos pelo regulamento, mas não em se submeter a normas rígidas de convivência, liberdade, comportamento e trabalho. Desta forma, no que se refere às reações destes indivíduos, Michel de Certeau caracteriza como “tática”

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem

por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1998: 100).

Este conjunto de práticas do cotidiano entre a “estratégia” e a “tática” possibilita em conjunto com a noção de “território”, compreender os diferentes tipos de experiências, dinâmicas, resistências e conflitos que se estabeleceram no interior da Colônia Militar do Jataí²³⁹.

A QUESTÃO DA “FRONTEIRA”

Nos estudos sobre os processos de colonização, a problematização da “fronteira” tem sido fundamental e ao mesmo tempo bastante densa, crítica e complexa, na qual trataremos de modo mais profundo na tese. Cabe aqui apenas pontuar algumas definições deste conceito para o estudo proposto. Em seu trabalho sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, Antônio Myskiw ao abordar a discussão da fronteira nas concepções do historiador Frederick Jackson Turner e do sociólogo José de Souza Martins, argumenta que

A contribuição inicial de Turner foi proporcionar uma nova definição ao termo fronteira: de limite territorial a uma vasta região (ou espaço territorial) ao se referir à fronteira como uma região onde existe uma porção de terras e florestas desconhecidas. [...] no avanço sobre a fronteira, várias são das fases de exploração, ocupação e colonização de uma mesma região, isto é, que havia a fronteira dos exploradores, dos fazendeiros, dos colonos [...] a edificação de postos militares na fronteira em uma antiga estratégia levada a cabo por diferentes governos para abrir novas fronteiras. José de Souza Martins, um dos críticos de Turner, destaca que os conflitos agrários e a violência fazem parte do avanço da fronteira e criam inúmeras dificuldades aos migrantes que passam a viver de maneira instável e com muitas privações (MYSKIW, 2009: 23).

A colonização, a abertura de novas fronteiras, longe de promover o diálogo, a ordem e a democracia como entendia Turner, se caracterizava de fato em um processo de exploração, exclusão, violência e injustiça em diferentes contextos e regiões, como pode-se observar no caso do norte do Paraná. A colonização militar carregava consigo a “missão” de “civilizar”, “pacificar”, “catequisar” povos e grupos considerados pelo Estado como “inaptos”, “criminosos”, “vadios”, “vagabundos”. No entanto, os grupos marginalizados não assistiriam

²³⁹ Em sua dissertação sobre a Colônia Militar de Santa Tereza, estabelecida no interior de Santa Catarina em 1854, Adelson Bruggemann recorreu ao conceito de “cotidiano” para compreender os modos de vida dos soldados e oficiais que habitaram o núcleo.

pacificamente a essas tentativas de domínio e controle, resultando processos de resistências e negociações.

Marina Machado demonstra também que,

[...] as terras de fronteira são entendidas como as terras onde se dá o encontro, a começar pelo de dois diferentes grupos. Com isso, são percebidas como espaço, não como uma linha divisória; e, por ser espaço, propiciam uma gama de interpretações e acontecimentos – próprias para o estudo. Terras de fronteira são local de troca, de encontro e, também, local dos decorrentes embates e conflitos. Fronteira conota movimento e intercâmbio, lugar de encontro, não de divisão. É na fronteira que se dá o conflito – não apenas na fronteira de terras, mas na fronteira da legislação, dos poderes, dos interesses, das culturas (MACHADO, 2009: 49).

Ainda segundo Machado, cabe destacar que:

[...] pensar fronteira é discutir também a dinâmica que explica a produção e reprodução de perímetros internos, limites entre ocupações diversas, embates entre histórias de ocupação em que as disputas territoriais envolvem direitos e usurpação de direitos. Essa reflexão para o Brasil oitocentista implica reconhecer a existência de conflitos de terra que envolviam diversos agentes [...] (MACHADO, 2009: 51).

As reflexões sobre a “fronteira” tendem a contribuir para uma visão mais ampla e dinâmica deste processo e de suas consequências no vale do Tibagi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das colônias militares tem contribuído e muito ainda a contribuir para a História do Brasil no século XIX. As pesquisas tem buscado acompanhar os avanços e discussões atuais no campo da História, ampliando os diálogos interdisciplinares e incorporando e relacionando novos conceitos e problemas. Dos trabalhos antigos aos mais recentes, é possível perceber características e especificidades ao redor e no interior destes núcleos que marcaram e registraram as práticas políticas e econômicas já conhecidas implementadas pelo Império, pelas províncias e pelas oligarquias. Mas também, evidenciam-se as formas de vida, sobrevivência e resistência dos grupos sociais marginalizados que durante muito tempo estiveram esquecidos, e que em um período mais recente, vem tendo a sua história conhecida e reconhecida.

Neste sentido, este estudo pretende abordar de forma minuciosa o conhecimento sobre a Colônia Militar do Jataí, em específico, sobre os colonos que habitaram este núcleo durante os seus 42 anos de funcionamento. Como buscamos demonstrar brevemente, o olhar a partir

da História Agrária e a problematização a partir dos conceitos de “território”, “cotidiano” e “fronteira” nos possibilitam avançar na profundidade e complexidade do estudo sobre os colonos que fizeram parte deste processo de colonização implementado pelo governo imperial.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço, Geografia - diálogos interdisciplinares. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BEZERRA, Jéssika de Aquino. Civilizar os sertões, consolidar o Estado. A Colônia Militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi, 1845-1897. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRUGGEMANN, Adelson André. A sentinela isolada: O cotidiano da Colônia Militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: artes de fazer. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. Revista Projeto História: Trabalhos da memória. São Paulo, n. 17, nov.1998, p. 223-258.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MACHADO, Marina Monteiro. Entre fronteiras: Posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790 – 1824). 2009. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguassú (1888/1907). 2009. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Jose Cezar dos. Olarias: espaço de subsunção formal ou real? Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Sob o Riso de Mefisto. História Agrária no Brasil: tragédias e esquecimentos. Revista Maracanan, v. 23, 2020, p. 288-307.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. En: CASTRO, Iná Elías de; GÓMEZ, Paulo Cesar da Costa y CORREA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 2000, p. 77-116.

VENSON, Leticia Maria. “Donde se avista o caminho da roça”: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

WACHOWICZ, Rui Christovam. Norte velho, norte pioneiro. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1995, p. 137 – 155.

Associação dos Amigos dos Instituto Histórico: um ato político na cidade de Duque de Caxias (1973-2001)

Eliana Santos da Silva Laurentino
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como proposta abordar como o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (RJ), inaugurado em 1971, foi instrumentalizado como lugar de memória durante a ditadura militar, considerando que o município foi enquadrado como Área de Segurança Nacional até o fim do regime. Com o processo de redemocratização política a instituição atravessou um período de instabilidade, com risco de fechamento, mas por meio de ato político, com a criação da Associação de amigos do Instituto Histórico (ASAMIH), em 2001, a instituição iniciou um processo de reestruturação e esforços para a manutenção do instituto, revelando a potência da cultura história na região

Desse modo, o debate apresentado neste texto é parte do esforço de entender o contexto de criação do instituto e como se configurou o corpo social da instituição, ou seja, um recorte de minha pesquisa desenvolvida no doutorado pelo Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ, que está no último ano. O objetivo geral da tese é investigar como a escrita da história na cidade de Duque de Caxias se configurou através do Instituto Histórico (IH), considerando que este espaço, o instituto municipal, fortaleceu os vínculos políticos para materialização dos projetos historiográficos dos agentes e que impactou para o desenvolvimento de pesquisas na região e na divulgação das produções. Assim, consideramos que a escrita da cidade possa ser considerada parte do processo de construção deste território e se torna um elemento legitimador para a consolidação de ações e projetos políticos na Baixada Fluminense, e que esse espaço social permitiu um aprofundamento dos significados da escrita regional para a construção da identidade local.

DUQUE DE CAXIAS: UMA ÁREA ESTRATÉGICA

Duque de Caxias é considerada, por muitos autores, como uma área estratégica economicamente para o estado, mesmo antes de sua emancipação, em 1943, quando foi o primeiro município a iniciar o processo de fragmentação de Nova Iguaçu. Desse modo, o então 8º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia, juntamente com São João de Meriti, Xerém e Estrela, tornando-se Duque de Caxias. Atualmente, o município está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém e conta com mais de 855.048 habitantes²⁴⁰, sendo a terceiro mais populoso do Estado do Rio de Janeiro.

Integrando um grupo de municípios na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias está localizada na chamada de Baixada Fluminense. Para Manoel Simões (2006, p. 2), não existe uma definição precisa de Baixada Fluminense, com limites e municípios específicos, pois pode variar conforme os interesses do pesquisador. Entretanto, parece unânime que Duque de Caxias e Nova Iguaçu sejam “o núcleo duro” da região, e que também sejam considerados como parte desse território os “municípios satélites”: São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri.

Durante o regime militar, sob a justificativa da questão estratégica, já que desde o início da década de 1960 estava instalada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) no município, Duque de Caxias foi enquadrada como Área de Segurança Nacional, juntamente com Angra dos Reis, 1969, e Volta Redonda, 1974.

Inicialmente, ocorreu muita resistência local, já que as autoridades pareciam acreditar que uma determinada memória sobre a cidade, com imagens de resistências e lutas sindicais, teria forte impacto para a decisão de uma intervenção direta no município. Isto se explica pela recorrente atuação de lutas sindicais nas empresas, especialmente, na Fábrica Nacional de Motores (FNM) e na REDUC, e por conta de um evento significativo para a cidade, o saque de 1962 (SOUZA, 2014: 236).

No início da década de 1960 o cenário nacional não era favorável, a população estava sofrendo com o crescimento da inflação, das perdas de salários e da sonegação de alimentos por parte dos produtores e dos comerciantes, devido a desvalorização das mercadorias. Em meio uma crise econômica somada às disputas políticas, foi organizada uma greve geral no

²⁴⁰ De acordo com o censo de 2010, São Gonçalo (999.728) estaria em segundo lugar e o município do Rio de Janeiro (6320.446) em primeiro lugar em relação ao número de habitantes. Acesso em 22 de jul 2019. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>

país, marcada para o dia 05 de julho de 1962 (SOUZA, 2014: 236). Por conta da greve geral, cerca de vinte mil pessoas se aglomeraram na Praça do Pacificador, no centro da cidade de Duque de Caxias, à espera de transporte público. A notícia de existência de feijão escondido nas lojas da região provocou agitação e o início dos saques no comércio. De acordo com Souza (2014: 238), o *“saque iniciado em Caxias se espalhou pela Baixada. Cerca de 42 pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos”*. A repercussão nos jornais e revistas foi intensa e a resposta dos comerciantes foi praticamente imediata.

Além da reação violenta dos comerciantes locais, essa visibilidade midiática do saque de 1962 promoveu outros contornos políticos à cidade após o golpe de 1964. Assim, entre os anos de 1969 e 1985, Duque de Caxias realizou inúmeros esforços para criar determinadas representações para cidade, como as declarações do vice-prefeito na época, Ruyter Poubel, criticando a intervenção no município. O debate contou com apoio dos jornais locais, o MUNICIPAL e o Jornal a Luta Democrática, que pautaram de forma recorrente as articulações medidas de reversão do quadro.

Uma comissão articulada pela Câmara Municipal, se juntou a outra formada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e se organizaram para ir à Brasília contestar a situação do município. Dentre as alegações, registravam que não havia necessidade da medida e que o município não oferecia ameaça. O reconhecimento que a região possuía uma imagem de lutas e resistências, com forte presença sindical, é confirmada com o pedido do prefeito dizendo *“o seu povo é pacifista e não pode ser julgado nem condenado desta forma, não pode ser culpado por erros do passado, cometidos não por ele, mas por líderes já completamente alijados da vida pública”* (Jornal O MUNICIPAL 26/04/1968: 5 Apud CANTALEJO, 2008: 98).

Desse modo, a partir do período de intervenção militar na região, o papel do legislativo foi decisivo para estabelecer as relações com poder estadual e federal. Os símbolos, as comemorações e as atividades foram práticas constantes dos vereadores e estratégias no esforço de diálogo para viabilizar mecanismos de participação política no período.

INSTITUTO HISTÓRICO: CRIAÇÃO E PRIMEIROS PASSOS

Desvincular o passado de resistências e lutas do território seria uma forma de construir uma memória que se desejava, afinada ao discurso de progresso do novo regime político. Este movimento para criar a nova imagem e gerar um apagamento de ações passadas, parecia ultrapassar o interesse de revogar o Ato de enquadramento.

Desse modo, a criação do instituto Histórico, em 1971, que foi inaugurado em 1973, almejava cumprir um papel no período de solidificar uma imagem de confiabilidade. A figura do Duque de Caxias, patrono da cidade, foi instrumentalizada como mecanismo de minimizar as visões de resistência e luta no território e favorecer um diálogo com o novo regime político.

Os jornais locais destacaram a inauguração do instituto e reforçaram o movimento político do legislativo da construção de uma determinada memória para cidade. Algumas com destaque ao “Duque de Caxias” e a homenagem ao “Patrono do Exército”, como apareceu na matéria do Jornal Luta Democrática: *“foi inaugurado o Instituto Histórico ‘Duque de Caxias’, uma iniciativa da Câmara local, como homenagem ao Patrono do Exército”* (LUTA DEMOCRÁTICA, 02/02/1973: 3).

O uso desse passado, a figura do patrono, no contexto político do período, foi conveniente, considerando o significado do Duque de Caxias para o exército brasileiro. Assim, o reconhecimento e valorização do vínculo desse personagem com a cidade foram constantes e ocuparam muitas páginas dos jornais locais, indicando as comemorações e homenagens. O movimento de construção dessa memória era consolidado com medalhas, acervo e em diálogo com os festejos realizados em âmbito nacional como o Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Como nos lembra Pierre Nora (1985), esses lugares são criados no entendimento que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, aniversários e celebrações (NORA, 1985: 13). Isto foi frequente na cidade entre os dois anos de 1973 e 1980, com premiações realizadas na Câmara Municipal de Duque de Caxias e eventos constantes, seja no Instituto Histórico - com sede na própria Câmara Municipal - ou mesmo no Museu da Taquara, espaço localizado no terceiro distrito de Duque de Caxias, e referência ao Patrono da cidade, o Duque de Caxias.

A manutenção da política de memória durante o regime foram mantidas com a articulação da gestão do instituto e valorização dos institutos no período. Porém, a

organização difere dos moldes administrativo, comuns aos demais institutos, que a exemplo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro possui eleições de seus membros e se organiza considerando que: “*Os sócios são eleitos por Assembleia Geral, nas seguintes categorias: Eméritos, Titulares, Honorários e Correspondentes, brasileiros e estrangeiros. Os Sócios Institucionais completam o Quadro Social*”²⁴¹. No IH não constam membros fixos ou transitórios e desde de sua inauguração o espaço possui uma direção e funcionários técnicos, contratados pela própria câmara, vinculados às atividades de preservação e organização documental. Nesse sentido, a nomenclatura do espaço indica relação com o contexto de sua criação e inauguração, como foi noticiado nos jornais Luta Democrática e O Municipal. Assim, a escolha do nome e sua permanência são indicativos da valorização desse tipo de instituição para a década de 1970.

Durante muito tempo, os quadros efetivos do IH foram ocupados por funcionários ligados diretamente aos cargos políticos. A primeira diretora foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade, Francisco Estácio da Silva. Elaine teve Dalva Lazaroni como sucessora na direção, irmã de Elias Lazaroni, chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo, em 1966. Dalva ficou no cargo até 1986. Até o final da década de 1980, os agentes parecem querer destacar a função de arquivo do instituto.

A contribuição nos eventos e na própria escrita sobre a memória da cidade, com uso do acervo da instituição pode ser atribuída a Dalva Lazzaroni Moraes²⁴², a primeira diretora da instituição. Ela é natural de Itaperuna, RJ, formada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, Letras pela Faculdade de Duque de Caixas (FEUDUC) e Direito pela SUAM, também é uma das fundadoras do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Em 2001 era presidente da Casa França Brasil e realizou uma parceria com o Governo do estado para a exposição “*Devoção e esquecimento – presença do Barroco na Baixada Fluminense*” (ENNE, 2002: 180, 181). Com forte atuação política na cidade,

²⁴¹ Quadro social do IHGB In <https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro.html>. Acesso em 26 de dez 2018.

²⁴² Ela foi fundadora do Partido Verde (PV) e ocupou algumas pastas no município de Duque de Caxias como a Secretaria do Meio Ambiente e da Cultura, além disso, foi a primeira vereadora no município de Duque de Caxias. Candidatou-se ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1988, mas foi derrotada no segundo turno por Anthony Garotinho. Em 2004, candidatou-se a Vereadora do município do Rio de Janeiro, tendo sido eleita primeira suplente. Em 2011, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Duque de Caxias, e até 2016, ano de seu falecimento, ela foi atuante em atividades públicas e escritora ativa, com mais de trinta obras publicadas. (DANTAS, NASCIMENTO, SANTOS, CACIMIRO, 2008: 207).

Lazaroni ficou na direção do IH até 1986 e seguiu em cargos públicos e com as escritas sobre a cidade.

Dalva Moraes escreveu o livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* (1978). Com foco na memória territorial, a obra estabelece um recorte temporal que considera “412 anos de História”, com uma narrativa que acompanha a chegada dos portugueses ao Brasil. O trabalho aborda o papel dos caminhos para o crescimento dos povoados e o estabelecimento das vilas, com foco no papel e o significado de Duque de Caxias, bem como a atuação de determinados “ilustres” da cidade. A produção de Lazaroni sobre os aspectos geográficos e a construção de memórias da cidade estava em diálogo com as propostas de produção histórica do período.

O investimento as ações culturais compõem as demandas do regime político. Além disso, as transformações no cenário fluminense também impactaram para a criação de institutos, e o apoio local aos trabalhos desenvolvidos a partir desses espaços. Em 1963, foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), um órgão com foco no patrimônio cultural do Estado, substituído pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1975, no contexto da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Esses órgãos incentivaram trabalhos com foco na memória e sugerem estímulos a criação de institutos, o que ocorreu com a do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, fundado em 1973, no mesmo ano de fundação da Academia Resendense de História e da inauguração do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

No âmbito local os debates sobre patrimônio e cultura estavam em pauta e com articulações de alguns agentes que estiveram ligados a outras experiências de institutos na Baixada Fluminense. Guilherme Peres, Gênesis Torres, Stélio Lacerda e Rogério Torres seguiram os projetos de continuidade do Instituto de Nova Iguaçu, criado na década de 1960 e também estavam envolvidos com a fundação do Instituto Histórico de São João, em 1999, e o Instituto de Pesquisa e Análise Histórica e Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH) também na década de 1990. Alguns desses agentes ocuparam cargos no âmbito cultural na região e desenvolveram algumas atividades, e em Duque de Caxias, Stélio Lacerda, entre a década de sessenta e a de noventa, foi oficial de Gabinete do prefeito Moacir Rodrigues do Carmo (1967-70); chefe do Departamento de Educação e Cultura do prefeito

interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-79) e o primeiro secretário municipal de Cultura da Baixada Fluminense, ocupando o cargo nos governos de José Carlos Lacerda (1992); de Moacir Rodrigues do Carmo (1993-96) e de José Camilo Zito dos Santos (1997-98) (MARQUES, 2005: 23).

Assim, de modo geral, esses agentes foram ativos para projetos e escritas com foco na memória da região com trabalhos que destacavam as particularidades geográficas. Na apresentação do livro *“Pelos Caminhos que a História Deixou”*, publicado em 2004, por Stélio Lacerda e Rogério Torres, consta que a obra registra os *“passeios aos Caminhos do Ouro, do Café e da Fé”* resultado do projeto desenvolvido entre os anos de 1992-1994 pela Secretaria Municipal de Cultura, que contou com o apoio do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e do Conselho Municipal de Cultura. (LACERDA, TORRES, 2004).

Dessa forma, as narrativas sobre a cidade e a região responderam uma demanda de memória da cidade pacífica, na figura do patrono, que foi adequada às expectativas de escrita da década de 1970, e com a visibilidade do IHGB para as comemorações nacionais. No âmbito estadual a fusão do estado da Guanabara favoreceu um crescente investimento de memórias, e essas heranças da década de 1970 deixaram marcas nas produções que seguiram nos anos 1980 e 1990.

ASSOCIAÇÃO DO AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO: MANUTENÇÃO DO INSTITUTO

Duque de Caxias deixou de ser Área de Segurança Nacional em 1985, e depois desse período o instituto apresentou uma certa dificuldade de manutenção. Na década de 1990, na gestão de Gladis Braga foram realizados investimentos no espaço promovendo exposições, eventos e a criação de uma agremiação, mas o esforço não se sustentou. Somente em 2001, com a criação da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH), é que a instituição se fortaleceu para uma processo de manutenção e uso do acervo.

Sob a direção de Maria de Jesus, no início dos anos 2000, convidada pelo presidente da Câmara no período, Gilberto Silva, foi realizado um movimento de reestruturação do espaço. Conforme entrevista realizada com Maria de Jesus (ENTREVISTA MARIA DE JESUS, 12/02/2020), o que se viu naquele período era um movimento de *“reestruturação do Instituto*

Histórico”, com um trabalho iniciado com organização física, com foco nas reformas. Porém, ela pontua que logo se deparou com o limite técnico de tratamento do acervo, e por meio da indicação de uma amiga ela convidou Tânia Amaro, atual diretora da instituição, considerando a experiência de preservação de documentos que Amaro adquiriu no Museu de Belas Artes.

Mesmo com todo o reconhecimento do trabalho de Tania Amaro e o do seu papel para reestruturação e manutenção do espaço, o que se observou, a partir dos relatos das pessoas envolvidas na época, é que as ações imediatas no período que assegurariam a existência do acervo seriam de caráter político. A atuação de eventos e exposições realizadas durante a gestão de Dalva Lazaroni, não se sustentaram após a sua aposentadora, em 1986. Para a manutenção do espaço era preciso estimular o uso do acervo e realizar ações que apresentassem a necessidade da instituição. Isto foi materializado com a criação da Associação de Amigos do Instituto Histórico em 2001.

Para Maria de Jesus, a articulação política que ela promoveu com a organização da ASAMIH, em 2001, foi um caminho para assegurar a manutenção do espaço. Ela considera que os membros “*tinham divergências políticas*”, mas o objetivo comum entre eles, de acordo com suas palavras: “*era manter o Instituto, foi isso que levou o sucesso, foi que nós conseguimos convencê-los de **que eles tinham poder**, sim, de através de uma associação eles passaram a ter o poder de controle daquilo, não controle absoluto(...)*” (ENTREVISTA MARIA DE JESUS, 12/02/2020, grifo meu).

A ASAMIH passou a agregar tanto os membros dos antigos institutos, quanto os membros de um outro grupo, que se destacou na década de 1990. Os membros que se estabelecem, na década de 1990, por meio da Faculdade de Duque de Caxias (FEUDUC), realizaram esforços para o registro da história local, criando espaços como o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH -Clio). Muitos destes agentes possuíam uma participação ativa nos movimentos sociais da cidade, e pautados na bandeira de militância, eles se reconhecem como acolhedores da chamada Nova História, que de acordo com Le Goff, estava relacionada aos novos problemas, objetos e abordagens (PETER BURKER, 2011: 10), e

nesse sentido realizaram um movimento com uma certa valorização das produções a partir do universo acadêmico.²⁴³

Nesse sentido, o encontro desses agentes, oriundos de institutos históricos da Baixada Fluminense e da FEUDUC, gerou disputas de memórias na instituição, mas a motivação inicial de salvaguarda do acervo da instituição os unia, bem como a legitimidade do lugar de produção proporcionado pela presença na Câmara Municipal da cidade.

Ainda nos anos 2000, a instituição sob a direção de Maria de Jesus e Tânia Amaro possuía uma representatividade na cidade diante de projetos culturais, o que implicava em um reconhecimento da legitimidade do espaço para consolidação de projetos políticos. Isso pode ser observado com as demandas registradas no jornal local: *“as secretarias Estaduais de Cultura e de Desenvolvimento da Baixada Fluminense estão formando uma Comissão de trabalho para promover um levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural da região (...)”* (JORNAL MUNICIPAL, 9 a 16/06/2000, p.6).

Em dezembro do mesmo ano foi promovido um evento sobre cultura na Baixada Fluminense realizado na UERJ-febf, campus de Duque de Caxias, mediado pelo Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) e o Instituto de Pesquisa e Análise Histórica e Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH) (JORNAL MUNICIPAL, 08 a 15/12/2000: 6). O evento gerou desdobramentos, que de acordo com registros seguintes: *“todos os participantes foram unânimes em apontar que a região necessita urgentemente da implantação de uma política cultural e propuseram a constituição de uma comissão paritária(...)”* (JORNAL MUNICIPAL, 08 A 22/06/2001: 2).

Já no final do primeiro semestre de 2001 foi formada a Comissão de Resgate do Patrimônio Cultural da Baixada, e entre os membros da Comissão podemos identificar a presença de pesquisadores do IPABH representando diferentes municípios. Para Duque de Caxias a representação era na pessoa de Tânia Amaro e Maria de Jesus, do instituto histórico. A comissão foi constituída por: *“Marcus Monteiro (Superintendente para Baixada e Interior da Secretária de Estado de Cultura), Deuzimar do Nascimento Coutinho (Inepac), (...) Duque de Caxias (Tânia Maria da Silva Amaro de Almeida e Maria de Jesus Mendes Lima(...))”* (JORNAL MUNICIPAL, 08 A 22/06/2001: 2).

²⁴³ Os agentes estavam influenciados pela profissionalização do campo, e com desdobramentos com a criação dos cursos de pós-graduação no Brasil, a partir da década de 1970 (NICODEMO, SANTOS, PEREIRA, 2018: 102).

A representativa do instituto histórico e de agentes do IPABH para as produções históricas sobre região foram importantes para os diálogos entre os agentes na ASAMIH. Assim, é notável que o instituto histórico representava o município de Duque de Caxias neste evento estadual e que as produções e os agentes da FEUDUC eram “*jovens*” no cenário político da cidade. Assim, a participação na associação permitia um envolvimento com o acervo, promovia uma visibilidade dos agentes nos projetos locais e estaduais.

Na pauta de reunião de 16 de junho de 2003 apareceu o resultado da “*reformulação estatutária*”, organizada na reunião anterior. Um Conselho Deliberativo foi formado por Ruyter Poubel, Antônio Augusto e Paulo Mainhard. De acordo com os conselheiros o estatuto apresentado visava promover “*mais funcionalidade da Associação dos Amigos do Instituto Histórico e preservar o comprometimento da sociedade civil (...)*” . Chama atenção o destaque para esse compromisso, pois, de acordo com o estatuto o que se objetivava era:

(...) co-participação da sociedade civil - ASAMIH, com o Instituto Histórico - CMDC, e prevê a **simbiose das duas entidades** através da inserção como membro do Conselho Deliberativo, do Presidente da CMDC, e como membro nato da Diretoria Executiva, da Diretora do Instituto Histórico. (ATA ASAMIH, 16/06/2003: 2. Grifo meu)

Nesse sentido, entende-se que as medidas adotadas a partir da reformulação do estatuto reforçava o poder político do espaço, e a necessidade de definir as participações dos representantes, tanto dos conselheiros da ASAMIH, como o presidente da Câmara e a Diretora do Instituto. Também foi definido que “*o patrimônio da Associação, se houver a dissolução da mesma, passará automaticamente a pertencer ao Instituto Histórico*” (ATA ASAMIH, 16/06/2003: 2).

A consolidação dessas parcerias apareceram nas atas seguintes, em especial, no documento da reunião de 04 de agosto de 2003, no qual consta de forma mais detalhada as propostas e as representações de diferentes segmentos da sociedade civil, através da associação do IH e dentro da Câmara. Foram pautados o calendário de eventos, a presença de outros agentes na cidade, como o convênio com o Cineclubes Mate com Angu, para apresentação de curtas no espaço e as comemorações.

Além da participação de diferentes agentes no espaço, a atuação dos membros da associação em outros municípios indicam a visibilidade e atuação dos agentes na Baixada Fluminense. Eventos na região estavam no horizonte dos associados, como foi demonstrado

por Nielson Bezerra, como diretor executivo da associação. Ele informou sobre os eventos previstos no IH, como a exposição dos “*Duzentos anos de Luís Alves de Lima e Silva - o Duque de Caxias*”, a comemoração dos 60 anos da emancipação, entre outros. Além disso, foi mencionado sobre a Bienal do Livro que seria realizada em Nova Iguaçu, que poderia promover presença e visibilidade do IH, o que pode ser observado com registro na ata, na qual Nielson pontua que para o Fórum de Duque de Caxias “*cada uma das instituições envolvidas teria seu representante, ocupando uma determinada ‘cadeira’ no Fórum; por exemplo: ao representante da ASAMIH ou Instituto Histórico seria destinada a cadeira dos historiadores*” (ATA ASAMIH, 04/08/2003: 1). Nessa perspectiva, com a criação da ASAMIH, em 2001, uma “simbiose” entre IH e ASAMIH se materializou, através das disputas de memórias de agentes herdeiros e atuantes na cultura histórica da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Histórico criado na década de 1970 em Duque de Caxias cumpriu um papel de consolidação de projetos políticos culturais do legislativo. O espaço foi instrumentalizado para consolidação de uma memória pacífica da cidade, com destaque à figura do patrono, o Duque de Caxias, com comemorações e homenagens aos representantes da sociedade civil e militar.

Além das demandas federais de memória e valorização cultural, a cidade também foi impactada com as mudanças no cenário fluminense, com a fusão do Estado da Guanabara, em 1975, que estimulou as produções de memórias para construção da identidade do Estado e escritas que valorizaram os aspectos geográficos da região.

Após a abertura política e a aposentadoria da diretora Dalva Lazaroni, o instituto viveu sob o risco de fechar, e para tanto promoveu tentativas de manutenção e usos do acervo, o que se materializou com a criação da ASAMIH, em 2001. Sob a direção de Maria de Jesus e a atuação técnica de Tânia Amaro, o instituto iniciou um processo de “*avivamento*” do acervo, no qual promoveu a participação de diferentes grupos de pesquisadores e permitiu um crescente uso da documentação e a ocupação e manutenção da instituição.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ATAS Asamih - março, junho e agosto 2003 - Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

AUTORIZAÇÃO de 13 de abril de 1971 para abertura do Instituto - Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 02 de Fevereiro de 1973. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 11/01/2020.

JORNAL MUNICIPAL. 09 a 16 de junho de 2000. Disponível acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

JORNAL MUNICIPAL, 08 a 22 de junho de 2001. Disponível Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida a Eliana Laurentino. Paty de Alferes, Fev.2020.

MORAES, Dalva Lazaroni de. Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias, Arsgráfica, 1978.

LACERDA, Stélio, TORRES, Rogério. Pelos Caminhos que a História Deixou – Passeios Culturais aos Principais Sítios e Monumentos Históricos de Duque de Caxias e Municípios Circunvizinhos (1992-1994). Duque de Caxias, RJ: Renascer, 2004.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. A abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História Novas Perspectivas. São Paulo. Editora Unesp, 2011. p.7-38.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DANTAS, Lohane Cristina Castro. et al, Mulheres como protagonistas na política: a representatividade da mulher na política da Baixada Fluminense - Duque de Caxias e Magé, RJ. In Revista Periferia, Duque de Caxias, v. 10, n. 2, jul./dez. 2018, p. 203-217.

Estatuto Social da ASAMIH. Acervo IHDC.

ENNE, Ana Lucia Silva – Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/MN/UFRJ.

MARQUÊS, Alexandre dos. Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980). Vassouras, 2005. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Severino Sombra.

NICODEMO, Thiago Lima, SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos, PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (orgs). Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV editora, 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História, n. 10, dezembro/1993. São Paulo: PUC/SP.

REVEL, Jacques. A microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques, (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade estilhaçada. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

Compadre dos Senhores: a nobreza da terra e os laços de compadrio entre as elites e escravos na freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668)

Juarez de Almeida Moraes Junior
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

A FORMAÇÃO DA ELITE GONÇALENSE

Para entendermos a formação da elite da região da freguesia de São Gonçalo de Amarante, é fundamental contextualizar que este processo está inserido em algo mais amplo no mundo ultramarino, onde há “a relação entre a formação de famílias e a colonização. E este desenvolvimento do processo colonizador deu-se posteriormente ao enraizamento das primeiras famílias através do matrimônio, configurando a formação de redes clientelares e de interesses.” (CAETANO, 2003: 89).

Dede o início do XVII, a região já se destacava por possuir uma grande quantidade dos engenhos dentro do cenário amplo da capitania do Rio de Janeiro, pois

Em 1612, por volta de 21,6% dos engenhos existentes em toda a capitania do Rio de Janeiro, resultado bastante expressivo para um agrupamento populacional que não era nem reconhecido perante a coroa portuguesa. O que mais uma vez comprova que não era o processo de distribuição de sesmaria que redundava na constituição de engenhos, e sim a concessão de terras aliado ao efetivo enraizamento populacional, com direito a formação de grupos familiares ligados pelo matrimônio e pela rede de interesses (CAETANO, 2003: 97).

Dentro deste cenário colonial inicial, a coroa portuguesa entendia que para enraizar, povoar e fixar a população nestas localidades em torno da Baía da Guanabara, eram necessários adotar duas estratégias principais: distribuir terras através das sesmarias e criar freguesias.

Ao adotarem esses dois planos, a ocupação dessa localidade ocorreu baseada na formação de uma rede de relacionamentos entre os indivíduos por meio de construções de famílias, pois “A rede familiar compunha a formulação e a extensão do seu poder dentro de uma esfera local, para se estender até as redes comerciais e além, almejando sempre uma aproximação com o poder central” (TARDOCK, 2015: 62).

Dessa forma, o Recôncavo da Baía da Guanabara começou a ser ocupado em fins do XVI e início do XVII por doação de sesmarias aos “homens bons”, para explorar as terras e

defender e propagar a religião católica. Sendo assim, inicialmente, a ocupação das terras do entorno do rio Guaxindiba através do regime das sesmarias, foi o caminho inicial, afinal “Suas águas permitiam o melhor acesso para o sertão, por meio de canoas. Na penetração, o explorador deparava-se com outros cursos d’água e a incursão fazia-se mais facilmente” (MOLINA; SILVA, 1996: 23).

A tabela abaixo retrata os nomes dos indivíduos que ganharam terras na região ao longo do XVII:

Datas	Nomes	Locais
05/01/1602	Antonio Nabo	Sobejos em Guaxindiba
29/01/1602	Diogo Teixeira de Carvalho	Sobejos em Guaxindiba
01/09/1603	Padre Vigário Martins Fernandes	Rio Suassunhã/Mutuá
23/12/1605	Miguel Ayres Maldonado	Guaxindiba
07/09/1619	João Castilho Pinto	Sertão em Guaxindiba
03/08/1626	Francisco Cabral de Távora	Sobejos em Guaxindiba
09/1626	Miguel Ayres Maldonado	Sobejos em Guaxindiba
27/07/1628	Pedro Fernandes	Mangues e brejos em Guaxindiba
16/04/1631	Baltazar da Costa e Bento da Costa	Sertão de Guaxindiba
02/12/1642	Antônio Lopes Cerqueira	Ilha e morro
13/10/1668	Ajudante Sebastião Ribeiro e Capitão Francisco Gomes Sardinha	Sobejos em Guaxindiba
22/01/1673	Antônio Francisco Martins Ribeiro	Sobejos no caminho de Maricá
01/08/1676	Gregório Dutra de Leão e João Nunes Sebola	Itaitindiba
17/05/1682	Marcos da Costa Fonseca	Sobejos nas ilhargas e cabeceiras do seu engenho em São Gonçalo
15/04/1685	Índios – aldeia de São Barnabé	Sobejos locais
18/06/1685	Capitão João Barreto	Sobejos junto ao seu engenho. Direção a São Lourenço

02/04/1686	Alferes Pedro Paulo da Costa	Ilha de Gerobaíba
05/09/1686	Capitão Luiz Cabral da Távora	Sobejos entre seu engenho e de João Dique
01/12/1687	Antônio Maciel Tourinho	De Inoã a Itaitindiba
18/04/1692	José de Marins de Almeida	Entre Antônio de Mariz e o mar, banda de São Lourenço
15/07/1700	D. Úrsula de Marins de Almeida	Guaxindiba

Fonte: apud MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata e. São Gonçalo no século XVII. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996: 22

Com o que até agora já foi possível coletar de fontes, é possível sinalizar que alguns destes personagens consolidaram seus laços na região através do casamento, como por exemplo Antônio Lopes Cerqueira, pois “Casou-se com Domingas Gonçalves, filha de Gonçalo Gonçalves, o velho” (MOLINA; SILVA, 1996: 30). Cerqueira teve, também, uma participação fundamental na ampliação da velha capela de São Gonçalo, conforme relatado por Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 2009: 249).

Além disso, foi um dos protagonistas do processo que buscava a criação da freguesia de São Gonçalo de Amarante ao longo da década de 1640. Afinal, ganha a sesmaria em 1642, contexto em que está inserido na consolidação do fortalecimento político e administrativo da região.

A consolidação social da região foi construída a partir da formação das famílias e suas redes de relacionamento. A cachaça é o elemento econômico fundamental que proporcionou a estabilização desses bandos na região, ou seja, “teias de alianças que tais famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou sua manutenção” (FRAGOSO, 2003: 20). Sendo assim, a localidade de São Gonçalo era crucial para a economia açucareira da capitania do Rio de Janeiro, pois possuía “18 engenhos espalhados pela região gonçalense que engrossavam o número de 110 em toda capitania” (CAETANO, 2003: 101).

Para se ter um entendimento mais claro sobre essa questão, pode-se citar como exemplo o caso de Jerônimo Bezerra Barbalho, capitão, casado com Isabel Pedrosa e filho de Luís Barbalho Bezerra, que foi governador de Pernambuco no início do século

XVII. De acordo com os registros de batismo do período, ele possuía 67 escravos²⁴⁴ e, portanto, era o maior proprietário de escravos da região. Casos como esse, nos permite identificar as relações que determinados senhores promoviam com seus escravos, fossem elas por relações de apadrinhamento ou batismo.

Sendo assim, considera-se neste trabalho que, a partir da análise de distintas fontes primárias que nos permite identificar tais personagens, como por exemplo, o caso de Jerônimo Bezerra Barbalho, se faz possível notar a importância dessas relações sociais promovidas na freguesia de São Gonçalo de Amarante, através da identificação de como os batismos e apadrinhamentos promoveram novas formas de costumes, intercâmbios e trocas sociais e culturais na região.

É válido destacar que escravos e senhores promoveram diferentes formas de sociabilidade no século XVII em São Gonçalo. Os contatos foram mais constantes e frequentes do que se pode perceber a priori no senso comum, promovendo assim novas formas de representação e relações de poder no período colonial.

Os casos de batismos e apadrinhamentos são importantes por permitir, nesse processo, que se identifique possíveis laços pessoais entre os indivíduos. Sendo assim, torna-se um fértil caminho para notarmos o quanto as questões cotidianas construíam formas de ressignificações sociais e culturais no âmbito da freguesia fluminense aqui problematizada, especialmente dentre as elites então dominantes.

Também se faz possível compreender que as relações sociais e culturais dentro da nobreza da terra²⁴⁵ gonçalense, são fortalecidas exatamente devido a essas formas de convivência, já que os contatos promovidos entre senhores e escravos, a partir dos vínculos de apadrinhamento, batismo e outros, consolida um novo cenário no âmbito dos costumes. Esses fatores permitem identificar parâmetros que vão além da questão muitas vezes estabelecidas de estudar apenas os “vencedores”, ou seja, os nomes importantes da sociedade, demonstrando assim também as relações desses com escravos e populares.

Outro assunto relevante deste trabalho é o papel da elite de São Gonçalo na fundação da freguesia, tal como quais foram os personagens que lideraram esse

²⁴⁴ ACMN – Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.

²⁴⁵ O conceito de nobreza da terra está baseado na lógica do Antigo Regime, onde essas famílias conquistavam terras e nelas construíam suas redes de sociabilidade e também participavam da política econômica, que na qual o historiador João Fragoso define como “economia do bem comum”.

processo, explicitando seus interesses. Assim, serão problematizadas algumas questões mais diretamente relacionadas a criação da freguesia de São Gonçalo. Busca-se esquematizar as relações entre os membros da nobreza de terra, entendendo a construção dos laços de parentesco fictício através do compadrio.

Os batismos de livres nos demonstram como tais famílias se relacionavam. A análise qualitativa dos batismos de livres informa os nomes dos batizados; os nomes dos pais; os títulos dos pais; os estados civis das mães e seus títulos; os nomes dos padrinhos, assim como suas profissões; os títulos dos padrinhos; os nomes dos maridos das madrinhas e suas profissões e títulos; assim como os nomes dos pais das madrinhas, suas profissões e títulos.

Também são aqui problematizados os documentos da criação da freguesia de São Gonçalo que estão em anexo na obra de Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva (MOLINA; SILVA, 1996) referentes ao século XVII. Esses documentos informam os nomes dos protagonistas que buscaram a fundação do local. Outra temática revelada é sobre as outras três paróquias que também são criadas pelo mesmo ato de provisão da freguesia; do Campo de Irajá, São João Batista (que mais tarde foi chamada de Meriti) e a de Santo Antônio de Sá.

De todo esse corpo documental, são aqui explorados principalmente fontes paroquiais, como por exemplo batismos de escravos e livres no período de 1646-1668; escrituras públicas, como as que remetem aos processos de compra e venda de terras, imóveis e escravos nos séculos XVII e XVIII; e fontes eclesiásticas, como as “Notícias do Bispado do Rio de Janeiro de 1687”²⁴⁶.

A documentação relacionada aos casos de batismo totaliza 1.019 registros de batismos de escravos, 292 registros de batismos de livres²⁴⁷ e cerca de 600 escrituras públicas já levantadas no Banco de dados do site do geógrafo Maurício de Abreu²⁴⁸.

Os registros de batismo de escravos demonstram diversas informações fundamentais para o desenvolvimento da análise crítica do objeto, como por exemplo: as datas dos batismos; os nomes dos escravos batizados; nomes de seus pais e

²⁴⁶ Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687. VP-38. (Digitado por ART: Antigo Regime nos Trópicos – grupo de pesquisa CNPq).

²⁴⁷ Entende-se como livres os filhos da elite da nobreza da terra da freguesia de São Gonçalo de Amarante do século XVII.

²⁴⁸ Esse levantamento ainda está em andamento e, portanto, o número desses arquivos será maior do que os 571 já coletados até o presente momento.

padrinhos; nomes dos donos de padrinhos e madrinhas; os estados civis dos pais; a condição social de padrinhos e madrinhas; entre outras informações relevantes. Todas essas referências são essenciais para a reconstrução das redes existentes entre os escravos e seus compadres, estando essas referências já tabeladas em planilha de Excel, o que facilitará a filtragem destes detalhes durante a pesquisa.

Já os batismos de livres informam os nomes dos batizados; os nomes dos pais; os títulos dos pais; os estados civis das mães e seus títulos; os nomes dos padrinhos, assim como suas profissões; os títulos dos padrinhos; os nomes dos maridos das madrinhas e suas profissões e títulos; tal como os nomes dos pais das madrinhas, suas profissões e títulos.

As escrituras públicas nos possibilitam identificar as relações comerciais que a elite desta Freguesia promovia, detalhando as datas de compra e venda da terra, indicando os valores do negócio e, principalmente, os nomes dos personagens envolvidos. Com isso, pode-se entender como a elite da região interagiu comercialmente e, também, como ela possuía laços econômicos entre si, pois através do cruzamento das fontes de batismos e dessas escrituras, percebe-se a existência de uma grande intimidade dos membros da nobreza da terra da freguesia de São Gonçalo de Amarante em meados do século XVII.

Partindo dessa perspectiva, Carlo Ginzburg ressalta a importância dos detalhes das fontes para a reconstrução do passado. Esse é um exercício essencial para quem estuda a história do Recôncavo da Guanabara no século XVII, pois devido à escassez de fontes, o historiador precisa ser criativo ao realizar o cruzamento dos registros históricos de maneira bem refinada e assim fazer questionamentos aprimorados às fontes para realizar um bom estudo de caso.

Dessa forma, o autor destaca que “suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 2011: 179).

Já Edward Thompson destaca a importância de se analisar objetos nessa perspectiva, “pois num aspecto a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era

categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista” (THOMPSON, 2010: 167).

A partir dessas considerações, torna-se fundamental perceber que essa pauta dos costumes e experiências, assim como as problemáticas da microhistória italiana, norteiam as análises de historiadores brasileiros nas últimas décadas. Um grande exemplo dessa influência são as diferentes obras sobre o período colonial do Recôncavo da Guanabara escritas pelo historiador João Fragoso (2003, 2010, 2012, 2014).

Desta forma, com as fontes disponíveis é possível realizar um detalhamento das relações entre as famílias da freguesia de São Gonçalo do Amarante em meados do XVII, com base no olhar da microhistória. Com isso, se faz possível especificar seus nomes e apontar quais famílias possuíam mais laços, tal como indicar as ligações de suas escravarias. Com isso, torna-se possível ressaltar a importância da formação de redes existentes entre os cativos, assim como a estabilidade da família escrava. Como ressalta João Fragoso “O que me importa é sugerir a hipótese de barganhas com escravos como prática da nobreza e, mesmo, a existência de uma certa coincidência de interesses entre ambos” (FRAGOSO, 2003: 31).

O CENÁRIO GONÇALENSE DO SÉCULO XVII

Até 1644, a Capitania do Rio de Janeiro possuía duas freguesias. Era composta pelas freguesias de São Sebastião e da Candelária. O padre Antônio de Mariz Loureiro, então, criou mais quatro freguesias: Campo de Irajá, Cassarabus, Trairapenga e Guaxindiba (MOLINA; SILVA, 1996: 35). A perspectiva de Loureiro era de estabelecer paróquias nessas regiões e, assim, não só expandir o domínio territorial da igreja, mas também expandir a fé católica pela província. Como destacam Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva, acerca da criação da freguesia:

A 10 de fevereiro de 1647 o Rei assina o Alvará da criação da “Vigairaria da invocação (a) São Gonçalo sita nos limites e lugar de Guaxindiba”. Menciona os nomes dos 17 moradores proprietários de engenhos. A 4 de outubro de 1647 o Rei manda o padre João de Basto, “clérigo do hábito de São Pedro” como pároco de São Gonçalo. A 29 de janeiro de 1648 Antônio de Mariz Loureiro assina a Provisão de colação (posse) do já referido padre (MOLINA; SILVA, 1996: 36).

O licenciado João de Bastos, foi escolhido padre Vigário da nova freguesia no contexto de sua criação, em 30 de dezembro de 1644. A provisão que determinou tal

fato está disponível para consultas no acervo do Arquivo Nacional e, de forma geral, explicita os interesses da igreja na região:

O Doutor Antônio de Mariz Loureiro por mercê de Deos e da Santa Seed Apostólica Prelado e Administrador Eclesiático desta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e sua dioceses e das Capitãncias de sua Repartição da banda do Sul aos que apresente nossa previsão virem e as suas notícias vier saúde e paso [...] seacudir com Administração dos Sacramentos aos nossos fregueses com efeito erigimos e criamos quatro vigairarias, e nas quais E ainvoação de São Gonçalo na qual provemos enomeamos por parochio dela ao Lecenciado João de Basto procedendo nelle asdiligencias necessarias. Pello que avemos por bem e serviço de Deos que ele na dita igreja de São Gonçalo, possa administrar os salvamos (?) a seus freiguezues, ai e da maneira nasarta (?) se mandamos passar de sua apresentação e ereção.²⁴⁹

As primeiras famílias a ocuparem o espaço destinado à freguesia de São Gonçalo de Amarante, outrora denominada freguesia de Guaxindiba, são oriundas quase em sua totalidade de Portugal. Como destacam Molina e Mata e Silva, os dezessete grupos que ocuparam a região aceitaram as regras estabelecidas pela paróquia, em troca de fixarem seus domínios territoriais. Vejamos um trecho do Alvará de criação da vigairaria de São Gonçalo de Guaxindiba:

El Rey, como Governador e perpétuo administrador que sou do Mestrado para Glória e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo faço saber aos que este meu alvará virem, que por justos respeito que menci-(na)rão do serviço de Deus, meu e bem das dos moradores da Capitãncia do Rio de Janeiro e para que dele administre os divinos sacramentos e não aja falta, mandei erigir e criar de novo uma vigairaria da invocação de São Gonçalo sita em os limites e lugar de Guaxindiba para a qual se desmembrarão da matriz os fregueses e engenhos de Domingos de Faria; Fernão Rodrigues Ribeiro e outro engenho seu; Miguel Aires Maldonado; Antônio Lobo Pereira; Isabel dos Rios; Matias de Mendonça; Bento Pinheiro; João (de Seixas?); Álvaro de Mattos; Antônio Lopes Sergeira (Siqueira); Sebastião Pinto; (Cristovão?) Vaz; Jerônimo Barbalho; Gregório Lopes; Francisco Barreto; Thomé Soares; Sebastião de Lusena; os quais acima referidos reconhecerão a dita igreja por sua paróquia e ao vigário nela nomeado por seu pároco.²⁵⁰

Essas dezessetes famílias que, a priori, se estabeleceram na região de São Gonçalo, com o objetivo de produzir nas terras concedidas como sesmarias. Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva, fizeram um mapeamento por ano e nomes das famílias que chegaram na cidade. Os autores elencaram os seguintes critérios na definição dessa pesquisa:

²⁴⁹ Arquivo Nacional, coleção 60, livro II, folha 44.

²⁵⁰ Alvará de criação da vigairaria de São Gonçalo de Guaxindiba.

- 1- Após o nascimento, cabia aos pais escolher apenas o nome de batismo, ou seja, o primeiro nome;
- 2- Os sobrenomes, ou nomes de famílias, eram escolhidos pelo próprio portador em atos oficiais de casamento, compra e venda, ou outros;
- 3- Via de regra, o nome próprio era seguido do sobrenome do pai e, por fim, o da mãe, o inverso do atual critério;
- 4- Outra opção consistia em o filho masculino escolher apenas o sobrenome do pai e do sexo feminino, usar o da mãe apenas.
- 5- Muitos preferiam usar sobrenomes de padrinhos, ou outros ascendentes diferentes dos pais;
- 6- O fato é que havia irmãos com sobrenomes diferentes. Esta diversidade dificulta as investigações dos estudos genealógicos. Dentre muitos nomes de famílias, escolhemos a ordem cronológica de chegada dos beneficiados pelos atos de distribuição de sesmarias, salvo raras exceções. As principais famílias são: (MOLINA; SILVA, 1996: 50).

Nome da Família	Ano de chegada
Marins ou Mariz	1568
Cunha Tenreiro	1579
Gonçalves	1579
Castilho Pinto	1619
Cabral de Távora	1626
Aires (ou Árias) Maldonado	1626
Barreto	1685
Azeredo Coutinho	1680
Azeredo Coutinho II	1724
Car Ribeiro	1718

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esses dados, já se faz possível identificar os primeiros grupos que se estabeleceram em São Gonçalo, a partir do século XVII. Assim, fica evidente que, apesar de serem poucos aqueles que tiveram acesso à terra na região, tais grupos estabeleceram diferentes relações sociais, políticas e econômicas, que refletiram diretamente na estrutura e na vida da freguesia como um todo, tal como na província do Rio de Janeiro.

Nomes como os de Jerônimo Barbalho, se consolidariam posteriormente como grandes lideranças gonçalenses, com participação ativa de sua família na produção de

matérias-primas, tal como na consolidação de uma estrutura escravocrata, fator esse que determinava as relações de mão-de-obra no período colonial.

Entendendo essa como uma pesquisa em desenvolvimento, destaco que futuramente adentraremos com maior profundidade nessas características e possíveis relações existentes entre esses primeiros grupos da cidade, explicitando alguns de seus contatos e possíveis tensões que geraram, entre outros processos, a Revolta da Cachaça de 1660.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário da arte sacra fluminense – Volume 2. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

CAETANO, Antônio Felipe Pereira. Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. Rio de Janeiro 1640- 1667. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. p. 89.

FRAGOSO, João. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. Revista Tempo (UFF), Niterói, v. 8, n. 15. 2003.

_____. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21 p.74-106, 2010.

_____. Monarquia Pluricontinental: e a governança da terra no ultramar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto Guedes e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII. Métodos e técnicas na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Ensino de História Local: Mais uma face do saber histórico

Rodrigo Silva Magalhães
Doutorando PPGHS/FFP/UERJ

Vivemos tempos de incertezas e muitas mudanças. De acordo com Moreira (2013) há uma necessidade de reinvenção da escola. Nesse sentido, tudo aquilo que há dentro dos ambientes escolares precisa ser transformado. Claro, não se trata de um fenômeno de “terra arrasada”, de se intui que nada serve e deve ser jogado fora. Definitivamente não se trata disso. O que estabeleci como necessidade é o simples fato da escola olhar em direção ao mundo e, a partir disso, restabelecer objetivos, métodos e conteúdos. Obviamente, a escola citada por mim não é a sua estrutura física, pois ela é fria, não possuía vida. Quando fala da escola estou citando seus agentes e, claro, suas disciplinas curriculares. No caso dessa pesquisa, a preocupação principal é como as transformações de um tempo que não pára de correr afetam a disciplina de história, os professores e seu modo de ensinar.

Começar a pensar sobre essas questões me fez lembrar a leitura de um livro, cujo título representava uma indagação muito inquietante aos amantes dessa disciplina. Essa inquietação surge do título dado pelos seus autores. No título estava estampada a seguinte questão: “Qual o valor da História hoje?” (REZNIK, GONÇALVES, ROCHA, MONTEIRO, 2012). Não pretendo discorrer sobre os assuntos do livro, muito embora, os autores através de seus capítulos tenham muito à dizer sobre questões caras desse capítulo. No entanto, me ateei à idéia de valor, trocando-a por sentido. Então, refazendo a pergunta aos moldes do que nos interessa nessa pesquisa, diria: Qual o sentido da História hoje? Essa pergunta pode levar o leitor a se questionar: “De que História está se falando?”. Não me furto a informar que estou falando da História vivida por indivíduos, grupos sociais e nações, mas também, da produção historiográfica e da disciplina escolar. Nesse trabalho e, até porque, é o que mais nos interessa, me pergunto: “Qual o sentido do ensino de história hoje?”

Posso afirmar que existe algo de intencional nisso, porque não há como pensar a disciplina escolar separada daquilo que os mais diferentes seres humanos vivem em seu dia-a-dia e aquilo que produzem como cultura e identidades. Afinal, como nos afirma Bloch (2002), a História tem como interesse toda produção material e imaterial do ser humano no presente ou passado. Por isso, o autor afirma que a História é “a ciência do

homem no tempo”. Assim, a disciplina de História deve estar atenta às mudanças pelas quais o mundo vem passando, onde a sua insensibilidade pode levar a uma resposta negativa à minha pergunta e a do livro citado. Olhar o “outro”, aquele que sempre esteve à margem se faz necessário, pois a trama histórica mudou e, mudando, surgiram novos autores e atores. Segundo Mattos (2007: 5-16)

As novas experiências que caracterizam a modernidade tardia, e que desde então não cessaram de se ampliar e aprofundar, também marcavam fortemente outros historiadores, em que pesem as diferenças entre os mesmos. Ao fim e ao cabo era a própria oficina da história que se transformava. Experiências que, além de incidirem sobre a própria explicação erudita da história, também se manifestam de modo agudo nas experiências vividas por homens e mulheres em todos os quadrantes. De modo cada vez mais acelerado, deslocam-se os modelos europeus de cultura; os Estados Unidos o centro de produção e circulação global de cultura; e a descolonização do Terceiro Mundo faz emergir as sensibilidades descolonizadas. Sob o impacto da globalização e da compreensão das dimensões espaço-temporais, os três grandes pilares da identidade e da cultura nacionais – as grandes narrativas da história, da língua e da literatura – são cada vez mais postos em questão. Produzem-se novas identidades, ao mesmo tempo em que novos sujeitos emergem no cenário político e cultural. A abertura para a diferença e o progressivo deslocamento em direção às margens revelam novos atores e autores.

Nesse cenário, mesmo de forma implícita, o ensino de história pode assumir uma característica política fundamental, pois a partir da (re)construção de conteúdos, pode permitir a presença de novos sujeitos. Ao leitor mais atento, essa afirmação pode parecer descabida e sem sentido. No entanto, ela não é nem uma coisa, nem outra. Muito pelo contrário, em duas vertentes díspares, embora complementares, o ensino de história teve como uma de suas características, o silenciamento. Por um lado, indivíduos e/ou grupos sociais foram deixados à margem da História, como se suas práticas e modos de vida não fossem importantes, tudo em torno de um bem maior, a identidade nacional. Por outro lado, os professores de história a quem sempre coube a árdua tarefa de educar historicamente aos seus alunos, sempre foram considerados inferiores aos seus “companheiros” historiadores, produtores do conhecimento acadêmico. Esses sim dignos de fé, cujo de onde emanava todo sentido da História.

Se hoje, embora tenhamos claro o caminho a seguir, ainda tropeçamos, quando olhamos à história do ensino de nossa disciplina não havia dúvidas sobre a finalidade. Desde o século XIX, quando a disciplina de História do Brasil surge nas matrizes curriculares, a sua finalidade era uma só, ajudar na criação da identidade nacional e, por

consequência, do cidadão. Não podemos esquecer que o século XIX no cenário mundial é reconhecido como o século das nacionalidades, de onde emergem as tensões que nos levaram à catastrófica Primeira Guerra Mundial.

Toda a produção de conhecimento é voltada ao exercício da nacionalidade e da cidadania. Com os estudos históricos não seria diferente. Essa era uma presença tão marcante que Furet (s.d) chegou a afirmar “A História é a Nação, a História é a civilização”. Tal prerrogativa se fez presente aqui no país também, por conta da formação do Estado Brasileiro. Assim, ao corpo político e acadêmico cabia a criação de matrizes curriculares capazes de satisfazer tais interesses. As maiorias dos grandes textos historiográficos, considerados clássicos dos estudos históricos versavam sobre a Nação, Pátria, o Estado e a Cidadania. Havia nesse movimento um interesse bem específico, o de que criar “tradições nacionais” (BITTENCOURT, 2004) e um cidadão civilizado capaz de respeitar e reproduzir as hierarquias e desigualdades presentes na sociedade (SALLES, 1996). Além disso, havia uma questão muito importante. Todas aquelas produções precisavam apagar do nosso passado as revoltas locais que, em determinado período, questionaram o poder central e a unidade nacional. De acordo com Magalhães (2003) e Bittencourt (2004)

A história do Brasil como disciplina distinta da história da civilização só surgiu em 1895. Era caracterizada pela cronologia política e pelo estudo da biografia de brasileiros ilustres, além de acontecimentos considerados relevantes para a afirmação da nacionalidade. Cabia à história como disciplina escolar: construir a memória da nação como uma unidade indivisível e fornecer os marcos de referência para se pensar o passado, o presente e o futuro do país. (MAGALHÃES, 2003: 168-184)

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando tema que incitasse imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta do ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer do século XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma idéia de nação associada à de pátria, integradas com eixos indissolúveis. (BITTENCOURT, 2004)

Esse desejo de criar o que Furet (s.d) chamou de *genealogia da nação*, produziu sentimentos nacionais, mas também um processo grande de silêncios. Nesse período, com um ensino voltado ao enciclopedismo e a sucessão de fatos, produzia-se verdades incontestes e alunos como mero espectadores. Dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Colégio Pedro II fileiras de alunos aprendiam nas

aulas de História, como ser civilizado, um bom cidadão, baseado nos bons costumes e na cultura clássica. A esse processo, Nadai (1992/93) chamou de “pedagogia central do cidadão”. Mas a quem era direcionado esse ensino?

Na transição do Império à República, os direitos garantiam a igualdade entre os cidadãos, porém, a educação não alcançava a todas as classes no que diz respeito à porcentagem de crianças e adolescentes e aos anos de escolaridade. Aos grupos menos favorecidos, a possibilidade de avançar nos estudos era bem pequena. Assim, cabia aos filhos das elites agrárias e urbanas, que vinham crescendo a partir do início do século XX, receber uma educação diferenciada capaz de troná-los no futuro, aqueles “heróis” aprendidos na escola, se tornando capazes de dirigir a Nação à modernidade. Esse perfil era tão naturalizado que todas as desigualdades se harmonizavam em torno de um imaginário muito forte da nação. Todo esse perfil chamou a atenção de Abud (1993) e Bittencourt (2004), levando-as a considerar que

Naquele momento, cidadão era o participante, como membro de grupos dirigentes, da vida política. Muito embora a Legislação consagrasse a igualdade de todos perante a lei, isto não passava de um sonho. A clientela da escola secundária era originária das camadas da população que tinham acesso à participação na vida política. Era muito remota a possibilidade de crianças e adolescentes da classe operária alcançarem os bancos da escola média. A eles se destinavam as carteiras dos Grupos Escolares, onde recebiam a educação necessária para manejar as máquinas das fábricas que se expandiam e das quais constituiriam mão-de-obra. (ABUD, 1992/93)

O conceito de cidadania, criado com o auxílio dos estudos de História, serviria para situar cada indivíduo de seu lugar na sociedade: cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e a trabalhar dentro de ordem institucional. Os feitos dos “grandes homens”, seres de uma elite predestinada, haviam criado a Nação, e os representantes dessas mesmas elites cuidariam de conduzir o País ao seu destino. (BITTENCOURT, 2004: 64)

Todos esses aspectos nos indicam a visão utilitarista do qual gozava o ensino de História. Essa visão vai permanecer por quase todo século XX. Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu um esforço de ratificar a idéia de Nação e a tentativa de fugir da influência européia. Criar o “brasileiro” sob as cores do nosso povo era fundamental para isso. Nesse sentido, devemos considerar a questão educacional como fator primordial, sobretudo, a partir dos anos 30. Às elites intelectuais cabia a formulação de um sentimento nacional, capaz de tornar nosso passado algo palatável, através do discurso a contribuição dos diferentes grupos para a construção da nação. Na política, a

ascensão de Getúlio Vargas será peça chave nesse processo de consolidação da identidade nacional. De acordo com Nadai (1993: 149)

Veiculou-se, assim, um discurso histórico que enfatizava de um lado, a busca do equilíbrio social, e, de outro, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferenciados habitantes (e grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo. Assim, o passado foi valorizado na medida em que pode legitimar este discurso.

É durante o seu governo que ocorre a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, sob o comando do Ministro Francisco Campos, onde uma das primeiras atitudes foi formular uma reforma no ensino. A reforma de nº 19.890/31, também conhecida como Reforma Francisco Campos, realizou dentro do campo institucional esse projeto de unificação de nacional. Uma unificação centralizadora capaz de tirar dos Estados e dos Municípios à autonomia de estabelecer seu sistema de ensino. Nesse período, essa iniciativa representava no campo da educação, uma tacada contra as oligarquias regionais e a possibilidade de “culto” aos heróis locais.

Essas disposições traduzem muito bem o que foi o governo Vargas e sua disposição geral ao autoritarismo. Inclusive, havia um traço bastante peculiar nessas considerações, pois dentro do discurso Varguista, o controle da educação e dos conteúdos, representava uma forma de proteção a qualquer tipo de ameaça interna ou externa a nossa unidade. Por aqui as idéias de nação, identidade, cidadania, e controle social sempre estiveram atrelados, sob o discurso centralizador de Vargas. Sobre as características expostas aqui, Bittencourt (2004) e Reznik (2004) e Bomeny (2010) nos informam que

Os anos 30 foram marcados pela consolidação de uma memória histórica nacional e patriótica nas escolas primárias. A partir dessa época com a criação do Ministério da Educação, o sistema escolar foi organizando-se de maneira mais centralizada e os conteúdos escolares passaram a obedecer a normas mais rígidas e gerais. Duas características identificaram o Ensino de História nas escolas primárias a partir de então: a sedimentação do culto aos heróis da Pátria, consolidando Tiradentes como “herói nacional” e os festejos de 7 de Setembro; a obrigatoriedade como fruto dessa política educacional, da História do Brasil para os alunos que desejavam ou possuíam condições de prosseguir os estudos secundários, integrando os programas dos exames de admissão aos cursos ginasiais. (BITTENCOURT, 2004 : 67)

A nacionalização da escola, a partir da obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa e a sedimentação de conhecimentos de História e Geografia do Brasil; as grandiosas comemorações de festas cívicas nacionais, como o Dia da Bandeira, Dia da Raça, Dia do Trabalho; e a criação de agências nacionais

de fomento às artes nacionais foram algumas das políticas culturais do Estado Novo (1937-1945). (REZNIK, 2004)

A associação entre educação e segurança nacional – sempre retomada em momentos de política autoritária – tem seu fundamento no fato de que a educação é percebida como instrumento eficaz de controle. Difunde-se a crença de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina. Mas talvez o raciocínio possa ser mais bem sustentado ao inverso: a necessidade imperativa da ordem e da disciplina é que define o que será e a que servirá a educação. O período do Estado Novo é rico em exemplos dessa natureza. (BOMENY, 2010)

Com o passar dos anos, a visão de uma nação homogênea e caminhante em direção ao progresso, começa a dar sinais de fragilidade. Por um lado, intelectuais começam ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), passam a apresentar e debater em seus estudos as raízes do subdesenvolvimento nacional. Nesse sentido, seria necessário uma mudança de sentidos. Não caberia apenas ver e ressaltar a existência da nação, afinal, isso era um fato. Caberia realizar um trabalho de análise, de onde surgiram planos de desenvolvimento nacional. Não por acaso, esse é o mesmo momento em que são divulgados os Planos de Metas do governo JK, com o conhecido “Cinquenta anos em cinco” - 1956-60. Assim, devido à urgência de mudanças ficava óbvia a fragilidade econômica da nação, o que pedia novas formas de significação do nacionalismo.

Ainda dentro desse cenário, os anos 60 foram responsáveis por tornar visíveis diferentes concepções políticas sobre a nação. Elas emergiram das inúmeras contradições sociais de uma nação que a princípio não era “mãe gentil”. Alguns movimentos sociais que, já faziam barulho desde o início do século, reclamavam seus direitos, aliados a movimentos oriundos do campo, local de grandes contrastes econômicos. Sabemos, o processo de agudização das tensões levou ao Golpe Militar de 1964 que, por sua vez, tratou de silenciar qualquer forma de insurgência, reafirmando valores nacionais e ações políticas e culturais, capazes de afirmar a nossa “vocaçãõ” a integração nacional. Reznik (2004) ao falar sobre o período, o trata dizendo que

Durante os governos autoritário-militares (1964-1985), os dirigentes impulsionaram políticas de integração nacional de largo espectro, desde a construção de estradas “integradoras” de várias regiões até a criação de um aparato tecnológico que desse conta da nacionalização dos meios de comunicação, isto é, da difusão de valores e bens simbólicos. A Rede Globo de Televisão, que veio a se tornar, da década de 70 aos dias atuais, a principal rede de televisão do país, em caráter quase monopolista, cresceu na esteira dessas transformações, construindo, a partir do Rio de Janeiro, uma imagem de um Brasil moderno, urbano e nacional.

Em todo esse trajeto, o ensino de história permaneceu inalterado e cabe nos sinalizar as motivações para isso. Quando entro em algum assunto polêmico dentro da sala de aula, alguns alunos se manifestam “por que ela não reagiu?”, “eu tinha feito diferente?”. É óbvio que, em toda afirmação, existem as suas exceções, como meus alunos reafirmam. No entanto, a maré nacional era tão forte, que a historiografia não conseguia enxergar métodos e objetos capazes de fazer emergir novos movimentos, mas não estamos falando de ensino de história? Aqui, entramos na outra questão importante suscitada nas primeiras páginas desse subitem, o “silenciamento” dos professores de História das escolas de ensino básico do país.

Desde a instituição do ensino de História, salvaguarda o caso de Capistrano de Abreu, os professores de história não possuíam uma identidade profissional, definidora da sua ação. Ao largo das décadas, cabia ao professor de história o que era produzido no meio acadêmico. Essa característica da racionalidade técnica, muito preocupada com o controle da prática educacional, via nos professores meros reprodutores do saber oriundo de outras pessoas e áreas de produção. Nesse movimento, qualquer possibilidade criativa e de expressão da subjetividade por parte do professor, era negada, em nome da objetividade científica.

Nessa perspectiva tecnicista e instrumental da didática, o conhecimento escolar é fruto de um conjunto de técnicas e o papel do professor é mais facilmente associado ao da transposição do conhecimento científico para a realidade da educação escolar (Chevallard, 1991). Em decorrência disso, o debate sobre a epistemologia própria ao conhecimento escolar restou enfraquecido, pois havia um entendimento predominante de que ele era uma espécie de simplificação do conhecimento acadêmico, sendo a didática, muitas vezes, desprezada ou relacionada somente à busca da melhor técnica para ensinar. (CARVALHO, KNACK, 2017)

Com esse cenário, cabia ao professor de história ser o responsável por todas as falhas e insucessos da sua ação. Primeiro, porque não tinha validação no meio acadêmico, que não os tratava como historiadores, até por conta da sua falta de autoria. Além disso, em uma perspectiva muito importante, não podemos esquecer que toda produção acadêmica estava pautada em formulações curriculares. Nesse sentido, havia uma validação inerente aquela produção, muito ligada ao que os órgãos de Estado preconizavam em suas diretrizes.

Diante disso e, de acordo com um cenário, oriundo aqui, das primeiras linhas desse subitem, mas em nossa História, desde o século XIX, ocorria um ciclo vicioso, composto pelos interesses do Estado, produção acadêmica e na linha de baixo, os “silenciados” nos quais pertenciam profissionais e cidadãos sem suas identidades representadas. Assim, em um caminho de “longa duração” (BRAUDEL, 2007), perpetuando o ideário de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), estabeleceu modelos tão enraizados que, mesmo com as mudanças ocorridas na oficina da história, no que diz respeito à objetos, métodos e relação com outras disciplinas, continuam mantendo na Nação e no Estado Nacional um porto seguro.

No percurso desse trabalho, não há a intenção de condenar o ensino de história, realizado por grandes e anônimos professores, em realidades muitas vezes nada fáceis. Nem cogito afirmar a inexistência de sentido na sua presença nas matrizes curriculares do ensino básico, muito menos negar a importância da academia como produtora de um conhecimento fundamental à sua realização. Muito pelo contrário, a própria preocupação com os assuntos ligados ao ensino de história nessa pesquisa, demonstra sua relevância e seu sentido para o autor. No entanto, precisamos como diz Zavalla (2012) colocar nossa classe de história abaixo de uma lupa, na tentativa de mudar ampliar o olhar em direção a múltiplas direções. Só assim, seremos capazes de ouvir as vozes “silenciadas” ao longo da História, dos cidadãos que sempre existiram como “familiares distantes”, professores em busca de identidade e reconhecimento, além do fato da necessidade de produzirmos novos conhecimentos históricos, a partir da sincronização dos múltiplos saberes. Com tudo isso, poderemos

O conhecimento a que ela [história escolar] visa tem relação com o objetivo de fundo de toda historiografia: suprir a carência de orientação no mundo. Para tanto é preciso construir leituras sobre o mundo e sobre si capazes de favorecer o sentimento de identidade (por conseguinte, de pertencimento) e, ao mesmo tempo, a capacidade crítica para reconhecer e lidar com as diferenças e situa-las no tempo (ou seja, situá-las historicamente). Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo da história escolar é ensinar/aprender a pensar historicamente, rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativas. (TEIXEIRA, ROCHA, MAGALHÃES, 2009)

Construir um novo modelo de ensino de história passa por muitas questões. necessidade de construção de novos currículos ganha força a partir da década de 1980.

Com o fim da ditadura e o questionamento sobre a vigente Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação de 1971 (nº 5.692, de 11/08/71). Segundo os educadores, a LDB guardava ligação com a centralização das decisões sobre a escola, de forma muito similar à proposta dos tempos de Vargas. Nada era decidido no meio ou ouvindo a escola. O conteúdo, também foco de críticas, por conta disso, governos do âmbito estadual e municipal passaram a pensar no que se ensinava nas escolas. Nesse percurso, nas décadas seguintes a preocupação cresceu, levando a União a publicar em 1999, os dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998).

A formulação dos PCN's eram a concretização do que previa a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação de 1996 (nº9.394, de 20/12/96), colocando sobre a União o dever de criar diretrizes ao Ensino Superior e a Educação Básica, em ligação com estados e municípios. Como diz o próprio título, os parâmetros deveriam servir como base daquilo que poderia ser desenvolvidos dentro dos currículos das secretarias estadual e municipal de educação. Hoje, com o passar dos anos, de governos e, com a criação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), acompanhamos permanências e avanços na formulação curricular e como se pensa o ensino de história. Não vou me deter nas permanências ou até retrocessos, mas vale à pena citar que a Base Nacional Curricular Comum sofre muitas críticas. Dentre elas podemos citar a presença de conteúdos vagos, a concepção de uma história que serve a toda humanidade, a ausência de preocupação com uma história questionadora (bastando apenas transmitir o já pensado), entre outros. Além disso, Abud (2005)

Rediscute-se hoje, ou melhor, elaboram-se, nas instituições do poder central, parâmetros curriculares nacionais e conteúdos mínimos para todo o país. Estamos assistindo a uma retomada da centralização da educação que alija da discussão os seus principais sujeitos: os alunos e professores novamente vistos como objetos incapacitados de construir sua história e de fazer, em cada momento de sua vida escolar, seu próprio saber.

No entanto, mesmo diante de tantas críticas e preocupações, vou destacar aquilo que é importante e vem acontecendo desde as mudanças na sociedade, ocorridas com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988, a necessidade de repensar a sociedade brasileira e, por consequência o exercício da cidadania, tendo como foco a valorização da pluralidade e a existência de novos atores sociais. Além disso, esse movimento estabelece a possibilidade de repensarmos o que fazemos dentro do nosso

ofício, sobretudo as noções de conhecimento e métodos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de história deveria conter

O estudo de novos temas, considerando a pluralidade de sujeitos em seus confrontos, alterando concepções calcadas apenas nos “grandes eventos” ou nas formas estruturalistas baseadas nos modos de produção, por intermédio dos quais desaparecem de cena homens e mulheres de “carne e osso”, tem redefinido igualmente o tratamento metodológico da pesquisa. A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica (BRASIL, 1998: 21).

a História para os jovens para do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do ensino fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania. O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro (BRASIL, 1998: 24)

Os diálogos entre o ensino de História e o conhecimento científico redimensionam, assim, a importância social da área na formação dos estudantes. Sinalizam e fundamentam possibilidades de estudos e atividades que valorizam as atitudes intelectuais dos alunos, o seu envolvimento nos trabalhos e o desenvolvimento de sua autonomia para aprender. Instigam, também, a reflexão crítica na escola e na sala de aula sobre suas práticas, seus valores e seus conhecimentos, aprofundando as relações do seu cotidiano com contextos sociais específicos e com processos históricos contínuos e/ou descontínuos. (BRASIL, 1998: 34)

Ao estabelecer novamente a questão da cidadania, agora atrelada à pluralidade de sujeitos, os currículos nacionais impõem ao ensino de história, o reconhecimento de realidades intrínsecas à sociedade brasileira. Tornar visíveis essa pluralidade é colocar em pauta não só a afirmação de identidades, mas também, identificar e questionar a violência, a segregação étnico-religiosa, a criminalidade, o desrespeito pela vida, as questões de gênero, entre outras mazelas sociais. Nesse processo, o sentido de ensinar história passa a um novo momento, assumindo novas possibilidades e feições. Agora, não cabe mais um ensino baseado na univocidade de sujeitos, documentos e conhecimentos. Diante dessas novas necessidades, o conhecimento histórico deveria incorporar o conhecimento desses sujeitos que também se fazem presentes dentro do espaço escolar.

Nessa perspectiva, caberia uma mudança de olhar. A partir de agora, o ensino de história escolar deixaria de ser um mero transmissor daquilo que é produzido dentro da academia, tornando-se através da atuação dos professores, produtor de conhecimento.

Com isso, o conhecimento histórico escolar passaria um processo de reconhecimento e resignificação, emergindo da junção entre os saberes de referência e o cotidiano, tendo como referência, a pluralidade de vozes. Pensando sobre essas mudanças, Gabriel (2015) estabelece que haja nisso o “fim da inocência da historiografia escolar”, questionadora eficaz de uma visão tecnicista da disciplina, impondo a ela, uma dimensão mais humana e social. Corroborando com essa dimensão e, visando romper com a antiga hierarquização de saberes, Bittencourt (1998) passa a defender o conhecimento histórico escolar, como uma idéia mais ampla, afirmando que

o conceito de conhecimento histórico escolar, que não pode ser entendido como mera e simples transposição didática de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino [...] a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as praticas e os problemas sociais.

Nesse caminho de permeabilidade de saberes ou como chamam Monteiro e Penna (2011) “lugar de fronteira”, se torna imperativo realocar o papel do professor de história, dentro do processo de construção curricular e daquilo que será ensinado na sala de aula. Além disso, o professor de história abandona seu “lugar” de indigência, no que diz respeito a não ser considerado como produtor de conhecimento. Com isso, a aula de história assume uma função importante. Se anteriormente, o ensino tinha uma intenção utilitarista, com o Estado e seus órgãos visando o controle social e a construção de um ideário nacional. Agora, essa dimensão política daquilo que deve ou não ser ensinado se colocava aos professores que, ao produzir conhecimento, se tornam autores, historiadores.

Esse novo status pode ser explicado a partir do entendimento da frase de Furet (s.d) “fazer História é contar uma História”. Ao contar uma história, através de suas aulas, produzindo o que Mattos (2007) chama de “aula como texto”, os professores de história libertam-se do domínio acadêmico, do qual agora, serve como uma das fontes possíveis de conhecimento a sua atuação em sala de aula. O professor de história ganha autonomia no seu fazer, parte da inquietação do cotidiano para escrever a sua história, a sua aula. Nessa correspondência entre texto e Aula, os professores serão capazes de transformar o saber a ser ensinado em saber apreendido. Segundo Mattos (2007)

É esta mesma indagação inquietante que serve para pôr em evidência a condição de leitor daquele que ensina história; e é esta condição de leitor que lhe permitirá tornar-se autor – autor de uma aula como texto ou, dizendo de outra maneira: é esta indagação inquietante que conduz ao estabelecimento de uma relação específica entre as duas práticas do fazer historiográfico, porque a condição para quem ensina história se tornar um autor reside, antes de tudo, na leitura dos textos dos que escrevem a história, a produção historiográfica. Uma relação mediada pelo ato de ler; mas uma leitura que possibilita a produção do texto de uma aula – embora não ainda a Aula como texto, em sentido pleno. Ele não será jamais a mera repetição ou transcrição do texto lido, e quem o produz sabe disto; assim como sabe que jamais lhe será atribuído o valor do texto escrito e impresso que distingue a obra historiográfica. Não obstante, ele se constitui na condição necessária para revelar um novo autor – o professor de história.

Dentro da “aula como texto”, os professores de história serão estimulados a mobilizar diferentes formas de saberes, a fim de tornar possível o aprendizado de História por parte de seus alunos. Esse processo deve levar o professor a selecionar o que vai ensinar. Para isso, o professor deve ser capaz de entender todos os saberes adquiridos por ele ao longo de sua formação como pessoa e profissional, pois serão eles que tornarão possível o entendimento das dificuldades práticas contidas em determinadas realidades. O chamado “saber docente” (TARDIFF, LESSARD, LAHEYE, 1991) surge da união da sua formação profissional, dos saberes da disciplina, dos currículos e da sua experiência. Essa junção de saberes é que permitirá ao professor se reinventar, trabalhando com a possibilidade de suas aulas e conhecimento estando sempre em mudança, ou seja, que não haja por parte dele a possibilidade de ter uma aula engessada e automática. O que prejudicaria e muito a sua atuação. Zavala (2012) nos fala desses saberes e da necessidade do que ela chama “saberes da ação”. Segundo ela,

Possivelmente homenageando a ideia milenar da existência de uma separação (e hierarquização) entre teoria e prática, a análise da prática sempre recorreu a conhecimentos que não são considerados precisamente “teóricos”. O conhecimento é então convocado que é chamado de muitas maneiras, por exemplo, crenças, sabedoria prática, experiência, know-how e, mais recentemente, conhecimento da ação.

Dessas formas de “saberes docente”, acredito que os chamados “saberes de experiência” (TARDIF, LESSARD, LAHAYE, 1991) são os canalizadores, ou melhor, são os dinamizadores de todos os outros. Digo isso, pois são eles que têm a sua gênese na prática cotidiana, dentro de ambientes escolares que requerem dos professores, a capacidade de se adaptar e tornar os seus conhecimentos decifráveis ao outro. Um outro

que carrega também consigo uma trajetória e, por isso, níveis de conhecimentos diversos. Nesse trabalho, os professores estabelecem aquilo que Perrenoud (1984) chama de “currículo oficial” e Monteiro (2012) chama de um processo de hibridização e recontextualização dos saberes. Em ambos os casos, vai ser essa articulação do professor que tornará possível o aprendizado proposto aos alunos dentro de suas turmas. Sobre essa epistemologia tão específica oriunda do e no espaço escolar, Tardif, Lessard e Lahaye (1991) discorrem sobre os saberes de experiência da seguinte forma

São saberes que brotam da experiência e são por ela validados. Incorporam-se à vivência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber fazer e de saber ser.[...] Esses saberes não provêm das instituições de formação ou dos currículos, esses saberes não se encontram sistematizados no quadro de doutrinas ou teorias: eles são saberes práticos (e não da prática: eles não se aplicam à prática para melhor conhecê-la, eles se integram a ela e são partes constituintes dela enquanto prática docente, são a cultura docente em ação.[...] Os saberes da experiência não são saberes como os demais, eles são, ao contrário, formados de todos os demais, porém retraduzidos, ‘polidos’ e submetidos às certezas construídas na prática e no vivido.

Diante disso, pode se estabelecer uma nova cultura docente, capaz de deixar para trás, uma visão negativa dos professores, nos quais eram estigmatizados como profissionais inferiores, que nunca refletiam sobre a sua prática. No nosso caso, dentro do campo da história, como reprodutores e não historiadores. Tais saberes da experiência são extremamente relevantes ao momento que estamos vivendo em sociedade e dentro da sala de aula, pois tornam possível, estabelecer contato mais próximo com seus alunos, enxergando a cada um ali presente e, o mais importante, fazendo com que eles se reconheçam, exercendo assim, duas das faces da cidadania, a liberdade e a dignidade. Para Mattos (2007) essas “aulas como texto” estão sempre em curso, representando um devir constante e uma passagem dos velhos ritos e conhecimentos, o que valoriza nossos alunos, já que aos se tornarem “leitores” em nossas aulas, poderão construir o conhecimento histórico. Nisso reconhecerão sua existência como sujeitos da história, constituintes não só das suas, mas da História em sentido mais amplo. Segundo o autor

Nossos leitores são também muito diferentes entre si, porque a escola que frequentam é muito diferente da de seus avós e talvez da de seus pais; não podendo deixar de se abrir para as diferenças e os diferentes, a escola já não pode pretender reproduzir uma homogeneidade, assim como os textos das aulas de história já não se ocupam com exclusividade da genealogia da nação,

como diferentes também são as indagações que nossos alunos fazem, prenhes de outras tantas inquietações. E em todas estas diferenças reside mais uma das razões – a principal, talvez – por que contamos uma história por meio de uma aula, já que estas diferenças não fazem senão revelar o lugar ocupado pelo aluno na produção de uma aula como texto.[...] A aula de história como texto é criação individual e coletiva a um só tempo; criação sempre em curso, que permanentemente renova um objeto de ensino em decorrência de novas leituras, de outras experiências vividas, da chegada de novos alunos, dos encontros acadêmicos e das conversas com os colegas de ofício, do surgimento de novos manuais didáticos, das decisões emanadas das instâncias educacionais e das questões, dos desafios e das expectativas geradas pelo movimento do mundo no qual vivemos, em sua dimensão local ou global. [...] Ela é a condição de passagem do velho para o novo conhecimento, por parte dos que aprendem; de superação das explicações da vida social, tributárias do senso comum e de aquisição de uma consciência crítica; e da possibilidade de realização, amanhã, de uma diferente leitura do mundo. Possibilidade de uma prática que se renova a cada dia, a aula como texto ou o texto de nossa aula propicia que cada um dos alunos valorize as diferenças, constitua identidades, crie memórias e exercite a cidadania. E, assim, torne-se capaz de fazer sua própria história. (MATTOS, 2007)

A partir desse processo de reformulação ou resignificação do ensino de história, podemos pensar no que pretendemos fazer em nossa pesquisa, pois diante desses importantes referenciais, pude pensar no que pretendo como professor e pesquisador. Ao ter contato muito próximo, com uma realidade tão específica quanto a Maré e, vendo algumas demandas sociais inerentes àqueles alunos, decidi pesquisar o impacto e a importância do ensino de história local. Assim, procuro estabelecer a aproximação entre essa modalidade de ensino com a formação cidadã dos alunos, seguindo as recomendações dos documentos oficiais, mas procurando através do respeito a diversidade e entendendo cada um como sujeito, estabelecer novos significados para o ser “favelado” morador da Maré, através da aquisição do conhecimento e compreensão de alguns conceitos históricos. É através da história local que pretendo, entre outras coisas, desnaturalizar o real junto com meus alunos, co-autores de múltiplas histórias, silêncios e afetos. Assim, conseguiremos responder o que foi perguntado nas primeiras linhas, afirmando que existe sim, um sentido para se ensinar história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. O ensino de história como factor de coesão nacional: Os programas de 1931. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol 13 nº25/26, set 92/ago93.

_____. Processos de construção do saber histórico escolar. Londrina: UEL, 2005.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. Currículo e poder. Revista Educação & Realidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 14, n2 2, jul/dez. de 1989.

_____. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, M. G. Os educandos, seus direitos e o currículo. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Indagações sobre currículo. Versão preliminar. Brasília, 2006, p. 51-81.

BITTENCOURT, Circe Maria. O saber histórico em sala de aula: Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História- Circe Bittencourt, 2 ed, São Paulo. Ed Contexto, 1998.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BOMENY, Helena. Antiliberalismo como convicção: teoria e ação política em Francisco Campos. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (Org.). Os intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 263-315.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília: MEC, SEF, 1998.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CANDAU, Vera. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CANDAU, V.M.F.; ANHORN, C.T.G. A questão didática e a perspectiva multicultural: Uma articulação necessária. Trabalho apresentado no GT de Didática, na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 24-28 set., 2000.

CARVALHO, Alessandra. KNACK, Diego. Conhecimento histórico escolar, tempo presente e o uso de documentos audiovisuais no ensino sobre a ditadura militar na educação básica. Revista História Hoje, v. 6, nº 12, p. 98-121 – 2017.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n.2, p. 177-229, 1990.

CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FERREIRA, M. S. et al. Sentidos de “ensino de” Biologia e História: deslocando fronteiras. In: GABRIEL, C. T.; MORAES, L. M. S. de (Orgs.). Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas. Rio de Janeiro: DP et alii/ FAPERJ, 2014. p. 81-98.

FORQUIN, J.C. Escola e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FURET, François, A oficina da história, Lisboa, Gradiva, s/d.

GABRIEL, C. T. O processo de produção de saberes no âmbito da disciplina de história: tensões e perspectivas. 2006. (mimeo).

GABRIEL, C. T. Que passados e futuros circulam nas escolas de nosso presente? GONÇALVES, M. de A. et al. Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 215-240.

GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. F. C. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: GABRIEL, C. T. et al. Pesquisa em ensino de História. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2014. 278 p.

GABRIEL, C. T.; MORAES, L. M. S. Conhecimento escolar e conteúdo: possibilidades de articulação nas tramas da didatização. In: GABRIEL, C. T.; MORAES, L. M. S.

Currículo e conhecimento. Diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP et alii, 2014. p. 23-42.

GABRIEL, Carmem Teresa. Jogos do tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. Revista História Hoje, v.4, n.8, p.32-56, 2015.

HALL, S. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: Política, Cultura e Poder. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006.

HARTOG, F. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia).

KOSELLECK, R. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2006. 366 p.

MATTOS, I. R. Mas não somente assim! Leitores, autores, aula como texto e o ensino--aprendizagem de História. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 15-26, 2007.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: Política, Cultura e Poder. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006.

MAGALHÃES, Rodrigo Silva. O papel das Associações de Moradores da Maré na abertura política (1978-1985). Dissertação de Mestrado. UERJ/FFP. 2009.

MAGALHÃES, Marcelo de S. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, v. 1, p. 168-184.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. Tempo, v.11, n. 21, p. 5-16, 2007.

MONTEIRO, A. M. F. C. Ensino de História: lugar de fronteira. ARIAS NETO, J. M. História: guerra e paz. ANPUH XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH/FINEP, 2007b. p. 71-97.

MONTEIRO, A. M. F. C. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007a.

MONTEIRO, A. M. F. C.; PENNA, F. de A. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

MONTEIRO, A. M. F. da C. Aulas de História: questões do/no tempo presente. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 165-182, out./dez. 2015.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Tempo presente no ensino de história. In GONÇALVES, Márcia de A. (org) et al. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

MOREIRA, A. F. B. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPEd. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 81-101, 2002a.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez. 2008.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol 13 nº25/26, set 92/ago93.

PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História como operação historiográfica. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Perspectivas Sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

REZNIK, L. (Org); GONÇALVES, Marcia de Almeida (Org.) ; ROCHA, H. A. B. (Org.); MONTEIRO, Ana Maria (Org.) . Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

REZNIK, Luis. Qual o lugar da História Local? Comunicação apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participa do Projeto “História de São Gonçalo: memória e identidade”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.historialocal.com.br>

RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Tempo e narrativa. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Revisão técnica de Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papyrus, 1997. Tomo III.

SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SILVA, T. T. O currículo como fetiche. Autêntica: Belo Horizonte, 1999b.

SOUSA SANTOS. Boaventura. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. Educação & Realidade, v. 26, nº 1, p. 13-32, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise. (1991). "Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente". Teoria e Educação, n. 4, p. 215-233.

TEIXEIRA, Rebeca Gontijo; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos ; MAGALHÃES, Marcelo de S. A aula como texto: historiografia e ensino de história. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; TEIXEIRA, Rebeca G (Orgs.) A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009, v. 1, p. 13-31.

YOUNG, Michael. O currículo do futuro. Campinas: Papirus. 2000.

ZAVALLA, Ana. Mi clase de historia bajo la lupa. Por un abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia. Buenos Aires: Trilce, 2012.

MESA 12

Império Ultramarino na Modernidade

DEBATEDORES:

Daniela Calainho (UERJ/FFP)

Ana Paula Gomide (UEMG)

Tomás Pereira ou Xu Risheng, um *Padre de Corte* na China Imperial, no século XVII

Adriana de Souza Carvalho
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

TIPOLOGIA DAS FONTES DO JESUÍTA PORTUGUÊS TOMÁS PEREIRA (1646-1708)

A documentação de Tomás Pereira, disponível na Biblioteca da Ajuda, ficou por muito tempo manuscrita em português e latim, o que talvez possa explicar a circulação pouco difundida desse acervo. Embora, paradoxalmente, no século XVIII, tenha sido impressa em língua chinesa. A obra disponível foi resultado da compilação documental de arquivos na Europa, Ásia e América²⁵¹, a partir da criação, no final do século XX, de um *projeto de investigação Tomás Pereira S.J. (1646-1708). Vida, Obra, Época*, em cooperação com o Centro de História das Ciências China-Portugal, em Beijing, juntamente com o Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), em Lisboa.

O trabalho de levantamento documental do CCCM, sob a direção de Luís Filipe Barreto, viabilizou o trabalho, a partir de originais e cópias, que culminou na edição de dois volumes destes textos que apresentam um panorama em larga medida pouco investigado até a primeira década do século XXI²⁵². Tal acervo, majoritariamente composto por epistolografia, revela as vivências do jesuíta português Tomás Pereira (1646-1708) que residiu em Pequim, por trinta e seis anos, ao longo dos quais, sob o enquadramento de um *padre de Corte*, ascendeu aos círculos imperiais, estreitando seu convívio com o imperador Kangxi (1661-1722) em razão de seus conhecimentos provenientes do ocidente, particularmente sobre instrumentos musicais, razão pela qual atraiu o interesse imperial, num primeiro momento.²⁵³

²⁵¹ Embora mencionado o levantamento documental na –América – dos 161 manuscritos publicados, além dos 90 preservados pela Biblioteca da Ajuda, o segundo maior acervo está na Cúria Jesuíta em Roma (*Archivum Romanum Societatis Iesu*). Os demais distribuídos na Biblioteca Nacional de Portugal, com cinco; o Arquivo Histórico Nacional em Madrid, com dois e apenas um documento na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁵² Necessário, portanto, dizer que o acervo da Biblioteca da Ajuda compõe-se de cópias do século XVIII provenientes do trabalho sistemático de levantamento feito em Macau. Parte procedente do Arquivo do Japão que foi dividida, atualmente, entre a Biblioteca Nacional de Portugal e pelo Arquivo Histórico Ultramarino.

²⁵³ Destacando também suas contribuições como astrônomo e músico com habilidade para construção de órgãos apreciados pelo imperador. Já seus conhecimentos como geógrafo podem ser observados no detalhamento em seu *Diário* sobre o território chinês. Cf. SEBBES, 1999: 185-205

Em termos quantitativos, os 90 manuscritos são compostos por 89 cartas, além de um conjunto de apontamentos feito pelo missionário. Tais missivas foram produzidas ao longo de três anos consecutivos, a partir da distribuição anual: 28 documentos escritos em 1688; 27 no ano de 1689; e 33 em 1690²⁵⁴. O que representa mais da metade dos 161 manuscritos publicados até hoje do padre Tomás Pereira.

Em sequência a essa tipologia, além da maior parte de natureza epistolar, o padre Pereira produziu um *diário*, no qual se inclui os termos do *Tratado Sino-Russo de Nerchinsk*, de 1689, evento que contorna fortemente seus registros nos três anos de maior produção, como já mencionado aqui. Existem duas cópias portuguesas e uma em versão abreviada, em latim, nos Arquivos Jesuítas em Roma, sendo possível localizar uma terceira cópia na Coleção *Jesuítas na Ásia*, na Biblioteca da Ajuda.

As cópias do manuscrito em português apresentam além da variação de uma versão mais longa e outra abreviada, uma diferença de cunho narrativo, em que sob essa última versão, os acontecimentos são narrados na terceira pessoa, diferentemente do que se observa nos dois outros textos em português e latim, construídos em primeira pessoa²⁵⁵. O texto em português do diário é intitulado - *Relação diária da viagem dos embaixadores da China Tumquecam e Somgo Tu, até à povoação de Nip Chu*²⁵⁶ e *sucesso das pazes entre o Imperio Sinico e Moscovitico escrita pella testemunha individual dos mesmos embaixadores abaixo assinada, no anno de 1669 com todas as circunstancias e mudesas que podem os curiosos apeteecer.*

Em termos qualitativos, o valor da documentação deste missionário se explica por apresentar as vivências dos três anos nos quais o jesuíta era tido pela hierarquia interna da Companhia de Jesus, como o padre sênior da missão chinesa, embora isso tenha sido movido pela morte do padre Verbiest, em 1688, como em certa medida por motivo da ausência do padre Grimald, em viagem a Roma para assuntos de missiões. Aqui, importando valorizar, em termos geopolíticos, o acesso através

²⁵⁴ Os manuscritos encontram-se na coleção *Jesuítas na Ásia*, fundo documental português de maior relevância aos estudos da missão da China. Apud GOMES, PINA, 2017.

²⁵⁵ Evidentemente a variação das cópias também se deve a diferentes mãos. Assim, nenhuma destas cópias é o manuscrito original do padre jesuíta que não foi encontrado em nenhum dos arquivos aqui já mencionados que possuem algum acervo de Tomas Pereira. Tal fato alimenta hipóteses de que o original possa ter ficado em Pequim ou mesmo Macau. Cf. SEBBES, 1999:157.

²⁵⁶ A respectiva referência aos dois nomes em chinês, Tum que Can e Som go tu, designam, sucessivamente: o “tio materno” e na explicação para o segundo nome, designa “o terceiro filho” de uma família igualmente manchu que esteve a frente como um dos principais negociadores do tratado com os russos. (SEBBES, 1999:185)

destes relatos da dinâmica imperial de espaços sínicos que não eram costumeiramente recorrentes ou descritos, nas trocas epistolares da segunda metade do século XVI ou mesmo até início do XVII, quando a missão chinesa tinha por seu Superior, o italiano Matteo Ricci.

Em carta ao Bispo Argolicence, o padre Pereira informa a morte de Verbiest, “Prefeito da Matemática nesta Corte de Pequim”²⁵⁷ e, em razão da inclinação do Imperador em manter um padre da Companhia de Jesus, consulta ao vigariato sobre a indicação do padre Claudio Filippo Grimaldi para presidir o Tribunal da Matemática na Corte, visando o bem da missão e “incolumidade da religião católica”, como atesta na referida missiva²⁵⁸. Tal substituição, até o retorno de Grimaldi, contaria com o desempenho interino dos padres Tomás Pereira e de Antoine Thomas. O compartilhamento de algumas funções com este padre belga será um dos maiores desafetos do jesuíta português, em razão das divergências de conduta e atuação, como uma das temáticas mais recorrentes nas cartas enviadas ao Superior da missão, Francesco Saverio Filippucci. Situação essa que demarca todos os conflitos descritos ao afirmar: “O padre Antonio Thomas me atordoa as orelhas com novos conselhos e alvitres cada dia.”²⁵⁹

Nessa conjuntura, tais relatos podem ser considerados como um deslocamento de escala, em termos narrativos, do projeto de cristianização na China, revelando convívio dos padres, dentro de uma rígida etiqueta diplomática ao trato com estrangeiros e acato a representação do imperador, permitindo indagar se o padre Pereira esteve a serviço da Ordem Inaciana ou dos interesses da política imperial da Dinastia Qing, na qual, nesses tempos, eram revistas as estratégias fronteiriças do norte

²⁵⁷ A morte do padre Verbiest será recorrentemente retomada nas cartas do padre Pereira, com a intenção de atestar o crédito e influência dos padres da Companhia de Jesus junto aos funcionários de maior letramento da Corte, como também o apreço do Imperador. Valorizando o fato de tal morte ter concorrido com o falecimento um dia depois da avó do Imperador, o que explica, segundo Pereira, a solicitação de que esperassem para o funeral do padre, permitindo ao Imperador realizar o memorial que havia solicitado a um mandarim mais próximo. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 437-439. Carta ao padre reitor, Pequim, c.1690-16912.

²⁵⁸ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 213. Carta de Tomás Pereira e Antoine Thomas ao Bispo Argolicense, Bernardino della Chiesa. O.F.M., e ao Bispo Basilitano, Gregório López, O.P. Pequim, 5/12/1688. BA 49-V-20, fls. 272-274 v.

²⁵⁹ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 271. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 27/03/1689. BA 49 IV-63, fls. 481-485 v.

e nordeste do território chinês²⁶⁰, remetendo aqui à sua condição de tradutor e mediador nas duas incursões que objetivaram um tratado de paz com os russos, em relação a questões fronteiriças com o Império do Meio.

A condição de um *Padre de Corte*²⁶¹ de Tomás Pereira e do que foi massivamente relatado no triênio de sua epistolografia, revela detalhamento do funcionalismo chinês do alto mandarinato pequinense regido por uma austera ética confuciana, que privilegiava a estabilidade governamental e administrativa. Por outros termos, isso implica dizer que qualquer ruptura ou interpretação de ações que ameaçassem essa lógica do aparelhamento político era, portanto, encarada pelos mandarins da capital com as maiores reservas e sujeitos aos rígidos protocolos de reparação à representação da figura imperial²⁶². Esse era o tecido social no qual o padre Pereira conviveu por mais de três décadas.

Suas correspondências tinham por destinatários a hierarquia missionária em Macau, como também em Cantão, incluindo aqui, um número maior de cartas dirigidas ao Visitador da Companhia de Jesus, cargo ocupado por Simão Martins (1619-1688) por curto período, entre julho de 1687 e janeiro de 1688, o que explica a contabilização de apenas nove cartas, comparativamente às 70 missivas dirigidas ao seu sucessor Saverio Filippucci (1632-1692). Observa-se que tal diferença, em termos de volume, deve-se ao fato de ser encaminhado por vias diferentes, o que não implica dizer que a segunda e terceira vias eram cópias fidedignas da versão original²⁶³.

Aliás, uma das tônicas de seus registros é demonstrar preocupação em relação ao risco de violação de suas correspondências, revelando os tempos em que havia grande tensão em termos de práticas de missionação, com a chegada dos “padres matemáticos” em alusão aos missionários franceses, enviados a China por incentivo do rei da França,

²⁶⁰ Sobretudo aqui em referência as funções diplomáticas e de intérprete desempenhadas por Pereira ao acompanhar a comissão para Nerchinsk. Aqui importa destacar que tais esforços de formação de comitiva para negociação nas fronteiras do norte e nordeste são políticas externas próprias da Dinastia Qing, não vistas anteriormente. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2. p.108. Carta de Tomás Pereira ao assistente de Portugal Francisco de Almada (1ª via). Pequim, 26/06/1685. ARSI, Jap. Sin.199 I, fls. 51-55 v. Carta autografa.

²⁶¹ Nas fontes há recorrência do termo *daoren* para designar a condição de ser um letrado do ocidente.

²⁶² A valorização da etiqueta diplomática na capital chinesa não era uma singularidade das Dinastias Ming e Qing, o que pode ser observado no relato sobre a embaixada de Tomé Pires na segunda década do século XVI. Cf. LOUREIRO, 1997-1998.

²⁶³ O padre Pereira, em carta ao Visitador Francesco Saverio Filippucci, em relação ao que deveria enviar de salto a Roma diz: “Vossa Reverencia as lea, emende, e queime se quiser”. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 167. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 28/05/1688. BA 49-V-20, fls. 109-112

Luis XIV. Também, é característica recorrente em seus relatos a variação no processo narrativo de um mesmo evento, em que Pereira explicita a consciência de mandar algumas cartas “abertas” exatamente por sua desconfiança em relação ao fluxo desses relatos, ao dizer em apontamento ao Superior Filippucci, “querendo emendar minhas cartas, o faça como julgar, fazendo outras em meu nome (...) mas estimarei que me avize do que nisto tem obrado para eu saber o que vay a Roma em meu nome” e, na sequência ainda revela a necessidade de envio de outras “fechadas” para temas mais delicados sobre a missão da China, nesse caso, por “conter segredos, as escrevi por minha mão, o que nessas circunstâncias me não custou pouco”, atestando o acirramento do conflito com os padres franceses.²⁶⁴

Sobre tais conflitos, com a chegada dos cinco primeiros padres em Pequim, em 1688, é flagrante o aumento de notações sobre as atitudes desses padres franceses, que negligenciavam a autoridade do Rei de Portugal, como também recusavam juramento ao Superior da missão. Não raro, sendo reportados como “verdadeiros ministros do demônio”²⁶⁵. Nesse contexto, seus relatos descrevem detalhadamente a criação de um fluxo paralelo de cartas diretamente a Roma, nas quais muitas redigidas em língua francesa, agravando o relacionamento dentro da missão jesuíta²⁶⁶.

Em suas missivas, Tomás Pereira assevera sua lealdade ao Superior, sendo recorrente ler em seus apontamentos de acato e subordinação, como se lê: “nem a Vossa Reverencia tenho escondido nada, nem fiz cousa que nam saiba diretamente”²⁶⁷. De certa forma, em tom de denúncia, ratifica uma narrativa distanciada daquilo que poderia circular, por via paralela de cartas endereçadas a Europa, sem consentimento protocolar da Companhia de Jesus. Por tal hipótese, é categórico: “eu dou tudo por apócrifo o que nam vay da minha letra, porque sey que sou sincero”²⁶⁸ com a intensão de se colocar em contraponto às narrativas sobre a missão chinesa, descritas pelos padres franceses, aos quais reputa, na sequência, o lamento: “quem me meteo no que eu nunca sonhei”.

²⁶⁴ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 168. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 28/05/1688. BA 49-V-20, fls. 109-112.

²⁶⁵ Em carta de apenas uma página, endereçada ao Visitador Filippucci, em 1689. *Idem*.p.236.

²⁶⁶ Tal prática contrariava a orientação da Companhia de Jesus para que escrevessem em latim ou português.

²⁶⁷ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 231. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Saverio Filippucci. Pequim, 06/01/1689. BA 49-IV-63, fls. 429v-430.

²⁶⁸ *Idem*. p. 232.

O segundo maior volume de correspondências era endereçado ao padre Geral da missão, Thyrus Gonzalez (1624 a 1705) nas quais a tônica entorno do conflito proveniente do convívio com padres franceses é uma tópica, indiciando um conflito de jurisdição impulsionado pela *Propaganda Fide*, que de certa forma alicerça a ação das missões estrangeiras de Paris, com aparente conivência da Cúria de Roma. Assim, se entende, em consequência dessa problemática, uma tensão cristalizada entre os jesuítas portugueses e os padres franceses²⁶⁹, deixando a seguinte impressão “quando a propaganda nos pretendia despojar do nosso padroado da China, era um tribunal de Deus, e quando queria restringir os direitos de el Rei de França sobre igual matéria, era um Tribunal de ambição e que abusava do direito do sacerdócio”.²⁷⁰

É flagrante o jogo retórico do padre Pereira em advertir ao Geral sobre a pressão para que os missionários franceses saíssem da alçada e controle da hierarquia local da Companhia de Jesus nos espaços sínicos²⁷¹, denunciando que havia um interesse político, apoiado pelo rei da França, em construir um projeto de missionação singular àquele idealizado pela ordem inaciana, na China, no período em que os padres Ricci e Ruggieri obtiveram a licença de fixação em região ao sul da China, no século XVI.²⁷²

O valor narrativo de sua epistolografia não se encerrava dentro da hierarquia da Companhia de Jesus, já que escreve ao rei de Portugal, como “um vassalo de Vossa Magestade” pretendendo apresentar de forma sucinta o “que se passa nesta Corte, aonde assisto fiel (..) a serviço do meu Rey.”²⁷³ Obviamente que o teor dessa missiva apresentava contornos de uma prestação de contas política, através da qual comunica de forma pragmática e sem o tom de perplexidade e denúncia observados nas cartas que

²⁶⁹ Em alguns relatos de Pereira, ele reitera que diante do quadro crítico de lideranças em cargos estratégicos, tais como de um Vice Provincial italiano e um Reitor belga, entende que isso explica a pouca vontade dos padres franceses em se adequarem aos cargos de chefia a jesuítas portugueses.

²⁷⁰ Carta de 17 de outubro de 1700, escrita de Paris por José da Cunha Brochado, que era enviado extraordinário de Portugal, ao Confessor de D. Pedro II. Cf. BROCHADO, José da Cunha. Cartas, seleção, prefácio e notas de António Álvaro Dória, Lisboa, Sá da Costa, p. 107. *Apud* SANTO, Arnaldo do Espírito, Introdução às cartas latinas de Tomás Pereira.

²⁷¹ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 146. Na qual se lê sobre os padres franceses: “são impetuosos por natureza. Muito supõem e crêem acerca da sua França e do seu rei; e pressagiam que padeceremos coisas inacreditáveis da parte da *Propaganda Fide*, se os mandarmos embora da China”.

²⁷² Vale aqui ressaltar que no ano de 1615 a Santa Sé autorizou o uso do mandarim na liturgia, em substituição ao latim, por direta influência da circulação de uma das obras de Matteo Ricci, no mesmo ano, intitulada *De Christiana expeditione apud Sinas suscepta a Societate Jesus, ex. P. Matthaei Ricci eiusden commentariis*.

²⁷³ Na compilação epistolar analisada, carta redigida em 1688, após já residir por mais de dezessete anos em Pequim. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 157. Carta de Tomás Pereira a D. Pedro II. Pequim, 10/05/1688. BA 49-V-20, fls. 204v-206.

circulavam exclusivamente entre os inacianos, a atuação de padres franceses, “sem chegarem por Macao”, reforçando a necessidade de envio de padres portugueses.

É nela também que descreve como “entre as grandes honrras e mercês” do Imperador chinês feito a ele nos últimos anos, a convocação para acompanhar a delegação, em companhia do sogro e tio do Imperador, ao norte da China em missão de “tratar as pazes com o Moscouita” em que explica ao rei sobre “a grandeza do negocio, [em que] se deixa ver a confiança que deste indigno vassalo de Vossa Magestade (...) pera esta jornada”²⁷⁴.

Assim, na sua epistolografia, descrita até aqui, é notória a intenção identitária de fixar certo “lugar de fala privilegiado”, na condição de um *Padre de Corte* aos olhos da alta hierarquia da Companhia de Jesus, como também como um “braço”²⁷⁵ a serviço do aparelhamento político do Império Português, pretendendo ser uma fonte confiável em um dos espaços sínicos mais hostis e com poucos registros, na documentação produzida por missionários que precederam ao padre Pereira, aqui sendo necessário igualmente incluir, as narrativas de cronistas, ex-cativos e mercadores²⁷⁶.

A partir do que é possível inferir da análise de suas fontes, esse jesuíta mantinha o seu prestígio junto a Companhia de Jesus, por assegurar informações privilegiadas, ao longo do tempo em que residiu na Corte pequinense, sobre o aparelhamento administrativo e político da China, como também mantendo a alta hierarquia da Ordem munida de registros sobre as ações dos padres franceses que naquele momento ofereciam o maior risco ao legado missionário construído.

Em relação ao mapeamento territorial sínico, a relevância desses relatos sob um olhar por outra escala, como era recorrentemente articulado pelo missionário²⁷⁷, foi de grande valia na comparação dos registros feitos pelo missionário com aqueles provenientes da disputa narrativa dos padres franceses, que também circulavam por toda a Europa.

²⁷⁴ *Idem*. p.158. Curioso observar que essa via é redigida em duas línguas, “seus despachos e resoluções sobre minha pessoa remeto a Vossa Magestade inclusos em letra China para satisfazer a vontade na fonte e com a uersão Portugues[a] para não faltar a coriosidade que á deseja”.

²⁷⁵ Termo cunhado de BOXER, 2007: 97.

²⁷⁶ Ver a compilação de cartas de Rafaella D’intino, com registros de Macau e Goa, majoritariamente, com escassez de informações sobre Pequim ou Nanquim. Cf. D’INTINO, 1989.

²⁷⁷ Nesse aspecto, o padre Pereira reafirma com eloquência em suas cartas, o fato de residir em Pequim, por mais de três décadas (cerca de 39 anos). Como um parâmetro de comparação sobre a questão da residência na Corte Imperial, o padre Ricci, por exemplo, viveu durante 28 anos na China, de 1582 até 1610, no entanto, só consegue autorização para viver na capital em 1601.

O padre Pereira articulava com eloquência a ideia de que poderia ter informações mais assertivas sobre a mobilidade dos padres nos espaços de circulação do Império, exatamente por ter contato estreito com a estratégia de organização administrativa provincial controlada por um mandarinato de Corte, como também em demonstrar conhecimento das novas táticas de reorganização das fronteiras, revistas em razão da mudança dinástica.

Nesses termos, em carta endereçada ao Visitador Simão Martins, na qual o padre atesta a necessidade de rever as instruções enviadas “dos de fora para os nossos ou também vice-versa; e ainda em Macau” em relação as instruções equivocadas quanto os espaços provinciais, sob o risco de fornecer falsos indicadores geopolíticos do Império do Meio, advertindo assim, a tensão interna na Companhia de Jesus desde a chegada de padres de outras nacionalidades. Sob a patente de um padre sênior, indaga alguns equívocos sobre a geografia sínica, “províncias do Norte, et Nankim.(...)Nanquim significa simultaneamente a província e a cidade principal. A razão para duvidar se Vossa Reverência entende apenas a cidade, e não a província”²⁷⁸.

Com esse registro, fica aparente o papel de Tomás em mediar as instruções enviadas por seu Superior, evitando deflagrar fragilidades pela ausência de conhecimento territorial, o que poderia ser usado contra a Companhia de Jesus, em caso de ser compartilhada aos padres franceses, sobretudo pela suspeita de que buscavam maior reconhecimento territorial do norte da China, em razão do interesse francês por instaurar uma nova rota de entrada na China, evitando Macau, exatamente pelo maior controle português sob essa região.

Por outro lado, observando o que fora descrito, Tomás demonstra receio de levantar suspeitas no convívio com tais padres, ao retomar uma expressão que poderia imputá-lo o rótulo de pouca confiança. Tal preocupação é recuperada em inúmeras cartas, através das quais é contundente sobre a permanente necessidade de controle sobre a atuação na Corte dos padres franceses, retomando um dos princípios da Constituição da Ordem “parece que a prudencia nos ensina, e sua rethorica, que nos

²⁷⁸ Trata-se de uma das cartas mais relevantes, em termos de circulação de informações sobre a geografia chinesa, apontando os equívocos até ali reproduzidos dentro da Companhia de Jesus, sobre os espaços de circulação, o que certamente interferia nos temas relacionados às estratégias de atuação orientadas pelo Geral e padre Visitador. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 132-133. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Simão Martins. Pequim, 24/02/1688. BA 49-IV-63, fls. 105v-106.

devemos defender” e é categórico ao dizer sobre seu maior desafeto “Considerando todas as circunstâncias o padre Antonio Thomas não pode ficar só” na Corte²⁷⁹.

Na condição de admonitor, o jesuíta que advertia o Geral da Ordem quanto às faltas internas de alguns padres, também produzia parecer sobre eventos de precariedade da missão, apresentando em suas correspondências até mesmo a preocupação em ser confundido com o padre francês, que embora partilhasse de algumas funções no aparelhamento chinês, era descrito permanentemente com atitudes e narrativas díspares às de Pereira, como pontuado em missiva ao Visitador Filippucci: “como pode haver equívocação no meu nome com o seu sobrenome de Thomas, se deve ir muito atento; et não tomar Antonio Thomás por Thomás Pereira[ou] o contrário; donde poderão originar-se gravíssimas desordens.”²⁸⁰

Se até aqui, foi possível observar o posicionamento pendular do missionário, na tentativa de manter bom convívio com os padres franceses, sem perder o reconhecimento e prestígio adquiridos por seus superiores na Companhia de Jesus, por suas fontes podemos ainda acompanhar o comportamento diplomático desse jesuíta, em relação ao convívio com o Imperador, em que eclipsa o conflito com os padres franceses, sempre que indagado sobre contratempos ou mal estar reportados por mandarins mais próximos ao Imperador. Isso porque desde a morte de Verbiest, o padre Pereira pretende convencer ao Visitador da inadequação do padre António Thomas ao trato e convívio imperial, pontuando ao Visitador sobre o italiano “em cujo lugar não pode logo suceder por ser ainda na língua muito verde. Pello que já me deu o Rey a entender que tudo ficaria as minhas costas”.²⁸¹ Tal despreparo recaía também sobre os demais padres que eram caracterizados igualmente pela “falta de experiência e outras muitas circunstâncias, em que estão ainda muito *europesizados*. Falta muito ainda a cada hum deles nas couzas sínicas”²⁸²

Não eram raros os incidentes diplomáticos que geravam desconfiança ao Imperador em relação à circulação dos demais padres por regiões que não estavam

²⁷⁹ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 156. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 7/05/1688. BA 49-IV-63, fls. 109v-111.

²⁸⁰ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2. p.225 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 12/12/1688. BA 49-IV-63, fls. 107.

²⁸¹ Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2. p.134 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Simão Martins. Pequim, 26/2/1688. BA 49-IV-63, fls. 104.

²⁸² Em carta do padre Pereira, reytor do Collegio de Pekim, ao padre Visitador Filippucci, em 1689. Cf. PEREIRA, Tomás. *Tomás Pereira. Obra*. V.2: 268 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Severio Filippucci, Pequim. 27/3/1689. BA 49-IV-63, fls 481-485.

incluídas na “permissão” provincial, como por exemplo, a entrada diretamente por Nanquim, sem a anuência da administração macauense. Sobre esse problema, ele adotava o protocolo de não informar ao Imperador, “pois quiz encobrir a chegada dos ditos padres, athe os ter seguros”, por vezes, através de suas correspondências, há omissão de alguns nomes já em solo chinês, ao imperador, sob o risco de recair certa desconfiança, sobre todos os padres da Companhia de Jesus.²⁸³

Por estes temas de trato diplomático, Pereira adverte ao Visitador “para que os nossos, diante do imperador, não introduzam na conversa nada acerca de qualquer outro rei, quer europeu, quer outro; muitíssimos males podem nascer disso”, acrescentando ainda, “nem fale da grandeza ou do poder daquele ou deste, de nenhum gênero, se de facto não vem a propósito”, pontuando a articulação política necessária para que a missão fosse preservada do risco da insubordinação dos padres franceses, que não seguiam o protocolo de permissão imperial para circulação nas regiões da China.²⁸⁴

Na perspectiva dos interesses da Dinastia Qing, sobretudo na formação de embaixada para Nerchinsk, o padre Pereira é incluído na função de articulador aos interesses territoriais da Tartária, como consta nas fontes. Embora em correspondência ao Visitador, escrita da Tartária, fica explicitada a oscilação em termos de suas funções “Quanto à nossa embaixada à Rússia, não esteja Vossa Reverência preocupada. Pois julgo que farei com que nenhuma dificuldade, dúvida, inquietação, dano ou qualquer outro mal, provoque à Companhia de Jesus.”²⁸⁵

A estranheza de se ter um padre português, em mediação aos interesses diplomáticos entre chineses e russos explica-se em razão do domínio da língua chinesa e por ser considerado um letrado do ocidente, como é dito em carta ao Visitador, em 1689, em relação às habilidades necessárias aos interesses sînicos, “quanto mais se aplicarem à língua tartária, tanto mais criam raízes na Corte, e a saída se torna impossível.”²⁸⁶ Nestes termos, o padre Pereira modula suas ações para manter o alinhamento necessário ao projeto de catequese, sob a condição de um *padre de Corte*,

²⁸³ *Idem*

²⁸⁴ *Idem*, p. 135

²⁸⁵ Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obra. V.2: 175 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 14/8/1688. BA 49-IV-63, fls.112v114.

²⁸⁶ Versão essa que pode ser fortemente relativizada quando se observa a formação de embaixada com cerca de 90 homens, demonstrando ser o critério de escolha não estritamente ligado aos conhecimentos diferenciados, mas ligado mais à questões dos enfrentamentos climáticos da região. Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obra. V.2: 287 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 16/5/1689. BA 49-IV-63, fls.503v507.

administrando as táticas de atuação possíveis a continuidade e fixação dos jesuítas na China, na qual parecia estar sempre a prova certa validade das práticas de missionação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas fontes, é possível aferir a acuidade de Pereira quanto à sua função dentro do Império chinês, em que tal qual aos mandarins da chamada administração “de dentro”²⁸⁷, deveria estar sob o jugo e vontade do imperador, não sendo passível, nessa relação de prestação de serviços, despertar desconfiança quanto ao seu papel representativo dentro da Companhia de Jesus. Portanto, não cabendo ser interpretado como um padre com funções políticas, para além de um letrado do ocidente, que estivesse atuando em alinhamento aos interesses de outro rei ou outra liderança, pensando aqui a Cúria Romana, que não fosse a chinesa.

Por tais quadros, aqui o *modus operandi* era outro: a serviço e a vontade do imperador, o que explica a oscilação identitária de Tomás Pereira, com o objetivo de manter uma dupla lealdade: à companhia de Jesus e ao Imperador Qing. Nessa dinâmica, o padre modula sua narrativa ora para ratificar a sua senioridade dentro da ordem inaciana, mantendo certo prestígio, ora eclipsando ao imperador, as fragilidades e disputas políticas dentro dos quadros hierárquicos da missionação na China.

Nestes termos, tais vivências reproduziam seu alinhamento aos interesses chineses, sob os quais, o padre Pereira buscava manter-se útil, ao evidenciar, por exemplo, ter voltado em estado físico precário da primeira embaixada “cheguei a esta Corte com a pelle e ossos (...) como tizico. Do successo de nossa derrota escrevi em duas distintas vias, dando-lhe conta de nossa volta, sem concluir o tratado”²⁸⁸.

Assim, a epistolografia do padre Pereira revela o jogo narrativo necessário para aquilo que se poderia ser, como um *padre de Corte*, necessitando manter um aparente equilíbrio de relações de força distintas entre o projeto de cristandade na China e os interesses sínicos da Dinastia Qing, tencionando aqui, uma terceira relação de força traduzida nos conflitos com a atuação dos padres franceses na Corte de Pequim. A

²⁸⁷ Nas fontes este termo designa o aparelhamento da capital, ou seja, mandarins e eunucos que serviam diretamente ao Imperador.

²⁸⁸ Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obra. V.2: 180 Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 15/10/1688. BA 49-V-20, fls.114v119.

profusão epistolar em três anos atesta a dimensão da tensão política da missão chinesa nestes tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES.

PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. Barreto, Luís Filipe; Santo, Arnaldo do Espírito; Gomes, Cristina Costa; Pina, Isabel Murta e Correia, Pedro (eds.), 2 Vols., Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2012.

SEBBES, Joseph. S.J. O Diário do padre Tomás Pereira, S.J. Os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689). Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Instituto Cultural de Macau, 1999.

BIBLIOGRAFIA

BOXER, C.R. O império marítimo português 1415 -1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A Igreja militante e a expansão Ibérica 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

D'INTINO, Rafaella. Enformação das cousas da China- textos do século XVI- Rio de Janeiro: Edições comemorativas dos centenários das Grandes Navegações. 1989.

LOUREIRO, Rui Manuel. Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no século XVI. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

_____. A Malograda Embaixada de Tomé Pires a Pequim, Portugal e a China. Conferências, Séculos XVI-XIX, Coordenação de Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, Lisboa, 1997-1998.

PINA, Isabel. Os jesuítas em Nanquim -1599-1633-, Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

Científico e Cultural de Macau, 2011.

_____. A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda. Conferência Internacional. Biblioteca da Ajuda, 2017.

TAVARES, Célia, A Propaganda Fide versus padroado Português in_ A Crisandade Insular: Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540-1682). Centro de Estudos Gerais – ICHF, Niterói.

Renegados profanos: metamorfoses identitárias entre súditos portugueses na Índia (c.1540 – 1612)

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

Em agosto de 1564, em meio ao Concão, havia uma grande rocha que ocultava pequeno lago onde homens e mulheres seguidores dos muitos ramos hindus realizavam os ritos próprios às suas práticas religiosas. Sobre as águas grande árvore lançava sua sombra, sob a qual flâmulas, cabaças e imagens em pedra e madeira de suas divindades eram depositadas, conferindo sacralidade ao espaço e recebendo a devida reverência daqueles que ali realizavam seus banhos e rituais.

Precipitando-se sobre o local, cinquenta homens avançaram contra os hindus, disparando seus mosquetes, brandindo seus sabres e descarregando com seus cavalos e lanças aos gritos de *morrão estes cães!* em alto português quinhentista. Ao lado deles padres católicos os conduziam em meio à multidão atordoada, fincando cruces nas margens do lago de modo a conspurcar o ambiente no intento de convertê-lo ao catolicismo. Intensificando tal gesto, uma vaca, animal sagrado para os hindus, foi morta, sendo seu sangue lançado às águas e suas carnes jogadas pela terra ao seu redor, sendo tudo, então, consumido por chamas juntamente com as estátuas dos deuses.

Ainda que muitos dos homens e mulheres hindus tenham desesperadamente fugido diante de tamanho ataque, curiosamente um homem vestido como *yogin* colocou-se diante da tropa. No idioma dos agressores protestou que ali estava tal qual São João Batista em sua jornada pelo deserto. Entretanto, de nada adiantaram seus gritos, pois foi preso. Provavelmente levado para alguma das cidades controladas pelos lusitanos estabelecidos na costa ocidental indiana desde os últimos anos do século XV, o *yogin* lusófono foi identificado como um renegado fugitivo português.

Com isso, levado a algum dos tribunais competentes que respondiam à autoridade lusa ao redor do Índico, o Estado da Índia, desapareceu de nossas vistas. As quais, por sua vez, capturaram o momento dramático acima descrito a partir da letra do jesuíta Francisco de Sousa (SOUSA, 1978: 823-824), que em finais do século XVII, em Goa, coligiu diversos relatos a respeito dos avanços portugueses pela Ásia. Enfocando, sobretudo, o processo de conversão de diversas populações, o inaciano manteve tom

vitorioso em seus registros, contribuindo para a construção de imagem poderosa da Companhia de Jesus em sua campanha pelos mares e terras asiáticas.

O contato com esta fonte histórica permitiu vislumbrar a possibilidade de contatos e trocas culturais elaboradas na Índia por homens ligados ao império português, os quais poderiam ter assumido elementos das sociedades indianas de modo razoavelmente profundo, como ocorreu, aparentemente, com o misterioso renegado apontado por Sousa. A partir desta hipótese foi realizada a busca de bibliografia que contemplasse este tipo de experiência, sendo, afortunadamente, encontrados dados tangenciais em obras basilares dos estudos sobre a presença portuguesa na Ásia, como obras renomadas dos historiadores Sanjay Subrahmanyam (SUBRAHMANYAM, 1993) e Luis Felipe Thomaz (THOMAZ, 1994).

Estudos conhecidos há décadas pelo ambiente acadêmico brasileiro e acessíveis às bibliotecas das principais universidades com fortes departamentos de História, foram, para a presente pesquisa, iniciadores no tema dos renegados, embora não abordassem necessariamente mesclas culturais entre as realidades luso-indiana e hindu. Ainda assim, a partir deles foi possível, através da bibliografia utilizada por ambos os autores, conhecer outros estudos a respeito do tema.

Desta forma, então, chegamos ao artigo de Maria Cruz (CRUZ, 1998) intitulado *Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI*, cuja importância reside no fato de ter, antes dos historiadores supracitados, apresentado a questão da renegação como de destacada importância na compreensão das relações entre a experiência luso-asiática e as demais realidades com as quais entrou em contato ao longo de seus avanços sobre a Ásia. Entretanto, assim como foi mantido por Subramanyam e Thomaz, Cruz limitou-se a descrever brevemente alguns dos casos que analisou, além de valorosamente apresentar possíveis caminhos investigativos a fim de encontrar vestígios dos renegados.

Ao trilhar alguns deles, chegamos a importante, ainda que discreto, manancial de fontes a respeito do *arrenegamento*: os registros do Santo Ofício de Goa. Guardados pelo Arquivo Nacional de Portugal, a Torre do Tombo, consistem em registros inestimáveis realizados a respeito de diversas populações ao longo de séculos através de inúmeros documentos produzidos pelo tribunal. Em meio a eles, seguiu-se o rastro da apostasia. Apontado por Cruz como prática frequente entre renegados como forma de

sobreviverem em meio aos sultanatos da Índia, tal crime de foro religioso consiste no abandono de uma fé em favor de outra, sendo, para isso, assumidos os costumes, ritos e afiliações desta.

Assim, os outrora súditos católicos da Coroa, por motivos diversos, tais quais penúria e fuga das autoridades do Estado da Índia, cruzaram fronteiras, assumindo outros conjuntos de crenças, outros códigos sociais e culturais e outros elos políticos como forma de alcançarem meios para sua subsistência em terras fora da jurisdição lusa. Atitudes compreendidas através do conceito de apostasia pelas autoridades eclesiásticas, houve aqueles que, por assim agirem e por terem sido capturados pela Inquisição goesa, tiveram suas experiências fora das muralhas luso-indianas perscrutadas pelos padres a serviço do tribunal.

Tribunal que pode ter recebido o “*yogin* lusófono” do início deste texto. Afinal, categorizado como renegado e visto ter assumido traços de grupo não cristão, é possível que a menção do jesuíta Francisco de Sousa ao fato daquele ter sido entregue a tribunais competentes fosse menção ao Santo Ofício (SOUSA, 1978: 824). O qual, por sua vez, atuou em favor dos ditames dirigidos pela Coroa portuguesa a partir da década de 1530 referentes ao seu projeto de homogeneização das muitas populações sob seu jugo ao redor do mundo. Uma homogeneização marcada pela crescentemente intolerante imposição e vigilância da identidade católica lusitana sobre todos os povos que estivessem sob o mando coronal.

Contexto, portanto, favorável às perseguições aos que, em território sob jurisdição portuguesa, não estivessem de acordo com as premissas ideais constitutivas do ser súdito da Coroa. O que nos leva à destruição relatada pelo inaciano supracitado, visto estar localizado o pequeno lago que servia de local de culto hindu nos arredores de Baçaim, cidade luso-indiana. Conjuntura que também nos conduz aos casos de renegação e apostasia selecionados para a presente tese.

Razoavelmente difíceis de serem encontrados, tal dificuldade se deve em parte à exiguidade de documentos acessíveis relativos à Inquisição de Goa. A pequenez de seu número no maior arquivo público português, a Torre do Tombo, ocorre graças à tentativa de eliminação dos papéis do Santo Ofício goês no século XIX sob mando do então príncipe-regente D. João VI (BAIÃO, 1945, Vol.1: 15). Desta empreitada quase bem-sucedida, restaram as cópias de alguma documentação despachada a Lisboa ou de

casos cujas penas tocassem o tribunal lisboeta. O que faz com que parte dos réus cujas trajetórias aqui foram mais detidamente analisadas tenham tido ou origem reinol ou tenham sido punidos com degredo para as áreas sob jurisdição da Inquisição da cabeça do império.

Outro fator que contribuiu para agravar a dificuldade de investigação dos renegados apóstatas foi a dispersão dos registros procurados em meio a muitos outros abarcados pelo Santo Ofício português. Por mais que a Torre tenha facilitado enormemente o acesso ao seu acervo a partir da digitalização de grande parte do mesmo, ainda assim seu sistema organizacional no que toca à documentação inquisitorial carece de maior atenção aos papéis referentes à Inquisição de Goa.

Pois sendo em sua maioria, conforme dito antes, cópias despachadas a Lisboa, acabaram, em algum momento, sendo indexadas pelo Arquivo Nacional ao tribunal desta, dificultando sua procura e causando contratempo que poderia ser sanado a partir da reelaboração do procedimento de categorização dos documentos em questão. Com isso, boa parte dos casos aqui selecionados, que não diziam respeito necessariamente àqueles ocorridos em território reinol, encontravam-se em meio a maços de processos, sentenças e denúncias de outros tribunais, sobretudo o lisboeta.

Superada tal dificuldade foram encontrados os seis casos que apresentavam renegados que haviam apostatado e apresentaram, com isso, ao tribunal, absorção de traços não católicos portugueses em suas narrativas e confissões, sendo eles António Camacho, *dom* António Ramirez, Francisco Toscano, Jorge Cardozo Mendonça, Gonçalo Guedes de Revoredo e Gonçalo Toscano. A documentação a seu respeito, ainda que não seja composta por centenas de fólios, consiste em algumas dezenas de manuscritos, que exigiram, para seu escrutínio minucioso, aplicação de conhecimentos paleográficos de modo a não serem perdidos, ao longo da difícil leitura, dados de valor para a pesquisa.

A partir deste ponto outro problema surgiu ao longo da investigação: a ordem cronológica das inquirições e dos depoimentos dos réus. Visto o Santo Ofício atuar sobre as memórias daqueles que depunham, por vezes o depoente, que poderia ser chamado diversas vezes a narrar suas experiências a partir da incisiva condução de sua fala pela pressão inquisitorial, a ordem de tais lembranças não necessariamente acompanhava a ordem dos depoimentos. Com isso, frequentemente os réus apontavam

para fatos ocorridos há mais tempo no final de suas sessões do que no início das mesmas, levando à reformulação, da parte de quem pesquisa tal tipo de fonte, de boa parte das hipóteses e prévias conclusões alcançadas ao longo de sua leitura.

Atravessadas tais questões ao longo dos anos de investigação, favorecida pela disponibilidade de tempo fornecida àquele que aqui escreve a partir da concessão de licença remunerada pela instituição de ensino da qual faço parte do corpo docente, o Colégio Pedro II situado na cidade do Rio de Janeiro, outras surgiram. Afinal, chegou-se a certo ponto em que a pesquisa poderia simplesmente apresentar como fruto a reconstituição das narrativas dos homens em foco situados em período que vai da década de 1540 (provável período mais recuado de nascimento dos réus mais velhos) até 1612 (ano de execução do réu mais jovem) que renegaram e apostataram na Índia entre meados dos Quinhentos e princípio dos Seiscentos.

No entanto, sendo verificada na documentação em foco a frequência com que estes homens se tornaram ora muçulmanos, ora *jogues*²⁸⁹ e ora, novamente, católicos, percebeu-se neles considerável capacidade de transgressão. A qual, por sua vez, que não estava restrita a aspectos religiosos, mas, dado o fato de ser a religião destacado elemento constitutivo das identidades das populações europeias da Idade Moderna e daquelas sob o jugo das mesmas, a ação transgressora dirigiu-se à própria identidade dos homens em questão.

Afinal, ao assumirem-se como afiliados a correntes *yogin* em certa fase de suas vidas, a sultanatos islâmicos em outra e, comum a todos, à entidade imperial luso-asiática, acabavam por perfazer metamorfoses identitárias complexas, levando-os a se situarem sob diferentes normas religiosas, políticas e sociais. Assim como tal capacidade nos revela curiosa habilidade de assumir tática e pragmaticamente códigos culturais, sociais e políticos variados para além daqueles em meio aos quais suas identidades originais foram constituídas.

Percebeu-se, desta forma, que tais transgressões revelavam indícios de experiências variadas relativas à constante elaboração identitária dos renegados sob foco. O que nos instigou, então, a buscar compreender mais a fundo os sentidos possíveis destas incessantes construções de identidades. As quais, por sua vez, ocorriam

²⁸⁹ Corruptela portuguesa da palavra sânscrita *yogin*.

ao sabor das circunstâncias em que os que as realizaram se encontravam, executando-as de acordo com as conjunturas mais favorecedoras à sua sobrevivência.

Para tal empreitada, foram obtidos subsídios junto, sobretudo, à filosofia de Michel Foucault e à de Giorgio Agamben. Do primeiro obteve-se importantes caminhos para reflexão a respeito da transgressão, a qual, segundo ele, existe no ato de ruptura de valores e normas de determinada realidade, lançando o seu agente ao vazio da ausência de sentido existencial (FOUCAULT, 2009).

Contudo, verificando nas experiências aqui mais detidamente analisadas, percebeu-se ser impossível atestar o sentido niilista foucaultiano para o devir das transgressões realizadas pelos renegados. Afinal, a cada transgressão identitária que realizavam, assumiam deliberadamente outro conjunto de elementos culturais, sociais e políticos que viabilizavam o erguimento de outra identidade.

Logo, não mergulhavam em vazio existencial, mas, contrariamente e pela força das circunstâncias, acomodavam-se a novas realidades culturais, sociais, econômicas e políticas ao submeterem-se rapidamente aos costumes, crenças, ritos e normas dos grupos em meio aos quais buscavam abrigo. Tornavam-se outros pragmaticamente, manipulando-se identitariamente, o que, por sua vez, nos levou ao filósofo italiano supracitado graças, sobretudo, a caro par de conceitos por ele trabalhados: *sagrado* e *profano*.

Sagrado, na perspectiva de Agamben, é tudo aquilo que está restrito ao uso e manipulação livres, sendo colocados à parte da vida mundana através de atitude reverencial e grave. *Profano*, por outro lado, consiste em tudo aquilo que, outrora *sagrado* foi retirado desta posição, sendo a coisa *profanada* devolvida ao uso comum (AGAMBEN, 2007). Com tal par conceitual, por sua vez, tornou-se possível avançar para além do vazio pós-*transgressão* proposto por Foucault. Afinal, presumindo-se que a *profanação* agambeniana de qualquer coisa necessite de uma ação *transgressora* para sua execução de modo a arrancar o objeto *sagrado* de tal posição, verifica-se, então, a *profanação* como etapa posterior à *transgressão*.

O objeto *transgredido* e *profanado* em questão, aliás, consiste nas identidades dos homens sob foco. Pois, entendendo que os ambientes originais dos renegados em questão, ou seja, a península Ibérica e os domínios luso-indianos entre as décadas de 1540 e 1580, encontravam-se sob franco processo de *disciplinamento social* e

*confessionalização*²⁹⁰ (PALOMO, 2006), constatou-se um aprofundamento dos processos de *sacralização* das identidades católicas daqueles sob jugo português. Contudo, António Camacho, dom António Ramirez, Francisco Toscano, Jorge Cardozo Mendonça, Gonçalo Guedes de Revoredo e Gonçalo Toscano escaparam, ainda que momentaneamente, a tais imposições.

Conforme mencionado anteriormente, assumiram outras identidades para além da de súditos católicos da Coroa portuguesa. Tornaram-se outros, arrogando o poder de manipularem a si mesmos em benefício de sua própria sobrevivência. *Transgrediram* os limites à criatividade pragmática de metamorfosearem-se ao sabor das circunstâncias. *Profanaram-se*, então, ao renegarem e apostatarem. Afinal, com isto desrespeitaram os ditames político-confessionais determinados sobre todos os que estavam sob o jugo luso e tomaram para si a liberdade de definirem seus elos políticos, sociais e culturais em meio à realidade indiana.

Vista a capacidade de aderirem a distintos grupos e credos e de abandonarem afiliações políticas e religiosas de modo a seguirem as conjunturas que melhor lhes favorecessem, estes renegados *profanos* assim agiram não somente para escaparem da realidade luso-indiana. Também o fizeram de modo a escaparem de atribuições presentes em meio aos sultanatos em que viveram por certo espaço de tempo. Então, se *profanaram*, por um lado, os ditames portugueses católicos, também profanaram, por outro, as formas de ser muçulmanas decanins e, em dois casos, as normas e condutas de certos ramos *yogin*.

Assim, a tese homônima a este artigo e resultante desta pesquisa buscou demonstrar ao longo de seus capítulos as maneiras pelas quais tais homens foram constituídos e constituíram-se identitariamente. Em parte, primeiramente, como súditos católicos de Portugal nascidos em meio às décadas de maior rigidez na formação daqueles que estivessem sob o jugo da Coroa lusa, mais precisamente entre as já apontadas décadas de 1540 e 1580²⁹¹. Com isso, avançou-se, a partir da análise documental, para os casos com processos completos, a verificação de seus casos até o

²⁹⁰ Conceitos abordados pelo historiador Federico Palomo referentes aos processos de estabelecimento mais rígidos de parâmetros morais, comportamentais e religiosos dos súditos católicos portugueses, bem como de maior vigilância sobre os mesmos e maior intolerância contra as populações não cristãs sob o jugo lusitano.

encerramento dos mesmos. Para os que tinham como fontes apenas suas sentenças, decidiu-se avançar até a data de proferição das mesmas, o que nos conduziu ao ano de 1612, ano da última sentença cronologicamente.

Utilizando-se, portanto, destas balizas temporais, dos conceitos acima expostos e das fontes supracitadas, a pesquisa desenrolou-se ao longo de seis capítulos. O primeiro, “Os ossos dos fugitivos” tem como objetivo apresentar as fontes utilizadas, bem como estabelecer balanço historiográfico a respeito do tema da renegação na Índia portuguesa.

Ainda nele, são apresentados, a partir da documentação inquisitorial e de fontes relativas à formação dos homens de armas e de mar, os contextos em meio aos quais os seis homens em foco na presente tese podem ter construído suas identidades originais. Quanto ao primeiro conjunto documental, através dele é possível a obtenção de dados valiosos sobre a vida de cada um dos réus, dado o minucioso rigor do escrutínio inquisitorial a respeito das raízes e experiências daqueles que eram convocados a depor diante dos agentes do Santo Ofício.

Quanto ao segundo conjunto, a este recorreremos graças ao fato de quatro dos seis renegados terem tido relação direta com as armas aquando de suas experiências no Decão. Experiências advindas da necessidade de obterem, através do serviço aos sultanatos decanins, meios para sobreviverem, foram vividas por homens que possivelmente deveriam possuir algum conhecimento bélico prévio. Sendo três dos quatro em questão de possível origem reinol, verificou-se em meio a fontes a respeito da formação portuguesa de homens de armas como poderiam eles ter tido acesso a tal conhecimento, assim como a respeito das condições a que se submetiam os súditos da Coroa envolvidos com a guerra.

O segundo capítulo, “À sombra das muralhas do Estado da Índia”, busca apresentar desde as condições da viagem do Reino à Índia até a vida sob o jugo da entidade imperial luso-asiática. Assim, são demonstradas as maneiras pelas quais António Camacho, *dom* António Ramirez, Francisco Toscano, Jorge Cardozo Mendonça, Gonçalo Guedes de Revoredo e Gonçalo Toscano estavam inseridos na sociedade luso-indiana de meados do século XVI.

A abordagem a respeito da questão da viagem pela *Carreira da Índia*, realizada pelos reinóis do grupo, ou seja, por António Camacho, *dom* António Ramirez, Jorge Cardozo Mendonça e Gonçalo Guedes de Revoredo, visa demonstrar as condições que

eles podem ter enfrentado aquando de suas partidas para a Ásia. Condições que, para além das agruras advindas com as doenças, tormentas e outras dificuldades próprias do longo itinerário marítimo à época, instituíam hierarquias severas aos embarcados, antecipando, sobretudo quanto aos soldados a bordo, distinções e dificuldades que viriam a ser preservadas ao longo de seu serviço ao Estado da Índia.

A respeito da vivência dos seis homens sob foco na sociedade luso-indiana, são demonstradas as maneiras pelas quais cada um estava nela inserido. Com isso, são apresentadas as filiações a certos segmentos sociais. O que acabou revelando, por sua vez, disparidades no que toca à ocupação e pertença a determinados grupos da parte de cada um deles aquando de suas vidas à sombra das muralhas luso-indianas. A título de exemplo, temos desde um converso em condição de servidão, Gonçalo Toscano, até um suposto fidalgo de origem madrilena, António Ramirez.

Assim, os dois primeiros capítulos propõem a apresentação das possíveis origens dos réus, bem como de seus elos com grupos localizados na porção ocidental índica do Estado da Índia. Desta forma, são reveladas as consideráveis diferenças entre eles, seja a nível económico-profissional (indo desde um mestre-escola a um *moço*), seja a nível étnico (indo desde reinóis até um muçulmano do interior do Decão), demonstrando suas diferentes experiências ao longo de suas jornadas como homens sob o jugo da Coroa portuguesa.

O terceiro capítulo, “Sacralização identitária”, aborda justamente a submissão à Coroa ao longo do período em meio ao qual viveram os homens em questão, ou seja, entre a década de 1540 e 1610²⁹². Período marcado pela implantação dos projetos de *confessionalização* e *disciplinamento social* visando homogeneização dos súditos daquela ao redor de seu império de proporções globais, é aqui também detectado o aprofundamento dos processos de *sacralização* identitária dos mesmos.

Assim, apresenta-se nesta parte da tese o conceito de *sagrado* de Giorgio Agamben, bem como sua aplicação junto ao contexto imperial lusitano a partir da detecção supracitada. Esta se dá a partir da comparação entre as políticas identitário-confessionais portuguesas anteriores a 1530 e aquelas advindas a partir desta década.

²⁹² Reconhece-se que ao longo deste recorte cronológico houve a união das coroas ibéricas, levando a alterações na estruturação política de Portugal. Contudo, segundo Palomo, no que toca aos processos de *confessionalização* e *disciplinamento social*, estes foram preservados ao longo do período permitindo, portanto, observar o prolongamento de práticas de construção identitária e subjugação política daqueles sob o mando português entre 1580 e 1640.

Quanto àquelas, percebe-se tolerância quanto à diversidade de grupos étnicos, religiosos e portadores de distinções culturais marcantes, sendo perceptível, da parte da Coroa, a preservação desta postura presente nas práticas políticas lusas desde o medievo até os anos 30 dos Quinhentos.

Deste momento em diante, com o desenvolvimento, a partir do reinado de D. João III, de ideal imperial mais incisivo e territorial, bem como consoante às concepções de poder que estavam em voga na Europa ocidental deste período, alteram-se as maneiras pelas quais a Coroa lidava com as muitas populações sob seu jugo. Obrigadas ou a adequarem-se aos novos ditames político-confessionais vigentes, ou a resistirem aos mesmos e encararem perseguições, ou a retirarem-se dos domínios portugueses, estas tiveram sobre si o peso de maiores restrições quanto às suas crenças, hábitos e estruturação identitária.

Peso que recaiu sobre os réus em foco. Visto terem nascido em período em que tais processos já estavam em curso, é possível inferir que suas formações como súditos católicos se deram em meio a esta reestruturação das identidades político-confessionais presentes ao redor do império português. Logo, enquanto os dois primeiros capítulos demonstram como tais homens se inseriam neste, o terceiro busca aprofundar a análise desta inserção, apresentando mais amplamente o contexto político imperial luso em meio ao qual viveram os ditos homens.

Vidas que se alteram sensivelmente com a partida destes mesmos homens para as terras fora da jurisdição lusitana na Índia, conforme é apresentado no quarto capítulo, “Renegados profanos”. Por razões que vão desde o temor da penúria até perseguições de bispo e familiares, António Camacho, *dom* António Ramirez, Francisco Toscano, Jorge Cardozo Mendonça, Gonçalo Guedes de Revoredo e Gonçalo Toscano, em busca de melhores condições de vida, *homizaram*, renegando seus laços com o Estado da Índia e mergulhando em mundos diversos daqueles que até então, na maioria dos casos, viviam.

Tornando-se renegados, conforme foi exposto anteriormente, de modo a sobreviverem em meio aos grupos decanins com os quais se envolveram, apostataram, convertendo-se ao Islã. A partir desta transformação quatro deles atuaram como guerreiros dos sultanatos do Decão, alguns, inclusive, lutando contra portugueses. Assim, de modo a elucidar como tais vivências se deram, o capítulo demonstra conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais da região em questão, destacando-

se as guerras decanins de meados dos Quinhentos, com as quais parte dos seis renegados lidaram.

Com o capítulo quinto, “A profanação de si”, avançamos com análise mais detida do caso de António Camacho a partir da apresentação e aplicação dos seguintes conceitos: a *transgressão* foucaultiana, a *tática* de Certeau e a *profanação* agambeniana. Servindo de lentes para verificação do processo inquisitorial mais completo obtido pela pesquisa realizada para esta tese, este conjunto conceitual permitiu aprofundar a compreensão a respeito das transformações de Camacho. Graças ao maior acesso aos documentos inquisitoriais a seu respeito, foi possível obter visão mais detalhada de suas experiências tanto no Reino quanto na Ásia.

Ao longo da investigação, por sua vez, foram detectadas atitudes *táticas* (CERTEAU, 2014) diante da necessidade apresentada pelo réu de adaptar-se às circunstâncias que favorecessem sua sobrevivência em meio tanto às perseguições sofridas no Estado da Índia quanto às guerras com as quais se envolveu aquando no Decão. Com isso, calculadamente Camacho partiu para o interior da Índia, *transgredindo* seus parâmetros identitários, apostatando ao tornar-se muçulmano e, vista a capacidade de manipulação pragmática de sua própria identidade, *profanando* a si mesmo.

Ainda que seu caso tenha recebido mais atenção neste capítulo, os referentes a Jorge Cardozo de Mendonça, António Ramirez e Gonçalo Guedes de Revoredo também são contemplados, visto, a partir da análise das fontes a seu respeito, também trazerem à tona aspectos de suas experiências na Índia profunda que podem ser interpretados à luz dos três conceitos aqui utilizados.

Quanto aos Toscanos, Francisco e Gonçalo, ainda que sejam brevemente também abordados no quinto capítulo, a eles é dada maior atenção no sexto e último da presente tese: “O labirinto do *jogue*”. A partir da leitura dos documentos inquisitoriais relativos a eles, percebeu-se outra modalidade de *profanação* identitária, a qual, diferentemente dos demais renegados, para além da adoção do Islã, os Toscanos também assumiram temporariamente a identidade *jogue*.

Termo que é verificado no capítulo quanto à sua origem, historicidade e relação com o procedimento inquisitorial do Santo Ofício goês, o *jogue* era a figura utilizada pela experiência portuguesa na Ásia para definir diversos grupos ascéticos hindus e

muçulmanos. Presente, inclusive, na obra do inaciano Francisco de Sousa para definir o dito “*yogin* lusófono” do princípio desta introdução, a nomenclatura foi mobilizada pelos agentes inquisitoriais responsáveis pelos réus em questão para compreender as maneiras pelas quais tais homens alteraram-se em meio às realidades indianas externas à jurisdição lusa.

Alterações, por sua vez, também analisadas à luz da *transgressão*, *tática* e *profanação*, bem como à luz de proposta de verificação dos mesmos como pontos de conexão entre diferentes mundos. Circulando entre as realidades luso-indiana, islâmica decanim e hindu da porção central da Índia, os Toscano, a partir das perspectivas da *Connected History* (TRÜPER, SUBRAHMANYAM & CHAKRABARTY, 2015) e da História Global (GRUZINSKY, 2018) servem como complexos elos entre tantos universos distintos, auxiliando na compreensão das relações entre os mesmos.

Propõe-se, enfim, com a presente tese, analisar processos de construções identitárias fluidas em meio às conjunturas de parte do subcontinente indiano no período entre as décadas de 1540 e 1610. Identidades construídas *profanamente* por renegados que circularam à sombra do império português e dos sultanatos do Decão que permitem vislumbrar, da parte destes homens, a tomada de poder sobre si mesmos. Homens que, por mais que tenham sido alvo da perseguição inquisitorial, apresentaram ao tribunal o fato de que havia súditos da Coroa que escapavam de seu controle, mascarando-se e escapando por mundos afastados de sua incisiva vigilância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BAIÃO, António. A Inquisição de Goa. Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. Lisboa: Academia das Ciências, Vol.1, 1945.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CRUZ, Maria A. L. “Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI”. IN: Revista Textos de História, vol. 6, nº 1 e 2, 1998.

FOUCAULT, Michel. “Prefácio à transgressão”. In: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GRUZINSKI, Serge. ¿Para qué sirve la historia? Madrid: Alianza Editorial, 2018.

PALOMO, Federico. A Contrarreforma em Portugal, 1540 – 1700. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

SOUSA, Francisco de. Oriente conquistado a Jesus Cristo. Porto: Lello & Irmão – - Editores, 1978.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica. Carnaxide: Difel, 1993.

THOMAZ, Luis Filipe F.R. De Ceuta a Timor. Miraflores: Difel, 1994.

TRÜPER, SUBRAHMANYAM & CHAKRABRARTY. Historical Teleologies in the Modern World. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2015.

Do Resgate de Ptolomeu (1486) à Mercator (1569): uma breve análise da cartografia do início da era moderna

Luciana de Queiroz Pinto
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

*“Dê-me um mapa; depois mostre-me
Tudo o que me resta para conquistar...”²⁹³*

Intitulado “Do resgate de Ptolomeu (1486) à Mercator (1569): uma breve análise da Cartografia do início da Era Moderna”, o artigo analisa as diversas transformações que a cartografia sofreu entre a produção do final do século XV, que resgatou a perspectiva Ptolomaica de representar o mundo, partindo da tradição grega do mundo conhecido; até 1569 com a projeção do Mapa-mundi de Mercator inovando com cálculos trigonométricos nos paralelos e Meridianos, que designou novos rumos à produção cartografia e às Navegações.

Essa trajetória ocorre num contexto cultural, iniciando a Idade Moderna, mas ainda, farto de valores medievalistas. Ou seja, essas obras vão além de representações do espaço geográfico, são elementos culturalmente permeados de valores ideológicos que traduzem de forma explícita e implícita as mensagens e signos existentes em todo discurso cartográfico.

Considerando o contexto histórico como influência na produção do documento, cabe entender o discurso cartográfico, como a representação e o efeito do poder numa sociedade, que se expressa através de um mapa. Segundo Harley (2009: 2),

Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. Aceitando-se tais premissas, torna-se mais fácil compreender a que ponto eles se prestam às manipulações por parte dos poderosos na sociedade.

Analisar tais fontes requer à consciência que, elas surgiram de uma seleção do que deveria ser representado e omitido. Harley (2009: 4) destacou, “As relações

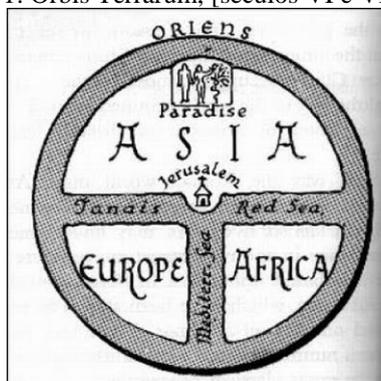
²⁹³ Christopher Marlowe, Tamburlaine, Segunda parte (V.iii 123-139), apud HARLEY, J. Brian. *Mapas, saber e poder*. Confins nº5, 2009: 2 Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>

dialéticas entre imagem e poder não podem ser dissociadas dos procedimentos destinados a avaliar o conhecimento topográfico bruto dos mapas e não há teste para verificar suas tendências ideológicas”. Concomitantemente, afirmamos que, a técnica na elaboração, os interesses políticos, as influências religiosas e os limites navegados devem ser o arcabouço da nossa ‘leitura’ nesses documentos. Os mapas aqui apresentados foram resultado de uma construção, além do espaço geográfico, mas de um discurso social de seus autores e ideologias.

Para entender a cartografia de Ptolomeu, é preciso reconhecer que os gregos da antiguidade, tinham conhecimento geográfico de uma Terra esférica, o formato Elipsóide e as bases científicas para as Linhas do Equador, Trópicos e Meridianos. Os mapas produzidos naquele momento, utilizavam coordenadas astronômicas e desenhavam o mundo habitado conhecido. Também utilizava símbolos para preencher o desconhecido até aquele período; considerando que Ptolomeu (astrônomo-cartógrafo) viveu entre 90-168 d.C. Sua obra foi resgatada e traduzida para o árabe no século IX, em 1172 chegou ao Ocidente com a tradução de Gerardo de Cremona para o latim (CORTESÃO, 1964).

A ruralização nos feudos durante a Idade Media, restringiu os estudos técnico-científicos e difundiu valores religiosos cristãos. Num período de grande analfabetismo, os mapas tinham primazia visual e serviam como instrumento pedagógico, tratavam da natureza física do espaço e conhecimento simbólico, “... para o homem religioso essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe, que o cerca” (ELIADE, 2010: 25).

Figura 1: Orbis Terrarum, [séculos VI e VII]



Fonte: BAGROW, Leo. *History of Cartography*. London. C.A. Watts e Co. LTDA, 1964: 86

Mudanças sociais que ocorreram no final do medievo refletiram na cartografia, “as mudanças ocorridas na cotidianidade feudal geram novos desafios e as respostas aos novos dilemas impõem outras perspectivas em relação à concepção de espaço até então vigente” (SANTOS, 2002: 46). Os mapas foram se dessacralizando quanto aos signos, mais ainda tinham formato “T-O”.

Figura 2: Santo Isidoro de Sevilha - [Mapa T-O], 1483



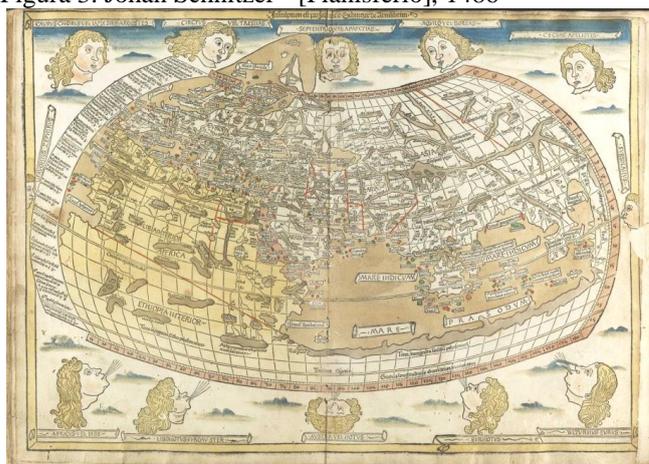
Fonte disponível em: <http://bndigital.bn.br/wp-content/uploads/2015/08/Cat%C3%A1logo-Exposi%C3%A7%C3%A3o-Historica-Cartographica-Brasilis-in-Biblioteca-Nacional.pdf>

Essas variantes refletem as mudanças e permanências na cartografia dos séculos XV e XVI. Fruto dos diversos olhares que emergiram com a expansão marítima.

Esses mapas-múndi estavam inseridos em uma época importante de efervescência dos debates acerca da geografia terrestre suscitados pelas relações entre o ideal de mundo medieval, o conhecimento recente dos autores clássicos que havia muito estavam perdidos e as descobertas realizadas durante as viagens empreendidas pelos ibéricos. Foi um período que representou um momento de síntese não somente na história da cartografia, mas em muitos outros campos da história. (RABELO, 2009: 121)

Resgatar Ptolomeu naquele momento foi o ponto de partida para estudos que contribuíssem com as navegações. Começaram as traduções e publicações da ‘Geografia de Ptolomeu’ (PTOLYMY, 1991), repleta de elementos míticos e indicando linhas de paralelos e meridianos.

Figura 3: Johan Schnitzer - [Planisfério], 1486



Fonte disponível em: <http://bndigital.bn.br/wp-content/uploads/2015/08/Cat%C3%A1logo-Exposi%C3%A7%C3%A3o-Historica-Cartographica-Brasilis-in-Biblioteca-Nacional.pdf>

Segundo Veloso Filho (2010), Emmanuel Chrysoloras iniciou a tradução da Geografia de Ptolomeu para o latim, que foi finalizada por Jacobo d’Angiolo [1407]. A popularidade desses trabalhos ocorreu, graças à imprensa, que possibilitou a disseminação dessas obras.

Figura 4: Henricus Martellus – Mapa-múndi, c.1490



Fonte disponível em:
<https://i.pinimg.com/originals/3b/e7/75/3be775bec50ea96fbb0490ebf207321f.jpg>
pg

A Cartografia Ptolomaica foi amplamente utilizada como base para construção de inúmeros mapas-múndi no século XV.

São eles os mapas-múndi dos venezianos Albertin de Virga (1411-1415), Andrea Bianchi (1432-1436) e Fra Mauro (1457-1459), monge do Mosteiro de San Michelle di Murano, do cartógrafo alemão Andreas Walsperger (1448) e ainda os chamados mapas Genovês (1457) e Catalão Estense (1450-1460)”. Estes seis mapas incorporam características da cartografia clássica, notoriamente a ptolomaica, do esquema de tradição cristã medieval, das

cartas portulanos e ainda registros da expansão do conhecimento geográfico advindo das viagens empreendidas não só pelos europeus, mas também por bizantinos e árabes. (MACHADO, RUCHKYS, 2011: 3)

Na medida em que as viagens aconteciam, novas informações foram sendo acrescentadas nos documentos. Apareciam com novos contornos, ilhas, espaços e atualização de coordenadas. Alterações no formato e na tecnicidade da produção, cujo objetivo era agilizar as rotas e facilitar acessos. Surgiram os mapas (cartas) portulanos, que informavam, essencialmente os trajetos e locais, “Quem a confeccionou possuía a intenção explícita de representar um território considerando medidas precisas e, portanto, uma localização toponímica igualmente precisa” (SANTOS, 2002: 51). A Rosa dos Ventos e a bússola tornaram-se os norteadores dos rumos da navegação, ou seja, o sistema de projeções necessárias aos viajantes.

Figura 5: Cantino - *Planisfério*, 1502



Fonte disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/planisferio-anonimo-de-1502-dito-lde-cantino.html#.WOPwt7jdBmQ>>

O mapa de Cantino é um exemplo de Portulano que identifica o contorno do continente africano, parte da América, a indicação de rumo com as rosa dos ventos e paralelos. O tecnicismo dos Portulanos não anulou a tradição. Entre os séculos XV e XVI, a produção cartográfica refletiu aspectos da cultura medieval, a influência da cartografia ptolomaica e as inserções das descobertas. Dessa forma, há uma fusão entre verdades ensinadas e experiência vivida, resultando no renascimento cartográfico.

O renascimento cultural e científico refletiu na cartografia. Os mapas renascentistas tinham esse caráter eclético que combinavam tradições com

modernidade; apresentavam as novas descobertas, aliados às informações do passado e de todo seu simbolismo. Portanto, haviam descrições atualizadas, como também expunham uma gnose do passado. A produção renascentista na cartografia procurou atualizar-se com os relatos e diários dos viajantes, para tornar o documento mais informativo possível, porém, o desconhecido e não desbravado precisava ser preenchido. Nesse sentido, a ausência de informações era um fator para o uso da herança cultural e completar os vazios para ampliar o ‘mundo conhecido’.

Ao longo do século XVI, foi publicada uma vasta produção cartográfica que, anunciava novos territórios e povos, fruto da expansão marítima e dos interesses políticos, econômicos e religiosos do período. Cabe aqui, destacar alguns desses documentos como uma maneira de explicitar o trajeto que vai culminar na produção de Mercator.

Demonstrando uma tecnicidade, em 1513, o mapa de Piri Reis elucidou graus de latitude e longitude, distância aproximada entre as costas, rosa dos ventos, os rumos da agulha de marear e outros elementos fundamentais à navegação. No oceano Atlântico, ilustra embarcações (naus e caravelas), absorto ainda no universo da fusão do tradicional com o moderno, ele retrata monstros, seres estranhos meio humanos, meio animais e peixe gigante (GUEDES, 2009).

O mapa de Piri Reis (1513) é um dos mais populares mapas do século XVI e um monumento histórico precioso da herança cartográfica turca e mundial. O que torna o mapa de Piri Reis único não é a sua extraordinária exactidão, como foi defendido no passado, mas o facto de conter a mais primitiva representação da América que chegou aos nossos dias, a qual ilustra de forma eloquente a convicção de Cristóvão Colombo de ter chegado à Índia, em 1492. De acordo com uma das suas legendas, as terras representadas a oeste foram copiadas de uma carta desenhada pelo próprio Colombo, a qual tinha sido encontrada pelo corsário Kemal Reis, tio de Piri Reis, nas mãos de um marinheiro espanhol que tinha acompanhado Colombo nas suas viagens. (MAIA, SOARES, 2018: 56)

Figura 6: Piri Reis (Piri Reis Haritasi) - Carta Náutica, 1513



Fonte disponível em:

https://academia.marinha.pt/pt/academiademarinha/Edies/PIRI_REIS.pdf

De Lopo Homem e Pedro Reinel²⁹⁴ e ao pintor António de Holand, esse atlas de 1519, com 8 mapas de diversas partes do mundo é um compêndio de informações geográficas e antropológicas, com ilustrações exóticas dos territórios descritos. Exemplifico com apenas 1 prancha, para expressar o desenrolar da cartografia moderna.

Figura 7: Lopo Homem e Pedro Reinel - Atlas Miller [Terra Brasilis], 1519.²⁹⁵



²⁹⁴ O Atlas Miller é considerado um dos mais importantes atlas português do século XVI. O luxuoso Atlas teria sido um presente de D. Manuel I (1469-1521) ao rei da França. O rei português teria possíveis interesses políticos em apresentar-lhe as possessões de seu império. (HESPANHA, 1997: 21-22).

²⁹⁵ Mapa 'Terra Brasilis' é a 4ª folha do Atlas Müller. Faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Paris.

Fonte: Fac-símele disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf

Acredita-se que esse documento foi uma obra de contra-inteligência, para evitar a viagem de circunavegação de Colombo, mas elaborado por Fernão de Magalhães, sob a tutela de D. Manuel.

O primeiro mapa universal, traçado em bases científicas, livres de fantasias, foi elaborado pelo cosmógrafo português Diego Ribeiro, em 1529, que trabalhou também para a coroa espanhola.²⁹⁶

Figura 8: Diogo Ribeiro - Carta Universal [Mapamundi], 1529



Fonte:

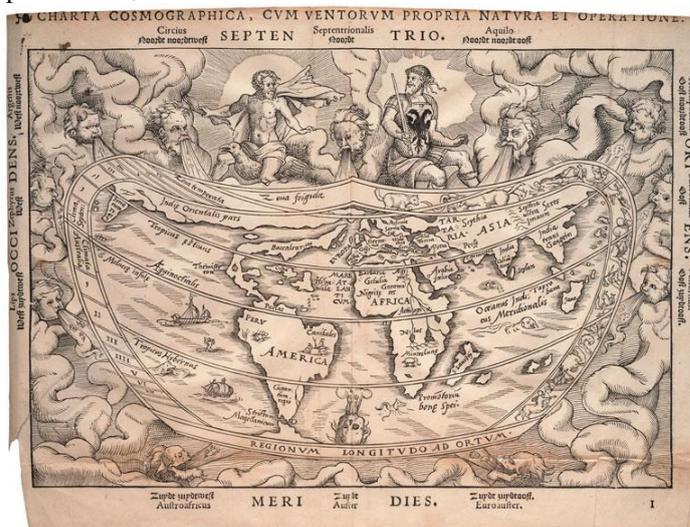
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Map_Diego_Ribero_1529.jpg>

Nesse mapa, aparecem às dimensões e as feições gerais da superfície da Terra, elaborando uma nova visão do mundo, consolidada a partir dos avanços nos conhecimentos náuticos durante aquele período de navegações. Há informações sobre as expedições de Cristóvão Colombo, Sebastian Caboto e Fernão de Magalhães; o que tornava esse documento um tipo de guia com as rotas conhecidas.

Em 1533, Gemma Frisius utilizou o método científico de triangulação. Matemático e astrônomo, sua habilidade em cálculos facilitou no aperfeiçoamento de instrumentos astronômicos, e, conseqüentemente, na produção dos mapas. Seus estudos ajudaram na indicação de longitudes no mar, usando um relógio comum para determinar a diferença de horas locais e absolutas, criando um manual preciso.

²⁹⁶ As nações ibéricas tinham órgãos de Estado responsáveis pelas navegações e seus resultados. Era a institucionalização do processo colonizador. Em Portugal, havia a Casa da Índia de Lisboa, criada em 1501, entre os castelhanos, existia a Casa de Contratación de Sevilha, criada em 1503; ambos exerciam a coordenação desses assuntos nos respectivos seus reinos.

Figura 9: Gemma Frisius - Charta cosmographica ventorum propria natura et operatione²⁹⁷, 1545



Fonte disponível em: https://lib-dserver.princeton.edu/visual_materials/maps/websites/wendt-world-maps/Frisius_1545.html

Apesar de toda inovação proposta por Frisius, observa-se o imaginário mítico no envolto dos territórios. No mapa em projeção cordiforme (coração), surgem elementos do zodíaco na margem; monstros marinhos nos oceanos são do tamanho das embarcações. Dois homens imponentes aparecem no topo do documento, um está sobre uma águia e o outro com o símbolo no peito. Na parte inferior aparecem três caveiras soprando ventos, que nos remonta a Rabelais:

O sopro chama-se vento nos corpos, ar fora do corpo. O ar é o mais poderoso agente de tudo e em tudo; vale a pena considerar a sua força. O vento é um fluxo de corrente de ar; quando o ar acumulado se torna uma corrente violenta, as árvores tombam desenraizadas pela impetuosidade do sopro, o mar eleva-se e navios de tamanho desmesurado são lançados ao alto [...] Todo intervalo entre a terra e o céu está preenchido pelo sopro. [...] Tal é, portanto, a razão da sua força em todo o resto; quanto aos seres mortais, ele é a causa da vida nele e as doenças nos doentes... (BAKHTIN, 2010: 312)

Poderíamos citar outros documentos e cartógrafos que fizeram parte nesse processo de construção da cartografia moderna. Nomes como Gerard de Jode, Jodocus Hondius e Abraham Ortelius, podem ser indicados como personagens valiosos em meados do século XVI, deixaram um grande legado no aprimoramento das técnicas

²⁹⁷ A Biblioteca Nacional possui exemplar de 1551, de Pedro Apiano. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/wp-content/uploads/2015/08/Cat%C3%A1logo-Exposi%C3%A7%C3%A3o-Historica-Cartographica-Brasilia-in-Biblioteca-Nacional.pdf>

cartográficas e pelos documentos que produziram. Porém, nosso propósito é indicar alguns documentos que nos levam a produção de Mercator em 1569.

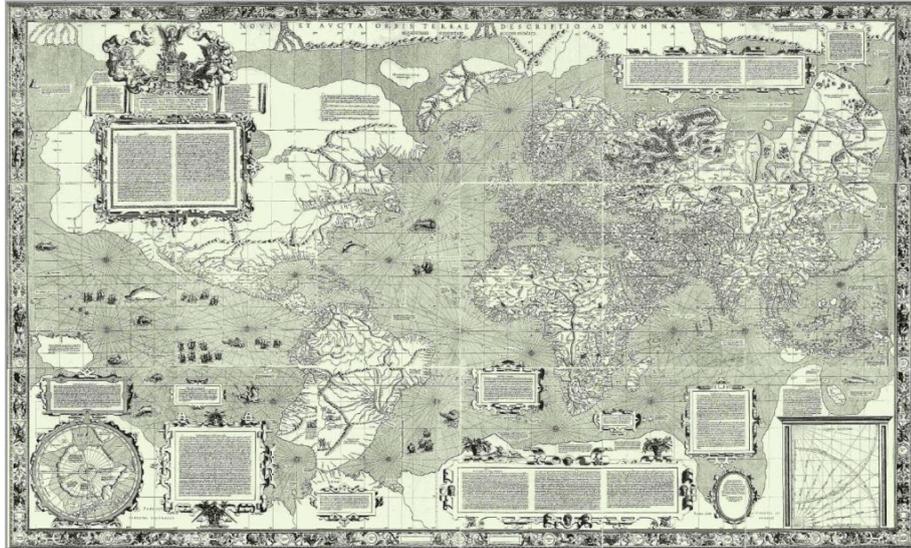
Gerardus Mercator [1512-1594] foi um cartógrafo, cuja projeção cartográfica que leva seu nome, por ter revolucionado a produção dos mapas. Aluno de Gemma Frisius, que lhe ensinou matemática aplicada à geografia e astronomia e continuou com seu antigo professor, trabalhando como gravador. Ampliando seus conhecimentos dos espaços geográficos e aprendeu técnicas de impressão. Em 1537, produziu seu primeiro mapa (Palestina), já indicando algumas técnicas de aplicação matemática; no ano seguinte, elaborou seu primeiro mapa-mundi. Seu globo terrestre foi exposto em 1551, sob a ótica das informações de Copérnico. Foi o primeiro cartógrafo a utilizar o termo ‘Atlas’ para um conjunto de mapas, homenageando o titã da mitologia grega que segurava o mundo.

Em 1552, abriu sua própria oficina cartográfica de onde nasceram grandes obras, tais como a de 1554, que ilustrava a Europa num tamanho de mais de um metro (1,6m); tal feito passou a dar credibilidade ao seu trabalho, como também valiosa, rendendo-lhe trabalhos para a elite da época. Sempre aperfeiçoando seu trabalho, o resultado foi em 1569, num mapa-mundi de dezoito folhas, denominado a ‘projeção de Mercator’. Nesse sistema, as linhas de longitude, latitude e losango apareciam todas como linhas retas no mapa; tornando-o pioneiro nessa perspectiva de representação e imortalizando seus trabalhos.

A Projeção de Mercator surgiu de cálculos, estudos de projeções da esfericidade do planeta, técnicas de levantamento cartográfico e conhecimento dos lugares já descritos nos mapas até então. A projeção trazia inovação quanto ao sistema de navegar, tornava as rotas mais retilíneas, acessíveis, rápidas o que facilitava os navegadores, num momento que o acesso aos territórios, determinava poder político, econômico e religioso.

A sua projeção de 1569, intitulada “*Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usam navigantium emendate accomodata*” (Nova aumentada descrição da Terra com correções para o uso de navegação), conseguia precisar aos viajantes uma linha do mesmo rumo (loxodromias) a partir de dois pontos do mapa utilizando as marcações de paralelos e meridianos, utilizando a bússola. No mapa, há distorções na representação dos territórios.

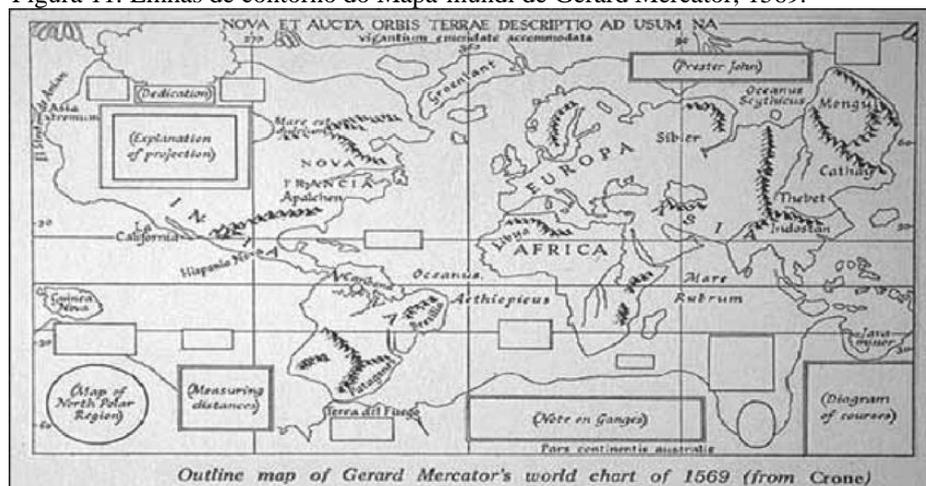
Figura 10: Gerard Mercator - Nova Et Aucta Orbis Terrae Descriptio Ad Usum Navigantium emendate. Mapa-mundi, 1569



Fonte disponível em: <http://cartographic-images.net/Cartographic_Images/407_Mercator_polar.html>.

Compreendendo a esfericidade da Terra, Mercator produziu uma planificação desse espaço, para que pudesse ser totalmente visualizado ao mesmo tempo. Sendo assim, essa distorção é compreendida, porque representa dois tipos de escala que utilizou em sua projeção, a pequena (observação) e a fenomênica (mais conhecida 1:1). O que parece a primeira vista, um grande erro, é, na verdade, uma maneira de facilitar a navegação.

Figura 11: Linhas de contorno do Mapa-mundi de Gerard Mercator, 1569.



Fonte disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig13/dossie/N13_dossie5.pdf

Embora tenhamos ressaltado seu valor técnico-científico, a produção de Mercator não possuía completa neutralidade, porque coloca a Europa no centro do mundo apresentado, na visão eurocêntrica do século. Vale resgatar a perspectiva de Haley sobre o discurso dominante. Mesmo sendo de cunho neutro, ele estava inserido num contexto histórico que se refletiu no documento.

O sucesso do seu mapa e sistema de projeção impulsionou novas obras, que foram publicadas e traduzidas para vários idiomas, em diversas edições; é considerado uma dos mais importantes cartógrafos do século XVI.

Esse artigo propõe discussões sobre o percurso da técnica cartográfica, ao longo de 83 anos apenas; porém, dentro do universo da expansão marítima, esse foi um momento de grande dinamismo. Nesse sentido, partimos do conceito de B. Harley, entendendo mapa como instrumento de poder, sem neutralidade, mas carregado de significados. Ou seja, entender que o cartógrafo está inserido num contexto é primordial para projetar essa geografia do passado.

Ressaltamos também, o sincretismo que esse período abarca, sob o pilar da cultura medieval, emergiu uma cartografia renascentista que tratava de valores simbólicos, como também no aperfeiçoamento de técnicas para agilizar as viagens marítimas e os processos de conquista.

Em suma, os mapas possuem formas diferentes de representação, na Idade Média, foram influenciados pela ótica do cristianismo e na Idade Moderna, precisamente no Renascimento, retrata os espaços de maneira distinta. As navegações tornaram o mundo mais amplo e acessível, deixando um legado para os séculos posteriores que perduram até hoje.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís (dir.). Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses. v. I. Lisboa: Caminho, 1994.

ALMEIDA, R. D. de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BAGROW, Leo. History of Cartography. London. C.A. Watts e Co. LTDA, 1964.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. A cultura popular na Idade Media e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2010. p.312.

BLACK, J. Maps and history: constructing images of the past. New Haven; London: Yale University Press, 2000.

CORTESÃO, Armando. Cartografia Portuguesa e a Geografia de Ptolomeu. In Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, V. XXXVI, 1964.

CORTESÃO, Armando. Portugaliae monumenta cartographica. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa, 1960

DILKE, Oswald A. W. Greek and Roman Maps. London: Thames and Hudson, 1985.

EDSON, E. Bibliographic essay: history of cartography, 2001. Disponível em: <http://www.maphistory.info/edson.html>

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. SP: Editora Martins Fontes, 2010.

GOMES, M^a do C. A. Velhos Mapas, novas leituras: revisitando a historia da cartografia. São Paulo: GEOUSP, 2004.

GUEDES, Max Justo. A carta náutica de Piri Reis (Piri Reis Haritasi), 1513. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. vol.17 n^o.1 São Paulo jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000100007&lng=pt&tlng=pt

HARLEY, J. B. The map and the development of the history of cartography. In: HARLEY, J. B. & WOODWARD, D. (Org.). The history of cartography: cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean. Chicago; London: The University of Chicago: Press, 1987.

HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. Confins n^o5 | 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>

_____. La Nueva Naturaleza de los mapas. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HESPAÑA, Antonio Manuel. Os modelos Constitucionais da Colonização Portuguesa. In: VENTURA, Maria da Graça. A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Lisboa: Edições Colibri, 1997 p.21-22. Disponível em: <https://catalogue.nla.gov.au/Record/4975928>

KIMBLE, G. H.T. A Geografia na Idade Media. Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MACHADO, M^a Márcia Magela e RUCHKYS, Úrsula. A América do Sul na Cartografia Renascentista. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011. p.3. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MACHADO_MARIA_MARCIA_E_RUCHKYS_URSULA.pdf

MAIA, José dos Santos e SOARES, Luís Couto (Coord. e Org.). Uma relação entre Portugal e a Turquia em torno de Piri Reis. Academia de Marinha, Lisboa, 2018. p.56 Disponível em: https://academia.marinha.pt/pt/academiademarinha/Edies/PIRI_REIS.pdf

PTOLOMY, Claudius. The Geography. Translated and edited by Edward Luther Stevenson. New York: Dover Publications, 1991.

RABELO, Lucas Montalvão. CONSTRUÇÃO DOS MAPAS-MÚNDI NOS SÉCULOS XV E XVI: ENTRE A TRADIÇÃO E A EXPERIÊNCIA. Revista Vernáculo, n. 23 e 24, 2009 p.121

REIS, Piri (Hadji Muhammad). Kitab-i bahriye (1521), Istanbul: Historical Research Foundation; Istanbul Research Center, 1988. Disponível em: https://academia.marinha.pt/pt/academiademarinha/Edies/PIRI_REIS.pdf

SANTOS, D. A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

THROWER, Norman J.W. Maps & Civilization: cartography in culture and society. Chicago: The University of Chicago Press, 1996

VELOSO FILHO, F. A forma, dimensões e feições gerais da Terra: da antiguidade ao renascimento. Mercator, Fortaleza, vol. 9, nº 18, p. 183 a 194, janeiro/abril, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/264-1-1629-3-10-20101020.pdf>

Considerações sobre as relações entre índios e não índios no processo de conquista dos territórios indígenas nos sertões do Vale do Rio Mucuri nos séculos XVIII e XIX

Tamires Santos Pereira
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

O texto apresentado, é o resultado dos primeiros momentos de elaboração da tese, a saber a reformulação dos recortes temporal, teórico e metodológicos e dos objetivos definidos para o projeto apresentado ao PPGHS/UERJ/FFP no ano de 2016, cujo tema central é o processo de conquista e colonização do Vale do Rio Mucuri localizado entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

Inicialmente o recorte da proposta de pesquisa estava centrado na segunda metade do século XIX, período em que observamos um avanço considerável na ocupação da região citada bem como a efetiva conquista dos territórios indígenas, objeto de interesse do Estado e de empresas privadas que buscavam explorar os recursos naturais, garantir mobilidade entre os sertões e o mar através da navegação e da construção de estradas e também promover a “civilização” destes sertões considerados selvagens, tanto pela dificuldade colocada pelo próprio meio natural, quanto pela resistência dos povos que ali habitavam, os temidos Botocudos.

A maior parte da hipótese apresentada no projeto inicial²⁹⁸ foi considerada frágil e reiterativa, neste sentido precisou ser reelaborada na medida em que avançamos no desenvolvimento do tema. Contudo, nos concentramos na última parte, considerando então as negociações e conflitos, de modo a evidenciar o protagonismo dos atores envolvidos. Passamos, neste sentido a investir no enfoque da atuação nativa que no texto original foi chamada de “agência”, observando as interações encontradas nas fontes que podem ter atendido aos interesses dos próprios nativos quando estes

²⁹⁸ “Temos como hipótese que a conquista e a colonização dos territórios indígenas no Vale do rio Mucuri foram pautadas nos ideais de modernização e de civilização importados da Europa. Nesse caminho, o Estado brasileiro concedeu as elites brasileiras o direito de exploração e conquista através da regulamentação das posses como a Lei de Terras ou da concessão para abertura de empresas de colonização e comércio, buscando tornar possível a ocupação e a exploração econômica da região. Nesta tentativa, a agência indígena se destaca em meio às negociações e conflitos com os colonizadores não índios, sejam eles os representantes das empresas de colonização ou outros colonos instalados na região.” p.62.

julgavam importantes. Aqui nos aproximamos dos estudos da professora Maria Regina Celestino de Almeida, quando diz que é preciso entender os povos indígenas para além das duas categorias estáticas "selvagens" e "mansos" (ALMEIDA, 2010).

Na revisão da bibliografia, reconhecemos que esses índios classificados como mansos e selvagens, os primeiros do tronco Tupi e aos segundos atribuídos o nome genérico de Tapuias, todos eles podiam agir como aliados ou como inimigos, estabelecendo entre si e com os estrangeiros alianças fluidas e instáveis. Logo a conquista e expansão do território poderia ser explicada por exemplo pelas alianças que os conquistadores estabeleceram com os nativos que dominavam a região de interesse.

Na medida em que avançamos nas reflexões sobre o objeto, percebemos a necessidade de recuar neste recorte, voltando nossa atenção para o início do século. Os acontecimentos ocorridos, especialmente a partir de 1808 com a decretação da Guerra Justa aos Botocudos, após a transferência da família real portuguesa para a colônia, tiveram grande impacto sobre as populações indígenas dos sertões do leste e por consequência para os povos do Vale do Mucuri e abriram caminho para que a região fosse de fato ocupada e colonizada.

Pensando a partir desse recorte inicial e com a leitura de fontes analisadas ainda nos primeiros momentos do curso, buscamos entender como os discursos predominantes desse período em relação a civilização das matas do Mucuri e a "domesticação" dos índios, ao mesmo tempo em que as ações promovidas, primeiro pela coroa portuguesa e posteriormente pelo império, liberava o território para as atividades agrícolas economicamente valorizadas.

A ambição mineradora e o desejo de domesticar terras e índios parece ter conduzido muitas das ações daqueles que acreditavam que naquelas terras ainda pouco exploradas do Mucuri houvesse perspectiva de grande riqueza. Podemos observar na análise tecida pelo comissário do Governo Imperial, José Cândido Gomes, em sua missão no ano de 1861, que ao descrever o processo de ocupação da "gigantesca" mata do Mucuri, afirmou que a demanda por pedras preciosas, crisólitas, ouro e diamantes, foi o fator determinante de novas explorações para que a Colonização do Mucuri tivesse tido início, ainda antes da Presidência da Província planejar alguma política ocupacional para a região.

Em 1858, o barão Johan Jakob Von Tschudi realizou uma expedição no vale e descreveu a exuberância da natureza e o papel fundamental das populações nativas na resistência a implantação de estradas e povoações colonizadoras, afirmando que a hegemonia dos nativos na história do Mucuri devia-se a presença do notável capitão Tomé, que, na região do alto Mucuri e durante décadas a fio dos setecentos, conseguira reunir em torno de si um conjunto de diversas etnias indígenas, em um tipo de vida quase sedentária, em relação à aliança com um círculo maior de índios “nômades”.

De acordo com Izabel Mattos, com o desaparecimento desta liderança política, a guerra intertribal recrudesciu, favorecendo a penetração dos conquistadores nas matas do Mucuri. Recuando, assim, do alto Mucuri em direção ao leste, “onde se defronta com o mar, os índios limitaram seu espaço de deslocamento para o sentido sul-norte, inviabilizando a estrada aberta por Bento Lourenço, no sentido Leste-Oeste” (MATTOS, 2002: 77).²⁹⁹

Animados com as expedições realizadas no Mucuri, os irmãos Teófilo Benedito e Honório Esteves Otoni também realizaram em 1847, investigações na região do vale que desencadearam após quatro anos de negociações com o governo central no Rio de Janeiro e com o governo provincial em Ouro Preto, na criação de uma sociedade que culminou na instalação efetiva da Companhia do Mucuri em 1851. Este empreendimento foi incorporado em um período em que era praticamente uníssona entre os políticos a ideia de se articular as vastas partes do império do Brasil através da formação de uma infraestrutura pautada na construção de estradas carroçáveis, de vias fluviais, de ferroviárias e da ocupação efetiva do território nacional.

O interesse pode ser observado na fala do vice-presidente da província de Minas Gerais, José da Silva, quando afirmou que era brilhante o “espetáculo oferecido por alguns países da Europa culta”, com boas estradas, rapidez e segurança das comunicações e o “transporte de mercadorias feito de lugares longínquos em poucas horas”. Assegurando que só a exploração dos rios e a construção de estradas possibilitariam a riqueza e a segurança da paz duradoura, condições da prosperidade.

²⁹⁹A estrada a que se refere Izabel Mattos foi iniciada em 1811, pelo capitão Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima, residente em Minas Novas, que iniciou nesse ano a abertura de um caminho que ligava a foz do rio Mucuri a então vila de São José de Porto Alegre Vide Mattos (2002) e Paraíso (2014).

Sabendo da longa história dos obstáculos encontrados por aqueles que ousavam percorrer a Província de Minas Gerais em atividades de comércio, e mesmo das barreiras à articulação entre as unidades de produção e os mercados aos quais se destinavam, o interesse dos Otoni pelo Mucuri deveu-se, sobretudo à sua percepção de que era para esta região que o fluxo migratório já se direcionava, portanto, entendiam que era necessário estimular os pioneiros que já entravam, dando-lhes impulso para seu estabelecimento e criando as condições necessárias para a promoção de uma colonização a princípio estrangeira.

Em 1852, Teófilo Otoni comemorou os contatos por ele definido como pacíficos com alguns dos líderes nativos. Após meia década de contínuas expedições, repetidos encontros com os índios e tentativas de captar sua amizade com distribuição de ferramentas, presentes e comidas, evitando o uso de armas, um encontro com os chefes Poton, Ninkare e Timóteo foi decisivo para Ottoni. Deles obteve permissão para uma grande derrubada, o estabelecimento de três grandes fazendas, com mais de 150 escravos, e a fundação da cidade de Filadélfia, numa clara alusão à ocupação da Pensilvânia (OTONI, 1858)

Podemos considerar que a conquista do vale do rio Mucuri ocorreu no bojo da projeção de uma sociedade voltada para a produção e para os ideais de uma sociedade dita “civilizada”. Mas, “para vergonha da civilização” como dizia Ottoni, eram comuns práticas violentas como a doação de roupas de pessoas contaminadas pelo sarampo ou outras doenças absolutamente fatais para as populações indígenas. Inúmeros foram os casos de tribos inteiras dizimadas desta forma.

Nesse período também foi uma prática comum a destruição de aldeias, não apenas no Mucuri, mas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha. Teófilo Otoni descreve com detalhes como ocorria...

Matar uma aldeia! Não passe a linguagem desapercibida. Por mais horrorosa que pareça nada tem de hiperbólica. É uma frase técnica na gíria da caçada dos selvagens. Os srs. Cró e Crahy entendem perfeitamente a metonímia, e recebido o convite tratam de fazer a empreitada à satisfação de que lha encomenda.

A coisa se faz em geral como na *capivara*.

Cerca-se a aldeia de noite – dá-se o assalto de madrugada. É de regra que o primeiro bote seja apoderarem-se os assaltantes dos arcos e flechas dos sitiados que estão amontoadas no fogo que faz cada família.

As mais das vezes neste primeiro lanço Cró e Crahy desarmam completamente os sitiados.

Procede-se à matança.

Separados os *Kurucas*, e alguma índia moça mais bonita, que formam os despojos, sem misericórdia faz-se mão baixa sobre os outros, e os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados. (OTONI, 1858: 47)

Raptar crianças indígenas, *os kurucas*, foi uma prática comum no século XIX, em diferentes frentes de expansão das fronteiras internas, como aponta Josué de Souza Martins tratava-se de uma estratégia utilizada para desarticular as sociedades indígenas resistentes. Assim conseguiam “matando uma aldeia” limpar o território da presença desses povos, e ao mesmo obtinham lucros vendendo seus filhos como escravos. De acordo com o próprio Teófilo Otoni, muitas guerras contra as tribos tinham como única finalidade a conquista dos *kurucas*. Um dos principais mercados de venda de crianças indígenas era São José de Porto Alegre, atual cidade de Mucuri, na foz do rio na Bahia, o autor registrou que em 1847 o lugar não passava de “uma aldeia miserável”, povoada pelos descendentes dos tupiniquins; município pobríssimo, sem agricultura e sem outro comércio senão o dos *Kurucas*. Todas estas práticas de exploração e rapto de crianças, geravam uma reação por parte dos nativos, intensificando conflitos com os colonos que estão sempre referidas na documentação oficial como “ataques e hostilidades do gentio”.

Outra questão que chamou a atenção nas fontes consultadas inicialmente, delas destacamos os relatórios da Companhia do Mucuri, de viajantes que passaram pela região na primeira metade do século XIX e outros relatos de expedições particulares, é que estas apontam para uma dimensão classificatória das populações indígenas em relação aos outros sujeitos que também habitavam o Vale do Mucuri, permitindo assim observar com alguma clareza as negociações e os conflitos existentes entre os sujeitos envolvidos no processo, classificações que criavam ou reforçavam diferentes imagens sobre os indígenas naquele período.

Neste sentido, o empenho inicial além de repensar o recorte inicial, debruçando-nos sobre o início do século XIX, foi também para refletir sobre estes discursos, apontando para isso alguns exemplos destacados das fontes citadas, compreendendo que em maior ou menor grau os discursos e imagens produzidas e reproduzidas durante o período colonial contribuíram ou pelo menos inspiraram o modo como a sociedade não

índia – primeiro a coroa portuguesa, depois o Estado, Empresas privadas e outros -, agiu diante das populações que encontraram pelos caminhos das matas do Mucuri.

Os objetivos específicos³⁰⁰ do projeto de ingresso foram elaborados pensando os possíveis capítulos da tese, objetivos estes muito voltados à uma análise das políticas da administração pública e particular para a exploração das terras da região do Vale do Mucuri, isto porque os documentos consultados durante a produção do texto em 2016 tratavam-se basicamente as falas dos presidentes das províncias, dois relatórios produzidos pela Companhia de exploração do Mucuri e um relatório de expedição pelo rio Mucuri e o livro da viagem realizada pelo príncipe Maximiliano Wied-Neuwied entre 1815 e 1817.

Após consultar os arquivos Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, selecionamos 52 textos publicados entre 1839 e 1860, são relatos de expedições públicas e particulares pela região dos sertões do leste indígena entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, pareceres acerca do plano de colonização, informações sobre a implantação de quartéis e colônias militares entre outros. Depois de ler parte destes textos, percebemos de fato a necessidade de fazer alterações nos objetivos iniciais do projeto, uma vez que o foco da nossa atenção passou da ação do Estado por meio de políticas de incentivo à colonização para a ação/atuação dos índios nesse processo de conquista dos sertões do leste, especialmente do vale do Mucuri, tendo percebido com mais clareza as evidências dessa atuação e das resistências para além das revoltas.

Nas leituras das fontes coletadas nos arquivos citados e na releitura dos textos que já estudávamos para desenvolvimento do tema, passamos a nos atentar para descrições como as de Teófilo Ottoni, comentando a considerável ajuda dos índios no processo de mapeamento dos territórios do vale do Mucuri quando da instalação das primeiras fazendas e da cidade de Philadelphia (atualmente cidade Teófilo Otoni em MG), ele deixa claro este apoio de alguns índios fazendo citações como

³⁰⁰1- Analisar o contexto social e político em que se deu a conquista e colonização do Vale do Mucuri; 2- Identificar os mecanismos administrativos de incentivo à colonização no Vale do Rio Mucuri; 3- Investigar a atuação da Companhia de Colonização do Mucuri, criada em 1851, pelo Senador Teófilo Ottoni; 4-Discutir os impactos gerados com a Lei de Terras de 1850 aos territórios indígenas do vale do Mucuri e suas populações; 5-Evidenciar as relações de enfrentamentos, alianças e negociações entre indígenas e não indígenas no processo de colonização do Vale do Mucuri.

Conquistei n'aquelle dia a amizade dos Gyporoks que posteriormente resguardou-me a vida, e tornou possiveis os estudos do terreno entre Santa Clara e Philadelphia como depois contarei." ... "Quando eu lhe recommendei que não fizesse mal aos christãos e que ficasse manso, respondeo-me em emphase - Fiquem mansos vocês que nós estamos tão mansos como kagados. E dizia a verdade. (OTTONI, 1858: 13)

O trecho destacado, encontra-se no texto que Ottoni enviou ao diretor do IHGB dando “Notícia sobre os Selvagens do Mucuri”, o documento de 53 páginas, descreve as primeiras expedições realizadas para reconhecimento do território do vale do Mucuri onde foi instalada a companhia de colonização dirigida por Teófilo e seu irmão Benedito Ottoni, além do interesse nas rotas de comércio terrestre e fluvial, a companhia também fomentou diversas colônias de estrangeiros, contribuindo para a expansão da fronteira do interior das minas até o litoral da Bahia.

Entre outros grupos, os índios citados por Ottoni neste trecho em específico, os Gyporoks são parte dos chamados Botocudos, que como pudemos observar na literatura disponível, não se trata de um grupo homogêneo, mas de diversas etnias que compõe o tronco Macro-jê, classificados nas fontes do período como “índios selvagens”. Nota-se que havia uma dinâmica muito grande entre os grupos que tinham como zona de perambulação os territórios do vale do Mucuri, a guerra entre tribos, pela disputa do território ou pelo rapto de Kurucas, as crianças das “nações rivais”.

Observamos também que vários deles se aliavam aos cristãos, geralmente nas vilas da costa ou entorno do vale onde já haviam povoações, em troca de mantimentos e proteção e outras vezes se aliavam num primeiro momento e depois voltavam a agir do lado dos seus "parentes" indígenas, de acordo com o texto citado, esses índios "ora impunhão contribuições de guerra aos moradores, ou os roubavão em nome e com o braço dos selvagens"... e "a medida que se foi estreitando a zona que ocupavão, a fome activou a guerra fraticida que é eterna entre as diversas tribus."

Quando iniciamos a produção do projeto, o movimento de análise tinha como referência as vilas litorâneas do sul da Bahia, e a intenção com a pesquisa era o de adentrar aos territórios dos sertões do vale do Mucuri, procurando entender o movimento de expansão para o leste impulsionado no interior de Minas Gerais, com a revisão da bibliografia e das fontes percebemos que na zona de fronteira do vale do Mucuri, assim como em outras regiões dos sertões do leste, os movimentos, o trânsito das populações indígenas entre os sertões do vale e as zonas policiadas das capitânicas e

posteriormente das províncias, não obedeceram um padrão único, variando dependendo das comunidades e dos indivíduos, podendo ainda ser temporário, cíclico ou definitivo, portanto, não cabia uma narrativa que descrevesse a colonização do vale como um movimento de expansão em via de mão única em direção ao litoral.

Nesta perspectiva, o nosso olhar para o vale a partir das fontes, passou a se ajustar, com focos mais localizados, destacando dos textos os momentos que apontam em que momento, em quais lugares do vale e quais os atores (grupos indígenas e agentes da colonização) estavam presentes e envolvidos nas mediações ou conflitos na região no período pesquisado. A complexidade das relações entre os grupos nativos, aliados ou não aos agentes da colonização nos sertões do Mucuri, ganhou mais evidência se tornando questão central desta pesquisa. Uma vez que os nativos de diferentes etnias e missionários, viajantes, bandeirantes, soldados, colonos, escravos, desenvolviam muitas formas de interação, passando de relações de conflitos intensos para acordos, negociações e trocas.

Reajustado o foco das análises, foi possível transitar pela zona de fronteira do vale do Mucuri observando os nativos e os colonizadores sem as amarras da linearidade ou a dualidade de interpretações anteriores, e assim, ao sairmos das matas em direção à costa, chegamos a sub comarca de Caravelas, próximo a antiga vila de São José de Porto Alegre, atualmente a cidade de Mucuri na Bahia, na foz do rio. As vilas baianas são espaços importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, nos relatórios da companhia do Mucuri, por exemplo, Teófilo Ottoni comenta o apoio do “Vigário Geral de Caravellas Noberto da Costa e Souza” às primeiras expedições que realizou antes de montar a Companhia, partindo da foz do rio.

Em outro texto consultado³⁰¹, publicado no jornal do Instituto Histórico e Geográfico, nº26 em 1846, há o relato do desembargador Luiz Thomaz de Navarro, que com base na viagem que fez entre Nazaré na Ba e o Rio de Janeiro, descreve as vilas do litoral, com detalhes dos aspectos físicos, dados populacionais e de produção econômica. Neste documento o autor cita aponta questões que interessam a esta pesquisa, primeiro a informação de que a vila de Caravellas se encontrava em maior

³⁰¹ Itinerário da viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro. - manuscrito inédito, oferecido ao Instituto pelo seu socio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagen). Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Nº28, janeiro-1846, p.433-468.

estado de prosperidade do que Porto Seguro, tanto em número de habitantes quanto em produção agrícola, isso em 1808. Porto Seguro, por ser sede da capitania e posteriormente comarca, sempre teve mais evidência nos trabalhos sobre a região sul da Bahia, a partir destas observações, temos procurado dar maior visibilidade a esta vila, relevante por sua proximidade com a foz do rio Mucuri e zona de povoamento.

Caravelas ao longo do século XIX também foi sede da Cúria Diocesana, submetida ao bispado do Rio de Janeiro. Outro dado que chamou atenção neste texto foi a referência feita a um índio conhecido por Capitão Thomé, também citado por Teófilo Ottoni em seus escritos como um grande líder indígena. Transcrevemos abaixo um dos trechos do documento, que narra sua passagem pela vila do Prado, próximo a Caravelas e a São José de Porto Alegre.

A villa do Prado, habitada de Índios, está em grande decadência pelos continuos ataques gentílicos; e segundo a informação do Reverendo Vigário da dita Villa o Padre Antonio Martins Lomba, giram pela extensão do reconcavo d'aquelle paiz, e suas matas, matando, destruindo os habitantes do mesmo lugar, as nações gentias seguintes - Pataxó, nação a mais numerosa, e muito brava - Manaxá - Maconi - Macaxó - Mangalo - Manha e o Bote - e o Botocudo, que é a mais feroz e atrevida, sendo a Pataxó, e o Botocudo antropophagos com certeza: a Macaxan, que tambem fazia suas incursões, e que estava reduzida a poucos individuos, sendo governada pelo Capitão Thomé, Indio da mesma nação, sahiu do mato em busca do dito Reverendo Padre, que ja era conhecido por ter sido visto na sua roça, e o procurou a paz, e pelas persuasões do mesmo Padre vieram 70 e tantos gentios, e no dia 15 de Fevereiro de 1807 foram baptisados, 26 pelo referido Reverendo Vigario, alguns já adultos, que pediram baptismo para si e seus filhos: outros não o quizeram. As ditas nações fazem seus tratados de aliança, menos o gentio Pataxó, e o Botocudo, que não fazem, nem querem liga com nação alguma. (NAVARRO, 1808, p.433. Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Nº28, janeiro-1846: 433-468).

Nos trabalhos produzidos nas últimas décadas, dentre os quais destacamos o de Izabel Missagia Mattos, temos sempre encontrado referência ao Capitão Thomé como um líder importante por mobilizar um grande número de “nações” de índios que habitavam os sertões e com essas alianças, foram garantindo a manutenção do seu território, resistindo as entradas e as tentativas de conquista em fins do século XVIII e início do XIX. Nação é um termo muito recorrente nos textos/fontes consultadas, a discussão sobre os usos do termo, sobretudo quando aplicado as populações indígenas ainda está sendo elaborado dentro da estrutura do texto, a partir das referências já indicadas em orientação.

Diante do exposto, as falas dos presidentes das províncias tornaram-se secundárias, para a produção do texto da tese, temos nos concentrado neste novo grupo de fontes coletadas no IHGB, além dos relatórios dos Dirigentes Gerais de Índios de MG, BA e ES com ênfase no vale do rio Mucuri e nos relatos produzidos pelos viajantes e expedicionistas particulares.

Todo percurso até aqui garantiu que avançássemos na reelaboração do recorte inicial da pesquisa, bem como suas perspectivas teóricas e metodológicas. Considerando a mudança de foco no trabalho, os objetivos 2 e 4, deixaram de ter o sentido inicial, quando colocados no caminho que estamos percorrendo agora. Acreditamos no momento que os mecanismos administrativos de incentivo à colonização do vale do rio Mucuri já foram identificados, uma vez que discutimos diversas políticas que de alguma forma atingiram os povos da região, além dos incentivos e concessões como Companhia de Colonização do Mucuri, também as medidas tomadas pela Coroa portuguesa e posteriormente pelo império tiveram impactos na região, seja na restrição do acesso ou no fomento a expansão de suas fronteiras.

No objetivo 4, que diz respeito aos impactos gerados com a Lei de Terras de 1850, quando o elaboramos, buscávamos entender a formação de mão de obra no campo, o controle das terras por onde transitavam as populações nativas. Uma das principais referências para o desenvolvimento do tema deste objetivo é o trabalho da professora Emília Viotti que relembra como no século XIX a terra foi incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem, logo é preciso pensar a terra como uma mercadoria, pela capacidade de gerar lucro e outros bens.

De acordo com Maria Hilda Baqueiro, no período anterior a criação da Lei de Terras havia o questionamento sobre a forma de acesso à terra que fugia ao controle das elites e contrariava seus interesses de manter o modelo concentrador, além do mais, havia a preocupação com os conflitos resultantes das reações das populações nativas, resultando segundo a autora em riscos para os projetos de colonização como os sertões do leste.

De todo modo, temos tentado compreender a terra desde sua formulação no início da colonização, que entre outras formas de distribuição, adotou o regime de sesmarias que perdura por quase todo o período colonial. Já no fim do século XVIII a aquisição de terras passa a ser pelo regime de posses, tendo permanecido por um

período considerável, de 1822-1850, um período que de acordo com a bibliografia consultada foi considerado como a “fase áurea do posseiro”.

Em síntese, acreditamos que o objetivo pode ser mantido, com uma discussão aprofundada sobre a questão da terra nos sertões indígenas do Mucuri, associando-a ao conceito de territorialidade e território indígena já elaborados no primeiro capítulo da tese, de modo que possamos dar conta de analisar os impactos gerados com a criação e implementação da lei, observando as concepções de terra para os nativos e para os colonizadores.

REFERÊNCIAS

FONTES

ATAÍDE E MELO, P. M. X. de. Carta ao Príncipe Regente em 1807. Revista do Arquivo Público Mineiro; Belo Horizontes, v. 11. p. 300-1, 1906.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. 1º volume. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro. Coleção Obras Raras VII. Rio de Janeiro, 1961.

CARTAS Régias de Fevereiro de 1701 e Janeiro de 1702. Colleção da Legislação Portuguesa. In: O Governo dos Outros – Imaginários políticos no império português. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt>

CARTA Régia de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios. In: RUBIM, Francisco Alberto, “Notas, apontamentos e notícias para a história da província do Espírito Santo”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 22, 1856, p. 313-325.

CARTA Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a Guerra aos Índios Botocudos, 13 de maio de 1808. Colleção da Legislação Portuguesa. In: O Governo dos Outros – Imaginários políticos no império português. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt>

DECRETO por que sua majestade há por bem nomear ao Bacharel Thomé Couceiro de Abreu para hir criar a Ouvidoria de Porto Seguro por tempo de três annos. – APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 7065.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil e história da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

ITINERARIO, de viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luís Thomaz de Navarro. (Manuscrito inédito, oferecido ao Instituto pelo seu Sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagem). Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Nº28, janeiro-1846, p.433-468.

_____. Índios Macharis. Revista de Antropologia. São Paulo, Edusp, v.6, 1954, p.53-61.

OTTONI, Teófilo Benedito & OTTONI, Honório Benedito. Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847.

OTTONI, Teófilo Benedito. Relatório aos acionistas da Companhia do Mucuri. Rio de Janeiro, 1853.

_____. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1854.

_____. Notícia sobre os Selvagens do Mucuri. IHGB, 1858.

_____. A Colonização do Mucuri. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859.

PORTO, Reinaldo Ottoni. A Bandeira de João da Silva Guimarães. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2 (II), 1945.

RELATÓRIO. Da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. Feita por ordem do Exm. Governo de Minas Geraes pelo engenheiro Pedro Victor Reinault, tendente a procurar um ponto para o degrededo. Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro. Tomo III, 1846, p.356-375.

WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

_____. Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2 ed. Editora FGV, 2013.

MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas, Bauru, Edusc, 2004.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In; Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização. In: ALMEIDA, L. S. e GALINDO, M. e ELIAS, J. (Org.). Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, v. 02, p. 129-166.

_____. O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador, Edufba, 2014.

MESA 13

Imagem e História

DEBATEDORES:

Sonia Wanderley (UERJ/FFP)

Mariana Muaze (UNIRIO)

Setenta Anos da Coleção Recôncavo: representações da cultura popular baiana

Bruno Rodrigues Pimentel
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista da FAPERJ.

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar a Coleção Recôncavo, que, em 2021, completará 70 anos do seu lançamento. Ao longo do artigo veremos a participação de Rubem Braga para que o Governo do Estado da Bahia concedesse uma bolsa de estudo para que Carybé³⁰² desenvolvesse obras sobre a cultura baiana. A bolsa recebida pelo artista teve a duração de um ano e resultou na Coleção Recôncavo. Além disso, também veremos, mesmo que de maneira limitada, dados os limites desse artigo, outros fatores que permitiram o desenvolvimento dessa obra.

Os temas desenvolvidos nos 10 números que compõem a Coleção e o pensamento transmitido ao público por meio da obra serão destacados. As representações iconográficas³⁰³ que fazem parte da Coleção foram desenvolvidas por Carybé no decorrer do ano de 1950. Portanto, faz setenta anos que Carybé chegou à Bahia e iniciou o seu trabalho de campo para representar aspectos das festas, das feiras, dos mercados, das rodas de samba e de capoeira, do Pelourinho e, sobretudo, do povo baiano. Cada número da Coleção, além de possuir um conjunto temático de desenhos,

³⁰² Carybé nasceu Hector Júlio Páride Bernabó no ano de 1911 na cidade de Lanús, Argentina. Era filho do italiano Enea Bernabó e da gaúcha Constantina. Após nascimento, viveu apenas seis meses na sua terra natal, pois o seu pai conseguiu um bom cargo numa siderúrgica em Gênova. Assim, a família Bernabó vivenciou da Itália a Primeira Guerra Mundial e os seus diferentes impactos. Em meio ao cenário de dificuldades a família considerou melhor deixar a Itália, principalmente por causa da recessão. Em 1919 a família chegou ao Brasil e fixam-se na cidade do Rio de Janeiro até o ano de 1929, quando resolveram voltar a viver na Argentina. Carybé conheceu a Bahia em 1938, por meio das atividades que desenvolvia como jornalista e desenhista para o jornal argentino El Pregón. Neste jornal, Carybé foi contratado para realizar viagens por diferentes cidades e enviar desenhos e reportagens sobre os lugares visitados. Após passar por diferentes cidades, quando aportou em Salvador, foi avisado, por meio de um telegrama, que o jornal, para o qual trabalhava, havia falido. Foi por essa circunstância que Carybé permaneceu por seis meses na capital baiana, até conseguir o dinheiro necessário para retornar a Argentina. Em 1950, ele mudou-se definitivamente para a Bahia.

³⁰³ Podemos dizer que a ideia de representação indica a maneira que uma determinada realidade é construída, refletida e dada a compreender por distintos grupos sociais em períodos e lugares diferentes. As construções das representações vêm dos discursos, seja por qual meio for, que o(s) grupo(s) profere(m). O discurso, de acordo com as formulações de Roger Chartier, é construído por meio das lutas de representações (CHARTIER, 1991). As lutas de representações são tentativas de um grupo impor a sua concepção de mundo social aos demais grupos e, para Chartier, essas lutas são tão importantes quanto às lutas de classes (CHARTIER, 1991:184).

possui um breve texto introdutório. Os textos foram assinados por Odorico Tavares³⁰⁴, Vasconcelos Maia³⁰⁵, José Pedreira³⁰⁶, Wilson Rocha³⁰⁷, Carlos Eduardo³⁰⁸, Pierre Verger³⁰⁹; e pelo próprio Carybé.

CARYBÉ E A BAHIA

Em 1949, Rubem Braga³¹⁰, escreveu uma carta para Anísio Teixeira, que na ocasião era Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia, recomendando Carybé para desenvolver estudos folclóricos. Não tivemos acesso a carta, mas podemos ter indícios dos planos de Rubem Braga em relação a Carybé por meio de uma crônica escrita em 1948. O título da crônica é “Que venha Carybé” e nela Braga diz o seguinte:

O general Peron vem ao Brasil, o que é uma coisa importante. Muito mais importante, todavia, será a vinda de Carybé. Odorico Tavares me disse que falaria a Anísio Teixeira e a Otávio Mangabeira sobre a urgência de recuperar para a Bahia esse argentino de alma baiana.

Carybé andou a tempos por La Paz e se deixou ficar às margens do Titicaca aprendendo coisas com os índios. Mas hoje é casado e pai de um filho. Teve de voltar para Buenos Aires, onde ganha a vida como técnico de paginação em um jornal e como ilustrador de livros. Não seria difícil para elê ganhar a vida também no Rio do mesmo jeito. Mas Carybé está cansado de oficinas e

³⁰⁴ Odorico Tavares, responsável pela redação que inicia o volume 2, 5 e 6, respectivamente, “Pelourinho”, “Festa do Bonfim” e “Festa da Conceição da Praia” - da Coleção Recôncavo. Ele chegou a Salvador em 1942, aos 29 anos de idade. Vinha do Recife, a pedido de Assis Chateaubriand, para dirigir os Diários Associados na Bahia. Lá, entusiasmou-se com a Bahia e tornou-se um promotor da cultura baiana e atuou como crítico de arte.

³⁰⁵ Vasconcelos Maia nasceu em Santa Inês, Bahia, em 1923. Sempre se dedicou a literatura e também foi um dos fundadores da Revista Cadernos da Bahia. Escreveu a introdução do número 4, “Feira de Água de Meninos”, da Coleção.

³⁰⁶ José Pedreira foi um dos fundadores do bar galeria *Anjo Azul* e escritor, também colaborou na Revista Cadernos da Bahia com o seguinte título “O culto às águas na Bahia” que foi ilustrado por Carybé. Neste texto, Pedreira comenta, sobre a força sagrada das águas baianas, e em especial o Dique, que, antes de qualquer coisa é a lagoa encantada onde habitam Oxum e Iemanjá. Ele foi responsável por escrever a introdução do número 7 da Coleção, “Festa de Yemanjá”.

³⁰⁷ Wilson Rocha responsável pela redação que inicia o volume 1 da Coleção Recôncavo, intitulado “Pesca de Xaréu”. Foi um dos fundadores da Revista Cadernos da Bahia, nasceu em Cochabamba, Bolívia, mas bem cedo veio para a Bahia. Ele foi poeta no decorrer de sua trajetória, adepto da poesia social.

³⁰⁸ Carlos Eduardo da Rocha, nascido em Basiléia, no Acre, em 1918, e um crítico de arte respeitado na década de 1950 no meio artístico baiano, foi um poeta. Os dois principais temas que o inspiravam eram o mar e os motivos baianos. Com a ajuda de Odorico Tavares fundou a Galeria Oxumaré. Na Coleção Recôncavo escreveu o número 8, “Rampa do Mercado”.

³⁰⁹ Pierre Verger fotógrafo e etnólogo nascido na França, também se sensibilizou pelos temas da cultura popular baiana. Verger foi o responsável pelo texto que inicia o número 10 da Coleção Recôncavo, intitulado “Orixás”.

³¹⁰ Rubem Braga (1913-1990) foi um jornalista e cronista brasileiro, correspondente na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, autor, dentre muitas outras obras, do livro intitulado “Com a FEB na Itália”, de 1945. Foi correspondente do Jornal O Globo em Paris, em 1947. Foi nomeado Chefe do Escritório Comercial do Brasil em Santiago, Chile, em 1953. Na década de 1960, foi Embaixador do Brasil no Marrocos. Ver: <http://enciclopedia.itaucultura.org.br/pessoa6903/rubem-braga>

editoras. Disse que ele quer morar na Bahia. Não conhece nem Anísio Teixeira nem Otávio Mangabeira: mas conhece uma quantidade de negros de candomblés e capoeiras, tem altas relações entre malandros e tocadores de viola. (...)

Alguns amigos acharam que ele podia ser contratado pelo governo baiano para fazer estudos de folclore. Eu por mim conheço o que ele fez por simples amor à coisa, sôbre a dança e o canto do jogo da capoeira. Carybé fez muitas centenas de desenhos rápidos e ágeis para documentar a dança de combate. E quanto a letra e a música acho que não tomou nenhuma nota por escrito. Mas com um pandeiro na mão êle passa horas cantando – com aquela prodigiosa justeza da pronúncia com que ele canta qualquer coisa das Américas.

(...)

Hector Bernabó, vulgo Carybé, Jornalista, pintor, cantor, e macumbeiro tem sido em muitos países da América um espantoso propagandista da Bahia. Êle está precisando de mais Bahia: precisa encher seus tanques de coisas baianas. Vamos tirá-lo dr. Mangabeira, dr. Anísio Teixeira, dr. Mariani, vamos tirá-lo das oficinas de “Críticas”, onde êle suspira triste, e soltá-lo no seu Recôncavo querido? (BRAGA, 1948: 3)

Rubem Braga destacou alguns fatos que permitem pensar nas qualidades das obras desenvolvidas por Carybé sobre a cultura baiana. Ele diz que Carybé não conhecia Mangabeira nem Anísio Teixeira, mas que Odorico Tavares iria falar sobre a relevância de fazer com que o artista retornasse à Bahia. Braga destacou que alguns amigos achavam que Carybé poderia ser contratado pelo governo baiano para desenvolver estudos folclóricos e, em seguida, discorreu sobre temáticas que já haviam sido desenvolvidas pelo desenhista. O cronista afirmou que Carybé manteve contato direto com sambistas, capoeiristas, adeptos do candomblé e, por isso, era um conhecedor das manifestações culturais características desses grupos.

Braga enfatizou as qualidades artísticas de Carybé e defendeu que elas poderiam ser usadas para o desenvolvimento dos temas folclóricos do Recôncavo Baiano. Além de citar dois importantes nomes do cenário político baiano daquele período, Braga ainda citou Clemente Mariani Bittencourt, que naquele momento era Ministro da Educação e Saúde Pública, do Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). O cronista pediu, deliberadamente, ao governador da Bahia, ao Secretário de Educação do Estado da Bahia e ao Ministro de Educação, que Carybé fosse contratado para representar artisticamente a cultura daquela região.

No trecho, que segue abaixo, Rubem Braga contou, em 1957, qual foi a sua participação na ida definitiva de Carybé para a Bahia. Na ocasião da publicação, Carybé tinha se naturalizado brasileiro.

Tenho orgulho em dizer que a Bahia me deve um pouco esse baiano, que é o mais baiano que tem. Carybé vivia em Buenos Aires sonhando em viver na Bahia. Mas como, com que dinheiro? Além do mais o solteirão casara, tinha um filho batizado por Newton Freitas; não podia mais fazer suas viagens vagabundas de antigamente, era um senhor de responsabilidade. E não conhecia ninguém na Bahia. Tive uma ideia, mandei uma Carta para Anísio Teixeira, que era Secretário de Educação de Otávio Mangabeira, e lhe pedi um absurdo: que nomeasse professor de desenho na Bahia o cidadão argentino Hector Bernabó. Eu não remetia nenhuma obra de Carybé, nem sabia de nenhum título oficial que ele pudesse apresentar. Reconhecia que estava pedindo uma coisa que podia parecer odiosa e que a oposição poderia explorar perfeitamente: nomear para um cargo um estrangeiro, quando havia muitos baianos capazes de ocupá-lo. Era quem sabe tirar o pão da boca de uma artista nacional... Mas pedi a Anísio Teixeira que tivesse fé em mim, que tirasse o pão da boca de um artista nacional, que fizesse a coisa odiosa; e ele fez nomeando o desconhecido Hector Bernabó e ficou à espera que o gringo aparecesse. (BRAGA, 1957: 2)

Braga relatou questões referentes ao pedido feito a Anísio Teixeira. Ele disse que pediu a Anísio para que Carybé fosse contratado para lecionar aulas de desenhos e relatou em seguidas os problemas que poderiam resultar do seu pedido. Quando Braga diz que Carybé não conhecia ninguém na Bahia ele estava referindo-se a pessoas influentes no âmbito político.

Carybé de fato lecionou aulas de desenho, assim como Mario Cravo Jr, no Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro. A construção do Centro Popular foi uma das mais importantes iniciativas durante a gestão de Anísio Teixeira. A instituição, inclusive, foi reconhecida pela UNESCO pelo seu modelo de ensino. A Escola-Parque, como ficou popularmente conhecida, foi inaugurada em 1950, “procurava oferecer a criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. Esta obra, inclusive projetou Anísio Teixeira internacionalmente” (NUNES, 2000: 12).

Mas o que pode explicar o fato de Rubem Braga ter destacado que Carybé poderia desenvolver estudos ou trabalhos folclóricos sobre a Bahia ou o Recôncavo Baiano na carta que foi enviada a Anísio Teixeira? Acreditamos que esse fato foi mencionado, pois tanto o remetente quanto o destinatário estavam conscientes das discussões em torno do folclore não somente no contexto nacional, mas também no âmbito internacional.

Em 1946, Anísio Teixeira, recebeu um convite de Julien Sorell Huxley³¹¹, primeiro-secretário executivo da UNESCO, para assumir o cargo de Conselheiro Geral da Organização. Ele aceitou apenas por "um período de experiência, tendo recusado sua inserção definitiva no staff desse órgão, dentre vários motivos, pelo convite que recebeu de Otávio Mangabeira, governador da Bahia, para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde desse estado" (NUNES, 2000: 11). Esse fato alicerça o pensamento que de Anísio Teixeira estava consciente das recomendações da UNESCO para os países membros, inclusive a recomendação que resultou na criação da Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, Órgão que a Comissão Nacional de Folclore estava submetida.

Acreditamos que Rubem Braga, por sua vez, também estava consciente das discussões em torno do folclore, pois além de ter sido correspondente brasileiro na Itália em 1944, cobrindo a atuação da Força Expedicionária Brasileira, também foi correspondente do Jornal "O Globo", em 1947, na França, país sede da UNESCO. Foi neste mesmo ano que Anísio Teixeira afastou-se da UNESCO para ocupar o cargo de Secretário de Cultura e Saúde do Estado da Bahia. Braga acompanhou o final da Segunda Guerra Mundial e as suas reverberações nos anos subsequentes diretamente da Europa. Foi usando a justificativa da possibilidade de desenvolver estudos folclóricos que Rubem Braga fez a intermediação entre Carybé e o Secretário de Educação e Saúde do Governo de Otávio Mangabeira.

É importante destacar que o governo de Otávio Mangabeira, que já havia sido Ministro das Relações Exteriores do Governo de Washington Luís, em 1926, propiciou condições para o desenvolvimento das artes plásticas na Bahia. Em 1945, com o fim do centralismo autoritário do Estado Novo, as eleições democráticas para governador abriram a oportunidade para que a antiga geração política baiana, com Mangabeira à frente, recuperasse o poder. De acordo com Groba, ele era apoiado pelo jornal *A Tarde*, com grande circulação na Bahia. Ao derrotar Medeiros Neto, assumiu como governador em 1947 e "deu origem a uma gestão marcada pela postura progressista, seguindo o discurso de que iria tirar a Bahia de seu atraso, das correntes provincianas, para lançá-la no cenário nacional" (GROBA, 2012: 108).

³¹¹ Julien Sorell Huxley (1887-1975) foi um biólogo e escritor inglês. Nos seus livros e conferências sempre defendeu a popularização da ciência. Ele foi o primeiro Diretor-Geral da UNESCO.

Na gestão Mangabeira, os discursos de modernização socioeconômica e os discursos de modernismo artístico caminhavam juntos. As vezes era até difícil distinguir as decisões políticas e econômicas das culturais e artísticas. Como exemplo disso, podemos citar a comemoração do quarto centenário da cidade de Salvador no ano de 1949. Neste ano a agenda cultural e política foram marcadas por dois grandes eventos. No primeiro semestre aconteceu o I Congresso de História da Bahia, que atraiu intelectuais brasileiros para Salvador, e, no segundo semestre, o I Salão Baiano de Belas Artes, que a partir de então seria sempre realizado em novembro de cada ano e abriria um novo horizonte para a produção artística no Estado e articulação dos artistas baianos. Carybé participou do II e III Salão Baiano de Belas Artes.

O discurso de progresso esteve indissociavelmente ligado a ideia de modernidade, no governo Mangabeira. Isso atraiu “campanhas de racionalização do espaço urbano, das vias públicas, das campanhas de regularização do trânsito e de higienização das feiras livres”³¹². É a cidade imaginada por engenheiros e arquitetos dentro da perspectiva de um urbanismo progressista, civilizado. Tudo isso trazia a preocupação dos folcloristas e artistas que estavam preocupados com os impactos que essas medidas poderiam causar na cultura popular presente na região. Tudo isso é relevante se tivermos em mente o discurso folclorista e as temáticas que foram desenvolvidas por Carybé na Coleção Recôncavo.

Carybé mostrou em suas obras os aspectos da cultura popular presente no Recôncavo Baiano, omitindo as fábricas, os prédios modernos, os centros comerciais e tudo que pudesse ser associado ao avanço da modernidade. Ele idealizou uma documentação histórica, onde os conteúdos simbólicos permanecem amplamente reconhecíveis, partilhando com o público os códigos visuais figurativos, elencando alguns acontecimentos em detrimento de outros. Suas obras resultam das suas escolhas conscientes. Ele construiu a memória da maneira como queria que a posteridade conhecesse as expressões culturais por ele representadas, bem ao gosto do discurso folclorista.

³¹² De acordo com Groba “Através das seções de leitores, que ganharam colunas diárias e destacadas em jornais baianos em 1951, observamos queixas contra as cobranças na organização do trânsito e denúncias contra a falta de higiene nas feiras livres. Logo atrás, e não menos indignadas, vinham as queixas contra as constantes quedas de luz, a falta de água em alguns bairros e os preços dos gêneros alimentícios, como a carne-verde e o pão francês” (GROBA, 2012: 32.).

Foi em meio à gestão de Mangabeira que Carybé foi morar na cidade de Salvador, quando recebeu da Secretaria de Educação e Saúde uma bolsa de estudos de um ano. O artista chegou na cidade de Salvador no dia 01 de janeiro de 1950. Carybé deveria “registrar” os movimentos e os lugares do Recôncavo, suas cores, sua gente, seus tipos e costumes. O que era de fato um desejo do artista. Assim, o desenvolvimento da Coleção Recôncavo não resultou apenas da preferência ou de uma escolha particular de Carybé, mas foi fruto também de todo um contexto social, político e cultural que propiciou o financiamento para o desenvolvimento das suas obras que formaram a Coleção Recôncavo.

A Coleção estava em consonância com o discurso folclorista daquele período e as temáticas desenvolvidas por Carybé já eram desenvolvidas por outros artistas e intelectuais baianos ou radicados na Bahia, como: Dorival Caymmi, Pierre Verger, Jorge Amado, Mario cravo Jr, Odorico Tavares, Genaro de Carvalho, Jenner Augusto, Edison Carneiro entre outros que faziam parte dessa teia (INGOLD, 2012).

Precisamos considerar que, neste contexto, o movimento folclórico brasileiro tinha urgência de atuação, pois, de acordo os próprios folcloristas, elementos culturais autênticos da nação estariam seriamente ameaçados pelo avanço da industrialização e pela modernização da sociedade. Por essa razão, o folclore devia ser imediatamente preservado e intensamente divulgado (CAVALCANTI, 2001: 3). Sendo assim, de 1947 em diante, começam a ser incentivados estudos e debates referentes ao folclore brasileiro por meio da Comissão Nacional do Folclore.

Um dos temas privilegiados pelos folcloristas, foram as nossas festas populares (CAVALCANTI, 2001). Esse tema era privilegiado, pois os folguedos, de acordo com esse pensamento, expressavam a cultura popular como um todo integrado, inseparável da vida cotidiana. Os folguedos eram o folclore em ação, aberto e contraditório, ligado ao passado e continuamente adaptado ao presente; um meio eficiente para captar a originalidade do processo de formação da cultura brasileira e seu movimento. Neste sentido, as representações de Carybé, na Coleção Recôncavo, vão de encontro aos temas privilegiados pelos folcloristas daquele momento.

Assim, há setenta anos, Carybé iniciou o seu documentário dos aspectos da cultura baiana que compõem a obra em questão. Ele “registrou”, assim como os folcloristas, para que as gerações futuras pudessem conhecer traços culturais que em

breve poderiam desaparecer por causa do avanço da industrialização. Sendo assim, ele representou a pesca de xaréu, a capoeira, a Feira de Água de Meninos, a Festa de Conceição da Praia, Festa do Bonfim, Festa de Iemanjá, o samba e as festas do universo mítico do candomblé.

COLEÇÃO RECÔNCAVO

Cada caderno da Coleção Recôncavo está organizado da seguinte maneira: 1) Pesca de Xaréu: 21 desenhos de Carybé. Texto: Wilson Rocha; 2) Pelourinho: 27 desenhos de Carybé. Texto: Odorico Tavares; 3) Jogo da Capoeira: 24 desenhos de Carybé. Texto: Carybé; 4) Feira de Água de Meninos: 27 desenhos de Carybé. Texto: Vasconcelos Maia; 5) Festa do Bonfim: 27 desenhos de Carybé. Texto: Odorico Tavares; 6) Conceição da Praia: 26 desenhos de Carybé. Texto: Odorico Tavares; 7) Festa de Yemanjá: 27 desenhos de Carybé. Texto: José Pedreira; 8) Rampa do Mercado: 28 desenhos de Carybé. Texto: Carlos Eduardo; 9) Temas do Candomblé: 27 desenhos de Carybé. Texto: Carybé e 10) Orixás: 38 desenhos de Carybé. Texto: Pierre Verger;

Cada número contou com uma tiragem de 1.500 exemplares, deste modo, foram impressos ao todo 15.000 cadernos da Coleção pela Tipografia Beneditina. Nesta primeira edição da Coleção, os exemplares de cada caderno foram numerados de 1 a 1.500. Na busca por informações descobrimos que eles foram lançados separadamente e que, a princípio, a Coleção contaria com nove números. O número 10, “Orixás”,

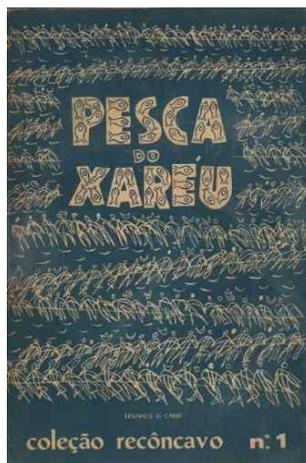


Figura 1: Capa do nº 1 da Coleção Recôncavo.

inicialmente, não iria ser lançado.

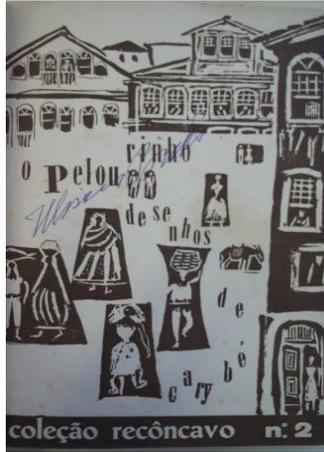


Figura 2: Capa do nº 2 da Coleção Recôncavo



Figura 3: Capa do nº 3 da Coleção Recôncavo

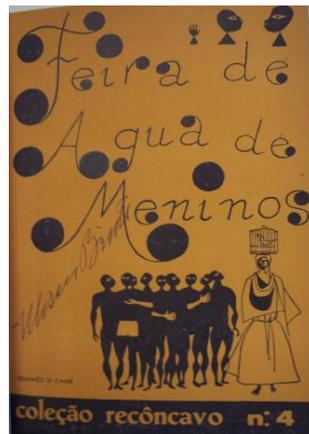


Figura 4: Capa do nº 4 da Coleção Recôncavo



Figura 5: Capa do nº 5 da Coleção Recôncavo.

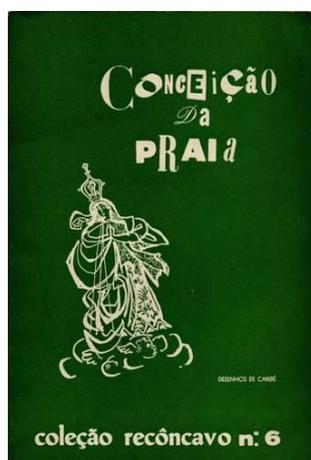


Figura 6: Capa do nº 6 da Coleção Recôncavo.

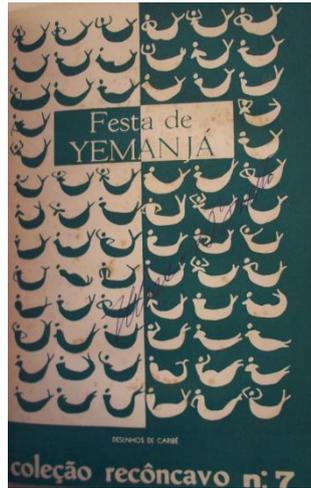


Figura 8: Capa do nº 7 da Coleção Recôncavo.

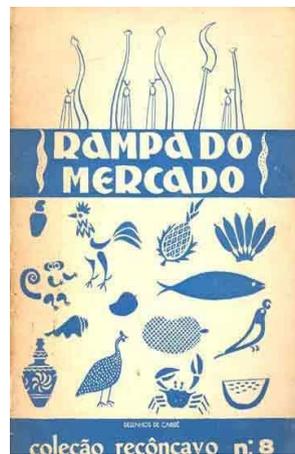


Figura 7: Capa do nº 8 da Coleção Recôncavo.

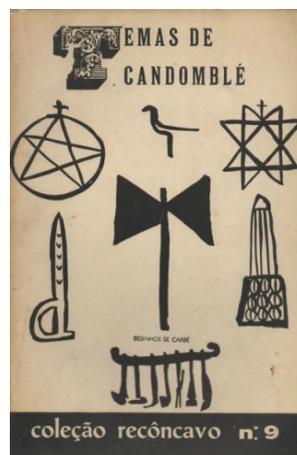


Figura 9: Capa do nº 9 da Coleção Recôncavo.

Apenas por uma questão didática, podemos dividir os cadernos da Coleção Recôncavo em dois blocos temáticos. Nos números, 1) *Pesca de Xaréu*, 2) *Pelourinho*, 3) *O Jogo da Capoeira*, 4) *Feira de Água de Meninos* e 8) *Rampa do Mercado*, foram desenvolvidas temáticas que estão mais ligadas ao cotidiano do Recôncavo Baiano. As pessoas anônimas e comuns (negros, pescadores, feirantes, carregadores, quituteiras, vendedores de rua, estivadores, lavadeiras, saveiristas, capoeiristas, candomblecistas, entre outros) são destacadas nas representações contidas nesses números. Mas esses números não são dissociados do universo religioso do candomblé, no entanto, esse

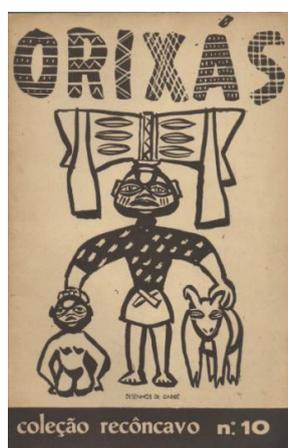


Figura 10: Capa do n° 10 da Coleção Recôncavo.

universo aparecer de uma maneira mais indireta do que nos demais números.

Nos números 5) *Festa do Bonfim*, 6) *Conceição da Praia*, 7) *Festa de Yemanjá*, 9) *Temas do Candomblé* e 10) *Orixás* são desenvolvidas temáticas que estão mais diretamente ligadas ao sagrado. Podemos observar representações de festas, que expressam aspectos do candomblé por vezes relacionados ao catolicismo. São destacados, de acordo com a construção, os temas religiosos (com destaque para o candomblé), as festas públicas e privadas, o sincretismo (termo usado por Carybé e seus colaboradores), a conciliação entre diferentes tradições religiosas, a diversidade cultural, entre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coleção Recôncavo, assim como outras obras, é um projeto que captura aspectos do espírito de um tempo, neste caso através de uma forma literária e artística. A obra está imbuída do conjunto do clima intelectual e cultural de um certo tempo e espaço. Deste modo, a Coleção reflete algumas ideias e valores da sociedade, do grupo que a produziu e da instituição que a fomentou.

Não compreendemos a Coleção como sendo um reflexo das manifestações culturais ou como sendo a eternização dos momentos das festas e dos folguedos populares baianos por meio dos desenhos de Carybé. A obra é pensada como uma, das muitas, representações que foram desenvolvidas sobre aspectos culturais presentes na região do Recôncavo Baiano no ano de 1950. A Coleção, como qualquer outra produção, privilegia determinados aspectos em detrimento de outros, pois é uma realidade construída.

O Recôncavo Baiano ou a Bahia propriamente dita foi representada, mesmo nos números da Coleção sobre temas “dissociados” do universo religioso, como sendo um lugar mítico, sagrado, sincrético, sem conflitos religiosos e raciais, um lugar onde o candomblé e o negro conviviam não só harmonicamente, mas, sobretudo, integrados à sociedade. A Coleção, assim como outras produções literárias, do campo das artes plásticas e musicais, discorreu sobre a imagética da religiosidade presente na atmosfera e no cotidiano do povo baiano. A Bahia foi apresentada aos leitores como um lugar autêntico onde o ritmo, os batuques, a culinária, a criação literária e artística, os encantos e mistérios das ruas, ladeiras, terreiros, igrejas, mercados, feiras, praias, festas, folguedos e da “gente da terra” nos convidam. O Recôncavo Baiano é representado como sendo o lugar da magia, dos sabores, dos cheiros, da beleza, das festividades, sobretudo, das manifestações da cultura negra por excelência. É neste sentido que a cidade de Salvador é a Roma negra³¹³.

³¹³ De acordo com Maria Alice Pereira da Silva, a metáfora de Mãe Aninha, fundadora do Terreiro Ilê Axé Apó Afonjá, foi citada pela primeira vez por Edson Carneiro, no livro “Negros Bantos” de 1937, quando o autor buscou dar visibilidade à contribuição decisiva dos negros bantos (angolas e congos) na formação sociocultural do povo brasileiro. (SILVA, 2018: 8) O termo, “Roma negra”, além de ter se difundido em obras acadêmicas e literárias, também integra o mundo artístico. Em 1989, Caetano Veloso, escreve a música “Reconvexo”, para sua irmã Maria Bethânia. Na frase “Quem não é Recôncavo e nem pode ser reconvexo” o autor transmite uma metáfora sobre a construção de uma imagem da Bahia e, simultaneamente, do Brasil. Por meio de uma visão de fora, pois ele escreveu a música em Roma. Sobre a questão da referencial ou maneira de pensar (a Bahia/Brasil) as coisas podem ser compreendidas sob uma lente côncava (do interior de um círculo), e outras sob uma lente convexa (do lado de fora do círculo). Reconvexo é uma palavra criada por Veloso, que por meio do prefixo “re”, nos lembrou que o modo de olhar pode construir outras realidades, vista de dentro e de fora. No trecho, “Eu sou a sombra da voz da

Por fim, cabe destacar que embora o discurso construído, por Carybé de seus colaboradores, tenha um caráter folclórico e, por vezes, inclinações turísticas. Os aspectos religiosos não foram difundidos como sendo um divertimento para os visitantes ou como sendo danças de negros que poderiam ser encontradas e assistidas nas noites baianas. O candomblé não foi apresentado como um divertimento, mas como uma cerimônia religiosa com ordenamento, seriedade e respeito. No entanto, o visitante poderia adicionar ao seu roteiro – de visitas a museus, igrejas, feiras, mercados, Pelourinho, festas, capoeiras, observar a pesca de xaréu, etc. – uma visita a um candomblé. Isso não seria um problema, pois o sagrado estava presente em todos os espaços e atividades desenvolvidas na Bahia, de acordo com a construção. Esse fato foi destacado como principal característica de singularização daquele lugar. Que deveria ser visitado, conhecido, apreciado e vivenciado, conforme a construção que está próxima de completar 70 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos Avançados 11(5) 1991, p. 172-191.

CARNEIRO, Édison. Negros Bantos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 147. p. 69-78, out-dez. 2001. (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

GROBA, Tiago Santos. "Um lugar ao sol": Cadernos da Bahia e a virada modernista baiana (1948-1951). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2012.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhado criativos num mundo de materiais. Tradução: Letícia Cesarino. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun., 2012.

matriarca da Roma Negra” o autor expõe as profundas raízes afro-baianas, referindo-se a Mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá, que chamava a Bahia de Roma negra. Por meio, dessa referência Caetano Veloso evocou o matriarcado do candomblé e a importância da Ialorixá nesse contexto.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos, *Educação & Sociedade*, ano XXI, no 73, dezembro de 2000.

SANSI, Roger. A vida oculta das Pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. In.: *A Alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Ed. Mauad x FAPERJ: Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, Maria Alice Pereira da. Salvador: Roma-Negra: cidade diaspórica. X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE). Anais COPENE, Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Ensaio de antropologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FONTES

CARYBÉ, Pseud. Coleção Recôncavo: desenhos de Carybé [s.n.]. Textos Wilson Rocha, Odorico Tavares, Carybé, Vasconcelos Maia, José Pedreira, Carlos Eduardo e Pierre Verger. Salvador: Livraria Turista, 1951. (Coleção Recôncavo; n.1, n.2, n.3, n.4, n.5, n.6, n.7, n.8, n.9, n.10).

BRAGA, Rubem. Que venha Carybé. *Jornal Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1948, primeira seção, página 3. Fundação Biblioteca Nacional (Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional – BNDigital).

BRAGA, Rubem. Um Brasileiro. *Jornal Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1957, primeira seção, p. 2. Fundação Biblioteca Nacional (Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional – BNDigital).

Interfaces entre Semiótica e a Cultura visual: proposta de análise iconográfica das fotografias da Revolta Comunista de 1935 nos processos do TSN

Kleber Oliveira dos Santos
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

Conta uma estória que o célebre artista renascentista Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni, ao ver concluída uma de suas mais conhecidas obras, a estátua de Moises, assombrado com sua perfeição estética e semelhança humana, teria desferido um golpe com um martelo em sua criação e proferido a seguinte frase: “Por que não falas?”

Esta passagem, real ou fictícia, nos mostra um pouco sobre a importância das imagens nas sociedades humanas e do papel que ao longo dos anos lhe foi atribuído, de representar determinados aspectos ligados à cultura, política e religião.

De acordo com Martine Jolly, uma das mais antigas definições de imagem (JOLLY, 1996:13) foi dada por Platão no livro “A República”; para este filósofo grego as imagens estavam relacionadas a elementos visíveis como sombras, reflexos na água ou à superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes e todas as representações deste gênero; esta palavra também aparece na Antiguidade romana: Imago, em latim, etimologia da palavra imagem, designava a máscara mortuária levada nos funerais, sendo associada ao espectro ou alma (JOLLY, 1996:19).

A palavra imagem em sua origem estava assim relacionada a uma forma de representação daquilo que é observável, mas conectava-se igualmente com aspectos ligados às aspirações sobre a natureza espiritual e metafísica, identificando uma busca pela perpetuação da memória daqueles que partiram.

Ao longo do tempo, o estudo sobre as imagens tornou-se importante, porque elas não são meros reflexos da realidade ou de um contexto específico, mas ajudam-nos a construir nossa percepção e relação com o mundo, constituindo-se em fortes vetores que influenciam nossas ações (SÉRVIO, 2014:196). Dentro da concepção de W.J. T Mitchell, as imagens possuem corpo e fala (MITCHELL, 2017:167).

Este texto busca apresentar uma proposta de análise iconográfica das fotografias relacionados à Revolta Comunista de 1935 anexadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), a partir da articulação das ferramentas metodológicas oriundas da semiótica e da Cultura visual. Contudo, antes de explicitar a questão

metodológica, acreditamos que seja necessária uma breve reflexão sobre a fotografia e a sua importância como fonte histórica.

SOBRE A FOTOGRAFIA E PESQUISA HISTÓRICA

A invenção da fotografia no século XIX foi o resultado da conjugação de vários conhecimentos relacionados à física e química, que tinham como objetivo compreender os efeitos da luz e da fixação da imagem a partir da utilização de determinados compostos.

Partindo da câmara escura da Idade Moderna, passando pelo filmes de material fotossensível, chegamos às modernas câmeras digitais e ao armazenamento na “nuvem”, numa espiral de desenvolvimento tecnológico que produziu várias consequências em nossa concepção sobre a realidade.

Comumente Joseph Nicéphore Niépce que conseguiu fixar mesmo que momentaneamente a imagem numa superfície e Louis Jacques Mandé Daguerre, que desenvolveu um método eficiente de fixação da imagem pela adoção de substâncias químicas, são apontados como os responsáveis pela invenção da fotografia³¹⁴.

Com o advento desse novo aparato tecnológico, várias alterações ocorreram tais como a possibilidade de reproduzir mecanicamente em larga escala uma obra de arte (BENJAMIN,1994), a facilitação do transporte e divulgação de imagens (BURKE, 2017: 31), assim como uma transformação sobre a perspectiva acerca do tempo e a própria existência do ser humano. Sobre a relação da fotografia com o tempo, Susan Sontag fez a seguinte reflexão: “Todas as fotos são *memento mori*. Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). Justamente por cortar uma fatia desse momento e congelá-la, toda foto testemunha a dissolução implacável do tempo” (SONTAG, 2004: 14). Para Roland Barthes, “contemporânea do recuo dos ritos, a fotografia corresponde talvez à intrusão, na sociedade moderna, de uma morte assimbólica, fora da religião, fora do ritual, espécie de aterragem brusca numa morte literal” (BARTHES, 1984: 184).

A preocupação em compreender o papel da fotografia na criação de uma concepção do homem sobre o mundo e sobre si mesmo, tornou-se foco da discussão de

³¹⁴ Para um histórico do desenvolvimento da fotografia recomendamos BENJAMIN, 1994.

muitas áreas do conhecimento dentre as quais podemos citar a Psicologia, Sociologia, Antropologia, Artes dentre outras.

Um das questões centrais nos debates produzidos por essas ciências é o papel da fotografia como representação da realidade. Dentro dessa perspectiva para Philippe Dubois foram estabelecidas três hipóteses distintas que encaravam a fotografia como um espelho do real, numa ideia de mimese e realismo fotográfico; como uma transformação da real, enfatizando as diferentes formas de codificação por que passa a fotografia, desconstruindo assim sua objetividade realística e por fim com um traço do real, no qual se retorna à importância do referente na mensagem fotográfica, não em seu valor absoluto, mas em seu caráter indiciário (DUBOIS, 1993).

Entendo que a terceira aceção seja a mais adequada aos objetivos do projeto que ora desenvolvo, pois ela permite articular aspectos relacionados ao referente fotográfico com a apreensão de que este representa um traço ou indício do que foi registrado pela câmera.

Outra questão emergente referia-se ao conteúdo da mensagem fotográfica, alguns autores fazem uma decomposição desta em duas partes: mensagem denotativa, que seria o aspecto visível da fotografia no qual se estabelece uma relação de analogia com a realidade e mensagem conotativa, em que se privilegiam os conteúdos relacionados aos elementos culturais, sociais e ideológicos que influenciam na construção e recepção da mensagem que é transmitida a partir da fotografia (BARTHES, 1986: 13-14).

A História tardiamente entrou nesse debate, esse atraso seria motivado por um preconceito quanto à adoção da fotografia como fonte de pesquisa, numa ciência que desde seus primórdios se caracterizou pela interpretação de documentos escritos. Para alguns historiadores, a mensagem oriunda da fotografia era por demais direta tornando-se, de certa forma, desnecessário a realização de um esforço analítico a partir delas.

Com o advento da chamada Escola dos Annales, houve uma preocupação pelo resgate e utilização de fontes variadas na construção da pesquisa historiográfica, rompendo com o discurso da Escola metódica que privilegiava os documentos escritos.

Na historiografia brasileira, as pesquisas utilizando a fotografia como fontes tem se expandido a partir dos anos 1980, uma das primeiras referências sobre estudos históricos utilizando a fotografia como fonte foi o trabalho realizado pelo fotógrafo e

pesquisador Boris Kossoy, que apontou direções e riscos de erros metodológicos aos que se interessassem por esta forma de análise (KOSSOY, 2001).

Outra referências nessa área é a pesquisadora Ana Mauad, que ao longo de sua trajetória acadêmica vem desenvolvendo estudos sobre a análise iconográfica das fotografias entendendo-as, dentro da perspectiva de Jacques Le Goff, como documentos que produzem um registro do passado e monumentos que representam um símbolo de uma determinada época (MAUAD, 2005:141).

Em suas obras Mauad reforça a importância de o historiador chegar àquilo que não foi imediatamente revelado na fotografia, inserindo-a no panorama cultural na qual fora produzida, tratando-as como uma escolha produzida de acordo com uma determinada visão de mundo. Para esta autora, as fotografias atuam como importantes meios pelos quais as representações sociais e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais podem ser reestruturados.

Entendemos dentro dessa proposta que as fotografias para além de um registro do passado nos ajudam a compreender o processo de construção social e cultural de sentidos, envolvendo escolhas e visões a partir daquilo que se pretende eternizar³¹⁵.

SEMIÓTICA E REPRESENTAÇÃO

A História pode ser entendida, dentre outras conceituações, como uma forma de representar o passado, uma busca pela reconstrução de eventos que sem a sua atuação se perderiam no tempo.

Dentro da perspectiva dos estudos historiográficos um dos conceitos centrais é da representação, o qual pode ser entendido como um sistema de interpretação da realidade, que orienta condutas e comportamentos (GUARESHI, 1995: 24). Dentro dessa perspectiva o homem é produto de um determinado contexto social, mas igualmente é um agente criador e transformador deste.

Concernente às fotografias, conforme analisa Stuart Hall, podemos considerá-la “um sistema representacional, que utiliza imagens sobre um papel fotossensível para transmitir um sentido fotográfico a respeito de determinado indivíduo, acontecimento ou cena” (HALL, 2016: 24).

³¹⁵ Para John Berger “uma fotografia, ao registrar o que foi visto, sempre e por sua própria natureza se refere ao que não foi visto. Ela isola, preserva e apresenta um momento tirado de um continuum.” BERGER, 2017: 33

Na concepção de Stuart Hall, a representação pode ser definida como “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados...”, dentro desta perspectiva, “representar envolve o uso da linguagem, dos signos e imagens que significam ou representam o uso dos objetos” (HALL, 2016: 31).

Na busca pela construção dos sentidos e do ato de representar, devemos estar atentos ao fato de que a produção dos sentidos é relacional, ou seja, ela deve estar integrada com o campo de referências e relacionamentos que marcam as interações sociais. Podemos enfim afirmar que a representação opera numa perspectiva de constante interação entre o indivíduo e o meio social.

O conceito de representações sociais possui uma conexão com a análise semiótica, que pode ser definida como a ciência que estuda os signos e tem como objetivo buscar a interpretação de aspectos inseridos em diversas formas de comunicação, visual, auditiva ou mesmo gestos e emoções.

A teoria semiótica nos permite penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são produzidas, nos procedimentos e recursos nela utilizados (SANTAELLA, 2005: 5). Dentro da perspectiva semiótica, signos são elementos portadores de significados³¹⁶.

Na abordagem semiótica, as imagens necessitam de uma análise para que a partir dela sejam buscados os seus conteúdos explícitos e implícitos. De acordo com Stuart Hall “imagens e signos visuais, mesmo quando carregam uma semelhança próxima às coisas a que fazem referências, continuam sendo signos: eles carregam sentido e, então, têm que ser interpretados” (HALL, 2016: 39).

A semiótica possui dentre outras, duas grandes vertentes metodológicas: a proposta lingüística desenvolvida por Ferdinand Saussure e a abordagem lógica estabelecida a partir dos estudos de Charles Sander Pierce.

As duas concepções baseiam-se na análise dos signos, contudo a semiótica saussuriana dá pouca ênfase aos contextos exteriores ao mundo lingüístico, pois sua perspectiva de construção dos sentidos tem como foco o processo comunicativo desenvolvido através da linguagem.

³¹⁶ O conceito de signo é abordado em ECO, 1997.

Por outro lado, a semiótica peirciana possui uma abordagem que valoriza os aspectos culturais que atuam além da linguagem, relacionados à semiose³¹⁷, produzindo uma análise mais ampla que permite uma melhor compreensão dos signos não verbais, a qual acreditamos que será mais adequada aos objetivos que buscamos alcançar³¹⁸.

CULTURA VISUAL E VISUALIDADE

As pesquisas relacionadas à Cultura visual, ou como alguns autores também denominam Estudos visuais (*visual studies*), desenvolveram-se a partir do final dos anos 1980, no campo de pesquisas sobre a arte e imagem dos EUA. A proposta desse novo espaço de estudos era problematizar a visão e a cultura no contexto das sociedades contemporâneas, cada vez mais influenciadas e “inundadas” pelas mensagens visuais.

De acordo com Paulo Knauss, existem duas tendências relacionadas ao recorte espacial e ao objeto de estudo que permeiam as pesquisas sobre a Cultura visual, uma voltada para a análise das imagens contemporâneas com recorte espacial nas sociedades ocidentais, e outra com uma proposta mais abrangente, que se propõe a estudar a imagem através da História em diferentes tipos de sociedades (KNAUSS, 2006:110).

Os estudiosos desse campo propuseram a partir da década de 1990 a chamada “virada visual” (FLORES, 2010: 275), que intentava teorizar a imagem à luz de um esforço que conjugasse diferentes campos do conhecimento.

Uma das questões centrais nesse processo era o questionamento da visão como um dado natural, assim como a negação de uma pretensa universalidade da experiência visual. Os adeptos da Cultura visual advogavam a especificidade cultural e social dessa experiência profundamente marcada por relações de poder, buscando estabelecer um diálogo interdisciplinar com teorias das ciências humanas e sociais, para colocar em questão a produção e circulação de sentidos em contextos sociais específicos (KNAUSS, 2006: 108).

A Cultura Visual, dentre outros objetivos:

“investiga como se interligam cultura e experiências visuais ou seja, o modo como nossa dimensão cultural influencia como vivenciamos nossas

³¹⁷ Pierce relaciona a produção dos signos ao fenômeno da semiose na qual cooperam três sujeitos, um signo, o objeto e seu interpretante. Ver: Cardoso, 2010; PEIRCE, 2005.

³¹⁸ Para Ana Mauad, “o verdadeiro ponto de partida, no tocante às imagens vistas em perspectiva semiótica, é a noção de ícone avançada por Charles Sanders Peirce.” Ver: CARDOSO, C. F.; MAUD, 1997: 570.

experiências visuais e como promove formas de relações sociais que organizam nossas experiências visuais; em contrapartida, temos também o papel das experiências visuais, seu espaço na organização de estruturas de sociabilidade que efetivam práticas de produção de significado e modos de subjetivação.” (SÉRVIO, 2018: 213)

Dentro desses princípios a Cultura visual identifica a necessidade de uma contextualização da imagem, entendendo que ela não possui sentido em si própria, e que este é produzido através da interação social onde, dentre outros aspectos, devem ser pesquisadas as intenções do seu autor.

Uma das principais contribuições dos debates sobre a Cultura visual é a aplicação do conceito de visualidade, que é concebido como a dimensão cultural, histórica e contextual do olhar, em contraposição a visão, considerada como a dimensão fisiológica do olhar. A visualidade refere-se ao registro visual no qual a imagem e o significado visual operam de modo interativo para construir uma mensagem e um sentido.

É ao conceito de visualidade que a Cultura visual se dedica (SÉRVIO, 2018: 198), de acordo com, Margarida Medeiros e Teresa Castro:

“ os objetos de predileção dos *visual studies* são assim todas as imagens oriundas dos meios de comunicação de massa contemporâneos – os novos mídia, a televisão e o vídeo, o cinema e a fotografia, a publicidade e a banda desenhada -, sendo a linha teórica comum a estes trabalhos a sua insistência sobre o “visual” e a “visualidade” (MEDEIROS, 2017: 2).

O campo de estudos ocupados pela Cultura visual alargou-se consideravelmente ao longo do tempo, abarcando pesquisas que envolvem a discussão sobre as imagens articulando diferentes campos do conhecimento como a medicina, literatura, história, dentre outras (MEDEIROS, 2017: 5), que se propõem a pensar como as imagens são produzidas, circulam e são consumidas (PEGORARO, 2011: 45).

APLICAÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES

A utilização conjugada da semiótica e Cultura visual tem em nosso entendimento o potencial de tornar a análise das imagens mais atenta aos seus detalhes técnicos e aos fatores culturais, sociais e ideológicos que atravessam esses documentos históricos.

A análise iconográfica que pretendemos realizar terá como um dos pressupostos metodológicos o agrupamento das fotografias por categorias, buscando pontos de similaridade ou discrepâncias, que possam apontar elementos/indícios aos quais os responsáveis pela acusação ou pela defesa dos acusados possam ter se baseado para construir um discurso associado às identidades e representações relacionadas ao comunismo. A análise por série, conforme defendem alguns pesquisadores, é uma forma de se evitar a verificação superficial da imagem.³¹⁹

Em minha pesquisa e levantamento preliminar dos processos do TSN pude constatar a repetição de alguns padrões fotográficos que podem, conforme a proposta que acima descrevemos, indicar um ponto de confluência na criação de um olhar associado aos Levantes de 1935. De modo exemplificativo selecionamos as fotos abaixo às quais faremos uma breve identificação prévia por categoria.

FOTOGRAFIAS DE IDENTIFICAÇÃO

O método de identificação criminalístico com a utilização de fotografias foi desenvolvido na França no final do século XIX, por Alphonse Bertillon. A proposta desse método era tornar mais eficiente e confiável o reconhecimento e catalogação de criminosos, no contexto histórico do crescimento demográfico das grandes metrópoles. Esse método, em suas origens, estava atrelado a um discurso relacionado à Antropologia criminal, que buscava encontrar traços físicos característicos nos criminosos (DUBOIS, 1993: 242).

O método de Bertillon foi adotado por organizações policiais em vários países, e na América do Sul sofreu uma adaptação quando foi empregado em conjunto com a identificação datiloscópica³²⁰. Curiosamente, o método de identificação de Bertillon, em decorrência da necessidade de manter o suspeito imóvel para que fosse realizada a

³¹⁹ A adoção da análise das imagens a partir da composição de séries, para os pesquisas historiográficas e os estudos sobre ligados à Cultura visual é defendido respectivamente por: MAUAD, 2008: 40; MENESES, 2003: 27. No tocante a análise semiótica conforme Tânia Aparecida de Souza Vicente: “A noção de semiose de Peirce, ou a ação dos signos, ou ainda os processos de interação cooperativa dos signos, está estruturalmente ligado à ação de séries conexas.” Ver: VICENTE, 2000.

³²⁰ Na América do Sul em decorrência do grande fluxo de imigrantes que chegou a essa região no século XIX, houve a preocupação com dificuldade de se encontrar um método de identificação eficiente, sobretudo na região da tríplice fronteira. No Brasil um dos entusiastas da adoção dos métodos de identificação antropométrico foi o jornalista Félix Pacheco, que representou o país em congressos internacionais onde se discutiu o modelo proposto por Bertillon e seu variante sul americano. Sobre esse tema ver: FERRARI, GALEANO, 2016.

sua fotografia, resgatou a técnica do aparato para a cabeça, que era utilizada pelos primeiros fotógrafos.³²¹



Fotografia de identificação criminal extraída da Apelação 438

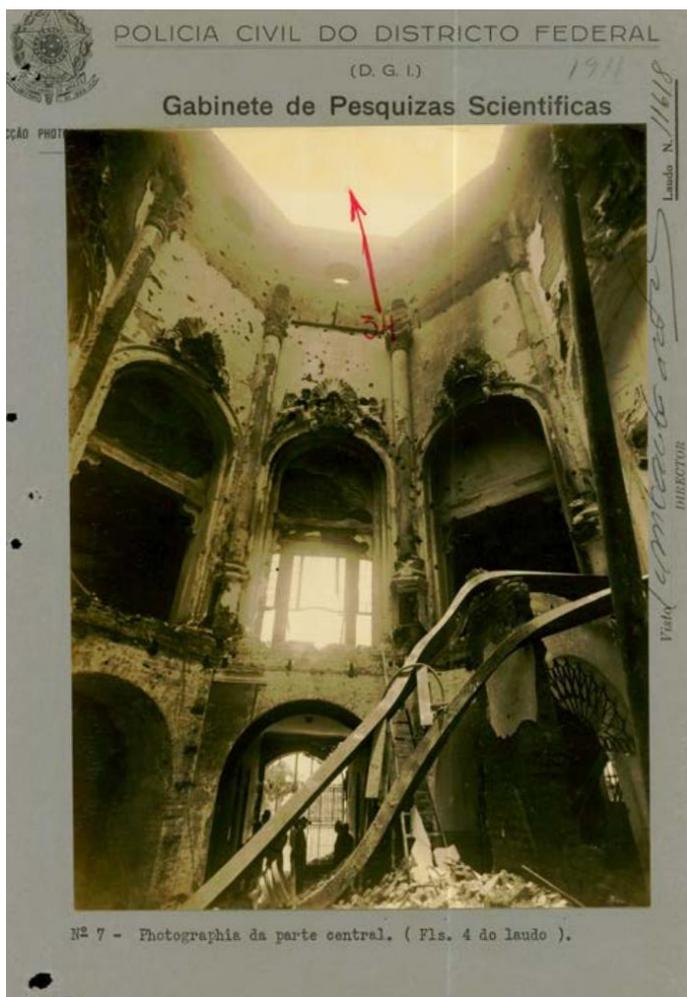
FOTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCAIS

Todos os processos relacionados à Revolta de 1935 foram julgados na sede do Tribunal de Segurança Nacional, por isso acreditamos que as fotos de identificação dos locais possam ter sido utilizadas para criar uma referência espacial para as pessoas envolvidas nos julgamentos.

Convém ainda lembrar que a escolha de um determinado enquadramento pelo fotógrafo³²² pode indicar os elementos da foto que ele pretendia destacar, desta forma percebemos em algumas fotografias registros de destruição, pichações com motivos políticos e a construção de uma composição que enfatiza a dualidade entre ordem (poder público) X caos (atuação rebelde). Encontramos ainda fotos de reconstituições de crimes imputados aos rebeldes.

³²¹ A técnica do aparato de cabeça era necessária nos primórdios da fotografia, devido à necessidade de que a pose fosse mantida por um certo tempo para que ocorresse a fixação da imagem no material fotossensível. Sobre as técnicas utilizadas pelos primeiros fotógrafos ver: BENJAMIN, 1994.

³²² Segundo Milton Guran “A fotografia é a escolha de um enquadramento no espaço, de um instante no tempo”. Ver: GURAN, 1990: 18.



Fotografia extraída do Inquérito Policial Militar, retratando o interior do 3º Regimento de Infantaria então sediado no Rio de Janeiro, onde ocorreram combates entre as tropas legalistas e os insurretos.

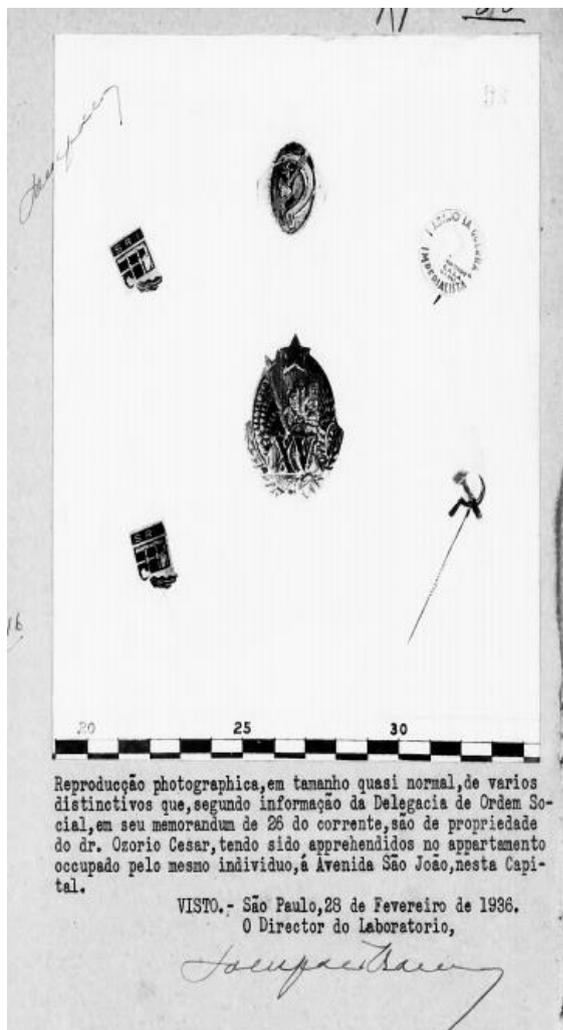
FOTOS DE AUTOS DE APREENSÃO

Em decorrência da Lei de Segurança Nacional de 1935 e suas variações, foram listados objetos³²³, cuja simples posse configurava um crime. Dentre eles podemos citar materiais de propaganda política “extremista”, armas e munições de guerra. A preocupação em realizar o registro desses objetos, atrelado a um trabalho de composição fotográfica³²⁴ podem ser indicativos de um processo de construção simbólica de elementos ligados ao comunismo, enquadrado no imaginário anticomunista em voga (MOTTA, 2002).

³²³ Segundo Roland Barthes, os objetos são indutores de ideias e elementos de significação. BARTHES, 1986:19

³²⁴ A composição fotográfica tem o objetivo de dispor os elementos de modo a conferir um significado a cena registrada. Ver: GURAN, 1990: 25.

Verificamos ainda dentre o material apreendido fotos de caráter pessoal ou político dos indiciados, que denotam a preocupação da polícia em criar um quadro mais amplo dos relacionamentos e filiações dos réus, ressignificando assim seus sentidos originais para torná-las provas de acusação nos processos.



Fotografia extraída da Apelação 92 com objetos apreendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a semiótica e a Cultura Visual, esta a partir do conceito de visualidade, possam ser utilizadas em conjunto na análise iconográfica de fotografias. A semiótica contribui com a decomposição da imagem e na busca pelos conteúdos ideológicos e simbólicos que a atravessam, já o conceito de visualidade apresenta uma perceptiva mais moderna de análise da imagem, articulando estudos interdisciplinares,

que se preocupam dentre outras questões, com a historicidade dos conteúdos presentes nas imagens, inserindo-as ainda num amplo panorama cultural.

Para a análise das fotos do TSN pretendemos conjugar estas ferramentas metodológicas, contrapondo as imagens ao discurso escrito nos processos que podem indicar as intenções explícitas ou implícitas que expliquem a escolha daquelas fotografias como parte do conteúdo dos processos, seja como peças acusatórias, ou como proposições dos advogados dos réus. Essas fotografias podem ainda analisadas em conjunto com outras imagens, que remetam ao ideário acerca do comunismo e do anticomunismo.

Entendemos que não há uma dicotomia entre a palavra escrita e a imagem, ambas podem ser conjugadas num esforço de construção de um quadro mais completo sobre os eventos históricos que pretendemos estudar.

Dentro desse contexto, os estudiosos da Cultura visual acreditam que a imagem possui uma capacidade de se constituir em ponto de partida para a construção de significados próprios e independentes, sem que essa independência signifique um isolamento de outros elementos explicativos como a linguagem escrita (AMOROSO, 2011: 24).

Devemos atentar ainda para a especificidade dos processos que iremos analisar, compreendendo que eles foram confeccionados não como instrumentos para se produzir a justiça, mas sim como uma modo eficaz de cerceamento de liberdades e alijamento dos adversários políticos do Governo Vargas (CAMPOS, 1982). Assim as escolhas feitas tanto pelos acusadores quanto pelos advogados de defesa devem ser contextualizados dentro dessa premissa.

As imagens dialogam com modos de vida típicos da sociedade que as produz (MONTEIRO, 2008:133), deste modo, retomando a estória do artista Michelangelo contada no início desse artigo, não devemos esperar que as imagens falem por si mesmas, para que se obtenham as respostas que almejamos, conforme alerta a historiadora Ana Mauad, é necessário que as perguntas certas sejam formuladas (MAUAD, 2008: 41).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Mauro. Nunca é tarde para ser feliz? : a imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã. Curitiba: Editora CRV, 2011.

BARTHES, Roland. Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos, voces. Barcelona: Editora Paidós, 1986.

_____ A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: _____ Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CARDOSO, C. F. S. (2010). Iconografia e História. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 9-18. & PEIRCE, Charles Sander. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____ & MAUD, A. M. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DUBOIS, Philippe D. O Ato fotográfico e outros ensaios. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

ECO, Umberto. A estrutura ausente. Introdução à pesquisa semiológica. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

FERRARI, Mercedes García & GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: História transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2016, vol.23, suppl.1, pp.171-194.

FLORES, Cláudia Regina Cultura visual, visualidade, visualização matemática: balanço provisório, propostas cautelares. Zetetiké – FE – Unicamp – v. 18, Número Temático 2010.

GUARESHI, Pedrinho & JOCELOVITCH, Sandra. Textos em representações sociais. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.

GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1990.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro, Ed. PUC- RIOApicuri, 2016.

JOLLY, Martine. Introdução à análise de imagens. Campinas: Editora Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. Artcultura – Revista do Instituto de História da UFU, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias. Niterói : Editora da UFF, 2008.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 13(1), 2005,133-174.

MEDEIROS, Margarida & CASTRO, Teresa. O Que é a Cultura Visual? Revista Comunicação e Linguagem. Lisboa, n.47, 2017.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? In:ALLOA, Emmanuel (org.). Pensar a imagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MONTEIRO, Rosana Honório. Cultura visual, escopo, debates. Domínios da imagem. Londrina , v.I, Nº . 2, p . 129-134, maio 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PEGORARO, Éverly. Estudos Visuais: principais autores e questionamentos de um campo emergente. Domínios da imagem, Londrina, ano IV, n. 8, maio 2011.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. O que estudam os estudos de cultura visual? Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais. Santa Maria, v.7, n.2, maio/ago 2014.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Câmara Brasileira dos livros, 2005.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos & MARTINS, Raimundo. Webcam, sexo, espetáculo e vigilância: reflexões sobre a campanha Sweetie a partir da cultura visual. *Visualidades*, Goiânia v.16 n.2 jul - dez/2018.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

Os chargistas-pedagogos da civilização de Momo

Reinaldo Ramos Diniz
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

O presente texto é o projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Faculdade de Formação de Professores-UERJ. Este projeto de pesquisa é fruto de reflexões feitas nas disciplinas de licenciatura durante os cursos de formação de professores(as) em História e Pedagogos das faculdades de Educação e de História do UERJ, UFRJ, UVA e UNESA, além dos anos de magistério em história no ensino básico. Desde o ano de 2002, percebi que os(as) alunos(as) que se formavam nas licenciaturas não estavam seguros(as) no que tange à sua futura prática docente. A questão da insegurança em relação às metodologias adequadas para o ensino e aprendizagem dos conceitos e conteúdos históricos, assim como o receio de não saber incentivar os futuros docentes, era claro durante as aulas das disciplinas de ensino de história para as series iniciais, didática do ensino de história e estágio supervisionado em história. Com intuito de ajudar a encontrar soluções para esse impasse, foram utilizadas, como metodologia de ensino e aprendizagem, as linguagens desenhadas (SGARBI, 2005); dessas utilizei os *cartoons*, as histórias em quadrinhos (HQ), as caricaturas e charges.

Para Alberto Manguel (2011) as imagens possuem várias narrativas e discursos que indicam ausências, enigmas, testemunhos, compreensões, pesadelos, reflexões, violências, subversões, filosofias, memórias, dramas da humanidade. As linguagens desenhadas são utilizadas como *ferramenta social das emoções* (VIGOTSKI, 1999), elas ajudam, em consonância com o texto escrito e outras fontes históricas, a desabrochar a emoção: abrindo ao ser humano possibilidades à criatividade e à imaginação, que ajudam na reflexão, na análise, na interpretação e na compreensão de outras visões da História e da sociedade em que vivem.

Essa atividade criadora é essencial para o desenvolvimento humano, para vivenciar e tomar consciência das emoções, dos sentimentos, das paixões que a materialidade da vida cotidiana suscita. Assim, ela é primordial para a completude da unidade afeto-intelecto que os seres humanos são.

É possível dizer que as imagens funcionam como mediadoras de relações sociais. O mundo, na atualidade, está cada vez mais sensível à interpretação iconográfica da publicidade, do cinema, da televisão, da internet, e a de tantas outras formas de produção imagética e também de verdades fabricadas. Dessa forma, a apreensão de ideias representada em imagens favorece a compreensão de dada sociedade. Assim, a apreensão das ideias representadas por esse tipo de produção, junto com uma análise histórica, antropológico-etnográfica e sociológica, ajuda-nos a compreender a sociedade brasileira.

As imagens nos informam uma história da existência, formas de pensamentos, sentimentos e emoções de grupos sociais que as produziram, em um determinado tempo e espaço. Segundo Manguel,

a existência se passa em rolo de imagens que se desdobra continuamente, imagens capturadas pela visão e realçadas ou moderadas pelos outros sentidos, imagens cujo significado (ou suposição de significados) varia constantemente, configurando uma linguagem feita de imagens traduzidas em palavras e de palavras traduzidas em imagens, por meio das quais tentamos abarcar e compreender nossa própria existência. As imagens que formam nosso mundo são símbolos, sinais, mensagens e alegorias. Ou talvez sejam apenas presenças vazias que completamos com o nosso desejo, experiência, questionamento e remorso. Qualquer que seja o caso, as imagens, assim como as palavras, são a matéria de que somos feitos. (2009: 21)

A citação acima nos apresenta pistas de como as imagens são poderosas enquanto discurso, pois estas “são símbolos, sinais, mensagens e alegorias” que têm um sentido quando produzidas. Mas, ao serem recebidas, vistas, estas podem ser “presenças vazias que completamos com o nosso desejo, experiência, questionamentos e remorsos”, com a visão de mundo do receptor, ou seja, a reação a determinada imagem vai depender dessa visão.

Seguindo esta trilha, o meu projeto de doutorado foi desenvolvido utilizando as linguagens desenhadas da charge e da caricatura. O objetivo geral da pesquisa é desvelar os fios que teceram a identidade, a subjetividade e o sentido do carnaval carioca durante as duas primeiras décadas do século XX, por meio da compreensão das charges produzidas neste período. Utilizo como procedimento de metodológico de pesquisa o *paradigma indiciário* (GINZBURG, 1991). Com base neste paradigma, procuro pistas de como as charges indicam as maneiras de expressar opiniões, ideologias, visões de mundo e conceitos de forma direta ou indireta. Através das séries

históricas (FURET, 1991) das charges e caricaturas, tenho a intenção de vislumbrar as ricas tensões que esta linguagem produz ao abordar o carnaval, destacando a forma pedagógica que evidenciou os valores e hábitos defendidos por seus autores, nem sempre de maneira consciente e explícita. Parto do pressuposto de que os chargistas, da “festa do adeus à carne” – não foram meramente cronistas, mas ativos organizadores e atuantes foliões e boêmios dessa festa – foram, também, os demiurgos, os grandes responsáveis pela transição, negociação de sentidos do carnaval carioca, do entrudo e das festas populares do século XIX para o carnaval da “civilização de Momo”. Segundo Coutinho (2006) e Pereira (2001), esses cronistas atuaram de forma ideológica, pedagógica, com as suas crônicas em forma de charge e caricaturas publicadas em jornais e revistas ilustradas, na difusão e assimilação do projeto civilizatório elitista do carnaval carioca com o carnaval popular. Devido a essa particularidade, eu os designarei, daqui por diante, de *chargistas pedagogos de momo* (DINIZ, 2014).

AS ORIGENS CARNAVALESCAS: DO ENTRUDO À CIVILIZAÇÃO DE MOMO

Esta orgástica festa, segundo uma linha historiográfica que preconiza uma origem ou mitos fundadores da história, teria começado há milênios (ARAUJO, 2000). Desde as primeiras bebedeiras do final do neolítico – quando deixamos de ser caçadores e coletores para nos tornarmos sedentários, agricultores que festejavam as colheitas de cevada (cerveja), trigo e da uva (vinho) –, passando pelas procissões religiosas do Egito antigo, nas Saceias babilônicas de Hamurabi a Nabucodonosor, nas lupercais, saturnais e bacanais (cerimônias sagradas em honra aos deuses Luperco, Saturno e Baco) do mundo clássico grego-romano, ou qualquer festa onde houvesse excessos e exageros nos rituais com bebedeiras, disfarces mascarados que denotam uma inversão de sentidos usuais. Para esses historiadores, as festas com essas características podem ser chamadas de carnavais.

Seguindo a linha de pensamento de Cunha (2001, 2002), Ferreira (2002,2012), Queiroz (1992), Sandroni (2001), Sódre (2002), Velloso (2004) e Vianna (1998), entendo que o carnaval está ligado à liturgia católica, ou seja, é uma festa do adeus à carne (*carnevale*) antes da quaresma, e, nessa festa de três dias, tudo pode”. Nas brincadeiras carnavalescas, as inibições e as recriminações sofridas durante todo o ano eram interditas, mascaradas e abafadas ao som dos diversos ritmos. No caso do Rio

de Janeiro do final do século XIX e nas primeiras duas décadas do XX, ocorria uma folia que engloba várias formas de brincar a festa, com vários sujeitos que se tensionam mutuamente em uma relação de congraçamento que nem sempre é risonho, pois há um tenso e intenso diálogo, nem sempre cordial, entre os brincantes carnavalescos. Cada forma de brincar o carnaval tinha a sua identidade específica que convergia para um mesmo espaço físico e social, onde havia disputa de visões, padrões e valores que poderiam ser compartilhados ou confrontados.

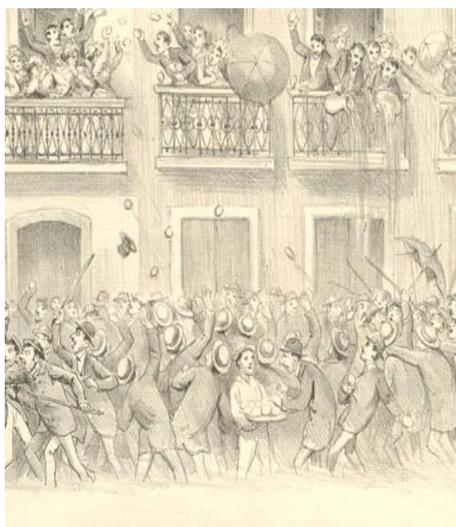


Figura 1– Ângelo Agostini, Revista Ilustrada 14 de fevereiro de 1884. Fonte: Gibiteca Armando Sgarbi,UERJ.

Além desse tipo de diversão carnavalesca, temos vários outros de caráter popular que, segundo Ferreira (2004), eram as pequenas sociedades – que disputavam com as grandes sociedades as batalhas de confete e os corsos, os espaços de desfiles e o sentido do carnaval – que eram compostos por batuques de negros, os cucumbis africanos carnavalescos, os maracatus, as congadas, os afoxés, os zés pereiras, os ranchos e *os alarmanes cordões*, termo usado por João do Rio – em uma crônica publicada em 1º de março de 1903, no jornal *Gazeta de Notícias* – para descrever o seu encontro com essa manifestação carnavalesca.

Nesses cordões, encontramos pessoas, predominantemente negros, com fantasias de índios, grupos de capoeira vestidos de “velhos” mascarados, com seus estandartes e suas performances coreográficas e musicais embalados aos ritmos do corta-jaca, miudinho, polca, maxixe e muitos batuques inebriantes.

Para a nova elite econômica e política, tais grupos eram considerados “selvagens”, “violentos”. Assim, fazia-se necessária a “civilização” da festa, com a implantação de um projeto de nação gestado no seio dessa nova classe dirigente cujo modelo modernizante era europeu. Em seu livro *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*, Jaime Larry Benchimol (1992), analisa as reformas do espaço urbano e social da cidade do Rio de Janeiro, durante a administração de Francisco Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal, destaca entre estas: reforma do Porto; a reformulação do sistema viário³²⁵; a política do *bota-abaixo*, que consistiu na demolição de antigos casarios coloniais, transformados em cortiços, ocupados pela população pobre; embelezamento com a construção de praças, avenidas e prédios modernos na região central da cidade; saneamento sanitário; novas posturas sociais³²⁶.

Ocorreu vários processos de criação e desaparecimento dos territórios a esses processos Rogério Haesbaert (2004) chama de des-res-territorialização. Esses processo criou a possibilidade de “experimentandar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla (...)”, uma multiterritorialidade, segundo o geógrafo :

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004: 344)

Tudo foi importado, inclusive e principalmente, o carnaval. Dessa maneira, a folia do entrudo e das festas populares era vista como bárbara, sendo, então, paulatinamente, substituída pela festa elegante e cosmopolita de Paris, Nice, Roma e Veneza. Essa modernização da pândega orgástica deu origem aos bailes de máscaras, aos préstitos alegóricos das grandes sociedades carnavalescas, como os Tenentes do

³²⁵ Dentre estas a abertura da Avenida do Cais, da Avenida do Mangue e da Avenida Central. Segundo André Nunes de Azevedo “No entanto, uma ampla intervenção urbana, conforme anunciara Rodrigues Alves, não se poderia limitar ao Porto e à região portuária do Rio de Janeiro, objetos da reurbanização a cargo do Governo Federal. Ela deveria atingir a estrutura viária da cidade.” (AZEVEDO, 2003: 41). Foram construídas várias vias para integrar o centro as regiões e os bairros.

³²⁶ Esse novo código de posturas foi “(...) uma reformulação de valores que os habitantes da cidade carregavam consigo. Pode-se exemplificar esse aspecto nas alterações nas vestimentas e rotinas da população. (ARAUJO, 2016: 14)

diabo (1855), os Democráticos (1867) e os Fenianos (1869). Nos seus salões, uma nova realeza foi entronizada, como símbolo desse carnaval burguês e fidalgo: Momo e seu cortejo de polichinelos, arlequins, pierrôs e colombinas. Os atordoantes zé-pereiras, diabos, velhos, morcegos, pai-joão, índios, caboclinhas foram substituídos, como figuras centrais do carnaval carioca, por esses personagens da *commediadell'arte*.



Figura 4 - Raul Pederneiras, Revista O Careta, 14/02/1920 Fonte: B.N.



Figura 5 - Kalixto. Revista Fon-Fon!, 18/02/1909 Fonte: B.N.

A vistora das charges de Pederneiras e Kalixto nos informam que Momo é o novo Rei do carnaval; nestas imagens se percebe que o símbolo da folia, o antigo bumbo dos atordoantes Zé-pereiras é utilizado pelo novo dono da festa. Na charge de Kalixto de 1909 temos Momo, junto com sua corte, anunciando a pandega “ISTO É BOM! ISTO É BOM! ISTO É BOM! ISTO É MESMO MUITO BOM! MUITO BOM! BOM!BOM!”. Em 1920, Pederneiras anuncia o começo do carnaval com Momo chegando, em cima do bumbo e aclamado como alegria do pobre.

Parto do pressuposto de que os chargistas, ao serem cronistas da “festa do adeus à carne” – não eram somente os seus cronistas, mas foram ativos organizadores,

atuantes foliões e boêmios dessa pândega –, foram, também, os demiurgos, os responsáveis pela transição, pela negociação de sentidos do carnaval carioca, do entrudo e das festas populares do século XIX para o carnaval da civilização de Momo do século XX. Segundo Coutinho (2006) e Pereira (2001), esses cronistas atuaram de forma ideológica, pedagógica, com as suas crônicas imagéticas publicadas em jornais e, principalmente, nas revistas ilustradas, na difusão e na assimilação do projeto civilizatório elitista para o carnaval carioca.

AS IMAGENS COMO FONTES HISTÓRICAS

No contexto deste projeto de pesquisa e considerando a função pedagógica da charge e da caricatura, utilizarei o conceito de charge que foi desenvolvido por Teixeira “A charge é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social” (TEIXEIRA, 2005:11). Segundo o autor, as charges são uma das formas de manifestação da opinião pública, elas tentam significar o real comunicando uma informação por meio da imagem. Essas imagens são impregnadas de subjetividade, tanto do emissor quanto do próprio receptor da mensagem.

Diante disso, essa produção iconográfica é admitida como um documento, fonte primária para o(a) pesquisador(a), permitindo a investigação da história por meio das situações do cotidiano e dos personagens e situações expressas nelas.

Ocorreu, na historiografia contemporânea – e em outras áreas das ciências humanas e sociais – a renovação do interesse pelos estudos visuais levando em conta que o próprio olhar é um sentido construído socialmente e historicamente demarcado, produto de contextos sociais e culturais.

A partir dessa premissa, os estudos da imagem preconizaram o estabelecimento da relação entre visão/imagem e o contexto social da sua produção, circulação, distribuição e recepção. As imagens são produzidas em um tempo e espaço historicamente situados por práticas sociais, políticas, discursivas. No entendimento de Chartier são estruturas do mundo social (CHARTIER, 1990). Demonstram a ampla rede de associações, de memórias, sentidos culturais, valores, que interagem para plasmar determinada competência visual, que não está presente nos objetos (imagens) como uma mensagem unívoca. Cabe à(o) pesquisador(a) fazer essas indagações que tensionam a visão e o olhar, a capacidade de ver e o ato de enxergar sendo um processo dialético.

Segundo Burke (2004), ao utilizar as imagens como fontes históricas, como

testemunhos de uma determinada sociedade no tempo e no espaço, tem-se que ter algumas preocupações sobre os problemas que advém da interpretação dessas imagens. Seguindo as orientações de Burke, idéias, valores, hábitos podem ser vistos por meio das imagens. Estas favorecem a compreensão de dada sociedade, são portadoras de informações tanto quanto o texto escrito. Articulando discursos e narrativas singulares, eivados de significado social, político, antropológico, social, cultural.

Desta maneira, a produção iconográfica é admitida como um documento, fonte primária para o(a) historiador(a), permitindo a investigação da história presente e passada por meio das situações e dos personagens expressas nelas. É uma fonte rica em perspectivas de interpretação, pois “[...] comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo, como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para descrever de forma mais vaga.” (BURKE, 2004: 101). Por fim, entendemos que as charges elucidam aspectos de seu tempo que os textos escritos talvez não puderam captar.

OS CHARGISTAS-PEDAGOGOS DA CIVILIZAÇÃO DE MOMO

A importância dos chargistas-pedagogos da Civilização de Momo não se restringe à sua produção imagética, ao seu público leitor, consumidor das imagens do carnaval carioca, mas também à possibilidade que nos dá de resgatar e reconstruir os fios que teceram essa história do carnaval e da construção da subjetividade do jeito carioca de brincar o carnaval.

Esses artistas eram verdadeiros *flâneur* que, além de serem exímios escritores, dramaturgos, professores, dançarinos, capoeiristas, delegados, trocadilhistas, pedagogos de momo, eram detetives sociais. Esses artistas gráficos conseguiram transpor para seus traços a vertigem da alma encantadora das ruas e as transformações da cidade carioca em sua cotidianidade. Nas revistas ilustradas como *Kosmos*, *Careta*, *Fon-Fon!*, *O Malho*, *D. Quixote* podemos apreciar essa maestria desse trabalho etnográfico e pedagógico. Em contato direto com esse cotidiano, saboreando os cheiros e os gostos, sentindo as paixões candentes da folia e da boêmia tornam-se, também, etnólogos, ao fazerem análises e críticas bem-humoradas das situações vivenciadas; assumem o papel de pedagogos e cúmplices demiurgos de uma nova realidade que estava sendo urdida pela nascente burguesia carioca, como nos ressalta Ana Maria Maud (2000: 269), "as

revistas ilustradas nos primeiros vinte anos do século XX compuseram o catálogo de valores, emblemas, comportamentos e representações sociais, através do qual a burguesia se imaginou e se fez reconhecer [...]".

Os três grandes nomes da charge e da caricatura brasileira (LIMA, 1963) que, segundo Izabel Lustosa, irão melhor, através do humor, retratar a alma carioca foram:

Ex-delegado de polícia e professor da Faculdade de Direito, Raul Pederneiras se notabilizará pela perfeita apreensão dos tipos populares do Rio. J. Carlos representará a emergente classe média nas figuras elegantes e graciosas de seus almofadinhas e de suas melindrosas. Os burgueses gordos, as elites, em seus diálogos impossíveis com a criadagem, encontrarão no traço de Kalixto o seu crítico mais mordaz. Não que cada um tenha incursionado por várias temáticas e, inclusive, pelos temas em que os outros eram mestres, mas se notabilizaram na construção daqueles tipos e foram, também, mestres na caricatura política. (1993: 97)

Os traços humorísticos das charges desses artistas revelam o contexto do período, os problemas políticos, a moda, os costumes, o cotidiano que a população carioca vivia em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (CUNHA, 2001).

Um sentido era dado pelo projeto de modernização das elites: o de “civilizar” a população pobre a partir de um projeto eurocêntrico de caráter eugenista, em que o popular tinha que dar lugar à cultura erudita, sendo os intelectuais os missionários desse projeto (SEVCENKO, 1983) para a sociedade dos analfabetos³²⁷.

Podemos constatar que a imprensa carioca teceu um discurso sobre o sentido dessa modernidade. Com o intuito de entender essa tessitura, dialogo com o conceito de genealogia e produção de discursos de verdades de Foucault (1991). Não tentei buscar a origem ou o mito fundador de uma história; em seu texto *Nietzsche: a genealogia e a história*, Foucault nos demonstra que a genealogia não é uma busca das origens, mas sim – trazendo à tona o pensamento de Nietzsche – uma emergência, um aparecimento/acontecimento, o ponto de surgimento de algo, com suas fissuras e proveniências. A charge de J. Carlos em que o “elegante” pierrô chuta o índio, expulsando-o da festa de forma violenta. Exemplifica os ideais e valores que estavam

³²⁷ Segundo Neves (1992: 78), “o Rio de Janeiro, em 1900, conta com 691.565 habitantes e o índice de alfabetização oscila entre 1,56%, em 1872, e 7,49% em 1920”. Esses dados demonstram uma grande quantidade de analfabetos, sendo esta população formada por ex-escravos e imigrantes, que tinham pouco domínio da linguagem escrita, mas que consumiam a linguagem visual das charges e caricaturas dos jornais e revistas da época: “Em 1900, o Jornal do Brasil tem uma tiragem de 50.000 exemplares diários”.

sendo tecidos no corpo carnavalesco. O passado não era mais tolerável. Há uma transformação física tanto na materialidade quanto na subjetividade do corpo.

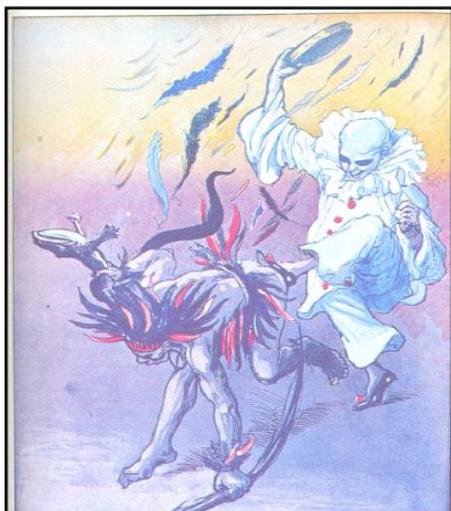


Figura 3: CARLOS, J. [Pierrot enxota índio]. O Careta, 20 fev. 1909.

A charge acima faz com que o(a) observador(a) seja transformado pela imagem, decorrendo um verdadeiro processo pedagógico, para o bem ou para o mal. Nas poéticas palavras de Teixeira

a charge muda aquele que a observa, transformando-o em cúmplice de significações que só têm sentido no interior dessa relação de mútuo consentimento e plena aceitação. Duvidar, desconfiar de suas intenções, traí-la, pois, qual amante ciumenta, zelosa de seus atributos e segura quanto à retidão de sua conduta, a charge exige, para ser possuída, total entrega confiança absoluta. Por outro lado, essa relação de fidelidade entre charge e leitor depende exclusivamente do que ela oferece e mostra. É esse jogo sutil entre o interdito e o permissivo – o defloramento do sujeito – que mantém sua cumplicidade e mútuo interesse: o desvendamento de uma verdade conhecida, ainda que oculta na banalidade do real, e que a charge revela com a finalidade de torná-la, assim, disponível, transparente. (2005: 12-13)

Dessa maneira essas linguagens desenhadas são formas de intervenção que o autor faz na cotidianidade. Através da subversão satírica e humorística da charge – que utiliza a caricatura, também, como seu traço predominante – nos ajuda a romper as barreiras da razão instrumental do texto, pois a “(...) imagem da charge é a gramática de seu traço, e o traço da charge é a escrita do seu texto.” (TEIXEIRA, 2005, p. 18).

Seguindo o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1991) temos encontrado pistas nas charges e caricaturas que nos indicam as maneiras de pensar, viver, brincar, assimilar o carnaval carioca, criando uma identidade que engloba vários sentidos da

folia.

As charges e caricaturas são uma tentativa de seus autores, de se apropriarem da realidade, de criar uma cotidianidade, produzindo identidades. As minhas observações dessas produções iconográficas me indicam que, ao executarem tal empreitada, os chargistas-pedagogos da civilização de Momo não eram neutros em suas proposições, visto que havia a influência do vivencial, composto das suas experiências pessoais e visões de mundo. Estes faziam parte ativamente desta folia, juntamente com outros literatos, jornalistas, cronistas, caricaturistas como Manoel Bandeira, Storn, Seth, Julião Machado, Goulart de Andrade, José Veríssimo, José do Patrocínio, Olavo Bilac, Bastos Tigres, João do Rio, Coelho Neto, Emílio de Menezes (grande boêmio/folião), Martins Fontes, Luiz Edmundo, Mendes Fradique, dentre outros.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

O Careta 1908-1926

D. Quixote 1917-1927

Fon-Fon! 1907-1930

O Malho 1912-1925

Revista Ilustrada

Jornal Gazeta de Notícias

Revista da Semana (Jornal do Brasil)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha Campos. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890 – 1920. In: Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes. Organizado por José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARAÚJO, Hiram. Carnaval: seis milênios de História. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

BALABAN, Marcelo. Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARRETO, Lima. O triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Ática, 1988.

BARRETO, Lima. Marginalia: artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense, 1956.

- BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- BURKE, Peter. Testemunho Ocular, História e Imagem. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações, Lisboa: Difel, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da Primeira República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de et al. (1997): A invenção do cotidiano – morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes.
- COUTINHO, Eduardo Granja. Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CUNHA, Fabiana Lopes da. Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e o Careta (1908-1921). Tese de Doutorado. São Paulo. USP /FFLCH. Mimeo. 2008.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da Folia - Uma História social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira(org). Carnavais e outras f(r)estas: ensaio de história social da cultura. São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.
- DINIZ, Reinaldo Ramos; GOMES, Thulio Pereira Dias. Índícios de uma pedagogia de momo: o papel pedagógico dos chargistas na modernização do carnaval. In: Livro de anais do Congresso Scientiarum História VII. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014.
- EDMUNDO, Luiz. Recordações do Rio Antigo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.
- EISNER, Will. Quadrinhos e arte sequencial. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FERREIRA, Felipe. Escritos carnavalescos. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

FERREIRA, Felipe. O livro de ouro do carnaval brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v. I.

GINZBURG, Carlos. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: Os intelectuais cariocas e o modernismo*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC (11), 1993.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista da USP. São Paulo, set./nov. 1989.

MAUD, A. M. (2000): "Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque". In: LOPES, A. H. (ed.). *Entre Europa e África – a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Topbooks/FCRB. 2000, p. 209.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

PEDERNEIRAS, Raul. *A máscara do riso: ensaios de anatomo-physiologia*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1917.

PEDERNEIRAS, Raul. *Cenas da vida carioca*. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1917.

- PEDERNEIRAS, Raul. Geringonça carioca: verbetes para um dicionário da gíria. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1922.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O carnaval brasileiro, o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANDRONI, Carlos. Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro. 1917 – 1933. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Ed. da UFRJ, 2001.
- SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade – a forma social negro-brasileira. Salvador/Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia/Imago, 2002.
- SGARBI, Paulo. Avaliações *pensadassentidas* a partir de uma *epistemomagia* do cotidiano. Tese (Doutorado em Educação) – Proped-UERJ. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- SGARBI, Paulo. A cotidiana tessitura do conhecimento em rede. Artigo do Laboratório de Imagens e Educação -Proped. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- SEVCENKO, Nicolau. A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SOIHET, Rachel. A Subversão pelo Riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Èpoque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. Sentidos do humor, trapanças da razão: a charge. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. (Coleção FCRB; Série Estudos, 2).
- VELLOSO, Monica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
- VELLOSO, Monica Pimenta. A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, UFRJ, 1998.
- VIGOTSKI, L. S. Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A Acolhida dos Novos Habitantes: uma perspectiva visual

Vanessa Mendonça Leite
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista CAPES

Ancorado nos estudos de cultura visual e partindo da perspectiva de que toda produção visual é dotada de historicidade e reflete em si as convenções culturais e sociais de seu tempo, este trabalho tem por proposta compreender, através do exame da fonte fotográfica, como a revista *A Noite Ilustrada* retratava em suas páginas os refugiados do Pós-Segunda Guerra chegados ao Brasil. O enfoque da análise empregada recairá, especialmente, sobre reportagem “Natal de Sombras”, publicada em 23/12/1948, escrita por Eva Ban e com fotografias de Max Ottoni.

Finda a Segunda Guerra Mundial, um grande contingente humano, vítima do confronto, encontrava-se deslocado de suas cidades e países de origem. O conflito resultou em profundas mudanças no cenário geopolítico internacional: impérios foram derrubados, Estados Nacionais tiveram suas fronteiras redefinidas e a dinâmica política/econômica global se converteu na bipolarização entre duas superpotências, a saber, o Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A nova configuração das fronteiras territoriais afetou milhões de pessoas, cujas nacionalidades precisaram ser alteradas, o que gerou um grande número de apátridas. O “milhão restante” designa uma parcela significativa de refugiados e deslocados que optaram pela não repatriação, na maioria dos casos por motivos políticos e pela falta de vínculo com seus territórios de origem, os quais foram anexados por outros Estados ou adquiriram novos regimes sociais, políticos e econômicos.

Uma das respostas a essa problemática se deu pelo deslocamento para as Américas. O Brasil recebeu um grande número de refugiados, a partir de 1947. Foi a última grande leva de imigrantes que o país recebeu no século XX e a maioria passou pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, que mantinha suas atribuições de recepcionar, alojar e encaminhar ao destino final as levadas de asilados recém chegados ao país, com a tônica no discurso da necessidade de modernização de suas instalações, a fim de, atender adequadamente as novas demandas de acolhida. Inaugurada em 1883, pelo Governo Imperial, a hospedaria recebeu centenas de milhares de imigrantes até 1966, quando teve suas atividades encerradas. Em mais de oitenta anos, a hospedaria

recebeu portugueses, italianos, espanhóis, alemães, austríacos, russos, poloneses, árabes e judeus, entre tantos grupos nacionais e étnicos, além de abrigar migrantes brasileiros.

Em 16 de maio de 1947, atracou no porto do Rio de Janeiro o navio norte-americano *General Sturgis*, trazendo a bordo o primeiro grupo de refugiados e deslocados, que seriam encaminhados para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, como resultado de acordos firmados com as agências internacionais. O processo de reassentamento já causava intensos debates na imprensa, havendo quem o defendesse e o condenasse.

SOBRE A REVISTA *A NOITE ILUSTRADA*

Antes de apresentar o exame da série fotográfica selecionada, urge explorar, mesmo que rapidamente, a trajetória e o histórico da revista ilustrada em que o material está veiculado, como um esforço que permite vislumbrar a estrutura corporativa do repositório, um pano de fundo contextual de seu percurso e circulação, bem como suas relações empresariais e administrativas. Esses aspectos não devem ser negligenciados, visto que os jornais não se configuram como simples receptáculos de informação.

A Revista *A Noite Ilustrada* teve seu primeiro exemplar lançado em setembro de 1930 e surgiu como a seção de rotogravura do jornal *A Noite*. Sua criação transcorre no contexto de estreia da nova sede da empresa na Praça Mauá, juntamente com a renovação de maquinários e linotipos, que inaugurava uma fase de prosperidade sob a presidência de Geraldo Rocha. Contudo, o apoio irrestrito às oligarquias dominantes nas eleições daquele ano, custou à empresa sua breve experiência de bonança. A declarada oposição a Getúlio Vargas, candidato presidencial da Aliança Liberal, mesmo após sua vitória, despertou a animosidade da administração governamental recém constituída, que resultou no empastelamento do *A Noite* e na prisão de seu proprietário. As dificuldades de estabilização financeira, decorrentes desse episódio, provocaram a penhora dos bens de Geraldo Rocha, que ao falhar na quitação das dívidas cedeu suas posses ao grupo São Paulo – Rio Grande, administrado por Guilherme Guinle. Sob o novo comando, *A Noite* e *A Noite Ilustrada* gozaram de uma fase de recuperação e expansão, estando esta última entregue à direção de Gil Pereira e à gerência de Vasco Lima. Tatiana Bulhões destaca o espaço privilegiado que o semanário reservava à publicação das imagens, uma disposição gráfica que acentuava a “primazia de fotografias em relação aos textos” (BULHÕES, 2017: 360). Este período de

revitalização foi marcado também pela inauguração da *Rádio Nacional*, uma emissora de radiodifusão criada como material complementar de função informativa e as revistas *Carioca* e *Vamos Ler*, voltadas para o segmento audiovisual e literário, respectivamente. Apesar de adotar uma linha editorial mais cautelosa, com a ausência da crítica mais aguerrida ao poder estabelecido, o fantasma da encampação rondava o cotiado do jornal. O medo não era infundado, uma vez que controlada pelo governo, desde outubro de 1930, a São Paulo – Rio Grande não havia regularizado a situação e sua desapropriação finalmente concretizou-se em março de 1940.

Portanto, no período abordado, o periódico e seu semanário estavam integrados ao patrimônio da União e constavam anexados às Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. O período de 1940 a 1957 foi marcado por uma longa crise, que ocasionou a elevação do custo e diminuição da receita de suas publicações. Concomitantemente, passou a perder seus leitores, pois, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2001), o consideravam uma corporação cujo único compromisso era tecer elogios às instituições governamentais. Em 1946, a partir de um Decreto-Lei expedido pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o periódico foi arrendado à sociedade anônima constituída por seus funcionários. Não obstante, apesar da transferência ter sido bem recebida pela imprensa em geral, o veículo não resistiu as sucessivas crises e impasses administrativos, que resultaram no fim de suas tiragens em dezembro de 1957.

O “NATAL DE SOMBRAS”

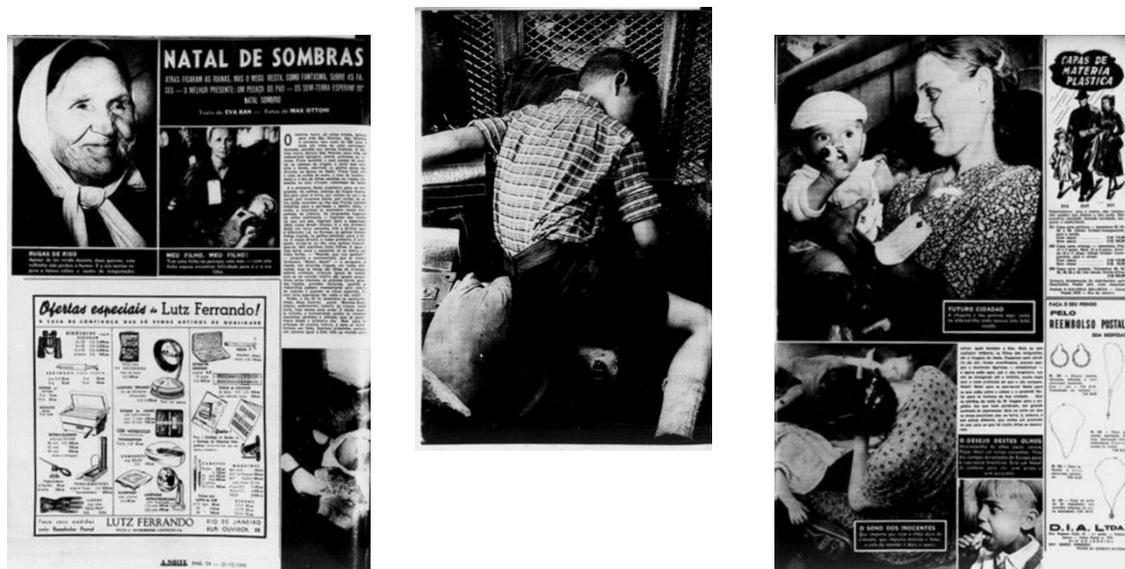
“Natal de Sombras”, assim é intitulada a matéria de Eva Ban³²⁸ em parceria com o fotógrafo Max Ottoni³²⁹, publicada em 21 de dezembro de 1948, por *A Noite*

³²⁸ Nascida em 16 de março de 1934, na cidade gaúcha de Ijuí, Eva Maria Ban era filha de imigrantes húngaros. Ainda aos 12 anos escrevia artigos e poesias para pequenos jornais locais e tempos depois, aos 17 anos, já publicava no *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e possuía um programa próprio de disc-jóquei na *Rádio Gaúcha de Porto Alegre*. Na Suíça, cursou medicina e direito por dois anos, mas abandonou ambos e, descobrindo-se poeta, encontrou no jornalismo o canal de expressão dos anseios humanos e a oportunidade de transformar o mundo através da escrita. Eva Ban mudou-se para o Rio de Janeiro e atuou como colaboradora de vários jornais e revistas, entre eles: *A Noite Ilustrada*, *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Diário da Noite*, *Cigarra*, *Carioca*, *Vamos Ler*, etc. Destacou-se por reportagens de denúncia a falsa mendicância, tráfico de drogas e de mulheres. Posteriormente, assumiu a função de correspondente internacional em Nova Iorque, entre os anos de 1967 e 1979, também em 1987. Suas pinturas levaram-na a expor em várias cidades norte-americanas e suas obras encontram-se em coleções espalhadas pela América e Europa.

³²⁹ Max Ottoni, nasceu em 15 de agosto de 1918, em Paris, na França. Filho de franco-brasileiros, foi convocado pelo serviço militar para compor as fileiras do exército francês, em 1939. Um ano depois, foi capturado e levado como prisioneiro para a Alemanha. Quando de sua libertação, foi incentivado pelo irmão, que trabalhava como editor-chefe, a se dedicar a técnica fotográfica. Em 1947, Max Ottoni se

Ilustrada. O texto da reportagem, que ganhou anúncio de destaque na capa da edição, trata do primeiro natal em que os refugiados passariam longe de seus territórios de origem, longe da destruição resultante da guerra. Na tentativa de sensibilizar o leitor sobre a realidade vivida por esses imigrantes, a autora compara a pobre e difícil circunstância do nascimento do menino Jesus a condição miserável dos pequenos refugiados recém-chegados a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. O material veiculado é apresentado em cinco páginas e conta com nove fotografias, que serão exploradas a seguir.

Fig. 1. Imigrantes na chegada



Fonte: “Natal de Sombras”. *A Noite Ilustrada*. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional.

A fotografia acima foi escolhida como chamariz da reportagem supracitada, notabilizada como capa daquela edição do semanário. No primeiro plano desta cena, encontra-se uma mulher sentada com um bebê sobre suas pernas, possivelmente mãe e filho(a). Suas mãos entrelaçam-se envolta do corpo da criança, enquanto seu olhar

transferiu para o Brasil, onde publicou reportagens de fotojornalismo para o *A Noite Ilustrada*. Contratado pelo jornal *Paris Match*, foi enviado para a China de Chou En Lai e para a Rússia, governada por Nikita Khrushchov. O fotógrafo, produziu inúmeras imagens durante suas missões, algumas das quais foram exibidas em exposições organizadas na Alemanha e em Paris. Profissional internacionalmente reconhecido, Max Ottoni retratou diversas personalidades, como Charles Trenet, Sasha Guitry, Boris Vian, Henry Salvador, Lucienne Dille, Gérard Philippe, General de Gaulle, Juan Péron, Paul Claudel, Juliette Gréco, Marcel Cerdan, Brigitte Bardot, Michèle Morgan, Maurice Chevalier e entre outras.

absorto parece refletir pensamentos distantes. Se ao seu lado é possível localizar a provável figura de uma mala, no sentido oposto, em segundo plano, identifica-se outra mulher, cuja ficha presa na roupa permite saber que o grupo ao qual pertencem são de imigrantes recém-chegados ao país, informação reforçada pela presença da mala. Existe, nessa imagem, um contraste causado por duas figuras femininas dispostas a partir de suas diferenças. Se a primeira mulher, com o bebê em seu colo, possui vestes mais simples e os cabelos escondidos sobre uma modesta bandana, que em uma usabilidade mais prática funciona como proteção ao sol ou ao frio, e sem nenhum outro adereço; a segunda veste-se de modo mais elegante e sofisticado, interpretação corroborada por sua postura e a utilização de maquiagem, como o batom e joias, como o relógio, além de notar-se os óculos escuros, uma proteção a agressão da luz solar. Nesta composição, frente a dois tipos distintos de refugiados, o fotógrafo opta por destacar a figura da desafortunada mãe e sua pequena criança.

Importa sublinhar que as poses e os objetos que compõem uma imagem abrem caminho para a leitura conotada, ou seja, permitem acesso ao sentido presente em outras camadas da produção, menos óbvia a uma primeira vista. Isto porque, “(...) esses objetos são indutores comuns de associações de ideias” (BARTHES, 1990: 17) e constituem-se como elementos de significação lexical estáveis, de modo que estabelecem uma sintaxe. As peças de roupa ou objetos dispostos, enquanto dispositivos historicamente situáveis, possuem significados precisos, por isso, ao valorizá-los na mise-en-scène o fotógrafo induz a geração de um sentido simbólico da imagem.



O retrato, de estética marcada por um jogo de luz e sombras e que se concentra no registro do rosto dessa senhora de sorriso tímido, é uma das imagens que abrem a reportagem no interior da revista.

A fotografia jornalística, enquanto um objeto dotado de autonomia estrutural, não deve ser considerada um aporte isolado, visto que se comunica com o elemento textual e é a partir dessa conjugação que se revela a totalidade da informação. Portanto, é indicado a análise em separado desse sistema, a fim de que seja possível alcançar a compreensão sobre sua complementariedade. Neste aspecto, Roland Barthes ressalta que o próprio texto, seja o corpo da notícia ou a legenda atribuída, pode funcionar como uma mensagem destinada a conotar a imagem ao suscitar um ou vários sentidos outros ao registro. A imagem não performa mais como ilustração a serviço do texto, para esclarecê-lo ou concretizá-lo, antes, a palavra “(...) torna a imagem mais pesada, impõem-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação (...)” (BARTHES, 1990: 20). A depender da apresentação textual e estilística, o efeito interpretativo que o componente verbal causa ganha outros contornos. Uma produção escrita que aproxime mais a palavra da fotografia pode criar a enganosa sensação de objetividade da informação, numa espécie de tradução neutra da imagem. É possível, ainda, que dispositivos como a legenda, por exemplo, expressem um sentido totalmente novo, produto de especulações, ou diametralmente oposto ao referente imagético.

A julgar pelo critério de seleção de refugiados elegido pelo governo brasileiro, a senhora retratada nesta segunda imagem, chegou ao país acompanhada de sua família, composta por outros integrantes, provavelmente, mais jovens e que atendessem as exigências das autoridades. No entanto, é a imagem de uma velha e frágil senhora que os editores da reportagem e dirigentes da revista decidem por transmitir, cuja legenda fixada parece cumprir a função de selecionar um sentido para o esboço de sorriso que surge no rosto dessa sobrevivente.

Figura 03 – O retrato da guerra



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 52.

Juntamente com a imagem anterior, está também foi escolhida para estampar a primeira página da matéria publicada. Familiarizado com o horror da guerra e seu rastro de destruição, Max Ottoni capta em sua fotografia uma mulher de rosto cansado e abatido, magra e frágil, ou seja, o fotógrafo revela as marcas que o conflito infligiu àquele ser humano. A perspectiva de exaustão é mais uma vez evocada na figura da criança dormindo nos braços da mãe, em uma posição que não aparenta ser das mais confortáveis. Novamente, a ficha na roupa da mulher revela sua recente chegada a Hospedaria de Imigrantes, o que também significa um recomeço, a esperança de uma vida melhor em outro país. Para além, é possível criar certos paralelos de referência simbólica entre a fotografia e a representação de Maria e o Menino Jesus na arte sacra, numa aura quase divina e devotada da maternidade. Apesar do resultado fotográfico escurecido, que não permite captar detalhes do ambiente envolta, nota-se, ao fundo, a

presença de outras pessoas, inclusive, possivelmente, de outra criança, dessa vez desperta e que também compartilha de uma ficha em sua vestimenta.

Não raro, imagens provocam efeitos e sentidos que ultrapassam as potencialidades da estrutura textual, talvez por sua habilidade em mobilizar repertórios conceituais e imagéticos concretizados através das relações culturais e históricas de uma sociedade.

Outra questão imbricada no processo do ato fotográfico diz respeito a interferência cultural e ideológica do operador que media a captura do fragmento temporal. Inevitavelmente a imagem produzida reflete as concepções de seu autor, a escolha técnica, o campo visual que condensa ou sintetiza o acontecimento, os enquadramentos, iluminação e diversos outros elementos se constituem como recortes e edições da mensagem que se deseja transmitir.

Figura 04 – Na Hospedaria de Imigrantes



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 53.

Nesta imagem, a objetiva do fotógrafo se concentra em registrar o contato entre, possivelmente, mãe e filho numa situação mais despojada. A figura da jovem, inclusive, traz nos lábios um sorriso aberto dirigido ao pequeno bebê em seus braços, assim como a atenção do seu olhar. Ao contrário da fotografia anterior, esta expressa certa vivacidade, enfatizada

pela interação da criança com o ambiente a seu redor e por uma expressão simpática no rosto da mãe. Desta vez, é possível notar que a ficha na roupa da mulher está marcada com o número “304”, o que pode significar que ela funcionaria como um modo de identificação desses refugiados no espaço da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, segundo um aspecto mais burocrático de controle. Ao fundo, passa quase desapercibido a presença de um homem, com a cabeça abaixada.

A frase destacada na legenda parece agregar alguma expectativa futura com relação a pequena criança. Transmite a sugestão de que como cidadão a ele(a) cabe usufruir dos direitos garantidos, mas que também deve cumprir suas obrigações e deveres para com a nação. Não é incomum notar a presença acentuada das crianças entre o contingente de refugiados fotografados pela imprensa e mesmo nesta reportagem. A esperança que provavelmente recaía sobre os pequenos era a de que

acolhê-los também significaria garantir a mão-de-obra para o futuro e que, a partir de então, contribuiriam com o progresso do país. Frequentemente,

Na representação criada pela imagem fotográfica, o universo infantil é um simulacro do adulto, no qual todas as potencialidades necessárias para formar um cidadão realizado são apresentadas como condição natural e inerente ao grupo social do qual provém. (MAUAD, 2005: 164 e 165)

Figura 05 – Repouso ao chão



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 53/55.

que aquela, em primeiro plano, apresenta-se mais próxima da presumível mãe, com a face orientada em direção ao campo visual da mulher a sua frente; enquanto a outra identifica-se mais afastada, ao lado da figura feminina, com o rosto encoberto por um tipo de tecido que destaca-se de um adereço que a mulher usa no cabelo. Contudo, é razoável que esta sensação seja uma espécie de ilusão de ótica ou trucagem³³⁰, gerada pelo enquadramento e angulação da câmera, que captura o episódio numa orientação de

Aqui, mais uma vez, a atmosfera de cansaço parece ser insinuada, não apenas pelos dois bebês dormindo ao chão, mas pela presença da mulher que se deixa ficar também no pavimento, numa postura inclinada em que os braços sobre as pernas, cumprem a função de sustentar-lhe a cabeça, em cujo rosto volta-se para baixo, indicando uma posição de exaustão ou enfado. Interessante observar o arranjo dos corpos das crianças, em

³³⁰ Segundo aponta Roland Barthes, a trucagem consiste em um artifício que, ao se utilizar do verniz de verdade que a fotografia produz pela fidedignidade de sua estética, aproxima ou afasta artificialmente elementos da imagem, em um truque visual. Caracteriza-se, portanto, como uma intervenção no interior do plano de denotação da fotografia.

cima para baixo. O plano plongée, enquanto agente do processo de conotação, pode atribuir sentidos de fragilidade e vulnerabilidade a cena.

Roland Barthes (1990: 15) estabelece a conotação como a codificação do produto fotográfico, ou seja, é “a imposição de um sentido segundo a mensagem fotográfica propriamente dita, elabora-se nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, processamento técnico, enquadramento, diagramação)”.

No que se refere a materialidade do suporte e sua montagem/diagramação, algo curioso acontece em relação a esta imagem. Por duas vezes ela é incluída no espaço da matéria: na primeira, surge dividida entre as duas primeiras páginas e, na segunda, é utilizada como a fotografia que encerra o discurso visual, a última apresentada.

Figura 06 – Um lanche no Brasil



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. próspero, ainda que incerto.

Diferente das reproduções anteriores, nesta fotografia a criança não é retratada junto da mãe ou qualquer outro familiar. O enquadramento valoriza apenas o rosto do menino, com o olhar voltado para cima, fixado em algo ou alguém que retém sua atenção, num plano fechado que não permite uma visão mais geral do ambiente ou das pessoas presentes. A captura do momento em que ele se alimenta, pode ser lida, a partir das informações trazidas no texto noticiado e na legenda, em oposição a escassez que, frequentemente, assolava os refugiados nos campos espalhados pela Europa e como no Brasil eram recebidos com fartura. Isto também poderia se revelar como o prognóstico de um futuro mais

Figura 07 – Uma criança entre as malas



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 54.

Nesta fotografia, que obteve uma folha inteira do impresso dedicada à sua exibição, observa-se a figura de um menino sentado por entre as bagagens, com o corpo inclinado sobre as malas, de frente a um gradeado. A posição, aparentemente

desconfortável, sugere cansaço, mas o jogo de luz e sombras não revela o rosto da criança. Mais uma vez, o foco da cena volta-se inteiramente para o menino e não inclui a presença de nenhuma outra pessoa ou desvela maiores informações do ambiente. O destaque atribuído a esse registro na página da revista, pode se revelar como uma escolha em realçar na imagem no menino a fadiga e o desconforto dos recém chegados a uma terra e língua estranhas. É possível, também, que sua proeminência guie o olhar do leitor a uma certa beleza estética.

Roland Barthes apresenta o procedimento do esteticismo enquanto uma composição visual propositalmente tratada de modo a apresentar-se como arte, através de inspirações estéticas. Esse recurso, frequentemente, opera como catalizador dos sentidos simbólicos da mensagem, pois recupera simbologias já estabelecidas “(...) para impor um significado habitualmente mais sutil e mais complexo que aqueles permitidos por outros procedimentos de conotação” (BARTHES, 1990: 18).

Figura 08 – Novos habitantes



Esta última imagem retoma elementos já vistos anteriormente, como o plano fechado na figura da mulher e do bebê, que dorme em seus braços. Contudo, chama a atenção a contraposição entre o sono profundo e tranquilo do bebê e o cansaço estampado no rosto da mãe. Seu esgotamento é, ainda, reforçado pelo desalinho do cabelo. A ficha é

Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 55.

outro componente que não passa despercebido as lentes do fotógrafo. Interessante notar como nesta imagem, em diferença as outras, a luz parece estar mais acentuada ou exacerbada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *A Noite Ilustrada*, como mídia representativa do gênero das revistas ilustradas, texto e imagem se articulam com o objetivo de narrar uma história ao leitor. Portanto, para que seja possível acessar o discurso visual veiculado, se faz necessário uma leitura não apenas de alguns fragmentos da sequência fotográfica, mas de todo o seu encadeamento.

Em se tratando da reportagem “Natal de Sombras” e das imagens acima discutidas, nota-se que se o texto publicado cria paralelos entre as circunstâncias do nascimento de Jesus na história bíblica, aproveitando-se da proximidade do Natal, e as dificuldades e precariedades enfrentadas pelos refugiados nos campos da Europa para gerar certa sensibilização no público, o fotógrafo também o faz através, é claro, de outros artifícios.

A narrativa fotográfica se concentra completamente em retratar a presença de mulheres e crianças, especialmente a partir da representação da maternidade e da infância, em complementariedade. Esta escolha, principalmente, na captura de rostos e corpos exaustos, pode evocar ideias de fragilidade e vulnerabilidade, ideias essas que, não por acaso, eram e ainda são muito associadas a figuras femininas, infantes e idosas. A fotografia que estampa a capa da revista dá o tom do que o leitor iria encontrar nas outras imagens associadas a matéria. Seria, portanto, uma espécie de síntese do discurso apresentado. Outro elemento bastante recorrente são as fichas que indicam, além de uma forma de identificação, a recente chegada daquelas pessoas ao Brasil e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Talvez uma indicação do início de uma nova jornada. A expectativa que incidia sobre esses novos habitantes, pode ser percebida na figura das crianças que significariam uma garantia de futuro. Eva Ban escreve que “(...) são uma promessa, uma promessa melhor do futuro, do que a palavra dos políticos”.

É possível constatar, ainda, que a maioria dessas fotografias segue uma orientação vertical, com planos bem fechados. Boa parte delas possui, inclusive, pontos bem escurecidos no produto fotográfico ou uma luz branca bastante acentuada, podendo

ser uma limitação técnica ou jogo intencional de luz e sombra. Dessas imagens, as que possuem maior espaço de exposição nas páginas da revista são: aquela que estampa a capa da edição, a imagem do menino sentado por entre as bagagens e a figura da mulher que se deixar estar ao chão junto as crianças. As três fotografias marcam pontos centrais da narrativa examinada, em que a primeira anuncia o enfoque que será empregado pelo olhar do fotógrafo; a segunda imagem pode ser lida como um retrato que condensa a vulnerabilidade, a exaustão e, até mesmo, a melancolia dos refugiados que aportam em um país de língua e cultura desconhecidas e tão diferente das suas; a terceira, escolhida para encerrar o percurso fotográfico, pontua a presença da figura maternal em velar pelo sono das crianças, mesmo quando o cansaço da viagem a visita no espaço da Hospedaria de Imigrantes, que opera como um local de transição, mas, igualmente, de cuidados e descanso. Um fato curioso encontrado nessas fotografias e em todas as outras ligadas a matéria, acha-se na postura das personagens que em momento algum perscrutam ou encaram a câmera de Max Ottoni, seus olhares desviantes, ao contrário, parecem se deter em algo que está para além do que as lentes podem capturar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BULHÕES, Tatiana da Silva. “Ampliando o Alcance da Propaganda Integralista: fotografias e textos na imprensa carioca (Fon-Fon!, Diário de Notícias e A Noite Ilustrada)”. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (Org.). Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista. – 2ª ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 353-374.

CAMARGO, Isaac Antonio. Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa. Discursos Fotográficos. Londrina, v.8, n.12, jan/jun 2012. p. 161-193.

Europa Publications (org.). International Who’s Who in Poetry 2004. – 12th ed. – England: Taylor & Francis, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “NOITE, A”. In: ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. (Coord.). Dicionário histórico-biográfico

brasileiro pós-1930. Ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 4105-4107.

FILHO, Antonio Cabral. Eva Bán sem Medo nem Segundo Tempo. Letras Taquarenses Blog, 14/09/2016. Disponível em: <<https://letrastaquarenses.blogspot.com/2016/09/eva-ban-sem-medo-nem-segundo-tempo.html>>. Acesso em: 13/06/2020.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade de século XX. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo, v.13, n.1, jan/jun 2005. p. 133-174.

NOBRE, Itamar de Moraes; GICO, Vânia de Vasconcelos. Imagem fotográfica, cultura e sociedade. Discursos Fotográficos. Londrina, v.7, n.10, jan/jun 2011. p. 107-126.

REYNOLDS, Patrick. Biographie Max Ottoni Photographe. Le Musee Prive, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.le-musee-prive.com/biographie-artiste/712-biographie-max-ottoni-photographe.html>>. Acesso em: 13/06/2020.

REZENDE, Bruno Lisita. A apropriação da imagem fotográfica no discurso jornalístico: o real e sua representação. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2016.

FONTE

“Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 1, 52-55.

Genealogia Historiográfica: da letra ao cinema

Wallace da Silva Costa
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ

“Pois tudo o que há no mundo: as paixões da carne, a cobiça dos olhos e a ostentação dos bens não provém do Pai, mas do mundo” – 1 João 2:16. Este verso, atribuído ao apóstolo João, discípulo devoto do autodenominado “filho do homem”, foi alvo da profunda reflexão de Santo Agostinho em suas *Confissões*. Advoga Agostinho a ideia de que, dentre todos os sentidos do corpo, a visão é aquele que se apresenta com um caráter insaciável. Nós, dotados pela natureza deste sentido, estamos a todo o momento apreendendo o mundo e a realidade através dos olhos – independente da atividade que estejamos desenvolvendo – e, quando privados deste atributo, nos vemos angustiados. Agostinho notaria, por exemplo, que nesta minha última frase utilizo-me do verbo “ver” para expressar uma afecção que não está ligada aos nossos sensíveis globos oculares, o que demonstra a grandeza e importância dada a este atributo em nossas vidas.

Para o teólogo latino, reverenciado tanto pela Igreja Católica Romana quanto pelas igrejas protestantes históricas, estamos constantemente sendo tentados a experimentar o mundo através das janelas de nossa alma e, assim procedendo, fechá-las a Deus. Os olhos, sentenciou João – e, antes dele, o próprio Jesus no Sermão do Monte –, nos são possíveis armadilhas, pois retiram nossos olhos do Deus, que deveria ser contemplado, e direciona nossa atenção ao terreno, ao passageiro – isto, claro, dentro da cosmovisão cristã.

Todavia, Agostinho, um dos pais da igreja cristã, ressalta a positividade que também existe no sentido da visão, demonstrando assim sua ambiguidade. Nossos olhos, que se desviam do Divino, se voltam costumeiramente atraídos para aquilo que é belo, a produção artística de nosso tempo e dos tempos anteriores, e – segundo o santo – tudo que é belo, saibamos ou não, reconheçamos ou não, advém daquele que é a própria Beleza. Aí está a dualidade dos olhos, que tanto podem ser utilizados para contemplar o mal e o pecado, quanto voltarem-se para Deus e suas obras em contemplação. Pois ele disse:

Inúmeras são as obras criadas por diferentes artistas e artesãos. [...] Elas foram criadas para ser uma tentação aos próprios olhos. Exteriormente, os homens contemplam o que elas são em si mesmas; interiormente, eles se esquecem daquele pelo qual elas foram primeiramente criadas e destroem justamente aquilo para o qual eles foram criados! Mas eu, meu Deus e minha glória, também elevo a ti meu canto por todas essas coisas, louvando aquele que me santifica, pois aquelas belas formas, concebidas e criadas pelas mãos dos artistas, provêm da própria Beleza, que está acima de nós, pela qual minha alma suspira noite e dia (AGOSTINHO, 2017: 228).

Agostinho³³¹ diante da ambiguidade da visão roga a seu Deus que o guarde, que ele possa encontrar o meio termo, para que não peque amando mais o que vê do que aquele o qual não vê; não se abstendo, ainda assim, de contemplar o que há de belo exposto na materialidade. E, sob certo aspecto, fizeram o mesmo alguns dos homens encarregados de pensar História na Era Contemporânea. Na verdade, os historiadores próximos a nós foram mais longes que Agostinho, banindo a cultura material de suas vistas, ou melhor dizendo, banindo-a de seu modo de apreender o passado. Não havia espaço para as pinturas, para os resíduos materiais do passado, para a arte, pois tudo havia sido ocupado previamente pelo documento escrito. Assim o fizeram, e não havia razão religiosa para isto, apenas o progresso cientificista em vista. Nas palavras de Jean Bottéro há a síntese deste espírito: “Quem diz história, diz, com efeito, escrita. Se não há escrita, se esta for indecifrável, somos arqueólogos e pré-historiadores” (BOTTÉRO, 2004:14). Pois, para o historiador francês novecentista, herdeiro dos metódicos do século anterior, o pensamento humano na cultura material só é reconhecível por meio da escrita – nada além.

O oitocentos é o século no qual a História ganhará seus contornos de cientificidade (DELACROIX, 2012). E o paradigma das ciências modernas é nada menos que um método para chamar de seu. O método serviria para, em tese, criar a impessoalidade daquele que produz História, pois suas conclusões seriam aferíveis, como num laboratório químico, todas baseadas em farta documentação escrita – quando muito se lançava mão da documentação física para respaldar o que já apontava o texto (MENESES, 1983: 103-117).

³³¹ Nossa escolha por estabelecer este diálogo com Agostinho baseia-se no fato deste demonstrar grande acuidade no tratamento e desenvolvimento de uma “filosofia do olhar” – bem como dos demais sentidos, e esta uma vez conectada ao campo historiográfico é capaz, ainda que num modelo inverso ao proposto por Agostinho, como se verá, de ampliar o campo de nossa atuação.

Com a aquisição, ou antes, a elaboração de um método historiográfico somos, então, capazes de limar de nossas vidas a costumeira crítica feita por detratores que enxergavam em nossos trabalhos apenas um modelo literário apartado de qualquer objetividade científica. É neste período que a História se profissionaliza. Os historiadores, antes amadores devotos do passado, ligam-se intimamente a seus Estados nacionais com o intuito de pacificarem seu povo, proporcionar a todos a ideia de uma origem comum, o que culminaria num fim comum do qual todos se beneficiariam se, antes, esforçassem-se por isso enquanto comunidade³³².

E parece terreno comum em alguns debates historiográficos enquadrar todos estes estudiosos oitocentistas como simples positivistas, ébrios por outras ciências – em especial as ciências da natureza, tais como a matemática, física e química –, tentando a seu modo estabelecer também leis universais para a História e seu devir (FONSECA, 2009: 143-166). Ainda que, de fato, seja possível apontar aqueles que criam nisto, nem todos eram igualmente ingênuos buscando conhecer o passado em sua totalidade e essência – o invariável na variável existência humana. Nomes como Wilhelm von Humboldt (VON HUMBOLDT, 2010) e Leopold von Ranke (GRAFTON, 1998.) apontam para homens que, apesar de suas limitações neste pioneirismo, viam na história apresentada pelos documentos apenas o esqueleto daquilo que realmente foi o passado, não buscando no passado encontrar lições morais – como se a história fosse mera *magistra vitae* – e reconhecendo a falibilidade de modelos teleológicos que “tolhiam” a liberdade humana.

É necessário abrir um breve adendo, ainda sobre o positivismo e a figura de Ranke. Para Ricardo M. Fonseca, “história positivista” e “história rankeana” são equivalentes, pois o autor alemão seria o expoente desta abordagem metodológica. O estabelecimento desta relação nos parece simplista e objeto de controvérsias, o que Fonseca parece reconhecer quando afirma que:

³³² Como disse Gabriel Monod: “(...) No que se refere especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram em nossa pátria partidos hostis, cada qual ligado a uma tradição histórica especial, e aqueles que mais recentemente mutilaram a unidade nacional lentamente criada pelos séculos colocam-nos no dever de despertar na alma nacional a consciência de si pelo conhecimento aprofundado de sua história. Somente com isso podem todos compreender o vínculo lógico que une todos os períodos do desenvolvimento do nosso país e até todas as suas revoluções; é com isso que todos se sentirão rebentos do mesmo solo, filhos da mesma raça, sem renegar nenhuma parte da herança paterna, todos filhos da velha França e ao mesmo tempo todos igualmente cidadãos da França moderna. É assim que a história, sem propor-se *outro objetivo e outro fim senão o proveito que se tira da verdade*, trabalha de maneira secreta e certa para a grandeza da pátria e, ao mesmo tempo, para o progresso do gênero humano”. In: DELACROIX, 2012: 86-87.

[...] alguns autores inclusive chegam a sustentar a impropriedade de se denominar a história ‘rankeana’ [...] de história positivista. É o caso de Ronaldo Vainfas e de Helio Rebello Cardoso Jr que, com razão, demonstram como essa discussão é um pouco mais matizada do que parece a princípio (FONSECA, 2009: 145).

Não há dúvida, entretanto, de que esta corrente do século XIX, os chamados metódicos – em referência óbvia ao método por eles elaborado –, fora essencial na consolidação da História enquanto campo legítimo do saber – ainda que o tenham feito apropriando-se de alguns conceitos das ciências naturais, que não caíram bem no campo das humanidades. Todavia, na busca pela Verdade em detrimento da retórica, limitou-se a História ao documento escrito – e não qualquer um, senão o oficial, assim como aqueles autenticados pela erudição das ciências auxiliares, tal como a filologia – e perdeu-se de vista o todo que poderia ser auferido se endereçassem suas atenções para o documento físico – e quando o fizessem, vissem a cultura material como fonte independente, não apenas como meio de embasar a conclusão já proposta pelo texto. Suas limitações os faziam propalar: “[...] o método histórico consiste em examinar os documentos para chegar a determinar os fatos antigos, de que tais documentos são vestígios. [...] Na história, não vemos nada de real, senão o papel escrito” (DELACROIX, 2012:102-103).

Então, no segundo quartel do século passado, uma revolução – na dupla acepção do termo. Com a fundação da *Annales d’histoire économique et sociale*, em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre rompem com o modelo hegemônico de pensar História, o modelo positivista. A dupla francesa de historiadores rechaçaram veementemente a noção de recontar o passado tal como foi, pois esta apresentava-se para eles como uma tarefa impossível de ser completada. Rompem, também, com a noção de *continuum* progresso e o amoldamento da História às outras ciências, sobretudo as ciências naturais; nas palavras de Bloch: “Essa sensação de progressão verdadeiramente indefinida, que uma ciência como a química dá, [capaz de criar até seu próprio objeto,] nos é recusada” (BLOCH, 2002: 75). Novamente, diante do afã positivista de apreender e reproduzir o passado tal como foi, Bloch revela a humildade que todo historiador deve ter no processo de (des)conhecimento do passado, ainda que depois de exaustiva pesquisa, dizendo:

É sempre desagradável dizer: “Não sei, não posso saber.” Só se deve dizê-lo depois de tê-lo energicamente, desesperadamente buscado. Mas há momentos em que o mais imperioso para o cientista é [, tendo tentado tudo,] resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente (BLOCH, 2002: 76).

Outra crítica ao hegemônico padrão historiográfico do período da dupla fundadora dos *Annales* dizia respeito às fontes. E é isto que aqui nos interessa mais. É com Bloch e Febvre que o documento escrito abre espaço para outros tipos de fonte:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários (BLOCH, 2002: 79-80).

Além disso, os annalistas põem fim ao discurso dos positivistas que, em nome de uma pretensa imparcialidade científica, se calariam diante do texto que exprimiria o passado tal como foi. A dupla francesa cria numa história-problema. Para eles não existia documento que falasse *per se*; só se podia ouvir algo do documento, se a ele algo fosse proposto de antemão. Assim, se os positivistas diziam “no princípio [...] eram os documentos” (BLOCH, 2002: 78), os annalistas responderiam “no princípio, é o espírito”, pois, “nunca [em nenhuma ciência,] a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível” (BLOCH, 2002: 79).

Limitar a História ao documento escrito seria empobrecê-la em suas virtualidades. Esta foi, sem sombra de dúvidas, uma das maiores contribuições desta primeira geração para nossa ciência. Ao historiador cabe discernir aquilo que lhe é útil para retratar aspectos do passado. É o historiador que valida à fonte – o que não é o mesmo de fabricá-la –, no tocante ao documento escrito, como também na cultura material e esta é uma tarefa hercúlea, pois “reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador” (BLOCH, 2002: 82). Estes esforços na mescla de fontes é recompensado pela promessa de que, desta forma, o historiador descortinará diante de seus olhos aspectos mais profundos da ação do homem no tempo por ele analisado; o que não seria possível apenas através do escrito. Por uma última vez, nas palavras de Bloch: “Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza” (BLOCH, 2002: 80).

Estes parágrafos demonstram o primeiro sentido de “revolução” aplicável aos *Annales*. Eles possuem, sim, o mérito de afastarem-se do modelo historiográfico positivista. A primeira geração dos *Annales* revolucionou, pois criou uma ruptura com os seus predecessores imediatos, mas não apenas isso. Não há dúvidas de que esta noção de revolução é filha da Revolução Francesa, porque naquele período “revolução” realmente significou uma ruptura com o modelo político, social e econômico vigente. Todavia, antes de 1789, o termo era comumente associado às embarcações e aos corpos celestes no movimento de rotação em torno de seus próprios eixos. E, nesta segunda acepção do termo, os *Annales* também revolucionaram a historiografia, pois aproximaram-se – conscientemente ou não – de um conceito e metodologia de fontes anterior a eles.

Nesta acepção de revolução, os *Annales* retomam a tradição dos antiquários da Idade Moderna dando-a um novo sentido. Nas palavras de Arnaldo Momigliano, o antiquário é “o homem que se interessa pelos fatos históricos sem se interessar pela história” (MOMIGLIANO, 2004: 85). Os antiquários dedicavam sua atenção para o exame de objetos materiais sem o viés costumeiramente empregado por historiadores de seu período e anteriores a eles – os quais orbitavam, costumeiramente, em torno da política. Os antiquários, assim como os annalistas, buscavam o homem por detrás dos artefatos por ele produzidos, pois “os objetos falavam pelas épocas em que tinham sido fabricados” (MOMIGLIANO, 2004: 89).

Os antiquários modernos consideravam a si próprios continuadores de uma tradição de eruditos que remontaria a Antiguidade e seus *antiquarius* – Plínio, Ateneu, Aulo Gélío, etc. Estes homens não dedicavam-se ao estudo de um recorte temporal ou temático específicos, antes sua erudição abrangia uma variedade tão dispersa de campos que parecia não haver conexão entre tantos assuntos, o que para nós, cientistas da presente era, parece descabido a verdadeiros estudiosos.

Os antiquários adoravam fatos disparatados e obscuros. Mas por trás dos itens individuais, aparentemente não relacionados, estava a Antiguidade, misteriosa e augusta. Implicitamente, todo antiquário sabia que estava destinado a acrescentar alguma coisa à imagem da Antiguidade (MOMIGLIANO, 2004: 90).

Os antiquários voltavam seus olhos aos objetos num movimento ébrio de ceticismo em relação aos documentos escritos – evitando, contudo, o extremo de os

negarem. Pois, ao contrário das batalhas narradas por Tucídides e Tito Lívio, que não podem ser (re) observadas *in loco* devido seu caráter único, fugaz e inapreensível em sua totalidade, as fontes físicas do passado podem ser submetidas a comparações para verificação de sua autenticidade com outras centenas de objetos semelhantes. E, dentre tantos objetos, os antiquários também observavam a produção artística expressa em quadros, inscrições e monumentos.

Os antiquários buscavam autonomia em relação à História. Para eles, seu modo de apreender o passado não poderia ser equiparado com o de seus contemporâneos historiadores. “No século 15, o termo ‘antiquarius’ adquiriu o sentido de ‘estudante de objetos antigos, costumes, instituições com vistas à reconstrução da vida antiga’” (MOMIGLIANO, 2004: 106). Por longo período de tempo posterior a estes, seu “tipo de história” fora relegado a um lugar marginal, como inferior aos modelos tucidideano e liviniano que abrangiam eventos políticos e militares cronologicamente.

Não devemos incorrer no erro de imputar-lhes pretensa ingenuidade pela primazia dada à fonte material em detrimento do documento escrito, como se isto por si eliminasse os perigos da retórica. Os antiquários possuíam a ciência de que suas fontes estavam a sua disposição para serem interpretadas e poderiam ser-lhes, também, pedra de tropeço se mal analisadas (MOMIGLIANO, 2004: 108).

Johann J. Winckelmann e Edward Gibbon, ambos no XVIII, souberam combinar o documento escrito com o documento não textual para balizarem suas obras – e Gibbon, ao menos, o fez de modo consciente. Momigliano denominou este modo de escrita, a mescla da pesquisa erudita e histórica, de “história filosófica”. Esta história filosófica firmava-se nos “textos legais, inscrições, moedas e no estudo das antigas línguas [...]” (MOMIGLIANO, 2004: 113).

Com o crepúsculo do século XIX e a aurora do XX, a história política cada vez mais perdeu o brilho de sua primazia. Diante disto, proclamou Momigliano, “[...] a história não está mais confinada aos acontecimentos políticos. Tudo agora é suscetível de ser história, como quando Heródoto iniciou todo esse negócio da história” (MOMIGLIANO, 2004: 116).

Uma vez explanada a ambiguidade do termo “revolução” aplicada aos annalistas da primeira geração, podemos prosseguir. Afinal, embora Bloch e Febvre tenham, de fato, ampliado as virtualidades do fazer História, o curso da historiografia não pôde ser

retido em seus avanços, ele prosseguiu caudaloso, avolumando-se à medida que prosseguia.

Com o advento da segunda geração de historiadores dos *Annales*, com especial atenção a Fernand Braudel, “encontramos um novo modo de conceber e representar o tempo a partir da articulação entre dois conceitos importantes: o de ‘longa duração’ e o da ‘multiplicidade dos tempos históricos’” (BARROS, 2018: 183). Conceitos assimilados a partir da interdisciplinaridade que abrangeu o estruturalismo da Linguística e da Antropologia e que permitiram uma renovação da apreensão das ações do homem no tempo pelo que ficou conhecido como história serial, ou história quantitativa. Este modelo utilizava-se de uma enormidade de documentos num abrangente recorte temporal para analisar as nuances, rupturas e continuidades ao longo de décadas.

Todavia, para este presente estudo, a plenitude dos tempos é atingida apenas com a terceira geração dos *Annales*. Marc Ferro em inícios dos anos 1970 dá um salto no campo das fontes documentais. Ferro salta da história quantitativa para o cinema, encorajado pelo próprio Braudel – que o advertiu a fazê-lo com diligência. Neste período a imagem já possuía certa legitimidade nos arquivos e pesquisas, mas ainda tratava-se de um restrito escopo, pois “apenas sua aristocracia – a pintura, os museus, as coleções – podiam adentrar as portas do mundo da cultura ou do poder” (FERRO, 2010: 9). O cinema ainda encontrava-se marginalizado.

A sétima arte surge apenas na década final do século XIX, como um salto técnico da fotografia, embora não houvesse – nas palavras de Eric J. Hobsbawm – “paralelo ou precedente nas artes anteriores – nem sequer na fotografia, que podia ser considerada apenas uma alternativa ao desenho ou à pintura” (HOBSBAWM, 2009: 370). Segundo o autor, esta nova forma de expressão artística não poderia ser outra coisa que não filha de seu tempo, produto da Revolução Industrial. Isto faz realmente sentido quando pensamos o contexto socioeconômico europeu no período em questão. Pois, com a migração maciça de indivíduos do mundo rural, campo e artesanato, para as cidades fabris ocorre uma mudança no caráter dos espetáculos e lazer popular, que encontraram a sua profissionalização. O corolário deste processo, o cinema – que “em breve faria de uma figura do mundo da diversão dos pobres britânicos o artista mais universalmente

admirado da primeira metade do século XX: Charlie Chaplin” (HOBSBAWM, 2009: 368).

O cinema popularizou-se mais que depressa. Se a reprodutibilidade técnica da arte só fora alcançada na década de 1890, em apenas 12 anos o público semanal dos cinematógrafos estadunidenses girava em torno de 26 milhões (HOBSBAWM, 2009: 371). Este sucesso imediato devia-se, entre tantos fatores, ao interesse de seus realizadores de apenas entreter e divertir o público e não entregar-lhes denso conteúdo após árduos expedientes da exploração de sua força de trabalho. Seu público-alvo não eram os intelectuais burgueses, antes “os menos instruídos, os menos reflexivos, os menos sofisticados, os menos ambiciosos intelectualmente” (HOBSBAWM, 2009: 372) – estes, sim, lotavam as salas de cinema.

Outro fator que corroborou para o imediato sucesso e propagação do cinema, não apenas na Europa, como também nos países marginalizados da época, tal qual o Brasil – que em 1896 já era palco deste espetáculo – fora sua linguagem universal. A linguagem universal propagada pelo cinema em seus primórdios era exatamente a falta de uma linguagem específica, que não a linguagem corporal. O cinema mudo, até a década de 1920, quando ainda não havia aparato técnico para reprodução mecânica dos sons acompanhando as películas, permitiu que produções atravessassem fronteiras e encontrassem interlocutores ao redor do globo.

Ao contrário de outras formas de espetáculo contemporâneas a esta gênese, como o balé russo, que desejavam atingir um público restrito – “uma elite de esnobes culturais bem-nascidos e bem relacionados” (HOBSBAWM, 2009: 375) –, o cinema viu no proletário ocioso uma oportunidade de lucrar – pois era “a cidade industrial típica, o mais das vezes habitada por 50.000 a 300.000 pessoas [...]” (HOBSBAWM, 2009: 187). Os custos, menores que dos demais espetáculos, tanto para o público, como também para seus produtores, pois uma vez concretizado o filme poderia ser exibido *ad aeternum* atingindo uma audiência, como já afirmado, em plena ascensão numérica. A vanguarda artística europeia, atrasada, somente voltará sua atenção para as câmeras durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, deste momento em diante, iniciar-se-á uma vertente burguesa e elitista de fazer cinema.

Este destaque dado aqui à história do cinema é importante na medida em que nos permite perceber que, o cinema visto por Ferro já está muito bem consolidado enquanto

indústria voltada ao lazer por longas oito décadas de incontáveis produções, mas não enquanto expressão artística legítima, em pé de igualdade com as demais. Vem daí o pioneirismo de seu trabalho, pois como considera o historiador francês, o cinema tomará para si esse estatuto durante os anos 1960 com o posicionamento escrito e fílmico de realizadores ligados a *Nouvelle Vague*, com as publicações de críticos dos *Cahiers du Cinéma* e seus semelhantes, como também a partir de festivais de cinema como os de Cannes e Veneza. Os filmes, neste período específico, afirmam-se como produtores de discursos sobre a História.

É lugar comum que, para cada tarefa a se desempenhar apresenta-se uma ferramenta que corresponda a suas necessidades. Deste modo, é importante ressaltar que, de fato, existem diversos autores capazes de ajudar-nos a empreender a tarefa deste trabalho – analisar uma peça fílmica no seu contexto histórico –, todavia, optamos por dar primazia aos escritos de Ferro pelo instrumental por ele oferecido em seu *Cinema e História* – obra que conta com a revisitação do tema ao longo de três décadas pelo autor –, que não fora disposto por aqueles que o antecederam. A importância do autor é atestada até mesmo por Ciro Flamarion S. Cardoso neste ponto, merecendo uma “menção à parte” em seu artigo a respeito da relação entre iconografia e historiografia. Para Cardoso, a perspectiva de Ferro sobre o cinema era singular, pois não buscava na fonte apenas a materialização encenada das “ideologias, mentalidades, o imaginário, etc” pressupostos pela documentação escrita, mas permitia-lhe falar por si só e após ouvi-la, a fonte, atentamente ele seria capaz de compreender a realidade, não esquecendo o valor artístico da obra. Cardoso citou diretamente Ferro, e o autor falando por si torna-se mais inteligível nesta questão:

Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente, nelas, ilustrações, confirmações ou desmentidos de um outro saber, o da tradição escrita. Considerar as imagens tais quais são, mesmo se for preciso apelar para outros saberes para melhor abordá-las (CARDOSO, 1990: 12).

Ao fim do século XX e início do XXI possuímos uma perspectiva avessa àquela perspectiva de abolição da iconografia legada pelos metódicos e positivistas. O panorama deixado pelos annalistas e todos aqueles que voltaram-se para o estudo do ser humano em sua integralidade abriu um novo e vivo caminho capaz de nos levar a lugares antes não imaginados a respeito do conhecimento da ação do homem no tempo.

A produção imagética é anterior à escrita e, de modo algum, fora abandonada pela humanidade após a invenção desta última codificação da linguagem.

No tempo que se chama hoje somos capazes de falar não apenas de um estudo do cinema, algo impensável um século atrás, mas também progredimos na possibilidade de pesquisas concernentes à cultura visual. Campo este que se institucionalizou entre intelectuais estadunidenses na década de 1990 e que pode ser compreendido a partir da leitura que Paulo Knauss faz de W. J. T. Mitchell:

Cultura visual, para o autor, sugere algo mais próximo do conceito antropológico de visão, como artificial, convencional, como os idiomas, sistemas construídos na fronteira entre o natural e o cultural. O campo de estudos da cultura visual pode ser definido, portanto, como o estudo das construções culturais da experiência visual na vida cotidiana, assim como nas mídias, representações e artes visuais (KNAUSS, 2006: 108).

O receio agostiniano sobre o pecado da visão fora lançado fora de nosso meio, histórico-científico, nos últimos anos do século passado – embora ainda existam aqueles que fazem mau uso da imagem, como mero complemento ou mera contraprova do que já foi encontrado no texto, como já exposto neste trabalho. Podemos, então, pisar em terreno sólido ao trilhar o caminho de uma pesquisa acerca de uma película cinematográfica, por exemplo. Andaremos, então, confiantes neste digno progresso alcançado, sem medo de cair em tentação.

“Fresta da alma, porta do pecado: ‘existe criatura mais perversa que o olho?’, indaga o autor do Eclesiástico, ‘eis por que está sempre a chorar’” (GIANNETTI, 2016: 127). Há muito enxugamos nossas lágrimas, não há razão plausível para demonizar, como outrora fora feito, este atributo imanente a nós que é a visão. Abolimos este pecado de nossa vista, logo, não há mais culpa. Podemos estudar a cultura e a história a partir do que nossos olhos podem ver e assim o faremos. É o fim da ambiguidade de Agostinho.

BIBLIOGRAFIA

A BÍBLIA. Tradução King James Atualizada. Niterói: BV BOOKS EDITORA, 2012.

AGOSTINHO, Santo. Confissões. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2017.

BARROS, José C. D'Assunção. "Os historiadores e o tempo: a contribuição dos Annales". In: Cadernos de História, vol. 19, n. 30, 1º sem, pp. 182-210. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
BOTTÉRO, Jean. "No princípio, os sumérios". In: No princípio eram os deuses. Lisboa: Edições 70, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. "Iconografia e História". In: Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, vol. 01, n. 01, jul./dez, pp. 9-17. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

DELACROIX, Christian. "O momento metódico". In: As correntes históricas na França: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

FONSECA, Ricardo Marcelo. "O positivismo, 'historiografia positivista' e história do Direito". In: Argumenta Journal Law, n. 10. Jacarezinho: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2009.

GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GRAFTON, Anthony. "Ranke: Uma nota de rodapé sobre a história científica". In: As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

KNAUSS, Paulo. "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual". In: ArtCultura, vol. 08, n. 12, pp. 97-115. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "A cultura material no estudo das sociedades antigas". In: Revista de História, n. 115, pp. 103-117. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "O surgimento da pesquisa antiquária". In: As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

VON HUMBOLDT, Wilhelm. “Sobre a tarefa do historiador”. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MESA 14

Território e Comunidade

DEBATEDORES:

Catia Antonia da Silva (UERJ/FFP)
Cristiano Quaresma de Paula (FURG)

Narrativas que Expressam a Consolidação da Dona Yayá como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada no bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói- RJ

Jamylle de Almeida Ferreira
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como objeto as narrativas que expressam o fortalecimento da figura de dona Yayá a partir da década de 1990, quando se acirra o conflito por uma área ocupada há mais de um século pela chamada Aldeia Imbuhy, comunidade majoritariamente pesqueira, totalmente removida. Situada nas proximidades do Forte Imbuhy, localizado no bairro de Jurujuba, Niterói, no litoral do Rio de Janeiro, ao norte da barra da Baía de Guanabara fazendo, portanto, parte do Leste Metropolitano, seu acesso é feito pelo Forte Rio Branco.

Trata-se de um território disputado judicialmente entre o Exército e a comunidade em questão.

O objetivo geral é demonstrar que o conflito fundiário e subjetivo travado entre os moradores e os militares envolve a produção de um sistema simbólico formado pelas memórias, a identidade e o discurso produzido pela comunidade, o que potencializa a capacidade de [re] definição do território em disputa a partir da figura de Dona Yayá, personalidade representativa de uma interface entre a história “oficial” e o modo de vida existente na comunidade.

Dona Yayá teria bordado a primeira bandeira do Brasil, pertencia à uma família de militares e casou com o líder dos pescadores local, motivos pelos quais creditou-se a ela, entre outras personalidades possíveis, a legitimidade de representação, pois associava elementos comuns a ambos os lados da disputa, possibilitando, de certa forma, apontar um caminho para o entendimento.

O objetivo secundário é cumprir o objetivo geral sem produzir um apagamento das outras personalidades que são citadas pelos moradores, ou seja, demonstrar que ainda que exista uma personalidade central, eleita pela própria comunidade, não se pode desconsiderar a multiplicidade de histórias e narrativas

trazidas à tona durante o processo de pesquisa, que compreendeu levantamento de dados, entrevistas formais, e muitas conversas informais para esclarecer as informações levantadas.

A problemática deste estudo está no centro de uma disputa territorial, de uso, de poder e em última análise, de sentidos, pois a Aldeia Imbuhy apesar de definida pelos líderes dos moradores como uma comunidade de tradição pesqueira com uma dinâmica própria de construção da vida social, pelo fato de estar em área de servidão militar – para não dizer “no interior de uma área militar” –, inclusive utilizando-se de sua passagem, compondo sua paisagem, submetendo-se às suas regras e participando de sua rotina, acabou, ao longo dos anos, por se confundir com a própria área militar.

A metodologia utilizada foi a história oral apoiada em fontes de época, tais como jornais e registros civis, religiosos e administrativos, além das fontes diversas acumuladas e fornecidas pelos moradores.

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE, PROBLEMÁTICA E QUESTÕES

Trata-se de uma comunidade centenária, formada até 2015 por 32 famílias que afirmam terem sido seus antepassados os pioneiros na ocupação da área, uma porção de espaço que vem sendo objeto de disputas judiciais.

De acordo com o projeto de resolução Nº 81/2015 desde o fim do século XVIII há registros de nascimentos na localidade, mas diferentes tipos de narrativas relacionam a origem da Aldeia ao estabelecimento da família SIMAS DE CARVALHO, em 1886, vinda do Recife.

Duas questões se colocam neste ponto:

- 1) É quase impossível que a mudança da família para o Imbuhy tenha ocorrido em 1886 e sim depois de 1889;
- 2) Há registros muito mais antigos a partir dos quais é possível inferir que já havia uma comunidade pesqueira no local bem antes da chegada da família.

Mas então por que dona Yayá foi escolhida para representar a comunidade? Aí está o tipo de pergunta que não se pode encontrar nos livros. Produzir um trabalho inédito tem esses percalços. A solução para isso foi fazer uma pesquisa

prévia em jornais a respeito da área e personagens e produzir a própria fonte, lançando mão da história oral, apoiada na historiografia. Trata-se de uma metodologia muito rica em possibilidades, por isso sua riqueza vai muito além da comparação entre a historiografia e os depoimentos.

A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL

Embora a condição para a existência da história oral seja o depoimento gravado, trata-se de um procedimento premeditado, que produz documentação e possui interesses e comprometimentos distintos daquele puramente jornalístico.

Para dar conta da análise dos documentos produzidos via História Oral selecionamos obras de autores como José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), Verena Alberti (1989, 2005), Marieta de Moraes Ferreira (1994a, 1994b, 2006, 2012), Fernando Catroga (2015), Yonne Grossi e Amauri Ferreira (2001).

Com relação às entrevistas de história oral, Ferreira (1998: 10) aponta que “*as distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central.*”

Entrevistamos as Lucy Vasconcellos Chaves, Iza de Azevedo Rowlands e Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama, sendo as duas primeiras netas e a última moradora do Imbuhy. Consideramos durante todo o processo as distorções, já que as entrevistadas em questão não viveram ou presenciaram o fato (referimo-nos à confecção da primeira Bandeira do Brasil Republicano).

Os familiares aos quais nos referimos, a quem foi possível entrevistar cumprindo rigorosamente os procedimentos da história oral recomendados por Alberti (2005), conviveram muito com a dona Yayá, como atestou a Iza em sua entrevista:

Autora: E a Sra. frequentou muito a casa do Imbuhy da dona Yayá?

Iza: Toda a semana nós estávamos lá o fim de semana inteirinho, comendo peixe frito, peixe caldeirada, aquele feijão gostoso. Vovó fazia um feijão muito gostoso pra a gente. Não sei se você ainda pegou. Você ainda pegou? [Pergunta dirigida a Carlos Antônio Raposo]

Carlos Antônio Raposo: Não. Ela na cozinha, com dotes... os dotes colinários dela não. Eu já peguei da vovó Bizica [Francisca], filha da bizavó, não é...

Iza: Ela cozinhou muito bem, vovó.

Sr^a. Iza de Azevedo Rowlands, 87 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Mas também foi importante saber o que estava sendo preservado e chegando até os moradores que não tinham parentesco com a dona Yayá e a entrevista com a moradora Lúcia Helena cumpriu muito bem esse papel.

Quanto às notícias ou entrevistas obtidas em Jornais, é importante considerar que trata-se de uma fonte, movida por preocupações bem diferentes dos objetivos da pesquisa em tela, e sobre a qual não temos qualquer poder de intervenção, uma característica marcante do trabalho com a história oral, em que as trocas entre entrevistador e entrevistados são fundamentais. Foi justamente visando atenuar essa variável que no material original utilizamos também matérias produzidas a partir do depoimento da própria dona Yayá.

Nesse sentido, Ribeiro (2015: 75) aponta que também no jornalismo os relatos produzidos por meio da história oral ajudam a recuperar informações sobre fatos e processos que só podem ser conhecidos pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou os presenciaram, mostrando-se extremamente úteis na obtenção de dados sobre o passado, inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza.

Os depoimentos concedidos à jornais e revistas fazem parte das fontes primárias que exploramos, pois apesar de a imprensa não ser nosso objeto, levamos em consideração o fazer da história oral intrínseco a esse material, já que a nós não é possível entrevistar a própria dona Yayá (falecida há 57 anos atrás), que viveu diretamente o fato relacionado ao fortalecimento da identidade comunitária que se processou a partir da década de 1990.

DONA YAYÁ: ENTENDENDO A “INVENÇÃO DA TRADIÇÃO”

O termo “invenção da tradição” é usado por Hobsbawm (2002), para designar a tradição como um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado, porém *“muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas.”* (HOBSBAWM, RANGER, 2002: 9)

A pernambucana Flora Simas de Carvalho (1873-1863), mais conhecida como dona Yayá era filha do Sr. Manoel Inácio de Simas e da Sra. Francisca Romana de Simas.



Figura 11: Árvore Genealógica da dona Yayá. Geni family tree. Janylle de Almeida Ferreira

Ela foi eleita pelos próprios moradores como a matriarca da Aldeia Imbuhy.

Três motivos foram determinantes para isso:

- 1) Ter bordado a primeira (e também a segunda) bandeira do Brasil republicano;
- 2) Ser esposa do líder dos pescadores local; e
- 3) A ligação de parentesco com 40% dos moradores que até 2015 (antes do início das remoções) habitavam a Aldeia Imbuhy.

O referido projeto de resolução Nº 81/2015 afirma que o pai dela, Manoel era militar e que mudou-se para Pernambuco por motivos políticos, mas a família não confirma a profissão e sim que ele pertencia a uma família de militares.

Ela reafirmou que o Sr. Simas era revolucionário, mas negou que era militar. Entretanto, disse que ele pertencia a uma numerosa família de militares.

(...) o pai dela era o Simas, família rica que morava em São Cristóvão. Antigamente São Cristóvão era um lugar na cidade o lugar mais grã-fino onde só moravam os Generais, os Coronéis, só gente da alta sociedade, era São Cristóvão não tinha negócio de Copacabana nem Ipanema nem Leblon, nada disso. Era São Cristóvão. Moravam lá no palacete, família muito numerosa e o pai da minha avó era dessa família. Mas ele era meio destrambelhado. Ele não seguia o ritmo da família. Lá a maioria das pessoas da família eram todos militares.

Janylle: E ele não era militar?

Lucy: Ele não era nada. Ele bebia... Ele era assim meio revolucionário, sabe como é? E ele brigava por esse negócio da escravatura. Ele tomava parte, ele brigava na rua, tomava parte nessas coisas (...)

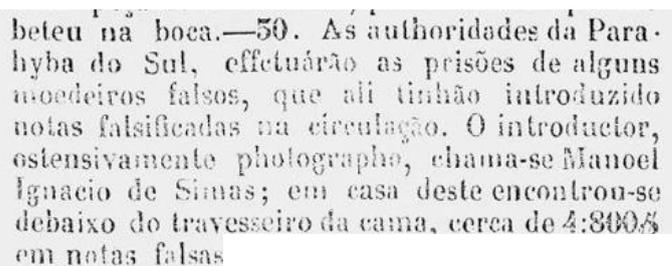
*Sr.^a Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.*

O Sr. Simas é apontado em notícias de jornais como fotógrafo. Há moradores que chegam a afirmar que ele era militar e fotógrafo.

[...] e dona YaYa né, pelas informações que a minha família..., que era uma família de militares também, conta que ela também a... *o pai dela era... ele era... ele era fotógrafo, mas ele era militar, ele era da corte.*

Sr.^a Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58 anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

No período que a família esteve em Recife há registros de jornais que apontam um homem de mesmo nome preso no presídio de Fernando de Noronha por falsificação de moedas entre 1868 a 1878. Então, é provável que o motivo da mudança de estado não tenha sido político e sim policial.



beteu na boca.—50. As autoridades da Parahyba do Sul, effectuáram as prisões de alguns moedeiros falsos, que ali tinham introduzido notas falsificadas na circulação. O introductor, estensivamente photographo, chama-se Manoel Ignacio de Simas; em casa deste encontrou-se debaixo do travesseiro da cama, cerca de 4:300\$ em notas falsas

Figura 12: Folhinha de modinhas. 1867: 186.

Esse presídio teve origem na lei n. 52, de 3 de outubro de 1833, que definiu a ilha como local para o cumprimento das sentenças de condenados por fabricação, introdução e falsificação de notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários. Nesses casos, a lei determinava a aplicação de trabalhos públicos forçados (pena de galés). A partir do decreto n. 2.375, de 5 de março de 1859, os militares condenados a seis anos ou mais de trabalhos públicos ou de fortificações, ou a pena de galés por mais de dois anos, e os degradados passaram a cumprir pena no presídio.

O fato de ter cumprido pena nesse presídio aumenta as chances de se tratar de militar.

Durante as entrevistas as netas da dona Yayá, Lucy e Iza, não demonstraram ter conhecimento sobre o fato acima exposto. As entrevistadas mencionam a volta do Sr. Simas para o Rio de Janeiro sob a alegação de motivos políticos.

Mesmo tendo parentes em São Cristóvão, quando voltou de Pernambuco a família morou em Santa Tereza. O irmão mais novo da dona Yayá, Antonio Francisco Simas, nascido em 1878, também é pernambucano, portanto a volta da família foi posterior a esse ano de referência.

Há relatos de que dona Yayá trabalhava na rua do Ouvidor como florista na época que foi proclamada a República, conforme mencionado no Republicando: Boletim do Museu da República.

RIO
Os negócios andavam mal em Pernambuco, e por isso o pai de Flora, sr. Manuel Ignácio de Simas, resolveu vir para o Rio. Iaiá, dentro de um apertado espartilho, conheceu a Rua do Ouvidor, com seu comércio, môças elegantes de botinha e cavalheiros respeitáveis de bigodes majestosos. Foi nessa mesma rua que Flora achou seu primeiro emprêgo de florista. Nas horas vagas bordava. Já era uma exímia bordadeira aos 16 anos, quando falaram a seu pai: — “Por acaso, cavalheiro, o senhor conhece alguma bordadeira? O marechal Deodoro da Fonseca precisa com urgência de uma para amanhã”.

Figura 13: D. Iaiá não verá dia da República. Correio da Manhã 15/11/63, p.5

Abaixo uma fotografia da protagonista cedida por uma das netas entrevistadas, a Sra. Iza, que abriu seu arquivo pessoal após alguns contatos com a família, para nos ajudar a contextualizar a história da comunidade, que ganhou dinamismo e importância a partir da associação à vida de sua avó.



Figura 14: Acervo Familiar. Fotografia de Dona Yayá na juventude e anotações pessoais no verso. Fornecida pela neta Iza em 2018. Rio de Janeiro. Data não informada.

Apesar de ser pouco provável que a mudança da família da dona Yayá tenha acontecido no ano de 1886, esse marco garantiria que a primeira bandeira do Brasil republicano tivesse sido bordada na Aldeia, o que agregaria valor e significado à história local diante do opositor, o Exército Brasileiro, republicano por natureza. Além, é claro das questões relacionadas ao patriotismo e civismo, que estão entre os pilares das Forças Armadas. Trata-se de uma tentativa de enfrentar o poder por dentro, a partir dos sentidos que o estruturam.

Dona Yayá bordou a primeira bandeira republicana, alvorada no dia 15 de novembro de 1889, em tecido de algodão, durante a madrugada e ela foi hasteada pela manhã. Ela teria participado do evento e inclusive ter recebido os cumprimentos do Marechal Deodoro pelo belo trabalho. Ela teria bordado ainda para o dia 19 de novembro de 1889 a segunda bandeira, em seda.

DEODORO DEU 8\$000 PELA BANDEIRA DA LIBERTAÇÃO

Tem 86 anos de idade, e mora num longinquo arrabalde de Niterói, a mulher que bordou as primeiras bandeiras do Brasil-República, "A primeira era de lã — diz ela — pela me:ma eu cobrei 8 mil réis. A segunda foi de seda e custou-me um dia e uma noite de trabalho, e ao marechal Deodoro, dezesseis mil réis".

D. Flora Simas de Carvalho, a mulher que aos dezesseis anos teve a honra de bordar a bandeira que o marechal Deodoro da Fonseca, hasteou no mastro principal do Quartel General, no dia 15 de novembro de 1889, recebeu a reportagem em sua residência, situada numa estrada arenosa perto do Forte do Imbuí. E pôde, satisfeita, recordar os bons tempos do Império, em que ela, então em plena juventude, valsava nos salões da Corte de D. Pedro II — "Ah, se me lembro. Uma noite, quando eu dançava, minha saia rodada, bateu nas pernas do Imperador! Eu fiquei envergonhada. mas D. Pedro deu gostosas gargalhadas... Ele era muito bom. Quando o marechal fez "aquilo" (Proclamação), eu fiquei com muita pena de D. Pedro".

COMPROU COCADAS

Indagamos de d. Yaya (como é conhecida), como o marechal Deodoro lhe pediu que bordasse a bandeira:

— "O marechal era amigo de meu pai e sabia que eu bordava bem. Foi a papai que ele falou. Papai aceitou a idéa e comprou um desenho da bandeira por dez tostões, na Rua do Ouvidor, e foi daí que eu tirei o "risco" para o bordado". E d. Yaya surpreende o repórter: — "Sabe o que fiz com o dinheiro ganho nos bordados das bandeiras? Dei seis mil réis ao meu pai, e comprei o resto de cocadas".

Passados êsses 70 anos, d. Flora Simas de Carvalho, vive em modesta residência, construída em terrenos do Exército, num recanto distante de Niterói. Numa paisagem bucólica, o mundo de d. Yaya não tem o menor recurso, a condução mais próxima fica a alguns quilômetros de distancia. Ali, vive a mulher que bordou as duas primeiras bandeiras da República, em companhia de filhos, netos e bisnetos. Sua situação é de absoluta insegurança. Sendo os terrenos "zona militar", a qualquer momento os que ali residem podem receber ordem de despejo e ter suas casas derrubadas. E d. Yaya não terá para onde ir, viver seus últimos dias de recordação de um passado feliz.

E à pergunta final do repórter, indagando sobre o que a República lhe dera pela honra

da confecção do primeiro pavilhão nacional, responde, entre espirituosa e amargurada:

— "Além de vinte e quatro mil réis, flores".

FALOU NO RADIO

D. Flora mostrou-se irrequieta "e muito feliz", quando soube que ia falar num microfone. O repórter Rujany Martins, da Rádio Tupi, ouviu a mulher que ajudou a República, em seus primeiros passos.

No Estado do Rio :

Magistrados fluminienses no congresso da classe

Sob os auspícios da Associação dos Magistrados Fluminenses, realizar-se-á, nos dias 5 a 8 de dezembro vindouro, a I Reunião dos Magistrados do Estado do Rio. O conclave será na capital fluminense, em local e hora que serão oportunamente anunciados. O encerramento está previsto para o dia 8, consagrado ao Dia da Justiça e feriado forense. Seu objetivo será o congraçamento dos magistrados, da ativa e os aposentados e em disponibilidade; aprimoramento dos serviços judiciais fluminenses e harmoniza-

Figura 15:Diário da Noite. 20/11/1959. Primeira Seção

O Imbuhy que era um local de difícil acesso. Foi para afastar a filha de um pretendente português que o pai resolveu mudar-se para lá, com o objetivo de isolá-la. A vida de quem morava ali se dava naquele entorno. Não seria viável o trajeto diário de ida e volta ao trabalho na região central do Rio de Janeiro, por isso calcula-se que dona Yayá tenha chegado à Aldeia depois de 1889.

Mais tarde, em 04 de janeiro de 1893, dona Yayá, por volta dos 20 anos, casou-se em o líder dos pescadores local, Francisco Jorge Bessa de Carvalho, mais conhecido como "Chico Bessa"

Segundo uma das netas, a Sra. Iza, ele era viúvo, já tinha um filho do primeiro casamento chamado Orlando, morava da área de Jurujuba conhecida como Samanguiá e sua família era envolvida com a pesca. Dona Lucy também falou um pouco sobre a família:

Lucy: O marido de vovó era filho de um casal de portugueses que morava lá no Imbuhy, lá no alto da serra. Eles compraram uma gleba. Lá em cima eles tinham, eles criavam gado, tinham fruta, tinham legume, moravam lá encima. E vovô morava lá com os pais, mas ele descia muito pra... porque lá encima ia fazer o que? Lá não tinha nada pra ele ver... só o pai e a mãe. Ele descia para o Imbuhy ou pra Jurujuba.

Sr.^a Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Ele era o Líder dos Pescadores da Aldeia, e sua família morava numa fazenda (CARVALHO), No Caminho do Samanguaiá (Charitas/Pedreira), onde havia uma passagem para os civis chegarem à Aldeia, sem precisar passar pela entrada do Forte Rio Branco.

(Projeto de Resolução 81/2015, p.2).

Foi na Aldeia Imbuhy que nasceram e foram criados os sete filhos do casal Yayá e Chico Bessa: Francisca, Hugo, Roberto, Alvaro, Alice, Celina e Dilla.

Recentemente 40% da população local tinha alguma ligação com a dona Yayá, um dos fatores determinantes para sua escolha como representante dos moradores. Entre os filhos grande parte casou e foi morar fora do Imbuhy, somente o filho Hugo ali constituiu família e viveu da pesca por toda a vida.

É pouco divulgado que o sobrinho dela, Otto Gutierrez Simas, nascido em 22/8/1882, era militar de alta patente, filho do seu irmão Fernando Machado de Simas com Helena Gutierrez, e também habitava a área, o que contribui para aumentar o número de descendentes que possuem ligações com ela:

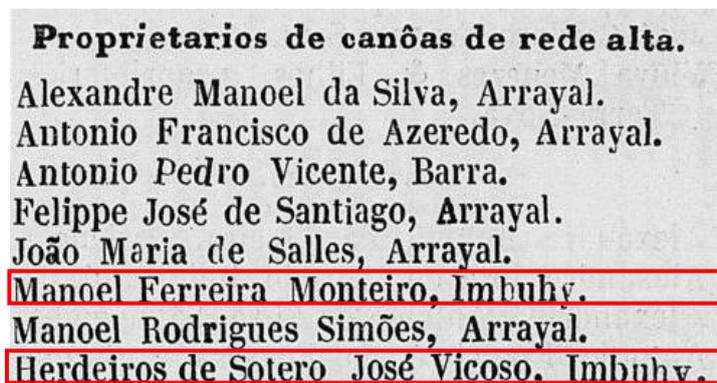
Iza: No canto da praia morava um marechal, primo de vovó, Otto Simas de Carvalho, marechal. Lembra do Otto Simas de Carvalho? Quando descia o Samanguaiá embaixo a primeira casa que tinha quando chegava no Imbuhy era do Marechal, era no princípio da praia. O canto da praia todo era dele, pois jogaram embaixo. O genro dele era Brigadeiro e jogaram embaixo a casa dele. Levou daqui e dali, puxou daqui e dali, tal e coisa, jogaram embaixo.

Sra. Iza, a neta da dona Yayá o descreve como primo, mas os registros genealógicos o apontam como sendo sobrinho da dona Yayá.

A ANTIGUIDADE DA ALDEIA IMBUHY.

Os registros mais remotos da Aldeia Imbuhy apontam que ela já existia muito antes da chegada da família Simas de Carvalho.

Em 1879, os registros a associam à pesca. O Almanake Laemmert faz referência a moradores da área como proprietários de canoas, conforme abaixo:



Proprietarios de canôas de rede alta.
Alexandre Manoel da Silva, Arrayal.
Antonio Francisco de Azeredo, Arrayal.
Antonio Pedro Vicente, Barra.
Felippe José de Santiago, Arrayal.
João Maria de Salles, Arrayal.
Manoel Ferreira Monteiro, Imbuhy.
Manoel Rodrigues Simões, Arrayal.
Herdeiros de Sotero José Vicoso, Imbuhy.

Figura 16: Proprietários de canoas no Immbuhy. Almanak Laemmert. 1879.

Mas bem antes, em 1863 já é possível encontrar outros registros na mesma fonte que configuram a existência de uma vida dinâmica na área do Imbuhy, tais como fábricas, fazendas e casas ou fogos, presumíveis em número de no mínimo 25 a partir da nomeação da figura do inspetor de quarteirão, conforme Motta (2017). Além disso há as pesquisas produzidas pelos próprios moradores nas igrejas locais, que apontam batismos e casamentos realizados na área.

Em meio a tantas famílias, além da dona Yayá, há outras personalidades marcantes que permaneceram vivas, dentre tantas que sucumbiram ao apagamento: o próprio marido dela, Francisco Jorge de Bessa de Carvalho (o líder dos pescadores local), Elói Meireles (pescador com quem Chico Bessa dividia a liderança), Bonifácio Gomes da Costa (o primeiro Comandante do Forte Imbuhy), o Sr. Candora (comerciante local) e Otto Gutierrez Simas (morador, militar de alta patente).

Entre eles escolhemos o Bonifácio Gomes da Costa para trazer à vida neste texto. Não permitir que as narrativas dos moradores sejam suplantadas pela escrita dos dominantes, significa transformá-las em escrita, para que a memória comunitária não se apague. Isso não significa que a personalidade escolhida não fazia parte do grupo dos dominantes. De forma alguma ele representava os

pescadores, os invisíveis sociais, pode ser considerado como a ponte entre uma das propriedades recentemente demolida (2017) e os moradores mais antigos da Aldeia Imbuhy (1867).

O Capitão Bonifácio Gomes da Costa foi o militar do Exército que assumiu, em outubro de 1900, a função de primeiro Comandante do Forte Imbuhy, ainda em obras e foi contemporâneo da dona Yayá, que também chegou à área por volta desse período.

No ano seguinte, em 24 de maio de 1901 o mesmo foi inaugurado. O evento foi prestigiado pelo presidente Campos Sales.

A guarnição provisória era composta por um destacamento de 50 praças do 6º batalhão de artilharia de posição sob o comando de um 1º Tenente subordinado ao Comandante, provavelmente João Fernandes Jansen Tavares.

A amizade entre as famílias Gomes da Costa e Jansen Tavares resultaria, mais de 30 anos depois (1934), no casamento de seus filhos, Sylvio Braga e Costa e Edina Medina Jansen Tavares, avós maternos da moradora Lúcia Helena³³³.

O Capitão Bonifácio Gomes da Costa permaneceu no comando até 5 de julho de 1906. Ele morava com a esposa e filhos em São Cristóvão.

Foi nesse período que passou a alugar uma casa na Aldeia Imbuhy pertencente a uma antiga família local documentada no Almanake Laemert. Talvez a decisão de alugar a casa tenha considerado a dificuldade de acesso ao Forte Imbuhy.

Essa casa, mais tarde, na década de 1950, foi comprada pelo seu filho Sylvio, também militar do Exército (médico). Ele morava em Santa Rosa, Niterói- RJ e nunca a habitou de fato, mas nela passava grandes períodos.

Ela pertencia ao espólio da viúva Adelaide Antonia Viçoso Ramos, esposa do falecido Manoel José da Silva Ramos. Adelaide era filha de Sotero José Viçoso,

³³³ Filha de Ney Saldanha Nogueira da Gama e Lúcia Sylvia Costa Saldanha Nogueira da Gama (nome de casada), seus ancestrais têm lugar reconhecido na história local, do Exército e do Brasil. Por parte de pai ela descende de Duque de Caxias e do Marquês de Baependi, que vêm a ser seus tataravôs paternos. Do mesmo lado temos ainda como seu trisavô o Barão de Santa Mônica. O que a liga ao Imbuhy é a família materna. Seu bisavô (pai do avô materno) Bonifácio Gomes da Costa, foi o primeiro Comandante do Forte, entre 1900 e 1905. O outro bisavô João Fernandes Jansen Tavares (pai da avó materna) foi subordinado a ele. A amizade entre as famílias gerou mais de 30 anos depois o casamento entre os avós maternos Edina e Sylvio. Sylvio médico militar, veio a comprar, na década de 1950, a casa de uma antiga família da área que era alugada pelo pai enquanto Comandante do Forte.

apontado pelo Almanaque Laemmert de 1867 como proprietário de fábrica (não especificada) na Barra de Piratininga, localizada no Imbuhy.

Essa informação pode ser confirmada através de registros da paróquia local, datados do século XIX, solicitados pela moradora Lúcia Helena à Arquidiocese de Niterói sob a justificativa de pesquisa genealógica e cedidos por ela durante as entrevistas para nossa utilização.

Os registros paroquiais são documentos da Igreja Católica Apostólica Romana que estão entre as mais importantes fontes da pesquisa genealógica no país, já que por herança da colonização portuguesa avastamajoria da nossa população sede clara católica, ou mesmo, apesar do sincretismo religioso, conserva hábitos católicos. Neles constam informações sobre batismos, casamentos, óbitos e sepultamentos. Podem ser encontradas nesse tipo de documento duas ou até três gerações, além de informações pessoais da família investigada, como por exemplo a área em que se localizava a residência.

Os documentos de Igreja constituem uma fonte histórica válida, confiável e muitas vezes única, porque as autoridades civis só começaram a registrar as estatísticas vitais após 1850.

A primeira fonte paroquial analisada trata-se de uma certidão de casamento, do ano de 1866, cujo registro consta às folhas 85 do Livro de Registro de Casamento nº1 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e documenta o casamento de Fortunato Ribeiro Guimarães e Theresa Antoniadis Chagas. Como testemunhas deste matrimônio temos João José Viçoso e Manoel Ferreira Monteiro, estando este último especificado como morador do Imbuhy, localizado na Freguesia de São Sebastião de Itaipú. O documento aponta também que a mãe da noiva era natural, batizada e moradora da Freguesia, onde os noivos residiam. Trata-se de um matrimônio que uniu famílias das proximidades.

De acordo com o Almanaque Laemmert (1863: 80; 1867:58) João José Viçoso exercia a função de Inspetor de Quarteirão.

A mesma fonte aponta Manoel Ferreira Monteiro como proprietário de fábrica, que não teve seu segmento revelado, na Barra de Piratininga, tendo sido especificada a sua localização no Imbuhy. Almanaque Laemmert (1867: 59).

O segundo documento analisado foi uma certidão de Batismo, de abril de 1881. Consta às folhas 106v do Livro de Registro de Batismo nº 7 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e comprova o recebimento do sacramento por Alvaro, filho do casal Manoel José da Silva Ramos e Adelaide Viçoso Ramos, nascido em dezembro do ano anterior. O padrinho era João José Viçoso, parente da mãe do inocente batizado na ocasião.

Uma segunda certidão de Batismo, de 1883, consta às folhas 135 do Livro de Registro de Batismo nº 7 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e comprova o recebimento do sacramento por Francisco, filho do mesmo casal, nascido no ano anterior.

No mesmo registro documenta-se a paternidade do casal. A esposa, Adelaide Viçoso Ramos, seria filha de Sotero José Viçoso, apontado pelo Almanaque Laemmert (1867: 59), juntamente com seus filhos, como proprietário de fábrica na Barra de Piratininga, detalhando a localização da propriedade no Imbuhy.

A terceira certidão de Batismo, de 1885, consta às folhas 15 do Livro de Registro de Batismo nº 2 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e comprova o recebimento do sacramento por Delphina, outra filha do mesmo casal. Nesse registro também aparecemos avós maternos e paternos da criança batizada, onde novamente consta como avô materno Sotero José Viçoso.

Apesar de tratar-se do registro de batismo de filhos do mesmo casal, podemos perceber a inexistência de padronização na forma de documentar os dados em cada registro, o que nos permite compará-los para confirmar as informações tanto de parentesco quanto relativas ao convívio social.

As fontes citadas comprovam, entre os registros paroquiais (a partir de 1866) e o Almanaque Laemmert (a partir de 1863), que existia na área do Imbuhy uma dinâmica que ia muito além daquela que poderia demandar a construção de uma Fortificação. A localidade fazia parte da freguesia de São Sebastião de Itaipu, regida pela igreja matriz de mesmo nome, o que indicava que a área possuía uma população que naturalmente estaria ligada às atividades econômicas ali realizadas.

O fato é que a propriedade de número 26, que ainda mantinha a casa original do século XIX, onde morava a mãe da moradora Lúcia Helena, falecida em 2015, e mais

duas casas, construídas posteriormente, todas ocupadas, foram demolidas pelo Exército em 01 de dezembro de 2017, por determinação judicial.

CONCLUSÃO

Ainda que os registros mais antigos de moradores na Aldeia Imbuhy sejam de mais de duas décadas antes da chegada da família da dona Yayá (Almanake Laemmert, 1863), a família Simas de Carvalho, na pessoa da dona Yayá, foi a escolhida para representar o povoamento na área tanto pelo fato de ela ter bordado a primeira bandeira do Brasil Republicano – uma associação da sua imagem à história “oficial”, o que conferiria de certa forma, importância à comunidade – quanto como forma de reivindicação de visibilidade associada ao modo de vida tradicional decorrente da pesca artesanal, que já foi a principal atividade exercida pela comunidade, mas os moradores alegam que as restrições acabaram fazendo com que essa realidade mudasse e muitos moradores se vissem obrigados a buscar outras formas de sustento e outros ainda fossem buscar outros lugares para viver.

Esse recurso ao fortalecimento da identidade foi o último suspiro de resistência desta comunidade que deve ser reconhecida como tradicional e extrativista marinha, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), já que assim se reconheciam por terem sustentado sua origem na pesca artesanal da Baía de Guanabara e ainda resistiam, um território disputado por múltiplos agentes.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. História Oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História Oral e Multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994a.

_____. Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994b.

_____.& AMADO, Janaina. Usos & abusos da História Oral. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. História Oral: velhas questões, novos desafios. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 169-186, 2012.

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

FERRREIRA, Marieta de Moraes (org). Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.

GROSSI, Yonne e FERREIRA, Amauri. Razão narrativa: significado e memória. História Oral. São Paulo: ABHO, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MOTTA, M. 2017. Antiguidade é posto: a Aldeia de Imbuí, conflito e memórias (séculos XIX e XXI). Unisinus. Vol. 21 N° 1. p. 1-12-janeiro/abril de 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. In Revista Contracampo, v.32, n.2, ed. abril-julho, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs. 73-90

Centralidade Econômica Popular: o mercado de pescado diante das intervenções urbanísticas na área central do Rio de Janeiro

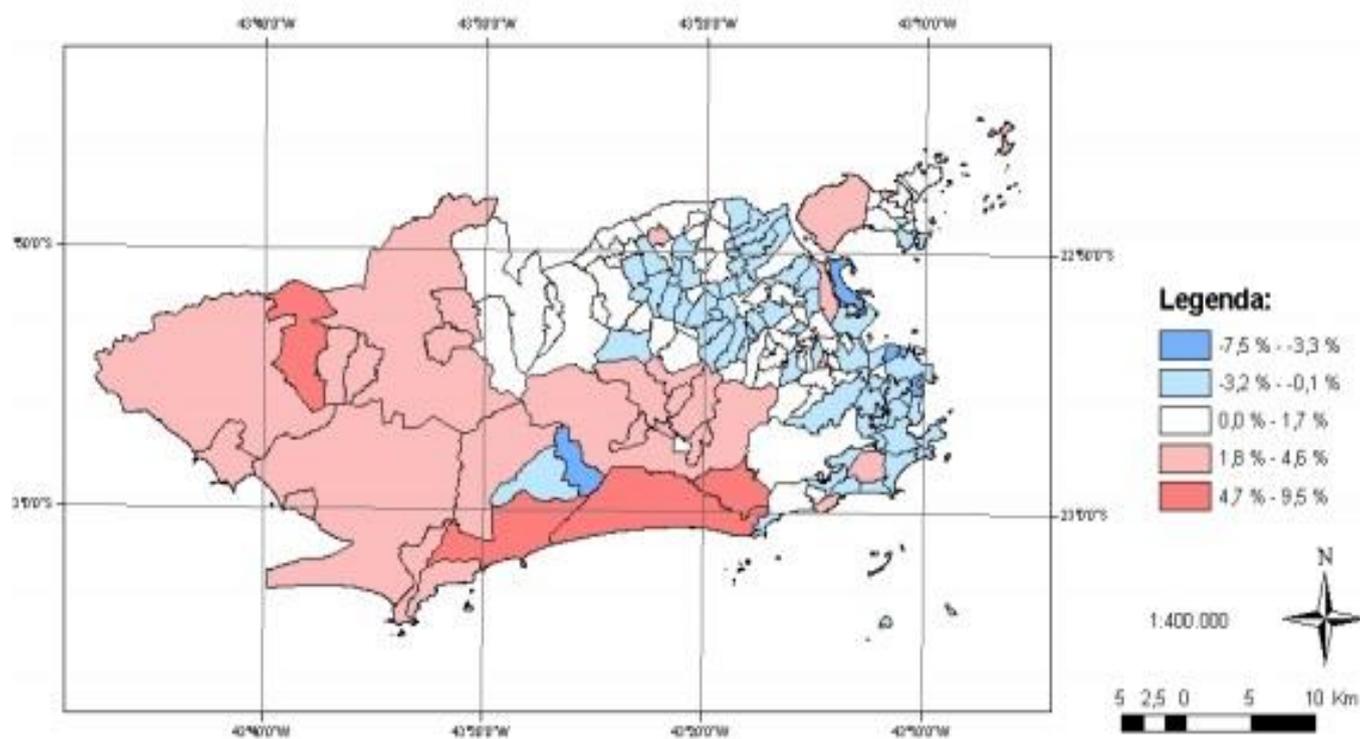
Luís de Souza Júnior
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

O Centro do Rio de Janeiro é um bairro da região central do município. Apesar de o Centro possuir a maior quantidade de arranha-céus e edifícios financeiros do município, também abriga prédios e demais conjuntos arquitetônicos de importante valor histórico que testemunharam diversos capítulos da história urbanística da cidade. No coração da cidade entre o mar e os prédios, o Centro foi locus de importantes acontecimentos históricos que apesar de carregar a data de proclamação da República foi berço da coroação de dois imperadores (Pedro I e Pedro II). Igualmente o centro também foi local de revoltas com a da Chibata nos primeiros anos da República e também lugar do mercado popular, onde trafegou homens e mulheres cuja trajetória, apesar de não constar nos documentos que narram os fatos mais marcantes, são corresponsáveis pela produção do espaço urbano.

Na década de 1980, o município do Rio de Janeiro possuía 5.090.790 habitantes em 1991, 5.480.788, tendo um acréscimo de 37,40%, enquanto o total da Região Metropolitana possuía 8.772.355, em 1980 e 9.814.584 em 1991, com acréscimo de 100%. Seguindo o caminho inverso, o nível de ocupação no Centro diminuiu em virtude da política urbana das décadas anteriores que desestimulava a ocupação residencial do centro em detrimento a criação de novas frentes de expansão imobiliária em outros espaços intraurbanos.

Fig. 1 - Taxas médias geométricas de crescimento populacional dos bairros do município do Rio de Janeiro (1980-1991)



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2016

As intervenções urbanísticas que vigoraram na década de 1950 a 1980, com base nas cirurgias urbanas fizeram com que o centro histórico perdesse importância em relação a outras áreas do município. Aliada ao rápido crescimento demográfico e as diversas transformações socioeconômicas que passavam o país, as chamadas intervenções urbanas baseadas na “febre viária” induziram a criação de outros centros econômicos no município. Todavia, o centro continuou sendo a área preferencial para localização de serviços ligados à administração, com grande concentração de empresas nacionais e estrangeiras. Entre as décadas de 1960 e 1970 o centro é rasgado pela avenida perimetral, cujo o objetivo era desviar o trânsito do centro para Avenida Brasil, em direção ao subúrbio.

A construção de um via elevada no coração da praça cortando o espaço e obstruindo o caminho do mar, de certa forma representava os cânones a ditadura modernizante, o antigo deveria ser abandonado para que o novo pudesse surgir. O importante era facilitar a circulação dos automóveis, abrir espaço para o progresso e para o futuro. O projeto de Brasil como potência do futuro simbolicamente se inscrevia na praça e no centro da cidade cosmopolita. (CIVALE, 2015: 145)

Em 1975 a cidade-estado da Guanabara desapareceu, sendo reincorporada ao estado do Rio de Janeiro em consonância com o esvaziamento de algumas funções administrativas em âmbito federal que permaneciam instaladas na antiga capital. Como resposta, um novo ajuste espacial baseado no Plano Urbanístico Básico (PUB-Rio) em 1977 foi criado (decreto nº1269 de 1977). Com a preservação da memória urbana, as deseconomias verificadas no Centro da cidade e os prejuízos socioeconômicos de sua decadência, associados à verificação das experiências bem-sucedidas de renovação urbana empreendidas em várias partes do mundo, alteraram *modus operandis* do governo com relação a essa porção da cidade.

Apesar do quadro de desocupação residencial, o centro do Rio de Janeiro mantinha a sua rotina mediante a grande circulação de trabalhadores que garantia a sua importância nos horários comerciais. Contudo, fora do horário comercial, o centro passava por um forte processo de rarefação demográfica. Diante de um quadro anterior de demolições de prédios com imenso valor histórico, um grupo de intelectuais, artistas e políticos começaram um movimento a favor da preservação do Centro do Rio de Janeiro. Dessa forma, em consonância com a expansão imobiliária em direção a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e da transformação da área central em lugar de passagem, no final de 1979 e alvorecer da década de 1980, um novo movimento surge como resposta, descobrindo no valor do patrimônio histórico um importante vetor de preservação dos marcos referenciais e identitários da cidade.

Nas décadas de 1970, sob a gestão do prefeito Israel Kablin nasceu o projeto Corredor Cultural. Por questões práticas, e técnicos mais antigos, o projeto começou muito mais ligado ao planejamento urbano do que ao patrimônio. O fato de não dispor de instrumentos de tombamento e tutela, fez com que a prefeitura se utilizasse de instrumentos de zoneamento e do uso de ocupação do solo fazendo com que o projeto estivesse atrelado a dinâmica urbana.

O PROJETO CORREDOR CULTURAL

O Corredor Cultural, desde o seu início foi criado sob duas perspectivas diferentes: de um lado a Câmara Técnica do Corredor Cultural formada por artistas e intelectuais tarimbados ligados à promoção da cultura. Dentre estas personas, destacam-se: Rubens Fonseca, Artur da Távola, Sérgio Cabral, Lélia Coelho, Nélide Piñon entre outros. De outro os técnicos formados basicamente por arquitetos e planejadores.

Segundo Pinheiro (2002) a confluência destes dois olhares distintos foram essenciais para a execução do projeto. Igualmente, o autor afirma que grande parte do sucesso do Projeto se deu graças à presença dos notáveis intelectuais e artistas que “fora do mundo oficial” “eram muito respeitados pela mídia” (p. 80).

A execução do projeto exigiu tanto dos técnicos quanto dos notáveis um grande esforço para traçar o que deveria ser preservado no Centro do Rio de Janeiro. Segundo Pinheiro (2002) no Rio de Janeiro, diferente de outras cidades, não existia a ideia de Centro histórico, tendo em vista que a cidade passou por inúmeras intervenções ao longo dos séculos. Para o autor, foi necessário a criação de objetivos bem delimitados que, ao passo que preservasse o patrimônio arquitetônico, percebesse também as lutas de associações e comunidades pela preservação e contra a descaracterização de seus bairros.

Outra estratégia utilizada foi a previsão de incentivo fiscal para os proprietários de imóveis que aderissem a conservação prevista em lei. Com a renúncia fiscal houve um aumento significativo no número de licenciamento de obras, a medida em que o prédio era considerado apto pelos técnicos para serem conservados. Além do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), outras taxas e impostos foram isentadas como o Imposto Sobre Serviço (ISS) e desoneração das empresas que realizavam obras nos prédios.

Outra entrada importante do projeto foi a utilização a divulgação do projeto por diferentes meios. Além dos trabalhos burocráticos dos técnicos foram criadas diferentes publicações, dentre os quais destacam-se:

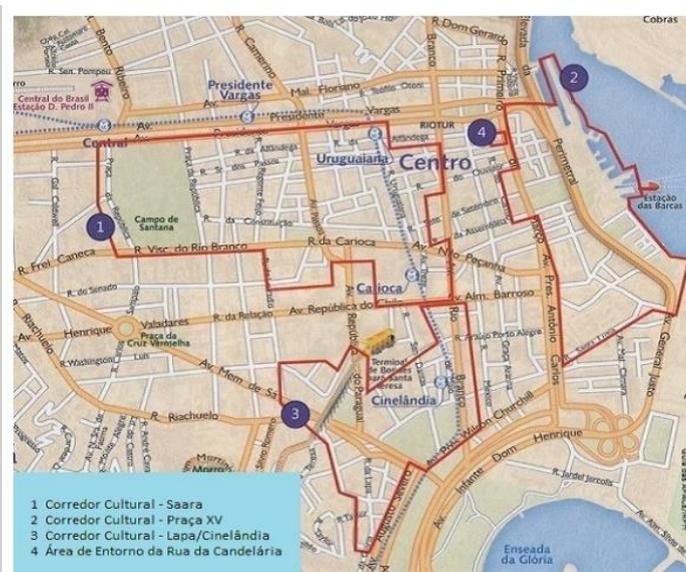
Em relação ao tombamento, amplamente utilizado como instrumento de salvaguarda de prédios individuais, o Corredor Cultural se diferenciou pela preservação de conjuntos arquitetônicos. Para tal alcunha, segundo Pinheiro (2002) foi utilizado o conceito de valor ambiental, preservando os edifícios que continham alto grau de continuidade no espaço urbano.

O projeto do Corredor Cultural possui uma área de abrangência de cerca de um milhão de metros quadrados, com 1600 imóveis. Tal projeto andava na contramão das formas de intervenção urbana ocorridas no decorrer do séc XX. Contudo, seu sucesso se deu em grande parte pelo fato da área em questão não detinha grande interesse no setor imobiliário, mas consistia em uma área de permanentes intervenções públicas, muito

mais por questões ideológicas ligadas ao progresso e a modernidade do que por pressões do setor imobiliário.

O projeto possuía duas subzonas: denominadas de preservação ambiental e renovação urbana. Baseado na Carta de Veneza³³⁴, o objetivo era garantir a preservação de prédios públicos e a ambiência da área central, incentivando a criação de atividades culturais e de lazer através da criação de bares e restaurantes e um projeto de mercado que, segundo os urbanistas que idealizaram, seria uma “metáfora do mercado antigo”.

Fig. 2 - Área de abrangência do projeto corredor cultural



Fonte: MULTIRIO, 2015

O projeto possuía duas subzonas: denominadas de preservação ambiental e renovação urbana. Baseado na Carta de Veneza³³⁵, o objetivo era garantir a preservação de prédios públicos e a ambiência da área central, incentivando a criação de atividades culturais e de lazer através da criação de bares e restaurantes e um projeto de mercado que, segundo os urbanistas que idealizaram, seria uma “metáfora do mercado antigo”.

³³⁴ Documento criado no II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos em maio de 1964. Dentre as ideias que fundamentam o documento estão a preservação das obras monumentais de cada povo que permanecem como testemunho vivo das tradições seculares.

³³⁵ Documento criado no II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos em maio de 1964. Dentre as ideias que fundamentam o documento estão a preservação das obras monumentais de cada povo que permanecem como testemunho vivo das tradições seculares.

Para execução do projeto foi necessária a construção de dispositivos jurídicos que até então o município não dispunha. O projeto de lei foi criado sem que houvesse alterações de grande relevância foi aprovado pela câmara em 1984, sob a gestão do prefeito Marcelo Alencar dispondo sobre o Corredor Cultural, havendo não somente a proteção dos conjuntos arquitetônicos mantendo também dos usos nas áreas de abrangência do corredor Cultural.

Os esforços em âmbito federal, estadual e municipal transformaram o centro do Rio em uma área de relevante interesse cultural em escala nacional e internacional. Contudo, o conjunto de bens preservados representa uma ação de bens, cuja preservação representa a seleção de elementos que corroboram para rememorar os poderes da colonização da América. O convento do Carmo, a Igreja da Ordem Terceira, Paço Real (Paço Imperial), Terreiro de Nossa Senhora do Carmo e o Arco do Teles são exemplos de conjuntos arquitetônicos preservados que denotam a presença de uma ordem religiosa e do poder conquistador europeu.

Os mercados de pesca sempre foram elementos constituintes da vida de relações existentes no Centro da cidade, constituindo hábitos de sociabilidade que reforçam os laços com o lugar e as percepções de um espaço único na cidade. Além de fonte de abastecimento alimentar, os mercados representavam um vasto sistema cultural, cuja amplitude e intensidade formavam as redes sociais que irradiavam nas trocas materiais e simbólicas na cidade. Pergunta-se de passagem: porque o esforço de preservação do patrimônio histórico ou cultural materializado no Projeto Corredor Cultural não contemplou o mercado de pesca na praça XV de Novembro?

O FIM DO ENTREPOSTO DE PESCA

Apesar de representar um importante marco na concentração e armazenamento do pescado, o Entreposto Federal não conseguiu diminuir algumas práticas aviltantes recorrentes na cadeia de distribuição da pesca. Em entrevista concedida para confecção do presente projeto, um pescador que possuía a concessão de um box no Entreposto nos informou.

Você separa, uma suposição, 50 tabuleiros, você fala, uma suposição, 1000 reais o quilo, só que esses 1000 reais, ele, de fato não vai para o mercado a 1000 reais, não chega lá no mercado a 1000 reais, porque esse comprador, ele bota na nota, a gente é obrigado a fazer isso, se não você não vende, o sistema funciona assim, esse é o sistema: Você põe na nota mil reais e

cinquenta centavos ou o dobro, põe na nota que ele vai apresentar lá no mercado, agora ele paga a gente mil reais o quilo. Por isso que você vai na peixaria, no mercado, o preço está bem alto. Tem gente que diz assim “ a o peixe é caro”, mas nem sempre a culpa é do pescador.

Em 1956, a publicação do Relatório da Missão Portuguesa de Pesca no Brasil (LEMOS, 1956) detectou problemas estruturais no Entrepasto Federal. No documento constava que o Entrepasto possuía insuficiência da sua área molhada de cais, atracação e apetrechamento de carga, de embarcações, abastecimento de gelo, o que o tornava obsoleto sob quase totalidade dos aspectos. Os entrepasto que surgia como solução uma década antes se tornou obsoleto graças ao vertiginoso aumento da população urbana do município, fato que fez com que a sua estrutura não suprisse a totalidade das demandas.

Os primeiros estudos para manutenção da estrutura física do entrepasto datam de 1967, quando iniciou do Programa de pesquisa do desenvolvimento da pesca no Rio de Janeiro, no qual são o entrepasto se encontrava na seguinte situação:

(...) doca estreita para permitir desembarque de pescado de modo apropriado; parte sul da doca assoreado; cais estreito; falta de espaço no salão de venda; fábrica de gelo para 2.800 barras de 25 kg; depósito para 300 barras de gelo; camara para 600 toneladas de peixe. (PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PESQUEIRO, 1967: 11)

Necessário destacar que o Programa de Desenvolvimento da Pesca promovido na década de 1967, tinha como principal objetivo a modernização da atividade pesqueira para fins industriais em detrimento a pesca artesanal. Desta maneira, o entrepasto na praça XV não comportaria o intenso tráfego de caminhões, tampouco as grandes embarcações industriais. Visto que as pretensões do programa provocaram enormes prejuízos ao setor pesqueiro, novas diretrizes marcaram os programas seguintes, doravante levando em conta a pesca artesanal, como consta o I Plano de Desenvolvimento da Pesca da Nova República (1985).

Este baixo desempenho com a taxa de crescimento inferior ao da população brasileira, em que pese ser um fator de estagnação do setor como um todo, é reflexo de uma política pesqueira direcionada à pesca industrial, com a criação de incentivos fiscais, visando a modernização e industrialização do setor pesqueiro em detrimento ao segmento artesanal equivocadamente marginalizado das ações governamentais. Tal fato gerou no período precedente (1970- 1979) um maior índice de crescimento da pesca industrial (8,05% a.a.) em relação a pesca artesanal (2, 75 % a.a.), não superando porém a produção originada da pesca artesanal. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA NA NOVA REPUBLICA, 1985: 4)

Apesar da reorientação das prioridades no setor pesqueiro no Brasil, os relatórios produzidos em períodos distintos, concordavam em relação a situação estrutura de escoamento da produção da pesca no Brasil. Segundo o relatório de 1985, no Brasil existiam 400 mil pescadores artesanais, dos quais dependiam 2 milhões de pessoas, além dos empregos indiretos gerados na produção e comercialização dos insumos básicos e na comercialização do pescado produzido, mas que apesar disso

O processo de comercialização do pescado apresenta-se bastante deficiente para corresponder às necessidades de abastecimento interno em virtude da precária infraestrutura física e institucional existente poucos entrepostos de pesca, postos de revenda, frigoríficos, fábricas de gelo e outras infraestruturas inadequadas e sem condições de funcionamento (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA NA NOVA REPÚBLICA, 1985: 12)

Tratando especificamente do Entrepasto Federal de Pesca na praça XV o documento que acrescenta um fato até então não colocado pelos outros dois relatórios. Realizado pelo Grupo de Trabalho criado pela portaria “E” nº 10, de 7 de julho de 1970³³⁶ da Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara que afirmava que o maior problema do entreposto não era o seu tamanho e sim o fato de estar cravado no centro da cidade, fato que impedia o pleno funcionamento, acarretando, necessitando, portanto, de um segundo entreposto.

Salta os olhos, desde logo que o problema da pesca na baía de Guanabara, que é um problema em crise, não pode beneficiar-se de condições científicas e tecnológicas sem que antes se efetuem substanciais mudanças na estrutura, considerando que a deficiência do Entrepasto da Praça Xv não está em seu tamanho, mas em sua posição, encravada no Centro da cidade, sem espaços contíguos, sem acesso franco (PORTARIA N 7, 1970: 9)

Diante de um quadro de precarização das condições físicas dos entrepostos que, com base no relatório da missão portuguesa e no relatório do Programa de pesquisa e Desenvolvimento da Pesca, de 1967, e da Portaria da Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara, ocorreram as primeiras tentativas de mudanças do local do Entrepasto da praça XV. Um projeto de lei de autoria do vereador Túlio Simões do Partido Democrático Social PDS autorizava a transferência do entreposto para Avenida

³³⁶ ESTADO DA GUANABARA. Portaria E n 10 de 7 de julho de 1970. Secretaria de Agricultura. Brasil, 1970

Brasil. As despesas de custeio seriam feitas por conta do convênio entre o executivo municipal, Ministério de Agricultura e Ministério da Fazenda, mediante o termo de ajuste firmado pela SUDEPE e pelo Instituto Resseguro Brasil. Em reportagem ao Jornal “Ultima Hora”, o vereador baseou-se ainda no Programa de pesquisa de desenvolvimento pesqueiro do Brasil que dizia que do total do pescado capturado no Rio de Janeiro 40% eram levados para praça XV para comercialização; que o movimento de pescado por caminhões supera a das embarcações e ausência de um estacionamento próprio e restrito horário de funcionamento, fato que provoca “tipos de comercialização paralela no entorno do entreposto”³³⁷.

A respeito do mercado clandestino é necessário salientar que grande parte do pescado em direção ao mercado via Caminhões chegavam da Região Sul, da Bahia e Espírito Santo. A negociação passava pelos pregoeiros do entreposto que mediavam o comércio entre os transportadores e os supermercados, grandes peixarias e frigoríficos, açambarcando cerca de 7 a 8 % de todo custo do pescado. Enquanto as embarcações aguardavam o começo do pregão a partir da meia-noite. Às quatro horas da manhã a sirene da SUDEPE anunciava o fim do pregão e as embarcações que não conseguiam comercializar, aguardavam a madrugada seguinte. Por sua vez, os caminhões aguardavam em estacionamento, denominados de “ilhas” nas margens da via Dutra. Contudo, era recorrente as transações comerciais entre caminhões e supermercados ocorrerem de baixo da perimetral de forma ilegal e sem a devida certificação de inspeção sanitária (CIS).

Em reportagem do Jornal do Brasil, os mercados clandestinos ou paralelos são denunciados como principais fontes de congestionamento no centro em virtude do grande número de caminhões e direcionando a culpa para convivência da SUDEPE.

O SUDEPE até hoje não conseguiu acabar com os pregoeiros, mas constitua oferecendo credenciais a posse e representação de dois barcos. A CIBRAZEM que cede as suas câmaras frigoríficas, não se arrisca a tocar nesses intermediários agindo corretamente dentro da lei da oferta e da procura(...). (JORNAL DO BRASIL, 1980: 7)³³⁸

³³⁷ Transferência do entreposto tem repercussão; *JORNAL ULTIMA HORA*. Rio de Janeiro. 30 de setembro de 1983.

³³⁸ RANGEL, Carlos. Boicote à carne incentiva o mercado paralelo de peixe sob viaduto da praça XV. *JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1980.

Sob a alegação da obsolescência, da dificuldade de escoamento da produção e da formação do mercado clandestino que poluía a praça tendo em vista que mais da metade do pescado que afluía para o entreposto chegava por caminhões e apenas um terço chegava através dos barcos.

Além do mercado clandestino, outra questão apontada pela reportagem está relacionada a obsoleta frota de barcos instaladas no cais do Entreposto. Segundo a reportagem, as traineiras voltadas para captura de sardinha precisavam ser renovadas assim como a mudança de local do Entreposto.

Encostados no píer da praça XV, os barcos têm impressão de que vão se desmanchar, essa frota tem 30 anos e não tem empenho em renová-la, assim como não se tem interesse de mudar o entreposto sem contrariar fortes interesses. A possibilidade de aumentar a captura do peixe se quer é cogitada. Entre os pregoeiros e seus prepostos, o propósito é que a situação fique assim indefinidamente, rendendo lucros certos, embora o peixe seja caro e escasso. (JORNAL DO BRASIL, 1980: 7)

É notável o papel da mídia impressa que, em nome da preservação histórica do centro da cidade, estigmatizava os trabalhadores da pesca. Em outra reportagem que data de 1987, com um discurso de teor mais higienista, sobre o comércio clandestino de pescado encravado na praça XV, percebe-se que as principais motivações que levaram a retirado do mercado do Centro esteve mais atrelada a imagem do Centro Histórico e menos com o abastecimento do pescado no município e muito menos com os trabalhadores do entreposto.

Camarões descascados e não ensacados com o selo obrigatório da fiscalização sanitária- mexilhões muitas vezes catados por mendigos e vagabundos na praia do Flamengo ou nas lajes da ponte Rio -Niterói e até carnes de siri, caranguejo e outros frutos do mar são encontrados em grande quantidade. Não há fiscalização e as mínimas normas de higiene não são observadas, como o uso de gelo picado sobre produtos (JORNAL DO BRASIL, 1987: 5)³³⁹

Segundo a reportagem, as causas comércio paralelo na praça estão relacionadas as precárias condições de funcionamento do Entreposto Federal que não comporta mais a quantidade de pescado que afluí em direção ao município. Igualmente a culpa também recai nos pregoeiros, cuja ambição “atrai” os ambulantes para a praça XV.

³³⁹ DUTRA, Soraya. Feira ilegal de peixes afeta a praça XV. *JORNAL do BRASIL*. Rio de Janeiro. 17 de agosto de 1987.

O maior responsável pela feira clandestina é o entreposto de pesca da CIBRAZEN na praça XV que não tem condições de absorver todo o pescado proveniente do Sul da Bahia, Espírito Santo, São Paulo, o Santa Catarina, Rio Grande do Sul e todo litoral do estado do Rio de Janeiro. Das 140 mil toneladas de peixe descarregadas anualmente na praça Xv só metade é comercializada dentro do entreposto, o restante é repassado pelos pregoeiros que vendem o produto dentro e fora do entreposto- aos ambulantes que transformam a praça Xv em um verdadeiro caos (JORNAL DO BRASIL, 1987: 5)

Em outro trecho, podemos perceber com mais nitidez a relação do fim do Entreposto e, conseqüentemente, do mercado clandestino, com os investimentos realizados pela prefeitura para enobrecimento da praça XV de Novembro.

Quem passa a noite na praça Xv não vê que a prefeitura vem gastando enormes quantidades de dinheiro na recuperação e preservação de monumentos históricos como o antigo cais da praça, datado do séc. 18. Isso porque centenas de caminhões, caminhonetes e kombis atrapalham a visão dos pedestres. (JORNAL DO BRASIL, 1987: 5)

Fig. 3 – Mercado paralelo na Praça XV



Fonte: Jornal do Brasil, 1987.

Fig. 4 - Caminhões desembarcando no Entrepasto



Fonte: Jornal do Brasil,1980

Apesar das dificuldades de funcionamento, o Entrepasto Federal de Pesca era o único equipamento público que concentrava, armazenava e fiscalizava a produção do pescado no município do Rio de Janeiro. Toda produção do pescado que entrava no Entrepasto passava pela balança, onde era pesado e registrado no cadastro do mercado. A “balançada” do pescado era realizada pelos funcionários da CIBRAZEM. Logo após ser pesado, o pescado iria para um dos 72 boxes, cada qual com seu pregoeiro responsável pelo Leilão. Por se tratar de um produto perecível, a medida em que o tempo passa, o preço do pescado diminui. Entre os compradores do mercado estão peixarias, feirantes, supermercados e restaurantes especializados.

As reportagens acima não levaram em conta o aumento exponencial do trabalho informal no município do Rio de Janeiro em virtude do prolongamento das crises fiscais na década anterior e do crescente processo de deseconomia que a capital do estado passava, desde a transferência da capital nacional para Brasília. Outrossim, tal década também se notabiliza pelo aumento do desemprego e pelo crescimento exponencial do comércio ambulante no Rio de Janeiro. Para os atores sociais envolvidos na reestruturação urbana no centro do Rio de Janeiro os carros e os peixeiros eram os principais entraves para a renovação urbanística na Praça XV. O carro representando a concepção urbanística modernista que prioriza o rodoviarismo como modelo de circulação na cidade e o peixe como sinônimo do “atraso”, volta a um tempo em que o

centro era visto como lugar insalubre, reduto de vagabundos. Ao passo em que ressaltava a importância do resgate arquitetônico e cultural do centro histórico, a mídia destacava a “sujeira e abandono” enfatizando o cheiro de peixe estragado e os detritos deixados pelo mercado. No artigo “Praça XV entre os lixos e bens tombados” (Jornal do Brasil de 4 de novembro de 1990) diz que o local convive A “marcha inexorável da modernização” neste momento sob as vestes da revitalização urbana, necessitava mais uma vez da espoliação do trabalhador.

Fig. 5 - Leilão do pescado no Entrepasto



Fonte: Jornal do Brasil, 1980

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou relacionar os processos de enobrecimento da área central com o fim do Entrepasto de pescado que funcionava na praça XV de Novembro, desde 1941. O modelo de intervenção baseado na preservação dos casarios e conjuntos arquitetônicos de diferentes períodos históricos, apesar de um importante marco na renovação da área central, operou como outros projetos de intervenção urbana baseadas no higienismo e no elitismo

Na seara dos acontecimentos, o Entrepasto Federal de Pescado da praça XV de Novembro era o principal ponto de concentração do pescado do Rio de Janeiro. No período de 1960 a 1980, o estado era o principal produtor de pescado do país. Com o

fim do mercado, o desembarque do pescado ficou pulverizado em 40 áreas de desembarque no entorno da Guanabara, segundo dados da Fundação Instituto Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ, 2011).

Ao tornar o entreposto um obstáculo a preservação da área Central, nota-se que os usos do tempo denotam uma clivagem social, cujo as presenças populares, seus quadros de existência, sua cultura e suas práticas sociais são recusadas. Os trabalhadores do mar são de suma importância para o abastecimento do pescado na cidade. Contudo, ainda assim, foi tolhida o direito aos usos do território na área central.

Entre imbróglis e reviravoltas, mudanças de lugar e soluções que não chegaram a ser concretizadas, o Entreposto foi retirado em 1991 com um acordo entre representantes da política e diversas entidades ligadas a cadeia produtiva da pesca. Contudo, enquanto os caminhões de pescado vindos de outros estados abastecem o CEASA-RJ as soluções apresentadas até os dias atuais, não se apresenta satisfatória, sobretudo para os pescadores artesanais e armadores da baía de Guanabara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS

Decreto nº 23.348, de 14 de Novembro de 1933.

Decreto nº 60.401, de 11 de Março de 1967. BRASIL. Relatório do Programa de Pesquisa e desenvolvimento pesqueiro do Brasil. Ministério da Agricultura/ Superintendência de Desenvolvimento da Pesca no Brasil. Brasília, 1967.

BRASIL. Relatório do Programa de Desenvolvimento da Pesca no Brasil na nova República. Ministério da Agricultura/ Superintendência do Desenvolvimento da pesca no Brasil. Brasília, 1985.

ESTADO DA GUANABARA. Portaria E n 10 de 7 de julho de 1970. Secretaria de Agricultura. Brasil, 1970.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n.º 16.616 de 07 de junho de 1991.

Transferência do entreposto tem repercussão; JORNAL ULTIMA HORA. Rio de Janeiro. 30 de setembro de 1983.

Boicote à carne incentiva o mercado paralelo de peixe sob viaduto da praça XV. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1980.

Feira ilegal de peixes afeta a praça XV. JORNAL do BRASIL. Rio de Janeiro. 17 de agosto de 1987.

BIBLIOGRAFIA

CIVALE, L. .Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012).Caderno de Geografia Universidade Federal de Viçosa, v.25, n.44, 2015.

COLCHETE FILHO, A Praça XV: projetos do espaço público. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

COSTA, Maria Elisabeth de Andrade. Cultura popular. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.).Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

FALCÃO, A. et al. Gentrificação em áreas históricas: desenvolvimento urbano e patrimônio cultural in vidas urbanas e a vida nas cidades regramentos urbanos, ambientais seletividade e violência. CARVALHO, C.O. et al. (ORG). Caxias do Sul,RS. Ed: EDUCS, 2018.

FERREZ, G. A praça 15 de Novembro :Antigo Largo do Carmo. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1978.

DURIGETTO, M.L. A ideologia privatista do planejamento estratégico das cidades In Revista Libertas. Juiz de Fora. Vol 4 e 5. p. 68-91. Jan/dez.2004.

LEMONS, J. Relatório da Missão Portuguesa de Pesca no Brasil. Lisboa: Estudo da pesca no Brasil, 1956.

MESSENTIER, L.M. de. A Renovação Preservadora: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987. Rio de Janeiro.UFRJ/IPPUR, 1992. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Pinheiro, A.. Aprendendo com o patrimônio. In: Cidade: História e Desafios. Oliveira, Lúcia Lippi (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, F. L. Condicionantes territoriais para estimativas populacionais para unidades submunicipais. Rio de Janeiro: IPP/Prefeitura do município do Rio de Janeiro, 2016.

Uma História [também indígena] de Araruama

Marlon Barcelos Ferreira
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre o lugar destinado aos indígenas nos trabalhos de história sobre a cidade de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1990. A partir dessa reflexão inicial, busca-se compreender a importância de uma escrita da história regional que conceba aos indígenas um lugar ativo e na parte final, refletir sobre as possibilidades de uma história indígena com o levantamento de dados pertinentes ao tema no passado da cidade.

Ao longo do tempo a cidade de Araruama teve sua história contada em alguns livros escritos por autores denominados de memorialistas e que assim ajudaram a formar uma leitura do passado para os moradores. Esses livros apesar de não fazerem parte de uma cultura historiográfica atrelada aos cânones acadêmicos, devem ser entendidos como uma forma de construção narrativa sobre o passado local (FERNANDES, 2009). Pois entende-se que esses autores taxados de memorialistas, também participam da construção de uma cultura histórica local (COSTA, 2009). Afinal, constroem uma determinada representação do passado, pois elaboram “[...] um discurso sobre ele”. (COSTA, 2009: 178) e respondem a questões próximas e imediatas das pessoas sobre o passado local. Inclusive sendo “[...] uma produção com raízes profundas na tradição {cultura} historiográfica brasileira.” (FERNANDES, 2009: 24).

Os primeiros livros foram escritos no contexto das décadas de 1930 e 1940, em um momento de se repensar a história fluminense. Naquele período foram surgindo vários estudos de história local nos municípios do interior do Rio de Janeiro. Dentro dessa conjuntura, surgiram os primeiros trabalhos destinados exclusivamente ao estudo da história de Araruama, com os trabalhos publicados de Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares. O primeiro autor escreveu e publicou em 1937, Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município, e o segundo escreveu, O Município de Araruama: Monografia geográfica, em 1945.

Os trabalhos realizados por Arthur V. Junior e Argemiro de M. Soares, abriram espaço para a construção e consolidação de uma história e uma identidade araruamense em consonância com uma historiografia nacional marcada pela invisibilidade indígena.

No caso, essas narrativas carregavam em seus discursos uma visão que procurava naquela época “[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil [Araruama]” (FREIRE, 2016: 35). Essas narrativas acabaram refletindo uma visão historiográfica que entendia a história da nação, e no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram “a civilização” para aquela região (FREIRE; OLIVEIRA, 2006: 17).

Na década de 1990, ocorreram novas publicações sobre Araruama em um contexto muito diversos das primeiras publicações. Essas últimas décadas em âmbito nacional verifica-se o desenvolvimento de um ambiente favorável, não apenas a luta dos povos indígenas em busca de seus direitos, como também o retorno da democracia. Ao mesmo tempo, essas mudanças se complementaram com novas posturas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas e em especial na ciência histórica.

Nos início dos anos 1990, a Prefeitura de Araruama, durante a gestão do Prefeito Altevir Vieira Pinto Barreto, implementou ações em relação à memória e a história do município. Assim, foi editado pela prefeitura o livro, Araruama: Panorama de Uma Cidade, da autora Maria de Fátima Rodrigues. Este livro é um apanhado geral sobre a história e geografia do município. Na parte inicial narrativa, os protagonistas são os portugueses, que exercem de forma ativa uma conquista da região e no qual os indígenas e franceses são retratados de forma totalmente passiva ao serem dizimados sem qualquer ação ou reação,

As primeiras notícias sobre a exploração do território datam de 1575, quando se deu a expedição do Governador Antonio de Salema do Rio de Janeiro, a região de Cabo Frio, onde foram dizimados centenas de franceses e índios Tamoios (RODRIGUES, 1992: 16)

O trecho citado reforça uma ideia propagada durante muito tempo pela historiografia, na qual o indígena aparece sempre agindo de forma secundária na narrativa e sempre de acordo com os interesses alheios (ALMEIDA, 2010). Ao mesmo tempo, o texto destacado carrega uma visão historiográfica denominada de “[...] as crônicas da destruição e despovoamento[...]” (MONTEIRO, 2001^a: 142) e uma perspectiva de que a conquista levou ao extermínio dos indígenas em Araruama e em toda a Região dos Lagos.). Nas partes subsequentes do livro os indígenas não são mais citados e desaparecem da narrativa sobre Araruama.

Por fim, nesse segundo momento de escrita de trabalhos sobre Araruama, destaca-se aquele trabalho que virou referência na cidade (CAMPOS, 2018), o livro *Apontamentos sobre Araruama*, de autoria do Sylvio Lamas de Vasconcellos. Um livro em que o autor, pertencente a uma tradicional família local (VASCONCELLOS, 1998), discorre sobre a história de Araruama em capítulos dedicados a temas diversos como as fazendas, os casarões, a Câmara Municipal, a imprensa local e outros temas sobre a cidade. Ao tratar dos indígenas, o autor salienta que a sua presença na região é muito antiga,

Data de tempos imemoriais a retirada do sal em nossa região. Já os índios o obtinham, para seu consumo, dos depósitos naturais em depressões de terreno à beira da lagoa ou em áreas toscamente revestidas de conchas e tabatinga. (VASCONCELLOS, 1998: 233).

O uso das palavras “tempos imemoriais” em conexão com os indígenas, reflete uma associação entre os nativos e o passado local. Nesses trechos os indígenas sempre são colocados como os primeiros habitantes, uma concepção que reforça a sua presença em um tempo passado, o que leva a associação a um período anterior a existência da cidade em consonância com as narrativas tradicionais da historiografia que associam os povos nativos ao período anteriores aos europeus e inseridos na pré-história brasileira. Ao mesmo tempo, o autor se utiliza do termo “tribo” em referência aos povos indígenas.

Nas linhas acima foram relatadas essas narrativas construídas entre as décadas de 1930 e 1990, nos quais esses escritores agiram como configuradores (construtores) da cultura histórica local (COSTA, 2009: 278). Na cidade de Araruama, esses autores estavam atrelados ao poder político local ou eram das famílias tradicionais. Essas ligações conferia a esses escritos um forte “[...] apelo junto a comunidade [...]”(DONNER, 2012: 223), e assim “[...] torna[va]-se um espaço [importante] para a formação de identidades e memórias coletivas.” (DONNER, 2012: 223) entre os habitantes do município. Observa-se que em Araruama foi sendo construída uma identidade local na qual os indígenas eram “[...] como coisas do passado [local].”(FREIRE, 2016: 34) e pertencentes a uma pré-história local.

No caso de Araruama torna-se necessário “[...] desfazer da invisibilidade forjada ao longo da história a respeito destas comunidades silenciadas pelo discurso oficial.” (SANTOS; MANO, 2015: n.p.) e divulgado pelos escritores locais de Araruama em

sintonia com o poder político sobre o passado da cidade, como verificado nas análises realizadas nas páginas acima.

Pensar que a ocupação da região não começou com os portugueses e sim há milhares de anos quando a região começou a ser ocupada por seres humanos. De forma genérica essas populações hoje são denominadas de índios, mas “[...] o nome índio esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes [...]” (FREIRE; MALHEIROS, 2009: 11). E “Poucas vezes disseram como se autodenominavam. Quando o fizeram, nem sempre eram compreendidos.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009: 11).

No século XV, “Os povos tupis, que habitavam o litoral, foram os primeiros a entrar em contato permanente com os colonizadores portugueses e com as expedições francesas vindas ao Brasil.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009: 25). As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Araruama desde a década de 1970, e de forma sistemática ao longo dos anos 90 e início de 2000, conseguiram a recuperação de variados artefatos ligados aos povos nativos. A pesquisadora responsável pelos trabalhos desenvolvidos pela equipe do Museu Nacional, Ângela Buarque, classificou esses artefatos como pertencentes ao grupo étnico Tupinambá e que estavam presentes no momento do desembarque português:

[...] a pesquisadora percebeu a recorrência entre a distribuição dos sítios arqueológicos e a localização de aldeias Tupinambá apresentada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essas similaridades mostravam-se mais evidentes perante a morfologia cerâmica e os acabamentos plásticos de superfície e pintura, que também se apresentaram congruentes com ilustrações presentes na documentação iconográfica. (MAGESTE, 2017: 121-122)

Segundo Ângela Buarque, existe uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-contato e do período pós-contato (histórico). Uma das facetas da arqueologia atual é o de procurar estabelecer uma longa história indígena (CORRÊA, 2013). Nessa corrente de pensamento, se possibilita através de metodologias específicas, validar uma continuidade entre os vestígios arqueológicos do período pré-colonial a determinados povos indígenas do período colonial. Essa perspectiva segundo o pesquisador Ângelo Alves Corrêa, permite “[...] entende[r] os grupos indígenas como partícipes da história americana.”(2013: 26).

A partir do desembarque europeu na região por franceses e portugueses, teve o início de um período de contato entre os nativos e os europeus evidenciado pelos achados arqueológicos recuperados em Araruama. Nesse início dos contatos empreendidos entre os tupinambás e europeus, Ângela Buarque identificou o sítio arqueológico do Serrano, em Araruama, como sendo a antiga Aldeia Tupinambá denominada de Syrizi, e que aparece em um mapa do século XVI do francês Jacques de Vau de Claye (BUARQUE, 2010: 156). Nesse sítio arqueológico do Serrano, os arqueólogos conseguiram recuperar inúmeros artefatos e objetos advindos da Europa como uma cota de malha e também material cerâmico com nítida influência de técnicas europeias.

Assim, inserido em novas perspectivas da arqueologia, se tem compreendido essas trocas culturais refletidas nos elementos arqueológicos presentes em aldeias tupinambás, como resultado do próprio agenciamento dos indígenas, no sentido de “[...] absorver o outro, transformá-lo e transformar-se, mesmo quando o outro não assume a forma humana.”(RIBEIRO;JACOMÉ, 2014: 479). Afinal, “[...] é necessário considerar que os grupos sociais em contato vivenciavam, junto as transformações culturais, um processo contínuo de mudança e construção de interesses e motivações que se alteravam conforme as circunstâncias e a dinâmica de suas relações.” (ALMEIDA, 2013: 57)

Essas novas perspectivas tem provocado o rompimento de concepções que enxergam as “[...] mudanças no aparato material indígena [...]” (RIBEIRO; JACOMÉ, 2014: 484), como prova para a “[...] metanarrativa do devastador impacto ocidental sobre populações nativas culturalmente estáticas e socialmente passivas.” (RIBEIRO; JACOMÉ, 2014: 465) diante dos europeus. Acredita-se que mais pesquisas são necessárias para o melhor entendimento do contexto de contato entre indígenas e europeus na região de Araruama. A arqueologia tem permitido a obtenção de informações daquele momento histórico e na qual as poucas “[...] informações sobre as sociedades [nativas] [...] da América portuguesa nos chegam, grosso modo, através dos registros europeus [...]” (ALMEIDA, M., 2013: 38).

Nestes parágrafos apenas foram levantados alguns dados importantes no sentido de se reafirmar as possibilidades de edificação da história de Araruama que tenha nos povos indígenas um elemento ativo. Afinal, entende-se a impossibilidade de um

entendimento da história local sem levar em conta as ações dos povos nativos que ocorreram no processo pois,

Cabe, então, perguntar como era (e ainda é) possível explicar tais processos sem levar em conta o protagonismo indígena. Como entendíamos a vitória e o domínio dos portugueses sobre milhares de povos guerreiros?[...] Como podiam alguns degredados ocupar postos-chaves nas sociedades nativas, que lhes permitiram fornecer o imprescindível auxílio aos portugueses?[...] Como explicávamos essas e tantas outras questões de nossa história sem considerar o protagonismo indígena? (ALMEIDA, 2017: 19).

Os dados arqueológicos levantados pela Professora Ângela Buarque em consonância com a historiografia local, corrobora a visão de que as aldeias tupinambás sucumbiram diante do processo de colonização e a ocupação tupinambá não foi além dos séculos XVI e XVII em Araruama: “[...]a pesquisa em documentos históricos relativos à região não confirmou a existência de aldeias posteriores ao século XVII” (BUARQUE, 2010: 156). Em parte “Pode-se aventar a hipótese de que nessa aldeia, após o contato com o europeu, tenha havido alta mortalidade decorrente do contágio de novas doenças, o que justificaria a grande quantidade de urnas funerárias”. (GASPAR, TENÓRIO, BUARQUE, BARBOSA-GUIMARÃES, OLIVEIRA; SCHEEL-YBERT, 2004: 118).

A conquista da região se inseria no processo de colonização e que “[...] exigia, pelo menos, duas alterações básicas de consequências dramáticas para os povos nativos do litoral: a expropriação de suas terras e o uso de sua força de trabalho de forma compulsória.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.48). Como parte da consolidação do domínio da região, houve a criação em 1615 da cidade de Cabo Frio e dois anos depois, em 1617, a criação da Aldeia de São Pedro (CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Nesse cenário pode-se ressaltar que a presença indígena na região não chegou ao fim com a conquista e a colonização portuguesa, a qual se levou a cabo ao longo dos séculos XVI e XVII. Onde,

[...] os povos indígenas incorporados à colonização através do ingresso nas aldeias coloniais, longe de terem desaparecido, diluindo-se entre os despossuídos da colônia ou entre os escravos, como costuma ser sugerido pela historiografia, transformara-se e misturaram-se, mantendo-se porém como índios aldeados, condição com a qual se identificavam e eram identificados até o século XIX. (ALMEIDA, 2007: 219)

No Aldeamento de São Pedro, ocorreu a participação dos indígenas tupinambás ou tamoios remanescentes e indígenas de outras etnias e localidades como evidência Maria Regina Celestino, “A maior parte deles veio da Aldeia de Reritiba e, entre eles, com certeza, havia muitos goitacazes, aos que se juntaram os seguidores de Constantino Menelau, que deviam incluir alguns tamoios[...]” (2013: 94). No ano de 1626, as terras em torno da Lagoa de Araruama e compreendidas dentro do atual perímetro da cidade de Araruama, foram doadas ao português Manuel da Silva Riscado, através de uma Carta de Sesmaria. Como resultado, houve a edificação da Fazenda Parati, que foi o primeiro núcleo de ocupação colonial no território de Araruama. Em seu entorno se efetivou uma forte exploração agrícola e de madeira, com a criação de uma serraria e áreas de cultivo (VASCONCELLOS, 1998).

Com o passar do tempo se consolidou um pequeno povoado próximo à lagoa de Araruama e que foi nomeado de Mataruna, em referência ao rio que corta o local. Segundo Sylvio Lamas de Vasconcellos, a primeira referência ao rio Mataruna é de um documento de 1683, que cita o rio Anhãnga Mataruna (VASCONCELLOS, 1998: 44). Em 1732, o pequeno povoado ganhou uma capela dedicada a São Sebastião e que foi erguida a beira da lagoa de Araruama. Em 1799, diante do seu crescimento populacional, o povoado de Mataruna foi elevado à categoria de Freguesia com a Capela de São Sebastião de Araruama.

Surgia, então, a Freguesia de São Sebastião de Araruama no Povoado de Mataruna e atrelada a Província Eclesiástica de Cabo Frio (VASCONCELLOS, 1998). Nesse período a localidade de Mataruna fazia parte da cidade de Cabo Frio e que nos séculos XVII e XVIII, consistia em uma região de pouco destaque em comparação com outras áreas dinâmicas da economia colonial (ALMEIDA, 2013; CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Mesmo assim, a economia araruamense prosseguiu em torno da produção de produtos agrícolas como cana de açúcar, milho, mandioca e com alguns engenhos localizados nas fazendas espalhadas pelo interior da localidade. No século XIX, houve a expansão do cultivo de café em Araruama, que se tornou um produto importante na economia local (VASCONCELLOS, 1998).

Inseridos no contexto econômico, os indígenas se constituíam como uma mão de obra importante. Destaca-se que o português Miguel Riscado, o pioneiro na ocupação portuguesa na região da atual cidade de Araruama, declarou em seu testamento a posse

de cinquenta indígenas (ALMEIDA, M., 2013: 221). Em seus estudos sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro, a Professora Maria Regina mostrou como os indígenas aldeados eram fundamentais como força de trabalho no Rio de Janeiro até o século XIX. Por outro lado, nesse mesmo estudo mostrou como a relação de trabalho não era tão simples e pacífica. Havia conflitos e desarranjos relacionados à questão da mão de obra indígena entre os moradores de Cabo Frio e os padres superiores da Aldeia de São Pedro, que entraram em conflito, pois os indígenas aldeados não estavam trabalhando nas lavouras locais, pois preferiam trabalhar em outros lugares que ofereciam um pagamento melhor. Um exemplo de como os indígenas assumiam um papel ativo nas relações e em muitas das vezes faziam valer seus interesses (ALMEIDA, M., 2013).

Nesse contexto, ressalta-se que não apenas se constituíam como mão de obra local, como também circulavam e ocupavam aqueles espaços. Portanto, esses indígenas mesmo aldeados e misturados à população local, permaneciam se identificando como indígenas e: [...] importa constatar que os grupos diminutos de índios, por mais misturados que estivessem, mantiveram-se, até meados do século XIX, vendo-se e sendo vistos como índios.” (ALMEIDA, M., 2013: 108).

No caso da Freguesia de Araruama, o relatório do Presidente da Província Antônio Nicolau Tolentino, de 1858 (RODRIGUES, 1992: 74) atesta a presença de uma população de cerca de 200 indígenas entre homens e mulheres em um total de quase 8.980 habitantes livres nas Freguesias de São Sebastião de Araruama e São Vicente de Paula (incorporada dois anos depois). Em 1872, aconteceu a realização do primeiro censo “[...] efetivado de forma sistemática e com relativo rigor em âmbito nacional.” (SILVA, 2018, p.100). O município de Araruama já emancipado indicou a existência de 13.416 indivíduos livres e a presença de 112 caboclos nas duas Freguesias que compunham o território de Araruama: São Sebastião e São Vicente. Segundo José Pacheco de Oliveira, “[...]a categoria caboclo se está falando dos índios.” (OLIVEIRA, 1997, n.p.).

Comparando os dados expostos, verifica-se que em pouco mais de uma década houve uma redução de quase metade no número de indígenas no município. Uma tendência generalizada em toda a Província do Rio de Janeiro. Ressalta-se “[...] que na segunda metade do século XIX o processo de apagamento dos indígenas no território

fluminense constará na pauta do governo central e de políticos regionais.”(SILVA, 2018, p.103). Compreende-se que esses discursos oficiais estão atrelados aos interesses econômicos locais, pois:

É interessante notar o discurso de “pobreza” e decadência indígenas, constantes nesses relatórios. Juízo que somado à ideia de “extinção e perda “identitária” serão fortes argumentos utilizados por autoridades, foreiros contra os índios para, entre outros objetivos, negar-se e garantir seus direitos, principalmente a posse de seus territórios. (SILVA, 2018: 93)

Esses dados mostram claramente que Araruama era um município com indígenas circulando, atuando e vivenciando a história da cidade. Essa presença indígena se integrou nas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que circulam entre as famílias mais antigas da cidade. No livro editado em 1992, pela Prefeitura de Araruama e intitulado, *Araruama: no tempo das histórias*, há uma coletânea de entrevistas com moradores idosos da cidade e no qual é possível localizar algumas dessas lembranças desse passado indígena. No depoimento do senhor Bráulio Quintanilha de Bragança, na época da edição do livro um senhor de 67 anos e morador do distrito de São Vicente, são evidentes os indícios dessa presença indígena. Esse senhor relatou inicialmente sua memória familiar, pois “O que eu sei é por tradição de família.” (BRAGANÇA, 1992: 159) sobre a história do lugar. E o Senhor continuou sua fala evidenciando como a origem do local, São Vicente, ficou marcado na memória familiar, juntamente com a presença de indígenas na localidade, “[...] é que havia, na época do Império, uma divisão dos municípios [...]. Uma parte de onde, hoje, está localizada a cidade era dos índios, e a outra parte estava sendo colonizada.” (BRAGANÇA, 1992: 159).

O depoimento carrega não apenas a presença dos indígenas na localidade, mas a própria origem do lugar denominado de São Vicente. Por sua vez, ressalta-se que o surgimento do distrito de São Vicente de Paula, relatado pelo depoimento acima, foi resultado da divisão da Aldeia de São Pedro em 1854. Em 1857 o curato foi elevado a Freguesia de São Vicente de Paula e que por sua vez foi integrado ao município de Araruama em 1860, deixando assim de pertencer a Cabo Frio (VASCONCELLOS, 1998).

Por fim, em outro momento de seu depoimento, o Senhor Bráulio destaca que “[...] houve uma epidemia, que morreu muita gente e ficaram as fazendas abandonadas. Então a civilização já estava misturada aí com os índios.” (BRAGANÇA, 1992: 159).

Ou seja, evidencia-se na memória relatada a percepção de que com o avançar da “civilização” marcada pela presença de fazendas, esses indígenas locais foram sendo misturados à população local. Uma memória que carrega o processo em que esses indígenas estão disputando terras e sofrendo pressões políticas e econômicas oriundas de diversos interesses em seu apagamento enquanto indígena (ALMEIDA, 2013).

Por sua vez, em outros locais da cidade essas memórias familiares também carregam lembranças dessa Araruama indígena. No relatório que foi elaborado como resultado do salvamento realizado na Escola Honorino Coutinho em 1987, há uma síntese de algumas entrevistas com moradores locais. Uma dessas entrevistas foi realizada com o Senhor Honorino Marins de Ciqueira, nascido em 1903 em Morro Grande (Distrito de Araruama). Na síntese de seu depoimento, Honorino Ciqueira relatou que ,

Ali também havia casas de alvenaria rudimentar, com tijolos de barros pesados. Abandonados pelos antigos moradores. Neste local morou um senhor chamado Jerônimo Fabrício (na terra dos índios como disse) com sua esposa Dona Dulíndia. Seu Lo ouviu dizer que ele era gente dos antigos Fabrícios, gente índia, da raça índia. (CIQUEIRA, 1988 apud GIORGIO, 1988: 19).

O morador relata como esses indígenas estavam inseridos na localidade a ponto de ser reconhecido um local para eles e ao mesmo tempo sua antiguidade na localidade. Não se tem mais informações no sentido de esclarecer outros detalhes sobre o caso, até porque não se pode afirmar se esses membros da família dos Fabrícios se reconheciam enquanto indígenas apesar de serem reconhecidos pela comunidade como indígenas.

Por fim, são memórias familiares que em conjunto com as evidências documentais, reforçam a percepção de que Araruama foi e continua sendo uma área com a presença de uma comunidade de indígenas, mesmo após o extermínio de grande parte dos tupinambás na região. Importante considerar as novas possibilidades para o estudo dessas populações na cidade de Araruama, que rompam com essa invisibilidade construída e os reconheça enquanto atores ativos na construção da cidade de Araruama.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

_____. *Metamorfozes indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *Política indigenista e etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro - século XIX*. In: OHMSTEDE, Antonio Escobar; MANDRINI, Raúl e ORTELLI, Sara. (coord.) *Sociedades em movimento. Los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX*. Tandil (Argentina): IEHS, 2007. p. 219-233.

BRAGANÇA, Bráulio Quintanilha de. São Vicente. SECRETARIA, Municipal de Cultura. ARARUAMA: no tempo das histórias. Araruama, 12 de Abril de 1991. p. 159-168. Entrevista concedida a Ana Cláudia Coutinho Viegas, João Luiz Domingues Barbosa e Odílio Fabrício Filho.

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 39-55, 2003.

_____. Estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da Região de Araruama. In: PROUS, Andre; LIMA, Tânia Andrade. *Ceramistas Tupi Guarani. Volume III*. Belo Horizonte: IPHAN, p.147-170, 2010.

CAMPOS, Cássio Ricardo Hipólito da Silva. *Era assim que era feita a política. A comissão de urbanização de Araruama e as disputas políticas municipais na primeira metade do século XX*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CIQUEIRA, Honorino Marins. Entrevista concedida a Yara Di Giorgio. Araruama, mar. 1988. Apud GIORGIO, Yara Di. *Relatório Arqueologia dos índios memórias dos negros*. Araruama: SPHAN, 1988, Relatório Técnico.

CORREA, Ângelo Alves. *Longue durée: história indígena e arqueologia*. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n.2, p. 26-29, abril/junho, 2013.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, Biscaia, n.8, p.267-286, 2009.

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XI, 2012, Rio Grande, Anais Eletrônicos, 2012, p. 223-235.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Historiografia e a Identidade Fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em história social da cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. A presença indígena na história no Brasil. Brasília: SECAD, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. Revista Ensaios e pesquisa em educação, Rio de Janeiro, v.1, p.3-23, fev. 2016.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GASPAR, Maria Dulce; TENÓRIO, Maria Cristina; BUARQUE, Angela; GUIMARÃES, Márcia Barbosa; OLIVEIRA, Jeanne Cordeiro; SCHEEL-YBERT, Rita. Histórico e principais resultados do projeto de investigação: o aproveitamento ambiental das populações pré-históricas do rio de janeiro. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.62, n.2, p.103-129, abr./jun.2004.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama. 2017. P. 489. Tese (Doutoramento em Arqueologia) - MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens: artes visuais e história pública. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) História Publica no Brasil: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, p.87-96, 2016.

MONTEIRO, John. Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 135-142, 2001.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; CARNEIRO, Janderson Bax. Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio-séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB, 1991.

RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 465-486, maio-ago. 2014.

RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. Araruama: Panorama de Uma Cidade. Araruama: Editora Damadá, 1992.

SANTOS, Yuri; MANO, Marcel. A presença e a imagem dos indígenas na história e historiografia do triângulo mineiro. Revista Horizonte Científico. Uberlândia, VOL 9, Nº 2, Dez. 2015, s.p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/25079> Acesso em: 30 de maio de 2019.

SEEDUC, Secretária Municipal de Cultura. ARARUAMA: no tempo das histórias. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SILVA, Ana Paula da. Demografia e Povos Indígenas no Rio de Janeiro Oitocentista. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais; Santa Vitória do Palmar, v. 10, n.20, p.81-106, Julho - Dezembro de 2018.

SOARES, Argemiro Ribeiro de Macedo. O Município de Araruama: Monografia geográfica. Niterói, Dias de Vasconcellos, 1945.

VALLE JUNIOR, Arthur. Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro. TYP, do Jornal do Comércio, 1937.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. Apontamentos sobre Araruama. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

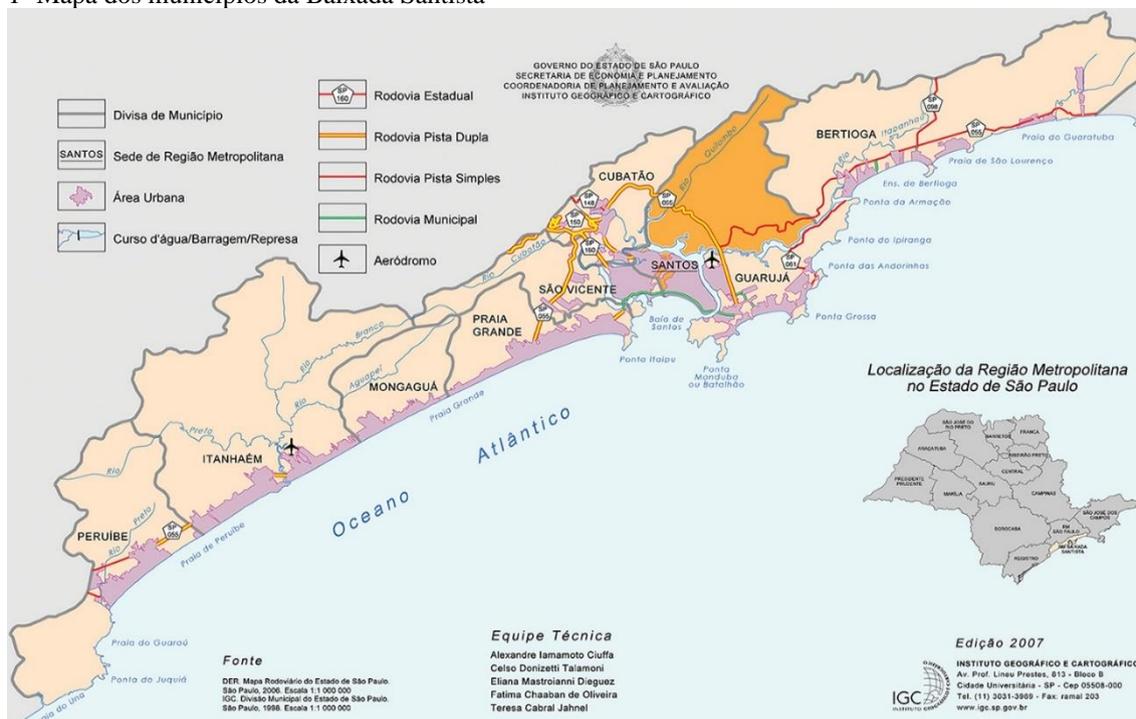
As políticas públicas e os pescadores artesanais no contexto da Baixada Santista-SP

Pedro Benicio Almeida Pinto
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Técnico Proatec IV

A REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS) E A PESCA ARTESANAL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A RMBS é uma região metropolitana que fica no litoral do estado de São Paulo composta pelos municípios de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá e Bertioga, como mostra no mapa 1. Ela apresenta uma área de 2.373 km², segundo (SÃO PAULO, 2013), e uma população estimada em 1.881.706 habitantes segundo a estimativa populacional de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que na época de turismo de veraneio esses números podem triplicar, de acordo com Souza (2018).

1- Mapa dos municípios da Baixada Santista



Fonte: <http://www.sp-turismo.com/mapas/baixada-santista.htm>, outubro de 2020.

Os estudos de pesquisadores como Jakob (2003) e Souza (2018) destacam o início da história da região da Baixada Santista com a chegada dos portugueses a Capitania da Vila de São Vicente no ano de 1532 por Martim Afonso de Souza. Essa

região passa a ter um destaque histórico por ser o primeiro local de chegada dos portugueses, e posteriormente pela implementação de um porto que fez com que trouxesse uma grande dinâmica e diversidade de povos que, por sua vez, traziam uma diversa bagagem cultural. Ao mesmo tempo foi um local que despertou diversos interesses e disputas territoriais, e por conta disso transformou a estrutura espacial e paisagística da região.

A paisagem é caracterizada, principalmente, pela presença da Mata Atlântica na encosta da Serra do Mar que “se caracteriza pela extensa planície litorânea sedimentar, disposta entre a orla oceânica e as escarpas da Serra do Mar no Estado de São Paulo [...] e pelas extensas enseadas arenosas” (SOUZA, 2018: 23) e a vegetação de Restinga na planície costeira. Ou seja, é uma região caracterizada por ter um relevo de planície litorânea tendo ao fundo uma serra.

A presença do porto propiciou a região ser um importante lugar de uma rede de escoamento de riquezas durante o período colonial, e essa demanda portuária continua até os dias de hoje, sendo o Porto de Santos um dos mais dinâmicos da América Latina. Junto a atividade portuária existe também a atividade petroquímica na cidade de Cubatão que trouxe ainda mais atratividade para a Baixada Santista. Além disso, existem as atratividades paisagísticas da área que fazem o turismo ser uma outra atividade notável, e as explorações petrolíferas na Bacia de Santos.

Para além das atividades existentes podemos encontrar comunidades tradicionais dentro dessa região urbanizada da Baixada Santista que exercem as mais variadas atividades, desde o roçado até a prática da pesca. Em se tratando no nosso objeto de estudo, a pesca artesanal é

uma atividade de extração e de coleta de pescado e de frutos do mar, em que os pescadores atuam no formato de parceria, sem vínculos empregatícios. Essa atividade envolve relações familiares e de solidariedade entre conhecidos de mesmos sítios. Em geral, os pescadores são donos dos meios de produção (embarcações, apetrechos de pesca, equipamentos, tais como motor, GPS, colete etc) (SILVA, 2015: 132).

A pesca artesanal se caracteriza por utilizar técnicas artesanais e históricas unindo técnicas modernas, exemplos seriam respectivamente, as artes de fazer as embarcações e as redes e a utilização de telefone celular para comunicação. A pesca artesanal está dentro do circuito produtivo junto com a pesca industrial e a aquicultura. A pesca artesanal se enquadra como uma importante atividade econômica brasileira que está

inserido no circuito produtivo inferior da economia da pesca (SILVA, 2014a). A atividade pesqueira artesanal vai se dar por meio de parcerias dentro de uma pequena escala econômica, pautada na utilização do meio ambiente por meio do desenvolvimento sustentável.

A atividade pesqueira marinha, nos dias atuais, vem disputando o território com grandes empreendimentos, com o turismo e algumas legislações ambientais restritivas a algumas atividades pesqueiras. Além desses das questões expostas anteriormente, existem dificuldades que são impostas pelo processo de urbanização das cidades litorâneas, na qual a principal seria a poluição.

Toda essa complexidade no ambiente costeiro chama a atenção para a questão do meio ambiente, porque as atividades portuárias, industriais, petrolífera e de turismo fizeram crescer a densidade demográfica levando ao aumento dos processos de uso e ocupação do solo que afeta o meio ambiente local (JAKOB, 2003). O principal problema desse aumento populacional reside nos modelos de ocupação espacial brasileiros que foram constituídos e da não preocupação com a “manutenção das dinâmicas naturais dos ecossistemas existentes” (SOUZA, 2018: 38).

Baseiam-se na substituição por supressão e erradicação completa ou quase total das estruturas naturais, particularmente da cobertura florestal, acrescentados, por vezes, à modificação de padrões de relevo, drenagem e permeabilidade do solo, sendo as estruturas naturais, quando preservadas, geralmente insuficientes para a manutenção do seu funcionamento (MACEDO, 1993; HAUZMAN 1995, CARDOSO 1999, AFONSO, 2006; SOUZA, 2008) (idem).

Dessa maneira, foi fundamental criar mecanismos para poder regular o processo de uso e ocupação do espaço brasileiro, principalmente, o costeiro pela sua alta atratividade. Com isso, segundo Souza (2018), a partir de 1970 começa a se estabelecer políticas de proteção ambiental no Brasil que acabou ajudando a conter a livre expansão urbana no estado de São Paulo. No entanto,

O conceito adotado pelos instrumentos de proteção ambiental em vigor, por sua vez, desconsiderando ou entendendo equivocadamente o modo de vida das populações tradicionais e indígenas, resultou em conflitos que o ameaçam em relação à sua viabilidade, entendida aqui como parte fundamental da estratégia de manutenção e fortalecimento da etnobiodiversidade do bioma de Mata Atlântica na paisagem do litoral brasileiro em geral e da Baixada Santista em particular (SOUZA, 2018: 40).

AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA RMBS

A grande questão das políticas ambientais no Brasil é o fato da forma de pensamento de proteção dos instrumentos jurídicos implementados. Os instrumentos de proteção, segundo Souza (2018), levam em consideração a abordagem do conceito de preservação que se torna incompatível com o estilo de vida das comunidades tradicionais, porque muitos instrumentos identificam que para a preservação seja necessária a supressão de qualquer contato humano com o meio, ou seja, ela seria

Incompatível com as formas de viver e os modelos de apropriação de culturas nativas e comunidades tradicionais, baseados em usos pouco intensivos da floresta. Tais comunidades, quando autorizadas ou toleradas, têm, entre outros problemas, mobilidade territorial restrita ou quantidade do território insuficiente para seu funcionamento e organização (SOUZA, 2018: 39).

Dessa forma, cria-se uma barreira de um pensamento pautado no conceito de natureza selvagem intocada exposta por Diegues (1986) que é proveniente do conceito preservacionista norte-americano de “wilderness”, e que se pensa na necessidade do total isolamento do meio ambiente. Souza (2018: 150) afirma que

Tal conceito de natureza selvagem, segundo o autor, é de aplicação inviável, sobretudo no contexto das florestas brasileiras, historicamente povoadas por culturas diversas, que, em seu modo de viver, ocupam grandes porções do território de modo pouco intensivo e alternante, manejando intensamente os processos naturais com o conhecimento tradicional construído ao longo de dezenas de gerações. Há um entendimento cada vez mais amplo de que as florestas brasileiras, em seu estado atual, são resultado da atuação destes povos, cuja maneira tradicional de viver se relaciona profundamente com as dinâmicas naturais.

Portanto, aparecem alguns pontos importantes para compreender a realidade da Baixada Santista. Podemos ressaltar a questão do aumento populacional que impacta a questão urbana do entorno, como o aumento das atividades turísticas, portuárias, petrolíferas e industriais. Pontos esses que possuem seus desdobramentos. É importante frisarmos que não foram levantados e expostos todos os pontos e questões que vão caracterizar a realidade da região neste trabalho. Focamos em apresentar alguns deles, tendo em vista que outros estão em análise e pesquisa para que possam ser incorporadas e desenvolvidas nos trabalhos futuros.

As proposições iniciais deste pequeno ensaio levantados a partir dos autores pesquisados, é que a dinâmica instaurada na Baixada Santista tende a impactar, aparentemente, negativamente nas vidas das comunidades tradicionais, engessando suas

atividades e modo de viver. O aumento da população, as atividades portuárias e industriais e a presença de políticas ambientais restritivas vão causar a restrição, e quem sabe até a expulsão dessas comunidades tradicionais no seu lugar.

Para a realização do trabalho foi proposto trabalhar metodologicamente pensando por meio da geografia das existências elaborado pela professora Catia Antonia da Silva (2014b), que é um método dialógico que busca escutar o homem ordinário de Michel de Certeau (2009) valorizando e aprofundando seus saberes que seja

capaz de aprofundar a compreensão entre as relações moleculares entre dominação e resistência, entre racionalidade hegemônica (rotinização das práticas sociais) e insurgências (novas visões de mundo) (SILVA, 2014b: 32).

Para poder ter esse nível de compreensão é necessária uma imersão no estudo para que possa compreender “os problemas, as inquietações, as ações e os sentidos das ações” (SILVA, 2014b: 32), principalmente, por meio dos estágios de vivências, trabalhos de campo, registros de memórias. Sendo de total importância a contribuição da metodologia da história oral para essa nova metodologia proposta. Assim, é possível aprofundar a análise dos sujeitos e da geograficidade das populações subalternas.

Desse modo, a geografia das existências ajuda a pensar o confronto com a geografia das normas (terras devolutas, normas e legislações, ordem e território normado) para intencionar que nem tudo é orientado pela prática coercitiva do território normado, a totalidade é mais ampla, a ela cabe também o território da vida coletiva (SILVA, 2014b: 33).

Um fato importante é dar voz e escutar as populações subalternas dando espaço para que elas construam o seu discurso por meio de um instrumento institucionalizado pelo Estado que é a academia. Porque

Ao falar da produção de discurso sobre elementos espaciais, tais como o território, Foucault reconhece um problema: a produção de narrativas que impõe um poder sobre a produção do visível, quer seja como um tema ou uma nova questão, interferindo na leitura de mundo, que uma vez escrita pode ser instrumento de emancipação ou de dominação. Por isso o saber, sobretudo o institucionalizado tem em si o poder, o poder de disposição na produção de leitura de mundo (SILVA, 2014b: 27).

Por isso, a ideia deste ensaio é organizar as ideias para entender o objeto de estudo e fazer esse diálogo com os pescadores artesanais e as comunidades tradicionais

da RMBS. Pensamos que essa metodologia é a que melhor colabora para que possamos ter um entendimento melhor da realidade dessa região. Para isso, é importante antes procurar assentar nossas ideias de conceitos a serem pensados e trabalhados ao longo da pesquisa. Um deles seria o de território que desdobraremos pensando do ponto de vista dos lugares de pertencimento, da vida cotidiana, ou seja, levando-se em consideração “a relação de afetividade que o indivíduo tem com o espaço construído a partir de suas experiências vividas” (BOMFIM, 2009: 19), para que dessa maneira se possa compreender como ocorrem as dinâmicas territoriais na Baixada Santista. Portanto, o conceito de território se torna central na compreensão das políticas que ordenaram e ordenam o ambiente costeiro.

TRABALHANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

O conceito de território é trabalhado por diversos autores das mais diferentes áreas, mas os geógrafos acabam tendo um destaque nessa discussão por causa do seu campo de estudo. Portanto, nos utilizaremos de alguns deles para alicerçar a nossa compreensão do conceito, tendo em vista que existem muitos que trabalham direta e indiretamente com ele. Dentre os autores referências no assunto, utilizaremos, principalmente, Milton Santos (2012) e Rogério Haesbaert (2011) para dialogar. Os autores são referências dentro da Geografia debatendo diversas temáticas como Milton Santos e tendo um sendo mais especialista no conceito de território como Rogério Haesbaert.

Indo direto ao ponto, trataremos o conceito de território aqui no sentido relacional aonde vai se entender o território a partir das suas relações sociais. Haesbaert (2011: 55) expõe que

Embora muitos materialistas, em especial os mais mecanicistas, possam simplificar, afirmando que o território se restringe à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, outros, notadamente muitos materialistas dialéticos, dirão que o território tem como um de seus componentes essenciais o conjunto de relações sociais. Aqui, entretanto, as divergências também podem ser marcantes, desde aqueles que concedem à materialidade do território, seu substrato físico, um papel simplesmente acessório ou quase nulo (uma espécie de palco, reflexo ou produto) diante das relações sociais (vistas em geral de forma dicotômica em relação à materialidade mediante a qual se realizam), até aqueles que colocam este substrato físico como mediador, componente fundamental ou até mesmo determinante dessas relações (o espaço como instância social em Santos, 1978, e Morales, 1983).

Dessa forma, estaremos estabelecendo uma utilização do conceito de território na perspectiva das relações sociais, porque antes de pensarmos o território entendemos que o espaço seria o que Santos (2012) chamaria de “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Portanto, o espaço seria a união dos objetos e das ações, que não é possível entender os dois separadamente, porque eles estão conectados.

Dessa maneira, quando se pensa o conceito de território, traz-se a compreensão do que é o espaço, inserindo a perspectiva do entendido na perspectiva das relações que nele estão. Relações essas que tem se tornado pautadas em uma construção sócio espacial atravessada pelo poder. Santos (2005) aponta para o funcionamento do território cada vez mais fluido, por meio da ideia de horizontalidade e verticalidade. O autor aponta que

As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (2005: 256).

Uma interpretação do que o autor quis dizer é que existe um domínio/controlado imposto de cima para baixo, ou seja, dos centros econômico, políticos, cultural sob as áreas de sua influência que provoca um processo de alienação dos espaços e dos homens. Dessa forma, o território é construção como bem expôs Roncayolo (1986).

Para entender a complexidade das políticas ambientais atrelado ao território é preciso abordar também o conceito de modernização numa perspectiva política e ideológica, numa abordagem focada na vertente espacial. A ideologia que vai marcar o processo de modernização é a do crescimento, na qual

a prática da modernização cria, no território como um todo e em particular nas cidades, os equipamentos mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias (SANTOS, 2013: 114-115).

Junto com o pensamento de crescimento aparecem as mudanças no território contribuindo com as distorções e reorganização espaciais (Paz, 2018). A modernização segundo Silva (2005) vai trazer a ideia de uma mudança necessária que trará benefícios, ideia promovida através do discurso do desenvolvimento como forma de convencer a sociedade da mudança. De uma maneira geral, vive-se numa escala de tempo diferente dos agentes modernizadores, que por vezes podem ser agentes mundiais. Por conta dessa diferença escalar aparece uma sobreposição de interesses que pode gerar conflitos (Paz, 2018).

O processo de modernização segundo Paz (2018: 18), “exerce diferentes níveis de pressão, sendo elas de fora para dentro”, e essas pressões vão fazer com que os múltiplos agentes do poder usem o discurso da modernidade para negar os diferentes, e os diferentes por sua vez ‘querem ser reconhecidos como diferentes’.

Silva e Rainha (2014: 43) nos alertam para essa utilização do discurso do novo, expondo que

A modernização, cujos princípios e valores disputam o presente e se impõem como um modelo de futuro, parece nova, mas não é. Sua sensação inovadora inscreve-se na lógica de disputa de sentidos e de projetos, em que o debate e o jogo de interesses produzem o desejo de secularizar, ou seja, de tudo modificar, de fazer o “futuro melhor”. Esse discurso, que varia com os diferentes períodos históricos da modernidade, em contextos do capitalismo periférico, faz desse processo um discurso novo no uso da nova técnica ou do desejo da “nova economia”. Esse discurso modernizador transforma utensílios, objetos e culturas. Tudo parece em condição de envelhecer e tornar-se tradicional. A inovação é a tradição da modernidade. A inovação é a mola motora do capitalismo, que por meio da modernização faz engendrar intenções e ações - econômicas e políticas -, alternando espacialidades e historicidades, produzindo espaço (LEFEBVRE, 1971), além de rupturas e conflitos na vida coletiva cotidiana.

O que acontece no processo de manipulação é uma sobreposição de usos e interesses de uma respectiva área que vão se materializar no espaço através de mecanismos normativos de uma maneira vertical. Geralmente essa modernização se dá num processo de captura das culturas locais, com um posterior apagamento das culturas para depois se ter uma imposição de uma nova cultura modernizadora. Ou seja, a frequente expulsão das comunidades tradicionais das suas áreas no Brasil, nos parece estar cada vez mais ligada a questão da modernização. Entretanto, visando os escritos de Aníbal Quijano (2005) é possível perceber que o processo que se iniciou na modernidade está em curso até hoje.

O interessante é perceber que o processo de modernização é promovido pela união do Estado com o mercado, as políticas públicas e a lógica mercantil. A ação promovida pelo Estado por meio de ações indiretas e diretas que fomentam as produções das empresas acaba por encaminhar uma grande transformação nas relações da sociedade (EUZÉBIO; PAZ, 2014). Os autores acrescentam que

De fato as ações modernizantes são acompanhadas de intervenções do Estado, que muitas vezes transmitem alguma segurança a percepção social - melhorias nos transportes, investimentos em pavimentação e saneamento básico, entre outros incrementos espaciais desejados pela sociedade. Mas o olhar crítico não pode se deixar enganar pelos aparentes objetivos de melhoria destas intervenções, pois elas fazem parte de um conjunto ideológico que busca a manutenção da ordem dominante, a qual, historicamente, nunca foi aliada das classes populares. Estas intervenções têm como objetivo estabelecer as condições, ideológicas e técnicas, para a realização dos projetos modernos (EUZÉBIO; PAZ, 2014: 158).

O CONTROLE COMO PEÇA CHAVE

O controle parece ser o termo chave que perpassa toda a questão a ser desenvolvida no estudo e na disciplina Tópicos Especiais de História Social do Território III da linha de território, relações do poder e movimentos sociais do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território ao qual está vinculado este trabalho.

O desenvolvimento inicial da ideia do que é o poder na nossa concepção tem como referência Michel Foucault na sua famosa obra “Microfísica do poder” (2017). Nessa obra, simplificando, o autor nos traz a noção de biopoder que seria o controle do Estado sobre a população, exemplificando o caso da regulação da morte e do nascimento, tendo como uma de suas formas o racismo. O racismo seria acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício de biopoder como o direito soberano de morte. Então, a economia do biopoder, a função do racismo se encaixa numa forma de regular a distribuição da morte, e tornar possível as funções assassinas do Estado.

A ideia de raça na América Latina, segundo Quijano (2005), vai ser introduzida pelos colonizadores no processo de formação das relações sociais baseadas nas diferenças fenotípicas. Nessa estrutura vemos a raça e a identidade racial sendo estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. A raça foi uma forma de outorgar legitimidade as relações de dominação. Ao passo que se ia fazendo esse processo, tinha-se ao mesmo tempo a naturalização das relações coloniais e da ideia de raça, que contribuíam para a noção da relação de

superioridade/inferioridade entre os dominantes e os dominados. Ao passo que acontecia a introjeção da ideia da estrutura racial, eram colocadas formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos em torno da relação capital-salário e do mercado mundial. Dessa forma, se configurou um novo padrão global de controle do trabalho, a partir de um elemento fundamental de um novo padrão de poder (QUIJANO, 2005).

A ideias raciais foram incorporadas pelo Estado através das suas instituições (FOUCAULT, 2005). O Estado cria o panoptismo que é uma maneira de vigiar, controlar e corrigir a sociedade, por meio do controle social, da punição e da recompensa. Ele busca transformar a força do homem em força produtiva, fazendo isso por meio do controle dos corpos.

Na época atual, todas essas instituições - fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão - têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, ficar os indivíduos.

A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma (FOUCAULT, 2005: 114).

Contudo, debatemos também as ideias de Achille Mbembe em seu texto “Necropolítica” (2016) aonde o autor avança na proposição de Foucault (2017) dizendo que o que se faz não é uma regulação da população, é simplesmente um direcionamento, uma seleção de quem pode morrer, a qual ele chama de necropoder. Mbembe (2016) está interessado em trazer à tona as verdades por detrás do controle. Ele vai captar as formas de controle através da morte que se passa pelo Estado e pelo não-Estado, o autor expressa como a “subjugação da vida ao poder da morte”, sendo então a necropolítica.

O Estado se ausenta de algumas localidades aonde estariam as pessoas “sem importância”, que ele não tem interesse (melhorar essa ideia). Portanto, o Estado de acordo com as suas intenções acaba por fazer uma seleção de quem pode morrer, ou seja, segundo Mbembe (2016) existe uma instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Essa seleção feita por

meio do controle das fronteiras se dá por meio de uma política vertical e uma soberania vertical, como coloca Mbembe (2016).

A ideia de verticalidade que propõe parece corroborar com o pensamento de Milton Santos (2005) quando o autor apresenta a ideia de verticalidade e horizontalidade. Nesse sentido, a organização espacial passa a ser ditada pelo controle, vigilância, separação e pela reclusão. Cria-se uma ocupação fragmentada que produz espaços de violência a partir de uma coordenada vertical. Exemplo dessa maneira de atuação é

o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar (MBEMBE, 2016: 137-138).

Santos (2010) expõe que o que existe é um sistema que vai distinguir os visíveis dos invisíveis, sendo um a possibilidade da existência do outro. Essa ideia consiste no que ele vai chamar de pensamento abissal se constituindo o que seria o pensamento moderno ocidental. O autor continua trabalhando na mesma concepção de Quijano (2005), mas discorre sobre a apropriação e a violência. A apropriação seria percebida na incorporação, cooptação e assimilação das sociedades, já a violência estaria ligada ao campo da destruição seja ela física, material, cultural ou humana. Esses dois termos funcionam juntos, de uma forma que vá estabelecer uma regulação social permitindo a emancipação de uma parcela da população. Para Quijano (2005) o que existe nessa questão é a captura cultural das sociedades colonizadas, o apagamento da cultura colonizada e a imposição de uma nova cultura. Essa ação colonizadora acontece na mudança das relações mundiais estabelecidas com a modernidade.

A consequência do pensamento abissal estaria na produção de uma segregação social, aonde vai produzir uma cartografia urbana que vai dividir o território em zonas. Divisão que Santos (2010) vai separar entre as zonas selvagens e as zonas civilizadas. Dentro dessa perspectiva de análise existe a ideia de racismo ambiental que a princípio não irei explorar a fundo nesse texto, mas que acrescenta um importante debate na dimensão dessas existências de separação em zonas.

A autora Gondim de Oliveira (2019: 121) levanta

A questão das populações mais pobres sofrerem uma “carga ambiental mais pesada e violenta distribuída de forma desigual em termos socioespaciais” (racismo ambiental), localizados em territórios como as favelas, concebidas como “zonas de sacrifício”.

A Baixada Santista é uma região metropolitana que agrega diferentes atratividades como: turismo, atividades portuárias, polo petroquímico de Cubatão, dentre outras; que trouxeram uma grande atratividade para a região como destaca Jakob (2003). Portanto, ela se torna uma área que vai agregar uma grande quantidade de habitantes. Dentro desse contexto as discrepâncias no meio urbano se fazem mais presentes, principalmente, porque essa região é

marcado por estreitas planícies, morros, mangues, vales e ilhas, delimitados pela Serra do Mar, pelo Oceano atlântico, rios e canais. Com isto, os espaços disponíveis para ocupação se tornam cada vez mais escassos, e a agressão ao meio ambiente, praticamente inevitável (JAKOB, 2003: 1).

Apresentando bem resumidamente as ideias dos autores para que possamos futuramente aprofundar a discussão, essa ideia pode ser transposta para outras interpretações e ações, como a do nosso estudo. O Estado pode exercer o seu controle espacial e/ou territorial para ações das mais diversas, sejam elas focando nas mais diversas atividades. Quando buscamos entender o território dos pescadores artesanais, segundo afirma Silva (2014), vamos notar uma série de problemas que ocorrem como falta de saneamento básico, poluição industrial, falta de políticas públicas que vão colocar a atividade num circuito inferior da economia. Essas problemáticas vão refletir direto na vida dos pescadores de modo a torna-los invisíveis/excluídos da sociedade. Essa questão vai rebater diretamente no processo de modernização que está acontecendo e que impõe um modelo que acaba escolhem quem e como os sujeitos estão e se encaixam dentro dele. Esse modelo quando chega na sociedade já chegam com propostas já dadas, já estabelecidas, não tendo um diálogo com a sociedade. Muitas vezes acaba inculcando e cooptando pessoas para que o modelo de desenvolvimento se estabeleça.

Santos (2010) aponta para o fato de os atores sociais retirarem do Estado o controle do território através do seu poder, e impondo a sociedade ali estabelecida no território os seus interesses. Portanto, os atores sociais neutralizam as ações do Estado, por vezes, cooptando-os para exercer um controle das ações empregadas num território,

muitas vezes tirando da sociedade a possibilidade de participação na construção dos interesses para o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação de Euzébio e Paz (2014) é importante, contudo ela não leva em consideração que muitas das políticas públicas que acabam sendo adotadas são provenientes de disputas sociais para a melhoria, proteção e/ou manutenção de alguma coisa. Portanto, deve-se relativizar a importância das intervenções do Estado, porque elas podem ser um mal necessário. Temos as políticas ambientais instaladas no Brasil e em São Paulo é fruto inicial de um forte apelo internacional que passa a ser pautada dos ambientalistas no Brasil. Com isso, o pensamento é que as políticas têm seus problemas, mas a situação poderia estar pior sem elas. O que as políticas necessitam é coadunar a proteção necessária com a sociedade que se encontra nessa área, como são os casos das comunidades tradicionais e dos pescadores artesanais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, N. R. Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade / Natanael Reis Bomfim. - Ilhéus: Editus, 2009.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DIEGUES, A. C. R. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humana e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB/USP, 1996. 169p.

EUZÉBIO, R. M. C. P. Modernização na Ilha da Madeira: efeitos da ação estratégica na vida dos pescadores artesanais. In: Pescadores e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica / Catia Antonia da Silva, org. - Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

FERREIRA, J. A. Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira - Ilha do Governador - RJ. 2013. 247 f. Dissertação (mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas – cap. V. Rio de Janeiro Editora Nau 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos... [et al.]. - 3. Ed. 1. Reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

LEFEBVRE, H. Introducción a la modernidad, Madrid: Editorial Tecnos, 197.

JAKOB, A. A. E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000 / Alberto Augusto Eichman Jakob. - Campinas, SP: [s. n.], 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em livro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, p. 227-278.

MBEMBE, A. Biopoder soberania, estado de exceção política da morte (original de 2003). Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016.

PAZ, M. O. C. Território, conflitos e pesca artesanal: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira - Itaguaí (2010-2015). 2018. 107 f. Dissertação (mestrado em História Social do Território) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia Einaudi: Região. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Epistemologias do sul / Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs.]. - São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. O retorno do território. EM: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. Ed. 7. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. A Urbanização Brasileira / Milton Santos. - 5. Ed., 3. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (ESTADO). ZEE Baixada Santista: zoneamento ecológico-econômico - setor costeiro da Baixada Santista / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Planejamento Ambiental; Org. L. R. N. Oliveira; Equipe técnica B. S. C... [et al.]. - São Paulo: SMA, 2013.

SILVA, C. A. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: Formas em crise: utopias necessárias / Catia Antonia da Silva et. Al. - Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005, p. 23-43.

_____. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In: Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica. / Catia Antonia da Silva, org. - Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.

_____. Por uma geografia das existências, ação social e produção do espaço / Catia Antonia da Silva, Andreilino Campos, Nilo Sérgio D'Ávila Modesto. - Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.

SILVA, C. A. RAINHA, F. A. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos de Gooytacazes. In: Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense/ Julia Adão Bernardes, Catia Antonia da Silva (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, CAPES, 2014. P. 42-55.

_____. Economia local e a nova Episteme das sociabilidades da vida coletiva: circuito produtivo da pesca artesanal e os sítios espaciais invisíveis na produção da metrópole fluminense. In: Metrôpoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. A. B. Silva ... [et al.]; org. C. A. Silva, A. Campos. 1ª edição - Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SOUZA, R. S. R. O papel da legislação e das instituições para a conservação das diversidades ambiental e cultural na Baixada Santista. / Roberto Sakamoto Rezende de Souza; orientador Dr. Fábio Mariz Gonçalves. São Paulo, 2018.

O Baobá da Discórdia: os territórios invisíveis na Ilha de Paquetá

Tamyres Pereira Campos Araujo
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Bairro do Rio de Janeiro, a Ilha de Paquetá, localizada na Baía de Guanabara, carrega a imagem aprazível de recanto bucólico, muito em razão de atribuições advindas de narrativas literárias que enalteceram as belezas naturais ali existentes, conferindo à Ilha um caráter de cidade interiorana, embora faça parte da cidade do Rio de Janeiro. Tais narrativas, contudo, não levaram em conta a dinâmica social, as disputas e enfrentamentos que a movimentam e que lhe dão uma configuração diversa daquela consagradas nos compêndios dos escritores românticos. A Ilha de Paquetá é um espaço onde as tensões sociais existem sob o véu da harmonia aparente. Local que teve a alcunha de Ilha dos Amores dada por D. João VI, que foi refúgio de José Bonifácio, que foi palco do conflito conhecido por Revolta da Armada. A Ilha de Paquetá que guarda em sua história fatos que assinalam a sua importância, com o desdobrar do tempo, passa a ser discreta porção da metrópole, recebendo os ecos longínquos dos eventos ocorridos no continente, depois de um período de relevo.

Como tempo, o porte de novos sujeitos sociais nesse espaço seria previsível, levando a conflito, como só acontece quando indivíduos de diferentes correntes ideológicas compartilham um mesmo território. Este artigo, que tem como objeto de pesquisa o episódio ocorrido na Ilha de Paquetá, procura analisar se no espaço da ilha está ocorrendo uma divisão e disputa territorial ligada à ideologia religiosa, sobretudo aquela de orientação neopentecostal. A ocupação de alguns espaços na Ilha por esses núcleos religiosos, perceptível pelo número crescente de moradores que professam as religiões neopentecostais em Paquetá, em detrimentos aos demais credos existentes, católicas e espíritas, trás em si questões não apenas religiosas, mas sociais e políticas, haja vista o cenário que se desenhou na cidade do Rio de Janeiro, onde a ascensão de representantes desses grupos tornou-se majoritária no governo tanto da cidade quanto do Estado; por conseguinte, não seria surpresa que esses indivíduos “invadissem” a Ilha de Paquetá por perceber nesta um campo fértil, que, na visão desses indivíduos,

carecesse de uma nova ordem ideológica mesclada com a política e a religião³⁴⁰. O espaço da Ilha de Paquetá mostrou-se o local perfeito para a implantação por ser, de ordinário, tolerante com todas as correntes que na ilha aporta.

O RECANTO INTERIORANO DENTRO DA CAPITAL FLUMINENSE

A melhor definição de Paquetá foi feita por um morador nativo da ilha, chamado Fábio Lacerda, quando disse: “uma roça de praia”. Nela, ainda é possível testemunhar uma comunidade autêntica de pescadores, profundamente enraizada ao lugar, convivendo com as famílias de sobrenomes tradicionais, que desde o início da ocupação ali habitam, com intelectuais e artistas que optaram pelo estilo de vida bucólico, com filhos e netos de imigrantes nordestinos que chegaram há décadas em busca de uma vida melhor (CARNEIRO, 2016: 38).

O trecho acima demonstra de que forma o espaço da Ilha de Paquetá é percebido por quem nele vive, convive com seus pares e depreende a partir desse olhar interiorano que lhe dá o sentimento de pertencimento. A reflexão desse morador ressalta que o espaço é resultado do que os indivíduos que o ocupam lhe conferem. Com aproximadamente 15 km da Praça XV, o bairro insular de Paquetá (Fig. 1), que integra a Área de Planejamento 1 (AP-1) do município do Rio de Janeiro³⁴¹, tem 8 km de perímetro. Paquetá é a principal Ilha do arquipélago que leva o mesmo nome, composto por 13 ilhas encontradas, espacialmente distribuídas na Baía de Guanabara.

³⁴⁰<http://ilhadepaqueta.com.br/>

³⁴¹http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapa.pdf

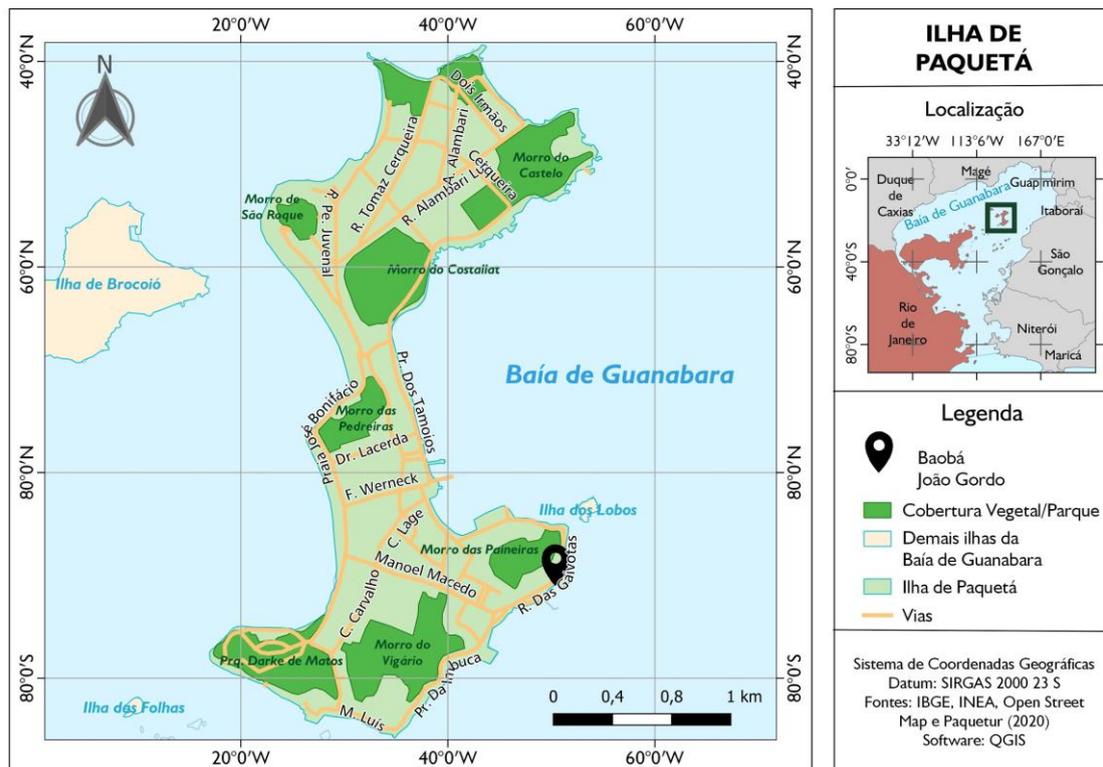


Fig. 1: Mapa da Ilha de Paquetá. Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Open Street Map e Paquetur (2020).

A Ilha de Paquetá vivencia dois momentos distintos; aquele que tem os seus moradores por principais atores, quando estes desfrutam do espaço sem concorrência, onde o status de bairro interiorano predomina, período compreendido entre segunda-feira a sexta-feira, oferecendo aos moradores a oportunidade de vivenciar a tranquilidade característica da ilha por ter pouco fluxo de população. Entretanto, a face interiorana se vê modificada quando moradores do continente afluem à ilha nos finais de semana e feriados em busca de “sossego e paz”, aumentando exponencialmente a população local, alterando a configuração do espaço, erigindo territórios e cerceando aqueles que se sentem deslocados, mesmo em seu *ethos*.

Se a migração sazonal influencia a percepção do espaço e a delimitação de territorialidades, os grupos de indivíduos que passam a habitar a ilha modificam a configuração ali presente, reproduzindo no bairro interiorano carioca os conflitos sociais e religiosos que apenas ali chegavam por sons distantes da capital. Assim, o ataque ao baobá João Gordo passa a figurar por limite entre ideologias religiosas, que até então conviviam de forma harmoniosa sem motivo de dissensão.

Portanto, é importante buscar compreender as motivações que levam a esse tipo de acontecimento não usual na Ilha de Paquetá, pelo fato de que, a concepção de um ambiente bucólico e distante da dinâmica social do continente é conflitante com realidade de intolerância no cenário do bairro carioca que abriga uma diversidade de sujeitos sociais e de grupos de diferentes segmentos políticos, culturais e sociais, que até então vivem de forma cordata. Para entender a dinâmica da modificação desse espaço que, dividido de forma harmoniosa, caminha para um espaço de beligerância por orientação religiosa divergente.

Não podemos deixar de considerar que elementos em interação como a paisagem, o espaço, o território e o lugar são a resultante da forma pela qual os indivíduos se relacionam com eles, não sendo, portanto, possível compreender essa relação sem que se leve em consideração seus processos históricos, que levam ao sentido de pertencimento daqueles que o ocupam.

O SURGIMENTO DE TERRITÓRIOS INVISÍVEIS NA ILHA DE PAQUETÁ

Pensando em o aspecto religioso estar no móvel dessa questão e em como a religião pode ser examinada como um dispositivo de biopoder se analisarmos como são construídas, disseminadas e estruturadas as subjetividades que regem as vertentes evangélicas na atualidade, é possível verificar como o discurso normativo legitima e garante tais ações. A destruição ou a decretação da morte de um ser, imposta e decidida por um grupo de indivíduos, sem aparente razão, pode abrigar, por detrás desta ação, elementos que evocam a demarcação territorial, prática usual entre animais de várias espécies, evocando um comportamento de bando, onde o grupo age em consonância com a orientação não apenas de um líder, mas de um pensamento único que orchestra ações destrutivas, tal como ocorreu no citado ataque e corte do baobá João Gordo³⁴².

Segundo Mbembe “ao tratar da soberania expressa predominantemente como o direito de matar” (MBEMBE, 2016: 127-128); podemos aplicar esse pensamento à questão em análise por tratar-se, talvez, de luta por soberania ideológica e territorial, materializada na ação de exterminar a vida, no caso em questão, uma árvore, cujo simbolismo vai de encontro às orientações ideológicas dos praticantes da religião que tem no baobá uma representação simbólica. Ainda fazendo referência ao mesmo autor

³⁴² Plantado em 2013 pelo coletivo Plantar Paquetá. (<http://gda.com/>).

temos, em outra medida, que, “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (MBEMBE, 2016: 128).

O que se depreende a partir do corte do baobá é uma atitude de legitimar a expansão do território de um grupo religioso que carrega em si um pensamento sectário e intolerante e que visa à demarcação e futura hegemonia ideológica num espaço que sempre se configurou pacífico, livre e sem fronteiras para as práticas religiosas, podendo a Ilha de Paquetá tornar-se palco de disputa de poder por estar fora do corpo da cidade do Rio de Janeiro, por ser um bairro com feições de uma pequena cidade.

Segundo Mendes, ao citar Foucault sobre as mudanças na a estrutura do poder, o autor assevera que este difere hoje daquela forma que predominava séculos atrás, onde a força e imposição sobre o corpo individual constituíam regra geral. Contudo, essa forma modificou-se e a organização da vida social incide sobre corpos em multidão, denominada por biopolítica - ou seja, a força que regula populações.

Atualmente, as duas formas de poder unem-se, mas de maneira muito sutil. Por um lado, há o poder disciplinar, em que existe a sujeição do corpo às forças que impõem uma relação de docilidade e utilidade; por outro, existe o exercício do poder sobre as populações com sua variante de regularidades e discursos que lhe dão forma e legitimidade. (MENDES, 2015: 688)

No que concerne a esse tipo de poder exercido pela biopolítica, citado pelo autor, de certa forma, a chamada Bancada Evangélica e o discurso proferido por esta, cabe em boa medida, neste exercício de poder sobre um grupo de indivíduos, que a partir de um pensamento sectário, baseado em textos bíblicos, cuja livre interpretação sucinta pontos de vistas diversos e divergentes dependendo da corrente ideológica e religiosa em relevo, tornou-se protagonista na política brasileira por exercer essa modalidade de poder no Estado do Rio de Janeiro, igrejas de orientação neopentecostal, exercendo papel coercitivo e intimidador, contra um inimigo ficcional; os praticantes de outros credos religiosos, onde a ideologia religiosa sobrepõe ao próprio poder público que, de certa forma, legítima, por omissão, ações do tipo daquela ocorrida em julho na Ilha de Paquetá.

Cabe aqui também ressaltar o conceito de necropolítica/necropoder cunhado por Achille Mbembe, que exemplifica como os dispositivos de poder do aparelho Estatal exercem influência na sociedade, alcançando o cotidiano da população que acaba por incorporar os ditames do Estado de exceção e a relação de inimizade que normalizam o

direito de matar, além de pleitearem o direito de “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016: 123).

Nesse sentido, encontramos em Noguera (2018), debruçado sobre o pensamento de Mbembe e Franz Fanon, relativos aos processos históricos ligados a colonização, onde esses autores fazem uma crítica à lógica colonial, “aos “mundos de morte” e populações de “mortos-vivos” sitiadas em certas topografias sociais” (NOGUERA, 2018: 59), reflexões que em certa medida poderíamos utilizar a propósito do surgimento e fortalecimento de grupos neopentecostais que pertencem, principalmente, ao estrato social mais pobre, que estão sem ou com pouca assistência do poder público e que encontra nesses núcleos religiosos alguma assistência a partir da contrapartida de doações.

Esses enclaves, geralmente situados dentro ou na periferia dessas comunidades pobres ou nesses mundos de morte, tangidos como mortos-vivos, sob o pretexto de levar a palavra de Deus, acabam por cooptar para a sua “facção religião” esses indivíduos desesperados, ignorantes e alguns de boa-fé, adestrando-os a combater em nome dessa dita palavra, as demais orientações religiosas, dispensando especial atenção negativa àquelas de matriz africana. Importante ressaltar, que a maioria desse contingente é constituída de negros e pardos e muitos egressos dos terreiros que agora perseguem.

Por pano de fundo, toda uma rede complexa usada para inculcar os princípios da corrente religiosa, geralmente de cunho fundamentalista e sectário que, em cultos inflamados por líderes dessas organizações religiosas, mobiliza esses indivíduos a agirem de forma teleguiada, a destruir tudo aquilo que seja contrário à orientação dada nesses templos e casas de culto, desrespeitando o pensamento de outrem.

Nesse sentido, as reflexões de Mbembe a respeito do necropoder, podem sim encontrar ressonância na questão dessas agressões de cunho religioso, que vigem no Brasil, sobretudo a partir da ocupação de seguidores das religiões neopentecostais ao poder em variadas esferas. Assim, inserida neste contexto, é possível afirmar que em relação à situação desses núcleos, temos que;

O necropoder circunscreve uma política de produção de morte, mais do que o aumento deliberado do risco de morte. O que está em jogo é a produção de “cidades”, ou ainda, zonas deliberadamente demarcadas como territórios em que o livre direito ao assassinato está consagrado. (MBEMBE, 2015: 124)

Essa postura política e social está no cerne da sociedade em que espaços onde a pobreza e a miséria grassam transformando-as em zonas e territórios demarcados, invadidos ou cooptados a força. O que foi visto em Paquetá, onde a agressão ao baobá está circunscrita, simboliza a intolerância religiosa num local caracterizado historicamente pela tranquilidade, representa a invasão não disfarçada em seus objetivos de imposição de um credo único, em detrimento dos demais, a partir do uso da coerção e intimidação por meio da força atacando e destruindo símbolos representativos de outras religiões.

Este tipo de atitude se torna crescente e naturalizado, haja vista que a estratégia do discurso normativo tende a utilizar-se dos mecanismos que atuam no ideário Cristão a partir do prisma neopentecostal para justificar o banimento de tudo o que vai de encontro ao que pode levar a “salvação”, mesmo que para isso signifique atuar de forma irregular em espaços públicos causando danos ao patrimônio de outrem.

No caso da vandalização e corte do baobá “João Gordo” ocorrido na Ilha de Paquetá, essa árvore tem para as religiões de matriz africana um significado da religiosidade que carrega a ancestralidade do grupo étnico que representa a herança africana aqui existente.

Plantado próximo à Praia das Gaivotas por integrantes do projeto Plantar Paquetá, a muda do baobá, que foi trazida da África por membros do grupo, recebeu essa denominação pelos moradores da Ilha. O plantio foi feito em 2013, com direito a festa que reuniu cerca de 50 pessoas. A árvore, que havia tornado patrimônio da comunidade paquetaense, foi serrada na madrugada do dia 31 agosto de 2020³⁴³. Depois de grande comoção e mobilização dos moradores para tentar salvá-lo, veio um alento: quarenta dias após o corte, um pequeno broto surgiu no tronco serrado do baobá. Dias depois, apareceram novos brotos em companhia das primeiras folhagens. O autor (ou autores) e a motivação do crime ambiental não foram desvendados.

Os baobás são árvores de grande longevidade (são espécies milenares) que podem atingir até 30 metros de altura e sete metros de circunferência. Outra característica desse gênero vegetal é a sua capacidade de resistir a longas estiagens, pois pode armazenar 120 mil litros de água em sua estrutura (WALDMAN, 2012).

³⁴³<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/01/policia-investiga-corte-de-arvore-de-origem-africana-sem-autorizacao-em-paqueta.ghtml>

As singularidades do baobá o torna passível de representações. No trecho a seguir, podemos perceber a importância simbólica dessa árvore para as religiões africanas que para cá foram transferidas de forma compulsória ao longo do processo da empresa escravocrata;

A árvore é um dos símbolos fundamentais das culturas africanas tradicionais. Os velhos baobás africanos de troncos enormes suscitam a impressão de serem testemunhas dos tempos imemoriais. Os mitos e o pensamento mágico-religioso yorubá têm na simbologia da árvore um de seus temas recorrentes. Na sua cosmogonia, a árvore surge como o princípio da conexão entre o mundo sobrenatural e o mundo material. As árvores “(...) estão associadas a ìgbá ì wàñû – o tempo quando a existência sobreveio – e numerosos mitos começam pela fórmula ‘numa época em que o homem adorava árvores[...]’.(Texto da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXIV Congresso de Comunicação – Campo Grande/MS – 2001 <https://www.geledes.org.br/baoba-arvore-simbolo-fundamental-das-culturas-africanas-tradicionais/>).

No que concerne à Ilha de Paquetá, apesar da aprazível aparência e impressão de ser esta uma cidade e não um bairro carioca, essa microrregião pertencente ao território do Rio de Janeiro. Naturalmente eventos de grande repercussão política da capital continental atingem o bairro insular, que não está fora da dinâmica tecnológica que possibilita a comunicação expressa sobre fatos ocorridos na ilha. Embora hoje muitas famílias busquem refúgio e, ao mesmo tempo, distanciamento dos complexos problemas em torno da urbanização, da segurança e violência da capital.



Fig. 2 - Registro do baobá João Gordo antes de cortado, da mobilização dos moradores para recuperá-lo e do tronco serrado. Fonte: <http://riodeboasnoticias.com.br/conquistas/nasce-o-pri-meiro-broto-de-baoba-cortado-em-paqueta/>

A ILHA DE PAQUETÁ – ESPAÇO E TEMPO FORA DO RIO DE JANEIRO

[...] uma combinação de lugares e de relações entre lugares tece uma unidade do espaço, o espaço geográfico de existência dos homens. Este espaço pode ser a residência, a fábrica ou o próprio mundo. [...] estas unidades de espaço justapõem-se, porque os mesmos homens habitam diferentes unidades de espaço, e se embutem porque uma unidade de espaço inscreve-se em outra maior [...] (MOREIRA, 1988: 57).

Desta forma se configura a Ilha de Paquetá, uma combinação de temporalidades e territórios que se justapõem, dentro de um recorte geográfico que, embora pertença a capital carioca, possui uma dinâmica que permite os insulares concebê-la fora do descompasso que faz movimentar a cidade. Nesse sentido, têm-se nesse espaço territórios cujas fronteiras se entrecruzam sem grandes destaques, quando vivenciados pelos insulares, mas que está num processo de transmutação com a chegada de indivíduos do continente que na ilha perceberam um lugar bom para viver e explorar. A vida ora bucólica dos seus moradores, aos poucos perde as suas características e esses acabam por se afastar dos lugares onde os turistas e visitantes sazonais costumam se aglomerar.

Retratada nas narrativas institucionais e ações publicitárias como um local paradisíaco, a Ilha de Paquetá tem a sua dinâmica relacionada ao cotidiano tranquilo, à convivência pacífica e à interação harmônica dentro dos princípios da civilidade entre os indivíduos que ali residem e mesmo aqueles que, num processo pendular, aportam na ilha a breve tempo e logo retornam ao continente.

Paquetá tem particularidades típicas de uma cidade pequena, que ali foram desenvolvidas a partir dos costumes vigentes desde a sua ocupação, seja pela apropriação dos recursos naturais, pelas crenças desenvolvidas e costumes solidificados ao longo dos séculos. Esse espaço recebeu e recebe atualmente um contingente diversificado de sujeitos com idiosincrasias próprias e que ali aportam em busca de paz e concórdia. Dessa forma, temos em Milton Santos uma concepção do que é espaço e o papel que os indivíduos nele desempenham, para o autor; “[...] o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam.” (SANTOS, 1994: 122).

Essa reflexão sobre o espaço é cabível na conjuntura onde está inserida a Ilha de Paquetá, onde o passado e suas idiossincrasias estão interligados pela própria natureza insular do bairro o que possibilitou, em boa medida, a manutenção de um tipo de relação interiorana que manteve os conflitos e tensões vividas no continente, longe de sua vida cotidiana, tornando os aspectos tanto físicos quanto a dinâmica dos indivíduos no espaço insular quase atemporal, onde o tempo passa de forma diversa daquele percebido fora do seu âmbito e o espaço congrega os dois instantes, passado e presente sem que se percebam as duas temporalidades interagindo e sobrepondo-se.

A alcunha de lugar tranquilo é verdadeira, embora existam na Ilha problemas de ordem urbana e administrativa comuns nos demais bairros cariocas. Controlado remotamente pelo poder que administra a cidade do Rio de Janeiro, seria difícil que a intolerância religiosa, palpável na cidade, não atingisse o espaço de livre circulação que caracteriza a Ilha de Paquetá. Segundo Noguera temos que em relação ao, “[...] necropoder e biopoder (esses) incidem sobre o mesmo objeto, a população. [...] o necropoder é justamente a recomendação de agir sobre a população estabelecendo uma política de morte” (NOGUERA, 2018: 66).

Ainda sobre o baobá, a forma de intimidação e maneira de agir dos vândalos que por uma possível motivação menos religiosa e mais impositiva; tem na agressão, neste caso específico, pode ser ligada a mensagem subliminar de que não seriam toleradas outras ideologias religiosas e talvez políticas, além daquelas ditadas pelo poder ali estabelecido. Não é inesperado, numa sociedade escravocrata como a formada no Brasil, ter ojeriza às populações menos favorecidas, uma vez que boa parcela da população negra e periférica é associada ao grupo gerador da desordem, da imoralidade, do pecado e da violência. A esse grupo é imputado no imaginário social à ideia de erradicar tudo que lhes for familiar.

A Ilha de Paquetá, embora tenha ares de cidade interiorana, abriga em seu território, diversos outros territórios, que mesmo não se confundindo, porque a divisão do espaço nesses territórios menores separam os estratos sociais, mantendo-os, tal como já foi mencionado, estes são separados por fronteiras invisíveis, embora perceptíveis por aqueles que as vivenciam. Ainda recorrendo a Milton Santos, agora na questão do território, temos que: “[...] o território é ao mesmo tempo um recurso e um abrigo. [...] (SANTOS, 1999: 26). É nele que reside a única possibilidade de resistência aos

processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo a troca de informação, logo a da construção política. De acordo com Milton Santos, “mundo e lugar se constituem em um par indissociável.”; “O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo”. Embora seja o lugar “controlado remotamente pelo mundo”. (SANTOS, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha de Paquetá é um espaço insular que congrega e agrega grupos diversos de indivíduos por décadas. Esquecida em alguns momentos, a ilha consegue manter a dicotomia de espaço-tempo no que concerne ao continente, quer seja pela distância entre os espaços insular e continental, quer seja pela questão da temporalidade que as diferencia sobremaneira tanto na gestão do tempo, quanto a do entendimento do uso do espaço. Assim, ainda é possível ter os elementos da modernidade num dado lugar e noutro a rusticidade dos ilhéus que ali residem desde os primórdios de sua ocupação que, passada de geração para geração, mantém as características que atrai pessoas de todas as classes sociais do Rio de Janeiro.

Paquetá não é uma ilha bucólica na Baía de Guanabara, nela existem conflitos, disputas territoriais e especulação imobiliária. Grupos do continente que veem nesse espaço possibilidade de ganho trazem para a ilha a divisão do espaço em territórios dos estabelecidos e dos *outsiders*, onde esses ocupam lugares tradicionalmente ocupados por pescadores, pequenos comércios e mesmo residências, modificando o aspecto e as tradições ali desenvolvidas.

O ato de vandalismo ocorrido nesse espaço, tradicionalmente pacífico, expôs uma realidade existente no bairro insular, assustando os ilhéus, dando visibilidade a ilha sob um aspecto negativo, demonstrando que dentro desse espaço há fronteiras que estão sendo erguidas separando territórios ora harmoniosos em territórios hostis.

Essas fronteiras se tornam plurais e visíveis embora nem sempre explícitas num primeiro momento e sem uma visão acurada sobre elas. No entanto, retomando ao pensamento de Santos “o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares” (SANTOS, 2005: 5). Para o autor, o lugar é o espaço do acontecer solidário e essas “redes” de solidariedade “definem usos, geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros [...] que pressupõem coexistências.” Essa afirmativa se confirma na atuação solidária em torno de salvar o jovem

baobá, além da repercussão fato nas redes sociais, que através da dinâmica da comunicação na atualidade, facultou que diversas pessoas se prontificassem inclusive a doar mudas da mesma espécie.

No entanto, o João Gordo é valente, como dizem os moradores e está se recuperando, da mesma forma que Paquetá depois dessa mancha, vinda do continente, quase macula o espaço que sempre recebeu a todos, sem litígios nem dissensões de qualquer espécie ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, André. Barca, território e vínculo: uma etno-reportagem entre Paquetá e Praça XV, André Duarte. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2016.

MBEMBE, A. “Necropolítica”, Temáticas, Arte & Ensaio, revista do ppgav/eba/ufrj / nº32, 2015.

MBEMBE, A. “Necropolitics”. PublicCulture (Duke), v. 15-1, p. 11-40, 2003.

MENDES, Luciano et al . Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas. Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 687-700, Dec. 2015.

NOGUERA, Renato. Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofia/Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia n. 3 - (<http://www.revistalatinoamericana-ciporh.g/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Dos-condenados-da-terra.pdf>).

SANTOS, Milton. O retorno do Território. En OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun-2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. África, 2012, p. 223-235.

SITES CONSULTADOS

<http://gda.com/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/01/policia-investiga-corte-de-arvore-de-origem-africana-sem-autorizacao-em-paqueta.ghtml>

<http://ilhadepaqueta.com.br/>

<http://riodeboasnoticias.com.br/conquistas/nasce-o-primeiro-broto-de-baoba-cortado-em-paqueta/>

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapas.pdf

MESA 15

Intelectualidade e Pensamento

DEBATEDORES:

Ana Paula Barcelos (UERJ/FFP)

Ricardo Augusto dos Santos (FIOCRUZ)

O território dos intelectuais: o Estado Novo no Piauí (1937-1945), espaço de atuação dos intelectuais piauienses

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

A historiografia aponta o Estado Novo como espaço de atuação intensa de intelectuais na Era Vargas, sobretudo, em torno da construção de um discurso de legitimação da política estadonovista. Entre os intelectuais temos: Francisco Campos, Oliveira Viana, Gustavo Capanema, Alberto Torres, Lourival Fontes, Almir de Andrade entre outros. Todavia, esse projeto precisava de recepção nos estados, não apenas pelos interventores, mas por intelectuais que desempenhassem suas ações culturais no sentido de contribuir com o projeto do Estado Nacional. É neste contexto que inserimos os intelectuais e mediadores culturais piauienses colaboradores da operacionalização dessas ideias no ambiente estadual.

A entrada do Brasil no Estado Novo estava dentro de um contexto de crises políticas oriundas das tensões e conflitos sociais. Todos esses aspectos foram consequências de mudanças no cenário urbano e industrial no âmbito das oligarquias regionais. O pensamento do Estado Novo argumentava que somente um “Estado Forte” poderia viabilizar a verdadeira democracia. Como coloca Goulart, (1990: 16), “Ao negar a ordem consensual, esse pensamento pressupunha uma ideologia corporificada na ação do Estado que, como estrutura organizacional, situava-se acima da sociedade”. É neste palco de agitações que surge o Estado Novo, oficialmente instalado no dia 10 de novembro de 1937, como podemos analisar na apresentação da Constituição de 1937, criando assim a base jurídica para o novo regime.

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil. [...]. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade (BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937: 37).

Portanto, esta apresentação da carta constitucional de 1937 expõem as razões de Getúlio Vargas e de seus ideólogos para o golpe que promoveu a instalação do novo regime. No trecho são arrolados vários elementos nocivos que estavam prejudicando a nação. Entre eles, a “desordem” e os “dissídios partidários”, conduzindo o País para um caminho de “luta de classes”, e colocando a nação brasileira, nas palavras de Vargas, na “iminência da guerra civil”. O Estado Novo seria a garantia de um processo de resolução dos conflitos sociais, um anulador das diferenças, ou seja, a condição para a unidade nacional na construção da nacionalidade.

No novo regime, o intelectual foi elemento de união entre o governo e o povo, pois ele precisava aplicar uma ação ideológica para obter a unidade nacional e discutir os problemas do País. Contudo, estes sujeitos, os intelectuais, tiveram um papel de destaque na nova ordem, de valorização da inteligência e da cultura a serviço do Estado. O intelectual ao colaborar com o novo momento político promoveu um empréstimo pessoal ao Estado do seu capital simbólico, ou na esfera da estrutura do Estado ou fora dele nos ambientes de sociabilidades.

[...] em suma, ao fazer de sua vida uma obra de arte e a matéria da obra de arte, os escritores estimulam uma leitura biográfica de sua obra e sugerem se conceba a relação entre a obra e público como uma comunhão pessoal entre a “pessoa” do “criador” e a “pessoa” do leitor. [...] de um “mandarinato intelectual” fundado nos princípios de um aristocratismo da inteligência e de uma representação carismática da produção e da recepção das obras simbólicas. Não seria difícil mostrar que são esses os mesmos princípios que engendram ainda hoje a representação que os intelectuais possuem do mundo social e de sua função neste mundo (BOURDIEU, 2007: 185).

Pierre Bourdieu insere este homem intelectual com parte indissociável da sociedade, uma ponte entre obra e povo. É essa ação que se cria na penetração dos ideais varguistas no contexto do Estado Novo, se auxiliando nestes sujeitos ligados a cultura, uma ação, mas firme na sociedade com a introdução de novas formas de gerir o Estado, mesmo que de uma forma centralista com perfis ditatoriais. O Estado buscou prestígio da intelectualidade para implantar suas ideias junto ao campo social, pois estes sujeitos desfrutaram de prestígio no seio da sociedade, onde eram reconhecidos pelo seu capital simbólico, e se utilizaram disso para construir a legitimação das suas ideologias e discursos, possibilitando visibilidade ao novo regime.

No Piauí, como em outros estados da federação, o Estado Novo foi anunciado no contexto das agitações políticas do período, “[...] onde a imprensa noticiou uma estranha

missão que acabava de ser cumprida pelo deputado Negrão de Lima junto aos governadores do Norte e Nordeste (menos os de Pernambuco e da Bahia)” (LAMOUNIER, 1988: 73). Essas viagens na realidade tinham a função política de informar o que estava acontecendo, bem como, as decisões do governo federal, na pessoa de Getúlio Vargas, de seus assessores mais próximos e da necessidade de criar um governo mais forte e centralizado para anular os opositores, e assim operacionalizar as mudanças que o Brasil necessitava para entrar nos trilhos da ordem e do progresso. Estas alterações, ao mesmo tempo, contavam com o apoio dos governadores, que passaram a ser interventores federais na implantação deste novo momento político do Brasil.

Nesse período, o Piauí era governado por Leônidas de Castro Melo³⁴⁴, governador eleito em 1935 e convidado por Getúlio Vargas para continuar no governo como interventor na instalação do Estado Novo em 1937. Entre os eventos, temos um com a participação do interventor Leônidas Melo, onde percebemos na sua fala a adesão à causa e aos propósitos do novo momento político. Após o dia 10 de novembro, os governantes, bem como todo o povo, foram chamados para fazer parte deste momento como legionário em prol da mudança nacional.

[...]. Rendamos homenagem ao grande brasileiro que nos conduziu ao Estado Novo – e saibamos compreender o patriotismo e nobreza, a intrepidez do seu gesto. O golpe de 10 de novembro, longe de ser manifestação da vaidade ou prepotência, foi um acertado movimento de defesa³⁴⁵ nacional impôsto pela consciência cívica do supremo magistrado e pelo patriotismo decidido das forças armadas do País. [...]. O Estado Novo, que na frase do Ministro Francisco Campos, está construindo um novo Brasil esta definitivamente estabelecido. [...]. Há poucos dias o Chefe da Nação falando ao povo que lhe fora levar aplausos, constituiu cada brasileiro em um legionário da grande Cruzada da defesa nacional. [...]. Finaliza: Que cada piauiense saiba cumprir o seu dever! Que cada piauiense saiba honrar o Piauí e amar dignamente o Brasil. Que cada piauiense seja um soldado vigilante ao lado do Chefe da Nação (PIAUI. TERESINA E O PRESIDENTE VARGAS, 1938: 09-13).

A memória do dia 10 de novembro de 1937 passa a simbolizar não apenas uma data, mas um marco divisor na história nacional, um momento para ser lembrado, memorizado e glorificado. O momento em que “cada piauiense” possa não somente atender ao chamado, mas a responsabilidade individual e coletiva que cada um tinha

³⁴⁴ Médico, professor, exerceu várias funções públicas como Secretário Geral do Governo, na interventoria de Landri Sales.

³⁴⁵ Foi preservado a ortografia da época nos documentos utilizado como fonte, como forma de manter a identidade do documento.

com a identidade nacional e a construção dos valores da nação. A identidade nacional e nação se tornaram termos bastante preciosos, presente em vários discursos e na construção da memória social do Estado Novo, portanto, o Estado usava toda a sua máquina política e cultural na reconstrução da história do Brasil e na construção da memória sobre o Estado Novo.

Os intelectuais incorporaram esse novo momento na história do Brasil e do Piauí, com as comemorações e solenidades oficiais, em que ganharam uma nova fisionomia na construção dos discursos em torno deste momento político brasileiro e nos alicerces do Estado Novo. Os diversos eventos na sociedade se tornaram um palco para a construção da imagem do regime e de Getúlio Vargas no cenário nacional, bem como, a dos interventores, a exemplo, Leônidas Melo no ambiente do Piauí, em que ao mesmo tempo, contava com a população e a imprensa que faziam a divulgação destes acontecimentos sociais, onde também se configurava em cenários de atuações políticas.

Para isso, o *Diário Oficial* do Estado do Piauí foi reestruturado, ganhando um novo formato, não apenas de informativos dos atos oficiais dos poderes, executivo, legislativo e judiciário, mas de um mecanismo de imprensa com aspectos noticiosos, informando os eventos que aconteciam no Estado e fora dele. O idealizador destas alterações foi Artur Passos³⁴⁶, que como diretor foi responsável por essa nova roupagem dada ao *Diário Oficial* do Estado. Artur Passos também chefiou o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), órgão no Estado que foi ocupado por pessoas que tinham vida acadêmica, jornalística e literária de penetração em vários setores da sociedade. Esse impresso oficial e as ações do DEIP no Piauí contribuíram para dar repercussão às informações relacionadas ao Estado Novo e estreitar a relação do regime estadual com os ambientes intelectuais, a exemplo, a Academia Piauiense de Letras (APL), financiando a publicação de sua revista e de obras de seus acadêmicos, como criando subsídios financeiros não somente para esta instituição, mas para outras, inclusive a Faculdade de Direito do Piauí.

Ainda sobre o *Diário Oficial*, este juntamente com a Imprensa Oficial, passaram por um processo de modernização do parque gráfico, mudanças iniciadas na interventoria de Landri Sales (1932 a 1935) e dinamizadas na interventoria de Leônidas Melo, sob a direção de Artur Passos, transformou o *Diário Oficial* do Estado, no

³⁴⁶ Artur de Araújo Passos. Jornalista, historiador, cronistas e folclorista, teve uma intensa vida na imprensa, membro da APL. Foi diretor da Imprensa Oficial do Estado no período de 1935 a 1945.

principal meio de comunicação do Piauí, com circulação diária, bem como principal órgão de propaganda do Estado Novo no Piauí. Sobre sua direção foi implantado o laboratório fotográfico, que empreendeu com maior amplitude o fotojornalismo neste periódico, colocando a imagem como veículo de notícias e de publicidade do governo. Este setor ficou a cargo do fotógrafo Guilherme Müller³⁴⁷, em que várias imagens começaram a circular e fazer parte do contexto de revistas, relatórios, boletins, painéis de exposições, dentre as imagens eram retratadas praças, prédios, inaugurações, solenidades, demonstrando que o olhar precisava também ser educado no Estado Novo, (GUTEMBERG, 2017), visualizando pela lente do fotógrafo o progresso do Estado. Podemos observar a seguir como ficou o *Diário Oficial* do Estado.



Foto: 01 - Diários oficiais do Piauí.

Fonte: Fotomontagem das capas dos diários oficiais, dos dias 13 e 20 de abril de 1940.

³⁴⁷ Guilherme Müller. Nasceu em Belém e veio trabalhar na Imprensa Oficial em 1939, ainda trabalhava nesta instituição outro fotógrafo Valdir Fortes.

O impresso oficial do Estado ganhou uma nova dimensão visual com a implantação das fotografias. O trabalho fotográfico de Guilherme Müller proporcionou no Estado do Piauí uma propaganda mais aprimorada por parte dos órgãos do Estado envolvidos neste processo de divulgação do Estado Novo. Na escrita dos intelectuais envolvidos nos discursos políticos, resultou em uma riqueza de associações entre as escritas e as imagens. Essa configuração possibilitou um processo de legitimação muito mais coeso para o regime, com uma intervenção estatal, mais elaborada e dinâmica no olhar e na leitura do novo cidadão a ser construído pelo Estado Novo.

Outro órgão de atuação no Piauí foi o Departamento Estadual de Estatística (DEE), sobre a chefia de João Bastos³⁴⁸. Esse departamento estava subordinado nacionalmente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido órgão estadual foi responsável pela coleta de dados dos departamentos do Estado, bem como dos municípios. Essas informações serviam de subsídios para as ações do Estado e de fontes de notícias para a sua promoção no âmbito da sociedade local e junto ao governo federal, para a publicação de esclarecimentos relativos ao progresso do Estado e produzindo informações como censo, anuário, folhetos, panfletos, boletins e outros informativos de promoção do governo Leônidas Melo.

Neste contexto, Artur Passo, João Bastos e Guilherme Müller, entram na acepção da mutação da noção de intelectual, que nos leva a pensar como criadores e mediadores culturais, que nos seus ambientes da Imprensa Oficial, do DEE ou na capturação da imagem pela lente da máquina fotográfica as transformações porque passava o Estado do Piauí durante o estadovismo, nos assegurava identificar uma ampliação sociocultural, em que a história dos intelectuais é um campo aberto de cruzamentos da história política, social e cultural, e as transformações nestes espaços nos levam a conhecer mais intelectuais, que atuam em diferentes cenários e lugares, (SIRINELLI, 1996).

Entre estes materiais organizados por João Bastos e seu DEE, temos um folheto publicitário sobre Teresina (capital) e Parnaíba, cidades que representavam o progresso e o desenvolvimento no novo regime. Neste mesmo material constava também um texto sobre a atividade econômica da carnaúba, que teve a sua apresentação, porém foi escrito

³⁴⁸ Bacharel em Direito, jornalista, escritor, publicou trabalhos como: *Principais efemérides Piauiense* (1939), *Unidade Econômica e Financeira* (1943).

pelo piauiense, residente no Rio de Janeiro, Berilo Neves³⁴⁹, que desempenhava grande atividade divulgando informações sobre o progresso do Piauí, servindo como uma espécie de embaixador cultural do Piauí na capital federal. No referido material assim se expressou:

Teresina, cidade Romântica. [...] construindo o Hospital “Getúlio Vargas”, o Interventor Leônidas Melo revelou a dupla face luminosa de sua alma: a de administrador e a de médico. [...]. Mas, Teresina é, sobretudo, uma cidade romântica. Suas praças e jardins proclamam – no de maneira perfumada e irresponsável ... Por ter nome de mulher, conserva a graça de uma renda e delicadeza de uma pétala. [...].

Escreveu o cronista em relação a Parnaíba:

Parnaíba ... Cartago Piauiense. Parnaíba é a grande paisagem sentimental de minha vida [...] a memória mais velha do meu ser... Riqueza do comércio das trocas comerciais e da chegada do comércio. [...]. Leônidas Melo – estatista que tem a alma humanitária de m clínico. [...]. Parnaíba tem a fascinação irresistível do progresso. [...].

Narra a respeito da carnaúba:

Carnaúba – Alma do Nordeste. [...] Planta nativista, com o exclusivismo feroz de uma Revolução triunfante, a carnaúba só é fecunda no Brasil: levada, pelos ingleses, para as suas colônias do Oriente; ela recusou-se a dar cera - a amável cera que tanto serve as indústrias do nosso século. Foi mais honesta do que a borracha [...]. (PIAUI, DEE, 1942).

Berilo Neves faz uso de característica das crônicas para exaltar o cotidiano e com sua escrita verbal particular apontando aspectos do desenvolvimento do Piauí representado pelas suas principais cidades, Teresina e Parnaíba, cada uma delas o literato aponta como símbolos do crescimento do Piauí, sob a interventoria de Leônidas Melo. O “estatista” piauiense, nas palavras do cronista, partilhou tanto o seu dom de administrador e de médico, construindo o hospital Getúlio Vargas, que iria se transformar na maior obra de reconhecimento de sua interventoria e uma referência na saúde da região Norte e Nordeste. A cidade de Parnaíba era referencial de comércio de exportação de produtos, ou seja, a capital comercial, e Teresina, a capital, palco primeiro das mudanças operadas pelo Estado. Em relação à carnaúba, o cronista destaca a sua característica de riqueza nativa da região e mecanismo do desenvolvimento do

³⁴⁹ Berilo da Fonseca Neves. Cronista, crítico literário do *Jornal do Comércio*, contribuiu com vários impressos na cidade do Rio de Janeiro.

Piauí, que se tornou um dos principais produtos de nossa balança comercial durante o novo regime.

A INTEGRAÇÃO INTELLECTUAL: O CONGRESSO DE BRASILIDADE NOS ESTADOS.

Esses discursos em relação ao progresso dos estados e temáticas que buscassem debater o Brasil como um todo, criando entre o governo federal e os estados uma conexão foi dado pelo Congresso de Brasilidade, em ideias que buscassem estabelecer a unidade no Brasil. Esse congresso congregava os intelectuais de todos os estados em um momento cívico em defesa da unidade nacional e da liderança política de Getúlio Vargas, em que o seu “[...] idealismo construtor do Estado Novo, aliados [...]. A realização do referido Congresso³⁵⁰ terá por principal escopo integrar a alma pátria nos postulados do Brasil Novo, em todos os campos da atividade nacional [...]” Arquivo Nacional (LATA 270, ANO 1941). Era uma iniciativa do Centro Carioca, Liga de Defesa Nacional e do Sindicato dos Educadores Brasileiros, que recebeu amplo apoio do governo federal e nos estados com adesão dos setores culturais, inclusive no Piauí.

No Piauí, temos o registro do Segundo Congresso de Brasilidade em Teresina no ano de 1942, em que ocorreu com participação de diversas personalidades, sendo os conferencistas das temáticas oriundos dos ambientes culturais, como APL, estabelecimentos educacionais do estado. Temos o professor Álvaro Ferreira³⁵¹, membro da APL, e professor muito renomado da sociedade piauiense, que proferiu a fala sobre a “Unidade Geográfica”, que segundo ele:

A inteligência do homem encontra por toda parte os recursos para um trabalho profícuo, nas diversas regiões, cujas substâncias minerais facultam o máximo de desenvolvimento com a aguda da manifestação climatérica indispensável. [...] Coube ao espírito percuciente e objetivo do Sr. Presidente Getúlio Vargas em 1937, emendar os vícios e os desmandos seculares, outorgando uma Constituição, como diretrizes seguras e firmes, resolvendo os problemas de ordem moral, administrativa e geográfica tornando o país uno, como um bloco indissolúvel, de contínuas terras que se levantaram de uma emersão remota e avançam contra o mar em movimento eustático, de todo vitorioso. [...]. (DIÁRIO OFICIAL, 11/11/1942, 1942: 2).

³⁵⁰Tinha como diretrizes das conferências, a exposição sobre a unidade: política, geográfica, moral, econômica e financeira, social, patriótica, jurídica, cultural, étnica, histórica.

³⁵¹Álvaro Alves Ferreira – Professor, jornalista, conferencista, cronista e contista. Foi professor dos principais estabelecimentos educacionais do Estado, como Liceu Piauiense, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio São Francisco de Sales e outros.

Segundo Álvaro Ferreira, o homem encontra na natureza todos os recursos para sua sobrevivência, convivendo com as condições climáticas específicas de cada região. Todavia, o ímpeto de Getúlio Vargas estabeleceu as condições de não somente promover a sobrevivência e o desenvolvimento do povo brasileiro, mas de anular todos os obstáculos políticos, sociais e culturais, inclusive jurídicos que criavam empecilhos para transformar o Brasil em um território uno desenvolvido. O discurso de Álvaro Ferreira tinha em Getúlio Vargas a razão da “Unidade Geográfica” brasileira, acertada com a Constituição de 1937, possibilitando as condições jurídicas necessárias para as transformações em curso.

Outro intelectual que participou do Congresso de Brasilidade de 1942 foi Martins Napoleão, na época presidente da APL e ex-diretor de educação na interventoria de Landri Sales. Nesta pasta promoveu uma ampla reforma no ensino do Estado, um profundo conhecedor da cultura brasileira, no qual ele exaltou a qualidade de Getúlio Vargas como responsável pela eliminação de fatores que poderiam prejudicar a nossa vocação para a “Unidade Cultural”, tópico temático de sua exposição, que passamos agora a transcrever um trecho:

[...] quero dar meu testemunho, neste ponto de vista, por muitas razões, insuspeitos, de aprêço pela obra que se vem realizando, há doze anos, em nosso país – e que talvez o futuro reconheça e proclame a mais característica da época: a obra nacionalizadora de pesquisa e exaltação das nossas tradições, que teve, no passado, epígonos e cultores, do porte de Rui e de Bilac. Este esforço pela posse consciente de nós mesmos, desdobrado em programa de pedagogia coletiva neste Congresso - é justiça dizê-lo – ora vencendo, ora contornando, ora eliminando obstáculos, ora contornando, ora eliminando obstáculos naturais ou resistências passivas, encontrou novos motivos de vitalidade e ação no Sr. Getúlio Vargas, o homem que, por ser um mestre consumado de psicologia para o povo, com uma acuidade genial que os séculos apontarão, pode torna-se o redutor de antinomia e o anulador de crises, no desempenho de sua profunda vocação para unidade. (DIÁRIO OFICIAL, 16/11/1942, p.5).

No fragmento da palestra de Martins Napoleão, ele coloca como ponto central a ação nacionalizadora da obra de Getúlio Vargas, respeitando e resgatando as tradições nacionais, regionais e locais, ao ponto de restaurar figuras ilustres da nossa cultura esquecida em momentos anteriores. O Congresso em si tinha essa função de ensinar de forma coletiva a reconhecer os avanços que o Brasil conseguiu diante do Estado Nacional, e a defender esses avanços na condução da unidade nacional. Essa unidade só

foi possível porque Getúlio Vargas não se apresentava apenas como um governante, mas como psicólogo do povo brasileiro, interpretando e compreendendo o pensamento do povo brasileiro, bem como os seus anseios e angústias, buscando conduzi-los para o progresso, eliminando as dificuldades que se apresentavam no decorrer do percurso.

CENTRO PIAUIENSE: INSTITUIÇÃO PROPAGADORA DO ESTADOVISMO FORA DO PIAUÍ.

Além da expressão dos intelectuais pelos veículos de comunicação e pelas ações na sociedade, outros organismos foram conduzidos por intelectuais a serviço do regime. Podemos assinalar o Centro Piauiense³⁵² criado no Rio de Janeiro em 1925, que tinha como objetivo atuar junto aos piauienses que chegavam para desempenhar auxílio na cidade do Rio de Janeiro, tanto no sentido de assistência econômica, como auxílio na busca de empregos. Outro ponto importante era fomentar informações do Estado para os residentes na capital federal.

No Estado Novo, o Centro Piauiense na capital federal ganhou uma nova fisionomia, a de promover com intensidade o governo de Leônidas Melo e o progresso do governo Vargas no Estado. Ao mesmo tempo, este Centro divulgava as transformações em curso no Piauí por meio de debates, conferências, exposições fotográficas e de dados estatísticos. O mesmo tinha uma função ideológica de rememorar a memória dos piauienses ausentes do seu Estado e evitar a produção do esquecimento sobre as transformações do Piauí durante o Estado Novo. Esta instituição foi presidida de 1939 a 1945 por Antonio Buggy Britto³⁵³.

No ano de 1943 o Centro Piauiense publicou um livro intitulado “*Oito anos de Governo a Administração Leônidas Melo no Piauí – Maio de 1935 – Maio de 1943*”, um material intelectual dividido em várias seções de economia, saúde, educação, suas obras públicas, dados estatísticos, tabelas, imagens retratando com argumentos o progresso do Estado sobre o governante Leônidas Melo. Temos um fragmento a seguir do material que ilustra este argumento.

³⁵² Não tinha uma sede própria, as reuniões e as demais atividades do Centro funcionavam em prédios públicos ou espaços de instituições privadas como Liceu Literário Português no Rio de Janeiro.

³⁵³ Piauiense, advogado, professor e jornalista, membro da Academia Piauiense de Letras, participou em várias publicações no Piauí e em outros estados. Residia na capital federal no período do Estado Novo, um grande colaborador do Interventor Leônidas Melo.

A paz doméstica é justo reflexo da política sadia e impessoal do dr. Leônidas Melo. Tais são os efeitos da Revolução de 30 e do Estado Novo na comunidade piauiense, que deve esses benefícios, antes de tudo, ao eminente sr. Getúlio Vargas, grande estadista e grande brasileiro, que tem o sr. Leônidas Melo fiel interprete de sua política no Estado do Piauí. (CENTRO PIAUIENSE, 1943: 72).

A produção cultural do Centro Piauiense não deixou de apontar a ponte entre a Revolução de 30 e o Estado Novo. Essa conexão tinha como objetivo fortalecer o terreno ideológico do período getulista, pois tudo teve início em uma revolução liderada por Getúlio Vargas, implantada por um grande estadista que buscava fortalecer o Brasil e sua unidade política, cultural, social e econômica, ou seja, uma visão estruturante para o futuro. E os governantes locais, no caso Leônidas Melo, representavam com precisão estas ações no Estado.

Esse material publicado pelo Centro Piauiense, segundo Leônidas Melo, em suas memórias intituladas *Trecho do Meu Caminho* (1976) foi escrito por Berilo Neves, que qualifica em suas palavras memorialistas de “[...] homem de letras do mais alto conceito, perfeito conhecedor da vida e da administração do Estado, pois por vários anos foi seu procurador na capital da República” (MELO, 1976: 313). Berilo Neves reconhecido pela sua atuação no universo cultural e na sua visão de crítico literário, impulsionou com sua escrita as realizações do governo federal e estadual que privilegiava e reconhecia os feitos do Estado Novo no Piauí e no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que os intelectuais piauienses foram de fundamental importância na legitimação e concretização dos ideais de varguismo, fortalecendo o discurso ideológico do estadonovista. Os intelectuais agiram nos espaços que estavam inseridos na construção dos discursos e símbolos que não apenas legitimasse as ações do governo federal e estadual, mas que criasse uma ampla rede de propaganda e publicidade das transformações em curso.

Tendo os mediadores culturais que ocuparam órgãos, como a Imprensa Oficial, Departamento Estadual de Estatísticas, tornando-se sujeitos-chaves na construção não somente da escrita, mas da imagem fotográfica do novo regime, atuando de maneira estratégica em uma rede de sociabilidade e protagonizando, não só a ação, mas projetos de mediação cultural que produziram grande impacto na sociedade piauiense.

A implantação do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas teve no grupo dos intelectuais piauienses que circulavam na interventoria de Leônidas Melo ações fundamentais para a engrenagem da construção do poder que fortalecia as mudanças em torno do Estado Nacional. Logo, a conexão entre as narrativas dos intelectuais ideólogos de Vargas, não apenas encontrou no Piauí a recepção, mas promotores que enriqueceram a linguagem do estadonovismo. Sendo assim, é de fundamental importância compreender a atuação dos homens de letras que atuavam em seus estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

ARQUIVO NACIONAL. Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945. Sub - Série: Ministério - Departamento de Educação. Lata 279. Ano 1941.

BRASIL. Constituição de 1937.
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/05.pdf/view>. Acesso em 01/10/2020.

Diário Oficial do Piauí.

CENTRO PIAUIENSE, Oito anos de Governo a Administração Leônidas Melo no Piauí – Maio de 1935 – Maio de 1943. [S.l.:s.n.], 1943.

PIAUI. Teresina e o Presidente Vargas. Teresina (PI): [s.n.], 1938.

PIAUI. Departamento Estadual de Estatística (DEE). Teresina (PI): Gráfica Excelsior, 1942. 13p.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. Economias as trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007. Coleção Estudo 20.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Ogrs.) Intelectuais mediadores – Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.

GUTEMBERG, Paulo. Guilherme Mülher e a invenção visual de Teresina. Teresina (PI): Editora Nova Aliança, 2017.

LACERDA, Aline Lopes de. A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 7, n. 14, p.241-263 1994.

LAMOUNIER, Bolívar. Os grandes líderes – Getúlio. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho - “memórias” a feição de autobiografia. Teresina: COMEPI. 1976.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves (FCMC), 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Monica P.; GOMES, Ângela Maria Castro (Orgs.). Estado Novo – Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3 - 15, 1989.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

O Ceará e o Nordeste nos escritos de Gustavo Barroso: a imagem e o discurso sobre a região no início do século XX

Camila de Sousa Freire
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ

Este trabalho tem como objetivo discutir a contribuição de Gustavo Barroso para a consolidação de uma identidade regional cearense a partir de seus escritos, iniciando seu trabalho nas primeiras décadas do século XX, em um momento em que se empreendia também a formação da ideia de Nordeste e a criação de uma identidade para essa região, da qual Gustavo Barroso também participou. Essas criações regionais, como defende Anne-Marie Thiesse (2001/2002) ao tratar da França, estão ligadas às criações nacionais, e contribuem para elas. Não foi diferente no caso brasileiro. Logo, ao mesmo tempo em que Gustavo Barroso contribuiu para o fortalecimento da identidade cearense, colaborou também para uma identidade regional e nacional mais ampla.

Gustavo Barroso, foi um intelectual cearense que atuou como escritor e jornalista no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Começou publicando em jornais no Ceará, porém foi em jornais do Rio de Janeiro e a partir da publicação de *Terra de Sol* (BARROSO, 1962) em 1912 que se tornou conhecido efetivamente, quando se propôs a descrever o Norte, sua natureza e costumes. Seus principais escritos sobre o Ceará para jornais e revistas constituem nosso conjunto de fontes. Além disso, também foi fundador e diretor do Museu Histórico Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras.

Grande parte da identidade cearense foi baseada no fato de ter sido a primeira província a declarar extinta a escravidão em seu território, já em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, tema que pesquisei durante o Mestrado³⁵⁴. Porém, outra grande parcela dessa identidade se fundamentou nas secas que teriam conferido à geografia do Ceará as características especiais de um meio inóspito e de difícil sobrevivência que, por sua vez, moldariam a personalidade do próprio cearense. Este, vivendo neste meio, teria se tornado forte e resistente. Gustavo Barroso, enquanto um intelectual cearense que

³⁵⁴ FREIRE, Camila de Sousa. O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2018.

descreveu os costumes e o meio cearenses para um público que pouco conhecia sobre a região. Assim, contribuiu para o conhecimento da mesma, em um momento em que acontece sua delimitação espacial a partir das características do meio geográfico e dos costumes locais (mudando de Norte para Nordeste) com o surgimento do conceito de cultura nordestina e a seleção do que seria o folclore da região, movimento do qual também participou, sendo conhecido também como folclorista. Dessa forma, contribuiu também para a consolidação de uma identidade cearense que já vinha sendo construída desde o império, principalmente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), responsável pela escrita da História da então província, como analisei durante o mestrado.

Em *Terra de Sol*, seu primeiro livro, o foco de Gustavo Barroso é a seca, o meio da região e tudo que está ligado a ele, como os animais, a vegetação, a terra e os homens, principalmente o sertanejo, que tem bastante destaque em sua narrativa. Ele chega a citar a abolição na província em 1884, mas este não é seu foco. Logo, nos escritos de Gustavo Barroso percebemos que a identidade cearense está fundamentada nas dificuldades do meio devido ao clima, que gera secas recorrentes. Isso formaria tipos especiais de homens que, moldados por essas características, seriam diferentes dos demais, conferindo um caráter especial ao Ceará, formando, assim, sua identidade. Percebemos essas questões já em seus primeiros livros e artigos para jornais e revistas.

Para Barroso, o sertanejo também seria inculto, ignorante, simplório; em razão da vida rústica e das crenças que possuía. Ele atribuía a credices e superstições as práticas religiosas dos sertanejos, principalmente aquelas ligadas às tradições africanas, pois via a personalidade e cultura sertanejas como uma mistura das três “raças” que aqui conviviam. O elemento africano era sempre mal visto por ele, como aquele que contribuiu com as piores características. Logo, a miscigenação teria sido negativa, principalmente aquela entre brancos e negros. Portanto, vemos em Barroso bastante do cientificismo e do racismo que se desenvolveram no século XIX, na Europa e também no Brasil, e que se fortaleceram na passagem para o século XX, adentrando as primeiras décadas da República. A busca por referências estrangeiras também está muito presente em *Terra de Sol*, onde vemos Barroso a todo momento buscando principalmente na Europa as raízes das tradições sertanejas; o que ele também faz ao falar do folclore em jornais e revistas, sempre procurando um equivalente de uma

tradição sertaneja em outros países. Para Raimunda Oliveira, Barroso teria se aproximado do pensamento filológico, que buscava justamente essa origem comum entre os povos, sendo esta sua base nos estudos folclóricos. Assim, ele chega a conclusão de que as tradições e costumes sertanejos não se originaram aqui. Em *O Jornal*, de 12 de julho de 1923, no artigo “Do Iran ao Sertão”, ele defendia que o folclore nordestino é inspirado em tradições estrangeiras, ou seja, não é original:

Até hoje, ainda não encontrei no folk-lore dos sertões de Nordeste, que tenho procurado honestamente estudar, uma só manifestação inteiramente original daquela vasta região. Quando menos espero, vou achar, nos mais longínquos povos os relatos, anedotas, idéas, ou cantigas, que me pareceram inteiramente filha do sertão agreste. E’ verdade que se adaptaram ao meio e oferecem uma feição própria, porém ali não nasceram. (*O Jornal*, 12 de julho de 1923)

Segundo Raimunda Oliveira (2006: 81), “Gustavo Barroso acredita que há uma origem comum entre os folclores, por conta das analogias encontradas em suas pesquisas. As relações entre o Oriente e os sertões teriam vindo de seus antepassados ‘latinos, iberos, godos, suevos e sobretudo árabes.’” Raimunda Oliveira se inspira em Edward Said (2003) para os estudos sobre Filologia e como esta buscava uma relação de superioridade europeia sobre os outros povos, com a visão de que estes seriam atrasados. Para a autora esta seria a metodologia de Gustavo Barroso, tanto nos estudos folclóricos como em sua visão sobre o sertanejo, sempre de uma perspectiva comparativa em relação à Antiguidade e ao Medievo.

Vemos também uma influência do naturalismo muito presente em Gustavo Barroso, principalmente em *Terra de Sol*. Neste livro ele fala como alguém que tem experiência no que está falando, pois viveu naquele meio e presenciou diretamente aquela realidade. O livro começa com uma descrição das características do sertão e como reconhecer onde ele começa e termina o litoral. De acordo com Barroso só existem duas estações: a seca e o inverno. A seca começa em junho: “Morrem docemente os últimos dias de junho. Nunca mais chove.” (BARROSO, 1962: 18) Essa morbidez, tristeza e melancolia são trazidas pela seca: “Todo o sertão é duma grande tristeza, na côr, no silêncio, no aspecto; e essa tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo: (...) tudo é triste e tudo é melancólico” (BARROSO, 1962: 18). Assim, ele descreve os sentimentos que pairam na natureza e nos homens durante a seca: “A natureza compungida tem o desolado aspecto da desgraça (...)” (BARROSO, 1962: 20).

Porém, para Barroso (1962: 29), é no momento mais crítico da seca que o sertanejo mostra sua força:

Enfim, um dia o gado começa a cair de fome, de sede e de fadiga. É a época mais terrível: é quando o nortista mostra a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas, e mais se enrija, e mais se robustece sua titânica virilidade. (...) Mas ele não se abrande e nem se verga. Só, contra a impassibilidade da natureza, luta, luta sempre. (...) E daí, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes.

Assim, vemos que Barroso contribui para a ideia do sertanejo que se torna forte porque é moldado pelo meio inóspito da seca, que é uma ideia central na identidade regional cearense, desde o pós-abolição. Além disso, essa força do sertanejo viria desde a infância, e o meio o faria desenvolver também a generosidade, pois a despeito das dificuldades o sertanejo ainda compartilha o pouco que possui. Ele também descreve a luta pela água como uma luta selvagem pela vida, onde o homem lutaria contra sua própria primitiviz. (BARROSO, 1962: 30-32)

No ensaio “De cortiço a cortiço”, Antônio Cândido (1991) fala sobre o Naturalismo, que também se desenvolveu na mesma época como uma corrente literária na Europa, incorporando muito deste cientificismo e racialismo então vigente; chegando também ao Brasil, tendo como um de seus maiores expoentes Aluísio Azevedo, em sua obra *O Cortiço*, analisada no ensaio de Cândido. Segundo este, *O Cortiço* teria sua principal inspiração em Émile Zola, escritor naturalista francês. Porém, a obra de Aluísio Azevedo vai além, abordando questões específicas do contexto brasileiro, como a questão racial por exemplo, que no Brasil era um assunto urgente e delicado para muitos escritores e intelectuais desde o império e principalmente nas primeiras décadas após a abolição, adentrando o século XX. Ao falar sobre o Naturalismo, Cândido diz que:

E para o Naturalismo a obra era essencialmente uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando (teoricamente sem interferência de outro texto) as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto. (CÂNDIDO, 1991: 111)

Assim, vemos em Gustavo Barroso características do Naturalismo como o reducionismo biologizante, que reduz as pessoas aos seus instintos, até mesmo

igualando-as aos animais, como Cândido destaca na análise do *Cortiço*. Além disso há também um determinismo do meio, da natureza e da raça, que determina as características dos indivíduos, tudo baseado em uma suposta cientificidade. Sobre essa questão Cândido diz que

(...) o Naturalismo foi um momento exemplar, porque viveu a contradição entre a grandiloquência das aspirações liberais e o fatalismo de teorias então recentes e triunfantes, com base aparentemente científica, que pareciam dar um cunho de inexorável inferioridade às nossas diferenças com relação às culturas matrizes. (CÂNDIDO, 1991: 120)

Raimunda Oliveira também aborda esse cientificismo que teria baseado a concepção de folclore e do homem mestiço em Gustavo Barroso. Segundo a autora “O referencial do pensamento de Gustavo Barroso é composto por uma mistura do determinismo geográfico e do racial, além da influência do romantismo.” Por isso “A construção de arquétipos se constrói através da tipologia e da esquematização que procuram clarificar e explicar a realidade do outro através da raça e do ambiente natural.” (OLIVEIRA, 2005: 57).

Quando vai falar sobre os cangaceiros, Gustavo Barroso (2006: 98, 100) coloca a miscigenação como uma de suas características, que influenciaria sua personalidade, sendo uma degeneração que explicaria suas más inclinações: “O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produtos da ancestralidade e do cruzamento étnico”; inclusive suas características físicas seriam resultado da miscigenação: “(...) raramente brancos, sempre mestiços de ínfimo cruzamento, (...) faces horrendas, simiescas, com contrações de orango (...)”. Essa miscigenação, passada hereditariamente, afetaria os aspectos físicos e psicológicos do indivíduo. Segundo Barroso (2006: 102), essas pessoas agiam “sob as determinantes psicológicas da bastardia étnica e dos instintos degenerativos.” Então vemos como estão presentes em sua obra o racialismo, aliado ao cientificismo da época. Raimunda Oliveira destaca que Barroso utilizou os estudos de H. Taine e Stendhal sobre banditismo na Itália para pensar o caso sertanejo.

Outros autores que o teriam influenciado seriam Auguste Comte, John Stuart Mill e Hebert Spencer. As vertentes que surgiram a partir do evolucionismo, unindo biologia e sociologia “viam na mestiçagem um fenômeno a ser evitado. Os mestiços seriam degenerados pelo cruzamento entre espécies diversas.” (OLIVEIRA, 2005: 61).

Assim, nesse período, entre os letrados brasileiros percebe-se a “coexistência das mais diversas teorias e tendências, muitas vezes de caráter antagônico convivendo intimamente, como o monismo evolucionista de Haeckel e Noiré, o individualismo de Stuart Mill, o positivismo dissidente de Littré e Taine, as concepções políticas e sociais aplicadas à psicologia de Le Bon, o determinismo de Buckle.” (OLIVEIRA, 2005: 61). Logo, Gustavo Barroso não estava afastado dessas influências, ao contrário, as assimilou também. Segundo Fernando Luiz Vale Castro

Essa geração de intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX, independente das interpretações diversas, que conseqüentemente levavam à disputa nos diferentes campos intelectuais, tinha um ponto em comum: o de pensar a realidade brasileira como parte integrante do concerto cultural europeu; vinculando o Brasil a esse projeto civilizador e, a partir daí, construir uma identidade nacional. (CASTRO, 2001)

Nesse período estiveram em voga as teorias raciais, que pressupunham a existência de raças superiores e inferiores, e que foram adaptadas à realidade brasileira por esses intelectuais. Entre essas teorias estava a ideia de mestiçagem, que segundo Vale Castro “se apresentou como chave para a compreensão da composição física, moral e cultural do povo brasileiro, assim como a definição dos caminhos de sua transformação” (CASTRO, 2001: 16). Assim, diante do exemplo citado anteriormente onde Gustavo Barroso fala sobre os cangaceiros, percebemos que ele via a mestiçagem como algo ruim, atribuindo as piores características da miscigenação aos negros e índios. Segundo ele, essa raça do Norte, como ele dizia, não teria tantas ligações com os africanos, pois estes estiveram em pouca quantidade naquela região. Ainda assim, o pouco em que influenciou não é visto de forma positiva pelo autor, como se pode perceber quando ele fala sobre a música e a dança sertaneja, sendo a música

lânguida e dolente (...) tendo a tristeza das melopéias africanas e a rusticidade dos instrumentos indígenas. (...) o gemer triste das violas e o arfar fanhoso dos acordeões dão-lhes um som arrastado e nostálgico de batuque negro. Algumas danças européias, deturpadas, corrompidas, tornam-se irreconhecíveis sob a grossa capa de bárbaras modificações. (...) O sertanejo herdou o batuque das senzalas (...). As danças são todas selvagens e rudes, (...) sempre com um tom hierático e quase lúgubre de todo o povo que acumula grande herança fetichista. (BARROSO, 2006: 166)

Na visão de Barroso, o elemento benéfico dessa raça do Norte, a qual o sertanejo representa, seria o europeu, que no entanto foi corrompido pelos aspectos negativos das outras raças, principalmente a africana.

Nas primeiras décadas do século XX, principalmente entre 1920 e 1950, haverá ainda uma busca pela tradição por parte de folcloristas que então buscavam delimitar o conceito de cultura nordestina, que daria forma à região que passaria a ser conhecida como Nordeste. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior estes homens

através de suas pesquisas, de seus escritos, de suas ações institucionais e de suas práticas, foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultura desta região, aquilo que seria típico, particular, singular, autêntico deste espaço e que manifestaria, portanto, sua própria essência, sua própria identidade. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2013: 21)

Gustavo Barroso contribui com este movimento, com a construção de uma identidade regional do nordeste, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade cearense ao tratar daquela região em seus escritos. Segundo Durval Muniz, a região nordestina foi pensada articulando dois temas que para ele são fundamentais: as secas periódicas e a ideia de uma cultura particular. A seca legitimaria o recorte regional “a partir da ideia de que teria uma natureza particular, seria um recorte natural distinto no território nacional”; enquanto a ideia de cultura particular seria

produto de uma história também singular, uma cultura regional distinta, fruto do cruzamento de elementos culturais das três raças formadoras da nacionalidade, sendo a região onde a cultura brasileira, a verdadeira cultura de raiz teria se mantido imune às influências ‘deletérias’ do cosmopolitismo e da imigração estrangeira, que se dera em outras áreas do país, desnacionalizando-as. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2013: 22)

Assim, estes folcloristas iriam recolher material empírico de escritores, cordelistas, repentistas e tudo aquilo que para eles representavam esse nordeste puro e tradicional, na tentativa de salvaguardar essa tradição, destacando os males do progresso, que descaracterizava aquela região. Região que teria uma tradição pura e verdadeira, visão que incorreu em diversos estereótipos. O Nordeste foi assim construído, inventado, segundo Albuquerque Júnior (2011), a partir de discursos e imagens que foram atribuídos como sua verdade original, e muitos nordestinos, como escritores e músicos por exemplo, contribuíram com essa construção, inclusive de uma imagem estereotipada. Ele destaca que “O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva,

ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto.” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011: 30) Essas imagens e discursos criam a própria espacialidade da região, entendendo espacialidade como “percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que o institui.” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011: 33). Dessa forma, também é importante levar em consideração na análise da região as relações de poder presentes naquele espaço, que estão relacionadas ao discurso sobre a região.

O autor destaca ainda que a região não pode ser situada em um “plano a-histórico” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011: 35), pois suas fronteiras e territórios são criações históricas e “esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes.” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011: 35). Ou seja, o espaço e os discursos que o formam devem ser tomados como políticos, históricos e múltiplos, e não como algo dado e homogêneo. Porém, apesar de diversa, a região passa por uma “operação de homogeneização”, que segundo ele “se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder.” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011: 37). Assim, o discurso da região é formado por interesses da própria região e de outras regiões. Por isso o autor analisa a formação dos discursos e imagens que criarão a região Nordeste a partir tanto de um olhar dos próprios nordestinos, como também da região sudeste. Dessa forma, podemos perceber a importância do discurso de Gustavo Barroso sobre o Norte/Nordeste, pois ele era um nortista (como destacou em seu próprio pseudônimo João do Norte) falando sobre a região no Sul/Sudeste, na então capital do país, o Rio de Janeiro.

Esse discurso adquire caráter de verdade, por ter sido dito e reforçado por pessoas da própria região, possuindo experiência sobre o assunto, por terem vivenciado aquela realidade, como no caso de Gustavo Barroso, que era visto como alguém com autoridade para falar sobre o assunto, pois ele sempre evocava em seus textos suas experiências no sertão do Ceará. E ao falar do Ceará, falava do Norte/Nordeste como

um todo, generalizando. Temos um exemplo disso já em seu primeiro livro, onde ele fala da natureza e dos costumes do Ceará, porém o subtítulo é “Natureza e costumes do Norte”³⁵⁵, como se fosse a mesma coisa. Dessa forma ele acaba se tornando uma autoridade sobre temas como a seca, o sertão, o sertanejo, o cangaço, entre outros, que fazem parte até hoje do conjunto de imagens e discursos que se tem sobre o Nordeste. Vemos como ele era visto dessa forma em textos publicados em jornais e revistas sobre ele e sobre seus trabalhos. Em *O Imperial*, de Belém, em 29 de novembro de 1917, há um artigo sobre seu então recente livro *Herois e Bandidos*, onde o autor Peregrino Júnior fala sobre Barroso:

Ainda resta muito a dizer da historia do nosso sertanejo. Entretanto, o ‘conteur’ primoroso das ‘Velas Brancas’ pode desvanecer-se, orgulhoso, de ter escripto alguns dos primeiros e mais bellos capitulos dessa admiravel epopéa, estudado, agora, ‘o typo social do cangaceiro alma feita de contraste, anormalidade quase normal na primitiva e estiolada sociedade sertaneja’. (...) João do Norte revelou se o escriptor meticoloso e vibrante, o observador penetrante e suspicaz, que é, conquistando o alto logar que sem favoritismo, tem nas nossas letras. E, assim, desde logo *ficou consagrado o maior desenhador das scenas, da alma e dos costumes do sertão*. Narrador sobrio, emotivo e delicado, o rico e lapidar joalheiro da prosa das ‘Praias e Varzeas’, dispondo de um extraordinario poder de descripção, ao cinzelar as paginas brilhantes de sua obra, *offerece nos sempre as visões, os quadros e os esboços mais flagrantés e vividos da terra sertaneja que ainda temos visto.* (PEREGRINO JÚNIOR. *O Imperial*, 29 de novembro de 1917) (grifos meus)

No *Jornal do Commercio*, de 10 de novembro de 1913, em artigo de redação sobre a segunda edição de *Terra de Sol* vemos alguns comentários de diversos escritores sobre o livro. Rui Barbosa diz que “O sol e as terras do norte se *reflectem com o encanto da verdade* nas paginas de *Terra de Sol*, onde o talento da pintura literaria tem rasgos de colorido e vida que muito honram o joven escriptor.” (grifo meu) No mesmo artigo, João Ribeiro diz que a obra de Gustavo Barroso é mais realista que a de Euclides da Cunha:

“(...) A obra de Euclides da Cunha, ‘Os Sertões’, cuja lembrança é inevitável, tem mais poesia que realidade e mais imaginação e fantasia que experiencia e conhecimento das coisas. A obra de João do Norte excede-a em observação. A todas as luzes que se considere, a *Terra de Sol* é uma obra notavel, destinada a vasta e duradoura popularidade.” (*Jornal do Commercio*, 10 de novembro de 1913)

³⁵⁵ Subtítulo do livro *Terra de Sol*.

No jornal *O Norte*, de 15 de maio de 1924, em artigo intitulado “Ceará de sol e de sangue”, o autor Neves Manta fala também sobre essa realidade e veracidade dos textos de Barroso:

(...) A capacidade de recordar neste homem é assombrosa. Aquillo que impressionou, em creança, a alma do escriptor que seria, ficou-lhe, indelevelmente na retentiva, como soem ficar, sempre, as passagens felizes de nossa existencia. Lembra-se de tudo o que viu e de tudo o que sentiu na infancia. *Os seus contos espelham, por isto, desde a veracidade palpitante do enredo até as pinceladas intensas da têla.* Ao descrever as nuanças de um logar, *contando a vida horrivel de certos individuos e o que presenceou de alguns amores;* (...) *ha o seu grande poder de historiographo, a pintar com talento e presteza as côres locaes verdadeiras. Ninguém lhe supera, no paisajar o Norte!* Ninguem tambem, lhe ama mais o rincão sadio que houve por filho! (...) (MANTA, Neves. “Ceará de sol e de sangue”, *O Norte*, de 15 de maio de 1924). (grifos meus)

Assim, vemos como Gustavo Barroso era visto como uma autoridade no que se referia aos assuntos do Norte/Nordeste, contribuindo para forjar a identidade daquela região. Sobre a relação entre região e identidade, José D’Assunção Barros diz que

(...) região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto. (BARROS, 2005: 98)

Segundo ele, os aspectos que podem ser considerados na definição de região são os critérios culturais, critérios geológicos ou zonas climáticas. Dessa forma, a noção de “região natural” está baseada “francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço.” (BARROS, 2005: 98) Um exemplo que podemos citar e diz respeito ao objeto deste trabalho é o sertão, que inicialmente tinha o significado de oposição ao litoral, porém foi sendo historicamente delimitado a partir de determinados elementos, como o clima. Elementos esses que contribuem para a organização daquele espaço e formam sua identidade, e que foram sistematizados pelos folcloristas no contexto que estamos tratando, incluindo Gustavo Barroso.

Assunção Barros trata ainda da produção de representação do espaço, onde “a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento” (BARROS, 2005: 112). Assim, Barros vai ao encontro do que também defende Albuquerque Júnior, de que a representação do espaço da região está perpassada pelas relações de poder de dentro e de fora daquele espaço, e que a produção do discurso produz o espaço (BARROS, 2005: 115). Dessa forma, procuramos mostrar neste trabalho como foi importante a atuação de Gustavo Barroso nesse contexto e nessa formação “imagético-discursiva” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 342) sobre o Nordeste. Em um momento em que estes aspectos eram cruciais para o entendimento da ideia de nação, o que era a preocupação de toda uma classe intelectual e política, vemos que Barroso não estava alheio a esse processo, mas inserido e contribuindo para ele. Assim, com seus escritos legitimou a identidade regional cearense, ao mesmo tempo que também contribuiu para a idealização da região Nordeste e para a identidade nacional de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

FONTES

BARROSO, Gustavo. Terra de Sol: natureza e costumes do Norte. 6ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Jornais:

Jornal do Commercio, 10 de novembro de 1913.

O Jornal, 12 de julho de 1923.

O Imperial, 29 de novembro de 1917.

O Norte, de 15 de maio de 1924.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

BARROS, José D'Assunção. "História, região e espacialidade". Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. "De cortiço a cortiço". Novos Estudos, nº 30, julho/1991, pp. 111-129.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. As colunas do templo: história e folclore no pensamento de Gustavo Barroso. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

FREIRE, Camila de Sousa. O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2018.

OLIVEIRA, Raimunda Rodrigues. Gustavo Barroso: a tragédia sertaneja. Fortaleza: Secult, 2006, p. 81.

SAID, Edward W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São paulo: Companhia de Bolso, 2003, edição digital.

THIESSE, Anne-Marie. "Ficções Criadoras: As identidades nacionais". Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, pp. 7-23.

Lemos Britto e a questão dos menores no Brasil (1920-1963)

Helber Renato Feydit de Medeiros
Doutorando do PPGHS-FFP/UERJ

Em reportagem do dia 19 de agosto de 2017, o sítio “Diário do Nordeste” publicou a seguinte reportagem:

“A disputa de território e poder dentro das penitenciárias cearenses tem provocado o acirramento entre facções criminosas. Do lado de dentro, internos articulam ações para mostrar força ao grupo rival. Problemática constante nas casas de detenção, o cenário de 'guerra' migrou também para os equipamentos públicos destinados ao acolhimento de jovens infratores. O caso mais recente registrado na Capital aconteceu na manhã dessa sexta-feira (16), quando internos do Centro Educacional Dom Aloísio Lorscheider (Cecal), no bairro Planalto Airton Senna, deflagraram uma rebelião com o objetivo de executar membros de facções inimigas” (DIÁRIO DO NORDESTE).

Apesar de estar referenciando um problema local, ocorrido no Ceará, a referida reportagem traz a tona um problema que já se consolidou em todo o país: a importação das guerras de facções criminosas, dos presídios para os sistemas socioeducativos. Contudo, tal contaminação se iniciou com o contato do menor infrator com traficantes de altíssima periculosidade em suas comunidades e que, ao acessar o sistema socioeducativo, implantou a guerra de facções no local, assim como implantado por seus mentores nos presídios.

Tal assunto mostra a contemporaneidade da figura de José Gabriel Lemos Britto, já que ele, há um século, foi um dos pioneiros na luta pela separação dos menores dos adultos delinquentes nos sistemas prisionais para que esses últimos não contaminassem os menores com suas ideias criminosas.

A referente pesquisa busca realizar um levantamento do pensamento e da obra de José Gabriel Lemos Britto na defesa da reforma do sistema prisional brasileiro no início do século XX, com destaque para a proteção jurídica ao menor delinquente. A referida análise visa, sobretudo, examinar suas ideias e se elas tiveram alguma influência na criação do Código de Menores de 1927.

Vítimas de preconceitos raciais e sociais desde o fim do século XIX, os menores abandonados se tornaram temas de discursos eugenistas pela necessidade de se criar trabalhadores fortes e sadios para o futuro da nação. Contemporâneo ao discurso

do enfraquecimento da “raça” que esses menores representavam em virtude da “degeneração de seus pais vadios e alcoólatras”, Lemos Britto foi uma figura de destaque na defesa dos direitos dos menores.

VIDA E OBRA DE JOSÉ GABRIEL LEMOS BRITTO

José Gabriel Lemos Britto (1886-1963) é um nome bastante conhecido na História do Direito brasileiro tendo, inclusive, o seu nome em diversas penitenciárias por todo o país. No entanto, quando se procura algo sobre sua vida dificilmente se encontra alguma coisa. Na verdade, Lemos Britto foi um autodidata. Advogado de formação atuou em diversos ramos diferentes, tais como jornalista e parlamentar, e escreveu mais de trinta obras de assuntos variados. Desde obras de Direito como também de História, Romance, Poema, Economia, Sociologia, etc.

Muito de sua vida pode ser encontrada em relatos de terceiros, como Carlos Süssekind de Mendonça, que prefaciou “*Obras completas*”, trabalho editado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que reuniu como diz o próprio Lemos Britto, “(...) escritos esparsos para dar publicidade (...)”. Segundo Süssekind, José Gabriel Lemos Britto nasceu em 23 de agosto de 1886. Não relata a cidade de nascimento, mas provavelmente tenha nascido na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Em 1907 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e, segundo esse autor, viveu intensamente a advocacia, o jornalismo e a política (LEMOS BRITTO, 1959, vol. 1, Apresentação).

Encontramos mais relatos sobre sua vida também em trabalho publicado por Joelma Jesus Oliveira e Maria da Conceição Reis Teixeira que o descrevem como advogado, jornalista, diplomado em direito pela Faculdade da Bahia, parlamentar, orador, poeta, teatrólogo, romancista, sociólogo, historiador, criminologista e escritor baiano. Segundo as autoras Lemos Britto foi o fundador de “O Imparcial”, periódico diário que circulou na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, entre maio de 1918 e maio de 1947.

Tal periódico surgiu como veículo midiático dos conservadores na Bahia – intenção expressa no cabeçalho das muitas edições iniciais – destinado a apoiar a candidatura de Ruy Barbosa. Nesse sentido, parece que grande foi a contribuição de José Gabriel de Lemos Britto que, segundo as autoras, “decididamente [era] um conservador militante e atuante naqueles tempos de transição e efervescência política”.

Apesar de ter circulado por vinte e nove anos, “O Imparcial”, segundo as autoras, ficou sob a direção de Lemos Britto por poucos anos, já que este se mudou para o Rio de Janeiro, comentando sobre a transferência do jurista no ano de 1920 (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2013: 124-125).

O interessante é que Süssekind, ao comentar sobre a vida jornalística de Lemos Britto, em momento algum relata a fundação e a sua atuação no periódico “O Imparcial”. Comenta sobre o empastelamento dos jornais civilistas “Diário da Bahia”, “A Bahia” e do “Diário da Tarde” e diz que exerceu, de passagem, a advocacia.

“Exerceu, de passagem, a advocacia. Mas, em tempo algum abandonou o jornalismo militante, indo ascensionalmente até a direção de vários jornais, como o seu Diário da Tarde, empastelado em 1912, o Correio da Manhã, de Salvador, ocupando ainda o posto de redator-chefe do Jornal Moderno e do Jornal de Notícias. Não resisto, aliás, ao desejo de fixar um fato que vale por uma definição dessa tendência irresistível de Lemos Britto para as lutas da imprensa: ainda no internato de Salvador, dirigido pelo eminente educador dr. Adolfo Frederico Tourinho, Lemos Britto fundou um minúsculo periódico, intitulado O Ipiranga, de parceria com um colega chamado Alcebíades Conceição, gastando os dois suas parcas mesadas com a impressão do importante órgão, cuja tiragem era de cem exemplares...” (LEMOS BRITTO, 1959, vol. 1, p.II e III)

Nem mesmo quando tece comentário sobre sua relação de amizade com Rui Barbosa, menciona o nome daquele periódico.

“(…) foi sempre amigo e soldado de Rui Barbosa, de cujas campanhas participou na imprensa e nos comícios da praça pública. Rui tinha por Lemos Britto estima e admiração. E quando, havendo deixado a Bahia, por motivos políticos, veio êle fixar-se no Rio, Rui escreveu a Julio de Mesquita, o notável fundador do [jornal] Estado de São Paulo, uma carta de apresentação, datada de 15 de junho de 1920 (...)” (LEMOS BRITTO, 1959, vol. 1, p. III)

Apesar da recomendação do famoso amigo, preferiu ficar na Capital Federal a se transferir para São Paulo. A partir daquele momento Lemos Britto começaria a ter uma aproximação maior com a política nacional.

Apesar do vastíssimo acervo, a atenção deste trabalho será voltada apenas para assuntos pontuais em quatro de suas obras: a) Os sistemas penitenciários do Brasil; b) A questão sexual nas prisões; c) O crime e os criminosos na literatura brasileira e; d) Obras completas. Assistência a menores, direito penal, ciência e prática penitenciárias. E que assuntos pontuais são esses? A trajetória e a obra de Lemos Britto e o seu impacto reformista, tanto no sistema penitenciário brasileiro quanto na sua atuação frente ao

problema do menor delinquente, buscando saber se houve, por parte do autor, atenção direta na questão da elaboração do Código de Menores de 1927. Em ambos os casos, a pesquisa terá um olhar atento para o pensamento eugenista, muito em voga em sua época. Tentar perceber se as ações e as atitudes do autor nessas duas questões se aproximam do discurso de criação e melhoramento da “raça brasileira”.

Dentro dessa perspectiva, analisar sua administração e seus atos na direção da Escola Quinze de Novembro, no Rio de Janeiro, é uma maneira de entender sua forma de pensar a questão dos menores infratores.

EUGENIA E DEGENERACÃO

Desde meados do século XIX discursos racialistas provenientes da Europa e dos Estados Unidos passaram a influenciar as elites brasileiras. Em 1865 o pesquisador suíço Louis Agassiz retornava aos Estados Unidos – onde trabalhava – após viagem ao Brasil afirmando “que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças [que] venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”. Já o conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Rio de Janeiro como enviado francês por quinze meses, afirmava que a população brasileira era “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”. A mestiçagem existente no Brasil não era só descrita, era também adjetivada e constituía uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. No final do século XIX, ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. O cruzamento de raças era entendido como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação. Apesar de tardia, a chegada das teorias raciais ao Brasil recebeu entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, tais como os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina e os institutos históricos e geográficos (SCHWARCZ, 1993: 17-19).

Stepan complementa essa visão ao afirmar que como nação culturalmente dependente, o Brasil, ou melhor, as elites intelectuais brasileiras, eram fortemente influenciadas pelas ideias raciais europeias, e da França em especial. Essa elite

intelectual vivia sua própria existência como uma imagem refletida no espelho. Texto após texto de análises sociais e científicas europeias tinha o Brasil como o exemplo da degeneração que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas. Análises científicas de Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e de vários darwinistas sociais eram citados no Brasil por suas teorias sobre a inferioridade dos negros, a degeneração dos mulatos e a decadência tropical. Para eles, o Brasil era o país onde cruzamentos “promíscuos” aconteciam desde os tempos coloniais, o que produziu um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo (STEPAN, 2004: 338).

Seyferth segue o mesmo raciocínio que as autoras anteriores comentando que desde a década de 1860 as elites brasileiras, principalmente a elite médica, haviam assimilado os paradigmas, as ideias sobre a origem das raças humanas e temas próximos presentes nas teorias do eminente anatomista e antropólogo francês Paul Broca. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional, tendo como docente João Batista de Lacerda. A partir desse momento os estudos sobre raças se tornaram mais sistematizados, tanto nos Museus quanto na Medicina Legal. Os pesquisadores se interessavam principalmente pela morfologia e classificação dos tipos indígenas e de mestiços. Essa “ciência das raças” tinha como premissa a desigualdade das mesmas e a construção hierárquica baseada na superioridade da “raça branca”, na inferioridade das “raças de cor” e nos prejuízos da “mestiçagem embaralhada”. Já os antropólogos seguiam o rigor metodológico e estatístico preconizado por Paul Broca. Este sistematizou a Antropometria e se convencia da inferioridade dos não brancos, assim como muitos outros cientistas de sua época preocupados com a elaboração de rigorosas hierarquias raciais (SEYFERTH, 1996: 48).

A inquietação quanto ao futuro da sociedade foi reforçada pelas incertezas sobre a modernidade, o que gerou um contexto propício para um movimento científico de reforma. Em vez de evolução, a metáfora da época passou a ser “degeneração”, que era atribuída ao vício, ao crime, à imigração, ao trabalho feminino e ao ambiente urbano. Nasceu a convicção de serem hereditárias muitas das doenças comuns entre os pobres, como a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo e as doenças mentais, o que insuflava o medo da decadência social. Muitos autores ainda acreditavam que a “rápida multiplicação dos inadequados” era uma ameaça adicional. Partindo da evolução, cuja essência era a seleção natural de variações herdadas em plantas e animais, Francis

Galton, primo de Charles Darwin, concluíra que a sociedade poderia fazer com rapidez o que a natureza fazia lentamente, ou seja, aprimorar o estoque genético humano por meio de uma seleção deliberada dos adequados em detrimento dos inadequados. Em 1883, Galton criou o conceito de eugenia para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade e que tinha como finalidade a obtenção de uma desejada “melhor reprodução”. Contudo, ainda não havia um conhecimento concreto do funcionamento da hereditariedade, o que impedia que houvesse um fundamento científico. Esse fundamento foi encontrado na biologia, através dos trabalhos de Jean-Baptiste Lamarck e August Weismann, além da redescoberta das leis de Mendel (STEPAN, 2005: 30-33).

Segundo Hobsbawm, a biologia foi essencial para embasar uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das desigualdades humanas da sociedade para a natureza. As vinculações entre biologia e ideologia são evidentes no intercâmbio entre eugenia e genética. A eugenia era essencialmente um movimento político, que acreditava que as condições do homem e da sociedade só poderiam melhorar através do incentivo à reprodução de tipos humanos valorizados e da eliminação dos indesejáveis. A eugenia só passou a ser considerada científica após 1900, com o surgimento da genética, que parecia sugerir que o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano era possível (HOBSBAWM, 1992: 351-353).

Para Del Cont, a eugenia – como um campo de produção de saber biotécnico acerca da admissão da existência de disposições intrínsecas que colocariam os seres humanos em posições diferenciadas em função de características biologicamente herdadas – organizou-se em um contexto de expansão imperialista fundada na pressuposição da superioridade do homem europeu em relação aos outros povos sob seus domínios. Ela se caracterizou pela utilização sistemática de metodologias classificatórias a partir da utilização de técnicas – como a antropometria e a craniometria – e procedimentos laboratoriais e foi elaborada como ciência no bojo do desenvolvimento de teorias raciológicas, evolucionárias e hereditárias no que diz respeito às condições de melhoramento, tanto das condições sociais quanto das disposições ou características hereditárias responsáveis pela qualificação racial, não

somente dos indivíduos como também de povos e das futuras gerações (DEL CONT, 2007: 144).

Os primeiros sinais da teoria de Francis Galton em terras brasileiras aparecem em dois campos de saber: na medicina e no direito. Na medicina, podem ser vistas em anúncios do doutor Abel Parente, médico italiano radicado no Brasil, nas páginas do *Jornal do Commercio*, dos dias 26 e 27 de dezembro de 1900, sobre seu “invento”, que poderia ser aplicado “nos casos em que a defesa social pode e deve impor aos doentes, aos anômalos, aos degenerados, não multiplicar o numero de infelizes, porém sem exigir previa conferência medica e guardando o sigilo profissional; bem assim pratica essa pequena e inofensiva operação nos casos em que a doente corre perigo de vida durante a prenhez, o parto e o puerpério” (MEDEIROS, 2015: 306). O método de esterilização de Abel Parente despertou uma ruidosa controvérsia no meio médico brasileiro no ano de 1893 e a polêmica envolveu médicos, juristas, a Sociedade de Higiene do Brasil e a Academia Nacional de Medicina. Os temas da natalidade e da higiene da raça estavam na ordem do dia dos debates médicos, de homens públicos, de intelectuais e ativistas. O enfoque na quantidade e na “qualidade” da população com vistas ao futuro da nação passava a caracterizar a relação entre a medicina e os poderes públicos (ROHDEN, 2001).

Já no direito, a teoria galtoniana apareceu na descoberta da figura do “menor”. Segundo Londoño, no fim do século XIX, os juristas brasileiros descobriram a figura do menor nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores, foram chamados por esses de “abandonadas”. Eram menores abandonados, as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que, por incorrerem em delitos, frequentavam as cadeias, passando a ser chamados de menores criminosos. O menor, para esses juristas, não era o filho “de família” sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão tutelado e sim, a criança ou adolescente abandonado, tanto material como moralmente. A partir dessa definição, a imagem do menor se caracterizava como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos pais, pelos tutores, pelo Estado e pela sociedade. A origem do abandono eram as condições econômicas e sociais que a modernização trazia, porém, não deixavam de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno como os principais responsáveis pela situação. A culpa

pelo abandono das crianças era dos seus pais que, por cederem aos vícios do álcool, do jogo e da vadiagem, não exerciam autoridade e acabavam corrompendo os filhos (LONDOÑO, 1991: 129–145).

Adriana de Resende B. Vianna segue a mesma linha de Londoño ao investigar o processo de construção do termo e personagem – “menor” – na cidade do Rio de Janeiro. Personagem esse construído por um agente classificador, o policial. E esse termo acabou se naturalizando e se cristalizando em significados reunidos, ganhando inclusive o campo jurídico, culminando com a criação do “Juízo de Menores do Distrito Federal” em 1923 e com a promulgação do “Código de Menores” em 1927.

Segundo a autora, com a criação do Juizado de Menores em 1923, a criança passou a ser sujeito de direito no Brasil e com o Código de Menores de 1927, a assistência à infância passou a ser um atributo do Estado. A entrada em vigor do Código apenas mudou os agentes autorizados a formalizar a conduta sobre o menor. No fim, o que importava era a normatização da conduta do menor (VIANNA, 1999: 28; 179).

Irma Rizzini também segue essa linha ao verificar que no Brasil das primeiras décadas do século XX a infância pobre tornou-se alvo não só de atenção e de cuidados, mas também de receios. Denunciava-se sua situação e seja nas famílias, nas ruas ou nos asilos, o consenso é geral: a infância estava em perigo. Constantemente lembrada pelos meios médico e jurídico, a infância "moralmente abandonada" era potencialmente perigosa já que, devido às condições de extrema pobreza, baixa moralidade e doenças de seus progenitores, esta não recebia a educação considerada adequada pelos especialistas: educação “física, moral, instrucional e profissional”. Era o futuro da “raça” que estava em jogo, e com ele o futuro da nação. Mas quem era essa infância moralmente abandonada? Era aquela que, devido a uma falta moral da própria criança – com sua ociosidade ou preguiça – ou dos pais, largados a embriaguez, a mendicidade, a libertinagem, aos vícios entre outros traços degenerativos, não recebia os cuidados e a educação necessárias ao seu desenvolvimento enquanto cidadão integrado na ordem social vigente. Geralmente a responsabilidade pela situação de abandono da criança era depositada nos pais.

Ciências como a medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia contribuíram com teorias e técnicas para a formação de uma nova mentalidade no atendimento ao menor. Contudo, a mentalidade repressiva começava a ceder espaço para uma

concepção de reeducação, de tratamento na assistência ao menor. Verificava-se o surgimento de um novo modelo de assistência à infância, fundada não mais somente nas palavras da fé, mas também nas das ciências, basicamente médica, jurídica e pedagógica. A assistência caritativa religiosa começava a ceder espaço para um modelo de assistência calcado na racionalidade científica onde o método, a sistematização e a disciplina tinham prioridade sobre a piedade e o amor cristãos (RIZZINI, 1990: 78).

Em uma análise prévia, observou-se certa admiração do autor com as teorias criminologistas e de antropologia criminal do italiano Cesare Lombroso. Sendo Lombroso um admirador das teorias eugenistas, cabe investigar até que ponto o pensamento de Lemos Britto converge, ou não, com as teorias defendidas por eugenistas brasileiros famosos e contemporâneos seus, como Renato Kehl ou Roquette Pinto, por exemplo. Analisar seus discursos e ideias e comparar com os discursos de Kehl, ou do médico Nina Rodrigues, outro baiano e grande defensor da teoria lombrosiana no país, é interessante para analisar até que ponto o pensamento de Lemos Britto possa ter sido influenciado pelos ideais de construção da “raça brasileira”. Contudo, esse trabalho também buscará observar se havia certo apreço de Lemos Britto à corrente criminológica francesa, na qual o criminoso é moldado pelo meio social, e que começava a se apresentar no direito brasileiro da época.

Essa pesquisa se debruçará sobre as redes de sociabilidades de Lemos Britto. Tudo o que se sabe, até esse momento, é que o mesmo teve uma forte ligação com Rui Barbosa desde antes de chegar ao Rio de Janeiro, ainda na Bahia. Mas nada se sabe sobre suas relações familiares, afetivas e de amizades.

A LUTA PELA REFORMA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DE UMA LEGISLAÇÃO PARA OS MENORES

Em 1924, após uma excursão, aparentemente patrocinada pelo Governo Federal, por diversos estados para conhecer seus sistemas penitenciários, Lemos Britto publicou o primeiro volume de sua obra “Systemas Penitenciarios do Brasil”, que parece ser, na verdade, um relatório de observações ao Sr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça do governo de Arthur Bernardes, onde relata o que observou e critica a apatia pela reforma do sistema penitenciário brasileiro, comentando ser “ponto de honra dos povos e dos governos a reforma de suas instituições penais, e a conseqüente melhoria de suas prisões” (LEMONS BRITTO, 1924: 28).

Ao se referir ao problema dos menores, Lemos Britto afirma que o mesmo continuava insolúvel e que este problema se entrelaçava a questão penitenciária, tal qual a hera que se alimenta do tronco. Destaca ter visto quadros espantosos, como na penitenciária do Ceará onde encontrou no cárcere um rapaz que estava preso desde os catorze anos e que havia sido condenado a vinte e quatro anos de prisão em função de ter assassinado um açougueiro em virtude de luta corporal após ter sido ofendido pela vítima. Nesse caso Lemos Britto, ao analisar a situação do menor, levanta a dúvida de que o mesmo tenha agido por instinto perverso e consciente ou sob a ação de elementos mórbidos. De qualquer forma, segundo sua análise, a ciência penal foi sacrificada uma vez que se o menor já apresentava tais instintos, deveria ser segregado para fins de educação e adaptação à vida honesta e ao trabalho. Por outro lado, se o problema foi causado por enfermidade, deveria ser encaminhado a um manicômio ou um asilo, nunca ao cárcere (LEMOS BRITTO, 1924: 61).

Outra situação encontrada por Lemos Britto na mesma penitenciária foi a presença de uma criança de oito anos dormindo no chão de uma cela ocupada, ao mesmo tempo, por adultos. O menor havia sido recolhido por furtar comida, possivelmente motivado pela fome.

“No citado estado do Ceará vi dormindo no cimento de um xadrez da delegacia linda criança de oito annos, branca, e em sua companhia contei oito homens, recolhidos á noite pela policia, ebrios, rufiões, gatunos profissionaes! Informaram-me depois tratar-se de um pequeno gatuno das feiras, e ali estava por haver surripiado um pão ou uma fruta, no mercado, e que o proprio pae costumava leval-o á prisão [...] Em Pernambuco encontrei nove menores e crianças trancafiados num cubiculo da Penitenciária [...]” (LEMOS BRITTO, 1924: 62).

Lemos Britto ainda comenta que Pernambuco era o mais adiantado dos estados do norte no que se refere ao regime e ao asseio das prisões.

Não se sabe se a obra de Lemos Britto foi importante referência na elaboração do Código de Menores de 1927 pelo então juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Contudo, Lemos Britto parece ter se admirado com o Código.

“O Código de Menores é excepcional. Pondo um remate as velhas aspirações humanitárias, concatenando e aperfeiçoando leis e regulamentos esparsos, defendendo a infância de modo enérgico e sem excusados atropelos á vida domestica, elle nos colloca em pé de igualdade com paízes mais avançados no assumpto” (LEMOS BRITTO, 1929: 14).

Já no final de sua carreira pública Lemos Britto publica, no ano de 1946, o trabalho intitulado “O crime e os criminosos na literatura brasileira”. Na introdução, ao expor sua pretensão com a publicação da obra, o autor comenta que seu objetivo é fazer uma investigação despretensiosa e singela em torno do crime e dos criminosos através do romance, da novela, do conto, da poesia, da própria história brasileira sem distinguir autores clássicos de modernos, consagrados de obscuros, cultos e célebres de modestos e tímidos estreantes. No entanto, logo demonstra certo racismo ao afirmar que “(...) jovem escritor paraense nos pinta o quadro de outro preto que assassina o patrão paralítico arremessando-o a uma fogueira em torno da qual momentos antes desfilara um cortejo festivo. Neles, e sem o pretender, a literatura desenvolve o tema da sobrevivência atávica dos instintos inferiores da raça negra (...)” (LEMOS BRITTO, 1946: 7, 12).

Na referida obra, Lemos Britto se detém em diversos crimes narrados e tenta entender, a luz do direito positivo, qual seria a pena do acusado. Em relação ao menor, escreve dois capítulos: um sobre o castigo imoderado de menor e outro sobre a corrupção de menores. No primeiro capítulo relata trecho de uma obra sobre o castigo extremo a um menor que furtou rapadura e bolachas (LEMOS BRITTO, 1946: 272-273). No segundo capítulo, relata alguns casos: o de uma paixão e assédio de uma bailarina por sua amiga na qual tenta, através do uso de cocaína, seduzi-la; o de prática sexual de um adulto com uma adolescente; a do defloramento de uma adolescente que saía com homens mais velhos e; por fim, o uso de feitiços, “macumba” como em suas palavras, por um pai de santo para corromper uma menor (LEMOS BRITTO, 1946: 290-293).

Por fim, vasta é a obra do autor e enorme será a pesquisa que se encontra apenas em estado seminal. O importante, nesse momento, é realizar o levantamento do material disponível e analisar o pensamento e as práticas de Lemos Britto para entender até que ponto o pensamento eugenista presente no meio intelectual de sua época moldou seu caráter e suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL CONT, Valdeir Donizete. A ciência do melhoramento das especificidades genéticas humanas. 370 fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DIÁRIO DO NORDESTE. Disponível em: <
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/disputa-entre-faccoes-chega-aos-centros-socioeducativos-1.1807246>> Acesso em 29 Ago 2020.

HOBBSAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEMOS BRITTO, José Gabriel de. Os sistemas penitenciários do Brasil – Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1924.

_____. As leis de menores no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Preservação 15 de Novembro, 1929.

_____. O crime e os criminosos na literatura brasileira. São Paulo: José Olympio, 1946.

_____. Obras completas. Assistência a menores, direito penal, ciência e prática penitenciárias. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação. Editora: [S.l.] : Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Serviço de Documentação, v. I e II, 1959.

LONDOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. In: DEL PRIORI, Mary (org.) História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX. 2015. 395 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Joelma Jesus; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Libertadores, liberticidas: debates sobre a liberdade em O Imparcial. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, p. 124-133, 2013.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX-da repressão à reeducação. In: Fórum Educacional. 1990. p. 77-94.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 41-58.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920 – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Clóvis Bevilacqua e o projeto de Código Civil: ideias jurídicas e circulação de ideias na passagem à modernidade no Brasil

Roberta Alcântara Gomes da Silva
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ

O processo de aprovação do projeto de Código Civil de Clóvis Bevilacqua foi conturbado e lento, abrangendo os últimos anos do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX. No interior dos intensos debates, sobretudo no que se refere aos temas relacionados ao direito de família, como o casamento civil, o divórcio e a condição da mulher, as propostas de Bevilacqua foram duramente criticadas e modificadas por serem consideradas progressistas.

Nesse sentido, no presente trabalho, nosso objetivo é refletir sobre essas discussões e as forças que as influenciaram, uma vez que, notamos disputas ideológicas entre os intelectuais envolvidos. Faremos isso a partir da análise da trajetória de Clóvis Bevilacqua, enfocando, principalmente, na sua formação intelectual. Pensar esse sujeito histórico é fundamental para compreendermos os ataques ao seu projeto e os conflitos em torno de todo esse processo.

Identificamos, ainda, que essas discussões são fortemente influenciadas pelo contexto em que elas estavam inseridas. O período em questão marcou a passagem à modernidade no Brasil, que introduziu transformações políticas, econômicas, sociais, urbanísticas e ideológicas, durante o século XIX e, principalmente, na virada para o século XX. Assim, também buscamos fazer uma reflexão a respeito dessa conjuntura e, especialmente, das particularidades da modernidade brasileira.

Observamos que nessa virada para o século XX, com a reestruturação do Estado sob a forma republicana, em 1889, a modernidade brasileira, de fato, atingiu seu ápice. De acordo com Fabiana Rodrigues é nesse momento que as expectativas por mudanças se tornam muito evidentes, sobretudo, a partir da formulação de projetos de reformas que visavam transformar o país em uma nação moderna e civilizada (RODRIGUES, 2008: 9). A própria necessidade de elaboração de um Código Civil é um desdobramento disso, posto que, é neste momento caracterizado por um forte ímpeto reformador, como afirmam Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, que ocorreu a introdução, no Brasil, de um paradigma legalista, que expressava a importância da adoção de códigos civil e criminal modernos (NEDER; CERQUEIRA, 2000: 114).

Contudo, ao mesmo tempo em que esse conjunto de transformações atingiam o Brasil, surgiu, contraditoriamente, fortes resistências políticas, ideológicas e afetivas à essas mudanças. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, tais resistências encontram suas matrizes na visão de mundo tomista, difundida em Portugal e em suas colônias pela Igreja, o que perpetuava preceitos morais dentro da sociedade, produzindo, assim, permanências culturais de longa duração. Para os autores:

A visão de mundo tomista, espaiada na Península pela prática política e ideológica da Igreja Romana, sustentava uma concepção de sociedade rigidamente hierarquizada, produzindo efeitos de permanência cultural de longa duração, com fortes desdobramentos para os afetos e as emoções presentes nas formações históricas portuguesa e brasileira, que resistem, ainda hoje, ao corolário das tantas mudanças promovidas pelas concepções iluministas e liberais sobre os direitos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007: 116).

Entre o fim do século XIX e o início do XX, as resistências e as permanências ficam muito perceptíveis, conforme atesta Rodrigues, uma vez que a secularização do Estado, com a mudança de regime político, deixou lacunas que permitiram que as relações entre Estado e Igreja fossem reestabelecidas (RODRIGUES, 2008: 59). Diante desse quadro, segundo Anna Marina Pinheiro, a Igreja buscou não só resistir à cultura das “elites secularizantes”, como também criou suas próprias “vanguardas intelectuais” e um discurso político próprio, marcado por um forte antiliberalismo e antipositivismo (PINHEIRO, 2017: 26). Assim, emergiu um laicato católico militante, através do ultramontanismo e do catolicismo ilustrado, que, segundo Rodrigues, buscou reafirmar o discurso moralizante da Igreja (RODRIGUES, 2008: 66-67).

Acreditamos que essas resistências simbolizam que as forças da tradição não foram facilmente substituídas, evidenciando as estreitas relações entre modernidade e tradição. Marshall Berman aponta que o sentimento predominante naquele momento, no mundo, era o de viver em uma era revolucionária, que provocava transformações em nível pessoal, social e político, mas, concomitantemente, material e espiritualmente não era um mundo moderno por inteiro (BERMAN, 1986: 16). Este é um dos principais paradoxos da modernidade do século XIX. Apesar dos grandes avanços, não houve um rompimento completo com o passado e suas tradições.

Nesse sentido, entendemos que as tradições estão intrínsecas à modernidade. De acordo com Berman, é importante acentuar que elas nutrem e enriquecem a

modernidade, se tornando parte fundamental dela. Percebemos essa situação se esboçar no Brasil, se analisarmos a apropriação e a adaptação das ideias que estão na base das reformas operadas no Brasil.

Como um desdobramento dessa modernidade, o desenvolvimento dos meios de transporte acelerou o fluxo de pessoas e de mercadorias, além do de livros e revistas filosóficas, que, segundo Angela Alonso, eram as principais formas de divulgação de ideias, naquele momento (ALONSO, 2002: 53). Investigamos esse processo apoiados na discussão sobre circularidade em Carlo Ginzburg. Refletindo sobre como “O demônio da garrafa” de Robert Stevenson teria influenciado Bronislaw Malinowski, vinte e cinco anos depois de sua publicação, na criação da etnografia e em como o próprio conto pode ter sido inspirado em uma obra de Honoré de Balzac, *A pele de Onagro*, escrita sessenta e um anos antes, Ginzburg nos atenta para o fato de que em toda produção de conhecimento há um diálogo entre épocas, gerações, centros e periferias. Há sempre uma circulação de ideias (GINZBURG, 2004: 113).

No Brasil, a circulação de ideias estabeleceu um diálogo entre os intelectuais brasileiros e as principais correntes de pensamento europeias, sobretudo a partir da década de 1870. Rodrigues salienta que “é nesse período que localizamos algumas bases ideológicas nas quais estão assentadas algumas ideias que estariam presentes durante as primeiras décadas da república no Brasil, e também nas posteriores” (RODRIGUES, 2008: 228). Isso não significa, contudo, que tenha ocorrido a simples imitação dessas ideias. Como Ginzburg afirma, o conto “O demônio da garrafa” não ofereceu a Malinowski conteúdo para sua pesquisa, mas sim, a capacidade de ver aquelas trocas monetárias como um todo, a partir de um “salto imaginativo” (GINZBURG, 2004:109). Assim, no processo de apropriação, há também uma adaptação dessas ideias.

Nesta perspectiva, não houve, no Brasil, a simples importação de ideias, o repertório intelectual europeu foi adaptado de acordo com as demandas brasileiras. Segundo Alonso, essas ideias funcionaram como recursos usados conforme as possibilidades de se adequar e intervir nas particularidades da conjuntura brasileira. A intelectualidade, assim, “dosava os valores universais vindos do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar” (ALONSO, 2002: 56).

Essa adaptação, no entanto, reveste-se de características pragmáticas e moderadas, tendo em vista as resistências que pontuamos. Conforme pontua Neder, os

reformadores “adotaram o primado da lei como eixo de articulação no campo político-ideológico”, ou seja, realizaram uma leitura conservadora das ideias modernas que aqui chegavam (NEDER, 2012: 75).

Antes de prosseguir, precisamos destacar que esses intelectuais reformadores eram, majoritariamente, juristas e bacharéis em direito. Eles eram uma constante na vida pública do país desde o Império e desempenhavam atividades na administração pública, na vida política, nas escolas, em jornais, na literatura, entre outras ocupações. Para Neder, por isso, atuavam de forma expressiva, também, no processo de ideologização da sociedade brasileira (NEDER, 2012: 181). Eram as faculdades de Direito brasileiras, as instituições fundamentais no aperfeiçoamento desses intelectuais e na consolidação da cultura jurídica nacional.

Inicialmente, havia duas faculdades, uma em São Paulo e outra em Recife. De acordo com Neder, a escolha das localizações, baseando-se na estratégia de construção da nação, buscava articular as diferentes regiões que compunham o país (NEDER, 2012: 182). Apesar desse objetivo em comum, existiam claras diferenciações entre elas. Segundo Sérgio Adorno, enquanto a de São Paulo era marcada por um ensino mais pragmático e conservador, voltado a formar membros para compor o Estado; a de Recife possuía um ensino mais avançado, voltado a produção de conhecimento e a reflexão sobre a sociedade, a partir das principais ideias em voga naquele momento e sob liderança de Tobias Barreto, formando, assim, juristas e pensadores (ADORNO, 1988: 121).

As ideias que mais foram adaptadas pelos intelectuais brasileiros estavam relacionadas ao positivismo e ao liberalismo, sendo esta última a mais predominante na estrutura sócio-política brasileira. A partir do positivismo, o projeto de reformas adotou as noções de ordem e progresso e, com o liberalismo, articulou ideias como as de “civilização”, “nação” e “modernidade”. Projetavam, assim, conforme atesta Neder e Cerqueira Filho, modificações de caráter moderno-conservador, principalmente, nos planos econômico, político e social (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007: 14)

Neste ponto é que o direito e seus profissionais assumem singular importância. Segundo Neder, o Estado passou a ser pensado como que diretamente associado à organização jurídica. Dessa forma, todo um conjunto de reformas jurídicas, baseadas “num posicionamento “científico” fundado nos novos saberes” (NEDER, 2012: 83),

embasou as demais reformas. Iniciou-se, já no governo provisório, a revisão das leis civis e criminais e a decretação de reformas e de disposições.

Surge nessa conjuntura, não coincidentemente, certa preocupação com o controle e o disciplinamento social. Percebemos no pensamento e no discurso jurídico daquele momento a definição de uma forma específica de disciplinar aquela sociedade em ebulição. Para Neder, a adaptação das ideias modernas à realidade brasileira acarretou a formulação de reformas com um caráter fortemente opressivo. No interior das práticas de disciplinamento havia múltiplas permanências de práticas repressivas tradicionais, ligadas, ainda, à sociedade escravista (NEDER, 2012: 115).

A primeiras legislações republicanas acatam essas demandas. O Código Penal (1890), antecipando-se à Constituição, estabeleceu condições para um disciplinamento conservador e repressivo no que diz respeito, sobretudo, aos trabalhadores pobres (ex-escravos e imigrantes) (NEDER, 2012: 127). No direito civil e de família, aprovou-se o Decreto nº 181 (1890), que instituiu o casamento civil, mantendo, contudo, sua indissolubilidade (NEDER, 2002: 4).

Dessa maneira, compreendemos que eram essas as pretensões para a legislação civil. O Código a ser aprovado deveria estabelecer, também, condições para um ordenamento disciplinar repressivo. Contudo, escolha de Clóvis Bevilacqua, pelo então Ministro da Justiça do governo de Campos Sales, Epiácio Pessoa, em 1898, para a elaboração de um projeto de Código Civil, vai na contramão dessas pretensões, iniciando, assim, conflitos e disputas ideológicas que se prolongaram até 1916, quando o projeto é finalmente promulgado. Seu trabalho recebeu inúmeras críticas. O conteúdo, que incluía disposições sobre direitos individuais e trabalhistas, filiação natural, capacidade jurídica da mulher e divórcio; e excluía diferenciações preconceituosas, comumente usadas no direito naquela época, como “mulher honesta” e “mulher desonesta”, era considerado avançado, mesmo em uma época marcada pelas transformações da modernidade. Constatamos essas divergências, principalmente nas discussões sobre direito de família. As concepções mais secularizadas que entendiam o casamento como um contrato, que, como tal, deveria prever o destrato, por exemplo, rendiam calorosos debates, porque batiam de frente com as concepções ligadas às resistências mencionadas, que ansiavam manter o casamento como um sacramento da Igreja, permanecendo, nesse sentido, indissolúvel.

O estudo da trajetória intelectual de Clóvis Bevilacqua, indica que ele, de fato, não pensava como a maioria dos juristas envolvidos nas reformas. Sua reflexão sobre a sociedade brasileira e sobre o papel do direito nessa conjuntura, era mais progressista, o que explica os conflitos e as críticas.

Na análise de sua trajetória, vamos nos debruçar sobre nossas fontes. Seleccionamos livros e artigos de Clóvis Bevilacqua, publicados entre o fim do século XIX e início do século XX. Encaramos as fontes a partir do método indiciário cunhado por Ginzburg. Segundo ele, o método tem origens muito antigas, que remontam à pré-história. O caçador pré-histórico teria sido o primeiro narrador de uma história, porque era capaz de ler nos rastros deixados pelas presas, uma série coerente de eventos (GINZBURG, 2003: 151).

O paradigma indiciário, portanto, sempre remete ao trabalho do caçador e consiste no exame minucioso de rastros deixados pelas “presas”. No caso do trabalho historiográfico, os documentos históricos deixam “testemunhos involuntários sobre usos e costumes”(GINZBURG, 2007: 11) e, cabe ao historiador ler esses testemunhos para além das intenções de quem os produziu, a partir do pressuposto de que em todo texto há elementos incontroláveis e inconscientes. No que tange a esta pesquisa, o método propicia, então, compor a trajetória de Bevilacqua, assim como, entender o contexto histórico em que ele se insere, refletindo não só sobre o que ele quer nos mostrar em sua escrita, mas também sobre o que está nas entrelinhas.

Nascido em Viçosa do Ceará, em 4 de outubro de 1859, segundo filho de Martiniana Maria de Jesus Aires e do padre José Bevilacqua, Clóvis desde muito jovem esteve em contato com as ideias modernas. Seus biógrafos dão conta de que seu pai possuía uma pequena fortuna, o que permitiu ao jovem Clóvis acesso ao estudo e às ideias e livros que circulavam no país. Além disso, segundo Silvio Meira, com seu pai, Clóvis aprendeu o francês e o latim, o que facilitou ainda mais o contato com esses textos, posto que, grande parte dos livros e revistas filosóficas que aqui chegavam eram franceses ou traduzidos ao francês (MEIRA, 1990: 29).

Quando jovem era um idealista e defensor agressivo da abolição e da República. Desde cedo, Clóvis escrevia em tribunas e jornais em defesa desses ideais. Nessa época, de acordo com Sílvio Meira, Clóvis engajou-se no movimento positivista, tendo sido influenciado pelas ideias da fase científica do comtismo. Quando Comte sugere a

existência de uma religião positiva, Clóvis se afasta e passa a integrar a dissidência francesa do positivismo, chefiada por Émile Littré (MEIRA, 1990: 237). Segundo ele, o littrismo era uma transação entre o comtismo e a ciência independente e servia para despir os espíritos da “farandolagem metafísica” (BEVILACQUA, 1899: 28).

Em 1878, ele ingressa na Faculdade de Direito de Recife e entra em contato com uma profusão de ideias. Lá, a filosofia positiva logo cedeu lugar a outras correntes “mais modernas e mais vigorosas”, que possuíam o que tinha de “mais exato e mais resistente”, como o próprio littrismo, o monismo de Haeckel e o evolucionismo (BEVILACQUA, 1899: 33). Dentre as novas ideias, Clóvis aproximou-se mais do evolucionismo de Herbert Spencer. Para ele, o evolucionismo spenceriano é:

A síntese ousada que traduz belamente essa grandiosa concepção do mundo, cujas pilastras mais fortes são a observação e a indução científicas, e cujas mais vultuosas conclusões se concretizam na evolução, como princípio geral, e no agnosticismo, como reconhecimento da fraqueza de nossos instrumentos de investigação (BEVILACQUA, 1899: 39).

Frisamos que até esse momento, Clóvis almejava ser um “homem de letras”, concentrando-se nos estudos literários e filosóficos. De acordo com Meira:

Atraía-o a ficção francesa, tornou-se leitor assíduo dos grandes ficcionistas russos, especialmente Dostoievski; deliciava-se com os poetas franceses e italianos. Aprofundava-se na leitura dos historiadores, poetas e ficcionistas portugueses, tão em voga no Brasil daquele tempo. Dedicava seu tempo à leitura, à redação de trabalhos literários (MEIRA, 1990: 58).

Assim, estudava muito mais os assuntos literários e filosóficos, do que, propriamente, o Direito. Foi Tobias Barreto que despertou nele a curiosidade pelo estudo do direito. Barreto exerceu forte influência no processo de ideologização da Faculdade de Direito do Recife ao introduzir um conjunto de novas ideias. De acordo com Ricardo Borrmann, Barreto era crítico agressivo da velha ordem imperial. Dessa maneira, combatia as influências relacionadas a ela no estudo da filosofia e do direito, principalmente as religiosas, de matriz tomista. Acreditava que esse tipo de ideia dificultava o progresso científico do país (BORRMANN, 2019: 149). Essas convicções o levaram a rejeitar o pensamento francês. Para Tobias, nas palavras de Borrmann, “tal ideologia estava intimamente ligada à estrutura do poder imperial, à maçonaria, à escravidão e também a partes do clero” (BORRMANN, 2019: 151).

Assim, Barreto aprofunda-se no estudo do pensamento germânico. Na filosofia, aproxima-se de Ernst Haeckel e Ludwig Noiré. Já no direito, buscando afastar as concepções antiquadas, como o jusnaturalismo, e as visões religiosas e moralistas, ancora-se nos juristas Rudolf von Jhering e Albert Hermann Post. Segundo Borrmann:

Como Post e Jhering, Barreto pretendia questionar especialmente o dogmatismo jurídico-romano e exegético, a antiga doutrina dos pandectas, que tratava o *Corpus Juris* como um verdadeiro texto sagrado. Com isso, Tobias Barreto representou uma mudança epistemológica no âmbito do pensamento jurídico. Para Tobias, esse novo método era, desde Darwin e Haeckel, regulado historicamente pela noção de evolução. A abordagem de Darwin e Haeckel foi, segundo Barreto, introduzida nas ciências jurídicas por teóricos como Post e Jhering (BORRMANN, 2019: 151).

Sua maior contribuição para a formação de Clóvis foi, certamente, a introdução dessa filosofia jurídica alemã, com Post e, especialmente Jhering. Em *Juristas Philosophos*, Bevilacqua diz que:

(...) nós, os brasileiros, fomos levados a olhar, a estimar e estudar os livros alemães, reconhecendo que além de Portugal e da França, havia muito que aprender. Principalmente no domínio do direito, o que nos ia apresentando o professor brasileiro, e o que nos patenteavam os autores que ele nos indicava eram, em grande parte, surpreendentes revelações (BEVILACQUA, 1897: 114).

Em linhas gerais, o pensamento de Clóvis Bevilacqua foi profundamente marcado pelo evolucionismo spenceriano e pela filosofia jurídica de Jhering e Post. Os princípios evolucionistas de Spencer foram amplamente adotados por Bevilacqua, estando presentes na maioria de suas obras. Spencer acreditava na evolução e, assim, na ideia de que não se pode ter uma noção completa das relações sociais, sem estudar a origem delas. Por isso, deve-se voltar no passado tanto quanto for possível (BEVILACQUA, 1897: 119).

A evolução seria, para Clóvis, universal, ou seja, uma evolução que se opera por toda parte do mesmo modo e, dessa forma, também para o direito. A teoria evolucionista seria, então, a chave da evolução jurídica. Para aplicar esses princípios ao direito, se ancora em Jhering e Hermann Post. Assim, passa a ver o direito como um fato social, o fato que torna possível a coexistência humana em sociedade (BEVILACQUA, 1896: 141). Isso se daria pela luta, que criou e mantém o direito. Para ele:

(...) uma vez formada a sociedade, trava-se dentro de seu seio um duplo combate. Externamente, a sociedade tem de defender, palmo a palmo, o solo em que pousa, momento por momento, o escoar de sua existência. Internamente os indivíduos têm de lutar cada um contra cada um e contra todos; mas como a divisão dos ofícios estratifica a sociedade em diversas classes, é finalmente, entre estas que a luta mais ordinariamente se empenha (BEVILACQUA, 1896: 144).

É da vitória ou do equilíbrio dessas forças sociais combatentes que surge o direito como resultante de suas solicitações. O resultado da luta deve estar em conformidade com os interesses da sociedade (BEVILACQUA, 1896:145). Surge aqui uma preocupação por parte de Clóvis com essa sociedade. Para ele, a sociedade envolve o ser humano e, ao mesmo tempo, o subjuga, “fornecendo-lhe suas ideias, suas crenças, seus sentimentos, suas aspirações, seus usos, sua linguagem, sua ciência, sua filosofia, o pão que o alimenta e o pano que o veste” (BEVILACQUA, 1896: 161). Assim, o principal objetivo do direito é esse:

(...) assegurar à sociedade as condições de sua existência e, pela sociedade, tomar possível a vida humana fora dos limites da pura animalidade. E ele evolui, solicitado por essa finalidade, aproximando-se mais e mais desse alvo que lhe foge incessantemente, dia a dia mais perto, porém, nunca atingido. Para esse fim trabalham, mais ou menos inconscientemente, os legisladores, os juristas, os filósofos, os aplicadores da lei e mesmo os povos (BEVILACQUA, 1896: 195).

Contudo, mesmo que a sociedade seja para o ser humano uma condição de vida e de desenvolvimento, esse ser humano possui sua individualidade e o direito deve refletir isso. Dessa forma, com sua evolução, direitos individuais vão aparecendo para proteger esse indivíduo, ao mesmo tempo em que o próprio direito adquiria forma mais firme e mais exata (BEVILACQUA, 1896:167).

Para ele, portanto, a evolução jurídica começou a elaborar um instituto novo: a igualdade dos direitos civis entre os indivíduos. O direito deveria deixar de privilegiar somente uma classe e se estender à totalidade dos cidadãos. (BEVILACQUA, 1896: 200). Assim, entendemos algumas das propostas de seu projeto de Código Civil, sobretudo, no que se refere ao direito de família. Defendia, por exemplo, o princípio de igualdade entre maridos e esposas. Para ele, se o homem tinha seus direitos e deveres bem constituídos, a mulher também deveria ter os seus igualmente assegurados, para, assim, poder preservar seu bem-estar e sua dignidade na vida conjugal

(BEVILACQUA, 1943:150). Clóvis defendia também o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher. Segundo ele, por séculos, a mulher passou de tutela em tutela, sem poder usufruir de plena capacidade civil. Isso seria fruto de uma mentalidade antiquada, que durante o século XIX, se apoiou nas teorias biologistas para justificar a inferioridade da mulher (BEVILACQUA, 1943:161). Para Bevilacqua, se a condição feminina parecia inferior não era por questões biológicas, mas por questões socioculturais, pois as gerações não buscaram cuidar da educação da mulher da mesma forma que a do homem (BEVILACQUA, 1943:163).

Dessa maneira, ao ler os textos de Bevilacqua, para além das suas intenções, tal como sugere o método indiciário, observamos uma reflexão, de fato, mais progressista, sobre a sociedade e os direitos civis, do que os posicionamentos predominantes naquela conjuntura, marcadamente conservadores, principalmente, se considerarmos que se formava uma República cujas ações autoritárias e repressivas eram cada dia mais notáveis. Questões relativas à igualdade de direitos sequer eram uma preocupação do quadro político-jurídico brasileiro daquele momento.

Essa postura do jurista evidencia as raízes dos conflitos em torno de seu projeto e os ataques sofridos. Identificamos que como a maioria dos intelectuais envolvidos nos debates sobre o Código Civil eram conservadores, os posicionamentos de Bevilacqua foram mal vistos, especialmente os relacionadas ao direito de família, que esbarravam nas resistências de que falamos. Assim, nenhuma das suas propostas aqui citadas resistiu às comissões revisoras e o Código Civil aprovado em 1916 era muito mais conservador do que ele pretendia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BEVILACQUA, Clóvis. “Aplicações do Darwinismo ao Direito”. In: Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife, v.7, n.1, 1897. pp.117-132.

_____. Criminologia e Direito. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

_____. Direito da Família. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 3ª ed, 1943.

____. Esboços e Fragmentos. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1899.

____. Juristas Philosophos. Bahia: Livraria Magalhães, 1897.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1988.

ALONSO, Angela. Ideias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil- Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BORRMANN, Ricardo Gaulia. “A luta pelo direito no Brasil: A recepção das ideias de Rudolf von Jhering por Tobias Barreto”. In: NEDER, Gizlene; SILVA, Ana Paula B. R. da (Org.). Direito, religião e cultura: variações. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, pp.135-171.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

____. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 143-179.

____. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp.91-113.

MEIRA, Silvio. Clóvis Bevilacqua: sua vida, sua obra. Fortaleza: UFC, 1990.

NEDER, Gizlene. “Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo”. In: ANPUH Regional, 2002. Anais... Disponível em: <http://principio.org/amelia-e-clovis-bevilacqua-ocasamento-o-casal-e-a-idea-de-indi.html>.

____. Discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2012.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Ideias jurídicas e autoridade na família. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

____. “Os filhos da lei”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). São Paulo, v. 16, n. 45, pp. 113-125, 2000.

PINHEIRO, Anna Marina. Igreja Católica, medicina e imprensa feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil republicano. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Ideias Jurídicas, Famílias e Filiação na Passagem à Modernidade no Brasil (1890-1940). 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

MESA 16

Gestão Estatal, Cidades e Memória

DEBATEDORES:

Gelson Rozentino (UERJ/FFP)

Ulisses Fernandes (UERJ)

Alaor Prata Soares: um estudo sobre administração municipal e engenharia

Adauto Tavares Araujo

Doutorando PPGHS/FFP/UERJ

Entendemos que as relações econômicas e sociais são responsáveis por construir o espaço urbano, conferindo certo dinamismo e especificidade às cidades. A partir do advento da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista, a cidade se tornou o lugar para a geração dos meios de produção e da força de trabalho, sendo também os lócus.

Da acumulação de capital (BORGES, 2007: 2). Deste modo, seguindo essa premissa, entendemos que a cidade é palco de uma série de disputas e projetos que buscam criar regras e normas para os seus usos e funcionalidades. É possível observar a existência de um conjunto de ideias e concepções sobre progresso, ciências e modernização da cidade e do país, discutidas por uma série de atores políticos e sociais no Distrito Federal da Primeira República. Então, tendo como foco o modo pelo qual tais personagens ocuparam e pensaram a administração pública nos anos de 1920, ensejamos compreender a ação específica dos engenheiros no comando da Prefeitura do Distrito Federal.

Este trabalho tem por objetivo analisar a gestão do engenheiro Alaor Prata (1922-1926) a frente da Prefeitura do Distrito Federal. Ao assumir o comando da cidade, Prata paralisou as obras que estavam sendo empreendidas por seu antecessor, a partir de um discurso que condenava o alto endividamento e o déficit encontrado no caixa da Prefeitura. O engenheiro buscou criar um contraste entre a sua gestão e a anterior, que havia sido marcada pela execução de um conjunto de melhoramentos urbanos. Para isso, adotou um tom austero e demarcou a questão do controle dos gastos públicos. Todavia, no período em que ficou à frente da administração municipal, Alaor Prata foi responsável por dar voz ao corpo técnico que estava alocado na estrutura administrativa da cidade, ao criar comissões que eram espaços de debate e criação de propostas e que pensavam os problemas da urbe, sendo muitas vezes colocadas em prática em governos posteriores. Com o objetivo de defender a sua gestão das críticas proferidas por seu antecessor, o também engenheiro Carlos Cesar de Oliveira Sampaio (1920 – 1922),

Alaor Prata publicou o livro *Recordações da Vida Pública* (1958), em que destrinchou a situação financeira da cidade e explicou as medidas por ele tomadas.

Assentado na análise de fontes históricas oficiais produzidas por Alaor Prata, enquanto prefeito do Distrito Federal, e no livro escrito após a sua passagem pelo executivo municipal, este trabalho tem como interlocutores outras áreas de conhecimento, como a arquitetura, o urbanismo e com textos que também almejam discutir e analisar as concepções sobre a cidade que emergem de decretos, leis e discursos das autoridades públicas da década de 1920.

A ENGENHARIA, OS ENGENHEIROS E A ADMINISTRAÇÃO DA URBE

Segundo Maria Letícia Corrêa, a partir do final do século XVIII houve a multiplicação de estudos e relatórios que versavam sobre variados aspectos da vida urbana, nos quais os médicos faziam proposições relativas a aspectos como o clima, o ar e o solo, as “emanações”, a circulação da água e as “aglomerações” humanas, em estudos que tinham por intuito evidenciar a diferença entre fatores como características naturais, densidade da população e das construções, atividades econômicas e os hábitos da população (CORRÊA, 2012: 88).

Ao longo do século XIX, a questão da salubridade das cidades passou a ser problematizada de forma sistemática por duas categorias profissionais: os médicos e os engenheiros. Segundo Giovana Mastromauro, enquanto os primeiros se preocuparam com as questões relativas à higiene pública, os engenheiros sanitaristas buscaram apontar soluções para os problemas discutidos pelos médicos (MASTROMAURO, 2002: 3). Para Simone Kropf, os engenheiros inscreveram-se nesse debate ao se utilizarem de estudos e relatórios elaborados pelos médicos, na busca de soluções para os problemas que apareciam como obstáculos ao progresso. Partilhavam assim da:

(...) crença absoluta no poder inigualável da ciência como chave para um conhecimento objetivo e verdadeiro das leis que regem a realidade e, conseqüentemente, como o guia por excelência a indicar os rumos corretos a serem adotados para o encaminhamento da sociedade na senda da civilização. Diferenciados profissionalmente pela formação científica, os engenheiros contrapunham-se implicitamente ao que condenavam como o prejudicial predomínio de uma cultura bacharelesca, calcada na retórica e em esquemas de pensamento abstratos e estéreis no sentido de propiciar meios concretos para a viabilização das conquistas do progresso (KROPF, 1996: 181).

Conforme assinalado por Maria Stela Bresciani, a questão urbana foi estruturada no e pelo debate político, a partir de saberes já existentes e comprometidos com diversos projetos políticos e ideais reformistas (BRESCIANI, 2002: 19). Nesse sentido, os planos sobre a cidade foram formulados em um terreno conflituoso, pressupondo uma articulação entre o saber médico e o saber do engenheiro.

(...) o encontro de dois saberes não esgota os fios que viriam a compor o saber sobre as cidades, nem a pretensão da técnica à objetividade e neutralidade: um — o saber médico com sua teoria mesológica apoiada na teoria dos miasmas e na descoberta da dupla circulação sanguínea por Harvey —, reivindicando deter os parâmetros do que seria o meio ambiente adequado para formar homens sãos para o trabalho (e para a política), já que a saúde pressupunha o abandono dos vícios e costumes promíscuos, daí, das práticas consideradas imorais; outro — o do engenheiro —, reivindicando deter o saber fazer/produzir esse ambiente desejado por meio do domínio da técnica (BRESCIANI, 2002: 19).

Na Primeira República, deu-se a consolidação da imagem dos engenheiros como agentes do progresso nacional, os quais assumiram um papel de destaque nos debates sobre as intervenções necessárias para a adequação da *urbe* aos novos padrões de “civilização” e “progresso”. Segundo Vânia Cury, a categoria profissional dos engenheiros tomou para si o “dever moral” de transformar o aperfeiçoamento das condições materiais do país em uma bandeira ideológica, em defesa do processo civilizatório nacional (CURY, 2000: 38). Nesse período, as intervenções urbanas tornaram-se o meio para a afirmação das aptidões e anseios de mudança dos engenheiros, que participaram ativamente nos debates sobre as reformas (KROPF, 1996: 179).

Conforme apontado por Simone Kropf, o debate sobre as reformas urbanas constituiu um meio para a afirmação da identidade intelectual e social específica dos engenheiros, que se intitulavam como agentes do programa de estruturação de uma nova ordem na sociedade brasileira, indicando que esses profissionais acreditavam ser capazes de conduzir as ações necessárias para adequar o Brasil aos ideais de progresso e civilização, se apresentando como indispensáveis ao bom andamento das reformas, por acreditarem deter o saber “competente” sobre o reordenamento da cidade (KROPF, 1996: 182).

Um dos conhecimentos que marcou o pensamento sobre a cidade foi o ideal sanitário, que buscava estabelecer postulados que visavam sanear o corpo e se voltavam

à moralidade dos indivíduos, principalmente dos trabalhadores (BRESCIANI, 2002: 23). Sidney Chalhoub aponta que existia nesse imaginário a possibilidade de uma gestão científica dos problemas da cidade, ou seja, que estivesse acima dos interesses particulares e dos conflitos (CHALHOUB, 2008: 35), o que propiciava a escolha de agentes técnicos, como os engenheiros, para importantes cargos na administração pública.

Segundo Lucia Silva, na década de 1920 o Estado passou a ser visto com responsável pela gerência e pela solução dos problemas urbanos, a partir da ação de um novo especialista na intervenção do território na cidade, que era o urbanista, o qual aliava os saberes formulados pelos engenheiros e arquitetos na criação de postulados próprios sobre a cidade (SILVA, 2002: 19). Desse modo, a figura do urbanista não surgiu para

Suprimir os engenheiros e os arquitetos nos debates, mas para conjugar as duas áreas de conhecimento.

Ao fazer uma análise do perfil das elites políticas do Distrito Federal durante a Primeira República, Surama Pinto destaca a presença de prefeitos advindos, em sua maioria, dos três cursos superiores: Direito, Medicina e Engenharia, esta última ganhando proeminência na sociedade moderna (PINTO, 2011: 46). Entre 1892 e 1930, a cidade foi administrada por cinco prefeitos engenheiros, o que poderia ser explicado pelo “esforço concentrado por parte das elites nacionais para transformar o Rio de Janeiro de urbe colonial em cidade moderna” (PINTO, 2011: 46). Fundando sua atuação em um saber tido como “neutro”, “científico” e “livre de paixões”, condições que conferiam legitimidade à sua atuação política, engenheiros como Francisco Pereira Passos, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, Alaor Prata e Antônio Prado Júnior conduziram a prefeitura do Distrito Federal.

Ao ocuparem a estrutura administrativa do Estado, engenheiros e arquitetos garantiram legitimidade para as suas intervenções nos lócus urbanos, a partir de um discurso que opunha a técnica à política, constituindo assim uma elite burocrática na administração pública, que seria indispensável à modernização da máquina estatal (SILVA, 2003: 22).

Já Vânia Cury aponta que, ao se apresentarem como portadores dos critérios técnicos, e não políticos, os engenheiros estavam trazendo para seu foro exclusivo o

poder de decisão sobre inúmeras questões com as quais se conjugava o desenvolvimento do país (CURY, 2000: 38).

ALAOR SOARES PRATA E A ADMINISTRAÇÃO DA MUNICIPALIDADE (1922 – 1926)

O presidente Epitácio Pessoa (1919 – 1922) tinha como objetivo preparar a cidade do Rio de Janeiro para receber os festejos do centenário da independência, que ocorreria em 1922, contando com uma grande exposição. Ainda em 1920, o prefeito Milcíades Sá Freire se recusou a realizar os empreendimentos preparatórios para o evento, alegando falta de recursos para essa finalidade e acabando por renunciar (ARAÚJO, 2016: 76). Foi nomeado, então, Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, que administrou a cidade entre 1920 e 1922, tendo a sua gestão marcada pela realização de obras, sob a rubrica de melhoramentos urbanos, para preparar a cidade, conforme era o anseio do presidente. Para financiar os projetos realizados, Sampaio buscou empréstimos com bancos nacionais e estrangeiros, solicitando a autorização do Conselho Municipal, alegando que o retorno financeiro, após concluídas as obras, auxiliaria no pagamento dos empréstimos (ARAÚJO, 2016)

Com a posse do novo presidente da República, Arthur Bernardes, em novembro de 1922, o Rio de Janeiro teve um novo prefeito nomeado: o engenheiro mineiro Alaor Prata Leme Soares, que assumiu o poder baseado em um discurso de autoridade e contenção de gastos.

Cabe aqui destacar a importância de se entender a conjuntura político-social do governo dos prefeitos, tendo em vista que a atuação dos chefes do executivo municipal e as prioridades da prefeitura estavam diretamente ligadas as articulações políticas que ocorriam tanto em nível local, como em nível nacional. Deste modo, conforme apontado por Lúcia Silva, ao participarem da estrutura administrativa da municipalidade, os engenheiros adaptaram-se às conjunturas políticas, visando garantir a realização de suas reivindicações (SILVA, 2003: 25)

Nascido em Uberaba, Minas Gerais, no ano de 1882, Alaor Prata era formado em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo. Antes de assumir a administração da Capital Federal, Prata já havia sido prefeito de sua cidade natal e também deputado federal pelo estado de Minas Gerais, entre 1909 e 1922, o que

demonstra que, ao se tornar chefe do executivo da capital federal, o engenheiro já tinha uma trajetória política consolidada.

Convidado pelo presidente Arthur Bernardes, que também era seu amigo pessoal (SILVA, 2003: 58), para assumir o cargo de prefeito de Distrito Federal, Alaor Prata afirmou em seu discurso de posse sobre a importância de “*conhecer com exatidão o estado em que se encontram as finanças da municipalidade, base indispensável aos meus primeiros passos*” (SAMPAIO, 1926: 78). A afirmação, em sua posse, demonstra a sua preocupação com a situação econômica da cidade, tendo em vista que eram constantes os empréstimos solicitados pelo antecessor Carlos Sampaio para a realização das obras em sua gestão.

Segundo Lúcia Silva, apesar de ter passado a gestão “arrumando a casa”, a administração de Prata também realizou alguns empreendimentos, como a duplicação do Túnel Velho, ligando os bairros de Botafogo e Copacabana, a ampliação da usina de asfalto, a remodelação da avenida Atlântica, que mais uma vez fora atingida por uma ressaca e destruída, e obras na zona sul da cidade, nos bairros da Gávea, Leblon e Ipanema (SILVA, 2003: 59). Nina Rabha destaca que Alaor Prata precisou conduzir a sua gestão com grandes problemas de caixa, que fora asfixiado pelo comprometimento de recursos com a execução de obras e pagamentos de juros relativos aos empréstimos contratados pela administração anterior (RABHA, 2010: 218)

A administração de Alaor Prata se apresentou como uma política de austeridade, buscando a estabilidade financeira a partir de dois eixos distintos: contenção de despesas e reorganização administrativa do município. Segundo Marília Vicente Borges, a situação fiscal na prefeitura era consequência do grande déficit gerado pelas comemorações do Centenário da Independência; pela crise econômica de 1922, decorrente da política de valorização do café, implementada por Epiácio Pessoa no fim de seu governo, e por fim, pela instabilidade política do período que fora marcada pela decretação do estado de sítio por Arthur da Silva Bernardes (1922 – 1926) (BORGES, 2007: 5).

Publicado em 1958, o livro *Recordações da vida pública* é um importante documento para entendermos a administração de Alaor Prata. Fora escrito pelo engenheiro, com o objetivo de defender a sua gestão, diante das críticas que eram publicadas por Carlos Sampaio na imprensa carioca. Prata afirmou que não havia

respondido Sampaio na década de 1920, porque estava preocupado em governar a cidade, em respeito ao governo de Antônio Prado Júnior (1926 – 1930), seu sucessor, e por fim, pelo falecimento de Sampaio, em 1930 (PRATA, 1958: 19).

Prata condenou a utilização de empréstimos para a realização das obras, afirmando que “enquanto se afundava na obstinação de gastar”, Sampaio agravava temerariamente a “crise do erário municipal”, não ouvindo as advertências sobre a “catástrofe financeira” que estava por vir (PRATA, 1958: 55). Segundo Prata:

Nessas condições de crise financeira, entre tapar buracos na rua e tapar buracos nas finanças municipais, indubitavelmente, duas tarefas de grande importância, nunca hesitaria em começar pela segunda. (PRATA, 1958: 386)

Ainda em defesa de sua gestão, Alaor Prata salienta no livro que a paralisação das obras iniciadas por Carlos Sampaio estava ligada à falta de crédito da prefeitura, mas também fora motivada pela negativa do prefeito em aumentar as contribuições da População para “pagar os erros cometidas pela prefeitura” (PRATA, 1958: 59). Justificou ainda que ainda existia muito trabalho para ser feito para concluir a demolição do Castelo, no início do seu mandato, quando também descobriu que os cofres municipais não tinham verba suficiente para concluir o empreendimento que marcou a gestão de seu antecessor (PRATA, 1958: 91).

O engenheiro afirmava inspirar-se no curto governo de Milcíades Sá Freire (1920), tendo em vista que nesta gestão também teria ocorrido a preocupação de diminuir ou eliminar os déficits, buscando o equilíbrio financeiro, por entender que “a administração haveria de estar subordinada às conveniências das finanças municipais” (PRATA, 1958: 58).

Para além dos debates sobre a situação financeira da prefeitura, Alaor Prata buscou imprimir sua marca enquanto prefeito, se contrapondo a ações urbanísticas promulgadas por seu antecessor: houve a revogação do decreto 1826, que fora promulgado em 1922 por Sampaio, o que inviabilizava o Plano de Urbanização da Área do Castelo (MESQUITA, 2011: 2).

Após a demolição empreendida pelo prefeito Carlos Sampaio, engenheiros e arquitetos passaram a discutir o que deveria ser feito na área proveniente do desmonte. Diversos foram os projetos apresentados, no entanto, a partir de 1923, ainda no início da gestão de Alaor Prata, as propostas foram interrompidas, sob a alegação, mais uma vez.

Do grande endividamento, segundo o prefeito. Nina Rabha destaca que funcionários públicos e nomes destacados das elites profissionais foram então convidados para tratar de questões urbanas, como a finalização do desmonte do Castelo e a utilização das áreas provenientes do arrasamento (RABHA, 2010: 218).

Roberto Segre e Naylor Boas apontam que apenas um projeto para a ocupação da esplanada do Castelo foi apresentado no período e em função da contenção de gastos adotada pelo chefe do executivo municipal (SEGRE E BOAS, 2007: 6). O desmonte do morro do Castelo foi retomado ainda na gestão Alaor Prata, mas a firma Leonard Kennedy, que havia sido contratada por Sampaio, foi substituída por funcionários da prefeitura (SILVA, 2003: 61).

Na leitura de discursos e textos de Carlos Sampaio, é possível depreender uma defesa das obras que conjugavam aspectos ligados à salubridade e ao embelezamento da cidade (ARAÚJO, 2016). Em contraponto a essa visão da administração, Alaor Prata afirma em sua mensagem anual ao Conselho Municipal:

Não me parece aceitado que continuemos a viver, como até aqui, sem que as necessidades fundamentais da cidade, no que entenda com o seu desdobramento material, sejam estudadas em conjunto, de um ponto de vista que as abranja nos seus possíveis entrelaçamentos. Isso não interessa apenas à estética e à higiene, cujas solicitações tanto cuidados devem merecer. Isso interessa também, e muito, às finanças, tanto públicas como particulares. Tenho o intuito de constituir, oportunamente, uma comissão que se encarregue de organizar um Plano geral de Melhoramentos do Distrito Federal (PRATA, 1923: 9).

O prefeito foi responsável por constituir comissões para criar projetos para a cidade, isto é, os problemas da urbe passaram a ser pensados e resolvidos no âmbito oficial da Prefeitura, por técnicos e outros profissionais que compunham o quadro funcional da administração da municipalidade. Deste modo, podemos apontar, por exemplo, a criação da Comissão do Centenário, chefiada pelo engenheiro Mário Monteiro Machado, a Comissão para regulamentação da circulação de ônibus, a Comissão da Carta Cadastral e o Código de Obras, que era chefiada por Armando Augusto de Godoy, também engenheiro (SILVA, 2003: 62).

Marília Borges salienta que as comissões iniciadas no governo Prata continuaram a trabalhar ou tiveram suas ideias ratificadas e/ou implementadas nas gestões seguintes, como ocorreu com o Código de Obras, que foi colocado em prática em 1937, pelo prefeito Henrique Dodsworth, que buscava dar uma resposta ao

incentivo da verticalização da região Central e da Zona Sul da cidade, graças à ampliação do emprego da técnica do cimento armado, e utilizou-se do trabalho que havia sido produzido por aquela comissão (BORGES, 2007: 5). O decreto número 2021, publicado em 1924, já uniformizava as regras construtivas, sendo responsável por estabelecer as exigências técnicas para o uso do concreto armado, cadastrando os projetistas e construtores na cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisar os textos aqui indicados sobre a gestão de Alaor Prata, foi possível observar que o engenheiro não orientou a sua administração para a execução de melhoramentos urbanos, o que foi comum nas gestões de Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, outros engenheiros - prefeitos do Distrito Federal. Assentado no discurso do controle de gastos públicos e do regime de déficits da Prefeitura, Alaor Prata passou a utilizar os funcionários que compunham a estrutura administrativa municipal para pensar e propor projetos para a cidade, incorporando esse debate e proposição de ideias à própria administração pública. Por fim, cabe destacar que ao longo do desenvolvimento da pesquisa em curso, buscaremos compreender a quais grupos políticos e econômicos que o engenheiro estava ligado, possibilitando, deste modo, ampliar a análise dos discursos proferidos e das medidas adotadas por Alaor Prata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adauto Tavares. Administração pública e reformas: um estudo sobre a produção intelectual de Carlos Sampaio (1920 – 1930). Dissertação (mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2016.

BORGES, Marília Vicente. Zoneamento no Rio de Janeiro dos anos 10 aos 70 do século passado. In: Anais do 1º Congresso LatinoAmericano de História Econômica e 4º Jornada Uruguaia de História Econômica. Montevideú, 2007.

BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CURY, Vânia Maria. Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro da década de 1880. In: CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali Gouveia e SANTOS, Ricardo Augusto (org.). Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. pp. 83-112.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. Cadernos História da Ciência. São Paulo, v. 6, n. 2, jul. /dez. 2010. pp.45-63.

MESQUITA, Cláudia. Alaor Prata (verbete). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930). Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRATA,%20Alaor.pdf> Último acesso em: 15 de outubro de 2020.

KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Projeto História. São Paulo, v. 13, jun. 1996. pp. 179-187.

PINTO, Surama Conde de Sá. Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: MauadX; Faperj, 2011.

PRATA, Alaor Soares. Recordações da vida pública. Rio de Janeiro: s. ed., 1958.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. Rio, uma cidade e seus planos. In: PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp. 205-230.

SEGRE, Roberto e BOAS, Naylor Barbosa Vilas. Os caminhos projetuais até agache: propostas para ocupação da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro (1920 – 1928). In: Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: UFPA, 2007.

SILVA, Lucia. História do Urbanismo do Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

Nacional-Desenvolvimentismo: planejamento territorial e o Distrito Industrial de Santa Cruz no período de 1965 a 1985 (cidade do Rio de Janeiro)

Paulo César Silva
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Para compreender um objeto geográfico é necessário abordar a totalidade. Os aspectos políticos, sociais e históricos. O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único que a história se dá (Santos, 2006: 63). Do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo a geografia mudou, porque mudaram-se as ações. Nas baías, construíram-se portos para atracarem grandes navios mais velozes. A indústria fordista e sua produção em série torna-se enxuta, para maximizar a acumulação de capital. A força de trabalho informaliza-se, perde direitos. As montanhas e planícies são rasgadas por estradas e os fluxos tornam-se cada vez mais intensos. As coisas conhecidas como naturais, tornam-se objetos geográficos, recursos. A política e a ideologia materializam-se nessa natureza que ao ser transformada, também muda a sociedade e suas concepções. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o social (SANTOS, 2006: 101).

A baía de Sepetiba que se transforma num enorme complexo portuário a partir dos anos 1970 insere-se nessa problemática da industrialização que é vista como modernização. A realidade inclui a ideologia e a ideologia também é real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real (SANTOS, 2006:127). Assim como, a robustez do Estado e suas políticas de instalação dos grandes estabelecimentos industriais e portuários. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de “realidade” e “ideologia”. É assim, que a história se faz (SANTOS, 2006: 127). Nos anos 1960, o nacional-desenvolvimentismo foi construção teórica da intelectualidade brasileira e dos partidos políticos mais

representativos nos seios das lutas populares, assim como o Partido Comunista Brasileiro. A ideia do desenvolvimento econômico autônomo com uma burguesia industrial nacional reproduzia no seio popular a ideologia do nacional desenvolvimentismo. Com o golpe Estado de 1964 e a implantação da ditadura civil-militar (DREIFUSS,1981), a doutrina da Segurança Nacional é associada ao desenvolvimento econômico. Era preciso afastar a ameaça comunista, pois sem ordem não há desenvolvimento. Foi no governo Geisel, no entanto, que o discurso e a preocupação com o desenvolvimento ocuparam um lugar de destaque. Foi ele o presidente militar que melhor expressou em discursos a política do regime, no sentido de associar o desenvolvimento à segurança nacional (DUARTE, 2009: 159).

O ESPAÇO GEOGRÁFICO: TERRITÓRIO USADO

O protagonismo do nacional-desenvolvimentismo, sobretudo o contexto social e político que motivaram a implementação dos distritos industriais, assim como insere-se, o distrito industrial de Santa Cruz implementado em 1967, na cidade do Rio de Janeiro, é a reflexão desse trabalho. Nesse mesmo ano de 1967, instalou-se o segundo governo militar depois do golpe de 1964, sob a presidência do marechal Artur da Costa e Silva, que teve como desafios conter o processo inflacionário, fortalecer a empresa privada, expandir a política de criação de emprego e ampliar o mercado interno. Coube também ao Estado brasileiro robustos investimentos na implementação de obras de infraestrutura com o Programa Estratégico de Desenvolvimento. Segundo (Prado, 2020: 181), em termos históricos, o que predominou no Brasil no período normalmente considerado como desenvolvimentista (1930 a 1980) foi uma espécie de “desenvolvimentismo militar”, cuja matriz teórica e estratégica consiste na “teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve um papel predominante na construção e no controle do ou tutela do Estado desenvolvimentista (FIORI, 2014: 111). Como meios de garantir a reprodução da propriedade privada dos meios de produção e controlar os descontentamentos populares seria necessário ao mesmo tempo o desenvolvimento social com ampliação do emprego levado a cabo nas “Diretrizes do governo” documento já elaborado em 1967 que se transformou no Programa Estratégico de Desenvolvimento, iniciado em 1968. Tal política foi aplicada ao espaço geográfico e culminou-se no fenômeno conhecido como planejamento territorial comandado pelo Estado e seus agentes a serviço dos conglomerados industriais privados, como refere-se

(MAZZUCATO, 2014: 17) o Estado também é visto como empreendedor, que assume riscos e cria mercados. Para dialogar sobre seu período de apogeu e suas contradições sócio espaciais recorreremos à crítica das concepções marxistas da Teoria da Dependência, ao debate entre os economistas estruturalistas e liberais, assim como, para dar conta do território, nos debruçamos sobre os conceitos da Geografia.

Para compreendermos o espaço geográfico precisamos de um caminho, um método. A geografia concebe o espaço através do conceito das horizontalidades representados pelo cotidiano da vida do lugar (SANTOS, 2006: 284). São os “homens lentos” (SANTOS, 2006: 325) e suas formas de existência. De outro lado, as verticalidades que representam a força dos agentes econômicos, tais como as grandes firmas transnacionais, nacionais e o Estado capitalista. Trabalhadores e suas formas de organização, vizinhança e cooperação coexistem no espaço geográfico que também é ocupado pelos agentes econômicos com suas verticalidades, suas ordens originadas em distantes centros de decisões. Nesse sentido, o lugar de moradia e a cotidianidade são instáveis. A densidade das verticalidades e horizontalidades criam e recriam o nosso objeto, o espaço geográfico. Como bem escreve (SILVEIRA, 2011: 35):

Domínio da contiguidade, o território usado inclui não apenas a topologia das grandes empresas ou apenas o espaço econômico, ele é a existência em sua totalidade. Trata-se do conjunto de todos os agentes e aspectos, pois a história se produz com todas as empresas, as instituições, os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de seu poder desigual. Não é uma coisa inerte ou um palco onde a vida acontece, mas um quadro de vida, híbrido de materialidade e interação social.

O espaço geográfico de Santa Cruz já faz parte da indústria fluminense desde os tempos imperiais, no século XIX. O Matadouro Industrial de Santa Cruz representou, em certa medida, a nossa indústria de bens de consumo não-duráveis, assim, inseria-se na atividade manufatureira predominante da época. No abastecimento de carne bovina para sede do império, era em Santa Cruz, que se processava os cortes e a preparação para o embarque nos trens da Central do Brasil que corria da estação ferroviária Matadouro de Santa Cruz até à Corte.

Porém, nosso recorte temporal parte para entender o distrito industrial de Santa Cruz como um acontecer político do nacional-desenvolvimentismo. Como um projeto de Estado, o distrito industrial de Santa Cruz foi criado pela CODIN, em 1967. Segundo, (BINSZTOK, 2014: 9) o planejamento territorial é política do nacional

desenvolvimentismo que vigorou no Brasil até os anos 1980. Assim, a partir dos anos 1990 com o receituário político neoliberal, criaram-se outras formas de intervenção no espaço geográfico pautadas pelo protagonismo das organizações da sociedade civil, a palavra desenvolvimentismo tornou-se pejorativa, tornou-se sinônimo de irresponsabilidade ou populismo fiscal (BRESSER, 2016: 2). A chamada ONGs (Organizações Não-Governamentais) e instituições representativas do setor empresarial como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), passaram a substituir a robustez do Estado brasileiro na planificação territorial. Para (FONTES, 2010: 230-231):

A denominação ONG mais confunde do que esclarece o fenômeno, uma vez que usa como critério de classificação o pertencimento institucional ou não de uma entidade, o que envolve dois problemas graves: esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público e privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada, quanto da política (FONTES, 2010: 230- 231).

Pode-se considerar as ONGs como aparelhos privados de hegemonia (Bianchi, 2008, p.196) e que seu papel, conservador ou transformador, é resultante de sua prática com as classes sociais em luta (FONTES, 2010: 231).

Não basta definir os objetos em sistema. Temos que definir qual o sistema de práticas que sobre ele exerce. Há uma interferência contínua entre os dois (Santos, 2006: 96). Dessa forma, a Geografia como conhecimento produzido não é apartada de concretude, nem prescinde de complementaridade.

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2006: 72)

O planejamento implementado pela CODIN iniciou-se nos finais dos anos 1960, quando ainda todo o território que se compreende hoje, a cidade do Rio de Janeiro, pertencia ao estado da Guanabara. A então, capital nacional, mudou-se para Brasília e provoca-se um enorme esvaziamento político e novos desafios são colocados aos

gestores do novo Estado. Daí a iniciativa de implementação e planejamento dos distritos industriais aconteceu para amenizar as consequências da crise da perda de núcleo político. Resolver a questão da concentração das indústrias que se amontoavam na zona Norte nas proximidades do centro da cidade. Engarrafamentos constantes, o alto preço dos imóveis somavam-se às dificuldades logísticas (DAMAS, 2008). Consiste que o objeto geográfico recria o lugar, mudando sua história socioambiental ao gerar novos fluxos e ações.

OS DISTRITOS INDUSTRIAIS E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

As instituições como criações humanas também se tornam objetos geográficos, é nesse sentido que encontramos o nosso método de associar a implementação dos distritos industriais às ações políticas. A lei, o costume e a família acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização geográfica (SANTOS, 2006: 75). É a forma de entender a natureza socializada, pois o mundo assim olhado deixa de ser isolado e sua pureza, inexistente. E tudo passa a ser histórico, resultante da construção humana.

No alvorecer do pós-guerra, lá pelos idos do final da década 1940, o Estado Unido da América traz para o mundo suas intervenções desenvolvimentistas. Então, cria-se a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) com sede na ONU (Organização das Nações Unidas). Iniciava-se a Guerra-fria. Seria necessário dar oportunidades de desenvolvimento econômico aos aliados e às nações atrasadas que orbitavam sob a influência geopolítica de Washington. As nações atrasadas passariam a chamar-se, a partir de então, por outros nomes, tais como: subdesenvolvidas, Terceiro Mundo, emergentes, e por último, em desenvolvimento. Dessa forma, deixava-se nos próprios conceitos a existência de um mundo hierarquizado, tendo no seu topo as nações mais desenvolvidas.

Para além da geopolítica estadunidense como forma de impedir o avanço do comunismo no mundo através de suas intervenções como fez com o Plano Marshall, grande aporte de capitais foi direcionado aos territórios onde as lutas sob influência dos comunistas consolidavam-se numa nova forma de poder político. Assim, como no Japão, perto da China revolucionária, e da Alemanha sobre a órbita da União da República Socialista Soviética, criou-se a partir das decisões da política de Estado

estadunidense o chamado “cordão sanitário” do capitalismo. Como descreve (HOBSBAWM, 1995: 224):

a peculiaridade da Guerra-Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras forças comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA (Estados Unidos da América) exerciam controle e predominância pelo resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1995: 224).

Considera-se que o período protagonizado pelo nacional-desenvolvimentismo no Brasil tenha sido a partir da década de 1950. Para (BRESSER, 2016: 1) a sociedade brasileira superará o patrimonialismo que vigorou até os anos 1930 através do nacional desenvolvimentismo. Havia uma forte tendência entre os intelectuais de esquerda que comungava com a ideia da qual a formação de uma burguesia industrial nacional seria necessária para que aqui, avançássemos no capitalismo e deixássemos para trás nossas formas feudais de sociedade.

Nos anos 1950 os cientistas políticos e os economistas brasileiros identificaram “desenvolvimentismo” como o conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada do Brasil e a coalizão das classes sociais identificadas com o desenvolvimento nacional (BRESSER, 2016: 1). Pensava-se num desenvolvimento autônomo, pois haveríamos de progredir em nossa industrialização, e assim, produzirmos aqui, inúmeros produtos importados, principalmente os bens de capital, como as máquinas e equipamentos, pois segundo (PRADO, 2020: 103), a América Latina era um espaço propício para a entrada da ideologia do desenvolvimento e, por diversos fatores, esta ideologia se enraizou fortemente no Brasil. Então com o início dos anos pós-guerra como analisa (PRADO, 2020:103):

Nesse mesmo espaço surgiu um pensamento estruturado (e estrutural) que buscava explicar historicamente a situação latino-americana daquele momento para, a partir de determinado diagnóstico, sugerir um prognóstico – a industrialização -, como forma de alcançar o desenvolvimento. Trata-se, do

pensamento que se plasmou na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

O mundo dos pós Segunda Guerra Mundial, conhecido como período da Guerra Fria tem sua ideologia de então, o desenvolvimentismo. Segundo (PRADO, 2020: 83) é preciso desmistificar a idéia da qual “todos estamos no mesmo barco”, como acontece quando ainda se fala que o desenvolvimento econômico é um objetivo de todos e está para além das contradições das classes sociais, assim o descreve:

Uma forma básica de combater qualquer ideologia é desatualizá-la, apresentando-a em seus conteúdos particulares e históricos. Pois bem, no caso da ideologia do desenvolvimento, qual é a sua origem? Tendo em vista que um dos pontos de definição específica desta ideologia é a construção do desenvolvimento como horizonte utópico, a hipótese é que a sua origem se situa no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra-Fria, como parte da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo (PRADO, 2020: 83)

Por outro lado, entende-se que o pensamento desenvolvimentista tem suas diferenças, pois a construção do saber é um processo cultural, é humano, é histórico e geográfico. Assim, é preciso considerar as importantes contribuições que, embora contraditórias, são complementares ao amplo arcabouço teórico da problemática em análise.

Para desenvolver o processo de industrialização na periferia do capitalismo é necessária mais exploração sobre a força de trabalho vivo:

Suprindo a demanda criada pelas classes ricas e utilizando tecnologia importada dos países centrais – cuja principal característica é poupar mão de obra -, a indústria latino americana se deparou com um mercado reduzido, e tratava de compensá-lo através do uso abusivo da relação entre preços e salários. Isso era possível precisamente porque, ao mesmo tempo em que empregava uma tecnologia poupadora de mão de obra, a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar salários no seu nível mais baixo. Em contrapartida, o crescimento do mercado era extremamente lento, compensado apenas com a alta constante dos preços. Isto é, com a inflação (MARINI, 2014: 60).

Devido ao processo de acumulação de capital já ocorrido nos países centrais do capitalismo monopolista financeiro que remonta desde os tempos coloniais, essas nações centrais do sistema mundial já detém avançado processo tecnológico, o chamado

Capital constante em (MARX, 1985: 172), também considerado como “trabalho morto”. Há que considerar a acumulação primitiva a através da pirataria, tráfico de escravos, cercamento dos campos comunais e a dizimação de inúmeras formas de existências.

Para (MARINI, 2014: 59) o imperialismo buscava reafirmar sua hegemonia nos primeiros anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, enquanto na periferia do sistema emergia a luta por um desenvolvimento autônomo. Enquanto os Estados Unidos na liderança do modo de produção capitalista movem-se para integrar os sistemas de produção, pois havia muita abundância de recursos nas mãos das grandes companhias transacionais para serem reinvestidos. Nesse período corria os anos 1950, quando países periféricos como o Brasil, Argentina e México atraíram capitais de fora. Grande parte dos equipamentos e máquinas produzidos nos países centrais, devido ao acelerado avanço tecnológico tornavam-se ultrapassados em pouco tempo, então, surgiam as oportunidades para exportá-los para a periferia.

Assim, no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, tocam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar esse setor. É natural, portanto, que, na busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento – e vale lembrar que o campo representado pela indústria leve dava sinais de esgotamento -, a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento autônomo (MARINI, 2014: 60).

Por outro lado, o pensamento desenvolvimentista vai se contrapor ao liberalismo e o seu mito de equilíbrio no mercado. A ideia da intervenção estatal na economia baseada no keynesianismo e na busca de melhoria tecnológica, segundo as concepções shumpeterianas seria a forma de conquistar condições sociais mais promissoras para as nações periféricas. Não se esperava mais do automatismo das forças de mercado para atender as aflições das populações. Segundo (CARDOSO, 2018: 18):

A visão *laissez-faire* supunha um caráter automático, natural e equilibrado da retomada e sustentação dos processos de crescimento e desenvolvimento, desde que fossem adotadas políticas externas condizentes com liberalização do fluxo de capitais, bens e serviços, combinadas com as políticas monetária e fiscal ditas prudentes, com intuito principal de garantir a estabilidade macroeconômica. Sob a visão liberal, o mercado disporia de mecanismo automáticos de estabilização que recolocariam os sistemas econômicos na trajetória de crescimento e desenvolvimento. Como resultado, seria

observada uma convergência entre o padrão de vida vigente nas diversas nações do mundo (CARDOSO, 2018: 18).

Para (CARDOSO, 2018: 19), todo o pensamento desenvolvimentista rejeita a ideia de que os países subdesenvolvidos estariam numa etapa anterior aos desenvolvidos, pois discordou-se da doutrina liberal como caminho para o desenvolvimento, então, sem industrialização, adoção de políticas protecionistas, intervenção estatal e redefinição do padrão de inserção externa, não seria possível romper com a histórica armadilha do subdesenvolvimento. Segundo (KUPERMAN, 2018: 59) a forte intervenção do Estado na economia era uma proposta recusada pelos liberais que achavam que o Brasil deveria continuar como produtor de produtos agrícolas e matérias-primas e consumir produtos industrializados estrangeiros. Para (LAIDLER, 2018: 20) os grandes conglomerados industriais cresceram com a proteção do Estado. As metrópoles coloniais criaram suas políticas para se industrializarem, porém, após alcançarem o apogeu da produção industrial e tecnológica, logo, passaram a pregar para as suas respectivas ex-colônias a doutrina do livre comércio.

Por fim, cabe lembrar que a trajetória de desenvolvimento das potências que seguiram os passos da Inglaterra e se industrializaram entre os séculos XIX e XX, como Alemanha, Estados Unidos e Japão, é de protecionismo, cartelização, e Estados promotores dos interesses da empresa nacional nos mercados doméstico e global (LAIDLER, 2018: 20-21). O Brasil, também teve o seu Estado promotor da sua industrialização e do seu desenvolvimento econômico nacional iniciado nos anos 1930 até a década de 1980, porém, quando se inseriu nas políticas de ajuste fiscal implementadas a partir da década de 1990, é acometido por um intenso processo de desindustrialização e reprimarização de sua economia.

Considerado por muitos como o “Keynes latino-americano”, o argentino Raul Presbisch, que presidiu a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) por mais de duas décadas, como nos explica (CARDOSO, 2018: 111), faz sua principal crítica teórica à teoria das vantagens comparativas ricardiana. A teoria do economista anglo-saxão, David Ricardo (1772-1823), os países deveriam especializar-se em oferecer ao comércio internacional somente aqueles bens e produtos que tivessem vantagem em relação aos outros. Então, os países que tivessem vantagem na produção de bens primários deveriam especializar-se em oferecê-los ao comércio internacional,

pois não precisariam se preocupar em industrializar-se, pois assim, haveriam como dinamizar as transações com os países industrializados que os ofereciam os bens do progresso tecnológico.

Presbisch desenvolve seu raciocínio a partir do bastante conhecido conceito centro periferia, definidor do pensamento cepalino-estruturalista. A definição de centro periferia se realiza desde a perspectiva de onde se origina o progresso tecnológico: os países centrais, enquanto detentores de conhecimento, poder e capital, geram o progresso tecnológico que será absorvido pela periferia na forma de importação – bens de consumo final ou máquinas para a criação da capacidade produtiva. Assim, se valesse a teoria das vantagens comparativas, ser periferia não seria um problema, pois o acesso às benesses do progresso técnico estaria garantido desde que se respeitasse a clássica divisão internacional do trabalho – centro como fornecedor de bens industriais e periferia fornecedora de bens primários. De outro modo, Presbisch demonstrará que tal insistência no modelo primário-exportador faria da periferia prisioneira do subdesenvolvimento (CARDOSO, 2012: 111).

Nas diversas análises marxistas debate-se o desenvolvimento econômico, pois é compreendido como processo de concentração de capitais, mais-valia, exploração de grandes massas populacionais, proletarização e alienação. De outro lado, o progresso do regime da burguesia é exaltado no Manifesto Comunista, cuja evolução gigantesca fez desenvolver a indústria moderna e deixou-se para trás a produção artesanal local ao avançar aos mais recônditos cantos do mundo na procura de novos mercados, assim como:

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais. Ao contrário, a manutenção inalterada do antigo modo de produção foi a condição precípua de existência de todas as classes industriais do passado. O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis dissolvem-se; as recém-constituídas corrompem-se antes de tomarem-se consistência. Tudo que era estável e sólido desmancha no ar; tudo que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com os olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas (MARX & ENGELS, 2001: 28-29)

Desse modo, o desenvolvimento capitalista é contraditório, se de um lado produz riqueza abundante, de outro faz propagar formas violentas de dominação como a miséria, a fome e a alienação. Assim, para analisarmos a problemática da industrialização no Brasil, assim como os distritos industriais é necessário

compreendermos o nacional-desenvolvimentismo e a produção do pensamento crítico gerado no calor das lutas políticas do período. Porque as medidas reformistas no sentido de fazer uma melhor distribuição de renda, não foram implementadas pelos tecnocratas que dirigiam a economia. Sabe-se que nos períodos da ditadura civil-militar (Dreiffuss, 1981) os altos postos de comando do Estado brasileiro foram ocupados por representantes dos grandes empresários e seus mais proeminentes intelectuais orgânicos. Contrários às propostas reformistas dos pensadores cepalinos como Celso Furtado, as quais referiam-se à necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas para que o processo do desenvolvimento econômico tivesse continuidade, os dirigentes do período pós 1964 eram contrários às intervenções progressistas.

MOVIMENTOS SOCIAIS, PESCADORES ARTESANAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Para (SILVA, 2013: 32), a ditadura militar assegurou a acumulação capitalista, desenvolveu uma política de terror contra os movimentos sociais, porém estes, depois da chamada redemocratização da década de 1980, rearticularam-se objetivando com a sua organização e mobilização impedir que os de “baixo” fossem desterritorializados. Mas, nos idos finais da década de 1960, período de implantação dos distritos industriais no estado da Guanabara, os movimentos sociais foram tolhidos. Então, não houve resistência a instalação das indústrias mais poluidoras, assim como, as fábricas de tintas, a Casa da Moeda do Brasil e a Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA) que se instalaram no distrito industrial de Santa Cruz, na época, estado da Guanabara.

Distinguem-se, no entanto, as mobilizações ocorridas no decorrer da primeira década do século XXI, pois as políticas do Estado brasileiro no neoliberalismo a partir dos anos 1990 possibilitaram outras formas de sociabilidades, segundo (GOHN, 2010: 11), a sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos de 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracteriza-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes. Os adventos dos novos movimentos sociais são simultâneos ao neoliberalismo e à globalização impulsionada a partir da última década do século XX, inerente ao Estado das intervenções pontuais, pois deixou-se para trás o planejamento territorial estatal de tendência keynesiana. Dá se então, o embrião de novas formas de subjetividades e sujeitos políticos, assim,

compreende-se a totalidade dialética nas transformações do modo de produção capitalista. Os novos sentidos inserem-se no pensamento geográfico hodierno.

Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver e prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2006: 322).

Para entender os novos movimentos sociais urbanos é preciso ver a diversidade socioespacial das metrópoles brasileiras e seus contrastes. Inúmeras formas de existência se entrelaçam e se complementam no espaço comum, mas também há divergências de concepções e visões de mundo. Agora estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar é o tempo dos homens lentos (SANTOS, 2006: 325). Assim, múltiplas formas de organizações dos movimentos sociais somaram-se para construir a resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz. Sindicalistas, Organizações Não-Governamentais e as associações de pescadores do entorno da baía de Sepetiba.

Como nos lembra (BECKER, 2009: 25) o planejamento regional teve seu marco inicial nos anos 1930 com a implantação do Estado Novo pelo governo de Getúlio Vargas. Segundo o seu entendimento nesse período a intervenção estatal foi muito mais no discurso do que na prática. É nesse sentido que se conclui que somente após o governo de Juscelino Kubitschek com implementações no setor energético e no transporte com a implantação das grandes rodovias, assim como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre. Pois, também é nesse governo que é feito o projeto da termoelétrica de Furnas em Santa Cruz. Para (BECKER, 2009: 25) é depois dos anos 1960, precisamente entre 1966 e 1985 com o governo dos militares no comando da política nacional é que o Estado toma para si, o projeto geopolítico para a rápida modernização da sociedade e do território. Então, é implementada no início da década de 1970 a rodovia Rio-Santos na região do litoral sul fluminense do bairro de Santa Cruz, no então, estado da Guanabara até a cidade de Santos, no litoral paulista. Mesmo entre as duas maiores metrópoles nacionais havia espaços a serem conquistados pelo Estado na sua produção do território.

O Estado desenvolvimentista brasileiro é planejador do território, assim como, os distritos industriais planejados são concepções do Estado keynesiana na geografia. O espaço geográfico é o objeto de aplicação da política de planejamento, segundo os critérios do Estado e do empresariado industrial.

Foi nas brechas e contradições da segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, que uma complexa, desigual, contraditória, mas impactante expansão do conjunto das relações sociais capitalistas ocorreu no Brasil. Não se limitou a um desenvolvimento industrial ou a uma concentração de capitais, que também ocorreram; também não pode ser descrito, unicamente através da forte componente de dependência econômica, política e mesmo militar perante os países predominantes, em especial os Estados Unidos, o que ocorreu de forma intensa. Apesar de verdadeiro, também não é suficiente enfatizar o forte papel desempenhado pelo induzindo o processo de industrialização, apoiando-o e garantindo a grande propriedade, rural ou urbana, contra as pressões populares. (FONTES, 2010: 218)

É o Estado ampliado e seletivo, como define (FONTES, 2010: 218). Assim, na CODIN havia o trabalho de profissionais pagos pelo Estado para planejar o território, assim como, geógrafos, economistas, engenheiros e tantos outros que fizeram estudos da totalidade do espaço geográfico a ser implantado o distrito industrial de Santa Cruz, e dos outros quatro que foram criados no mesmo projeto, em 1967. Aqui a natureza é socializada, pois é entendida como recursos naturais com a Rodovia Rio-Santos que logo depois seria construída, quanto aos portos na baía de Sepetiba. Segundo (BINSZTOK, 2013: 11), o nacional-desenvolvimentismo privilegiava a industrialização como instrumento destinado a superar o subdesenvolvimento e reduzir os altos níveis de desigualdades sociais reinantes nos países periféricos.

A Geografia como pensamento social, é histórico, é determinado. A crítica dialética é contribuição para além da prisão do tempo. Primeiro, como ao longo do tempo surgem novos objetos, a cada momento a população de objetos se caracteriza como um conjunto de idades diferentes. A segunda maneira de interpretar essa frase vem do fato de que o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação (SANTOS, 2006: 96). É nesse sentido, que dialogamos com o novo tempo da sociedade que brotou após o final dos anos 1980. Os distritos industriais planejados nos anos do nacional-desenvolvimentismo ganham outras formas de significação, assim como, surgem outras geografias, sobretudo com os novos movimentos sociais organizados em rede a produzirem suas mobilizações. Os movimentos dos pescadores artesanais

organizados em diversas maneiras irão ampliar a significação dessa geografia do território planejado, através de suas lutas em defesa de suas formas de existência. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro, está sempre se criando uma nova geografia (SANTOS, 2006: 97). A instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), a partir de 2006, no Distrito Industrial de Santa Cruz, mudou-se a significação do distrito, então surgem outras geografias. Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, diversos movimentos sociais puderam articular-se. Em (SILVA, 2013: 38):

A representação da luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, converge fazendo surgir um sujeito coletivo com visibilidade pública. Em 2009, o movimento social levou ao parlamento alemão um representante dos pescadores, para que este denunciasse os crimes ambientais que a CSA perpetrava, desde o início, com seu complexo siderúrgico-portuário no litoral da baía de Sepetiba, e os males que a implementação de tal projeto ambientalmente danoso vinha causando também aos territórios da pesca artesanal (SILVA, 2013: 38).

A luta dos pescadores artesanais, em razão da instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico às margens da baía de Sepetiba provocou grandes perdas aos pescadores nos seus meios de subsistência. Assim, tal luta pôde ser vista para além de uma reivindicação de determinado grupo de trabalhadores que se identificam como pescadores artesanais, pois são todos trabalhadores e suas lutas devem ser compreendidas dentro do conjunto geral da classe trabalhadora. Tendo em vista que, segundo (BOGO, 2010: 9) os pós-modernos induzidos pelo processo de individualização humana cada vez mais crescente no capitalismo apegam-se ao conceito de identidade com a clara intenção de colocá-lo em destaque, sobrepondo-o ao conceito de classe social. Pois, no processo de formar-se a resistência contra a instalação da TCCSA em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste carioca são protagonistas o movimento sindical, as organizações não-governamentais, as associações de várias lideranças da pesca artesanal (SILVA, 2013: 10). Nesse sentido, o espaço banal que é o espaço do geógrafo é entendido. Pois nele, as diversidades são ricamente representadas. Não apenas as ordens verticalizadas dos setores hegemônicos, como as grandes empresas ou Estado a serviço das corporações empresariais, mas também os pobres, os movimentos sociais dos pescadores artesanais e outras formas de coexistências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECKER, Bertha Koiffman. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BINSZTOK, Jacob. *Geografia e Planejamento: apogeu e crise*. Revista Eletrônica de Geografia Territorium Terram. 2013/2014.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*, org., Moreira, G e. et al, Rio de Janeiro: Jorge Zarar ed. 2001.

BRESSER, Pereira. *Modelos de Estado desenvolvimentista*. FGV São Paulo School of Economics, 2016.

CARDOSO, Fernanda Graziela. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese de (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

COUTINHO, Carlos. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAMAS, Eduardo. *Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2008.

DILMA, Andrade. *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história*. In: Maria Letícia (orgs). Rio de Janeiro: Contracapa, 2015.

DUARTE, Terezinha.. O projeto de desenvolvimento do Regime Militar e o estado de Goiás. OPSIS (UFG), v.9, p.176-193, 2009.

DREIFUSS, Armand. 1964. A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTES, Vírginia. O Brasil e o capital-imperialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GERSCHENKRON. Alexander. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GOHN, Maria. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAILER, Christiane. Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil. Jundiaí: Paco, 2018.

HAYEK. Friedrich. Caminho da servidão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

KUPERMAN, E. Tons de chumbo: o papel do Banco Central do Brasil no modelo econômico implantado a partir de 1964. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; Campos, Pedro Henrique Pedreira; Brandão, Rafael Vaz. (ORG). Política econômica nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. V.01. p.55-69.

JOBSON, José. A revolução industrial. São Paulo: Editora Ática, 1988.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 5ª edição. Florianópolis: insular, 2014.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista 1848. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2001.

_____. A Ideologia alemã. A oposição entre as concepções materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

MÉSZAROS, Istvan. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO, Fernando Correa. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PRADO, Junior. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PROJETO do II Plano Nacional de Desenvolvimento PND (1975-1979), Brasília, 1974, pp. 33-34.

REINERT, Erik. Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

ROIO, Marcos Del. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del. História do marxismo no Brasil: volume IV. Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.p.69-125.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. A natureza e tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Paulo César. O processo de resistência à instalação da Companhia no período de 2005-2012. Dissertação (Mestrado) em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2013.

SILVA, Cátia. Metrópole, governo, sociedade e território. In: FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho (Orgs.) – Rio de Janeiro: DP&a: Faperj, 2006.

_____. Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. SILVA, Cátia (org.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, Maria. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: Silva, Cátia Antônia; Campos, Andreino. (Org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2011, v. 1, p. 23-38.

VLADIMIR. Lenin. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: abril Cultural, 1982.

WASSERMAN, Cláudia. A teoria da dependência. Do nacional-desenvolvimentismo ao Neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WIRTH. John. A política do desenvolvimento na era de Vargas. Fundação Getúlio Vargas, Serv. De Publicações, 1973.

Representações de Parnaíba, Piauí, na revista *O Malho*

Priscila De Moura Souza
Doutoranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista da Faperj

INTRODUÇÃO

A revista *O Malho* circulou de 1902 a 1954, e foi fundada pelo jornalista Luís Bartolomeu de Souza e Silva³⁵⁶ e por Crispim do Amaral,³⁵⁷ caricaturista francês, em 20 de setembro de 1902. O nome da revista já enunciava o caráter satírico e humorístico com que pretendia denunciar os desmandos dos poderosos, tratar temas políticos e as situações do cotidiano. *O Malho* foi uma das mais importantes revistas de crítica na República Velha. A partir de 1904:

A revista incorporou à sua equipe de articulistas importantes nomes ligados ao grupo de literatos do Rio de Janeiro conhecido como ‘geração boêmia’, como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre. (CPDOC)

Já no final da primeira década do século XX, a revista se tornara um ícone entre as publicações da época, mantendo-se como uma das mais prestigiosas revistas de crítica do país. A imprensa brasileira enfrentava importantes transformações, tais como a supressão do folhetim, com destaque para a reportagem, o acréscimo de ilustrações diversificadas (fotografia, caricatura e charge), e a incorporação de novos maquinários e temas. É desse contexto a proliferação da revista ilustrada, com seu arrojo gráfico,

³⁵⁶ Luís Bartolomeu de Souza e Silva (Rio Preto (MG) no dia 3 de outubro de 1864 – Rio de Janeiro em 25 de julho de 1935) cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e participou do Batalhão de Jovens Republicanos, sendo promovido a alferes e transferido para o Paraná logo após a proclamação da República. Nos primeiros anos de 1900 afastou-se das forças armadas e retornou ao Rio de Janeiro. Na então capital federal desenvolveu intensa atividade na imprensa, trabalhando na redação do jornal *O País* e atuando como diretor de *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *O Tempo*. Em outubro de 1905 lançou a revista *Tico Tico*, primeiro periódico brasileiro em quadrinhos dedicado ao público infanto-juvenil. No ano seguinte fundou o *Almanaque do Tico Tico*. Exerceu um único mandato político, como deputado federal pelo Paraná, entre os anos de 1918 e 1920. Durante sua gestão, promoveu campanha pela jornada de oito horas de trabalho para os comerciários e propôs a criação de uma ponte que ligasse as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a construção de um Mercado Modelo no Rio e a instalação de armazéns frigoríficos no Cais do Porto carioca. (LIMA, 1963: 932).

³⁵⁷ Crispim do Amaral (Olinda, PE, 1858 – Rio de Janeiro, 1911) foi ator, decorador, jornalista, pintor, desenhista e caricaturista brasileiro. Editou no Pará o jornal *O Estafeta* em 1879, totalmente ilustrado por ele. Viaja para Paris em 1888, e de volta ao Brasil, segue para o Rio de Janeiro, onde funda as revistas *O Malho*, *A Avenida*, *O Pau* e *O Século*. (LIMA, 1963: 985).

justaposição de poemas, crônicas e comentários, que inaugurava uma nova linguagem jornalística.

De acordo com Márcia Diogo, a revista era de grande formato físico, medindo 32 cm por 23 cm, contendo, no seu início, entre 24 a 30 páginas, o miolo em papel jornal e papel *coche*. Sua encadernação era tipo “canoa”. A revista cresceu, com um maior número de anúncios e a criação de novas colunas, como a seção “Postais Femininos” – Coluna direcionada ao público feminino – com isto, no ano de 1910 já possuía de 50 a 60 páginas (DIOGO, 1999: 20). A inclusão dessa seção revelava a atenção com o público feminino, ainda que o alvo da revista fosse “principalmente ao público masculino interessados em assuntos políticos” (ALENCASTRE, 2013: 223-224), abusando das caricaturas e das charges.

A revista cristalizava e difundia representações³⁵⁸ do que era ser republicano, ser moderno, mediava transformações a partir de suas publicações, buscando em outras regiões do país elementos que precisavam ser transformados e iniciativas a serem exaltadas. De fato, tais publicações atingiam e transformavam, bem como denunciavam hábitos que já não eram tolerados naqueles tempos modernos. Sendo assim, “em um contexto de alto analfabetismo, esses leitores foram expostos a imagens publicitárias, desenhos, mapas, cartazes e estandartes, frutos de uma ‘pedagogia urbana’ moderna” (LINS; OLIVEIRA, 2010: 28).

Como afirma Gislene Neder “as noções de progresso, civilização e modernização surgem como valores primordiais na nossa sociedade” (NEDER, 2012: 16). No Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, palco de transformações importantes, como o fim da escravidão e a passagem para o trabalho assalariado e a instalação da República, foi o principal referencial de *civilização, progresso e modernidade* para o país. A modernidade, como elucida Berman, representava “um conjunto de experiências” vivenciadas pelas pessoas “em todo mundo”, que provoca transformação de tudo ao redor, e que ameaça a destruir crenças e práticas tradicionais, num contexto em que “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986: 15).

Portanto, foi fundamental o papel das revistas ilustradas na naturalização das representações de um mundo moderno, o que Hardman chamaria de “a exhibitio da era

³⁵⁸ A noção de representação, segundo opera Roger Chartier, “são construções discursivas que aspiram à legitimação de uma dada realidade atrelada as intenções de determinados sujeitos históricos”. (CHARTIER, 1988: 24).

burguesa” (HARDMAN, 2005: 62) que se multiplicava cada vez mais, difundindo uma determinada forma de ver, portar-se, entre tantas possíveis. O estudo da modernização se tornou uma amálgama diversificada de todos os tipos de evidência, alguns materiais, outras discursivas, da forma como os cidadãos e os grupos sociais dão sentido, acomodando sua vida e linguagem a ela. Aqui proposto analisar a cidade de Parnaíba a partir da mobilização da imprensa observando a revista *O Malho*, que se inseria em uma categoria específica de veículo de comunicação: as revistas ilustradas de variedades semanais.

O periódico do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nasceu em um momento de desenvolvimento da imprensa e das diversas transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro enfrentava. Nas primeiras décadas do século XX, o discurso da imprensa passou a estar unificado e alinhado ao projeto político nacional, em que as ideias de progresso, modernidade e civilização se confundiam, distanciando-se o quanto possível das práticas provincianas da sociedade.

O Malho tinha como objetivo atingir o “Público” para além do leitor mais sofisticado, e ficou muito popular entre as classes mais baixas, como barbeiros e engraxates. Na sua primeira edição, a revista traz uma carta intenção que diz:

É de praxe que um jornal que se apresenta desfie perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente o programa. Iconoclasta de nascença, *O Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem programa. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o Malho; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana. (O MALHO, 1902, n.p.) (Grifo nosso)

Assim, *O Malho* surgia com pretensões críticas à cidade do Rio de Janeiro e ao país. De acordo com Benchimol, os homens do governo, intelectuais e engenheiros, consideravam a imagem que a cidade tinha até então expressava a realidade do Brasil colônia, mas a cidade colonial não combinava com uma Capital da República, devendo passar por reformas urbanas e sociais para dar lugar à uma nova cidade (BENCHIMOL, 1992: 33). No seu programa editorial fica claro que a revista deveria representar a ideia do combate, luta e do enfrentamento de forças dentro da sociedade carioca. No entanto, segundo Diogo, *O Malho* “é a revista que mais valoriza polêmica, embora dê seu apoio incondicional aos projetos da cidade” (DIOGO, 1999: 66).

A partir disso é que nos perguntamos sobre o posicionamento da revista em relação à cidade de Parnaíba, até que ponto ela é simples expressão dos interesses dos agentes modernizadores.

Em meio à reforma na cidade do Rio de Janeiro, um ideal de progresso deveria ser implantando na Capital Federal, e depois se estender para o restante do país. Como as severa Gizlene Neder, a cidade do Rio de Janeiro surgia como uma “caixa de ressonância”, ou seja, a cidade carioca propagava para o restante do país os ideais do tempo, com base nas transformações da modernidade ocorridas na Europa (NEDER, 2012: 30).

A partir disso, a cidade do Rio de Janeiro se colocava como vitrine dessas ideais, e as revistas ilustradas difundiam para o país o cosmopolitismo, a europeização e a modernização, uma tarefa civilizadora que acontecia na capital e se difundia para outros Estados durante a primeira república. A partir desse interesse e preocupação com a transformação de outras cidades, é que a cidade de Parnaíba e outras aparecem com constância nas publicações da revista. Através da combinação de textos e imagens, a revista *O Malho* lança olhar sobre Parnaíba.

Neste artigo apresenta-se as investigações sobre os possíveis significados da mensagem transmitida pela revista a partir de uma sequência de imagens, e sua relação com o contexto da época e da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Para tanto, foram analisadas as edições de 1910 a 1920, destacando aqui apenas as que versam sobre a cidade de Parnaíba na perspectiva de sua organização, da política, das instituições e do poder local.

As publicações sobre Parnaíba na revista *O Malho* das respectivas décadas podem ser divididas em dois subperíodos. O primeiro período se inicia em 1910 com destaque para o atraso, o aspecto agrário, rural, de transformações lentas, que se prolonga até a década de 1920. A partir desta década, a cidade entrava no ritmo do progresso, como aumento significativo de fotos enaltecendo a Praça da Graça, o trem, o futebol, os hotéis e o porto.

Aqui buscamos analisar esses dois períodos, onde no primeiro, o tom das publicações variava da crítica à política local e ao atraso. A primeira publicação³⁵⁹ que versa sobre a cidade e o poder local, faz referência a um coronel e sua criação de gado. A publicação intitulada “Indústria pastoril” apresenta uma fotografia, como vemos abaixo:

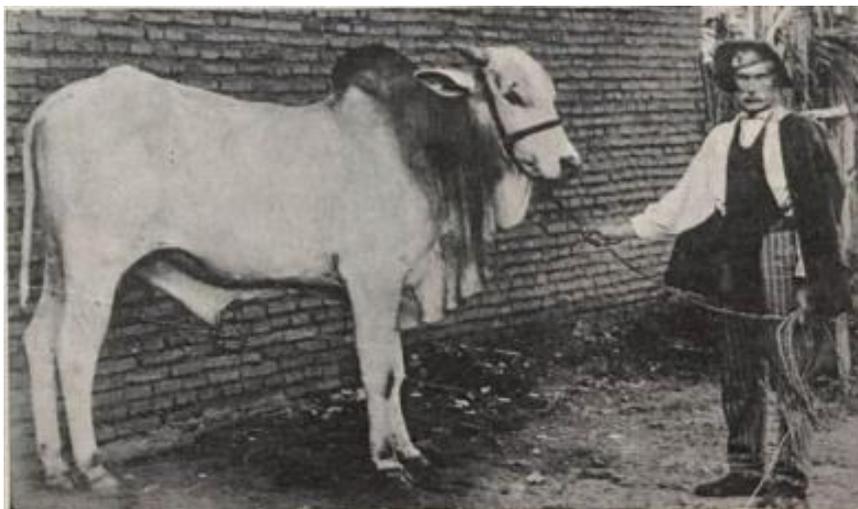


Fig. 1: “TouroZebú, puro sangue, de dois anos e meio de idade, cria da fazenda ‘Santa Cruz, município de Parnaíba, Estado do Piauí, de propriedade do tenente-coronel João José das Neves”. INDÚSTRIA PASTORIL. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 9, n.p., 30 abr. 1910.

Observa-se que a publicação sobre Parnaíba que mereceu destaque não evidencia uma modernização tal como acontecia na cidade do Rio de Janeiro, na verdade elucida a criação de gado. A cidade de Parnaíba, caracterizada como a primeira cidade piauiense com fortes características comerciais, teve o primeiro surto de desenvolvimento com a pecuária no final do século XVIII e a indústria do charque, nos anos finais do século XIX. Embora no século XX os maiores ganhos tivessem sido obtidos com os produtos extrativistas, a imagem elucida a pertinência do coronel e do gado como fatores de distinção (SOUZA, 2018: 18).

Outra publicação sobre a cidade versa sobre a ordem, a organização, o poder e a instituição policial, e está em forma de denúncia, como exemplificaremos com a figura 2. A revista recebeu uma carta de denúncia de maus tratos em 11 de março de 1911, apresentando que “o inspetor da alfândega, Theophilo Fortuna tinha em sua casa,

³⁵⁹ A cidade de Parnaíba surgiu na revista *O Malho* nas seções: Caixa d’O Malho e Postaes femininos. Encontramos também muitas charges acerca do Bispo D. Joaquim e do Padre Lopes e denúncias sobre a dissolução da diocese do Piauí, com a perseguição política a padres piauienses. Em 1908 dois piauienses foram cobrados por não pagarem as assinaturas. Eram eles: João P. Brazil, Parnahyba; J. Campos Veras, Therezina. As cobranças persistiram em todos os exemplares até o fim do ano de 1908, revelando a circulação da revista no estado. Cf.: *O MALHO*. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 7, n.p., 5 set. 1908.

acorrentada há cerca de três meses, uma órfã sua tutelada que conseguiu fugir na noite de 25 de fevereiro”. A denúncia feita pelo senhor Gervásio Pires Sampaio, Capitão de Corveta de Parnaíba, a quem a menina havia pedido socorro, apresentava “o corpo echymoseado, ainda com grande corrente presa a perna”. O mesmo afirma ter apresentado a criança “as autoridades, que ficaram com ela sem que passo algum tenham dado, no sentido desagravo justiça” (ALERTA, 1911, n.p.).

As fotos e os detalhes do caso foram publicados em junho de 1911, uma situação de maus tratos a uma menor que “havia conseguido fugir da casa de seu tutor, onde há meses jazia acorrentada e era barbaramente castigada” (MONSTRUOSIDADE, 1911, n.p.). A denúncia foi feita pelo Capitão de Corveta Gervásio Pires Sampaio contra o bacharel Theophilo de Almeida Fortuna, inspetor da alfândega de Parnaíba. A seguir uma das fotografias enviadas e publicadas na revista:



Fig. 2: “O capitão de corveta Gervásio Pires Sampaio, abrindo o cadeado que prendia a corrente à perna da infeliz Raymunda, salva pelo mesmo capitão de corveta, das garras do tutor algoz Bacharel Theophila de Almeida Fortuna, na noite de 25 de fevereiro último”. MONSTRUOSIDADE...*O Malho*. Rio de janeiro, ano 10, n.p., 10jun. 1911.

Ao analisar a fotografia e o seu enunciado percebemos o alinhamento da revista com os ideais de civilização, *melhoramento e progresso da raça humana*. Nesse sentido, a revista denunciou práticas e disseminou uma concepção de como o Brasil

deveria se posicionar frente a esses temas. A revista publicou “as fotografias e os pormenores desse caso vergonhoso para nossa civilização” (MONSTRUOSIDADE, 1911, n.p.). Abaixo, é possível observar o trecho da carta do Capitão de Corveta Gervásio Pires Sampaio:

Aproveito o ensejo para levar ao conhecimento dessa ilustre redação que o aludido inspetor tem em sua casa uma outra órfã, também sua tutelada, expostas aos mesmos sofrimentos e maus tratos, a qual talvez ainda não se tenha evadido por não lhe darem oportunidade. *Não se pode contar com a justiça d'está muito infeliz terra, porque os chefes locais, que por conveniência se dizem amigos do inspetor não querem desgostá-lo, e em desrespeito a todos os princípios de humanidade – conhecem e consentem nas arbitrariedades do monstro.* (MONSTRUOSIDADE, 1911, n.p.) (Grifo Nosso)

Através desses recortes percebemos a apresentação de uma imagem da cidade descomprometida com a elite local. Para além dos maus tratos à menor, a publicação denunciava a política local, afirmando que *não se pode contar com a justiça d'está muito infeliz terra.*

A denúncia parte da necessidade da formação de renovados modos de consciência, elaboração e práticas de conduta no espaço da cidade. Se por um lado, a denúncia dialoga com a perspectiva de modernização/progresso; por outro lado, apresenta as permanências, os *desmandos* de uma cidade com características coloniais.

Essa publicação dialoga bem com os objetivos da revista, que se pretendia crítica. Os intelectuais da época pensavam e propunham um caminho moderno para o Brasil, em conformidade com os moldes europeus. Nesse caminho, os *desmandos*, a violência contra indefesos, não podiam mais existir, eram práticas que agora soavam como resquícios de uma “antiga sociedade”, um entrave para a entrada da cidade para a modernidade.

Outro entrave para a representação de uma cidade moderna era a forma física da de Parnaíba, que era cidade portuária do estado do Piauí. A partir de 1913 a revista *O Malho* passa a enaltecer as transformações na cidade que buscavam o seu *embelezamento*. Passou a publicar detalhes do primeiro plano de urbanização local, a partir de iniciativas como a elaboração da planta do bairro Nova Parnaíba e a reforma do cais, e a partir de 1916, os trabalhos para a construção da Estrada de Ferro.

A imagem que a revista fixava, é de uma cidade que, mesmo em passos lentos, caminhava na direção do progresso. Abaixo imagem da reforma do porto na cidade:



Fig. 3: “Aspecto das obras do novo cais de Parnaíba, no Estado do Piauí”. PROGRESSO DO PIAUHY. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913.

A reforma do cais de Parnaíba foi publicada ao longo de todo ano de 1913, ora intitulada “Progresso do Piauí”, ora “Progresso do Brasil”. Essa reforma foi apresentada de diferentes ângulos, buscando enfatizar que a cidade estava mudando, reforçando que ela estava saindo do retrocesso. Se primeiro a cidade se apresentou com características de atraso, agora estava em cena o projeto nacional de transformação das demais cidades e exaltação do progresso. Observa-se a reapresentação que a partir da imagem traça uma linha de progresso para a cidade.

Cabe elucidar também a importância de cada imagem em uma época em que a fotografia ainda não era impressa com facilidade, e o público consumidor nem sempre era letrado. Havia também a ilustração desenhada que, devido às restrições na impressão de imagens fotográficas, ocupava um importante papel comunicativo. Na imagem abaixo é possível verificar uma ilustração sobre a cidade de Parnaíba:



Fig. 4: Faxina feita pelos presos da cadeia de Parnaíba. A centro, um soldado da guarda com o respectivo facão. COSTUMES DO PIAUHY. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 1 nov. 1913.

A revista *O Malho* utilizou fotografias, textos e ilustrações para atingir diretamente todos os leitores, interferir na forma como a cidade era dada a ver naquela época. É importante destacar que por trás dessa imagem de uma cidade que continuamente marcha para a transformação total, existem os interesses dos políticos e do próprio periódico. Nesse ponto, Capelato adverte que o historiador deve estar atento à construção do fato pela imprensa, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas, também, os interesses do próprio periódico. Além disso, a produção da imprensa mantém suas particularidades (CAPELATO, 1988: 21).

Nesse sentido, não se trata apenas de uma análise das diferenças físicas, sociais e econômicas entre a Capital Federal e a cidade de Parnaíba, mas da análise de uma certa imagem da cidade, construída por meio da revista. Imagem expressiva, que estava sendo consolidada por um veículo da modernidade, ideia da cidade como espaço do vira ser. Agora impunham uma nova cidade, que emergia com desenvolvimento acelerado, como mostra a figura 3, com muitos homens trabalhando, e a figura 4, com os presos recolhendo os dejetos do centro da cidade.

A figura 3 apresenta as ruínas do cais que representavam também as ruínas de tudo que foi apresentado. Segundo afirma Koselleck, “a modernidade é como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006: 314). Portanto, com a Modernização, a experiência se afasta da expectativa, dando espaço para entrada de algo novo. Ocorre uma mudança na percepção e junto com ela, há a ideia de progresso, como destaca o autor: “o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (KOSELLECK, 2006: 317).

No entanto, em Parnaíba, o progresso estava muito vinculado as grandes famílias, ao poder que elas estabeleciam, assim prevalecia um caráter pedagógico, onde o homem deveria romper com o passado, mas sem que isso não afetasse a ordem pré-estabelecida, ou seja, sem radicalizar. Sendo assim, o passado oferece as bases para o futuro, que se apresenta neste período, com expectativas positivas, “(...) ‘modernidade’, no sentido de progresso otimizam-te” (KOSELLECK, 2006: 327).

Na revista, a partir de 1913, no entanto, prevalecem apenas títulos marcantes, como “Progresso no Piauí” e “Um surto de progresso no Piauí”. Através dos títulos das

publicações, ficava evidente a sua campanha em mostrar que outras cidades do país estavam vivenciando o clima das transformações. Abaixo, fotografia de uma das publicações, intitulada: Um surto de progresso no Piauí:

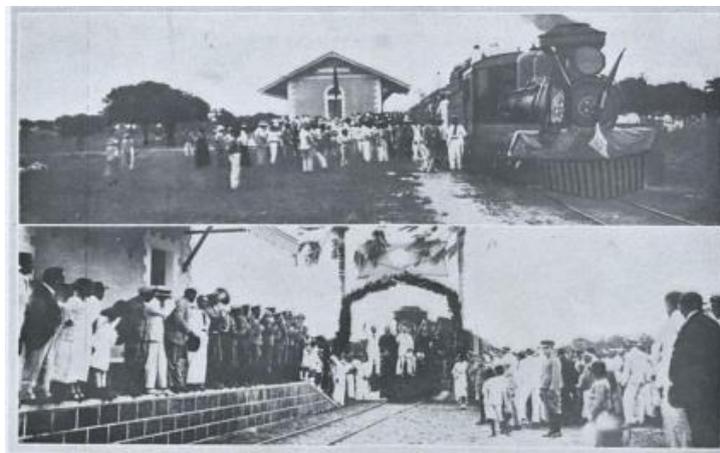


Fig. 5: “E.F. Central do Piauí- 1) Inauguração da Estação de Bom Princípio, no km 51 – Partida do trem inaugural da Estação de Parnaíba. 2) Chegada do trem à estação de Bom Princípio – O engenheiro chefe, Dr. Miguel Bacellar, cortando a fita simbólica, da entrada ao trem inaugural”. UM SURTO DE progresso no Piauí. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 22, n.p., 27 jan. 1923.

A estrada de ferro, sinônimo de progresso em todo o país, chegou ao Piauí na década de 1920. Esse elemento completou a representação construída pela revista *O Malho* de uma cidade que se modernizava. A partir da década de 1920 muitas outras construções são enaltecidas na revista, bem como o estádio de futebol, a reforma da Praça da Graça, a construção de outras praças, a pavimentação de ruas.

CONCLUSÃO

Esse conjunto de publicações esboçados nos permitiu refletir sobre os contornos do processo de construção de uma cidade moderna, de uma forma particular de civilização. A cidade que, num primeiro momento, caracterizava-se pelos desmandos, caminhava a passos lentos para uma transformação. Nessa representação, observa-se um cunho pedagógico que incitava melhoras. A revista formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de “verdades” para completar a imagem de um país que se transformava. Parnaíba não estava no ritmo da Capital Federal, mas divulgava cada esforço de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALECASTRO, Lucília de Sá. Revista “Para Todos...”: uma história de carnaval. In: Tuiuti: ciência e cultura, Curitiba, n. 46, p. 215-232, 2013.

BERMAN, Marshal. Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

CPDOC. O Malho. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete_tematico/malho-o>. Acesso: 8 out. 2020.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração/Biblioteca Carioca, 1992.

DIOGO, Márcia Cezar. O Rio em revista. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d’O Malho e da Kosmos. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KOSELLECK, Reinhard. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

NEDER, Gizlene. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927). 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.

SOUZA, Priscila de Moura. A cidade e o cais: as multifaces da modernização de Parnaíba das décadas de 1930 e 1940. 2015. 156 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

Revista O Malho

ALERTA! MAIS UM MARTYR. O Malho. Ano X, Rio de Janeiro, n.p., 18 mar. 1911.

COSTUMES DO PIAUHY. O Malho. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 1 nov. 1913.

INDÚSTRIA PASTORIL. O Malho. Rio de Janeiro, ano 9, n.p., 30 abr. 1910.

MONSTRUOSIDADE... O Malho. Rio de Janeiro, ano 10, n.p., 10 jun. 1911.

O MALHO. O Malho. Rio de Janeiro, ano 1, n.p., 20 set. 1902.

O MALHO. O Malho. Rio de Janeiro, ano 7, n.p., 5 set. 1908.

PROGRESSO DO PIAUHY. O Malho. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913.

UM SURTO DE progresso no Piauí. O Malho. Rio de Janeiro, ano 22, n.p., 27 jan. 1923.

O Arquivo Público do Estado Espírito Santo e a produção de conhecimento historiográfico

Tiago Braga da Silva
Doutorando PPGHS/FFP/UERJ

A produção historiográfica sobre o Espírito Santo é atravessada por dinâmicas que buscam projetar determinadas representações no campo social, cultural, econômico e político. Nascimento (2016) ao pesquisar a história da historiografia do Espírito Santo, especificamente acerca das formas, funções e significados que tiveram as diferentes manifestações historiográficas sobre o estado do Espírito Santo entre a década de 1960 e o início do século XXI, concluiu que a historiografia do Espírito Santo foi elaborada sob o paradigma do desenvolvimento, que a partir da noção de atraso e superação, criou-se uma identidade histórica que permeou a historiografia e o discurso político. (NASCIMENTO, 2016: 273)

Em oposição a essas narrativas, o autor aponta para a produção, a partir do início do século XX, de trabalhos de pesquisas classificados por ele como sendo as *narrativas críticas do Espírito Santo*, que consiste em teses, dissertações e artigos acadêmicos produzidos, principalmente, mas não exclusivamente, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), apresentando uma nova produção histórica sobre a temática do desenvolvimento do Espírito Santo em diferentes épocas, e sobre diferentes sujeitos até então marginalizados pela história local. (NASCIMENTO, 2016: 17-19).

Nesse debate, outra reflexão se faz importante, os espaços que possibilitam a mobilização do passado do estado do Espírito Santo para a construção de novas interpretações, tal como o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), criado pelo presidente do estado Jerônimo de Souza Monteiro, através do Decreto Lei nº 135, de 18 de julho de 1908.

A criação do Arquivo não foi motivada apenas pela preocupação com a necessidade de organizar os documentos, havia outras intenções por parte do Jerônimo de Souza Monteiro

Monteiro empreendeu esforços numa campanha singular na primeira metade do século XX, no âmbito do Estado do Espírito Santo: a restauração de sua história através da criação do 'Arquivo Público espírito-santense'. Acredito

que tal feito merece destaque por se contrapor ao discurso modernizante que tentava se consolidar na política local. Mostrava-se urgente extirpar da esfera local tudo que pudesse estar associado ao caráter colonial, portanto dentro dessa lógica, ‘atrasado e incivilizado’, e a construção de uma memória histórica veio auxiliar na constituição de um espaço específico para o assentamento de tudo que fizesse parte do passado, colocando em relevo sua ação ‘revolucionária’ de condução a um futuro modernizante. (PIRES, 2006: 101)

O que indica que, desde a sua criação, para além da importância que o Arquivo lograria para a organização administrativa do Estado, havia um uso político, juntamente com outros investimentos: iluminação pública, monumentos, jardins, arborização, alargamento de ruas, serviços de água, esgoto, limpeza pública, criação da Escola de Belas Artes (SUETH, 2004: 55,57) entre outros. Buscava-se romper com o passado colonial no estado do Espírito Santo, constituindo um horizonte de perspectiva, tendo como linha mestra a modernização.

Nesse contexto, Pires (2006: 101), afirma que

[...] o soerguimento do Arquivo pode ser concebido não só como a formação de um espaço público para a história passada, mas de garantia de um espaço onde ficariam registrados, dentro dos moldes ovacionistas da historiografia do período, os feitos do presente. Concretizava-se, desse modo, de forma simbólica a superação do passado pelo presente.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado vinculada ao PPGHS/UERJ, cujo objetivo é compreender a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) na promoção do passado. A partir da análise das dissertações e teses produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES,³⁶⁰ realizou-se o mapeamento dos usos das fontes do APEES no desenvolvimento de pesquisas sobre a história do Espírito Santo.

A análise teve como corpus documental as dissertações e teses produzidas pelo Programa e disponibilizadas no site institucional: <http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS>. Para a presente pesquisa, vamos considerar o uso dos documentos arquivísticos, e, ou, as publicações editadas pela instituição.

³⁶⁰ O programa iniciou suas atividades em 2003 com o mestrado e em 2010 com o doutorado, tem como área de concentração a História Social das Relações Políticas, dividida em três linhas de pesquisas: 1) Sociedade e Movimentos Políticos; 2) Estado e Políticas Públicas; e 3) Representações e ideias políticas.

Como estratégia de busca, inicialmente, foi utilizada a análise do resumo e das palavras chaves com vias a identificar se a pesquisa tratava de algum aspecto do Espírito Santo, e, em seguida, a análise das fontes, com o objetivo de verificar o uso das fontes primárias ou secundárias fornecidas pelo APEES.

O universo da pesquisa contou com o seguinte quantitativo: 46 teses de doutorado e 316 dissertações de mestrado.³⁶¹ Para amostragem da análise foi considerada apenas as teses e dissertações que tratavam de algum aspecto do estado do Espírito Santo, independente do período, da metodologia ou temática. Nesse sentido, tivemos como amostragem o seguinte quantitativo: 26 teses e 169 dissertações,³⁶² totalizando 195 trabalhos.

Desse total, aproximadamente 70% (135 trabalhos) indicaram o uso do APEES, seja o uso dos documentos arquivísticos, e, ou, as publicações editadas pela instituição, que na maioria dos trabalhos indicaram o uso das publicações da Coleção Canaã.

DOCUMENTO DE ARQUIVO E A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

Dos trabalhos apresentados no PPGH/UFES sobre o estado do Espírito Santo, 94 dissertações, aproximadamente 55,6%, e 22 teses, aproximadamente 84,6%, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. Numa visão geral, são 116 trabalhos, aproximadamente 59,4%, que fizeram uso das fontes primárias do APEES.

Os trabalhos também indicaram, em alguns casos, o uso concomitante, ou não, de documentos custodiados por outros espaços de pesquisas: Instituto dos Santos Neves; arquivo da TVE; Biblioteca Pública; Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional; Arquivo Geral de Vitória; Arquivo da Assembleia Legislativa do ES; Arquivo do IHGES; cartórios; arquivos pessoais, entre outros.

Esses números apontam o lugar de destaque do APEES na produção de conhecimento sobre a história do ES no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da UFES. Vale ressaltar que as pesquisas acerca de aspectos sobre o Espírito Santo, não estão restritas ao PPGH/UFES, o que numa análise mais ampla, utilizando outros repositórios, analisando trabalhos de outras áreas e de outras instituições, pode-se ampliar esses números de forma considerável.

³⁶¹ A coleta de dados foi realizada em maio de 2020.

³⁶² 5 (cinco) dissertações que tratam de algum aspecto do ES não estão disponíveis no site do programa, assim sendo, não foram contabilizadas nesse quantitativo devido à impossibilidade de análise.

Mas para além do que os números podem revelar com indicadores estatísticos, há uma narrativa que é tecida sobre o APEES pelos pesquisadores, que se divide entre agradecimentos, elogios, e também, críticas. O que de certa maneira pode ser revelador para ampliar o horizonte de trabalho do APEES e contribuir para planejamentos estratégicos da instituição. Pois, se constitui como um instrumento de avaliação dos serviços prestados pelo Arquivo.³⁶³

Entre os relatos sobre o APEES, presente nos trabalhos, vamos destacar a do pesquisador Leonardo Bis dos Santos (SANTOS, 2016: 289), que apresentou sua tese³⁶⁴ no ano de 2016, e apontou as consequências da falta de políticas públicas no campo dos arquivos, tendo em vista os empecilhos que circunscreveu a escrita da sua tese por falta de fontes, resultado dos problemas no processo de recolhimento de documentos.

O recolhimento é uma função importante para uma instituição arquivística, pois é por ele que se formam os acervos que serão disponibilizados para os pesquisadores e a sociedade em geral. O não envio de documentos para as instituições de guarda, pode configurar na perda de importantes componentes do passado, o que pode dificultar a compreensão dos fatos vividos da sociedade, dos grupos sociais, e dos sujeitos.

Ainda com relação ao recolhimento de documentos ao Arquivo, foi possível constatar, em diferentes trabalhos, a indicação de uso de fontes de arquivos pessoais não depositados em instituições de guarda, que estão com seus produtores ou familiares: Arquivo pessoal de Myrthes Bevilacqua Corradi,³⁶⁵ Arquivo pessoal de Roberto Valadão Almokdice,³⁶⁶ Arquivo pessoal de Laura Coutinho,³⁶⁷ Arquivo pessoal de

³⁶³ Existem outros instrumentos, que utilizado pelas instituições arquivísticas podem favorecer o planejamento estratégico do Arquivo.

³⁶⁴ SANTOS, Leonardo Bis dos. A Criação de Unidades de Conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: Contextualização, Conflitos e Redes de Interesse na Apropriação Social do Meio Ambiente. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

³⁶⁵ LUNZ, Leandro da Silva. Mulheres na Política: Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo no Poder Legislativo - 1980 a 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

³⁶⁶ DIAS, Aline de Freitas. A Construção de um personagem político: a trajetória de Roberto Valadão Almokdice, de 1970 A 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. ANDRADE, Aline Guimarães. Formação e trajetória político-eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Cachoeiro de Itapemirim (1966-1979) Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

³⁶⁷ LIMA, Gabriela Rodrigues de. Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Adilson Vilaça,³⁶⁸ Arquivo pessoal de Higner Mansur,³⁶⁹ Arquivo pessoal do Paulo Hartung,³⁷⁰ Arquivo pessoal de João Pedro de Aguiar³⁷¹, Maurício Abdala Guerrieri,³⁷² Cláudio Vereza,³⁷³ Teresa Sartório³⁷⁴ e Alessandro Vescovi.³⁷⁵

Forte indicativo que há uma grande quantidade de acervos privados no estado do Espírito Santo, que podem ser mapeados pelo Arquivo Público e subsidiar um planejamento futuro de aquisição. Os usos desses acervos nas pesquisas do PPGHS/UFES reforça a importância deles para a pesquisa acadêmica.

Além disso, a perda desses acervos pode representar uma lacuna na historiografia capixaba, nessa direção, o pesquisador Bruno Sobroza Duarte, autor do trabalho de dissertação apresentado em 2014, intitulado: A experiência eleitoral da Arena (Aliança Renovadora Nacional) no Estado do Espírito Santo nas eleições de 1974: os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, fez um apelo em seu trabalho, sobre a urgência do resgate da memória de personalidades políticas do ES, e cita o arquivo como um item de análise (DUARTE, 2014: 13).

Destacamos que os arquivos pessoais, ainda que provenientes da trajetória de um indivíduo, oportunizam entender os contextos sociais e culturais de toda uma sociedade, pois podem revelar fatos a partir de um outro ponto de observação, diferente daqueles documentos produzidos pela tutela do Estado – os documentos públicos produzidos e recebidos à luz das atividades governamentais. Para, além disso, a seleção de arquivos

³⁶⁸ GARCIA, Elio Ramires. Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

³⁶⁹ DIAS, Silvia de Souza. O bairro Zumbi na perspectiva de quilombos em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo (1960-2012). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

³⁷⁰ MARTIN, Margô Devos. A trajetória de uma geração política no Espírito Santo: da universidade ao poder: 1982 a 1992/. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

³⁷¹ Douglas Christian Ferrari de Melo, 2007 – “Não tivemos acesso a todos os projetos, por causa da perda dos arquivos e da falta de preocupação com o registro histórico tanto pelos familiares quanto pelo partido e pela Câmara municipal.” p. 158. MELO, Douglas Christian Ferrari de. Entre a proposição e a crítica: o partido dos trabalhadores e as políticas públicas em educação. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

³⁷² PALÁCIOS, Wanessa Dallinger Costa. A expansão dos espaços periféricos em vitória durante o processo de urbanização na Primeira República (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Ibidem.

peçoais indica que sujeitos são considerados institucionalmente para representar uma sociedade.

O acesso aos documentos de arquivo, não se circunscreve apenas às questões relativas ao processo de recolhimento, perpassa outras questões: conservação e disponibilização do material depositado nos arquivos.

A pesquisadora Julia Duarte de Souza,³⁷⁶ na dissertação apresentada em 2009, intitulada: Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008), afirma que ao longo da pesquisa encontrou muitas dificuldades de acesso à informação, dentre elas: “[...] demora nos prazos de entrega de cópias de documentos [...] dificuldade de acesso a determinados jornais da época no arquivo público, sendo muitos deles danificados, onde datas e outras informações foram perdidas. [...]” (SOUZA, 2009: 21).

A questão da conservação física dos documentos também é abordada no trabalho de Kátia Sausen da Motta,³⁷⁷ apresentado em 2013, intitulado: “Juiz de paz e cultura política no início do oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)”: “[...] O estado de conservação do documento referente à Barra de São Mateus impossibilitou sua utilização em análise quantitativa. Entretanto, as informações da fonte foram utilizadas de forma qualitativa sempre que possível.[...]” (MOTTA, 2013: 107) e no trabalho da Fabiene Passamani Mariano,³⁷⁸ autora da tese “A festa do Divino em Viana no Século XXI: Memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba”, apresentada no ano de 2019, afirma que os documentos mais significativos para o desenvolvimento do segundo capítulo da tese, cujo objetivo foi apresentar um panorama da Capitania do Espírito Santo no início do século XIX, enfatizando a vinda e a instalação de famílias açorianas na região, estavam localizados no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), no entanto, faz a seguinte observação: “[...] Alguns documentos referentes ao período selecionado estavam em condições

³⁷⁶ SOUZA, Julia Duarte de. Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

³⁷⁷ MOTTA, Kátia Sausen da. Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (província do Espírito Santo, 1827-1842). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

³⁷⁸ MARIANO, Fabiene Passamani. A Festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. Tese (Tese em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

precárias, tanto para o manuseio, quanto para leitura. Muitos deles estavam ilegíveis, manchados ou parcialmente destruídos por traças.” (MARIANO, 2019: 72)

O atendimento do Arquivo às demandas do pesquisador, sempre é um desafio, visto que cada pesquisa usa de diferentes fragmentos do passado depositados no Arquivo Público, o que gera, em algumas situações, dificuldades de atendimento e, em alguns casos, até mesmo a impossibilidade desse atendimento. Essa constatação não minimiza o papel do Arquivo no processo de produção de conhecimento sobre o Espírito Santo, ao contrário, coloca diante de nós a necessidade, cada vez mais, de reivindicar investimentos financeiros e construção de políticas públicas eficientes, capazes de possibilitar o uso do passado por diferentes segmentos da sociedade.

A LINHA EDITORIAL COLEÇÃO CANAÃ

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, além de conservar e possibilitar o acesso aos documentos e operacionalizar os processos que validarão quais documentos serão conservados para a posterioridade, funciona também, como um espaço público de produção e circulação de conhecimento.

As práticas operadas pelos arquivos na construção de produtos e serviços são inerentes ao processo de organização dos acervos, em todas as fases do ciclo de vida documental: corrente, intermediário e permanente, na produção de plano de classificação, tabela de temporalidade, quadro de arranjo, instrumentos de pesquisas, e, além disso, em algumas instituições, contam com difusão editorial, que possibilita a publicação de livros e revistas; além de difusão cultural e atividades educativas. O que possibilita a inserção dessas instituições no contexto de mobilização e, de produção de narrativas historiográficas.

Vale ressaltar que, quanto à atividade de difusão editorial, cultural e educativa em arquivos, conforme considera Bellotto (1991: 147), embora “[...] secundária, é a que melhor pode desenhar os contornos sociais, dando-lhes projeção na comunidade, trazendo-lhes a necessária dimensão popular e cultural [...]”. Sendo necessária para cancelar seu lugar na sociedade, e, além disso, é uma ferramenta importante para captação de recursos.

Prosseguindo na análise, verificou-se, em termos quantitativos, o uso das fontes secundárias, aquelas editadas pelo arquivo, nos trabalhos produzidos pelo programa de Pós Graduação em História da Ufes. O resultado obtido foi um total de 91 trabalhos, 26

teses e 70 dissertações, aproximadamente 46,6% do quantitativo total de trabalhos sobre o estado do Espírito Santo, o que indica que o Arquivo Público do Espírito Santo, não está limitado apenas a fornecer as fontes primárias para mobilização do passado, o que, por si só, já o coloca em um lugar ativo nos processos memoriais, e o torna instrumento político, social e cultural. Mas ao editar publicações, em sua maioria, resultado de pesquisas historiográficas, ele chancela seu lugar como espaço público de circulação e produção de narrativas.

A linha editorial Coleção Canaã³⁷⁹, foi lançada em 1995 pelo Arquivo Público (APEES), sob diferentes pretextos. No âmbito político, foi considerado reflexo das propostas de democratização das informações do Governo do Estado do Governador Vitor Buaiz. No âmbito da política de memória, funcionaria como um auxiliar na socialização da memória, teria como objetivo o fortalecimento da cidadania e a reparação do desprestígio dos processos históricos regionais sofridos em âmbito nacional pelas generalizações. (NAGAR, 1995: 7)

A Coleção Canaã totaliza 28 publicações até o momento, destas, 21 obras foram publicadas nos primeiros 15 anos, que cobre a Gestão do Diretor do Arquivo, Agostino Lazzaro (1995-2005), e que teve a questão étnica recorrente, visto que [...] oito obras versam sobre imigração europeia e quatro estão ligadas às perspectivas de europeus sobre um dado momento da história capixaba. Assim, constatamos que houve ênfase na imigração europeia e no olhar europeu sobre a história do estado. [...]” (ADABALDE, 2015: 108)

De 2015 a 2020, outras 6 obras foram publicadas, dos quais destacaremos a obra “Negros no Espírito Santo”, uma versão ampliada da edição original, de 1994, de autoria de Cleber Maciel, editada e organizada pelo Professor da UFES, Osvaldo Martins de Oliveira, acrescido de novas apresentações prefaciais, fotografias e posfácio com artigos de estudiosos sobre o tema, que inaugura na linha editorial uma obra cujo conteúdo abordado refere-se às origens africanas, a escravidão, o preconceito, as manifestações culturais e religiosas, as contribuições dos negros escravizados no ES e à cultura negra do Espírito Santo.³⁸⁰

³⁷⁹O nome da coleção “[...]” é uma referência à obra Canaã, de Graça Aranha, que discute a história do Brasil e aborda a imigração no estado do Espírito Santo. A logomarca da Coleção Canaã, por sua vez, foi elaborada a partir do desenho do pintor suíço Hans Erni.[...]”. (ADABALDE, 2015: 109)

³⁸⁰ Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2020.

Destaca-se também, a publicação, em 2017, do livro “Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860”, de autoria de Vânia Maria Losada Moreira, que considerou que

Reunir os cinco textos em um único livro reitera e reforça, portanto, um argumento que tenho sobejamente sustentado em diferentes textos e lugares: a inclusão dos índios na história do Espírito Santo não apenas pode refinar a abordagem historiográfica sobre a região, mas também realizar uma das mais importantes funções sociais da historiografia, que é o alargamento de nossa consciência histórica por meio do acolhimento de novos sujeitos, temas e problemas. (MOREIRA, 2017: 12)

A linha editorial Canaã do Arquivo é uma forma de comunicação do arquivo com a sociedade, que para além de proporcionar um espaço de sociabilidade do conhecimento histórico, se apresenta como um indicador daquilo que a instituição considera como temáticas, sujeitos e fatos importantes sobre a história do estado do Espírito Santo.

Esse enfoque para determinadas abordagens é bastante significativo, visto que o Estado do Espírito Santo possui uma população de aproximadamente 3.514.952 pessoas,³⁸¹ e tem a diversidade como uma marca da sua identidade, pois, conforme aponta Dadalto (2007: 57)

[...] no processo de formação e colonização sociocultural tardia do estado, marcadamente constituído, em proporção quantitativa vária, por representantes de etnias européias – portugueses, italianos, prussianos, suíços, alemães, pomeranos, hanoverianos, poloneses, [...] –, por árabes, turcos, libaneses, e por brasileiros vindos de Minas Gerais, do Nordeste, do Rio de Janeiro, entre outros estados, além de negros africanos e dos índios que aqui habitavam.

A ênfase em determinados grupos étnicos, dando-lhes visibilidade e protagonismo na história do Espírito Santo, deixa, a reboque, outros grupos à margem e nas sombras do esquecimento. Lembremo-nos que “[...] para a maioria dos capixabas é impossível afirmar uma única descendência étnica. Ao contrário, toda sua afirmativa se coloca na possibilidade de afirmar sua pluralidade fundada num intenso movimento migratório e miscigenador.”[...]. (DADALTO, 2007: 57)

³⁸¹ Conforme censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=32>>. Acessado em 20 de out. de 2018.

A Coleção Canaã, sem hesitar, se apresenta como um espaço de circulação de narrativas acerca do passado do Espírito Santo, no entanto, não há uma política de publicação transparente, as escolhas do que publicar ficam restritas à vontade dos agentes políticos, e, em alguns casos, dos funcionários que atuam no arquivo. A ausência de mecanismo mais democrático: editais de publicação e um corpo editorial, pode incorrer em escolhas políticas, o que possibilita seu uso, quase que de forma exclusiva, como um instrumento das elites políticas na mobilização do passado. Tal qual ocorreu com a obra *História do Estado do Espírito Santo*, do autor José Teixeira de Oliveira

A obra *História do Estado do Espírito Santo* é um marco da historiografia local. Ainda que seu autor não tenha se radicado no Estado, ela é considerada a principal obra de referência sobre o passado espiritosantense. Cabe ressaltar que ela é portadora de um discurso que se pretende oficial. Suas três edições foram realizadas por diferentes governos estaduais. A primeira edição, 1951, ocorreu no governo Jones dos Santos Neves. A segunda, atualizada temporalmente até a sua publicação, veio com o governo Arthur Gerhardt, e a terceira, em 2008, já no governo Paulo Hartung. A preocupação central do autor é evidenciar a trajetória e o progresso do Espírito Santo, de sua origem aos governos republicanos. (NASCIMENTO, 2016: 17)

A referida obra foi editada e publicada pelo APEES, em razão da comemoração dos 100 anos da instituição,³⁸² através da linha editorial *Coleção Canaã*.

Os arquivos não se apresentam para a sociedade apenas com a promoção do acesso aos documentos, fonte primária, mas em alguns casos, há de se considerar a existência de outras estratégias, tal como representa a linha editorial do Arquivo Público do Espírito Santo.

ALGUNS APONTAMENTOS

A mobilização do passado não acontece apenas pela chancela da história, ou mesmo pelo intermédio do historiador, perpassa diferentes agentes, agências e lugares. Podemos, inclusive, pensar nas práticas das instituições que desempenham um papel importante no processo de rememoração, quais sejam: museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais. Suas práticas possibilitam a mobilização do passado através da promoção do acesso aos itens de valor cultural e histórico, colaborando para a construção de diferentes narrativas, que podem contribuir para a

³⁸² Disponível em: <https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>. Acesso em: 20 de maio 2020.

produção de conhecimento sobre o passado de grupos cujas histórias ainda não foram contadas ou reconhecidas.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), desde a sua criação, em 1908, tem atuado na preservação e disponibilização dos documentos públicos produzidos no âmbito do Executivo Estadual e, para além disso, desenvolve ações que potencializam seu lugar na promoção do passado do Espírito Santo, funcionando como um espaço que contribui com o processo de produção e circulação de conhecimento sobre a história do Espírito Santo.

No entanto, é preciso reconhecer que os arquivos não são espaços neutros, sem interferências. Suas práticas estão envoltas a nuances políticas, sociais, culturais, assim sendo, não podemos pensar os arquivos como elementos passivos, ao contrário, longe desse estigma, essas instituições são mecanismos ativos no processo memorial, atuando como coprodutor, e, em alguns casos, como produtor de narrativas históricas.

Os processos operados pelos arquivos estão inseridos nas dinâmicas políticas e de manutenção de poder, e pode haver uma intenção de produzir determinados sentidos, ainda que seja o esquecimento de fatos, sujeitos e grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALDABALDE, Taiguara Villela. Mediação Cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

DADALTO, Maria C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. p. 57-74.

MOREIRA, Vânia María Losada. Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017. (Coleção Canaã, v. 25).

NAGAR, Cario. O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895): relato do Cavalheiro Cario Nagar, cônsul real em Vitória. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995. (Coleção Canaã, v. 1).

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. Saeculum – Revista de História (UFPB), v. 01, p. 94-106, jan./jun. 2006.

SUETH, José Cândido Rifan. Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

FONTES

Universidade Federal do Espírito Santo (Programa de Pós graduação em História). c2003. Disponível em: <http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS>>. Acesso em: 10 maio 2020.

O Rio de Janeiro e a República: administração e o jogo político da Capital na Primeira República.

Wallace Alves dos Santos
Mestrando do PPGH/FFP/UERJ

A cidade Rio de Janeiro após a proclamação da República passou por importantes reformulações político-administrativas que acirraram ainda mais a disputa política dentro da antiga Capital do Império e agora, Capital da República.

Esse artigo discutirá a estrutura política carioca com a instauração da República, analisando como se desenvolveu a dinâmica política na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com as categorias políticas e a sua relação com as casas legislativa e executiva. Através da análise da estrutura político-administrativa, será observada o jogo político do Distrito Federal e as relações clientelistas.

CONTEXTO E CENÁRIO: A POLÍTICA CARIOCA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Em 1891 promulgou-se a primeira Constituição Republicana dos Estados Unidos do Brasil³⁸³. Nela formou-se uma comissão na Câmara dos Deputados que ficaria responsável por elaborar o projeto de organização municipal da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Segundo Freire, a elaboração do que iria vir a ser a Lei Orgânica do Distrito Federal provocou uma “intensa disputa entre as diversas forças e instituições interessadas em manter ou ampliar o seu quinhão de poder na principal cidade do país” (FREIRE, 1999: 6). O projeto apresentado pela comissão propunha que fosse formado o Conselho Municipal, um órgão de caráter legislativo que substituiria o Conselho de Intendência Municipal³⁸⁴.

Após três anos da implementação do novo regime, em 1892, foi aprovada pelo Congresso Nacional a legislação que passou a reger a Capital da República. De acordo com Freire, o novo código legal fora fruto de uma intensa negociação e produziu no

³⁸³ Para saber mais sobre a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

³⁸⁴ O Conselho de Intendência Municipal foi criado, provisoriamente, através do Decreto n.50 A, de 07 de dezembro de 1889, sendo composto por sete membros, todos nomeados pelo chefe do Governo Provisório. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-50-a-7-dezembro-1889-504462-publicacaooriginal-1-pe.html>

campo político da Capital uma característica peculiar e original no que diz respeito ao desenho político-institucional (FREYRE, 2000; 2012). Através desse novo código, as atribuições do governo ficariam a cargo do Conselho Municipal³⁸⁵ (representante do Poder Legislativo) e da Prefeitura, representante do Poder Executivo, enquanto caberia ao Senado Federal exercer um papel de mediador entre os dois anteriores.

A Lei Orgânica do Distrito Federal³⁸⁶ determinou que os membros do Conselho Municipal fossem chamados de intendentes e atribuiu algumas funções, dentre elas: verificar os poderes de seus membros; organizar o serviço de escrituração, arrecadação, guarda e aplicação de receita, assim como execução e fiscalização de obras; organizar anualmente o orçamento do município; regular a administração, arrendamento, fôro e aluguel dos bens móveis e imóveis municipais; reclamar da União bens que pertencessem ao município; regular a abertura e denominação de ruas, praças, estradas e caminhos e sua polícia, livre trânsito, alinhamento e embelezamento, irrigação, esgotos pluviais, calçamentos, iluminação, etc.

Já as atribuições do Prefeito, destacam-se: executar e fazer cumprir todas as deliberações ou ordens do Conselho, quando devidamente promulgadas; intervir nos casos de urgências, convocando logo o Conselho, caso este não estivesse funcionando para dar conta do ocorrido; fazer arrecadar as rendas municipais de acordo com o último orçamento aprovado pelo Conselho; ordenar as despesas votadas pelo Conselho e autorizar o pagamento delas pelos cofres municipais; formular proposta de orçamento a ser apresentada ao Conselho; prorrogar o orçamento em vigor, se até o último dia de dezembro não estivesse sido votado pelo novo Conselho; poder de veto em qualquer ato emanado pelo Conselho, caso estivesse em desacordo com as leis e regulamentos em vigor no Distrito Federal, etc.

De acordo com Freire, o processo de criação e definição do modelo político-institucional do Distrito Federal deu fôlego aos grupos políticos locais (FREIRE,

³⁸⁵ Grosso modo, o Conselho Municipal é o que seria a Câmara dos Vereadores.

³⁸⁶ Lei N. 85, de 20 de setembro de 1892. Em síntese, o novo código de lei que passou rege o Distrito Federal, apresentou as seguintes prerrogativas: O chefe do poder Executivo municipal seria nomeado pelo Presidente da República; os membros do Legislativo municipal seriam eleitos de forma direta pela população masculina, alfabetizada e maior de 21 anos, por meio do voto não secreto. O Legislativo seria composto por 21 membros para um triênio de mandato, podendo ser reeleito; o Distrito Federal não teria mais vínculo com a antiga Província do Rio de Janeiro, a partir de agora se tornaria em estado do Rio de Janeiro, sendo sua capital a cidade de Niterói. Cabe destacar que o Distrito Federal não tinha mais ligações com a Província do Rio de Janeiro desde 1834). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>

2012), o que possibilitou o domínio político de alguns grupos dentro do campo político carioca durante o início da República e as primeiras décadas do século XX. Isso ocorreu devido a Lei Orgânica dá ao Conselho Municipal um controle de prerrogativas que possibilitavam relações clientelistas entre intendentes e população da cidade, como também a negociação entre Conselho, Prefeitura e Senado, de forma que tornava o Conselho e seus representantes – em sua grande maioria formado por lideranças locais – um órgão de negociação e articulação para tomada de decisões inerentes ao Distrito Federal (FREIRE, 2012; PINTO, 2012: 109).

Ainda sobre a legislação e organização dos Poderes na cidade do Rio, faz-se uma observação a respeito das modificações que a Lei nº 85, de 20 setembro de 1892 sofreu através de leis e decretos nos anos de 1898, 1902, 1904 e 1917. Alguns de seus principais princípios apresentaram longa vigência, como no caso da escolha dos prefeitos que era feita pelo Presidente da República e não através de voto direto ou por nomeação do Conselho Municipal. Os chefes do Executivo municipal foram indicados pelos chefes do Executivo Federal em toda a Primeira República, de 1892 até 1930, e eram nomeados dentre cidadãos de reconhecida competência. Todas as indicações ao Executivo municipal eram sancionadas pelo Senado a partir das prerrogativas presentes na Lei Orgânica.

Antes da promulgação da Lei Orgânica, a chefia do Executivo municipal era exercida pelo presidente do Conselho de Intendência Municipal e esse acúmulo de prerrogativa continuou-se em períodos de vacância na Prefeitura, conforme previsto no código legal, e como verificou-se em 1892, 1893, 1897, 1898, 1902 e 1918, quando o cargo do chefe Executivo municipal foi assumido de forma interina pelo presidente do Conselho.

Todas essas prerrogativas que estavam dentro do jogo político carioca contribuíram para destacar o Senado como um órgão “moderador”, dando um papel de importância a Câmara Alta legislativa. De acordo com Surama Pinto, coube ao Senado um papel de árbitro dentro do jogo político carioca (PINTO, 2012: 110). O Senado foi responsável durante toda Primeira República por analisar os vetos do prefeito aos projetos municipais apresentados e promulgados no Conselho Municipal.

Em síntese, cria-se um mecanismo de relação de poderes dentro do Distrito Federal que perpassava nas deliberações do Conselho Municipal, Prefeito e o Senado como um órgão neutro e responsável pela garantia do cumprimento da Lei Orgânica.

RELAÇÃO POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E CONCEITOS

Como visto acima, a relação de poderes dentro do Distrito Federal perpassava nas deliberações do Conselho Municipal, Prefeito e o Senado, este último, agia como um órgão neutro e responsável pela garantia do cumprimento da Lei Orgânica. Dentro dessas prerrogativas, abre-se espaço para um jogo político de interesses dentro da cidade do Rio de Janeiro, não só tendo o alto escalão político, mas tendo também a forte presença de lideranças locais nas articulações políticas da Capital.

Destaco aqui as relações políticas no período, observando os conceitos de *coronelismo*, *mandonismo* e *clientelismo*, sendo esse último a base do desenvolvimento do artigo. Entretanto, é importante apresentar uma discussão sobre esses conceitos, pois eles estão relacionados, mas não são sinônimos.

De acordo com José Murilo de Carvalho (1997), esses três conceitos geram muitas confusões, pois apresentam semelhanças, mas não caracterizam a mesma prática política. O *coronelismo*, para Carvalho, é um sistema político, diferindo-se do *mandonismo* e *clientelismo*, que na sua visão seriam práticas políticas. Kuschnir também corrobora com essa visão de Carvalho, pois de acordo com ela o *mandonismo* e *clientelismo* são práticas políticas (KUSHINIR, 2007), sendo a última a prática característica presente nos três conceitos.

Segundo Carvalho, *coronelismo*:

(...) é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento deste de seu domínio no estado. (CARVALHO, 1997: 2)

Dessa forma, Carvalho coloca que essa também era a visão de Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto*, onde esse sistema era uma fase do processo mais longo de relacionamento entre fazendeiros e o governo, tendo um prazo de validade que, para

Carvalho, morreu em 1930 (com o movimento liderado por Getúlio Vargas) e em 1937 foi enterrado (com a implantação do Estado Novo).

Diferindo-se do *coronelismo*, o *mandonismo* na visão de Carvalho é:

(...) existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997: 2)

De maneira que, o *mandonismo* não se caracteriza como um sistema político, mas sim uma prática da política tradicional. Sendo assim, essa prática política existe desde o início da colonização e em algumas áreas isoladas ainda sobrevive até hoje. Assim, a história do *mandonismo* confunde-se com a história da formação da cidadania e, segundo Carvalho, ela só desaparecer totalmente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.

Com relação ao *clientelismo*, pode-se afirmar que é o conceito que mais gera confusão com o *coronelismo*, muito por ser usado por autores estrangeiros escrevendo sobre o Brasil, o que para Carvalho sempre é usado de maneira frouxa, ignorando pontos peculiares de cada conceito. Carvalho coloca que *coronelismo* é sempre atrelado ao meio rural, já o *clientelismo* transcende o meio rural e não tem um prazo de validade, como o caso do *coronelismo*.

À grosso modo, o *clientelismo* indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. De acordo com Kuschnir, o *clientelismo* é a prática política que está presente nos dias de hoje (KUSHNIR, 2007), Surama (2011) corrobora com essa ideia, onde coloca que ao observar as relações de poder na cidade do Rio de Janeiro, chega-se a constatação de que a violência urbana e a ação coercitiva do tráfico e milícias sobre os eleitores que morram em comunidades configura um misto de *mandonismo* e *clientelismo* (PINTO, 2011).

Dessa forma, observa-se que, como o *mandonismo*, o *clientelismo* perpassa toda a história política do nosso país, porém sua história difere-se do primeiro na medida que o *clientelismo* pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistemática decrescente como o

mandonismo. Cabe destacar que, segundo Carvalho, os autores que veem *coronelismo* no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de *clientelismo*.

Observa-se também que tais práticas políticas, feitas pelos políticos do Distrito Federal, sobretudo, os membros dos órgãos legislativos que atuavam na cidade, se debruçavam na própria Lei Orgânica, a qual abria espaço para essas relações clientelistas, vide a parte do código que destaca as atribuições ao Conselho. Tal característica possibilitou o destaque de políticos que detinham maior influência local e legislativa, os levando ao posto de uma *elite política* na Capital (PINTO, 2011: 28-56).

A REPÚBLICA CARIOCA: A RELAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA ENTRE OS ÓRGÃOS LEGISLATIVOS E EXECUTIVO NO/DO DISTRITO FEDERAL E A LIDERANÇAS LOCAIS NO JOGO POLÍTICO

A Lei N. 85, de 20 de setembro de 1892 (Lei Orgânica de 1892), possibilitou um enorme espaço para atuação política dos grupos locais. Freire coloca que “desde a eleição para a Constituinte, uma bancada federal carioca (...) se tornaria um importante elemento de mediação política junto aos poderes federais” (2015: 177). Nesse jogo político da capital, as lideranças políticas locais passam a partilhar a dinâmica política local, criando um espaço bem peculiar de interesses locais na luta por maior autonomia política e representatividade frente ao controle político exercido pelo Governo Federal, de modo especial aqui, o Presidente, que era responsável pela nomeação das principais chefias do Distrito Federal, o Prefeito e o Chefe de Polícia.

De acordo com Conniff (2006: 90), a governança da cidade foi complexa e multifacetada, dividida entre um número de órgãos federais e locais. Devido a isso, haviam muitas pressões sobre a administração vindas de todas as partes, desde locais a internacionais. O resultado final dessa disputa de interesses foi uma política ambígua nas tomadas de decisões, o que gerava descrédito sobre o compromisso político dos parlamentares junto aos interesses da população e beneficiava a elite política, a alta esfera política da cidade.

Esse imbricamento no campo político carioca, onde os órgãos federais e locais disputavam espaço, tornava assuntos puramente locais, tais como zoneamento urbano, saneamento, limpeza urbana, etc., para merecer o escrutínio federal, caso os interesses de fora do estado ou das elites estrangeiras estivessem em jogo. A peculiaridade das

tomadas de decisões na vida administrativa da cidade, em prol das mais altas autoridades, tornava a política do Rio de Janeiro bem complexa, refletindo-se diretamente nas disputas política local.

No que diz respeito a organização dos interesses do Governo Federal, destaca-se aqui a alta cúpula que rodeava o Presidente da República e atendiam os interesses federais, além de tentar “esvaziar” a política local. Como dito acima, o prefeito e o chefe de polícia eram indicados do executivo-chefe. Era comum que o cargo de prefeito e de outros altos postos fossem dados a membros da elite do estado de origem do presidente, não só para maior controle político da Capital, como também para favorecimento em contratos da cidade. O controle Federal sobre a cidade garantia ao círculo presidencial (ao qual o prefeito e o chefe de polícia faziam parte) a maioria dos serviços urbanos de saneamento, a tribunais e a polícia local, ligando mais ainda os assuntos da cidade aos nacionais.

Na esfera representativa, o Rio de Janeiro elegia três senadores e dez deputados ao Congresso Nacional³⁸⁷, sendo a principal função desses representantes a obtenção de legislação vantajosa para a cidade, assim como fazer mediação entre as autoridades federais e os constituintes locais (CONNIFF, 2006). Alguns representantes desenvolviam postos importantes na alta cúpula do presidente, como o caso de Silva Freire e Carlos Sampaio, que se tornaram prefeitos do Distrito Federal e participaram da alta cúpula da elite carioca. Outros políticos locais também tiveram participação nos corredores governamentais, agindo na busca de favores especiais e garantindo os interesses locais frente ao controle federal. Essa interconexão da governança presidencial e local criou um sistema político informal, mas viável. Em sua maioria, dedicados a embelezar a cidade, os presidentes desembolsavam fundos federais bem maiores do que os recolhidos localmente em taxas.

Essa ideia de embelezamento da cidade era característica presente desde a chegada de Dom João VI, em 1808, passando pelo período Imperial (1922-1889) e na Primeira República é marcada por grandes reformas urbanas baseadas na ideologia

³⁸⁷ De acordo com a Constituição de promulgada em 24 fevereiro de 1891 e que teve vigência até o dia 16 de julho de 1934, os deputados passariam a ser eleitos nos Estados e no Distrito Federal, proporcionalmente a sua população para triênios, e senadores, extinta sua vitaliciedade, para o período de nove anos, em um número de três por Estados e Distrito Federal. Sítio: <https://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/a1republica.html>
Estima-se que a cidade do Rio de Janeiro tinha 522.651 habitantes, de acordo com o 1º Censo da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890.

higienista e na questão de torna a Capital cada vez mais a “vitrine” da nação. Sarmiento nos fala que:

(...) O Rio de Janeiro não era apenas a representação da nação, mas a nação se expressa também no espaço da capital, com sua vida política e administrativa irremediavelmente atrelada a esfera nacional (...) (2001: 44).

Com isso, pensar o Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX, é deparar-se constantemente com o profundo imbricamento da cidade com a nação. Tanto que a política carioca é inseparável da política nacional nesse período, de forma que o Rio é visto e representado como “o coração do Brasil” e como tal a cidade se configura através de um panorama sociopolítico e cultural de vitrine, exportando a imagem do Brasil para dentro das outras unidades da federação, e também para o exterior.

Dessa forma, a vida da Capital Federal era bastante cosmopolita, abrigando pessoas de diversas regiões do Brasil, até mesmo estrangeiros em nacionalidade. Essa característica plural se refletia também dentro da política carioca, pois de acordo com Surama Pinto, grande parte dos políticos que atuaram no cenário político carioca tinham origens de nascimento diversas (PINTO, 2011), mas convergiam a um ponto em comum, pois a grande maioria teria iniciado sua vida política na Capital Federal.

Freire (2012) e Sarmiento (2001)³⁸⁸ concordam com a imagem do Rio de Janeiro como “vitrine” da nação, mas fazem uma ressalva para que seja observada a dinâmica política local, o que para eles é importantíssimo para compreender a influência das lideranças locais no jogo político republicano. Surama complementa falando que é importante estudar a identidade política do Rio de Janeiro na Primeira República, sobretudo, não só a face cosmopolita, mas também a face paroquial (local) e clientelista (PINTO, 2011). Isso corrobora com a tese do historiador Marcelo Magalhães, onde diz que o fazer política, dentro do Rio de Janeiro, na Primeira República, leva em conta a importância de observar a relação entre político e poder municipal e o político e os habitantes da cidade (MAGALHÃES, 2004). Dessa forma, mostraram-se que as relações

³⁸⁸ Américo Freire em *Sinais trocados: O Rio de Janeiro e a República brasileira* coloca o Rio de Janeiro como “vitrine” da nação brasileira, abordando que o que era praticado na Capital refletia em todo o país, desde as práticas políticas a reformas urbanas; seguindo a mesma forma de Freire sobre ao tratamento da Capital como “vitrine”. Carlos Sarmiento em *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto* trabalha com a abordagem da Capital sendo tratada pelos políticos, sobretudo, Pedro Ernesto, como o modelo ideal de cidade. Sarmiento aborda as características práticas pelo político, no que diz respeito as transformações políticas, sociais e econômicas na cidade.

políticas dentro da face paroquial no Rio de Janeiro são importantes para desenvolver uma análise sobre a dinâmica política na Capital.

Pensar na dinâmica política do Distrito Federal na Primeira República pode-se considerar também a influência de lideranças locais dentro do jogo político na antiga capital federal, de modo que, essas lideranças desempenhavam papel significativo em votações de códigos e leis que refletiam em todo território nacional, ou seja, a localidade era uma força política muito importante dentro desse jogo político.

De acordo com Surama Pinto (2011) e Américo Freire (2000), construir uma carreira política dentro da Capital Federal durante a Primeira República não era uma tarefa fácil, pois o êxito político estava relacionado a uma série de fatores, como a capacidade de articulação e negociação política, e também um desenvolvimento de liderança em determinadas localidades, a fim de funcionar como uma espécie de QG³⁸⁹ eleitoral, para manter uma base política.

Conniff (2006: 94) coloca que esse sistema político funcionava em torno de quatro líderes dentro da política carioca, são eles: figurões, chefes, cabos e reformistas. De acordo com ele, os figurões eram os que haviam chegado ao alto da escala, sendo por isso membros de confiança da elite e com acesso ao círculo presidencial. Como os cargos de presidente e prefeito ficavam reservados a forasteiros, o cargo de senador era o mais alto na política do Rio de Janeiro e o platô final para o figurão. Exemplo de figurões são os políticos Paulo de Frontin³⁹⁰ e Irineu Machado³⁹¹.

Já os chefes políticos, na concepção de Conniff eram análogos aos coronéis, chefes rurais ou de pequenas cidades (CONNIFF, 2006). Os chefes políticos governavam as zonas periféricas da cidade, ocupavam a maioria das cadeiras na Câmara e no Conselho, distribuíam a grande quantidade de patrocínio dado, administravam as

³⁸⁹ QG é uma abreviação de Quartel General. Nesse caso, não está empregado em um cunho militar, mas em um viés político, uma base eleitoral, um reduto político.

³⁹⁰ Paulo de Frontin foi outro engenheiro e importante político carioca. Membro das elites políticas da cidade, Frontin ocupou vários cargos de nomeação antes de ser eleito senador, cargo que renunciaria para ocupar a prefeitura do Rio de Janeiro em 1919. O engenheiro é o que podemos chamar de figurão da política carioca, não só por exercer cargos políticos importante, mas também por estar envolvido em diversas obras públicas na Primeira República, garantindo assim um grande cacife político dentro das elites cariocas.

³⁹¹ Irineu Machado foi outro figurão importante na política carioca. Formado em Direito pela Faculdade de Recife, lecionou na Faculdade Livre de Direito do Rio. Machado era um político que estava ligado a assuntos trabalhistas e conquistou muitos seguidores por onde atuou politicamente.

eleições e supervisionavam o trabalho diário do governo em benefício de seus constituintes. Um exemplo de chefe político é o médico Júlio Cesário de Melo³⁹².

Com relação ao cabo eleitoral, Conniff coloca que atuavam como líder de partido no recrutamento de eleitores e fornecia serviços locais em troca de lealdade daqueles votantes. Os cabos se aliavam aos chefes da mesma forma que estes se aliavam aos figurões (CONNIFF, 2006). A proteção e assistência mútua uniam esses atores, pelo menos nos períodos eleitorais. Normalmente, o cabo eleitoral era a porte de entrada para se alcançar a posição de chefe político e, posteriormente, a posição de figurão. Os cabos eleitorais almejavam a ascensão dentro da política da cidade do Rio de Janeiro.

E por fim, os reformistas eram a última importante categoria de líder político na cidade do Rio de Janeiro. Eram políticos que se opunham ao estado de coisas vigentes e clamavam por mudanças importantes na vida carioca (CONNIFF, 2006: 99). Eram contrários a elitista geração republicana e defendiam, algumas vezes, as reformas sociais que favoreciam os trabalhadores. Exemplo de políticos reformistas são: Maurício de Lacerda, Azevedo Lima e Adolfo Bergamini. O figurão Irineu Machado era conhecido na imprensa carioca como mentor dos reformistas. Esse grupo também ficou conhecido na imprensa como “Esquerda Parlamentar”, referindo-se à tendência socialista de muitos.

Essas eram as categorias de políticos na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Todos que atuaram no cenário carioca se enquadravam nesse esquema, não esquecendo também que para atuar politicamente na cidade, o representante tinha que ter ensino superior (PINTO, 2011), normalmente a formação era em medicina, direito ou engenharia. Essas profissões eram as que dominavam a política da Capital da República.

Esses políticos dominaram o cenário carioca até 1930, controlando a dinâmica, favorecendo os seus interesses pessoais e mantendo a cidade do Rio de Janeiro com uma característica bem peculiar a respeito das relações política na cidade. Todas essas relações tinham a base de atuação na Lei Orgânica, onde os políticos se aproveitavam para criar a partir dela suas redes de clientela e troca de favores entre seus pares.

³⁹² Conhecido como o “Rei do Triângulo”, Júlio Cesário de Melo foi um político muito influente na política carioca, tendo seu QG na região semirural do terceiro distrito da cidade, atuando nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Cesário através de muitos “favores” prestados à população do Triângulo, conseguiu uma forte clientela, fora o controle político do Matadouro de Santa Cruz que lhe rendia poder de barganha com políticos e empresários na cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo desse artigo tinham como objetivo observar as relações políticas locais na cidade do Rio de Janeiro a partir da instauração da República em 1889, tendo como base a Lei Orgânica de 1891 como vetor de possibilidades para o jogo político na Capital da República.

A partir dessa discussão foi possível refletir a relação entre as casas representativas locais e federais na cidade do Rio de Janeiro, percorrendo os caminhos que destacam a importância da política local no jogo político presente na esfera nacional, de forma que o imbricamento da cidade com a nação tornavam assuntos administrativos locais em uma espécie de odisséia nacional.

Sendo assim, a proposta do artigo foi analisar a participação dos órgãos legislativos na vida da cidade, sobretudo, os políticos locais que tiveram sua ascensão na vida política da cidade a partir da Lei Orgânica e do imbricamento dos assuntos locais e nacionais. De forma que projetava políticos locais e suas práticas em manchetes de periódicos em toda a nação, dando maior vitrine a assuntos que antes seriam reclusos à cidade/estado de origem, um tema envolvendo todo o país, o que dava uma vitrine muito maior aos políticos do Rio de Janeiro no cenário Federal. Isso não quer dizer que a vida política da Capital fosse superior ao restante do país, mas sim que ela teve uma “vitrine” maior pois os assuntos locais e nacionais se confundiam em meio a dinâmica política da cidade.

Assim, é importante destacar que as discussões aqui desenvolvidas, e as experiências vivenciadas no meio acadêmico, mostram que é possível trabalhar com História Política, que por muitas vezes foi duramente criticada dentro da academia, mas que tem um valor muito relevante para compreender a dinamização da política dentro de uma microrregião ou território, nos possibilitando pensar e refletir o desenvolvimento de relações complexas dentro da política e do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, Dados, 1997, vol.40, n.2.

CONNIFF, Michael L. Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925- 1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

KUSHINIR, Karina. Política e mediação cultural: em estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado), 1993.

_____. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Antropologia Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. – ed. 1ª – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. – 4ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. Três Faces da Cidade: um Estudo sobre a Institucionalização e a Dinâmica do Campo Político Carioca (1889-1969). Revista de Estudos históricos, 1999-24. p. 295-322.

FREIRE, Américo. Augusto de Vasconcellos – Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal. In: Textos CPDOC. Rio de Janeiro, n. 35, p. 5-12, 1999.

_____. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MAGALHÃES, Marcelo. Ecos da Política: A Capital Federal, 1892-1902. Niterói: UFF, 2004. (dissertação de doutorado).

MANSUR, André Luis. O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

_____. O Velho Oeste Carioca: Mais Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

_____. O Velho Oeste Carioca: Outras Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016.

PINTO, Surama Condé Sá. Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011.

MESA 17

História e Produção Literária

DEBATEDORES:

Ana Carolina Huguenin (UERJ/FFP)

Kelvin Falcão Klein (UNIRIO)

Editora Alfa-Omega: produção literária em tempos de censura (1973-1984)

Gustavo Orsolon de Souza
Doutorando do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista FAPERJ

INTRODUÇÃO

O trabalho que venho apresentar no VIII Seminário Interno PPGHS é fruto do andamento da minha pesquisa de Doutorado em História Social. Em 2018, ingressei no programa, na linha “Território Identidades e Representações”, tendo como objeto de estudo a editora paulista Alfa-Omega.

No VI Seminário Interno, ocorrido em 2018, destaquei a minha trajetória acadêmica e o interesse pela temática. No VII Seminário Interno, ocorrido em 2019, apresentei brevemente as principais ideias contidas no projeto. Agora, em 2020, no VIII Seminário Interno, venho trazer os esforços dos últimos meses, destacando parte do material de qualificação.

A proposta principal do projeto é analisar a história da editora Alfa-Omega, relacionando sua produção literária com o período de abertura política durante o regime militar, entre as décadas de 1970 e 1980. Além disso, algumas publicações ganharão destaque. Uma delas é a obra *A Ideia Republicana, Através dos Documentos*, do professor Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, publicado em 1973, sendo este o primeiro livro publicado pela editora. Outro destaque será uma coleção intitulada História Imediata. Ela foi publicada no final da década de 1970, em formato de revista, com temas fortes e polêmicos para uma época em que a censura ainda estava presente.

A Editora Alfa-Omega, fundada em 1973, pelo casal Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo, se destacou por publicar obras de esquerda, voltadas para a linha ideológica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e para o público universitário, principalmente estudantes da Universidade de São Paulo - USP.

O CENÁRIO POLÍTICO E A CRIAÇÃO DA EDITORA

Vale mais uma vez voltar ao cenário político em que a editora foi criada. O Regime Militar, instaurado no Brasil em 1964, teve um sistema de repressão bastante significativo em todos os setores da sociedade. Os anos de 1969 e 1974, por exemplo,

podem ser considerados os mais “lacerantes da ditadura”, com o fechamento do Congresso, a cassação e suspensão de direitos políticos, assim como também com uma forte censura à imprensa, as produções culturais e a demissão de muitos professores nas universidades públicas (ALMEIDA; WEIS, 1998: 332).

Mas o período também é marcado pelo “milagre econômico”, entre os anos de 1969 e 1973. Dentre algumas características desse período destacam-se: aquecimento do mercado, aumento do Produto Interno Bruto – PIB, queda na inflação; desenvolvimento da construção civil. Esses e outros fatores contribuíram para uma conjuntura favorável à economia brasileira. Como destacam os economistas Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp, tudo parecia ir muito bem, ninguém poderia imaginar que em 1978 a situação iria mudar bastante com o aumento significativo da dívida externa (PRADO; EARP, 2003: 209-234).

O sociólogo Gilberto Salgado considera o crescimento do PIB como um fator importante para o desenvolvimento da indústria editorial e para a alteração do perfil da sociedade brasileira.

(...) a modernização sócio-econômica, alterou o perfil patriarcalista, patrimonialista e tradicional da sociedade brasileira, gerando uma sociedade e um mercado competitivos economicamente; o crescimento dos setores secundário e terciário, com a expansão industrial, ampliação do comércio e gestação de um incipiente setor de prestação de serviços; o advento de uma moderna tecnologia para o setor de telecomunicações, associada a um perfil da indústria da cultura fortemente voltada para o consumo de massas; a alfabetização progressiva dos setores mais avançados do proletariado urbano-industrial e, afinal, a ascensão real e o aumento do poder aquisitivo de uma classe média que ampliava-se numericamente e julgava-se em processo de “aburguesamento”, ou seja, todo uma série de características do Brasil no período do milagre econômico (...), predispunham condições que alteravam o mercado editorial (SALGADO, 1994: 96-97).

Salgado ainda refletiu com cuidado algumas dessas mudanças como, por exemplo, no que diz respeito à migração interna de indivíduos das áreas rurais para os centros urbanos, onde era moldado o processo de expansão industrial. Esse movimento econômico-social teve reflexos na educação. A alfabetização cresceu como prática entre os proletários inseridos nessas indústrias, o que também ajudou a modificar a natureza do mercado editorial (SALGADO, 1994, p. 97).

O crescimento da indústria editorial brasileira ocorreu, curiosamente, na década de 1970. Nesse sentido, o historiador Flamarion Maués destaca que o segmento mais

popular da editora foi o de livros de oposição ao regime militar. As editoras de oposição, já estabelecidas - como a Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes, Paz e Terra,- retomaram o “perfil” político de oposição ao regime militar, editando livros de “parlamentares de oposição, (ex) exilados e (ex) presos políticos”. Para além disso, surgiram outras editoras de oposição, que tinham o mesmo objetivo: publicar livros com caráter político. Dentre essas editoras, destacam-se: “Alfa-Omega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, LP&M, Graal, Codecri, Vega e Livramento” (MAUÉS, 2013: 10 e 13).

Para entendermos a fundação da Alfa-Omega é preciso, antes de tudo, conhecer parte da trajetória de Fernando e Claudete, pois como afirma a historiadora Heloísa Pontes, para conhecer a história do mercado editorial no Brasil de forma completa é preciso expor, antes de tudo, as trajetórias dos editores (PONTES, 1989: 370).

Fernando Celso de Castro Mangarielo nasceu em Recife, em 1947. Em 1965, aos 18 anos de idade, veio para São Paulo para trabalhar em uma empresa especializada em balanças. O tempo em que ficou nesta empresa foi curto, aproximadamente um mês. Em seguida, foi trabalhar em uma livraria chamada Dinucci. Dois anos depois de estabelecido na cidade, entrou para o curso de Ciências Orientais da USP, curso que acabou não concluindo (Entrevista com Fernando, 2018). Em 1968, ao mesmo tempo em que estudava, Mangarielo começou a exercer a função de diretor da “Banca da Cultura”, uma espécie de “ponto de encontro” dos estudantes da USP, onde ele também vendia livros. No mesmo ano, as atividades da “Banca” foram interrompidas devido a uma invasão policial, e Mangarielo ficou preso por 136 dias (ARAGÃO, 2013: 75).

O desejo de se tornar editor só viria alguns anos mais tarde. Questionado pela historiadora Eloísa Aragão sobre como se tornou editor, Mangarielo fala de uma influência importante, a do amigo e filósofo Jacob Bazarian. Segundo Mangarielo, seu destino era uma incógnita. Isso porque não sabia que caminho seguir após terminar o curso universitário. Foi, então, que Bazarian sugeriu que se tornasse editor, já que possuía características essenciais para exercer tal função: saber “ouvir”; e “verticalizar a compreensão dos fatos filosóficos, sociais e políticos” (ARAGÃO, 2007: 158).

A trajetória de Claudete Machado foi diferente. Nascida em Itaquaquetuba, em 14 de setembro de 1949, se formou professora primária, lecionando por algum tempo em Poá, cidade próxima a Itaquaquetuba. Mas quando conheceu Fernando seu

futuro marido e sócio, já havia deixado o magistério sendo, nesta época, funcionária de um banco, em São Paulo. O apoio de Claudete foi fundamental para o que o sonho da editora fosse concretizado. No ano de 1973, o casal fundou a editora (Entrevista com Claudete, 2018). A empresa funcionava dentro do pequeno apartamento do casal, localizado próximo ao centro da cidade. Hoje a Alfa-Omega conta com uma estrutura bem maior, e fica localizada na Rua Lisboa nº 489, no Bairro de Pinheiros.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA ALFA-OMEGA NOS PRIMEIROS ANOS

Aproximadamente um ano após a inauguração da Alfa-Omega, em 1974, o jornal *Folha de São Paulo* noticiava informações da jovem editora, com destaque para as principais áreas de publicação.

Cuidados de Pequeno Editor: As pequenas editoras, como qualquer pequena empresa, sobrevivem com dificuldades. Fernando Mangarielo, pernambucano de 26 anos, é o diretor de uma pequena editora, a Alfa-Omega, que em pouco mais de um ano lançou nove títulos, especialmente na área de ensaios: sociologia, história, filosofia, crítica literária (...) (*Folha de São Paulo*, 1974).

A editora nasce voltada para as Ciências Humanas. Embora a fonte não apresente os títulos dos nove livros editados, as áreas de Sociologia, História, Filosofia e Crítica Literária compõem o catálogo inicial da Alfa-Omega.

O primeiro livro publicado, como já mencionei anteriormente, foi *A Ideia Republicana no Brasil Através dos Documentos*, de Reynaldo Carneiro Pessoa, professor da USP, da disciplina História da União Soviética, ainda em 1973. O livro teve grande repercussão, já que era usado em sala de aula pelos universitários. A vendagem, na avaliação de Eloísa Aragão, foi de 1500 exemplares no curto período de seis meses. (ARAGÃO, 2013: 76).

Após o livro de estreia, outros títulos também marcaram o catálogo da Alfa-Omega. Fernando e Claudete investem em autores que se destacaram durante a ditadura militar pela oposição ao regime. Devido aos limites deste texto, não cabe uma análise apurada do catálogo da editora. Tal trabalho será executado em um dos capítulos da tese. Mas gostaria de destacar algumas das suas publicações iniciais: *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro* (1976), de Fernando Moraes; *A Sangue-*

Quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog (1978), de Hamilton Almeida Filho; *Cuba Hoje: 20 anos de revolução* (1979), de Jorge Escosteguy; *A História Me Absolverá* (1979), de Fidel Castro; *Em Câmara Lenta*³⁹³ (1977), de Renato Tapajós.

Ainda na primeira década de funcionamento, a editora publicou uma coleção intitulada História Imediata. Os volumes tiveram uma periodicidade mensal, e eram vendidos também em bancas de jornal. Os autores, em sua maioria, jornalistas, buscaram retratar temas políticos atuais através de uma linguagem simples e de fácil entendimento.

Vale lembrar que o momento do regime militar foi bastante difícil, a liberdade de expressão foi proibida pelo sistema repressivo. É nesse contexto que vários grupos e instituições contra o Estado vão surgir. Dentre esses grupos destacam-se: a União Nacional dos Estudantes (UNE); movimentos operários, movimentos feministas; e a própria imprensa como os seus “tablóides” que denunciavam a violência exercida pelo Estado (SANTOS; SIVA, 2014: 115-116).

Os cinco volumes da coleção trazem um pouco dessa resistência à ditadura. Os títulos são: *A Guerrilha do Araguaia*, de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchk; *A Greve na Voz dos Trabalhadores – da Scania a Itu*, de Oboré; *Araceli – Corrupção em Sociedade*, de Carlos Alberto Luppi; *D. Paulo Evaristo Arns – O Cardeal do Povo*, de Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markum; e *A Volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*, de Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

ANDAMENTO DA PESQUISA

A historiografia ainda não conta com um estudo sobre a Editora Alfa-Omega, uma importante casa editorial que teve um papel político relevante durante o período de regime militar, já que sua fundação acontece em plena ditadura.

Nesse sentido, pretendo com essa pesquisa, não apenas contribuir para esse debate historiográfico, que relaciona casas editoriais e política, mas realizar uma investigação minuciosa do papel desempenhado pela Alfa-Omega durante o período de

³⁹³ O livro em Câmara Lenta, de Renato Tapajós foi publicado em 1977 pela Alfa-Omega. Embora sendo um romance, o livro traz a experiência de luta do autor na Ala Vermelha. Preso entre os anos de 1969-1974, Tapajós escreveu o livro na prisão. Cf. FREITAS, Guilherme. Censura a Livros na Ditadura Deixou Herança Autoritária. In: *Jornal O Globo*, Prosa. Rio de Janeiro, 22/03/2014. Disponível na internet via: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/03/22/censura-livros-na-ditadura-deixou-heranca-autoritaria-528431.asp>. Acesso em: 24/08/2014.

abertura política, observando sua posição crítica em relação ao pensamento político, cultural e social.

Durante o primeiro semestre de 2020, construí com a minha orientadora, Márcia de Almeida Gonçalves, o material para o exame de qualificação. No projeto, reformulado, destacamos o plano de redação dos capítulos. A tese, então, ganhou um desenho mais definido.

No primeiro capítulo, o objetivo é fazer um levantamento acadêmico dos principais trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas que tiveram como tema as editoras brasileiras e destacar o contexto político marcado pela censura do regime militar. Na primeira parte, o levantamento terá a intenção de contextualizar o mercado editorial e localizar a editora Alfa-Omega. Na segunda parte, o desejo é mostrar como a censura influenciou negativamente os meios de produção, em especial, as editoras consideradas de esquerda.

No segundo capítulo, a ideia é localizar os dois editores, através de suas respectivas trajetórias, momentos antes a inauguração da editora. Além disso, observar como ocorreu a inauguração da Alfa-Omega. Na primeira parte, tentaremos responder aos seguintes questionamentos: o que faziam os editores antes de abrir a Alfa-Omega? De quem foi a iniciativa? De onde surgiu o levantamento do capital para a abertura da empresa? Como foram construídos os laços de amizade dos editores com a intelectualidade? Como a imprensa reagiu ao novo empreendimento? Na segunda parte, o nosso foco será entender em que momento a editora foi criada e como ela se consolidou no mercado editorial brasileiro.

No terceiro capítulo, o objetivo é entender o perfil editorial da Alfa-Omega. Na primeira parte, a intenção é verificar os catálogos construídos por pesquisadores que estudaram brevemente o perfil da Alfa-Omega, já que editora não guardou material técnico sobre os títulos publicados. Ainda nesta primeira parte, a intenção também é observar como a imprensa destacou o seu perfil editorial. Já na segunda parte, a intenção é analisar o catálogo de 1984, única fonte encontrada com os títulos publicados ao longo dos seus 11 anos de atividades. A partir das fontes analisadas, buscaremos responder as seguintes questões: qual é o perfil da editora? Quais áreas e autores foram mais editados? Como o catálogo foi apresentado ao público?

No quarto e último capítulo, o objetivo é analisar a coleção intitulada História Imediata. Na primeira parte, a intenção é verificar o lançamento e a divulgação da revista, de modo a entender em que contexto político essa coleção foi criada, o que ela trouxe de novo para o público leitor, e qual teria sido a sua contribuição além de informar. Já na segunda parte, o objetivo é analisar alguns elementos da revista como, por exemplo, os recursos visuais, como a capa e a quarta capa, e os textos de apresentação dos cinco volumes, que trazem informações importantes sobre o conteúdo da revista.

A partir do desenho inicial, o segundo passo foi produzir dois capítulos. No caso, a escolha foi o segundo e o terceiro. Como o segundo capítulo trata da trajetória dos editores e da criação da editora, construir esse texto permitiu nortear o estudo e trazer uma identidade para o trabalho. E o terceiro capítulo, como é um desdobramento do primeiro, contribuiu para entender o perfil ideológico da editora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente o desenho da tese passará por reformulações até a versão final. O que foi apresentado aqui não é algo engessado ou conclusivo. Mas, diante dos estudos realizados nesses últimos meses, foi possível chegar a algumas conclusões prévias.

A primeira delas refere-se a prioridade dos editores pelas obras nacionais. A Alfa-Omega não visava contemplar muitas traduções de autores estrangeiros em seu catálogo, o que era muito comum em editoras já consolidadas no mercado editorial naquele período como, por exemplo, na Civilização Brasileira, na José Olympio, na Brasiliense, na Martins, na Paz e Terra e na Jorge Zahar. Como destaca Gustavo Sorá, os catálogos dessas editoras eram quase todos marcados “por uma grande quantidade de traduções ‘pioneiras’ de autores não traduzidos no Brasil e de outras descobertas, muitas vezes vividas pelo editor como revelações tidas pessoalmente em viagens ao exterior” (SORÁ, 1997: 151-181).

A segunda conclusão acaba sendo um desdobramento da anterior, refere-se a identidade da editora. Foi possível verificar que a linha de publicação da Alfa-Omega, por exemplo, se manteve a mesma desde sua criação, suas marcas política e ideológica se mantiveram fiéis ao longo do tempo. Os editores, Fernando e Claudete, não se intimidaram com a possibilidade de ter algum livro confiscado pela censura. Pelo

contrário, ousaram com publicações polêmicas e com temas quentes para o calor da hora.

Por fim, como terceira conclusão, foi possível entender que os autores, em grande parte, professores, intelectuais e jornalistas, encontraram na Alfa-Omega um lugar de acolhimento e de possibilidade para expressar o pensamento crítico, de luta e de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Entrevista concedida por Fernando Celso de Castro Mangarielo ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.

Entrevista concedida por Claudete Machado Mangarielo ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.

FREITAS, Guilherme. Censura a Livros na Ditadura Deixou Herança Autoritária. In: *Jornal O Globo, Prosa*. Rio de Janeiro, 22/03/2014. Disponível na internet via: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/03/22/censura-livros-na-ditadura-deixou-heranca-autoritaria-528431.asp>. Acesso em: 24/08/2014.

NADER, Wladyr. O Círculo Vicioso do Livro no Brasil. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1974. Disponível na internet via: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5238&anchor=4372120&pd=562219d58c8f707f63b42a145a23b926>. Acesso em: 04/08/2018.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAGÃO, Eloísa. *A Editora Alfa-Omega nos Anos de Chumbo: entrevista com Fernando Mangarielo*. In: *Oralidades – Revista de História Oral*, nº 02. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2007.

_____. *Censura na Lei e na Marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2013.

MAUÉS, Flamarion. *Livros Contra a Ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleção Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol 4. Rio de Janeiro, 2003.

SALGADO, Gilberto Barbosa. O Imaginário em Movimento. Crescimento e Expansão da Indústria Editorial no Brasil (1960-1994). Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro- RJ: IUPERJ/Universidade Cândido Mendes, 1994.

SORÁ, Gustavo Alejandro. Tempo e Distâncias na Produção Editorial de Literatura. In: Revista Mana, Rio de Janeiro, vol. 03, n. 02. pp. 151-181, out. 1997. Disponível na internet via: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2443.pdf>. Acesso em: 20/01/2020.

A criança romântica e a criança naturalista: Representações de infância em *Les Misérables*, de Victor Hugo e *Germinal*, de Émile Zola

Lara Cristina Veiga Bernardo
Mestranda do PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista da CAPES.

INTRODUÇÃO

De Dickens a Zola, de Victor Hugo a Baudelaire, a infância aparece como tema recorrente para os literatos do século XIX. Muitas vezes os pequenos são associados a situações de vida degradantes advindas de processos modernizantes, tais como o crescimento das cidades e os avanços da industrialização. Maria Stella Bresciani (BRESCIANI, 1989), em seu estudo sobre as multidões, configura o fenômeno urbano e sua crescente indiferença para com os passantes das multidões anônimas como uma das características mais marcantes do século XIX. Destacam-se nesse sentido as multidões que se deslocavam pelas ruas dos maiores centros urbanos europeus: Londres e Paris. De acordo com a autora, multidão urbana seria apressada, densa, capaz de ignorar o que vê pelo caminho, já acostumada com as cenas do cotidiano conturbado das grandes metrópoles, por mais duras que possam parecer.

Paris no século XIX é invadida por uma miséria jamais vista. É verdade que sempre existiram pobres, e como até as passagens bíblicas apontam, eles sempre existirão³⁹⁴ (ao menos nas sociedades injustas). No entanto, uma massa depauperada invadiu os grandes centros urbanos a partir do avanço dos processos de industrialização em cidades como Paris e Londres, que cresceram de forma exponencial no século XIX. Em *Londres e Paris no Século XIX*, Maria Stella Bresciani destaca que a população dobrou na primeira metade do século e permaneceu em rápido crescimento no restante do mesmo. Boa parte desta população era composta por trabalhadores pobres de origem camponesa, advindos do êxodo rural. De acordo com Erick Hobsbawm em *A era das revoluções*, nas grandes cidades industriais, a miséria extrema era uma realidade

³⁹⁴ Referência ao diálogo entre Jesus e Judas, na casa de Maria Madalena, onde ela teria derramado um perfume caro nos pés de Jesus, ao que Judas teria respondido que seria um desperdício, pois aquele perfume poderia ser vendido e o dinheiro revertido para os pobres. Sobre esta fala, Jesus teria respondido: “Pois sempre tereis convosco os pobres, mas a mim nem sempre me tereis” (Jo12,8)

marcante, embora fossem pouco frequentes os casos de morte por fome. Nas grandes cidades do século XIX o pauperismo é um fator cruel e duradouro.

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels descreve com riqueza de detalhes a situação dos operários da Inglaterra, vanguarda e centro da Revolução Industrial e modelo para os países industrializados posteriormente, como é o caso da França. Dentre as faces da miséria destacadas por Engels, dois surgem com grande insistência e de forma muito marcante: as mulheres e crianças atingidas pelo pauperismo da era industrial.

Além de fazer uma denúncia sobre a miserabilidade na qual viviam estes sujeitos, o autor destaca a degradação moral, um dos principais enfoques de Émile Zola ao representar as crianças em *Germinal*, como será visto mais adiante. Ao mesmo tempo em que as cidades superlotam, as crianças pobres se multiplicam: órfãos, bastardos, renegados e pequenos infratores. Tornam-se, nesse contexto, tema recorrente da literatura oitocentista e em demais representações artísticas ao longo do século XIX. Muitas vezes estas crianças são submetidas às condições mais degradantes de existência, vivendo em habitações insalubres, submetidas ao trabalho estafante das fábricas e a formas variadas de violência física, social e psicológica – estando, assim, à mercê de todo tipo de promiscuidade, seja através de observação ou de participação. Nesse contexto, Robert Castel menciona, a partir do advento da industrialização, o surgimento de uma “espécie nova barbárie”:

Uma nova característica do pauperismo esclarece seu caráter novo e literalmente perturbador. Apresenta uma categoria historicamente inédita da desgraça do povo, feita não só de miséria material, mas também de profunda degradação moral. É uma espécie de condição antropológica nova que se evidencia, criada pela industrialização: uma espécie de nova barbárie, que é menos o retorno à selvageria de antes da civilização do que a invenção de um estado de dessocialização própria da vida moderna, especialmente urbana. (CASTEL, 2010: 286-287)

Robert Castel dá destaque à miséria das grandes cidades, que atingia as crianças de forma direta e brutal. Muitos são os relatos literários sobre as condições dos menores e o surgimento do fenômeno urbano da mendicância infantil, como se verifica, por exemplo, em Hugo, Zola, Dickens, João do Rio e Lima Barreto.

Em *As grandes cidades e a vida do espírito*, Georg Simmel destaca a indiferença social e moral dos habitantes das grandes urbes, e caracteriza o *blasé* como um tipo urbano: aquele que apresenta “a incapacidade [...] de reagir a novos estímulos com uma

energia que lhes seja adequada [...], que na verdade se vê em todo filho da cidade grande [...]” (SIMMEL, 1995: 581). O blasé, procedente do espírito anímico³⁹⁵, é, desta forma, indiferente ao seu entorno, indiferente a seu semelhante – mesmo ao menino de rua, ou à menina que se prostitui, no contexto das cidades industriais.

Talvez não haja nenhum fenômeno anímico que seja reservado de modo tão incondicional à cidade grande como o caráter *blasé*. [...] A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao *blasé* em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras. Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. (SIMMEL, 1995: 581)

Para Simmel, as relações humanas nos centros urbanos, a partir da revolução industrial, da ascensão da burguesia e do avanço do capitalismo, são guiadas a partir do valor quantitativo, de forma que “o dinheiro indaga apenas por aquilo que é comum a todos, o valor de troca, que nivela toda a qualidade e peculiaridade à questão do mero ‘quanto’” (1995: 581). O trabalhador se torna, nesta perspectiva, um valor numérico, e quando criança, mão de obra barata nas fábricas. Quando desempregada, quase um estorvo público. As cidades aumentaram em quantidade e número de habitantes, bem como as crianças que nelas sobrevivem. Verifica-se, nesse contexto, o pauperismo, a mendicância e a degradação física e moral a atingir, de forma crescente, a infância. No centro das cidades atuais ainda existem infernos semelhantes àqueles descritos por Engels e analisados por Castel e Simmel. Sobre a miséria urbana e a forma como esta atinge as crianças, Castel ainda afirma:

Buret, no entanto, muito crítico em relação ao processo de industrialização, fala de pessoas que “apodrecem na sujeira”, que “caíram de tanto embrutecimento na vida selvagem”. Inspiram assim “mais aversão do que piedade”. “São bárbaros”. Esses julgamentos são alimentados sobretudo pela descrição das formas de vida das famílias operárias amontoadas nos

³⁹⁵ SIMMEL, 1995. vol. 7: 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort. Tradução de Leopoldo Waizbort, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>. “Na medida em que a cidade grande cria precisamente estas condições psicológicas — a cada saída à rua, com a velocidade e as variedades da vida econômica, profissional e social —, ela propicia, já nos fundamentos sensíveis da vida anímica, no *quantum* da consciência que ela nos exige em virtude de nossa organização enquanto seres que operam distinções, uma oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida. Com isso se compreende sobretudo o caráter intelectualista da vida anímica do habitante da cidade grande, frente ao habitante da cidade pequena, que é antes baseado no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento.”

subúrbios das cidades industriais, onde a promiscuidade dos sexos e das idades, bem como a total ausência de higiene, constituem o que poderia chamar de uma nova etiologia da depravação dos costumes. É preciso dar cabo dessas imagens de “magma”, de “gueto”, espaços sem diferenciação, espécie de poças extensas de miséria sobre a qual, como um esterco, crescem vícios, a violência e o alcoolismo dos homens, a má conduta e a prostituição das mulheres, as perversões das crianças. Traduzem o sentimento de se estar diante de uma situação histórica inédita. (CASTEL, 2010: 287)

Seja na França do XIX ou no Rio de Janeiro do século XX, as crianças pobres constituem um fenômeno de observação para os artistas mais atentos. Lima Barreto, em uma de suas crônicas escreve: “Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão vultuosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?” (BARRETO, 2004: 542). Sobre estas crianças “pobres ao léu da vida”, Charles Dickens também escreveu quase um século antes, em um de seus mais célebres romances, *Oliver Twist* - cujo personagem central é um menino órfão que foge do reformatório e dirige-se a Londres, onde é cooptado por uma gangue de menores infratores.

A pedra, perto da qual se sentava, indicava, em caracteres grandes, que havia precisamente setenta milhas dali até Londres. Esse nome despertou uma nova corrente de ideias no espírito do rapaz. Londres! Essa imensa metrópole! Ninguém, nem mesmo o Sr. Bumble, seria capaz de ali encontra-lo! Ouvira muitas vezes dizer os velhos do asilo que nenhum rapaz de espírito morria à míngua em Londres; e que havia modos de vida nessa vasta cidade, de que aqueles que tinham sido criados na província não faziam ideia. Era um lugar próprio para um rapaz sem família, que tinha de morrer nas ruas se não tivesse ninguém que o ajudasse. Ao passarem-lhe essas coisas pelo pensamento, pôs-se de novo de pé e prosseguiu no seu caminho. (DICKENS, 1973: 65)

REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIA E POBREZA EM VICTOR HUGO E ÉMILE ZOLA

Victor Hugo e Émile Zola viram os infantes cada qual de uma forma, ora como “anjos”, ora como imitadores dos adultos, ora como moral e espiritualmente perfeitos, ou como pequenos devassos. Os meninos de Hugo e Zola sofrem, em *Os miseráveis* e *Germinal*, as conseqüência deletérias da miséria das sociedades industriais e tomam parte também, e provavelmente por isso, de revoltas e revoluções. Os meninos de Hugo e de Zola, mesmo que retratados de formas diferentes, existiram na França revolucionária e industrial do XIX. Os trechos seguintes de *Os miseráveis* e *Germinal* apresentam duas caracterizações opostas de personagens infantis de ambos os autores.

Paris tem crianças como as florestas têm pássaros; o pássaro chama-se pardal, a crianças, moleque. Reúnam essas duas ideias que contém, uma, todo o calor, e a outra, toda a aurora; aproximem essas duas faíscas, Paris e infância, e como resultado veremos surgir um pequeno ser. *Homuncio*, dizia Plauto. Ele é alegre. Não come todos os dias, mas, se lhe dá na telha, vai todas as noites ao teatro. Não tem camisa no corpo, nem sapatos nos pés, nem teto sobre a cabeça; é como as moscas do céu, que nada possuem de tudo isso. Sua idade vai dos sete aos treze anos; vive em bandos, anda pelas ruas, dorme ao ar livre, usa as velhas calças do pai, que lhe chegam ao calcanhar, um velho chapéu de outro pai que lhe cobre as orelhas, um único suspensório de pano amarelo; corre, pede, espreita, perde tempo, fuma cachimbos, blasfema como um condenado, frequenta as tabernas, conhece os ladrões, é amigo das meretrizes, fala gíria, canta versos obscenos, e nada tem de mau no coração. É que tem na alma uma pérola, a inocência, e as pérolas não se dissolvem na lama. Enquanto o homem é criança, quer Deus que seja inocente. Se perguntassem à grande cidade: Mas quem é ele? – ela, responderia: É meu filho. (HUGO, 2012: 801-802)

Em *Germinal*, os pequenos são apresentados como seres movidos por instintos e pulsões – inclusive de natureza sexual. O trecho a seguir distancia-se, assim, da descrição hugoana de uma infância mais inocente e casta – ainda que miserável:

[...] Para que não pudesse reclamar, abraçou-a rindo e rolou com ela pelo aterra. Era a sua mulherzinha, tentavam juntos, nos cantos escuros, praticar o amor que ouviam e viam em suas casas, por trás dos tabiques, pelas fendas das portas. Sabiam tudo, mas ainda não conseguiam fazer nada por serem muito jovens; apenas se apalpavam, brincando durante horas como cãezinhos viciados. Ele chamava a isso “brincar de papai e mamãe”, e quando queria bastava chamá-la, ela vinha correndo, deixava-se agarrar com o estremecimento delicioso do instinto, algumas vezes amuada, mas cedendo sempre, ansiando por algo que não chegava a acontecer. Bébert nunca era admitido nessas brincadeiras e logo recebia uma tapona assim que tentava apalpar Lydie, por isso transformava-se numa fera, enquanto os outros dois se divertiam fazendo caso omissos da sua presença. A vingança dele era assustá-los e interrompê-los gritando que estavam sendo observados. (ZOLA, 2008: 111)

Embora tenham objetivos semelhantes no que se refere a representações de miséria, o Romantismo Social e o Naturalismo apresentam olhares e descrições diferentes para realidades parecidas e tal característica é expressa de forma acentuada em Victor Hugo – um dos maiores mestres do romantismo francês – e Zola – fundador do Naturalismo.

Hugo vem de família católica e tem o início de sua trajetória marcada pelo conservadorismo religioso e político. Mario Vargas Llosa aponta inclusive para sua postura casta e devota até o início de seu casamento, que aconteceu em 1822, quando tinha apenas vinte anos de idade. De acordo com o autor, é possível inclusive traçar um

paralelo entre o personagem Marius e seu romance com Cosette com o início de sua própria vida amorosa e o casamento ainda muito jovem.

Esta característica um tanto puritana aparece em *Les Misérables* em diversos momentos. A maior parte dos personagens são virgens ou não demonstram qualquer impulso sexual. Aqueles personagens que aparentemente mantêm relações costumam ser casados, e não são numerosos. Os de vida mais depravada, o fazem por circunstâncias sociais e formam uma minoria.

Com facilidade são listados os castos do romance: Bispo Miryiel, as freiras de *Petit Picpus*, Marius e Cosette até o casamento, Eponine, Gavroche. Tais personagens são apresentados como puros, bondosos e castos. Depois existem aqueles personagens que poderiam ter algum tipo de relação amorosa e sexual ao longo de suas vidas, sem que isso seja mencionado em qualquer momento no texto, como se tais personagens fossem quase alheios aos impulsos sexuais. Entre os mesmos podemos citar Jean Valjean, Javert e Enjolras. Fantine é a única personagem não casada que claramente mantém uma vida sexual; inicialmente quando enganada pelo jovem por quem se apaixona no verão, pai de Cosette, e, mais tarde, quando cai na prostituição por falta de recursos financeiros, a fim de sustentar a própria filha. Tal vida sexual, portanto, se relaciona ao engano e ao abandono e mais tarde à fome, à miséria e ao desespero. Os Thernadier, únicos personagens vis, maldosos e odiosos do romance, possuem relações dentro e fora do casamento, sendo retratados como depravados, marginais e malfeitores. Por essas razões, Llosa considera o universo dos personagens de *Les Misérables* como “puritano” (LLOSA, 2012: 75) e relaciona a religiosidade de Hugo à forma velada e por vezes negativa com que representa a sexualidade em seu romance.

No que se refere ao sexo, a moral de *Os miseráveis* se ajusta como uma luva à moral católica em sua versão mais intolerante e puritana.

Isso é evidente principalmente nos amores de Marius e Cosette que, como também pertencem à coletividade de valência medíocre no mundo da ficção – os seres comuns –, podem incorrer nessa prática de que os monstros se emanciparam. (LLOSA, 2012: 77)

Hugo, que até a década de 1830, era monarquista, mas converteu-se ao republicanismo³⁹⁶ ao se deparar com a carnificina promovida pela monarquia de julho

³⁹⁶ Michel Winock faz uma breve biografia de Victor Hugo e suas relações com a política francesa, mencionando no capítulo “Adesão à República” a mudança ideológico-partidária do autor. Ver: WINOCK, 2008: 29-50.

contra os pobres revoltosos, sem, no entanto, deixar o catolicismo. Anticlericalista declarado, o autor defende sua própria teologia, acreditando sumariamente na misericórdia divina. De acordo com Llosa, o autor de *Les Misérables* (*Os Miseráveis*) defendia a ideia de que no juízo final até mesmo Satanás seria perdoado.

[...] a infinita compaixão divina terminaria por estabelecer o império absoluto do bem – Deus perdoaria Satanás e este se redimiria, à maneira de Jean Valjean -, ainda estivessem por ser escritos, em *Os Miseráveis*, romance que o autor sempre considerou um livro religioso, já está secretamente desenvolvida a tese audaciosa de que o pecado, o mal, o sofrimento e a miséria um dia se eclipsariam com a volta à glória divina, por perdão de Deus, de Lúcifer, o anjo caído. (LLOSA, 2012: 162)

Desta forma, um dos focos da escrita de Hugo está na religiosidade, em Deus e nas almas. Llosa destaca a importância, nesse sentido, do *Préface philosophique*, escrito pelo autor na década de 1860 e não finalizado. Neste documento o autor explicita as intenções religiosas e o olhar divinizado que pauta a trajetória dos personagens em seu texto. Poderia dizer-se, como Llosa o faz, que Hugo chega a ser demasiado otimista do ponto de vista espiritual. Suas representações idealizadas e santificadas da pobreza apresentam crianças tão puras como as filhas da burguesia descritas por Zola em *Germinal*.

No trecho citado, por exemplo, o autor apresenta o tipo de menino de rua parisiense da primeira metade do XIX, e cria uma espécie de “prefácio” para apresentar o personagem Gavroche. O menino conhece todas as maldades, imundices e promiscuidades do mundo adulto, mas ainda assim não é capaz de cometer qualquer pecado, porque « *Tant que l’homme est enfant, Dieu veut qu’il soit innocent.* »³⁹⁷. Frequentador de teatros (e cabarés), conhecedor dos bandidos (e sendo ele mesmo ladrão), o menino de Victor Hugo é, ainda assim, apenas um menino, filho de uma mãe um tanto negligente, a cidade.

Os personagens de Hugo, são, em sua maioria, conforme observado, puros, do ponto de vista moral, e castos. Tal ideia parte do ideal de santidade católico e, no caso do autor, de seu ideal de espiritualidade e redenção. Se até mesmo Satanás seria perdoado no fim dos tempos, tanto mais os pobres sofredores, como Cristo, que se fez um com os miseráveis no Evangelho, que Hugo considerava como paradigma.

³⁹⁷ HUGO, 1862: 751. “Enquanto o homem é criança, quer Deus que seja inocente.” (HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac Naify, 2012: 802)

O Prefácio quer demonstrar a existência de Deus pelo método mais copioso: a descrição do universo, começando – como fez o Criador, segundo a Bíblia – pelo espaço infinito, pelos astros, elementos, matéria, até chegar a um ser privilegiado e superior, o homem, no qual se encontram o humano e o divino. (LLOSA, 212: 155)

De acordo com Llosa, a visão do autor de *Les Misérables (Os Miseráveis)*, além de utópica e inalcançável, era “puritana”. O crítico literário, assim como Auerbach, enxerga no livro a representação de ideais demasiadamente elevados, incorporados por personagens quase santificadas, e, portanto, pouco realistas, porque inatingíveis. Seria impossível que o menino de rua fosse tão inocente e os demais personagens tão absolutamente bons ou maus (como é o caso dos Thernadier³⁹⁸).

O menino de Victor Hugo seria representado como o “anjo de cara suja”³⁹⁹, nascido e moldado na lama das ruas de Paris, na infelicidade da pobreza e do abandono parental e social.

Vivendo à margem da lei, Gavroche não faz mal a ninguém; pelo contrário, é capaz de ajudar o próximo e contribuir, ainda que minimamente, para aliviar as maldades e injustiças de que os miseráveis são vítimas. Gavroche é, à sua maneira pícara, um justiceiro social. (LLOSA, 2012: 85)

A outra principal criança do Romance, Cosette, é ainda mais pura que Gavroche. Maltratada por seus pais adotivos e posteriormente adotada por Jean Valjean, suscita compaixão a quem lê o romance. Como o próprio Hugo descreve, Cosette seria “uma cotovia” frágil, e, assim como Gavroche, vítima da sociedade que discrimina sua mãe Fantine, por ter sido mãe solteira, e dos Thernadier, os mesmos que abandonaram o menino.

Era doloroso ver, no inverno, essa pobre criança, que não tinha ainda seis anos, tiritando com frio, coberta de farrapos, varrendo a rua antes do sol sair, com uma vassoura enorme em suas pequeninas mãos vermelhas e com os olhos cheios de lágrimas.

Na aldeia, chamavam-na de Cotovia. O povo, amante das belas imagens, gostava de chamar assim essa criaturinha, quase tão leve como um pássaro, tremendo, assustada e medrosa, sempre a primeira a se levantar o primeiro que acordava naquela casa e em toda a cidade, sempre andando pela rua ou nos campos antes da aurora.

Mas a pobre cotovia não cantava jamais. (HUGO, 2012: 251)

³⁹⁸ Personagens mais negativos de *Les Misérables*, são responsáveis pelos males causados nas vidas de muitos dos demais personagens.

³⁹⁹ Descrição de Gavroche utilizada por LLOSA, 2012: 84-86.

Em *Os Miseráveis*, a bondade e a culpa são individuais, provém do interior de cada personagem, partindo das suas consciências e liberdade de escolha. No caso das crianças, mesmo sendo Gavroche filho de pais tão cruéis e do fato de Cosette haver sido criada durante parte da vida por estas mesmas pessoas, são incapazes de maldades por serem crianças como que escolhidas e por optarem sempre pela bondade. Da mesma forma que Jean Valjean escolheu a bondade e a retidão moral ao se converter, após encontro decisivo com o piedoso Bispo Myriel, as duas principais crianças da trama o fazem pelo próprio fato de serem pequeninos. Sua bondade resiste à perversão do entorno que os cerca e os oprime.

Gavroche é uma prova excelsa de que na realidade fictícia a bondade e a maldade não são hereditárias; filho de dois seres diabólicos, os Thernardier, o menino nasceu angélico, o protótipo de uma longa genealogia de “anjos de cara suja”, meninos bons saídos da lama e vivendo num ambiente malévolos que vão povoar tantos romances e filmes do século XIX. (LLOSA, 2012: 85)

Se é possível chamar as crianças do romance de Victor Hugo “anjinhos”, é considerável nomear aquelas do romance de Zola enquanto “diabinhos”. Ao leitor puritano do XIX ou mesmo do XXI, chocam as imagens de promiscuidade entre os pequenos, que, em oposição à compaixão causada na leitura de Hugo, provocam susto. A estética realista, cruenta e fisiológica, típica do romance experimental, desafiava preceitos, tabus e reservas morais então vigentes. É que o real, cruento e dissecado, analisado a partir de suas entranhas, constantemente causa assombro. Por sua vez Victor Hugo, a partir da estética romântica e dos valores cristãos com os quais estivera comprometido, descrevia e observava os pobres do seu auto lugar de burguês. Zola possuía um compromisso com o cientificismo e com a descrição objetiva, direta e precisa da realidade, tendo descido ao mais fundo da sociedade para escrever *Germinal*: como Troyat destaca, o romancista fez uma enorme pesquisa empírica, desceu até o fundo das minas de carvão no Norte da França, analisou greves e motins operários, conversou com os trabalhadores, a fim de realizar, de acordo com Borges, um trabalho o mais fidedigno e possível da realidade. No seguinte trecho do caderno de anotações de Zola, destacado por Troyat, o autor descreve da seguinte maneira sua visita a uma mina de carvão:

Começa a descida... Sensação de arrombamento, de evaporação dentro da gente pelo súbito desaparecimento dos objetos. Depois, uma vez no breu, mais nada. [...] Penetra-se numa galeria... No primeiro instante, murmuramentos, um corredor muito estreito... [...] Escuta-se bruscamente um barulho longínquo, é um trem de berlinda que está chegando. [...] O barulho se aproxima, percebe-se vagamente o cavalo branco que se arrasta. Uma criança está sentada na primeira berlinda, é o condutor... Enfim, seiscentos no fundo da galeria de transporte subterrâneo do carvão...” (TROYT, 194: 163)

Influenciado pelo cientificismo vigente na segunda metade dos oitocentos, Zola firma seu compromisso, através do romance experimental, com o que considera “real” – os aspectos orgânicos, hereditários, biológicos e sociais que determinariam a conduta, a trajetória e a “evolução” humanas. Este olhar materialista – fisiológico e biologizante - faz surgir um estilo de escrita caracterizado por Llosa como grotesco e pessimista:

Se nos limitarmos a estudar os temas da liberdade e da responsabilidade em termos exclusivamente materiais, as conclusões a que chegaremos não podem ser mais pessimistas. Não é ilusória em tantos casos a responsabilidade legal? Os maus nem sempre pagam por seus crimes – “nem sempre a indigestão castiga a orgia” – e às vezes os inocentes são punidos por erros que não cometeram. O que restará se suprimirmos a responsabilidade moral derivada da existência da alma? (LLOSA, 2012: 151-152)

Ao visitar as vilas mineiras a fim de tomar notas para seu novo romance, Zola lança um olhar crítico e pessimista para a miséria que vê, expondo, em seu romance, e de acordo com a estética e os pressupostos cientificistas do Naturalismo, o que há de mais animalesco nas relações humanas.

Borges discute as proximidades e diferenças entre História e Literatura, e demonstra que, em especial quando se trata do Naturalismo de Zola, essas diferenças se tornam ainda mais sutis. Não é a narrativa, a capacidade de tratar da realidade ou a pesquisa que afastam o romance da produção historiográfica, mas de acordo com Borges, tão somente é o tipo de discurso que permite diferenciação. Zola se preocupa em comprovar cientificamente o que diz e parte de premissas extremamente materiais para escrever seu romance. Sua pesquisa é grandiosa e se aproxima extremamente da sociológica e historiográfica. É a possibilidade de criação de diálogos inexistentes, de adentrar na mente e nas percepções dos personagens e de criar como que “imagens sintéticas” (BORGES, 2018: 79), que faz da Literatura, mesmo a Naturalista, mesmo *Germinal*, arte.

De acordo ainda com Borges, a perspectiva indiciária de Guinzburg pode ajudar a compreender o papel da Literatura enquanto representante mimética da realidade,

enquanto “sintoma de uma época” (BORGES, 2018: 66), capaz de revelar muito sobre um determinado período. Destaca ainda a necessidade por mensagens indiretas que possui o discurso literário, sendo este impedido em certa medida de apresentar personagens reais em sua integralidade. A mimesis literária procura na realidade inspiração para a produção artística. Desta forma, a Literatura daria conta de aspectos que a historiografia não pode abordar, tais como sentimentos, possíveis pensamentos ou aspirações interiores, como o faz o Romantismo, mas ainda possibilidades de diálogos, intrigas, acontecimentos possíveis, ainda que não comprovados historicamente. Zola recria e reinterpreta o contexto histórico (ainda que pretenda que sua obra seja uma transposição exata, ou inteiramente objetiva da realidade), criando perfis representativos, “imagens sintéticas” sobre pessoas e acontecimentos reais. Nesse sentido, ainda segundo Rilton Borges,

É interessante perceber como o jogo de representações da literatura obriga o autor a “falar sobre determinada coisa sem falar sobre a coisa”. Algo semelhante acontece com Zola, que fala dos agentes sociais da França sem falar de agentes sociais da França: as personagens tomam lugar de pessoas reais, representam a elas, mas não são elas. (BORGES, 2018: 66)

Como fundador da escola Naturalista, Zola assume, conforme referido, o compromisso com as teorias científicas do XIX, destacadamente, com a apropriação e aplicação de teorias darwinistas à sociedade – de acordo com perspectivas genericamente denominadas darwinismo social. Enquanto Hugo apresenta uma perspectiva espiritualizada, e mais especificamente cristã, o escritor de Médan⁴⁰⁰ se volta para o que o ser humano apresenta de mais material. De acordo Newton Cunha, e Zola fazia de seus romances instrumentos para divulgação de teorias darwinistas e positivistas. O autor, de acordo com Luiz Nazario, se basearia em cientificismo e teorias hereditárias ao escrever sua monumental obra: *Rougon-Macquart*, na qual se insere *Germinal*.

Sofrendo o impacto da teoria de Darwin, da imensa obra de Balzac e das ideais socialistas de Marx e Engels, Émile Zola (1840-1902) interrogou-se sobre a fisiologia e a psicologia dos personagens. Para criar a fauna de seus romances, ele também se inspirou nas teorias do médico e fisiologista Claude Bernard (1813-1878), que pretendia ter desvendado as “verdades” do corpo

⁴⁰⁰ Durante boa parte da vida, Émile Zola viveu com sua família em uma mansão em Médan, comuna afastada do centro de Paris, onde levava uma vida vitoriosa e local no qual recebia seus jovens seguidores e amigos artistas. Sobre este assunto: TROYAT, 1994.

humano em *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale* [...]. (CUNHA, In: GUINSBURG e FARIA, 2017: 81)

Tal animalidade é expressa ao se descrever e se caracterizar os personagens - crianças e adultos – da obra de Zola. Tais personagens seriam movidas por instintos, animalizadas ao extremo, ou reduzidos, em grande medida, aos seus instintos primitivos e a imperativos fisiológicos. Nesse sentido, o autor se atém, descrevendo muitas vezes e em detalhes, as relações promíscuas dos trabalhadores e de seus filhos.

Embora o próprio Zola tenha declarado que seu objetivo era apenas demonstrar objetivamente a realidade da vida nas vilas operárias dos mineiros do norte da França, parte da crítica da época considerou a descrição uma afronta à imagem dos trabalhadores e um exagero com enfoque apenas nos elementos negativos. Jules Lemaitre, por exemplo, acusa a obra de ser uma “epopeia pessimista da animalidade humana” (LEMAITRE, Apud. TOYAT, 1994: 168).

O autor naturalista, diferente de Hugo, não tinha como objetivo descrever uma suposta ou possível beleza - moral ou espiritual - humana, mas os condicionamentos materiais – sociais (ou ligados ao “meio” social) e biológicos – que pautariam a existência de homens e mulheres enquanto seres orgânicos vivendo em coletividade.

O autor, que não se considerava socialista, frequentou reuniões de sindicatos e viu de perto greves para escrever o romance, como aponta Troyat, e expressou em texto a ideia de que às famílias burguesas era permitido criar crianças “puras” por conta da excessiva proteção que caracterizaria o “meio” – próspero e confortável - em que tais crianças de desenvolveriam. Enquanto às famílias pobres, seria somente possível criar meninos já mergulhados na promiscuidade, própria ao “meio” miserável e violento em que cresciam, em suas minúsculas casas proletárias e no estafante e insalubre trabalho nas minas. De acordo com Josephson:

Para escrever “Germinal”, Zola abandonou seu opulento conforto de Médan para passar a maior parte de alguns meses a percorrer as regiões mineiras do norte da França e da Bélgica. Conversou com os trabalhadores, observou as minas desde as entradas até as maiores profundezas, assistiu a comícios políticos e bebeu uma horrível cerveja e uma ainda mais horrível aguardente. Procedeu a investigações sobre a vida das mulheres dos mineiros e passeou pelos campos dos arredores das aldeias para observar o modo com que os meninos e meninas de divertiam depois de acabada a tarefa do dia. (JOSEPHSON, 1947: 276-277)

A descrição que o autor faz da filha dos patrões dos operários das minas de carvão, é de uma menina inocente e protegida pelas condições e pela moral que a cercavam. Na família burguesa até mesmo o “moralismo” cristão faria mais sentido e, mesmo que hipocritamente, seria defendido. Embora a própria mãe mantenha relações eróticas com o sobrinho e futuro marido de sua filha, Cécile é representada como uma casta jovem, um tanto “boba” ou ingênua, que dispõe de tempo e recursos materiais para fazer “caridade”.

Subiram juntos. O quarto era a única peça luxuosa da casa, forrada de seda azul, com mobiliário laqueado de branco e filetes azuis, um capricho de criança mimada satisfeita pelos pais. No alvor informe do leito à meia-luz filtrada pela abertura de um cortinado, a mocinha dormia, cabeça apoiada no braço nu. [...]

Os Grégoire encarregavam Cécile da distribuição de suas esmolas. Com isso pensavam estar inculcando na filha uma bela educação. Era preciso ser caridoso; diziam mesmo que sua casa era a casa de Nosso Senhor. (ZOLA, 2008: 72 e 85)

A infância dos filhos dos trabalhadores, representada por Zola em *Germinal* parte, desta forma, da união entre cientificismo, materialismo e observações *in loco*, além de um distanciamento social e estranhamento em relação à sociabilidade, aos modos de vida e lazer operários, descritos, por vezes, de forma negativa. Os filhos dos mineiros desde cedo se expõem à exploração e à insalubridade que caracterizam o trabalho nas minas e precisam se portar como adultos – não podem ser “protegidos” da violência sexual e moral.

E assim envelhecia o pai Mouque, entre amores. A partir dos dez anos de idade, sua filha fora possuída seguidamente naqueles escombros, não como garotinha assustada e ainda verde do tipo de Lydie, mas como mulher adulta, boa para rapazes de barba na cara. O pai não dizia nada porque ela mostrava-se respeitosa, nunca introduzia um namorado dentro de casa. (ZOLA, 2008: 113)

As motivações parecem se unir aos de Hugo no sentido das motivações relacionadas à possível compaixão com relação aos empobrecidos - apesar das enormes diferenças de representações - quando declara em entrevista ao *Matin*: “Acharam de acusar-me de socialista. Quando estudei a miséria dos trabalhadores das minas estive tomado de uma piedade imensa. Meu livro é uma obra de piedade, nenhuma outra coisa, e se alguém, ao lê-lo, experimenta essa sensação, fico feliz, terei atingido meu objetivo” (ZOLA, *Apud*. TROYAT, 1994: 168).

João do Rio, o *flanêur*, ao descrever “a rua” analisa a origem dos infantes da cidade moderna:

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem, dos gnomos aos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito e ambíguo com saltos de felino e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida e cética que os velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, aclama sem interesse, e pode rir, francamente, depois de ter conhecido todos os males da cidade, poeira d’ouro que se faz lama e torna a ser poeira – a rua criou o garoto! (RIO, 2013: 21.)

A rua criou o garoto, o “diabinho” de Zola e o “anjinho” casto de Hugo. A cidade criou a miséria exacerbada e de acordo com Berman, a multidão anônima, que não se importa com o menino que mora no Elefante da *Bastilhe*⁴⁰¹. A indústria criou as vilas operárias com suas casas minúsculas, longe de espaços de sociabilidade e recreação, sem qualquer saneamento. O capital e o desenvolvimento da indústria fizeram aumentar a pobreza na Europa, em especial a pobreza urbana, como representam Zola e Hugo, gerando desigualdades sociais jamais vistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Mimesis: Representação da realidade na Literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Vol. II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BÉNAC, Henri. O Romantismo Francês. *Revista do Instituto de Letras da UFRGS*. V. 8, n. 8,9, 1963.

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama barroco alemão*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴⁰¹ Gavroche, em *Os Miseráveis*, morava dentro do monumento Elefante da Bastilhe, um grande elefante de madeira construído onde fora a Bastilha em homenagem à Revolução. Posteriormente o Elefante foi demolido e substituído por um obelisco.

- BENJAMIN, Walter. O anjo da História. São Paulo: Autêntica, 2012.
- BERLIN, Isaiah. As raízes do romantismo. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- BERRETTINI, Célia. As ideias literárias de Émile Zola. In: GUINSBURG, J., FARIA, João R. (orgs.). O Naturalismo. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a ventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Rilton Ferreira. Zola e as percepções do tempo: Naturalismo e História em Germinal. São Paulo: Alameda, 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CHALHOUB, Sindey. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHATÉLIER, Louis. A Religião dos Pobres: as fontes do cristianismo moderno, séc. XVI – XIX. Ed. Lisboa: Estampa, 1994.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representações. Revista das Revistas: Estudos Avançados, vol. 11, n. 5, 1991.
- COSTA, Tiago Leite. Profundidade e Revolução: uma leitura de As Raízes do Romantismo de Isaiah Belin. XV ABRALIC, 2016.
- DICKENS, Charles. Oliver Twist. São Paulo: Abril, 1973.
- DICKENS, Charles. Um Conto de Duas Cidades. São Paulo: Nova Cultura, 2002.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FACINA, Adriana. Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUINSBURG, J. e FARIA, João Roberto (Orgs.). O Naturalismo. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GUINSBURG, J. O Romantismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

GUINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A Micro-História e outros ensaios. São Paulo: Difel, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: Lamparina, 2014.

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789 – 1848. São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, Eric. Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

HUGO, Victor. Les Misérables. Ed. Francesa, 1862.

HUGO, Victor. Os Miseráveis. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

HUGO, Victor. O último dia de um condenado, In: Obras completas. Volume XV, São Paulo: Editora das Américas.

JOSEPHSON, Matthew. Zola e seu tempo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958.

LLOSA, Mario Vargas. A Tentação do Impossível: Victor Hugo e Os Miseráveis. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.

LÖWY, Michel & SAYRE, Robert. Romantismo e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LOWY, Michel. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. São Paulo: Boitempo, 2018.

LOWY, Michel. El pensamiento de Walter Benjamin por Michael Lowy. Conferência apresentada por Michael Lowy. El marco de las actividades “Espaces Marx”. Paris, setiembre de 2012.

LOWY, Michel. Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 1990.

LOWY, Michel. Romantismo e Revolução com Michel Lowy. Conferência do ciclo Utopias do Teatro Maria Mattos. Lisboa, 10 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Bernardo B. C. A Filosofia enquanto crítica literária. “O Baudelaire de Benjamin e vice-versa”. Alea Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, p. 37-48, 2005.

PEREIRA, Claudemir Carlos. “A análise da construção do suicídio através da narrativa de um amor impossível na obra Os sofrimentos do jovem Werther, de Goethe”. Revista Sem Aspas. Vol 4, n. 1, jan/jun, 2015.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PILOSU, Mario. A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média. Lisboa: Estampa: 1995.

PONIONI, Cláudia. Émile Zola em português: um estudo das traduções de Germinal no Brasil e em Portugal. São Paulo: Annablume, 1999.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEIGEL, Jerrold. Paris Boêmia: Cultura, política e os limites da vida burguesa: 1830-1930. Ed. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SIMMEL, Georg. “Die Großstädte und das Geistesleben”. In: SIMMEL, Georg. Gesamtausgabe. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort. Tradução de Leopoldo Waizbort, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>.

TROTSKI, Leon. Literatura e Revolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

TROYAT, Henri. Zola. São Paulo: Página Aberta, 1994.

WINOCK, Michel. Victor Hugo na arena política. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Québec : La Bibliothèque électronique du Québec, Collection À tous les vents, vol. 57, 1885.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ZOLA, Émile. *O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

Bom-Crioulo: O determinismo do “meio” na obra de Adolfo Caminha

Maria Angela Gomes Gonçalves
Mestranda PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

A obra *Bom-Crioulo* (1895), situa-se em um contexto histórico de grandes mudanças no Brasil, país marcado pela abolição da escravidão, em 1888, e pela Proclamação da República um ano depois. Em âmbito internacional, o final do século XIX é marcado por avanços tecnológicos, pela prosperidade material e pela expansão das potências europeias, no contexto em que a *Belle Époque* se difundia e se firmava. As descobertas e o avanço do discurso científicos tiveram reflexos na literatura naturalista, escola literária em que o escritor, teoricamente, conseguiria ficar diante do objeto em sua essência e, através da isenção e da cientificidade, alcançaria uma “transposição direta da realidade” (CANDIDO 2015: 107).

As teorias evolucionistas e de luta pela sobrevivência foram complementadas e politizadas por estudiosos que propuseram sua aplicação direta na sociedade nos quadros do chamado “darwinismo social”, - influenciados pela publicação de *A Origem das Espécies* (1859) -, o que, repercutiu na literatura. Mais especificamente, nos romances naturalistas, que “muitas vezes escandalosos na crueza das descrições” (SCHWARCZ, 1992: 150), pretendiam, através de seus personagens e enredos, retratar a crença no evolucionismo e na cientificidade, que supostamente ditariam os rumos da humanidade.

Em 1880, Émile Zola publica o *Romance Experimental* e, no ano seguinte, *Germinal* marcando o início do Naturalismo na França. Ambas as obras apresentam elementos que as tornam inconfundíveis diante das abordagens relacionadas aos avanços científicos. Zola pretendia tratar, a partir da objetividade e da exatidão científica dos parâmetros fisiológicos e dos pressupostos darwinistas, de temáticas variadas e complexas tais como: miséria, violência, crimes, patologias humanas, sexualidade, adultério (GOMES, 2013: 93). No Brasil, no mesmo período, os escritores da jovem nação estavam mergulhados em referenciais estéticos, ideológicos e culturais europeus, apropriando-os e adaptando-os ao contexto nacional – marcado por dificuldades, desafios próprios e especificidades, dentre eles a abolição tardia (SEVCENKO, 2003: 80).

Nesse contexto, o Naturalismo passa a ser difundido no Brasil, sobretudo, através das obras de Aluísio Azevedo. O autor procurava demonstrar, através de seus personagens, que o “meio”, a força determinante dos instintos e dos condicionamentos fisiológicos, aos quais os indivíduos estariam submetidos, determinariam a trajetória humana, seguindo as influências literárias de Émile Zola.

Todavia, mesmo Aluísio de Azevedo tendo seguido as premissas naturalistas de Zola, aspectos específicos, ligados a diferentes contextos históricos, diferenciam as obras de ambos os autores, dentre eles a temática da escravidão, presente nos enredos criados por Azevedo e outros autores naturalistas brasileiros, dentre os quais Adolfo Caminha, autor de *Bom-Crioulo*, obra que é objeto de estudo desta pesquisa.

No desenvolvimento do Naturalismo brasileiro, a especificidade da escravidão inspirou os autores naturalistas a inserissem com destaque, em suas tramas, personagens negros, ainda na condição de escravo ou de escravo recém-liberto. Contudo compreende-se que o determinismo dos personagens de Caminha ultrapassa as premissas racialistas e homoafetivas, tendo relação direta também com os ambientes em que circulam. No presente artigo nos limitaremos a apresentação dos pressupostos do “meio” que supostamente teriam força determinante sobre as escolhas e ações dos personagens em conjunto com as demais.

PERSONAGENS DETERMINADOS PELO AMBIENTE QUE OS CERCA

A obra *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, publicada em 1895, tem seu enredo baseado nos encontros e vivências de duas personagens: Amaro, que tem a alcunha de Bom-Crioulo, e Aleixo, ambos marinheiros. O autor não deixa explícito o período histórico em que o romance se passa, porém, é possível identificar elementos que remetem ao contexto anterior à abolição. Sugere, inclusive, o período da Guerra do Paraguai (1864-1870), momento em que o recrutamento de homens de qualquer estrato social era extremamente necessário, permitindo, dessa forma, que um escravo conseguisse se alistar nas Forças Armadas. As informações coletadas durante a leitura levam-nos a esse período específico justamente pelo fato do alistamento de escravos não ser autorizado pelo governo do Império, uma vez que o escravo não alforriado estava sob a posse de seu senhor. No entanto, a linha tênue

entre a lei e a necessidade de homens abria brechas no sistema. Álvaro Nascimento, afirma que, em princípio, havia três formas de alistar homens para o serviço da Armada: o voluntário, o recrutamento forçado e o alistamento de menores:

Os voluntários para os pontos de marinheiros e soldados eram os que se apresentavam de livre e espontânea vontade às juntas de alistamento [...], no entanto, se a quantidade de voluntários para preencher as lacunas abertas nas fileiras era insuficiente, uma saída que restava aos ministros era caçar recrutas. [...] Uma terceira possibilidade era o alistamento de menores, brasileiros, entre dez e dezessete anos, ou até mais novos que eram entendidos como voluntários, desde que tivessem “suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado”. (NASCIMENTO, 1999: 67).

A trajetória de Amaro se desdobra em três ambientes ao longo do romance: O navio Corveta, no qual o autor inicia a narrativa; a pensão de Dona Carolina, localizada na Rua da Misericórdia; e o couraçado, para o qual o personagem é transferido posteriormente.

Os seis primeiros capítulos abordam o dia a dia de Bom-Crioulo em um “esquife agourento” (CAMINHA, 2010: 9), o navio Corveta. A primeira apresentação do livro é a do próprio navio, descrito como um “grande morcego apocalíptico” (CAMINHA, 2010: 9), pouco parecido com a enorme “garça branca” que fora um dia, marcado pela tristeza e pela nostalgia em alto mar. É nessa atmosfera fúnebre que serão reveladas as sexualidades e os desejos dos protagonistas, mais tarde transferidos para outro espaço pitoresco. No entanto, ainda no quinto capítulo, Amaro passa por uma mudança de ambientes em alto-mar. Ele é:

[...] surpreendido com a notícia de que estava nomeado para servir noutro navio – um de aço, muito conhecido pelo seu maquinismo complicado e pela sua formidável artilharia; belo conjunto de forças navais, que fazia desse couraçado um dos mais poderosos do mundo. (CAMINHA, 2010: 49)

Transferido para um couraçado, Amaro sai de uma barqueta humilde, para servir numa embarcação de guerra moderna e luxuosa, “onde o hábito da chibata não está abolido. Pelo contrário, é ainda mais intenso. As duas embarcações dividem o mesmo mar e não se diferenciam quando se trata do batente e das injúrias” (SCHIFFNER, 2018: 103). Amaro lamenta a mudança: “– Por isso é que um marinheiro fica relaxado”, no entanto, “[...] não tinha remédio senão obedecer

calado porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas, vem a ser a mesma coisa” (CAMINHA, 2010: 49).

A desilusão do personagem em relação ao sistema em que está inserido altera seu comportamento, considerado exemplar assim que ingressa no serviço militar. Caminha não detalha a vida de Amaro antes do alistamento, apenas afirma que “estava longe, bem longe a vitória do abolicionismo, quando Bom-Crioulo, então simplesmente Amaro, veio ninguém sabe donde [...] ignorando as dificuldades por que passa todo homem de cor em um meio escravocrata e superficial como era a Corte” (CAMINHA, 2010: 18).

O único medo de Amaro era regressar à fazenda de onde fugira, voltar ao seio da escravidão. Em sua primeira viagem em alto mar, tomado pela sensação de liberdade, já se sentia verdadeiramente um homem como os outros e esbanjava felicidade, ainda que com saudades e certo pesar pela família e amigos que deixara nos cafezais.

Pela alegria e pelo entusiasmo que sentia diante da liberdade recém-conquistada, Amaro se dedicava muito ao serviço e passou a ser conhecido como Bom Crioulo: “Nunca, durante esse primeiro ano de aprendizagem, merecera a pena de um castigo disciplinar” (CAMINHA, 2010: 20).

Para o Bom Crioulo, os castigos disciplinares aplicados pela Marinha não se comparavam aos castigos na fazenda, ao regimento do tronco e do chicote. “Ali ao menos, na fortaleza, ele tinha sua maca, seu travesseiro, sua roupa limpa, e comia bem, a fartar, como qualquer pessoa” (CAMINHA, 2010: 20). O Bom-Crioulo é retratado como um homem rude do mar que só ficava irreconhecível quando bebia e adotava comportamento violento e irracional.

A vida do Bom-Crioulo seguia tranquilamente, enquanto o personagem conquistava a afeição dos oficiais, que se agradavam daquela figura “rude como um selvagem, provocando a cada passo gargalhadas irresistíveis com seus modos ingênuos de tabarué” (CAMINHA, 2010: 20). Até que, com o passar do tempo, os rumos de Amaro começam a desandar. Bom-Crioulo passou a ser o último a se apresentar, sempre atrasado e com algum obstáculo que o impedia de cumprir suas tarefas. Alguns diziam que o motivo seria a cachaça, outros que ele perdera o interesse no trabalho desde que conheceu Aleixo, o grumete de olhos azuis que

terminaria por enlouquecê-lo e com o qual iniciará um romance ao longo do romance.

A mudança no comportamento de Amaro, o encontro com Aleixo e o primeiro castigo sofrido pelo personagem ao defendê-lo, se passam no ambiente da corveta, um ambiente fúnebre, marcado pela decadência, pela precariedade e pela violência, retratados desde o início do romance. Trata-se de uma obra Naturalista, que parte de pressupostos segundo os quais o “meio” exerce influência direta ou mesmo determina o comportamento humano. Campedelli afirma que “para os naturalistas, o homem é um animal cujo destino é determinado pela hereditariedade, pelo efeito de seu ambiente e pelas pressões do momento” (CAMPEDELLI, 1999: 3). Em outras palavras, na concepção naturalista, os personagens estão à mercê das circunstâncias e não de si mesmos, cabendo ao autor desenvolver um ambiente em torno daquilo que os cerca e que justifica seus atos por influência, e no limite por determinação, do “meio”. Desse modo, a impessoalidade do autor naturalista tem forte relação com a do cientista, afinal, ambos estariam trabalhando com a realidade crua e bruta.

Uma mudança significativa de ambientes acontece no quarto capítulo do livro, que se passa quase todo em terra firme, no Rio de Janeiro, quando entra em cena outra personagem importante: Dona Carolina, a portuguesa que aluga um quarto para Amaro. Ex-prostituta, com uma história de vida cheia de altos e baixos, Dona Carolina alugava seus quartos para “pessoas de ‘certa ordem’, que não se fizesse de muito honrada e de muito boa” (CAMINHA 2010: 31). Quando era uma jovem moça de vinte anos, se entregou aos luxos que a prostituição lhe trazia, até ficar doente e acabar na miséria. Aos quarenta anos, Dona Carolina vivia do aluguel de seus quartos na pensão, que adquiriu com o dinheiro da prostituição. Suas despesas eram pagas por seu companheiro, um açougueiro casado, que aparecia uma vez por mês deixando cento e cinquenta mil-réis para o aluguel do sobradinho e a carne que mandava diariamente.

Na obra de Adolfo Caminha, o único ambiente situado em terra firme é a pensão de Dona Carolina, descrita pelo autor da seguinte forma:

[...] um sobradinho com persianas, de aspecto antigo, duas varandolas de madeira carcomida no primeiro andar, e lá em cima, no telhado, uma espécie de trapeira sumindo-se, enterrando-se, dependurada quase. Embaixo, na loja,

morava uma família de pretos d'Angola; ouvia naquele momento, no escuro interior desse coito africano a vozeria dos negros. (CAMINHA, 2010: 40)

A habitação coletiva representada por Caminha e também por Aluísio de Azevedo em *O Cortiço* (1890), - de forma a dar título a obra -, são parte da realidade do Rio de Janeiro oitocentista. Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*, inaugura o primeiro de seus capítulos narrando a destruição dramática do célebre cortiço carioca Cabeça de Porco, em 26 de janeiro de 1893, utilizando-o como ponto de partida para obter os argumentos que justificariam a derrubada de diversos cortiços cariocas no mesmo período. O Cabeça de Porco foi derrubado sob a presença de um médico e diversos higienistas. Médicos do período estavam convencidos de que as habitações coletivas eram um terreno fértil para propagação de diversos vícios e doenças, dentro eles as epidemias, conforme a afirmação de Chalhoub: “E houve então um diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para propagação de vícios de todos os tipos”. (CHALHOUB 2006: 29)

A associação de classes pobres a “classes viciosas” revela um contexto de transformação das relações de trabalho no final do século XIX, em que a pobreza é associada ao vício da ociosidade e da incapacidade de acumular e poupar. Chalhoub encontra tais termos em debates parlamentares. Com isso, afirma:

[...] a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Dessa forma o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em que cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam a mesma coisa para os parlamentares. (CHALHOUB, 2006: 22)

As classes pobres rapidamente foram associadas a “classes perigosas”, cujos vícios produziriam malfeitores e criminosos, conforme afirma Chalhoub:

[...] os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos. Por conseguinte,

conclui decididamente a comissão, “as classes pobres [...] são [as] que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas.” (CHALHOUB, 2006: 22).

O autor chama atenção para o fato de que os negros seriam os suspeitos preferenciais na lógica das “classes perigosas”, uma vez que o contexto histórico os colocaria entre as classes ociosas, já que a abolição fora assinada sem respaldos que os garantissem trabalho e moradia, e para além disso, estavam em voga as teorias deterministas, que sinalizavam que o negro, ainda que liberto, teria um caráter imutável, ligado a supostos determinantes raciais, conforme afirma Chalhoub: “Os negros se tornaram suspeitos preferenciais também devido àquilo que os ex-senhores e atuais patrões imaginavam ser o caráter dos indivíduos egressos do cativeiro” (CHALHOU 2006: 24).

Os cortiços cariocas estavam diretamente relacionados à luta dos negros contra a escravidão, pois eram por eles habitados até mesmo antes da abolição, quando era possível que vivessem “sobre si”, conforme explica Chalhoub:

[...] o problema do controle social na cidade se agravava pelo fato de os próprios senhores frequentemente autorizarem que seus cativos vivessem “sobre si”. Na verdade, obter permissão “para viver sobre si” era algo pelo qual os escravos da Corte se empenhavam bastante. Viver longe da casa do senhor era uma maneira de adquirir maior autonomia nas atividades produtivas e representava ainda a possibilidade de levar uma vida praticamente indiferençável em reação à população livre da cidade. Para os senhores, este tipo de arranjo era muitas vezes vantajoso, pois permitia arrancar jornais mais elevados aos cativos, além de desobriga-los das despesas com o sustento dos negros. Para os escravos, a maior autonomia de movimento tinha ainda a vantagem adicional de facilitar jornadas extras de trabalho com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para comprar sua liberdade aos senhores. (CHALHOUB, 2006: 27)

As habitações coletivas passaram a evidenciar, nas últimas décadas da escravidão, alternativas viáveis de moradia, por seu baixo custo e acessibilidade. Os cortiços chegaram a ser um possível refúgio em caso de fuga, conforme afirma Chalhoub:

São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiam se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à

população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção de fuga. (CHALHOU, 2006: 28)

O fato de que as classes pobres do Rio de Janeiro habitavam os cortiços justifica a afirmativa de Dona Carolina em não se importar com a cor ou profissão de seus inquilinos: “Não fazia questão de cor e tampouco se importava com classe ou profissão do sujeito”. E é nesse ambiente acolhedor, tanto às classes de Amaro e Aleixo, quanto à cor de Amaro, que um relacionamento harmonioso se constrói: “Ele (Aleixo), D. Carolina a Bom-Crioulo eram como uma pequena família, não tinham segredos ente si, estimavam-se mutuamente”. (CAMINHA, 2010: 47). Até que Amaro é transferido para um navio, um couraçado, onde há “um horror de trabalho” (CAMINHA, 2010: 57) e sente profunda revolta contra seus superiores. O motivo da revolta de Amaro diz respeito ao tempo que passará longe de Aleixo.

Contudo, enquanto Amaro se mantém cada vez mais afastado da pensão, Dona Carolina empenha-se em conquistar Aleixo:

Começou a fazer-se muito meiga para o rapazinho, guardando-lhe doces, guloseimas, passando a ferro ela própria, seus lenços, gabando-se na presença de estranhos, fingindo-se distraída quando queria mostrar-lhe a exuberância de suas carnes – perna braço ou seios... (CAMINHA 2010: 53).

A relação se concretiza a partir da iniciativa de Dona Carolina que convida Aleixo para seu quarto, “mais fresco” (CAMINHA, 2010: 54), diante do calor excessivo do Rio de Janeiro e o convida para dormir, após admitir estar apaixonada:

-Pois é isto minha flor: o que tinha a dizer é que estou apaixonada por ti!
-Ora!...
-Estou falando sério; não vais dizer a Bom-Crioulo que eu lhe quero tomar o amigo... Olha que o negro é capaz de estrangular-me... (CAMINHA, 2010: 55)

Diante da relação com Dona Carolina, a figura de Amaro assombrava Aleixo, que “desejava odiá-lo sinceramente, positivamente, esquecer-lo para sempre, varrê-lo da imaginação como a um pensamento mau, como a uma obsessão insólita e enervante; mas, de balde!” (CAMINHA, 2010: 72). Enquanto isso, Amaro encontra-se no couraçado, local onde os avanços tecnológicos contrastam com a decadência da antiga embarcação onde servira. Assim que é enviado para o novo navio, uma

fala de Aleixo reflete bem o sentimento de frustração de Bom-Crioulo diante da mudança:

- Oh! Bom-Crioulo não tinha ido à terra, como prometera. - Exigências do serviço, pensou. No couraçado a disciplina era outra; o imediato, homem feroz, só falava de chibata e golilha. Estava muito satisfeito na sua corveta assim mesmo velha e triste... (CAMINHA, 2010: 50).

Tanto na corveta quanto no couraçado, os castigos corporais estavam presentes. Apenas alguns aspectos diferem os ambientes. O couraçado, por exemplo, é marcado pela assistência médica e certa liberdade ao marinheiro, que pode retornar à terra. No entanto, a liberdade é ilusória, pois Amaro relata que o excesso de trabalho o impede de sair do navio:

Bom-Crioulo não estava satisfeito no couraçado, naquela formidável prisão de aço, que lhe consumia o tempo, e cuja disciplina – um horror de trabalho – privava-o de ir à terra hoje sim, amanhã não, como nos outros navios. Ah! Mil vezes a corveta. Mil vezes! Ao menos tinha-se liberdade. (CAMINHA, 2010: 57)

Amaro, insatisfeito no couraçado, sonha desertar e fugir com o amante e acaba se aproveitando de um expediente para rever Aleixo: oferece-se para remar no escaler que fará compras e, ao desembarcar, alegando uma desculpa, foge até ao quartinho da Rua da Misericórdia. Logo que chega, em uma manhã de domingo, vai até o quarto e não encontra o companheiro.

O diálogo entre os personagens chama a atenção para mudança acerca da percepção de Amaro sobre o serviço militar. O jovem ex-escravo, que ingressa na Marinha e a adota como um lugar de liberdade, aos poucos percebe que continua sendo escravizado. Revoltado, Amaro deixa de ser, ao longo da história, o que se espera de um negro do século XIX: submisso. Dona Carolina diz: “– Que loucura, filho! São capazes de mandar-te prender” e Bom Crioulo responde: “– que os pariu. Não sou escravo de ninguém. Fujo quantas vezes quiser ninguém me proíbe [...]” (CAMINHA, 2010: 60).

Amaro percebe a desordem e a mudança no ambiente da pensão e desconfia de que algo estranho estivesse acontecendo. Aleixo não estava e Dona Carolina

mente, dizendo que o moço quase não vinha aparecendo. Amaro, desiludido com a ausência de Aleixo, seja por desconfiar de algo, seja por frustração em não o ver.

Desnortado em seus pensamentos, Amaro sai para comer e termina por arrumar confusão. Bêbado, entra em uma briga e termina “agarrado, preso como um animal feroz!” por oficiais da própria Marinha. (CAMINHA, 2010: 65). Levado ao navio, é chicoteado e, em seguida, levado para dormir em uma “sepultura de ferro, espécie de jaula sem luz onde só cabia um homem.” (CAMINHA, 2010: 67).

O castigo foi tão brutal que Amaro foi encaminhado para o hospital, fora do navio; um cenário infausto: “– Aquilo não era hospital, aquilo era um inferno!” (CAMINHA, 2010: 75), sobretudo, porque ele estava distante do grumete. O hospital como espaço de isolamento é assim descrito:

As janelas da enfermaria davam para o mar, ficavam defronte dos Órgãos, abriam para o fundo melancólico da baía. Na sala umas dez camas de ferro, colocadas em ordem, simetricamente imobilizavam-se com os seus cobertores de lã vermelha dobrados a meio e pondo uma nota viva de sangue na brancura dos lençóis. Aí como em todos os alojamentos do hospital, predominava um cheiro erradio de desinfetantes, o vago odor característico das casas de saúde e de necrotérios, insuportável, às vezes, como uma exalação de sepultura aberta. (CAMINHA, 2010: 75)

A presença do médico aponta um aspecto de evolução, que difere a corveta do couraçado, ao mesmo tempo que o tenente da corveta é descrito como “um oficial distinto, moço, moreno, os olhos vivos e inteligentes, grande calculista, um homem metódico, que não deixava de permanecer no navio mesmo nos dias de folga, para não perder o hábito, um sujeito que ninguém a bordo desafiava. Já o chefe do couraçado, possui uma “bela estampa de militar fidalgo, irrepreensível e caprichoso” (CAMINHA, 2010: 66), mas por quem Amaro tem antipatia e acredita ser perseguido: “– Esse homem nasceu para me fazer mal pensava o negro supersticiosamente”. Com tal perseguição, Caminha dá a entender uma relação com a sexualidade do próprio comandante. Sobre ele, o autor diz:

Uma lenda obscura e vaga levantara-se em torno do seu nome, transformando-o numa espécie de Gilles de Rais⁴⁰² menos pavoroso que o da crônica, cheio de indiferença pelo sexo feminino, e cujo ideal genésico ele ia

⁴⁰² Gilles de Rais foi um cavaleiro e senhor da Bretanha, líder do exército francês e um companheiro de armas de Joana d'Arc. Ele é mais conhecido por sua reputação posterior: um serial killer confesso de crianças.

rebuscar na própria adolescência masculina, entre os de sua classe (CAMINHA, 2010: 66)

Já a percepção de Bom-Crioulo sobre o comandante é narrada da seguinte forma:

Bom-Crioulo, porém, nunca o estimara verdadeiramente: olhava-o com certa desconfiança, não podia se acostumar àquela voz untuosa, àquele derretido aspecto protetoral que ele sabia fingir nos momentos de bom humor. Evitava-o como se evita um inimigo irreconciliável. Por quê? Ele próprio, Bom-Crioulo, ignorava. Repugnância instintiva, natural antipatia, forças opostas que se repelem... (CAMINHA, 2010: 66)

É o mundo urbano, mais especificamente o sobrado da Rua da Misericórdia, o contraponto ao autoritarismo e à dura disciplina das embarcações. Schiffner afirma que o “descompasso entre a rigidez e o isolamento do barco e a liberdade e amplidão urbana do Rio de Janeiro, é um dos antagonistas centrais no livro de Adolfo Caminha” (SCHIFFNER 2018: 12). E é justamente nesse ambiente, que um dia fora tão apreciado por Bom-Crioulo, que o grumete e Dona Carolina vivem um romance às escondidas dentro da pensão, com cautela e receio de que Amaro chegasse e os apanhasse em flagrante.

Alimentando um terrível ciúmes durante o período de internação, além da angústia por se sentir preso, Amaro decide por mandar um bilhete a Aleixo pedindo que vá visitá-lo no hospital. Quem recebe o bilhete é Dona Carolina, que o lê e afirma: “negro é raça do diabo, raça maldita, que não sabe perdoar, que não sabe esquecer... Aleixo bem conhece o gênio de Bom-Crioulo. De resto o caso do bilhete era uma tolice em que ninguém devia pensar: - Coisas de negro...” (CAMINHA, 2010: 83). Recomenda, então, a Aleixo que não vá visitar Amaro: “Jesus que asneira”. Isso era o mesmo que uma pessoa se atirar do Corcovado. Não, nunca!” (CAMINHA, 2010: 85).

Com o quadro de saúde se agravando e um sentimento de desespero incontrolável para se libertar do hospital, Amaro recebe a notícia de que Aleixo estaria amigado com uma rapariga. O Bom Crioulo começa então a planejar uma fuga à procura do amante.

No último capítulo, finalmente, ao conseguir executar a fuga, Amaro vai até o sobrado à procura de Aleixo e confirma toda a história com um empregado da

padaria vizinha. Nesse momento, Aleixo sai do sobrado e Bom-Crioulo vai ao seu encontro, os dois discutem e Amaro o acusa de traição, demonstrando seu ciúme violentamente. Forma-se um círculo de curiosos, que observam o desenrolar da situação. Dona Carolina, chegando à janela por causa do barulho, logo viu o grumete ensanguentado. “Uma nuvem escureceu-lhe a vista, correu um frio pelo corpo, e toda ela tremia horrorizada” (CAMINHA, 2010: 98). A multidão de pessoas causa um tremendo alvoroço e de repente algo extraordinário acontece, fazendo com que as pessoas abrissem caminho: “Aleixo passava nos braços de dois marinheiros, levado como um fardo, o corpo mole, a cabeça pendida para trás, roxo, os olhos imóveis, a boca entreaberta” (CAMINHA, 2010: 98).

[...] o negro que lá ia, rua abaixo e desolado, entre baionetas à luz quente da manhã; todos, porém, queriam ver o cadáver, analisar o ferimento, meter o nariz na chaga... Mas um carro rodou, todo lúgubre, todo fechado, e a onda dos curiosos foi se espalhando, se espalhando até cair tudo na monotonia habitual, no eterno vaivém.(CAMINHA, 2010: 98)

No final trágico da obra, fica evidente que, ao decorrer da narrativa, há uma clara mudança nas relações e nos comportamentos de Bom-Crioulo, por influência do “meio”. O meio representa uma força destrutiva no romance, seja ele um navio corveta, um couraçado ou uma pensão popular. Caminha retrata a pobreza social e moral dos ambientes, que interfeririam diretamente sobre o comportamento, as escolhas e a trajetórias dos personagens.

CONCLUSÃO

No navio corveta, nas palavras de Caminha, – o “grande morcego apocalíptico” – a relação homoafetiva entre Amaro e Aleixo se constrói, em um ambiente masculino, apontado por médicos do período como propício ao desenvolvimento da promiscuidade entre homens confinados nas embarcações. A homossexualidade era tratada como doença, justificada pelo meio degradado que inclinaria o sujeito a práticas homossexuais, como seria o caso dos navios, segundo o médico e escritor Pires de Almeida. No início do século XX, Pires de Almeida afirmou: “[...] os navios, sobretudo os da marinha de guerra: viagens longas que subtraem por muito tempo os navegantes à convivência das mulheres, obrigando-os a se entregar aos desvarios do amor sexual” (ALMEIDA, 1906: 176).

O segundo espaço/meio representado na obra de Caminha, é a pensão, moradia coletiva popular que reflete a pobreza e a marginalização das classes pobres cariocas, o que anos depois justificaria diversas demolições pela cidade do Rio de Janeiro. A pensão é o ambiente no qual o romance de Amaro e Aleixo se desfaz, dando lugar à traição.

Por último, o couraçado para o qual Amaro é transferido aparece em paralelo à pensão de Dona Carolina, enquanto a portuguesa e Aleixo encontram-se às escondidas de Amaro, que passa boa parte do tempo preso no novo navio. O couraçado é um ambiente que gera repugnância em Amaro, uma vez que o navio é o responsável por separá-lo de Aleixo e porque neste momento do romance o personagem não possui mais o caráter de *Bom-Crioulo*, disposto à servidão. Amaro está consciente de que o trabalho na Marinha, pelo alto nível de exploração e aplicação de castigos físicos severos, é uma espécie de continuação do serviço escravo a que fora submetido na fazenda anos antes, ainda que houvesse em torno do navio melhores perspectivas que na corveta, como os dias de folga, que passaram a ser cada vez mais escassos tornando-se apenas promessas. Nesse sentido, o ambiente do couraçado, ainda que novo e moderno, não é o que Amaro gostaria, pois não tem a companhia de Aleixo, optando assim pela fuga até as últimas consequências.

Os três ambientes/meios principais descritos em *Bom-Crioulo* – navio corveta, pensão e couraçado – interferem diretamente no comportamento de seus personagens. No entanto, pode-se perceber que a mudança de comportamento de Amaro, principalmente de um navio ao outro, reflete o determinismo acerca das questões raciais que a ciência do-século XIX faz recair sobre um negro e ex-escravo, que ainda que se aliste na Marinha e esteja comprometido em servir à pátria como qualquer homem branco e pobre de sua época, não poderia fugir a um destino de criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Pires de. *Homossexualismo: A libertinagem no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C, 1906.

- AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ciranda Cultural, 2018.
- CAMINHA, Adolfo. Bom-Crioulo. São Paulo: Editora Escala, 2010.
- CAMPEDELLI, Samira Youssef. Uma moderna história sobre a paixão. In: CAMINHA, Adolfo. Bom-Crioulo. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série bom livro).
- CANDIDO, Antônio. A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária). In: Revista de História. Ano 25, tomo 3, volume 50, n.º 100, São Paulo, out/dez. 1974.
- CANDIDO, Antônio. O Discurso e a Cidade. Rio de Janeiro, Editora Ouro sobre Azul, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- COUTINHO, Afrânio. Introdução à literatura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Distribuidora de Livros Escolares Ltda, 1980.
- GOMES Mônica dos Santos. As traduções e recepção de Germinal, de Émile Zola, no Brasil. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília- UnB, Departamento de Teoria Literária e Literaturas- TEL, Programa de Pós-graduação em Literatura- POSLIT , 2013, p. 93.
- MÉRIAN, Jean-Yven. O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. Revista Navegações. Porto Alegre, mar. v.1 n.1, 2008. p. 52.
- NASCIMENTO, Álvaro. A Ressaca da Marujada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradução. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1992, v.35.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 80
- XAVIER, Luiz Augusto de. in CAMINHA, Adolfo. Bom-Crioulo. São Paulo: Editora Escala, 2010.

SCHIFFNER, Tiago Lopes. A cicatriz dos pobres e a sorte dos ricos: A representação do trabalho e a mobilidade social em *O Cortiço* (1890) e em *Bom-Crioulo* (1895). Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. 2018.

Entre ficção e realidade: A ciência moderna em *Frankenstein* de Mary Shelley

Raphael Matheus de Moraes Ribeiro
Mestrando do PPGHS/FFP/UERJ

Mary Shelley possuía considerável conhecimento e informação a respeito de avanços técnicos e científicos que vinham se desenvolvendo à época. O pai da autora era amigo do eletroquímico Humphry Davy e de Willian Nicholson (ARAÚJO, 2018: 183), o descobridor da eletrólise, a técnica de desencadear reações químicas através da eletricidade. Seu marido, Percy B. Shelley, era também um grande entusiasta dos avanços da Química (ARAÚJO, 2018: 180), tendo levado Mary a apresentações públicas de experimentos científicos. Por isso, não é de se estranhar o protagonista de sua obra mais famosa seja um químico:

“Em Victor, a química emerge da alquimia, mas repelindo-a. Este retorna com a descoberta do segredo alquímico por excelência, o da vida. Curiosa — e contraditória— mistura, que faz coexistir no estudioso que é Victor os sonhos mais arcaicos e a ciência mais moderna.” (LACERDE, 1991: 43)

No início da narrativa, Victor explica que seu interesse em animar a matéria inerte veio do contato com a filosofia natural através dos alquímicos: “Eram os segredos do céu e da terra que desejava aprender” (SHELLEY, 2017: 54). Aos treze anos teve o seu primeiro contato com a obra do ocultista Cornélio Agrippa⁴⁰³, e, a partir disto, o jovem Victor se viu impelido a pesquisar sobre outros nomes como Paracelso⁴⁰⁴ e Alberto Magno⁴⁰⁵. Na maturidade, no entanto, o personagem passa a se referir à obra destes autores como fantasias selvagens (SHELLEY, 2017: 56), e ao tempo que passou os lendo como uma ocupação totalmente improdutiva:

“E assim, por um tempo, ocupei-me de sistemas obsoletos, misturando, como um inábil, milhares de teorias contraditórias e chafurdando desesperadamente

⁴⁰³ Físico e ocultista alemão que viveu entre os séculos XV e XVI. Sua obra mais importante é o tratado sobre Hermetismo *De Occulta Philosophia libri tres*.

⁴⁰⁴ Médico e alquimista suíço-alemão que viveu entre os séculos XV e XVI. É considerado o fundador da bioquímica e da toxicologia. Embora seja mencionado como um dos alquimistas ultrapassados lidos por Victor, Paracelso é considerado um importante cientista moderno devido as suas descobertas no campo da medicina.

⁴⁰⁵ Filósofo e teólogo católico que viveu entre os séculos XII e XIII. Foi um grande filósofo natural do catolicismo e grande estudioso de Aristóteles. Embora para a época moderna já estivesse ultrapassado, foi considerado um importante “cientista” de seu tempo.

em um atoleiro de conhecimentos múltiplos, guiado por imaginação ardente e raciocínio infantil...” (SHELLEY, 2017: 57)

A Alquimia figura, assim, como conhecimento ultrapassado, enganoso (uma vez baseado em “fantasias selvagens” e “raciocínio infantil”) e superado pela ciência moderna. Na universidade de Ingolstadt, o professor de filosofia natural, Sr. Krempe, afirma a seu aluno Victor Frankenstein:

“—Cada minuto — prosseguiu o sr. Krempe com veemência —, cada instante que gastou nesses livros fora completa e totalmente perdido. Você sobrecarregou sua memória com sistemas obsoletos e nomes inúteis. Por Deus! Em que terras desertas viveu, onde ninguém foi gentil o bastante para informa-lo que essas fantasias que tão avidamente absorveu datam de mil anos e são tão bolorentas quanto antigas? Jamais esperei, nesta era ilustrada e científica, encontrar um discípulo de Alberto Magno e de Paracelso. Meu caro senhor, deve recomeçar todos os seus estudos.” (SHELLEY, 2017: 62)

A partir da ascensão do discurso científico moderno, as crenças míticas, a busca alquímica por elixires da vida eterna ou pela pedra filosofal, foram dando espaço a descobertas factíveis que, embora não promettessem a vitória sobre a morte, traziam novos tratamentos e a cura de doenças a partir de um domínio cada vez maior do homem sobre a natureza e seus mecanismos. Pode-se observar no discurso do professor Krempe, a afirmação de um contexto histórico científicista e progressista que se instaura, principalmente, nas grandes universidades e centros urbanos, em oposição às “terras desertas” (conforme se expressa o personagem), locais mais remotos, afastados dos centros industriais e ainda marcados por discursos e práticas tradicionais, a exemplo da cidade interiorana onde Victor nascera.

Ainda na juventude, após presenciar um raio destruindo uma árvore, Victor, acompanhando de um filósofo natural que visitava a casa de seu pai, recebeu explicações sobre o galvanismo e sobre novas pesquisas científicas que apontavam os potenciais da eletricidade. A partir dessa conversa, o personagem observou que eram obsoletos os sistemas que havia estudado até ali, nutrindo, assim “um grande desdém por uma ciência do porvir que nunca pisou na soleira do verdadeiro conhecimento” (SHELLEY, 2017: 57). Em sua cidade interiorana, antes do ingresso na universidade, o personagem não teria acesso a um material de estudo aprofundado sobre o Galvanismo e seus experimentos, mas isto mudaria ao ingressar em Ingolstadt.

O Galvanismo⁴⁰⁶ é um ramo de estudo da bioelétrica fundado por Luigi Galvani no século XVIII, consistindo no estudo dos efeitos da eletricidade na matéria orgânica. Tanto Mary Shelley quanto seu marido conheciam as experiências de Galvani e o trabalho de outros grandes cientistas, como Humphry Davy, amigo de Willian Godwin:

“O diário de Mary Shelley mostra que ela lia Sir Humphry Davy e as paredes e tapetes do escritório de Shelley em Oxford traziam marcas de experiências elétricas que apavoravam a zeladora e punham um amador tão cuidadoso em risco de ser acusado de bruxaria. Eis que aparece Victor: uma mistura de Shelly adolescente e de Sir Humphry Davy. ” (LACERDE, 1991: 43)

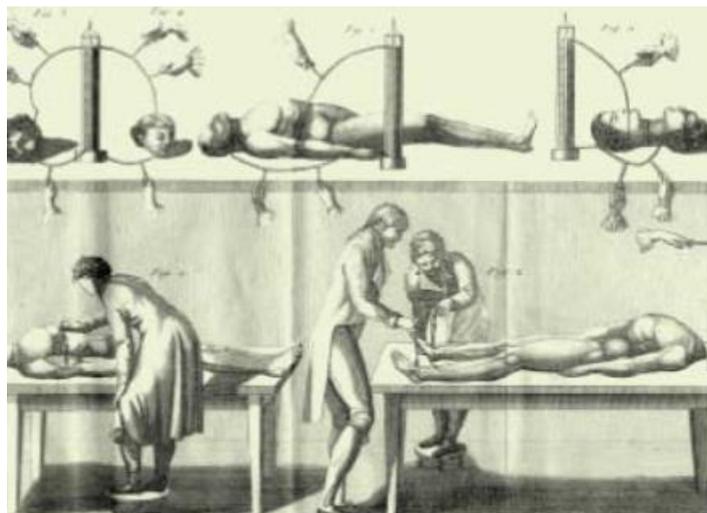
Antes de ter o sonho que lhe inspirara, Mary Shelley ouviu a conversa entre seu marido e Lord Byron acerca das descobertas de Galvani, as pesquisas de Erasmus Darwin e a essência vital (SHELLEY, 2017: 28). Essa discussão se inscreve em um contexto marcado pelas experiências públicas que o sobrinho de Galvani, Giovanni Aldini, realizava pela Europa. Alguns de seus experimentos foram realizados publicamente em cadáveres de condenados à morte, nos quais se aplicava correntes elétricas.

O primeiro relato noticiado sobre os experimentos de Aldini foi publicado na revista *The Time* em 22 de janeiro de 1803 (*The Time*, Inglaterra, 1803):

⁴⁰⁶ Termo cunhado por Alessandro Volta, amigo de Galvani e inventor da bateria elétrica.

The body of *Forsler*, who was executed on Monday last for murder, was conveyed to a house not far distant, where it was subjected to the Galvanic Process, by Professor ALDINI, under the inspection of Mr. KEATE, Mr. CARPUE, and several other Professional Gentlemen. M. ALDINI, who is the nephew of the discoverer of this most interesting science, shewed the eminent and superior powers of *Galvanism* to be far beyond any other Stimulant in nature. On the first application of the process to the face, the jaw of the deceased criminal began to quiver, and the adjoining muscles were horribly contorted, and one eye was actually opened. In the subsequent part of the process, the right hand was raised and clenched, and the legs and thighs were set in motion. It appeared to the uninformed part of the by-standers as if the wretched man was on the eve of being restored to life. This, however, was impossible, as several of his friends who were under the scaffold had violently pulled his legs, in order to put a more speedy termination to his sufferings. The experiment, in fact, was of a better use and tendency. Its object was to show the excitability of the human frame, when this animal electricity is duly applied. In cases of drowning or suffocation, it promises to be of the utmost use, by reviving the action of the lungs, and thereby rekindling the expiring spark of vitality. In cases of apoplexy, or disorders of the head, it offers also most encouraging prospects for the benefit of mankind. The Pri-

O artigo descreve como o cadáver de um criminoso foi submetido ao processo *galvânico* pelo Professor Aldini. Durante o procedimento, após a aplicação de eletricidade, a mandíbula do corpo sem vida começou a tremer e os músculos das juntas se contorciam “terrivelmente” enquanto que um dos olhos se abriu. Em seguida a mão direita se levantou e fechou, e as pernas começaram a se mover. Aos que assistiam ao processo, pareceu que o corpo do homem estava a um passo de voltar à vida.



A ilustração acima retrata Giovanni Aldini realizando experimentos elétricos em criminosos executados em Bolonha. (ALDINI, 1804: 432)

A matéria segue abordando os usos medicinais do Galvanismo em casos de afogamento, asfixia, apoplexia e desordens mentais. Por fim, observa-se que teria havido casos bem-sucedidos de aplicação de eletricidade no tratamento de pacientes insanos

Outra matéria publicada no jornal *The Times*, veiculada em 15 de fevereiro de 1803 (*The Time*, Inglaterra, 1803.), apresenta um “curioso experimento galvânico”. A cabeça de um touro, recentemente decapitada, foi “reanimada” através da aplicação de correntes elétricas, de modo que o animal já morto abria a boca, colocava a língua para fora e se contorcia violentamente, assustando os expectadores.



Ilustração mostrando o experimento de Aldini em um touro. (ALDINI, 1804, p. 424)

Aldini não foi o único a realizar experimentos relacionados a animação de cadáveres através de correntes elétricas. Andrew Ure, físico escocês, também realizou apresentações públicas de “reanimação” através da aplicação de métodos galvânicos.

HORRIBLE PHENOMENA!—GALVANISM.—On the 4th November last, various galvanic experiments were made on the body of the murderer *Clydesdale*, by Dr. Ure of Glasgow, with a voltaic battery of 270 pairs of 4-inch plates. The results were truly appalling. On moving the rod from the hip to the heel, the knee being previously bent, the leg was thrown out with such violence as nearly to overturn one of the assistants, who in vain attempted to prevent its extension! In the second experiment, the rod was applied to the phrenic nerve in the neck, when laborious breathing instantly commenced; the chest heaved and fell; the belly was protruded and collapsed, with the relaxing and retiring diaphragm; and it is thought, that but from the complete evacuation of the blood, pulsation might have occurred! In the third experiment, the supra-orbital nerve was touched, when every muscle in the murderer's face “was thrown into fearful action.” The scene was hideous—several of the spectators left the room, and one gentleman actually fainted from terror or sickness. In the fourth experiment, the transmitting of the electrical power from the spinal marrow to the ulnar nerve at the elbow, the fingers were instantly put in motion, and the agitation of the arm was so great, that the corpse seemed to point to the different spectators, some of whom thought it had come to life! Dr. Ure appears to be of opinion, that had not incisions been made in the blood-vessels of the neck, and the spinal marrow been lacerated, the criminal might have been restored to life!—*The Scotsman*.

A matéria, veiculada em 11 de fevereiro de 1819 (*The Time*, Inglaterra, 1819), intitulada *Fenômeno Horrível! – Galvanismo*, narra como, em 4 de novembro, vários experimentos galvânicos foram realizados pelo Dr. Ure no corpo de um assassino. A matéria descreve uma série de tentativas, realizadas pelo doutor, de animar o cadáver através da eletricidade. O resultado foi tão grotesco que “vários expectadores deixaram a sala, e um cavalheiro desmaiou de terror”. A matéria se encerra com uma proclamação do Dr. Ure afirmando que, se não fossem as incisões nos vasos sanguíneos do corpo e as lacerações na espinha, o criminoso talvez houvesse retornado à vida.

Mary Shelley tinha acesso a jornais de grande circulação que vinculavam notícias sensacionalistas a respeito dos experimentos galvânicos. Desta forma, a autora estava familiarizada com a temática. As apresentações públicas de “animação de cadáveres” eram tão comuns à época que na Prússia, em 1804, foi necessária a criação de uma lei proibindo sua execução (TURKEL, 2013: 101). Portanto, os experimentos do fictício Dr. Victor Frankenstein dialogam e se remetem a experimentos científicos realizados durante a primeira metade do século XIX; tais experimentos ganharam visibilidade através de apresentações públicas e da repercussão na imprensa, mobilizando a imaginação do público ao provocar curiosidade, choque e fascínio.

A autora ambienta a narrativa de *Frankenstein* em finais do século XVIII, quando os experimentos galvânicos, principalmente os “espetáculos” com cadáveres,

estavam começando a se difundir pelo continente. Mas seu personagem não está preocupado apenas em animar cadáveres⁴⁰⁷ em ruidosos espetáculos públicos. Trata-se de uma ambição maior: criar um ser inteiramente novo: “No princípio, duvidei se deveria tentar a criação de um ser como eu ou uma organização mais simples, mas minha imaginação estava demasiado exaltada com meu primeiro sucesso.” (SHELLEY, 2017: 56)

De acordo com Anderson Soares Gomes, Mary Shelley foi a pioneira na discussão acerca dos “pós-humanismo” (GOMES, 2018: 858). Victor Frankenstein buscava, através de sua criatura, superar as limitações humanas, criando uma nova espécie imune à morte natural. Soares explica que:

“O termo “pós-humanidade” pode ser entendido pelo menos de duas maneiras, partindo do entendimento do prefixo “pós”: primeiramente, seria aquilo que viria após o homem, ou seja, depois do desaparecimento da humanidade, o pós-humano seria aquilo que serviria como substituição ao humano sendo consequência do desaparecimento deste; de outro modo, o pós-humano seria aquilo que serviria como substituição ao humano, com características superiores e sendo causa do desaparecimento deste.” (GOMES, 2018: 858)

Assim, Mary Shelley antecipa uma discussão que só viria a ter maior destaque e relevância a partir da segunda metade do século XX— é a partir deste período que novas descobertas e novas tecnologias ligadas ao ramo da robótica e da bioquímica tornam possíveis experimentos idealizados na época de Galvani e Erasmus Darwin (GOMES, 2018: 858). Até o século XIX, criaturas artificiais moldadas como humanos eram produtos da magia ou do sobrenatural — como Pandora—, portanto, habitantes de um imaginário distante. A literatura de ficção científica, ao representá-los, reinventa e reelabora esses seres, que antes tinham origens sobrenaturais, reinscrevendo-os no âmbito da modernidade científica.

Frankenstein foi uma das mais importantes obras do gênero da ficção científica, sendo responsável por influenciar futuras produções do gênero (ROBERTS, 2016: 191). Adam Roberts defende que a ficção científica pode ser definida como:

Ficção tecnológica, desde que não encaremos tecnologia como sinônimo de engenhocas, mas, em sentido heideggeriano, como um modo de enquadrar o

⁴⁰⁷ O texto dá a entender que Victor já havia sucedido tal experimento, porém em animais.

mundo, manifestação de uma perspectiva fundamentalmente filosófica. Como gênero, portanto, a FC [Ficção Científica] incorpora, em termos textuais, esse enquadrar, tomando como sua reserva permanente não apenas os discursos da ciência e tecnologia, mas todo o cabedal da FC. (ROBERTS, 2016: 189)

Desse modo, a ficção científica pode ser enxergada como uma literatura de fantasia, que, contudo, recorre a relações metafóricas e metonímicas como um reflexo ou uma crítica ao contexto social, marcado pelo avanço científico. Os primeiros escritos do gênero vieram a surgir a partir do século XVII (JAMES, 2003: 15), justamente quando novas descobertas e tecnologias começaram a preencher o imaginário da sociedade.

O surgimento da ficção científica foi influenciado pelo discurso iluminista, discurso esse baseado na primazia da razão e na valorização da ciência experimental submetida à prova, desafiando as crenças antigas e supersticiosas (ROBERTS, 2016: 139). O Iluminismo se propunha a, através da razão, superar o obscurantismo, promovendo o esclarecimento, ou o racionalismo, através do conhecimento. Adam Roberts pontua que, na *Dialética do Iluminismo*, Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002) classificam o “programa iluminista” como:

“Desencantamento do mundo”, um movimento “para dissipar mitos, para derrubar fantasias por meio do conhecimento” (1). Eles acrescentam que a “tecnologia é a essência desse conhecimento” (2), o que por sua vez significa que a literatura imaginativa do período pode antecipar, às vezes com incrível capacidade de previsão, as saturações de inovação tecnológica dos séculos XX e XXI.” (ROBERTS, 2016: 140)

O termo *Scientia* significa conhecimento, assim, pode-se dizer que a ficção científica seria a ficção do conhecimento. O medo do desconhecido que permeava os séculos XVII e XVIII, somado ao racionalismo, cujo objetivo era expurgar misticismos, pode ter sido o responsável por tornar fecundo o terreno para essa nova fantasia ou ficção do conhecimento. A partir dos avanços desse último, os europeus alçaram e dominavam outros povos e continentes, através de novas técnicas de transporte, produção e armamento. Uma nova concepção de cosmos se abria através das lentes do telescópio e dos avanços da astronomia⁴⁰⁸. Como exemplifica Adam Roberts:

⁴⁰⁸ Como defendido por Alexandre Koyré em *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*.

“O século XVIII foi surpreendido por uma enxurrada de narrativas que exploravam de forma imaginativa o novo cosmos —Bonamy Dobrée descreve como a nova astronomia estava liberando “uma incrível maré de descrição imaginativa, fosforescente de espanto”” (ROBERTS, 2016: 144)

As novas descobertas científicas e seus impactos são temas centrais de *Frankenstein*, já que o monstro é, ele mesmo, fruto fictício da ciência moderna, tendo sido fabricado graças a novas técnicas e conhecimentos que estariam à disposição de um ambicioso cientista. Mary Shelley especula sobre as possibilidades e consequências potencialmente perigosas do avanço científico, e por isso:

“O livro teve comprovadamente uma vasta e duradoura influência sobre o desenvolvimento da ficção científica, sendo lugar-comum trata-lo como uma fábula sobre a ciência e suas consequências não previstas ou como uma intervenção na ciência em seu sentido mais amplo.” (ROBERTS, 2016: 195)

Uma das temáticas caras à discussão científica é o da criação artificial da vida, vindo a ser abordada na literatura de ficção científica na figura de autômatos. Na literatura oitocentista, para além de *Frankenstein*, se tem, por exemplo, *O Homen de Areia* de Ernst T. A. Hoffmann (1986), história na qual o protagonista se apaixona por Olímpia, sem saber que a mesma se trata de um autômato construído pelo Doutor Coppélius. A obra teve grande repercussão, sendo interpretada no balé *Coppélia* (1870), de Léo Delibes e na famosa ópera *Os Contos de Hoffman* (1881) (ROBERTS, 2016: 190).

A presença dos autômatos, isto é, de seres criados de forma artificial, na literatura de ficção científica também é marcante nas obras de Isaac Asimov⁴⁰⁹. Autor de vários livros, entre eles a série *Fundação* (2019) e *Eu Robô* (2014), a inovação de Asimov não estava na abordagem da temática dos autômatos, mas na humanização de seus robôs, como explana Adams:

Onde antes os robôs tinham sido, quase com exclusividade, materializações insensatas ou perigosas da ameaça tecnologia, Asimov imaginou robôs artificialmente inteligentes que eram não só humanos, mas, sob muitos aspectos, mais humanos que a humanidade. (ROBERTS, 2016: 395)

⁴⁰⁹ Escritor e bioquímico americano, nascido na Rússia em 1919.

Ao contrário de Mary Shelley, que explora os perigos que um ser criado artificialmente através do conhecimento científico pode representar, Asimov aborda os benefícios e as vantagens que aquelas criaturas artificiais agregariam à humanidade. O Dr. Frankenstein falhou em seu projeto de criar uma nova espécie que abençoaria a humanidade, mas, tal visão pessimista, que marca a obra de Shelley, não se tornaria regra na literatura de ficção científica, que não se resume a uma visão pessimista da ciência. As perspectivas de futuro, a partir dos desdobramentos da tecnologia, não se resumiriam a seres amedrontadores ou criaturas incontroláveis. A ficção científica dialoga com a realidade presente para apresentar futuros possíveis nos quais possa se dar, inclusive, uma busca saudável pelo conhecimento científico e seu emprego consciente e construtivo.

Conforme observado a monstruosidade do autômato criado por Frankenstein se dá devido a sua artificialidade. Baldick afirma que, desde a Antiguidade, um monstro geralmente é caracterizado por membros destoantes, como um Centauro ou uma Sereia. O mesmo acontece em Frankenstein, onde um corpo assimétrico é formado pela junção de vários corpos distintos. Como afirma Anderson Soares:

A pós-humanidade está regularmente associada a uma multiplicidade de componentes unidos com o intuito de gerar uma completude, mas cujo fruto é, em geral, monstruoso. (GOMES, 2018: 0. 861)

A revolta de Victor, inicialmente, era contra a natureza, na medida em que almejava impedir a morte natural. Tal revolta foi escalonando até tornar-se o desejo de usurpar da natureza a qualidade criadora. Todavia, ao contrário da natureza que cria humanos e animais, Victor gera um autômato monstruoso e artificial, algo representado, na obra de Shelley, como uma espécie de transgressão científica. Assim, a consequência de sua obsessão foi tornar-se alvo da indignação de sua criatura, que, assim como Adão na obra *Paraíso Perdido* (SHELLEY, 2017: 139) de Milton, questiona aquele que o colocou no mundo:

Execrável criador! Por que fez um monstro tão odioso que até você me dispensou com repugnância? Deus, em sua misericórdia, fez o homem belo e encantador, segundo sua própria imagem; mas minha forma é um protótipo obscuro da sua, mais terrível que a própria semelhança. Satã teve companheiros, demônios, para admirá-lo e apoiá-lo, mas eu sou solitário e abominável. (SHELLEY, 2017: 139)

Ao compor sua novela, Mary Shelley também se apoiou nas teorias elaboradas por Erasmus Darwin, avô de Charles Darwin, que foi biólogo e também poeta. E. Darwin estudava sobre as origens da vida e escreveu tratados e poemas acerca do assunto. Nesse sentido, Frankenstein afirma:

Para analisar as causas da vida, primeiramente devemos recorrer à morte. Intei-me da ciência da anatomia, mas não foi suficiente. Também deveria observar a decadência natural e a corrupção do corpo humano (SHELLEY, 2017: 67)

O trecho acima se relaciona à teoria de E. Darwin segundo a qual elementos ligados à criação da vida estariam relacionados à morte dos seres vivos (GOMES, 2018: 854). Essa concepção aparece em seu artigo *Spontaneous Vitality of Microscopic Animals*, onde E. Darwin expõe que “os mais simples animais e vegetais podem ser produzidos pela junção das partes de matéria orgânica em decomposição” (GOMES, 2018: 854). Em sua obra *Phytologia; or, The Philosophy of Agriculture and Gardening* o cientista também defende a relação entre vida e morte, quando afirma que através de restos mortais o solo pode ser enriquecido, propiciando o crescimento de vegetais (GOMES, 2018: 854).

Desse modo, observa-se que Mary Shelley logra unir distintas tradições para a construção de seu livro. A autora cria seu monstro a partir de diferentes influências literárias, filosóficas, históricas, científicas e políticas, criando, assim, uma obra tão monumental quanto os seus personagens. Baldick afirma que “Como Mary Shelley reconheceu em sua introdução na edição de 1831, o que é geralmente chamado de literatura ‘criada’ é, na verdade, o processo de montagem e combinação de elementos pré-existentes.” (BALDICK, 1987: 85)

Além de uma crítica à ciência moderna – isto é, a potenciais perigos que adviriam do emprego irresponsável do conhecimento científico – Mary Shelley propõe, por outro lado, uma exaltação ao potencial construtivo e à grandeza do saber científico. Isso se expressa, por exemplo, na passagem em que o professor Waldman explica para a Victor por que os alquímicos que o jovem havia estudado em sua infância haviam sido ultrapassados pelas novas descobertas:

Os antigos mestres desta ciência — afirmou Waldman — prometeram impossibilidades e nada cumpriram. Os mestres modernos prometeram muito pouco; sabem que metais não podem ser transmutados e que o elixir da vida é uma fábula. No entanto, esses filósofos, cujas mãos parecem ser feitas somente para revolver a sujeira e os olhos, para se debruçarem sobre o microscópio ou cadinho, de fato, realizaram milagres. Penetraram nos recessos da natureza e demonstraram como ela funciona em seus recônditos. Subiram aos céus e descobriram como circula o sangue e a natureza do ar que respiramos⁴¹⁰. Adquiriram poderes novos e quase ilimitados; podem comandar os trovões do céu, imitar um terremoto e até mesmo escarnecer do mundo invisível e de suas sombras. (SHELLEY, 2017: 63)

Mary Shelley não condena a ciência em si, o trecho destacado acima apresenta uma visão bastante positiva das descobertas possibilitadas pelos avanços técnicos e científicos. A relação que a autora estabelece com o pensamento científico não é a de um pessimismo absoluto em relação à inovação racional. Jay Clayton pontua o paralelo existente entre a admiração de Mary Shelley pela ciência de seu tempo e suas ressalvas em relação à mesma na seguinte passagem:

O paralelo mais interessante, contudo, existe por causa de um aspecto pouco apreciado do texto de Shelley: é sua complexa atitude em relação a ciência de seus dias. Shelley fora, dificilmente, uma oponente irracional daquilo que foi chamada “filosofia natural”. Como Anne K. Mellor já mostrou em todos os lugares, Shelley distinguia entre uma ciência “boa” e uma ciência “má”, a primeira representada pelo que ela via no respeito de Erasmus Darwin pela natureza e a última nos métodos intervencionistas de Humphry Davy, Luigi Galvani e Adam Walker’s. (CLAYTON, 2003: 86)

Essa ciência intervencionista, ou ciência “má” que A. K. Mellor pontua, é aquela defendida por Humphry Davy, e aplicada por Victor Frankenstein na criação de seu monstro. H. Davy em *A Discourse, Introductory to A Course of Lectures on Chemistry* expõe sua interpretação sobre como a ciência deve ser utilizada:

Para modificar e transformar os seres ao seu redor, e através dos seus experimentos, interrogar a natureza com seu poder, não como um estudante, passivo e buscando apenas entender seu funcionamento, mas como um mestre, ativo com os seus próprios instrumentos. (MELLOR, 2003: 18)

⁴¹⁰ Referência aos feitos de Willian Harvey (1578-1657), o primeiro médico a descrever em detalhes a circulação sanguínea, e a Robert Boyle (1627-1692), cujos estudos nos permitiram compreender as propriedades do ar.

A crítica de Mary Shelley é direcionada ao emprego do conhecimento científico de modo a desafiar decisivamente a natureza e romper limites impostos pela mesma a qualquer custo. Como bem aponta Anne K. Mellor:

Através do trabalho de Victor Frankenstein, Mary Shelley monta uma crítica poderosa à revolução científica moderna: do pensamento científico como um todo, da psicologia do cientista moderno, e do comprometimento da ciência em descobrir a verdade “objetiva”, não importando as consequências. (MELLOR, 2003: 9)

A partir disso, pode-se afirmar que ler *Frankenstein* apenas como um tratado contra ciência é algo demasiado simplório. Mary Shelley não está se posicionando contra os avanços tecnológicos em si e seu monstro não é simplesmente uma espécie de “aviso” de que a busca pelo conhecimento poderia trazer consequência desastrosas. Tal análise seria demasiadamente reducionista. A autora se posiciona contra a utilização irresponsável do conhecimento, e não contra o conhecimento em si.

Assim como Victor violava túmulos para coletar materiais, cientistas como Aldini realizavam experiências intervencionistas, criando espetáculos aberrativos, violando cadáveres humanos e animais. Embora o Galvanismo não tenha dado origem a criaturas monstruosas, o século XX é repleto de exemplos de mau emprego dos avanços científicos. As novas tecnologias bélicas empregadas nas duas guerras mundiais, culminando nas bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, são exemplos do emprego destrutivo dos potenciais científicos, muito mais danosos e temíveis que o monstro criado por Mary Shelley. Nesse sentido, *Frankenstein* pode ser lido como um alerta ficcional a potencialidades danosas e efeitos nocivos a que o avanço da ciência moderna pode conduzir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*, DarkSide; Tradução: Marcia Xavier de Brito, Carlos Primati, Rio de Janeiro, 2017.

BIBLIOGRAFIA

ALDINI, Giovanni. Essai theorique et experimental sur le galvanisme. De l'Imprimerie de Fournier fils. 1804.

ARAÚJO, Alberto Felipe. Et al. O mito de Frankenstein: imaginário & educação. Organização Alberto Filipe Araújo, Rogério de Almeida e Marcos Beccari. São Paulo: FEUSP, 2018.

BALDICK, Chris. In Frankenstein's Shadow: Myth, Monstrosity and Nineteenth-Century Writing. Oxford University Press, 1987.

DAVY, Humphry. A Discourse, Introductory to A Course of Lectures on Chemistry. London: Joseph Johnson, 1802.

GOMES, Anderson Soares. A ciência monstruosa em Frakenstein: aspectos do pós-humano. Gragoatá, Niterói, v.23, n. 47. 2018.

HORKHEIMER, Max, e THEODOR, Adorno. Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments. [1947], org. Gunzelin Schmid Noerr, trad. Edmund Jephcott. Stanford: Standford University Press, 2002.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Trad: Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

LACERDE, Jean-Jacques. Frankenstein: mito e filosofia. Tradução: Rosa Amanda Strausz. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ROBERTS, Adam. A verdadeira História da Ficção Científica: Do preconceito à conquista das massas. São Paulo: Seoman, 2016.

SEÇÃO DE ALUNOS EGRESSOS

MESA 1

Território, Identidades e Representações 1

DEBATEDORES:

Joana Bahia (UERJ/FFP)

Ronald Apolinario de Lira (UFRRJ)

Brâmanes De Cristo: O Clero Nativo Na Evangelização No Oriente Português (Séculos XVII-XVIII)

Ana Paula Sena Gomide
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

A EXPANSÃO DO CATOLICISMO NO ORIENTE PORTUGUÊS: A FORMAÇÃO DO CLERO NATIVO

Entre as muitas ambições do império português no decorrer dos séculos XVI ao XVIII a organização religiosa cristã ao longo da vasta extensão de territórios “atingidos” pela coroa portuguesa foi uma das maiores questões postas para a cristandade moderna. Foi, principalmente, a partir do reinado de D. João II, que a preocupação em alargar os espaços cristãos nas terras asiáticas e africanas assumiu um contorno mais evidente na agenda política portuguesa: era preciso difundir e divulgar a religião cristã entre os povos nativos do Oriente.

Ao lado dos aspectos políticos e comerciais, a expansão portuguesa teve uma dimensão religiosa importante e essencial para o desenvolvimento do contexto de “dominação” imperial. A faceta religiosa da expansão portuguesa operacionalizada no Oriente trouxe demandas e desafios para a Igreja Católica, e, não menos, para a coroa lusitana. Era necessário estabelecer meios para o pleno desenvolvimento da presença católica no Oriente.

As missões católicas na Índia, recorte espacial da pesquisa, tiveram em Goa seu centro de convergência. Principal ponto de interferência política e econômica portuguesa no Oriente, Goa recebeu a maior concentração de missões evangelizadoras vindas de Portugal (BOSCHI, 1998, p.403).

A instalação de aparados e instituições católicas na Índia foi fruto dos processos religiosos vivenciados na Europa: a contrarreforma. Se no início do século XVI o espírito de “tolerância” religiosa conduziu as principais ações dos missionários europeus frente às sociedades locais, tal como foi a atuação de Francisco Xavier na Costa da Pescaria em 1540, o Concílio de Trento inaugurou um modelo de combate direto a religiosidade não cristã. Templos e objetos da cultura asiática foram invadidos e destruídos. Separação física entre convertidos e não convertidos foram medidas adotadas,

embora a ruptura total dos neófitos com a tradição antiga não fosse realizada em sua totalidade. Vale ainda destacar, que foi nesse contexto a instalação da Inquisição de Goa, importante instituição de vigilância e controle religioso.

A fim de dar continuidade aos trabalhos missionários na Índia portuguesa, e, de forma geral, em todo império português, era fundamental o enquadramento de nativos na estrutura eclesiásticos. O recrutamento de clero nativo foi decisivo para a Igreja Católica atingir de forma mais direta as comunidades locais. A primeira tentativa de formação de clero nativo foi nas Molucas, entre os anos de 1536-1539, a partir das ações do capitão António Galvão que buscou criar um modelo de escola, conforme indicou Thomaz (THOMAZ, 1994, p.254). A fundação do Seminário da Santa Fé na cidade de Goa em 1541, obra conjunta do vigário-geral Miguel Vaz e do mestre Diogo Borba, inaugurou o início da formação de um clero nativo goês. Com a intenção primeira de propagar a fé católica entre os cristãos, o Seminário voltou-se também para a formação religiosa dos nativos e da introdução destes na estrutura eclesiástica por todo Oriente. Com a chegada dos jesuítas à Índia em 1542, o Seminário, que fora integrado ao Colégio de São Paulo, ficou sob a direção da mais nova ordem missionária, considerada mais bem preparada para cuidar dos assuntos da fé e da preparação de novos religiosos, e que acabou sendo a maior responsável pela formação do clero goês (GOMIDE, 2018, p.72).

Importante para o desenvolvimento da expansão religiosa, a ordenação de clero nativo possuía suas limitações, como os processos de restrições aos mestiços e indianos no interior das ordens missionárias. Jesuítas, dominicanos, franciscanos e agostinhos levavam em consideração, para a formação do clero nativo no Oriente, as qualidades desses indivíduos. As qualidades – local de origem, prática religiosa, ascendência nobre, limpeza de sangue, bons hábitos - eram os traços levados em consideração pelos religiosos na admissão de nativos e mestiços no exercício das atividades religiosas.

Nos territórios portugueses na África, a formação do clero nativo no decorrer dos séculos XV e XVIII obedeceu a uma série de motivações e foi realizado por diversos meios institucionais. Segundo Alexandre Marcussi, a ordenação de nativos foi uma solução encontrada para o enfrentamento do domínio das línguas africanas, uma vez que seriam proficientes nelas, apesar de não ser consenso entre os eclesiásticos europeus e até mesmo entre os locais. Ainda segundo o autor, para alguns padres

européus havia certo receio na “eficiência” moral e religiosa dos africanos como representantes oficiais da Igreja Católica. (MARCUSSE, 2012, p.45).

Outra questão apontada por Marcussi é que para muitos missionários, os africanos seriam naturalmente inclinados ao pecado e não abandonariam suas práticas religiosas tradicionais. Era também colocada a questão da poligamia, que segundo o autor, é um dos aspectos fundamentais dos sistemas de parentesco de vários povos africanos, entendido pelos europeus como manifestação de um vício moral decorrente da luxúria, e não como uma forma de organização da sociedade africana. Havia, nesse sentido, uma intensa preocupação que os africanos, negros ou mestiços, tenderiam naturalmente à idolatria e à sensualidade, o que prejudicaria e muito na adequação a moralidade cristã (MARCUSSE, 2012, p.45).

Algo próximo acontecia com a formação do clero japonês. De acordo com Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Souza as diferenças culturais colocavam os japoneses em posição inferior aos europeus, e, por consequência sua aptidão para o sacerdócio. De acordo com os autores, os jesuítas consideravam a alimentação japonesa insuficiente para o exercício da evangelização, que consistia em um árduo trabalho, difícil de ser feito por pessoas que viviam de remédios. Fracos fisicamente, o caráter dos japoneses era descrito através de grandes alterações de humor, da falta de perseverança e na forma superficial com que a doutrinação à religião católica era realizada, além de outros costumes, como o suicídio e a sodomia que eram contraditórios aos preceitos cristãos (MANSO; SOUZA, 2007, p.121-125).

Para o caso da Índia portuguesa, a recomendação era que não se recebessem no interior da Companhia de Jesus pessoas de origem mestiça e castiça ou mesmo os indianos, uma vez que estes possuíam más qualidades e pouca capacidade para os assuntos da religião, tal como aconselhou Valignano em 1577:

Dopo questi non si há de ricevere niuna persona naturele della terra (excetuando il Giappone), si perché, como si è detto, è gente negra di mala qualità et di basissimo ingenio et poco capaci per la perfettione della religione, come anchora perchè quei che vi fussero capaci et buoni sono tenuti in basissimo concetto no solo tra gli portuguesi ma anchora fra gli istessi naturalli della terra. Si hanno da excludere li mestici et casticci (misticci chiamano quelli che sono di padre portugese et di madre che è moglier della terra, o al contrariom benché di questi secondi si ritrovano molto pochi; et casticci sono quelli che sono figli di portugese el di mesticcio). Et se questi non si escludono totalmente, se han de ricevere delli mesticci niuno, et delli casticci pochissimi el molto pochi: et questi solamente quando fussero bem experimentati et cognosciuti, et che tenessero tal vocatione et talento che

bastessero per ricompensa della progenie naturale. Et la ragione è perché, oltre che questi sempre ritengono della mala qualità naturale di questa terra, sono ordinariamente deboli et fiachi in utroque homine, et sono anchora in poca stima tra gli portugesi, anchorché no tenuti nel grado delli christiani novi, perché questi sono tenuti per honorati, ma per gente di poco essere et primore ordinariamente (WICKI, 1998, p.90-91).

Ao hierarquizar a sociedade luso asiática, na qual em primeiro lugar estariam os portugueses nascidos no Velho Mundo seguido pelos filhos de pais europeus, mas que nasceram na Índia, Valignano destinava aos castiços, mestiços e aos nativos, posições inferiores na ordem social vigente, especialmente no que toca a entrada na ordem religiosa. Somado ao fato de ter nascido no reino como uma condição que conferia um maior status social, a referência à qualidade aparece na escrita de Valignano como importante indicador de distinção e hierarquização social. Qualidades estas, que foram reforçadas pelo jesuíta entre castiços e mestiços, pois, recomendou que os mestiços fossem totalmente excluídos de integrarem a ordem missionária, ao passo que os castiços deveriam ser recebidos apenas se as suas vocações para o sacerdócio contrabalançassem o peso de sua ascendência (GOMIDE, 2018, p.74).

Apesar de todas as restrições postas aos nativos e mestiços, e no caso da Índia, aos castiços, o que se observa é que a formação do clero nativo foi uma necessidade existente em toda extensão do Império Português, mesmo que divergisse em pontos específicos conforme a região, sociedade e cultura de origem desse clero local.

Ao lado de construção de igrejas, confrarias, escolas e hospitais, sob o comando dos jesuítas, o clero nativo auxiliava no trabalho missionário no Estado da Índia portuguesa, importante para atingir um maior número de fiéis e expandir sua intervenção, aspecto fundamental para o acesso direto aos nativos, mesmo que estes fossem considerados inferiores aos europeus.

Com a fundação da Propaganda Fide, em 1622, o clero nativo passou a ter maiores chances de visibilidade e de construção de uma carreira eclesiástica, como foi o caso do brâmane Mateus de Castro, consagrado bispo e vigário apostólico nos territórios fora do domínio português na Índia. Nascido na ilha de Dívar, em Tiswadi, em Goa, aproximadamente por volta do ano de 1594, Mateus de Castro foi estudante de humanidades no colégio franciscano dos Reis Magos, na região do Bardez. Impedido de prosseguir com seus estudos religiosos na Índia, uma vez que a Igreja considerada os brâmanes inferiores intelectualmente, Castro viajou até Roma na segunda metade de

1625. No coração do cristianismo ocidental, Castro ficou sob cuidados do italiano Francesco Ingoli, e do cardeal Barberini, irmão do Papa, continuando seus estudos na Congregação do Oratório de S. Filipe de Neri. Obteve em 1631, o grau de doutor em Filosofia e Teologia, sendo também ordenado padre *ad titulum missionis* (ŽUPANOV·XAVIER,2015,p.20-21) com autorização em voltar à Índia, com o objetivo e poder de supervisionar as missões portuguesas e a conversão dos indianos.

Contudo, apesar de ter sido autorizado pelo papa a pregar na Índia, Mateus de Castro não foi bem recebido, retornando a Roma em 1636, sendo nomeado bispo de Crisópolis e vigário apostólico da região do Bijapur (ŽUPANOV·XAVIER,2015,p.20-21). Segundo Célia Tavares, Mateus de Castro chegou a incitar um ataque à cidade de Goa em 1653 ao estimular o sultão de Bijapur e os holandeses, além de informar sobre as debilidades da cidade a esses dois inimigos dos portugueses. Chegou a escrever uma carta endereçada aos brâmanes de Goa intitulada *O Espelho dos Brâmanes*, com o objetivo de levantar uma revolta dessa casta contra o domínio português. Como seus objetivos não foram atingidos, já que os ataques a Goa não aconteceram, voltou mais uma vez a Roma em 1658, onde faleceu em 1677 (TAVARES, 2007, p.3-4).

De todo modo, sua obra *Espelho de Brâmanes*, pode ser interpretada como resultado de suas experiências extra Goa, que permitiram alargar seu horizonte intelectual. Conforme analisaram Xavier e Županov, as idas de Castro a Roma e seus estudos em colégios ocidentais impulsionaram a contextualização e a conexão dos brâmanes com os europeus, e a importância desse grupo indiano no centro da presença portuguesa no espaço asiático:

No seu *Espelho*, os brâmanes são apresentados como o vértice da hierarquia social indiana, enquanto partilhavam, simultaneamente, a mais antiga linhagem cristã. Em vez de “diferentes”, na escrita de Castro os brâmanes tornavam-se “familiares”, muito próximos dos europeus. Ao estabelecer esta afinidade congênita entre brâmanes e cristãos, entre as cronologias europeia e indiana, Castro estava a contribuir para a construção do brâmane – do brâmane cristão - como o principal interlocutor dos poderes europeus (ŽUPANOV·XAVIER,2015,p.27).

Ainda segundo Patrícia Souza de Faria, Mateus de Castro utilizou passagens bíblicas, tal como a evangelização da Índia pelas mãos de São Tomé e que Adão foi feito a partir da terra dos quatro pontos cardeais, sendo que a primeira e mais nobre era a originária do Oriente, para afirmar: “que os orientais seriam nobres por nascimento e

depois de convertidos tornavam-se *iguais a todos os portugueses*, segundo as próprias palavras do bispo brâmane” (FARIA, 2007, p.40).

Apesar de ter sido escrito no contexto das disputas jurídicas entre o Padroado Português e a Propaganda Fide, em meados do século XVII, o texto de Mateus de Castro é um forte exemplo para se analisar a “nobreza” dos brâmanes e seus padrões de hierarquização bem como entender que não devemos minimizar as relações de poder e influência dos sistemas das sociedades locais que integravam os grandes projetos de ocidentalização nos quatro cantos do mundo (GOMIDE, 2018, p.123).

No caso da Índia, ao estimularem o crescimento do clero secular indiano, os portugueses tiveram que levar em consideração o sistema de castas hindus. Os membros da casta dos brâmanes eram caracterizados por sua sabedoria sacerdotal e intelectual diante das demais castas, ocupando um lugar de destaque na ordem social indiana. Mateus de Castro utilizou essa “nobreza” inerente aos brâmanes para qualificá-los *iguais* aos portugueses. Explorando as passagens bíblicas e a “nobreza” dos brâmanes, Mateus de Castro exaltava as distinções das qualidades dos nascidos na Índia e o modo como esses não deveriam ser rejeitados para exercerem cargos civis e religiosos. Reesignificou, portanto a nobreza local diante da presença portuguesa e dos padrões de hierarquização, distinção e qualificação das pessoas e dos grupos sociais que regiam a sociedade moderna.

As condições e a formação de redes de contatos, mediações culturais e mestiçagens no Oriente possibilitaram o desenvolvimento de espécies de agentes internos da colonização, expressão utilizada por Ângela Barreto Xavier, para indicar que a própria elite indiana convertida procurou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa- na intenção de indicar uma pureza de sangue e de afastar da mácula da mestiçagem, reivindicando para si privilégios e ascensão social (XAVIER, 2005). Aspecto esse particular da Ásia portuguesa, uma vez que na América espanhola, a questão da mestiçagem por vezes foi exaltada pela gente mestiçada, tal como foi o caso do Inca Garcilaso de La Vega, portador de um espírito e escrita que mesclava tradições e ideias da sociedade ameríndia e europeia, que conforme analisado por Eliane Garcindo de Sá, considerava o mestiço como resultado positivo da presença espanhola na América (SÁ, 2013, p.121-150).

REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA: OS BRÂMANES DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA

Outro grande exemplo de inserção de brâmanes no interior do sacerdócio católico foi o estabelecimento da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres de Goa no ano de 1682. Iniciado por quatro sacerdotes, brâmanes da região de Margão, pertencentes das terras de Salcete, a Congregação do Oratório de Goa teve sua aprovação somente no ano de 1698, pelas mãos do arcebispo D. Frei Agostinho da Anunciação, dando autorização aos oratorianos para administrar o Santíssimo Sacramento, dar comunhão, dar sepultura, fazer doutrina e práticas espirituais e sair em missão:

Fazemos saber aos que esta nossa provisão virem, que por parte dos clérigos do habito de São Pedro, que vivem congregados por autoridade de nossos antecessores na Igreja da Santa Cruz dos Milagres à semelhança da Congregação do Oratorio da Corte e Cidade de Lixboa de São Filipe Neri, nos foy exposto que eles intentavão fundar huma caza da dita igreja com seus estatutos, acomodados ao clima desta terra e aproximados, em tudo que permite a possibilidade dos naturaes da India, aos estatutos da Congregação de São Filipe de Neri, da Corte de Lixboa e Roma, para nella servirem <a Deos> e aos seus próximos e para os mais naturaes tenham lugar, aonde desapegados do mundo possam com exacção servir a Deos, tratando do bem da sua salvação e juntamente da de seus próximos; porquanto os ministérios dos seus estatutos se dirigem todos ao aproveitamento espiritual dos próximos, por meyo dos santos exercícios da oração mental, praticas espirituais, missoens, administração dos sacramentos e outros de grande piedade (...) praticarem os estatutos que nos apresentavão; administrarem o Santissimo Sacramento aos fieis e terem sacrario, lhes era necessário preceder licença nossa na forma dos sagrados cânones; e portanto nos pedião por serviço de Nosso Senhor, lhes fizessem merce de mandar passar provisão, concedendo-lhes por ella licença e faculdade para erigir e fundar a dita Congregação do Oratorio (...)(REGO,2009,p.183).

Desde que foi organizada pelo padre Pascoal da Costa Jeremias, ainda em 1682, a congregação goesa ressaltava a importância da inserção de clérigos nativos para a expansão da mensagem cristã entre a população local. Na carta do bispo de Hierápolis em Isauria, o padre brâmane Custódio de Pinho destacou a necessidade de empregar religiosos locais nas práticas de conversão, especialmente por esses terem “semelhança” na língua e cor da pele:

Pelas noticias plenas e experienda ocular que temos de vinte e tres annos que residimos nestas partes da india, em que temos corrido bastantes terras do Norte e Sul por obrigacao pastoral, sahindo proximamente a vizitar as missoes da Serra do Malavar por comissao de sua Santidade e da Sagrada Congregacao de Propaganda Fide, certificamos ser de grande servico de Deos

e mayor utilidade das almas andarem nestas terras da índia operarios naturais desta teira, os quaes, pella semelhanca do idioma, cores e trato, entrao nellas com mais facilidade do que os europeos, assistindo entre estes infieis com mais asseitacao delles, com menos perigo de serem conhecidos e excluidos e com a noticia que tem de seus ritos gentilicos e barbaras seitas lhes he mais facil a despersuadi-los delles e reduzi-los a nossa santa fee catholica (NUNES, 1966, 51-52).

Além da semelhança na tez, os estatutos da Congregação de Goa enfatizavam a importância do domínio da língua local para facilitar a transmissão das orações, sermões e pregações do evangelho, sendo as línguas nativas evidentemente mais bem aceitas entre os asiáticos do que o português.

O uso das línguas locais foi assim, um dos pontos de maior destaque dos oratorianos na defesa de suas ações. O domínio da língua chingalá forneceu vantagens aos padres da congregação em Ceilão⁴¹¹, principal região de atuação dos oratorianos, pois “este idioma era natural de nossos padres e fallavão com muita elegância e energia” (REGO, 2009, p.177). Contudo, os oratorianos se destacariam, pois, além de terem maior contato com línguas nativas, como o concanim de Goa e o chingalá de Ceilão, possuíam qualidades que os europeus não compartilhavam com os indianos, como a semelhança na cor e nos costumes, tal como é ressaltado ainda nos princípios do estabelecimento da congregação de Goa:

Obedecendo ao despacho de Vossa Senhoria li os estatutos da Congregação dos clérigos do Recolhimento da Santa Cruz dos Milagres, que se pretende erigir nesta Cidade de Goa; e que eu há muyto tempo, desejo ver erigida, por me persuadir que se estes reverendos padres se unirem e conservarem no modo de vida que pretendem, poderão ao diante ser de muyto préstimo, assim para a reforma dos costumes dos seus naturaes, como tão bem para a conversão dos gentios, para a qual tem muytas qualidades que lhes facilitarão as empresas das missões, nas quaes poderão entrar e viver livremente; pois os ajudão as cores, o idioma, os costumes e o genio semelhante ao daqueles, com que hão-de tratar (NUNES, 1966, p.51-52).

As qualidades locais, que haviam colocado os padres goeses em posição subalterna aos portugueses, foram, no contexto da formação da congregação do Oratório de Goa, o ponto crucial para a valorização de suas capacidades como religiosos. A má qualidade da terra, o péssimo clima e a debilidade da gente natural, aspectos que tantas vezes foram ressaltados por escritores do século XVI e XVII para descrever negativamente os indianos, deram espaço para a exaltação da condição do ser nativo para o trabalho missionário nas terras orientais (GOMIDE, 2018, p.123).

⁴¹¹ Sobre a presença portuguesa no Ceilão ver o trabalho de BIEDERANN, Zóltan. *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Srī Lankā entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*. Dissertação de Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na École Pratique des Hautes Études, section des sciences historiques et philologiques, de Paris. Lisboa, 2005.

Tal como destaca Inês Županov, os oratorianos conseguiram manipular a proximidade que tinham com as qualidades dos nativos (cor e língua) para enaltecer seu trabalho e se destacarem perante os demais religiosos (ŽUPANOV, 2006, p.8). Se por vezes missionários de outras ordens apresentavam dificuldade no aprendizado das línguas locais asiáticas, os oratorianos possuíam grande familiaridade com as línguas nativas, transcrevendo catecismos e orações em língua nativa, como o chingalá, conforme relatavam em cartas.

Conhecedores das línguas nativas e do português, os oratorianos goeses circulavam em grande medida pelas regiões de Bardez e Salcete, mas a principal área de atuação dos congregados foi em Ceilão, que na época já estava sob domínio holandês. O padre José Vaz foi o principal responsável pela renovação das atividades missionárias na ilha de Ceilão, sendo considerado pelos seus companheiros de congregação como exemplo de zelo e serviço aos desejos divinos na tarefa de espalhar o evangelho pelo Oriente, reconhecimento em grande medida devido à divulgação da obra *Chronologia da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres*⁴¹², escrita pelo padre goês Sebastião do Rego no ano de 1746.

Além de José Vaz, outros oratorianos se destacaram no trabalho evangelizador em Ceilão, como foi o caso dos padres goeses Jacome Gonçalves, José Meneses, José Carvalho e Manoel Miranda. Estes escreveram cartas sobre períodos mais ou menos longos, meses e anos, em que trabalharam nas mais diversas regiões de Ceilão, registrando, em grande medida, as dificuldades e os avanços que o catolicismo enfrentava naquelas áreas (GOMIDE, 2018, p.126).

A Congregação do Oratório representa um ponto importante da história da presença católica no Oriente. Diante de muitos obstáculos e barreiras, a Congregação, através da ação de seus clérigos nativos, conseguiu levar e manter a religião católica entre comunidades que não tinham acesso direto a missionários. Com suas qualidades destacadas acima, os oratorianos foram os principais representantes do catolicismo no Ceilão no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

⁴¹² O manuscrito encontra-se na Biblioteca da Ajuda, Cód. 51 – VII – 33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2014 o oratoriano José Vaz foi canonizado pela Igreja Católica tornando-se o primeiro santo nascido na Ásia. A vida e trajetória missionária de José Vaz nas terras do Ceilão marcaram a história religiosa do Império Português no Oriente. Entre diversas oposições, restrições e resistências o enquadramento de nativos na estrutura eclesiástica católica no Oriente foi sendo construído ao longo dos tempos. Geralmente, a quantidade das ordenações de religiosos naturais do Oriente tornou-se possível o alargamento que a cristandade assumiu entre os mais diversos espaços por onde esteve.

À luz do padroado, e, posteriormente, da Propaganda Fide, o clero nativo se fez necessário frente aos obstáculos encontrados no Oriente pela Igreja na difícil tarefa de converter, educar e vigiar os recentes cristãos que integrariam suas normas e estatutos. A entrada desses naturais no sacerdócio foi um instrumento utilizado tanto pela Igreja quanto pela coroa portuguesa para entrar em contato direto com as sociedades asiáticas e manterem em vigor a divulgação das normas e preceitos católicos entre os convertidos.

O estabelecimento da Congregação do Oratório em 1682 e, especificamente, a canonização de José Vaz, já no século XXI, representa um ponto singular dentro do contexto de presença católica no Oriente, uma vez, que, de fato a ascensão na carreira eclesiástica não era de possível alcance para a maioria dos nativos. Fundada e formada exclusivamente por clérigos nativos, a Congregação do Oratório de Goa e seus missionários ultrapassaram os limites do Estado da Índia, atingindo territórios que a coroa portuguesa não mais dominava, como foi o caso do Ceilão. Em muitas áreas da ilha, atual Sri Lanka, junto aos oratorianos, a religião católica pode ser revivida entre os ceilonenses e mantida até os dias atuais.

Por fim, torna-se fundamental notar que a atuação desse clero nativo é de grande relevância para análises mais abrangentes das diferentes frentes encontradas pela Igreja Católica de se fazer sentir no Oriente e de inserir os clérigos locais como agentes ativos no processo de expansão religiosa no Oriente.

FONTES

NUNES, M. da Costa. *Documentação para a História da Congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres do clero natural de Goa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966.

REGO, Sebastião do. *Chronologia da Congregação do Oratório de Goa* [1746]. Lisboa: CHAM, 2009.

WICKI, José. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948-1988, vol XIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Caio. Estruturas Eclesiásticas e Inquisição. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, *Do Índico ao Atlântico*, Círculo dos Leitores, 1998.

FARIA, Patrícia Souza de. Mateus de Castro: Um Bispo ‘Brâmane’ em Busca da Promoção social no Império Asiático Português (Século XVII). In: Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 9 n. 2, Jul.-Dez., 2007.

GOMIDE, Ana Paula Sena. Entre Goa e Ceilão: a formação do clero nativo e as dimensões das mestiçagens no Oriente português (Séculos XVI-XVIII). Tese de Doutorado. UFMG, 2018.

MANSO, Maria de Deus BEITES; SOUZA, Lúcio de. *Matizes jesuítas: O perfil do clero nativo japonês*. In: Perspectivas – *Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, N.º 10, June 2013.

MARCUSSI, Alexandre. A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII. *Temporalidades*. 2012.

SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a história*. Reflexões sobre a mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. O clero goês e as estratégias de inserção na hierarquia eclesiástica (século XVII) In: XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo. XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

ŽUPANOV, Inês; XAVIER, Ângela Barreto. Ser Brâmane na Goa da Época Moderna. In: *Revista História*, n 174, p. 15-41, jan-jun, 2015.

Pesca De Xaréu: beleza e mistérios do povo negro da Bahia

Bruno Rodrigues Pimentel
Doutor pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

O principal propósito desse trabalho é refletir sobre as representações⁴¹³ da pesca de xaréu desenvolvidas por Carybé⁴¹⁴, Wilson Rocha⁴¹⁵, Pierre Verger⁴¹⁶ e Odorico Tavares⁴¹⁷. Para cumprir esse objetivo analisaremos a fotorreportagem, intitulada *A Pesca de Xaréu*, com texto de Odorico e fotografias de Pierre Verger, publicada na *Revista O Cruzeiro*, em 18 de outubro de 1947, e o número 1 da *Coleção Recôncavo*, intitulado *Pesca de Xaréu*, publicado em 1951, com texto de Wilson Rocha e desenhos de Carybé. Demonstraremos que o ciclo do xaréu foi construído, sobretudo, como uma manifestação folclórica dos pescadores negros da Bahia.

Para analisarmos as representações das obras mencionadas é necessário ter consciência das distintas mudanças socioeconômicas que influenciaram no desenvolvimento das construções desses intelectuais e artistas. O Recôncavo Baiano passou de apenas região agroexportadora para região de exploração petroquímica no decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950. O Recôncavo teve o surgimento de um parque industrial ligado direta e indiretamente a esse setor. Esse fato influiu nas relações socioculturais da região e motivou a preocupação de que aspectos específicos da cultura

⁴¹³ O conceito de representação nos possibilitará indicar de que maneira uma determinada realidade foi construída, refletida e dada a compreender. Como veremos, para operar esse conceito, nos alicerçaremos nas formulações de Roger Chartier. (CHARTIER, 1991, p. 172-191).

⁴¹⁴ Hector Julio Páride Bernabó, mais conhecido como Carybé, nasceu na Argentina em 1911. Ao longo da sua vida se dedicou a representar a cultura popular baiana, com destaque para as manifestações religiosas do candomblé. O artista desenvolveu suas temáticas por meio de distintas técnicas.

⁴¹⁵ Wilson Rocha responsável pela redação que inicia o volume 1 da *Coleção Recôncavo*, intitulado “Pesca de Xaréu”. Foi um dos fundadores da *Revista Cadernos da Bahia*, nasceu em Cochabamba, Bolívia, mas bem cedo veio para a Bahia. Ele foi poeta no decorrer de sua trajetória, adepto da poesia social.

⁴¹⁶ Pierre Verger fotógrafo e etnólogo nascido na França, também se sensibilizou pelos temas da cultura popular baiana. Verger participou da *Coleção Recôncavo*, ele foi o responsável pelo texto que inicia o número 10 da *Coleção*, intitulado “Orixás”.

⁴¹⁷ Odorico Tavares, responsável pela redação que inicia o volume 2, 5 e 6, respectivamente, “Pelourinho”, “Festa do Bonfim” e “Festa da Conceição da Praia” - da *Coleção Recôncavo*. Ele chegou a Salvador em 1942, aos 29 anos de idade. Vinha do Recife, a pedido de Assis Chateaubriand, para dirigir os *Diários Associados* na Bahia. Lá, entusiasmou-se com a Bahia e tornou-se um promotor da cultura baiana e atuou como crítico de arte.

popular local poderiam se perder em meio ao desenvolvimento industrial e modernização dos espaços públicos, principalmente, da capital baiana.

A ascensão do discurso folclorista ocorreu em meio às mudanças que aconteceram na região do Recôncavo Baiano, mas cabe salientar que esse discurso estava ligado ao contexto internacional⁴¹⁸. A narrativa folclorista influenciou no desenvolvimento de temáticas específica da cultura popular, entre elas a pesca de xaréu. No contexto baiano, os folcloristas tinham o receio de que aspectos específicos da cultura popular poderiam desaparecer por causa da modernização e do crescimento industrial da região do Recôncavo. É justamente nesse ponto que podemos estabelecer uma interseção entre as transformações socioeconômica do Recôncavo e a elaboração das obras que analisaremos.⁴¹⁹

PESCA DE XARÉU

O primeiro caderno da *Coleção Recôncavo*⁴²⁰, *Pesca de Xaréu*, teve o seu texto de apresentação escrito por Wilson Rocha e é composto por 21 desenhos de Carybé. Rocha defendeu em sua narrativa que a pesca do xaréu é um dos episódios mais ricos e emocionantes. De acordo com ele, é o que talvez “revele com maior nitidez a pura

⁴¹⁸ A constituição da UNESCO, no pós-guerra, tinha como propósito a promoção da paz e da segurança, por meio da colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura. O propósito era fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, afirmados para os povos do mundo pela Organização das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Para isso, a UNESCO deveria promover o entendimento mútuo entre os povos, a disseminação da cultura e a colaboração entre as nações. De acordo com Vilhena, a UNESCO “definiu que cada um dos seus países membros deveria igualmente criar ‘Comissões Nacionais ou Organismo Nacionais de cooperação’” (VILHENA, 1997, p. 95) que, além de funcionarem como entidades consultivas para as delegações que fossem à Conferência Geral, também deveriam funcionar como agentes de ligação em todos os assuntos que a eles se referirem. O Brasil atendeu imediatamente a recomendação da UNESCO e, em 1946, instituiu por meio de um decreto-lei o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. De acordo com o estatuto do Instituto, a função de subsecretário-geral seria exercida pelo chefe do Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores, que na ocasião era Renato Almeida, personagem central nos assuntos referentes a Comissão Nacional do Folclore, que esteve presente na diretoria da IBECC desde a sua fundação.

⁴¹⁹ O receio de que aspectos culturais autênticos da cultura poderiam desaparecer, ou já estavam em meio a esse processo, fazia parte do discurso folclorista daquele período. Esse discurso serviu para defender e justificar o pedido de concessão de uma bolsa para Carybé desenhar as temáticas que corriam risco de desaparecer. Assim, é possível observar consonâncias entre os discursos dos folcloristas e as representações de Carybé para a Coleção.

⁴²⁰ A Coleção Recôncavo, lançada em 1951, é composta por 10 cadernos, cada um desenvolve um aspecto da cultura popular baiana. Cada um dos cadernos, além de um conjunto temático de desenhos, possui um texto introdutório. Títulos: 1) Pesca de Xaréu; 2) Pelourinho; 3) Jogo da Capoeira; 4) Feira de Água de Meninos; 5) Festa do Bonfim; 6) Conceição da Praia; 7) Festa de Yemanjá; 8) Rampa do Mercado; 9) Temas do Candomblé; 10) Orixás.

beleza da vida do seu povo”. A pesca de xaréu figurava, na sua construção, entre os muitos aspectos folclóricos, “em que a Bahia permanece viva e por vezes misteriosa, solicitando estudo, pesquisa e interesse artístico”. (CARYBÉ, 1951, s/p.).

As obras destacaram que a pesca acontecia durante o período que ia de outubro a abril⁴²¹, quando os peixes visitavam às praias para a desova. Eles iam em busca de águas mais quentes para a sua procriação. Quando os grandes cardumes iam em direção ao norte os pescadores já estavam prontos para lançarem-se ao mar para desempenharem a sua tarefa, que nas palavras de Wilson Rocha, era árdua (CARYBÉ, 1951, s/p.).

O ciclo do xaréu foi construído como uma verdadeira manifestação folclórica. A ação foi descrita como sendo ordenada e tradicional, na qual os pescadores negros da Bahia desempenhavam a pesca por meio de uma revivescência de ritos africanos, com expressões alegres de danças, gestões, poesia e canto. Os pescadores executavam, de acordo com os autores, os mesmos cerimoniais com que procediam os seus antepassados (TAVARES, 1947, p. 56.). Mantinham, assim, a tradição desempenhando seu trabalho que é “um impressionante espetáculo de força, movimento e ritmo” (CARYBÉ, 1951, s/p.).

A pesca tinha um ordenamento e todos sabiam o papel que precisavam realizar para a obtenção do êxito. A atividade contava com mais de 60 homens, de acordo com a descrição de Rocha e Tavares. De acordo com eles, o grupo era composto por: 1 chefe, 1 mestre do mar, 1 mestre da terra, 20 atadores, 20 homens do mar e 20 homens da terra. Mas cabe destacar que a rede utilizada era confeccionada pelos próprios pescadores com o auxílio de suas mulheres e filhos. Sendo assim, a pesca de xaréu envolvia ainda mais pessoas.

Os homens que viviam da pesca de xaréu eram, em sua maioria, pescadores negros, conforme foi destacado nos textos de Wilson Rocha e Odorico Tavares, nos desenhos de Carybé e nas fotografias de Verger. Os pescadores aparecem, nas representações, usando calções e chapéus de palha, que tinham o propósito de protegê-los do sol quente, característico do período que a pesca era realizada.

⁴²¹ Não foi por acaso que a fotorreportagem de Odorico Tavares e Pierre Verger foi publicada no mês de outubro. Esse mês era quando tinha início o ciclo do xaréu.



Figura 17: fotografias de Pierre Verger, Revista o Cruzeiro, 1947.

As pesadas redes eram essenciais para a pesca. Wilson Rocha destacou que “para sua confecção eram necessários materiais diversos. Mil metros de corda, tonelada e meia de fio grosso e forte, meia tonelada de chumbo que será derretido e trabalhado” (CARYBÉ, 1951, s/p.). Eram necessários muitos meses de trabalho para que a grande malha estivesse pronta para pescar.

O ordenamento da pesca ocorria da seguinte maneira: o chefe comandava o serviço dando às ordens, que eram cumpridas pelos mestres da terra e do mar, que, por sua vez, transmitiam para os seus homens. Os atadores ficavam sempre atentos para qualquer avaria que a rede, porventura, pudesse sofrer. Antes da rede ser levada para o mar formava-se um círculo de jangadas. Os pescadores faziam a junção das redes, formando uma única e grande rede, que era conduzida para ser lançada ao mar cuidadosamente.

Nas imagens que seguem, Carybé representou momentos iniciais da pesca. Na figura 2, podemos observar os pescadores transportando uma das jangadas para o mar. Eles tinham como função posicionar e lançar a rede corretamente e posteriormente verificar se estava tudo bem para o desempenhar da pesca. Esses homens eram os mergulhadores, que nas pequenas jangadas sondavam e calculavam quantos peixes estavam no cerco da rede, mas era o mestre do mar que transmitia ao mestre da terra a quantidade de peixes e a ordem para iniciar a puxada.

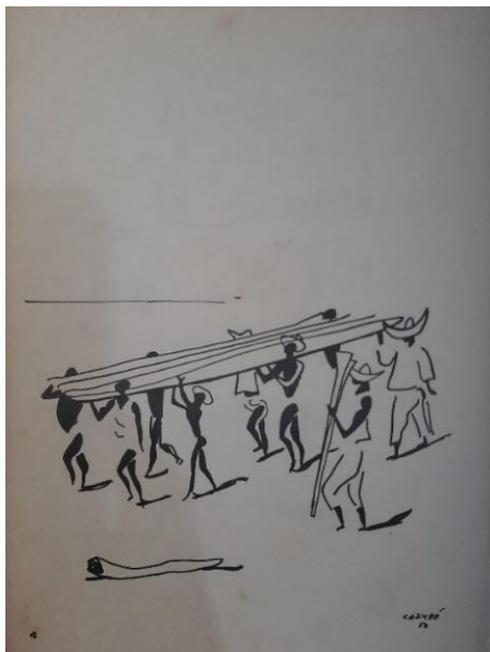


Figura 18: Jangada dos mergulhadores, Coleção Recôncavo, 1951 – desenho de Carybé.



Figura 19: Os mergulhadores, Coleção Recôncavo, 1951 – desenho de Carybé.

Wilson Rocha não destacou um fato relevante para que a pesca de xaréu ocorresse. Como expôs Júlio Santana Braga,

A rigor, o trabalho da pesca do xaréu começa com os preparativos iniciais que consistem, sobretudo, em *fazer pedras*, isto é, providenciar os blocos que serão dispostos no fundo do mar, no local previamente conhecido onde geralmente se realiza a pesca; uma revisão geral da rêde é feita no sentido de se emendar alguma malha por acaso rompida, para que o peixe não possa por ela evadir-se na hora do *côpe*. Depois dêstes trabalhos, segue-se o

fundeamento das pedras, dispondo-as em lugares cuja distância de uma para outra é calculada de acordo com o tamanho da rêde com que se vai pescar (BRAGA, 1970, p. 49.).

O trabalho realizado previamente com as pedras é considerado por Braga como sendo um dos mais árduos da pesca de xaréu, por causa do tamanho dos blocos a serem transportados para o fundo do mar. Depois de cumprida essa tarefa é que começa efetivamente “o trabalho coletivo conjugado ao ritmo, permitindo uma total sincronização de esforços para que se torne mais leve a tarefa de lançar ao mar algumas toneladas de rêde.” (BRAGA, 1970, p. 50.).

Odorico Tavares, embora tenha mencionado as pedras, não enfatizou a sua importância para o desenvolvimento da pesca. Tanto a Coleção Recôncavo quanto a fotorreportagem privilegiaram momentos do trabalho coletivo, principalmente os que eram compreendidos como folclóricos. Dos 21 desenhos que compõem o primeiro número da Coleção, Carybé representou: os homens do mar, os homens da terra, a jangada da rede, a jangada dos mergulhadores, os mergulhadores, a puxada de rede, as mulheres dos pescadores, a chegada do xaréu, os pescadores, o recolhimento dos cordões, o recolhimento das redes, o atador e, por último, o descanso. Os temas que tiveram mais representações na Coleção foram: puxada de rede e mulheres de pescadores. Cada um desses temas contou com 4 desenhos. Muitos desses motivos estão presentes no artigo de Tavares e Verger

A puxada de rede foi destacada nos textos de Odorico Tavares e Wilson Rocha. A fotorreportagem tem uma fotografia desse momento da pesca na sua primeira página. Braga afirmou que a puxada de rede é o aspecto mais focalizado nos estudos realizados sobre a pesca de xaréu (BRAGA, 1970, p. 51.). Na literatura a respeito da pesca do xaréu, dirigida aos turistas ou que enfocam o aspecto folclórico, é abordada quase que exclusivamente a puxada de rede, que aparece como episódio árduo dos negros pescadores baianos permeados de poesia, música e dança.

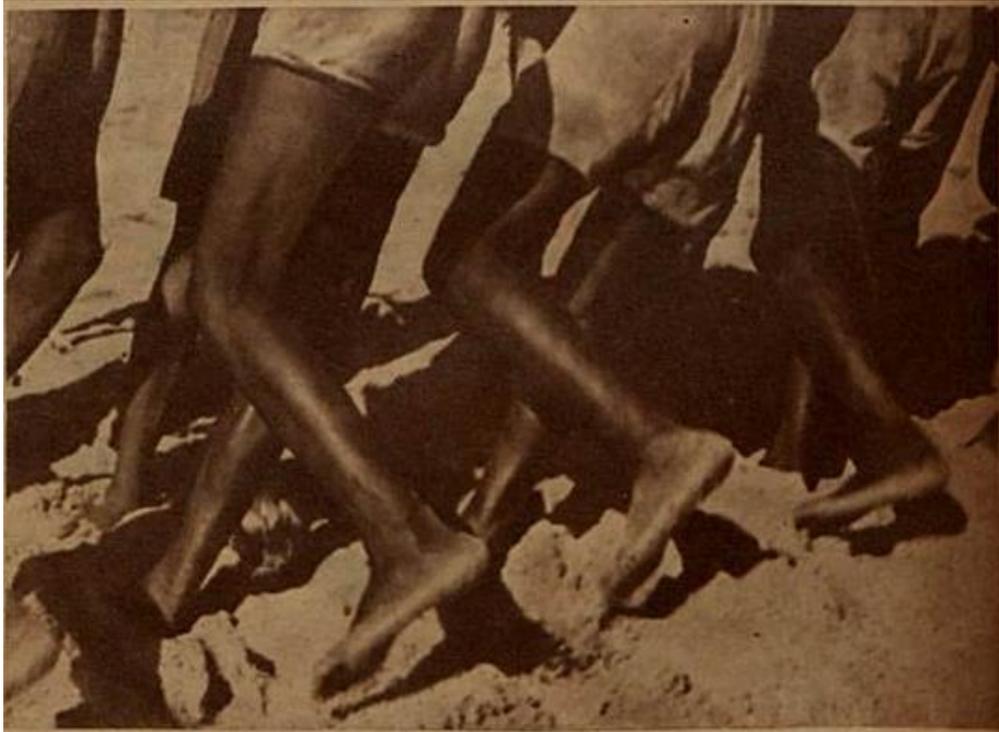


Figura 20: "' Ballet' de negros? Não. Puxada de uma rêde", Revista o Cruzeiro, 1947- fotografia de Pierre Verger.

A puxada de rede inspirou pintores, compositores, folcloristas, cineastas e poetas e foi compreendida, por muitos deles, como sendo uma manifestação folclórica. A puxada de rede passou a ser encenada em espetáculos nas décadas que se sucederam e integrou eventos folclóricos de várias regiões do país. Uma reportagem sobre um espetáculo que encenava a puxada diz o seguinte: “os três números montados por mestre Suassuna são expressões do mais legítimo folclore brasileiro. ‘Puxada de Rede do Xaréu’ é uma representação do paciente trabalho dos pescadores de arrastão, acompanhada de cantigas populares referentes a essa atividade.” (SUASSUNA, 1983, s/p.).

As representações transformaram a puxada de rede do xaréu em um espetáculo folclórico fascinante para quem passasse quando ela estivesse sendo realizada. A trabalhosa fonte de sustento dos pescadores passou a ser representada e compreendida como um misto de trabalho e festa. Trabalho coletivo, conjugado ao ritmo. Festa colorida e sonora quando se ouvem antigas canções para divindades africanas, especialmente para Iemanjá, a Rainha do Mar.

A puxada de rede do xaréu foi destacada como um momento de esforço conjugado e harmônico. Mas a puxada ocorria somente depois que o mestre do mar, responsável por verificar se os peixes estavam sendo capturados pela rede, dá o seu aval. Segundo Rocha:

O mestre faz a sua sondagem. Quando percebe que o xaréu está penetrando êle mergulha, conta os peixes. Quantos? Emerge e toma então do seu belo apito enfeitado com as cores da Rainha do Mar, Iêmanjá, Senhora das águas. Sopra forte o apito e agita no ar o grande chapéu. O mestre da terra compreende o aviso. Assim vão se sucedendo os mergulhos até acabada a contagem, quando há o apito característico para dar início a 'puxada' de rêde. O mestre da terra também apita para reunir o pessoal e começar o serviço. São cortadas as cordas de junção das redes. Tudo está pronto. O grande círculo de corda ao redor da rede começa a ser puxada. Os 20 homens da terra iniciam a sua árdua tarefa (sic) (CARYBÉ, 1951, s/p.).



Figura 21: Puxada de rede, Coleção Recôncavo, 1951 – desenho de Carybé.

Quando os pescadores puxavam a rede começava o canto crescente. Wilson Rocha afirmou que era um canto coral estranhamente belo. Os pescadores negros da

Bahia elevavam as suas vozes diante do mar. Os cânticos iniciavam com agradecimentos as divindades. A pesca de xaréu estava ligada ao universo mítico. De acordo com o discurso, os pescadores transportaram para esta atividade “o seu ritmo, as suas cantigas, a fé nas suas divindades, que são capazes de tornar a pesca abundante desde que convenientemente atendidas” (BRAGA, 1970, p. 43.). Braga acrescentou que não era raro encontrar um pescador que atribuía a escassez de peixe na rede ao descontentamento dos deuses africanos conhecidos e cultuados na Bahia. As divindades não eram mais agradadas como antigamente, sendo assim, a explicação para decadência da pesca de xaréu na década de 1970 era atribuída a esse fato.

Entre as canções citadas por Wilson Rocha e Tavares está um canto de saudação à Rainha do Mar, que, como eles explicam, tem muitos nomes em águas e terras da Bahia. Ela é chamada de Janaina, Iemanjá, Dandalunda, Inaê, Moça que habita as ondas, Senhora de todas as águas.

‘Viva a Rainha do Mar

Inaê

Princesa de Aiojá

Inaê ô...’

E o coro final

‘Viva a Rainha do Mar

Inaê

Sinhá

Inaê

Princesa do Mar...’ (CARYBÉ, 1951, s/p; TAVARES, 1947, p. 60.).

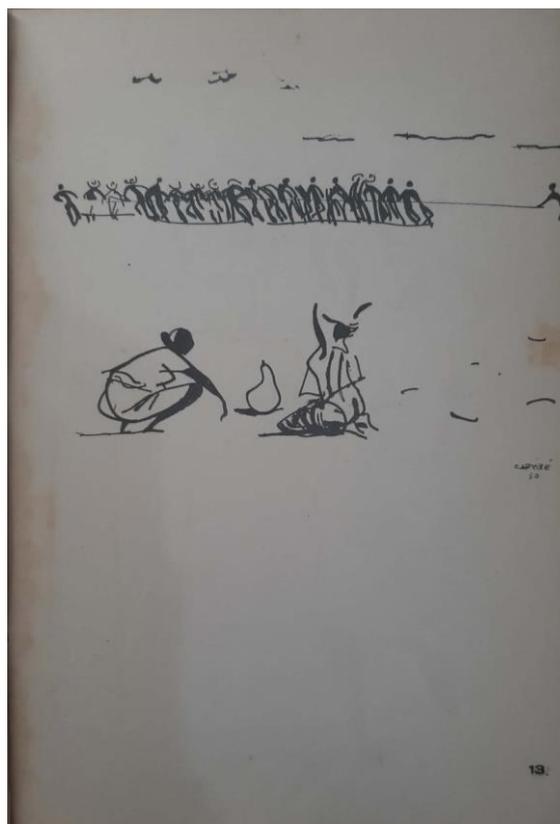


Figura 22: Mulheres de pescadores, Coleção Recôncavo, 1951 – desenho de Carybé.

No desenho acima, Carybé representou, em primeiro plano, mulheres de pescadores. Era comum que mulheres e filhos dos pescadores acompanhassem seus maridos e pais da areia branca da praia. Ao fundo vemos justamente o momento da puxada de rede. Quando os pescadores negros da Bahia entoavam cânticos para os deuses africanos. Na representação podemos observar a força, o movimento e o ritmo despendido pelos pescadores no desempenhar do árduo trabalho. O trabalho, embora, pesado e que exigia o empenho de muita força foi representado por meio de uma visão harmoniosa da beleza humana e foi destacado como sendo um episódio do folclore baiano, onde predominava a poesia, os cantos e a alegria.

Neste sentido, as representações mencionadas destacaram os aspectos tidos como folclóricos e as relações da pesca com o comportamento religioso dos pescadores. As representações difundiram a ideia de que a tradicional pesca do xaréu realizada ao longo das praias da Baía de Todos os Santos, além de folclórica, estava ligada as manifestações religiosas dos pescadores. Esse momento é descrito como sendo de muita

festa, onde os mistérios descem as praias e ruas e se revelam na vida dos negros baianos (TAVARES, 1947, p. 66.).

Na imagem acima, também podemos observar, no primeiro plano, duas mulheres de pescadores abaixadas na areia da praia. No meio delas podemos ver uma cabaça e do lado da que está à direita podemos observar o que pode ser compreendido como sendo um fardo de roupa ou um embrulho com diferentes objetos, inclusive, pode ser um embrulho com alimentos e a cabaça pode conter água ou outra bebida qualquer.

Mas devemos nos atentar para o fato de que a cabaça é um fruto vegetal que possui várias finalidades e representatividades nos candomblés. Sua utilização é ampla, nos ritos do candomblé, e de acordo com seu uso o fruto recebe diferentes nomes. A cabaça inteira é denominada Àkèrègbè e a cortada em forma de cuia recebe o nome de Ìgbá. Cortada verticalmente é chamada de Ìgbáje. Cortada acima do meio, forma uma vasilha com tampa, tomando o nome de Ìgbase, ou cuia do Àse, e é utilizada para colocar os símbolos do poder após a obrigação de sete anos de uma Ìyàwó, que permitirão a pessoa ter o seu próprio terreiro.

Cabaças pequenas são colocadas no Sàsàrà de Omolu, com depósito de seus remédios. No Ógó de Exu as cabaças representam os testículos. Uma das partes da cabaça cortada ao meio pode ser usada para ser colocada na cabeça das pessoas que serão iniciadas e que não podem ser raspadas por serem Àbìkú, com isso são feitas as obrigações necessárias. Inteira e revestida de uma rede de malha será o Agbè, instrumento musical usado pelos Ogans. Uma cabaça com o pescoço comprido em forma de chocalho é agitada com as suas sementes, fazendo assim o som do Séré, forma reduzida de Sèkèrè, instrumento por excelência de Xangô.

Além das que foram citadas acima, a cabaça tem outras designações, significados e serventias dentro do candomblé. Inclusive, ela pode representar o orun e o ayé. De acordo com Cassiatori “a metade superior é Obatalá – o Céu. A inferior é Oduduwa, sua esposa – a Terra”(CACCIATORE, 1977, p. 72.). Sobre isso Prandi conta que

No princípio de tudo,
 Quando não havia separação entre o céu e a terra,
 Obatalá e Oduduwa viviam juntos dentro de uma cabaça.
 Viviam extremamente apertados um contra o outro,
 Oduduwa em baixo e Obatalá em cima.
 Eles tinham sete anéis que pertenciam aos dois.

À noite eles colocavam os anéis.
Aquele que dormia por cima sempre colocava quatro anéis
E o que ficava por baixo colocava os três restantes.
Um dia Oduduwa, deusa da terra, quis dormir por cima
Para poder usar nos dedos quatro anéis.
Obatalá, o deus do céu, não aceitou.
Tal foi a luta que travaram lá dentro
Que a cabaça acabou por se romper em duas metades.
A parte inferior da cabaça, com Oduduwa, permaneceu embaixo,
Enquanto a parte superior, com Obatalá, ficou em cima,
Separando-se assim o céu da terra (PRANDI, 2001, p. 424.).

Tendo em vista a importância da cabaça dentro do universo do candomblé, Carybé pode ter representado esse objeto, de muitas funções dentro do conjunto de cerimônias que se pratica nessa religião, com o propósito de estabelecer uma marca distintiva. Ele representou a cabaça justamente no momento que os pescadores entoavam cânticos as divindades africanas conhecidas e cultuadas por eles. Nas representações da pesca de xaréu, a puxada é o momento mais relacionado à tradição religiosa do negro baiano, aos ritos dos candomblés.

Numa retesada só os músculos parecem querer sair da pele, parecem peixes reluzindo e pouco a pouco a rêde vem a sêco com a carga prateada e vivente que Iemanjá oferece aos pescadores negros, netos dos que vieram de Abeokutá, que ainda cantam seus cantos antigos, que têm o privilégio de vê-la nas noites de lua cheia, zelam seu culto nos singelos pegís de suas casas de palha de coqueiro. (BRAGA, 1970, p. 54.).

Na citação, o autor destacou aspectos religiosos. O pescado apareceu como sendo um presente de Iamanjá para os pescadores que mantêm a tradição e os cânticos antigos que vieram com os seus ancestrais de Abeokutá, hoje capital do estado de Ogun, na Nigéria. Os pescadores que ainda cantam para a Rainha do Mar, conforme destacado, têm o privilégio de vê-la nas noites de luar.

De acordo com a citação, o culto a essa divindade era zelado nos singelos pegís das casas de palha de coqueiro. Wilson Rocha mencionou as casas ao dizer: “na planura branca da praia as casas de palha estão desertas. As mulheres e os filhos vêm para junto do mar. (...) Uma corola imensa, fantástica, flutua no oceano” (CARYBÉ, 1951, s/p.). Odorico Tavares também mencionou esse fato. Segundo ele:

No horizonte da praia, estão abandonadas as casas de palha, porque, na alvura da areia, aguardam as mulheres e os filhos dos pescadores, os resultados dos seus trabalhos. Participam desta festa de trabalho, onde se há suor, não há

lágrimas nem sangue, porque há canto, o canto forte e coral dos negros baianos” (TAVARES, 1947, p. 54.).

Os autores destacaram as casas de palha dos pescadores e um deles salientou os singelos pegís onde eram rendidos cultos à Iemanjá. Nas imagens abaixo podemos observar, na fotografia de Verger e no desenho de Carybé, como eram as casas mencionadas por, Wilson Rocha, Odorico Tavares e Braga.



Figura 23: casas de pescadores, Revista o Cruzeiro,1947 - fotografia Pierre Verger.

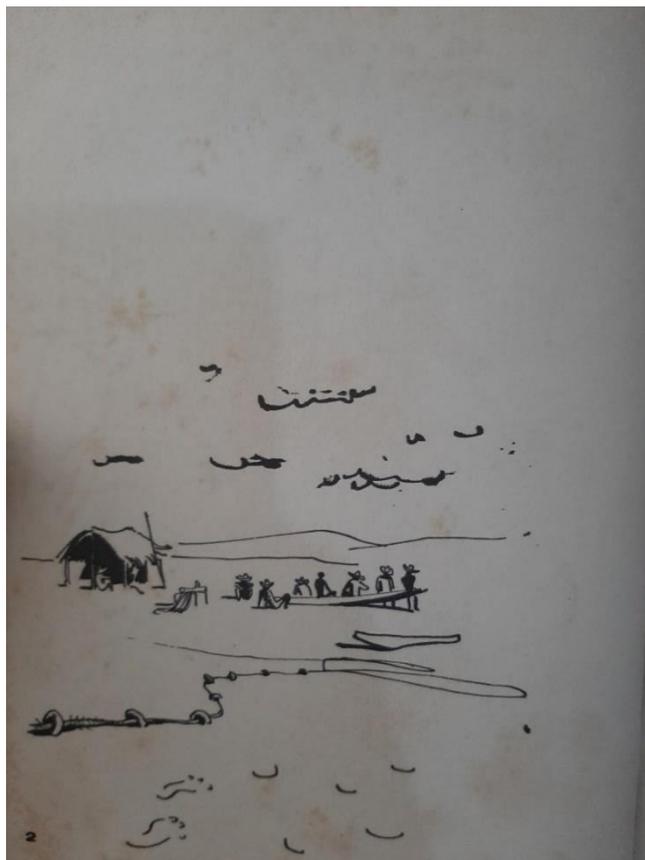


Figura 24: Homens da Terra, Coleção Recôncavo, desenho de Carybé.

Na fotografia é possível observar o momento de preparo da rede. Já o desenho representou o momento anterior a puxada de rede, onde os homens da terra, responsáveis pela puxada estavam reunidos. Provavelmente se preparando para a árdua tarefa. Não é possível identificar se dentro das casas de palha, representadas nas imagens acima, existia algum peji para Iemanjá. Pejís são os altares dos orixás, onde ficam os símbolos, otás⁴²², fetiches, comidas, entre outras coisas que pertencem ou fazem alusão aos orixás.

Outros orixás também eram saudados nos cânticos dos pescadores. Ogun, por exemplo, é citado por Odorico Tavares e por Wilson Rocha, mas entre as divindades

⁴²² Otás é o plural de otá. De acordo com Olga Cassiature, é pedra-fetichê onde é fixada, por uma cerimônia ritual especial, a força mística do orixá, seu axé, e que constitui o 'assentamento' principal do deus, cada orixá tem seu otá específico – pedra de rio, de mar, de mata, de minério de ferro, de mármore, meteorito etc – podendo ser clara ou escura, lisa ou rugosa, conforme o caráter específico do orixá. Fica no peji do Ilê Axê, dentro de vasilhas especial, de louça ou barro, mergulhada em mel, azeite doce, ou dendê, junto com outros fetiches – símbolos, espadas, cobras, oxê, ibiri etc. defronte a essa vasilha, tampada (e às vezes vestidas com as roupas do orixá), são colocadas oferendas das votivas – comidas e os exés dos animais sacrifícios etc. (CACCIATORE, 1977, p. 209 e 210; SANZI, 2013, p. 105-122.).

Iemanjá sobressaia. Algumas músicas lembravam as obrigações que os pescadores tinham para com ela.

Que é que me dão
Pra levar
A dona Janaina
Lá no fundo do mar
Buquê de flô
Pra levar
A dona Janaina
Lá no fundo do mar (BRAGA, 1970, p. 60.).

Na literatura é possível encontrar histórias de pescadores que tiveram a experiência de tê-la avistado (AMADO, 1978.). Casos assim também foram contatos por interlocutores de trabalhos sociológicos e antropológicos realizados no período (BRAGA, 1970). A canção a abaixo faz alusão ao encontro dos pescadores com a Rainha do Mar.

No mar, no mar, no mar
No mar eu vi cantar
No mar, no mar
Minha sereia
Ela é uma sereia (BRAGA, 1970, p. 60.).

Algumas músicas faziam referências às divindades do panteão africano cultuadas no candomblé angola. Outras canções referiam-se às origens dos filhos ou netos de africanos que chegaram a Bahia para trabalhar no plantio de cana de açúcar, no período da escravidão. Ogum e Oxóssi são saudados em algumas canções. Outras antigas fazem referências a fenômenos atmosféricos que poderiam interferir no desenvolvimento das atividades dos pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, nas construções analisadas, a pesca de xaréu foi representada, primeiramente, como um aspecto folclórico. Como um episódio rico e emocionante em que era revelada a beleza da vida do povo negro da Bahia. A vida do pescador negro era permeada pelas divindades dos candomblés. Os autores não dissociavam, nas representações textuais e imagéticas, o mundo transcendente e o mundo imanente. Ou seja, eles não conceberam nenhuma separação espiritual entre o orun e o ayé⁴²³, assim como a concepção dos iorubás.

⁴²³ De acordo com Wande Abimbola, “Os iorubá concebem o mundo como formado por elementos físicos, humanos e espirituais. Os elementos físicos amplamente divididos em dois planos de existência:

O sagrado não estava separado da vida cotidiana dos pescadores de xaréu, que mantinham a tradição de séculos, conforme defenderam os autores analisados. O bom andamento da pesca estava ligado principalmente às boas graças de Iemanjá, a rainha do Mar. Mas também a Ogum, orixá guerreiro, e a Oxóssi, orixá da caça, aquele que não deixa nada escapar.

FONTES

CARYBÉ, Pseud. Pesca do Xaréu. 21 desenhos de Carybé [s.n.]. Texto Wilson Rocha Salvador: Livraria Turista, 1951. (Coleção Recôncavo; n.1).

SUASSUNA leva espetáculo folclórico ao interior. Jornal da Tarde, São Paulo, SP, 25 de maio de 1983. Fundo BIOGRAFIAS\Ariano Suassuna (Acervo digitalizado da Biblioteca Amadeu Amaral/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN).

TAVARES, Odorico, VERGER, Pierre. A Pesca de Xaréu. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, ano XIX, número 52, 18 de outubro de 1947. Fundação Biblioteca Nacional (Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional – BNDigital).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMBOLA, Wande. *A concepção Yoruba da personalidade humana*. Centre National de la Recherche Scientifique, Edição nº 544, Paris, 1981.

AMADO, Jorge. *Mar Morto*. Ilustração de Oswaldo Goeldi, retrato do autor por Flavio de carvalho. Rio de Janeiro, Record, 47ª. ed, 1978.

BRAGA, Júlio Santana. *Notas sobre a pesca de xaréu: folclore e compromisso religioso*. Revista Afro-Ásia, número 10, 1970.

CACCIATORE, Olga Gudolle, *O Dicionário de cultos Afro-Brasileiros com origem das palavras*. Forense Universitário, SGEC- Rio de Janeiro, 1977.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos Avançados*, pp. 173-191, nº11 (5), 1991.

_____. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. Tradução de Aone-Marie Milon Oliveira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

ayé (terra) e òrun (céu). Ayé, que é também algumas vezes conhecido por ìsálaye, é o domínio da existência humana, das bruxas, dos animais, pássaros, insetos, rios, montanhas, etc. Òrun, que é outras vezes conhecido como ìsálórun, e o lugar de Ólodùmarè (O Deus Todo-Poderoso), que é também conhecido como Òlórún significando literalmente “o proprietário dos céus”; o òrun é também o domínio dos Òrísá (divindades), que são reconhecidas como representantes de Ólodùmarè; e dos ancestrais” (ABIMBOLA, 1981, p. 2.).

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª edição, DIFEL: Algés, Portugal. 2002.

PRANDI, Reginaldo. O Candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 16, Nº. 47, RBCS Vol. 16 nº 47 outubro de 2001, p. 43-58.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANSI, Roger. *Fetishes and Monuments: Afro-Brazilian Art and Culture in the Twentieth Century*, Bergham Books, New York, Oxford, 2007.

SANSI, Roger. A vida oculta das Pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. In.: *A Alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Ed. Mauad x FAPERJ: Rio de Janeiro. 2013, p. 105-122.

TAVARES. Odorico. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. Ilustração de Carybé, 3ª edição, 1961.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

O “grande cantor negro”: protagonismo e tensão racial na trajetória artística de Patricio Teixeira (1892-1972)

Caroline Moreira Vieira Dantas
Doutora pelo PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

“PRETO BEM PRETO”

Em 1926, o jovem intelectual pernambucano Gilberto Freyre, em visita ao Rio de Janeiro, foi levado por alguns colegas intelectuais a uma noitada de violões. Sobre a ocasião, lembrou: “me iniciei noutra espécie desses brasileirismos: no Rio por assim dizer afro-carioca e noturno. O Rio de Pixinguinha e Patricio” (CARVALHO, 1988, p. 94). Muitas lembranças visuais e sonoras vem à mente quando se aborda o grande maestro Pixinguinha, mas quem foi esse Patricio, também reverenciado por Gilberto Freyre? O relato traz à tona, entre outras coisas, a figura do cantor, compositor, violonista e professor de violão e canto, Patricio Teixeira Chaves.

Naquela noitada de violão proporcionada por Pixinguinha, Patricio Teixeira, Donga e outros músicos negros na cidade do Rio de Janeiro em 1926, outros elementos para análise se destacam, além da questão cultural. A descrição física dos músicos feita por Gilberto Freyre no dia seguinte ao encontro indica uma dimensão social da negritude desses artistas: “ontem, alguns amigos passamos uma noite que quase fica de manhã a ouvir Pixinguinha, um mulato, tocar em flauta coisas suas de carnaval, com Donga, outro mulato, no violão e o preto bem preto Patricio a cantar” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/09/1926, p.3).

Freyre revelou suas impressões acerca das imagens dos músicos, matizando suas identificações raciais. É curioso o fato de Pixinguinha e Donga terem sido identificados como “mulatos”. Em razão da mestiçagem, a pigmentação da cor da pele poderia designar gradações na identificação racial, fenômeno recorrente no Brasil. Apesar das classificações raciais serem arbitrárias e subjetivas, não parece haver diferenciações tão expressivas na tonalidade de cor da pele dos três músicos. O fato é que Freyre destacou

a negritude de Patricio em relação aos demais, estabelecendo uma escala que ia de “mulato” a “preto bem preto.”

Patricio Teixeira



Fonte: *O Malho*, 17/10/1935, p.6.

Patricio Teixeira surgiu no cenário cultural carioca em meados dos anos 1920. Atuou de forma emblemática, principalmente, como cantor de gêneros musicais populares, apresentando-se em palcos diversificados, do Teatro Lírico às antessalas de cinemas. Na radiofonia, que surgia naquele momento, passou por diversas emissoras, permanecendo por cerca de três décadas na rádio Mayrink Veiga, como cantor exclusivo. Gravou centenas de músicas entre as décadas de 1920 e 1950, tendo contratos assinados com a *Odeon* e a *Victor*, principais gravadoras do período, com passagens pela *Parlophon* e pela *Columbia*.

A partir de sua trajetória é possível investigar não apenas a sua experiência enquanto cantor com atuação profissional na fonografia e no rádio, mas analisar as relações sociais construídas no campo artístico-profissional, demarcando suas identidades e seu protagonismo. Revela ainda sua determinação pela construção de uma carreira artística, por ascensão social e pela conquista da cidadania naquele contexto histórico de exclusão, marginalização, hierarquizações e preconceitos raciais. Patricio foi muito marcante nos primórdios da carreira de cantor profissional de gêneros musicais populares, e suas vivências enquanto homem negro foram significativas para a

compreensão das representações negras e dos conflitos raciais no ramo dos entretenimentos culturais.

Nomeado pelo cronista Vagalume como “o grande cantor negro” (GUIMARÃES, 1978, p.140-142), Patrício Teixeira ganhou fama e sucesso, principalmente, por atuar na radiofonia. O rádio foi um importante meio de divulgação dos repertórios populares, englobando diversos gêneros e temáticas, mas também foi espaço de socialização, revelando tensões raciais no meio artístico.

PROTAGONISMO NEGRO E TENSÃO RACIAL

A investigação de fontes jornalísticas sobre a trajetória de Patrício Teixeira levantou problematizações com relação à atuação de artistas negros no mercado musical carioca, em especial, na radiofonia. Sua experiência profissional descortinou representações raciais depreciativas e preconceituosas sobre o músico negro. Levando em consideração o contexto de pós-abolição da escravidão, qual seria o lugar a ser ocupado pelos negros na sociedade brasileira? A história de Patrício, assim como de outros homens e mulheres negras, está inserida nessa problemática. O campo artístico-cultural fora uma possibilidade de inserção profissional para músicos negros, sendo as empresas fonográficas e as emissoras de rádio, espaços ativos de atuação, mas não excluindo hierarquizações e preconceitos raciais, mesmo diante do sucesso artístico.

À luz dessas questões, a trajetória de Patrício é muito rica de reflexões no campo social, cultural e racial no Rio de Janeiro do período. A história profissional deste artista pode ser entendida como uma oportunidade de olhar uma experiência artístico-cultural bem-sucedida de um músico negro em termos de estabilidade, durabilidade e sucesso na carreira, tendo perpassado as duas mais promissoras esferas de atuação para músicos, a fonografia e o rádio.

Sua experiência como cantor pode ainda ser vista como uma tentativa de inserção profissional para um músico negro, diante das hierarquizações raciais construídas historicamente na sociedade brasileira, indicando seu protagonismo. O sucesso artístico não eliminou, contudo, as situações de preconceito racial a que fora submetido ao longo da sua carreira.

A expressão “alma branca” é comumente empregada no senso comum, ao longo do tempo, com objetivo de definir comportamentos e atitudes de sujeitos negros.

Analisando as fontes jornalísticas, foi constatado que Teixeira foi identificado desta maneira. Na década de 1930, encontrei o primeiro registro em uma legenda de foto com vários artistas brancos no estúdio da Rádio Mayrink Veiga, em que Patricio foi descrito como “a alma branca do samba” (A NOITE ILUSTRADA, 16/09/1931, p.13). Foi o único dos músicos a receber uma qualificação. Em 1955, a expressão reapareceria, definindo Teixeira como detentor de “uma alma branca no embrulho negro do seu corpo” (O CRUZEIRO, 20/08/1955, p.86). Lamartine Babo, artista conhecido pelo humor, publicou, na década de 1930, um poema em homenagem a Patricio, cujo verso inicial dizia o seguinte: “Preto na cor... e branco nas ações” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10/07/1936, p.8).

Para além das representações divulgadas sobre o músico, a partir das entrevistas que concedeu é possível analisar como ele mesmo se identificava e que imagem de si ele desejava construir, percebendo o que é posto em destaque e o que é silenciado. Observando essas percepções, podemos projetar as imagens de Patricio em relação a sua identidade negra. Há indícios de que ele se reconhecia socialmente como negro e compreendia as restrições sociais estabelecidas por critérios raciais. Os indícios dessas suposições são evidenciados na reportagem da revista *O Malho* em 1933: “Patricio Teixeira, o querido cantor, anda furioso com todos os que votam ‘em branco’ no concurso para Príncipe do ‘broadcasting’ instituído pela ‘A Hora!’” [grifos do original] (O MALHO, 28/12/1933, p.8).

Era comum os jornais e as revistas realizarem concursos para que o público ouvinte de rádio escolhesse seus artistas preferidos. Assim, a citação acima narra a suposta reclamação do cantor Patricio Teixeira em relação a um desses pleitos. Analisando o trecho, chama atenção o uso das aspas colocando em destaque a expressão “em branco”, provocando um duplo sentido na compreensão de quem lesse essa nota da revista. Não perdendo de vista o contexto social, é possível concluir que se tratava de uma queixa quanto à preferência do público pela escolha de artistas brancos, em detrimento de negros, tal como Teixeira.

Apesar do seu sucesso, evidenciado nos periódicos, o cantor parecia compreender os limites sociais demarcados para artistas negros, indicando que o seu lugar na sociedade estava condicionado a hierarquias raciais. Entretanto, aparentemente, o músico não acionava sempre a sua identidade negra. Parecia mobilizar outras

identidades em busca de aceitação social, como cantor de serestas e de música folclórica: “Fui o primeiro a cantar no rádio coisas regionais, ao violão” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/02/1935, p.12).⁴²⁴ Muito embora, cantasse gêneros e temáticas associados às culturas negras como sambas, lundus, samba-jongo e “dança de pretos”. Assim como orixás eram entoados em algumas canções.

“Que ‘negro’ é esse na cultura negra?” foi a pergunta feita por Stuart Hall (2006, p.325-327), alertando sobre os riscos que envolvem a abordagem de identidades negras. Não existem dentro das chamadas culturas negras formas puras, sendo sempre produto de negociações, adaptações, contradições e hibridizações que atravessam as fronteiras culturais. Defender a existência de uma identidade negra em sua essência distancia a percepção da luta e das contradições em torno das identidades culturais. As africanidades devem ser vistas como referenciais para lidar com elementos identitários, mas são frutos de construções políticas e culturais. Os indivíduos e os grupos sociais carregam consigo suas tradições, linguagens e histórias de sua origem, mas sua composição cultural resulta do encontro de elementos que se conectam em espaços e tempos variados (HALL, 2006, p.325-327).

Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, p.247-269), a expressão pode revelar, por exemplo, “que de um modo geral aqueles que são considerados ‘negros’, ‘pretos’, ‘mulatos’, ‘pardos’ etc. têm também um modo subjetivo de se autodenominar e partilhar com outros a diferença racial em relação aos grupos nacionalmente dominantes”. Por outro lado, oculta “que os modos de se identificar racialmente, assim como as estratégias de abrigar-se na nacionalidade brasileira, podem ser múltiplas”.

Com essas ponderações, devemos estar atentos à diversidade das experiências negras, direcionando a compreensão para as construções e as ressignificações, no sentido de nos distanciar de explicações que passam pela ideia de sobrevivências africanas. Mais relevantes são os significados que assumem, encaminhando a percepção para as reinvenções, recriações e recomposições (CAPONE, 2004, p.327-328).

Importante frisar que as identidades negras são elementos fundamentais diante de relações de dominação cultural e política, observando os conflitos e as tensões sociais e raciais (HALL, 2006, p.325-327). A delimitação do conceito de cultura negra,

⁴²⁴ Entrevista de Patricio Teixeira.

assim como de cultura popular, necessita de um enfrentamento com exploração de fontes e uso de metodologias que percebam os atritos sociais. Neste entendimento, coloca-se luz sobre “sujeitos sociais negros plurais com suas diversas expressões e representações artísticas, musicais, educacionais, políticas, ideológicas e identitárias” (ABREU; et al, 2018, p.11). Para Abreu e Assunção (2018, p.24), o uso da categoria cultura negra corrobora com o combate ao racismo, com a desconstrução da idealização da mestiçagem e rechaça a concepção de que há uma integração cultural e racial no Brasil.⁴²⁵

Seguindo esses direcionamentos teórico-metodológicos, compor, cantar, se apresentar publicamente, buscar alianças e estabelecer contatos sociais envolvem um processo ativo e dinâmico, que colocam no foco da cena musical da cidade do Rio de Janeiro no período abordado, os sujeitos negros e seus diálogos culturais. Esta questão foi passível de análise por meio da trajetória de Patricio Teixeira e de suas redes de sociabilidade, compreendidos numa relação multifacetada e complexa. Para Hall (2006, p.125), a cultura pode ser entendida como um meio de ação social e de intervenção crítica, pois há relações de poder estabelecidas, mas potencialmente instáveis. O âmbito da música é particularmente relevante para pensar as ações de músicos negros como estratégias de reconhecimento e profissionalização artística, assim como de busca por respeito social.

Patricio marcava sua presença negra na radiofonia e nos demais espaços em que se apresentava, cantando percepções da realidade cultural e social. Se alargarmos os sentidos do conceito de cidadania, outros caminhos de análise são possíveis para comprovar o seu exercício por meio da arte (MARZANO; ABREU, 2009, p.121-150). Assim, a atuação de Teixeira, principalmente nas estações de rádio, setor cultural ocupado fundamentalmente por músicos brancos nos primeiros tempos, apontava para seu protagonismo, construindo novas possibilidades de exercer a cidadania, alcançando sucesso e prestígio social por meio do seu talento musical e ascendendo socialmente.

MÚSICO E PROFESSOR

⁴²⁵ O emprego da categoria “negro” não ignora os conflitos e tensões em torno das designações de cor no Brasil, construídas a partir de hierarquizações e clivagens sociais. Com seu sentido contemporâneo evidenciado, o termo foi empregado seguindo a sua linha de construção pelos movimentos negros, indicando as marcas do passado da escravidão africana, as lutas identitárias e não ignorando as experiências com a liberdade (MATTOS, 2009, p. 34).

Uma faceta de sua atuação foi o ofício de professor, iniciado ainda nos anos 1920, e que o acompanhou ao longo de toda sua trajetória artística. Apesar de não haver registros de sua escolarização formal durante a juventude, Teixeira tornou-se professor de canto e violão e se formou no Instituto Nacional de Música quando já atuava, com destaque, como cantor em estações de rádio, demonstrando investimento no seu aprendizado musical. As práticas educativas informais orientavam a experiência de músicos negros nas primeiras décadas do século XX, bem como, em alguns casos, o investimento em qualificação formal.

Patricio circulou por vários ambientes, conviveu com pessoas de diferentes classes sociais e origens, compartilhou experiências com grupos de orientações artísticas distintas. Segundo Brandão (1981), a prática educativa acontece onde há redes sociais de construção e transferência de saberes. Nesse sentido, é relevante pensar as relações de sociabilidade nos clubes carnavalescos, nas festas, nos bares, nos circos, nos teatros, nos saraus, nas serenatas, nas aulas particulares, nas rádios, nos estúdios fonográficos, nos momentos de composição e leitura musical como elementos constituintes da sua formação. Todos esses espaços proporcionaram a Patricio Teixeira vivências significativas com a Língua Portuguesa, na sua modalidade oral e escrita, e principalmente, na sua dimensão musical.

A dedicação com a formação musical foi notável, ingressando no Instituto Nacional de Música, importante instituição de ensino musical, quando já era um cantor conhecido, nos anos 1930. Mesmo já dando aulas particulares, Patricio Teixeira formou-se nesta prestigiada escola de música, demonstrando investimento no seu aprendizado musical e na garantia de um respaldo para seu ofício como professor. Teixeira chegou a criar uma metodologia de ensino, publicando um *Método Único* de violão pela editora Irmãos Vitale em 1936.

Para justificar o ofício de Patricio como professor de violão, o cronista Jota Efegê contextualizou que o instrumento “passou a despertar o interesse das mocinhas” (O GLOBO, 13/10/1972, p.5). Mariza Lira, pesquisadora da música popular, explicou que “em 1924 era elegante aprender violão e cantar trovas. E Patricio tornou-se professor da moda” (PRANÓVE, OUTUBRO DE 1939, p.8).

Essa atração pelo violão alcançou as moças ainda na década de 1920. Era comum fotografias de cantoras posando para fotos exibindo seus violões. Várias das que

seguiram a carreira profissionalmente, gravando discos, cantando nas estações de rádio e se apresentando em teatros e outros espaços, estudaram com Patricio Teixeira, e ele não escondia seu orgulho de ter sido professor: “eu ensinei violão a essas meninas...”⁴²⁶

Como se pode notar na citação abaixo, a dimensão racial não passou despercebida na sua atividade de professor de violão. Jota Efegê notou que as “mocinhas bem-nascidas” aprendiam “com um professor preto” (O GLOBO, 13/10/1972, p.5). Uma matéria, de 1933, enfocando o “Gosto do violão”, revelava percepções raciais da relação que envolvia Patricio, enquanto professor, e suas alunas. Tratava-se do aprendizado do instrumento por Lilian Paes Leme:

Uma vez, com a *gaminerie* de quem pede uma boneca nova, pediu um violão. Deu-lh’o o seu papá. Em seguida foram buscar Patricio Teixeira para que o mestre da canção nacional se arvorasse em *nurse* dos dedinhos de Lilian. Os dedinhos de Lilian, bebês da arte, ensaiaram sobre as cordas retesas do violão o bailado do samba, dança de negro, cantiga retinta. E só os dedos de Patricio, mãos-pretas estilizadas, ensinaram à infância digital de Lilian os contos lindos do morro, como outrora *nêga véia* contava a *nhô branco* histórias encantadas... [grifos do original] (VIDA DOMÉSTICA, 1933, p.71).

Mesmo sendo considerado “mestre da canção nacional”, a questão racial estava presente no professorado que exercia, impingindo marcas preconceituosas às relações entre Teixeira e seus alunos. Para o autor daquelas linhas, a imagem de Patricio Teixeira remetia aos tempos da escravidão. O ano era 1933, exatos 45 anos passados da abolição, e o professor de violão negro foi transmutado na figura de negras velhas que contavam “histórias encantadas” a senhores brancos.

Segundo o próprio Patricio, “aos 5 anos de idade já era ‘do violão’, e aos 15 começou a sua vida artística propriamente dita (O GLOBO, 02/12/1966, p.9). Sobre sua formação musical, contou: “fiz curso de solfejo e teoria na Escola Nacional de Música. Violão aprendi a tocar sozinho” (REVISTA DO RÁDIO, 07/04/1962, p.48-49).⁴²⁷

Nessa entrevista, antes de se apresentar como professor, informou essas habilitações para ensinar, conferindo mais respeitabilidade à sua atuação como preceptor. Após apresentar sua formação, afirmou: “No momento tenho 20 alunos, em

⁴²⁶ Algumas cantoras e musicistas famosas que foram suas alunas: Stephania de Macedo (1903-1975); Olga Prager Coelho (1909-2008); Linda Batista (1919-1988); Jesy Barbosa (1902-1987); Sylvinha Mello (1914-1978); Aurora Miranda (1915-2005), irmã de Carmen Miranda (1909-1955); Nara Leão (1942-1989), tendo sido seu primeiro professor de violão.

⁴²⁷ Entrevista com Patricio Teixeira.

sua maioria do sexo feminino, e eu dou aula em suas residências. Muita gente importante aprendeu violão comigo”, e enumerou uma longa lista de ex-alunos (REVISTA DO RÁDIO, 07/04/1962, p.48-49).⁴²⁸

Teixeira investiu esforços na sua formação enquanto músico e também na construção de uma ação pedagógica para ensinar canto e violão. Suas ações indicam forte empenho em conquistar sua cidadania a partir da intervenção no mundo letrado por meio de suas habilidades musicais, dominando códigos sociais e linguísticos, a fim de ser reconhecido e alcançar ascensão. O investimento na sua formação musical, assim como, sua atuação como professor, indicam demandas por qualificação profissional, respeito social e reconhecimento artístico.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Um dos primeiros cantores de rádio no Brasil e, segundo o próprio, o primeiro a levar as modinhas para serem irradiadas, Patricio Teixeira preenche uma importante página da história da música brasileira. Quanto à atividade de professor de violão, se não foi um dos pioneiros, certamente colaborou para a difusão do instrumento e do cancionário popular.

Em que pese o esquecimento da figura de Teixeira no cenário musical ter sido processual e multifatorial, a partir do final da década de 1950, momento em que foi afastado da radiofonia, ocorreu um escasseamento de menções ao músico em periódicos. Esse panorama está diretamente associado aos mecanismos de seletividade da memória que faz com que haja investimento na preservação da memória de alguns e que outros não sejam lembrados. Como a memória social necessita ser constantemente avivada, a experiência de Patricio foi sendo apagada ao longo do tempo. Assim, memória e esquecimento são apreendidos como elementos de um mesmo processo (POLLAK, 1992).

Vinculada diretamente a isso encontram-se as tensões raciais existentes nas representações de Teixeira. Afinal, abordar a trajetória de Patricio com profundidade é, inevitavelmente, encarar o debate racial no campo musical. Lembrar de sua experiência musical era constatar que havia preconceito de cor no chamado “paraíso racial”. Ele balizava as relações e as representações no campo artístico e musical não poupando,

⁴²⁸ Entrevista com Patricio Teixeira.

inclusive, artistas negros famosos, o que comprometeria explicações baseadas na harmonia das raças e na mestiçagem nacional. Assim sendo, uma chave de entendimento atrelada ao caráter seletivo da memória seria o componente racial que acompanhou a trajetória artística de Patrício, evidenciada a partir do destaque alcançado na radiofonia, reforçando sua identidade negra em contraposição aos demais artistas brancos.

Lembrado pela imprensa de sua época, Teixeira foi sendo gradativamente esquecido nos registros jornalísticos e memorialísticos. Esse processo de apagamento de sua imagem foi acentuado a partir de seu falecimento, mas ainda em vida, e ao longo de toda sua carreira, a forma como era tratada a sua imagem pública pelas colunas radiofônicas analisadas revelou desgastes provocados por depreciação, ridicularização, pilhéria e deboche mirando a sua “velhice” e associando-o aos estigmas raciais. Sua ascensão e prestígio social pareciam incomodar, afinal, imprimia sua presença negra em um ambiente predominantemente branco que construía ídolos musicais: a radiofonia.

Na década de 1930, não condizia com a realidade localizar músicos empenhados na construção de carreiras profissionais fora da modernidade. Eles souberam aproveitar as brechas abertas nos meios musicais modernos, reforçando a “dupla consciência” ao se apresentarem “ao mesmo tempo negros e modernos”, dialogando com as novas linguagens e comportamentos. Paralelamente afirmavam, da forma como foi possível, suas identidades culturais negras, caracterizadas pela historicidade e multiplicidade. O campo do entretenimento cultural foi local decisivo para a “cultura política negra” nos países que passaram pela experiência da escravidão (GILROY, 2001).

Conectando o Atlântico Negro, Gilroy (2001, p.55-65) propôs diálogos em torno das concepções de negritude, entendidas como híbridas e dinâmicas, reforçando que mesmo com espacialidades, temporalidades e características particulares, as histórias de luta dos indivíduos negros possuem semelhanças a partir da memória da escravidão, dos africanismos, das experiências religiosas e das vivências por meio da música.

A experiência do cantor Patrício Teixeira no cenário artístico conferiu visibilidade às identidades culturais negras. Seu papel foi fundamental no processo de profissionalização da carreira de músico, sendo um importante protagonista ao se inserir no mundo dos entretenimentos culturais, lidando com a ambiguidade de ser prestigiado pelo seu talento, mas discriminado enquanto sujeito negro. Se por um lado, ocorria um

processo de valorização social da sua música, por outro, os mecanismos sociais de discriminação racial direcionados à população negra eram evidenciados nas relações tecidas no campo artístico-profissional, mesmo diante do seu sucesso artístico.

Com todas as dificuldades subjacentes a uma sociedade desigual e racista, alguns músicos negros vivenciaram as transformações culturais como oportunidades de se inserir no mercado musical, sendo crucial a profissionalização de suas carreiras para demarcar o lugar das identidades negras no campo cultural e artístico brasileiro, divulgando suas habilidades artísticas, cantando o seu cotidiano, suas identidades e seus vínculos de pertencimento.

Não foram poucos os legados de Teixeira para a “música popular brasileira”. Cantor pioneiro na radiofonia, levou ao ar, aos palcos e aos discos diversas musicalidades, colaborando para a difusão e a popularização do samba e de outros gêneros, lançando compositores e suas canções. Teve sua parcela de contribuição na consolidação da própria radiofonia ao atrair as atenções do público ouvinte. Ajudou ainda nas bases da construção da carreira de cantor de gêneros populares, atuando quando a função ganhava contornos profissionais e reconhecimento social. Além de sua atuação na produção e na ampliação de sentidos culturais para o ofício de professor de violão, ainda nos anos 1920, contribuindo para a valorização social do instrumento.

Patrício Teixeira se esforçava para manter uma imagem de retidão profissional, contrapondo-se às imagens depreciativas, e não estava sozinho nas estratégias de enfrentamento por respeitabilidade, pois em variados tempos e espaços da diáspora negra (GILROY, 2001) outras histórias podem ser conectadas, demonstrando que os sujeitos negros lutavam para romper com visões estereotipadas e estigmas construídos racialmente na sociedade brasileira.

FONTES

Depoimento de Patrício Teixeira Chaves ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro em 01/12/1966.

Revista A Noite Ilustrada

Diário de Pernambuco

Gazeta de Notícias

O Cruzeiro

O Globo

Revista do Rádio

Revista O Malho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; et al (orgs.). *Cultura Negra*. Trajetórias e lutas de intelectuais negros. Novos desafios para os historiadores. v.2. Niterói: Eduff, 2018.

ABREU, Martha; MARZANO, Andrea B. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: CARVALHO, J. M. de e NEVES, L. M. P. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BAHIA, Joana; et al. *Pensamento social no Brasil por Giralda Seyferth: notas de aula*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BORGES PEREIRA, João Baptista. *Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que É Educação*. 48ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAPONE, Stefania. O renascimento cultural afro-americano. In: *Os yoruba do Novo Mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CARVALHO, Hermínio Bello de. *O canto do pajé: Villa-Lobos e a música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

DANTAS, Caroline Moreira Vieira. Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patricio Teixeira. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade negra na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Asia*, nº 30, 2003.

GUIMARÃES, Francisco (pseudônimo Vagalume). *Na roda do samba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HERTZMAN, Marc. *Making samba. A new history of race and music in Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 2013.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial. 1870-1889*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.13, p. 135-150, jul-dez, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

TEIXEIRA, Patricio. *Método único*. Posições dos acordes. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Vitale, sd.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VIEIRA, Caroline Moreira. Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afrorreligiosidades e o mundo da fonografia (1902-1927). Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo em defesa da escola pública: imprensa, esfera pública e ensino religioso

Grazyelle de Carvalho Fonseca
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

INTRODUÇÃO

O debate acerca da legitimidade do religioso no ensino básico público é uma demanda presente nas reflexões acadêmicas e envolve, inclusive, a problematização a respeito do religioso no espaço público e nas instâncias do poder político. Na perspectiva conjuntural do Brasil, trata-se de um debate que atravessa a análise da formação das maneiras de intervir no curso dos acontecimentos e de intercâmbio entre as instâncias do poder simbólico e do poder político. À vista disso, este trabalho tem por objetivo observar e analisar o posicionamento do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo acerca das ações de 1959 e 1960 sobre o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação. Como se observa na literatura, tal projeto nacional mobilizou católicos, espíritas, intelectuais, estudantes e políticos acerca da autorização da ensino religioso nas escolas públicas.

Portanto, é preciso destacarmos que o processo de elaboração do que se definiu como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) tramitou na Câmara dos Deputados Federais entre 1948 e 1961, sendo alvo de embates entre políticos, religiosos, intelectuais e empresários da educação. De acordo com Cunha e Fernandes (2012), a legitimidade do ensino religioso na escola pública já era uma questão presente no Brasil daquela época, inclusive, o ano de 1946 já tinha sido um momento em que homens com diferentes posicionamentos políticos⁴²⁹ discutiram acerca da laicidade do ensino público ou a limitação do ensino religioso para horários extracurriculares. Porém, somente em 1959 que o projeto teria retomado à sua efervescência, a partir da proposta do deputado de direita Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN). Abrindo-se discussões acerca do ensino público e do privado, bem como da presença do ensino religioso nas escolas públicas.

⁴²⁹ Dentre eles, Luís Carlos Prestes (comunista), Hermes de Lima (socialista) e Aliomar Baleeiro (liberal).

Neste momento, forma-se uma arena de disputas entre educadores, estudantes, espíritas, católicos e maçons. Sendo que, a partir do “Manifesto dos Educadores”, redigido por Fernando Azevedo e publicado em 1º de abril de 1959, iniciou-se uma onda de manifestos em defesa da escola pública enquanto promotora da democracia e do desenvolvimento nacional. Vale destacarmos que, a partir da ação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, também foi realizada a *I Convenção Espírita em Defesa da Educação Pública* (julho de 1960), originando a “Declaração Espírita de Princípios Educacionais”. Com isso, é preciso nos atentarmos à importância da ação da imprensa nesse processo, funcionando como um espaço público de circulação de ideias e controvérsias, assim como, agenciando o curso dos acontecimentos. Seguindo esta perspectiva, Cunha e Fernandes (2012) aproximaram o “Manifesto dos Educadores” e o apoio do jornal:

É possível que esse manifesto tenha iniciado a Campanha de Defesa da Escola Pública, um grande movimento de mobilização, predominantemente paulista, com o apoio aberto e intenso do jornal O Estado de São Paulo. Cumpre lembrar que Fernando Azevedo, relator daquele documento, começou sua carreira educacional como redator desse diário. (CUNHA E FERNANDES, 2012, p. 854)

Com base na premissa acima, pretendemos realizar a seguir uma breve reflexão sobre os discursos do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, publicados no periódico carioca *O Semanário*⁴³⁰. Como o Clube dos Jornalistas Espíritas atuou na esfera pública em defesa de um ensino laico? Quais os argumentos católicos em Defesa do ensino confessional? Como a permanência do ensino religioso é compreendida como legítima por parte da Igreja Católica? Por outro lado, como os espíritas defenderam a presença do ensino religioso?

A fim de compreender tais questões, partimos da compreensão de esfera pública enquanto espaço limítrofe entre as instâncias do público e do privado, através do qual se estabelece discussões mediante razões (HABERMAS, 2014). Com isso, de acordo com Paula Montero (2012), pensar a esfera pública é lidar com os fluxos discursivos

⁴³⁰ Conforme apontamos acima, a nossa fonte documental é do Rio de Janeiro, o periódico nacionalista *O Semanário*. - que detinha redação tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo (BRITO, 2011). Como temos observado em nossa pesquisa de doutorado, muitas informações acerca do Clube dos Jornalistas do Estado de São Paulo são replicadas em jornais cariocas, partimos da hipótese de que isto se dá devido à presença de associados do Rio de Janeiro, bem como, por ser a primeira entidade associativa dos jornalistas espíritas. Por fim, vale ressaltar que esses textos eram publicados na página sobre espiritualismo, onde havia outros tipos de crenças, inclusive, a Teosofia.

produzidos através de um constante processo histórico de legitimação e de uma dinâmica simbólica tanto de quem produz, quanto daquilo que se pode ser discutido. Isto é, pensar a esfera pública é buscar se aproximar do processo constituído pelas controvérsias que originam as “configurações de visibilidades” (MONTERO, 2012).

IMPRENSA E ESPIRITISMO: O CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO

Desde a sua constituição, na França oitocentista, o espiritismo se preocupou com a divulgação doutrinária por meio da imprensa - tal como a criação da *Revue Spirite*, em 1858, por Allan Kardec⁴³¹ -, assim como, através de livros, que hoje são chamados de “codificação espírita”. No Brasil, por sua vez, a inserção do espiritismo ocorreu através dos profissionais liberais - médicos, advogados, jornalistas -, da elite e de funcionários da corte, sendo, a imprensa uma via importante de difusão, circulação e recepção do espiritismo, importado junto com outras ideias francesas. Dentre outros jornalistas deste período, destaca-se a atuação do jornalista baiano Luiz Olympio Telles de Menezes (1828 – 1893) como um dos primeiros tradutores das obras de Allan Kardec (LEWGOY, 2008) na década de 1860, além de ter fundado o primeiro jornal espírita *Écho D'Além-Túmulo* (1869 - 1870).

Temos observado o espaço da imprensa não somente composto por intelectuais, mas também enquanto uma arena discursiva de construção de legitimidade doutrinária, de discussão e de opinião de assuntos relativos à sociedade civil. Se a imprensa é um veículo importante para a divulgação doutrinária, um grupo de jornalistas espíritas compreendeu que seria importante se unir em um associativismo, exercendo tanto a profissão de jornalista, quanto defendendo a confissão religiosa diante de diferentes disputas - internas do próprio espiritismo e externas, como, por exemplo, catolicismo e protestantismo.

Então, instituiu-se o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, fundado no ano de 1948 e ativo até o ano de 1970. Apesar de englobar os jornalistas, o clube também contava com a participação de escritores. Inclusive, a participação de escritores foi aberta desde os primeiros anúncios nos jornais acerca da sua fundação, assim como, colaborou com a organização do II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores

⁴³¹ Pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869).

Espíritas (1958)⁴³². A demanda inicial do clube era discutir acerca de assuntos pertinentes à doutrina: divulgação, bem como, articulação das demandas da religião à sociedade civil. Dentre os associados fundadores, pode-se destacar os seguintes: José Herculano Pires, dos “Diários Associados”; Demétrio Abraão Nami, do Diário do Comércio; Wandick de Freitas, do “Jornal Folha de Notícias” e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; e outros (RIZZINI, 2000).

É preciso apontarmos que o período de fundação do clube, em 1948, antecede a grande mudança editorial do jornalismo: em 1950, inicia-se o processo de profissionalização do jornalista; o texto se distancia mais do caráter literário e, por conseguinte, propõe-se mais informacional, logo, o jornalismo atravessa uma modernização empresarial (gráfica, editorial) e uma textual (linguística); dá-se início o processo de constituição de legitimidade do jornalismo, propondo-se carregado de função social, carregado da “aura de fidelidade dos fatos” (RIBEIRO, 2007). Embora nessa época os jornais já possuíssem caráter noticioso, a posição do clube sobre a questão sócio-política é de caráter opinativo, calcada no objetivo de abarcar interesses da coletividade. Uma parcela dos associados era composta por funcionários dos *Diários Associados*, empresa na qual um de seus jornais, o Diário de São Paulo, tinha a coluna espírita “Irmão Saulo”, escrita por José Herculano Pires, sócio-fundador do clube. Sendo assim, o clube contava com facilidade de espaço de circulação de ideias na imprensa, bem como, também buscava atuar na cultura e em aspectos inerentes à sociedade civil.

Conforme Aubrée e Laplantine (2009), de modo geral, as preocupações dos militantes espíritas do estado de São Paulo eram mais relativas às questões sociais do que propriamente políticas, cuja espiritualidade se expressava dissociada do político. O engajamento político mais expressivo dos correligionários espíritas teria sido a “Coligação Nacional Pró-Estado Leigo”, fundada em 1931, no Rio de Janeiro, a fim de formar oposição acerca da possibilidade retomada do catolicismo como religião do Brasil, assim como, defender a liberdade de culto. De acordo com os autores, a preocupação espírita com aspectos mais sociais que políticos se justificaria a partir da noção de reencarnação, a qual daria “às desigualdades sociais flagrantes justificativas

⁴³² O primeiro ocorreu em 1948, no Rio de Janeiro (RIZZINI, 2000).

que não autorizavam os espíritas a encarar soluções políticas susceptíveis de transformar a ‘ordem das coisas’” (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009, p. 177).

Entretanto, assim como na questão da coligação nacional, os espíritas buscaram intervir na política, enquanto membros da sociedade civil, a fim de discutir acerca da legitimidade do ensino religioso e da presença do catolicismo na escola pública. Conforme Incontri (2003), a preocupação com a educação pública remonta à sua fundação na França, onde se observa a atuação de Rivail (antes de assumir o pseudônimo Allan Kardec) como um pedagogo em defesa da escola pública enquanto instrumento e parte das missões social e humana. A educação adquire conotação iluminista, pensada como catalisadora da “evolução social”. Então, no que concerne ao Brasil, a autora afirma que a ação em defesa da escola pública, em 1960, foi uma forma de retomar a tradição da Liga de Ensino francesa liderada por Rivail, visto que a campanha fora idealizada por José Herculano Pires, militante da pedagogia espírita kardecista. Todavia, como o discurso da defesa espírita acerca da escola pública é articulado para um público amplo? Pretendemos refletir essa questão no item a seguir.

PUBLICAÇÕES DO CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO SOBRE O PROJETO DE DIRETRIZES E BASES NA IMPRENSA:

A Proclamação da República é compreendida como um marco temporal para se pensar a laicidade na literatura acadêmica, pois, a partir desse momento Igreja e Estado são oficialmente dissociados. Conforme Giumbelli (2008), ensino, registros civis, casamento e cemitério deixam de ser inerentes à Igreja e tornam-se secularizados. Então, abrem-se precedentes para a demanda da liberdade religiosa e da igualdade confessional. Entretanto, a partir da Constituição de 1934, a Igreja Católica adquire concessão do Estado para o ensino religioso, bem como, a validação civil para o casamento religioso.

Logo, Estado e Igreja continuaram um processo de “colaboração” para a fundamentação dos preceitos morais e comportamentais da sociedade civil. Além disso, conforme Arribas (2011), a partir da via republicana laica, o território brasileiro experimenta movimento migratório de crenças advindas com imigrantes (japoneses, judeus, sírios-libaneses e assim por diante), a difusão de diferentes expressões religiosas.

Quanto ao espiritismo kardecista, ele passou por um processo de conformação ao contexto brasileiro, constituindo-se no que chamou-se de “espiritismo à brasileira” (STOLL, 2003), pois precisou reagir às pressões do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, as quais criminalizavam as práticas mediúnicas e autorizavam práticas higienistas tanto policiais quanto judiciárias. Já na primeira metade do século XX, o espiritismo possuía certa imunidade para a permanência na esfera pública, visto que buscou enfatizar aspectos da cura terapêutica/mediúnic, além de abarcar ideais cristãos do catolicismo popular e a ênfase na prática da caridade. Porém, vale destacarmos que os espíritas se aproximaram do Estado pela via assistencial (GIUMBELLI, 2008).

Essa situação de “colaboração” entre Igreja Católica e Estado também teria se dado na formulação do Projeto de Diretrizes e Bases, no Ministério da Educação, desde 1948, a fim de adquirir autorização do ensino religioso nas escolas públicas, além das escolas confessionais pagas. Logo, assim como Montero (2012), é importante destacarmos que, desde o início da república até 1970 (periodicidade que abarca o caso em análise), a Igreja atuou em contrapartida às forças que buscavam delimitar atos civis e religiosos, tais como positivistas e anticlericais, visto que já era força política notória desde o período colonial.

Para católicos como o Cardeal Dom Jaime, o interesse católico pelo ensino confessional seria diferente de dominar. Tratar-se-ia de uma busca por liberdade que qualquer confissão religiosa deveria se interessar para a formação moral dos seus adeptos. Então, no Jornal do Brasil (RJ), em 31 de janeiro de 1960, a coluna “A Voz do Pastor” transcreve a fala do Cardeal Dom Jaime de Barros à Rádio Vera Cruz, na qual, o Cardeal defende o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e afirma o ensino religioso como representação da democracia. Ele defende que o ensino religioso é base da missão católica de educação da família brasileira e de colaboração com o Poder Legislativo. Segundo o Cardeal,

[...] a Igreja se encontra munida de autoridade e jurisdição neste campo, ninguém o porá em dúvida sem renegar a palavra do Divino Mestre válida não só para os apóstolos, mas também para seus sucessores, pois estes e não aqueles é que poderiam realizá-la em toda a sua plenitude: “Ensinai todas as gentes”, (Mt, 28, 19). Portanto a Igreja não se acha desligada, nem intrusa nas atividades ensinantes e formativas.

(CARDEAL DOM JAIME DE BARROS, 1960)

Na semana de 12 a 18 de março de 1960, o nacionalista liberal *O Semanário* publicou uma nota do clube, na qual afirma-se que teria sido deliberada na última reunião a necessidade de dirigir ao Senado um manifesto de repulsa e de alerta aos perigos do Projeto de Diretrizes e Bases. De acordo com o clube, o projeto estava na contramão do desenvolvimento da educação pública. Por fim, justificam a sua atuação nessa demanda através do argumento de que, dentre o jornalistas espíritas associados, uma parcela era composta por professores que atuavam em diferentes graus de ensino. É importante destacarmos que, nesta nota, o clube se insere na gama dos intelectuais. Isto nos leva ao encontro à definição de intelectual espírita de Arribas (2014). De acordo com a autora, a autoridade intelectual ou ideológica baseia-se no intelectualismo como forma de articular o humano e o divino, como forma de auxiliar nas demandas tanto materiais quanto espirituais. Portanto, o “intelectual espírita, emerge frequentemente sobre um fundo de probabilidade, isto é, de afinidade eletiva entre mensagem religiosa e situação social de classe ou de *status*” (ARRIBAS, 2014, p. 155. Ou seja, segundo a autora, o intelectual espírita é respeitado por sua bagagem intelectual e pela combinação do âmbito pessoal e interpessoal, porém, suas condutas morais não são consideradas tais como as de um “profeta”, embora o saber intelectual forneça conforto e autoridade para se tornar porta-voz do grupo. Portanto, de acordo com a nota, a ação do grupo em prol da educação leiga se legitima pelos fatos de haver professores de diferentes graus de ensino e de haver intelectuais.

Nessa batalha acerca da educação, observa-se, um lado, um embate com a Igreja Católica, de outra, a defesa de ideias nacionalistas. De maneira geral, desde sua inserção no Brasil, o espiritismo travou embates com a Igreja Católica, inclusive, ganhando aderência por parte de sujeitos anticlericais. Sendo que, por outra via, alguns aspectos do catolicismo foram assimilados, culminando no que se chamaria, na década de 1930, de “cristianismo redivivo”, com Francisco (Chico) Cândido Xavier. Então, presencia-se a constituição de um espiritismo patriótico, expresso em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” (1938)⁴³³, psicografado por Xavier e publicado pela Federação Espírita Brasileira.

No “*Manifesto dos Jornalistas Espíritas em Defesa da Escola Pública*”, publicado no periódico carioca *O Semanário*, na semana de 19 a 25 de março de 1960, o

⁴³³ Texto que renderia discussões acerca da veracidade da psicografia, visto que ele fora atribuído ao escritor Humberto de Campos e a família acusou plágio da obra *Brasil Anedótico*, de Campos.

clube critica o projeto enquanto articulação entre forças políticas e religiosas. Logo, para o clube, o ensino religioso nas escolas públicas seria um retorno ao período medieval, visto que se trataria de interesses confessionais. A escola pública é defendida como um ponto de convergência entre diferentes opiniões e crenças. Argumentam:

Nascida na Revolução Francesa, como reação ao dogmatismo escolástico e aos privilégios feudais, a Escola Pública tornou-se um verdadeiro instrumento da educação em todo o mundo civilizado. Graças a ela, o mundo moderno pôde libertar-se dos princípios retrógrados que imperavam no ensino religioso antigo, amesquinhando a consciência dos povos, através de um dogmatismo grosseiro e agressivo que levou Giordano Bruno à fogueira e exigiu o silêncio aviltante de Galileu. Ainda Hoje, os resquícios desse medievalismo opressivo se fazem sentir dolorosamente em nações dominadas pelo passado e sujeitas a ditaduras teológicas, nas quais o ensino e a cultura são medidos pelos interesses confessionais dominantes.

(CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO, 1960)

No argumento do manifesto acima, o clube enfatiza o ensino público laico em detrimento do ensino religioso, evidenciando que a perda de amarras da religião é uma característica da modernidade. Neste sentido, a escola pública francesa é mencionada como um modelo de representatividade do “mundo civilizado” e de “reação ao dogmatismo escolástico”. De fato, já no século XX, o ensino público francês apresentava tendências de separação entre Estado e religião, bem como, tendência a relegar a religião ao privado. Entretanto, conforme Werebe (2004), o processo de laicização do ensino público francês só ocorreu a partir de 1880, com a atuação de Jules Ferry (um republicano e anticlerical) para tornar a escola primária pública e gratuita, sem símbolos religiosos e com professores leigos. Assim, o ensino de religião seria permitido somente horário extra-curricular, na França. Porém, apenas com uma lei promulgada em 1905 que a França instituiu oficialmente a dissociação entre Estado e Igreja. Inclusive, esta “lei de separação” é apontada na literatura acadêmica como um ponto-chave para compreender o processo de laicidade francesa, visto que, a partir dela, o Estado Francês procurou delimitar o espectro de atuação da religião na sociedade por meio das associações de culto (GIUMBELLI, 2013).

Diante dessas demandas, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo promove a *I Convenção Espírita em Defesa da Escola Pública*, entre 11 e 16 de julho, na Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP). Dentre os representantes das entidades espíritas presentes, estavam os membros da FEESP, da União das Sociedades Espíritas (USE), da Associação Metropolitana de Assistência, da Liga Espírita do

Estado de São Paulo, do Instituto de Cultura Espírita do Brasil (RJ), e outros. Entretanto, a convenção também recebeu apoio e presença de frentes políticas, tais como, o Partido Socialista Brasileiro, a Frente Nacionalista de São Paulo, o Movimento Renovador Sindical e comissões de defesa da escola pública de diferentes lugares de São Paulo. Inclusive, a convenção contou com a participação de Florestan Fernandes, cuja reportagem publicada no *Semanário*, entre 08 e 12 de agosto de 1960, enfatiza que o educador afirmou não ser espírita, mas agnóstico e socialista.

O que foi a I Convenção Espírita em Defesa da Educação? Foi um evento organizado pelo Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo com o objetivo de realizar uma “defesa da escola pública”, bem como, de rejeitar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A ideologia política principal era de caráter liberal e nacionalista, mas se aliou às outras frentes como mencionamos acima. Durante a abertura, o jornalista espírita José Herculano Pires, então presidente do clube, deixou claro o objetivo da convenção: apoiar a escola pública a partir da defesa da laicidade, rejeitar as interferências do religiosas; exigir do Estado a responsabilidade pela educação nacional.

A partir desse evento, os jornalistas espíritas elaboraram a “Declaração Espírita de Princípios Educacionais”, direcionada à Câmara Federal e ao Senado para reverter o projeto. Com isso, eles buscaram chamar atenção das bancadas paulistas para: o ensino livre, gratuito e laico; ensino particular somente na modalidade de supletivo e leigo; exclusão do ensino religioso facultativo. Entretanto, no aspecto doutrinário, a declaração defendeu a manutenção e instituição de escolas espíritas a fim de evitar que filhos de pais espíritas tenham filhos influenciados ou coagidos pelas escolas confessionais particulares ou pela presença do ensino religioso facultativo nas escolas públicas daquele momento. Ao mesmo tempo, também defendiam a pesquisa científica acerca da fenomenologia espírita, bem como, a difusão do espiritismo como a explicação para as causas do universo.

Segundo Jorge Rizzini, biógrafo de José Herculano Pires, o jornalista espírita teria escrito uma carta ao também jornalista espírita Deolindo Amorim sobre a convenção:

Estamos grandemente confiantes no êxito da Associação [Associação Espírita em Defesa da Escola Pública], e simplesmente empolgados pelos resultados brilhantes da Convenção. O próprio Wantuil (Herculano refere-se ao

presidente da Federação Espírita Brasileira, Wantuil de Freitas) já nos comunicou a remessa de telegrama da Federação ao Senado e mandou cópias de telegramas e ofícios enviados às Federações filiadas, de todo o país, solicitando providências no mesmo sentido. A Convenção, portanto, embora partindo do Clube, transformou-se numa tomada de posição do movimento espírita. Foi a nossa mais bela vitória, graças a Deus. (RIZZINI, 2000, pp. 114-115)

Entre 02 a 08 de agosto de 1960, *O Semanário* retoma a nota do clube, agora assinada por “Irmão Saulo”, pseudônimo do jornalista espírita José Herculano Pires. A partir do título “O dever das instituições espíritas: a defesa da educação democrática”, o texto confere responsabilidade às instituições espíritas na atuação acerca do projeto de lei. De acordo com o texto, o ensino religioso na escola pública possuía teor sectarista, enquanto a escola pública deveria ser democrática, gratuita e com inclusão entre pobres e ricos. Além da defesa da educação democrática, contra ao subsídio público à escolas privadas e confessionais, tratava-se também de uma oposição ao catolicismo.

Considerando que a Igreja Católica sempre participou ativamente na sociedade civil republicana, tanto na construção simbólica quanto dos direitos culturais coletivos (MONTERO, 2012), mesmo que o “Irmão Saulo” não tenha nomeado diretamente a Igreja católica, sabia-se à época que ela era uma das maiores interessadas no domínio do ensino confessional. Inclusive, a Igreja Católica teria exercido grande influência no projeto, desde a sua elaboração no Ministério da Educação (1948) até os trâmites na Câmara dos Deputados, assim como também fora alvo de críticas por parte de espíritas, intelectuais e maçons. Devido a isto, na redação final de 1961, o ensino religioso em escolas públicas foi sancionado sem ônus financeiro para o Estado. (CUNHA E FERNANDES, 2012)

Mais adiante, ainda na publicação do “Irmão Saulo”, o texto delimita alguns lugares nos quais a educação religiosa poderia estar presente: em casa ou nos templos e não na escola. Logo, a educação religiosa é destinada ao âmbito do privado. Além do mais, a presença do religioso no espaço público exerceria a função de divisão entre as pessoas, bem como, seria oposta ao “esclarecimento”. Diz “Irmão Saulo”:

Educação religiosa se dá em casa, no lar, ou nos templos. Nem mesmo a educação religiosa facultativa deve ser dada na escola, porque as aulas de religião servem para dividir as crianças e favorecer as tendências sectárias dos professores menos esclarecidos. [...] Cruzar os braços ante o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é entregar o ensino e a educação, no Brasil, às forças sectárias que há muito desejam controlá-lo. [...] (IRMÃO SAULO, 1960)

Na resolução final, houve alguns ganhos para a Igreja Católica: na nova LDBEN, permaneceu o texto da Liga Eleitoral Católica (LEC) presente na Constituição de 1946⁴³⁴; embora facultativo, o ensino religioso seria ministrado em horários escolares, de acordo com a confissão do aluno ou responsável; a classe formada não necessitaria de um número mínimo de corpo docente; bem como, o professor deveria ser registrado por uma autoridade religiosa. (CUNHA E FERNANDES, 2012). Diante daquele cenário, José Herculano Pires mudaria de posição quanto ao ensino laico anos mais tarde, visto que teria reconhecido a necessidade da pedagogia espírita como necessidade e projeto de formação do sujeito:

Reconhecendo que a Religião corresponde a uma exigência natural da condição humana e a uma exigência da consciência humana, e que pertence de maneira irrevogável ao campo do Conhecimento, devemos reconduzi-la à escola, mas desprovida da roupagem imprópria do sectarismo. Temos de introduzir nos currículos escolares, em todos os graus de ensino, a disciplina Religião ao lado da Ciência e da Filosofia. Sua necessidade é inegável, pois sem atender aos reclamos do transcendente no homem não atingiremos os objetivos da paidéia grega: a educação completa do ser para o desenvolvimento integral e harmonioso de todas as suas possibilidades.” (PIRES, 1985, p. 41 apud INCONTRI, p. 8, 2003)

A relação entre espíritas e católicos se expressa, portanto, de maneira ambivalente, cujas disputa por espaço e defesa da laicidade republicana eram importantes para a permanência do espiritismo enquanto expressão religiosa. Além disso, é também uma estratégia para defender esfera pública enquanto um debate mediante razões, sendo a defesa da educação pública um dos temas de discussão que afetariam os interesses da sociedade civil. Correlato a isso, observamos que a demanda pela secularização se expressa em sua dimensão de privatização da religião (quando “Irmão Saulo” aborda o ensino do religioso no lar ou no templo, por exemplo), que foi compreendida como uma tendência histórica moderna e integrante de uma condição normativa da democracia política liberal (CASANOVA, 2006).

Concomitantemente, o caso analisado nos remete ao debate entre Taylor e Habermas, cujo argumento habermasiano (2011) de tradução do discurso religioso na

⁴³⁴ No Capítulo II, da Constituição de 1946, artigo 168, parágrafo V, verifica-se: “O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável” (BALEEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012, p. 88).

esfera secular faz-se necessário pois tal discurso tem intenção de adentrar, justificar, afetar e formular as decisões políticas e judiciárias. Logo, a tradução ou secularização do jogo religioso é uma via de justificação para interferir nas decisões estatais, já as “influências religiosas pertencem a um conjunto de discurso no qual não é simplesmente movido com um ponto de vista, ou com uma interpretação cognitiva relativa ao domínio da vida humana” (HABERMAS E TAYLOR, 2011, p. 63).⁴³⁵ No caso do clube, a influência do discurso religioso é combinado com o político como via de legitimação doutrinária e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do religioso aparece como constituição do indivíduo, sendo a deslegitimação do catolicismo enquanto instituição autêntica para o ensino religioso na escola pública também um reconhecimento da sua potência de articular as demandas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clube buscou combinar a legitimidade de classe (jornalista) e o espaço na imprensa junto com a autodenominação espírita como forma de demarcar que seguidores da doutrina espírita também estariam preocupados com os interesses sociais. Apesar da preocupação com as classes mais pobres, a defesa era pela via liberal. É preciso ter em consideração que o espiritismo é uma doutrina letrada e que valoriza a intelectualização do sujeito. Além disso, ao demarcar que a autorização do ensino religioso em escolas públicas é um retorno ao período medieval, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo defende a laicidade e a dissociação da Igreja Católica dos outros domínios ligados à formação do saber e do simbólico. Concomitantemente, defende que a Igreja Católica é ultrapassada no que diz respeito à produção científica e intelectual.

A questão da defesa espírita da escola pública evidencia a existência de tensões com o catolicismo. Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que enquanto as práticas mediúnicas do kardecismo foram legitimadas, presenciou-se também a marginalização das práticas espirituais das classes mais baixas, que lidavam com as matrizes afro-brasileiras e chamadas de “baixo espiritismo”. Ainda na segunda metade do século XX, o espiritismo também apresentará embates com a umbanda e os próprios membros do espiritismo discutirão entre si acerca da manutenção da “pureza

⁴³⁵ Tradução nossa. [...] religious influences belong to a kind of family of discourse in which you do not just move within a cognitive interpretation of a domain of human life [...] (HABERMAS E TAYLOR, 2011, p.63)

doutrinária”, o que nos provoca outras questões para reflexão da tese, no que concerne à ação do Clube em interesses da sociedade civil: Quando defendeu-se o ensino leigo como democrático também abarcou a pluralidade de práticas também de natureza afro-brasileira? Falam em defesa do ensino para as pessoas pobres, mas não tangenciam com relação àquelas práticas. Quando tratam da possibilidade de manutenção e constituição de novas escolas espíritas também defendem um ensino confessional, porém, o espiritismo se consideraria com maior legitimidade, visto que se propõem como uma doutrina científico-filosófica e religiosa?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBRÉE, Marion; LAPLATINE, François. A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: Edufal, 2009.

ARRIBAS, Célia da Graça. *No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

ARRIBAS, Célia da Graça. Uma sociologia histórica do espiritismo. Anais do III Encontro nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades - ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições Brasileiras - Volume V: 1946*. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BARROS, Cardeal Dom Jaime. A voz do pastor. Jornal do Brasil, 31 de Janeiro de 1960, n. 26, ano LXIX. (Acervo da Biblioteca Nacional.) Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em julho de 2019).

BRITO, Leonardo. “O Semanário” – Um jornal que vale por um livro – Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

CASANOVA, José. Rethinking Secularization: a global comparative perspective. *The Hedgehog Review*, Charlottesville, vol. 8, no. 1/2, p. 07-22, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES. Vânia. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 849 - 864, out. / dez. 2012.

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. Diretrizes e bases. *O Semanário (RJ)*, 12 a 18 de março de 1960, ano V, nº 200. (Acervo da Biblioteca Nacional.) Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em julho de 2019).

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. Manifesto dos Jornalistas Espíritas em Defesa da Educação Pública. *O Semanário (RJ)*, 19 a 25 de março de 1960, ano V, nº 201. (Acervo da Biblioteca Nacional.) Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em julho de 2019).

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. I Convenção Espírita em defesa da educação Brasileira. *O Semanário (RJ)*, 8 a 12 de agosto de 1960, ano V, nº 221. (Acervo da Biblioteca Nacional.) Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em julho de 2019).

GIUMBELLI, Emerson. Para estudar a laicidade, procure o religioso. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; GIUMBELLI, Emerson (Org.). *Religião, Cultura e política en las Sociedades del siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2013.p. 43-68.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2): 80-101, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. *O Cuidado dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

IRMÃO SAULO. O dever das instituições espíritas: a defesa da educação democrática. *O Semanário (RJ)*, 2 a 8 de julho de 1960, ano V, nº 200. (Acervo da Biblioteca Nacional.) Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em julho de 2019).

HABERMAS; Jurgen; TAYLOR, Chuck. Dialogue: Jurgen Habermas and Charles Taylor. In: HABERMAS, Jurgen; TAYLOR, Chuck; BUTLER, Judith. H *The power of religion in the public sphere*. New York: Columbia University Press, 2011, pp. 60 - 69.

INCONTRI, Dora. A contribuição espírita no debate da escola pública no Brasil. *III Jornada do HISTEDBR, 2003, Americana-SP. Anais da III Jornada do HISTEDBR*. Campinas, 2003. v. 1.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, 28 (1): 84 – 2-14, 2008.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIZZINI, Jorge. J. Herculano Pires: *O apóstolo de Kardec - o homem, a vida, a obra*. São Paulo: Paideia, 2000.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: EDUSP; Curitiba: Ed. Orion, 2003.

WEREBE, Maria José. A laicidade do ensino público na França. *Revista Brasileira de Educação*. Setembro a dezembro, nº 27, 2004.

MESA 2

Território, Identidades e Representações 2

DEBATEDORES:

Rui Aniceto (UERJ/FFP)

Felipe Ribeiro (UFPI)

A arquitetura nos hospitais de isolamento em Curitiba na primeira metade do século XX como patrimônio cultural

Rafaela Paula da Silva
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

O PATRIMÔNIO, O TEMPO E O LUGAR

O passado não é tangível em si mesmo, não é possível margeá-lo plenamente, encontrar sua forma primordial, definir limites ou sentidos únicos. Mas a cultura material e o patrimônio material são tangíveis e também fatores essenciais para construção de narrativas e interpretações sobre o pretérito. Através das quais coletivamente a vivência e a memória do tempo são significadas, “como parte do esforço das sociedades humanas em tornar a experiência do transcurso temporal uma experiência partilhável social e coletivamente”. Trata-se de reconhecer os “usos e demandas contemporâneas do passado”, ou seja, o que as sociedades procuram nestas narrativas e porquê. (GUIMARÃES, 2012, p. 97)

De acordo com as demandas são criados discursos diversos que exercem funções específicas e encontram pontos de conexão em objetos e temas comuns. Ainda que, sua origem venha de grupos, lugares e momentos distintos e, se conectem somente em determinados pontos ou suas abordagens sigam caminhos opostos. (FOUCAULT, 2008) Conforme, discute Guimarães (2012, p. 96-97) o interesse contemporâneo em patrimonializar o passado está associado a questões atuais e interesses específicos. Portanto, reconhecer a dimensão histórica da invenção patrimonial e refletir sobre suas definições, compreende também os discursos e narrativas que os orientam.

O patrimônio pode, segundo Gonçalves (2015, p. 2016), ser entendido como “os sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de interligar o passado, o presente e o futuro”, assim os patrimônios são evidências materiais da relação entre os seres humanos e o tempo. Segundo ele, as variações em tempos e lugares diferentes quando analisadas evidenciam formas próprias de vivenciar o tempo. Logo, as narrativas e discursos sobre o passado precisam ser vistas em relação a sociedade que os origina, considerando sua compreensão do tempo, da memória coletiva e de sua identidade.

De certa forma, construir narrativas e interpretações dar significado a determinados lugares, construções ou objetos pressupõe sua importância, a necessidade de cuidado e manutenção como âncoras físicas dos discursos. Porque sua destruição poderia causar a perda...

“Em outras palavras, a perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional. E tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer outra categoria sócio-política, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. A apropriação de uma cultura traz, assim, como consequência, ao mesmo tempo que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda.” (GONÇALVES, 1996, p.89)

E a memória embora tenha múltiplas definições, sentidos e formas de apropriação, em relação ao patrimônio é como um poder instituído ou um contrato. A memória social se constitui a partir do espaço, do tempo e dos discursos. (MORAES, 2005, p.94) As sociedades constroem sua memória social e coletiva com disputas, conflitos, criações, apropriações. A destruição e a manutenção do patrimônio são duas partes interdependentes desse processo, ao eleger um monumento para a posteridade outro é relegado ao esquecimento e/ou a destruição.

O monumento, por sua vez, é uma evidência material do passado que recebe um sentido especial através do tempo seja pelas narrativas memorialísticas, pelo trabalho dos historiadores ou pela chancela institucional. Qualquer documento do passado pode ser monumentalizado discursivamente, na medida em que, foi concebido dentro de uma série de relações de força e poder, das quais é evidência material. Portanto, pode ser retomado para exemplificar, explicar ou representar algo referente a isso.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p.546)

Outro aspecto importante da reflexão é que os documentos, em geral, não surgem revestidos de seu caráter monumental. Isso ocorre ao longo dos “ciclos de sua vida”, uma “transmutação de sentido” formada entre a produção, o uso e a recordação. Mesmo que sua materialidade se mantenha, os vínculos com o tempo mudam, porque seu referente deixa de ser o presente e se torna o passado. Quando o documento se transforma em registro do passado é que se torna patrimônio cultural. (MENDONÇA, 2009, p.10)

Um processo semelhante ocorre com as construções porque são feitas com propósitos específicos, mas posteriormente tem seu status modificado de acordo com sua importância nas narrativas e discursos. Então, passam por processos de ressignificação, apropriação, usos diferenciados. Aliás, isso é muito comum, espaços que antes eram casas, hospitais, escolas se tornam museus, centros culturais, memoriais. Ao mesmo tempo também por mudança nas percepções e demandas de grupos e sociedades no presente, os monumentos podem ter seu sentido e /ou status modificado novamente e ser levados ao ostracismo e até mesmo a destruição. (GUIMARÃES, 2012, p.97)

O PATRIMÔNIO E AS INSTITUIÇÕES DE ISOLAMENTO

Existe uma relação entre as construções que formam o patrimônio cultural das ciências e da saúde e a compreensão que estas áreas tinham em diferentes momentos históricos, sobre seus procedimentos metodológicos, a natureza das doenças e a forma como enxergavam os pacientes. Os ambientes hospitalares eram sobretudo a materialidade deste entendimento comum, ensinado e propagado. Embora em diferentes locais e adaptados a condições distintas, os espaços contavam com vários fatores em comum, como sua estrutura arquitetônica e a organização espacial. (COSTA; AMORA; FILGUEIRAS, 2013)

A própria ideia de que existem hospitais para tratamento de doenças e outros para alienação e estas instituições desempenham papéis distintos na sociedade é relativamente recente. Segundo, Foucault o hospital como “instrumento terapêutico” é uma invenção do século XVIII, a consciência de seu papel para a cura, aliás se tornou mais clara nas duas últimas décadas do período. Quando surgiram as visitas e a

observação sistemática e comparada destas instituições na Europa. As descrições deixaram de ser apenas sobre a arquitetura e passaram a registrar informações funcionais sobre a relação entre os fenômenos “patológicos e espaciais”. (FOUCAULT, 2002, p.99-100)

Na mesma época se instituiu uma “medicina hospitalar” o que por si só, demonstra como o hospital antes não era necessariamente o espaço para exercer a medicina. E, sim onde os doentes recebiam amparo de pessoas caritativas, fossem elas religiosas ou leigas, seu trabalho estava associado ao cuidado do corpo para salvação da alma (de cuidadores e doentes). (FOUCAULT, 2002)

O isolamento para tratamento de doenças, por sua vez, também é novo. Na Idade Média os portadores de doenças mentais e/ou infectocontagiosas eram entregues à própria sorte e afastados do convívio da comunidade. Apenas no século XVIII os “alienados” passaram a ter um “regime especial”. No entanto, seu internamento começa unindo todos os indivíduos excluídos (loucos, leprosos, pestilentos) da convivência social, num único ambiente de isolamento. Nos séculos XVIII e XIX se estabelece uma classificação da loucura, que passa a ser encarada como patologia, para qual foram criados a psiquiatria e os asilos. (FOUCAULT, 2010, p.73-78)

As doenças mentais até o século XX foram tratadas no Brasil sem atendimento específico, os doentes chamados na época de loucos e alienados, vagavam pelas ruas, eram presos ou internados em hospitais gerais, como as casas da misericórdia. Aproximadamente na década de 1830, começou o processo de institucionalização de um campo especializado da medicina, bem como a criação de instituições para tratamento. (COSTA; AMORA; FILGUEIRAS, 2013, p.282-238)

As doenças infectocontagiosas (sem cura na época, como a hanseníase e a tuberculose) foram discutidas um pouco antes, em fins do século XIX, quando após a vinda da família real para o Brasil (1808), aproximaram a Academia Médico-Cirúrgica do Hospital da Santa Casa, de maneira que a prática hospitalar, a salubridade e a estrutura física foram repensadas. Um relatório de 1823 da Assembleia Constituinte já indicava a necessidade de se construir edifícios hospitalares para abrigar portadores de doenças mentais, infectocontagiosas e órfãos. Com essa perspectiva entre 1748 e 1752 foi construído o Hospital dos Lázarus. (COSTA, 2008, p. 120-121) Estas doenças embora

distintas foram condicionadas inicialmente aos mesmos espaços e, quando separadas em instituições próprias, ainda tratadas por muito tempo por meio do isolamento.

O Brasil se tornou uma república em 1889, alguns anos depois houve A Revolução de 1930, seguida pelo governo de Vargas, que acabou definitivamente em 1945. Foi um período de grandes mudanças políticas e econômicas. Nesse contexto, a arquitetura hospitalar da primeira metade do século XX, em especial nos casos de hospitais de isolamento, possui características comuns e dialoga com o discurso médico-científico da época a respeito da “loucura” e do tratamento médico mais adequado. Estas construções fazem parte do “Patrimônio Cultural da Saúde” definido pela Coordenação Regional da Biblioteca Virtual de Saúde, durante o 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, citada por Sanglard e Costa (2008, p. 24) “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural”.

Até 1940 os médicos ainda tinham controle considerável sobre os projetos de hospitais e os responsáveis eram engenheiros, às vezes engenheiros sanitários. Depois desse período a arquitetura moderna passa a propor estratégias que aproximem o conhecimento científico da época e a arquitetura hospitalar caracterizado pelo predomínio da construção monobloco, ou seja, em prédio único. (SANGLARD; COSTA, 2008, p.)

No início do século XX o sistema monobloco desenvolvido nos Estados Unidos se disseminava e começa a substituir o chamado sistema Tollet, desenvolvido em 1872 pelo engenheiro militar francês Casimir Tollet (1828-1892), que consistia em construções hospitalares afastadas das aglomerações urbanas, localizadas em terrenos ensolarados com edifícios autônomos com no máximo dois pavimentos, distribuídos de forma paralela pelo terreno. Esse modelo de construção se espalhou por toda a Europa e foi comumente chamado de modelo pavilhonar. Por trás de sua configuração imperava o princípio do isolamento, em que cada doença devia ocupar um pavilhão próprio. Isso se devia em grande parte as descobertas de Louis Pasteur sobre o contágio por germes. (COSTA, 2011)

Parte da mudança na forma de conceber e construir edifícios hospitalares, segundo Costa (2011), se deve a uma mudança na forma como o discurso científico compreendia a propagação das doenças. Porque na época dos hospitais higienistas

acreditavam que o contágio ocorria pelo ar, depois com o sistema pavilhonar, achavam que o contato transmitia a doença, o que justificava o isolamento. Posteriormente com novas percepções sobre a epidemiologia era possível ter construções hospitalares monobloco.

Nas décadas de 1930 e 1940 havia se agravado essa contraposição entre os modelos de construção hospitalar se acentuou, a bacteriologia valorizava mais o pavilhão e suas regras rígidas de desinfecção para evitar contato direto dos pacientes entre si e, com os médicos. O que se tornava cada vez mais complexo de manter com o aumento das especialidades. Enquanto o sistema monobloco era mais econômico para construir e manter. No Brasil houve também um modelo de construção híbrida em pente, que aliava construções menores a espaços com boa ventilação e ensolarados. (COSTA,2011)

Estes locais são ainda matéria profícua para discussão, porque apesar de no início do século XX representarem uma solução higiênica e sanitária para tratar transtornos mentais e doenças contagiosas, a alienação, com o tempo e as mudanças científicas, passou a ser vista como desnecessária em alguns casos e profundamente criticada em outros.

A Santa Casa da Misericórdia, como demonstra Castro (2004, p. 38) na época cuidava também dos pacientes com transtornos mentais em Curitiba, com adaptações antes da construção de hospitais específicos. No entanto, não é inserida nesta lista, porque não foi construída com o propósito, tampouco tinha uma estrutura voltada para isso.

Os hospitais do recorte temporal inaugurados em Curitiba foram: o Hospício de Alienados Nossa Senhora da Luz (1903), o Leprosário São Roque (1926), Hospital de Isolamento (1928) e o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (1945). Dentre as instituições selecionadas a única que ainda não foi tema de pesquisa acadêmica aprofundada é o Hospital de Isolamento, ainda que tenha aparecido no levantamento de instituições de isolamento da Era Vargas (1930 a 1945), feito por Elizabeth Amorim de Castro (2004). Obra na qual o Hospital Espírita não foi elencado, o levantamento realizado pela autora mostra informações gerais sobre a arquitetura das instituições citadas, com fotos, plantas e descrições.

De certa forma, Castro (2004) defende que a estrutura pavilhonar era dominante nos hospitais de isolamento, conforme demonstra nas plantas, gravuras e fotos de seus exemplos, talvez justamente por isso não incluía o Hospital Espírita que era uma

construção monobloco com mais de um andar. Além disso, enquanto os hospitais citados por ela foram frutos de medidas sanitárias levadas adiante pelo Estado e estavam inseridos em sua reflexão mais geral sobre a salubridade e a saúde pública, o Hospital Espírita foi construído pela Federação Espírita do Paraná (FEP), ou seja, era uma iniciativa filantrópica de fundo religioso. Mesmo apoiando as propostas do governo e tendo uma preocupação grande com avanços científicos e tratamentos vigentes na época, desenvolvia linha de ação própria. (LIMA, 2011, p. 70 -71)

A coexistência destes dois modelos de construção hospitalar, mesmo que o modelo pavilhonar fosse a forma predominante, possibilita entrever a persistência do isolamento como forma de tratamento para a loucura, principalmente nas iniciativas desenvolvidas pelo Estado. De maneira correlata, a construção do Hospital Espírita com a mesma função, mas arquitetura monobloco indica que havia também a possibilidade de investimentos nesse sentido, que existiam outras concepções arquitetônicas para o isolamento em Curitiba na primeira metade do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de isolamento são parte de um patrimônio cultural se entrelaça a autoconsciência cultural, na medida em que, grupos e pessoas utilizam esta categoria para singularizar construções, tradições, objetos. (GONÇALVES, 2003, p. 28-29) Sendo símbolos de práticas das ciências que tiveram muita importância, mas foram modificadas ou abandonadas com o tempo. Assim direta e indiretamente se relacionam a memória, identidade, singularização.

A memória coletiva se refere a situações e lugares que envolveram inúmeras pessoas, tanto famílias, como também cidades e nações. Esta memória sempre se atualiza, se refaz no presente com base em novas narrativas e na interação. (HALBWACHS, 1990). Tuan (1983) e Nora (1993), discutem a importância para transformar um espaço em lugar, para o primeiro a partir de suas vivências as pessoas conhecem os espaços, por meio das experiências e emoções os aproximam num tipo de

mapa mental, o que seres humanos geralmente fazem quando modificam o meio ambiente e nomenclaturas para sua apreensão pessoal e coletiva.

Para o segundo, embora a lógica seja semelhante há um olhar mais poético, voltado especificamente para História, os lugares de memórias seriam a materialidade de eventos do passado e tradições em vias de esquecimento, ameaçadas por mudanças constantes. Porque estão mais presentes em narrativas, do que na vida cotidiana:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tão pouco a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993, p. 13)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A arquitetura de isolamento em Curitiba na República Velha*. Curitiba: MaxiGráfica e Editora, 2004.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, **Rio de Janeiro**, v.18, supl.1, p.53-66, dez. 2011. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/04.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COSTA, Renato Gama-Rosa. **Arquitetura e Saúde no Rio de Janeiro**. In: PÔRTO, Ângela et al. (Org.). História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808 -1958). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

COSTA, Renato Gama-Rosa; AMORA, Ana Albano; FILGUEIRAS, Sara Cabral. **A saúde e a saúde: o bairro de Jacarepaguá e os hospitais de isolamento**. In: SANGULARD, Gisele; SIQUEIRA, Carlos Eduardo M. de Araujo (Orgs.). História urbana: memória, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de: NEVES, Luiz Felipe. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Título original: L'archéologie du Savoir.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento do Hospital**. In: MACHADO, Roberto (Org.). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAUT, Michel. **História da loucura na Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina Abreu; CHAGAS, Mario (Orgs.). In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio Janeiro, n. 34, p.91-111, 2012. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios)

LIMA, Andrea de Alvarenga. **Psiquiatria e espiritismo no atendimento à doença mental: a história do hospital espírita de psiquiatria do Bom Retiro (Curitiba, 1930-1950)**.2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:<<http://www.humanas.ufpr.br/portal/psicologiamestrado/files/2012/05/Andrea-de-Alvarenga-Lima-Trabalho-de-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso: 02 ago. 2019.

MENDONÇA Paulo Knauss. de. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 22, n. 40, p. 9- 16, fev./jun., 2009. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/4550/3267>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MORAES, Nilson A. de. **Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentido**. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). O que é memória social?. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa; PPGMS – UNIRIO, 2005. p. 89-104.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, v.10, dez. 1993. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SANGLARD, Gisele; COSTA, Renato Gama-Rosa. *Capítulo 1: Memória, História, e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível*. In: Pôrto, Ângela et al. (Org.).

O Operário Socialista Mariano Garcia E Sua Atuação No Movimento Operário Na Primeira República.

Sayonara Faria Sisquim
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

O presente artigo pretende abordar a corrente socialista reformista denominada de forma pejorativa por alguns autores da historiografia clássica como “amarelos” ou “pelegos” e representado aqui pela figura de uma das lideranças mais proeminente do movimento operário no início da República: o cigareiro Mariano Garcia⁴³⁶.

Atualmente a história do Movimento Operário na Primeira República começa a se destacar a partir da contribuição de novas pesquisas que revelam um período de grande complexidade. Outras interpretações estão sendo construídas sob novas abordagens que possibilitaram a reavaliação do movimento organizado dos trabalhadores no período estudado. Tais interpretações tem conseguido trazer à tona uma diversidade dos atores sociais que antes não possuíam visibilidade.

Um novo olhar para o momento estudado levou pesquisadores a repensar explicações para conceitos e ideias que possuíam lugar comum na historiografia tradicional e que “não dava espaço para a diversidade ou a dúvida”, (BATALHA, 2000, p.07).

Uma das ideias mais recorrente que se estabeleceu no imaginário popular sobre o operário na Primeira República como indica Cláudio Batalha⁴³⁷ “é a do imigrante italiano anarquista.” Essa concepção do operário contribuiu com uma falsa ideia de protagonismo dos imigrantes estrangeiros, em particular dos italianos, como se não houvesse por parte dos trabalhadores nacionais uma tradição operária construída ao longo de anos de luta no movimento organizado dos trabalhadores pelo trabalho livre e pela República.

⁴³⁶ Antônio Mariano Garcia que também respondia pelo pseudônimo de Margar, M. G. Operário, começou a trabalhar na indústria cigareira aos 11 anos. Jornalista, lançou o jornal *A Gazeta Operária*, escrevendo para colunas de vários jornais como: *A Época* e *O Paiz*. Como militante socialista lutou para fundar um partido operário no início da República. (Ver Dicionário do movimento operário, p.70).

⁴³⁷ Batalha (2000, p.7) salienta sobre o problema da associação automática quando se aborda o tema operário na Primeira República, normalmente é homem, branco, imigrante e anarquista. Tal caricatura é reforçada por filmes, novelas televisivas, romances dentre outros, que ajudam a construir esse imaginário.

Obras mais recente tem procurado problematizar esse falso protagonismo na organização dos trabalhadores atribuído aos estrangeiros, além de contestar a hegemonia dos anarquistas na luta operária. A partir de novas pesquisas a atuação dos os “amarelos” ou “pelegos” passa a receber um novo enfoque sendo repensada como uma das diferentes possibilidades na luta operária.

AS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A DIFICULDADE DE CONSENSO.

Oportunista sim, porque são assim considerados todos quantos, na sociedade atual, trabalhando e lutando pela justiça da nossa causa, com olhos fitos em um futuro bem estar melhor para os que trabalham, procuram, em todas as ocasiões propícias, conquistar alguma melhoria, com que possamos nos fortificar para as lutas de vitória final do nosso sonho – O SOCIALISMO⁴³⁸

Publicada no Jornal *Época* em outubro de 1912, semanas antes do que seria denominada como o 4º Congresso Operário Brasileiro, a passagem revela a preocupação de Mariano Garcia, um dos principais expoentes da corrente socialista reformista, em se defender das insinuações de oportunismo. A acusação de oportunista era proferida por militantes de uma das vertentes do movimento operário que possuía grande influência na mobilização dos trabalhadores no período; a do sindicalismo revolucionário ou a de ação direta que incluía os anarquistas.

A acusação essa feita no calor dos acontecimentos, pois o Congresso Operário que aconteceria em algumas semanas na sede do Senado Federal teve o apoio político de Mário Hermes, deputado federal, filho do então presidente Hermes da Fonseca. A crítica se baseava fundamentalmente no que seria uma das principais resoluções obtidas no 1º Congresso Operário em 1906 e que foi tecida através de um amplo debate entre as diferentes correntes que participaram do Congresso: a questão da neutralidade política das ligas de resistência e dos sindicatos.

Entretanto o apoio de Mariano Garcia juntamente com outras lideranças da corrente reformista ao então candidato militar Marechal Hermes na campanha

⁴³⁸ Jornal *A Época* foi um jornal matutino lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 31 de julho de 1912, circulou diariamente em formato standard e com oito páginas. No jornal Mariano Garcia responde à acusação de oportunismo por parcela do movimento operário, em particular os anarquistas.

Campanha Civilista⁴³⁹ e também, a presença desses mesmos representantes na posse do candidato levou à virulentas críticas de seus pares, onde o adjetivo de oportunista era um dos vários utilizados para definir os reformistas, vem dessas críticas à aproximação com o Estado e com políticos a denominação pejorativa de “pelegos” ou “amarelos”.

Os julgamentos dos outros grupos de trabalhadores se fizeram mais contundente quando os reformistas acompanharam o Presidente Hermes da Fonseca à comemoração do 1º de Maio – uma data cheia de simbolismos para a classe trabalhadora - na Região da Fazenda Sapopemba, nas proximidades da Vila Militar, onde seria lançada a pedra fundamental do que viria a ser a primeira vila proletária construída pelo Estado e destinada ao operariado. Tais ações deixam nítida a aproximação entre parcela do movimento operário com a política institucional, contrariando assim a resolução de 1906, o que ocasionaram muitas críticas por conta de parte do movimento sindical, em particular, os de ação direta que não via a aproximação com bons olhos.

A evidente falta de concordância entre as correntes sindicais é apontada por Edilene Toledo (2007, p. 66) ao afirmar que o consenso nunca foi uma das características do movimento operário e que as diferentes formas de organização de trabalhadores ao longo da Primeira República sempre foi marcada pelas divisões internas, “particularmente assinaladas pelas diferentes opiniões políticas e religiosas” (Toledo, 2007, p.66) fato esse que acontecia antes mesmo da Proclamação da República⁴⁴⁰, mas que toma novas conotações após 1889, época em que o movimento operário começa a se sistematizar, buscando na construção de partidos operários, um mecanismo para a luta por meio da política constitucional conquistar e garantir direitos sociais através da criação de leis, dentro das regras do sistema representativo, que pudessem beneficiar a classe trabalhadora.

O exemplo mais significativo dessa falta de consenso citada por Toledo é apontado por Ângela de Castro Gomes (2005, p.39) como o que marcaria “a divisão de um grupo de homens de tradição na luta pelos direitos dos que trabalhavam”, resultando

⁴³⁹ Campanha civilista foi uma campanha eleitoral à presidência da República que ocorreu entre os anos de 1909-1910, segundo VISCARDI (2012, p.70-71) a campanha apresentou inovações políticas em relação às campanhas anteriores: a disputa entre dois candidatos, o uso da imprensa como veículo de disputa eleitoral, e também, os comícios como a participação do público.

na cisão do grupo em duas lideranças socialistas: o grupo do oficial da Marinha, tenente Vinhaes e o grupo do tipógrafo Luiz França e Silva, episódio esse que ocorre um ano após a Proclamação da República. Essa divisão parece definir todo o movimento operário ao longo dos anos.

A cisão entre as lideranças operárias socialistas que lutaram unidas tanto nos movimentos abolicionista e republicano se deu no contexto da formação do 1º partido operário no início da República, o que seria, segundo Marcos Vinícius Pansardi (1993, p.56) “a mais séria tentativa de criar um partido operário nos primeiros anos da República”, o PCO que tinha no jornal operário: “*A Voz do Povo*⁴⁴¹” o principal órgão de difusão das ideias e diretrizes do partido. Entretanto, o CPO se revelara um partido “natimorto” já nos seus primeiros encontros entre suas lideranças.

Na reunião do dia 09 de fevereiro de 1890 no teatro “Recreio Dramático” (PANSARDI, 199, p.92) a discordância se deu por conta da falta de consenso na definição da chapa da diretoria do que seria um grande partido operário de dimensão nacional.

Para o tenente Vinhaes e Múcio da Paixão, um ex-tipógrafo, figura conhecida do movimento operário fluminense, a direção do partido deveria ser ocupada por “gente de confiança” tendo Vinhaes se apresentando ao cargo como presidente e designando França e Silva como seu vice-presidente. Entretanto, França e Silva discordando da composição e afirmando não ter pretensão à liderança do partido, não concordou com Vinhaes como presidente do partido se posicionando claramente na defesa do que seria o ideal de partido operário para ele e outros membros: o exclusivismo partidário.

Mariano Garcia, Sadock de Sá e Gustavo de Lacerda⁴⁴² acompanhavam França e Silva na ideia de partido puramente operário, os mesmos acreditavam que a presidência do partido deveria ser dada a um operário, pois assim se poderia evitar a exploração dos políticos. (PANSARDI, p.96). Tal posicionamento se revelara um impedimento a Vinhaes e sua pretensão em assumir o protagonismo na liderança do Partido Operário, pois sua origem era militar. Cria-se com isso um empasse e o

⁴⁴¹ O Jornal *A Voz do Povo* é considerado o primeiro instrumento de organização operária no Brasil com um programa de assumida inspiração socialista. GOMES, 2005, p. 38.

⁴⁴² Enquanto França e Silva defendia o exclusivismo somente na direção do partido, Gustavo de Lacerda apresentava uma posição mais radical afirmando que o partido operário deveria ser composto só por operários. (Pansardi, p.75)

resultado é a divisão, no início da República, da classe operária em dois partidos. O partido do tenente Vinhaes e o partido de Luiz França.

Com relação à atuação política, o partido de Vinhaes obteve mais êxito, pois o mesmo foi eleito a deputado Constituinte em 1890 e no ano seguinte, Múcio da Paixão para à Câmara Estadual, entretanto, isso só foi possível graças ao apoio do Partido Republicano. (PANSARDI, p.40). Vinhaes ao apoiar a Revolta Armada contra Floriano Peixoto caiu em desgraça e precisou se exilar na Argentina em 1893.

Já França e Silva não elegeu nenhum candidato do seu partido, mas continuou atuante através da publicação das suas ideias no jornal operário *Echo popular* que foi fundado por ele e membros do seu grupo, continuou no movimento organizado dos trabalhadores atuando em encontros, reuniões e manifestações através de contatos estabelecidos com associações operárias da capital e de outras localidades do estado, em 1894 falece. Entretanto suas ideias não morrem com ele, Mariano Garcia e Evaristo de Moraes continuam atuantes levando a diante as ideias defendidas por França e Silva tanto no campo da luta, através da mobilização operária como no campo das ideias através do jornal *Echo Popular*.

AS DIFERENTES CORRENTES IDEOLÓGICAS NA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Os anos que se iniciam a partir de 1870 parecem ser significativos para a luta dos trabalhadores, é quando acontece o que alguns autores identificam como “o primeiro surto industrial no Brasil” (HARDMAN&LEONARDI, 1982, p.21), o que levará a novas configurações para a forma de se trabalhar no Brasil - que é marcada majoritariamente trabalho servi - trazendo reflexos na luta operária.

Em 1870 também é lançado o Manifesto Republicano que teria como norte os princípios da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, à soberania popular e o combate aos privilégios e que traria grandes esperanças de mudanças para os que trabalhavam.

O Manifesto Republicano tocava em pontos que interessavam diretamente à classe trabalhadora tais como: causa da nação, voto do povo, liberdade individual, causas do progresso no que se tratava a valorização do trabalho, além de defender a República como forma de governo, o que para o movimento dos trabalhadores era o

espaço privilegiado de participação popular e da ação política.

Logo após o Manifesto Republicano é criado o Partido Republicano sendo composto por diferentes segmentos da sociedade que muitas vezes se apresentam antagônicos em seus interesses, sua composição ia de latifundiários do café, de industriais e comerciantes de diferentes setores da classe média urbana das grandes capitais, além de várias organizações de trabalhadores que antes mesmo da publicação do Manifesto já se constituíam em corporações de ofícios e associações de ajuda mútua que procuravam através dessas organizações “resistir a um padrão de exploração que condenava a classe trabalhadora a viver de maneira subumana”.(PANSARDI, p.35)

Pansardi (1993. p.36) salienta que “as classes populares - principalmente os trabalhadores - passam a ser alvo das atenções dos diversos grupos de republicanos, e em particular, das alas mais radicais formadas pelas classes médias dos grandes centros urbanos”, de forte influência jacobina, tinham como espelho a República Francesa de 1792.

Tendo em sua composição “a parte letrada da classe média urbana” (CARONE, 1989, p.24), o que possibilitou o acesso da população de um modo geral, a uma literatura de cunho revolucionário vindo da Europa, coube aos mais entusiasmados a difusão das ideias socialistas e de suas diferentes correntes, o que levou à intensos debates através de vários jornais republicanos recém lançados que passaram a divulgar o combate à monarquia, chamando a população a participar na luta pela Abolição e por uma nova forma de Regime.

A classe operária também sofreu influência das ideias socialistas que vinham da Europa, segundo Batalha (1995, p.30) “boa parte da liderança operária era formado por operários qualificados preocupados em melhorar a sorte de seus companheiros de classe,” a exemplos do cigareiro Mariano Garcia; de Eugênio George e Vicente de Souza que eram professores; Gustavo de Lacerda, advogado; Estevam Estrella, Silvério Fontes e Soter de Araújo, médicos; e Evaristo de Moraes, advogado.

Claudio Batalha (1995, p.22) salienta que dentre diferentes correntes do socialismo que chegaram ao Brasil, é a ideia de Benoit Malon a principal fonte de influência do Socialismo europeu entre os grupos socialistas brasileiros.

No que diz respeito à luta política da classe operária, as ideias de Malon apresentava duas vias prováveis para a ação dos socialistas no Brasil: a via

revolucionária da ação direta, essa seguida pelos anarquistas e a via das reformas possíveis (BATALHA, 1995, p.23) entendendo que através das diferentes formas de organização do proletariado - cooperativas de consumo, mutuais, sindicatos e principalmente, um partido operário - poderia, através da política formal, assegurar uma legislação que garantisse direitos aos trabalhadores, além da criação de agências reguladoras que pudessem arbitrar nos conflitos entre capital e trabalho.

Os seguidores da corrente reformista entendiam que as aquisições sociais da classe trabalhadora só seriam possíveis através da conscientização do proletariado e, como foi dito anteriormente, do estímulo a todas as formas de organização da classe trabalhadora, defendiam que as conquistas políticas para aqueles que trabalham deveriam vir através de leis específicas, por isso estimulavam a participação política de seus militantes, fomentando a luta pela criação de um Partido Operário que pudesse dar voz aos anseios da classe trabalhadora.

A divulgação das ideias socialistas se intensifica com a consolidação do movimento republicano tornando as décadas seguintes para a classe operária uma arena de intensa luta por uma identidade positiva para o ato de se trabalhar com as mãos em uma sociedade com sua economia ainda pautada no trabalho escravo dos negros.

A valorização do trabalho passaria a ter um peso fundamental na formação da classe trabalhadora e muitos socialistas passam a se empenhar na busca pela melhoria das condições de trabalho dos seus companheiros de classe. Várias lideranças reformistas passam a lutar pelo ideal de uma sociedade mais justa nesse período, e através da imprensa operária, passa a divulgar os ideais do Manifesto Republicano.

Os trabalhadores Mariano Garcia, Evaristo de Moraes, Saddock de Sá, Vicente de Souza, França e Silva, José Veiga, Estevam Estrella, dentre outros, se destacavam como lideranças, alguns, antes mesmo do Manifesto já atuavam na luta por melhores condições de trabalho escrevendo para colunas de diversos jornais operários ou não, onde denunciavam as péssimas condições de trabalho dos operários e a vergonha da escravidão.

Mas nos anos que seguem a partir de 1870, no caminho aberto pelo Manifesto, essas denúncias tomam um novo fôlego e se intensifica a luta desses trabalhadores por um lugar visível para os que viviam do trabalho na cena política e econômica do país,

além da busca por maior participação na construção de uma nova Nação.

A IMPORTÂNCIA DO JORNAL OPERÁRIO NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

As primeiras lideranças operárias vão buscar na ação política de conscientização da classe trabalhadora o principal meio de luta, e assim como a ala radical dos republicanos, passam a investir numa imprensa voltada ao público trabalhador. Os jornais operários crescem de quantidade nas últimas décadas do século XIX e as inúmeras publicações operárias irão desempenhar um importante papel na tomada de consciência do proletariado. Ideias articuladas começam a tomar espaço tanto na esfera do discurso como de organização nas décadas seguintes passando a imprensa operária ser fundamental para a difusão das ideias socialistas. Moniz Bandeira (1980, p.22) chama a atenção para a dinâmica do número de publicações operárias nesse período e lista cerca de vinte publicações “socialistas” só entre os anos de 1860 e 1869.

Como foi dito anteriormente, alguns operários já atuavam bem antes ao Manifesto utilizando os jornais operários para denunciarem a exploração dos trabalhadores. O jornal *O Tipógrafo* era um exemplo desses jornais produzido por trabalhadores em tipografia e destinado ao público operário. Mas, segundo Astrogildo Pereira (1947, p.19) foi a *Gazeta dos Operários*, um jornal diário publicado em 1875 e de propriedade de operários, que merece destaque nesse período. O jornal tratava das más condições de vida dos trabalhadores dos arsenais, combatia o aumento do preço do pão, explicava a razão das greves, chamando os trabalhadores à luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Os anos finais do século XIX, principalmente a partir de 1880 quando acontece um acelerado processo de industrialização, tanto na Capital Federal como também em São Paulo, a imprensa operária também vai crescendo de importância na divulgação do socialismo e também na conscientização da classe na legitimidade de sua participação política no cenário da nascente República.

A organização dos trabalhadores ainda nutria a ilusão da participação política na recente República, entretanto, os diferentes interesses presentes na formação do Partido Republicano como já assinalado anteriormente, muitas vezes antagônicos,

davam o tom do que seria o novo sistema para a classe trabalhadora ainda em processo de estruturação. A atenção dos republicanos dispensada à classe trabalhadora logo após à Proclamação mostrou a sua verdadeira face, ficando evidente que seus acenos não se traduziriam na inserção do proletariado ao novo Regime.” (SCHMIDT, 2007, p.146)

Tal fato ficou evidente na primeira Constituição republicana de 1891, seus membros “não via com bons olhos as agitações operárias” (PANSARDI, 1993, p.41) e dificultou a criação de qualquer forma de organização sindical, passando a impedir e até mesmo a reprimir de forma ostensiva as manifestações que tinham como objetivo a maior participação política do trabalhador e também o uso da força do Estado para coibir greves que reivindicavam melhores condições de trabalho, melhores salários e diminuição da jornada, dentre outras. Deu-se a desilusão com a República que os socialistas trabalharam para conquistar.

Após o advento da República, passado o período da desilusão, há uma tomada de consciência por parte das lideranças operárias - principalmente as dos grandes centros urbanos - dos limites da nova ordem e também da sua capacidade repressiva. Um exemplo claro dessa tomada de consciência é a participação de Vinhaes na Revolta da Armada, o que contrariava o apoio recebido por ele de Deodoro da Fonseca, forçando seu exílio por ser perseguido politicamente.

O desencanto com a República proporcionou respostas por parte do movimento operário, uma das ações defendida pelas lideranças socialista foi se desvincular do movimento republicano buscando uma maior independência do movimento, tal ação era justificada através do entendimento que o tão desejado partido operário não deveria ser visto ou entendido como apêndice, uma parte de menor valor do movimento republicano.

Ao movimento operário não restaria outro caminho que a procura de uma via própria, baseada na auto-organização. Aos socialistas, cabia se desligar dos ideais e do movimento republicano, reafirmando a necessidade da luta política, e da primazia do partido político, e buscando uma ligação mais efetiva com o mundo operário. (PANSARDI, 1993, p.60)

Dentro de tal panorama nada favorável, as lideranças socialistas passam a se aproximar das diferentes organizações apoiando suas reivindicações. O exemplo dessa aproximação e a ação de França e Silva e de seu grupo após a derrota nas urnas, como

foi dito acima. E também pelo apoio às greves das diferentes categorias tais como as dos Cocheiros e Carroceiros, dos Trabalhadores em Arsenal da Marinha, dos Ferroviários ou dos Trabalhadores do Porto, greves essas amplamente divulgadas pelo jornal *Echo Popular* e que contou com a presença das lideranças reformista como Mariano Garcia, Evaristo de Moraes, Pinto Machado Sarandy Raposo dentre outros.

Nesse momento a imprensa operária vem auxiliar de forma objetiva a organização dos trabalhadores ao se posicionar como porta voz da classe que ficou de fora do novo projeto de Nação, se destacando como a forma mais eficaz de propagação e esclarecimento aos operários divulgando ideias na defesa da organização dos trabalhadores e na luta por direitos e compartilhando experiências. Como atuação das lideranças podemos citar o exemplo do socialista Mariano Garcia dá continuidade à proposta de Luiz França na criação de um partido operário. Como intelectual orgânico,⁴⁴³ escreve colunas em vários periódicos e em 1902 lança o jornal operário *Gazeta Operária* um jornal operário semanal que tinha como programa a organização do proletário em um partido de classe, o Partido Operário Socialista.

Corroborando da ideia de Mariano Garcia como intelectual orgânico segundo GOMES (2015) o jornal foi pensado para defender e divulgar o programa do Partido Socialista Brasileiro, este, gestado no II Congresso Socialista Brasileiro realizado no mesmo ano em São Paulo. O papel do jornal era muito importante, pois cabia a ele incentivar as articulações para a formação da Federação do Partido Socialista da Capital. Mas, assim como a maioria dos jornais operários, teve vida curta, com aproximadamente 1 ano de duração.

Anos depois, embalado pelo I Congresso Operário, Mariano Garcia relança o *Gazeta Operária*, permanecendo na firme luta de defesa da criação de um partido e de participação na política eleitoral, Com relação à atuação de Mariano Garcia no cenário político da Primeira República, a liderança socialista fazia parte de um grupo de operários atuantes e política e intelectualmente esclarecidos, o mesmo entendia como tarefa a divulgação de um projeto libertador a uma massa trabalhadora passiva e

⁴⁴³ Grosso modo, podemos entender o conceito de intelectual orgânico como função de um indivíduo que difunde a concepção de mundo em um grupo social e que esse grupo desenvolve em suas práticas essa concepção. Levando-se em consideração que uma classe só desenvolve consciência através da organização, então, a ação política de Mariano Garcia na organização da classe trabalhadora em partido político e da criação de um jornal para a divulgação das ideias socialistas lhe confere a denominação de intelectual orgânico defendido por Gramsci.

oprimida por séculos de dominação a lutar por seus direitos.

Entretanto, é preciso destacar que a defesa do partido operário como via de luta para as conquistas de direitos e de cidadania também foi um agente de grande discordância entre os socialistas no campo da luta sindical. Os socialistas revolucionários - os mesmos que em 1912 acusavam os reformistas de oportunistas, de aproveitadores que queriam viver as custas do movimento operário - pregavam a extinção do Estado para uma sociedade mais justa e feliz e condenava qualquer forma de organização que não fosse a sindical, principalmente a criação de partidos por não confiar nas instituições políticas

Mas diferente da corrente do sindicalismo revolucionário, os socialistas reformistas entendiam que os trabalhadores só poderiam obter ganhos concretos a partir da ação política formal e entendiam o partido como instrumento necessário para alcançar seus objetivos, defendiam a existência do Estado como o “poder moderador” na relação entre capital e trabalho, pois segundo esses, só o Estado poderia garantir conquistas por meio de leis que levassem ao socialismo de fato.

CONCLUSÃO

A historiografia clássica sempre privilegiou a visão dos socialistas revolucionários sobre a atuação dos reformistas, qualificados por eles de “amarelos” ou “pelegos”, onde muitos autores reproduzem essa forma de denominar os reformistas, entretanto, novos estudos procuram relativizar essa visão simplista e pouco problematizada direcionada ao movimento operário na Primeira República, e em particular, o olhar estigmatizado direcionado aos socialistas reformistas, sem maiores questionamentos sobre esse olhar.

O sindicalismo reformista defendia as práticas associativas a exemplo das mútuas, da adoção de mediadores nas questões entre trabalhadores e patrões, defendiam a prática política dentro do movimento sindical por acreditar que as concretizações dos ganhos do movimento operário vir através de leis específicas, e por isso, não condenavam a participação política de seus militantes. A historiografia clássica considera essa aproximação como forma de cooptação pelo Estado, entretanto, novos estudos chamam a atenção para complexidade dessa relação, entendendo que os reformistas ao defender que as conquistas desejadas só poderiam acontecer no campo

da luta e da política institucionalizada, não se mostraram indiferentes à possibilidade de negociação, e que essa aproximação seria uma das estratégias possíveis dentro do Estado oligárquico excludente da Primeira República.

Diferente dos sujeitos amorfos entendidos pela historiografia clássica os reformistas passam a ser sujeitos históricos atuantes, construtores da própria identidade. Dentro de tal perspectiva, um olhar direcionado a Mariano Garcia como liderança operária que busca na construção de um partido operário, e para isso, se utiliza dos jornais operários como uma importante ferramenta para a construção da consciência de classe do seu grupo, ajuda a repensar a atuação dessa parte do movimento de trabalhadores organizados.

Em um artigo sobre a abordagem prosopográfica, Neithard Bulst (2007, p. 59) defende que “as estruturas políticas e sociais de certos grupos não podem ser analisadas sem o conhecimento prévio das pessoas, e que certos indivíduos de um grupo se encontram no campo de ação de mais de um grupo” como parece ser o caso de Mariano Garcia e seus companheiros na luta operária na Primeira República.

FONTES

Jornal *A Época* - Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Claudio H. M. A O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. “difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: QUARTIM DE MORAES, João (Org.). História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos. Campinas: editora da Unicamp, v. 2, 1995.

_____. (org.). Dicionário do movimento operário. São Paulo: Perseu Abramo, 2009

BULST, Neithard. Sobre o Objeto e o Método da Prosopografia. *Politeia - História e Sociedade*, [S.l.], v. 5, n. 1, maio 2010. ISSN 2236-8094. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3902>> Acesso em 20/06/2020.

CARONE, Edgard *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

PANSARDI, Marcos Vinícius. Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903). Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). A formação das tradições (1889-1945). Civilização Brasileira, 2007.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BORGES, Vera Lúcia Bógea. A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

Sonho De Jovens, incentivados por um visionário: democratização Brasileira, política cultural fluminense e o tombamento do litoral

Julienne Tardeli
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de discussões trazidas em minha tese de doutorado, que discorre sobre o tombamento do litoral fluminense, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, INEPAC. O artigo discute a realização desta ação de patrimonialização em relação ao cenário de abertura política no Brasil, o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro e o contexto de busca por uma identidade fluminense pós fusão. O título “sonho de jovens, incentivado por um visionário” reflete a centralidade da figura de Darcy Ribeiro como grande incentivador deste projeto, e é uma citação de uma entrevista realizada com seu sobrinho⁴⁴⁴ durante a elaboração da tese. Ele suscita o discurso de valorização do tombamento, que o considera um “sonho”, por viabilizar uma ação de proteção inovadora, que abrangia tanto aspectos culturais, como naturais.

O PAPEL DO INEPAC PARA O NOVO ESTADO E A IDENTIDADE FLUMINENSE

Em 31 de dezembro de 1964 foi criado o primeiro órgão de patrimônio cultural instalado no Brasil, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), regulamentada em decorrência da criação do Estado da Guanabara. Com o objetivo preservar os bens culturais da Guanabara, que com a mudança da sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para Brasília, inaugurada em 1960, “ *julgava-se que o Rio de Janeiro ficaria desprotegido*”. (MOTTA, 2000, p. 45). A partir da fusão entre Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro ocorrida em 1975, o DPHA torna-se Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC),

⁴⁴⁴ Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 abr. 2018.

passando por uma redefinição de paradigmas, “*a nova instituição já continha em seu nome um conceito mais amplo de patrimônio*” (MOTTA, 2000, p. 60).

Simone Teixeira (2008) mostra que a partir de 1977 o INEPAC, em ação com o Conselho Estadual de Tombamento passou a focar sua atuação em outros municípios do Estado, distantes da capital. Pautado na ideia de valorização dos patrimônios regionais, as primeiras gestões do INEPAC buscavam a caracterização cultural do recém-formado estado do Rio de Janeiro. De acordo com Lia Motta, este período foi assinalado pela produção de inventários dos bens regionais, que se baseavam pelos “*ciclos econômicos, situações geográficas e as diferentes fases de administração pública*” (MOTTA, 2000, p.61). Dado isto, abrangeram prioritariamente as regiões do Vale do Paraíba e o Norte Fluminense e mostram a valorização da memória sobre os tempos de ouro vividos pelo estado.

As primeiras ações de valorização do regional, realizadas pelo INEPAC originaram-se ainda nos debates ocorridos entre 1970 e 1971, lançados em dois documentos que incentivariam a descentralização das políticas de preservação dos bens culturais: Tratam-se do Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador. As recomendações apresentadas nesses encontros, encabeçados pelo IPHAN, se tornariam o início de articulação entre os governos federal e estaduais, instituições de memória e sociedade civil. Essas ações de patrimonialização buscavam criar uma ideia de identidade cultural diferenciada para o novo estado, pós fusão; que definiria o território como unidade diferenciada do restante do país.

A atuação do INEPAC passa então buscar o eixo que possa, ao mesmo tempo, gerar a idéia de uma identidade comum, diferenciar-se do resto da nação, não enquanto lugar do nacional, mas como lugar de si mesmo [...] Tratava-se de dizer que o modelo federal não dominava e que havia na cidade – e na sociedade – elementos que a diferenciavam do contexto imposto onerosamente pela nação. (TEIXEIRA, 2008, p. 8).

Motta argumenta que, ainda que o momento tenha parecido inovador quanto ao nível conceitual, as práticas de patrimonialização continuaram sendo legitimadas por critérios de seleção restritivos: “*O INEPAC, embora assumisse uma crítica explícita aos limites do conceito de —patrimônio histórico e artístico e trouxesse em seu nome a ideia de —patrimônio cultural, não transpôs essa crítica para a constituição de seus quadros técnicos*” (MOTTA, 2000, p. 77). A autora explicita que durante os anos iniciais o INEPAC manteve uma postura de valorização ao patrimônio edificado,

porém, que este panorama foi modificado nos anos de abertura política após ditadura, destacando-se as gestões do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior e de Ítalo Campofiorito, arquiteto à frente do INEPAC de 1983 a 1986.

De 1979 a 1983, na gestão do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior na direção geral e do arquiteto Ítalo Campofiorito na direção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, o principal projeto empreendido foi o atendimento às demandas das comunidades. Nenhum processo de tombamento foi aberto no período por iniciativa do INEPAC. O Conselho Estadual de Cultura solicitou um tombamento e os demais pedidos partiram de agentes de fora do âmbito das instituições estaduais, sendo nove solicitações de iniciativa municipal e sete feitas por meio de abaixo-assinados, da mobilização de associações comunitárias e ainda da solicitação dos usuários e proprietários de imóveis. A soma desses fatores —abertura política, redemocratização e demanda externa— e ainda a falta de recursos para trabalhos que possibilitassem à instituição elaborar suas próprias propostas levaram ao fortalecimento dos trabalhos de atendimento às comunidades (MOTTA, 2000, p.67).

A partir do trabalho iniciado por Manoel Diegues Júnior, Ítalo Campofiorito desenvolveu uma vasta campanha de tombamentos, promovendo o registro de bens naturais⁴⁴⁵. Durante a década de 1980 o INEPAC passou “à preservação de um leque mais aberto de bens de significação diversificada e exemplar. A palavra de ordem do INEPAC no miolo da década é diversidade cultural.” (INEPAC, 2017)⁴⁴⁶. A mudança de postura nas ações do INEPAC⁴⁴⁷ justifica-se ainda pelo contexto político de abertura a aproximação de seu diretor com o antropólogo Darcy Ribeiro, secretário de Cultura do Rio de Janeiro. Segundo o texto institucional, esta nova postura “*Tratava-se de assumir inteiramente a feição da cultura do Estado pela sua verve de produção cumulativa e cotidiana*” (idem).

O Instituto adotou uma política mais de acordo com os documentos internacionais da época, como a Carta de Veneza, de 1964, abrindo “*novas frentes de luta na*

⁴⁴⁵ Em um total de 26 tombamentos provisórios e/ou definitivos que foram feitos durante a gestão de Ítalo Campofiorito, 19 foram de patrimônios edificados e 7 de patrimônios naturais. Considera-se o tombamento do litoral fluminense um caso especial por ter se justificado a interação entre natureza e cultura, se diferenciando dos outros tombamentos de bens naturais, que eram justificados pelas particularidades geográficas e estéticas.

⁴⁴⁶ Disponível em:< <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em: 15 dez 2017.

⁴⁴⁷ Neste período foram tombados os bondes de Santa Teresa, sítio-santuário de Burle Marx em Guaratiba, a Casa da Flor de São Pedro d’Aldeia, a Confeitaria Cavé, o Observatório Nacional, e também, nosso objeto de análise, o litoral fluminense – Grumari, Parati, Niterói, São João da Barra, Ilha Grande, Paqueta. “E houve o tombamento de catorze coretos em dez municípios, dos caminhos de Minas abertos desde o século XVIII, e do cemitério dos Ingleses, na Gamboa – Arca de Noé da cultura fluminense posta a salvo do dilúvio pelo tombamento. (PEIXOTO apud INEPAC, ibdem).

preservação do patrimônio cultural, [e] na constituição dos seus quadros técnicos”⁴⁴⁸. Em 1985, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura e o INEPAC passou a fazer parte da sua estrutura. De acordo com texto do histórico do INEPAC, no governo Moreira Franco (1988-1992), houve um retrocesso na área cultural, com a recriação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o retorno do Instituto a esta secretaria. Porém, “em 1989, ainda na gestão Moreira Franco, porém, recriou-se a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e o Inepac voltou a ser um órgão específico da área cultural, permanecendo assim até o momento”. (INEPAC, idem).

REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICA CULTURAL FLUMINENSE

No ano de 1982 foi eleito como governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT); partido que surgia como forte como oposição à esquerda desde a distensão e as eleições de 1974 e que desequilibraram o jogo de forças existentes no Rio de Janeiro, centradas no Eixo MDB e PDS⁴⁴⁹. A vitória de Leonel Brizola, com 34,2% dos votos válidos sobre Moreira Franco, com 30,6% mostrou-se representativa por ele ter sido o único candidato que “*não pertencia ao PDS ou PMDB, as duas principais estruturas partidárias da ocasião*” (DAMASCENO, 2-14, p. 84).

Tendo Darcy Ribeiro como vice-governador e secretário de ciência e cultura, o PDT desenvolveu uma campanha de investimentos no âmbito da educação, cultura e preservação, com a construção dos Centros Integrados de Educação pública, os CIEPS, do sambódromo, do Corredor Cultural⁴⁵⁰, a efetivação de uma série de tombamentos e criação de Unidades de Conservação (UCs). Com o objetivo de manter os modos de vista caiçara em decorrência da proteção do ambiente litorâneo, o processo de tombamento do litoral fluminense viabiliza uma ação de patrimonialização integral, composta por elementos culturais e naturais.

A preservação combinada de trechos e povos que (re) existiram isolados por várias gerações significaria valorizar o “colorido mosaico que hoje enriquece o Brasil

⁴⁴⁸ (INEPAC, disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>. Acesso em 15 dez. 2017)

⁴⁴⁹ O Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) eram os antigos Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período do regime militar, respectivamente. O ARENA era o partido da situação, enquanto o PMDB configurava-se em numa espécie de “oposição autorizada” durante a ditadura.

⁴⁵⁰ “*O Corredor Cultural é um projeto de preservação e revitalização do Centro Histórico do Rio de Janeiro e abrange Lapa, Cinelândia, Carioca, Passeio Público, Praça Tiradentes, Praça XV, SAARA e Largo São Francisco*”. (DAMASCENO, 2014, p. 154).

pela adição, as diferenças de paisagem, de variações de usos e costumes de uma região para a outra” (RIBEIRO, 2012, p. 228). Entender o tombamento como parte de um processo de renovação discursiva no campo das políticas públicas e influenciado pela trajetória intelectual e política de Darcy Ribeiro⁴⁵¹ é fundamental. O escopo de sua política cultural estava na proteção e expressão da cultura como “modo singular de um povo de exercer sua humanidade: audível, na língua que fala ou na forma que canta: visível, nas coisas típicas que faz; observável, nos seus modos peculiares de conduta” (Ribeiro, 1986, p. 2).

Segundo Damasceno, a atuação pedetista gerou “uma conexão com a classe popular, considerando sua memória e suas práticas sociais como elementos dignos de serem preservados, quebrando uma concepção de patrimônio como algo sagrado, exclusivamente elitista, distinto da vida cotidiana” (Damasceno, 2014, p.157). A política Brizolista alicerçou-se na estratégia de aproximação popular para a manutenção do seu poder. O desenvolvimento de projetos na educação, cultura e segurança pública sempre em um discurso de proximidade às massas coincidiu com a necessidade de participação das mesmas, gerando um processo similar a “mercado de oferta e procura” (DAMASCENO, 2014, p. 134).

No campo do Departamento de Cultura, talvez o fato mais notável tenha sido uma política de tombamentos, coordenada pelo Ítalo Campofiorito [...] O tombamento de praias, bens naturais e pertinentes à memória cultural carioca, bem como a importância do INEPAC para esse aspecto da política cultural do PDT podem ser comprovados mediante análise das reportagens do Diário Oficial⁴⁵² sobre tombamento no período estudado. (DAMASCENO, 2014, p. 152; 153).

As mobilizações sociais que ocorriam no litoral do Estado, ocasionadas pelas tensões provocadas principalmente pelo crescimento da especulação imobiliária e do turismo de massa motivaram a ação de patrimonialização do litoral, pois: “*Essa luta encontrou eco na atual administração a partir da vontade expressa pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência e Cultura [Darcy] em garantir a sobrevivência dos últimos aldeamentos de pescadores remanescentes do nosso litoral*”. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.4).

⁴⁵¹ Sobre sua vida e obra Cf: <<http://www.fundar.org.br/controller.php?pagina=12>>.

⁴⁵² Diário Oficial de 11 de maio 1987.

Apesar de tombamento ser um dispositivo jurídico capaz de assegurar a permanência e a preservação de áreas relevantes pelo valor histórico-cultural, ele havia então sido utilizado até então poucas vezes para a preservação de áreas naturais. Contudo, entre 1983 e 1986 foram determinados 40 atos de tombamento, abrigando mais de 150 bens individuais, dos quais muitos eram ambientes naturais e “*monumentos ligados à memória coletiva de setores historicamente excluídos da identidade nacional oficializada nos ritos de tombamento*”. (MOTTA, 2009, p. 52).

A proposta do INEPAC em proteger trechos de praias fluminenses que abrigavam comunidades de pescadores tinha como fim preservar as paisagens costeiras, os ecossistemas litorâneos e também viabilizar a sobrevivência de centenas de famílias.

O tombamento do litoral garantirá [em Paraty], a permanência de 600 famílias, um total de três mil pessoas, em suas terras, além de imediata diminuição da especulação imobiliária [...] “Este governo, afirma o coordenador dos tombamentos do litoral, Paulo Ribeiro, está fazendo escola. Os tombamentos, idealizados pelo professor Darcy Ribeiro, são um marco fundamental do governo Brizola e um ato ecológico pioneiro no mundo. (MENDONÇA, 2009, p.29).

A intenção base do projeto não era só uma preservação paisagística e ambiental, mas sim também uma proposta mais profunda que seria fixar as comunidades originais, caiçaras, (sic) no litoral, que estavam sumindo devido a especulação. E como determinar essa posse de terra? Tudo devia ser mapeado, as posses deveriam ser fotografadas, para poder, a partir disso, fixar o homem à terra. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

O tombamento abrange as localidades de Paraty, São João da Barra e Niterói.

De Paraty ao norte do Estado, preservaram-se 98 km do litoral (continental e insular) que englobam trechos da Floresta Atlântica, praias, ilhas, pontas e pontões rochosos e povoados de pescadores. Visava-se impedir a devastação desses ambientes naturais da especulação imobiliária e do turismo predatório. (MOTTA, 2009, p.53).

A idéia de se inventar uma Côte d’Azur⁴⁵³ à beira da Rio- Santos, dá uma boa idéia do ridículo dessas pretensões. Ridículo cruel, pois implica no desalojamento forçado dos habitantes primitivos e na destruição de toda uma cultura [...]. Esta cultura está ligada à fixação do homem à terra e manutenção de condições que lhe permitam continuar vivendo dela. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.50).

⁴⁵³ A Costa Azul é parte do litoral sul da França no Mar Mediterrâneo, indo de Toulon a Menton na fronteira com a Itália. Também chamada de Riviera Francesa, esta região é considerada uma das áreas mais luxuosas, caras e sofisticadas do mundo.

Trindade, Enseada do Sono, Pouso da Cajaíba, Tarituba, Paraty-Mirim, Ilha do Araújo, Praia Grande e Saco de Mamanguá- praias de Paraty- além de Itaipu, em Niterói e a Ilha da Convivência, em São João da Barra (hoje município de São Francisco do Itabapoana) foram tombadas sob a justificativa de promoção da justiça social, com garantia de posse à moradores tradicionais, assim como instrumento para impedir a devastação da natureza, provocada pela crescente especulação imobiliária e turística.

Bitencourt e Lerner citam que, por estarem alinhados a uma concepção de política cultural de valorização dos traços culturais locais, a parceria entre Darcy Ribeiro e Ítalo Campofiorito tornou-se profícua, pois “As demandas sem limites do professor Darcy Ribeiro encontraram no pensamento do Ítalo um canal de possibilidades e desdobramentos que produziam os fundamentos necessários para cada um dos diversos tombamentos que ocorreram naquela ocasião”. (BITTENCOURT & LENER, 2009, p.10).

Nem tudo na memória é forjado e os conhecimentos especializados – de História, Arqueologia, Arquivologia e Restauração, Urbanismo, etc- são indispensáveis, mas o que importa é que a política de preservação do patrimônio cultural seja coberta, de ponta a ponta, não com a triste nostalgia do passado, mas com o sopro colorido⁴⁵⁴ da vida”. (CAMPOFIORITO, 1984, p. 20).

Para que se desse início ao processo de tombamento do litoral fora organizado um grupo de três pessoas para ir em expedições de pesquisas, de norte ao sul do litoral fluminense. Como coordenador do projeto, Darcy Ribeiro convocou seu sobrinho, hoje diretor da FUNDAR, Paulo Ribeiro. A expedição contava ainda com o arquiteto Nazih Ahmed e o fotógrafo Ricardo Brasil. “*O intuito era no caminho irmos fotografando e parando nas pequenas comunidades para fazer os levantamentos necessários. A partir daí, utilizamos vários outros meios de transporte, pequenas traineiras, canoas de pesca, helicópteros, Kombis e a “escrota”*⁴⁵⁵, descreve Ricardo Brasil. (Brasil, 2009, p. 21).

Paulo Ribeiro afirma que

O tombamento só aconteceu porque um visionário sonhou e três jovens embarcaram no sonho. Voamos livres e sabíamos que estávamos fazendo

⁴⁵⁴ Nota-se aqui o uso da palavra “colorido” em conotação similar a utilizada por Darcy Ribeiro em *O povo Brasileiro* (2012). O termo remete a existência de uma multiplicidade de construções culturais no cenário brasileiro e nega a continuidade de uma identidade nacional unificada/ homogênea, na qual foi construída por símbolos e monumentos do passado.

⁴⁵⁵ Apelido dado à Kombi verde, com desenhos de verduras na lataria, cedida em parceria pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ. Os expedicionários faziam contato com as comunidades do litoral mediante à distribuição de sementes e cartilhas, pelo projeto “Hortas familiares”, do BANERJ.

algo importante, cheios de tesão pela vida. A campanha das diretas fervilhava o Rio, o fim da ditadura estava próximo e nós acreditando que iríamos mudar o mundo. Proteger as caiçaras da especulação imobiliária. Derrotar Roberto Marinho na Ilha Grande (RIBEIRO, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 30 abr. 2018)

A ação de proteção aos trechos do litoral do estado do Rio de Janeiro teve, então, dois fundamentos principais: “*contribuir para preservar alguns dos mais belos e importantes ecossistemas da nossa costa e garantir a permanência nessas áreas das comunidades tradicionais de pescadores*”. (LERNER apud CAVACO et al; 2016, p.8). O processo de tombamento mostra clara preocupação com a cultura caiçara⁴⁵⁶ e enfatiza a necessidade de preservação do ambiente litorâneo como meio de manutenção das tradições da pesca artesanal. No ofício n° 266 do INEPAC, enviado ao Departamento Geral de Cultura fica evidente a noção de ineditismo da ação de proteção, que abarcaria os aspectos cultural e natural em um só processo.

Pela primeira vez, será reconhecido o valor cultural de uma associação espacial, e, por assim dizer, simbiótica, entre povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terra emersa das águas oceânicas, onde a vida e o trabalho dos homens pulsam com a movimentação rítmica do mar. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.13)

O intuito inicial era promover uma ampla ação de proteção ao litoral do Rio de Janeiro, “*principalmente no litoral norte e região dos lagos*”. (RIBEIRO, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 30 abr. 2018). Neste sentido, Ilha Grande⁴⁵⁷, Grumari, Cabo Frio e Arraial do Cabo⁴⁵⁸, foram contempladas com ações do INEPAC.

CONCLUSÃO

A cidade do Rio de Janeiro foi durante um longo período território separado politicamente do resto do Estado, pois em 1834 foi criado um ato adicional que decretou

⁴⁵⁶ A formação de várias das comunidades marítimas e litorâneas no Brasil se deu entre os séculos XVIII e início do século XX, cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente da atividade pesqueira. Em tais comunidades, dispersas por todo o litoral, modos de vida e culturas locais específicas puderam emergir, diferenciando seus membros de outros grupos. Este é o caso das comunidades caiçaras, cujos habitantes ficaram relativamente isolados na Mata Atlântica e no litoral dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e desenvolveram uma cultura particular que os diferencia das comunidades tradicionais do interior desses estados (DIEGUES, 2017).

⁴⁵⁷ INEPAC, Número do processo: E-05/000.170/87 – Ilha Grande.

⁴⁵⁸ INEPAC, Número do Processo: E-07/201.717/84 – Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

a cidade do Rio como município neutro e capital do Império e apenas em 1975, com a fusão do estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara ele foi incorporado. Neste sentido, o INEPAC teve papel central em estabelecer sua identidade nacional.

Voltando-se para o interior do Estado, ao buscar uma narrativa memorialística dos ciclos econômicos passados, o INEPAC acabou por perpetuar antigas práticas patrimoniais, as quais tentava distanciar-se. Porém, no período de redemocratização e a entrada de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, o campo cultural fluminense mudou seu viés de atuação, apostando em uma conexão com os movimentos populares. Neste sentido, o caso da patrimonialização das áreas de Paraty, Niterói e São João da Barra se torna especial pela sua especificidade em justificar-se pela manutenção dos meios de vida tradicionais, em relação ao seu território.

E por isso, é preciso ressaltar que o processo de tombamento do litoral fluminense representou um alargamento conceitual, alicerçado na valorização da interação entre ser humano e natureza. No momento em que foi empreendido o tombamento do litoral fluminense era latente uma visão ampliada sobre patrimônio, o que gera a hipótese do entendimento de um conceito integrado de patrimônio. Esta ampliação conceitual está presente também nos discursos de valorização da pluralidade cultural, recorrentes na gestão pedetista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Marcos; LERNER, Dina. Ítalo Campofiorito e o INEPAC. In: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, 2009.

CAVACO, André Farias; VASQUES, Viviane Sampaio. Preservação e Gestão da Paisagem Tombada. In: *4ª Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

CAMPOFIORITO, Ítalo. O Tombamento é um Santo Remédio. In: FUNDAÇÃO CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio Cultural– 1973/1979. Dissertação (mestrado), Brasília: UNB, 2012.

DARCY RIBEIRO. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, 2009.

DAMASCENO, Daniel Pinheiro Caetano. *A Volta dos Exilados: Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e Cultura do Povo-Novo para o Rio de Janeiro 1983-1986*. Tese (doutorado), Campos dos Goytacazes: UENF, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos A. *Sócio Antropologia das Comunidades de Pescadores marítimos No Brasil: uma síntese histórica*. Texto de trabalho. Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/leal1.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Construindo o Folclore Fluminense: Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro (1949-1961)*. Dissertação (mestrado). Niterói: UFF, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MENDONÇA, Stella Maris C. *Litoral Tombado*. In: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, 2009.

_____. *Política Cultural no Rio de Janeiro*. In: *Revista do Brasil*, edição especial. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado e Cultural, 1986.

RIBEIRO, Paulo. Apresentação. In: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, 2009.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990*. Dissertação. Rio de Janeiro: UNIRIO 2000.

TEIXEIRA, Simone. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural /INEPAC na construção da identidade do Estado do Rio de Janeiro. In: *IV Simpósio Nacional de História Cultural: Sensibilidades e Sociabilidades*. 13 a 17 de outubro de 2008. Goiânia, Goiás.

Iansã e Santa Bárbara: Sociabilidades mercantis em Salvador

Debora Simões de Souza Mendel
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Santa Bárbara e Iansã são figuras sagradas de forte devoção entre os soteropolitanos. Estão presentes na literatura, na música, nas gravuras, nas pinturas, nos altares domésticos e nos mercados da capital baiana, conseqüentemente marcando o imaginário festivo e cotidiano da cidade. A santa e o orixá apresentam características comuns, constantemente salientadas, e aspectos que as diferenciam. Elas integram religiões diferentes, mas isso não significa que elas estão limitadas as religiões. As devotas as distinguem, porém não as separam.

Designadas aqui como santas, estas duas figuras sacras circulam entre lugares seculares. Dessa maneira, as religiosidades a elas ligadas extrapolam os templos. Uma devoção predominantemente feminina, que representa um tipo feminino que é forte, potente, guerreiro e desafiador. Dividem a quarta-feira; o domínio das tempestades, raios e trovões; a proteção aos mercadores e às baianas de acarajé; as comidas (caruru e acarajé); a espada e a cor vermelha.

Bárbara, a jovem casta, nas representações imagéticas aparece ao lado de uma torre e com uma espada. Também há, em outras ocasiões, um cálice que guarda o sangue de Cristo, e uma coroa. Ela também é representada com um manto vermelho, cor que geralmente está presente nos santos mártires. Em algumas representações, a santa usa uma coroa em formato de torre de castelo; em outras, segura uma folha da palmeira. Esses diferentes elementos são combinados de diversas formas. Menos comum é a imagem segurando um ostensório⁴⁵⁹.

“Iansã” em iorubá significa mãe de nove filhos. Foi esposa de Xangô (rei de Oió) e de Ogum (guerreiro que tem o domínio da metalurgia) e mãe dos Ibejis. Senhora dos raios, ventos e tempestades. O fogo é um elemento ligado a ela. Conhecida por sua força e destreza. No conjunto iconográfico a divindade, em geral, é representada como

⁴⁵⁹ O ostensório guarda a hóstia, o corpo de Cristo.

uma mulher negra formosa com curvas acentuadas, com vestes vermelhas, numa mão sua espada (alfanje) e na outra seu *eruexim* (semelhante a um espanador confeccionado com cabo de madeira, detalhes em búzios e crina de cavalo), suas principais ferramentas. Adora acarajé e nas grandes festas dos templos de candomblé os distribui. Também conhecida como Oiá ela é denominada de Matamba ou Babarucema pelos adeptos de candomblé da nação ketu e angola. Essa síntese foi elaborada a partir de palavras chave retiradas do meu caderno de campo, que eu registrava logo após uma conversa ou entrevista e destacava. São ao mesmo tempo características gerais e específicas sobre as divindades, uma vez que foram organizadas a partir das construções discursivas dos interlocutores da pesquisa entre cujos resultados está este artigo.

Estas são, portanto, as donas da festa do dia 4 de dezembro, momento no qual milhares de devotos vestem-se de vermelho e vão às ruas para homenagearem as santas. O primeiro momento festivo é marcado, ainda de manhã, pela missa campal, seguida da procissão onde Santa Bárbara, acompanhada das imagens de São Cosme e São Damião, São Jorge, São Sebastião, São Miguel Arcanjo, São Lázaro e São Jerônimo, percorre os caminhos do Pelourinho e da Baixa dos Sapateiros. Durante o cortejo sagrado, devotas, com belas roupas (vestidos ou os trajes de *baianas*)⁴⁶⁰ e cestos nas mãos, pagam suas promessas às santas ao distribuírem pequenos acarajés. Esses dois momentos são organizados pela Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos⁴⁶¹.

O culto a Santa Bárbara chegou em Salvador ainda no século XVII (COSTA, 1952; FÉLIX, 1982; COUTO, 2004) por meio de colonizadores comerciantes que provavelmente já naquela época conduziam as comemorações as comemorações em louvor a santa. Durante séculos essa festa foi organizada, exclusivamente, pelos donos

⁴⁶⁰ O termo *baiana* é utilizado para denominar mulheres vestidas com indumentária específica (torço, bata, camisu bordado ou de renda, saia, sandália e joias) presentes em diversas festas religiosas, principalmente naquelas denominadas de *Lavagens*, nas quais elas desempenham uma função primordial. O traje de baiana denomina o conjunto de roupas utilizadas pela filha de santo nas cerimônias religiosas nos terreiros de candomblé, já nas ruas ele caracteriza as vendedoras de quitutes em tabuleiro (LODY, 1977). Sobre essa temática: (TORRES, [1950] 2004; MENDEL, 2014).

⁴⁶¹ Essa igreja foi formada por negros africanos angola a partir da irmandade negra de mesmo nome, que na época de sua criação estava vinculada à Catedral da Sé (BACELAR; SOUZA, 1974). Também denominada de Irmandade do Rosário dos Homens Pretos às Portas do Carmo, “foi formalmente instituída no ano de 1685, tendo, na ocasião, seu compromisso aprovado pela autoria eclesiástica” (REGINALDO, 2005, p. 194). Entre os anos de 1703 e 1704 o templo foi edificado, separando-se, dessa forma, da antiga Sé. Nos primeiros anos, a fachada não tinha tantos detalhes e o tamanho era reduzido. Em torno de 1780, após um longo período, juntando dinheiro, os irmãos finalmente conseguiram contratar um mestre de obras, que fez a fachada, os dois corredores laterais e as duas torres (OTT, 1968). Na contemporaneidade, além da importância arquitetônica, o templo azul no largo do Pelourinho também possui relevância sociocultural.

de mercearias e armazéns e seus funcionários. Isto significa que as honras à santa não estavam limitadas a um templo. Contudo, em 1987 a imagem histórica foi transferida do mercado para a Igreja do Rosário, que gradualmente foi adquirindo a responsabilidade de conduzir parte da festa. Estamos diante de um fenômeno de mais de trezentos anos de existência. Todavia, a configuração atual do festejo é relativamente recente, foi somente na passagem das décadas de 90 e 80 do século XX, que ela tomou as feições com que a conhecemos.

Na atualidade a grande mídia destaca a função organizadora do templo, concedendo pouca atenção ao mercado, onde no mesmo dia ocorre outra festa. Nessa perspectiva, não é possível falar de festa de Santa Bárbara no singular, mas sim em festas, com ênfase no plural.

Com o intuito de apresentar essa complexidade, neste artigo analisarei reportagens de jornais, principalmente do *A Tarde*, sobre as comemorações das santas publicadas nas décadas de 1970 e 1980. Por meio dessa investigação problematizarei aspectos dessa devoção, principalmente a construção da concepção de sincretismo, a importância das comidas votivas nessa celebração e sua relação com o calendário de festas soteropolitanas.

A CIDADE: SEUS MERCADOS E AS FESTAS

Em Salvador a devoção a Santa Bárbara teve início com colonizadores portugueses. Segundo Afonso Costa (1952, p. 9), o culto a Santa Bárbara, naquela cidade, foi inaugurado pelo casal português Francisco Pereira Lago e Andreza Araújo, em 1641. Eles adquiriram um imóvel na Cidade Baixa, o qual foi dividido em diferentes partes e arrendado para outros comerciantes, e ao fundo construíram uma capela, onde colocaram uma imagem da santa protetora dos comerciantes. O espaço, conhecido como Morgado⁴⁶² de Santa Bárbara, funcionou como um importante receptor e distribuidor de mercadorias vindas, principalmente, pela Baía de Todos os Santos. Vizinho de outro mercado, este dedicado a São João, eles tinham proximidade com o principal porto da cidade, que por muitos anos foi o mais movimentado de toda a colônia. Katia Mattoso (1983) oferece uma análise que relaciona a constituição desse território ao porto.

⁴⁶² Também encontrei grafado como “morgadio”. Esse tipo de bem, em geral, era uma herança destinado ao primogênito da família que dele obtinha sua renda, mas não poderia vender apenas alugar.

Na realidade, durante o período colonial, a cidade de Salvador foi sobretudo o centro em que se reuniam as principais riquezas de toda a colônia. E foram, sem dúvida, exemplares as respostas que soube dar esse porto ao criar, na cidade e na sua hinterlândia, próxima ou mais distante, estruturas sociais originais, capazes de enfrentar os desafios dos homens e da natureza. Porque era necessário fazer face a uma tripla vocação: àquela ligada à sua função de cidade administrativa e religiosa; àquela ligada à sua função comercial como porto de importação e de exportação de mercadorias as mais variadas e, finalmente, àquela ligada a seu papel de redistribuidor de mercadorias, vindas da Europa, da África e da Ásia, para várias partes da colônia portuguesa.

Entre o período da fundação do mercado e o século XIX as fontes históricas sobre essa manifestação são escassas, entre outras razões porque era uma prática religiosa fora do circuito oficial da igreja realizado por portugueses e negros. Se compararmos com a festa dedicada à Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira da Bahia, quanto a ela percebemos um conjunto de fontes maior do que a festa de Santa Bárbara.

Pierre Verger na obra *Notícias da Bahia – 1850* pontuou que a Festa de Santa Bárbara passava, no século XIX, “um pouco despercebida do grande público, pois ocorria em meio à novena de Nossa Senhora da Conceição santa de maior devoção entre os baianos” (VERGER, 1999, p. 73).

No final do século XIX inúmeras edificações da Cidade Baixa sofreram com incêndios, alguns dos quais havendo atingido o morgado e a capela. Com a gradual destruição desse lugar os mercadores foram deslocando-se para outro ponto da urbe. De acordo com a historiadora Edilece Couto (2004), em março de 1874 na Baixa dos Sapateiros já funcionava o mercado que com o passar dos anos se transformaria no Mercado de Santa Bárbara. Ele também era chamado de Mercado dos Sapateiros, por alusão à região, ou de Mercado Municipal – porque pertencia à prefeitura. Estava localizado na antiga Rua da Vala, atual Avenida José Joaquim Seabra.

Na obra *Bahia de Todos os Santos*, Jorge Amado descreve essa região, em 1944, como uma espécie de zona intermediária entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Ele estrutura uma crítica social ao comparar a Baixa dos Sapateiros com a pequena burguesia, pois estava posicionada entre o proletariado e a grande burguesia. Segundo ele, a principal avenida da região era repleta de “comércio barato”,⁴⁶³, nela os operários

⁴⁶³ Nessa parte da cidade, os pequenos estabelecimentos comerciais poderiam ser tipificados pela nacionalidade dos seus donos. O comércio das miudezas era de responsabilidade dos árabes, os armazéns

misturavam-se com os que ali iam fazer suas compras. Por causa do progressivo empobrecimento da pequena burguesia já não era possível diferenciá-la dos pequenos funcionários públicos, os empregados no comércio, os donos das pequenas lojas, os operários ou os artesãos. Isso não significava que os operários teriam enriquecido, mas que a pequena burguesia empobreceu (AMADO, [1945] 1977, p. 79).

JORNALISTAS E FOLCLORISTA APRESENTAM A FESTA DE SANTA BÁRBARA

Como dito anteriormente, progressivamente, o Mercado da Baixa dos Sapateiros cuja proteção ficava inicialmente sob responsabilidade de Nossa Senhora da Guia⁴⁶⁴ foi transformando-se no Mercado de Santa Bárbara. Esse movimento teve início no final do século XIX, com a sucessiva chegada de comerciantes do antigo mercado da Cidade Baixa, destruído por sucessivos incêndios.

Segundo o jornalista Anísio Félix (1982), no início do século XX a festa no novo mercado era organizada, principalmente, por três devotas e comerciantes: Bibiana, Luzia e Pinda. Nesse período havia uma comissão organizadora, composta por trabalhadores, que coordenava as atividades necessárias para a realização do festejo. Nos meses que antecediam as comemorações os barraqueiros faziam um fundo, formando um cofre próprio para custear as despesas. A comissão nomeava um orador oficial e então escolhia as pessoas que seriam homenageadas. Nos dias que antecediam o festejo, entrava em ação a equipe de reparação e limpeza, incumbida do feito de “transformar o local onde se vende peixe em salão de dança” (FÉLIX, 1982, p. 7).

Os negociantes encomendavam missas festivas em alguma igreja próxima. Por exemplo: nos anos de 1929 e 1935, os comerciantes escolheram a Igreja da Rua do Passo, em 1933 a Igreja do Carmo. No dia 4 de dezembro a procissão deixava o mercado rumo a uma igreja escolhida antecipadamente. Após a celebração a procissão retornava ao mercado, onde a festa continuava com rodas de samba e de capoeira.

Além das já citadas homenagens que os comerciantes faziam para a santa, a divindade do panteão das religiões afro também recebia diversas honras. Ainda nesse período, as comemorações em louvor as santas dos raios estendiam-se por três dias e a

dos espanhóis, as sapatarias dos italianos, etc. A região chegou a abrigar os três principais cinemas da cidade, o último tendo sido o Tupy, fundado em 1956 (RISÉRIO, 2004).

⁴⁶⁴ Por alguns anos a santa participou da procissão do dia 4 de dezembro junto com Santa Bárbara.

culminância acontecia com a distribuição de caruru⁴⁶⁵, no dia 6 de dezembro.

Durante o trabalho de campo, certas interlocutoras, principalmente as mais idosas, elencavam elementos festivos que já não encontramos. Elementos ligados a um tempo em que apenas os barraqueiros organizavam a festa. Em suas narrativas sobre esse período as devotas destacavam três pontos recorrentes: (1) a relação entre as festas dedicadas a Santa Bárbara e São Nicodemos, padroeiro dos trabalhadores do porto; (2) a liderança do espanhol Leopoldo Martinez, barraqueiro que por muitos anos foi presidente da comissão organizadora da festa; (3) a presença do bacalhau no caruru.

Motivada por essas narrativas, analisei textos sobre a festa do dia 4 de dezembro presentes no jornal *A Tarde*, sobretudo os publicados nas décadas de 1970 e 1980. O recorte escolhido tem o objetivo de se concentrar no período de transferência da imagem “histórica” do mercado para a igreja. Escolhi o periódico citado anteriormente, por ser o maior e mais importante do estado e por sua antiguidade, tendo sido fundado em 1912

Na década de 1970 a festa de São Nicodemos, dia 26 de novembro, abria o calendário festivo da cidade. Por causa da proximidade com a festa de Santa Bárbara, a mídia relacionava os festejos. O conjunto de homenagens ao padroeiro dos trabalhadores do porto acontecia no Cais do Carvão, na Cidade Baixa. Durante o dia havia procissão, missa, exibições folclóricas, distribuição de caruru. Conforme o jornal, havia, além da programação religiosa, “quebra-pote e cabra-cega (brinquedos folclóricos) e, às 17 horas, a distribuição dos cachimbos como em todos os anos e escolha do novo presidente dos festejos” (*A Tarde*, 1977). Nos dias de hoje essa celebração não inaugura o calendário festivo da cidade e não é noticiada nos meios de comunicação. Todavia, os portuários fazem suas honras ao padroeiro, reunindo uma pequena parcela da população, distante da mídia.

É possível observar, nos fragmentos dos jornais, principalmente, na década de 1970 e início da de 1980, uma gloriosa festa para Iansã e Santa Bárbara organizada exclusivamente pelos barraqueiros. Segundo as notícias, o orixá dos ventos e das

⁴⁶⁵ No trabalho de campo, o termo *caruru* ganha um significado mais abrangente, pois, de modo geral, não está restrito ao prato da culinária afro-baiana preparado com quiabo, temperos, camarão seco, castanha, amendoim e azeite de dendê, o qual também é conhecido por essa nomenclatura. Fala-se em *caruru* para denominar o prato composto por: caruru, vatapá, arroz, farofa, feijão (branco, preto e fradinho), xinxim de galinha, acarajé, abará, ovo cozido, inhame, banana da terra, milho branco e pipocas. Durante a realização da pesquisa contaram-me que no caruru cada comida pertence a um orixá diferente.

tempestades era mais evocado do que a santa. O caruru de 40 mil quiabos e todo o esforço para a manutenção do festejo estão presentes nesses documentos. Aparecem também os terreiros que homenageavam Iansã nesse período, com seus respectivos endereços, comidas e as oferendas dedicadas a ela no mercado.

Em 2 de dezembro de 1970, o jornal *A Tarde* noticiou com destaque numa página inteira dedicada ao festejo: “alegria de Orixá: povo vai festejar Iansã”. No mesmo ano, no dia 5 o *Jornal da Bahia* publicou uma reportagem intitulada: “festa de Iansã mostra o sincretismo baiano”. Além das já citadas informações, o periódico descreveu os primeiros movimentos do dia festivo. Destacou as saudações direcionadas a Iansã realizadas por pessoas ligadas ao candomblé. Poucos instantes depois das saudações a essa divindade foi feita uma reza à mãe de Cristo. De acordo com o jornalista, “tudo isso dava a medida exata do sincretismo que envolve as manifestações do povo na Bahia”.

No ano seguinte, em primeiro de dezembro de 1971, o periódico continua a anunciar a vivacidade do festejo sob o título: “Mercado já se enfeita para a festa de Iansã”; no dia 03 de dezembro, “alvorada dará início amanhã à festa de Iansã” e dois dias depois, nova manchete: “festa de Iansã é a maior”. No dia seguinte há mais uma referência: “Festa de Iansã termina: povo desce à Conceição da Praia”. Por toda essa década foram publicadas notícias similares que contemplavam a programação do festejo, o caráter sincrético, a forte presença de povo de *axé*, o trabalho dos barraqueiros, as mulheres negras na produção do caruru, etc. Um exemplar destas reportagens que apresenta o povo comemorando no dia quatro de dezembro Iansã e Santa Bárbara pode ser encontrada na publicação do jornal *A Tarde* do dia 2 de dezembro de 1970. Nela lemos a narrativa do circuito da procissão que se iniciava e terminava no Mercado de Santa Bárbara. A trajetória incluía igrejas próximas, sendo que neste ano a igreja escolhida foi a de Nossa Senhora do Rosário.

Alegria de Orixá: povo vai festejar

“[...] Yaôs entrarão em transe gritando ‘Ieparrê’, ‘Ieparrê’. As velhas contritas, puxarão rezas pedindo a Santa Bárbara que proteja os seus familiares do fogo. Os pais-de-Santo e muito doutor vão ajoelhar-se, e também erguer preces para o céu.

[...] O caruru êste ano promete ser muito melhor que o do ano passado é preparado por duas velhas mães-de-santo: D. Carmélia e D. Toninha. As duas senhoras que a 15 anos cuidam da comida de Iansã prepararão pratos para mais de 5.000 pessoas (*A Tarde*: 02/12/1970).

As reportagens também versavam sobre a programação dos dias do festejo. Note-se que a comemoração no Mercado de Santa Bárbara nesse período se estendia do dia 4 a 6 de dezembro.

Depois de São Nicodemus, Santa Bárbara, Sábado, 4

O programa será aberto, sábado, com alvorada, às 5 horas. Pouco depois às 8 h.30m., saída da imagem Santa Bárbara [...] para a Igreja do Carmo, onde, às 9 h.30m., será celebrada a tradicional missa festiva, seguindo-se a procissão, com parada no quartel do Corpo de Bombeiros. Domingo dia 5, festas populares no Mercado de [sic] Santa Bárbara, com apresentação de capoeira, samba de roda e maculelê. Dia 6, segunda-feira às 17 horas será servido o caruru, encerrando-se os festejos com queima de fogos de artifício e posse da diretoria para o biênio 77/78, as 21 horas (*A Tarde*: 01/12/1976).

Outro aspecto importante desse festejo é a forte presença dos adeptos das religiões de matrizes africanas durante essa manifestação religiosa. Jocélio Santos (2005, p. 34) ao analisar reportagens de diferentes periódicos para apresentar um histórico da festa de Santa Bárbara, identifica a forte presença de líderes de diferentes terreiros, desde a segunda metade do século XIX.

Nos anos seguintes as matérias se repetiram, sempre seguindo o mesmo modelo cercado de entusiasmo pelo festejo ao orixá dos raios e das tempestades. Citando caso análogo, o jornal *A Tarde*, em 1977, apresentou a distinção entre o caruru do povo e o caruru das autoridades. Este era servido para personalidades ilustre, como prefeito da época, “Fernando Wilson Magalhães” e o governador “Roberto Santos”, que marcavam presença no mercado da Baixa dos Sapateiros. Na ocasião, foi utilizado um montante de 40 mil quiabos para preparação dos carurus. Esse número repete-se diversas vezes, tanto nos jornais da década de 1970 e início de 1980 quanto nas falas das devotas mais antigas, que ainda recordam as comemorações no mercado, denotando a memória dos tempos áureos da festa.

Contudo, na metade da década seguinte, há uma transformação no panorama. A santa começou a aparecer mais do que o orixá, ao menos nos títulos das matérias, e o festejo passou a ser anunciado como em processo de decadência, principalmente por causa da crise financeira que o mercado enfrentava.

A partir de 1985 a festa começou a perder seu brilhantismo, como apontavam as notícias do período. Com poucos recursos para investirem nas comemorações, os barraqueiros foram diminuindo o número de atrações culturais e de quiabos no caruru.

No ano de 1982 o periódico anunciava as adversidades enfrentadas pelos mercadores, que sem o apoio dos poderes oficiais não sabiam ao certo se dariam conta da distribuição de caruru. No ano seguinte a ausência de apoio dos órgãos públicos somava-se às dificuldades, além dos problemas físicos e estruturais do mercado. Dias antes do festejo de 1983, o jornal *A Tarde* apresentou os inconvenientes presentes no mercado que estavam impedindo as honras à santa de serem realizadas. Porém, entre os dias 5 e 7 de dezembro, o mesmo periódico anunciou a manutenção das comemorações, apesar do grande volume de contratemplos.

Num balanço da festa de 1985 há o seguinte tema no *A Tarde*: “caruru pode ter sido o último no Mercado”. No ano seguinte, na capa o mesmo periódico anunciou: “fé em Iansã supera os problemas”. As ruas estavam lotadas, mas as condições do mercado eram preocupantes, ele estava em perigo de desabar. Contudo, em meio a tantas barracas fechadas e quebradas, o nicho da santa ainda estava preservado. Na mesma edição, na página 2, mais um trecho sobre as comemorações do dia 4: “fiéis mostram fé em Santa Bárbara debaixo de chuva”. O trecho destacava os obstáculos⁴⁶⁶ enfrentados pelos devotos e pelos organizadores. É possível elencar dois marcadores que indicam as transformações da festa no mercado: o primeiro é a redução do número de quiabos no caruru e o elevado número de barracas fechadas. Em 1986, por exemplo, o caruru foi de mil quiabos, sendo que, nos anos anteriores, o número era bem maior. O segundo marcador indicativo é o de que no mesmo ano mesmo ano, num total de 40 barracas, apenas 3 funcionavam no local⁴⁶⁷.

Como exposto em diversas partes do texto, no final da década de 1980, a imagem de Santa Bárbara que pertencia ao mercado foi doada para a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Mesmo os jornais anunciando a diminuição da participação dos mercadores na festa, isso não significou sua ausência completa. Apesar das dificuldades financeiras pelas quais o mercado passava, seus trabalhadores ainda se empenhavam para a organização e manutenção do festejo.

Como podemos ver na reportagem do jornal *A Tarde* no dia 5 de dezembro de

⁴⁶⁶ Em 1986, a missa festiva foi realizada na Igreja do Rosário, no Pelourinho. Também foi o último ano que o devoto de Santa Bárbara e barraqueiro Leopoldo foi presidente da organização da festa, após mais de 30 anos auxiliando a construção do evento.

⁴⁶⁷ Esse número não é preciso, pois no mesmo período, em 1988, apresentou-se que o mercado tinha 58 barracas restando apenas 2. No mesmo trecho, o dono do mercado Geraldo Correia da Cunha citou o esvaziamento do mercado e a sua venda.

1986, destaca-se o contraste entre a decadência financeira do mercado e a presença maciça de devotos na procissão da santa. A reportagem é apresentada com uma imagem em que centenas de devotos ocupam as ruas, tendo como descrição a seguinte legenda: “apesar das dificuldades, a tradição dos festejos em louvor à Santa Bárbara foi mantida”.

Fiéis mostram fé em Santa Bárbara de baixo de chuva

O padre chegou atrasado para a missa, o mercado de Santa Bárbara ameaça desabar, o dinheiro está curto, mas não faltou fé na festa de Iansã, ontem, quando inúmeros fiéis saíram em procissão com chuva pela Baixa dos Sapateiros, assistiram a missa na Ordem 3ª do Carmo e retomaram a procissão, teve seu ponto alto na sede do Corpo de Bombeiros, do qual a santa é protetora. Ali, muitas preces se elevaram, muita água benta molhou os fiéis em transe e os bombeiros tomaram o andor de Santa Bárbara, conduzindo-a ao seu velho mercado, onde apenas seu nicho está em condições razoáveis (*A Tarde*, 05/12/1986).

Esta mesma reportagem enfatiza a falta de recursos financeiros dos mercadores e, conseqüentemente, o risco de a comemoração da santa não ocorrer. A partir da leitura do texto jornalístico é possível identificar o contraste entre a beleza do andor da santa, da decoração da igreja e das roupas dos devotos com a precarização do mercado. Também podemos ver o tom de denúncia presente no artigo no seguinte trecho: “nos bastidores lamentava-se que o Mercado de Santa Bárbara, que já teve mais de 40 *boxes* funcionando, hoje conte apenas com três. E o caruru, que hoje será servido a partir das 19:00 horas, terá apenas mil quiabos, quando já foi servido com mais de cinco mil.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, até o final da década de 1980 as comemorações para a santa dos raios e das tempestades eram organizadas exclusivamente pelos trabalhadores do Mercado de Santa Bárbara. A antiga imagem fora doada para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, conseqüentemente esta passou a elaborar parcela das comemorações do dia 4 de dezembro. Atualmente as celebrações coordenadas pelos devotos do templo e pelos mercadores ocorrem independentemente.

Mesmo com as previsões pessimistas dos jornalistas, o mercado se manteve em funcionamento. A capela no interior da estrutura arquitetônica revela um espaço de devoção, que transforma o comércio em um ambiente sagrado, onde uma outra imagem

recebe honras festivas e cotidianas.

As festas do dia 4 congregam grupos diferentes, os quais num tempo e espaço específicos compartilham um objetivo: celebrar as santas. Comerciantes, bombeiros e devotos organizam um conjunto de homenagens às donas da festa com banquete sagrado (caruru) servido para os fiéis. Essa manifestação sagrada possui intenso apelo entre a população baiana, que ocupa as ruas, transformando-as num manto vermelho, para manifestarem suas práticas devocionais.

O sucesso dessa manifestação produziu um fruto, isto é, o reconhecimento no campo patrimonial. No ano de 2008, a festa de Santa Bárbara recebeu o título de Patrimônio Imaterial do Estado e foi inscrita no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) da Bahia. O registro de patrimônio foi pautado em alguns aspectos desse fenômeno, entre eles a popularidade da devoção, o seu caráter sincrético e a antiguidade da devoção na cidade. É possível afirmar que essa imagem e suas honras transitaram, ao longo dos séculos, entre templo, armazéns e mercados tanto pela parte baixa quanto pela parte alta da capital baiana. Nesse sentido, ao observamos a trajetória dessa imagem nos aproximamos das transformações dos diferentes espaços da cidade, sobretudo, os mercantis.

FONTES

- A TARDE. Alegria de Orixá: povo vai festejar Iansã. 02/12/1970.
_____. Mercado já se enfeita para a festa de Iansã. 01/12/1971.
_____. Alvorada dará início, amanhã à festa de Iansã. 03/12/1971.
_____. Festa de Iansã é a maior. 04/12/1971.
_____. Festa de Iansã termina: povo desce à Conceição da Praia. 06/12/1971.
_____. Depois de São Nicodemus, Santa Bárbara, Sábado, 4. 01/12/1976.
_____. Festa popular se privatiza por obra do seu organizador. 29/11/1977.
_____. Caruru pode ter sido o último no Mercado. 06/12/1985.
_____. Fé em Iansã supera os problemas. 05/12/1986.
_____. Fiéis mostram fé em Santa Bárbara debaixo de chuva. 05/12/1986.
JORNAL DA BAHIA. Festa de Iansã mostra o sincretismo baiano. 5/12/1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

BACELAR, Jeferson Afonso; SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. O Rosário dos Pretos do Pelourinho. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974.

COSTA, Afonso. O morgado de Santa Bárbara e o seu instituidor. Revista do Instituto Genealógico da Bahia, Salvador: Oficina Tipográfica Manu, ano VII, nº 7, 1952.

COUTO, Edilece Souza. Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1960-1940). Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2014.

FÉLIX, Anísio. Bahia pra começo de conversa. Salvador: Prefeitura Municipal, 1982.

LODY, Raul. "Pano da costa". Cadernos de Folclore, Rio de Janeiro: Funarte, 1977.

MATTOSO, Kátia. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). In: Revista de História (USP), São Paulo, n. 114, pp. 5-20, 1983.

MENDEL, Debora Simões de Souza. 'Tem, tem, a baianinha tem': De prática cotidiana, comida de orixás a patrimônio cultural. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

OTT, Carlos. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. In: Revista Afro-Ásia. CEAO-UFBA: Salvador, nº 6-7, 1968.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

RISÉRIO, Antônio. Uma história da cidade da Bahia. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Eparrei, Bárbara! Espetacularização e confluência de gêneros na festa de Santa Bárbara em Salvador. Eparrei, Bárbara: fé e festa de largo do São Salvador. IPHAN, CNFCP: Rio de Janeiro, pp. 33-50, 2005.

TORRES, Heloisa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. Tese de Doutorado, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

MESA 3

Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder

DEBATEDORES:

Gelsom Rozentino (UERJ/FFP)

Andre Guiot (SMEC)

Legislações da atividade pesqueira: os terminais pesqueiros públicos suas normas e implementações

Alberto Toledo Resende
Doutor pelo PPGHS/FFP/UERJ

Este trabalho teve, como principal objetivo, a compreensão da estruturação legislativa, formadora dos Terminais Pesqueiros Públicos, abarcando, portanto, que o ordenamento do território é um conjunto de normas e de ações do Estado, que regulam o uso e a apropriação do espaço e que buscam inserir o país na lógica do mercado global, refletindo e ampliando o conceito de território, e dialogando com Raffestin (1993), com Poulantzas (2000), com Bertha Becker (2010), entre outros, ao analisar as ações do Estado, no contexto do planejamento territorial. Destaca-se a importância da compreensão dessas políticas, nos contextos do mercado e dos circuitos produtivos da Pesca⁴⁶⁸. A política nacional dos Terminais Pesqueiros Públicos, instituída em 2004, planeja a complementação dos portos dos pescadores artesanais e industriais de menor escala e está direcionada à (re)construção de um mercado pesqueiro nacional, que tem sua centralidade no Estado e podendo suprimir, em alguns casos, os mercados populares existentes.

A política dos Terminais Pesqueiros Públicos parte de uma demanda de regulamentação apresentada pelo Estado, objetivando, não, somente, a regulação da atividade pesqueira nacional, mas procurando impor um maior controle sobre o volume de recursos marinhos vivos. De acordo com Antas Jr. (2005, posição⁴⁶⁹ 108), o “entrelaçamento entre Estados hegemônicos e outros agentes institucionais e corporativos” gera um fenômeno que vem produzindo pressão legislativa, percebido na pesquisa, sobre a atividade pesqueira resultando em efeitos diversos sobre os modos de regulação dos Terminais Pesqueiros Públicos e de suas formações socioespaciais, dentre os quais se destaca o ressurgimento do pluralismo jurídico. Nesse caminho para a compreensão das diversidades legislativas e políticas que circundam a construção dos Terminais Pesqueiros Públicos, retoma-se Koselleck (2014, p. 19), cujos estratos do

⁴⁶⁸ O objetivo do trabalho não é apresentar a produção de pescado no Brasil e não vai tratar da compreensão espacial do circuito da atividade, no Brasil. O texto visa, sim, problematizar o lugar da política e do impacto todos Terminais Pesqueiros Públicos na estrutura da atividade pesqueira nacional.

⁴⁶⁹ Posição é uma referência utilizada pelo dispositivo Kindle, da Amazon, no lugar da paginação, em seus *e-books*.

tempo admitem a “transformação da história humana, política ou social que permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”, este ponto é fundamental para a elaboração do trabalho, pois possibilita a compreensão das políticas voltadas à atividade pesqueira, tanto no contexto brasileiro, as quais serviram como base para a implantação dos TPPs locais.

Como ensina Koselleck, a estratificação temporal consiste em compreender que os tempos históricos são compostos de vários estratos, que remetem uns aos outros, mas sem dependerem completamente, uns dos outros. Do mesmo modo, os estratos do tempo se referem, também, a vestígios de experiência e, nesse ponto, a compreensão da relação entre a atividade pesqueira e o processo legislativo se torna importante.

Como a pesca no Brasil tem sua estruturação de atividade econômica em um processo legislativo estatal do início do século XX, com a formulação da Colônias de Pesca, tuteladas pela Marinha do Brasil, chegando a compreensão dos terminais pesqueiros e, conseqüentemente, da atividade pesqueira que nos remete a um imaginário onde somente o Estado legisla. “Desde Ratzel, essa noção tem sido basilar para a geografia e se constitui como a fonte de poder legítima na produção de normas jurídicas, isto é, aquelas que todo ente (individual ou coletivo) é obrigado a cumprir” (ANTAS JR., 2005, posição 126), foi assim, no início do século XX, que o Estado, através da Marinha, agiu diretamente sobre o espaço geográfico, sendo um ator único na construção das normas jurídicas que deram origem às Colônias de Pescas e às demais estruturas. Hoje, na formação dos Terminais Pesqueiros, não mais observamos o Estado, somente, mas, sim, vários agentes envolvidos no processo de controle do espaço geográfico, através da construção de uma legislação.

Uma coisa deve ficar clara, quanto ao processo de implantação da legislação e, subsequentemente, do próprios Terminais Pesqueiros Públicos: a parceria público-privada, tanto na formulação do projeto quanto em sua administração, não diminui a eficiência do Estado para exercício cotidiano da hegemonia soberana que lhe confere o monopólio do modo de produção das normas jurídicas pelo menos em todas as formações socioespaciais capitalistas ocidentais, e assim acompanhando os pensamento de ANTAS JR., (2005, posição 465) e os entrelaço ao que observo na política voltada para pesca.

Ainda temos que pensar que a experiência analisada, relativa à atividade pesqueira, não é adquirida, somente, quando ocorre, mas, também, quando se repete, como quando foram fundadas as Colônias de Pesca, no início do século XX, e como poderão ser os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs), quando estiverem em pleno funcionamento.

A legislação apresentada no início do século XXI não somente, cria, mas torna os TPPs parte da infraestrutura aquícola e pesqueira brasileira, com a função de entrepostos (armazenamento e comércio) de pescado nas áreas litorâneas ou ribeirinhas, de acordo com a necessidade e com o interesse público⁴⁷⁰, segundo o Decreto-Lei nº 5231, de 2004. Nos artigos 4º, 5º e 7º desta norma, os terminais são descritos como estruturas físicas, construídas e aparelhadas para atender às necessidades das atividades de movimentação e de armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, sendo compreendida pelas instalações de apoio à atividade pesqueira, tais como, ancoradouros, docas, cais, pontes e píeres de atracação e de acostagem, terrenos, armazéns frigorificados, ou não, edificações, entrepostos e vias de circulação interna, bem como pela infraestrutura de proteção e de acesso aquaviário ao Terminal Pesqueiro Público, compreendendo guias correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio. Sua administração, inicialmente proposta, seria realizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, direta ou indiretamente, podendo ocorrer arrendamento, por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para tanto, os terminais deveriam envolver o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério dos Transportes.

Para chegar à questão principal, a dos Terminais Pesqueiros Públicos, buscamos explicar como os fenômenos socioespaciais, a partir da legislação formadora dos TPPs, torna-se cada vez mais necessário o conceito de território, nascido da Geografia clássica, na Alemanha, pelas mãos de Frederic Ratzel⁴⁷¹. Mas Poulantzas (2000) adverte que a relação do Estado com o território tem sido a de controlar coercitivamente a sociedade e o espaço geográfico. O autor contribui, ainda, para definir o território como

⁴⁷⁰ Articulado entre as três escalas de poder Federal, Estadual e municipal, que ainda será tratado, neste texto.

⁴⁷¹ É ainda hoje importante para se tentar compreender melhor o espaço, porque ela continua servindo à expansão territorial. Ratzel (1990, p. 180), exige a conquista de novas terras.

próprio da ossatura do Estado, isto é, fazendo parte da estrutura deste e da racionalidade inerente à burocracia estatal e à imposição da soberania.

Por outro lado, o termo território conota, sobretudo, as noções de fronteira e de relações de poder, quer estejam presas à noção de soberania do Estado, quer a outras, por exemplo, às culturais (como memória e como pertencimento) à de territorialização (fruto das ações daqueles que produzem o seu território), ou à de desterritorialização (pela qual os indivíduos o perdem). Entretanto, apesar da farta diversidade semântica, os ideais de domínio e de poder estão presentes em todas essas conotações (HAESBAERT, 2006).

As leis, nota Blomley (1994), estão por toda a parte, nas sociedades modernas, e não perguntamos a nós mesmos de onde vêm, como se utilizam e por que devemos obedecê-las. O mesmo autor sugere que, se quisermos responder a tais perguntas, melhor será não fazê-lo, focalizando nas contradições internas dos discursos jurídicos, mas, situando na lei, isto é, examinando e questionando as suas teses, quanto ao seu papel na sociedade.

Como a lei é uma forma de controlar o comportamento social, a Geografia e a História podem contribuir para estudá-lo, tornando a lei uma variável geográfica e/ou histórica. Faz-se necessário lembrar que os imperativos instrumentais impulsionam o conhecimento jurídico do Estado, bem como aprofundam a visão crítica acerca do poder, advertindo que a lei não se presta apenas para comandar, senão, ainda, para redefinir, para capacitar, para construir, para dividir, para encerrar e para ofuscar no espaço.

Lefebvre (apud BLOMLEY, 1994) argumenta que:

O espaço não é um objeto científico alheio à ideologia e à política; sempre foi político e estratégico. Se ele se tem um ar de neutralidade e de indiferença em relação aos seus conteúdos [...], é exatamente porque foi ocupado e usado [...]. O espaço tomou forma e feitiço com os elementos históricos e naturais, mas isso foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente preenchido com ideologias.⁴⁷²

Não, apenas, a lógica da economia, senão, também, as normatizações impostas pelo Estado regem os atuais processos de modernização – essa modernização excludente, que a tantas pessoas e a instituições recusa acesso a muito do que se

⁴⁷² O original está em inglês.

proporciona de social e de espacialmente cobiçável, entre os frutos nem todos benfazejos do seu ímpeto inovador, ao mesmo tempo que desvaloriza e que suprime certas formas de trabalho. A pesca, mesmo sendo importante posto de trabalho e contribuindo relevantemente para a produção de víveres, anda sempre nos contraditórios e nos paradoxais limites do capitalismo. Para Santos (2000), o território usado, que, sendo espaço geográfico, oferece uma visão mais abrangente e totalizadora da Geografia, por essa igual razão, tanto aclara as ações dos grandes agentes modernizadores e as dos agentes não hegemônicos quanto é produtor, ele mesmo, de espaço geográfico.

Assim, o território usado permite identificar a totalidade de todos, analisando-se, como processos, as relações entre lugar, formação socioespacial e mundo. Pensar no território como espaço banal conduz, pois, à ideia do que Santos denomina “o espaço de todos, todo o espaço” (2000, p. 5). Trata-se do espaço de todas as pessoas, por muito que estas sejam vistas como desiguais; de todas as instituições, quer fortes, quer fracas; de todas as empresas; do Estado; e de quantas formas de poder pulsem na sociedade. Para Milton Santos, esse é “o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social” (ibidem, p. 8).

As políticas federais geram impactos importantes nas zonas costeiras e limitam espaços de atuação dos pescadores artesanais Silva; Resende; Martins (2010), devido a um maior adensamento do urbano. Além disso, grandes projetos de logística e de produção industrial vêm contribuindo para o aumento da urbanização nas áreas rurais, para projetos da indústria petroquímica, para a exploração do petróleo em águas marítimas e para a ampliação da indústria naval.

Esses processos de modernização, mediados ou pela ação direta do Estado, configuram amorficamente a atividade pesqueira, pois a correspondente estrutura estatal, embora reconheça a pesca como atividade econômica e de geração de trabalho e de renda, não reflete a realidade social dos pescadores artesanais. E, em boa parte das disputas por melhores condições, na atividade pesqueira, há uma mistura de necessidades estruturais, na esfera da qualidade de vida, com necessidades de melhora das condições de trabalho, o que termina prevalecendo é o intuito estatal de manter a situação como está. Os anseios dos pescadores artesanais, portanto, frustram-se, apesar de toda a autonomia construída, nos momentos de luta. Essa ideia está sendo suprimida

pela política pública ligada à atividade pesqueira, voltada à implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos e à centralização da organização espacial da pesca no mercado e, não, nas instituições.

Desse modo, para compreender o jogo de interesses, as articulações políticas, os conflitos e a disputa de território entre pesca e empresas, que também fazem parte das relações de classes sociais, Poulantzas (2000, p. 24) orienta que “a ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classe”, que possibilitaria a constituição organizacional de uma ossatura orgânica, sob o prisma capitalista.

Em relação aos Terminais Pesqueiros Públicos, podemos fazer uma analogia com alguns fatos ocorridos na Europa, narrados por Polanyi (2000, p. 53), em relação aos surgimentos dos mercados e à reorganização dos espaços produtivos: “Os cerceamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres”, podendo ser através da violência ou, simplesmente, da intimidação: “eles literalmente roubaram o pobre na sua parcela de terras comuns”, deixando o tecido social destruído. A partir desse ponto, Polanyi (2000, p. 60) apresenta uma visão do “sistema de mercado”, em que “todas as rendas devem derivar de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda”, com um destaque para a “peculiaridade [...] surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar, sem qualquer interferência externa”.

Essa nova produção “envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias”. Nesse sentido, lembra Polanyi (2000, p. 61): “Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat”. Os pescadores, com a implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos em municípios de grande relevância para a produção nacional de pescado, passam a deixar de lado a relação com suas instituições representativas e serão absorvidos pelo mercado, como meros fornecedores de matéria-prima, prejudicando sua relação cultural, já tão fragilizada, pelos impactos da modernização.

Modernização, essa, na qual, como Santos (2004) explicava “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem

econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”. Portanto, a modernização é a universalização de uma inovação de um período anterior, isto é, “[em] cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos sistemas atingidos haja também modernização” (SANTOS, 2004, p. 395). Tal é o caso da atividade pesqueira, afetada pelo impacto dos novos terminais pesqueiros.

A pesca, em grande parte, faz parte do circuito inferior, com características de trabalho intensivo e de cunho local, mas com uma capacidade de criação considerável, podendo ser comparado com o que Santos (2004) descreveu em seus estudos, mas os dois circuitos estão presentes na atividade pesqueira: o superior, com todos os avanços tecnológicos de alto nível, denominado de pesca industrial, que, segundo Santos (2004), está interligado a um capital intensivo e a uma dimensão nacional ou supranacional.

O Estado tem um papel importante nesta questão, pois “se apresenta como um aliado do circuito moderno da economia” (Santos, 2004), através da proteção concedida à concentração e aos monopólios, do financiamento direto ou indireto, da construção de infraestruturas, dos subsídios à produção e à exportação e de todas as formas de acordo, de leis de investimentos e de planos de desenvolvimento, entre outros.

Um Terminal Pesqueiro Público, em seu cerne, comparado com o entendimento de Santos (2004) sobre o circuito inferior, tem “o papel de intermediário [...] ele é inicialmente um distribuidor de produtos importados e um comprador de produtos exportáveis”, sendo um “elo entre a demanda e a oferta”, com um papel dominante, devido a sua capacidade de armazenar mercadorias.

Ainda relacionado à política estatal dos TPPs, relativamente ao circuito produtivo, Santos (2004) deixa claro que o Estado tem sua ação exercida, em todos os níveis espaciais, por meio da construção de redes unificadoras de transportes, extensas o suficiente para assegurar sua presença, em todo o território.

Em hipótese, temos, hoje, com a implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos, uma nova política de ordenamento territorial do Estado, que vai além da substituição gradativa dos pontos tradicionais de venda de pescado nas regiões produtoras (praias, píeres de pescadores, etc.) e passa a ter a transferência das atividades (legalização da atividade, controle das embarcações, entre outras), que, antes, eram das Colônias, desde o início do século XX, para os TPPs (lembrando que foi, somente, após

a constituição de 1988 que as Colônias passaram a ser geridas pelos pescadores), com administração e objetivos privados, que visam ao lucro, como visto no edital e na posterior audiência pública, que precedeu à criação do Decreto dos TPPs, em 18 de maio de 2015.

A partir desse ponto de vista, a representatividade da pesca, não, somente, a artesanal, mais fragilizada, mas, também das demais categorias⁴⁷³ ⁴⁷⁴ (industrial, aquicultura e armadora) tem novas relações, geridas pelos agentes econômicos, que, não, só, alteram as políticas de Estado, mas interferem no cotidiano local do circuito produtivo, por exemplo, pela implantação dos TPPs.

A eliminação dos pontos de vendas, hipoteticamente, a partir das novas políticas, pode gerar consequências gravíssimas, nos mercados populares locais, que têm, como centro, os pescadores artesanais, eliminando a possibilidade de venda direta, principalmente, se pensarmos que, mesmo com todas as questões culturais envolvidas, o pescador é um extrativista que não possui recursos para armazenar seu pescado por muito tempo e que tem que estar, sempre, retomando sua atividade de pesca, para manter seu sustento. Assim, a existência de um local com compra constante da produção do pescado local e com garantida proposta na estrutura dos TPPs, acaba gerando dúvidas, quanto ao estabelecimento de uma grande resistência por parte da comunidade tradicional, por muito tempo, frente ao novo mercado, o que poderá trazer, como consequência, a extinção de boa parte dos pontos tradicionais de venda direta de pescado e da cultura neles existente.

Penso na compreensão teórica dos processos de modernização do território nacional, na presente fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com suas novas relações internacionais, mostrando a inserção do país na globalização e como este modelo altera a história dos lugares. Esta orientação conceitual e teórica, tem, por finalidade, igualmente, avaliar de que forma o estudo dos Terminais Pesqueiros Públicos, e das

⁴⁷³ PESCA COMERCIAL ARTESANAL: é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB)1 menor ou igual a 20. – PESCA COMERCIAL INDUSTRIAL: é a praticada por pessoa física ou jurídica, com o envolvimento de pescadores profissionais empregados ou em regime de parceria, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte (de qualquer AB), com finalidade comercial. (Pesca Artesanal Legal MPF 2017)

⁴⁷⁴ ARMADOR de Pesca - aquele que, em seu nome e sob a sua responsabilidade apresta para sua utilização uma ou mais embarcações pesqueiras, cuja soma de suas Tonaledas de Arqueação Bruta totalize ou ultrapasse a 10 (dez) Toneladas de Arqueação Bruta. PORTARIA Nº 1.624, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989.

suas consequências, na realidade dos pescadores brasileiros, contribuirá ao avanço dos estudos históricos. Para tanto a Política dos Terminais Pesqueiros Públicos devem ser visto como responsáveis pela reestruturação da atividade pesqueira e da infraestrutura aquícola e pesqueira brasileira, considerando a necessidade e o interesse públicos, segundo o Decreto-Lei nº 5231, de 2004.

Essa nova política pública de reestruturação da atividade pesqueira visa, segundo o governo:

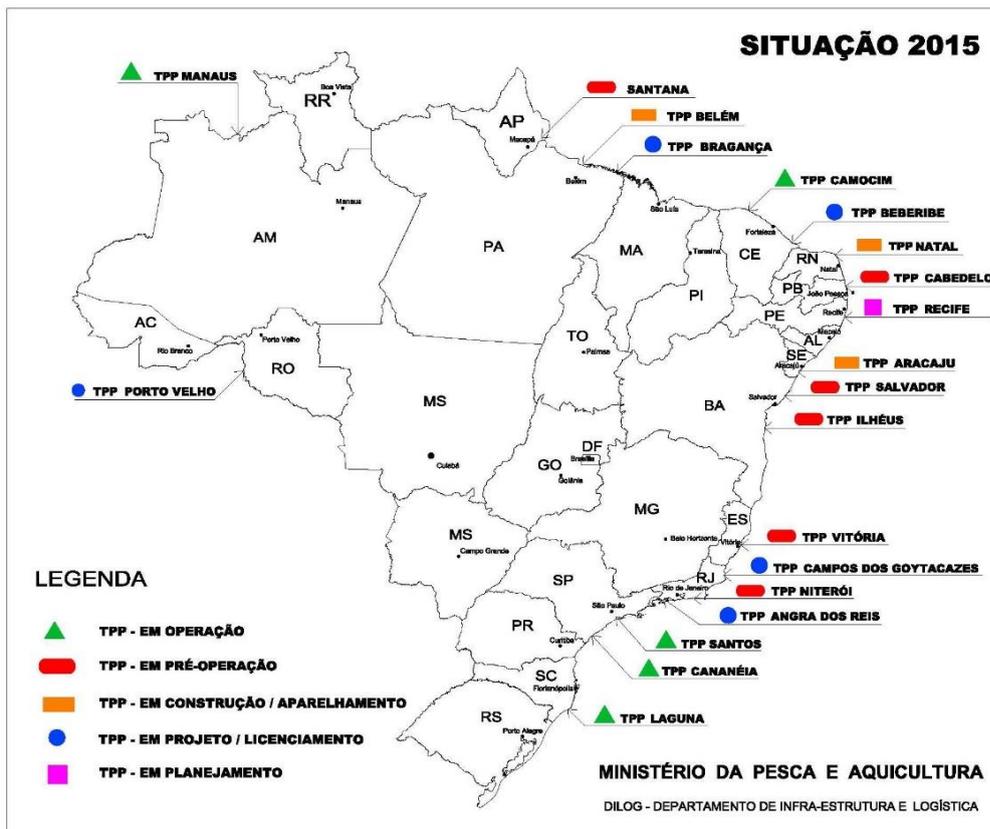
1. Fortalecimento da parceria público-privado, pois os entrepostos são estruturas construídas e implementadas com recursos do Estado e sua administração é entregue ao setor privado conforme a legislação 5231/2004,
2. Acordo internacional de controle das águas de ZEE (zona econômica exclusiva) segundo a NORMAM-04/DPC e a lei 10849/2004 que regulamenta o programa nacional de financiamento e regulação da frota pesqueira nacional com o objetivo de ampliar a frota de pesca oceânica até as 200 milhas das águas territoriais brasileiras.
3. Inserção do Projeto dos terminais no contexto da política nacional de logística e transporte 108 PNLT;
4. Maior controle da distribuição do pescado com o objetivo de ordenamento da arrecadação de impostos lei 5231/2004.
5. Articulação com a Política nacional de fiscalização sanitária que busca uma padronização do pescado com o mercado e normas internacionais.
6. Ordenamento nacional do mercado de pescado no país.⁴⁷⁵

De acordo com o documento resultante da audiência pública realizada em Brasília, em 18 de março de 2015, como já estabelecido, anteriormente, no Decreto-Lei nº 5231, de 2004, os TPPs ainda se mantem como uso da pesca artesanal e industrial.

Em 2015, eram 18 os TPPs criados, ou em criação, pelo Estado, assim divididos: quatro estão em operação; cinco, em pré-operação; três, em construção/aparelhamento; quatro, em fase de projeto/licenciamento; e um, em planejamento, conforme a Mapa 1.

Mapa 1 – Mapa da distribuição dos TTPs

⁴⁷⁵ Decreto-Lei nº 5231, de 2004.



Fonte: MPA (2015)

Na tentativa de compreensão dos Terminais Pesqueiros Públicos e de suas interferências na História, o olhar sobre a gestão do território e sobre o ordenamento pesqueiro faculto, hoje, a especialização na análise de diferentes assuntos políticos, entre os quais se pode incluir o das consequências da ação do Estado sobre a atividade pesqueira e a interferência desta ação no circuito produtivo pesqueiro. Mas deve-se ressaltar, ensina-o Braverman (2014), também, que, se o estudo da legislação sobre o território destaca a presença do poder no espaço da lei, cumpre ter muito cuidado com as particularidades desse poder, que nunca deve ser observado em sua generalidade, e, sim, nas suas manifestações específicas: dominação, autoridade, coerção, entre outras.

O processo modernizador, que está ocorrendo, no território brasileiro, tem reduzido as áreas de pesca, como demonstrando em Silva; Resende; Martins (2010) e Silva (2015), com a demanda solicitada com implantação de TPPs por pescado poderemos ter em um futuro próximo um agravamento de conflitos, que se aprofundam, principalmente, os relacionados com o Estado e com suas ações.

O limite das lutas dos pescadores liga-se, também, às instituições representativas da atividade pesqueira, que, em boa parte, pertencem à ossatura do Estado

historicamente e, portanto, têm, na sua estrutura, a territorialização estatal, que pode ser comparado com o território normado construído por Santos (2002), que "termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que sua funcionalização, o 'mundo' necessita de mediação dos lugares".

Compreendendo teoricamente os processos de modernização do território nacional, a presente fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mostra a inserção do país na globalização e como este modelo nega a história dos lugares.

Portanto, em um Estado capitalista, sua base da ossatura institucional está relacionada com a produção capitalista, que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia, gerando essa relação entre Estado, capitalismo e economia, ainda que com uma separação relativa. Por essa perspectiva, as estruturas dos Terminais Pesqueiros Públicos, como instâncias centralizadoras da produção local e distribuidoras para os demais mercados, poderão fazer parte da ossatura do Estado, como ocorreu com as Colônias de pescadores, anteriormente. Outro ponto observado na pesquisa foi o da permanência, mesmo que indireta, da tutela do Estado, como também ocorreu, nas primeiras décadas de formação das Colônias de pescadores no século XX.

Como a lei é uma forma de controlar o comportamento social, é necessário lembrar que os imperativos instrumentais do Estado impulsionam o conhecimento jurídico, bem como aprofundar a visão crítica, acerca do poder, advertindo que a lei não se presta só para comandar, senão, ainda, para redefinir, para capacitar, para construir, para dividir, para encerrar e para ofuscar o espaço, dando um corpo completo à política dos Terminais Pesqueiros Públicos e gerando, ao pescador, a visualização dessa nova dependência dos fixos, implantados pelo Estado, mesmo sob o viés da relação entre políticas público-privadas e Estado.

FONTES

BRASIL. ICMBIO. Portaria nº 1.624, de 27 de dezembro de 1989. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1989/p_ibama_1624_1989_rgp.pdf>. Acessado em 28 julho de 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres / 6ª

Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2017. Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf >. Acessado em 28 julho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 5231, de 6 de outubro de 2004. Dispõe sobre os princípios a serem observados pela administração pública federal na criação, organização e exploração de Terminais Pesqueiros Públicos. Diário Oficial da União - Seção 1 – 7/10/2004, Página 6 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5231-6-outubro-2004-534283-publicacaooriginal-1988-pe.html>>. Acessado em 28 junho de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTAS JR, Ricardo Mendes. Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2005. 248p.

BECKER, B. K.; Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, p. 17-23, 2010.

BLOMLEY, Nicholas K. *Law, Space, and the Geographies of Power*. New York and London: The Guilford Press, 1994.

BRAVERMAN, Irus, BLOMLEY, Nicholas, DELANEY, David, KEDAR, Alexandre. *The Expanding Spaces of Law: A Timely Legal Geography* [EBook Kindle] Stanford Law Books (28 de maio de 2014)

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª Ed.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2014, p. 27-89.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006, 4ª edição. 145 p. _____ . *State, space, world: selected essays*. London: University of Minnesota Press Minneapolis, 1979.

POLANYI, Karl; tradução de Fanny Wrabel. *A grande transformação: as origens de nossa época - 2. ed.*- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 272 p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França.

São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Alberto Toledo. *Atividade pesqueira artesanal como forma de trabalho, cidadania e resistência no contexto metropolitano: O caso do Litoral Leste Metropolitano do Rio de Janeiro* – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção da titulação, Rio de Janeiro. 2006.

_____. *Metrópole e formas de resistência: atividade pesqueira artesanal no Litoral Leste Metropolitano do Rio de Janeiro*. Monografia – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2005.

_____. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesquisa brasileira na Primeira República*. 2011. 171f. Dissertação - PPGHS - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, dezembro de 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo; EdUSP, 2002a. 392 p.

SANTOS, Milton. et. al. *O papel ativo da Geografia: Manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, julho de 2000. 18p.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo; EdUSP, 2004.

SILVA, Catia Antonia da, RESENDE, Alberto Toledo e SOUZA FILHO, Antonio Martins de. *Projetos de modernização, Território Usado e Metrópole do Rio de Janeiro: Tendências da reestruturação produtiva na Baía de Guanabara e seus impactos junto aos trabalhadores da pesca artesanal - desafios para a gestão urbana*. *Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

SILVA, Catia Antonia da. *Política Pública e Território: Passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro, Consequência, 2015. 115p.

O Reaparecimento Da Floresta Com o Mutirão De Reflorestamento: a Experiência No Morro De Vidigal

Caroline Souza
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

A degradação de um ecossistema caracteriza-se pela perda da resiliência, da estabilidade do ambiente, da biodiversidade, diminuição das formas de propagação, entre outros fatores. Esta pode ser causada por motivos naturais e/ou humanos e o nível da degradação varia, de acordo com o tempo e a forma como a área está sendo utilizada. (MORAES; ASSUMPÇÃO; PEREIRA; LUCHIARI, 2013, p.84)

INTRODUÇÃO

Segundo Moraes (2013), autor do fragmento acima, a degradação do meio ambiente pode ocorrer por motivos naturais, como, por exemplo, um terremoto, ou pela ação do ser humano. No caso do Rio de Janeiro, esses motivos andam juntos, pois a expansão urbanística desordenada e as fortes chuvas, que caem sobre a cidade do Rio, no verão, foram as ferramentas básicas para a ocorrência da degradação de ecossistemas.

Essa expansão urbanística, focando nas favelas, foi executada de forma desordenada, pois o histórico dos programas de urbanização da cidade tinha, como objetivo, a retirada da classe baixa dos bairros que são os cartões postais. Visto isso, relembramos do programa de remoção das favelas, que tinham o objetivo de tirar os moradores desses locais para bairros afastados de seus locais de trabalho e com infraestrutura inferior à que eles tinham acesso.

A consequência desse programa foi um aumento demográfico nas comunidades que não foram removidas, ocasionando a derrubadas de árvores e a construção de casas em encostas. Porém, a falta de fiscalização, por parte do Estado, nessa região, na qual seu poder é limitado pelo tráfico de entorpecentes, resultou em várias mortes, ao longo dos anos.

Os anos 1990 foram marcados por grandes chuvas, principalmente a de fevereiro de 1996, que acarretaram grandes consequências para cidade e para seus moradores, que tiveram que conviver com enchentes e com desabamento de barragem, em virtude da

pouca eficiência dos mecanismos de drenagem. Esta chuva durou oito horas, deixou o Rio de Janeiro debaixo d'água e matou 21 pessoas.

Esta chuva, além de criar o caos exposto acima, foi um problema muito grande nas favelas, principalmente, no Vidigal, em que uma barragem atingiu alguns barcos, levando a óbito seis crianças e uma grávida em virtude de um deslizamento de terra.

Após esta chuva, a Associação de Moradores solicitou, junto à Prefeitura, iniciou o processo de avaliação técnica para a implantação do programa de reflorestamento na comunidade. O local no qual ocorreu este deslizamento foi o ponto inicial do Mutirão de Reflorestamento⁴⁷⁶ e os destroços do barraco são expostos e lembrados no guiamento dos visitantes, pelos mutirantes.

Trabalho com o projeto de reflorestamento há 15 anos. É gratificante poder contribuir para reverter a situação de degradação ambiental das comunidades. Além do plantio, são desenvolvidas políticas de educação ambiental para que a área não seja mais depredada. Aqui no Vidigal plantamos cerca de 20 hectares, o lugar hoje é lindo. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015)

O depoimento acima, de Sérgio Moreira Melo, encarregado do Mutirão de Reflorestamento do Vidigal, mostra que a educação ambiental é muito presente na comunidade e ela se concretiza, através de visitas e de plantações de mudas, pelas crianças de colégios e de creches, na área de reflorestamento que são feitas através do PEAR, que será falado mais à frente.

A RELAÇÃO DOS TÉCNICOS E DOS MUTIRANTES

A relação entre os técnicos e os mutirantes é baseada no diálogo, pois os técnicos têm o conhecimento dos procedimentos de plantio, enquanto os mutirantes detêm o conhecimento sobre as pessoas e sobre a comunicação com a comunidade. Quando esses conhecimentos se complementam, o resultado é o respeito e a não invasão das áreas reflorestadas.

Segundo Alfredo, engenheiro florestal e técnico da prefeitura:

Um dos maiores ganhos do Mutirão, pra mim, não foi nem o ganho ambiental, mas foi o ganho de a comunidade não crescer em direção a área de risco. Porque em todas as áreas que entramos nós limitamos a área de risco e

⁴⁷⁶ Tal fatalidade ainda é lembrada pelos mutirantes, quando eles estão guiando os visitantes ou as escolas, no local, e mostram o alicerce da casa que foi derrubada com o deslizamento. Eles fazem questão de deixar a base da casa exposta, para lembrar dessa marca dolorosa do passado e do início do programa.

se manter o mutirão então não há invasão, porém se tirar o projeto de atuação dessas áreas aí elas serão invadidas novamente⁴⁷⁷.

Logo, segundo Alfredo, o maior impacto do projeto é a preservação da área de reflorestamento, que se efetua através da presença dos mutirantes, que, em contato com a Prefeitura, conseguem manter locais com risco de desabamento sem habitações, o que diminui o risco de feridos e até de morte, se houver desmoronamentos.

Contudo, aponta um ponto negativo do programa, que é a necessidade da presença constante dos técnicos da Prefeitura, podendo ser, até mesmo, uma pequena equipe de mutirantes, só para manter presença e para que a área não seja invadida, colocando a vida dos moradores em risco, novamente.

Outro problema no Vidigal é a entrada de comerciantes que desejam se estabelecer na área de reflorestamento, pois ela dá acesso à trilha do Mirante do Vidigal, que é local de passagem para muitos turistas. Desse modo, há uma disputa por esse mercado e pela área.

Este movimento entre o velho e o novo acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. (LUCHIARI, 1998, p.15-29)

Segundo a autora, o turismo consegue eleger novas paisagens, que eram esquecidas, anteriormente, como no caso da trilha para o Mirante do Vidigal, que era um local de passagem. Porém, com o reflorestamento, esse local ganhou novos olhares e se tornou valorizado. Logo, uma região valorizada tem conflitos, como, por exemplo, o citado acima.

Em virtude dessa disputa por território, resultado da rentabilidade do turismo na região e pela área não ter concorrentes, a questão do discurso da preservação ambiental torna-se preponderante, por parte dos agentes públicos e dos gestores municipais, pelo que a Prefeitura, através da SMAC, resolveu criar uma placa, com o objetivo de informar aos turistas que a trilha é área de reflorestamento. Em 2005, as placas começaram a ser colocadas e há relatos, até 2009, a respeito de constantes discussões sobre o assunto. Por esse método, qualquer pessoa que tente estabelecer algum comércio

⁴⁷⁷ Alfredo, engenheiro ambiental do Programa Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

no local estaria cometendo crime ambiental, já que áreas de preservação ambiental não admitem quaisquer invasões.

Os artigos 38 e 38A da Lei Federal 9.605/1998 explicitam algumas formas de crime ambiental contra a flora:

Artigo 38- Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Artigo 38 A- Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. (BRASIL. Lei nº 9.605, 1998)

Através desses artigos da Lei Federal 9.605/1998, transcritos acima, podemos verificar que o conceito de área reflorestada está mencionado, quando se refere à área de preservação permanente ou em formação, que são os casos do reflorestamento e da danificação de vegetação primária ou secundária de regeneração da Mata Atlântica, espécies plantadas pelo Mutirão de Reflorestamento. Logo, esta lei é uma ferramenta para proteger essa área tão cobiçada no Vidigal.

Porém, às vezes, a sinalização é ignorada por alguns e há danificação das mudas. Em virtude disso, os próprios mutirantes resolveram fazer um caminho, uma espécie de trilha, para os turistas passarem e para diminuir os problemas causados pelo trânsito de pessoas.

Vemos que o trânsito de pessoas é bastante prejudicial à recuperação ambiental, pois muitos turistas não têm consciência de que a área em que estão é um local de reflorestamento. Por isso, também, a placa acima foi colocada, para informar que eles não podem danificar essas áreas.

No depoimento de José Carlos, mutirante do Vidigal, vemos uma crítica à proteção das áreas reflorestadas:

“A comunidade sempre respeitou até uma certa parte ... de vez em quando temos um problema aqui ou ali de pessoa que entra e sobe aqui, mas atualmente que tem muitos gringos subindo aqui porque as pessoas querem chegar e mexer em uma coisa ou outra e nós estamos aqui para orientar. Esses são os pequenos atritos que você pode encontrar que não temos como resolver né até porque vem passear só e se não estivermos no momento e eles chegam e quebram árvores então quem foi? Não sabemos, porque estão subindo”. (Depoimento de José Carlos, mutirante do Vidigal da categoria servente)

Através desse depoimento, vemos que um problema constante, para o reflorestamento, é o ecoturismo, especialmente, no caso da favela do Vidigal, em virtude dos turistas, que se encantaram com a vista do Mirante do Vidigal. Contudo, algumas vezes, eles não entendem ou não respeitam as áreas reflorestadas e, por esse motivo, os mutirantes e técnicos precisam ficar atentos, em especial, na parte reflorestada.

Milton Santos (SANTOS,1998), irá aprofundar a discussão sobre o ecoturismo, dizendo que a globalização tem efeitos locais, pois, antes, o local tinha o tempo mais lento, em relação ao tempo global, que era considerado mais rápido. Contudo, o advento da globalização e, com ela, a criação de redes mundiais, acabou retirando o caráter de tempo lento do local e o transformou em rápido.

Dentro dessa perspectiva, observamos que a narrativa do mutirante José Carlos diz muito sobre esse conflito do tempo local, que seria mais lento, e que as árvores do reflorestamento conseguiriam ficar grandes e fortes, porque a comunidade respeita essa área e tem consciência de que as plantas em crescimento não podem ser mexidas. Em contrapartida, este local está recebendo, agora, as influências das redes, através do ecoturismo, e isso não é inerente à comunidade, mas aos empresários e aos governantes, os quais, como diz Milton Santos (SANTOS,1998), vão disputar para que seus locais de domínios se tornem atrativos e, para isso, eles utilizam, tanto recursos materiais quanto imateriais.

Também vemos na narrativa de José Carlos que a comunidade respeita o reflorestamento e não invade a área reflorestada, pois foi feito um trabalho de conscientização, junto aos moradores. Igualmente, eles deixam expostos os escombros da tragédia, resultante de um deslizamento de terra, que ocasionou o início do Projeto na comunidade

Para Maturana e Varela (MATURANA; VARELLA,2001), as crises ambientais reorganizam o sistema e as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reestruturem, dentro da história. Mas não se pode estudar, somente, o evento, sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

A partir da visão desses autores, é possível perceber que deixar o alicerce da casa, na qual morreram uma mulher grávida e seis crianças, é uma forma de reviver a

memória e de recontar a história, bem como a narrar sobre o local de reflorestamento e de segurança para uma determinada região e povo.

O trabalho de conscientização não se resume à memória da tragédia. Os mutirantes guiam crianças de escolas pelas áreas de reflorestamento, como dito no depoimento do engenheiro florestal Alfredo, explicando o porquê de reflorestar aquele local, fazendo plantios com as crianças e falando um pouco sobre a história dos trabalhadores que passaram pelo Projeto assim resgatando a memória dos moradores.

Além disso, o Projeto Mutirão de Reflorestamento conta, também, com um projeto de educação ambiental, que é o Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento (PEAR), que deu apoio ao Mutirão de Reflorestamento. O PEAR seleciona e capacita os agentes para atuarem nas comunidades que recebem o Mutirão, mantendo as parcerias com as associações de moradores. Ele também propicia atividades educacionais para as escolas e para os membros dessas comunidades, sempre focando na formação de agentes multiplicadores.

Em 2002, o PEAR contava com 65 agentes ambientais, atuando em 107 comunidades atendidas pelo Projeto Mutirão. O PEAR faz parceria com as escolas municipais que estão na área da favela, para conscientizar as crianças sobre a importância do reflorestamento e, também, para que elas se sintam parte do processo, bem como as suas famílias. Isso deixou o projeto mais conhecido e com mais pessoas a favor do Mutirão, dentro das comunidades. (COHEN,2007)

São objetivos da educação ambiental que as crianças tomem consciência da importância do reflorestamento e, também, que as áreas reflorestadas sejam vistas como locais que possam desenvolver o contato com a natureza e, também, como locais de recreação.

O TURISMO NAS FAVELAS

O turismo nas favelas do Rio de Janeiro se popularizou após a gravação do clipe do Michael Jackson, em 1992, que teve como plano de fundo a Rocinha. Contudo ele foi a porta de abertura para outros artistas fazerem outros trabalhos nessas localidades e mostrou para o mundo a vivência dentro dessas comunidades que por anos foram negligenciadas e invisíveis a vários moradores da cidade.

O turismo teve uma grande impulsão nas favelas, depois da política de implantação das UPPs⁴⁷⁸, a partir de 2000, nas favelas no Rio de Janeiro. Este projeto tinha o objetivo de integrar os moradores das comunidades e os policiais, diminuindo o distanciamento entre esses dois grupos.

Em 2012, foi instalada no Vidigal a UPP e isso facilitou o turismo na região, pois antes dessa unidade as pessoas tinham receio e preconceito de subir o morro em virtude das tensões violentas entre os grupos armados e a polícia.

Ainda que as UPPs não tenha atingido seus maiores objetivos, elas possibilitaram o crescimento de atividades que não eram exploradas, antes de sua implementação, como, por exemplo, o turismo nas comunidades: “o que é certo é que a indústria do turismo é responsável por criar maneiras de transformar, circular e consumir localidades, criando uma cultura material e uma economia de sensações que lhe é específica”(FREIRE-MEDEIROS, 2006).

Segundo, a indústria do turismo tem a capacidade de transformar locais, de maneira que sejam olhados como objetos de consumo, por parte de todos, fazendo com que sejam desejáveis, através da formação de uma cultura específica, que vende as novas sensações, atreladas a um espaço determinado, fazendo com que a consequência seja o movimento da economia do lugar.

Vale ressaltar que este mercado turístico englobou, somente, algumas comunidades, como as da zona Sul, que, pela proximidade com o centro e com os cartões postais da cidade houve essa visibilidade do Vidigal, resultou no início das atividades turísticas na comunidade.

Pelo cenário e localização singulares o Vidigal passou a ser um ponto turístico na cidade do Rio de Janeiro com o seu Mirante, onde para se ter acesso as pessoas passam por uma parte do reflorestamento e assim interagem e sabem que existe uma área de preservação no local.

Contudo essa interação algumas vezes é prejudicial ao processo de reflorestamento, pois alguns turistas não respeitam a área e jogam lixo no chão ou quebram as árvores, como foi dito, anteriormente, pelo mutirante José Carlos.

Entretanto com o PEAR os moradores ajudam a conservar a área, a divulgar o reflorestamento junto as placas que sinalização indicando área de proteção que auxiliam

⁴⁷⁸ UPP - Unidade de Polícia Pacificadora.

o turista entender e respeitar esse espaço comum dos moradores da comunidade que se tornou comum também para o mundo inteiro que a visita.

Todavia esse contato também serve para divulgar o projeto e para obter a manutenção dele na região, porque com as mudanças de prefeito o programa corre risco de acabar devido à falta de verbas pública, já que ele depende diretamente do dinheiro dos cofres públicos para o pagamento e o mantimento dos contratos com os mutirantes e com as comunidades.

Porque as pessoas que trabalham no projeto fazem a ponte entre Estado e comunidade e são ferramentas chaves para o órgão público desempenhar sua atividade junto a comunidade e com seu apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo nos faz entender a complexidade do Projeto Mutirão de Reflorestamento, que só foi possível, diante da abertura política e do diálogo entre Estado e comunidade, que se deu, após a Constituição Federal de 1988.

Vimos, também, que o projeto é inovador no campo de políticas públicas sobre as favelas do Rio de Janeiro, pois ele vai ser uma política democrática não imposta pelo Estado.

No caso do Mutirão, as comunidades se organizavam, através de suas Associações de Moradores, para requisitar o projeto, junto à Prefeitura, e, caracterizando-o, desse modo, como uma atividade social e comunitária, com vistas à recuperação ambiental dos morros cariocas.

Já caso do Vidigal, o programa vai além do projeto em si, pois, com a atividade turística no local, que se fortificou com o programa, e com a localização e vista ímpares que se tem da cidade, vai trazer novos desafios e algumas tensões, dentro da área reflorestada, pois o turismo vai exigir a disponibilidade de um aparato de comodidade ao turista, entretanto este aparato não pode ser montado nas áreas de atuação do Projeto.

Portanto, vemos que o mutirão passou por várias etapas e teve diferentes objetivos, ao longo dos anos e dos governos. Esses diferentes estágios transformaram o programa, visando mais à integração social entre Estado e comunidade. Porém, no caso do Vidigal, o programa não deixou de focar em seu objetivo, a recuperação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, S. C.; ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO/Zahar, 1987.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Org.). *Escritos sobre espaço e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 421-450.

ANDREA, Sergio. “E a luta continua...”. In: *Prefeitura do Rio de Janeiro, Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: SMDS/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988. p. 5-10.

ARAÚJO, Leo. *Costa en Morro do Vidigal*. Disponível em: www.minube.com/fotos/rincon/3663339. Acesso em: 09 dez. 2015.

ARNOLD, David. *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XV, nº 865, 25 de março de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>. Acesso em: 16 ago. 2019. [ISSN 1138-9796]

BARBOZA, S. C. *Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 72-73.

BATISTA, S. *Programa de Reflorestamento equilibra paisagem do Morro da Formiga*. Disponível em: <http://upprj.com/index.php/acontece/aconteceselecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-daformiga/Formiga>. Acesso em 07 dez. 2015.

BRANDÃO, A. M. P. M. As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano. In: ABREU, M. de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 143-200.

BRASIL. *Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 11 dez. 2015.

BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRUM, Mario Sergio Ignacio. *O povo acredita na gente: Rupturas e continuidades do movimento comunitário das favelas cariocas das décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2006.

CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL. *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, p. 165.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/control.php?m1=legislacao&m2=plandircid&url=http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/indexplano.php>. Acesso em: 20 de jan. de 2018.

CARVALHO, Leo Fontes Paz de. *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COMPANS, Rose R. B. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, maio de 2007.

FERNANDES, M. The paid self-help reforestation project. In: *Environmental innovations for sustainable mega-cities: sharing approaches that work*. New York: Mega-cities Project, 1996.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Images of Brazil in a Global Circulation / O Brasil que se exporta: a construção da favela como atração turística. In: *CALACS*. Calgary, Canadá, 2006.

GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. In: ABREU, M. de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 13-26.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/Ed. PUC-Rio, 2013. p. 46.

HAESBAESRT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica, 2002.

JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2015. Capítulos 13-14.

JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil S.A 1996*. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1996_00323.pdf. Acesso em 17 dez. de 2018.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. Ed. 1. São Paulo: Moraes, 1991.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. *Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico*. Fortaleza: FUNECE, 1998, p. 15-29.

MATURAMA, Humberto R.; VARELLA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Pallas Athena, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Consulta nacional Agenda 21: desenvolvimento sustentável, 100 experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, 1997.

MERTON, Robert. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1957.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CAPÍTULO 11 (COMBATE AO DESFLORESTAMENTO)*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/644-cap%C3%ADtulo-11.html>. Acesso em: 05 dez 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

MORAES, L. F. D. de; ASSUMPÇÃO, J. M.; PEREIRA, T. S.; LUCHIARI, C. Manual técnico para a restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 84 p.

O GLOBO. *Acervo do Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-acervo/?navegacaoPorData=197019771231>. Acesso em: 17 abril de 2018.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTES, Alejandro. Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado: as favelas do RJ. In: *Estudos CEBRAP*, n. 22, 1978.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Portaria SMAC/CGAV/CRA n° 001 /2014*. Estabelece as diretrizes para o fornecimento de mudas para atendimento ao disposto na Resolução Conjunta SMAC/SMU n° 14 de 30 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4975980/4128140/PORTARIAQUEDEFIN EPROCEDIMENTOSNOFORNECIMENTODEMUDAS.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Refrescando a Memória*. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/refrescando/reflorestamento/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra capital, 2014.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o Ordenamento Sócio-Habitacional Carioca (1947-1962)*. São Gonçalo: Ed. UERJ, 2009. p. 24.

RODRIGUES, P. H. A. *Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988.

SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

SANTOS, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia da Letras / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

TELLES, V. Pobreza e cidadania: precariedade e condição de vida. In: MARTINS, H.; Ramalho, J. R. (Org.). *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

VAZ, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. Ed. 1. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002, v. 1.

VELEZ, Vitoria. *Reflorestamento diminui risco de deslizamentos nos morros cariocas*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/08/30/campanha-de-reflorestamento-renova-esperanca-nos-morros-cariocas.htm>. Acesso em: 30 ago 2013.

VIVARIO. *Favela tem memória*. Disponível em: <http://favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 19 jan 2016.

O partidarismo e campo político na década de 1950

Daiana Maciel Areas
Doutora pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Na segunda metade dos anos de 1940, após o fim do Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas, o campo político brasileiro passou por uma intensa reestruturação com o surgimento de diversas legendas criadas por núcleos políticos já existentes – como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ligados direta e indiretamente à herança institucional – e por outras que desejavam chegar ao poder, como a União Democrática Nacional (UDN), forjada dentro da oposição a Vargas e ao “getulismo”. A modernização da imprensa periódica no período esteve ligada diretamente a este contexto.

As atuações do governo de Vargas, durante o Estado Novo, possuíam um caráter ambivalente, apoiavam as forças que defendiam a democracia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), simultaneamente mantinham as restrições às liberdades individuais no país, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da Polícia Política. Nesse processo, a imprensa foi componente atuante no desgaste político e institucional do regime estadonovista, ainda anteriormente à extinção do DIP, em maio de 1945, convergindo para a crise que levou à retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro.

Com a nova Constituição, promulgada em setembro de 1946, sucedeu o restabelecimento da livre manifestação do pensamento, sem dependência da censura ou de nenhum órgão fiscalizador. Para Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, 1999:399), o fim da ditadura de Vargas simbolizava um recomeço para a democracia tanto pelo restabelecimento da atuação dos partidos como pela liberdade dos meios de comunicação. Através do pluripartidarismo, implantado em março de 1945, e com a edição do regulamento eleitoral, havia nascido os partidos “de massa”, que para Scott Mainwaring funcionavam como agremiações que precisavam ganhar votos e atrair um amplo eleitorado, em vez de se limitarem aos grupos de elite, como ocorria anteriormente (MAINWARING, 2001). Dessa forma, as novas legendas passavam a valorizar as bases eleitorais como forma de chegar ao poder.

Vale ressaltar que as legendas pró e anti herança Vargas foram essenciais na composição da estrutura partidária a partir de 1945. A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945⁴⁷⁹, obrigava qualquer agremiação partidária a apresentar um alcance nacional. Essa lei anulou de forma concreta elementos da política brasileira que estruturavam os partidos regionalmente e que desde a Primeira República (1889-1930), sustentavam o poder das oligarquias estaduais. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, O decreto lei estabelecia que, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (correspondendo à atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; e personalidade jurídica de acordo com o Código Civil (FERREIRA e DELGADO, 2003:45-46).

O regime democrático liberal foi preponderante, os governantes passaram a ser eleitos pelo voto e os partidos políticos puderam organizar-se como agremiações representantes de vários setores da sociedade brasileira. Segundo Antonio Gramsci os partidos políticos traduzem uma visão de mundo que se origina da experiência histórica de um determinado grupo social, compõem-se em uma estrutura que engloba todos aqueles que compartilham da mesma visão (GRAMSCI, 2000:59). A partir de 1945 ocorreu uma distribuição e manutenção do poder eleitoral entre as três principais legendas do país.

Ainda em 1948 articulava-se a sucessão de Eurico Gaspar Dutra, na ala governista, o núcleo mineiro do PSD, passou a negociar uma união intrapartidária, entre os pessedista e a UDN, objetivando o lançamento de um único candidato para o executivo federal, na legenda pessedista, e o executivo estadual mineiro, na legenda da UDN. Com isso tentavam pôr em prática, a “união nacional”, que foi formalizada em janeiro de 1949. O acordo interpartidário, reuniu o PSD, a UDN e o PR (Partido Republicano), para dar sustentabilidade política a Dutra no Congresso.

Essa frente partidária não evoluiu nacionalmente, para a escolha de um único candidato para o executivo federal. O março do mesmo ano, o presidente da UDN, José Eduardo Prado, afirmou que permaneceria com o acordo, se o PSD se escolhe um candidato, extrapartidário. Para resolver essa querela, o então governador pessedista, do

⁴⁷⁹ A “Lei Agamenon” foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob a determinação presidencial de regulamentar as condições de transição do regime político.

Rio Grande do Sul, Valter Jobim, propôs que o presidente Dutra consultasse os líderes dos partidos, para uma possível escolha de candidato. Isso incluía perguntar, a Getúlio Vargas, líder do PTB, e Ademar de Barros, líder do PSP (Partido Social Progressista).

Conhecida como “fórmula Jobim”, teve o apoio dos líderes Arthur Bernardes, do PR, e Nereu Ramos, do PSD. Este último criou um impasse, pois só aceitava consulta as lideranças, se seu nome fosse indicado como candidato. Para resolver esse impasse, o líder e governador de Minas, Benedito Valadares, propôs ao diretório nacional do PSD, uma união nacional em torno de um candidato pessedista e mineiro. O PSD sugeriu alguns nomes, e no final decidiu pelo deputado federal por Minas Gerais, Cristiano Machado, e o paulista Altino Arantes, como vice. A chamada “fórmula mineira”, substituiu a “fórmula Jobim”, o que levou o afastamento da UDN do acordo interpartidário ou de qualquer negociação para um único nome ao executivo federal.

O governador udenista da Bahia, Otávio Mangabeira, propôs o rompimento com Dutra e a indicação de um candidato Udenista, lançando o Brigadeiro Eduardo Gomes. Foi criado um Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes, indicação homologada na convenção nacional da UDN, em maio de 1950. Candidatura do Brigadeiro, recebeu o apoio do Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP), legenda de Plínio Salgado. Com o apoio do ex integralista, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) afastou seu apoio a Eduardo Gomes, e decidiu por lançar chapa própria, com João Mangabeira e Alípio Correia Neto.

Getúlio Vargas, senador pelo Rio Grande do Sul e líder do PTB, havia firmado um acordo, ainda em dezembro de 1949, com Ademar de Barros, governador de São Paulo, e líder do PSP. Escolhido pela convenção nacional do PTB, em julho de 1950, Vargas lançou sua candidatura para o executivo federal. Teve como vice Café Filho, indicação de Barros, que foi aprovada pelo partido trabalhista em setembro do mesmo ano. O lançamento da candidatura de Getúlio Vargas pelo PTB, com apoio de Ademar de Barros do PSP, representou a “Frente Popular” temida pela UDN e por parte do PSD, devido a notoriedade de Vargas, e o caráter popular da política de Ademar de Barros, no governo de São Paulo. Com 48,7% dos votos, Getúlio Vargas saiu vitorioso, elegendo também seu vice, pelo PSP, Café Filho. Maria Celina D’Araújo, ressalta que o resultado se deu pela combinação das legendas PTB/PSP, e também pelo esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado, por parte das alas do PSD, que orientaram seus

eleitores a votar em Vargas, e por parte dos eleitores comunistas, que não seguiram a orientação de alguns dirigentes do PCB, para votar em branco. “O getulismo firma-se enquanto alternativa das instituições e, na medida em que se localiza fora da estrutura partidária essa corrente traz em si uma saída apartidária para a sucessão.” (D’ARAÚJO, 1982:70).

A eleição e popularidade de Vargas não lhe garantiu uma estabilidade política para o novo governo. D’Araújo enfatiza que, a inconstância e não estrutura do governo democrático de Getúlio, vai para além de fatores externos, pois elementos internos de falta de coesão na base governamental foi fator para as contradições da gestão do político petebista.

A formação do grupo de governo levou prejuízo a sustentabilidade da gestão de Vargas. O governo uniu elementos partidários antagônicos e tentou entrelaçar os projetos desses grupos a suas propostas. Nesse sentido era conveniente ter seus opositores próximos sem perdê-los de vista. Com isso, não criou a ossatura institucional, que pudesse ser sensível e auxiliar na gerência de crises e embates com o legislativo, ou grupos da sociedade civil. O apoio popular não significava a manutenção no poder, sem o apoio das elites partidárias naquele momento.

A gênese da crise remete necessariamente às origens do governo e dos compromissos políticos que tentam estabelecer. Por força de circunstâncias diversas, Vargas, em 1950, impõe-se ao eleitorado como candidato de união, sem qualquer vínculo partidário mais consistente, e fundamentalmente baseado em sua liderança carismática e sua relação imediata e direta com as massas, com a base nesses atributos, propõe-se levar a cabo uma política conciliatória que incluía todos os partidos e todas as tendências, naturalmente desconsiderando o potencial desagregador que o getulismo representava para o sistema partidário. (D’ARAÚJO, 1982:72).

A UDN sofreu derrota no pleito do executivo federal, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, perdia pela segunda vez, já que tinha sido derrotado por Dutra nas eleições de 1946. Após a derrotada, a legenda udenista assumiu oposição ao governo eleito. O jornalista Carlos Lacerda, dono, do recém periódico *Tribuna da Imprensa*, colocou-se frente a uma campanha de oposição virulenta, contraria a figura de Vargas.

O *Correio da Manhã*, havia se colocado a favor da legenda do Brigadeiro Eduardo Gomes, pela proximidade deste com o dono do jornal, Paulo Bittencourt, pois eram amigos de infância. Não satisfeito com o resultado das eleições, chamou a atenção para a responsabilidade dos partidos e dos grupos para o resultado das urnas,

No muro das lamentações, algumas criaturas débeis e influenciáveis começam a pregar estes dizeres: “Ah, se os partidos democráticos se houvessem unidos! Ah, se tivéssemos tido um candidato único! A culpa é dos brigadeiristas e udenistas.

Em primeiro lugar, a verdade incontestável é que a candidatura do Brigadeiro se constituía como solução única e insubstituível para os partidários do movimento que ele encarna e simboliza. Não houve precipitação, não houve erro no seu lançamento. (...)

Com seu nobre desinteresse e com sua superior desambição, o próprio Brigadeiro se inclinava por uma solução conciliatório, somente tendo aceitado a sua candidatura, como mais um serviço à vida pública brasileira e um testemunho de fidelidade às esperanças nele depositadas, quando se tornou evidente que nada era possível contra o fascismo, a mesquinharia e a estreiteza de vistas da direção pessedista.

E marchamos, então, com o Brigadeiro... Não temos motivos para arrependimento, nem lamentações (...)E os brigadeiristas - com exceção de um ou outro politiquero udenista, levando muito longe seus acordos regionais com Getúlio. (...)

(...) Sem dúvidas, há alguma coisa podre na política brasileira, mas o foco de infecção não está colocado do lado de cá. (*Correio da Manhã*. 15/10/1950.)

O editorial de outubro de 1950, foi publicado após as eleições para o executivo federal, faz referência a um impasse entre as legendas contrárias a Getúlio Vargas, segundo o jornal o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato ideal e preparado para derrubar Vargas, mas as legendas não se entenderam numa escolha única e o “fascismo” e a “mesquinharia” na direção do PSD, levaram a legenda a escolha de um outro candidato e o fracionamento dos votos, com o esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado. O fascismo citado pelo jornal faz referência ao uma fração do PSD, que havia apoiado e participado do governo estadonovista de Vargas (1937- 1945), vale ressaltar que o partido foi fundado, em 1945, tinha como presidente do honra, Getúlio e parte dos interventores ligados a ele como figuras importantes do novo partido.

O texto também faz referência a membros da UDN que sinalizaram um acordo nacional e apoio a Dutra, em troca da escolha de um candidato único. Segundo o periódico, Eduardo Gomes seria o único candidato a livra o país do radicalismo varguistas. Em um outro editorial, no dia 26 de outubro, defende a legalidade do pleito e a necessidade de defender o regime presidencialista,

Um regime presidencialista sem freios constitucionais para enquadrar a ação do chefe do governo dentro dos limites de suas funções é um despotismo larvado e não um sistema democrático, sobretudo quando esse chefe seja um homem da índole do Sr Getúlio Vargas. Não há quem se considere confiante no destino de nossas instituições com a presença desse homem no poder(...)

cujo passado força ao ceticismo. (...) os anteparos constitucionais serão não somente legítimos como indispensáveis. (...) (*Correio da Manhã*, 24/10/1950)

O jornal faz referência ao período estadonovista, a partir de 1937, no mesmo ano institui-se uma nova Constituição, suspendeu as atividades do senado e câmara de deputados, além da instituição da censura aos veículos de imprensa. O *Correio* temendo o recrudescimento das limitações a essas instituições,

É hora de votar a lei de responsabilidade do chefe de governo. Marchamos para um futuro incerto. As forças armadas, a maioria do povo brasileiro expressa nas urnas e o congresso estarão de olhos vivos fitos nos atos do presidente. Para resguardo das instituições livres, e precisa criar desde já os meios de reprimir e condenar os movimentos e gestos subversivos que venham do alto, que venham do poder. Nos próximos anos a **democracia** estará ameaçada sobretudo do alto e não de baixo, ou do povo. (*Correio da Manhã*, 24/10/1950)

O jornal dos Bittencourt enfatiza a importância das instituições e forças armadas, além do voto da população para salvaguardar a democracia recentemente vivida no país, a partir do fim do regime estadonovista em 1945. As forças armadas apareceriam nos editoriais e artigos do *Correio* como a instituição basilar na defesa da democracia, recentemente conquistada, seria como o ponto de equilíbrio naquele momento.

O *Correio da Manhã* não era solitário em suas pontuações contra o novo governo, os principais veículos de comunicação escritos e falados fizeram fileiras contra Vargas. As principais empresas de comunicação ficaram contrárias ao projeto nacionalista e a restrição ao uso de capital estrangeiro. Devemos ressaltar que essas críticas eram em sua maioria de natureza política e administrativa. (ABREU, LATTMAN – WELTMAN, 1994:27-28 e CAPELATO, 1998:69-70).

O governo eleito pode contar com o jornalista Samuel Wainer, para fazer uma contrapartida favorável. Ele funda em 1951, seu jornal *Última Hora*, o jornal recebeu a ajuda financeira do banqueiro Walter Moreira Sales e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, obteve apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.⁴⁸⁰ O novo jornal foi espaço para divulgação do projeto do governo democrático de Vargas.

⁴⁸⁰O jornal de Samuel Wainer não foi exceção, pois ajuda estatal era o sustentáculo mais forte das empresas jornalísticas, pois os insumo e maquinários eram importados e manter uma redação sem financiamento do estado era impossível. O processo de modernização da imprensa se fez por empréstimos de bancos oficiais.

Mesmo com o contraponto favorável na divulgação do governo, boa parte da imprensa a partir de 1953 intensificou a oposição a Vargas. Carlos Lacerda com seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, faz oposição a Getúlio. Para além das páginas do seu periódico, o jornalista utilizou a Rádio Globo, com o consentimento de Roberto Marinho e dos diretores Raul Brunini e Luiz Brunini, udenistas convictos, davam espaço e microfones para os políticos da legenda de oposição. No mesmo ano Lacerda utilizou o espaço radiofônico de Marinho, para atacar Samuel Wainer e acusá-lo de favoritismo político, concorrência desleal, falsidade ideológica, dumping, etc. Além da *Rádio Globo*, Lacerda conseguiu espaço na *TV Tupi*, Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados. Usando sempre de um tom exaltado, nos programas de TV e Rádio, o Jornalista fez frente agressiva ao Dono do *Última Hora* e Governo Vargas.

Lia Calabre destaca que Wainer objetivava provar sua inocência e solicitou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. As sessões da CPI tiveram ampla divulgação jornalística da *Rádio Globo* “que gravava as sessões e depois as irradiava, seguidas dos comentários de Carlos Lacerda.” (AZEVEDO. 2002) À medida que a CPI avançou, a participação de Lacerda na Rádio Globo foi maior, espaço que ele utilizou para fazer oposição ao Governo, atrelando Vargas aos beneficiamentos que supostamente Wainer havia tido. Em 19 de julho de 1953, depois denegar-se a fornecer algumas informações a CPI, o proprietário do *Última Hora* teve sua prisão por quinze dias decretada, cumprindo dois terços e liberado a partir de um *habeas-corpus*. Lacerda acusou Vargas e membros do governo de ajudar Samuel Wainer.

A postura de Lacerda atrelando uma possível postura ilegal na concessão do de Wainer, Vargas e membros do governo levou o chefe de polícia da capital a ameaçar de retirar a licença de funcionamento de alguns jornais e emissoras de rádio, com destaque para o espaço radiofônico de Roberto Marinho.

Lacerda continuou suas acusações e atrelou Vargas e membros do Governo no processo de concessão do jornal de Wainer. Seu discurso virulento foi replicado por outros veículos de comunicação. Como contrapartida o chefe de polícia da capital embasando-se nas leis 8356 de 12/12/1945 e 8543 de 03/01/1946 intimidou alguns jornais e veículos de radiodifusão, especialmente a Rádio Globo, ameaçando a retirada da concessão.

Roberto Marinho retesou em protesto contra a ameaçada, mas repreendeu os irmãos Brunini, quanto ao espaço que Lacerda estava tendo no jornal. Pediu para que o governo tivesse o mesmo espaço para divulgação de seus projetos. Raul Brunini propôs a criação de um programa para dar mais abertura a Lacerda. O programa *Parlamento em Ação*, fazia uma análise das reuniões parlamentares do dia, seguidas de comentários inflamáveis de Carlos Lacerda. Cada vez mais agressivo em suas críticas a Vargas e seus aliados, o jornalista udenista ganhou cada vez mais audiência. O programa era abertamente udenista e de crítica diretas ao Governo.

A crise política foi agravada em agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado na rua Toneleiros, em Copacabana. O atentado levou a morte do Major Rubens Vaz. A partir desse episódio Lacerda responsabilizou Vargas e pediu seu afastamento imediato. Jornais como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *O Estado de São Paulo* pediam a apuração do atentado, que havia resultado na morte de um militar, mas enfatizavam o respeito as normas do regime democrático, que possivelmente através de seus preceitos haveria de propor uma solução para a crise e afastamento da figura de Vargas. À medida que a crise se aprofundava a posição desses veículos era que o presidente teria que renunciar. Alzira Alves de Abreu, chama a atenção para os jornais, *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã* que apresentaram uma conduta menos visceral e pediram a exposição racional dos eventos. Diferente de outros veículos de imprensa escrita, não atribuíram a Vargas a culpa direta sobre o atentado, e não defendiam a tese de resolução unilateral da crise através das Forças Militares. (ABREU, 1996)

A crise no governo Vargas foi desencadeada por várias motivações. A oposição udenista sempre virulenta, recebeu o apoio da ala conservadora do exército. O acordo civil militar entre parte da burguesia e exército, foi nomeado de *Cruzada democrática*. Essa aliança ganhou força, após o rompimento entre Vargas e os Militares. A ruptura se deu por várias razões, em parte pela campanha e efetivação da duplicação do salário mínimo, parte da burguesia, receava uma certa ameaçada comunista, atrelavam a figura de João Goulart, Ministro do Trabalho de Vargas.

O exército se manifestou através de um documento assinado por oitenta e dois coronéis, o *Memorial dos Coronéis*, listou as insatisfações das Forças Armadas, destacando a negligência do governo com a instituição, falta de infraestrutura, maquinário,

armamento, baixos salários e a falta de protagonismo das instituições militares, para além, ressalta problemas na questão de segurança nacional e o posicionamento político de Vargas e de seus aliados.

os coronéis alardeavam a "deterioração das condições materiais e morais" indispensáveis ao pleno desenvolvimento da instituição, cujo "perigoso ambiente de intranquilidade" se ampliava. Os coronéis conclamavam seus superiores a promover uma "campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas", com o firme propósito de restaurar os "elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica, que (...) asseguravam ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional". (...) Nesse sentido, teciam sérias críticas ao aumento de 100% do salário-mínimo proposto por João Goulart, ministro do Trabalho recentemente nomeado.

Para os militares signatários do manifesto, além de alimentar a inflação, o aumento de 100% do salário-mínimo significava um desprestígio para as Forças Armadas, (...) Tal desprestígio, argumentavam eles, funcionaria também como elemento facilitador da ação dos comunistas. (COSTA)

A insatisfação exposta pelos militares, a pressão da oposição após o atentado da rua Toneleiros, que havia vitimado o Major Rubens Vaz e ferido Carlos Lacerda, deixou pouco espaço de manobra para os aliados do governo. O *Correio da Manhã* se posicionou quanto a crise institucional pedindo a renúncia do presidente e sinalizando a organização de um golpe político, que abriria caminho para uma ditadura. O jornal destaca com preocupação a existência de um movimento de golpe político, tanto do lado da esquerda, quanto da direita que poderia desrespeitar o processo democrático e constitucional do Estado brasileiro.

(...) Um sinal de maturidade política nas forças vivas da nação tem sido este estado ao mesmo tempo de lucidez e de firmeza, intransigência e serenidade, disciplina e determinação de ir até o fim em linha alta e reta: de um lado, a recusa a quaisquer soluções golpistas, vindas de baixo ou de cima, da direita ou da esquerda. Pois um golpe de força seria o caminho aberto para a ditadura, para o imprevisível, para a sucessão de "pronunciamentos". Representaria uma última vitória, pela sobrevivência, da mentalidade caudilhesca do Sr. Getúlio Vargas. Do outro lado, porém a convicção, igualmente firme, de que a solução pacífica e honrosa para a crise é a renúncia espontânea do presidente da República. pelo constrangimento íntimo, pelo peso das circunstâncias, pelas determinações do sentimento nacional – o Sr. Getúlio Vargas se erguerá, por certo, a este gesto de desprendimento e consciência para que se mantenha de pé o regime e íntegra a Constituição, juntamente com a ordem pública e a tranquilidade nos espíritos. (*Correio da Manhã*. p. 4, 22/08/1954.)

No dia 23 de agosto Getúlio Vargas, reuniu seus colaboradores e ministros para examinar a profunda crise política. Ao analisar o panorama, Vargas decidiu licenciar-se, do cargo até a conclusão das investigações, seguindo a orientação de seus

colaboradores. Porém, os militares ao serem informados, não aceitaram a solução apresentada pelo governo. Para as Forças Armadas, a renúncia ou a deposição por armas seria a solução plausível. O presidente sinalizou que não renunciaria, e na noite de 24 de agosto, deu um tiro no coração, deixando uma Carta-testamento expondo os motivos de sua atitude radical.

Sua morte foi noticiada pelo Repórter Esso, na *Rádio Nacional*, sendo reverberada por todo o país, além da divulgação da Carta - testamento. Na capital, o documento foi divulgado junto com a notícia da morte de Vargas, no jornal *Última Hora*, saindo em duas edições extras. A comoção popular com o acontecido gerou represálias violentas aos detratores mais ferozes do presidente morto. *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, mesmo sendo hostilizados pelo público publicaram a notícia dando destaque ao evento e conclamaram o vice a assumir e colocar o país na direção.

Os jornais, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* foram apedrejados acusados por populares de terem pressionado de forma injusta Vargas, levando-o ao ato de suicídio. O episódio extremado de Getúlio Vargas, impôs obstáculos aos seus opositores udenistas que “sofreram o desconsolo e indignação das camadas populares, transformando em alvos de ira e agressões por parte da população.” (CASTRO, 2013) A *Rádio Globo* também sofreu o vandalismo dos revoltosos, pois atrelavam a emissora a imagem de Carlos Lacerda, que era responsabilizado pela crise e perda do presidente.

A oposição a Vargas, atrelou o vandalismo e revolta a articulação dos comunistas, porém Jorge Ferreira refutando a tese dos udenistas destaca os atos de depredação, não poderiam ser associados aos comunistas, ou somente a eles. Para o historiador a indignação e conflitos populares ampliaram-se de forma desproporcional que a entropia e depredações não estavam necessariamente atreladas a bandeira comunista, ou ao incentivo de outros grupos. Os atos de revolta aos símbolos e agentes de oposição a Vargas tiveram como agentes o povo independente de seus partidos. (FERREIRA, 2006:32)

A imprensa não esqueceu a herança autoritária e personalista de Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), no novo cenário democrático liberal, Getúlio era entendido como uma ameaça, para o *Correio da Manhã*, a recente democracia corria riscos, pois o seu personalismo anti partidário era conflituoso e poderia levar a uma manobra continuísta e intencional.

Destacamos que nova ordem política e econômica que nascia no Ocidente, pós Segunda Guerra Mundial e em meio a Guerra fria, e a bipolaridade, segundo o jornal dos Bittencourt, nesse contexto não teria lugar para o protagonismo de um “líder de massa”, e suas políticas populistas. Juntamente Getúlio Vargas representava uma fração da classe dominante, que tinha interesses no projeto nacionalista. Um movimento autoritário poderia fazer ruir o apoio dado ao Governo Democrático de Vargas.

Sem espaços para manobras, a nova gestão de Getúlio Vargas, vivenciou desde o início um cenário de crise política somadas à crise de confiança e à crise econômica, potencializadas pela oposição civil-militar e finalizada pelo atentado a Carlos Lacerda, seu principal opositor. O suicídio de Vargas não minimizou o cenário catastrófico, mas amenizou o movimento de golpe político articulado por seus opositores. O cenário de incertezas fora sentido no processo político para a escolha do novo chefe do executivo federal, em 1955.

FONTES

Editoriais correio da manhã:

A apuração de responsabilidade. p. 4, 15/10/1950.

A defesa do Regime. *Correio da Manhã*. p.1, 24/10/1950.

Renúncia e Golpe. *Correio da Manhã*. p. 4, 22/08/1954.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves de ; WELTMAN-LATTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954* In: GOMES, Angela de Castro (org.)...[et al.], *Vargas e a crise dos anos 50*, RJ, Relume Dumará, 1994, pp.27-28

AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923-1960*.2002.276f. 1 v Tese (Doutorado em História). Curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*, Campinas, Papirus, 1998, pp.69-70.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. *O Governo Democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais*.179 f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Célia Maria Leite. *O Manifesto dos Coronéis*. CPDOC. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis>. Acessado em 05/06/2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982, p.70.

FERREIRA, Jorge. *A Democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual editora, 2006. p. 32.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.45-46.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2000.p.59.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposa a reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.46.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.87 e SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.p. 134.)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.399.

Os limites do alinhamento da diplomacia brasileira aos EUA durante a participação na onu (1945-1949)

Adna Gomes Oliveira
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Quando esbocei meu projeto de mestrado para o processo seletivo de 2016 eu ainda estava na Licenciatura em História, no último período do curso, e o nosso cenário acadêmico dava sinais de uma nova dinâmica que estava por vir. O que se concretizou, logo no início do ano letivo, com uma deflagração de greve na UERJ. Os motivos da greve estavam relacionados a dívidas do Estado com fornecedores e os não repasses de verbas para insumos e manutenção da Universidade.

Isso tudo causou um impacto no estado psíquico dos acadêmicos, um momento de incertezas e outros sentimentos, pois vivemos sob a pressão dos prazos estabelecidos para a produção e conclusão dos cursos de mestrado e doutorado. No entanto, embora com toda essa conjuntura, somada ao cenário de crise política que se abateu e apontava diretamente para a destruição dos processos do campo da educação, nós resistimos e seguimos em frente com nosso projeto de pesquisa.

Mesmo diante deste cenário, ao ingressar no programa de Pós-graduação em História Social da UERJ em 2016, encontrei alento e explicação para tudo que estava acontecendo em nosso país. As leituras, os debates, os professores, colegas e amigos mais achegados, além da coordenação, todos foram a chave da persistência e resistência na continuidade do curso de mestrado, e especialmente com a minha pesquisa. Tudo isso só me fez evoluir intelectualmente, nesse lugar de produção intelectual, que se mostrou não apenas de mudança de perspectiva social, mas lugar de visão política e de militância, sobretudo, direcionada a luta pela educação de nossa gente.

Foi com força e resistência, que consegui produzir a escrita da dissertação de mestrado e trazer os resultados da pesquisa. É com essa perspectiva que procuro neste artigo apresentar um momento do estudo, que teve como tema relações internacionais do Brasil no pós-Segunda Guerra, no qual se desenvolveu. Especificamente, nos deparamos com um acervo bastante instigante, relacionada ao período da formação das Nações Unidas e a participação brasileira através da sua delegação diplomática.

Nossa inquietação focava-se, inicialmente, no conhecido termo “alinhamento automático” do Brasil aos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, pois verificamos que há uma bibliografia extensa que afirma esse ponto de vista. Perspectiva esta que foi confrontada quando acessamos a fonte documental.

Para entender melhor tal questão, foi necessário o cotejamento entre as correspondências diplomáticas e a bibliografia concernente. Assim, foi acessado primeiramente o acervo do CPDOC – na FGV, local onde se encontram os arquivos pessoais de muitos diplomatas e políticos de nossa história, depois o acervo do Arquivo do Itamaraty do Rio de Janeiro, o qual acessamos diversas cartas cujo conteúdo bastante acalorados registram o debate entre os agentes diplomáticos e o chanceler sobre as pautas a serem discutidas no centro de conferência da ONU e as orientações que deveriam ser seguidas.

Sendo assim, nos propomos a fazer uma varredura nessa documentação, com leitura minuciosa para ver se encontrávamos alguma resposta que fizesse sentido ao termo “alinhamento automático” da postura brasileira face as questões internacionais que se apresentaram após a Segunda Guerra Mundial.

Com isso pudemos constatar que as decisões do Brasil, antes de tudo, eram verticalizadas por intensas discordâncias em pautas específicas e ao contrário em outras. O acerto de votos já estava direcionado, isso porque havia uma diretriz de atuação. Essa diretriz seguia dois pontos fundamentais, primeiro; o voto devia seguir de acordo com qualquer que fosse favorável ao lado do anticomunismo, e nesse caso o promovedor dessa doutrina era os Estado Unidos, na visão do chefe do Itamaraty. O segundo ponto é a não coadunação com regimes que se identificassem com o comunismo, ou seja, todo e qualquer movimento social que sinalizasse mobilização em qualquer Estado representativo, estaria possivelmente sob influência comunista. Desse ponto de vista a atuação brasileira parecia estar mais voltada a combater do que solucionar as questões do mundo no pós-Guerra.

Havia outros interesses no pensamento brasileiro sobre seguir o voto da delegação norte-americana, como o de tentar manter os laços especiais com os EUA, esperava ainda continuar com uma política comercial de reaparelhamento militar com o auxílio dos EUA. Em troca, sinalizava um compromisso de compartilhamento das mesmas posições dentro do Novo Organismo. Dessa maneira, o Itamaraty solicitava análise

antes de tomar decisões diretas, que fosse a favor, ou contra os EUA, ou por último tentavam diminuir a questão, como foi no caso do Livro Azul, publicado em 1946.

O Livro Azul foi um memorando norte-americano que continha denúncias contra a Argentina sobre sua possível ligação com o governo nazista durante a Segunda Guerra. Lourenço Neto (2017) assinala que o Livro Azul foi uma peça chave na articulação dos EUA para pressionar a saída da Argentina do sistema interamericano, devido a sua posição de neutralidade mediante ao pedido de declaração de guerra ao Eixo e ainda a resistência dos norte-americanos em aceitar a participação a mesma nas conferências interamericanas e da ONU (NETO, 2017). Conforme cita o autor, os EUA acusavam os governos militares da Argentina de “conivência com os governos nazifascistas” e de cooperação do governo com os países do Eixo, por esse motivo não deveria participar das organizações internacionais (NETO, 2017, p. 232).

Nesse caso, já não se pode considerar que houve uma concordância de alinhamento, pois registraram-se muitas contradições contextuais em consequência desse memorando. A divulgação do Livro Azul causou grande repercussão pública no Brasil, que por sua vez não apoiou a sua divulgação, ao contrário tentou impedir que o caso tomasse dimensões maiores dos seus efeitos. Conforme menciona a carta de João Neves da Fontoura para Vargas, tratando do mencionado Livro:

“[...] Estamos apurando informações do documento [Livro Azul], mas parece que seria aconselhável para evitar, não só explorações nos círculos políticos, mas também a má interpretação que poderia ser dada ao caso no continente, [...]” (BLANCATO, 2007, p. 12)⁴⁸¹.

Em toda documentação diplomática desse período, observa-se a orientação do Itamaraty para acompanhar o voto da delegação norte-americana em muitas questões. Todavia, há algumas ressalvas de análises que podem ser consideradas, pois entende-se através da publicação do Livro Azul, conforme sugere Lourenço Neto (2017), que houve uma delimitação do alinhamento, a perceber pela reação do Brasil.

Desde o início da formação da ONU, em 1945, o governo brasileiro, ainda sob o governo de Getúlio Vargas, já acenava que iria dar continuidade no acompanhamento ao EUA, sobretudo, em temas que significasse a sua política. Em carta diplomática em outubro de 1945, mês em que Vargas foi deposto, o então chanceler interino Pedro Leão

⁴⁸¹ Nessa carta direcionada a Getúlio Vargas, o então Ministro das Relações Exteriores João N. Fontoura se referindo ao Livro Azul.

Velloso passa instruções ao chefe da delegação, para que fosse cumprido essa instrução, inclusive adverte para não entender de outra forma que não fosse a questão política⁴⁸². A política externa brasileira, nesse período, apresentou características heterogêneas sobre a aliança com os EUA. Havia dois vetores na orientação de seguir o voto da delegação norte-americana, um se referia ao contexto internacional, pois na iminência da divisão dos dois blocos de influência, estava claro que a tendência brasileira sinalizaria para o lado norte-americano, por vários motivos; o principal deles era o processo interamericano e sua tradição ocidental⁴⁸³ dentro do que considerava ser o verdadeiro espírito de cooperação⁴⁸⁴, além de se sentir um aliado especial da proeminente potência mundial. O outro vetor refere-se ao reconhecimento de que o Brasil esperava obter dos EUA, troca do esforço em participar da Guerra e a cessão do território no nordeste como base aérea ao EUA em 1944, o segundo, por achar que conseguia juntar as outras repúblicas latino-americanas de modo a mostrar ser capaz de uma segunda liderança no continente como um aliado fiel no hemisfério⁴⁸⁵.

Não esquecendo ainda da expectativa brasileira em obter alguma ajuda econômica para a continuidade do projeto desenvolvimentista, iniciado pelo governo Vargas. Por tudo isso considera-se possível que esse alinhamento tenha tido um limite. Entretanto, sendo contrário à URSS, a escolha de alinhamento às posições norte-americanas, desse ponto de vista ficou bem definido, e pode ser caracterizado como alinhamento automático frente às medidas que eram contra os soviéticos. Diante do desenho da nova estrutura geopolítica do mundo e a definição dos blocos de influências EUA e URSS, o Brasil, obviamente iria seguir a política anticomunista dos EUA, através da Doutrina Truman. Embora, antes desse plano de contenção à expansão soviética, o governo brasileiro aparentasse estar de acordo com toda política internacional dos norte-americanos, o Itamaraty através dos chanceleres, encaminhasse a orientação de voto aos representantes diplomáticos para que votassem de acordo com a delegação norte-americana, houve momentos de tensão nas orientações entre os agentes e seu chanceler sobre a agenda de pautas da Assembleia e das comissões.⁴⁸⁶

⁴⁸² AHI – carta-tel. Exp. 1945-46 – 9/10/45 – maço 19/4/9

⁴⁸³ Sobre a ideia de cooperação interamericano ver Ata de Chapultepec.

⁴⁸⁴ Ver sobre esse posicionamento na Ata de Chapultepec

⁴⁸⁵ Ver documentação diplomática- AHI – carta-tel. Exp. 1945-1946 – maço: 19/4/9

⁴⁸⁶ AHI – carta tel. Rec. Em 4 /2/ 1946- carta de Cyro de Freitas Vale – maço: 79/3/20.

Ao Brasil interessava coordenar sua atuação com os EUA, pois entendia a potencialidade econômica mundial que surgia naquele contexto e que seria o único país capaz de ajudar em assuntos econômicos, tanto o Brasil como outros países da América Latina. Nesse contexto, a delegação brasileira seguiu para São Francisco com as instruções do Itamaraty que sugeriu algumas ações que foram feitas ainda na Conferência do México, ocorrida antes da Conferência de São Francisco em março de 1945.

Destaca-se ainda que no México foi feito um acordo de solidariedade frente ao ataque de agressão a qualquer um dos Estados americanos. Dessa conferência resultou a Ata de Chapultepec, que se configurou como um elemento importante, bem como as demais resoluções para a delegação brasileira. Nesse ponto, também representou um aspecto muito importante ao Brasil, que foi a possibilidade de coordenação junto aos países latino-americanos para atuarem juntos na ONU, e que visavam ampliar a capacidade de promover seus próprios interesses.

Retomando as “Instruções” à São Francisco, ressalte-se que elas deixavam claro que a delegação poderia, “se quisesse, negociar, transigir e, se necessário fosse, ceder, sem que pudesse ser prejudicado o interesse maior, que era o de contribuir com a Nova Organização, ainda que, nem todas as suas preferências tenham sido contempladas” (UZIEL, 2015, p. 18). Nesse aspecto, podemos inferir que os agentes, mesmo com critérios fixos orientados a seguir os estadunidenses diante dos temas em discussão, havia uma certa liberdade de ação diante dos fatos que ocorresse. A documentação do Comitê Preparatório e da Primeira Sessão da Assembleia Geral e outras sessões subsequentes, registra a orientação dando livre atuação aos delegados de acordo com as circunstâncias⁴⁸⁷.

Cotejando essa orientação nos documentos com a redigida para a Conferência do México, observamos que já se enunciavam, através dela, os componentes que indicavam qual a perspectiva que os países latino-americanos tinham sobre a ONU. Para ir à Assembleia de São Francisco, o Brasil levou consigo as mesmas ideias defendidas no México, nesse sentido, observa-se que as instruções para São Francisco dialogavam com o mesmo documento apresentado na Conferência do México, sob o título “observações do Brasil sobre o plano de Dumbarton Oaks” (UZIEL, 2015, p. 26).

⁴⁸⁷ Ver todo conjunto de documentação coletado para essa pesquisa. AHI – delbras - cartas-tel.-exp. e rec. De 1945-1950 - maços: 19/4/9 e 79/3/20. Arquivo Oswaldo Aranha- cpdoc- FGV.

Assim, a partir da Conferência do México sairiam pontos que o Brasil acreditava que fossem fundamentais para a estrutura da ONU, tais como:

1. Aspiração à universalidade, como ideal que deveria tender a Organização Mundial,
2. Um parecer à função da Assembleia Geral no campo da ação como órgão representativo da comunidade internacional,
3. Um item relativo à jurisdição e competência da Corte de Justiça Internacional,
4. Criação de um órgão incumbido especialmente de promover a cooperação intelectual e moral entre os povos
5. A questão de resolução das controvérsias e questões de caráter interamericano, de preferência segundo os métodos e sistemas interamericanos, embora em harmonia com os da Organização mundial,
6. Conveniência de se dar representação adequada a América Latina no Conselho de Segurança (UZIEL, 2015).⁴⁸⁸

Analisando o relatório da Comissão Preparatória em 1945⁴⁸⁹, é possível perceber que este último ponto da resolução foi sustentado pelos países latino-americanos. Estes vislumbravam conquistar uma vaga no Conselho de Segurança, conforme realmente ocorreu, eles se candidataram, não só a este Conselho de como também a outros órgãos. Pudemos ver que nas Sessões subsequentes da ONU e as suas comissões, não foram redigidas instruções da forma como foi à Conferência de São Francisco. No período de 1945, da Comissão Preparatória até 1950, a delegação brasileira recebeu as instruções como orientação conforme as circunstâncias e não de forma pré-fixada. Contudo, eram acertadas as premissas almejadas pelo governo brasileiro, tais como um lugar no Conselho de Segurança e a aglutinação dos países da América Latina nos diversos organismos da ONU⁴⁹⁰.

Ao passo que iam surgindo as temáticas como respostas em relatórios, o Itamaraty conduzia a atuação, mas fazendo ressalvas para que agissem “conforme as

⁴⁸⁸Ver também: Ata de Chapultepec Resolução XXX. Disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>. Acessado em: 18 ab. 2016.

⁴⁸⁹ AHI – ONU – carta-tel. Recebidos- 1945-1946. Diversos no exterior. Maço: 79/3/20

⁴⁹⁰ Em vários telegramas desse arquivo é citado os diálogos e solicitações de apoio a candidaturas e pedidos de votos para representantes de países como México presidir o Conselho de Segurança, e o Peru para o Conselho Econômico e Social. AHI – ONU – Carta-tel. Exp. Ibid. nota.

circunstâncias”. Cumpre destacar que ao mesmo tempo que o chanceler orientava também dava plenos poderes aos delegados representantes.⁴⁹¹

Já em 1947, na Segunda Sessão da Assembleia, Raul Fernandes, o então chanceler⁴⁹², tomava por análise a agenda de pautas para aquela Assembleia, revendo pontos a serem discutidos. O chanceler estabelecia a orientação para seguir os votos norte-americanos em todos os assuntos, embora tentasse obter espaços mais autônomos na questão espanhola e na questão da Palestina. Esta última questão foi uma das que tiveram mais desencontros de pareceres, o então chefe da delegação Oswaldo Aranha foi quem presidiu a Assembleia da qual tratou dela. No entanto, ambas as questões são distintas completamente, a primeira se refere ao governo de Francisco Franco na Espanha, a outra, a um território no Oriente Médio, sob mandato da Grã-Bretanha, que abria mão do mesmo e de onde resolvera tirar suas tropas (GADDIS, 2006).

O então chanceler Raul Fernandes deixou as decisões a critério do presidente da Assembleia Geral para “encontrar uma solução de compromisso entre as partes litigantes, evitando favorecer abertamente uma ou outra decisão concreta, da Assembleia, sobre o assunto, respeitando o voto dos Estados Unidos da América” (HILTON, 1994, p. 455).

Ainda antes da votação, na comissão de investigação, Fernandes avisava do pedido de apoio junto à causa israelita pelos representantes de partidos da câmara, ao mesmo tempo que também fazia lembrar da relação de amizade do Brasil com o povo do Oriente Médio. Concomitantemente, em carta particular ao presidente da Sessão Especial, orientava para se abster na votação, como a melhor atitude, visto que:

Pensamos que na questão da Palestina, a melhor atitude é a abstenção dada, a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia Syrio-libanesa. Todavia, se esse voto nulo impedir os dois terços necessários para a aprovação de resolução de Partilha, deveremos votar de acordo com as grandes potências as quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa excelência, em todo caso, procederá de acordo com seu próprio ponto de vista, se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos ⁴⁹³.

⁴⁹¹ Ibid.

⁴⁹² Raul Fernandes assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores em dezembro de 1946, antes participou como delegado na Conferência de paz em Paris. Verbetes biográficos – CPDOC – FGV.

⁴⁹³ AHI – ONU- diversos no exterior - teleg.- minuta - exp. - 1947- 48- maço - 179.4.10

A instrução elaborada para as Nações Unidas, em 1945, era de “acompanhar o voto da delegação norte-americana em todas as questões de importância capital para a sua política”⁴⁹⁴, além de orientar em outros momentos, a “agir de acordo com as oportunidades e circunstâncias no Comitê Executivo”⁴⁹⁵. Entretanto, cabe aqui notar que os textos de orientação mudam de acordo com o contexto, o que permite o questionamento da versão do “alinhamento automático”, como usualmente mencionado na historiografia da diplomacia brasileira em sua atuação na ONU. Ao pensar no termo “automático”, caberia outra interpretação – pois existiram circunstâncias, como aquelas aqui apresentadas, como, a exemplo, a da questão dos povos árabes e como o Itamaraty, na figura de Fernandes que fazia ponderações ao presidente da Assembleia de como proceder de acordo com seu próprio ponto de vista⁴⁹⁶.

É oportuno ressaltar os fatos mencionados sobre a concordância entre as instruções dadas em 1945-46. Verifica-se que os temas de 1947 sob suas respectivas circunstâncias conjunturais não mereceram a mesma posição da delegação, cabendo antes a análise. Pode-se refletir nos seguintes pontos: não estava previsto em 1945 que a Inglaterra iria entregar o mandato do território palestino, em 1947, à responsabilidade da ONU. Assim como, também não estava previsto em 1945, que Oswaldo Aranha iria presidir a sessão, que o colocaria como aquele que buscaria uma proposta conciliadora para o problema da Palestina.

As instruções para os temas que ficaram a cargo das circunstâncias, nas sessões de 1947, foram chanceladas pelo ministro que deu “plenos poderes”⁴⁹⁷ à delegação, como o exemplo da condução do problema da Palestina. Da mesma forma, ocorreu com a questão do auxílio à Grécia. A proposta do presidente norte-americano Harry Truman, de auxiliar à Grécia, recebera pleno apoio de Oswaldo Aranha, pois que contemplava o projeto da Doutrina Truman⁴⁹⁸ e era condizente com a diretriz de atuação do Itamaraty – apoiar as iniciativas e regimes anticomunistas e antissoviéticos (MOURA, 1990, p. 26). Carlos Martins, então embaixador brasileiro em Washington, informava por carta-telegrama, a aprovação no congresso norte-americano, de concessão de créditos para a

⁴⁹⁴ AHI – ONU – carta-teleg. Exp. 1945-46 – Comitê Executivo

⁴⁹⁵ Ibid. - Comitê Executivo.

⁴⁹⁶ Ibid.

⁴⁹⁷ AHI – carta-teleg. Min. Exp. ONU – DELBRASONU - 1947 - 48

⁴⁹⁸ AHI - carta-teleg. rec. – Washington – Embaixada – 1947- A implementação de auxílio econômico e militar pelos norte-americanos, proposta do presidente Truman, nos países da Europa e oriente médio que sofriam as consequências da guerra, denominou-se Doutrina Truman.

implementação do programa de auxílio a países estrangeiros. O programa contemplaria o auxílio militar e econômico aos países da Europa e do Extremo Oriente que estavam resistindo contra o comunismo. Já para a Grécia e a Turquia, o auxílio tinha a intenção de “combater a ameaça comunista” visto a vulnerabilidade da situação de conflito armado entre resistência comunistas e de extrema direita apoiada pelos britânicos. Isso, para os EUA, significava cenário favorável a cooptação de território pela URSS. Martins então envia a informação como um tranquilizador ao Itamaraty, enquanto na ONU haveria a contestação da União Soviética junto ao Conselho de Segurança ao plano do Estados Unidos, alegando arbitrariedade no artigo 102 (CERVO, 1994, p. 67). Nesse sentido, numa demonstração de seu apoio, Oswaldo Aranha “defendeu os Estados Unidos no direito de solicitação e recebimento de auxílio financeiro e técnico independente de autorização da ONU” (CERVO, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as instruções do Itamaraty ao corpo diplomático junto as Nações Unidas priorizaram, de maneira fixa, o voto quando da adesão do país a Organização. O fato de estabelecer o alinhamento com os norte-americanos na votação não descarta as manobras da diplomacia em tentar defender suas próprias perspectivas, principalmente, no que se refere à política bilateral. Alguns aspectos nas instruções do Itamaraty nos chamam atenção, um se refere ao eixo das instruções; no segundo, percebe-se que havia uma dependência nos relatórios dos trabalhos que iam sendo realizados nas comissões, para depois, elaborar estratégias de instruções; no terceiro aspecto, verifica-se que não houve uma organização como nas instruções de São Francisco, redigidas por Hildebrando Accioly, em 1945.

As instruções sob as circunstâncias, em determinados assuntos, não se faziam necessárias quando o delegado representante da delegação estava em consonância com a diretriz da atuação e a tendência a ser seguida. É razoável pressupor que as instruções foram conduzidas sempre prevendo a garantia da permanência do Brasil nas Nações Unidas, pelo que se esperava da Organização, e que adviessem ganhos materiais ou que se abrissem oportunidades, de maneira que a condução dos desafios da América Latina

fosse contemplada paralelamente às necessidades do conjunto das potências, como forma de resolver os problemas dos países subdesenvolvidos⁴⁹⁹.

Em minhas buscas realizadas no decorrer da pesquisa e do curso de mestrado pude constatar que estudos sobre as relações internacionais do Brasil do período pós-guerra, no geral, afirmam que a política externa brasileira se posicionou de forma automática à política norte-americana. Essa expressão foi introduzida pelo historiador Gerson Moura em seu texto, no qual enuncia o próprio título: “O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra”. Nesse texto-relatório, o autor acaba por denominar a política externa do governo Dutra. Resultado de sua pesquisa, o autor defende a tese de que Dutra e o Itamaraty, na representação de seus ministros de relações exteriores estabeleceram na política externa um alinhamento de forma bilateral e automática aos EUA (MOURA, 1990).

Gerson Moura era um estudioso da política externa brasileira e pesquisador do CPDOC-FGV, ainda no final da década de 1970, iniciou esse estudo e teve suas primeiras publicações de artigos na década seguinte. Além da sua tese de doutorado, o autor também escreveu alguns artigos em que defende a tese de que o Brasil se alinhou automaticamente aos EUA. Sua pesquisa foi baseada, primordialmente, em fonte documental, como correspondências diplomáticas e relatórios, nessa peça documental há o registro das instruções do Itamaraty na representação dos seus principais chanceleres, foram mais de um durante o governo de Dutra: João Neves da Fontoura e Raul Fernandes.

Na mesma perspectiva segue Paulo Visentini, em seu texto deixa claro seu ponto de vista ao afirmar que o governo de Dutra se vinculou “estritamente à estratégia da Casa Branca” e o Ministério das Relações Exteriores “alinhou-se, automaticamente, aos Estados Unidos” (VISENTINI, 2013, p. 21-22). Visentini também historiador, é especialista de relações internacionais e história da política externa do Brasil, também compartilha da mesma tese do “alinhamento automático”.

Pudemos perceber então, através da documentação diplomática, que realmente a orientação inicial do Itamaraty à ONU era de seguir o voto estadunidense. No entanto, as instruções foram tomando formas diferentes à medida que as circunstâncias conjunturais se tornavam cada vez mais complexas, e com isso, acabou delimitando o

⁴⁹⁹ Os países da América Latina denominavam subdesenvolvidos por se tratar de países agroexportador, dando ênfase a exportação de matéria prima.

alinhamento com os EUA diante dos acontecimentos. Entretanto a historiografia da política externa brasileira comumente denomina na totalidade da ação como alinhamento automático aos Estados Unidos.

FONTES

Arquivo do Itamaraty- RJ:

AHI – carta-tel. Exp. 1945-46 – 9/10/45 – maço 19/4/9

AHI – carta-tel. Exp. 1945-1946 – maço: 19/4/9

AHI – carta tel. Rec. Em 4 /2/ 1946- carta de Cyro de Freitas Vale – maço: 79/3/20.

AHI – delbras - cartas-tel.-exp. e rec. De 1945-1950 – maços: 19/4/9 e 79/3/20

AHI – ONU- diversos no exterior - teleg.- minuta - exp. - 1947- 48- maço - 179.4.10

AHI – ONU – carta-teleg. Exp. 1945-46 – Comitê Executivo

AHI – carta-teleg. Min. Exp. ONU – DELBRASONU - 1947 - 48

AHI - carta-teleg. rec. – Washington – Embaixada – 1947-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ata de Chapultepec Resolução XXX. Disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>. Acessado em: 18 ab. 2016.

BLANCATO, S. M. L. O caso Aunós na versão da grande imprensa carioca e do Itamaraty. Revista de Estudos Ibero-Americano., Porto Alegre, v. XXXIII, n. 2, p. 134-155, dez. 2007.

CERVO, A. L. O desafio Internacional: a politica exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

GADDIS, J. L. História da Guerra Fria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GARCIA, E. V. O Brasil em São Francisco. In: FONTOURA, P. R. C. T.; MORAES, M. L. E. D.; UZIEL, E. O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos. Brasília: FUNAG, 2015.

HILTON, S. Oswaldo Aranha; uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MOURA, G. O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra. RJ: CPDOC/FGV, 1990.

NETO, S. L. Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões. ANPHLAC, n. 22, p. 231-257, Ja./Jun. 2017.

UZIEL, E. Introdução à documentação histórica sobre a participação do Brasil na Conferência de São. In: FONTOURA, P. R. C. T. D.; MORAES, M. L. L. E. D.; UZIEL, E. O Brasil e as Nações Unidas: 70 Anos. Brasília: FUNAG, 2015.

VISENTINI, F. A projeção internacional do Brasil, 1930-2012. Rio de Janeiro: Campos, 2013.

MESA 4

Historiografia e ensino de História

DEBATEDORES:

Helenice Rocha (UERJ/FFP)
Juçara B. de Mello. (Puc-Rio)

A BNCC como objeto de disputas: a repercussão por parte dos historiadores com a apresentação da primeira versão da bncc de história

Diogo Alchorne Brazão
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ

Neste artigo pretendemos analisar a repercussão sobre a BNCC de história quando ela se tornou pública. Para isso serão analisadas as cartas que criticaram o material apresentado pelo Ministério da Educação, destacaremos os textos contrários ao material, especialmente os contrários da nova proposta curricular apresentada no componente curricular de história. Os documentos analisados são as cartas de grupos de pesquisas e de instituições acadêmicas.

Quando a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum veio a público no ano de 2015, iniciou-se uma multiplicação de cartas de repúdio ao conteúdo do componente curricular de História, produzindo um rico material para compreensão do debate e análise de seus conteúdos e objetivos contidos em seus manifestos. Para este artigo o foco é direcionado as críticas referentes aos conteúdos propostos no documento.

ANÁLISE DAS CARTAS CONTRÁRIAS À BNCC DE HISTÓRIA

A primeira onda de cartas referentes ao componente curricular de história foi de críticas contrárias a sua proposta. A maioria destes manifestos foram publicados no portal da ANPUH, dando visibilidade no âmbito nacional à opinião de Grupos de Trabalho (GT) e seus nexos, além de grupos de pesquisadores de várias linhas de pesquisa que emitiram sua opinião sobre o documento.

A primeira carta crítica divulgada publicamente foi apresentada pela ANPUH-Rio através do seminário organizado pela instituição para debater junto aos seus membros o conteúdo presente na BNCC de história, esse evento ocorreu no dia 18 de novembro de 2015, foram convidados membros dos GT's ligados a seção Rio de Janeiro para serem feitos debates sobre a nova proposta curricular. Foram feitas inúmeras críticas ao documento, desde a escolha dos especialistas até os conteúdos propostos no documento de história.

[...] a Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro, encara com perplexidade a forma como esse processo foi encaminhado pelo governo: a súbita composição de uma comissão e assessoria que, no caso da área de História, em apenas três meses – de junho a setembro de 2015 – elaborou uma proposta que se encontra em um franco descompasso com as questões debatidas na historiografia e na formação de professores. (ANPUH-Rio.2015)

As críticas da ANPUH-Rio continuaram com relação aos conteúdos propostos:

[...]é de suma importância que o documento que propõe o currículo escolar [...] inclua temas fundamentais para a construção do campo do saber histórico e que são parte da formação do professor de história nas principais universidades. (ANPUH-Rio.2015)

A instituição fez duras críticas ao documento, destacando inicialmente o processo de elaboração do documento, destacando curto espaço de tempo para a construção de um documento que perduraria para os próximos anos. De fato, três meses para elaborar uma proposta curricular é um tempo limitado, ainda mais no componente curricular de história que possui uma abrangência de temas e áreas distintas. Isso revela a segunda crítica apresentada pela ANPUH-Rio sobre a seleção dos conteúdos, que destacaremos adiante.

Além das críticas relacionadas ao tempo e ausência de convites a grupos específicos por parte do MEC, foram feitas críticas ao processo de seleção dos especialistas, tal como fez a ANPUH- Brasil:

[...] é preciso reconhecer a diversidade de perspectivas como uma marca que caracteriza os campos de pesquisa da História e seu ensino. Nesse sentido, o processo de constituição da comissão elaboradora do texto curricular não poderia desconsiderar esta característica. Disto resulta a necessidade de ampliação ou reformulação da equipe de História segundo critérios que possam minimamente contemplar as demandas de suas diferentes subáreas de conhecimento. (ANPUH-Brasil.2015)

Além da nota emitida pela associação, ocorreu o envio da carta ao secretário de educação do Ministério da Educação, o senhor Manuel Palácios, no qual era destacado a necessidade de mudanças na equipe de especialistas do componente curricular de história e de ampliação do número de especialista para atender as subáreas da história. Em nota o GT de história da África apresentou críticas ao documento em diversos pontos que destacaremos adiante, o grupo também destacou apoio a uma ampla discussão sobre a BNCC:

[...] concordamos que uma transformação como está no Ensino de História requer uma discussão mais aprofundada que considere as diferentes subáreas e a participação mais ampla de pesquisadores e professores dos diversos níveis de ensino. (Nota do GT de história da África da anpuh e da ABE-ÁFRICA. 2015)

O grupo de historiadores que produziu o maior número de manifestações contrárias à primeira versão da BNCC de história foram os das áreas de história antiga e medieval. Foram manifestos variados e com destaque aos cortes em suas áreas de atuação, porém também foram feitas críticas ao processo de escolha dos especialistas.

A carta de repúdio emitida pelo fórum de profissionais de história antiga e medieval à BNCC de história apresentou tais críticas, destacando em primeiro lugar a questão do tempo de preparo do documento:

Por ocasião da Jornada promovida pela ANPUH-Rio em 18 de novembro de 2015, Cláudia Ricci, assessora do componente curricular História da equipe da BNCC, revelou que a comissão responsável por tal componente se constituiu plenamente apenas três meses antes da sua publicação. (Carta de repúdio do fórum de profissionais de história antiga e medieval. 2015)

Em seguida destacam o processo de seleção dos especialistas:

Esta comissão reuniu um conjunto de profissionais que não reflete a diversidade observada no campo de História no país. Ademais, não houve nenhum diálogo durante o processo de elaboração da Base, fosse com os professores-pesquisadores inseridos nos diferentes segmentos, fosse com suas entidades representativas. Por fim, os próprios critérios de seleção daqueles responsáveis pela redação do documento foram pouco transparentes e nada democráticos. (Carta de repúdio do fórum de profissionais de história antiga e medieval. 2015)

Sobre as indicações através destas notas institucionais, as propostas de um aumento no número de especialistas no componente curricular de História. O critério adotado pelo Ministério da educação referente ao quantitativo de especialistas, o quantitativo não ultrapassou o máximo de cinco membros, portanto se esta proposta de ampliação da equipe fosse levada em consideração por parte do MEC, o componente curricular de história apresentaria uma quantidade exorbitante de especialistas.

Além das críticas referentes ao processo de escolha dos especialistas e do curto espaço de tempo para a elaboração do componente curricular de história, foram feitas diversas críticas aos conteúdos propostos no documento.

As primeiras críticas ao documento foram feitas não por historiadores, mas pelo então Ministro da educação Renato Janine Ribeiro. Ele reprovou a maneira como foi formulada a história do Brasil e ainda afirmou a ausência de uma história que não fosse relacionada à África e ao Brasil. Tais afirmativas proporcionaram uma atenção direta por parte da mídia e de historiadores ao documento citado por Ribeiro.

Seguindo as críticas parecidas com as levantadas por Ribeiro, foram feitas críticas ao destaque dado aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, como é apresentada na carta de pesquisadores vinculados a diversas universidades sobre a BNCC:

A falta de perspectiva de interações e de mestiçagens pelo prisma político, social, econômico e cultural está presente mesmo em diferentes formas de escravidão. Os únicos escravizados no documento são os africanos e os indígenas [...] mais uma vez, os conceitos rígidos e anacrônicos de ameríndio, afrodescendente, afro-brasileiro, europeu, português ou brasileiro não atentam aos processos de interação cultural, político, econômico e social e às novas formações sociais, políticas, econômicas e culturais engendradas sob novas experiências. (Carta de pesquisadores sobre a BNCC. 2015).

Como podemos observar existe uma preocupação dos pesquisadores ao redigir a carta crítica à BNCC de história, o principal destaque é ao uso de conceitos de forma anacrônica, talvez esse seja um dos maiores temores de um historiador, devemos classificar tal crítica como pertinente, porém devemos outro ponto destacado sobre a centralidade na história do Brasil que negligencia outros acontecimentos históricos, e destacar a escravidão como algo "exclusivo" aos indígenas e africanos, realmente esta proposição fortalece o imaginário e associação especialmente do negro à escravidão, com isso estabelecendo uma lógica de perpetuação da subalternidade do negro.

Os autores da carta continuam as suas críticas ao documento ao destacar a necessidade de inclusão do europeu na história proposta no documento curricular:

Realçar as presenças indígenas e africanas, [...] não pode ser base para minimizar outras manifestações identitárias, inclusive mestiças, em suas dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas e familiares, e tampouco as matrizes europeias da formação histórica plural do Brasil. Em nome da diversidade, da alteridade e do respeito à diferença, sugerimos o aprimoramento da proposta no sentido de salientar a contribuição europeia e os complexos processos de mestiçagem que estiveram longe de se resumir ao racismo científico oitocentista, às ideologias de mestiçagem do século XX. (Carta de pesquisadores sobre a BNCC.21015).

Como podemos observar os autores apresentam uma crítica ao componente de história por destacar indígenas e africanos em detrimento do europeu e propõem

destacar a contribuição europeia. Entendemos tais reflexões equivocadas, pois a proposta curricular apresenta características eurocêntricas, mesmo ao apresentar rupturas em suas abordagens.

Entendemos que a afirmação feita pelos pesquisadores tem uma influência da historiografia de tradição eurocêntrica, que negligenciava o negro e o indígena para destacar o europeu. Perpetuando uma lógica de subalternidade a estes dois grupos étnicos, tal afirmação demonstra uma negativa de pertencimento a uma história que destaque o indígena e o negro tanto como o europeu teve destaque na história tradicional.

A carta escrita pelo grupo de professores universitários da área de história antiga e medieval das regiões norte e nordeste do Brasil apresenta críticas com a mesma linha de raciocínio, apresentando outras linhas de defesa da permanência da história antiga e medieval nos currículos escolares.

Consideramos que a História deve trazer para o primeiro plano de análise regiões e povos que tradicionalmente foram alijados da escrita oficial de nosso país e mesmo do Ocidente, porém isso não deve ser feito em detrimento das experiências humanas na antiguidade e no medievo, as quais forjaram, em grande medida, o mundo em que vivemos atualmente. (Carta de repúdio do fórum de profissionais de história antiga e medieval. 2015).

No trecho citado acima podemos identificar argumentos levantados pelos autores para justificar a manutenção de suas áreas nos currículos, vinculando a formação do Brasil a um passado de origem europeia, destacando a influência desta cultura na organização do país. Em seguida identificamos outro trecho que nos proporciona uma análise mais complexa e nos ajuda a entender o principal argumento levantado pelos autores em defesa da história antiga e medieval.

[...] a valorização dos povos ameríndios sem escrita não pode ocorrer em prejuízo do ensino da importância do surgimento da escrita na Mesopotâmia milênios antes de Cristo. Afinal, como entender nosso mundo contemporâneo sem que observemos como ele começou a ser construído? Como compreender a introdução do cristianismo na América sem conhecer o processo de afirmação e expansão do discurso cristão no Império Romano e nos séculos ditos medievais? Como entender a concepção moderna de democracia, sem que reflitamos sobre a emergência dessa prática política na Antiguidade Oriental e seus desdobramentos na Antiguidade Clássica? (Carta de repúdio do fórum de profissionais de história antiga e medieval. 2015).

Neste trecho, podemos identificar dois pontos pertinentes. O primeiro é a manutenção do discurso apresentado anteriormente sobre a necessidade de se entender a

nossa sociedade e alguns conceitos partindo do processo histórico nos quais surgiram, como o conceito de democracia originário da Grécia antiga, ou como o surgimento e perpetuação do cristianismo. O segundo, e que merece maior destaque, é a visível desvalorização das culturas indígenas e africanas, ao trazer o argumento de que tais culturas não possuíam escrita e que, portanto, a cultura/história europeia deveria ser mais valorizada pelo advento da escrita. Esta linha de raciocínio teve origem no século XIX, na instauração da história como ciência e através da negativa de se considerar outros tipos de fontes históricas além da escrita.

Dentro dessa perspectiva, é possível identificar neste discurso o que Quijano chamou de "colonialidade do saber" como a negativa e desqualificação de qualquer prática de conhecimento que não seja a produzida pelo europeu, logo as culturas indígenas e africanas não deveriam ser valorizadas.

No que se refere o destaque dado a história da África o GT de História da África emitiu uma nota sobre a BNCC de história:

É preciso apontar que o destaque dado à área de História da África na proposta atual da BNCC é de grande importância e fornece uma contribuição para o ensino de História e para o enfrentamento dos atuais desafios à plena integração social e ao exercício da cidadania no Brasil. Contudo, causa incômodo e estranheza aos historiadores brasileiros, estudiosos da África e promotores de vários eventos, debates e publicações sobre ensino e pesquisa, a elaboração de uma proposta curricular nos termos apresentados na BNCC. (Nota do GT de história da África da Anpuh e da ABE-ÁFRICA. 2015)

Nesta nota o GT de História da África apresenta uma crítica a abordagem proposta pelo grupo de especialistas ao trabalhar a história do continente, o desconhecimento por parte de seus membros a uma bibliografia recente sobre o tema propicia uma tratativa desatualizada, e ainda apresenta outro problema que é a visível intenção de rompimento com o eurocentrismo, mas a manutenção da visão eurocêntrica, isto é, os especialistas propõem destacar a história da África, mas continuam contando uma história a partir da ótica do europeu. Para promover o giro decolonial é preciso utilizar um novo arcabouço teórico, com novas perspectivas, utilizando inclusive autores de origem africana que rompem com a lógica colonial, caso contrário continuaram promovendo uma lógica colonial.

A carta crítica intitulada "História da América e a BNCC, assinada por um grupo de historiadores fluminenses, destaca o uso de conceitos eurocêntricos ao abordar conteúdos relacionados a história da América na proposta curricular.

Quem se debruça sobre o componente de História na BNCC logo perceberá que grande parte da história da humanidade não foi contemplada. [...] infere que África e América ganharam destaque quantitativo, mas não qualitativo. América aparece em função do Brasil, assim como Brasil aparece frequentemente fora da América. E os índios? Por vezes são brasileiros, por vezes americanos. (História da América e a BNCC. 2015).

Além de destacarem a visão eurocentrada da BNCC ao abordar os conteúdos aos povos indígenas, já que é mantido o arcabouço teórico para a proposta dos conteúdos, isto é, o recorte temporal e especialmente os temas atrelados aos povos indígenas continuam sendo analisados sob a ótica europeia. Em outra passagem destacam mais uma característica do eurocentrismo presente na Base:

A "conquista da América" aparece em função da expansão ultramarina europeia e não poderia ser de outra forma já que a base trabalha como conceito de conquista. Então, o mundo europeu, Renascença, artes e ciências ingressam em função do expansionismo europeu. A conquista e colonização tomam conta de grande parte da realidade americana entre os séculos XV e XIX, deixando pouco ou nenhum lugar para os processos de etnogênese. (História da América e a BNCC. 2015).

Outra vez destacamos o próprio uso do conceito de conquista que está diretamente relacionado a lógica de poder do europeu sobre os povos indígenas, logo apresenta nexos com o eurocentrismo.

As críticas que permeiam o trabalho estão relacionadas a narrativas ultrapassadas no campo da história da América, mesmo sendo um campo que ganhou destaque no componente curricular de história.

Portanto, destacamos a necessidade de se realizar o giro decolonial para ocorrer rompimento com a lógica eurocêntrica, para isso devem ser utilizados autores que apresentam novas abordagens epistemológicas, mesmo que os especialistas usassem autores africanos, não significaria que estavam rompendo com o eurocentrismo, pois estes poderiam manter a perspectiva eurocêntrica, para ocorrer a quebra deste paradigma é importante usar autores que rompem ou apresentam oportunidades de rompimento desta lógica.

Retomamos a discussão presente na maioria das cartas críticas a BNCC de história e a exclusão da história antiga e medieval. Não foi apenas a ANPUH ou os grupos de historiadores das áreas de antiga e medieval que criticaram as suas ausências. O grupo de historiadores de fluminenses que assinaram o texto História da América e a BNCC também atentaram para esta crítica, além de eleger outros pontos em destaque:

A história da Antiguidade, da Idade Média, está ausente. A história da Idade Moderna e da Idade Contemporânea está sub-representada. A Europa moderna aparece em função das "conquistas" da América e da África. Pretende-se com esses recortes dois objetivos: primeiro trazer para o aluno um mundo mais próximo e portanto mais fácil de ser aprendido, e segundo escapar às visões eurocêntricas que tem impregnado o ensino de história desde que este constitui parte dos currículos escolares.[...] excluir o conhecimento dos processos históricos europeus desde a antiguidade até o período da expansão ultramarina portuguesa (porque a ênfase é em Portugal) em lugar de gerar pensamento crítico capaz de analisar, desnudar e interpretar o eurocentrismo, nos deixará sem ferramentas para sua crítica. (História da América e a BNCC. 2015).

Cabe destacar o argumento apresentado no trecho citado, no qual é afirmada a intenção dos especialistas em "aproximar" os conteúdos aos alunos e assim torna-los mais fáceis de serem aprendidos, não encontramos no documento nenhuma menção a esta estratégia de aprendizagem, ou que tenha sido percebido ao analisarmos o material. A carta dos professores de história antiga e medieval das regiões Norte e Nordeste sobre a BNCC foi o documento que apresentou nitidamente as maiores preocupações dos profissionais da área, ao defenderem uma história eurocêntrica e em especial uma defesa da área de atuação apresentando temores por perdas futuras. Apresentando um caráter corporativista, tendo em vista que existia uma latente preocupação por parte dos mesmo com relação aos aparentes cortes na BNCC de história em suas áreas respectivas áreas.

Entre os elementos presentes na versão da BNCC para o componente História, um dos mais controversos é a exclusão das áreas de Antiga e Medieval, que passam a ser conteúdos opcionais a serem definidos pelos docentes. Tal orientação, no que pese a importância da defesa e promoção da história Indígena, da história da África e mesmo da história da América, pode ter resultados nefastos para o ensino de História, tanto nas escolas como nas Universidades. (Carta de professores de antiga e medieval do norte e nordeste sobre a bncc. 2015).

Concluem o parágrafo destacando uma visão eurocentrada:

Consideramos que a História deve trazer para o primeiro plano de análise regiões e povos que tradicionalmente foram alijados da escrita oficial de nosso país e mesmo do Ocidente, porém isso não deve ser feito em detrimento das experiências humanas na antiguidade e no medievo, as quais forjaram, em grande medida, o mundo em que vivemos atualmente. Carta de professores de antiga e medieval do norte e nordeste sobre a bncc. 2015).

É de fácil percepção a presença da colonialidade do saber neste trecho ao apresentarem o argumento de destacar a história antiga e medieval ao contrário das

demais culturas, por entenderem que estas foram fundamentais para a formação da sociedade ocidental.

A preocupação de professores e pesquisadores das áreas de história antiga e medieval com o corte de suas áreas da BNCC de história, e a defesa de uma história sistematicamente eurocêntrica são pertinentes, porém podemos observar uma preocupação não apenas com os currículos escolares, mas também como ficariam estas áreas de pesquisa no futuro, tendo em vista que, com o possível corte dos currículos escolares, promoveria uma reestruturação nos currículos dos cursos universitários de história, reduzindo disciplinas nas áreas citadas anteriormente. Além dos cortes nas disciplinas ocorreriam cortes em financiamentos de pesquisas. Portanto, podemos afirmar que a preocupação dos professores e pesquisadores das áreas de história antiga e medieval, não é apenas com o comprometimento da aprendizagem discente, mas também é uma defesa de suas áreas de trabalho.

Com base nas análises feitas podemos concluir que a maioria das críticas feitas por especialistas do campo da história no que se refere a primeira versão componente curricular de história presente na BNCC apresentam pontos importantes para destacarmos, tais como os grupos mais exaltados que eram dos historiadores das áreas de história antiga e idade média, por conta dos cortes sofridos na BNCC de história. Houve um comportamento ativo por conta da possibilidade na perda de espaço no currículo e, como resultado, poderia haver contenções nos fomentos de pesquisa. Além da atuação constante dos pesquisadores desta área, encontramos cartas críticas feitas por historiadores que não concordaram com a mudança de eixo para o Brasil em detrimento do eixo europeu.

Devemos ressaltar que, mesmo apresentando rupturas com a lógica colonial, o documento apresenta pontos diretamente ligados à colonialidade, especialmente pelo que foi destacado pelo GT de história da África que problematizou, com propriedade, o fato do documento só se referir ao continente africano através da presença europeia, o que perpetua, portanto, a lógica de dominação apresentada pela historiografia clássica.

Para evitar tais problemas, contudo, não basta propor a inclusão da história africana ou indígena se o arcabouço teórico for o mesmo utilizado pelo currículo de tradição colonial. Nesse sentido, para ser apresentada uma nova visão é preciso utilizar autores que apresentem as perspectivas africanas e indígenas pois assim ocorrerá o

rompimento total do eurocentrismo. Entendemos que os especialistas responsáveis por construir o texto preliminar da BNCC de história apresentaram um documento inovador que anunciavam rupturas parciais à lógica colonial.

FONTES

ANPUH – Nota sobre a BNCC. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3140-nota-da-associao-nacional-de-historia-sobre-a-base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acessado em 03/07/2017.

ANPUH-Rio – Carta crítica à composição do curricular História na BNCC. Acessado em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3124-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc>. Disponível em: 10/08/2017.

CARTA DE REPÚDIO DO FÓRUM DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DE HISTÓRIA Publicado em 26 de novembro de 2015. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>

CARTA DE PESQUISADORES SOBRE A BNCC ENVIADA À ANPUH-BRASIL. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3365-carta-de-pesquisadores-sobre-a-bncc>

HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC. Disponível: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3129-historia-da-america-e-a-bncc>. Acessado em: 03/08/2017.

CARTA DE PROFESSORES DE ANTIGA E MEDIEVAL DO NORTE E NORDESTE SOBRE A BNCC: Publicada em 25 de novembro de 2015. PDF disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3149-carta-de-professores-do-norte-e-nordeste-sobre-a-bncc>

NOTA DO GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA DA ANPUH BRASIL E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS (ABE-ÁFRICA) sobre a proposta da base nacional comum curricular (BNCC) para o ensino de história. Publicado em 27 de fevereiro de 2016. <https://www.anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia#itemCommentsAnchor>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera Maria. OLIVEIRA, Luis Fernandes de. *Pedagogia descolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil*. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.26, n1, p.15-40. abr 2010.

GROSGOUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. In:

Ciência e cultura. São Paulo: v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007. Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem histórica. *Revista História Unisinos*. Vol. 15 Nº 1 - janeiro/abril de 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Globais/projetos Locais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. GASPARELLO, Arlette Madeiros. MAGALHÃES, Marcelo de Souza(Orgs). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro, Mauad X : FAPERJ, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

REICHERT, Emmanuel Henrich. *Notas sobre o eurocentrismo no Brasil*. 2012.

História local na baixada fluminense: um campo de reflexões aberto ao ensino de História

Claudia Patrícia de Oliveira Costa
Doutora pelo PPGHS/UERJ/FFP
Bolsista Capes

INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresento é parte das conclusões obtidas a partir da pesquisa que culminou na tese intitulada “A Baixada Fluminense e as recentes emancipações políticas: historiografia, identidade e ensino de história”, defendida em 2019. Ao longo dessa pesquisa, me debrucei sobre o trabalho de professoras das redes públicas municipais de educação de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, na Baixada Fluminense, imbuídas na complexa e desafiadora tarefa de mobilizar narrativas da história local desses municípios, como matéria passível de ser ensinada e apreendida nas salas de aula da fase inicial do Ensino Fundamental.

O desenvolver dessa pesquisa revelou-se particularmente inquietante, devido ao cenário caótico expresso pela crise econômica e política (antes mesmo da atual crise sanitária) que perpassou o estado do Rio de Janeiro, bem como diversos municípios que o integram. Entre 2016 e a presente data, tais municípios foram marcados pela polêmica sucessão de gestores à frente das prefeituras, que traduziu-se na aceleração do sucateamento da educação pública, expresso por meio da descontinuidade de políticas públicas em educação, ao sabor de medidas personalistas. A gama de dificuldades enfrentadas por pesquisadora e objetos de pesquisa permitiu-me constatar que, mesmo com significativos avanços registrados, inscritos na chave de estimular o diálogo essencial entre ensino e pesquisa, ainda existe um longo e tortuoso caminho a ser percorrido. Ao reivindicar meu lugar de fala, ancorado nessas duas esferas, ousou afirmar que ainda falhamos como pesquisadores do ensino de história, quando nos distanciamos do “chão da escola” em demasia. Quando, mergulhados em teorias, conceitos, modelos ideais, nos encastelamos por trás do linguajar acadêmico e estabelecemos uma relação de distanciamento excessivo com nossos objetos. Também falhamos enquanto professores da Educação Básica quando, comprimidos pelas múltiplas e crescentes exigências que recaem sobre os docentes, olhamos com muita desconfiança qualquer abordagem externa à nossa prática e acabamos por rejeitar o contato com o que é produzido e debatido dentro dos centros de pesquisa.

A imersão mais aprofundada nesse cenário de aparente desesperança possibilitou-me, contudo, destacar os esforços empreendidos nas últimas décadas dentro da academia, especialmente com a introdução de mais disciplinas direcionadas ao ensino de história na grade curricular das licenciaturas e a criação de programas de pós-graduação que privilegiem as discussões sobre tal campo. Esse fôlego renovado em reflexões acerca do ensino de história dentro das universidades contribui fortemente para a formação inicial e continuada de docentes que seguem atuando nas salas de aula da Educação Básica, especialmente das redes públicas dos municípios e estado do Rio de Janeiro. Apesar de tudo, esse é um valioso caminho para pensar, em médio ou longo prazo, nas conexões mais proveitosas entre pesquisa e ensino.

Por ora, enquanto os efeitos dessas iniciativas ainda são sentidos timidamente, compreendo que o diálogo entre pesquisa e ensino ainda tem um longo e árduo caminho a ser trilhado por ambos os lados. A esse respeito, a advertência de Tardif se constituiu em uma instigante provocação para refletirmos sobre nossa práxis nessas duas esferas de atuação: “os educadores e os pesquisadores, o corpo docente e a comunidade científica tornam-se dois grupos cada vez mais distintos, destinados a tarefas especializadas de transmissão e de produção de saberes sem nenhuma relação entre si” (TARDIF, 2014, p. 35). Pudera! Ao longo de mais de 10 anos de exercício do magistério, a maior parte do tempo em salas de aula da rede estadual do Rio de Janeiro, é possível afirmar que, infelizmente, o parco incentivo para que o docente continue a estudar e a investir em sua formação de forma constante, é a prevalência em nossa rotina. A perpassar as demandas cotidianas do fazer docente que concorrem para esse quadro, se destacam as condições de trabalho cada vez mais precárias: salas de aula superlotadas, colégios sem infraestrutura minimamente adequada ao processo de ensino/aprendizagem, os impactos causados pelos ecos da violência urbana na comunidade escolar, professores com jornadas de trabalho exaustivas para compensar os baixos salários, burocratização do trabalho docente... Essa lista se alonga se somarmos, a esse cenário pouco alentador, os planos de carreira pouco atrativos, que caracterizam a situação atual do magistério público estadual e municipais, bem como a intransigência de muitas direções escolares, coordenadorias regionais e até secretarias de educação, no que diz respeito às iniciativas de formação continuada dos docentes. Tais fatores são fundamentais para que se discutam, seriamente, as condições que

desestimulam muitas iniciativas e contribuem para compor um quadro de poucas expectativas de reconhecimento profissional para os professores dessas redes.

Esse panorama pouco atraente e, por vezes opressivo, já constatado a partir da experiência pessoal, foi se desvelando de forma mais ou menos explícita quando investi no trabalho de campo. No primeiro momento, evidenciou-se a dificuldade de acesso a essas docentes. Parte dessa dificuldade esteve relacionada às questões inerentes à burocracia imposta pelas secretarias de educação, mergulhadas no contexto de crise das administrações municipais. Esses entraves foram contornados pela mobilização das docentes por meios indiretos, baseados em contatos pessoais de colegas de magistério. Ainda assim, foram muitas desconfianças e recusas até a obtenção das oito entrevistas que compuseram o *corpus* documental utilizado para a discussão das hipóteses da tese. Nessa fase da pesquisa, me impactou, particularmente, o caso de uma docente da rede municipal de Japeri. Essa professora, apesar de ter demonstrado disposição para ceder o depoimento desde o primeiro contato, acabou não concedendo a entrevista. Após várias tentativas de marcarmos um horário e local que fossem facilitadores do encontro, a própria relatou estar com a disponibilidade comprometida, pois, quando não estava na escola, estava trabalhando como diarista, a fim de complementar a renda obtida com o salário de professora da Educação Básica. Portanto, reitero que, para além das instigantes informações acerca do nosso objeto de pesquisa, o exercício de escuta e análise desses depoimentos foi também um exercício de profunda reflexão a respeito das lutas cotidianas de docentes das redes públicas dos municípios e estado do Rio de Janeiro, contexto do qual partilho, inevitavelmente.

Precisamente nesse sentido, conhecer e atuar nos dois lados dessa questão foi fundamental para melhor entender as matizes que perpassam a docência na Educação Básica e, só então, tentar oferecer hipóteses que conformem alguma inteligibilidade para nossos pares: sejam pesquisadores, docentes ou pesquisadores-docentes. Evoco, portanto, os argumentos de Adriana Cavarero:

A distinção entre o semântico e o vocálico alude à trama ineludível entre a universalidade de um registro linguístico, que organiza a substância incorpórea dos significados, e a particularidade de uma existência encarnada, que se faz ouvir na voz. A palavra – voz e significado, mas do que voz significante – serve de ponte a essas duas margens. Mesmo quando ela comunica alguma coisa, obedecendo aos códigos universais da linguagem e às suas regras, comunica sempre vozes singulares e, ao mesmo tempo, a

cadência ritmada de uma ressonância que as conecta. (CAVARERO, 2011, p. 230)

A partir desse corte referencial, que delimita meu lugar de fala, inclinei-me sobre um objeto que se revelou complexo e instigante: o ensino da história local dos jovens municípios da Baixada Fluminense. No contexto da experiência de pouco mais de uma década com o magistério estadual, destacaram-se os seis anos em que essa atuação se deu em colégios do município de Duque de Caxias. Metade desse tempo foi dedicado a lecionar a disciplina de história para os primeiros e segundos anos do Curso de Formação de Professores de Nível Médio: o Curso Normal. Tal vivência me permitiu constatar uma significativa lacuna no que diz respeito a conteúdos sobre a história local da cidade, no currículo escolar dos normalistas. Consequentemente, me provocou o seguinte questionamento: a partir de quais referenciais, esses futuros professores enfrentarão a exigência de lecionar sobre a história local da cidade, prevista nas orientações curriculares do segmento para o qual estarão habilitados a trabalhar?

A contribuir para a reflexão com maior profundidade sobre tal questão, ressalto ter sido este um período particularmente rico, pois também assinalou o desenvolvimento da pesquisa de mestrado que investigou o movimento emancipacionista queimadense. Na análise essa temática, constatamos que, ao contrário de Duque de Caxias, cuja emancipação política se deu no início da década de 1940, a emancipação queimadense se inscreveu em um contexto muito mais recente. As experiências como professora e pesquisadora tornaram inevitável o surgimento de um diálogo entre pesquisa e ensino da história local, a partir do qual surgiu o projeto que originou esse doutorado.

Assim, os quatro municípios selecionados para essa pesquisa, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita não se constituíram em uma escolha aleatória: eles foram os últimos a conquistarem sua autonomia política frente a Nova Iguaçu, em processos que tiveram lugar nas décadas finais do século passado. Esse foi um momento de grandes transformações no cenário nacional, carreadas pelo processo de reabertura política e promulgação da Constituição Federal, em 1988. Conhecida como “Constituição Cidadã”, essa Carta abriu caminho para a elaboração de documentos que balizassem a reestruturação na área da Educação, com o reconhecimento de múltiplas identidades, antes silenciadas ou subalternizadas. Como parte importante do projeto que visava à construção da nova ordem democrática, esse processo é inaugurado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. A LDB

forneceu subsídios para a criação sequencial de outros documentos com a função de refinar parâmetros para o ensino na Educação Básica ao nível nacional. Longe de estar no fim, esse processo ganhou novo e controverso capítulo com a promulgação da BNCC que, ao atender a uma previsão da própria Constituição Federal, objetiva fornecer um padrão curricular para a Educação Básica em todo o país.

A redemocratização, iniciada ainda em fins da década de 1970 com a adoção do pluripartidarismo, também encetou um reordenamento político-partidário que, no caso do estado do Rio de Janeiro, recorte geopolítico de nossa pesquisa, se configurou em um dos estímulos para a fragmentação territorial expressa por um *boom* de emancipações políticas municipais que caracterizaram o período. Nesse contexto, se destacaram, não somente os herdeiros políticos de antigas querelas fluminenses, como também as emergentes lideranças dos partidos políticos criados a partir do final da década de 1970. Assim, as estratégias políticas adotadas pelo Executivo e Legislativo estaduais, a partir desses marcos, interferiram diretamente no contexto político da Baixada Fluminense, propiciando disputas de poder internas, opondo antigas e novas lideranças nos antigos distritos iguaçuanos, hoje municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

Conforme propõe Jacques Revel⁵⁰⁰, ajustando o foco de observação aos municípios emancipados de Nova Iguaçu, identifiquei, por meio de levantamento bibliográfico, dois tipos de produção historiográfica sobre a conquista da autonomia dessas municipalidades: aquelas obras produzidas dentro de centros universitários, que denominamos de historiografia acadêmica, e obras produzidas por autores diversos, que não necessariamente inscritos na tradição acadêmica, constitutivas de um padrão historiográfico ancorado em aspectos memoriais. Sem a pretensão de estabelecer uma hierarquia valorativa entre esses dois tipos de narrativa, me interessou a observação das contribuições trazidas por ambas, seus limites e potencial de alcance. Constatei que, por um lado, as narrativas inscritas no campo acadêmico são relevantes por apresentarem resultados obtidos a partir de problematizações que levam em conta fontes submetidas a

⁵⁰⁰A respeito do conceito de “escalas de observação”, proposto por Jacques Revel, Marcia de Almeida Gonçalves ressalta que a “*escala de observação* adquire significação ao viabilizar a construção de uma abordagem requalificadora de adjetivos – nacional, regional, local, individual, macrossocial, microssocial - há muito empregados pelos que gostam de contar histórias. (...) Precisar as fronteiras dos inúmeros espaços sociais nos quais os sujeitos históricos protagonizam seus dramas e misérias humanas é, no nosso ponto de vista, uma das tarefas fundamentais do historiador, e pode vir a ser balizada pela escolha de uma *escala de observação*, desde que a mesma esteja subordinada a um determinado efeito de conhecimento perseguido pelo investigador.” (GONÇALVES, s/d).

um método de análise e ancoradas em escolhas conceituais e teóricas. Por outro lado, a historiografia memorialista se destaca, pois, ao apresentar um discurso que visa ao estabelecimento de padrões de continuidade e coesão entre o passado e o presente de dada comunidade, alcança um público mais amplo através da divulgação em suportes de maior alcance, como os meios midiáticos, contribuindo com frequência para as elaborações em torno da historiografia escolar.

Assim a historiografia escolar surgiu perante a essa análise: inscrita na fronteira fluida entre as narrativas historiográficas registradas no contexto das universidades e centros de pesquisa, e a publicização de produções historiográficas obtidas a partir de discursos memorialistas, mais acessíveis a professores e estudantes da Educação Básica. A perpassá-la, as prescrições curriculares, que estabelecem parâmetros e diretrizes nacionais para o ensino. Por pretenderem a padronização do ensino em nível nacional, essas prescrições instituem orientações bastante genéricas sobre o ensino da história local, deixando a cargo dos estados e municípios, a responsabilidade pela produção de parâmetros curriculares próprios que contemplem suas especificidades histórico-culturais. Detectei aí mais um ponto de discussão: a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro possui documento, criado em 2012 e definido como “Currículo Mínimo.” Essas orientações curriculares, no entanto, não oferecem prescrições para os primeiros anos do Ensino Fundamental, por entender que essa modalidade vem sendo posta, paulatinamente, sob a responsabilidade dos municípios, como preconizado na LDB de 1996. Com isso, a demanda pela elaboração de currículo para esse segmento recaí sobre as prefeituras dos municípios enfocados na pesquisa e foi precisamente nesse aspecto que mais uma questão emergiu: após mais de duas décadas de emancipação política, nenhum dos municípios pesquisados conseguiu definir e consolidar padrões curriculares a serem seguidos pelas escolas. Essa diagnose, obtida por meio de sondagem com as secretarias municipais de educação, foi permeada pelas dificuldades impostas pela referida crise econômica e política que perpassa a maioria dos municípios enfocados. No contexto dessa crise, em meio a atrasos de salário e denúncias de corrupção, algumas prefeituras, sob o pretexto de “enxugar a máquina pública”, extinguíram ou incorporaram a outras pastas as respectivas secretarias de educação. Essa constatação nos deu a dimensão de que essa crise se converteria em um dos elementos essenciais para o desenvolvimento desta tese. O conturbado cenário

proporcionado por tais elementos me levou a um redimensionamento nos rumos da pesquisa em uma via dupla. Por um lado, permitiu-me inferir os aspectos inerentes à cultura histórica local, caracterizada por disputas personalistas e práticas clientelistas que se perpetuam ao longo do tempo e tiveram peso fundamental nos processos de emancipação dos referidos municípios. Por outro lado, me levou a colocar em relevância o papel do docente habilitado ao exercício do magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que é prevista a inserção dos conteúdos de história local dos municípios.

Diante de tal cenário, as dificuldades de acesso às escolas para a observação das aulas, ora devido às greves, ora devido à forte desconfiança que a pesquisa inspirava, impuseram que as professoras fossem ouvidas em ambientes extraescolares. A opção pela metodologia da História Oral visou ouvir, registrar e analisar o que essas vozes têm a nos dizer a respeito de suas experiências e expectativas. Na escuta desses relatos, identifiquei, no perfil das docentes entrevistadas, aspectos que me permitiram traçar um itinerário calcado nos saberes docentes mobilizados por estas em sua rotina escolar e, mais especificamente, nas aulas sobre a história local da cidade. Para sustentar a análise dos saberes docentes por meio dos registros orais, recorri, mais uma vez, a Maurice Tardif. O autor postula que “o saber docente se compõe, na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes” (TARDIF, 2014, p. 33). Ao estabelecer quatro tipologias de saber docente, Tardif ofereceu as imbricações entre os saberes curriculares, os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares e os saberes experienciais. Nesse sentido, concluí que as escassas orientações, que deveriam constar dos saberes curriculares, são compensadas de alguma forma com a mobilização dos outros tipos de saberes. A partir de então, outra questão se impôs à análise: os caminhos que levam à aquisição dos saberes da formação profissional e dos saberes disciplinares por esses docentes.

A esse respeito, a maioria das professoras entrevistadas declarou ter iniciado sua trajetória no magistério a partir do Curso Normal, um curso ainda predominantemente procurado por mulheres. Em consonância ao disposto na LDB de 1996, que prevê em longo prazo a exigência de formação superior para o docente atuante na Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, todas cursam ou concluíram um curso superior na área de Educação ou Licenciaturas. De todas as entrevistadas, apenas uma

professora cursou Licenciatura em História. Duas fizeram pós-graduação (lato ou stricto sensu) em História. A apuração desses dados levou-me à constatação de que essas docentes tiveram contato com os saberes da sua formação profissional, isto é, aqueles relacionados às ideias pedagógicas e práticas educacionais, ainda no Curso Normal. Porém, os saberes disciplinares não foram, necessariamente, construídos ou adquiridos no âmbito de estudos historiográficos, o que me impôs outra lacuna a ser explorada no contexto do intrincado jogo dos saberes docentes e atuação profissional.

Diante de tal quadro, concentrei o olhar sobre os processos em torno da aquisição dos saberes experienciais por essas docentes. Essa opção colocou em articulação a mobilização de memórias construídas e/ou adquiridas pelas professoras entrevistadas dentro ou fora do campo de exercício do magistério. Essas memórias foram fundamentais para a compreensão dos mecanismos de formação da identidade das depoentes enquanto professoras, assim como suas ligações de afeto ou repulsa com a Baixada Fluminense, local onde a maioria nasceu, cresceu e ainda reside. A pesquisa confirmou a aposta inicial, qual seja: a de que as conexões estabelecidas entre as experiências familiares, o local de origem e o local de trabalho têm grande relevância para a maneira como essas docentes abordam a história desses locais em suas salas de aula, indo muito além das prescrições curriculares existentes ou não.

Uma vez validada essa hipótese, vi emergir dos relatos, uma noção de Baixada Fluminense perpassada por três questões principais que, ao meu ver, se interpolam e se complementam: violência, precariedade de investimentos públicos e querelas políticas entre lideranças personalistas. Essa tríade de questões é também atravessada pela percepção das entrevistadas acerca “do antes e o depois” das emancipações políticas, marco fundador da municipalidade. A maioria das depoentes vivenciou esse momento da história em sua cidade e/ou na cidade em que trabalha. Aquelas que não o vivenciaram, por não residirem nos municípios ou serem jovens demais para terem presenciado as disputas emancipacionistas, manifestam memórias adquiridas desse passado, forjadas no convívio diário com pessoas do bairro ou da escola em que trabalham. Dessa forma, as memórias de “acontecimentos vividos por tabela”, como Michel Pollak se refere a esse tipo de apropriação (POLLAK, 1992), orientaram de alguma forma os posicionamentos políticos apresentados por essas depoentes,

especialmente no que diz respeito à maneira como elas entendem a elaboração e implantação das políticas públicas em educação.

Nessa perspectiva, é interessante destacar que o corte representado pelas emancipações se sobressai na fala de algumas professoras como uma grande guinada rumo à conquista de muitas melhorias pelas cidades, ao passo que, na fala de outras, as emancipações são referenciadas como continuidade de padrões políticos que já marcavam a localidade, quando ainda era distrito iguaçuano. Apreendi essas disputas de memória como uma forma de buscar explicações que dão sentido às experiências do presente que permeiam o cotidiano dessas professoras, inclusas suas experiências com o magistério. Dessa maneira, as memórias dão conta de um passado que, ora serve para projetar as expectativas de um futuro melhor, ora emerge como a justificativa para os problemas que se perpetuam nas cidades, mesmo após as emancipações.

Essas questões acabaram, em alguma medida, influenciando marcadamente, não só a relação das professoras com o seu local de trabalho, como nas formas em que conteúdos pertinentes a essa temática fazem parte de seus planejamentos e aulas. Uma vez que inexistente um padrão curricular consolidado pelas Secretarias de Educação a ser seguido por todas as escolas da rede, assim como também inexistem materiais didáticos específicos sobre o tema, a elaboração de atividades relacionadas à história local das cidades fica ao cargo de projetos sazonais ou da percepção/sensibilidade das docentes em face da realidade de seus alunos e/ou comunidade escolar. Essa constatação me levou a tecer considerações em torno da autonomia docente. A noção da autonomia docente ganhou relevância nessa discussão, na medida em que se inscreve no terreno de disputas entre as táticas de padronização da educação, ditadas pelos governos, e os saberes docentes, forjados como estratégias no contexto do cotidiano de obstáculos e precariedades que marcam a educação em todas as esferas do poder público. Percebi que táticas como a implementação de padrões curriculares, seleção de materiais didáticos ou ainda as prescrições introduzidas pela produção de pesquisas acadêmicas não são assimiladas ou incorporadas em sua rotina de forma passiva pelas docentes. Desse modo, enfatizo que há muito mais componentes nesse jogo, quando me propus a analisar os meandros que envolvem o ensino da história local dessas cidades nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho de mediação, a operação tática perante as variadas estratégias de regulação do seu trabalho, coloca o professor regente em uma

posição de destaque do processo de ensino-aprendizagem, levando à compreensão de que professores também são produtores de currículo.

Ao assumir a centralidade do papel do professor nesse processo, confirmei que todas as entrevistadas manifestaram entender como relevante a execução de atividades que provocassem o reconhecimento e a reflexão dos educandos, a respeito de suas realidades e vivências em suas respectivas cidades. Tal constatação me permitiu aguçar a percepção de que a

Autonomia [docente] pressupõe que sejam levadas em conta as condições sociais, políticas, culturais, econômicas de cada grupo social no qual a escola está inserida; [assim] trabalhar-se-ia com as diferentes realidades e especificidades locais, regionais, enfim, o que está mais próximo dos alunos e professores, porém não os desvinculando do contexto global. (...) Com isso, torna-se possível pensar um professor que desempenhe um papel de agente de transformação da sociedade dominante e injusta. (PAIM, 2007, p.163).

Nesse sentido, os relatos registrados por meio das entrevistas confirmaram que, os saberes docentes mobilizados no preparo e execução de aulas sobre a história local do município estão enraizados, muito mais, nas experiências pessoais do que nas apreensões curriculares, disciplinares ou de formação. Dito de outro modo: por meio das falas dessas professoras, constatei que o norteamento necessário para a proposição de atividades didático-pedagógicas, que tenham como objetivo abordagens sobre a história local dos municípios, se encontra mais fortemente ancorado nas evocações da infância, do convívio social no bairro ou no engajamento político em organizações extraescolares.

Também saliento que, a discussão sobre os limites da autonomia docente me remeteu, a todo o momento, ao conceito de escala de observação. Tratou-se, portanto, de ajustar minha lente de análise a uma perspectiva que me permitisse identificar aspectos do cotidiano das professoras desses municípios que, frequentemente, escapam a análises mais genéricas ou centradas na escola enquanto espaço de ensino e aprendizagem formal, mas que pecam pela tendência a secundarizar os múltiplos atores envolvidos nesse processo. Lamentavelmente, não pude estender a abrangência dessa análise aos educandos e observar as relações estabelecidas entre estes e aqueles, no âmbito das aulas ou atividades sobre a história dos municípios.

Por fim, entendo que a realização dessa pesquisa se constituiu em particular momento de autorreflexão ante o panorama de contundentes ataques à educação e à pesquisa que atingem a todos nós, professores e/ou pesquisadores. Mais do que uma pesquisa, inscrita nas exigências de programa de pós-graduação, espero que as considerações encaminhadas nesse trabalho sejam capazes de significar um estreitamento nas relações entre universidade e escola, fortalecendo os laços em torno da produção e difusão de conhecimento, bem como contribuindo para a valorização do profissional que atua na Educação Básica, inclusive perante a universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVARERO, Adriana. Vozes plurais: filosofia da expressão vocal. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre éticas de pertencimento e identidades sociais.” In: História de São Gonçalo: memória e identidade. Disponível em <http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm>. Acessado em 26/01/2014.

PAIM, Elison Antonio. “Do formar ao fazer-se professor”. In MONTEIRO, A. Maria; GASPARELLO, A. Medeiros e MAGALHÃES, M. de Souza (orgs.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. – p: 157-171.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social.” In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol.: 5, n°.: 10: 1992. – p. 200-212.

REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” Revista Brasileira de Educação. vol. 15 n°. 45: set./dez. 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

Variações didáticas sobre um velho tema: a disciplina estudos amazônicos e seus livros didáticos

Davison Hugo Rocha Alves
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

No Brasil, existem 487 terras indígenas homologadas e reservadas, existem 724 terras indígenas em diferentes fases do processo de homologação do seu território. O governo Bolsonaro atendendo aos interesses de setores ruralistas desde 2019 não demarcou nenhuma área indígena, e ainda fez declarações públicas sobre o assunto tendo posicionamento contrário, desde as eleições de 2018⁵⁰¹. A demarcação de terras indígenas é um tema da história do tempo presente⁵⁰² na sociedade brasileira. Uma discussão cara para a nossa sociedade, sobre os significados do uso da terra e suas diferentes finalidades.

Segundo estudo realizado por pesquisadores brasileiros, e divulgado em importante revista científica, compara o tamanho das terras de maiores fazendeiros do Brasil, com as reservas indígenas previamente estabelecidas pela Constituição Federal de 1988⁵⁰³. Segundo levantamento feito “apenas 97 mil proprietários rurais são donos de 21,5% do território brasileiro, enquanto 572 mil índios ocupam pouco mais da metade dessa área, cerca 13% do território”⁵⁰⁴.

A questão indígena está passando por mudança de paradigma na sociedade brasileira, ela está saindo do olhar do colonizador e adotando uma postura que leve em consideração o respeito à cultura, a sua identidade e seu direito originário, sobre as terras que ocupam. Diante do exposto acima, percebemos que os índios estão sendo ameaçados. A Constituição Federal de 1988 possui capítulo intitulado “Dos Índios” assim,

⁵⁰¹ STF define em julgamento critérios de demarcação de novas terras indígenas. Site G1. Fantástico, acessado em 20 jun. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/24/stf-define-em-julgamento-criterios-de-demarcacao-de-novas-terras-indigenas.ghtml>

⁵⁰² Sobre a discussão de História do Tempo Presente ver: Hobsbawm, 1998; Ferreira, 2000; Ferreira, Amado, 1996; Bedaridá, 2002.

⁵⁰³ No auge dos debates sobre a importância de demarcação de terras indígenas, o indígena Ailton Krenak durante as discussões em 1988 faz um discurso no Congresso Nacional sobre a defesa da vida dos povos da floresta.

⁵⁰⁴ STF define em julgamento critérios de demarcação de novas terras indígenas. Site G1. Fantástico, acessado em 20 jun. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/24/stf-define-em-julgamento-criterios-de-demarcacao-de-novas-terras-indigenas.ghtml>

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988).

O debate apresentado dentro deste contexto histórico de direitos sociais adquiridos pela Constituição Federal, hoje está em questão, com a pressão executada por determinados setores da sociedade brasileira, que usam a lei a seu favor. Queremos partir desta perspectiva atual para debater a história da disciplina⁵⁰⁵ Estudos Amazônicos, percebemos que esta é uma perspectiva interessante para dialogar com o ensino desta disciplina regional.

Havia uma crítica ao ensino considerado conteudista, de memorização, de datas e fatos dentro do espaço escolar. A História regional construída no estado do Pará era pensada a partir da História dos eventos que ocorreram, não havia uma criticidade em relação ao ensino desta disciplina, ela era vista no espaço escolar como apêndice da disciplina História. Os professores faziam crítica a metodologia de ensino usado em sala de aula.

Em 1989, a professora Violeta Loureiro inicia um movimento dentro da Universidade Federal do Pará para debater a região amazônica. O livro *Estudos e problemas amazônicos - História Social e Econômica e temas especiais (1989)* acabou tornando-se um livro clássico dentro do campo regional no estado do Pará, pois, ele de forma interdisciplinar debate os problemas amazônicos.

Durante os anos 1990 a configuração social e política modifica o olhar sobre o ensino regional no estado do Pará, as discussões do Conselho Estadual de Educação (CEE) durante o ano de 1997 e 1998 estão em diálogos com os acontecimentos recentes, refiro-me a nova Constituição Federal do Brasil publicada em 13 de dezembro de 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) publicada em 20 de dezembro de 1996 e aos Parâmetros Curriculares Nacionais publicados em 15 de outubro de 1997.

A discussão regional também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ela afirma que

⁵⁰⁵ Usamos como perspectiva teórica-metodológica para debater a História das disciplinas escolares, as reflexões desenvolvidas por André Chervel (1990), Serlei Ranzi e Marcus Oliveira (2004) e Décio Gatti Jr. (2009). O historiador André Chervel (1990, p. 183) afirma que uma das preocupações a serem levadas dentro do objeto de investigação da história das disciplinas escolares é de entender como elas funcionam?

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996)

A discussão sobre os temas regionais ganhou evidência dentro das propostas curriculares durante os anos 1990. Podemos perceber que após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para as diversas áreas de conhecimento, cresceu a possibilidade de construção de histórias locais, que demarcam uma historicidade do saber e fazer histórico dentro do espaço escolar. O documento legal em sua introdução nos diz que,

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (BRASIL, 1997, p.22)

O debate também está no Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará (CEE/PA), quando foi publicado o documento *Orientações para a implantação e estruturação do modelo curricular para o ensino fundamental a partir de 1999*. O debate estava baseado nas legislações promulgadas pelo MEC e de acordo com o Conselho Nacional de Educação, sobre o ensino regional ele afirma

Inclusão da disciplina Estudos Amazônicos na Parte Diversificada, em lugar da disciplina Estudos Paraenses, por ser a mesma, mais abrangente em seu conteúdo, que a disciplina Estudos Paraenses, com duas aulas semanais nas 5ª e 6ª séries e três aulas nas 7ª e 8ª séries. (PARÁ, 1999, p. 3)

A justificativa apresentada para a inclusão desta disciplina no currículo regional foi a seguinte,

A disciplina Estudos Amazônicos justifica-se pela imperiosa necessidade de a escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional, e ser a Amazônia o maior e o mais rico sistema natural do planeta. (PARÁ, 1999, p. 3)

A professora Violeta Loureiro durante entrevista realizada para a escrita da dissertação argumenta que Estudos Paraenses não realizava o debate sobre a Amazônia,

ela limitava-se aos recortes temporais pré-estabelecidos dentro da História do Pará. A História da Amazônia não era vista como uma questão regional,

Olha, muito pouco se falava muito da História do Pará, mais os fatos históricos, só que a Amazônia como uma região, não é apenas uma questão nacional, além de ser uma questão regional e nacional, hoje em dia é uma questão internacional, então os Estudos Paraenses para o contexto em que a Amazônia ficou muito limitado, uma disciplina muito limitada, ficou fora do contexto, para ela⁵⁰⁶.

A professora Violeta Refkalefsky Loureiro⁵⁰⁷ durante apresentação direcionado aos alunos e professores da disciplina Estudos Amazônico nos diz que a missão da escola passou a exigir do professor no século XXI,

- a) O aluno deve entender os processos econômicos, sociais, ambientais e as condições históricas da Amazônia no mundo; isto é mais importante do que memorizar datas, fatos e nomes, se estes estiverem descolados do contexto em que se passaram ou se passam.
- b) A importância de valorizar o estudo, a discussão em grupo e a exposição oral das ideias dos alunos, estimulando a lerem livros e, a partir do que foi lido, a exporem suas dúvidas, suas opiniões e críticas. (LOUREIRO, 2015, p. 3)

Percebemos que havia uma disputa pela disciplina regional no Estado do Pará a partir do documento publicado pela Secretaria do Estado de Educação. Uma disputa de espaço político dentro da disciplina Estudos Amazônicos, referindo-se as formações na área das ciências humanas aptas para lecionar na SEDUC/PA. Há uma clara defesa da disciplina Estudos Amazônicos e uma repulsa ao Estudos Paraenses dentro do espaço escolar. De ordem teórico-metodológico, fica expresso que aos historiadores cabem a função social de estudar o passado, uma perspectiva metodológica que já vinha sendo desconstruída desde os anos 1920, com a criação da revista dos Annales. O movimento dos Annales tenta repensar a prática do nosso ofício tanto no que se refere a pesquisa, como a que se refere ao ensino de História⁵⁰⁸. Podemos também fazer a defesa do

⁵⁰⁶ Entrevista de Violeta Loureiro concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

⁵⁰⁷ Estou usando neste artigo à edição mais recente do livro História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais (2015). A edição que foi apresentada na escrita da dissertação de mestrado em 2016 é análise da primeira edição publicada no ano 2000.

⁵⁰⁸ Como exemplo, o historiador francês Marc Bloch no livro “História e Historiadores” (1995) em texto publicado no ano de 1937, destinando capítulo para debater necessidade de renovação do ensino histórico, ele fez parte de edição do 9º ano, da revista de Annales d’histoire économique et sociale. O historiador

ensino de história da Amazônia⁵⁰⁹ como ficou conhecido nos programas curriculares dos cursos de História, especificamente na região Norte, de debates em torno de história oral, memória e história do tempo presente. São discussões que estão presentes desde os anos 1990, desde a reformulação da grade curricular dos cursos de História.

Apesar dessa separação entre o estudo dos historiadores e a história da Amazônia, como se não tivesse afinidades de discussões no âmbito acadêmico, o docente que era formado em História conseguiu ter sua habilitação para lecionar Estudos Amazônicos⁵¹⁰, haja vista que, entendia-se à época que a palavra “estudos” não era um limite para definir um campo disciplinar, mas que qualquer ciência das humanidades, que debatesse temas amazônicos pudesse lecionar nesta disciplina regional. As orientações para as escolas públicas definem que “a disciplina Estudos Amazônicos deve ser ministrada por professores licenciados em Sociologia, em História e Geografia pertencentes ao quadro de servidores da SEDUC” (PARÁ, 1999, p. 3).

No caso específico da Amazônia havia para além de valorizar a cultura local algo bastante diversa, os professores queriam debater temas considerados “caros” para a história recente da Amazônia, refiro-me as transformações ocorridas desde os anos 1960 que modificam o espaço amazônico. A disciplina Estudos Amazônicos representava neste contexto um debate sobre as ações dos governos diante deste território. A escrita da História do tempo presente na Amazônia será que não contempla este debate? O papel desenvolvido pelas pesquisas universitárias não contemplaria a necessidade de aproximação dos temas considerados “em abertos” ou que debatem as questões de memória dos governos militares, bastante revisitados desde os anos 1990, quando o ocorre o “boom” do uso de memórias dentro das pesquisas históricas no Brasil.

francês Fernand Braudel no livro *Combates pela História* (1989), também nesta mesma perspectiva nos diz que o pesquisador tanto o professor tem o compromisso com a objetividade, com a sua utilidade e a natureza epistemológica (social) do conhecimento a ser construído.

⁵⁰⁹ Podemos ter como exemplo o caso do Estado do Pará, a grade curricular do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) que desde 1989 já incluía disciplinas como História da Amazônia I, História da Amazônia II e a História da Amazônia III. Recentemente, no ano de 2006 a criação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA) que desenvolveram teses e dissertações no que se refere ao contexto amazônico e até mesmo pan-amazônico.

⁵¹⁰ Segundo as reflexões apresentadas por Gabriel Barros (2016) percebemos que em alguns municípios do Estado do Pará a disciplina Estudos Amazônicos fica sobre a tutela do diretor da escola, ela acaba servindo como moeda de troca para que os professores que concordem com a diretriz determinada consigam a carga horária desta disciplina regional.

Os professores de História no contexto de redemocratização tornaram-se sujeitos importantes na construção de materiais didáticos sobre a região amazônica, como destaca o professor José Ribamar⁵¹¹,

Eu era convidado para servir como instrutor, por exemplo, com carga horária de 15 dias que era 150 horas, que era a disciplina de História então a gente preparava o material, nós tínhamos por exemplo, 5 ou 6 polos no Estado do Pará, então reunia os 5 professores, dependendo do número de polo, e nós mesmos produzíamos o nosso material de pesquisa com aquilo que tínhamos naquele momento⁵¹².

O professor José Ribamar destaca durante a entrevista a necessidade de trabalhar temas amazônicos no espaço escolar, ele argumenta que havia uma dificuldade de dialogar sobre Amazônia, devido a carga horária ser muito pouca e o conteúdo extenso da disciplina História. Era necessário criar um debate específico para debater as especificidades amazônicas. Foi neste contexto, que em 1989, ele conhece o professor Gerard Prost⁵¹³, tendo escrito um livro didático sobre a História das Guianas, e havia recentemente chegado ao Brasil. A sua experiência com este livro didático sobre as Guianas o credencia a escrever um livro sobre a História do Pará durante os anos 1990. Ele foi assessorado por um grupo de professores de História da Seduc/Pará⁵¹⁴.

A escrita didática do livro produzido pelos historiadores apresenta a tese de que há dois momentos que marcam a história da região amazônica: a civilização dos rios que está presente em nosso contexto de colonização e a civilização da estrada que demarca o projeto de desenvolvimento pensado a partir dos anos 1960⁵¹⁵. Uma perspectiva de História sobre a construção das cidades, de lutas e de resistências ao projeto do Estado brasileiro para a região amazônica, tendo como foco o estado do Pará.

⁵¹¹ O professor José Ribamar é docente de História da SEDUC e participou da elaboração de um dos livros didáticos a serem usados na disciplina Estudos Amazônicos durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

⁵¹² Entrevista de José Ribamar concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

⁵¹³ O professor Gerard Prost foi um pesquisador-bolsista do Museu paraense Emílio Goeldi (MPEG).

⁵¹⁴ O grupo de professores de História da Seduc do Estado do Pará são os seguintes: Maria de Fátima, José de Ribamar, Edilena Silva e William Junior.

⁵¹⁵ Percebemos que esta perspectiva abordada na capa dos livros da disciplina História do Pará (1998), produzido pelo historiador, evidenciam essa lógica de ocupação da região amazônica. Os professores de História demarcam a civilização temporal a partir destes momentos. A Amazônia dos rios como o passado e o processo de conquista representando pela entrada da cidade de Cameté, a partir da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, a tela foi publicada em 1897, e a civilização da estrada com a abertura da transamazônica, a vista aérea retirada de edição publicado na revista VEJA em 1970 para demarcar o nosso tempo presente.

O uso de fontes históricas demarca uma característica deste livro didático regional como destaca a professora Edilena Sousa,

O nosso interesse era a contextualização no sentido de ver que ao interagir com o aluno em um determinado assunto, ele pudesse sair daquele assunto para o outro, mas com uma experiência. Percebemos que isso os documentos possibilitavam fazer. Se você pegar o livro você vai ver, que ele vai dizer assim: no texto tal de parágrafo de tanto a tanto, o autor fulano de tal, ele relatou isso, isso, isso, destaca-se isso como você, e sempre usando como você poderia? O que você poderia? Entendeu? A gente ria muito no momento de fazer o livro que dizia assim, o que você acha que o autor estava pensando quando, era sempre essa palavra, como você que o autor estava pensando quando ele fez o livro? A gente não vai poder fazer isso, eu sei lá! Eu não vivi a época! Eu não sei o que o autor estava pensando será que ele não era um mercenário, de repente está pensando coisas loucas e deixar que o aluno, não! Vamos trabalhar não em uma história fictícia, mas mostrando que o documento está ali, e isso demorou⁵¹⁶.

Para os professores de História o uso de variadas fontes históricas apresentava um novo dinamismo para a disciplina Estudos Amazônicos. Para o contexto dos anos 1990 era um aspecto bastante inovador, haja vista que, a literatura didática de História ainda não tinha um olhar sobre o potencial, que deveria ser dado ao se utilizar fontes históricas em sala de aula. Diferente do que ocorria com o livro da professora Violeta Loureiro (2000)⁵¹⁷, ela possui outra narrativa didática para a disciplina Estudos Amazônicos, o seu recorte temporal evidencia isto,

Porque é uma disciplina que você não tem como estudar a Amazônia desde o período colonial e ainda mesclar temas de meio ambiente, temas de História dentro de um único programa. Tinha que selecionar itens importantes, então os itens que foram considerados importantes pegava basicamente o século XX. Então, a ênfase foi no século XX e alguns temas ligados ao meio ambiente, mas a questão ambiental amazônica foi se agravando e a repercussão do que vinha acontecendo e do que vem acontecendo com a Amazônia e tão grande, no mundo e no Brasil, que acabou exigindo a elaboração de dois livros.⁵¹⁸

A professora Violeta Loureiro (2000) apesar de construir cronologicamente os temas abordados dentro de uma perspectiva temporal, focando nas ações do Estado sobre a

⁵¹⁶ Entrevista de Edilena Sousa concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

⁵¹⁷ A perspectiva abordada pelos dois autores de História da Amazônia, tem como pano de fundo a relação sociedade e natureza, pode ser visualizada na capa dos materiais didáticos produzidos por Loureiro (2000). A capa do primeiro volume evidencia a região amazônica a partir da floresta e dos rios para entender as peculiaridades da natureza. A capa do segundo volume apresenta uma pintura corporal feita no corpo de uma criança indígena, ela quer demarcar ao longo de sua narrativa a crítica ao modelo de desenvolvimento, que teve perdas e danos tanto para a floresta amazônica como para as sociedades indígenas.

⁵¹⁸ Entrevista de Violeta Loureiro concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

região amazônica, que ocasionaram uma história de perdas e danos ao longo dos séculos de conquista (LOUREIRO, 2002, p. 107). Havia a necessidade de colocar em evidência as urgências do presente, ela admite que os acontecimentos recentes da Amazônia são mais importantes que sua historicidade. Como se a história das cidades amazônicas ao longo dos séculos de colonização não estivessem presente nas praças, nas ruas, nos monumentos, nos nomes de placas de ruas etc. A História está em todo o lugar, e por isso, precisa ser contada, problematizada e pensada.

A perspectiva social e econômica acaba se sobressaindo no livro de Loureiro (2000), diante de uma narrativa que ela considerava como ultrapassada didaticamente, como podemos perceber na apresentação do seu livro. Ela desconhece o papel do ensino de história para a formação da cidadania, e a discussão em torno da relação passado-presente para a sociedade amazônica, vivenciado no final dos anos 1990.

O livro lançado em 2000 tem sua marca dentro da cultura escolar no Estado do Pará, a professora Violeta Loureiro possuía um papel de agente de Estado, ela fazia parte do grupo político que durante os anos 1995 a 2002, pensam a discussão educacional no estado do Pará. A evidência para esta tomada de decisão reflete-se no seu lugar social, ela era diretora de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Pará, quando seu cônjuge se torna Secretário de Educação neste momento, durante a gestão do ex-governador Almir Gabriel (1932-2013)⁵¹⁹. A professora Violeta Loureiro também participava como conselheira dos debates em torno da educação no Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA). Portanto, ela transitava em diversos espaços dentro do cenário político e educacional paraense. Seja na Universidade Federal do Pará (UFPA), seja no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), seja na Secretaria de Estado de Educação na função de diretora de ensino, seja como conselheira do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA).

No estado do Pará configurou-se uma disputa pelo currículo desta disciplina regional materializado pelos livros didáticos. A questão da interdisciplinaridade é um aspecto interessante a ser levado em consideração quando se fala da disciplina regional Estudos Amazônicos. Podemos trabalhar diversos temas amazônicos dentro do currículo escolar,

⁵¹⁹ Almir José de Oliveira Gabriel foi um médico e político brasileiro. Entre outros cargos, foi prefeito de Belém, senador e governador do Estado do Pará. No período de 1995 a 2002 ele foi governador do Estado do Pará pelo PSDB.

A interdisciplinaridade abre um leque de raciocínio para as pessoas que é verdadeiramente fantástico, entende? Nada como um estudo interdisciplinar. Hoje em dia as ciências está mais do que claro, que você não pode estudar a sociedade sem estudar a natureza, você não pode estudar a natureza sem estudar a ação do homem sobre a natureza, há sempre uma interdisciplinaridade, uma coisa preciosa⁵²⁰.

O livro didático produzido pelos professores de História da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), apresenta sua narrativa didática pautada no conhecimento histórico acadêmico, eles acabam adquirindo na graduação em História feita no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A entrevista⁵²¹ do professor William Junior demonstra um pouco essa relação,

Não, ele já escrevia alguma coisa em Português, ela já falava e já escrevia alguma coisa, então 95% é o trabalho dele, eu venho como um revisor pedagógico, do Português, da questão histórica, como eu poderia dizer, da metodologia, da questão das referências, o trabalho dele consistia assim, eu vou escrever sobre a Cabanagem quem é o especialista em Belém? Sobre Cabanagem nas universidades federais? Eu vou conversar com o especialista! Eu vou pegar a obra do especialista! Quais são os grandes clássicos sobre a Cabanagem? Eu vou atrás desses clássicos sobre a Cabanagem⁵²².

A fonte de pesquisa para a construção do livro didático de *História do Pará* era o essencial, para a escrita desta narrativa didática sobre os Estudos Amazônicos. Os pesquisadores queriam apresentar uma legitimidade acadêmica ao livro que estava sendo escrito para uso em sala de aula. O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) tornou-se uma peça-chave fundamental dentro desse processo,

O Goeldi tem uma biblioteca que fica ali perto da UFRA, uma biblioteca fantástica eu não o acompanhei nessa biblioteca, mas ele trabalhou lá, porque era assim ele ficava 20 dias fazendo a pesquisa, quando ele já tinha o texto ou o esboço do texto, aí eu entrava ele dizia eu já fiz isso assim, já tinha 3 a 4 capítulos, aí nós sentávamos e íamos para a sintonia fina, põe isso, tira isso, tá com excesso, está compreensível o que você, aqui não está, isso aqui é, mas e não mais⁵²³.

CONCLUSÃO

⁵²⁰ Entrevista de Violeta Loureiro concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

⁵²¹ Parte do debate apresentado neste artigo são proveniente das entrevistas feitas para a escrita da dissertação de mestrado intitulada “*Contando a História do Pará: a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e seus livros didáticos (1990-2000)*” que foi defendido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2016.

⁵²² Entrevista de William Júnior concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

⁵²³ Entrevista de William Júnior concedida a Davison Hugo Rocha Alves, 2015.

Recontar a história desta disciplina escolar a partir de seus materiais didáticos, ele foi o foco das reflexões deste texto. Percebemos que 23 anos depois dos debates ocorridos no interior da Secretaria do Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), bem como no Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) lançam luz sobre o movimento regionalista que teve destaque no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 neste Estado. É um processo recente, ou seja, não tão distante dos eventos que estamos analisando, mas que demonstra a importância de debater os temas amazônicos no contexto atual.

No momento em que as sociedades indígenas lutam por seus direitos, a questão da terra e de manter as suas tradições e costumes, tem-se o dever de memória conhecer a nossa historicidade, tanto para os amazônidas como para os brasileiros sobre suas necessidades. A disciplina Estudos Amazônicos tem ligações com o tempo presente, mas também tem sua relação com o passado, destas sociedades que viveram neste ambiente, ela tem a função social de construir uma leitura para esta historicidade de lutas, de resistência, de adesões ou não ao projeto de poder instituído. A disciplina Estudos Amazônicos não pode ser uma camisa de força com discussões, com conceitos impostos por determinada área de conhecimento.

Diante dos desafios postos a esta disciplina regional, a discussão sobre a Amazônia não fique restrito aos noticiários negativos, nas matérias jornalísticas sempre vendo as questões de desmatamento, de queimadas e dos conflitos agrários o centro de discussões de forma (inter)nacional. Eles são debates importantes, mas a disciplina não é somente isso. A disciplina Estudos Amazônicos não pode ficar dentro dos espaços escolares servindo de moeda de troca dentro dos sistemas de ensino. As perspectivas são para que a Secretaria de Estado de Educação ou as prefeituras municipais, construam uma política educacional de formação de professores, voltados para debater as relações sociais existentes no espaço amazônico. Os professores da disciplina Estudos Amazônicos precisam fazer as conexões entre o local, nacional e o global. Há uma necessidade urgente de repensar os modelos enraizados de colonização para o espaço amazônico. Portanto, esta disciplina regional tem um papel fundamental.

FONTES

PARÁ. *Estudos e problemas amazônicos: História Social e Econômica e temas especiais*. SEDUC/IDESP, 1989.

PARÁ. *Orientações para a implementação e estruturação do modelo curricular para o ensino fundamental a partir de 1999, com base nas novas diretrizes para o ensino fundamental (MEC e Conselho Nacional de Educação)*. Belém: SEDUC, 1999.

PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem*. Belém: SEDUC, 1998a.

PROST, Gerard. *História do Pará: do período da borracha aos dias atuais*. Belém: SEDUC, 1998b.

LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: Meio Ambiente*. Belém: editora CEJUP, 2000a.

LOUREIRO, Violeta. *História e Análise de Problemas*. Belém: editora CEJUP, 2000b.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Davison. *Contando a História do Pará: a História da disciplina 'Estudos Amazônicos e seus livros didáticos*. Dissertação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

BITTENCOURT, Circe. *Disciplinas Escolares: História e Pesquisa*. Oliveira, Marcus; Ranzi, Serlei (org.). *História das disciplinas escolares: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudo CDAPH, Série Historiografia).

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. (lei nº 9.394/1996).

BRASIL.. *Parâmetros Curriculares Nacionais: uma introdução*. Brasília: MEC, 1997.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1995.

BARROS, Gabriel. *A disciplina de estudos amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental : uma experiência no município de Marabá-PA*. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.

CHERVEL, André. *História das Disciplinas Escolares. Teoria e Educação*. n. 2. p. 177-229, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Rio de Janeiro: editora companhia das letras, 1998.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: editorial Presença Ltda, 1989.

LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. Revista Estudos Avançados, nº 16, volume 45, 2002.

MARIN, Rosa. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia nos séculos XIX e XX*. Papers do NAEA, nº 170, Belém, 2004.

O Programa Nacional Do Livro Didático: As Diferentes Vozes E Sujeitos No Interior Do Processo

Diego Deziderio
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

INTRODUÇÃO

Em seu formato atual, o PNLD é uma política pública de incentivo à produção e qualificação de materiais didáticos, destinada a estimular a discussão e participação de professores na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras, nos níveis fundamental e médio. Esta política educacional é implementada pelo Governo Federal através de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica (SEB) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Entre os maiores programas mundiais em distribuição gratuita de materiais educativos, o PNLD visa avaliar e selecionar livros de várias disciplinas como Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, dicionários linguísticos para que possam ser utilizados por alunos e professores da rede pública de ensino em âmbito municipal e estadual.

Nos últimos anos o PNLD tem sido objeto de diversos estudos, dentre os quais podemos destacar a relação do Estado com o mercado editorial, o saber histórico no processo de avaliação e também sobre o processo de escolha dos livros pelos professores entre outras.⁵²⁴ Mesmo com uma vasta gama de pesquisas que procuram demonstrar o seu interior e sua importância, o programa tem sido alvo de diversas críticas que demonstram desconhecimento sobre a complexa natureza do programa, os diversos atores envolvidos em seus processos de avaliação, assim como os diversos

⁵²⁴Dentre as pesquisas que procuram evidenciar diversos aspectos do PNLD podemos destacar os trabalhos de Célia Cassiano, que procurou em sua tese de doutorado trabalhar a criação do PNLD e as mudanças ocorridas no mercado editorial brasileiro no final do século XX e início do XXI, o trabalho de mestrado de Fabiana Almeida que buscou analisar o acervo de livros didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional de Livro Didático 2011, a fim de perceber como a distinção entre os campos de saber da Memória e da História é evidenciada e teorizada pelos autores no interior dos livros didáticos de História; Yara Alvim que trabalhou o processo de avaliação de livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) dos anos de 2005 e de 2008 a partir dos elementos que perpassam sua complexidade e especificidade no interior de um esforço de reflexão em torno do procedimento histórico e sua epistemologia. Os trabalhos do LABEPEH (Laboratórios de Ensino de História/UFGM), Coordenado por Lana Siman e Júnia Sales, onde buscam trabalhar o processo de escolha do livro didático pelos professores de ensino fundamental em Minas Gerais, entre outros trabalhos de mesma relevância.

sujeitos que se encontram no seu interior, de maneira que nunca são dimensionadas as múltiplas vozes inseridas, bem como a dimensão acadêmica que se realiza por detrás deste processo (ALVIM; MIRANDA, 2013: 386).

Para pensarmos a formulação dos documentos que tornam público o PNLD é necessário que entendamos que estes possuem sujeitos como o Estado, os avaliadores, os editores, os autores, os movimentos sociais e os professores. Dessa forma buscaremos aqui situar alguns deles. Para isso, vejamos como atualmente ocorre o funcionamento do PNLD em suas etapas ou fases, que são:

- Elaboração de Edital de Convocação
- Inscrição
- Triagem
- Pré-análise
- Avaliação pedagógica
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos e encaminhamento para as escolas
- Escolha das obras pelas escolas
- Negociação, por parte do FNDE, com as editoras
- Produção e distribuição das obras

Todo o processo se inicia com a elaboração do edital de convocação pela comissão técnica do MEC. Essa comissão segue a seguinte composição: é presidida por um membro da Comissão Geral de Materiais Didáticos (COGEAM), e seus outros membros são um especialista de cada área de conhecimento. Reconstituída a cada processo que se inicia, essa equipe é responsável por conferir uniformidade aos editais de convocação, em conformidade com o decreto nº 7.084.

DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010.

(Publicado no Diário Oficial de 27 de janeiro de 2010, Seção 1 – Edição Extra, pág. 3)

Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 11 O Ministério da Educação constituirá comissão técnica integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de:

I - subsidiar a elaboração do edital de convocação, inclusive na definição dos critérios para a avaliação pedagógica e seleção das obras;

II - apoiar o processo de pré-análise;

III - orientar e supervisionar o processo de avaliação e seleção; e

IV - assessorar aquele Ministério nos temas afetos ao PNLD e ao PNBE.

A comissão técnica é formada por especialistas altamente capacitados que são os responsáveis pela primeira voz nesse processo que é tão polifônico. De acordo com Margarida Dias de Oliveira⁵²⁵,

Os professores que eram chamados para participar da comissão técnica, na maioria professores universitários com grande experiência de formação de professores, muitos deles com muita experiência de sala de aula, em ensino fundamental e médio, anterior a serem professores universitários, com trabalhos diversificados na área de formação de professores, às vezes em políticas públicas, sejam estaduais, municipais e federais, programas diversos de formação de professores e de tecnologias, então essa é uma voz bastante especializada (2015, p. 01).

Nas palavras de Sonia Regina Miranda⁵²⁶,

A comissão técnica é um grupo de pessoas, que tem por função ser a voz do ministério, a voz e os ouvidos do Ministério da Educação, como uma instância mesmo de proteção do Ministério da Educação, porque, se o Ministério da Educação vai gastar dinheiro público comprando livros didáticos, esse dinheiro público não pode ser mal gasto, ele não pode ser gasto com livros que comprometam gravemente a possibilidade do trabalho pedagógico, e o Ministério da Educação ele não tem no interior dos seus quadros pessoas que sejam capazes de fazer esse filtro para todas as áreas, então ele convida intelectuais de diversas áreas do conhecimento e esses grupos, são grupos plurais, não são grupos que pensem da mesma maneira, não são grupos que operam com as mesmas epistemologias, com os mesmo campos, são grupos de pessoas diferentes, que se reúnem com a tarefa de estabelecer um macro olhar sobre o que são os critérios essenciais que devem pautar essa medida de proteção ao Ministério da Educação em cada edital, então a função da comissão técnica é essa, é ser um anteparo para o ministério da educação em relação ao cuidado com o processo de avaliação (2015, p. 2).

A comissão técnica é responsável por estabelecer todos os critérios, técnicos e acadêmicos, dos editais de convocação. O processo de elaboração do edital é algo amplamente discutido de forma que os sujeitos envolvidos na comissão a partir de suas

⁵²⁵ Margarida Dias de Oliveira é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuou como representante da área de História na comissão técnica dos PNLD 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014, exercendo a função de comissão técnica durante 10 anos. Tem uma longa trajetória no campo do ensino da história com foco a formação de professores. Ainda em circunstâncias públicas participou da elaboração das orientações curriculares para o Ensino Médio - Conhecimentos de História no ano de 2008.

⁵²⁶ Sonia Regina Miranda é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atuou como representante da área de História comissão técnica do PNLD 2005 e como coordenação da área de história do PNLD 2011. Sonia Miranda tem uma vasta experiência atuando com formação de professores, anteriormente ao PNLD, atuou no sistema de avaliação de Minas Gerais no início dos anos 2000.

condições de intelectuais, das experiências anteriores e das memórias sobre o programa constituem apreciações sobre ele.

O MEC manteve a preocupação de preservar uma memória do programa de forma que ao longo dos anos conservou e realocou alguns intelectuais no PNLD, de maneira que pessoas que participaram de um processo em determinada posição em outros processos exerceram funções diferentes. Exemplo de permanência nos processos por nos investigados a professora, Margarida Dias de Oliveira esteve como Comissão Técnica da área de história nos PLND, 2008, 2011, e 2014, exemplo de alternância a professora Sonia Regina Miranda esteve como Comissão Técnica da área de história no PNLD 2005 e como Coordenadora da Área de história no PNLD 2011⁵²⁷. Essa manutenção de equipe, de maneira alternada ou permanente, serviu para preservar uma memória dos processos e num programa que é contínuo, a memória é muito importante, porque vão traduzindo as experiências em ações, permitindo aos editais um ganho de complexidade a cada edição.

De acordo com Maria Inês Stamatto⁵²⁸,

A comissão de elaboração dos editais parte das experiências anteriores, havendo várias reuniões preparatórias em que se discutem problemas surgidos anteriormente, as inovações que se buscam incorporar, os avanços das respectivas áreas do conhecimento e a adequação a legislação vigente. O texto passa por diversas revisões e aprovação em instâncias do MEC, até a assinatura do presidente do FNDE e do Secretário da Educação Básica, quando, então, é publicado (2015, p. 02).

Além de ser responsável por conferir uniformidade aos editais, a comissão técnica também é o vínculo entre o sistema de avaliação e as políticas educacionais no interior do PNLD. Outro papel importante é o de interlocução como eco de demandas variadas em torno da melhoria do programa, como as advindas dos movimentos sociais, do mercado editorial e entidades científicas.

Nas palavras de Margarida de Oliveira,

As demandas chegavam, sobretudo via gabinete do ministro, demandas do congresso, de deputados e senadores e também dos movimentos sociais, essas vozes chegavam até nos, a comissão. A Secretaria de Educação

⁵²⁷ Outros exemplos de permanência e alternância respectivamente são as professoras Maria Inês Stamatto, que esteve como Coordenadora de Área de história nos PNLD 2008 e 2014 e a professora Tania Regina de Luca, que esteve como Coordenação de Área de história no PNLD 2005 e Coordenadora Adjunta no PNLD 2011.

⁵²⁸ Maria Inês Sucupira Stamatto é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuou como coordenação pedagógica da área de história dos PNLD 2008, 2010, 2013, 2014 e 2015.

continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão a SECADI⁵²⁹, é uma voz importante de interlocução, conosco e com a COGEAM e ela trazia muitos dos movimentos sociais. Editores e autores de livros didáticos, eles fazem visitas, interlocuções constantes ao Ministério da Educação, acho que é esse o grupo mais poderoso e que faz mais intervenção, até mais do que quem a gente gostaria que fizesse, que seria as entidades científicas. As nossas entidades, infelizmente, essa é a minha avaliação, elas estão sempre indo para fazer a crítica posterior, ela nunca faz a proposição. Os autores e editores, eles vão na proposição, aí eles ganham um espaço, que a gente perde. Aí eu falando como professora, como militante da ANPUH, por exemplo. Então, isso é uma coisa que eu tenho falado na ANPUH e eu acho que não fui compreendida ainda e tal, mas a gente não tem um papel pró ativo, a gente não diz o que a gente quer, a gente só vai depois, isso tá errado! Claro que esse é um papel importante nosso, mas tentar remodelar um negócio depois que a coisa já tá feita é mais complicado, seria importante se a gente estivesse dizendo o que a gente gostaria. Então assim, quem vê de fora, vê isso como uma voz muito uníssona e não é, há um jogo, há uma disputa muito forte até a gente chegar a cada edição do programa (2015, p. 01).

A preocupação das editoras com o PNLD se dá porque, segundo dados da Câmara Brasileira de Livros (CLB)⁵³⁰, hoje no mercado editorial brasileiro o segmento dos didáticos é o mais rentável do setor, um mercado que movimentou mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição e distribuição de obras didáticas nos últimos três anos, com influências até no mercado particular.⁵³¹

Ainda sobre o trabalho de interlocução de diversas vozes da comissão técnica, Margarida Dias de Oliveira continua,

Nosso trabalho era sempre fruto de muitas discussões, tínhamos reuniões regulares, as vezes de 2 dias, as vezes de 3 dias, em que nós discutíamos o que nós iríamos fazer a partir de exatamente todas as demandas que chegavam. Olha, o congresso fez uma discussão sobre isso e isso de livro didático, olha tal movimento social trouxe essa demanda, os editores pediram esse esclarecimento, então todas essas vozes chegavam pra gente né, nós mesmos membros de universidades e enquanto pesquisadores sobre a temática sabíamos o que a comunidade acadêmica estava dizendo sobre, então nós fazíamos essas discussões e posterior a essas discussões nós fazíamos, elaborávamos os editais (2015, p. 02).

No que se refere, especificamente, à elaboração dos editais podemos observar um movimento por parte dos intelectuais que compõem a comissão de tentar atribuir vozes a diferentes atores. Nesse caso, podemos constatar a participação de agentes

⁵²⁹ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) é uma importante via entre o PNLD e os movimentos sociais, sendo muitas vezes o principal canal entre o movimento social negro e o programa.

⁵³⁰ Fonte : <http://www.cbl.org.br/telas/busca/Default.aspx?txt=pnld>

⁵³¹ De acordo com Marcelo S. Pereira da Silva, a aprovação ou reprovação de uma coleção no PNLD traz consequências para o desempenho da mesma no mercado particular, pois muitas escolas particulares substituem o livro se ele não consta na lista de obras aprovadas pelo MEC. Nesse sentido, os livros bem avaliados acabam apresentando um bom desempenho no mercado particular (Silva, 2008: 18).

diversos para o delineamento e composição dos editais através das demandas advindas de instancias diversas.

Depois dos editais de convocação prontos, o próximo passo é a inscrição das editoras para participar do edital aberto pelo MEC, momento em que essas irão submeter seus livros para análise. Com o intuito de garantir a qualidade do livro como mercadoria apta a ser adquirida pelo MEC, o documento estabelece, em detalhes, as regras para a inscrição do livro didático, desde as especificações técnicas, como a gramatura do papel, tipo de encadernação etc., até o conteúdo a ser apresentado nas coleções didáticas.

Na etapa seguinte ocorre a triagem e a avaliação dos livros recebidos pelo MEC, que os encaminha para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT), para avaliação da qualidade técnica da publicação. Em seguida, os livros selecionados são encaminhados à SEB, órgão responsável pela avaliação pedagógica. Atendidas as etapas iniciais, a SEB convida universidades públicas para analisar os livros didáticos, considerando a especificidade de cada área do conhecimento.

Fechado o convênio com a universidade, a SEB envia para a mesma as coleções, sempre descaracterizadas. Começa então a formação da equipe de avaliadores e o seu treinamento, passo essencial para afinar a equipe que participará do processo de avaliação do material a ser excluído ou recomendado. A avaliação é realizada por uma equipe de especialistas de cada área, esta equipe fica responsável por verificar se os livros estão infringindo algum dos critérios explicitados pelo edital de convocação. Como destacam as autoras Sonia Miranda e Tania de Luca, a instauração de uma comissão de avaliação de livros didáticos implicou um intenso e dinâmico movimento do mercado editorial que, diante dos critérios de avaliação, passaram a reajustar os conteúdos de suas coleções a fim de garantir sua aprovação e, conseqüentemente, a garantia da compra pelo Estado (MIRANDA; LUCA, 2004: 128).

A composição do grupo de avaliadores é feita cuidadosamente seguindo os critérios que foram estipulados pelo decreto nº 7.084,

Art. 14 A avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições de educação superior públicas, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, a partir das especificações e critérios fixados no edital correspondente.

§ 1º **Para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas constituirão equipes formadas por professores do seu**

quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino.

§ 2º Os integrantes das equipes avaliadoras firmarão termo declarando não prestarem pessoalmente serviço ou consultoria e, ainda, não possuírem cônjuge ou parente até o terceiro grau entre os titulares de direito autoral ou de edição inscritos no processo, ou qualquer outra situação que configure impedimento ou conflito de interesse. (Grifo Nosso).

A “guerra” pelo mercado editorial que é tão lucrativo acaba originando denúncias de que a escolha dos avaliadores poderia ser tendenciosa, unidirecional a serviço das grandes editoras. E com o decreto de nº 7.084, torna-se público parte do processo de escolha, ficando clara a impossibilidade da relação dos avaliadores com os autores e editoras.

De acordo com Margarida Oliveira (2015, p. 05), “o decreto institucionalizou uma série de práticas que nós da comissão técnica já vínhamos fazendo, nós participamos ativamente da construção desse decreto e nesse decreto nós colocamos uma série de ações que já estávamos pondo em prática nas avaliações”, continuando, a professora relata,

Nós garantíamos a presença da diversidade regional, não pode ter um equipe que só tenha pessoas de 2, 3 estados, então você tem que ter gente de preferência de todo o país, no mínimo, no mínimo de todas as regiões e em todos os níveis da carreira, tanto da educação básica, quanto do ensino superior né e aí de acordo com a especificidade das disciplinas, a gente procurava fazer, garantir esse trabalho, por exemplo, em história a gente sempre procurou formar equipes que fossem especialistas em história, então que conhecessem história antiga, medieval, moderna, contemporânea, Brasil e também do ensino de história, porque essa é uma área hoje consolidada, que tem teóricos específicos, que bibliografia específica, tem uma série de coisas (2015, p. 05).

Protagonistas do processo de avaliação, os avaliadores assumiram um papel central no cenário diversificado e plural do PNLD. E com a promulgação do decreto nº 7.084, se estabelece a transparência e critérios de definição destes avaliadores. Nas palavras de Sonia Miranda,

Os avaliadores são sujeitos que emergem de contextos acadêmicos, então são contextos acadêmicos que propiciam a projeção de pessoas, algumas coisas são cuidadas, primeiro as equipes geralmente buscam pessoas de todas as regiões brasileiras né. Tem se a perspectiva e o MEC tem sempre a expectativa de que a equipe de avaliador seja uma equipe que expresse a diversidade do território brasileiro e pluralidade cultural do Brasil, segundo as equipes de avaliadores, elas normalmente tem a ver com sujeitos que tem alguma inserção acadêmica sobre tudo especialmente nas redes públicas, nas faculdades públicas, são normalmente sujeitos ou são formadores de

professores ou que de alguma maneira passaram pela esfera da formação de professores seja porque fizeram mestrado, seja porque fizeram uma especialização, ou seja, são indicações que dependem por tanto de rede de sociabilidade e essas redes de sociabilidade elas são práticas sociais, elas são relações acadêmicas que você vai estabelecendo né, ao mesmo tempo eu, por exemplo, acredito na ideia de que você tem sempre que tentar mesclar a cada processo pessoas que tenham alguma experiência com processo de avaliação e pessoas novas pra que você vá oxigenando o processo e mais do que isso, pra que você forme novos sujeitos, porque esses programas são programas que formam pessoas (2015, p. 07)

Após o processo de escolha do grupo e de treinamento dos avaliadores, começa então o processo de avaliação dos livros, seguindo os critérios estabelecidos no edital, transportados para a ficha de avaliação. Os avaliadores trabalham no sistema de duplo cego, ou seja, dois avaliadores avaliam uma obra, sendo que um não conhece quem é o outro, até determinado momento em que estes se encontram para conhecer a posição do outro e o diálogo entre os dois possibilite a construção de um consenso em relação àquela obra.

A partir das fichas consolidadas elaboradas pela dupla de avaliadores que analisaram a coleção, vai ser gerado um parecer de reprovação ou de aprovação. Este movimento é finalizado com a construção das resenhas das obras aprovadas que estarão presentes no guia do PNLD. Estes documentos são os produtos finais do processo de avaliação dos livros didáticos inscritos no programa, estando neles presentes as apreciações oficiais sobre determinada obra didática.

Concluído o processo de avaliação, em sequência tem início a confecção do Guia do PNLD. De acordo com Tania de Luca⁵³² (2015, p.06) a elaboração do Guia é coletiva, pois “o guia é lido pela coordenação de área, pelo professor que representa o MEC, pelos técnicos do MEC, portanto, é um texto coletivo, que não tem propriamente autoria e que vinha sendo modificado no decorrer do processo”. Relata também que o MEC acompanha todas as etapas do processo, desde a elaboração do edital até a leitura final do guia.

O Guia é um material público, destinado a informar aos professores acerca do universo de livros didáticos aprovados a cada edição do PNLD, além de auxiliá-los na

⁵³² Tania Regina de Luca é professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), atuou como coordenação pedagógica de área de história no PNLD 2005 e coordenadora Adjunta no PNLD 2011. Possui uma longa e reconhecida trajetória no campo da história tendo atuado em circunstâncias públicas anteriores ao PNLD, como membro de comissão verificadora designada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Secretaria de Educação Superior (SESu), nos anos 2000 e consultora da área de história para a análise de recursos da avaliação trienal dos programas de pós-graduação stricto sensu a (CAPES), no ano de 2002.

escolha dos livros didáticos disponíveis para adoção nas suas respectivas escolas. No Guia do livro didático estão presentes as obras consideradas adequadas pelos pareceristas do PNLD, em conformidade com o edital e com os parâmetros mínimos exigidos para promoção do ensino-aprendizagem em cada área de conhecimento. As obras com erros graves (equivocos conceituais, reprodução de preconceitos, desatualizações, não respeito à legislação etc) são reprovadas, portanto, excluídas do Guia.

O Guia do livro didático é publicado pelo FNDE em seu portal eletrônico e em material impresso. Esse material é enviado às escolas cadastradas no Censo Escolar para que professores e equipe pedagógica procedam à análise das resenhas das coleções para selecionar as que melhor atendem ao projeto político-pedagógico da escola, ao aluno e professor, e à realidade sociocultural das instituições. Após esse processo, a escola deve apresentar a escolha e fazer o pedido de duas obras para cada ano e disciplina.

E é justamente nessa etapa final, mais próxima à escolha, compra e com a distribuição dos livros que estão as maiores críticas ao programa, como a de que o professor escolhe um livro e não o recebe. Essa é uma questão que não é da alçada do MEC, e sim do FNDE. Ou seja, da logística do processo de compra e distribuição.

De acordo com Tatiane Feitosa de Brito, o percentual de escolas que deixam de enviar suas opções ao FNDE é da ordem de 20%, a autora justifica que uma das principais razões desse elevado índice é exatamente o desgaste e desencanto causado pelo fato recorrente de suas escolhas não serem contempladas (BRITTO, 2011, p. 08).

Margarida Oliveira ressalta que,

Essa é uma questão bastante complexa, que não tem só a ver com o FNDE, por exemplo, um dos grandes problemas das secretarias de educação, toda secretaria de educação seja estadual, seja municipal, ela tem um técnico do livro didático, esse técnico é o responsável e há também uma reserva técnica, o que é uma reserva técnica? Todo livro, ele é comprado sempre em relação ao senso do ano anterior, eles compram uma quantidade a mais já prevendo a nova entrada de aluno, o que acontece é que algumas secretarias acham por bem fazer com que todas as escolas escolham um único livro porque quando há mobilidade dos alunos, você tem como repor o livro na escola, isto do ponto de vista de ter o material é importante, mas nem sempre o professor é informado sobre isso, então essa é uma decisão que passa pelo diretor da escola junto seja com as regionais do ensino, com as diretorias ou com a própria secretaria, então o professor culpa o Ministério da Educação por uma coisa que na realidade quem escolheu foi a escola, então se a escola, veja eu não estou criticando a forma que a escola tá operando, isso é autonomia da escola, mas isso tem que ser informado ao professor (2015, p. 07).

Apesar de todo o trabalho, que ocorre durante todo o processo de avaliação, com o objetivo de poder dar possibilidades distintas de escolha no guia para o professor na escola, a não garantia de que receberá a obra que selecionou, acaba levando a uma situação onde o professor recebe um livro que não queria, e acaba não trabalhando com aquele livro. O aluno termina sem ter o livro, o que compromete o objetivo inicial do programa que é de garantir material didático aos alunos da rede pública.

O debate polarizado em torno do PNLD muitas vezes traz posicionamentos que desqualificam e suspeitam da legitimidade do programa. Então, o que procuramos evidenciar aqui é a natureza e a complexidade do programa e de um processo em que diversos atores e vozes estão envolvidos direta ou indiretamente. O sistema de avaliação de livros didáticos realizado pelo PNLD integra o campo de uma política pública educacional mais ampla e, neste sentido, está atravessada pelos diferentes agentes, delineamentos e demandas próprias que se concretizam enquanto eco de reivindicações variadas em torno da melhoria da qualidade do livro didático. O nosso interesse em situar o contexto em que tais sujeitos realizam o processo de avaliação é justamente para demonstrar que os documentos que dão publicidade ao PNLD não são portadores de uma única voz e sim integram um processo polifônico.

Fontes Oraís: entrevistas

BEZERRA, Holien Gonçalves. Entrevista concedida as professoras Ângela de Castro Gomes e Tania Regina de Luca, 2013, e publicada na Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 177-210 – 2013.

DIAS, Margarida de Oliveira. Entrevista concedida a Diego Deziderio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015. 08 p.

GOMES, Ângela de Castro; LUCA, Tania Regina de. Entrevista feita com o professor Holien Gonçalves Bezerra. Revista história hoje, v. 2, nº 4, 2013, p. 177-210.

LUCA, Tania Regina. Entrevista concedida a Diego Deziderio. Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2015. 06 p.

MIRANDA, Sonia Regina. Entrevista concedida a Diego Deziderio. São Gonçalo, 27 de janeiro de 2015. 11 p.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Entrevista concedida a Diego Deziderio. São Gonçalo, 12 de julho de 2015. 05 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. História e memória nos limites do (in)visível: reflexões do saber histórico escolar nos livros didáticos de história. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

ALVIM, Y.C. O livro didático na batalha de ideias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNLD. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

BASTOS, Élide Rugáí. Intelectuais e Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da qualidade: PNLD História –1996-2004. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão (org.), Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria. Livro Didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1993.

_____. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. (Org.) O ensino de História e a criação do fato. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BOMENY, Helena. (org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto-Lei nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRITTO, Tatiane F. O Livro Didático, o Mercado Editorial. Brasília, DF: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011.

CAIMI, Flávia E. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). O livro didático e o currículo de história em transição. Passo Fundo: EDIUEP, 1999.

CASSIANO, Celia C. F. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007). Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP, 2007.

CERRI, Luís Fernando; FERREIRA, Ângela Ribeiro. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (Orgs.). O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal, EDUFRRN, 2007.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984). Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

GATTI Jr., Décio. Estado, currículo e livro didático de história no Brasil (1988-2007). In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (Orgs.). O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal, EDUFRRN, 2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 70, p. 159-170, Abr. 2000.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 48, p. 123-144, Jul/ Dez. 2004,

_____; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. Educar em Revista, Curitiba, n. 46, p. 259-283, Out/ Dez. 2012.

_____; ALVIM, Yara C. Livros na batalha de ideias: a sedução da verdade no debate público em torno dos livros didáticos de história. In: GALZERANI, Maria Carolina B.; BUENO, João B. G.; JÚNIOR, Arnaldo Pinto. (Orgs.). Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história. São Paulo: Paco Editora, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice A. B., REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. O programa nacional do livro didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, Maria Carolina B.; BUENO, João B. G.; JÚNIOR, Arnaldo Pinto. (Orgs.). Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história. São Paulo: Paco Editora, 2013.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Pronunciamento na Audiência Pública no Senado Federal sobre o Programa Nacional do Livro Didático. Brasília, MEC: 2008.

MESA 5

Território, Identidades e Representações 3

DEBATEDORES:

Ana Paula Barcelos (UERJ/FFP)

Jefferson Almeida (Puc-Rio)

Correo Del Orinoco: opinião pública, nação e revolução em debate

Monique Santana De Oliveira Sousa
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

O que, no mundo, não se deixa revolucionar? E o que, em nossa época, não está submetido a efeitos revolucionários? Essas indagações nos remetem a uma constatação que é parte integrante da modernidade. Se foi possível caracterizarmos a história moderna [neuzeitliche Geschichte] como uma era da revolução, a qual ainda não chegou ao fim, é porque a essas formulações subjaz uma determinada experiência imediata. É típico dessa experiência que ela se deixe submeter ao conceito de revolução mais do que se poderia eventualmente supor. O conceito de “revolução” é um produto linguístico da nossa modernidade. [...] (KOSELLECK, 2006, 62)

O processo de independência dos países que formam hoje a América Latina foi, para além das guerras físicas, uma revolução das letras. A questão da guerra servia como motor para as ideias de revolução, de maneira a ilustrar uma inquietação comum – em prol do patriotismo e liberdade – sendo, portanto, elementos persuasivos para a independência e era a imprensa o palco, o espaço, o território onde essas questões eram enfatizadas.

A partir do século XVII, este movimento passou a conhecer gradativa qualificação de caráter político, referente às ocorrências (logo pensadas ciclicamente) das constituições políticas; mas foi somente com a Revolução Francesa de 1789 que o termo passou a descrever simultaneamente o movimento cíclico das coisas (mesmo as políticas) e o movimento até então inédito (portanto sem nenhuma correspondência linguística) de total subversão da ordem política e social. (PIMENTA, 2003, 128)

Deve-se levar em conta que o conceito revolução é próprio da modernidade e de início, segundo a etimologia da palavra, ela significa um movimento cíclico. A ideia cíclica vem de Copérnico para explicar a rotação dos astros com *A Revolução dos corpos celestes*, porém, revolução carrega consigo uma teia de significados entre eles a revolução como sinônimo de guerra civil, motim, sublevação. Todavia, após a Revolução Francesa se move o conceito para o campo político e cria-se a imagem da revolução como uma questão universal, ou seja, que reúne diversas revoluções e alude a um processo contínuo de rupturas.

Esse novo vocabulário na linguagem política foi utilizado na guerra periódica, na consolidação de uma ideia do que viria a ser ou do que deveria ser a nação e como iriam alcançá-la. Por vezes a revolução era interpretada de maneira positiva no sentido de

quebras de paradigmas, como também era interpretada de maneira negativa como algo temível que levaria a anarquia, guerra civil e fragmentação territorial.

A imprensa do século XIX tinha função eminentemente política, batalha de palavras, retóricas e conceitos e ressignificações dos mesmos. A revolução estava, portanto, inserida no hibridismo político onde os conceitos eram formados e ressignificados em prol de uma nova linguagem política que ia ganhando espaço a partir da crítica ao Antigo Regime e do diálogo com as ideias de liberdade que se intensificaram no cenário independentista, nesse sentido a imprensa periódica se consolidava como palco das refutações de como construir uma nação, ela foi cenário e atriz principal da guerra literária no processo de formação do Estado nacional e tinha como aliada a Opinião Pública dinamizando esses espaços políticos. (GUERRA, 2002, p.282)

[...] antes que la voz de la razón, la palabra escrita es una arma que todos usan: los gobernantes y los gobernados, las elites y el pueblo, los habitantes de las ciudades y los del campo. Guerra de información y guerra de valores, guerra de propagandas y propagandas de guerra, todo el espacio americano está recorrido por una infinidad de papeles públicos y privados que vanamente los contrincantes intentan controlar.(GUERRA, 2002, 383)

Seguindo os princípios da Constituição de Cadiz (1812) as Revoluções Constitucionalistas na Espanha e em Portugal formaram uma nova conjuntura política a qual teve significativo impacto na imprensa e por consequência na Opinião Pública:

[...] o crescente número de periódicos no mundo luso- brasileiro, a partir de 1820, indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos. Propiciados pela liberdade de imprensa, desde o movimento constitucionalista de 1821, esses escritos refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias, abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação do Antigo Regime. [...] Utilizando-se principalmente de uma linguagem política, os jornais traziam à tona os novos paradigmas do liberalismo. (NEVES, 2003,36)

Diferentemente do Brasil e de Portugal na América- Hispânica a opinião pública começa a ganhar espaço aproximadamente entre 1808 a 1814, dado a crise monárquica de 1808 – o Motim de Aranjuez, uma revolta contra o rei Carlos IV em sequência o Tratado de Bayona e a ocupação do trono pelo irmão de Napoleão, José Napoleão Bonaparte o que desencadeou escritos de caráter patriótico sob a lealdade

a Fernando VII e de resistência ao então governo de Napoleão (GUERRA, 2002, 357-384) ; Nesse sentido, afluía-se o debate político e a opinião pública começava a aparecer de forma mais intensa nos panfletos, pasquins, periódicos e libelos e somava-se ainda as mudanças influenciadas pela Constituição de Cádiz, entre elas a Liberdade de Imprensa.

Desenvolvido no núcleo do debate de formação do Estado Moderno o conceito de ‘opinião pública’ passa a ser uma ferramenta e/ou fio condutor da questão nacional. Vale destacar que o conceito no século XIX, no processo de construção da América Latina, é totalmente diferente do que compreendemos atualmente, logo, se faz necessário direcioná-la a seu contexto: Inserida no período pós-absolutista, ela surge como forma de validar um direito de fala ou posição política, ou seja, ela é um termo político para a construção do espaço público (MOREL, 2008,33). Usada também como uma palavra de ordem, uma estratégia de domínio do poder dentro e fora das redes de sociabilidade para autenticar uma soberania da maioria e também com uma função pedagógica de modo a “guiar a sociedade”.

A existência da Opinião Pública é um fenômeno da época moderna: pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado, ou seja, um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, mesmo que não desenvolva uma atividade política imediata. [...] (MATTEUCCI,2004,842)

De início a Opinião Pública era compreendida de duas maneiras, uma como soberania da razão em um sentido aristocrático no qual os intelectuais é que seriam os responsáveis em produzi-la. E a outra, em caráter mais revolucionário no qual a Opinião Pública se traduziria como um desejo do povo ou uma soberania da maioria, nesse sentido indivíduos vinculados a determinados grupos políticos escreviam a imprensa artesanal.⁵³³ É justamente nesse ímpeto mais revolucionário que surge o *Correo del Orinoco*.

Criado por Simon Bolívar, o *Correo del Orinoco* é considerado um símbolo da luta por independência na Venezuela, visto que o seu objetivo foi justamente enfatizar

⁵³³ Por sua vez, a imprensa artesanal era aquela constituída pela opinião dos leitores no intuito de dar voz a eles, ao passo que a imprensa industrial, formada a partir do século XX, coloca um pouco a margem a questão da opinião do leitor substituindo então pelo diálogo com a indústria de anúncios.

as ideia de liberdade, de revolução, integração e independência. O jornal circulou no século XIX de 27 de Junho de 1818 até 23 de Março 1822, era publicado aos sábados e teve edições em inglês e francês circulando pelo Chile, Buenos Aires, México, Europa e Estados Unidos. Ao todo foram 133 edições, dentre elas cinco edições extras.

O *Correo del Orinoco* é hoje órgão oficial do governo Venezuelano, em 2009 o Sistema Boliviano de Comunicação e Informação o colocou como símbolo da imprensa e o dia 27 de Junho, data de sua primeira edição, passou a se comemorar o *día del periodista*⁵³⁴.

Em 1973 foi criado em Angostura o museu *Casa del Correo del Orinoco* e em 1968 o governo de Caracas organizou um livro com alguns artigos do *Correo del Orinoco* separado por autores, entre eles: Simon Bolívar, Soublette, Andrés Rederick, Francisco Antônio Zea.⁵³⁵

O Correo del Orinoco localizado em Angostura(Ciudad Bolívar) foi um periódico de oposição ao Gazeta de Caracas o qual era de domínio espanhol e já na primeira edição o Correo del Orinoco apontava esse atrito: “Somos libres, escribimos en un país libre, y no nos proponemos enganar al publico.[...] El público ilustrado aprende muy pronto a leer cualquier Gazeta (referindo-se a Gazeta de Caracas), como ha aprendido a ler la de Caracas[...]”.

Era publicado no jornal os decretos e atas do governo, boletins do exército e outras questões de caráter militar, trechos de periódicos de outros países, questões históricas, políticas e econômicas.

Logo na primeira edição Bolívar já destacava questões/desejos de integração: “Una sola debe ser la Patria de todos los Americanos, ya que en todo hemos tenido una perfecta unidad”, e prometia que ao conquistar a independência da Venezuela honraria com o “Pacto Americano”, em suas palavras:

[...] nosotros nos apresuraremos con el mas vivo interés à entablar por nuestra parte el pacto Americano, que formando de todas nuestra Repúblicas un Cuerpo Político presente la América al mundo con um ascpeto de magestad y grandeza sin exemplo em la Naciones antiguas. La América así unida, si el Cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la Reyna de las Naciones, y la Madre de las Repúblicas. Yo espero que el Rio de la Plata, con su poderoso influxo, cooperará eficazmente à la perfeccion del

⁵³⁴ Dia do jornalista

⁵³⁵ Nem todos os artigos do Correl del Orinoco foram identificados, visto que na época não era comum a assinatura do autor no artigo.

edifício político à que hemos dado principio desde el primer dia de nuestra regeneración.

O discurso de integração e/ou unificação esteve muito presente não só na figura de Bolívar e no seu objetivo de manter a Grã Colômbia unida, como também em seus pares, dentre eles, o General Abreu e Lima, que seguindo as expectativas de Bolívar, idealizava uma unificação entre os países da América Hispânica com o Brasil.

José Ignácio de Abreu e Lima⁵³⁶, brasileiro, de família nobre, proprietários do Engenho Casa Forte em Recife⁵³⁷ formou-se em artilharia pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro, antes estudou no Seminário de Olinda. Ao concluir os estudos de artilharia, em 1816, foi enviado em missão para a Angola (MATTOS, 2007,26); retornou no ano seguinte em que as ideias de revolução já tomavam o cenário pernambucano. Enquanto Abreu e Lima era preso por “assuada, resistência e ferimento” e transferido para a Bahia (COSTA, 1982, 550) o seu pai, Padre Roma⁵³⁸, também foi preso na Bahia pelo Conde dos Arcos por propagar as ideias de liberdade, da Revolução de 1817, e em seguida foi condenado a morte e Abreu e Lima foi obrigado a assistir o seu fuzilamento⁵³⁹.

Abreu e Lima saiu da prisão com a ajuda da Maçonaria, tanto ele quanto o seu pai eram maçons, e foi para a Filadélfia juntamente com outros revolucionários sob o apoio de Cruz de Cabugá, o mesmo havia ido para os Estados Unidos a fim de conseguir apoio para a Revolução Pernambucana. Da Filadélfia foi para Ilha de São Thomaz e de lá para a Venezuela, pois havia escrito uma carta a Simon Bolívar oferecendo seus serviços enquanto militar. Em 1818 ele é integrado ao exército de Simon Bolívar para lutar nas guerras por independência da América Hispânica. Abreu e Lima teve uma atuação significativa como militar chegando ao posto de General:

Yo ví nacer a Colombia en las Queseras del Medio : yo le ví a usted con 150 hombres arrollar todo el ejército de Morillo: Yo ví huir la caballería española ante los pelotones de usted; yo ví la infantería enemiga retroceder hasta la falda del monte – todo lo ví en compañía de los Generales Soubllette y Bolívar, em la margen derecha del Arauca, y fui yo quien escribió el boletín de aquella batalla. A nuestros pies venian a caer las balas de la artillería

⁵³⁶ 06 de Abril de 1794- 08 de Março 1789 Recife –PE.

⁵³⁷ A família teve seus bens confiscados devido à participação do Padre Roma na Revolução de 1817.

⁵³⁸ José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima (Padre Roma). Em 1807 deixou a vida religiosa e passou a atuar como advogado em Pernambuco.

⁵³⁹ A morte trágica de seu pai esteve presente em muito de seus escritos. A figura de seu pai foi retratada como heroica, que defendeu a liberdade e a revolução, do mesmo modo a Revolução de 1817 teve significativa importância.

española o pasaban por sobre nuestras cabezas. También asistí a la infancia de Colombia en Nueva Granada. Soy de los pocos de Vargas, de Topaga, de los Molinos, y ultimamente de Boyacá!(ABREU E LIMA, 1868,p. 4)

Todavía, antes e durante a sua participação nas Batalhas e a escrita dos boletins de guerra, Abreu e Lima foi um dos redatores do jornal *Correo del Orinoco*. A atividade como militar de Abreu e Lima se restringe a dois períodos, o primeiro de formação (em Olinda e no Rio de Janeiro), e o segundo, em uma batalha que não era propriamente sua, na Venezuela nas guerras de independência. Ao passo que a sua trajetória na imprensa política se inicia em 1819 com o *Correo del Orinoco* e provavelmente outros jornais na Venezuela, como o *El Colombiano*, e se estende até o Brasil na imprensa periódica e também com a formação da nação como questão principal no espaço público.⁵⁴⁰

A crise monárquica e as manifestações políticas era a equação perfeita que desencadeava o rompimento com o modelo de escrita do Antigo Regime. Logo a palavra “pública”, que estava sob o domínio das grandes autoridades, passa a ser compartilhada e redirecionada por outros sujeitos, ou seja, uma vez que a monarquia encontrava-se fragilizada e o debate político com ideais liberais ganhava mais força, a opinião pública na imprensa periódica ganhava também seus novos atores: os letrados patriotas⁵⁴¹! Os quais tiravam o direcionamento da opinião pública das mãos da elite ilustrada e a imprensa tornava-se então ferramenta para a atividade pedagógica: de instruir e direcionar o povo.

O conceito de “Letrado Patriota” foi criado por Jorge Myers. Não caberia chamar esses sujeitos do século XIX de intelectuais, visto que o termo intelectual aparece a partir do século XX, portanto podemos definir eles como letrados patriotas, indivíduos que estavam escrevendo e vivendo a construção nacional na América; que tinham espaço e autoridade para dar voz e sentido a novos costumes, sujeitos, identidades, ideologias e pensamentos que estavam construindo no processo de independência, o qual é marcado por mudanças constantes no espaço público e nas relações de poder. (MYERS, 2008, 121-144) A título de exemplo podemos destacar Simon Bolívar e Abreu e Lima como pertencentes a esse grupo de letrados patriotas.

A questão da Liberdade de Imprensa colaborou muito para o aumento de periódicos, de edições, do tamanho do jornal e do debate político-social de projetos

⁵⁴⁰ *Torre de Babel e Arca de Noé* (1833), *Raio de Júpiter* (1836), *Diário de Pernambuco* e *Diário Novo* (1844-48) e a *Barca de São Pedro* (1848).

diversos de nação. No caso do Brasil 1) Em Setembro de 1820 foi decretado em Portugal a Lei de Liberdade de Imprensa e em 2) outubro do mesmo ano foi liberado a circulação de periódicos para locais fora de Portugal e 3) em Março de 1821 foi decretado o fim da censura prévia; destaca-se que antes desse último, já era notório uma maior circulação de impressos.

Outra questão importante com o advento da liberdade de imprensa foi o aumento da circulação de livros proibidos e a citação de autores ilustrados e revolucionários nas páginas do jornal, ou até mesmo a transcrição de trechos dos seus livros, tais autores estavam antes mais restritos a elite intelectual e agora faziam parte de um novo diálogo e cenário político:

[...] escritos redigidos por indivíduos mais moderados, imbuídos do modelo das mitigadas Luzes portuguesas, citavam-se aqueles autores considerados sábios que, por suas ideias, haviam iluminado o mundo civilizado, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremias Bentham e Benjamim Constant. De outro, nas folhas mais radicais, cujos redatores se deixavam levar por seu imaginário revolucionário, assimilavam-se as ideias dos filósofos franceses, até então proibidos no mundo português, como Voltaire, Rousseau, Mably, Condorcet, o abade Raynal e De Pradt. [...] (NEVES,2003,37)

Deve-se pontuar ainda que a questão da Liberdade de Imprensa não significava um caminho brando e linear de uma imprensa livre sem censuras; apesar da lei regulamentada as relações de poder, os interesses políticos, as redes de sociabilidade, a censura ainda colocavam os limites daquilo que era escrito. De certo modo, a censura prévia era substituída pela responsabilidade do que se escrevia ao público, pelos excessos e abusos de liberdade. (SOBRINHO, 1923, 25)

Na Ibero-América a opinião pública é usada como uma nova maneira de validação política na esfera pública, tendo em vista o cenário político de invasões francesas, liberdade de imprensa e pela nova sociedade que é instaurada.

A opinião pública no final do século XVIII não era tratada de maneira conjunta, mas sim termos isolados e contrastantes, ou seja, “opinião” e “público” esses por sua vez poderiam ter sentido de moral ou de honra; “opinião” representava algum juízo sobre algo e o “público” representava autoridade de algo/ jurisdição.

Com o advento das invasões francesas e as lutas por independência o conceito passa para o modo moderno no espaço político; entre 1814 a meados de 1830 novamente uma mudança passando então para um modelo representativo e entre 30 a 40

ele se torna porta voz das disputas partidárias, um verdadeiro atrito no contexto pós-independência. (GOLDMAN, 2009, 981-998)

A Opinião Pública foi um fenômeno indispensável e extremamente importante no processo de independência. As brigas para legitimar, conceituar o termo e forjar um nacionalismo a partir do poder das letras, em meio ao projeto de nação, era um ato de revolução.

A inserção do termo revolução no debate político, os jornais *Correo del Orinoco* (no artigo publicado pelo General Abreu e Lima) e o jornal *Correio Brasiliense* (artigos publicados por Hipólito da Costa) ilustraram esses dois extremos, da revolução em sentido positivo e negativo, o primeiro defendendo uma revolução como forma de se livrar das amarras da tirania, ou seja, a revolução em seu sentido mais jacobino como uma mudança estrutural de modo a romper o elo com Antigo Regime; e o segundo, traduzia essa revolução como uma guerra civil, defendia então que as mudanças deveriam se dar de forma cautelosa.

Além da questão de unificação e da luta por uma causa comum na América, a independência, a revolução era peça chave desse debate, logo , os insultos e debates políticos desses personagens mostram o contraste entre ideia/conceito de nação, monarquia, república, independência, liberdade, revolução, tirania.

Hipólito da Costa era um jornalista do *Correio Brasiliense*, jornal brasileiro, todavia, publicado em Londres que circulava desde 1808 e teve 175 edições sendo a última em 1822. No debate entre os jornais Hipólito defendia a revolução de forma mais cautelosa, como uma reforma sem grandes rupturas e sem ser dirigidas pela massa para não resultar em anarquia, enquanto que Abreu e Lima, naquele momento, defendia a revolução em seu sentido mais radical, vista por ele como única forma de por fim ao despotismo e instituir a nação. Esse debate é iniciado depois que Hipólito publica um artigo criticando a Revolução Pernambucana, segundo ele a revolução foi uma sublevação da ordem de demagogos, um movimento isolado que gerou desconfianças no governo e que por isso implicava em melhorias a Pátria, e ainda, não deveriam ter solicitado ajuda de outro país, pois não deveriam interferir nos assuntos da nação, nesse sentido as mudanças necessárias deveriam ocorrer por forma de petição:

[...] em uma palavra não mostraram outra qualidade recomendável, senão a energia, que é filha do entusiasmo, em todos os casos de revoluções. [...] as reformas nunca se devem procurar por meios injustos,

quais são os da oposição de força ao governo, e efusão de sangue. [...] (COSTA, 2002, 105)

Em resposta Abreu e Lima escreveu um artigo que devido ao tamanho foi publicado em 4 edições no Correo del Orinoco, e dizia que o os escritos de Hipólito era muito “lisonjeiro a tirania” , a única forma de ser livre era rompendo com ela e essa separação se dava por meio da revolução, em sua opinião única forma de se alcançar uma mudança estrutural : “ [...] No hay una sola reforma de primer orden que no haya sido obra de las revoluciones. La historia entera es fiel testimonio de esta verdade.”(ABREU E LIMA,1819,1) Para Abreu e Lima a “petição” os reduziria a escravos e a mesma só seria possível com uma soberania do povo ,o que não era o caso de Pernambuco. E em comparação com a revolução por independência, apesar de no primeiro momento Hipólito não a contrastar, Abreu e Lima escrevia que criticar a revolução, quer seja ela de 1817 ou a que vivia, era ir à contramão dos princípios fundamentais da liberdade.⁵⁴²

Uma das coisas que se destaca ao analisar a figura de Abreu e Lima, por exemplo, são as representações de “América” e “nação” que estão a todo momento inseridas em seu discurso. A América em um primeiro momento é apresentada de forma positiva juntamente com revolução que daria a América um horizonte de expectativas, ou seja, a construção da nação, a quebra com o Antigo Regime, a constituição de uma república e o plano de uma “Gran Confederacion Americana” que em sua opinião deveria ser orquestrado pelo Brasil a fim de unificar a América. Porém, esse sentido positivo de América muda após o período das guerras por independência. Abreu e Lima após a morte de Bolívar e a fragmentação da Grã-Colômbia, consegue recuperar a sua cidadania em 1832⁵⁴³ (e suas condecorações) e retorna ao Brasil para o Rio de Janeiro.

Aqui Abreu e Lima passou a defender a Monarquia Constitucional e principalmente a figura de D. Pedro I, tentou mobilizar inclusive o seu regresso, depois apoiou a D. Pedro II; No governo de Feijó o criticou duramente e tentou, por meio da imprensa, fazer com que a Princesa Januária ocupasse o governo. Abreu e Lima teve diversos atritos no ambiente político devido aos seus posicionamentos, apelidado de forma pejorativa de “General de Bolívar” era apontado por lutar por uma independência

⁵⁴² Hipólito escreveu novamente o criticando;é provável que Abreu e Lima o tenha respondido, todavia, até o presente momento não foi encontrado.

⁵⁴³ O indivíduo que deixasse o país para lutar em uma guerra sem a autorização perderia a sua cidadania.

na América- Hispânica e aspirar revoluções; logo, a América e a revolução nesse momento passam a ter conotações negativas nos discursos de Abreu e Lima do mesmo modo que a república, todo esse conjunto levaria a fragmentação, a guerra civil e a anarquia tal como ocorreu na América Hispânica, logo deveriam ser evitadas. Todavia, após muitos atritos no Rio de Janeiro, inclusive com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual foi membro e solicitou a sua retirada depois das acusações de plágio por Varnhagen, Abreu e Lima retorna a Pernambuco, escrevendo no *Diário Novo e Barca de São Pedro* em apoio a Revolução Praieira de 1848, ali novamente a revolução e América são ressignificadas em seu discurso, em sua opinião o Brasil deveria se aproximar dos seus vizinhos a fim de formar uma força política e econômica. (SOUSA, 2018,17-28)

É importante lembrar que tais representações do discurso não estão em um campo neutro, elas têm um lugar de fala que é moldado por sujeitos, valores, grupo social, interesses, entre outros fatores que forjam/criam essas representações, ou seja, não compete a um campo linear; essas representações estiveram em constante projeção de ângulos distintos, portanto, compreender a atuação de Abreu e Lima, e de outros sujeitos históricos inseridos no contexto de formação do Estado nacional requer que olhemos para as mudanças e permanências do discurso. É um período de transição, de acirrados debates da opinião pública com inúmeros projetos de nação em circulação em que seus autores atuam nos campos e nas letras, os conceitos políticos são ressignificados a todo o momento na esfera pública e o posicionamento político vai de encontro à rede de sociabilidade e a conjuntura política.

Nem todos os artigos *do Correo del Orinoco* foram possíveis identificar seus autores, visto que não era sempre que assinavam o artigo; os escritos por Abreu e Lima foram identificados de acordo com o contexto, forma de escrita, descrições de si,. Como por exemplo, em outro artigo ele apresenta um plano militar e enfatiza uma identidade americana: “soy americano, y esto me basta para ser Colombiano” e ainda ao destacar a sua posição como militar e comprometimento em defender a causa da revolução:” y que todos los modos deso hacermo digno nombrarme hijo de Colombia”, em seguida descreve parte da sua trajetória no Rio de Janeiro e seu título de capitão de artilharia e o desejo de formar uma Escola Matemática e Militar.

Abreu e Lima ainda escreveu, na Venezuela, uma biografia em defesa a Simon Bolívar das acusações de tirania proferidas por Benjamin Constant, “*Resumen Histórico de la última ditadura Del Libertador Simon Bolívar: Comprobada com documentos*”, parte dessa documentação apresentada é do Jornal El Colombiano, em que é provável a sua participação como redator. Foi ainda enviado para Maracaibo para escrever e moldar a opinião pública, ideias de liberdade e independência a mando de Bolívar.⁵⁴⁴

FONTES

Academia Nacional de la História Caracas (Venezuela)
Correo del Orinoco, 1818-1822. Paris: Desclée de Brouwer, 1939.

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Correo Braziliense, ou, Armazém Literário. Vol. XIX, 2002.
Correo Braziliense, ou, Armazém Literário. Vol. XXIII, 2002.
Correo Braziliense, ou, Armazém Literário. Vol. XXIV, 2002.

Biblioteca Nacional
ABREU E LIMA. “Carta do General Abreu e Lima ao General Paéz do dia 18 de Setembro de 1868”. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 20 de Maio de 1873.

Instituto Abreu e Lima
Decreto de 23 de Outubro de: 1832. - Declara cidadão hrazilciro a José Lima. p. 122. Coleção das Leis do Império do Brazil. Parte primeira. 1832. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

ABREU E LIMA, José Inácio de. Carta de Abreu e Lima ao General Santander, Maracayo, 14 de junho de 1823. Carta do General Abreu e Lima ao General Santander - 14 de Junho de 1823. Archivo Santander (Comisión de La Academia de Historia, bajo La Dirección de Don Ernesto Restrepo Tirado). Bogotá: Águila Negra Editorial. Tomo X, p.228-229.

_____. *Resumen Histórico de la última dictadura Del Libertador Simon Bolívar: Comprobada com documentos*. Caracas. 1922

Prensa Heroica: Selección del Correo del Orinoco. Caracas: Ed. Presidencia de la Republica, 1968.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife, Fundação da Cultura e da cidade do Recife, 1982.

⁵⁴⁴ Nos escritos de Abreu e Lima ele menciona um texto sobre a fronteira entre o Brasil e a República da Colômbia, escrito por ordem do General Santander, todavia a obra foi recusada pelo mesmo e até o presente momento não foi encontrada.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1923.

GOLDMAN, Noemi. “Legitimidad y deliberación: El concepto de Opinión Pública en IberoAmerica, 1750-1850”. IN: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

GUERRA, François Xavier. “Voces del Pueblo: redes de comunicación y orígenes de la Opinión Pública en el mundo hispánico (1808-1814)”. *Revista de Indias*, Madrid, 2002, v.62, n. 225.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

MATTEUCCI, Nicola. “Opinião Pública”. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ªEd, 2004, vol.2, pp. 842- 845.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo: USP, 2007. Tese de Doutorado.

MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra imprensa”. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MYERS, Jorge. “El letrado patriota: los hombres de letras hispano-americano en la encrucijada del colapso del império español en América”. IN: ALTAMIRANO, Carlos. (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. I. Buenos Aires: Katz, 2008, pp. 121-144.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Consitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

PIMENTA, João Paulo. “A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura.” IN: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

SOUSA, Monique Santana de Oliveira. “Entre tantos “Josés”: Os escritos políticos de um General pernambucano, brasileiro e americano no século XIX.” IN: MARTINS, Juan Pablo; SOUSA, Monique Santana de Oliveira; OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. *General Abreu e Lima: Um Pensador dos Trópicos*. Pernambuco: Ed. UFPE, 2018, pp. 17- 28.

José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves: ideias e conceitos cruciais na economia do mundo luso-brasileiro no século XIX

Jônatas Roque Mendes Gomes
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir de forma comparativa sobre algumas ideias e alguns conceitos presentes nos escritos de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (1759-1835), e de José Acúrsio das Neves (1766-1834), ambos juristas, historiadores, economistas e políticos. Analisaremos como estes atores políticos se apropriaram de ideias e noções selecionadas para este trabalho, devido a sua relevância para o entendimento do período em que atuavam, na política e na economia luso-brasileira. A apropriação de ideias de autores como Adam Smith e Jean Baptista Say também será abordada ao longo do trabalho.

JOSÉ DA SILVA LISBOA

José da Silva Lisboa, natural da Bahia, ingressou em Coimbra em 1774 e formou-se em bacharel em Direito Canônico e Filosofia em 1779, sendo que um ano antes, devido à sua proficiência, já ministrava aulas de Hebraico e Grego na universidade como professor substituto, como afirma Antonio Penalves Rocha (2001, p. 11). Segundo José Jobson de Andrade Arruda e Fernando Antonio Novais, o período que Silva Lisboa viveu em Portugal foi estratégico, pois “presenciou a reformulação da política econômica portuguesa no plano interno e externo, informada pelas diretrizes inclusas no mercantilismo ilustrado do Marquês de Pombal” (ARRUDA; NOVAIS, 1999, p. 14). Arruda e Novais afirmam que Lisboa pôde comprovar os acertos e resultados das reformas pombalinas na educação, na economia e na administração portuguesa. Seria em fins do século XVIII, quando, segundo Arruda e Novais, a Ilustração luso-brasileira alcançou seu ápice, que Silva Lisboa iniciou sua trajetória como escritor.

Depois de formado, permaneceu alguns anos em Portugal, mas foi na Bahia que obteve maior destaque, inicialmente como professor de Filosofia Racional e Moral e Grego até 1793, quando partiu novamente para Portugal. Segundo Tereza Kirschner, entre 1793 e 1797, tutelado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Silva Lisboa

desenvolveu seus estudos sobre comércio e seguros marítimos, assunto que versava seu primeiro livro, *Princípios de direito mercantil e leis da marinha*, em 1798 (KIRSCHNER, 2009, p. 74). Posteriormente, a convite da Coroa, assumiu o cargo de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, entre 1797 e 1808. Esta ocupação acabou direcionando sua carreira posterior e seus escritos vinculados à economia. Rocha relata que, em 1797, Silva Lisboa teria tido acesso pela primeira vez à tradução de Antonio de Moraes e Silva do livro *Riqueza das Nações* de Adam Smith (publicado originalmente em 1776), o que contribuiria para sua atuação, pois Silva Lisboa se tornou um dos principais defensores das ideias de Smith em terras luso-brasileiras. Encontramos, também, um *Compendio da obra da Riqueza das Nações*, traduzido do inglês em 1811 por Bento da Silva Lisboa, filho de Cairu.

A partir de 1808, José da Silva Lisboa deixa de ser uma figura destacada na Bahia para ganhar notoriedade no Império luso. Dentre outras funções, neste ano, assumiu o cargo de Censor (Régio) da Imprensa Régia, o que, além de autorizador, impulsionará sua carreira como escritor – foi o autor que mais publicou no período entre 1808 e 1815, com 10 livros no total. Algo que também influenciou a notabilidade de Silva Lisboa no período joanino, foi seu papel como artífice da Abertura dos Portos às Nações Amigas, como aponta Rocha.

Entre 1816 e 1817, Silva Lisboa dedicou-se a estudar a história da Corte portuguesa no Brasil e escreveu a *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey nosso senhor d. João VI*, publicado em 1818. Este trabalho o transformou no historiador oficial do período joanino. Anos depois desempenhou o mesmo papel com D. Pedro I, no Primeiro Reinado, na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de 1826, que não chegou a ser completada.

Cairu foi deputado suplente na Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil e assumiu a cadeira a partir de agosto de 1823. Silva Lisboa tornou-se um panfletário do governo, entre 1821 e 1828 publicou 9 jornais e 42 panfletos, sempre em defesa dos interesses de D. Pedro I. Os serviços prestados à monarquia renderam a José da Silva Lisboa o título de visconde de Cairu e a vaga no Senado em 1826 (ano do início do trabalho parlamentar regular no Primeiro Reinado)⁵⁴⁵. Faremos também uma breve análise sobre as ideias de Silva Lisboa e avançar em alguns aspectos da pesquisa.

⁵⁴⁵ Esta vaga era vitalícia, segundo a Carta Constitucional de 1824.

Para Antonio Rocha, Silva Lisboa “nada mais fez que legitimar as decisões dos monarcas aos quais serviu” (ROCHA, 2001, p. 20). Arruda e Novais também afirmam que Cairu foi um ideólogo do senhorio brasileiro, mas não se reduzia a isto, pois pensava as condições necessárias para a construção do Estado nacional brasileiro. Esta atuação e seu papel como áulico do governo também fizeram com que Silva Lisboa fosse atacado por muitos políticos como os Andradas, Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, João Severino Maciel da Costa e Diogo Feijó. Sem dúvidas, Silva Lisboa foi um personagem político muito polêmico e controverso. Kirschner traz uma visão interessante ao afirmar que as ideias de Cairu encaixam-se na concepção de liberal do início do século XIX, ou seja, da defesa de um governo constitucional, apontando que, nesse aspecto, as ideias de Silva Lisboa se identificavam com as de Edmund Burke, que mesmo sendo crítico da Revolução Francesa, defendia a monarquia constitucional (KIRSCHNER, 2009, p. 225).

JOSÉ ARCÚSIO DAS NEVES

José Acúrsio das Neves, proveniente da província da Beira, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, reformada em 1787. Segundo Ana Cristina Araújo, Acúrsio das Neves era “figura controversa no seu tempo, formado segundo modelo da ilustração pós pombalina, foi um espírito reformista devotado à causa pública e um defensor da monarquia absoluta esclarecida” (ARAÚJO, 2008, p. 242). Após concluir sua licenciatura e ser habilitado como magistrado, sob a tutela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ocupou cargos como juiz de fora e corregedor da comarca. Dentre os esforços para modernização da administração do reino luso, Neves escreveu a *Memória Geográfica, Política, Económica da Ilha Terceira*⁵⁴⁶. Ao submetê-la ao parecer de Sousa Coutinho, resolve aprofundar seus conhecimentos sobre economia política, iniciando sua leitura de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Após a transferência da Corte para o Brasil e a invasão francesa, Acúrsio das Neves refugia-se em Beira, permanecendo até 1810. Durante o período em que esteve afastado, Neves publicou 12 fascículos dos *Escritos Patrióticos* com o objetivo de estimular a população a resistir à ocupação francesa. Também escreve a *História Geral*

⁵⁴⁶ A Ilha terceira é uma das nove ilhas dos Açores.

da Invasão dos Franceses, que relatava os fatos ocorridos durante a Guerra Peninsular que sucedeu à chegada dos franceses a Portugal, em 1807.

Para Ana Cristina Araújo, a obra *História Geral da Invasão dos Franceses* de Acúrsio das Neves se diferenciava de outras obras históricas anteriores e contemporâneas devido a sua monumentalidade documental e por sua clara adesão a um padrão de historicidade secularizado e moderno. Ana Cristina Araújo enfatiza que nos escritos historiográficos de Acúrsio das Neves “o tempo presente projeta no devir da pátria os valores gloriosos dos antepassados, transformando assim em futuro uma parte desse passado” (ARAÚJO, 2008, p. 247). Ao escrever sua história, Acúrsio das Neves buscava não só contar ou informar, mas motivar, mostrando que no futuro (próximo), Portugal poderia recuperar sua hegemonia – no território europeu – e retomar seus tempos áureos.

Em 1810, Acúrsio das Neves torna-se desembargador da Relação do Porto, nomeado pelo príncipe regente D. João e posteriormente recebe outros cargos administrativos como deputado e secretário da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Durante a estadia da Corte em terras americanas, Neves continuou publicando seus escritos sobre economia política, principalmente, criticando a Abertura dos Portos e defendendo a promoção da indústria, que, para o autor, estavam relacionados.

Acúrsio das Neves era opositorista do Vintismo e por esta razão foi demitido das suas funções em 1821. José Acúrsio das Neves, mesmo não concordando com o movimento constitucionalista, concorreu e foi eleito deputado para participar das *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (1821-1822), mais conhecidas como *Cortes de Lisboa*, por Arganil, uma pequena vila lusa. Em 1823, retornou ao funcionalismo público após 1823, com a revogação da Constituição de 1822 (ALVES, 1978, p. 352). Após a morte de D. João VI, apoiou o miguelismo pelo seu caráter absolutista, escrevendo vários escritos em prol do mesmo. Acúrsio foi próximo de D. Carlota Joaquina e do próprio D. Miguel e continuou trabalhando para o governo luso até próximo de sua morte em 1834. Apresentaremos, também, algumas das ideias mais marcantes de Acúrsio das Neves para melhor compreendê-lo.

ABERTURA DOS PORTOS E O LIVRE COMÉRCIO

Cairu, quando defende a liberdade comercial da Abertura dos Portos, tinha como referencial a ser modificado o antigo sistema colonial e os aspectos da agricultura e da indústria no Brasil e em Portugal. Há coerência entre suas ações e seus princípios, inclusive em seus escritos anteriores à transferência da Corte para o Brasil. Segundo Arruda e Novais, “nada seria mais esclarecedor do que a comparação [...] do percurso de Cairu com o de Acúrsio das Neves, economista português, seu contemporâneo, e que versou sobre os mesmos problemas do ângulo da metrópole” (ROCHA, 2001, p. 19).

Barra destaca que, para Silva Lisboa, o livre comércio era uma condição crucial para o desenvolvimento do Império Português. A partir do discurso da defesa do “bem comum”, o Visconde de Cairu afirmava que com a Abertura dos Portos, qualquer ideia de revolução para revogação da antiga ordem colonial seria afastada. Promovendo, assim, uma reforma do sistema e a implementação de uma “ordem civil melhorada, refinada, plena de civilidade” (BARRA, 2015, p. 272-273). Para tentar convencer os comerciantes monopolistas, Lisboa defendia que o livre comércio, além de beneficiar os comerciantes baseados no Brasil, conciliaria os interesses de diferentes setores sociais do Império. Contudo, como afirma Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira, Silva Lisboa “não acreditava inteiramente na ‘mão invisível’ de Smith, eis que levava em conta algumas especificidades do universo brasileiro” (OLIVEIRA, 1999, p. 121). Oliveira coloca-se contra autores que afirmam, por exemplo, que sujeitos políticos como José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves, importavam as ideias de autores como Adam Smith e Jean-Baptiste Say sem nenhum filtro ou adaptação. Muito pelo contrário, estes liam e apropriavam os diversos autores lidos, alicerçados em seus lugares sociais e à realidade luso-brasileira, – que era diversa, visto o local de atuação de cada um deles – conjugando às suas convicções prévias.

Segundo Sérgio Barra (2015), para Acúrsio das Neves, o livre comércio no Brasil era o principal motivo da crise econômica que Portugal estava passando e a importação de produtos ingleses estava impedindo o desenvolvimento de manufaturas no Reino, que poderiam auxiliar a recuperação financeira. Acúrsio das Neves, diante da impossibilidade da manutenção do pacto colonial, propunha a permanência de Portugal como principal parceiro comercial do Brasil, visto que eram partes de uma mesma monarquia. Segundo Luís Alves, Acúrsio das Neves, a quem chama de “liberalista colonizador” (ALVES, 1978, p. 354), acreditava que a economia de Portugal estava

atrelada aos domínios ultramarinos, defendia a conquista de outros territórios e, caso isso não fosse possível, pelo menos, deveriam garantir a manutenção dos domínios existentes (em 1820).

Acúrsio das Neves, ao falar sobre o livre cambismo e o protecionismo, defende que deve haver liberdade de comércio, principalmente com aliados, mas que “tudo tem limites” e em relação ao maior aliado aponta que “nenhuma nação tem levado mais longe o sistema proibitivo do que a inglesa” (NEVES, 1946, p. 186). Mesmo não querendo entrar em polémicas com a Inglaterra, em vários momentos deixa escapar um certo descontentamento com as desvantagens nas negociações entre portugueses e ingleses, para tal faz uma análise da economia lusa desde o Tratado de Methuen. Neves partindo desta análise afirma que em determinados momentos e em relação à produtos que sejam caros à riqueza nacional, um sistema mais proibitivo deve ser implementado. Tais argumentos podem parecer contraditórios se tratando de um seguidor das ideias smithianas, mas como evidencia António Almodovar (1989), Acúrsio das Neves utilizava autores como Jean Baptiste Say e Sismondi, para atenuar os argumentos de Smith. Almodovar ainda afirma que Acúrsio apontava que a obra de Adam Smith era uma referência da Economia Política, mas que possuía alguns vícios.

O comércio, para Neves (1946, p. 146), é a “alma e vida do mundo político” e estaria em pé de igualdade com a agricultura e a indústria, além de ser o fator de expansão destes outros dois setores, visto que dependiam da comercialização posterior dos produtos deles provenientes. Dessa feita, critica o gasto excessivo no comércio exterior feito pelas nações europeias, o que acarreta um empobrecimento da produtividade nacional. Para Acúrsio deveria haver um balanço entre exportação, importação e circulação interna.

INDÚSTRIA/MANUFATURA E AGRICULTURA

O uso da expressão “indústria/manufatura” neste subtítulo se deve ao uso e ao significado do termo indústria no período que estudamos. Segundo Geraldo Beauclair de Oliveira, “a palavra indústria tinha às vezes um sentido amplo, significando indústria oficial, manufatureira, fabril, agrícola e até comercial” (OLIVEIRA, 1999, p. 10). Silva Lisboa define indústria como um “trabalho ativo e assíduo” (SILVA LISBOA, 1999, p. 43). Oliveira ainda ressalta que a ideia de uma “Indústria Nacional”,

geralmente vincula-se às noções de economia e riqueza nacional. Sendo assim, uma pessoa industriosa seria alguém engenhoso, bem-sucedido e que lograva crescimento e desenvolvimento em sua área de atuação.

O setor manufatureiro para Cairu era muito importante, mas, no Brasil, deveria ser subsidiário da agricultura. As indústrias fabris e manufatureiras deveriam estar atreladas ao setor agrícola e, ainda, ao setor da navegação, “Só podem prosperar as Fábricas auxiliares da Agricultura e Marinha, que por ora devem ser os nossos principais Laboratórios e Oficinas de trabalho produtivos” (SILVA LISBOA, 1975, p. 227). Segundo Lisboa, a colônia americana não estaria preparada estruturalmente para estabelecer fábricas de produtos de luxo ou mercadorias que demandassem alta especialização⁵⁴⁷. Com relação aos produtos da indústria fabril relacionada aos engenhos, podemos citar pás, enxadas, talhadeiras, escavadeiras, engenhos a vapor e instrumentos e peças inerentes a estes, máquinas para o processamento do arroz e máquinas de beneficiar. Concernente à “Marinha”, propunha atividades na construção naval, como reforma e construção de barcos e navios mercantes e militares. Silva Lisboa “recomendava também o estímulo às artes comuns e o simples fabrico e o transporte das obras grosseiras” (OLIVEIRA, 1999, p. 85). Além destas áreas manufatureiras, Cairu em suas *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*, afirma que não há país que sobreviveria sem manufaturas e que era, também, imprescindível que as manufaturas produzissem vestimentas, mobílias e grande parte dos produtos de primeira necessidade (SILVA LISBOA, 1999, p. 55). Além da manufatura vinculada ao setor agrícola, Silva Lisboa entedia a agricultura, seja interna ou exportadora, como real vocação comercial do Brasil e a indústria manufatureira como a parte que cabia ao comércio estrangeiro.

Entretanto, Cairu não defendia a eterna dependência de exportações, argumentava que “nossa riqueza e indústria e, em devidos tempos, ir-se-ão introduzindo e firmando fábricas que mais convierem” (SILVA LISBOA, 1808, p. 138). Silva Lisboa denunciava certo açodamento de certos empreendedores e afirmava que no tempo certo,

⁵⁴⁷Na obra *Observações sobre a franqueza da indústria*, Cairu apresenta requisitos para que a implementação de fábricas complexas tenha êxito: “I. Capitais disponíveis: III. Vasta população: III. Abundância de subsistência, e de matérias primeiras: VI. Demanda do país: V. Superioridade aos estrangeiros em barateza e perfeição de obra: VI. Difusão de inteligência: VII. Franqueza do comércio e indústria: VIII. Privilégio, prêmios e honras aos inventores nas artes e ciências” (SILVA LISBOA, 1999, p. 59).

após a colônia apresentar condições, se deveria avançar no campo fabril e manufatureiro.

Na atuação como deputado e secretário da Real Junta e em sua obra *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Acúrsio das Neves enfatiza a necessidade do desenvolvimento integrado da agricultura, da manufatura e do comércio, os três setores da economia que o autor interpretava como vertentes da indústria nacional.

Segundo Araújo, Acúrsio das Neves defendia projetos para o melhoramento da sociedade que envolviam a aplicação do liberalismo econômico e o desenvolvimento da indústria. A afirmação de adesão a um ideal liberal na economia pode dar margem a interpretações precipitadas ou rasas acerca da produção intelectual e atuação de Acúrsio das Neves. Como dissemos ao tratar de Silva Lisboa, os interesses, as instituições as quais estavam ligados e a realidade de seus lugares de ação, influenciaram a forma como estes agentes elencados para este projeto leram Adam Smith e outros autores. Nesse sentido, Araújo destaca que as ideias colhidas dos autores de referência eram “limitadas na sua aplicação pela hegemonia conferida à ação preponderante do Estado na economia, contradição inscrita na formação do jurista [...] e que decorria [...] da sua ligação primordial à herança política do pombalismo” (ARAÚJO, 2008, p. 244)⁵⁴⁸. Dessa feita, como aponta Luís Alberto Alves, é compreensível sua defesa, ao mesmo tempo, da modernização e desenvolvimento da agricultura e das manufaturas e da implementação de medidas absolutistas, como era economicamente arrojado e politicamente conservador (absolutista)⁵⁴⁹.

Segundo José Acúrsio das Neves, as máquinas “suprem a habilidade, e perícia dos obreiros, e dão obras mais perfeitas do que nunca se poderiam obter da simples mão do homem” (NEVES, 1946, p. 165). Acúrsio defendia que a produção dava origem à riqueza e não o consumo. O intelectual utiliza como exemplo e argumento, o caso manufatureiro/fabril inglês para embasar suas ideias. Retomando o tema de um sistema liberal ou proibitivo, em relação às manufaturas, “Há casos, em que seja necessário

⁵⁴⁸Tereza Kirschner indica que a formação em Leis da Universidade de Coimbra reformada era muita mais abrangente do que poderia se supor. Esta formação era diversificada e abrangia outras áreas do conhecimento moderno. “A noção de justiça era muito ampla e relacionava-se com tudo aquilo que dizia respeito ao bem comum do reino e dos vassallos (KIRSCHNER, 2009, p. 24).

⁵⁴⁹ Alves afirma que Acúrsio das Neves defendia que o rei era a única pessoa capaz de sabiamente tomar medidas cruciais para a economia (ALVES, 1978, p. 353).

recorrer ao sistema proibitivo, para que a indústria estrangeira não sufoque na nascença os estabelecimentos fabris nacionais” (NEVES, 1946, p. 210-211). Aborda a problemática das máquinas que, por vezes, foram mal vistas por substituírem os trabalhadores e deixá-los sem trabalho, mas segundo Neves isto era temporário, pois a difusão desses produtos em larga escala, faria o preço baixar e aumentar a demanda de uso, aumentando, assim, o número de trabalhadores necessários para sua produção.

Em relação à agricultura, Acúrsio das Neves defendia a franqueza, ou seja, a liberdade na exportação dos produtos e dava muito valor à livre circulação “sem embaraços” (NEVES, 1946, p. 137) do que era produzido dentro do Império Português, independentemente, de ser produzido na metrópole ou nas colônias. Contudo, seu caráter “liberalista colonizador” se manifesta quando defende a integralidade do Império Luso, pois, segundo Acúrsio, as riquezas de Portugal seriam imensamente reduzidas sem suas colônias ultramarinas, afirmando que Portugal era grande por ter colônias e que se foi grande antes, foi em um contexto onde as outras nações também não possuíam colônias.

CONCLUSÃO

José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves, que começaram a atuar em fins do século XVIII, estavam inseridos em um projeto estatal luso de “modernização” e Ilustração e se formaram na Universidade de Coimbra reformada. No século XVIII, Portugal passou por um longo processo de transformação ou “modernização”, que se estendeu até as primeiras décadas do século XIX – o período de modernização de Portugal, a grosso modo, vai de 1750 a 1820 ou ao menos este é o período em que essa modernização, influenciada pela Ilustração, se dá mais fortemente, segundo Marcelo Galves e Yuri Costa (2011). Estadistas e pensadores “estrangeirados”⁵⁵⁰, que a partir de meados do século XVIII ganharam espaço na esfera pública, defendiam que Portugal se encontrava atrasado política, econômica e culturalmente. Assim, reformas seriam necessárias para dar novo rumo ao Estado nacional luso.

⁵⁵⁰ Os “estrangeirados” eram assim chamados em razão de suas ideias de inovação e o contato com outros lugares da Europa. Eles expressavam maneiras de pensar que destoavam das elites lusas que eram atreladas à Igreja e à ordem intelectual vigente, além da vinculação à segunda escolástica, a qual, inclusive, criticavam muito. Propunham ainda a inovação e a modernização da educação e da administração portuguesas (SILVA, 2006).

Sérgio Barra faz uma ponderação sobre o pensamento econômico luso do período elencado para este trabalho e aponta para aspectos que já temos abordado sobre leituras e apropriações de ideias:

Além do sistema de economia política liberal de Adam Smith, as políticas econômicas implementadas pelos administradores coloniais portugueses sofriam a influência de matrizes tais como o mercantilismo tardio, o cameralismo germânico e a fisiocracia francesa. Tais matrizes permitiam que letrados como Acúrsio das Neves pudessem ser, ao mesmo tempo, entusiastas declarados da política econômica pombalina e adeptos das ideias econômicas liberais de Smith, enquanto outros, tais como Silva Lisboa, consideravam todo e qualquer tipo de protecionismo um anacronismo mercantilista (BARRA, 2015, p. 274).

Essas diferentes matrizes explicam porque, por vezes, atores que partem de uma mesma doutrina ou referência, acabam por aderir a posições diferentes e até mesmo contrárias sobre a política econômica mais apropriada para a conservação do Império Português e no caso de Cairu, após a independência, para a construção do Estado nacional brasileiro.

Antonio Rocha afirma que durante estes, aproximadamente, duzentos anos muitas imagens de Cairu foram elaboradas, seja pelos seus contemporâneos, seja por autores que o louvavam, seja por outros que o condenavam. José Arruda e Fernando Novais fazem críticas a alguns autores de obras sobre Cairu. Segundo eles, muitos escritores se preocuparam somente em analisar as obras de Silva Lisboa, sem inseri-las em seu contexto social e histórico, resultando assim em avaliações incompletas e preconceituosas (NOVAIS; ARRUDA, 1999, p. 10). Nesse sentido, é necessário salientar que apesar de José da Silva Lisboa ser considerado um smithiano, este, assim como Acúrsio das Neves, fez apropriações das ideias de Adam Smith, ou seja, adaptou as ideias do autor inglês à realidade que vivia e seus interesses particulares e coletivos. Dessa forma, não nos surpreende que, por mais que Acúrsio das Neves e Silva Lisboa fossem adeptos das ideias de Smith, tivessem posições opostas sobre a Abertura dos Portos e o desenvolvimento da indústria, por exemplo. Ambos, em seus escritos, deixaram exemplos de seleções e reelaborações das ideias smithianas. Durante muito tempo, os comentadores ao analisarem a adesão destes autores às ideias de Smith, não levaram em conta como essas leituras eram feitas e aplicadas. Entretanto, Antonio Almodóvar, Antonio Rocha e Tereza Kirschner afirmam que Cairu e Acúrsio das Neves foram muito mais publicistas ou “homens de letras” sobre temas da economia (e outros

assuntos) do que economistas de fato (ROCHA, 2001, p. 20; KIRSCHNER, 2009, p. 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMODOVAR, António. O pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: Uma Proposta de Leitura. In: NEVES, José Acúrsio. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, Porto: Edições Afrontamento, vol. I, 1983. pp. 15–60.

_____. Acúrsio das Neves e a Penetração da Economia em Portugal In: NEVES, José Acúrsio. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. Porto: Edições Afrontamento, vol. III, 1985. pp. 81–110

_____. Acúrsio das Neves: Um Pensamento e o seu Contexto. In: NEVES, José Acúrsio. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. Porto: Edições Afrontamento, vol. VI, 1989. pp. 7–25.

ALVES, Luís Alberto Marques. José Acúrsio das Neves, o “liberalista colonizador”. *Revista História*. Porto, n. 1, pp. 351-359, 1978.

ARAÚJO, Ana Cristina. Memória e mitos da Guerra Peninsular em Portugal: A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 29, pp. 241-274, 2008.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do *Novo Império Português* na América. *Revista de História*. São Paulo, n. 173, pp. 253-276, jul.-dez., 2015.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano - trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu: Itinerários de um luso-brasileiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2009.

LISBOA, José da Silva. Estudos do bem comum e Economia Política. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

LISBOA, José da Silva Lisboa. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

LISBOA, José da Silva. *Observações sobre o comércio franco no Brasil*. Rio de Janeiro, 1808-1809, 2v.

NEVES, José Acúrsio das. *Idearium*. Lisboa: Edições SNI, 1946.

NOVAIS, Fernando Antonio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. Introdução: Prometeus e Atlantes na forja da nação. In: CAIRU, Visconde de. José da Silva Lisboa. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *A Construção inacabada*. Rio de Janeiro: Eduff, 1999.

ROCHA, Antonio Penalves. (Org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 2006.

O discurso do êxodo rural nos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo*: um estudo sobre as secas no Ceará e em Santiago del Estero(1932-1937)

Leda Agnes Simões de Melo
Doutora pelo PPGHS/FFP/UERJ
Bolsista Capes

INTRODUÇÃO

O Ceará, estado do Nordeste brasileiro, e Santiago del Estero, província localizada no Noroeste argentino, ambos longe de estarem próximos no mapa da América Latina, encarnam na trajetória de suas regiões a geografia semiárida. Mais do que semelhanças com esse aspecto, visto que também há diferenças geográficas nesse sentido, a seca permeia a história desses territórios, e será ela o fio condutor deste trabalho.

A pergunta central é: como regiões que aparentemente não se comunicam no mapa do mundo, apresentam caminhos semelhantes e que as unem por meio de uma seca? Para isso, iremos além da questão climática em si. Não analisaremos o fenômeno nesse sentido, pelo contrário, buscaremos entender como os discursos em torno das secas do Ceará e de Santiago del Estero construíram visões em relação às regiões semiáridas do Brasil e da Argentina.

Na década de 1930, o Ceará foi assolado por uma seca que durou três anos. De 1930 a 1933 no estado esperava-se que as chuvas caíssem. Santiago del Estero, no mesmo período, desde 1935, também sofria pela ausência de chuvas. Até 1937, o ano em que a seca se tornou alarmante, a falta de água na região preocupava a população local.

O Brasil criava expectativas com a Revolução de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas na presidência, um processo que culminou com o fim das oligarquias no poder. De acordo Luciano Martins, alguns fatos são fundamentais na interpretação da dita revolução. Primeiro, o que ele chama de inovações no sistema político em um plano mais eleitoral. E segundo, a reorganização e modernização do Estado, incorporando a classe média e setores médios. Para o autor, no entanto, a “Revolução de 30 só se define e se ‘consoma’ politicamente através do Estado Novo – o que abre espaço para questionar o caráter ‘liberal’ ou ‘democrático’ atribuído a ela enquanto processo”(MARTINS, 1982, p.673). Martins defende que devemos pensar o significado político da Revolução de 1930 sem cairmos nas interpretações que evidenciavam um

conflito que opôs camadas urbanas e industriais às classes dominantes agrárias, ou mesmo, que afirmam ter sido nesse período que houve uma ruptura com a dominação oligárquica.

Já na Argentina, segundo Leandro Losada, após a derrubada de Hipólito Yrigoyen em 1930, se encerrou, na história do país, um ciclo aberto em 1916 com o governo surgido do sufrágio secreto, compulsório e universal, estabelecido em 1912 pela Lei Sáenz Peña. Logo, a crise e a distorção institucional marcaram os quinze anos pós-1930. A ditadura de José Félix Uriburu foi sucedida pela presidência de Agustín Justo, com o controle do governo por meio da fraude eleitoral, uma experiência que acabaria com o golpe de 1943. Assim, em 6 de setembro de 1930 o movimento militar levou ao poder José F. Uriburu e uma nova onda conservadora foi instaurada no país (LOSADA, 2016, p.108). A velha oligarquia que havia perdido o poder em 1916, volta para retomá-lo em sua totalidade, como analisa José Luis Romero (1998, p. 171).

Neste sentido, na presidência de Agustín P. Justo (1932-1938), a elite que passou a comandar a Argentina é distinta da brasileira do contexto de Getúlio Vargas. Apesar dessa diferença, ao que tange o ambiente rural, ambos desejavam que seus governos centralizadores pudessem intervir e organizar essas populações. Em ambas as tramas, as regiões semiáridas e suas secas fizeram parte destes contextos. O Nordeste brasileiro e o Noroeste argentino, os “nortes” desses países, compunham uma história que ora se conjugava com as capitais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, respectivamente, ora estava afastada das mesmas. A construção de diversos tipos de discursos em torno dessas áreas é fundamental para o entendimento do lugar que elas ainda ocupam atualmente em seus países.

Especificamente, para este artigo, destacaremos como o tema do êxodo rural foi tratado na imprensa das capitais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, por meio dos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo*; jornais de grande circulação nesse período. Dentre diversas narrativas sobre essa área, a questão da migração é um ponto comum e emblemático que une essas regiões. Em meio a uma seca, falar de grandes retiradas tornava-se ainda mais latente. Havia um certo tom de pavor em relação a entrada desses migrantes, advindos das secas, nas capitais e cidades do Brasil e da Argentina. Muitos discursos, ainda colocavam na natureza a culpa das mazelas existentes, e pouco

problematizavam as desigualdades sociais que acometiam essas regiões e são o ponto-chave do êxodo rural.

Mikhail Bakhtin nos convida a considerar que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua” (1997, p.280). Por isso, os modos dessa utilização são variados. “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 1997, p.280). Neste sentido, devemos refletir os discursos do *Correio da Manhã* e de *El Mundo* dentro do uso da língua como uma ferramenta importante na compreensão do mundo social. “O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal (...) mas também, e sobretudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 1997, p.280).

Por isso, analisar a narrativa do êxodo, é colocar em evidência, na realidade, uma trama de disputas sobre o espaço rural que estão para além de qualquer crise climática. O uso das palavras, nos interessa em específico, porque elas podem nos mostrar como esses periódicos entendiam essas áreas, e como isso estava conjugado às diversas ideias que se tinham sobre o sertão cearense e o bosque seco *santiaguense*.

A TERRA QUE EXPULSA: O DISCURSO DAS MIGRAÇÕES NO *CORREIO DA MANHÃ* E EM *EL MUNDO*

Antes de iniciarmos o debate propriamente dito, vale destacar que não faremos um estudo das trajetórias dos jornais. Interessa-nos entender, considerando claramente a formação dos mesmos, que tipos de discursos eram evidenciados em meio as secas do Ceará e de Santiago del Estero. Por isso, o enfoque desta análise é o discurso e, neste caso, mais especificamente, o do êxodo rural. Certamente, a análise dos periódicos, como explica Tânia de Luca, é fundamental porque revela “as ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes (...) o peso dos interesses publicitários e dos poderes do momento”(LUCA, 2005, p.130).

De acordo com Raquel Discini Campos, “o jornal *Correio da Manhã* (1901-1974) marcou a história da cultura nacional no século XX” (CAMPOS, 2016,p.237). Desde seus tempos de fundação, no ano de 1901, “contou com nomes significativos das

letras nacionais. Numa das pontas desta história, o jornalista Edmundo Bittencourt”(CAMPOS, 2016,p.237), seu fundador. A autora explica que, “Paulo Bittencourt, herdeiro de Edmundo, empregou Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues e Clarice Lispector, dentre outros literatos de destaque na cena nacional” (CAMPOS, 2016,p.238). Intitulava-se um jornal de opinião, como Campos analisa, e isso significava que era “um produto que tentava se desvencilhar dos poderes políticos constituídos, ele mesmo acabou por se tornar um verdadeiro agente histórico da vida social brasileira no tempo em que circulou”(CAMPOS, 2016,p.238). Outras cidades menores, e seus jornais, ainda reproduziam suas reportagens, “num fenômeno característico da imprensa ocidental nos séculos XIX e XX” (CAMPOS, 2016,p.238).

O jornal *El Mundo* foi criado em 1928 por Alberto Haynes, e circulou de 14 de maio de 1928 a meados de 1967. Foi o primeiro diário tabloide da Argentina, com tamanho menor do que os usados pelos periódicos tradicionais da época. Susana Sel explica que a Editora Haynes, ao longo do tempo e de seus avanços na edição de revistas, acabou por ter, para sua época, um *design* mais arrojado em suas publicações, com desenhos e imagens ilustrativas (SEL, 2010, p.87). Beatriz Sarlo (2003), aponta que o periódico tentava se diferenciar dos diários que ela chama de “*señores*”, os órgãos escritos e lidos pela classe política e pelos setores ilustrados. Proporcionava, segundo a autora, um material com artigos breves, que podiam ser lidos por inteiro em uma viagem ao trabalho. *El Mundo* tornou-se uma fonte de ocupação para os escritores recém-chegados ao campo intelectual, a exemplo de Roberto Arlt⁵⁵¹. Arlt, escreveu as crônicas intituladas *El infierno santiagueño*, das quais faremos uma breve análise.

Neste sentido, ao considerar as trajetórias dos jornais, é fundamental entender, como Bakhtin explica: “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1997, p.280). Logo, essa dialética do discurso é um ponto fundamental para nos atentarmos neste trabalho.

Iniciamos com o trecho de Afonso de Carvalho, no *Correio da Manhã*, em que ele tratava do êxodo dos cearenses, dizendo:

⁵⁵¹Roberto Arlt escreveu suas crônicas sobre a seca santiagueña em todo mês de dezembro de 1937. Sob o autor, ver também: ANDERMANN, Jens. El infierno santiagueño: sequía, paisaje y escritura en el Noroeste argentino. *Iberoamericana*, XII, 45, (2012), pp.23-43.

Quanto de heroísmo anônimo há nesse perseguido pela seca! Quanta bravura, a desse desterrado (...) o da Amazônia – infecta no coração da zona tórrida; esgargalada pelas tributações de governos vandálicos (...) esses “titãs da seca” realizaram, de fato, uma das maiores conquistas brasileiras, e de que maneira! - Exilados do torrão natal, o corpo estiolado pela seca, a alma murcha pela saudade (...) Emigram de um território (...) para criar outro (...) Essa qualidade de emigrar é inata do cearense (...) Emigrar é a sua sina (...) Um dia a seca implacável dá início ao longo martírio do Ceará(...)Então o cearense emigra (CARVALHO, 1930, p.2)

O cearense era um herói perseguido pela seca, tinha bravura, era um “titã”. O Ceará tornava-se sinônimo da própria estiagem e o cearense tinha seu “corpo estiolado pela seca”. A partir daí, ele se tornava um eterno migrante, e tal condição era vista como inata a essa população. “Emigrar é sua sina”, dizia Carvalho reafirmando esse olhar sobre o semiárido e sobre o sertanejo. Migravam de um território para criar outro, por que a seca era implacável.

A narrativa do *Correio* sobre os sertões, fazia parte do próprio contexto de 1930 e da busca de um passado histórico que consolidasse uma nação autenticamente brasileira. O sertão e o sertanejo, se encontravam nesse lugar do “verdadeiramente” nacional, do “tipo” puro, sem influências estrangeiras. Essa construção discursiva, muitas vezes, legitimou visões, tais como: o cearense era um povo forte, que apesar de sofrer as intempéries da natureza dura resistia, desbravava o país, colonizava terras alheias, tornava-se um verdadeiro “titã da seca”. Ora, quando Carvalho falava de um heroísmo histórico de um povo atingido pela seca, retratando o cearense como um migrante, acabava por consolidar o estigma nômade que colocava (e ainda coloca) o cearense em situação de mão de obra possível (vulnerável) de ser usada em outras localidades.

Como explicam Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, no contexto da década de 1930 “a ideia de aventura e desbravamento deveria mobilizar os sonhos de milhares de brasileiros, abrindo os sertões à civilização” (LINHARES & TEIXEIRA,1999, p.115), e a Amazônia se encontrava no conceito de sertão como o lugar de ausência do mundo civilizado. Retratar o martírio do povo cearense relacionava-se aquilo que os autores explicam para o contexto de 1930, “no caso do campo, cabia enaltecer o esforço físico, o caráter quase bélico das fainas agrícolas (...) embora permanecesse sempre presente um quadro de tristeza, bem ao contrário do dinamismo da cidade”(LINHARES & TEIXEIRA,1999,p.118).

Outro exemplo emblemático do discurso proferido pelo *Correio*, era relatar as migrações como um estado de caos. Em reportagem de 1932, colocava-se:

(...) Mas, telegramas de ontem, informam que a estiagem prossegue alarmante. Continuam a emigrar os tristes retirantes na cadência monótona de seus passos. As plantações morrem antes de medrar. Os ataques as fazendas e povoados se repetem com mais frequência. E o flagelo. O flagelo prossegue em sua marcha fúnebre pelos campos ressequidos. E em face disso, o Ministro da Viação acaba de tomar novas providências e dar novas instruções para um mais eficiente ataque ao grande flagelo do nordeste(CORREIO DA MANHÃ, 1932, p.4).

O trecho pode ser relacionado diretamente às disputas pelo poder naquele contexto, pois as elites locais encontravam-se descontentes com a retirada dos sertanejos para as capitais. Fortaleza vivia, bem como as demais capitais, a tentativa de modernização e ordenamento da cidade. Era necessário, para que a cidade progredisse, que a ordem, o embelezamento, a higienização fossem postos em prática. Quando “desordeiramente” os sertanejos – que migravam conscientemente para as capitais, posto que entendemos essa migração como um ato de resistência e não de abandono de sua terra – entravam nas cidades com suas famílias, desestabilizavam a elite local que não desejava solucionar o problema dos sertões, e nem mesmo receber esse contingente que trazia doenças e estimulava a mendicância.

A reflexão em torno da migração de sertanejos em massa para a Amazônia ou mesmo para o sudeste (Sul) ou para o litoral de algumas capitais do Nordeste era uma questão antiga nos sertões. Celso Furtado(2005) explica que a expansão da comercialização da borracha na Amazônia era estritamente uma questão de suprimento de mão de obra. Para o autor, a imigração de europeus para as regiões do café deixou disponíveis para o Norte a mão de obra dos nordestinos para a expansão da borracha, devido à crise do açúcar e à concorrência estrangeira em torno do algodão. Furtado explica que desde o século XIX, pós-seca de 1877, a mão de obra nordestina passou a ser orientada para a Amazônia. A concentração da população sertaneja nas cidades, devido à estiagem, facilitou o seu recrutamento. Mesmo assim, a maioria dominante da região se opunha a tal migração, pois via nela a perda de sua fonte de riqueza (FURTADO, 2005, p.137).

No contexto de 1930, percebemos o que Verónica Secreto explica: era necessário que cada um tivesse um lugar no Brasil de Getúlio Vargas. Para isso, o mesmo se utilizou de uma metáfora espacial, “o Brasil em que cada um tinha seu lugar

contrapunha aquele do passado em que nem todos os tinham. O Brasil da unidade era um somatório de lugares. O lugar do sertanejo era no sertão” (SECRETO, 2007, p.75-76). Por isso, da mesma maneira que estimulava-se a ida para a Amazônia, em 1930, era necessário que se resolvesse os problemas dos sertões sem incentivar a migração do sertanejo para as capitais dos estados nordestinos ou mesmo para o Sudeste. Era preciso evitar a evasão dessa população. O migrar podia ser posto em prática se fosse para ocupar o que Secreto chama de “espaços vazios” como a Amazônia. Ao contrário disso, se fazia necessário que não se estimulasse a ida de sertanejos para outras áreas. Tais posturas mostram a contradição desse contexto, e dos diversos interesses que estavam por trás das retiradas, principalmente, porque esses trabalhadores eram usados como mão de obra barata em diversos momentos da história cearense.

Já no periódico *El Mundo*, Roberto Arlt, em sua crônica intitulada “*El infierno santiagueño. Ante el avance de la sequía se ha quebrado el aguante gaucho*”, dizia:

Sin temor a exagerar puede afirmarse que el 70 por ciento del cordón silvestre de los pueblos santiagueños ha emigrado perseguido por el hambre y la sequía. Los ranchos donde en otros tiempos cultivaban verduras y criaban gallinas que sus pobladores llevaban a mercar por el pueblo, han sido invadidos por el monte salvaje. Tres años de ausencia y estos arbustos incomedibles, salitrosos, de talles espinosos y hojas amargas, han avanzado estúpidamente (...) Así están paralizadas millares y millares de hectáreas destinadas al cultivo del algodón. La despoblación llega a tal punto que en la zona de Colonia Dora de 2.000 colonos quedan 400. Y éstos porque no encuentran a quien vender sus tierras, sus casas, sus máquinas (...) Don Manuel Feijóo es el pastor de quinientos metros de ranchos abandonados. Nubes de tierra envuelven la iglesia y casa rectoral. Don Manuel reconsidera el paisaje quemado por el sol, el viento que levanta rojizas nubes de polvo y luego nos dice: -¡Las cosas se están poniendo malas por aquí! En Lugones ya se está muriendo el ganado mular, que es el más resistente. ¿Se darán cuenta en la capital de lo que ocurre aquí? Nos despedimos de don Manuel. Cruzamos por zonas donde mi acompañante dice: - Aquí cruzaba el Rio Dulce... Aquí cruzaba el Rio Salado... Desierto. Monte (ARLT, 1937, p.5).

Arlt narrava o problema do despovoamento rural – discurso e preocupação que também se encontravam na ordem do dia na capital argentina. Arlt falava que 70% da população santiagueña já havia imigrado pela fome e pela sede. As portas da fazenda caíam, as janelas estavam vazias. Descrevia o autor um certo tipo de planta que em três anos de ausência seus arbustos salgados e comestíveis, de esculturas espinhosas e folhas

amargas, avançavam rapidamente. O povo *santiagueño* havia migrado por causa da fome e da seca e os ranchos foram abandonados.

De acordo com Alberto Tasso, a estiagem de 1935-1937 ocasionou consequências catastróficas para a sociedade que dependia da produção para sobreviver. A seca acabou por mostrar como as políticas públicas estatais foram dispersas e tardias, e não conseguiram diminuir os problemas de milhares de famílias que enfrentaram a fome, o desamparo social, as misérias, acarretando nas grandes migrações. O êxodo em cadeia, se iniciou no departamento de Loreto em direção às novas regiões fabris de Buenos Aires, como Berisso e Ensenada (TASSO, 2011, p.19).

Na narrativa acima, o padre D. Manuel questionava se na capital se sabia o que estava ocorrendo em Santiago del Estero, e Arlt afirmava que o despovoamento havia chegado a tal ponto que, na área de Colonia Dora, ainda restavam 400 mil colonos. Isso porque eles não encontram para quem vender suas terras, casas e máquinas. Ao mesmo tempo, quando o cronista dizia que Don Manuel reconsiderava a paisagem queimada pelo sol, o vento que levanta nuvens avermelhadas de poeira e depois diz: “-¡As coisas estão ficando ruins por aqui!”, ressaltava mais uma vez que a natureza era o problema.

Alberto Tasso e Calos Zurita analisam que os censos argentinos não conseguem mensurar precisamente muitas das migrações da população de Santiago del Estero. Isto porque existem as referentes aqueles que transladam a outras províncias para as colheitas de milho, por exemplo, e porque há os que migram dentro da própria província, sem atravessar as fronteiras. Esse grupo, essa força de trabalho estacional, que por séculos existe na região, é quase invisível. Os autores, então, problematizam a naturalização do que eles chamam de “*viaje migratorio*” dos *santiagueños*. Para eles, abandonar essa impressão permite captar as dimensões econômicas, sociais e políticas de Santiago (TASSO e ZURITA, 2013, p.34).

Em *El Mundo*, outro correspondente do periódico dizia:

Santiago del Estero, 19. - Informaciones que llegan del interior de la provincia dan cuenta que en Pozo Hondo, Laprida, Nueva Francia, Loreto, Suncho Corral, Villa Nueva y Arriaga la población carece de lo más elemental, ofreciéndose espectáculos conmovedores, pues mujeres, hombres y niños emigran en largas caravanas, mientras otros se dedican a pedir limosna. Continúan los asaltos a los almacenes y negocios siendo esto ya un hecho común que no llama la atención. La protesta de la población de todos estos pueblos es general, pues aún no han llegado los auxilios prometidos por las autoridades provinciales y nacionales. En esta capital hay enorme

cantidad de personas que duerme a la intemperie, que han llegado a las localidades del interior (EL MUNDO, 1937, p.5).

O medo das invasões da população faminta e sedenta do interior não ocorria apenas em Buenos Aires, a capital de Santiago del Estero, que possui o mesmo nome da província, além de cidades vizinhas, temia a invasão desses imigrantes da seca. Era um espetáculo comovente, como apontava a reportagem. Mulheres, homens e crianças emigravam em caravanas e outros viviam a pedir esmolas. Os assaltos aos comércios nas cidades eram comuns e faziam com que as populações reclamassem uma postura das autoridades provinciais e nacionais.

Na capital Santiago del Estero, pessoas que chegavam do interior dormiam ao relento, nas ruas. Este quadro narrado por *El Mundo* nos remete de imediato ao caso brasileiro. As caravanas migratórias em busca das cidades, o assalto aos comércios, a população da capital Fortaleza que temia a chegada do contingente de retirantes do semiárido cearense. Todo esse quadro remonta à mesma postura da imprensa brasileira e do *Correio da Manhã* que acabava por reforçar cenas de incivilidade e insegurança em relação às populações do campo.

Consideramos fundamental entender, neste sentido, que as cenas narradas pelos jornais acabavam por aumentar o pavor da população das cidades em relação aos imigrantes do campo advindos da seca. Como analisa Frederico de Castro Neves(2001), no caso do Ceará, e Noemí Girbal-Blacha(2003), no que se refere a Argentina e à população rural, afirmam que no contexto da década de 1930 se utilizou de medidas de controle para conter essa população que invadia as capitais, com ajuda de autoridades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos se os discursos do *Correio da Manhã* não reforçaram uma questão cara ao cearense e, principalmente, aos sertanejos, ao longo dos séculos: uma população acostumada a migrar e a ser desbravadora de terras. Em Santiago del Estero percebe-se que o caminho discursivo é semelhante. *El Mundo*, por vezes, apesar de denunciar, principalmente nas crônicas de Arlt, as condições em que os *santiagueños* viviam em meio a seca, acabava também por naturalizar a condição de migrar em busca de trabalho como fator condicionante da vida dessa área. Em ambos os casos, predominavam dois pontos em comum: o medo da população que se retirava, daí uma narrativa do caos, um

discurso mais enfático, neste aspecto, e outro, de uma natureza-problema causadora dos males dessas regiões. Esses fatores acabavam por colocar em questão o “ser migrante”, como se fosse um traço natural de um território que não permitia muitas possibilidades de enriquecimento e prosperidade.

Propomos também refletir como o discurso detém poder e pode, de fato, reger questões sociais importantes. Se historicamente se construiu uma ideia de que essas populações são mão de obra para outras áreas e a partir disso se conduziu, inclusive, políticas públicas migratórias, percebemos que uma narrativa naturalizada historicamente pode se tornar ação concreta na vida desses semiáridos. O que desejamos salientar, é que o discurso não está à revelia dos fatos, não é mera subjetividade. Pelo contrário, ele está imbricado em formas de ver, pensar e agir sobre determinados espaços, ou seja, ele faz parte do campo de disputa e de lutas de classe. Neste caso, não problematizar o que, de fato, está por trás das migrações, mantém o *status quo* de uma elite detentora de terra nesses semiáridos.

Neste sentido, Tasso nos convida a refletir como Santiago del Estero foi vista habitualmente como uma província tradicional, relacionada diretamente à sobrevivência de um mundo colonial, caracterizada por sua heterogeneidade étnica e pela segmentação social, cruzadas por relações de dominação permeadas pelos processos migratórios (TASSO, 2003-2004, p.110). Esta visão, este tipo de discurso, este elo real, acaba por rotular a região como problema, e pouco considera as relações sociais que conjugam os diversos poderes (principalmente de uma elite dona de terras) que atuam em Santiago del Estero.

Em uma perspectiva semelhante, os sertões do Ceará também eram vistos ora como tradicionais, por isso avessos à modernidade, ora os resgatavam como a autenticidade da nação brasileira. No entanto, como explica Aziz Nacib Ab’Saber, o que restou sobre o Nordeste seco foram “observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico” (AB’SÁBER, 1999, p.8), apresentado como terra “dotada de solos pobres (...) habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa” (AB’SÁBER, 1999, p.8). Novamente, todo esse panorama não problematiza a grande concentração fundiária que mantém o pequeno produtor rural, por vezes, sem sua terra, sem água e, sobretudo, vivendo em condições de pobreza.

FONTES

Agrava-se a seca. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano XXXI, nº 11.442, 1 de abril de 1932.

ARLT, ROBERTO. El infierno santiagueño. Ante el avance de la sequía se ha quebrado el aguante gaucho. *El Mundo*. Buenos Aires, año X nº 34890 11 de diciembre de 1937.

Asaltan los comercios en varias poblaciones de Santiago del Estero. *El Mundo*. Buenos Aires, Año X, nº3489, 20 de diciembre 1937.

CARVALHO, Affonso de. Typos Regionaes, Cearense. *Correio da Manhã*, Anão XXIX, nº 1084, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. *Revista Estudos Avançados* 13 (36), São Paulo, pp.7-59, 1999.

ANDERMANN, Jens. El infierno santiagueño: sequía, paisaje y escritura em el Noroeste argentino. *Iberoamericana*, XIII, 45, 2012, p. 22-43.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl.]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (Coleção Ensino Superior).

CAMPOS, RAQUEL DISCINI. O Correio da Manhã (1901-1974) e a educação para a beleza feminina. *Caderno Espaço Feminino – Uberlândia-MG – v.29, n. 1- Jan/jun. 2016 – p. 237-254.*

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIRBAL-BLACHA, Noemí María. Riqueza, poder y control social. Acerca de las estrategias empresariales agrarias en la Argentina (1900-1950). *Anuario IEHS* No 18, Tandil, UNCPBA, 2003, pp.367-396.

LINHARES, Maria Yedda Linhares; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOSADA, Leandro. Oligarquía, aristocracia y nación. La Argentina de los años treinta según Marcelo T. de Alvear. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, núm. 44, 2016, p. 108-134.

LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.111-153.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. v. 21, nº40, SP, 2001, pp. 107-131.

MARTINS, Luciano. “A Revolução de 1930 e seu significado político”. In: *A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, (Coleção Temas Brasileiros, 54), 1982.

ROMERO, Jose Luis. *El desarrollo de las ideas en la sociedad argentina del siglo XX*. Buenos Aires: A.Z editorada S.A, 1998.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007. p.75 e p.76.

SARLO, Beatriz. *Modernid periférica: Buenos Aures 1920-1930*. 1ª ed. 3ª reimp. Buenos Aures: Nueva Visión, 2003.

TASSO, Alberto. La sequía de 1937 en Santiago del Estero. Antecedentes y consecuencias de un acontecimiento ambiental. *Trabajo y Sociedad*, Núm.17, Santiago del Estero, Argentina, 2011, pp.17-39.

_____. Un caso de expansión agraria seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. *Población y Sociedad* N° 10/11, 2003-2004, pp. 109-136.

TASSO, Alberto & ZURITA, Carlos. Aves de paso. Los trabajadores estacionales de Santiago del Estero. *Trabajo y Sociedad*, nº 21, Invierno 2013, Santiago del Estero. Argentina, pp.33-47.

Um Rio de Janeiro doente: uma análise a partir de Casa de Pensão de Aluísio Azevedo. (1876-1884)

Jéssica Ramalho Crispiniano
Mestra pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

Em meio a um cenário de pandemia devido ao novo Coronavírus mudanças podem ser constatadas com a simples observação de nosso entorno. Ao caminhar pela Rua Riachuelo no Centro da cidade do Rio de Janeiro no final do mês de Março notava-se o grande número de pessoas utilizando máscaras e a preocupação de muitos em manter o afastamento físico.

Apesar de ser um cenário extremamente atual não só para o Rio de Janeiro, mas para o mundo, tratamos aqui, especificamente da cidade do Rio de Janeiro. Não é a primeira vez que a cidade é exposta a muitas mudanças devido a questões sanitárias. Na verdade há um histórico de doenças que modificaram a dinâmica social.

Através da apreciação da obra *Casa de Pensão* do escritor maranhense Aluísio Azevedo, é possível verificar a importância das doenças e seus desdobramentos em vários âmbitos da sociedade no último terço do século XIX. O livro *Casa de Pensão* foi publicado em 1884 e baseia-se em um caso conhecido como Questão Capistrano, amplamente abordado pela imprensa por volta de 1876.

A utilização da literatura como fonte para os estudos historiográficos é uma questão em debate. Hollanda (2017) aponta para a tensão que paira em torno da legitimação do uso de um material fictício como documento. Neste trabalho, tratamos destas questões partindo da premissa de que é possível investigar processos históricos através da apreciação da literatura. Ao fazer uma comparação do discurso historiográfico com o discurso da literatura, Sevckenko (1999, p. 27) explica que o primeiro ocupa-se da realidade, enquanto o segundo “fornece uma expectativa do seu vir-a-ser”, em diálogo com as possibilidades de futuro. Outras perspectivas ainda nesse liame da comparação entre a literatura e História tendem a enxergar a própria História como a construção de possibilidades, embora não se tratem de possibilidades do “vir-a-ser”, mas possibilidades do que já foi.

A obra *Casa de Pensão* nos conduziu a um recorte temporal que seria a segunda metade do século XIX, sobretudo, a partir da década de 1870, devido a Questão Capistrano. Segundo Dimas (1980, p. 32) o caso aconteceu no Rio de Janeiro em 1876 na casa de uma senhora que morava com um casal de filhos e um pensionista. O pensionista se envolve com sua filha dando origem a um escândalo de grande repercussão nos jornais.

Na obra *Casa de Pensão* há também, como na Questão Capistrano, uma pensão, essa é gerida por Mme. Brizard e Coqueiro, eles moram na pensão junto à Amélia, a jovem irmã de Coqueiro. Amâncio é o colega de Coqueiro que passa a ser pensionista em sua casa. Ele se envolve com Amélia, porém, nesse caso, foi uma armação da família de Coqueiro para que a jovem pudesse se casar com Amâncio, devido ao interesse que a família tinha em sua fortuna.

Como demonstra Azevedo (2006), em sua obra, o plano não funcionou e terminou na justiça com a absolvição de Amâncio seguida de sua morte.

No último terço do século XIX, o desafio dos escritores como Aluísio Azevedo, em desenvolver sua produção literária em meio a um Rio de Janeiro que mudava era grande, e as doenças também eram motivos para mais transformações, elas aparecem com frequência em sua obra.

Dentre os pontos mais importantes encontrados com a análise do livro, podemos citar não apenas a repercussão das doenças no comportamento, hábitos e costumes dos que habitavam a cidade, mas também o reflexo das atitudes dos agentes e instituições responsáveis por resolver os problemas sanitários.

O que pretendemos através deste trabalho é impulsionar uma reflexão sobre o que vivemos nos dias atuais, porém lançando o olhar para outros períodos em que a sociedade esteve à mercê de doenças e epidemias. No caso deste trabalho, trata-se do último terço do século XIX, porém é interessante observar comportamentos parecidos com aqueles que nos deparamos nos dias atuais e contradições que se apresentam novamente, ainda que em um cenário e contextos completamente diferentes.

Pode-se dizer que o discurso médico foi importante na consolidação de novas premissas, seus desdobramentos vão além do indivíduo, interferem em questões sociais. A modificação na dinâmica espacial da casa, por exemplo, intervém nas relações sociais na família e na relação entre proprietários e escravos.

O discurso médico, segundo Rezende (2000), integrava o engajamento dos administradores públicos e dos intelectuais na luta pela transformação da paisagem urbana e social. Foi mais um fator que marcou o século XIX, várias medidas de ordenamento urbano e da vida social dos habitantes da cidade foram adotadas buscando atingir o que segundo eles seria a civilização e o progresso.

De acordo com Benchimol (1992, p. 113-114), a primeira epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro foi entre 1849 a 1850. Após a constatação de que a crise havia terminado, entendeu-se a necessidade de atitudes preventivas. Por isso, foi criada em 1850 a Junta Central de Higiene Pública, “com pouco pessoal, extensas funções, falta de unidade e recursos, a junta não resolveu o problema da saúde pública.” Somente em 1886, uma reforma nos serviços de saúde transforma a junta em Inspetoria Geral de Higiene.

Segundo Benchimol (1992, p. 112-113), desde meados do século XIX o Rio de Janeiro era assolado pelas epidemias. Em 1850, após a epidemia de febre amarela, o Rio entrava em uma fase que modificaria mais do que o seu aspecto sanitário. As ações em prol da saúde se voltavam pra sociedade, institucionalizavam-se, buscando a prevenção no ambiente e na sociedade, ao passo que o conhecimento médico ganhava reconhecimento em detrimento das práticas populares.

Embora a fala de Benchimol (1992) demonstre a prevenção como o objetivo dessas ações, Marques (2018, p. 359) ao fazer uma análise de vários trabalhos relacionados à saúde e sociedade, como o trabalho organizado por Luz em 1982, destaca que os autores da obra concluem que na verdade apenas as doenças mais urgentes ou epidêmicas recebiam atenção mais enérgica do Estado, problemas de saúde crônicos como a tuberculose que necessitavam de prevenção e investimento, não.

Em uma página do jornal *Gazeta de Notícias* (1876, p. 1), encontra-se um informe intitulado “Febre Amarela”, que apresentava o relato de que o presidente da província de Alagoas recebeu comissões da câmara municipal. A febre amarela já havia feito 19 vítimas e estava “grassando com alguma intensidade” no distrito Casa Branca. Essas notícias, nas mesmas páginas onde a Questão Capistrano era tratada, auxiliam na compreensão do que a população lia naquele momento. Através da observação do que estava a sua volta Azevedo concebeu seu trabalho. Dessa forma, o autor ofereceu ao leitor, através de sua ficção, um panorama rico e inventivo de seu contexto.

Neste trecho da obra *Casa de pensão* é possível observar que essas questões sanitárias já faziam parte do cotidiano da população, como podemos notar nesse fragmento do livro:

Falando sobre o preço alto e a falsificação dos alimentos “O *gentleman* reclamava uma junta de higiene, rigorosa, que mandasse lançar a praia todos os gêneros deteriorados que encontrasse. “Era assim que faziam na Europa! (AZEVEDO, 1973, p. 123.)

Como já citado, segundo Benchimol (1992, p.114-118) foi criada a Junta de Higiene Pública, demarcando a institucionalização da medicina social, que tinha dentre as suas preocupações a questão da integridade do alimento e da qualidade do ar. Esse discurso infiltrou-se no senso comum das camadas dominantes e das camadas médias, culturalmente subalternas, que nos anos 70 já constituíam uma influente “opinião pública”, favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do império numa metrópole salubre e moderna.

A cidade do Rio vinha passando por uma série de problemas sanitários, como epidemias de febre amarela, tuberculose e Varíola. Nestes trechos Azevedo (1973, p. 191 e 194) demonstra que os personagens da casa queriam aproveitar do momento de fragilidade de Amâncio, que se encontrava doente. Eles pretendiam fazer com que Amelinha conquistasse o rapaz através de seus cuidados: “Minha filha, nem sempre há cataporas!” Depois, neste outro trecho, a menina recobre o doente de cuidados e carinhos, diferente dos outros hóspedes que partiram em retirada com medo de contrair a doença de Amâncio: “[...] seu rostinho, mimoso e fresco como um jambo, não se contraía ao fartum insalubre das varioloides.”

Segundo Sigaud (1827 apud FERNADES, 2003, p. 463) varioloide seria uma forma, mais branda da Varíola. De acordo com Fernandes (2003, p. 446) a varíola e a catapora foram confundidas, alguns médicos defendiam que era a mesma moléstia, porém, com intensidade diferente de menor duração e sem os sintomas assustadores da varíola.

Para André Azevedo (2016, p. 64-65), os engenheiros buscavam, através da criação do Clube de Engenharia, afirmar sua importância perante o Estado. Eles viram no cenário de epidemias, uma oportunidade de se mostrarem como indispensáveis para a higienização da cidade, eles procuravam demonstrar que os médicos eram capazes de diagnosticar os problemas da cidade, porém eles é que poderiam, de fato, resolvê-los.

Com efeito, até mesmo o próprio entendimento da importância do saneamento e da sua relação com as doenças adivinha da ideia de uma engenharia moderna⁵⁵² que passara a ser uma preocupação básica em outros países.

Em sua pesquisa, Benchimol (1992, p. 128-129) destaca em meados do século XIX, o relato de agentes responsáveis pela fiscalização da ordenação da cidade, como fiscais e oficiais de polícia que relacionavam a falta de higiene das habitações coletivas, como cortiços, a epidemias como o cólera-morbo e a febre amarela. O autor demonstra que a responsabilidade da desordem urbana era atribuída não só a degradação física, mas também a moral da população.

Aluísio Azevedo escreveu uma apresentação para sua obra quando a publicou em folhetim. Nessa apresentação fica claro o objetivo de Aluísio em abordar um tema em voga que fazia parte da realidade da população naquele momento. Ele explica que seu objetivo é demonstrar o que acontece em uma casa de pensão. Assim como a opinião pública, ele entende a habitação coletiva como algo que gera a degradação humana. O autor se refere às casas de pensão como uma doença, demonstrando uma possível relação entre a habitação coletiva e a saúde, não só física, mas especialmente moral: “Desejo exibir toda a hediondez dessa existência artificial e hipócrita, que corrompe nossa sociedade, como uma moléstia secreta e inconfessável corrompe o organismo humano.” (AZEVEDO, 1883, p.1.).

As descobertas da medicina, assim como sua legitimação por meio dos métodos “científicos” são notáveis na obra *Casa de Pensão*. Um dos trechos do livro traz um personagem, hóspede da casa de pensão, que aconselhara os banhos de mar para a filha de Mme. Brizard que sofria de histeria. Ele a aconselha a tomar banhos de mar, e após ouvir que tal recomendação não surtira efeito, ele acha muito estranho e cita Durand Fardel, autor de obras relacionadas ao cérebro. “É estranho, porque, segundo Durand Fardel, não há enfermidades nervosas que resistam a um bom regime de banhos marítimos” (AZEVEDO, 1973, P. 117). Fardel (1875) estudava as águas de Vichy, seu trabalho foi comparado ao de outros estudiosos do tema e publicado em um volume no ano de 1875.

Em um compilado de estudos médicos datado de 1848 encontramos algumas conclusões de Fardel (1848, p. 540) sobre congestão cerebral. No mesmo estudo há

⁵⁵² Adotamos a definição de Azevedo (2016, p.67) em que “Moderno é entendido como o que é atual.”

considerações de alguns estudiosos sobre a histeria: “Essa excitabilidade indevida do sistema nervoso é uma das características mais importantes do distúrbio que, por falta de um nome melhor, denominamos histeria.”⁵⁵³

Segundo Azevedo (1973, p. 116-117) de acordo com Mme. Brizard, mãe da personagem Nini, a menina “tinha o gênio mais alegre deste mundo” e depois de alguns eventos mudou muito, tinha exigências e caprichos de uma criança e tinha crises e ataques caso fosse contrariada.

Os apontamentos de Forget (1848, p. 536), encontrados em um dos estudos sobre histeria demonstram a associação entre a doença e as populações marginalizadas e mais uma vez a questão moral vem associada a doenças. De acordo com esse estudo, a histeria atacava frequentemente as classes pobres e miseráveis, era rara em homens e poderia ser determinada por causas morais ou físicas. O estudo afirma que o caminho para a cura da doença estava na melhoria das condições higiênicas.

O tema das doenças teve bastante espaço na trama de Aluísio. Nesse trecho de seu livro, o autor ressalta o medo da população com relação às doenças e as dificuldades econômicas ao demonstrar a evasão de clientes que a pensão sofria:

A casa de pensão de Mme. Brizard sofreu muito com as varioloides de Amâncio. Desmanavam-se hóspedes que era uma coisa por demais. O *gentleman*, o piloto e a pérola do n.º 9 “o estimável Melinho” desde a fatal noite das cataporas, não davam notícias. [...] apenas seis hóspedes restaram dos primitivos.

Era compreensível que houvesse tal pensamento em fins do século XIX. Uma hospedaria foi o ponto de partida da primeira grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. É possível observar que houve relutância em reconhecer a gravidade do problema e a possibilidade de uma epidemia.

Adoeceram quase todos os seus inquilinos e os moradores de duas estalagens próximas. Quando em fevereiro de 1850, a Academia Imperial de Medicina, depois de alguma relutância, admitiu a existência da febre amarela na capital [...]. (BENCHIMOL,1992, p.113)

O quadro da dispersão de doenças aparece novamente muitas vezes no Rio de Janeiro do livro *Casa de Pensão*; entre outros exemplos há um personagem tuberculoso, que se hospeda na mesma pensão de Amâncio e que está prestes a morrer. “O tísico do

⁵⁵³ Tradução nossa. *This undue excitability of the nervous system is one of the most prominent features of the disorder which, for want of a better name, we term hysteria.*

n.º 7 há dias esperava o seu momento de morrer, estendido na cama, os olhos cravados no ar, a boca muito aberta, porque já lhe ia faltando o folego.” (AZEVEDO, 2006, p.172).

Segundo Benchimol (1992, p.118), regular o crescimento urbano e ditar normas para as construções de moradias, significava também entrar nas casas, portanto, alterar relações sociais conectadas às disposições da casa. A mulher era encorajada a sair de seu confinamento, as casas passavam a ser mais planejadas, priorizando a ventilação, e até mesmo a relação com os escravizados sofria interferência: “[...] os médicos pontificaram sobre o lugar mais adequado para a construção das casas, [...] fixando minuciosamente a quantidade de ar e luz que o indivíduo necessitava respirar.”

Em uma cena de seu livro Azevedo (1973, p. 95 e 97) mostra que o personagem Coqueiro chama um empreiteiro para a reforma de sua casa, pois gostaria de transformar o velho prédio na Rua do Rezende em uma pensão. Depois de reformada, a descrição que o autor faz da casa demonstra a valorização da ventilação, do tamanho da casa e da xácara ao fundo. Esses trechos demonstram a importância das janelas: “Três largas janelas de sacada, guarnecidas de cortinas brancas, davam para rua; [...] imediato à sala, com uma janela igual aquelas outras, havia um gabinete cumprido e muito estreito.”

Além das descrições da construção da casa em si, o asseio da pensão e a qualidade dos alimentos servidos são trazidos à tona, a limpeza da casa de pensão é comparada a república dos estudantes, onde Amâncio passara a noite anterior e cujo estado era de total desmazelo e despreocupação com a higiene: “[...] a pandega da véspera, tudo isso dava aquela caminha fresca, de lençóis limpos, um encanto superior ao que houvesse de melhor no mundo.” (AZEVEDO, 1973, p. 127.)

Além da casa de pensão, outra menção ao estilo de casa e a limpeza são encontrados na descrição da casa de Campos, amigo do pai de Amâncio, que o recebera no Rio de Janeiro no momento de sua chegada. A descrição da casa, no que se refere ao asseio é positiva e minuciosa: “O segundo andar vivia, pois, num brinco; [...] Campos sentiu-se bem no meio dessa ordem, desse método.” (AZEVEDO, 1973, p. 33).

Segundo Azevedo (1973, p. 33 e 34), o cuidado da limpeza da casa era atribuído a Hortência mulher de Luís Campos, “muito amiga de poupar, muito presa aos interesses do marido, e limpa ‘limpa que fazia gosto!’” O sucesso de Campos era em

parte atribuído a esse ambiente de ordem e limpeza: “Campos depois do casamento, principiou a prosperar de um modo assombroso”.

Essa conexão entre ordem e sucesso também aparece no conselho de Coqueiro ao colega Amâncio, nota-se a valorização do trabalho e do método. Na obra de Azevedo (1973, p. 67) o personagem Coqueiro tenta convencer o amigo de que uma vida boemia não é o melhor caminho: “O método homem! O método é o segredo da existência! [...] Amâncio estava defronte de duas entradas; uma que conduzia a verdadeira felicidade e outra que conduzia a desordem, ao vício e a completa desmoralização!”

O personagem citado é estudante da Politécnica, o que poderia explicar sua valorização do método, pois é dessa escola que surgem “as bases do Clube de Engenharia” que em 1887, iriam começar a estudar a viabilidade das propostas do relatório da Inspeção Geral de Higiene. Essa valorização da ordem aparecia muito nesse período do século XIX, refletindo as ideias do século como o pensamento positivista e o evolucionismo. O discurso médico reforçava isso, ao criticar o desenvolvimento espontâneo da cidade.

De acordo com Freire (Apud BENCHIMOL, 1992, p.120) essas novas concepções que atraíram a opinião pública para as questões de higiene e modificavam a relação da família com o escravizado. Esse passa a ser visto como nocivo à saúde. As normas de higiene tendiam a retirada dos escravos do ambiente doméstico, incentivando a sua substituição por trabalhadores assalariados. Dentre os problemas relacionados aos escravos, estariam as doenças e a morte ou infelicidade dos filhos, culpando a mulher.

Neste trecho do livro de Azevedo (1973, p. 43), o médico de Amâncio aconselha que ele não seja amamentado por uma escravizada. Segundo ele, a ama escravizada teria reuma⁵⁵⁴ no sangue. Vasconcelos que é um homem tradicional do Maranhão não dá ouvidos ao conselho do médico: “Esta mulher tem reuma no sangue – dizia ele – e o menino pode vir a sofrer para o futuro. Vasconcelos sacudiu os ombros e não quis outra ama. – O doutor que deixasse de partes!” Mais adiante no livro, o personagem já adulto atribui a sua ama escravizada a sua doença.

Logo, porém, que deixou a cama, apareceram-lhe dores reumáticas na caixa do peito e nas articulações de uma das pernas. Era o sangue de sua ama-de-

⁵⁵⁴Mais a frente Amâncio sofre com dores reumáticas e atribui ao sangue da escrava, por isso entendemos que reuma refere-se a reumatismo.

leite que principiava a rabear. Bem dizia outrora o médico a seu pai, quando este a encarregou de amamentar seu filho. (AZEVEDO, 1973, p. 41)

Outros aspectos das cidades também são apontados nos estudos, segundo Mastromauro (2011, p. passim 1, 2 e 3) o seu clima, a circulação do ar e os pântanos considerados produtores de “miasmas” eram citados como problemas para a manutenção da salubridade.

Essa questão do ar aparece na produção de Azevedo (1973, p. 237): “Os ares tonificantes de Santa Teresa produziam-lhe efeitos miraculosos.” Segundo Rezende (2000), a população acreditava que mudar para as partes mais altas da cidade evitaria doenças no verão por causa das epidemias, os indivíduos das classes mais altas mudavam-se para Petrópolis, ou para Tijuca, já as pessoas da classe média recorriam temporariamente ao bairro de Santa Tereza.

Benchimol (1992, passim) sinaliza que a influência do discurso médico sobre a percepção a respeito dos escravizados acaba por auxiliar a afirmação do sistema capitalista através do incentivo a mudança cultural. A racionalização do trabalho e o planejamento também foram heranças dos projetos higienistas. O discurso em favor da “cura” ou “regeneração” da cidade justificava o cerceamento da espontaneidade e o controle e direcionamento do desenvolvimento urbano.

No que desrespeito a Historiografia da saúde, Marques fala sobre uma tensão entre o presente e o passado:

Tensão que se dá não pela pretensa evolução científica da medicina e da epidemiologia, mas pela relação (muitas vezes, conflituosa) entre saber científico, intervenção social, controle social, cultura popular, interesses de classe e dominação econômica. (MARQUES, 2018, p. 356).

Opiniões relacionadas a saúde eram cada vez mais parte da formação da opinião pública. Em outra publicação do jornal *Gazeta de Notícias*, em 1877, encontram-se as recomendações do médico Carlos Costa no que se refere à alimentação das crianças. A publicação destaca-se pelo título: “Hygiene” com letras maiores do que o padrão da referida página. O texto é direcionado às mulheres, sobretudo as das famílias abastadas, pois segundo o médico as classes pobres tinham na falta de recursos a justificativa para o desmazelo com a alimentação das crianças. A publicação aborda alguns pontos, onde se destaca a advertência quanto à alimentação sem regulamentação de horário e repleta de doces, especialmente, os doces vendidos pelas escravas, questionando costumes antigos e colocando em dúvida a qualidade dos produtos vendidos por escravizados:

Entretanto causa repugnância ver-se essas cocadas, pés de moleque, mães bentas, nomes que perfeitamente conheceis, xícaras em arroz de leite, os celebérrimos amendoins (mendubis como apelidam) e mil outras coisas tão inúteis e impróprias, que são vendidas igualmente, cobertas de moscas, pelas pretas velhas [...]. (COSTA, 1877. Higiene, p. 2.).

Nota-se também a questão da alteração de costumes tradicionais. A mulher é aconselhada a repensar os costumes antigos, como o das refeições em família, que poderiam afetar a saúde das crianças:

Por outro lado é costume entre nós, as crianças comerem a mesa com os pais; nessa prática não encontro senão desvantagens. As crianças não podem sujeitar-se as necessidades dos chefes de famílias que por suas ocupações são forçados a almoçarem cedo e a jantarem tarde. (COSTA, 1877. Higiene, p. 2.)

Neste outro trecho do jornal citado, foi demonstrada a preocupação do médico em mudar a mentalidade das famílias brasileiras que resistiam a total mudança de costumes: Compreendo que as famílias necessitadas encontrem embaraços na execução das medidas higiênicas que aconselho, por que não podem ter criadas a sua disposição, porém o mesmo não acontece aos ricos, que, na maioria, entendem seguir os antigos maus hábitos não querendo as novidades europeias. (COSTA, 1877. Higiene, p. 2).

Tanto o livro *Casa de Pensão*, quanto os trechos dos jornais da época, corroboram algumas análises de Benchimol. Para ele a associação do escravizado à falta de higiene e a doenças, tornava desejada a substituição dele por trabalhadores livres. Por mais que muitas famílias brasileiras tivessem a Europa como matriz, a pressão para o abandono de alguns costumes criava certa tensão com relação ao que vinha da Europa. O Dr. Carlos Costa tenta em sua publicação incentivar o abandono de certos costumes que ele chama de “maus hábitos” em detrimento das “novidades europeias”. O Rio de Janeiro no último terço do século XIX era um uma cidade em processo.

Uma cidade com uma burguesia em ascensão, mas com remanescentes coloniais. A opinião pública modificava-se paulatinamente, a modernidade capitalista englobava uma série de transformações em vários setores, esses processos não se davam todos juntos, portanto, assim como explicitado por Abreu (2013, p. 31), nesse período os dois sistemas conviviam. No livro *Casa de Pensão*, enquanto o médico de Amâncio aconselha que ele não seja amamentado pela escrava, Vasconcelos não se importa, sua

mentalidade é de um senhor provinciano apegado a costumes antigos. Já Campos, não só se adapta à modernidade, como prega a todos as novidades do mercado.

No livro, também é possível identificar um pouco do que o próprio autor pensava, ou gostaria de passar para o seu leitor. Pois é importante lembrar-se da historicidade do pensamento do escritor.

O discurso médico aparece muitas vezes no livro *Casa de Pensão*. Os conselhos já estavam “na ponta da língua” dos personagens que sugerem banhos de mar como indicado por Fardel e como se faz na Europa; os ares de Santa Teresa que garantiriam pronta recuperação, além da preocupação com a limpeza descrita muitas vezes. Isso tudo catalisado pelo medo das doenças que assolam os personagens do livro. Amâncio se recupera de uma enfermidade e outra aparece e com elas novos conselhos e diagnósticos que vem antes mesmo da chegada do médico.

Como demonstrado no jornal, as atenções do Dr. Carlos Costa no trecho do jornal, estavam direcionadas as famílias abastadas. Quanto às classes pobres, essas estavam justificadas pela impossibilidade de se adaptar. Dessa forma, o médico reconhece a dificuldade e não apresenta nenhuma solução para o problema, excluindo essa classe dos “benefícios” de seus conselhos. É como se fossem simplesmente apagados. Ao mesmo tempo, o médico desencoraja a compra dos produtos vendidos na rua, ou seja, ele exclui novamente essas pessoas, em destaque os “pretos e pretas de ganho”.

Ao passo que a cidade cresce e se adapta à modernidade capitalista, ela exclui os que estão à margem. A industrialização e a migração atraíram trabalhadores para o centro, o desenvolvimento dos transportes encorajou o afastamento desses trabalhadores e o discurso higienista encoraja a aversão às casas coletivas, mais uma vez tentando afastar os mesmos trabalhadores. A necessidade do mercado ajudou a encorajar a libertação dos escravos e o discurso médico encorajou a sua substituição por trabalhadores assalariados, porém com essa mudança de sistema um grande contingente que antes morava no local onde trabalhava passou a carecer de moradia. Dessa maneira nota-se que aqueles que estão à margem da sociedade são, de certa forma, apontados como culpados e a questão social não é reconhecida.

FONTES

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Editora três, 1973.

COSTA, Carlos. Educação física das crianças pelo Dr. Carlos Costa. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 23 nov. 1877. Higiene, p. 2.

FEBRE amarela. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 1 dez. 1876, p. 1.

ZEVEDO, Aluísio. Casa de Pensão. *A Folha Nova*. Rio de Janeiro, 5 mar. 1883. Folhetim, p.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 2013.

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2016.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1992.

DIMAS, Antônio. *Aluísio Azevedo: Literatura comentada*. São Paulo. Ed. Abril educação, 1980.

FARDEL, Durand. *Medical Study on the mineral waters*. 1875.

FARDEL, Durand. *On cerebral Congestion in relation to hemorrhage and ramollissement of the brain. In British and Foreign Medico-chirurgical Review, Volume 2. 1848.*

FERNADES, Tania Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2. 2003.

FORGET, Prof. *On hysteria*. In *British and Foreign Medico-chirurgical Review*, Volume 2. 1848.

HOLLANDA, Bernardo, Buarque de. Afinidades eletivas? A literatura nos pródromos da História. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 525 - 533, set. 2017. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/72005>>. Acesso em 23 set. 2019.

MARQUES, Maria Cristina da Costa et al . A importância da perspectiva histórica para o pensamento social em saúde: a contribuição de Madel Luz e Emerson Merhy. *Hist.*

cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 353-369, June 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000200353&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702018000200004>.

MASTROMAURO, G, C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. SP, julho 2011.

REZENDE, Borges Valdeci. *Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia: Ed. Aspectus, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense. p. 13-23. 1999.

SIGAUD, 1827 apud FERNADES, Tania Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2. 2003.

MESA 6

Território, Identidades e Representações 4

DEBATEDORES:

Luis Reznik (UERJ/FFP)
Marcelo Magalhães (Unirio)

Identities nordestinas em Duque de Caxias: a Feira de Caxias como um estudo de caso.

Rodrigo Sampaio Pinto
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

O longo processo de transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX é um assunto debatido exaustivamente no meio acadêmico por historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos. A iniciar pelas sucessivas reformas modernizadoras da então capital federal na primeira metade do século XX, passando pela perda de centralidade política para Brasília em 1961 até o atual contexto de crise econômica e política que contorna o antigo Distrito Federal. Em suma, o Rio de Janeiro é um elemento singular na análise sobre as substâncias cotidianas das grandes cidades brasileiras do último século. Mas afinal, por que restringir a análise ao território delimitado politicamente como atual município do Rio de Janeiro? É possível buscar a luz da compreensão sobre os acontecimentos ocorridos na antiga capital federal negligenciando os municípios em seu entorno? Por que suprimir a realidade coexistente nas regiões que circundam o município?

É por meio dos questionamentos mencionados acima que se presunha o desenvolvimento de uma pesquisa com foco nas relações sociais, políticas e culturais pertinentes a uma relação de complexidade entre o Rio de Janeiro e a sub-região que vai ser determinada a partir dos meados do século XX como Baixada Fluminense. Mais especificamente, este artigo tem por objetivo lançar olhares analíticos a respeito do processo de migração de populações oriundas do Nordeste brasileiro para o Rio de Janeiro. Tendo como foco a inserção desses indivíduos no município de Duque de Caxias (integrante da Baixada Fluminense). Como plano de fundamentação, haverá destaque especial a formação de uma feira livre que ao longo do século fica vinculada a manifestações culturais relacionadas ao Nordeste brasileiro, a Feira de Caxias.

A elaboração deste ensaio consistiu em três fundamentações que se encontram subdivididas nos tópicos elaborados como estratégia de organização do texto. Em primeiro lugar, trata-se de uma tentativa de inversão analítica concernente as relações entre cidades de regiões metropolitanas no Brasil. Neste sentido, busca-se introduzir a

realização de um processo de transformação urbana no Rio de Janeiro no sentido periferia-centro (Duque de Caxias – Rio de Janeiro). Não se trata de desconsiderar as influências do município do Rio de Janeiro sobre as cidades ao seu redor, como aquelas consideradas pertencentes a Baixada Fluminense. Pontualmente falando, é um recurso de compreensão a respeito das construções sociais e culturais protagonizadas pelos indivíduos em suas localidades. Ou seja, entender as dinâmicas sociais inerentes ao cotidiano da população migrante em Duque de Caxias. Em segundo lugar, sinaliza uma problematização do termo “nordestinos”. Considerando aqui como uma construção de identidade que só faz sentido para o sujeito a partir do momento em que ele se torna um migrante, fundamentado nas relações de diferenciação. Engloba as relações de identidades como um processo de produção. Entretanto, é de fundamental importância ressaltar que não se trata de uma produção com sujeitos inertes ao processo, mais sim de uma via de mão dupla em que convivência, hierarquização, diferenciação e resistência serão instrumentos de manuseamento e estruturação das relações identitárias. Por fim, o terceiro ponto, considera a Feira de Caxias como um parâmetro das relações sociais e da consolidação de um processo de reconhecimento das “nordestinidades” por meio de expressões artísticas, de consumo e de trabalho dos migrantes nordestinos em Duque de Caxias. É neste ponto que se esclarece a polissemia do termo nordestino e sua abrangência no município.

A INVERSÃO DA LÓGICA: DA BAIXADA FLUMINENSE PARA O RIO DE JANEIRO

Desenvolver uma pesquisa acadêmica requer a realização de uma enormidade de escolhas que necessitam serem justificadas ao longo da elaboração do texto final. Em nosso caso, a opção por uma análise para compreensão de um fenômeno de deslocamento no Brasil (as migrações oriundas Nordeste brasileiro para cidades do Sudeste, originário principalmente do êxodo rural) partindo de uma realidade considerada periférica engloba toda uma tentativa de desconstruir um cenário dualista nas relações entre o Rio de Janeiro e os municípios da Baixada Fluminense. O que eu quero defender com isso? Por um lado se reconhece todo o dinamismo e as inter-relações existentes entre o Rio de Janeiro e os municípios da Baixada Fluminense, principalmente nas influências políticas e culturais, tal como no processo diário de

migração pendular. Não obstante, é emergencial o olhar inverso a respeito do pêndulo em seu sentido de ir e vir, tal como as diversas variantes construídas por meio das relações dos indivíduos em sociedade. Neste sentido, pensar na trajetória completa do pêndulo é possuir um olhar a respeito de toda a itinerário realizado dentro do relógio. À vista disso, a simplificação das relações entre Baixada Fluminense e Rio de Janeiro em uma visão de hierarquia direta entre centro e periferia simplifica as realidades construídas em cada localidade, desconsiderando a existência de uma enormidade de variações. Ou seja, ratifica o erro de unicidade dos municípios da Baixada Fluminense como resultados das decisões políticas e econômicas do Rio de Janeiro.

Qual seria a solução para a construção do objeto científico considerando as problemáticas mencionadas acima e os objetivos do projeto? Optou-se por uma dimensão que permeia a multiplicidade e a complexidade de relações existentes entre os indivíduos e as localidades em que habitam. Duque de Caxias, embora possua influências e uma relação com o que ocorre no Rio de Janeiro, não é resultado de diretrizes políticas estabelecidas por um município central. A existência de um universo de relações permite perceber os dinamismos, as complexidades e as peculiaridades de cada realidade. Existe entre os municípios da Baixada Fluminense relações estabelecidas, em diversos âmbitos, que superam a visão simplista de um processo resultante da administração carioca. O próprio fenômeno de deslocamentos diários de trabalhadores e consumidores entre as cidades, inerentes às zonas com intensa conturbação urbana, notabiliza uma gama considerável de relações entre municípios como Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu e Magé (todos considerados aqui como pertencentes a Baixada Fluminense).

NORDESTINO?

“De Espirito Santo pra cima é tudo paraíba.”⁵⁵⁵

A naturalização de diversos termos pertinentes a convivência social é um hábito comum do cotidiano dos homens. Captar a produção de determinados conceitos é importante

⁵⁵⁵ Frase baseada no senso popular de áreas metropolitanas do Rio de Janeiro.

para a compreensão do processo de hierarquização cultural e social presentes nas relações sociais. Este é o caso do conceito de nordestino atribuído a uma suposta identidade nordestina pré-existente ao processo de migração. A produção desta identidade está relacionada a uma concepção de cidadão matuto, atrasado, com fala preguiçosa entre outras caracterizações remetidas diretamente aos indivíduos originários de cidades do Nordeste brasileiro que tomaram a decisão de migrar e residir em cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. É resultado de conjunto de aproximações realizadas de forma generalizada com o objetivo de criar uma representação de indivíduo ou causas. Não se tem a pretensão de elaborar uma nova tese a respeito do conceito de identidade. Compreende-se aqui que alguns estudos referenciais possibilitam a compreensão do objeto em questão: identidade (s) nordestina (s). Logo, os parágrafos a seguir procuram dimensionar o entendimento em torno da produção da “nordestinidade” por meio de considerações teóricas de estudiosos que se preocuparam com a desconstrução das identidades na cena social.

Nas análises de casos realizadas com foco na realidade do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias notabilizou-se que a terminologia na qual os retirantes nordestinos são tratados no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias supera o aspecto de demarcação social de indivíduos. Para auxiliar nessa análise teórica os estudos de Thomas Tadeus da Silva (2005) no que tange a temática da identidade são de fundamental relevância para a compreensão do processo de produção do “nordestino”. Embora não trate sobre uma identidade específica, dedicando-se a um diagnóstico mais amplo, o citado autor destaca a produção social da identidade. Para Silva existem neste processo etapas que consistem no ato de afirmação, da diferença e das representações da própria categoria. De forma resumida, é salientada a relação intrínseca entre identidade e diferença, como conceitos que permeiam uma cadeia de negações. Ou seja, ao falar “eu sou brasileiro, eu sou negro, eu sou homem, eu sou heterossexual”, o sujeito está realizando um exercício de negações diversas. Não se trata apenas de afirmar a sua identificação social e coletiva, uma vez que identidade não é simplesmente autocontido, autossuficiente. Dentro dessa cadeia, a afirmação de identidade vai existir justamente a partir da diferença e da negação, a ênfase daquilo que não é, ou seja, “eu não sou sueco, eu não sou branco, eu não sou mulher, eu não sou homossexual”. Em outras palavras, a afirmação de uma determinada identidade pressupõe a negação de diversas outras. “Eu sou brasileiro” só

vai existir uma vez que nega-se diversos outros seres, e porque outras pessoas não são brasileiras. Dentro dessa lógica, chamar o retirante de "paraíba"⁵⁵⁶ não seria apenas enquadrar ele em um novo tipo de identidade na sua nova localidade, como também é parte de uma cadeia de negação. Se "ele é paraíba", quer dizer que ele não é carioca, não é fluminense e não é duque caxiense.

É dentro da lógica enfatizada por Tomaz Tadeu Silva, a respeito do processo de construção em que as identidades se localizam, que se compreende aqui a produção do nordestino. Logo, em sua nova realidade o migrante é inserido e se insere em novos dinamos de construções de identidades que buscam generalizar as populações originária das cidades do Nordeste brasileiro. Nordestinos, nortistas, paraíbas, entre outras derivações que nos dias atuais ganham valor semântico no interior do jogo linguístico que permeia as relações de identidades e diferenças.

Os depoimentos colhidos, ao longo da pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado, possuem alguns pontos característicos que nos auxiliam na compreensão das identidades nordestinas que se formam no Sudeste brasileiro. No que concerne ao termo "nordestino", os migrantes entrevistados apresentaram um sentimento de "orgulho" (nas palavras dos próprios) em serem reconhecidos por tal expressão.⁵⁵⁷ Foi possível perceber que embora exista um questionamento quanto ao momento em que passaram a ser reconhecidos como "nordestinos" e enquadrados nesta categoria, os entrevistados conceberam ao termo uma redefinição pautada em suas próprias experiências individuais. Em suma, o rearranjo social por meio da mudança espacial gerou uma aceitação da condição de nordestino e uma redefinição do termo por meio de alguns migrantes. O que existe em comum nas definições de "nordestino" para esses entrevistado é o enaltecimento de uma trajetória de luta e conquista de condições por meio de trabalho. Assumem um estereótipo de narrativa épica que entona os momentos de sofrimento e de superação das precariedades para conseguir se estabelecerem no Sudeste. Ao fim, traduzem os nordestinos como batalhadores, trabalhadores e construtores das cidades no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁵⁵⁶ Termo utilizado em algumas regiões do Rio de Janeiro para se referir de modo pejorativo a indivíduos oriundos do Nordeste brasileiro.

⁵⁵⁷ Vale ressaltar que os termos Norte e Nordeste por diversas vezes se confundem, como aqueles que migraram das "regiões de cima".

Destarte, é sempre necessário destacar que para esses indivíduos o termo nordestino só existe a partir da presença dessa população no Sudeste, território onde a definição passa a fazer sentido dentro da cadeia de negações destacada por Silva (2005). Uma vez utilizado como estereótipo do “não carioca, não fluminenses, não duque caxienses”, sua representação recebe outras derivações na visão dos retirantes que reutilizam-no dando teor de orgulho por fazerem parte de uma trajetória semelhante.

Se por um lado é possível reconhecer por meio das entrevistas uma aceitação da “condição de nordestino” no Sudeste, não se pode afirmar o mesmo em relação a outros termos generalizadores que carregam até os dias de hoje um valor semântico de intensa ironia e depreciação. Quando interrogados a respeito do termo “paraíba”, os depoentes atentaram para a carga agressiva e afrontosa que a palavra carrega no Rio de Janeiro. Em geral, costumam apresentar maior constrangimento e menor receptividade quando interrogados sobre essa definição. As reações variavam entre aqueles que diziam pouco se importar, mas ressaltavam que não existia “paraíba”, mas sim paraibanos, cearenses, sergipanos, baianos, maranhenses, potiguares, piauienses. Ou seja, reconheciam que o termo era utilizado de forma aviltante pelos fluminenses e cariocas, mas afirmavam não sentirem-se incomodados. Ora bolas, podemos entender o ato de negação, neste caso, como uma fuga carregada de incômodos? Por outro lado, existiram depoentes que demonstraram um incômodo nítido, afirmando que a agressividade do termo demandava um sentimento de vergonha. Em muitos casos, o constrangimento gerava uma atitude de auto proteção na ocultação de suas origens regionais.

As novas significâncias de termos generalizantes a respeito do grupo de migrantes oriundos do Nordeste brasileiro evidencia as disputas de memória na produção social das identidade. Como sugere Stuart Hall (2005) a identidade nunca é um conceito fechado e unificado, estando sempre sujeito a historicização radical. É construído por meio de discursos, práticas e posições, e tem sido cada vez mais fragmentado e fraturado, estando em um constante processo de mudança e transformação.

FEIRA DE CAXIAS: EXPOENTE DAS RELAÇÕES MÚLTIPLAS ENTRE MIGRANTES EM DUQUE DE CAXIAS

Finalmente, nesta terceira parte do texto, a Feira Caxias será mobilizada como instrumento de análise que serve como parâmetro das relações sociais, culturais e de

resistência construída no campo de disputas entre memórias. A atividade é vista dentro de um conjunto relações híbridas processadas por diversas populações que ao longo do século XX produziram seus vínculos cotidianos no município de Duque de Caxias.

Vale destacar que estamos tratando de uma feira livre, localizada entre os bairros do Centro e da Vinte e Cinco de Agosto, realizada semanalmente aos domingos. Um passeio pelo evento permite perceber a sua característica multifacetada e a presença de diversos elementos que, no Rio de Janeiro, se relacionam com as cidades e os migrantes da região Nordeste do Brasil. Tapioca, cuscuz, baião de dois, carne de sol com aipim, carne seca, buchada de bode, venda de animais, espaço gastronômico focado nas chamadas “comidas típicas”, enfim, uma enormidade de elementos que ao longo do século destinaram à feira uma relação de proximidade com os migrantes nordestinos. Ao longo das décadas ocorreram diversas reconfigurações no espaço, inerente às relações históricas, com suas permanências e suas rupturas.

O objetivo desta análise não busca enveredar a Feira de Caxias como um ambiente de tradições nordestinas, tendo a sua formação vinculada aos migrantes oriundas das cidades do Nordeste brasileiro que passaram a residir em Duque de Caxias ao longo do século XX. O que se pretende é tecer uma análise por meio das narrativas de jornais e depoimentos que definem o espaço ao longo do século passado como uma feira marcada pela presença e atuação dessas populações.

O surgimento da Feira de Caxias não possui um mito de criação consolidado. Entre declarações de artistas, frequentadores e do próprio poder público, as versões coincidem com a composição de um espaço destinado ao comércio tradicional de feiras semanais. Nos meados do século XX o desenvolvimento urbano e demográfico do município teria compatibilizado com o crescimento da feira dominical ao lado da estação de trem. Contudo são poucas as versões confiáveis que presumem uma data ou ano específicos para o surgimento da feira.

O Dossiê de Registro da Feira de Caxias elabora uma interpretação baseada no parecer de que a atividade teria se iniciado em torno da década de 1940, com a chegada das primeiras “levas de migrantes” oriundas do sertão nordestino, que imprimiram no município alguns de seus costumes, hábitos, manifestações e tradições⁵⁵⁸. É possível perceber que o documento cai na armadilha de considerar a existência de uma

⁵⁵⁸ Dossiê para registro da Feira de Duque de Caxias. Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2015.

“identidade nordestina”, com uma descrição generalizante para realidades distintas. Todavia, a versão apresentada atesta uma notória compreensão de diversos grupos sociais a respeito do espaço.

Seguindo prerrogativa semelhante, é possível avistar outras versões equivalentes aquela descrita pelo dossiê. Para Stélio Lacerda (2001) a feira tem início na década de 1940, compreendendo uma atividade que supera o aspecto comercial, funcionando como o que ele chama de “projeção da cultura nordestina na Baixada Fluminense”. Ao longo da descrição de Lacerda é possível perceber a citação de diversos produtos, considerados “típicos” do Nordeste brasileiro como acarajé, feijão de corda, vatapá, carne de sol, entre outros. Além de manifestações culturais presentes na atividade dominical, como “músicas típicas, repentistas e folhetos de cordel. A exposição de Lacerda a respeito da feira, de forma semelhante ao apresentado pelo dossiê, não buscou se aprofundar sobre o discurso da identidade. É possível perceber o destaque dado a presença de migrantes nordestinos em ambas as descrições. Não somente por meio de frequentadores, como entre os próprios feirantes, por artistas, pela musicalidade, pela culinária, enfim, um caldeirão cultura manifestado aos domingos no centro do município.

É preciso asseverar a importância de pensar na dimensão da pluralidade presente no espaço como marca mais notável. Tratar como “cultura nordestina” pode nos levar a cometer duas precipitações. Em primeiro lugar, os chamados “produtos típicos” precisam ser avaliados na medida de seu alcance e primando pela desconstrução de uma “culinária nordestina”. Partindo desta compreensão, podemos citar o acarajé, iguaria presente em algumas regiões da Bahia, que não pode ser elevado a um patamar regional por todos os estados que compõe o Nordeste atualmente. A explicação para a incidência de determinados produtos estaria na permanência de uma maior número de indivíduos originários de determinada região no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias? Não é o que se pretende defender aqui. Tampouco é possível realizar tamanha aproximação geográfica. Ao que parece, os produtos comercializados possuem mercado no Rio de Janeiro e se mantêm até os dias de hoje na Feira de Caxias e em outros espaços no Sudeste brasileiro. A demanda por esses produtos, tanto de migrantes, de descendentes e de residentes locais possibilita o permanente comércio e produção de determinados produtos. Por outro lado, permite aos migrantes, e seus descendentes, a sensação de

pertencimento à cidade de origem por meio da feira, dando uma conotação de uma dupla manutenção de suas vidas. Uma no sentido cultural (permeando continuidades e descontinuidades) e outra no sentido financeiro.

Em segundo lugar, é preciso aprofundar a distinção geográfica que permeia os limites políticos estaduais. A dimensão espacial de determinados estados, como a própria Bahia, permite aproximações com regiões de Minas Gerais e Espírito Santo. Por outro lado, determinadas manifestações citadas encontram-se presentes em áreas rurais de estados que segundo o IBGE não são considerados membros da região Nordeste. Um estudo mais detalhado sobre essas áreas de contato entre estados permitiria uma compreensão mais factível das realidades culturais em torno de suas relações.

O que leva então a compreensão de que na Feira de Caxias são manifestadas “culturas nordestinas”? Pois bem, é preciso retomar o debate a respeito das identidades. Considerados os outros, aqueles que não são locais, os migrantes na região Sudeste são enquadrados dentro de uma lógica do rudimentar, vinculado ao meio rural. É neste sentido que a profusão de nordestinos compunha, com migrantes de áreas rurais de Minas Gerais, Espírito Santo e mesmo do Rio de Janeiro, o grupo de indivíduos em deslocamento.

A versão de que a Feira de Caxias tenha se fortalecido como atividade concomitante à chegada de migrantes nordestinos em Duque de Caxias encontra coro entre os migrantes e moradores do município que integraram o grupo de depoentes. Enquanto o surgimento do espaço permanece como uma incógnita, parece comum entre os frequentadores, feirantes e moradores do município que a presença de migrantes nordestinos e seus descendentes no espaço deixou marcas ao longo do século XX que permitiu a continuidade da atividade. Em suas memórias mais imediatas, os depoentes relataram que as manifestações artísticas eram mais comuns entre as décadas de 1950 e 1990, com sanfoneiros, cordelista, repentistas, forrozeiros e diversos grupos artísticos atuando ao longo da atividade. As chamadas “comidas típicas” também ganha lugar de destaque nos relatos.

O olhar nostálgico dos depoentes em relação a uma feira mais “pulsante” no passado coincide com as reportagens de jornais que se dedicavam à visita da atividade dominical em Duque de Caxias. Entre o enaltecimento de uma feira de tamanho reconhecidamente relevante e a grande circulação de pessoas oriundas de

várias regiões do Rio de Janeiro e do Brasil, migrantes ou visitantes, as reportagens destacam a ampla oferta de produtos que se vinculam às diversas cidades do Nordeste brasileiro.

O jornal “*O Comércio*” publicado em 10 de junho de 1962 é efusivo ao destacar que foi possível identificar diversos migrantes nordestinos trocando informações a respeito de seus locais de origem, consumindo, produzindo e comercializando “produtos típicos” de suas cidades de origem. Entre as imagens da matéria destaca-se uma em que um comerciante de redes parece equilibrar mercadorias no meio da cabeça, carregando consigo mudas de coqueiros. Na legenda da fotografia é questionado se a paisagem seria integrante da Feira de Caruaru, típica feira de Pernambuco. O próprio título da reportagem é sugestivo com o conteúdo “Caruaru? Não, Caxias”.⁵⁵⁹

Chama a atenção o subtítulo “norte tem a sua feira em Duque de Caxias”. Esta afirmação denota o quão frágil era naquele momento o conceito de Nordeste e nordestino, visto que somente no final da década de 1960 que o IBGE vai oficializar a atual regionalização brasileira. Ou seja, nortistas e nordestinos, neste momento encontravam-se enquadrados dentro de uma mesma realidade. Por outro lado, os entrevistados que concederam suas memórias para esta pesquisa, possuem o conceito de nordestinos mais consolidado, uma vez que estão inseridos em uma realidade onde a linguagem e as identidades produzidas já possuem ampla divulgação na realidade social. Entretanto, alguns migrantes ainda se utilizam da expressão “sou nortista, sou lá de cima”.

Seguindo um roteiro e uma característica semelhante, uma reportagem do “*O Jornal*” lança similar questionamento ao afirmar em letras garrafais que “Caxias, cuja feira faz inveja a Caruaru.” Entonando a grandiosidade da atividade e a intensa troca cultural existentes, é destacado que a Feira de Caxias é marcadamente um espaço de encontro e de manifestações de migrantes nordestinos no município. São citados alguns migrantes nordestinos que se transformaram em personalidades da cidade no período, como Tenório Cavalcante (icônico político conhecido como “Homem da Capa Preta), Barbosa Leite (artista múltiplo que atuava principalmente como pintor e cordelista na feira) e Joãozinho de Goméia (notável babalorixá conhecido como “Rei do Candomblé).

⁵⁵⁹ “Caruaru? Não, Caxias”. *O Comércio*, 10.06.1962.

A matéria jornalística destacava em suas páginas “Caxias capital do Nordeste”, entonando a caracterização composta para a atividade visitada.⁵⁶⁰

As reportagens que caracterizam a Feira de Caxias destacam que para além do comércio de verduras, legumes, frutas e outros produtos reconhecidos em outras feiras, aquela atividade comercial extrapolava o seu caráter social de ambiente de encontro. Era uma profusão de culturas que se encontravam aos domingos na feira, com expressão destacada a algumas manifestações e produtos que nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo ficaram conhecidos como “típicos do Nordeste ou de nordestinos”. É o forró, acompanhado de uma fartura de opções entre a carne de sol, a carne seca, a buchada de bode, o acarajé, a tapioca, o vatapá, o feijão de corda, o bolo de aipim, e outros produtos. São os cordelistas e repentistas circulando com seus chapéus, com conversas e trocas de informações. Existia o espaço destinado ao comércio de animais silvestres e domésticos. Citações de uma enormidade de pessoas em busca da fama que a feira ganhou ao longo do século XX.

Atualmente a Feira de Caxias ocupa as mesmas áreas do século XX. Entre continuidades e descontinuidades, os cordelistas, repentistas e sanfoneiros não são mais frequentes. Por outro lado, reconhece-se a comercialização de diversos produtos como as já citadas carne de sol com aipim, buchada de bode, acarajé e tapioca. É possível encontrar animais sendo comercializados, os chamados “produtos típicos”, barracas com rádios tocando forró em som ambiente, venda de CDs de artistas nordestinos.

Nos dias atuais as feiras livres enfrentam uma nova realidade. Os supermercados englobam uma enormidade de produtos, os shopping centers possuem amplas redes de consumo, diálogos e entretenimento, além dos serviços de delivery que contribuem para o esvaziamento das atividades feirantes. A Feira de Caxias, com seus feirantes, suas manifestações, seus migrantes e seus pertencimentos resiste no mesmo espaço em que surgiu. Resta saber como se darão os novos enquadramentos de produção social das identidades no período de fluidez e liquefação (Bauman, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Stuart Hall destaca ainda que embora participante de um processo de construção ficcional, a identidade se vincula ao passado, a uma representação que se tem, uma

⁵⁶⁰ “Caxias, cuja feira faz inveja a Caruaru” *O Jornal*, 23.03.1969.

narração do "eu", partindo das experiências do passado e das novas vivências vinculadas a esse. Além disso, a identidade vai surgir na relação com "o outro", daquilo que não é, do diferente, é uma identificação a partir da capacidade de excluir. No caso em que estamos trabalhando, o reconhecimento de uma característica conterrânea é importante na percepção de pertencimento. A inserção na categoria de nordestinos não pode ser vista somente como uma imposição. Os indivíduos não são totalmente conformados e submissos no novo rearranjo em que estão inseridos. São participantes de uma dinâmica social em que criam estratégias de resistência.

A Feira de Caxias está posicionada entre essas dinâmicas sociais que criam estratégias e resistências emersos à produção das identidades como por meio da cadeia de negações destacada por Silva. Ao longo do século XX transformou-se em um espaço de resistência e desenvolvimento de relações dos “diferentes”. Agrupou em seu interior o conceito de “nordestino” aplicado para a realidade do Rio de Janeiro. E é no seio desta intensa troca de informações, culturas e produtos que os migrantes nordestinos puderam deixar suas marcas vinculadas ao viés do pertencimento e compartilhamento de experiências de deslocamento.

FONTES

Dossiê para registro da Feira de Duque de Caxias. Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2015

Entrevistas realizadas:

Entrevista concedida por Amazonete Ferreira de Lima – 20.01.2018. Duque de Caxias/RJ.

Entrevista concedida por Beto Gaspari, Rosa Barbosa Leite e Vicente Portela - 02.08.2018. Duque de Caxias/RJ.

Entrevista concedida por Carlos Alberto Cerqueiro 10.01.2018. Duque de Caxias/RJ.

Entrevista concedida por Claudia Teodoro de Sá 21.02.2018. Duque de Caxias/ RJ.

Entrevista concedida por Edilson da Silva – 04.02.2018. Duque de Caxias/ RJ.

Entrevista com Gilma Medeiros Câmara – 14.11.2017. Duque de Caxias/RJ.

Entrevista concedida por Henrique Teixeira – 24.12.2017. Duque de Caxias/ RJ.

Entrevista concedida por José Gilvan Marques de Lima – 20.01.2018. Duque de caxias/RJ.

Entrevista concedida por Maria Angélica Paganós -12.01.2018. Duque de Caxias/ RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 1988.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2.ed. Recife: Massangana, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão E Ana Regina Lessa. 2.ED. São Paulo: EDUSP, 1998.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade* - 10º Edição. DP&A Editora.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio Apicuri 2016.

_____. *Quem precisa de identidade?*. In: Da Silva, Thomas Tadeu. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

LACERDA, STÉLIO. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Duque de Caxias: ed. do autor, 2001.

PINTO, Rodrigo Sampaio. *Memória e Identidade dos Migrantes Nordestinos no Município de Duque de Caxias: A Feira de Caxias como parâmetro de resistência cultural e social*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

A Revolta Comunista de 1935: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa

Kleber Oliveira dos Santos
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo longe de ser um relato biográfico, que geralmente é produzido por pesquisadores consagrados, com uma longa trajetória de pesquisas e produções acadêmicas, é apontar alguns percursos que permearam minha formação como aluno de graduação e pós-graduação, na qual venho estudando para os trabalhos acadêmicos que produzi, a Revolta Comunista de 1935, pejorativamente denominada como Intentona comunista, cujas ações e consequências se fizeram presentes na sociedade brasileira por várias décadas e por que não dizer até os dias atuais, quando vemos o “espectro comunista” ser lembrado por uma parcela significativa de nossa sociedade, para a qual a bandeira verde amarela tem um simbolismo de ordem, mais do que de progresso.

Para esses grupos mais conservadores, a possibilidade de que nossa bandeira se torne “vermelha” configura-se num pesadelo supremo, no qual se misturam concepções pré-concebidas sobre o comunismo (MOTTA,2002) além do receio pelas transformações socioculturais advindas das demandas de grupos há muito marginalizados, cujas vozes se fizeram ouvir com mais nitidez no âmbito dos governos progressistas que recentemente tivemos.

Neste processo de reconstituição da memória deste evento de grande relevância para história política e social do Brasil, deparamo-nos com projetos de construção de uma nova sociedade, a partir de grupos que se articularam em torno da causa revolucionária, constituindo desta forma uma identidade (VELHO, 1988) do comunismo no Brasil.

Antes de aprofundar a discussão sobre a Revolta comunista e minhas perspectivas atuais de estudo, convém indicar os caminhos que percorri ao longo da minha trajetória de pesquisa e como este tema se tornou relevante para as reflexões que construí até este momento.

CAMINHOS INICIAIS DE PESQUISA

Ingressei como graduando na UERJ FFP no já longínquo ano de 1996, período marcado pelo processo de implantação de políticas econômicas de cunho neoliberal no mundo, estas desenvolvidas no Brasil no âmbito, sobretudo, das gestões do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Um dos focos dos governos neoliberais é a proposta de diminuição do papel e atuação do Estado na economia, limitando, sobretudo os gastos sociais. A visão do Estado regulador das atividades econômicas e fomentador de políticas de inclusão social eram duramente criticados pelos ideólogos neoliberais, que no Brasil assumiram o governo com o discurso de acabar com os resquícios do Estado Vargas, visto por eles como uma marca do retrocesso gerencial e econômico, numa retórica que culminaria com a privatização de empresas públicas, como a Vale do Rio Doce, que por décadas simbolizou as aspirações de criação de uma indústria autônoma no Brasil, tendo sido criada durante a gestão do Presidente Getúlio Vargas em 1953 e vendida à iniciativa privada no ano de 1997.

Essa fase de mudança nas diretrizes econômicas e sociais do Brasil causou diversas consequências e foi sentida profundamente no meio universitário, que passou a sofrer com ataques e críticas ao modelo de ensino realizado na época, num viés que tendia a apontar, para alguns setores, a necessidade de privatização das universidades públicas.

Na UERJ FFP, esse momento foi marcado por lutas e pelo engajamento da instituição em prol do ensino público de qualidade e crítica à proposta de implantação de uma “educação bancária” nos moldes que eram criticados pelo eminente educador Paulo Freire (FREIRE, 2005). Para a minha formação universitária este debate serviu como um fator que consolidou minha concepção sobre a importância de pensar a educação como um importante elemento de transformação social.

Nesse sentido a escolha da Revolta comunista de 1935 para o meu projeto de pesquisa para a monografia de conclusão do curso de graduação, insere-se na minha percepção sobre a relevância de se pensar a nossa sociedade, rememorando e discutindo projetos alternativos para os rumos do nosso país, realizados em diferentes momentos de nossa história.

A escolha desse tema ocasionou-se também pela minha atuação como estagiário no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde tive acesso aos processos do Tribunal de

Segurança Nacional (TSN), criado em 1936 para julgar e principalmente punir os envolvidos na Revolta Comunista do ano anterior.

Ao longo de sua atuação (1936-1945), o TSN constituiu-se numa instituição da esfera jurídica, cuja uma das principais características foi a adaptação aos diferentes momentos do governo Vargas, atuando inicialmente contra os comunistas e elementos progressistas da sociedade, considerados como os inimigos de sempre; e posteriormente contra os integralistas, os amigos de ontem, após o mal sucedido levante integralista de 1938. Em seu período de atuação final, quando já estavam alijados ou constringidos os possíveis opositores da esquerda ou da direita, o TSN deixou de tratar prioritariamente dos crimes contra a ordem política e social, instituídos à luz (ou às sombras) da Lei de Segurança Nacional de 1935 e de suas mutações instituídas a partir de decretos presidenciais; e passou a se ocupar dos crimes contra a economia popular e em razão da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial a partir de 1942; dos crimes de espionagem, no qual se enfatizou a perseguição aos estrangeiros dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), considerados pelas autoridades da época como potenciais espiões ou sabotadores dos esforços de guerra brasileiros.

Os processos do TSN sob a guarda do Arquivo Nacional passavam no momento em que fui estagiário daquela instituição, por um processo de tratamento arquivístico com vistas a posterior digitalização dos documentos. Para que esse procedimento fosse realizado, foi necessário que todos os processos tivessem suas páginas numeradas e que se realizassem anotações quanto ao estado de conservação dos documentos e a presença neles de particularidades como fotos, bandeiras ou outros itens anexados ou apensados, para que nada se perdesse na digitalização.

Ao realizar este trabalho de tratamento arquivístico, pude ter acesso aos processos originais do TSN, que naquele momento estavam em parte inacessíveis aos pesquisadores, e a partir da leitura de um conjunto relacionado ao movimento insurrecional no interior do Rio Grande do Norte tive um vislumbre de que aqueles documentos poderiam ser um tema para o meu projeto de pesquisa.

TRABALHOS ACADÊMICOS

A análise da atuação dos revolucionários no interior do Rio Grande do Norte, desenvolvido na minha monografia de graduação (SANTOS, 2000), que teve

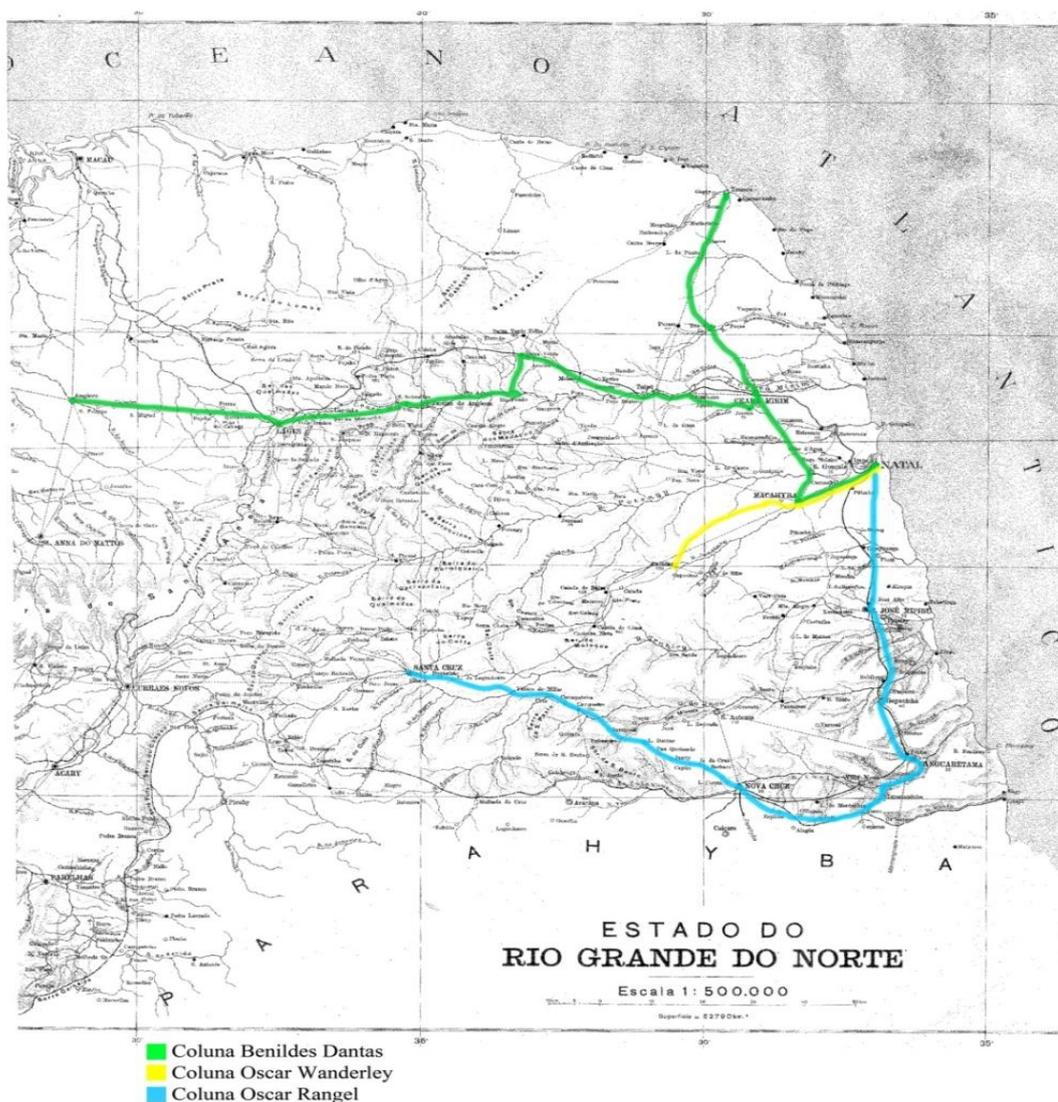
continuidade no trabalho de conclusão de curso elaborado para o Curso de Pós-graduação em História do Brasil (SANTOS, 2001), buscou reconstituir a história de um dos eventos menos abordados pela historiografia sobre a Revolta Comunista de 1935.

Cumprido lembrar que o Rio Grande do Norte foi o único Estado que foi efetivamente conquistado e governado pelos rebeldes, numa gestão efêmera, mas de grande repercussão. A partir da tomada da cidade de Natal, os rebeldes buscaram empreender um plano de controle do território potiguar, a partir da ocupação dos municípios do interior, fato este que se tornou singular em nossa história política.

A ocupação das cidades do interior do Rio Grande do Norte foi realizada por três colunas de rebeldes compostas por militares do 21º Batalhão de Caçadores, unidade militar sediada em Natal; e elementos de diversas categorias profissionais que se deslocaram da capital para o interior em veículos automotores. Os líderes dessas colunas escolhidos pelo Comitê revolucionário, que comandava as ações dos rebeldes em solo potiguar; foram o civil Benildes Dantas, o militar da força policial Oscar Rangel e o militar do 21º Batalhão de caçadores Oscar Wanderlei. O deslocamento dessas tropas, conforme relatos extraídos dos processos do TSN que analisei⁵⁶¹ foi detalhado pelo seguinte mapa, confeccionado para a minha dissertação.

⁵⁶¹ Para redação das monografias de graduação e pós-graduação foram utilizados como fontes de pesquisa os Processo número 2, Apelação 162 ; Processo número 4, Apelação 108 , Processo número 12, Apelação 74 ; Processo número 18, Apelação 149 ; Processo número 32, Apelação 216 ; Processo número 36, Apelação 319 ; Processo número 76, Apelação 218.

Mapa com a possível rotas das colunas rebeldes



A ocupação das cidades do interior foi realizada de modo rápido pelas colunas rebeldes, em decorrência de fatores como a surpresa pela eclosão da revolta em Natal⁵⁶², da atuação ágil dos insurretos que se deslocaram rapidamente e realizaram o artifício de romper os cabos telefônicos e telegráficos de comunicação, e da superioridade numérica das forças revoltosas frente às forças policiais dos municípios do interior.

⁵⁶² A Revolta em Natal foi um motivo de surpresa para as próprias lideranças comunistas do Brasil que preparavam a realização de uma insurreição nacional para o início de 1936.

Na tabela abaixo estão relacionadas as cidades do interior do Estado do Rio Grande do Norte ocupadas pelas colunas rebeldese seus respectivos números de habitantes conforme dados estatísticos relativos ao censo realizado em 1940⁵⁶³.

Municípios ocupados	Número de habitantes
ANGICOS	19.957
AREZ	5.943
BAIXA VERDE	2.0375
CANGUARETAMA	1.0750
CEARÁ MIRIM	21.765
GOIANINHA	18.534
LAJES	12.854
MACAÍBA	25.014
NOVA CRUZ	29.240
PAPARI	6.511
PEDRO VELHO	13.442
SÃO GONÇALO	20.353
SÃO JOSÉ DO MIPIBU	25.673
TAIPU	12.066
TOUROS	16.671

Senhores desses municípios, os rebeldes realizaram algumas ações que se repetiram em quase todas as localidades ocupadas, como a libertação de presos das cadeias públicas, substituição das autoridades locais por membros das colunas ou por moradores locais, que fossem considerados como apropriados para aquela finalidade e distribuição de gêneros alimentícios e produtos requisitados junto ao comércio local.

O foco desses dois primeiros trabalhos acadêmicos foi a reconstrução dos fatos históricos relacionados à ocupação das cidades, além da busca por uniformidades no *modus operandi* dos rebeldes e a criação de um quadro informativo da composição profissional dos insurretos. Nas páginas dos processos do TSN foram retratados

⁵⁶³ Devido à Revolução de 1930 não foi realizado o censo geral correspondente aquele período, por uma questão de proximidade de datas optamos por usar como base o censo realizado em e 1940. *Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte, p.51

diversos episódios, marcados pela tensão e por vezes pela comicidade, que deram àquele período de ocupação uma coloração especial e única.

Se nas monografias a preocupação que tive foi a reconstituição dos fatos históricos relacionados à atuação das colunas rebeldes, na dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do PPGHS UERJ FFP, o objetivo central foi entender as causas que explicavam a adesão popular ao movimento insurrecional naquelas cidades, onde em princípio, dadas as condições materiais, como o acesso a educação, assim como a forte atuação do poder político local; seria difícil encontrar a propagação de conteúdos relacionados ao comunismo.

Como respostas a essa questão, encontramos nas páginas dos processos do TSN relatos nos quais pude perceber a presença de um forte sentimento de injustiça social (MOORE, 1987), que embora não se traduzisse num programa estruturado de demandas de transformações políticas e socioeconômicas, converteu-se num vetor de aproximação de vários moradores do discurso de mudança social proferido pelos insurretos.

Outro fator que observamos foi uma presença de pessoas ligadas a sindicatos e/ou que tiveram participação no Partido Comunista do Brasil, sediado no Rio Grande do Norte. Esse dado foi obtido a partir das fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) potiguar, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, para qual foi enviada uma cópia da minha dissertação a pedido daquela instituição.

CAMINHOS ATUAIS DA PESQUISA

Retornei como aluno do doutorado do PPGHS UERJ FFP no ano de 2019 e nesta nova etapa da minha formação acadêmica e profissional continuo pesquisando fatos relacionados à Revolta Comunista de 1935 dentro de uma nova perspectiva.

Nos trabalhos acadêmicos que anteriormente desenvolvi, conforme relatado neste artigo, tive como objeto de estudo a atuação dos rebeldes no interior do Rio Grande do Norte, já para esta nova etapa de estudos resolvi abordar o movimento de uma forma mais global, buscando a partir da análise das fotografias anexadas aos processos do TSN reconstruir as identidades e representações sociais ligadas aos eventos de novembro de 1935 e ao movimento comunista.

No decorrer das pesquisas que realizei sobre o tema, percebi que as fotografias dos processos do TSN foram pouco utilizadas nos livros e produções acadêmicas

relacionados aos levantes comunistas. Quando inseridas, geralmente tinham uma proposta ilustrativa e não foram, deste modo, alvo de uma análise mais sistemática.

Acredito que além do ineditismo na utilização dessas fontes para a tese que pretendo desenvolver, esta análise possa ajudar a consolidar alguns conhecimentos sobre o movimento comunista no Brasil assim como a respeito da apreensão que dele fazia os grupos dirigentes do país, que empreenderam uma violenta e sistemática campanha de perseguição aos comunistas, o que acabou se expandindo em direção a outros setores progressistas do Brasil.

A análise iconográfica de fotografias insere-se ainda num amplo movimento de várias áreas das ciências humanas e sociais, dentre outras, que ao longo das últimas décadas tem valorizado a utilização deste tipo de material como fonte de estudos marcados por uma forte tendência interdisciplinar (KNAUSS, 2016).

No campo historiográfico, os estudos que tem elencado as fotografias como sendo as suas principais fontes, vêm tentando demonstrar como elas se configuram em indícios importantes para a reconstrução de fatos históricos, bem como do ideologia e cultura de outras épocas.

Dentro desta proposta, as fotografias são consideradas como documentos atravessados por conteúdos identitários e simbólicos, distanciando-se de uma visão anterior que a tratava como “espelhos da realidade”, sobre as quais bastava ao pesquisador realizar uma leitura meramente descritiva sem problematizar seus conteúdos, nem realizar uma articulação daquelas fontes com outros elementos, tais como textos e jornais de época ou mesmo outras imagens, de modo a alargar as reflexões e conclusões sobre o tema em estudo (MAUAD, 2008.)

As propostas atuais dos estudos iconográficos, como mencionamos anteriormente, têm se pautado ainda num diálogo interdisciplinar entre diversas áreas do conhecimento que têm alargado as percepções dos pesquisadores, que passam a contar com diferentes ferramentas metodológicas e conhecimentos, ajudando desta forma na produção de trabalhos mais ricos em discussões e possibilidades de uso em diferentes áreas de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de finalizar este artigo enfatizando a importância dos estudos sobre a Revolta Comunista, tanto para o entendimento da nossa história política e social, quanto para a construção de um olhar mais reflexivo sobre nossa sociedade atual.

Durante os últimos anos, as insurreições de 35 foi um tema que ficou relativamente esquecido pela produção historiográfica brasileira. Em décadas anteriores, muitos estudos foram realizados sobre esse fato histórico, numa tentativa principalmente da esquerda em entender as causas do seu fracasso e apontar os erros que marcaram a sua preparação. Ficaram sedimentados nesses trabalhos o caráter improvisado e a interpretação equivocada dos organizadores e patrocinadores dos levantes, sobre a realidade do Brasil daquele momento.

As insurreições de 1935 tiveram como consequência imediata para a sociedade brasileira, uma repressão política implacável, que culminou na prisão e tortura de muitas pessoas, algumas envolvidas diretamente nos acontecimentos, enquanto outras eram inocentes, tendo sido indicadas por motivações políticas ou pessoais.

Os levantes de novembro de 1935 ajudaram a consolidar uma tendência anticomunista em muitos setores de nossa sociedade, que a partir dali tiveram um fato concreto para retratar seus receios quanto aos comunistas, algo que seria lembrado seguidamente por vários anos (DE CARVALHO, 1981).

Para o Brasil de 2020, entender os eventos de 1935, em suas motivações e consequências, converte-se num exercício importante para compreendermos a nossa sociedade atual, marcada cada vez por uma polarização e disputa ideológica, que tem ocasionado enfrentamentos e diminuído as possibilidades de diálogo e entendimento, que contribuiriam sobremaneira para a construção de um regime democrático mais sólido e que fizesse jus ao seu nome, ou seja, que fosse voltado para atender aos anseios da maioria de nossa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Ed. Achime, 1982.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DE CARVALHO, General Fernandino. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981

ETCHEVERRY, Carolina; MONTEIRO, Charles (ORG.) etall. *Fotografia, História e Cultura Visual: Pesquisas Recentes*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2012.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- RIO: Apicuri, 2016.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize (organizadores). *Outros objetos do olhar: História e arte*. Niterói: LABHOI/UFF, 2016.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói : Editora da UFF, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual, Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*, vol 23, nº 45, 2003.

MOORE, Barrington. *Injustiças- as base sociais da revolta e da obediência*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 118 f.

_____. *1935: Rebeldes no interior do Rio Grande do Norte*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 55 f.

_____. *A Revolta Comunista de 1935: análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000. 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. 114 f.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Trabalhismo x Amaralismo: a disputa entre varguistas nas eleições fluminenses de 1958

Rafael Navarro Costa
Doutor pelo PPGHS/FFP/UERJ

Alzira Vargas participou da organização partidária realizada ao fim do Estado Novo, foi uma das articuladoras do PTB, auxiliar de gabinete de Vargas durante o Estado Novo e teve relevante papel nas negociações entre Brasil e EUA durante esse período. Sempre presente em negociações e articulações políticas nacionais, Alzira Vargas esteve mais atuante no Estado do Rio cumprindo agendas sociais ao lado do Governador e desenvolvendo programas de assistência social, sobretudo os ligados a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada por Darcy Vargas, sua mãe, em 1942. A atuação de Alzira Vargas na política fluminense ocorreu de forma mais direta nas eleições estaduais de 1958. Com o fim da aliança entre PTB e PSD no estado, a utilização de Alzira Vargas na campanha eleitoral foi vista como uma forma de minimizar essa perda, uma vez que era muito ligada aos trabalhistas.

O ano de 1958 marcou a disputa eleitoral entre antigos aliados políticos no Estado do Rio de Janeiro: o PTB, comandado por Roberto Silveira, e o PSD, comandado por Amaral Peixoto. O crescimento do PTB em todo o país e a ascensão de Roberto Silveira na política fluminense acabou inviabilizando a antiga aliança entre trabalhistas e pessedistas, que já havia enfrentado dificuldades para ser formalizada nas eleições de 1954⁵⁶⁴, foi rompida no contexto das eleições de 1958.

A UDN passou a ocupar o lugar do PTB no que se refere a busca pelo apoio do partido que poderia ajudar a definir as eleições fluminenses. Em junho de 1958, como resposta às derrotas impostas pelo PSD, declarou seu apoio a Roberto Silveira, indicando o candidato a Vice-Governador. Assim formou-se a Coligação Popular Nacionalista com PTB, UDN e PDC, como Roberto Silveira para Governador e Paulo Araújo como vice.

Com a chapa petebista definida, o PSD indicou Getúlio Moura, político com base eleitoral na Baixada Fluminense. A aposta do PSD em Moura tinha relação com

⁵⁶⁴Em 1954 o PTB-RJ pleiteava apresentar o candidato a Governador, com apoio do PSD, que indicaria o candidato a Vice. O nome de Miguel Couto Filho (PSD) foi confirmado como candidato, tendo Roberto Silveira (PTB) como Vice-Governador, após intervenção de Getúlio Vargas, que definiu pelo apoio ao candidato pessedista.

seu pertencimento a uma área que crescia tanto na economia quanto em importância política e no pouco conhecimento de Roberto Silveira naquela região. O candidato a Vice-governador foi Celso Peçanha, até então filiado ao PSP, partido que o PSD buscava apoio.

O adversário de Amaral Peixoto pela vaga no Senado Federal foi Miguel Couto, que renunciou ao cargo de Governador do Estado para concorrer a uma vaga no senado. Antes de deixar o governo, Miguel Couto ingressa justamente no PSP, assumindo a presidência do diretório fluminense. Não demorou muito para que o PSP se manifestasse oficialmente a favor do candidato trabalhista e passasse a fazer parte da Coligação Popular Nacionalista.

Essas mudanças, associadas ao novo cenário eleitoral que opusera PSD e PTB foi responsável por uma outra novidade na campanha fluminense: Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Na eleição de 1958, sua participação foi ativa na campanha, desde o momento da indefinição de quem seria o candidato pessedista até a busca pelos votos para Getúlio Moura.

Para realizar a análise da atuação de Alzira Vargas nessa campanha, utilizaremos dois documentos: um produzido antes das definições da aliança e dos candidatos do PSD e um após as definições. Os dois documentos são uma espécie de convocação ao eleitorado fluminense: o primeiro para apoiar a possível candidatura Amaral Peixoto ao governo e o segundo conclamando o eleitorado fluminense a aceitar as indicações políticas do líder pessedista e criticando as posturas e práticas dos trabalhistas fluminenses.

Em 25 de fevereiro de 1958, uma carta aberta sob o título “Ao povo fluminense”, abordou as eleições e as questões políticas que o envolviam.

Ao povo fluminense

Além de ser nosso conhecimento pessoal, verificam-se ainda, de ampla e minuciosa exposição feita pelo Presidente em exercício do partido, Sr. Barcellos Feio, que o Embaixador Amaral Peixoto envidou ingentes esforços no sentido de promover, em prol da pacificação geral dos espíritos, o conagraçamento das forças políticas do Estado em torno de candidatura pessedista que não a sua.

Embora conhecesse, pelas manifestações pessoais e coletivas de todos os instantes, o pensamento dos companheiros e a verdadeira tendência do partido, não esmoreceu S. Excia. no seu propósito.

Resistindo ao sentimentalismo pessedista, o Embaixador, sinceramente empenhado na busca da solução que tinha em vista,

promoveu entendimentos com várias agremiações partidárias sem que tivesse, apesar de tudo, encontrado a fórmula desejada.

É certo que houve, nessa primeira fase dos entendimentos, perspectivas ou possibilidade mesmo da União Democrática Nacional apoiar um dos nossos sugeridos.

Não se pode, entretanto, prosseguir nos entendimentos porque essa solução, como verificou-se na oportunidade, implicaria na quebra da unidade partidária e não seria, em consequência, aceita pela própria UDN, que condicionava o apoio a união do PSD em torno do nome de sua preferência.

Na segunda fase, não menores foram os esforços dispensados pelo preclaro Embaixador Amaral Peixoto para consecução do objetivo em vista.

S. Excia., que governara já por duas vezes o Estado, mantinha-se, com elevação e nobreza, no firme propósito de dar oportunidade a outros companheiros que tantos tem o partido dignos e capazes da investidura. Não o conseguiu.

Marchar isolado com outro nome, por melhor que seja, contra coligação total de partidos, seria lançar o PSD aos riscos de uma derrota e, mais que tudo, a perda do comando político do Estado que temos mantido em nossas mãos pela vontade soberana do povo fluminense, pela bravura das nossas aguerridas hostes, sob forte e protetora inspiração divina.

A direção do Estado não deve e não pode ser entregue a tentativas de experiências e muito menos a lances emocionais ou demagógicos, perturbadores da harmonia que deve reinar entre as forças propulsoras do trabalho e do progresso.

Resta-nos um caminho. Nesta hora decisiva dos destinos políticos da terra fluminense temos que empunhar uma bandeira: a bandeira da vitória simbolizada na figura excelsa de Amaral Peixoto!

Ele – estamos certos – por amor da terra que engrandeceu e, também pela glória maior da sua legenda, fará o sacrifício que ora lhe impomos.

Homem que vive no coração do povo fluminense pela obra gigantesca realizada com patriotismo, senso e equilíbrio, em duas memoráveis administrações; estadista insigne que projetou o Estado do Rio entre as maiores unidades da federação brasileira; administrador emérito que se projetou além das fronteiras do Estado, pode constituir garantia de íntima conexão da vida político-social dos fluminenses com o sentido da política nacional e com os altos destinos do país; nome que, além de possibilitar alianças, polariza a opinião pública fluminense acima das próprias legendas partidárias, é AMARAL PEIXOTO o candidato que, sob a graça de Deus e apoio do povo fluminense, sugerimos à próxima convenção regional para a vitória magnífica de 3 de outubro, rumo ao Ingá.⁵⁶⁵

Uma nova realidade se apresentava, sem a aliança entre pessedistas e trabalhistas, com a UDN podendo definir as eleições com seu apoio e sem a interferência de Getúlio Vargas. Somado a esses fatos temos o crescimento do PTB e de Roberto Silveira no estado após as eleições de 1954.

⁵⁶⁵ **Ao povo fluminense.** Arquivo PSD antigo RJ, CPDOC/FGV. PSD/R de 1958.02.25/1.

Alzira Vargas procurou contextualizar, de acordo com a visão pessedista, o cenário político do momento e a busca pelo entendimento por parte de Amaral Peixoto com outras lideranças e partidos para realizar o que ela chamou de “pacificação geral”. A busca por alianças na política é algo constante e natural para viabilizar a chegada ou a manutenção de grupos no poder. Assim também ocorria no Rio de Janeiro e o PSD, vislumbrando dificuldades para as eleições de 1958, buscava alianças com outros partidos, entre eles, a UDN. Alzira Vargas cita diretamente a busca por esse apoio udenista, mas explica a não formalização por temer por uma cisão interna no partido.

A partir de então, Alzira Vargas inicia uma segunda parte de sua carta. Apesar dos lamentos pelas estratégias que não se concretizaram, o PSD deveria buscar um outro caminho em que a vitória eleitoral poderia ocorrer. Se lançar um candidato que não fosse seu Presidente licenciado sem alianças estabelecidas não era uma opção, o nome que deveria ser “oferecido” aos correligionários e fluminenses era o do próprio Amaral Peixoto.

Devemos lembrar que essa carta foi escrita em fevereiro de 1958 e Amaral Peixoto e seus principais aliados ainda apostavam que poderiam conseguir uma aliança com PTB e UDN. A carta de Alzira Vargas recoloca o nome do ex-Governador na disputa eleitoral pela sucessão que se aproximava, mas buscando observar de que forma eleitores e, principalmente, os partidos e políticos fluminenses se posicionariam a partir do lançamento de seu nome como provável candidato ao governo pelo PSD. Parte do diretório pessedista, sobretudo aqueles que participaram do Estado Novo e estavam no partido desde a fundação, defendiam que apenas Amaral Peixoto seria capaz de enfrentar Roberto Silveira e o PTB em 1958.

No último parágrafo, a intenção de capitalizar apoios políticos fica evidente. O jogo político ganhava mais um elemento importante nesse momento de reconfiguração das alianças, onde a polarização se dava entre trabalhistas e pessedistas e não mais com os udenistas. A carta de Alzira Vargas tentava trazer de volta à política fluminense a figura de seu pai e com isso, mesmo que isoladamente ao partido, buscava o apoio de integrantes do PTB ao PSD.

Após a escolha da chapa pessedista, era a hora de Alzira Vargas se pronunciar novamente. No final de setembro de 1958, são feitas considerações sobre a posição

tomada pelo partido e por seu marido com relação à eleição que se aproximava. Agora existe a construção de uma relação de afeto entre ela, o Estado do Rio e os fluminenses.

“É de Washington que vos envio essas palavras de afeto e solidariedade, no momento crucial em que ides novamente escolher quem vos governará e orientará nos próximos quatro anos. Não são palavras de renovação de amizade, pois desde o dia em que me adotastes como fluminense, quando comecei a me dedicar de todo coração a vossos problemas, eu me considero aceita por vós e membro de vossa família. O carinho com que me acolhestes desde o princípio, dá-me o direito de acreditar que também sou fluminense e que posso conversar francamente sobre a melhor maneira de fazer com que o Estado do Rio volte a ser o que sempre mereceu ser, por sua situação geográfica, pela qualidade do seu povo, pelas riquezas que possui, por sua tradição histórica: um dos grandes, na família brasileira.”⁵⁶⁶

Nesse trecho podemos notar a aproximação construída por Alzira Vargas com os fluminenses. Nesse momento a campanha já estava em curso e a carta de Alzira Vargas é mais um elemento inserido nela. Apesar do candidato pessedista fazer parte do grupo política de Amaral Peixoto desde o Estado Novo, a campanha desenvolvida fazia referências principalmente às administrações de Amaral Peixoto e de seu grupo. Escolhas e indicações eram temas caros àquela campanha, sendo utilizados pelos dois candidatos. Um se dizia o escolhido do líder político fluminense e outro utilizando o argumento de que estava no partido de Getúlio Vargas e este havia indicado que em 1958 o PTB deveria apresentar o candidato ao governo fluminense.

“Eu reiterada vezes ouvi sem protestar que o vosso e meu Comandante não sabe escolher. Não o posso defender nesse setor sem pecar por orgulho, porque ele me escolheu também. É verdade que foi depois de ter escolhido ao povo fluminense para ser o Comandante de seus ideais. Aceitei ficar em segundo plano. É possível que ele tenha errado nas duas ocasiões quando nos escolheu. Quanto a mim, estou satisfeito com a escolha. E vós? Eu continuo no mesmo lugar, com as mesmas ideias, os mesmos sentimentos e as mesmas convicções. Mas eu também posso estar errada. Por isso, não quero, não devo, nem posso arrastar-vos aos meus erros de julgamento, pois a decisão agora é vossa. Possa apenas perante vós me penitenciar de minha própria falta de discernimento e pedir vossas absolvições. Escolher errado é uma das ocorrências mais comuns da vida humana. Eu, por exemplo, a anos atrás, a vários anos acreditei na honestidade moral de um jovem, muito jovem, que desejava ser alguém na vida política do Estado. Transmiti minha confiança a muita gente que o ajudou a ser o que é hoje. Pareceu-me um pouco ingênuo, mas era inteligente e aparentava sinceridade e ambição. Foi assim que, aconselhado, se inscreveu no PTB, o partido que meu pai fundou para dar aos trabalhadores líderes que os soubessem orientar e um veículo sadio para expressarem seus anseios, tantas vezes ignorados. Elegeu-se deputado

⁵⁶⁶Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto aos fluminenses. Arquivo PSD antigo RJ, CPDOC/FGV.

estadual com auxílio e conselhos que ainda não devem estar esquecidos. Foi Secretário e depois Presidente do Partido Trabalhista, sempre assessorado. Nessa mesma linha e, quase por eliminações dos piores, foi escolhido Secretário do Interior e Justiça em 1951. Quantas vezes lhe dei conselhos maternais! Quantas vezes, com pena, ouvi as reclamações do Senhor Governador porque seu secretário se ocupava mais dos possíveis eleitores do que da administração? Quantas vezes recebi queixas, sempre eleitorais, do Secretário que o Governador não o entendia? Nunca um pedido ou sugestão para ajuda a um sepultamento infantil, entregue a seus cuidados. Quantas vezes o ajudei em seus problemas e o ajudei em suas dúvidas? Não tem conta. Lembro-me perfeitamente do dia em que me perguntou se não o considerava com credenciais para pleitear a Vice-governança do Estado do Rio ou uma senatoria. Depois seria o Governador do Estado, estava dentro do seu esquema. Respondi com a franqueza de sempre: 'É um direito que lhe assiste e o ajudarei se puder. Tenho a impressão, no entanto, de que o próximo quadriênio ainda é cedo para você'. Sua resposta foi absolutamente positiva: 'De qualquer maneira, nunca agirei contra o Comandante que me tem ajudado, dos seus conselhos, nem contra o Dr. Getúlio que é minha linha política'. Jamais pensei que um dia meu jovem protegido esquecesse dessas três afirmações. Portanto, eu também já me enganei, eu também já errei, eu também tenho um 'dedo podre'. Sabia que Roberto Silveira era ambicioso e trabalharia em favor de sua ambição e isso é razoável. Mas, jamais o supus capaz de usar de meios vorazes para atingir seu objetivo. Afirmar que pelo fato de estarmos servindo ao Brasil em um país onde há petróleo, estávamos desservindo a Petrobrás, criação de meu pai, seria quase cômico se não tivesse seu lado trágico. Quem são os companheiros da ambiciosa jornada política do jovem petebista? Não são os mesmos que tentaram evitar a criação da Petrobrás: que perturbaram todas as tentativas de realização concreta que o criador de seu Partido, Getúlio Vargas, idealizou e, finalmente, para não perder de todo, deturparam o sentido de uma obra que eles temiam a própria Petrobrás? Perder a fé na honestidade moral de alguém em quem se confia é pior do que ser roubado de bens materiais. Enquanto o Vice-Governador do Estado, utilizando-se de veículos oficiais e de gasolina da 'Standard Oil' importada e paga a preço de ágio pelo povo que o elegeu, percorria familiarmente as residências de seus eleitores para lembrar-lhes apenas que ele se chamava Roberto Silveira, na cidade de Washington alguém se esforçava para que o déficit de nossa balança comercial não aumentasse. Não sei realmente quem trabalha mais contra a Petrobrás. Deixo esta dúvida para o vosso próprio julgamento.

Podemos perceber por esse trecho da carta que a estratégia de Alzira Vargas era explorar a relação de confiança nos nomes colocados na disputa. Nesse sentido, tratou das questões da indicação e da escolha a partir de uma análise de sua própria escolha ao comparar o casamento com Amaral Peixoto à relação política do mesmo com o Estado do Rio.

Contudo, a estratégia da campanha muda quando aborda a trajetória política de Roberto Silveira. Ao invés de valorizar o perfil político dos candidatos pessedistas, ligando-os as sempre exaltadas realizações das administrações pessedistas, destacou o que considerava como contradições do adversário. Inicialmente, abordou a entrada no PTB, realizada com sua ajuda. Nessa parte, Alzira Vargas reforça que o PTB seria um

partido para dar líderes e garantir os anseios dos trabalhadores. Essa construção foi explorada já no fim do trecho reproduzido, quando destacou atitudes que não considerava cabíveis dentro dessa perspectiva: a união com grupos que foram contra a criação da Petrobrás, viagens oficiais para a realização de campanha política e as críticas que dirigia em sua campanha a Amaral Peixoto e sua atuação enquanto Embaixador.

A narrativa construída era a de que Roberto Silveira não conseguiu estabelecer em sua trajetória política uma relação baseada na confiança nem mesmo com aqueles que foram importantes para que pudesse desenvolvê-la, reforçando a ideia de que para atingir seus objetivos pessoais na política fluminense não havia hesitado em quebrar laços de confiança e amizade com ela, Amaral Peixoto e Getúlio Vargas, e com os ideias do próprio partido. Nesse aspecto, a união com a UDN – outrora desejada também pelo PSD, como vimos – serviu como motivação para a crítica.

Havia na campanha um discurso construído pelos trabalhistas, e endossado por parte da imprensa ligada aos sindicatos e trabalhadores, de que Alzira Vargas e Amaral Peixoto, por estarem vivendo nos Estados Unidos desde a eleição de Juscelino Kubitschek, passaram a ser retratados como entreguistas e estariam dispostos a estabelecer novos caminhos políticos, sociais e culturais no Estado caso vencessem as eleições. Esse era um discurso importante no cenário eleitoral, já que a defesa das tradições fluminenses sempre esteve presente nos outros momentos. Por conta dessas informações que circulavam pelo Estado do Rio de Janeiro, a carta de Alzira Vargas menciona justamente questões relativas a Petrobrás e ao trabalho realizado em Washington.

Buscando combater esse discurso, Alzira Vargas utiliza dois trechos de sua carta para tentar construir uma imagem diferente daquela que se fazia na campanha petebista: a primeira delas já transcrevemos aqui e se refere à conversa que havia tido com Roberto Silveira, quando o candidato assumia o compromisso de que, mesmo com seus anseios políticos, não se voltaria contra Getúlio, ela e Amaral Peixoto. O outro já no fim da sua carta destaca a fundação dos dois partidos (PSD e PTB) foram orientadas por seu pai.

Roberto Silveira e o PTB responderam a carta de Alzira Vargas pelas páginas de *O Fluminense*. Em 28 de setembro de 1958, o jornal publica matéria que ocupou toda a sua capa e parte da última página do jornal. Com o título “Roberto Silveira pulveriza acusações infundadas”, respondia às acusações. Roberto Silveira considerava que a ação

de Alzira Vargas poderia trazer prejuízos à sua campanha eleitoral, uma vez que além de proferir em uma rádio o discurso de resposta, utilizou-se das páginas do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro para divulgar sua versão dos fatos.

Silveira começou seu discurso lamentando que tivesse que responder ao que considerou acusações realizadas diante “da fraqueza dos homens do PSD fluminense”, que estaria “desligado do povo”. Antes de rebater as acusações feitas contra ele, a parte inicial do discurso é dominada por uma avaliação sobre o momento político do PSD-RJ. A lembrança dos acordos firmados entre o PTB e o PSD, sob as orientações de Alzira e Getúlio Vargas não poderiam deixar de marcar presença:

“O PSD fluminense, despreparado, desligado do povo, com seus homens enfraquecidos apela para a generosidade e ajuda da grande mulher que, várias vezes, salvou junto à Vargas o pessedismo impopular e entreguista, agora, comprometendo velha e sincera estima, é forçada a tentar salvá-lo da liquidação junto ao povo fluminense. A sra. Alzira Vargas, a quem se agarra o PSD tentando escapar da derrota inevitável, foi enormemente injusta ao agredir-me.”⁵⁶⁷

Roberto Silveira preocupou-se em responder, principalmente, às acusações de falta de lealdade a Amaral Peixoto, Getúlio e Alzira Vargas. Em seu pronunciamento, chega a considerar como ridícula as suas primeiras votações para Deputado, apesar de ter sido eleito.

“Ela diz que me auxiliou a ser deputado, na primeira eleição, quando o Sr. Amaral Peixoto era o todo poderoso na política fluminense. Não é verdade. Obtive apenas 1502 votos na eleição de 1947 e fui o último colocado entre os eleitos no PTB. Com o apoio de d. Alzira, naquela fase, teria sido o primeiro. (...). Candidato a Deputado Estadual, protegido pela esposa do homem forte da política fluminense eu não teria tido essa votação ridícula de 1502 votos, numa época em que tamanho era o poderio do Sr. Amaral Peixoto que um dos mais dignos, honrados e inteligentes políticos fluminenses quando perguntado sobre qual era o seu município, a sua base eleitoral, teria respondido: meu município é o sr. Amaral Peixoto. Já nas eleições de 1950, com o Sr. Amaral Peixoto e d. Alzira fora do poder, fui reeleito com cerca de 6000 votos.”⁵⁶⁸

No trecho reproduzido, Roberto Silveira questiona o auxílio dito por Alzira Vargas em sua primeira eleição. É interessante destacarmos que as referências feitas à influência e poder político do casal Amaral Peixoto na política fluminense são sempre colocados no passado, relativizando o poder político do grupo pessedista.

⁵⁶⁷O Fluminense. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1.

⁵⁶⁸O Fluminense. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1.

Destacamos outros dois aspectos: mais uma vez Roberto Silveira destaca sua proximidade com o povo. Desta vez, porém, o faz criticando o PSD-RJ, dizendo que este se distanciou do povo fluminense. Silveira deixa claro em sua mensagem que Alzira e Getúlio Vargas trabalharam nos bastidores da política para manter a hegemonia pessedista no Estado do Rio de Janeiro.

A novidade neste contexto é o rótulo de entreguista ligado ao PSD-RJ. Certamente as críticas nesse sentido são vinculadas também ao posto ocupado por Amaral Peixoto durante o governo Juscelino Kubitschek. Nesse aspecto, cabe destacar a participação de um outro periódico nas eleições de 1958: *A voz operária*, fundado no fim da década de 1940 pelo Partido Comunista Brasileiro.⁵⁶⁹ Durante a década de 1950, o PCB enfrentou uma crise interna e o jornal passou por uma reorganização. Apesar de continuar vinculado ao PCB, a partir de 1957 vários membros da *Voz Operária* deixaram o jornal. Nesse momento, assumiu a direção Mario Alves, antigo diretor de *O Fluminense* antes da venda do jornal para Alberto Torres.

A ligação com o PCB já trazia um tom muito crítico ao PSD em todo território nacional. Como circulava na capital da república, as matérias eram de abrangência nacional, mas abria espaços para as disputas políticas estaduais. No caso da disputa eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, a *Voz Operária* assumiu uma postura de apoio aos candidatos da Coligação Popular Nacionalista. A estratégia do PTB de buscar votos e identificação com os trabalhadores apresentava resultados significativos, com apoio de um órgão de imprensa destinado aos trabalhadores e de lideranças sindicais.

Retomando as declarações feitas por Roberto Silveira na rádio e que foram publicadas integralmente em *O Fluminense*, o candidato ao governo respondeu também sobre as acusações de que não estaria sendo leal ao PSD e a Amaral Peixoto que lhe haviam indicado os caminhos para seguir na política com relação à escolha do partido e pela indicação aos cargos no governo e no PTB. Silveira indicou em sua palestra que não havia sido orientado por Alzira Vargas para filiar-se ao PTB quando de sua criação, mas ateve-se mais sobre as indicações para ocupar um cargo de secretário na administração de Amaral Peixoto, a partir de 1951.

⁵⁶⁹ Jornal carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975.

“Em 1º lugar, a minha nomeação decorreu de dois fatos: 1º: o PTB, tendo apoiado com entusiasmo a candidatura de Amaral Peixoto em 1950, ficou com o direito de ocupar três secretarias. Eu fui um dos indicados pelo partido, em numerosa lista organizada pelo diretório regional. A Secretaria não foi dada a mim, mas ao PTB, que apoiou a candidatura do PSD. 2º: o sr. Amaral Peixoto escolheu o meu nome e mais dois companheiros nossos. Não foi uma deferência a mim, mas ao meu partido. O sr. Amaral Peixoto me escolheu (nunca lhe pedi a esse respeito) naturalmente, em decorrência da extrema amizade pessoal que desenvolvi e por considerar a posição firme e os esforços que desenvolvi pela sua eleição ao governo fluminense. (...) Fui eleito Presidente do PTB já como Vice-governador, depois de ter passado pelos cargos de segundo secretário interino da diretoria regional, depois efetivo, depois 1º secretário, secretário geral e, finalmente, Presidente do PTB regional e Secretário Geral do PTB Nacional, sempre eleito pelos meus colegas e sem nenhuma ingerência de D. Alzira.”⁵⁷⁰

Nesse trecho, Roberto Silveira buscou minimizar o que Alzira Vargas classificou em sua carta como conselhos, assessoramento e indicações para ocupar os cargos no governo e no partido ao qual se filiou. Ao fazer isso, buscava demonstrar aos seus interlocutores que além de não ter traído a confiança da família Vargas, era capaz de articular-se politicamente. Para um político jovem que disputava sua primeira eleição para um cargo no executivo e tinha como adversário o pessedismo fluminense, afirmar-se e mostrar que não tinha por prática quebrar acordos estabelecidos era fundamental para que sua estratégia de campanha tivesse êxito.

O desenrolar das campanhas, com a organização de comícios por todo o estado, manifestações de apoio por parte de lideranças dos trabalhadores e políticos de dentro e de fora do Estado, além da desarticulação das principais lideranças pessedistas, indicavam que o domínio do grupo amaralista poderia ser interrompido.

As urnas confirmaram os prognósticos dos apoiadores das candidaturas da Coligação Popular Nacionalista: Roberto Silveira e Miguel Couto Filho derrotaram Getúlio Moura e Amaral Peixoto nas disputas pelos cargos de Governador e Senador. A única derrota fora a de Paulo Araújo para Celso Peçanha, na disputa para Vice-Governador.⁵⁷¹

⁵⁷⁰**O Fluminense.** 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1 e 12.

⁵⁷¹Roberto da Silveira recebeu 376.949 votos, contra 288.692 votos de Getúlio Moura. Na disputa pelo senado, Miguel Couto Filho obteve 281.883 votos, contra 248.572 votos de Amaral Peixoto. Na única derrota da Coligação Popular Nacionalista, Celso Peçanha recebeu 299.679 votos e Paulo Araújo obteve 256.390 votos.

Apesar da derrota de Amaral Peixoto em sua candidatura ao Senado e de Getúlio Moura para Roberto Silveira ao governo, a participação de Alzira Vargas na política fluminense e a candidatura de Amaral Peixoto ao senado, embora derrotado, foram importantes para que o PSD conseguisse impedir que sua estrutura partidária fosse perdida em detrimento do crescimento do PTB, o que poderia causar um resultado ainda pior em naquela eleição.

O fato de tanto Alzira Vargas quanto Amaral Peixoto ainda morarem em Washington e este continuar exercendo as atividades de embaixador, contribuiu para a derrota do PSD. Estando mais distantes do cotidiano da política fluminense não participando do dia a dia da campanha pessedista, como em outras oportunidades fez o ex-governador, perdendo, assim, parte de sua influência. Enquanto isso, Roberto Silveira se aproximava das lideranças políticas e desenvolvia tática semelhante à de Amaral Peixoto durante o Estado Novo, visitando cada município do Estado do Rio, buscando apoio principalmente entre os trabalhadores, utilizando-se das estruturas sindicais e de suas lideranças para angariar esses votos. Terminava, após uma campanha política intensa, o domínio amaralista no Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)*. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CORTE, Andréa Telo da (org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012.

LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

Estética e política na crítica de cinema de moniz vianna (1948-1957)

Thiago Luiz Turibio da Silva
Mestre pelo PPGHS/FFP/UERJ

Como à época afirmava Paulo Emilio Sales Gomes, Moniz Vianna foi o crítico de cinema mais lido e influente dos anos 1950 (1981, p.120; p.272). E a despeito disso, à exceção do livro de Leandro Mendonça (2009), praticamente não há trabalhos acadêmicos publicados sobre ele. O que não chega a ser surpresa. Os estudos da crítica de cinema ainda estão se estruturando no Brasil⁵⁷².

Além disso, consideramos analisar Moniz Vianna porque seus textos nos permitem colocar em perspectiva concepções que a longa disputa histórica hoje deitou sob o plácido do consenso. É evidente, por exemplo, que o neorrealismo foi um movimento decisivo na ampliação do cinema como meio estético e como prática social, influenciando cinematografias nacionais em todo o mundo. Mas essa evidência não se constituiu sem resistência. Afinal, como qualquer movimento ascendente, o neorrealismo questionava competências estabelecidas. E os textos de Moniz Vianna, pelo tom de combate típico de sua militância de gosto (não por acaso uma de suas alcunhas é a de crítico de choque) é uma ótima entrada para a compreensão desses conflitos.

Partindo de alguns pressupostos dos estudos de recepção, consideramos central entender não apenas como os filmes estão estruturados internamente, mas igualmente os usos que diferentes grupos sociais fazem deles. Recusamos, portanto, a concepção imanentista que compreende os filmes como um continente semântico estável, que caberia a um leitor ideal, em geral crítico e/ou acadêmico, explicar. Neste sentido, este trabalho se filia à concepção teórica avançada por Janet Staiger (1992). Mais do que interpretar os filmes, são os modos de interpretação correntes em um determinado campo historicamente constituído o que nos interessa. Por meio da análise dos distintos modos de relacionamento com os filmes acreditamos ser possível compreender os

⁵⁷² É verdade que em alguns casos conta-se com uma literatura relativamente ampla e consolidada. Poderíamos citar, por exemplo, a bibliografia sobre Paulo Emilio Sales Gomes e Alex Vianny. No mais, periódicos como *Fundamentos*, *Anhemi*, *Revista de Cinema*, *Revista de Cultura Cinematográfica*, além de críticos como Francisco Luiz de Almeida Salles, Décio Vieira Ottoni e o próprio Moniz Vianna deram lugar a uma esparsa produção acadêmica que merece ser ampliada.

conflitos estéticos e ideológicos implicados na recepção do cinema, arte que na década de 1950 mobilizava atenção e afeições de todo o espectro social.

O objetivo deste artigo, assim, é identificar alguns dos conflitos políticos e estéticos presentes no subcampo da crítica de cinema dos anos 1950 por meio dos textos de Moniz Vianna. Com isso, pretendemos oferecer explicações sociais para as suas tomadas de posição. Aqui avançamos a hipótese de que tanto a defesa de Hollywood quanto a recusa do neorrealismo por Moniz Vianna podem ser compreendidas, ao menos em parte, como uma tentativa de manter a sua posição (dominante) no subcampo da crítica em contraposição à crítica de esquerda recém-chegada.

BREVE DELIMITAÇÃO DO SUBCAMPO DA CRÍTICA

O período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra até meados da década de 1950 pode ser visto como o de ampliação e institucionalização da crítica de cinema no Brasil (LUCAS, 2008). Neste momento, apareceram algumas revistas, sejam especializadas em cinema ou de interesse intelectual mais amplo. *Fundamentos*, revista de orientação comunista, surgiu sem maior preocupação cinematográfica em junho de 1948 para se tornar um importante espaço de discussão do tema em começos de 1950 (CATANI, 2000). Em 1949, Alex Viany e Vinicius de Moraes arriscaram a publicação de uma revista especializada, *Filme*, cuja edição não ultrapassou o segundo número (AUTRAN, 2003). A paulista *Anhembi* dedicou suas páginas à discussão do cinema desde dezembro de 1950 até início da década de 1960. Também em São Paulo a revista *Íris*, especializada em fotografia, contava com o crítico de origem alemã Anatol Rosenfeld (ROSENFELD, 2002). Em Minas, os membros do Centro de Estudos Cinematográficos fundaram a *Revista de Cinema* em 1954, enquanto os cinéfilos católicos passaram a editar a *Revista de Cultura Cinematográfica*.

O impulso foi ainda mais intenso na crítica diária dos principais jornais do país. Nos anos 1940 quase todos passaram a manter espaços para avaliação fílmica. Foi nesse momento que críticos reconhecidos ainda hoje como os mais importantes do Brasil, como Antonio Moniz Vianna, Ely Azeredo, Francisco Luiz de Almeida Salles, Cyro Siqueira, fizeram a sua estreia (CATANI, 2000; SOUZA, 2017).

São Paulo foi o epicentro desse processo. Além do relativo pioneirismo na retomada do movimento cineclubista em 1940, foi ali que a mais ambiciosa proposta de industrialização do cinema brasileiro se realizou. A Vera Cruz (1949-1954), embora

brevemente frustrada, permitiu que se costurasse em torno da burguesia paulista uma série de instituições e eventos, como a Fimoteca (1949) que, mais tarde, se desdobraria em Cinemateca (1956), o I Festival Internacional de Cinema (1954) e o Seminário de Cinema (1949), pelo que a cinefilia local se modernizava segundo o modelo europeu, paradigma dominante na periferia. No Rio, com a participação de Moniz Vianna, também foi fundada uma cinemateca no espaço do Museu de Arte Moderna (1959). Outra capital com intensa cinefilia foi Belo Horizonte, organizada inicialmente pelo Centro de Estudos Cinematográficos (1951). Já na Bahia o cineclubismo teve lugar no Clube de Cinema fundado pelo crítico Walter da Silveira em 1950.

Neste contexto, parte da crítica busca atuar em nome do cinema como arte. Para tanto, foi preciso correlacioná-lo às artes estabelecidas, como também afirmar a sua especificidade. Assim, por exemplo, se tornou bastante frequente por parte da crítica cineclubista no Brasil dos anos 1950 a desqualificação da crônica dos jornais e revistas populares⁵⁷³. Com a segmentação do campo cinematográfico ocorreu uma diferenciação entre a nova crítica, cineclubista e esteticamente informada, e a “velha” crônica pautada no enredo e no comentário do estrelismo.

Essa diferenciação corresponde à modificação da paisagem institucional descrita, mas está igualmente relacionada à segmentação social da crítica. Os novos críticos, ao menos aqueles simbolicamente dominantes, eram portadores de diploma superior, provinham de famílias das média e alta burguesia e atuavam como profissionais liberais ou funcionários públicos⁵⁷⁴. Paulo Emilio, por exemplo, é filho de um médico e proprietário industrial paulista (SOUZA, 2002); Francisco Luiz de Almeida Salles é oriundo de tradicional família campineira em que se destacam funcionários públicos e políticos locais, sendo ele mesmo Procurador do Estado de São Paulo; Benedito Junqueira Duarte, após longa temporada na França, atua como chefe do Departamento de Cultura de São Paulo por longos anos (CATANI, 2000); Vinicius de Moraes, por seu turno, ingressa em 1943 para o quadro do Itamaraty e Moniz Vianna exerce a medicina ao mesmo tempo em que escreve no *Correio*.

⁵⁷³ Sobre a crítica nas revistas de fã ver ADAMATTI, 2008.

⁵⁷⁴ Falamos em uma fração simbolicamente dominante tomando como referência os jornais e revistas em que cada crítico escreveu (jornal nacional, local; revista especializada, cultura geral etc.) os postos que ocuparam nas instituições cinematográficas (cinematecas, comissões de cinema, júris) e as próprias categorias com que os críticos falavam uns dos outros. De toda forma, reconhecemos a dificuldade em estabelecer parâmetros inequívocos em um subcampo ainda precariamente institucionalizado como o da crítica.

Outra fração crítica importante com forte atuação à época era a dos comunistas, cujas ambições estética e política se amalgamavam em um único projeto (CATANI, 2003). Tendo sido uma das principais responsáveis pela vitória sobre o Eixo, a URSS emerge com grande legitimidade no pós-guerra. Sua influência, mais ou menos, se impõe sobre países que passam a implementar projetos de desenvolvimento nacional (SILVA, 2007). É o caso do Brasil⁵⁷⁵. Como estratégia na luta pela hegemonia os intelectuais comunistas apresentaram um programa estético, o realismo socialista, em que condenavam a experimentação formal como desvio burguês e afirmavam a ascendência do conteúdo sobre a forma (MORAES, 1994)⁵⁷⁶. Neste momento a crítica de esquerda se preocupava sobretudo com o cinema brasileiro e buscou definir, por meio de realizações como *Agulha no Palheiro* (Alex Viany, 1953) e *Rio, 40 graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1954), uma produção independente em contraponto aos projetos industriais como os da Vera Cruz e Maristela.

O perfil social da crítica de esquerda, ao menos a que atuou em *Fundamentos* e manteve relações orgânicas com o PCB, revela sugestivas diferenças quando comparado ao polo simbolicamente dominante. Os que escreveram em *Fundamentos* eram provindos de famílias de imigrantes, proletários e pequenos comerciantes, como Nelson Pereira dos Santos (SALEM, 1987) e Rodolfo Nanni (BARBOSA, 2004), ou mesmo de agricultores, como Carlos Ortiz (CATANI, 2012). Alex Viany, apesar de compartilhar com o polo dominante a origem em uma família de profissionais liberais, enfrentou dificuldades econômicas devido à cegueira precoce do pai⁵⁷⁷. Além disso, à exceção de Nelson Pereira dos Santos, o primeiro da família a ter acesso a um diploma superior, os outros três não frequentaram as faculdades de direito e medicina, quase obrigatórias à

⁵⁷⁵ O PCB nos pleitos de 1945 e 1947 se tornou a quarta força eleitoral do país. Em dois anos, saía da condição de pequeno partido de quadros, contando com mais ou menos 3 mil militantes, para se tornar um partido de massas com aproximadamente 200 mil filiados. Imerso nas atividades práticas que uma democracia em construção exige, o PCB buscou alianças em torno de uma ampla frente democrática, atuando em manifestações de rua, nos sindicatos, associações e casas legislativas. Essa ascensão, contudo, foi brutalmente interrompida com a cassação do partido pelo TSE em 1947 sob a alegação de que se tratava de um braço soviético em atuação no Brasil (SILVA, 2007).

⁵⁷⁶ No pós-guerra o PCB articulou um complexo comunicacional cujos objetivos eram sedimentar a ideologia oficial entre a militância, em um esforço pedagógico de formação e fidelização de quadros, e expandir sua influência ideológica em direção a outros setores da sociedade. Para tanto, contava com “oito jornais diários, semanários e revistas culturais de variedades, uma agência de notícias, duas editoras, uma distribuidora de livros, um serviço de cinejornal” que mais tarde se transformaria em produtora cinematográfica (MORAES, 1994, p.137).

⁵⁷⁷ As informações biográficas sobre Viany foram tomadas à nota escrita por Arthur Autran para o site que abriga o acervo do crítico. Disponível em: <http://www.alexviany.com.br/>

elite local. Essa condição os posicionava em lugares diferentes no campo cinematográfico. Enquanto o polo dominante atuava como funcionários públicos ou profissionais liberais, a crítica filiada ao PCB buscou se consolidar como técnicos e cineastas. O que significava, naquele contexto, enfrentar incertezas econômicas.

Sendo assim, entre o polo simbolicamente dominante e o dominado há uma homologia que compreende a posição social e as tomadas de posição ideológica e estética, o que Bourdieu (2008b) afirma ser uma característica estrutural de todo campo artístico.

Considerando tal estado do subcampo, parte da fração simbolicamente dominante da crítica pretende afirmar uma concepção específica do cinema como arte tanto contra a crítica política quanto contra a crônica dos jornais populares e das revistas de fã. No tópico a seguir iremos analisar parte dessas controvérsias por meio da recepção do neorealismo por Moniz Vianna, um dos defensores do cinema como arte universal.

ARTE E POLÍTICA

Antonio Moniz Vianna nasceu na Bahia em 1924. Como conta, na infância cresceu aos pés de três bibliotecas em uma casa onde morava não apenas com o pai e a mãe, mas também com tios e avós⁵⁷⁸. Alguns dos livros fundamentais para sua sólida formação literária, decisiva na feitura de seus textos críticos, foram descobertos no acervo doméstico do tio Edmundo Moniz, outros vieram do da avó. Aos onze o garoto Antonio abandonou a casa cheia baiana e foi viver no Rio de Janeiro com seus pais. Ali se formou médico especialista em clínica. E ainda bastante jovem, 21 anos, assumiu a cadeira de crítico cinematográfico no *Correio da Manhã*, à época um dos mais prestigiados jornais do Brasil. O ano era 1946.

À época o perfil dos filmes exibidos era bastante restrito dado o amplo controle das produtoras norte-americanas sobre o mercado. No mais, exibiam-se alguns filmes franceses de destaque, sobretudo os dos cineastas de renome e algumas outras fitas mexicanas e argentinas, além das poucas brasileiras, que contavam com cota de tela. Foi também no início da década de 1950 que os primeiros filmes neorealistas começaram a ser amplamente exibidos (BERNARDET, 2009, p. 160). Se em 1940 as disputas que cindiam a crítica eram entre defensores do cinema mudo e os do falado (CATANI,

⁵⁷⁸ As informações biográficas foram tomadas, em sua maioria, do prefácio escrito por Ruy Castro ao livro de compilação das críticas de Moniz Vianna, por ele organizado, e de uma rara entrevista do crítico do Correio dada ao site “Críticos”, disponível no link <http://criticos.com.br/?p=1097&cat=4>

1984), com a chegada dos filmes neorrealistas a dicotomia paulatinamente assumiu caráter político acentuado entre defensores do cinema como arte universal e os defensores do cinema como arte social e, portanto, política.

Neste quadro, Moniz Vianna se apresenta como um hollywoodófilo e defensor do cinema como arte universal. Sendo assim, a sua filiação à Hollywood não o tornou absolutamente indiferente à impostura contra a arte, tal como ele a entendia, vigente no pragmatismo comercial com que os chefes de estúdio programavam seus investimentos. Não poucas vezes ele acusou os estúdios da Califórnia de serem “uma *jungle* de anárquico oportunismo” ou os comparou a fábricas de sabonetes e refrigerantes (VIANNA, 2004, p.207).

Ainda assim, acreditava, era lá que se encontravam, “em número consideravelmente mais elevado do que o desejam seus detratores, os artistas e técnicos sinceros e idealistas” (VIANNA, 2004, p.31). Sua adesão também não o levava a ignorar os interesses políticos dos estúdios e do próprio governo norte-americano, mas pensava que Hollywood, em comparação, era mais tolerante e liberal. *A um passo da eternidade* (1953), filme em que Fred Zinnemann critica o exército estadunidense, “não poderia ter sido feito em outro centro cinematográfico” (VIANNA, 2004, p.81).

Isso leva, e talvez seja curioso para quem se acostumou com a imagem, por certo verdadeira, de Moniz Vianna como um crítico severo dos novos cinemas europeus e latino-americanos (neorrealismo, *nouvelle vague*, cinema novo), à defesa de um tipo de cinema independente que atuaria no interior da própria Hollywood. De acordo com ele, “as maiores provas de audácia, no cinema americano, têm sido dadas pelas unidades independentes” (VIANNA, 2004, p.182). Mas o que seria uma unidade independente? Basicamente, seria aquela em que o diretor se torna também produtor. Joseph L. Mankiewicz, por exemplo, ao se tornar dono de uma empresa, a Figaro, “pode, sem risco de que lhe atem as mãos, tentar fazer com os magnatas de Hollywood o que Orson Welles fez com Hearst, o magnata da imprensa” (VIANNA, 2004, p.181).

Tal como Moniz vê, o problema da restrição nos Estados Unidos sobre a produção poderia ser transposto economicamente. Montar uma produtora seria o suficiente para que o cineasta se dedicasse aos temas que realmente o importavam. Mesmo o código de produção se mostraria cada vez mais caduco quando confrontado pelo princípio de mercado, já que, segundo o crítico, os filmes que passavam por

restrições da censura despertavam a curiosidade do público, que logo os transformava em sucessos de bilheteria. Afinal, argumenta, os Estados Unidos são uma democracia e, portanto, admitem a autocrítica, diferente dos “países totalitários”, como os que defendem críticos que acusam Hollywood de cosmopolitismo, ou seja, os críticos próximos ideologicamente ao realismo soviético. Refratada pela lógica do campo, a defesa de Hollywood era igualmente uma maneira de se opor à crítica de esquerda (VIANNA, Correio da Manhã, 7 de março de 1959).

Além da dicotomia, bastante comum, aliás, entre artistas idealistas e produtores venais, Moniz Vianna operava com uma oposição entre arte e política. Ao comparar o estilo de Joseph L. Mankiewicz ao de Billy Wilder, Moniz atribuiu ao primeiro a ironia e o sarcasmo, enquanto o último seria incisivo e direto: “um fere, outro arranha” e “nenhum dos dois, felizmente, quer passar de artista a reformador, e a validade de suas obras nunca é enfraquecida pela demagogia” (VIANNA, 2004, p.100). Na leitura de Moniz Vianna o cinema como arte seria portador de valores estéticos específicos e, dessa forma, não admitiria a interferência da política sem se degenerar em demagogia. Essa perspectiva, bem como a sua ligação com o contexto ideológico interno, pode ser melhor compreendida através da maneira com que o crítico carioca recebeu os filmes do neorealismo italiano.

Quando em 10 de janeiro de 1948 ele escreveu sobre *Roma, cidade aberta* (1945), elogiou o filme e, por conseguinte, Roberto Rossellini, quase sem restrição. O único defeito da fita seria circunstanciais faltas técnicas, no mais, sem grande importância. O filme ostentaria naturalidade e concisão que o faria despido de todo artifício e efeito pré-concebido, sendo um testemunho “da vida trágica dos italianos atingidos pela guerra”. Mesmo a postura antifascista do diretor representada pela personagem comunista, que sob tortura mantém “posse plena de consciência”, suscita a admiração do crítico. Assim, o filme iria além de qualquer termo simplista porque “levanta a ideia da resistência à coação, à violência. Vai além porque prega o amor à liberdade. Vai além porque se lança contra os recursos fascistas e fascistoides ainda hoje tão encontrados em todo mundo” (Correio da Manhã, 10 de janeiro de 1948, p. 11).

E mais, ainda argumentava que as situações cruas expostas por Rossellini, como a homossexualidade de um comandante alemão, o amor lésbico, o vício em cocaína e uma viúva grávida, seriam uma “temeridade” nos Estados Unidos e uma

“impossibilidade” no Brasil, dado a “censura caótica, atrasada, como a brasileira, má discípula da americana, já tão entranhadamente idiota” (Correio da Manhã, 10 de janeiro de 1948, p. 11). Provavelmente, qualquer crítico de esquerda, à época, concordaria com Moniz Vianna, mas o próprio Moniz Vianna anos mais tarde repudiaria esse tipo de “afetação” política.

Com efeito, desde a recepção de *Paisà* (1946), em abril de 1950, os termos se invertem e a simpatia por Rossellini decai em aberta hostilidade. Em *Paisà*, para Moniz Vianna, Rossellini antes de ser um artista seria um jornalista e, pior, um jornalista limitado. Todo elogio anterior feito a *Roma, cidade aberta* agora se reduz apenas ao poder do filme de chocar emocionalmente o espectador. Sendo que, em sua primeira crítica, ele disse que de *Roma, cidade aberta* se desprende “uma realidade clara, crua, nada chocante”. (Correio da Manhã, 10 de janeiro de 1948, p. 11). Portanto, a fita passaria a valer sobretudo por um efeito externo e não esposaria maior qualidade estética ou política. Já *Paisà* seria uma decepção:

Rossellini não acusa o mínimo progresso em relação à “Roma, Cidade Aberta”; ao contrário, retrocede e cai num primitivismo lamentável. “Paisà” tem erros gravíssimos de ritmo e continuidade e os mesmos defeitos, no que tange à plástica, de outra fita italiana muito elogiada, “Sciuscià”, de Vittorio De Sica (Correio da Manhã. Paisà, 16 de abril de 1950, p. 15).

Podemos, evidentemente, argumentar que ao longo de dois anos a visão de arte do crítico e sua filiação à estética hollywoodiana se consolidaram, obrigando-o a uma revisão do filme de Rossellini e, por extensão, do próprio neorrealismo. E assim pensando não estaríamos errados. Moniz Vianna efetivamente amou o grande cinema hollywoodiano e a concepção estética nele implícita. Mas acredito que um dos fatores importantes para a mudança de postura foi o acirramento ideológico que a crítica de obediência comunista, em atuação mais incisiva na imprensa desde inícios da década de 1950, impôs ao campo cinematográfico. As teses defendidas na revista *Fundamentos* e, de lá, por críticos em alguns jornais diários, criavam uma dicotomia entre, de um lado, a crítica social, honesta e sadia e, de outro, a crítica esteticista, degenerada e cosmopolita, que exigia uma clara tomada de posição, sem nuances ou conciliações, por parte dos críticos ocupados na imprensa (BERNARDET, GALVÃO, 1983).

Não por acaso Alex Viany, um dos principais intelectuais do grupo próximo à *Fundamentos*, faz uma leitura de *Paisà* quase diametralmente oposta à de Vianna. Segundo o crítico de *Fundamentos*, a “falta de método” de Rossellini, “que tanto irrita os puristas do cinema”, seria, na verdade, “um estilo revolucionário por devolver ao cinema um bom bocado de sua autenticidade perdida dentro dos estúdios”. Na maneira de trabalhar de Rossellini:

não há preocupação de forma e plástica. O que há é um descaso propositado pelas composições arrumadinhas – sempre em benefício do conteúdo e da simplicidade. Rossellini é um primitivo convicto. Vê-se que conhece as leis básicas do cinema, das quais os cineastas mais ortodoxos não ousam separar-se, mesmo quando um efeito desejado só pode ser obtido através da desobediência às mesmas. [...] para alguns, seu cinema pode parecer incorreto e incerto; para nós, é um excelente método de obtenção de um realismo talvez primário – mas concludente e convincente (VIANY, *Correio da Manhã*, 26 de fevereiro de 1950).

Ou seja, enquanto para Viany o “descaso” propositado aumenta a autenticidade do filme, para Moniz Vianna ele rouba a chance do filme se elevar à condição de obra de arte.

Voltemos aos textos de Moniz Vianna. A “falta de método” reconhecida por ele nos filmes de Rossellini desde então vai servir de baliza à recepção de outros diretores italianos, permitindo situá-los tanto em relação ao neorrealismo quanto em relação ao cinema como arte, tal como preconizada pelo crítico do *Correio*.

O entendimento de que o neorrealismo seria parte de uma poética displicente aparece também na crítica de *Sciuscià* (*Vítimas da tormenta*, 1946). Acreditando que ao realismo conviria uma forma excessivamente simples, Vittorio De Sica acabou construindo um filme cujo “lado plástico” teria como principal característica a “vulgaridade”.

De Sica não escolhe o melhor ângulo, não compõe o quadro, tampouco acelera ou diminui o ‘montage’. [...] A sua câmera é uma testemunha sem muita imaginação; reproduz e divulga o que presenciou ou ‘viu contar’ – não interpreta artisticamente o fato sociológico e, desta maneira, não cria irrecusavelmente o fato cinematográfico (*Correio da Manhã*, 30 de julho de 1949, p. 13).

É também neste momento que a defesa do neorrealismo passa a ser compreendida como crítica ao cinema de Hollywood. *Sciuscià* seria uma obra falha e o entusiasmo que ela despertava não teria outra razão senão a oposição feita por parte da crítica ao cinema norte-americano, “reputado ilógico e preconcebidamente falso” ao

que, em contraposição, o cinema italiano do pós-guerra seria visto como “verdadeiro cinema, cinema honesto e puro” (Correio da Manhã, 1 setembro de 1949, p.15). Trata-se, então, da “apologia do cinema mal feito, sem planejamento (e quem sabe se sem cenário?), não raro nascido ilegitimamente” (Correio da Manhã, 1 de setembro de 1949, p. 15). Neste sentido, também De Sica é acusado de menosprezar a composição artística em favor de um realismo fotográfico que permaneceria no plano estético sem nenhum valor.

Em comentário sobre um filme de Blasetti, agora em 1954, portanto, em um momento de forte polarização ideológica devido à atuação mais incisiva da crítica de esquerda, que, inclusive, passava à produção inspirada na cinematografia italiana, o neorealismo foi acusado pelo crítico do *Correio da Manhã* de “invadir” o cinema italiano e ali introduzir o tumulto e a subversão de valores, a que *Prima Comunione* (Primeira Comunhão, 1950) seria uma resposta (VIANNA, 22 de maio de 1954). Blasetti teria mantido a sua dignidade porque se recusou a integrar o neorealismo, naquela altura desfalcado, segundo Moniz Vianna, dos seus principais nomes (Rossellini, De Sica, Visconti) e entregue ou à demagogia ou à incapacidade criadora dos Lizzanis, dos Pletrangellis, dos Zampas, dos Germis e de muitos outros.

A alternativa entre demagogia e incapacidade criadora é sintomática da maneira como Moniz Vianna comentava os filmes posicionados à esquerda. Gosta, por exemplo, de *Ladrões de Bicicleta* (1948), mas não deixa de assinalar que o filme cresce e ganha espontaneidade apenas quando “o diretor se esquece ou se vê na impossibilidade de submeter os incidentes a um processo de crítica social previamente planejado” (20 de outubro de 1950), enquanto *Umberto D.* (1952) carregaria demais nas tintas, transformando todos os personagens em seres moralmente repugnantes, à exceção de uma menina grávida, como se o mundo todo quisesse empurrar o velho aposentado contra a parede. Neste sentido, mesmo De Sica, realizador que ele admira, incorreria no equívoco de forçar o conteúdo contra a naturalidade da história, ameaçando cair em mera demagogia.

Em crítica do filme de Federico Fellini, *A estrada da vida*, a posição de Moniz Vianna diante do neorealismo está totalmente definida. De começo, afirma ser Fellini o grande diretor que há anos esperava o cinema italiano e que apenas os “desavisados” ainda o colocavam entre os realizadores do neorealismo. De comum, comenta

ironicamente, as fitas também eram faladas em italiano (inclusive, dubladas) e filmadas em ambientes reais e pobres, mas “Fellini repele a ‘mensagem’, a que se agarram os adeptos do ‘neorrealismo socialista’” (Correio da Manhã, 10 de fevereiro de 1957, p. 15).

A adjetivação do neorrealismo como socialista em 1957 não trai um equívoco em relação a um movimento ainda desconhecido. Naquela altura os seus principais filmes eram já conhecidos pela crítica brasileira. Com efeito, a imbricação entre neorrealismo e socialismo revela a superposição entre estética e política que permeia os textos de Vianna nos anos 1950, enquanto a recusa da “mensagem” desvela a crítica latente aos filmes engajados que, mesmo quando bem-sucedidos, arriscariam demagogicamente sacrificar a arte em nome da política.

Evidentemente, as principais contendas da crítica não são diretamente políticas; são, fundamentalmente, estéticas. Seria um equívoco reduzirmos uma esfera à outra. Assim, Moniz Vianna identifica em Rossellini especificamente, mas, por extensão, em grande parte do neorrealismo, a apologia de uma poética espontaneísta, presente, por exemplo, na integração de atores não profissionais e na filmagem direta, fora dos estúdios, que se contrapõe aos valores tradicionais de unidade e cadência rítmica considerados centrais para a crítica idealista, que os pensa no quadro do cinema clássico. Para Moniz, a arte, sendo expressão, supõe um esforço de composição interna, responsável por condicionar o ritmo fílmico ao seu rendimento ideal. A reação de Moniz Vianna, portanto, é uma forma de preservar a sua posição no campo cinematográfico contra os defensores do neorrealismo, já que o movimento italiano se construiu em oposição à concepção do cinema clássico que estruturava a grade de valores com que desde sua estreia ele mediu os filmes do presente e do passado.

O neorrealismo, assim, pôde ser acusado de infringir princípios artísticos básicos. No entanto, esta crítica ao mesmo tempo refratava uma condenação à tomada de posição à esquerda presente na maior parte dos seus realizadores e simpatizantes, inclusive entre a crítica e os realizadores brasileiros. O que corresponde ao esquema proposto por Gisèle Sapiro quando afirma que

quanto mais o crítico ocupa a posição dominante, mais ele tende a adotar um discurso acadêmico eufemístico e despolitizado – na forma -, de acordo com as regras de conveniência do debate intelectual. Por outro lado, quanto mais ele ocupa uma posição dominada, mais seu discurso tende a se

politizar e a denunciar o conformismo e o academicismo dos pontos de vista dominantes” (SAPIRO, p.115, p.2019).

Enfim, estética e política não são dimensões meramente contrapostas. Na prática, mesmo para um crítico como Moniz Vianna, que buscou definir fronteiras rígidas entre elas, essas dimensões se justapõem, fazem, afinal, parte de um mesmo *habitus* como princípio gerador de disposições sociais e estão inscritas no espaço dos possíveis dos campos culturais (no nosso caso, Hollywood X Neorealismo; forma X conteúdo; ideal X realidade).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMATTI, Margarida Maria. *A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs: A Cena Muda e Cinelândia (1952-1955)*. 327f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Ciência da Comunicação. São Paulo, 2008.

AUTRAN, Arthur. *Alex Vianny: crítico e historiador*. – São Paulo: Perspectivas. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

BARBOSA, Neusa. *Rodolfo Nanni: um realizador persistente*. Coleção aplauso cinema Brasil. São Paulo: Cultura, fundação padre Anchieta; Imprensa oficial, 2004.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita. *Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica (as ideias de ‘nacional’ e ‘popular’ no pensamento cinematográfico brasileiro)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

CATANI, Afrânio Mendes. Anhembi: uma revista de Cultura. *Estudos Socine de cinema*, II – III. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. A revista Fundamentos e a crítica de cinema. *Estudos Socine de cinema*, ano III. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. O romance do gato preto: Carlos Ortiz e a história do cinema brasileiro. *Estudos de cinema e audiovisual, SOCINE*. Ano VIII, São Paulo, 2012.

_____. *Vinicius de Moraes, crítico de cinema*. Perspectivas, 7, São Paulo, 1984.

GOMES, P. E. S. (22 de outubro de 1960), Contribuição de Moniz Vianna. in: *Crítica de cinema no suplemento literário*. volume II – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. (9 de janeiro de 1960), Veteranos num catálogo. in: *Crítica de cinema no suplemento literário*. volume II – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Ver, ler e escrever; a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro da década de 1950. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 28, nº55, p. 19-40- 2008.

MENDONÇA, Leandro José Luiz Riodades de. *A crítica de cinema em Moniz Vianna*. Rio de Janeiro: Edições LCV, 2009.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. Belo Horizonte, MG: Moinhos; Contrafios, 2019.

SILVA, Fernando Teixeira da. SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Organizadores: Jorge Ferreira, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, José Inácio de Melo. *A carga da brigada ligeira: intelectuais e crítica cinematográfica, 1941-1945*. São Paulo: mnemocine, 2017.

_____. *Paulo Emílio no Paraíso*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

STAIGER, Janet. *Interpreting films: studies in the historical reception of american cinema*. Princeton, New Jersey: 1992.

VIANNA, Antonio Moniz. *Um filme por dia: crítica de choque (1946-73)*. Organização Ruy Castro; pesquisa editorial Eduardo Moniz Vianna. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

